



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

MATRIZES INGLESAS NO MOBILIÁRIO PORTUGUÊS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

**Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Doutor em Estudos do Património**

Por Maria Adelina Nogueira Valente

Sob orientação do Professor Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa

ESCOLA DAS ARTES

Março de 2014

À memória de meu Pai
e ao seu moto virgiliano
“labor omnia vicit improbus”

À minha Mãe

Ao Vasco, tudo e por tudo

Jack, marujo inglês, tu tens razão
Quando, ancorando em portos como os nossos,
As laranjas com cascas e caroços
Comes com bestial sofreguidão!...

Cesário Verde (1855-1886)

Beloved, gaze in thine own heart
The holy tree is growing there.
...
There the Loves a circle go,
The flaning circle of our days
Gyring, spiring to and fro
In those great ignorant leafy ways.

W. B. Yeats (1865-1939)

RESUMO

A marcenaria portuguesa da segunda metade de Setecentos foi influenciada pela chegada da exportação inglesa de mobiliário, que decorreu ao longo de todo o século XVIII.

As tipologias inglesas, desenhadas por riscadores com novas ideias, foram executadas numa escala menos ostentatória que as de utilização na corte e nas residências da nobreza, destinando-se a um novo modo de vida em que a sociabilidade era protagonista. O grande comércio dos negócios intercontinentais gerava movimento relevante de pessoas e de circulação de capitais, e os comerciantes ingleses e portugueses – nomeadamente na cidade do Porto –, perfilharam novas modas decorativas. A nova sensibilidade requeria peças para mobilar as residências destas classes emergentes e dos grupos intermédios que viviam, em maioria, nas cidades portuárias.

As oficinas de marcenaria foram contagiadas, por outro lado, por ideias gravadas – ou mesmo desenhos –, que chegavam de múltiplas latitudes europeias que tiveram de adaptar à abundância das madeiras indígenas e às que chegavam das colónias, entre elas o Brasil. Traduziram, então, as múltiplas ideias recebidas com uma técnica desenvolvida que o passado de ensamblamento concedia aos oficiais, o que originou uma produção idiossincrática com madeira maciça, promovendo o entalhamento e os embutidos.

As peças do Rococó e o do Neoclassicismo portuguesas foram, assim, concebidas não só pela integração de elementos estilísticos reconhecíveis na produção internacional – dando origem a peças de mobiliário identificadas com essas correntes estéticas –, mas também pela inclusão de factores regionais, de tradição vivencial local, o que permitiu que brotasse uma outra via da produção de mobiliário – a que adaptou, de modo próprio, elementos estéticos forasteiros ao modo trabalhar local.

Palavras-chave

Mobiliário civil; marcenaria; exportação inglesa; Rococó; Neoclassicismo

ABSTRACT

Portuguese cabinet-making was influenced by the eighteenth-century English furniture export, as Portugal was one of the destinations of the so called “South Mediterranean Trade”.

The English typologies were conceived by newly born designers in a less ostentatious manner than those of the residences of the nobility, and were meant to provide a new way of life in which sociability had a leading role. That production supposed to furnish the homes of the emerging classes living mostly in the port cities. The intercontinental business generated significant movement of people and of money, and the British and Portuguese traders - especially in Porto – asked for those new decorative fashions.

The joiner’s workshops were contaminated, on the other hand, by other dynamic features – for instance, the foreign drawings that were carried by tradesmen from multiple European latitudes. Locally, there was abundance of woods, some indigenous and others arriving from the colonies, namely Brasil. Portuguese cabinet-makers translated, in an agile way, those numerous ideas, which led to an idiosyncratic production with carving or inlaid wood.

Portuguese Rococo and Neoclassicism incorporated, in consequence, the recognizable stylistic elements of the international production, but also included regional factors, which enabled the sprout of idiosyncratic furniture production that adapted, in a regional feeling, foreign aesthetic elements.

Key-words

Vernacular furniture; Cabinet-making; British furniture exportation; Rococo; Neoclassicism

ABREVIATURAS E SIGLAS

A. C. M.	Arquivo da Casa de Mateus, Vila Real
A. G. M.	Arquivo Geral da Marinha, Lisboa
A. H. I. C	Arquivo Histórico da Irmandade dos Clérigos, Porto
A. H. A. B. P.	Arquivo Histórico da Associação Britânica do Porto
A. H. T. C.	Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Lisboa
A. H. U.	Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
A. H. V. C.	Arquivo Histórico de Vila do Conde
A. N. T. T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
A. T. C.	Arquivo do Tribunal e Contas, Lisboa
B. P. M. P.	Biblioteca Pública Municipal do Porto
C.	Cerca
Cfr.	Confronte
Coord.	Coordenação
Cx.	Caixa
C. M. G. J.	Casa Museu Guerra Junqueiro, Porto
C. U.	Conselho Ultramarino
Doc.	Documento
F.	Fólio
F. D. P. A. C. P.	Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, Águeda
F. M. A.	Fundação Medeiros e Almeida, Lisboa
K. E. B. C.	Kew Economic Botanic Collections, Kew, Inglaterra
G. M.	Geffrye Museum, Londres
Lº	Livro
M.	Maço
M. A. S. A	Museu de Arte Sacra de Arouca
M. A. S. S. M. P.	Museu de Arte Sacra do Seminário Maior do Porto
M. F. R. E. S. S.	Museu da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva
M. A. D. V. C.	Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo
M. N. E.	Ministério dos Negócios Estrangeiros
M. M. S. B.	Museu Municipal da Sé de Braga
M. N. A. A.	Museu Nacional de Arte Antiga

M. N. S. R.	Museu Nacional Soares dos Reis
M. O. S. F. P.	Museu da Ordem de S. Francisco, Porto
V. A. M.	Victoria & Albert Museum, Londres, Inglaterra
N.º	Número
P. D. G.	Paço dos Duques de Guimarães
P.	Página
P. N. Q.	Palácio Nacional de Queluz
Po.	Porto
R. B. G.	Royal Botanic Gardens, Kew, Richmond, Inglaterra
Res.	Reservados
S. d.	<i>Sine data</i>
S. l.	<i>Sine loco</i>
S. n.	<i>Sine nomine</i>
T. B. L.	The British Library, Londres, Inglaterra
T. M. S. B.	Tesouro do Museu da Sé de Braga
T. N. A., P. R. O.	The National Archives, <i>Public Record Office</i> , Kew, Inglaterra
T. N. T.	The National Trust, Inglaterra
V.	Verso
Vd	<i>Vide</i>
Vol.	Volume

AGRADECIMENTOS

É difícil nomear todos os que me ajudaram nesta caminhada ousada. Por tal motivo ficam palavras de gratidão dirigidas, em geral, a todos com quem contactei nas instituições que me acolheram, bem como a todos os que aí me concederam elementos importantes para reflexões. Deixo, de igual modo, uma palavra especial a todos os colecionadores particulares que me revelaram os seus tesouros setecentistas e oitocentistas, entre eles, os condes de Anadia, Manuel de Sá Pais do Amaral e D. Maria Mafalda de Figueiredo Cabral da Câmara Pais do Amaral.

O meu especial obrigado, ainda, à Rita Araújo pelo seu trabalho de design gráfico, e à Isabel Marques pela sua leitura do texto, bem como à Suzi Filipe, Catarina Gonçalves e Ilda Gonçalves pelos desenhos técnicos.

Em Inglaterra, para a investigação das fontes inglesas, revelou-se essencial a cooperação de alguns membros da respectiva comunidade científica, de quem sou particularmente devedora, em especial do Prof. Dr. Adam Bowett – e da sua família – que, com total disponibilidade, me guiou nos meandros da documentação alfandegária setecentista e me acompanhou nas diversas visitas que me permitiram tomar conhecimento com a realidade das colecções inglesas. Com particular sensibilidade indicou-me a existência das agendas anglo-portuguesas de George Loddiges, um acervo das Economic Botanic Collections, do Royal Botanic Garden, em Kew, Richmond, a que o seu director, Prof. Dr. Mark Nesbitt, me possibilitou o acesso, e a quem também agradeço todas as facilidades concedidas não só na consulta das agendas como na observação de parte da colecção de amostras de madeiras existentes na instituição.

Devo, ainda, uma palavra de gratidão a David Dewing (Geffrey Museum, Londres), Sarah Medlam (Victoria & Albert Museum), Peter Holmes (Arlington Conservation, Londres), Ian Fraser (Furniture Conservator, Temple Newsan House) e Jurgen Huber (Senior Furniture Conservator, Wallace Collection, Londres), que me ofereceram ocasião de debater a problemática do mobiliário europeu setecentista, do seu restauro e da sua inserção actual nas colecções particulares e museológicas.

A Adriana Turpin (Directora IESA – International Studies in History and Business of Art and Culture, Inglaterra) – responsável pelo Tom Ingram Memorial Fund, instituição ligada à Furniture History Society –, manifesto especial reconhecimento pelo seu interesse na nossa investigação, bem como na concessão da bolsa que contribuiu para que as múltiplas viagens entre Portugal e Inglaterra fossem possíveis (Tom Ingram Fund, the Scholarship Fund of the “Furniture History Society”).

Agradeço, ainda, a particular colaboração de Maria Helena Mendes Pinto que, com notável intuição e sapiência, me forneceu elementos de reflexão e concedeu pistas para o entendimento da colecção denominada *José Francisco de Paiva*.

Agradeço à Fundação Para a Ciência e Tecnologia a bolsa de doutoramento concedida – sem a qual esta dissertação para doutoramento não teria sido possível (Bolsa FRH /BD / 36428 / 2007).

Não posso deixar de mencionar as minhas irmãs, e amigas, Eugénia e Leonor, que estiveram sempre a meu lado, constituindo um esteio especial neste trajecto da minha vida.

Por fim, aqui ficam algumas palavras – que serão poucas, mas fortes – de gratidão ao Prof. Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa ... para quem não possuo, de verdade, termos para definir o meu reconhecimento e amizade, sabendo que, sem o seu apoio científico e a sua vasta cultura, não teria sido possível esta jornada.

ÍNDICE

37	1º CAPÍTULO
	Contexto do relacionamento entre Portugal e Inglaterra no século XVIII
66	1. 1. – Vida e política da corte de Lisboa e sua importância para os mercadores ingleses
74	1. 2. – A cidade do Porto e a relevância da colónia inglesa durante a segunda metade do século XVIII
83	2º CAPÍTULO
	Os ofícios mecânicos das madeiras em Portugal na segunda metade do século XVIII
84	2. 1. – A actividade da marcenaria e as encomendas religiosas e civis
87	2. 1. 1. – Condicionamentos políticos, económicos e corporativos para o exercício da actividade da marcenaria
89	2. 1. 1. 1. – As obras no Porto dos Almadás e as condicionantes para a existência de ensambladores, marceneiros e arquitectos
90	2. 1. 1. 2. – A evolução do ofício de ensamblador no Porto entre 1764 e 1799
94	2. 1. 1. 3. – A matriz da marcenaria civil portuguesa
96	2. 1. 1. 4. – A utilização de madeira maciça pelos marceneiros portugueses
98	2. 1. 1. 5. – O cadeireiro de Setecentos: um ofício autónomo
100	2. 1. 1. 6. – Problemas de identificação de leitos: torneiros e entalhadores
103	2. 2. – Normas estatutárias e actividade oficial
104	2. 2. 1. – Os juizes do ofício
105	2. 2. 2. – As provas para obtenção do grau de mestre
107	2. 2. 2. 1. – As normas inglesas de acesso à actividade, e sua prática
107	2. 2. 2. 2. – Os estatutos franceses de La Rochelle, Nantes e Bordéus

110

2. 2. 2. 3. – As normas estatutárias da cidade do Porto

115

3º CAPÍTULO

As madeiras e os metais do mobiliário português da segunda metade do século XVIII

116

3. 1. – O negócio das madeiras à luz dos estatutos dos ofícios

119

3. 2. – Características da madeira no cômputo das obras de marcenaria

121

3. 3. – Condicionalismos da cultura, exploração e utilização das madeiras autóctones

122

3. 3. 1. – A identificação dos lenhos autóctones e a definição da origem do mobiliário

125

A) – Madeira de carvalho

128

B) – Madeira de pinheiro

130

C) – Madeira de castanheiro

134

D) – Madeira de nogueira

136

3. 4. – Duas xilotecas portuguesas setecentistas

138

3. 4. 1. – A coleção de madeiras organizada por José Aniceto Raposo

142

3. 4. 2. – A xiloteca de “Manuel Rodrigues Gaspar”, da Ilha da Madeira

144

3. 5. – Os contactos anglo-portugueses no âmbito do coleccionismo e do negócio de madeiras

145

3. 5. 1. – Duas agendas anglo-portuguesas de finais de Setecentos

148

3. 6. – As madeiras tropicais utilizadas no mobiliário português da segunda metade de Setecentos

149

A) – A madeira de vinhático

151

B) – A madeira de jacarandá

155

C) – As designações “pau-santo” e “pau-preto”

157

D) – A problemática das madeiras de cor negra

157

E) – A designação “pau-óleo”

159

F) – A “madeira de caixa” ou “pau-caixa”

162

3. 7. – Madeiras para marcenaria à venda em Lisboa na última década de 1700

166

3. 8. – A cor dos tecidos lenhosos vistos à lupa do tempo

167

3. 9. – Os metais funcionais do mobiliário

175

4º CAPÍTULO

Comércio de mobiliário entre Portugal e Inglaterra durante o século XVIII (1700-1800)

176

4. 1. - Localização geográfica de Portugal no contexto do comércio internacional

176

4. 1. 1. - O comércio do eixo atlântico

178

4. 1. 2. - O movimento comercial entre Portugal e o Brasil

178

4. 1. 3. - A importância da rota brasileira para o comércio inglês

182

4. 1. 4. - A Ilha da Madeira, ponto de passagem intercontinental

184

4. 1. 5. - Contrabando, corso e desvios de mercadoria

186

4. 1. 6. - "Packet boat" diplomático

187

4. 2. - Contextualização da produção inglesa para exportação

190

4. 2. 1. - As rotas inglesas de comércio setecentista

191

4. 2. 2. - A relevância do mercado português para o comércio inglês

192

4. 3. - Os registos alfandegários ingleses de mobiliário

193

4. 3. 1. - Problemas dos registos alfandegários ingleses

194

4. 3. 2. - Exportações de mobiliário registadas em Inglaterra

202

4. 3. 3. - Origem geográfica dos móveis exportados

202

4. 3. 4. - Estilos e tipologias na origem

206

4. 4. - Os problemas de registos aduaneiros portugueses

211

4. 4. 1 - Pautas aduaneiras portuguesas da segunda metade de Setecentos

216

4. 4. 2. - Tipologias inglesas em Portugal

216

A) - Uma cómoda com elementos neo-góticos

218

B) - Espelhos ingleses em Portugal

222

C) - As caixas altas de relógio com decoração de "chinoiserie"

224

D) - Uma caixa alta de relógio para o mercado português

224

E) - Um relógio de mesa inglês para o mercado português

226

4. 3. - Exportação de instrumentos musicais e de matemática

226

4. 4. - Exportação de livros

227

4. 5. - Mercadoria oriental exportada a partir de Londres

235	5º CAPÍTULO Estética rococó e neoclássica e as influências internacionais no mobiliário português da segunda metade do século XVIII
236	5. 1. - Influências internacionais na marcenaria portuguesa
239	5. 1. 1. - Gravuras setecentistas do espólio de uma marcenaria portuense do século XX
243	5. 1. 2. - Circulação de publicações inglesas em Portugal
244	5. 1. 2. 1. - As propostas de Thomas Chippendale
245	5. 1. 2. 2. - A obra de George Hepplewhite e outras publicações inglesas de Artes Decorativas e arquitectura
248	5. 2. - Matrizes da estética portuguesa rococó e neoclássica
250	5. 2. 1. - O gosto francês na corte portuguesa
252	5. 2. 2. - O gosto nas cidades portuárias
253	5. 2. 3. - Programas decorativos rococó e neoclássicos em casas setecentistas portuenses
259	5. 3. - As opções estéticas de revestimento parietal na segunda metade de Setecentos e o mobiliário que as integrava
259	5. 3. 1. - O revestimento parietal de madeira e o mobiliário da corte
260	5. 3. 1. 1. - O mobiliário das "boiseries" de influência francesa
263	5. 3. 1. 2. - As soluções inglesas de inserção do mobiliário nos revestimentos parietais
264	5. 3. 2. - As opções decorativas das classes emergentes ou dos grupos intermédios
266	5. 3. 3. - A decoração azulejar parietal portuguesa
267	5. 4. - Transversalidade ornamental dos ofícios da Artes Decorativas
268	5. 5. - A influência inglesa no mobiliário português da segunda metade do século XVIII
269	5. 5. 1.- A execução de tipologias setecentistas a partir de gravuras inglesas epocais
272	5. 5. 2. - Afirmação de autoria em peças de mobiliário português de influência inglesa
273	5. 5. 2. 1. - José Aniceto Raposo (1756-1824): um marceneiro lisboeta e a influência inglesa
275	5. 5. 2. 2. - Um móvel de colecionismo estampilhado por José Aniceto Raposo

280	5. 5. 2. 3. - Um conjunto de tipologias de assento com punção "A. S. R."
286	5. 5. 2. 4. - Uma cómoda-papeleira "Manuel António Ferreira"
288	5. 6. - A estética do mobiliário português da segunda metade de Setecentos
290	5. 6. 1. - A transposição de morfologias inglesas para as peças portuguesas
291	5. 6. 2. - As marcas estilísticas do Rococó e o protagonismo do entalhamento
292	5. 6. 2. 1. - A tradução portuguesa da ornamentação debuxada nos álbuns ingleses
294	5. 6. 3. - Tipologias rococó
294	5. 6. 3. 1. - Tipologias de descanso
294	A - Interpretação portuguesa de modelos ingleses
300	B) - Ensaio de datação de três modelos portugueses rococó
302	C) - Os leitos
307	5. 6. 3. 2. - Tipologias de conter e de pousar
330	5. 6. 3. 3. - As molduras nos espelhos
333	5. 6. 4. - Problemas de identificação do mobiliário neoclássico português
334	5. 6. 4. 1. - A transição portuguesa do Rococó para o Neoclássico ou o hibridismo de alguma produção de finais de Setecentos
354	5. 6. 5. - O mobiliário executado nas cidades portuárias
359	5. 6. 6. - Tipologias neoclássicas
359	5. 6. 6. 1 - Tipologias de Descanso
367	5. 6. 6. 2. - Tipologias de Conter e de Pousar
371	5. 6. 6. 3. - As molduras para espelhos
374	5. 7. - O mobiliário do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde, e a influência inglesa em Portugal
375	5. 7. 1. - A actividade da marcenaria em Viseu na segunda metade de Setecentos
377	5. 7. 2. - A opção estética do ambiente da casa dos condes de Anadia
377	5. 7. 3. - O mobiliário setecentista da casa dos condes de Anadia
379	5. 7. 3. 1 - O mobiliário setecentista importado
381	5. 7. 3. 2. - As tipologias de assento que interpretam modelos internacionais
386	5. 7. 3. 3. - As mesas de encostar e espelhos de influência inglesa
388	5. 7. 3. 4. - A interpretação portuguesa da gramática internacional
395	5. 7. 4. 5. - Um leito neoclássico de duas cabeceiras

399	6º CAPÍTULO
	Um estudo de caso: José Francisco de Paiva (1744-1824), ensamblador, riscador e arquitecto e a influência inglesa no mobiliário portuense
400	6. 1. - Elementos biográficos
404	6. 2. - Elementos da vida profissional
408	6. 3. - A actividade de marcenaria de arquitectura de José Francisco de Paiva à luz da documentação
423	6. 4. - As obras no Porto dos Almadás e os arquitectos da cidade
424	6. 5. - O ofício de ensamblador no Porto entre 1764 e 1799
427	6. 5. 1. - A entrada de mobiliário na cidade do Porto no ano de 1799
433	6. 6. - As matrizes dos artífices das madeiras na cidade do Porto nos finais do século XVIII
435	6. 6. 1. - A circulação de informação na cidade do Porto nos finais do século XVIII
444	6. 6. 2. - A arquitectura na formação do desenhador, ensamblador e marceneiro
446	6. 6. 3. - O percurso do oficial de ensamblagem para o de marceneiro na cidade do Porto na segunda metade do século XVIII
447	6. 6. 4. - A emancipação das encomendas de cariz religioso por parte dos marceneiros da cidade do Porto nos finais do século XVIII
452	6. 6. 5. - O advento do neoclassicismo no mobiliário portuense: ensaio de identificação
460	6. 7. - A colecção de desenhos do Museu Nacional de Arte Antiga
461	6. 7. 1. - As matrizes da colecção de desenhos
465	6. 7. 2. - As questões de identificação do autor e de atribuição de autoria dos desenhos
466	6. 7. 3. - As informações detectadas no suporte físico
471	6. 7. 4. - A análise dos desenhos de mobiliário
489	6. 7. 5. - Uma encomenda de mobiliário
497	6. 7. 6. - As técnicas de marcenaria e designações comuns de madeiras inscritas na colecção
503	CONCLUSÃO
511	ÍNDICE DE FIGURAS
530	ÍNDICE DE TABELAS
531	ÍNDICE DE MAPAS
531	ÍNDICE DE DIAGRAMAS
533	FONTES E BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A referência à herança da influência inglesa no mobiliário português setecentista tem sido uma constante por parte dos historiadores das Artes Decorativas ou de Arte e Património, não existindo, porém, até hoje, transcrição de fontes primárias que sustente tal alusão.

Alfredo Guimarães e Albano Sardoeira foram as figuras que, nos primórdios da investigação, sinalizaram a influência britânica, socorrendo-se dos seus conhecimentos enquanto amadores de antiguidades. Silva Nascimento e Cardoso Pinto analisaram as tipologias de descanso e nelas tentaram perscrutar algumas matrizes britânicas. António de Aguiar dissecou os inventários dos nobres supliciados em Setecentos, publicados por Luís de Bívar Guerra, dando um contributo indelével para o estudo das Artes Decorativas ao criar as referências que ainda hoje se utilizam para sistematizar as tipologias, num sistema de grupos que relevam a sua funcionalidade. O momento em que Franz-Paul Langhans transcreve estatutos e petições dos ofícios ligados ao ensamblamento, marcenaria, entalhadores e carpinteiros de Lisboa, revelou-se importante, pois permite detectar sinais da presença britânica no reino português no cômputo de diversas actividades oficiais. Virgínia Rau divulgou a existência de mobiliário anglófono nos pertences da rainha D. Catarina de Bragança. Robert Smith, se bem que preferindo o estudo da produção retabular e seus artífices e artistas, agentes de uma revolução oficial, apresentou alguns elementos que já apontavam para o percurso, por parte da marcenaria portuguesa, de um trilho internacional complexo. Marie Thérèse Mandroux-França publicou análises essenciais para a compreensão dessa trajectória, contaminada por múltiplas estirpes. Os diversos estudos de Maria Helena Mendes Pinto foram pioneiros na utilização de informação técnica e estética para identificação de mobiliário civil, apontando a influência britânica na colecção de desenhos setecentistas denominada *José Francisco de Paiva*, o marceneiro, riscador e arquitecto portuense que viveu entre 1744 e 1822. Carlos da Silva Lopes levantou alguns problemas do mobiliário de influência britânica. Manuel Engrácia Antunes identificou, na colecção da Casa Museu Guerra Junqueiro, no Porto, tipologias de matriz inglesa. Nuno Luís Madureira detectou, de modo pertinente, questões basilares para o entendimento dos ofícios ligados ao mobiliário no contexto social setecentista. Celina Bastos tem levado a cabo importante levantamento de inventários. Fernanda Pinto Basto, José António Proença e Maria da Conceição Borges de Sousa têm vindo a abordar problemática na classificação do mobiliário. Pedro Costa Pinto inventariou tipologias de assento presentes em Portugal. Paula Dias Carneiro deu a conhecer, recentemente, gravuras setecentistas de mobiliário existentes em Portugal, no seguimento de Maria da Luz Paula Marques, que estudou, de modo pioneiro, a influência estrangeira na produção portuguesa de mobiliário civil dessa época, concretamente nas consolas e tremós. Num outro registo,

Carlos Franco publicou informação seriada sobre os elementos utilizados nos ambientes das elites lisboetas do Antigo Regime. Ana Godinho Dotti de Carvalho estudou uma cómoda-papeleira de referência oriental, situando-a na problemática do comércio com o Oriente, sem, todavia, precisar as ligações anglo-portuguesas nessas rotas. Daniela Filipa Coelho apresentou, ultimamente, uma tese versando materiais e técnicas do mobiliário pintado setecentista não identificando, no entanto, qualquer questão sobre as matrizes inglesas das tipologias. O tónus inglês da prataria, tecidos e decoração tem sido sinalizado na vasta obra de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa. As publicações que este académico dirige, nomeadamente a *Revista de Artes Decorativas e Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*, bem assim como a revista *Museu*, tem permitido o levantamento de documentação que faculta, aos estudiosos, reflexões, em modo multifacetado, sobre a realidade portuguesa das Artes Decorativas. Por último, não podemos deixar de referir os quatro Colóquios de Artes Decorativas organizados pela Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, cujas comunicações contribuíram para relevar a complexa teia estética das matrizes do mobiliário português.

Pese embora a diversidade de informações assim coligidas, a presença do mobiliário britânico em terras portuguesas não foi estudada, até à presente data, a partir dos dados alfandegários existentes na fonte de onde tal produção emanou, i.e., os registos ingleses setecentistas (1700-1800). Torna-se, portanto, fundamental, iniciar a nossa caminhada a partir desse repositório, não sem antes caracterizar a vida política, social e económica do reino português tendo em conta a sua situação geo-estratégica no cômputo dos interesses internacionais. A averiguação dessas condições permitirá entender de que modo se processa a integração da produção do mobiliário civil lusitano na rede de influências estilísticas e tipológicas epocais. O funcionamento oficial e as tipologias que se desenvolveram localmente, se bem que não se reproduzam de modo análogo em todas as latitudes, apresentam semelhanças que será essencial apurar, tal como o processo de relacionamento entre clientes e artífices, chave primária da cadeia que dá origem a encomendas e à sua execução.

Para que possamos apreciar, com propriedade, esses condicionalismos, será obrigatório recuar ao início do século XVIII e à assinatura do tratado que ostenta o nome do negociador inglês, John Methuen, para percepção a influência que a “nação britânica” exerce na vida da corte e na dos mercados que com ela possuíam trato comercial. Os ingleses desenvolvem importantes negócios em Portugal, e o envio de mobiliário civil faz parte desse trato. Produto de uma manufactura desenvolvida, afirmando-se nos reinos a que aportava, a exportação de mobiliário procura ganhar terreno entre a clientela local, a quem são oferecidas, em contínuo, tipologias avulsas mas coerentes entre si, configurando um modo de vida inovador para as classes emergentes ligadas ao comércio internacional. O fluxo contínuo de mobiliário civil entre Inglaterra e Portugal vai contaminar, de modo inevitável, a produção das oficinas portuguesas. Teremos de apurar em que medida tal sucedeu.

O rei D. João V e os dignitários do cenóbio centralizam, durante as primeiras cinco décadas do século XVIII, as encomendas que permitem a corporização do seu estatuto de privilégio. A estética do gosto e as aspirações político-religiosas do primeiro passam pelo desejo de ombrear com as grandes colecções reais europeias, para o que designa embaixadores com o propósito de aliciar artistas, arquitectos, riscadores e ourives a colaborar em projectos e concretizações, muitas das quais perdidas no terramoto de 1755. A arquitectura ganha lugar de relevo na panorâmica dos espaços da corte e as peças de mobiliário que os compõem são aparatosas e ricas, envolvendo metais preciosos. Constituem,

porém, um apêndice escasso, num tempo em que as áreas grandiosas dos edifícios, à semelhança do resto da Europa, são o que identifica o estatuto social. Os dignitários religiosos ostentam a sua proeminência utilizando, do mesmo modo que a corte, as rendas miríficas da colónia brasileira, que possibilitam a encomenda de grandes produções retabulares. Num momento conjuntural feliz, uma plêiade de riscadores locais informados e cultos emergem a Norte do reino, inspirando-se em sugestões decorativas do sul da Alemanha, proporcionando aos seus clientes obras idiossincráticas e refinadas. Ao difundir os seus conhecimentos no meio oficial – obtidos em obras gravadas que circulavam, pelo território europeu, com agilidade –, irão permitir que os ensambladores absorvam as técnicas que a estética da moda barroca retabular utiliza.

D. José I, que ascende ao trono em 1750, não replica a política de obras grandiosas do reinado anterior, tendo-se que defrontar com o terramoto de 1755, um marco de destruição de bens e pessoas, de interrupção de negócios, mas também de mudança de paradigma nos hábitos da corte. Esta passa a residir em barracas, uma moda nova que ganhou adeptos pela Europa. As Artes Decorativas ficam mais pobres, pois são destruídos os acervos decorativos civis da corte.

Passado o embate da tragédia, os negócios readquirem fôlego, já que os cabedais da “nação inglesa” continuam a comandar a actividade comercial com as colónias. Sentindo os prejuízos que o domínio económico britânico induz à coroa, e na tentativa de reverter a situação, D. José I e o marquês de Pombal encetam acções no sentido de coarctar o movimento do trato britânico, que é avassalador. Esboçam-se políticas de fomento às manufacturas existentes, tentando a criação de outras, obstando, na medida do possível, à importação de produtos essenciais e conseqüente sangria de divisas. São atraídos investidores, artistas e artífices europeus que, sabedores da riqueza que o reino continuava a ostentar, concedem o seu contributo para o estabelecimento de fábricas em zonas diversas do território continental. As técnicas internacionais das mais variadas áreas de produção entram no território português.

A comunidade estrangeira vive de modo faustoso em Portugal continental, contratando artistas para decorar os seus palácios, trazendo consigo acervos e móveis segundo os seus gostos pátrios, ostentando-os aquando das recepções que ofertam. Sem preocupações de comunicar por via linguística com os locais, o seu comportamento atiza o ódio do resto da população muito pobre.

A Madeira e os Açores são entrepostos comerciais no cômputo das rotas internacionais de tráfego de mercadoria, sendo dominados por estrangeiros. A primeira, e na prática, uma feitoria dos negócios ingleses, reporta directamente ao seu reino, não contribuindo com impostos para a coroa portuguesa. O seu quotidiano impõe-se aos ilhéus. Tentaremos apurar o seu papel na rota dos negócios britânicos. Já o arquipélago dos Açores configura uma realidade diversa, que abordaremos de modo muito breve. A respectiva localização geográfica afirma-o como um ponto de distribuição entre América, Brasil e Europa, permitindo fortuna a mercadores portugueses. O domínio inglês também aí se faz sentir.

O reinado de D. Maria I inicia-se em 1777 e o ministro Pina Manique enceta políticas de contenção orçamental para obstar à acentuada diminuição das riquezas chegadas do Brasil. Promove-se a instrução e o auxílio de cariz social em instituições de Lisboa e do Porto, tornando-se focos de ensino de disciplinas modernas, provendo-se meios para a ida de alunos para o estrangeiro. As construções religiosas sofrem contenção, se bem que a rainha patrocine a construção da Real Basílica da Estrela.

Os negócios ingleses mantêm-se, abastecendo a colónia brasileira dos produtos manufacturados

que aí não existem. O futuro rei D. João VI assume formalmente a regência do reino em 1799 num contexto internacional de políticas agressivas por parte de França, o que obriga a um maior entrosamento militar com o aliado inglês. Internamente reforça-se a atenção ao desenvolvimento das infra-estruturas com o propósito de incrementar os meios de comunicação. A agricultura e a indústria recebem atenção no sentido de permitir a sua expansão.

A dimensão económico-financeira do reino e sua colónia brasileira, bem como a presença da comunidade britânica nos negócios vinhateiros propiciam a pujança de duas cidades: Lisboa, a capital, sede da corte, e o Porto, centro de negócios vinícolas. A primeira constitui o natural centro aspirador das elites nacionais e internacionais, sempre em busca de benesses reais que permitam uma representação social faustosa. Num tempo em que a actuação comercial não é valorizada pela classe nobre portuguesa – considerando-a, de facto desprestigiante –, a actividade mercantil e o trabalho da comunidade britânica suprem esse comportamento, constituindo uma das razões para o seu sucesso no reino. O Porto, cidade portuária secular, estabelece-se como epicentro de uma actividade agrícola-vinhateira e, à semelhança de outras cidades europeias com produção comparável, sofre uma evolução social e económica propiciada pelos respectivos rendimentos. Este burgo vai sofrer um desenvolvimento assinalável, tendo como motor as obras de requalificação e expansão. Os ingleses – ligados de modo quase umbilical à cidade –, participam neste desenvolvimento, amalgamando-se com as elites locais, que aderem ao impulso modernizador britânico. São importados de Inglaterra ideias e projectos.

Sem entender o que significou a presença de estrangeiros no reino não se poderão distinguir os parâmetros a que a produção do mobiliário civil esteve sujeita. Uma mole de artesãos manufactureros – pedreiros, carpinteiros, ensambladores, entalhadores, imaginários, torneiros, serralheiros, douradores, pintores e estofadores –, encontram-se disponíveis. A sua aprendizagem assenta, tradicionalmente, nas técnicas e práticas oficinais de executar tipologias destinadas à utilização em contexto religioso, o que não permite margem para imaginação de índole civil. O primado da técnica de ensamblagem – a junção de elementos por meio de pregos e cavilhas, furos e respigas –, contamina a execução de qualquer tipologia, confundindo-se amiúde com a técnica de carpintaria, que utiliza os primeiros como modo de fixação. Os interiores das obras são, em geral, menosprezados pois o que se pretende é uma obra final de índole teatral, na qual só importa o resultado final visível. Tentaremos apurar em que medida a marcenaria civil portuguesa da segunda metade de Setecentos se funda nesta opção construtiva, tendo em conta a relevância que o conhecimento de tipologias e ornamentação de importação, até aí desconhecidas na comunidade dos oficiais, significa para a produção local.

A matéria-prima disponível nas oficinas revela-se outro dos factores condicionantes da execução do mobiliário, fornecida por dois ecossistemas: o do território continental europeu e o Brasil. Quanto ao primeiro, as espécies que crescem junto dos seus locais de trabalho – o carvalho, o pinheiro, o castanheiro e a nogueira –, são os lenhos que os marceneiros utilizam. É necessário verificar em que medida esse facto poderá constituir informação relevante para a identificação do local de execução do mobiliário português. Por via marítima, e, portanto, disponível nas áreas portuárias, ou que lhe estão próximas, chegam carregamentos de toros e pranchas de lenhos coloridos, numa paleta que vai do negro – cor privilegiada no mobiliário português –, ao vermelho, passando pelo violeta, rosa, dourado ou amarelo, oferecendo à marcenaria civil a possibilidade de executar mobiliário feérico, à semelhança de outras latitudes. Estes lenhos coloniais – e a consciência do seu valor enquanto mercadoria tran-

saccionável –, potenciam o florescimento de actividades colecionistas e de divulgação comercial das novas espécies, corporizadas em xilotecas de diverso cariz. A comunidade inglesa interessa-se pelas madeiras brasileiras, reflectindo-se esse facto em documentos escritos.

A identificação matéria das tipologias é tema de alguma complexidade, pois os nomes vulgares dos lenhos, apostos em documentos setecentistas, são confusos e pouco esclarecedores, nomeadamente os do Brasil, e que estão ligados, amiúde, à cultura dos índios brasileiros. As colecções epocais de amostras de madeiras revelam que a marcenaria utiliza, de modo constante, os mesmos lenhos que a arquitectura e a construção naval, actividades principais nas encomendas a essa colónia. Tentaremos apurar se a lógica da utilização da matéria-prima disponível ditou a execução de algum mobiliário até uma época tardia de Setecentos.

Noutras latitudes, o mobiliário civil da segunda metade de Setecentos afirma-se com a burguesia em ascensão, a que habita as cidades portuárias e que contacta com a congénere inglesa e seu modo de vida. Laivos de modernismo e sociabilidade emergem localmente. O paradigma de vida com conforto e o acesso a bens de luxo a preços moderados são bem acolhido. Importa, então, aclarar o modo como se repercutem essas novidades nas oficinas de mobiliário civil. Com clientes solicitando diferentes tipologias – adornadas por metais que constituem os adereços da moda –, o envolvimento entre as duas partes vai ter, forçosamente, distinto cariz dos tempos passados. Iremos verificar em que medida esse facto significa maior informação, induzindo espíritos curiosos à criação de tipologias específicas e ornamentação inovadora.

Enquanto na cidade de Lisboa tem sido possível identificar algumas tendências tipológicas decorativas e de utilização de madeiras no mobiliário das elites da segunda metade de Setecentos, não revelando, no entanto, elementos suficientes para a sua identificação cabal, a inexistência de inventários orfanológicos na cidade do Porto inviabiliza a detecção de tipologias e seus elementos decorativos. Teremos de nos socorrer, então, da análise de algumas técnicas utilizadas por marceneiros e entalhadores, pelo que iremos conceder, às tipologias, o estatuto de verdadeiras fontes. Verificaremos em que condições as oficinas portuguesas operaram na segunda metade do século XVIII – tentando vislumbrar, nomeadamente nas cidades do Porto e de Lisboa, a presença de condições sociais para que a classe dos ofícios das madeiras exercesse a sua profissão. Terá a conjuntura política e económica da segunda metade de Setecentos condicionado a produção do mobiliário e a sua evolução estilística? Será distinta da produção da corte?

As matrizes da produção portuguesa de mobiliário rococó e neoclássico constituem outro objectivo desta dissertação. A importação de mobiliário inglês, com tipologias modernas, sinal de um novo modo de estar e viver – e seu conhecimento por clientes e marceneiros –, vai condicionar a adesão local a peças de morfologia e ornamentação adaptadas a uma arquitectura compaginável com as aspirações das classes intermédias e da burguesia em ascensão. Em algumas peças a que tivemos acesso, a tradicional segmentação entre os dois estilos distende-se e mescla-se no tempo, dando lugar a uma produção de classificação problemática no que toca a purismo estilístico. Este facto levanta reflexões sobre a possibilidade de uma outra criação que congrega elementos de um e de outro estilo, de que tentaremos detectar as características. Qual terá sido, então, a produção das marcenarias portuguesas das cidades portuárias, com acesso facilitado a lenhos coloniais? Existirá alguma produção idiossincrática – na esteira de outras latitudes – que releve a sua situação geográfica particular?

Consideramos necessário, previamente, entender o ponto de vista inglês, examinando o enquadramento da produção de mobiliário da segunda metade de Setecentos, desde logo com uma caracterização do seu ambiente político e económico e das suas aspirações enquanto potência comercial e financeira. As condicionantes para essa ocorrência nascem da pretensão, por parte de uma classe social não nobilitada, em Inglaterra, de emular a decoração e o modo de vida de uma camada com maior poder aquisitivo. Enriquecida pela exportação das manufacturas e pelos vários negócios proporcionados pelas matérias-primas das colónias ou dos reinos que dominam comercialmente, esse estrato social afirma-se de modo singular, solicitando ao mercado peças que, conceptualmente, se ligam a uma moda que pretende dar cabal resposta às suas necessidades de sociabilização e consequente decoração das habitações.

A situação geo-estratégica portuguesa vai permitir que as Artes Decorativas se integrem nessa rede de influência estilística, adoptando tipologias inglesas, distinguindo-se, no entanto, pela matéria-prima utilizada e por características técnicas particulares, que tentaremos apurar. Será necessário verificar em que medida a classe encomendante portuguesa, em contacto com a sua congénere inglesa, terá valorizado o paradigma importado, propiciando uma produção vernacular peculiar.

A costumeira contratação de obra das oficinas com os clientes de modo verbal, a quase inexistência de facturas e/ou recibos, ou eventuais documentos apensos às peças, e a pouca valorização conferida a estes dados propiciam situações de total anonimato da obra executada. Analisaremos, todavia, uma peça identificada por estampilha de José Aniceto Raposo – um marceneiro lisboeta formado em escola inglesa –, e detectaremos uma assinatura aposta em mobiliário. Tentaremos, ainda, contornar a falha de autoria de algumas tipologias, e a sua datação, ensaiando-a através da identificação estilística de outras áreas das Artes Decorativas, nomeadamente das peças de prata ou de outras matérias-primas, ocorrência exequível dada a osmose recorrente entre as matrizes dos diversos ofícios.

O acervo da casa dos condes de Anadia, em Mangualde, em que se conservam peças setecentistas, revela-se um laboratório essencial para a compreensão de três vertentes do mobiliário português: o paradigma da importação – pela existência de mobiliário de clara origem estrangeira; a influência estilística e técnica da marcenaria internacional na produção local por via do conhecimento dos respectivos modelos, permitindo reconhecer tipologias portuguesas com créditos inspiradores forasteiros; e, finalmente, a detecção de tipologias com identidade própria – produto, já, da emancipação dos oficiais locais das madeiras. O mobiliário existente nesta casa vai possibilitar análises de ordem tipológica, estilística e ornamental, bem como a utilização da matéria-prima local, além de nos permitir questionar a envolvimento parietal decorativa de Setecentos.

Por último, tentaremos descodificar e trazer à liça novos elementos e ponderações sobre a colecção denominada *José Francisco de Paiva*, que Maria Helena Mendes Pinto tratou de forma precursora. Com elementos que o conhecimento da historiografia do mobiliário inglês hoje concede, e cruzando informações de cariz diverso, ensaiaremos a detecção da influência que a colónia inglesa inculcou na classe emergente portuense que pretendia consumir e emular a moda dos seus pares britânicos, exigindo novas tipologias que proporcionavam conforto e modernidade, sempre adaptadas ao gosto e tradições regionais. A observação deste relacionamento vai permitir a identificação de alguns sinais que marcaram a produção da marcenaria portuense da segunda metade do século XVIII e início de Oitocentos, em particular da figura que dá o nome à colecção de desenhos, um ensamblador,

marceneiro, riscador e arquitecto. Nascido na cidade do Porto, a sua actuação terá sido produto das condicionantes sócio-económicas que determinaram a prática da profissão, obrigando a adaptações a diferentes actividades, colaborando com outros riscadores, desenvolvendo ele próprio algumas qualidades de adaptação às solicitações da clientela local – apresentando riscos que se materializaram em peças conhecidas e noutras que tentaremos desvendar. Há que tentar analisar os elementos subjacentes à existência de desenhos de uma colecção deste jaez – nomeadamente a ligação de José Francisco de Paiva à clientela que convivía com os ingleses e aos estrangeiros que residiam na cidade –, podendo ter contribuído, de forma insuspeita, para a introdução nas oficinas locais de desenhos com origem em Inglaterra. Não existindo, até à data, elementos que possibilitem identificar o percurso que trouxe esta colectânea até ao Museu Nacional de Arte Antiga, debateremos a possibilidade de aí existirem contribuições de marceneiros de tempo posterior à vida de Paiva, questão que já foi nos possível detectar anteriormente. Este aspecto permite justificar alguma profusão de referências a trabalhos publicados, já que temos vindo a tentar colmatar a ausência, nas últimas décadas, de investigação aprofundada na área estilística, de madeiras e de técnicas de execução do mobiliário civil português.

Assim, ao longo de seis capítulos, serão apresentados elementos conducentes à interpretação da trajectória das Artes Decorativas de Setecentos, tomando pulso a um dos quadros sociais a que passaram a estar associadas – a vida das classes que, de modo paulatino, mas seguro, emergiram, acedendo a representações sociais que, num tempo anterior, eram desconhecidas.

1º CAPÍTULO

Contexto do relacionamento entre Portugal e Inglaterra no século XVIII

A história setecentista portuguesa está ligada à presença dos ingleses em Portugal. Desde o início da dinastia de Bragança, em 1640, os laços sociais e económicos entre as duas coroas tenderam a evoluir no sentido de uma maior aproximação. D. João IV necessitava de legitimar o seu reinado no contexto da diplomacia europeia, após a libertação portuguesa de sessenta anos de dominação castelhana. Alguns reinos europeus aclamaram a emancipação alcançada¹, mas foi o casamento de sua filha D. Catarina com Carlos II de Inglaterra, em 1662, que constituiu o ensejo que a Casa de Bragança procurava. Com efeito, os consórcios entre membros das famílias reais eram oportunidades para afinação de estratégias, “constituição de alianças e tratados”², bem como conjunturas diplomáticas aproveitadas para normalizar eventuais deficiências do funcionamento do Estado³, caso das falhas existentes, no reino português, depois do domínio espanhol. A partir da década de 1660 Inglaterra posicionou-se, conjuntamente com o reino francês⁴, como potência emergente a nível mundial, e a possibilidade do casamento de D. Catarina com o rei britânico como que definiu o “alinhamento político internacional”⁵ que, ao longo das restantes décadas de Seiscentos e da centúria seguinte se traduziu, para Portugal, numa dependência comercial e industrial do império económico inglês. O depauperamento da nobreza portuguesa e as lutas políticas intestinas, à época, bem como as incertezas do posicionamento das diversas casas reais europeias⁶ ditaram essa escolha: na verdade, as actividades comerciais inglesas já exibiam certa supremacia, em Portugal, a partir de 1654⁷.

¹ Vd. GAZETA EM QUE SE RELATAM as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mes de Novembro de 1641. Em Lisboa. Na Officina de Lourenço de Anveres (sic). Noticia-se que ao embaixador de Portugal na Suécia, Francisco de Sousa Coutinho, a monarca deste reino ofereceu “*huma cadea de ouro, que pesa 330000 (sic) huma joya de diamantes com o seu retrato, & a todos os que forão em sua companhia mandou huma cadea de ouro, & escreveo a el Rey nosso Senhor dandolhe os parabens da Restauraçãodo seu Reyno*”.

² Vd. TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 44-47.

³ Vd. TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, p. 47.

⁴ Vd. LIVERMORE, H. V. – *A History of Portugal*. Cambridge: The University Press, 1947, pp. 323 e 325-326. Luis XIV tentou estabelecer, em 1762, um tratado económico de preferência com o reino português, paralisado na sequência da ruptura dos laços com Espanha. Apesar de o não ter conseguido, existiam trocas comerciais favoráveis a França.

⁵ Cfr. RAMOS, Rui, coord.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros e Expresso, 2009, vol. 4, p. 41.

⁶ Cfr. RAMOS, Rui, coord.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros e Expresso, 2009, vol. 4, p. 41.

⁷ Vd. LIVERMORE, H. V. – *A History of Portugal*. Cambridge: The University Press, 1947, p. 326. Previlégios foram concedidos aos britânicos em Portugal, nomeadamente a possibilidade de eximirem os cereais do pagamento de impostos.

Este evento teve, para o lado britânico, contrapartidas muito favoráveis: o dote da princesa incluiu, além da quantia, em dinheiro, de dois milhões de cruzados, a cedência das colónias de Tânger e Bombaim, o que, para a marinha inglesa, abriu perspectivas muito favoráveis de desenvolvimento dos negócios quer na costa atlântica do continente africano quer no Oriente mais longínquo. A corte portuguesa permitiu, também, facilidades para os súbditos britânicos se instalarem em Portugal bem como certos privilégios no Brasil, que abordaremos *infra*.

Catarina partiu para Portsmouth no braganhim “Royal Charles”. Os seus aposentos no navio, que seriam magníficos, foram celebrados em poema publicado à sua chegada às Ilhas Britânicas:

“Her royal cabin, and her state-room too,
Adorned with gold, and lined with velvet through,
The cushions, stools and chairs, and clothes of state
All of the same material and rate. The bed, made for Her Majesty’s repose.
White as the lily, red as Sharon’s rose.
Egypt, nor isles of Chittim, have not seen
Such rich embroideries, nor such a Queen!
Windows with taffaties and damask hung,
While costly carpets on the floor are flung.
Regions of perfumes, clouds of incense hurled
In every room of this our little world”⁸.

No barco, chegada a Inglaterra, a nova rainha inglesa recebeu o seu cunhado, James, Duque de York, com um cerimonial protocolarmente regido. O aposento “had been fitted up magnificently with a throne and canopy for the new Queen”⁹. O irmão de Charles II sentou-se num “high stool or tabouret, outside the canopy of her throne, on her left hand”¹⁰. Finalmente dirigiu-se a Londres, ao palácio de Hampton Court, onde tomou contacto com o rei, seu marido.

Os materiais exóticos, então utilizados na confecção de peças de aparato, estavam presentes de modo vincado no dote real português. O mobiliário que D. Catarina de Bragança levou para Inglaterra era executado com madeiras orientais como o sissó, a teca e o ébano, raros, à época, na cultura europeia. A decoração dessas peças incluía ouro, prata, pedras preciosas, marfim, tartaruga e cobre, matérias obtidas em locais remotos, e que sobressaíam no mesclado das madeiras utilizadas. Carlos II conheceu, então, os pequenos contadores que compunham o dote da rainha-consorte, e

⁸ Cfr. DAVIDSON, Lillias Campbell – *Catherine of Bragança Infanta of Portugal & Queen-Consort of England*. London: John Murray, Albermarle Street, W., 1908, p. 78. “A cabine e o quarto real || eram todos ouro e veludo, || de tecidos de estado as almofadas, bancos e cadeiras. || O leito para repouso todo branco como o lírio, e vermelho como as rosas de Sharon. || Nem o Egipto ou as ilhas de Chittim puderam ver tal magnificência numa rainha tão bela! || Tecidos de damasco e tafetás cobrem as janelas, || carpetes riquíssimas ondeiam no chão. || Nuvens de perfumes e incensos preenchem cada canto deste nosso pequeno mundo”.

⁹ Cfr. DAVIDSON, Lillias Campbell – *Catherine of Bragança Infanta of Portugal & Queen-Consort of England*. London: John Murray, Albermarle Street, W., 1908, p. 83. “O aposento tinha sido magnificamente armado com um trono e dossel para a nova rainha”.

¹⁰ Cfr. DAVIDSON, Lillias Campbell – *Catherine of Bragança Infanta of Portugal & Queen-Consort of England*. London: John Murray, Albermarle Street, W., 1908, p. 84. James sentou-se “num banco alto [de costas altas?], ou tamborete, fora do dossel do seu trono, à sua esquerda”.

fez deles uma das suas ofertas reais favoritas, encomendando-os a artífices goeses¹¹.

Já viúva, a rainha D. Catarina voltou a Portugal, em 1693, na sequência de viagem terrestre de alguns meses¹², demorando uns dias em Moulins, França, sendo a corte disso informada por carta não oficial. Os preparativos para a sua recepção foram coordenados entre as duas cortes através do enviado português, em 1685¹³. A vasta comitiva doméstica, era composta de famílias portuguesas e inglesas¹⁴, e a corte pretendeu limitar o seu número na viagem de regresso¹⁵. Algumas fizeram-se acompanhar de bens pessoais e algumas peças de mobiliário¹⁶.

O embaixador John Methuen reportou, em 1692, que a corte portuguesa parecia não gostar das notícias da vinda de D. Catarina, e, na sua opinião, esta comportava-se como estrangeira¹⁷. Com efeito o seu séquito não havia contactado a corte portuguesa desde a saída de Inglaterra¹⁸. Methuen comentou que “ *it is believed she will not be very welcome*”¹⁹ e referiu que D. Catarina “*comes to us in such a dresse ye [that] even frights us and the Quenn her selfe wants ye [the] principal diversion she hath [had] being not yet as much a Portuguese*”²⁰.

A maneira de vestir da rainha, bem como o seu comportamento, provavelmente mais extrovertido e distanciada da etiqueta castelhana, sofreu mudanças, portanto, comparativamente à corte portuguesa²¹. Em Inglaterra, D. Catarina tinha evoluído no trajar, adoptando “a moda da corte

¹¹ Cfr. QUILHÓ, Irene – Mobiliário. In SANTOS, Reinaldo dos – *Oito séculos de arte portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade, 1970, p. 438.

¹² Vd. TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 195-201.

¹³ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/16, ff. 297-298v.

¹⁴ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, pp. 15-16. Dois dos seus colaboradores mais próximos, que a acompanharam no seu regresso a Lisboa, Thomas Sandy e John Kary, eram ingleses.

¹⁵ Vd. TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 190-195.

¹⁶ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/16, ff. 254-254v. “*Pe. Manoel M^{ra} Capellão com 1 Criado...4 bauz; 1 Caxa; 3 Frasqueiras; 3 Chapeleiras; 1 Peça de baeta; 1 Cama || Dom Baltazar de Oliv^{ra} com 1 Criado...3 Bauz; 2 Caxas; 1 Caxa com hu escritório; 1 Caxa de despezos (sic); 2 Caxas de 2 espelhos; 1 Caxa de Livros e paneis (sic); 3 Chapeleiras; 3 Frasqueiras; 1 Cama || Julião Roiz com 1 Criado; 2 Bauz; 6 Cadeiras; 1 Cama; 1 Peça de baeta; 2 Chapeleiras || D^{os} Fr^{ra} com 1 Criado; 3 Bauz; 2 Camas; 1 Caxão de livros; 1 Trouxa com 1 cama e hua malla; 7 Chapeleiras; 1 Caxa do criado e hua cama; mais outra Caixa pequena || Ant^o de med^{es} com 1 criado; 7 bauz; 2 Caxas; 1 Cama; 7 Chapeleiras; 2 Frasqueiras; 2 Caxas toscas || Vicente Martins sua Mulher e 3 Filhas e hu criado; 4 Bauz; 1 Caxa; 2 Camas; 8 Chapeleiras; 1 Feixo de doces e biscoitos || Sebastião Pinto sua mulher 2 criadas e hu criado; 2 Caixoes; 2 Caxas em couros; 2 Caxas toscas; 2 Trouxas de camas; 3 Bauz; 2 Chapeleiras; 3 Frasqueiras || João Monteiro com hu criado; 4 Bauz pequenos; 1 frasqueira; 1 Caxa; 2 Chapeleiras; 1 Cama; 1 Peça de baeta || M^{el} Alveres (sic) sua mulher e sua filha 2 criados; 3 Bauz; 1 Frasqueira; 1 Chapeleira; 2 Trouxas de camas || Felis da Costa; 3 Bauz; 2 Caxas; 1 Cama; 2 chapeleiras; 2 Caxaz toscas || Vicente de Faria, 3 Bauz; 1 Frasqueira; 2 Chapeleiras; 1 Cama; 1 Trouxa*”. Este documento não tem data mas está referenciado com o título “*Charles II*”.

¹⁷ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/17. “Letters Mr Methuen from 4th June 1692 to 1700. n.º 3.”, ff. 40-41v.

¹⁸ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/17. “Letters Mr Methuen from 4th June 1692 to 1700. n.º 3.”, f. 52. A preparação de um “comboio” marítimo envolvendo um navio novo, ancorado no Tejo, em Julho de 1792, parece indiciar alguma descordenação nos preparativos para receber D. Catarina.

¹⁹ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/17. “Letters Mr Methuen from 4th June 1692 to 1700. n.º 3.”, ff. 40. “Crê-se que ela não será bem-vinda”.

²⁰ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/17. “Letters Mr Methuen from 4th June 1692 to 1700. n.º 3.”, f. 91. “Ela vem vestida de uma maneira que até, a nós, nos assusta e as suas principais diversões não são à portuguesa”.

²¹ Cfr. TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 157-158, 215 e 221. Terá sido natural que a rainha adoptasse o modo de vestir da corte que a recebeu aquando do seu casamento, contrário à moda “castelhana”. Contudo, uma vez regressada ao seu país de origem, os costumes e o protocolo portugueses

inglesa”, aderindo, mais tarde, às novidades do gosto francês que, entretanto, fascinaram os britânicos²². Outra das notas do embaixador é que as suas amizades eram nobres ingleses²³. No entanto, depois de instalada em Portugal, em palácio próprio, vivendo das suas arras e das rendas concedidas por D. Pedro II²⁴, a rainha seria discreta, mas de atitude muito cooperante para resolver assuntos de Estado que, de outro modo, seriam complexos, dada a falta de circunspecção política da sua família, segundo opinião de Methuen²⁵. D. Catarina foi regente em 1704 e 1705, por dois períodos breves, e as suas decisões políticas e administrativas nem sempre foram consensuais, fruto da “tensão entre o protocolo inglês [...] e a manutenção dos costumes portugueses [que] certamente deve ter existido”²⁶. De igual modo, a presença do seu confessor jesuíta, bem como dos elementos ingleses que a aconselhavam²⁷ não eram vistos com bom olhos por uma facção da nobreza portuguesa.

D. Catarina de Bragança faleceu em Portugal, em 1705, e o inventário dos seus bens²⁸ espelha uma atmosfera inerente a uma individualidade cimeira das Casas Reais da época barroca²⁹ que se manifestava em arquitectura exterior imponente e jardins direccionados para o rio, para facilidade de transporte de bens e pessoas. Os interiores eram concebidos para proporcionar a comodidade e os requintes da época, com ambientes opulentos, ouro e prata, tecidos, tapeçarias, madeiras consideradas preciosas, objectos delicados de toucador, enfim, uma miríade expositiva que concorria para uma atmosfera que se desejava faustosa. O inventário português setecentista transporta-nos, de imediato, para a decoração de algumas casas apalaçadas inglesas, de que “Ham House”, a sul de Londres, é exemplo, e onde D. Catarina residiu durante alguns meses no ano de 1677³⁰. Longe do

foram, lentamente, contaminados pelo seu comportamento, tendo a corte aderido à moda por ela exibida.

²² Vd. TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 157-158 e 215.

²³ Cfr. T. N. A., P. R. O. *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/17. “Letters Mr Metheun from 4th June 1692 to 1700. n.º 3.”, f. 91. “*Her greater entertainment is from her friends in England w^{ch} is y^e name wth w^{ch} she always honours your lords*”.

²⁴ Cfr. TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 203-206.

²⁵ Cfr. T. N. A., P. R. O. *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/17. “Letters Mr Metheun from 4th June 1692 to 1700. n.º 3.”, f. 216. Em carta de Lisboa, datada de 1697, Metheun escreve que “*The truth is the Queen herself doth generally carry herself here with very much discretion & those things that sometimes give mean infinite trouble here do proceed from the very great indiscretion of her family which your Grace knows are all Catholicks and those that were the meanest part of her family in England*”.

²⁶ Vd. TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 221-222.

²⁷ Vd. TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 245-266.

²⁸ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947.

²⁹ Vd. SMITH, Robert C. – Samuel Tibau and Portuguese Ivory Inlaid Furniture of the Seventeenth-Century. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol 21 (1962), p. 5. De acordo com o autor, o estilo barroco foi comum em toda a Europa nos séculos XVII e inícios de XVIII.

³⁰ Não podemos deixar de mencionar a Mansion House de Ham, junto ao rio Tamisa, em Richmond, que tivemos ocasião de visitar com o Prof. Dr. Adam Bowett. É um palácio de dimensões reduzidas, à escala inglesa, construída no início do século XVII para residência real. Foi reformado, ainda nessa centúria, na década de 1770, pela condessa de Dysart e de Laudardale, apoiante de Carlos II, sofrendo pouquíssimas modificações posteriores. O acervo da casa é de época, salvo a reorganização do espaço após a visita real. Existiram, contudo, na década de 1970, exposições com reconstituições de algumas divisões, nomeadamente a do quarto que D. Catarina ocupou. Dirigiu-as Peter Thornton. Thornton, com base em inventários, entretanto descobertos, cujas datas remontam a 1654. À maneira inglesa, movimentações cívicas proporcionaram a aquisição de obras desse período, colmatando falhas existentes. A autenticidade das peças expostas e o ambiente decorativo total transporta-nos para uma vivência da segunda metade de Setecentos de carácter internacional. Na verdade, além das peças inglesas, podemos sentir a produção estilística e estética europeia de mobiliário, que as casas reais fomentavam através de encomendas ou de mecenato a artistas e artífices e prestígio, atitude comum dos reinos da época barroca. Os proprietários ricos e nobres de Ham House seguiram esse exemplo e, com ímpeto de modernidade,

comum dos mortais, a rainha incarnava o poder, e emanava-o, através do ambiente de estado que a rodeava, à semelhança de outros soberanos europeus e da corte que a tinha acolhido³¹. Em exposição nesse palácio existem elementos do que se pensa ter sido uma das cabeceiras de um dos “leitos imperiais” utilizado por D. Catarina³².

A magnificência da capela do Paço da Bemposta compaginava a dos seus aposentos de aparato, ostentando alfaias, ornamentos, alcatifas e reposteiros, bem como pintura de autoria de artistas afamados³³. O soberbo mobiliário do palácio onde faleceu, incluía um toucador de ouro maciço e prata, cujo rasto entretanto se perdeu, que rondaria dezanove quilos de peso³⁴, e que Carlos II terá oferecido à rainha aquando do casamento. Tal era a sua grandeza, e provável excentricidade, que foi comentado em 1673 por John Evelyn, escritor inglês que se constituiu como consciência moral da época³⁵.

Das paredes pendiam obras pictóricas, mormente um tríptico representando palácio inglês, talvez Somerset House, uma pintura da Princesa de Orange (Mary Stuart?) e tapeçarias, algumas bordadas a ouro, sendo que numa delas figurava uma contenda naval.

decoraram o palácio com o que de melhor se poderia obter à época, no mobiliário, em tecidos e pintura. Apesar de uma situação geográfica afastada do continente, as Ilhas Britânicas beneficiaram, no campo das Artes Decorativas, dos êxodos e das imigrações dentro do contexto das lutas religiosas e das alianças entre casas e monarcas que imperavam nos diversos reinos europeus. A sociedade inglesa foi sempre favorecida por forças centrípetas e centrífugas sociais e estéticas que possibilitaram a convergência, no seu território europeu, de uma produção decorativa que mesclou, de modo original, Ocidente e Oriente.

³¹ Da sua estadia em Ham House consta, em inventário de 1677, referência concreta ao seu reino de origem. Menciona -se um leito de Verão (“Summer furniture”) descrito como “one Bedstead guilt made in Portugal, hung with spotted tabbie lyned with cherry coloured satine with silk and gold fringe with feathers” e um de Inverno referido como “one Bed of cloath Titian. In gold and blue with white feathers, one case to the bed of changeable tafety with blue and gold fringe”. O leito de Verão terá sido transformado posteriormente pois aparece em 1779 descrito como “one Portugal beadstead garnished with brass”. Cfr. *The Furnishing and Decoration of Ham House. Furniture History*, vol. XVI (1980), p. 144.

³² Cfr. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme* e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), p. 41.

³³ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, p. 21. A autora refere a existência de uma obra de “Holbein, “A Virgem, o Menino e os Santos”.

³⁴ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, p. 45. O peso da madeira seria cerca de sete vezes inferior. Para estes cálculos os louvados descontavam o “peso do pau, e tafeté do cofre, sedas das escovas, vidro, e madeira do espelho”.

³⁵ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, p. 18.

Algumas das jóias combinavam essências lenhosas com ouro, esmalte e pérolas e pedraria. Pau calambuco³⁶ também chamado³⁷ pau de águila³⁸, azeviche³⁹, cachundé, e coquilho⁴⁰ são referidas. Vasos e taças de coco⁴¹ estavam associados a “pau da China”⁴², e “madeira do Brasil”⁴³ era a matéria de “um baú” a que um presépio de marfim estava fixado⁴⁴. As madeiras consideradas preciosas, de zonas geográficas longínquas, com atributos medicinais ou milagrosos, apresentavam, portanto, nobreza para acompanharem metais pedras valiosas.

A magnificência do palácio de D. Catarina de Bragança correspondia a “um conto de fadas”, nas palavras de Virgínia Rau⁴⁵, não condizendo com rendimentos da coroa portuguesa, cada vez mais dependentes da sua colónia na América do Sul, o Brasil. Além dos benefícios concedidos a nível alfandegário, aos ingleses foi dada possibilidade, em 1654, de instalarem quatro famílias de colonos em cada uma das cidades de Goa, Cochim e Diu, e nas da Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro⁴⁶. Mas, por lei, os transportes dos produtos por eles transaccionados deveriam ser efectuados exclusivamente em barcos portugueses. A debilidade da marinha lusa permitia ataques ágeis de franceses e holandeses, quer ao território brasileiro, quer às próprias frotas no mar alto, o que causava preocupações aos mercadores ingleses⁴⁷. A protecção naval era absolutamente necessária à navegação comercial e a oportunidade de consagrar apoio consistente surgiu em Dezembro de 1703, aquando do tratado que John Methuen assinou por parte do reino inglês. Embora a regulação das exportações inglesas de tecidos e a entrada de vinho da região do Douro no reino britânico fosse a dispo-

³⁶ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en meubles. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, p. 35. Está descrita, por ex emplo, “Uma medalha do sacramento de ouro esmaltada e guarnecida com sobrepostos de calambuco com aljófar no meio uma custódia de ouro sobre uma águia de calambuco”.

³⁷ “Pau de calambuco” seria o nome dado na Índia ao “pau de aloé” e ao “pau de águila”, também chamado de “calambá”. Vd. CONSTÂNCIO, Francisco Solano – *Novo dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa*. Paris: Angelo Francisco Carneiro, 1844, p. 205.

³⁸ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, pp. 34 e 37. Vários rosários apresentam contas com calambuco, bem como “uma frasqueirinha de pau aguila, ondeada”.

³⁹ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, p. 32.

⁴⁰ Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 186. Segundo o autor, o trânsito do “coquilho, pequeno coco de que se faziam rosários, como ainda hoje”, surge também nas pautas de comércio francesas.

⁴¹ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, p. 84.

⁴² Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, p. 46.

⁴³ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, p. 46.

⁴⁴ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, p. 46.

⁴⁵ Vd. RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, p. 18.

⁴⁶ Cfr. CHAPMAN A. B. Wallis - English Factories in Lisbon and Oporto (1660-1756). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], p. 239.

⁴⁷ Cfr. CHAPMAN A. B. Wallis - English Factories in Lisbon and Oporto (1660-1756). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], p. 247.

sição fulcral do acordo, foi incluída uma cláusula que concedia protecção naval inglesa à marinha portuguesa. Este facto revelara-se essencial ao desenvolvimento dos negócios coloniais de açúcar, cereais, peixe, tabaco, escravos, algodão e pedras preciosas. A madeira, matéria-prima vital para o normal funcionamento dos arsenais enquanto fábricas dos meios de transporte e de comunicação, era objecto de preocupações quanto ao seu fluir a partir dos trópicos para a Europa. Os lenhos utilizados na tinturaria, de que o pau-brasil é exemplo relevante, constituíam, de igual modo, matéria de negociação para o trato que abastecia as manufacturas respectivas, sendo objecto de contratos especiais entre a coroa portuguesa e mercadores ingleses⁴⁸. Os recursos florestais do continente americano foram, portanto, base sustentadora para a expansão da riqueza nos reinos europeus. A descrição de árvores “tão grandes que dezasseis homens, dando-se a mão em círculo, dificilmente poderiam abraçá-la[s]”, por exemplo, povoavam o imaginário dos comerciantes de madeiras⁴⁹.

Tornou-se, então, realidade, a viagem de navios mercantes portugueses entre a América do Sul e o continente europeu “em comboio”, acompanhados por vasos de guerra de nacionalidade inglesa. As frotas comerciais em trânsito marítimo passaram a estar permanentemente escoltadas. As contrapartidas recebidas pelas naus inglesas de defesa eram géneros comerciais previamente acordados, o que tornava esta actividade, mercantil e guerreira, deveras interessante para quem a praticava⁵⁰. Duas das cláusulas do tratado luso-britânico eram importantes para Portugal: por um lado a que garantia a posse das conquistas que viessem a ser feitas a Espanha no continente americano; e a que assegurava o concurso da defesa inglesa contra os ataques, nesse território, da parte de França, Holanda e Espanha⁵¹.

Logo em 1703, as trocas comerciais entre Portugal e Inglaterra sofreram um grande incremento, tendo mais do que triplicado o saldo a favor deste último país⁵². As vantagens dos intercâmbios mercantis proporcionados por este acordo político-económico foram mútuas. Nessa data os dois países procuravam mercados para os respectivos produtos nacionais mais significativos: por um lado a Grã-Bretanha produzia, excedentariamente, lanifícios; necessitava, portanto, de novos destinos compradores; por outro, Portugal produzia vinho, apetecível para o paladar europeu, que carecia escoar.

A primeira disposição do tratado servia o objectivo inglês, já que ficou registado o compromisso de aquisição, por parte de Portugal, de toda e qualquer manufactura da respectiva indústria de lanifícios, que fabricava tecidos leves, próprios para os climas quentes dos trópicos que os portu-

⁴⁸ Vd. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme* e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitões imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 3 (2009), pp. 31-63.

⁴⁹ Vd. PERLIN, John – *História das florestas. A importância da madeira no desenvolvimento da civilização*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992, p. 269.

⁵⁰ Cfr. FERREIRA, Sérgio – O curso na segunda metade do século XVIII: reflexos de um cartório notarial portuense. *História*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. III Série, vol.6, 2005, pp. 237-268.

⁵¹ Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 27.

⁵² Cfr. AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal económico*. Lisboa: Clássica Editora, 1988, pp. 401-405.

gueses percorriam⁵³. Este acordo foi altamente benéfico para a indústria inglesa⁵⁴ pois outros reinos tentavam restringir importações dos seus têxteis, em situações de limitações semelhantes às pragmáticas portuguesas, privando os britânicos do rendimento dos negócios habituais. Graças ao tratado, a manufatura britânica contava sempre com a praça portuguesa⁵⁵. O tratado foi concluído, portanto, num óptimo momento para Inglaterra. Abria-se, com este acordo, um novo mercado relevante⁵⁶, já que os mercadores britânicos contavam com o Brasil para escoar cerca de dois terços do comércio de tecidos⁵⁷.

A segunda cláusula do tratado trazia benefícios para região do Porto, que procurava uma praça com poder aquisitivo interessante e preferencial para a sua produção vinícola. Vinho de Bordéus, em França, e Cádiz, em Espanha, de Chipre, Veneza e Florença, bem como da zona renana da Alemanha⁵⁸ ofereciam concorrência ao produto português. Aceitando uma taxa alfandegária menor para a entrada do vinho duriense no Reino Unido, este país oferecia condições favoráveis à produção portuguesa⁵⁹. Deste tratado ressalta, no entanto, um desequilíbrio financeiro para o erário público português: o vinho era pago com os lanifícios ingleses, não entrando, portanto, para os cofres lusos qualquer compensação monetária⁶⁰.

Com a frota comercial protegida, D. João V iniciou o seu reinado com condições para eleger o território brasileiro como sua prioridade a nível de fronteiras, rotas e negócios⁶¹, numa opção política claramente atlantista. A descoberta das minas de ouro no Brasil, em 1693-1695, repercutiu-se no relacionamento com os países europeus. Um afluxo aurífero ímpar no contexto da generalidade dos reinos conferiu a Portugal o estatuto de um dos países mais ricos da Europa. Provido de largos cabe-dais, o rei português pôde, então, preocupar-se com outra vertente política, a que a historiografia chama de europeísta, financiando embaixadas múltiplas a Roma, de modo a conseguir “a paridade de tratamento” do seu reino com as restantes cortes católicas e a Santa Sé⁶².

⁵³ Cfr. FISHER, H.E.S. – *The Portugal Trade. A study of Anglo-Portuguese Commerce 1700-1770*. London: Methuen & Co. Ltd, 1971, p. 36.

⁵⁴ Cfr. CLUNY, Isabel – *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 62. Este diplomata, mediador atento aos meandros dos equilíbrios políticos europeus, permaneceu em Londres entre 1697 e 1712 e reconheceu que o tratado com John Methuen pretendia, de modo claro, abrir os portos portugueses ao comércio inglês.

⁵⁵ Cfr. FISHER, H.E.S. – *Anglo-Portuguese Trade 1700-1770. In The growth of English overseas trade in the 17th and 18th centuries*. London: Methuen & Co. Ltd, 1969. pp. 156-157.

⁵⁶ Vd. LIVERMORE, H.V. – *A History of Portugal*. Cambridge: The University Press, 1947, p. 328.

⁵⁷ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/23, f. 246v. Em Julho de 1715 um grupo de mercadores ingleses envia, de Lisboa, a “James Stanhope Esquire”, em Londres, uma exposição explanando que o aumento do comércio de lá dos últimos trinta anos foi de “two parts in three” para o Brasil, devendo-se essa situação ao poder aquisitivo que o ouro permitia. Sugerem que os lanifícios de algodão irão beneficiar, igualmente, nos anos seguintes.

⁵⁸ Cfr. SILVA, Francisco Ribeiro da – Os ingleses e as circunstâncias políticas do negócio dos vinhos Porto e Douro. *Douro. Estudos & documentos*, vol. 9, n.º 18, 2004, p. 95.

⁵⁹ Cfr. AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal económico*. Lisboa: Clássica Editora, 1988, p. 396.

⁶⁰ Cfr. AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal económico*. Lisboa: Clássica Editora, 1988, p. 416.

⁶¹ Cfr. RAMOS, Rui, coord.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros e Expresso, [2012], vol. 4, p. 53.

⁶² Cfr. RAMOS, Rui, coord.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros e Expresso, 2009, vol. 4, p. 54.

Todavia, a polarização política entre Inglaterra e França obrigou o rei português, embora seduzido pelo luxo e magnificência franceses, a reafirmar à coroa britânica as ligações económicas e de estado⁶³. A década de 1720, data do início de uma subida paulatina de trocas comerciais com Inglaterra⁶⁴, cujo apogeu se situou em 1760⁶⁵, coincide com práticas que parecem configurar e confirmar o bom relacionamento político entre as duas monarquias⁶⁶, permitindo que os negócios ultramarinos entre portugueses e ingleses se desenvolvessem, repercutindo-se, por exemplo, na autorização régia que possibilitou o estabelecimento, em África, de entreposto para a recolha de escravos através de sociedade de comerciantes portugueses e ingleses⁶⁷, o que ditava a paragem frequente de diplomatas ingleses em Lisboa, aquando da sua viagem para as possessões inglesas dos vários continentes⁶⁸. A construção de navios por especialistas britânicos, de que é exemplo, em 1730, a “nau Victoria que era a melhor que El-Rei tinha”⁶⁹, constituía assunto nunca descuidado pela corte e seu governo, sendo motivo de ligações comerciais⁷⁰. Em documento enviado de Lisboa ao rei inglês, datado de 1746, uma série de mercadores

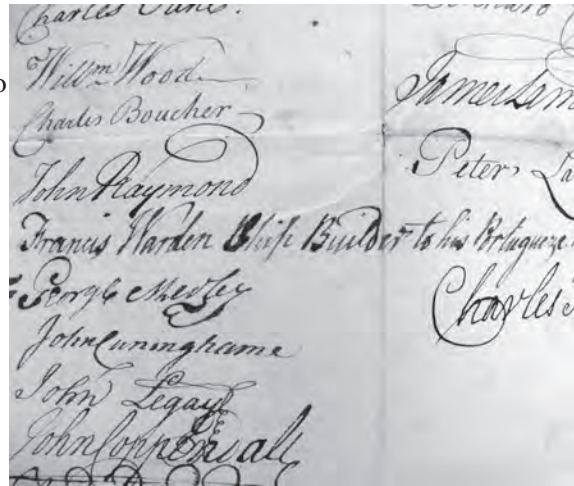


Figura 1:1
Assinatura de Francis Warden, em documento datado de 1746.

⁶³ Portugal rompeu diplomaticamente com a França em 1725. Cfr. CLUNY, Isabel – *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 108.

⁶⁴ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Quercus, 1982, p. 47.

⁶⁵ Cfr. FISHER, H.E.S. – *The Portugal Trade. A study of Anglo-Portuguese Commerce 1700-1770*. London: Methuen & Co. Ltd, 1971, p. 146.

⁶⁶ Cremos que somente em situação de distensão política seria possível a recepção, em 1724, de modelo de coroa real, com origem em Londres, para servir de exemplo à colocação da pedraria. Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, State Papers Foreign, Portugal.. SP 89/31, ff.45v-46. O Consul Burnet, em carta datada de Lisboa em 1 de Fevereiro, informa Lord Carteret, na Secretaria de Estado londrina, que “by the Prince Frederick, a Merchant ship which arrived here some days ago from London, a Model was brought of the British Crown, which is to serve as a Direction to the King of Portugal Jeweller, for placing the jewels in the crown here; & it is thought the Coronation of His Portugueze Maj^y will be performed in the month of May next”.

⁶⁷ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, State Papers Foreign, Portugal. SP 89/31, ff. 8-15v. D. João V concedeu, por Alvará a “John Dansaint & Company” a permissão de se estabelecerem na Ilha de Corisco, no “River Anges”, para daí transportarem escravos negros para o Brasil. A partir de Inglaterra, poderiam transportar “Cowries, Sweedish iron in barr, all sorts of wrought brasses, guns, powder, flints, Flemish knives, tobacco pipes, coral in brute, beads of all sorts, small looking glasses, all sorts of haberdashers small ware, salt for their fishery, brandys, ordinary perpetuanes, Hamburgh Linnens; of India goods, blue cotton clothe, broader white cloth of the same, stripped of the same, white & blue of the same, white & green of the same, callioes & other sorts of cotton cloths: linen apparel of the product only of this country & ordinary hats”. Em contrapartida, no Brasil, poderiam ser pagos em ouro. Os sócios de John Dansaint, em Lisboa, eram “Manoel Domingos dos Passos, Francisco Nunes da Cruz, Noah Houssaye, Lourenço Pereira & Bartolomeu Miguel Viana”.

⁶⁸ Vd. LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis, OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002, pp. 69 e 103. Em 1730 passou por Lisboa, com direito a audiência real, o embaixador inglês em Constantinopla e o enviado de Inglaterra em Lisboa transitou para os Barbados com o posto de vice-rei.

⁶⁹ Vd. LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis, OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002, p.72.

⁷⁰ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, State Papers Foreign, Portugal.. SP 89/31, f. 77v. Notícias de Lisboa dão conta que o arsenal recorreu aos serviços de um constructor inglês de navios: “On the 10th instant [April 1714] a man of war of a sixty guns ‘built by

residindo, à época, em Lisboa, congratulam-se por vitória militar na América do Norte; entre eles surge o nome de “Francis Warden”, que se intitula “*ship builder to His Portuguese Majesty*”⁷¹ (fig. 1:1).

Podemos detectar duas vertentes políticas e económicas do reinado joanino: o primeiro remete para a atenção além Atlântico, dada a importância da conjuntura colonial⁷², pois o ângulo económico do reino a isso obrigava; o segundo constituía a procura, por parte de D. João V, de um epílogo feliz para o processo de reconhecimento da realeza portuguesa no contexto europeu, que se retardava desde 1640, operando a inserção do país no meio cultural católico vigente, nomeadamente o reconhecimento da cúria papal, com o título de “Majestade Fidelíssima”. Este viria quase no fim do reinado, ao cabo de diversas embaixadas extravagantes a Roma, constituindo o venturoso remate para a demanda que o rei perseguiu durante todo o seu reinado.

D. João V sempre se preocupou com o enriquecimento artístico das colecções reais⁷³. Recorrendo a arquitectos e artistas estrangeiros, ou importando obras de países europeus, comprando peças de mobiliário de aparato⁷⁴, algumas de procedência inglesa que a historiografia britânica tem detectado à venda em leilões locais⁷⁵ (fig. 1:2 e 1:2A), como “excelentes relógios e hum grande que dizem se, destina para a Patriarcal”⁷⁶, valendo-se da intermediação de embaixadores cultos, como D. Luís da Cunha, que compreendia que os soberanos exteriorizavam o seu poder por via de encomendas de peças de arte⁷⁷, Portugal engrandeceu o seu património graças ao poder aquisitivo que a colónia brasileira possibilitava. O país era culturalmente pobre, se bem que se destacassem algumas personagens cuja formação⁷⁸ na Europa civilizada era patrocinada pelo rei⁷⁹. Com efeito, o soberano, que, na sua juventude, desejou viajar pela Europa, possuía um espírito aberto no que tocava a “curiosidades” artísticas, científicas e literárias⁸⁰, pretendendo reunir, em Portugal, o que já

the English Builder’ was launched from the shipyard in presence of the King & Queen & of the whole Court”.

⁷¹ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/ 44, ff. 233-234v.

⁷² Cfr. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 30.

⁷³ Cfr. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux – La politique artistique européenne du Roi Jean V de Portugal en direction de Paris. Sources Raisonnées. In *Histoire du Portugal Histoire Européenne*. Actes du Colloque. Paris, 22-23 Mai 1986. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 136 e 140.

⁷⁴ Vd. LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis, OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002, vol.1, p. 149. Em 1731 refere-se que “El Rey comprou hum bofete de crystal gornecido de ouro que estava em Roma e tinha sido do Duque de Ozeda”.

⁷⁵ Vd. *CHISTIES’S LONDON* – Important English Furniture. Thursday, 4 July 2002, pp. 99-100. Segundo informação da leiloeira esta cómoda-papeleria com alçado era propriedade de uma família portuguesa, tendo sido executada para o rei D. João V. Se bem que com acrescentos de época posterior à sua execução, a tipologia foi considerada, globalmente, de época.

⁷⁶ Vd. LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis, OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002, vol.1, p. 98.

⁷⁷ Cfr. CLUNY, Isabel – *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 117.

⁷⁸ Vd. LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis, OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 83-84. O gazeteiro informa que, em finais de 1730, “o sr. Infante D. Manuel foi à custa da Imperatriz de Moscóvia ver Petriburg (sic) e outras praças daquele Império” podendo vir a comandar tropas naquele reino.

⁷⁹ Cfr. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 37-44.

⁸⁰ Cfr. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux – La politique artistique européenne du Roi Jean V de Portugal en direction de Paris. Sources Raisonnées. In *Histoire du Portugal Histoire Européenne*. Actes du Colloque. Paris, 22-23 Mai 1986. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1987, p. 136.



Figura 1:2
Cómoda-papeleira com alçado que terá sido executada,
em Inglaterra, para o rei D. João V.



Figura 1:2A
Interior da cómoda-papeleira inglesa.

foi chamado de “Encyclopédie de l’image européenne”⁸¹, a partir de trabalhos de desenhadores, em diversas cortes europeias, da qual se destacava a embaixada portuguesa em Roma⁸².

O desejo de validar as reais obras no contexto internacional, levou à preferência de artistas estrangeiros aos nacionais, quer na construção religiosa quer na de carácter civil⁸³. No entanto, a grande obra arquitectónica de Mafra, simultaneamente cenóbio, representação do poder militar e “Casa do Rei”⁸⁴, associou artistas e artífices europeus e portugueses, bem como encomendas “em Paris e Londres [...] [de] grades primorosas e balaústres [em ferro]”⁸⁵. De França e da Alemanha vieram “sinos” invulgares “que hão-de fazer repiques por solfa”⁸⁶. Segundo informações da época ter-se-ão consumido nesta obra pelo menos cerca de “300.000 duzias de taboado”⁸⁷. O risco inicial

⁸¹ Cfr. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux – La politique artistique européenne du Roi Jean V de Portugal en direction de Paris. Sources Raisonnées. In *Histoire du Portugal Histoire Européenne*. Actes du Colloque. Paris, 22-23 Mai 1986. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1987, p. 141.

⁸² Cfr. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux – La politique artistique européenne du Roi Jean V de Portugal en direction de Paris. Sources Raisonnées. In *Histoire du Portugal Histoire Européenne*. Actes du Colloque. Paris, 22-23 Mai 1986. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1987, p. 139.

⁸³ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Restauração e a monarquia absoluta (1640-1750)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1982, p. 440.

⁸⁴ Cfr. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 160-161.

⁸⁵ Vd. LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis, OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. (1729-1731)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 92.

⁸⁶ Vd. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 76.

⁸⁷ Vd. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 76.

é da autoria do alemão João Frederico Ludovice, ourives e arquitecto⁸⁸, ocupações simultâneas que relevam práticas epocais de espíritos de artífices curiosos que se guindaram a voos mais eruditos. A estética barroca atravessou de forma marcante todo o século XVIII, não se confinando ao período temporal do reinado de D. João V⁸⁹ e a instituição que representava a igreja católica foi das mais beneficiadas pelo investimento do ouro sul-americano, facto notado por relatos ingleses que referiam que a riqueza do rei estava aplicada em templos e não em baixelas preciosas⁹⁰.

A actividade dos ofícios das madeiras saiu favorecida. Nos reinos católicos, em que o poder do rei e da Igreja se justapunha, o trabalho desses oficiais, ensambladores, marceneiros, entalhadores, carpinteiros, douradores e estofadores esteve ao serviço da glorificação religiosa e dos seus representantes temporais. Foram importantes para os riscadores portugueses os modelos pictóricos dos desenhadores augsburguianos, “verdadeir[os] industria[is]” da imagem⁹¹, que terão publicado, entre 1740 e 1760, cerca de 400 colecções de modelos decorativos⁹². Estas tiveram como base ilustrações originais francesas executadas, com probabilidade, na esteira das encomendas dos embaixadores de D. João V⁹³. Na verdade, a elite europeia contemporânea tinha consciência da importância das colecções do rei português, que pretendia que o Paço da Ribeira fosse um relevante centro de aparato, concentrando colecções de pintura e gravura, além de marcante acervo bibliográfico⁹⁴. Não será despidendo pensar em alguma influência que poderá ter tido o trânsito de pessoas e obras entre a corte de D. Maria Ana de Áustria e Portugal, nomeadamente mobiliário⁹⁵.

É consensual que terá partido do território germânico a difusão massiva das publicações parisienses gravadas, tendo circulado, em grande escala, entre oficiais de várias artes, como veremos *infra*. Alcançavam particular êxito junto “do mundo católico [europeu]”, nomeadamente junto dos artistas e arquitectos do Norte de Portugal, que os conheciam de modo notável⁹⁶. Entre 1782 e 1784, por exemplo, chegaram ao Porto, provenientes de Hamburgo, 3.024 dúzias de “estampas de papel”⁹⁷

⁸⁸ Vd. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 125-156.

⁸⁹ Cfr. GONÇALVES, Flávio – A Arte no Porto no tempo do Marquês de Pombal. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos – *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, vol. 2, p. 111.

⁹⁰ Cfr. THE GENTLEMAN'S MAGAZINE for December 1755. In *The Gentleman's Magazine and the Historical Chronicle*, vol 25. London: D. Henry and R. Cave, at St. John's Gate, 1755, p. 556.

⁹¹ Cfr. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux – Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l'ornement gravé rococo au Portugal. In Separata da *Revista Bracara Augusta*, Vol. XXVII, fasc. 64 (76), 1973, pp. 4 e 6-7.

⁹² Cfr. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux – Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l'ornement gravé rococo au Portugal. In Separata da *Revista Bracara Augusta*, Vol. XXVII, fasc. 64 (76), 1973, p. 7.

⁹³ Cfr. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux – La politique artistique européenne du Roi Jean V de Portugal en direction de Paris. Sources Raisonnées. In *Histoire du Portugal Histoire Européenne*. Actes du Colloque. Paris, 22-23 Mai 1986. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1987, p. 140.

⁹⁴ Cfr. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux – La politique artistique européenne du Roi Jean V de Portugal en direction de Paris. Sources Raisonnées. In *Histoire du Portugal Histoire Européenne*. Actes du Colloque. Paris, 22-23 Mai 1986. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 140-142.

⁹⁵ Cfr. LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1729-1731)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, vol.1, p. 93. O gazeteiro informa que, no ano de 1730, a herança da rainha “veio de Alemanha em muitos caixões” contendo, certamente peças da moda.

⁹⁶ Cfr. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux – Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l'ornement gravé rococo au Portugal. In Separata da *Revista Bracara Augusta*, Vol. XXVII, fasc. 64 (76), 1973, p. 10. Tecidos e trajes eram objecto de encomendas muito detalhadas.

⁹⁷ Vd. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Discricção Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior,

.Outro tipo de impressão, de que são exemplo os “enquadramentos das cenas sagradas e registos de santos”⁹⁸, divulgados do mesmo modo, constituiriam inspirações para a talha religiosa minhota. O programa decorativo emanado desses folhetos, e folhas soltas ou agrupadas, foi, contudo, suficientemente eclético de modo a constituir fonte inspiradora para riscadores do mobiliário rococó⁹⁹ religioso aparatoso e túrgido. No que toca às peças civis, bem como a alguma produção religiosa de finais de Setecentos, pelo menos na cidade do Porto, e como veremos *infra*, outros parâmetros se cruzaram na sua concepção e execução.

A arte da talha religiosa revelou-se, nos séculos XVII e XVIII, um “elemento impulsionador da criação artística”¹⁰⁰ não só devido à quantidade de obras encomendadas e efectivamente realizadas, mas também pela acção formadora e educadora nas áreas profissionais dos oficiais das artes envolvidas. Na verdade, um verdadeiro “formulário artístico”¹⁰¹ de cariz teórico-prático para as obras religiosas é detalhado pelas normas emanadas do Concílio de Trento, fazendo “parte de uma cenografia sacra montada expressamente para captar as emoções dos fiéis”¹⁰². Os artífices eram compelidos, nas suas obras, a compreender as cambiantes técnicas que permitiriam aprontar as obras finais. Com efeito, eram necessários conhecimentos da proporção das diversas partes do corpo humano e da sua correspondência em escalas diversas para a escultura de imagens. Igualmente, a noção de perspectiva constituía um saber essencial para os pintores. Para os entalhadores, o entendimento da simetria e assimetria aplicada ao seu trabalho revelava-se essencial, e a concepção dos volumes no espaço, i.e., a noção de escala ou petipé, fundamental para o risco e execução de um móvel por parte dos marceneiros.

Um conjunto de riscadores e entalhadores informados e formados nas escolas católicas do centro-europeu¹⁰³ foi a base sólida para a formação do gosto português que Robert Smith apelidou de “igrejas de ouro”¹⁰⁴, eivadas de policromia branca, azul ou vermelha¹⁰⁵. As comunidades monásticas, proprietárias e senhorias de importantes e largas áreas de cultivo¹⁰⁶, plantação¹⁰⁷ e

1945, pp. 260-261.

⁹⁸ Cfr. SMITH, Robert C. – As sacras de Singeverga. Elementos para o estudo da ourivesaria bracarense do estilo rococó. *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, n.º 55 (Outubro de 1969), p. 24.

⁹⁹ Cfr. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux – Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal. In *Separata da Revista Bracara Augusta*, Vol. XXVII, fasc. 64 (76), 1973, p. 11.

¹⁰⁰ Cfr. ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A arte da talha no Porto na época barroca. Artistas e clientela. Materiais e técnica*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1989, p. 39.

¹⁰¹ Vd. ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A arte da talha no Porto na época barroca. Artistas e clientela. Materiais e técnica*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1989, p. 41.

¹⁰² Cfr. ALVES, Natália Marinho Ferreira – Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, I Série vol. 2, 2003. p. 736.

¹⁰³ As movimentações quincentistas e seiscentistas de entalhadores do Norte e Centro da Europa para Espanha e Portugal, “criaram [...] as bases da talha policromada e dourada como uma das maiores expressões da arte ibérica”. Cfr. SMITH, Robert C. – *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1962, p. 7.

¹⁰⁴ Cfr. SMITH, Robert C. – *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1962, p. 8.

¹⁰⁵ Cfr. ALVES, Natália Marinho Ferreira – O douramento e a policromia no norte de Portugal à luz da documentação dos séculos XVII e XVIII. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, I Série vol. 3, 2004, p. 91.

¹⁰⁶ Cfr. OLIVEIRA, Aurélio de Araújo - *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto: [s.l.], 1979. Dissertação para doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 128.

¹⁰⁷ Esta comunidade religiosa preocupou-se com o plantio e exploração florestal. Cfr. VALENTE, Adelina – Apontamentos

pastagem, afirmavam-se no contínuo embelezamento das casas-mães e respectivas dependências, revelando preocupação constante de conservação e renovação do património existente¹⁰⁸. Para tal eram convocados riscadores e oficiais das madeiras e pintura. Assoberbados por estas obras¹⁰⁹, com contratos e respectivos pagamentos garantidos, os artífices portugueses desenvolveram, quer na prática retabular, quer na decoração interior das igrejas e sacristias, o essencial da sua actividade oficial¹¹⁰. Esta situação proporcionou que peças de cariz essencialmente prático ou funcional, bem assim como as de carácter ornamental, pudessem ter utilização simultânea em ambientes religiosos e civis¹¹¹ como, por exemplo, os elementos para dispersar a luz cerífera nos espaços, os espelhos, que foram multiplicados em caixilhos barrocos, majestosos e de talha opulenta. Estes esquemas de decoração religiosos invadiam tanto “as residências como [as] sacristias de igrejas”¹¹². Veremos que a privação dos oficiais nestes dois contextos lhes deve ter conferido as bases de uma prática que permitiu abraçar obras de cariz técnico complexo.

A Universidade de Coimbra beneficiou da magnanimidade do rei já que D. João V possibilitou a edificação de uma biblioteca em edifício próprio. À semelhança de Mafra, também nesta empresa de cariz arquitectónico e cultural, trabalharam portugueses e estrangeiros. Entre 1717 e 1722, João Carvalho Ferreira e o entalhador Gaspar Ferreira, ambos contratados em Lisboa, dirigiram as obras arquitectónicas. Frei Cipriano da Cruz deu o seu contributo como escultor “de imagens de vulto” para a igreja do colégio de S. Bento de Coimbra¹¹³. O marceneiro italiano Francesco Realdino foi o autor das seis mesas de leitura, tipologias ostentatórias, de execução minuciosa e fina, utilizando madeiras coloniais. António Simões Ribeiro, Vicente Nunes e Manuel da Silva foram contratados em Lisboa para efectuarem o trabalho de Pintura e decoração parietal e das estantes de madeira, estas consumando a moda epocal da chinoiserie. Claude Laprade terá sido o autor de todo o programa estilístico que a biblioteca ostenta. Outro estrangeiro, Domenico Duprà, ocupou o lugar de pintor régio, em Lisboa, e contribuiu, para a biblioteca, com o retrato de D. João V.

Em 1750, D. José I sucedeu a seu pai, D. João V. Pretendendo inaugurar uma nova era, com

sobre o uso das madeiras em Portugal no século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR, n.º 1 (2007), pp. 233-234.

¹⁰⁸ Cfr. ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Assentos, Encomendantes e utilizadores na Igreja Monástica Beneditina no norte de Portugal Secs. XVII a XIX*. Dissertação de doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 3 em CD. As obras sistematicamente desenvolvidas nos domínios do mosteiro beneditino de Tibães são eloquentes no que toca a estes factos.

¹⁰⁹ Cfr. ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A arte da talha no Porto na época barroca. Artistas e clientela. Materiais e técnica*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1989, vol.1, p. 39.

¹¹⁰ Cfr. SMITH, Robert C. – *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1962, p. 8. O autor refere que “a talha lusitana do século XVIII era uma arte quase exclusivamente religiosa e era sob este aspecto que tão profundamente impressionava os viajantes da época”, p. 8.

¹¹¹ Cfr. SMITH, Robert C. – “O “bras applique” na talha luso-brasileira”. *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, n.º. 59 (Junho 1970), pp. 34-38.

¹¹² Robert Smith transcreve um contrato entre Diogo de Sousa da Silva e o entalhador Bento Alvarenga da Costa, de Braga, em 1699, para a execução de “caixilhos para dois espelhos”, cujo desenho foi fornecido por Francisco Barroso, escultor, para a morada do primeiro. Cfr. SMITH, Robert C. – “Caixilhos de talha barroca”. *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, n.º 52 (Fevereiro de 1969), pp. 4 e 8.

¹¹³ Vd. SMITH, Robert C. – *A arte de Frei Cipriano da Cruz, escultor de Tibães*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1968, pp. 78-98 e 149-150.

novos gostos, a Casa da Ópera foi edificada em 1755. Lisboa, “simultaneamente Corte e capital comercial”¹¹⁴ dominava um império colonial vasto e desmedido relativamente ao centro político efectivo e ao tamanho da sua armada. A posição geográfica de Portugal continuava a ter importância e os navios ingleses persistiam no fornecimento de protecção. Lisboa permanecia um centro nevrálgico de entradas e saídas de navios mercantes, e a cidade do Porto estava inundada por estrangeiros, mormente ingleses, que eram a maioria¹¹⁵.

A estes cidadãos não escapava a presença maciça da arquitectura religiosa. Notícia enviada para Inglaterra, no dia do Terramoto de Novembro de 1755, refere a existência, em Lisboa, de grandes conventos e palácios da nobreza bem como inumeráveis igrejas e capelas contendo enorme riqueza no seu interior, fazendo julgamentos depreciativos quanto à sua estética arquitectónica¹¹⁶, já que os cânones estéticos dos dois reinos não se revelavam coincidentes. No mapa intitulado “*Sketch of the river at Lisbon*”¹¹⁷, datado de 1699 (fig. 1:3), podemos contar trinta e sete sinais de igrejas, nítidos, na margem Norte do rio Tejo, e catorze, na margem Sul. Para um elemento de nação não católica, a quantidade e a riqueza do interior das igrejas na cidade de Lisboa revelavam-se dignos de nota. O número de membros do clero tornava-se objecto de atenção. Refira-se, no entanto, que existia, na capital portuguesa, uma irmandade religiosa com elementos ingleses e irlandeses, o “Syon Convent”, prestando apoio a tripulações mercantes de passagem por Lisboa¹¹⁸. Era considerado, pela “nação britânica”, inferior às comunidades religiosas lusas¹¹⁹.



Figura 1:3
As margens do rio Tejo junto a Lisboa, desenhadas por um inglês, em 1699.

¹¹⁴ Cfr. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - Idade Moderna (Séculos XV-XVIII). In RAMOS, Rui, coord.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 385.

¹¹⁵ Cfr. DUMOURIEZ, Charles - *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2007, p. 37.

¹¹⁶ AN ACCOUNT of the late Dreadful Earthquake and Fire, which destroyed the City of Lisbon, the Metropolis of Portugal In a letter from a Merchant Resident there, to his Friend in “England”. London: Printed and Sold by J. Payne, in Patter-Noster-Row, 1755, p. 9. A citação refere que “Lisbon has many spacious Convents and princely Palaces of the Nobility: and of Churches and Chapels an innumerable Quantity, not extremely beautiful in their Architecture, but immensely rich in interior Ornaments”.

¹¹⁷ Cfr. T. N. A., P. R. O. “Sketch of the river at Lisbon”. MPF 1/160 (SP 89/17). Este desenho colorido é referido, na documentação que o acompanha, como “The Methuen Map”.

¹¹⁸ Em Belém existia um convento de freiras britânicas. Das quarenta e duas residentes totais, trinta e duas eram irlandesas. Cfr. THE GENTLEMAN’S MAGAZINE for December 1755, p. 554.

¹¹⁹ Cfr. MACAULY, Rose - *They went to Portugal*. London: Jonathan Cape, 1947, pp. 267 e 272. Embora destruído em 1755, o convento foi reconstruído em 1760 graças a donativos da respectiva comunidade.

A descrição do terramoto, seguido de maremoto, que atingiu Portugal em 1 de Novembro de 1755 ocupou muitos relatos enviados para Inglaterra envolvendo a comunidade inglesa ligada ao trato, que tentou salvar os cofres com documentos e ouro, já que os armazéns com mercadorias se perderam na voragem do maremoto e dos incêndios.

Em Inglaterra, os negociantes organizaram-se para tentar identificar e poder minimizar as perdas sofridas em Lisboa¹²⁰. Notícias envolvendo o Paço da Ribeira, que estava mobilado com “móveis das oficinas venezianas ou de Córdova com marchetarias de cedro ou de madeiras rosadas”¹²¹ e o chão coberto de tapetes persas, bem como de ricas instituições conventuais, davam conta das grandes perdas de valores e objectos preciosos¹²². Foi a devastação total do luxo e da riqueza da época precedente. Os valores de mobiliário e objectos de prata desaparecidos poderão ter atingido cerca de 1.200 milhões de libras tornesas¹²³. Lisboa demorou décadas a recuperar.

A D. José I e ao marquês de Pombal foi solicitada protecção pela comunidade estrangeira, em troca de préstimos monetários significativos, dado que se encontrava vulnerável à pilhagem generalizada e ao ódio do povo aos estrangeiros ricos¹²⁴. Com efeito a nação inglesa residente em Lisboa, i.e., os membros da feitoria britânica da capital, ofereceram ao rei português as provisões dos armazéns que se tinham salvo para acudir à população, o que foi aceite e louvado pela Casa Real. Entenda-se que, para além das possíveis razões humanitárias, os negociantes ingleses deram este passo para disponibilizar mercadorias que não estavam, de todo, seguras, no contexto do saque pós-terramoto, solicitando, entretanto, ao governo de D. José I, providências para que se restabelecesse a segurança e o normal funcionamento das actividades comerciais na capital¹²⁵. Gravura datada de cerca de 1780, dedicada pelo Capitão Joseph Smith Speer a William Frederick (1745-1790), duque de Cumberland, neto do rei Jorge II, apresenta-nos uma visão detalhada dos arredores de Lisboa, bem como um apontamento da vida marítima desta capital (fig.s 1:4 e 1:4A)¹²⁶.

A vida da corte foi, então, ajustada à necessidade de residir em barracas de madeira quer pela inexistência de edifícios em boas condições de habitabilidade¹²⁷ quer pelo terror de repetição da catástrofe, o que tinha eco em notícias publicadas em Inglaterra¹²⁸. Vindas da Holanda, apresenta-

¹²⁰ Vd. T. B. L., *Public Advertiser*, London, December 20, 1755. Anúncio publicado convoca reunião para avaliação dos sinistros na capital portuguesa, provados com assinatura de treze pessoas: “*The traders to Lisbon, who can afterwards prove the loss of property by the late catastrophe of that city, are requested to meet at Garraway’s Coffee-house on Tuesday the 23rd instant, at twelve o’clock precisely, to appoint proper committee in the present exigency of Affairs, which is to be done by every trader as above, bringing or sending a list of thirteenth Persons, signed with his own hand*”.

¹²¹ Cfr. CHANTAL, Suzanne – *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.], p. 47.

¹²² Cfr. MACAULY, Rose – *They went to Portugal*. London: Jonathan Cape, 1947, p. 556. As notícias referem que desapareceu “*the king’s treasure*” e que, do Convento da Graça se extraviou um cofre precioso oferecido, ao rei D. João V, pelo “*Grão-Mogol*”.

¹²³ Cfr. FRANÇA, José Augusto – *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1965, p. 51.

¹²⁴ À incomunicabilidade linguística juntava-se o facto de que estes ocupavam os mais importantes postos militares. Cfr. DUMOURIEZ, Charles – *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópico, 2007, p. 13.

¹²⁵ Cfr. AN ACCOUNT of the late Dreadful Earthquake and Fire, pp. 40 e 43.

¹²⁶ Vd. T. N. A. P. R. O., *State Papers Foreign*, SP/112_101_001 e SP/112_101_002.

¹²⁷ Cfr. GUERRA, Luís de Bivar – *Portugal, Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. ...O Palácio do conde de Atouguia, na freguesia de Sacramento, em Lisboa, foi destruído por incêndio. Junto às ruínas do edifício foram erigidas sete barracas “de madeira”.

¹²⁸ Vd. *General Evening Post News*. London, April 18, 1761. Notícia de Lisboa refere que “*The palace which the king and*



Figura 1:4
Mapa detalhado do Tejo e da Península de Setúbal, c. 1780.



Figura 1:4 A
Pormenor da gravura anterior com a zona ribeirinha de Lisboa antes de 1755.

vam um só piso, e eram facilmente erigidas em vinte e quatro horas; os interiores revestiam-se com gesso, ou papel de parede¹²⁹ decorando-se, como qualquer habitação, de material mais perene¹³⁰. Informações da época referem que ostentavam qualidade em termos de alojamento¹³¹ e os seus interiores eram ornados com peças de origem francesa, nomeadamente mobiliário de aparato, encomendado a afamados “*marchand-merciers*”, como os “*Darnault Frères*”¹³². A decoração respectiva, no reinado de D. Maria I, foi objecto de grandes cuidados, tendo sido adquiridos tapetes, sedas, e lustres¹³³, procurando replicar o ambiente da corte gaulesa, adquirindo, em França, o melhor que a moda poderia oferecer. Todavia, alguns artífices portugueses devem ter sido convocados para colaborar nesses trabalhos¹³⁴. A barraca do conde de Oeiras parece ter sido excepção, pois não possuía qualquer peça de mobiliário decorativo¹³⁵. Estes edifícios “de panos e tábuas” perduraram quase vinte anos¹³⁶.

Conquanto em desacordo, a “nação” inglesa foi sujeita ao pagamento de imposto de 4% para contribuir para a reconstrução da cidade de Lisboa no pós-terramoto de 1755. Inglaterra aquiesceu pois não era conveniente qualquer atrito com Lisboa.

A seguir à tragédia natural, o tráfego marítimo, motor da actividade económica e financeira, restabeleceu-se rapidamente. Os ingleses persistiam no comando dos negócios, utilizando, entre outros, navios com nomes portugueses. A obrigatoriedade de serem os lusitanos a comerciar com as colónias, não tendo para isso os cabedais necessários, deu oportunidade aos comerciantes britânicos de dominarem os negócios de modo dissimulado. Com efeito era comum a utilização de nomes portugueses em viagens transportando bens negociados por estrangeiros. O caso do supliciado D. Francisco de Assis, 3º marquês de Távora, é emblemático: aquando da sua prisão em 1757 declarou que “a Purry, Mellish e De Vismes a fazenda que lhe vinha da Índia é sua e os fretes são do réu”¹³⁷. Com efeito era com nome de portugueses que os britânicos mercadeavam nas “casas

Queen reside in, with their three youngest daughters, is built, since the great earthquake of timber; so that they are probably safe. We hope the same of the Princess of Brazil, now great with child, and her royal confort, but they live in a palace built with stone, as does the king's uncle, Don Emanuel”. Nem toda a família real vivia, portanto, nas mesmas condições.

¹²⁹ Cfr. GUERRA, Luís de Bivar – *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p.228 . Na sequência do arresto dos bens da casa de Atouguia, foi vendido, em hasta pública, “um retalho” de “papel riscado”, que ornava o “forro das barracas”.

¹³⁰ Cfr. DUMOURIEZ, Charles – *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2007, p. 123.

¹³¹ Cfr. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Paris : Presses Universitaires de France, 1979, p. 27. O autor descreve estas habitações como “*fort logeable[s] et bien meublée[s]*”.

¹³² Cfr. VALENTE, Adelina – Técnicas e materiais em recibo e memória descritiva de *Darnault Freres*: uma encomenda da corte portuguesa (1785). *Revista de Artes Decorativas*, n.º 2 (2008), pp. 205-216.

¹³³ Cfr. BASTOS, Celina – A Real Barraca no sítio de Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos para o seu estudo. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 1 (2007), pp. 193-228.

¹³⁴ Cfr. SALDANHA, Sandra Costa – Entalhadores e carpinteiros, concorrentes e parceiros – o mobiliário religioso da Basílica da Estrela. In *Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, p. 44. Segundo a autora, Pedro Alexandrino de Carvalho, pintor, Francisco Jorge da Costa, azulejador, e o entalhador José de Abreu do Ó, que trabalharam na Basílica da Estrela, podem ter sido responsáveis “pela decoração de diversos aposentos reais”.

¹³⁵ Cfr. CHANTAL, Suzanne – *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.], p. 87.

¹³⁶ Cfr. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Paris : Presses Universitaires de France, 1979, p. 54.

¹³⁷ Cfr. GUERRA, Luiz de Bivar – *Inventários e sequestros das casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do

inglesas de Lisboa, Porto e Londres”¹³⁸.

As dívidas de particulares e da corte portuguesa a negociantes ingleses, ainda na sequência da penúria geral derivada do terramoto, mantinham Portugal constrangido a comerciar, preferencialmente, com os britânicos, apesar de terem existido negociações directas, mediante tratados preferenciais, com outros países, tais como a Dinamarca, Suécia e Rússia e França¹³⁹. A observação do comércio português com Inglaterra indica o predomínio das importações sobre as exportações quando analisado o quadro temporal setecentista, e de modo mais marcado entre 1751 e 1765, como veremos ainda neste capítulo. Com efeito, o comércio português com a Grã-Bretanha foi sempre deficitário no século XVIII verificando-se a sua maior ou menor amplitude de acordo com a maior ou menor afluência do ouro brasileiro no continente europeu¹⁴⁰.

A segurança da frota brasileira tornava-se, portanto, motivo de preocupações, pois os mercados só receberiam o valor da mercadoria que antes tinham enviado aquando do regresso da frota com o respectivo pagamento¹⁴¹. Do Brasil continuavam a vir as remessas de açúcar, café, rolos de couros em pelo com tabaco¹⁴², cravinho, baunilha, salsaparilha, óleo de copaíba, e, também, o algodão para a indústria de lanifícios britânica que, mais tarde, em 1776, com a independência dos territórios da América do Norte voltou a ser muito procurado¹⁴³. Cargas de madeira de alta qualidade no que se referia a resistência à água salina, e incorruptível, no dizer da época, i.e., excelente para a fábrica das naus, também faziam a viagem para a Europa. Dessas madeiras ressaltava o lenho de “*umiri*”, que destilava um “*óleo odífero e [a] casca queimada serv[ia] de perfume*”. Outra espécie, a “*burapenina [...] é admiravelmente ondulada*”. Esta expressão qualificativa deixa entrever a sua utilização em obras de marcenaria já que se valorizava a estética visual que o lenho apresentava¹⁴⁴.

Os negócios particulares ingleses, que se multiplicavam entre Lisboa e o Brasil, causavam à Coroa portuguesa muitos prejuízos. Esse facto incentivou D. José I e o conde de Oeiras a empreenderem uma política de concentração mercantil, substituindo as companhias monopolistas existentes, dominadas por figuras britânicas, por outras de refrescado capital luso¹⁴⁵. Estiveram neste caso as Companhias do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Lisboa, e de Pernambuco e Paraíba, sedeadas no Porto, que compravam as fazendas na capital, Lisboa, e revendiam nos territórios sobre os quais tinham prerrogativa. Uma frota privativa viajava no Atlântico com esse fim, permitindo

Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. 176.

¹³⁸ Cfr. DUMOURIEZ, Charles – *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2007, p. 145.

¹³⁹ Cfr. DUMOURIEZ, Charles – *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2007, p. 147.

¹⁴⁰ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Quercus, 1982, pp. 47 e 188-189.

¹⁴¹ Cfr. CHAPMAN A. B. Wallis - English Factories in Lisbon and Oporto (1660-1756). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], p. 247.

¹⁴² Cada rolo de tabaco pesava entre sete a oito arrobas. Cfr. DUMOURIEZ, Charles – *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2007, p. 73.

¹⁴³ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Quercus, 1982, p. 198.

¹⁴⁴ Cfr. DUMOURIEZ, Charles – *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2007, p. 65.

¹⁴⁵ A poderosa sociedade “Purry, Mellish and De Visme”, detentora do trato exclusivo do pau-brasil, não foi atingida por este movimento político-económico das autoridades portuguesas.

lucros relevantes aos accionistas. Este sistema de exclusividade concedia proveitos rendosos ao Estado, contrariamente ao “pequeno comércio viajero”¹⁴⁶, que geria negócios de pouca monta e que não era tolerado pelas autoridades portuguesas, pois identificava-se com o contrabando. Foi vedado, em 1755, por alvará específico. Com efeito, os negociantes que não se enquadravam nas redes monopolistas levavam a “fazenda consigo”, vendendo-a “no lugar de destino, [voltando] ao lugar de partida onde prepara[vam] nova viagem”¹⁴⁷. Na mesma perspectiva de domar a presença dos comerciantes ingleses autónomos foi criada, em 1756, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, controlando a qualidade e o preço vinícola, bem como a distribuição da aguardente, essencial à composição final dos vinhos. No entanto, dado o seu poder económico, os ingleses rapidamente retomaram o capital das novas companhias pois grande capacidade monetária era necessária para concretizar a actividade das companhias monopolistas¹⁴⁸.

Outra directiva do governo josefino ditou a criação da Junta do Comércio, braço do governo para o desenvolvimento de diversas manufacturas destinadas “à feitura e maior distribuição de bens de consumo”¹⁴⁹ bem como do revivalismo da actividade da tecelagem. A fábrica de cartas para jogar e papelões, em Lisboa, em 1769¹⁵⁰, a dos chapéus, em Lisboa¹⁵¹ e Porto, em 1771, 1772 e 1773, a dos pentes de marfim também na capital em 1770, foram algumas das iniciativas tomadas por Sebastião José de Carvalho e Melo¹⁵². O acolhimento de artífices estrangeiros para desenvolver o ensino das técnicas respectivas nas manufacturas constituiu outra das diligências encetadas. A fábrica de vidros da Marinha Grande, dirigida pela família Stephens, dimanou desta política.

A fixação de europeus em Lisboa, em busca de fortuna, aliciou, igualmente, músicos, arquitectos e pessoas ligada ao meio da cultura, trazendo para o país contribuições de índoles diversas¹⁵³. Companhias de teatro e diversão britânicas foram atraídas pela animação lisboeta tendo chegado a Lisboa, por exemplo, em 1776, uma companhia de dez comediantes.¹⁵⁴

Comerciantes estrangeiros, ou oriundos de famílias já instaladas no reino, de que Jacome Ratton é exemplo, envolveram-se nas acções de política expansionista implementadas pelo marquês de Pombal. Esse comerciante de origem francesa foi membro da Junta do Comércio. Impulsionou a criação de manufacturas no reino português e induziu, com preocupações de modernidade, a importação da “primeira caixa do aparelho de salvar, e restituir a vida aos asphixiados, a qual

¹⁴⁶ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Querco, 1982, p. 47.

¹⁴⁷ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Querco, 1982, p. 47.

¹⁴⁸ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1982, pp. 66-69.

¹⁴⁹ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, pp. 133, 194-195 e 202-204.

¹⁵⁰ Cfr. MONIZ, Egas – *História das cartas de jogar*. Lisboa: Apenas, 1998.

¹⁵¹ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*. Casa da Índia. “Este Livro há de servir p^a lançarem os despachos das far^{das} de privilegiados q não pagão Dirteitos; no prez^{te} anno. Caza da Índia (sic) de Janeiro de 1787”, f. 1. Neste ano regista-se a entrada de 589 toros de “pau campeche”, madeira para tinturaria, necessária para as manufacturas, em barcos que vinham de Londres.

¹⁵² Na sua esteira surgiu, em Lisboa, já em 1776, a fábrica da cutelaria, a de espelhos, em Lisboa, no mesmo ano, bem assim como a fábrica de relógios.

¹⁵³ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, p. 194.

¹⁵⁴ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/82, ff. 8v-9.

*offereci à Real Junta de commercio (sic), e esta mandou construir, pelo ensambrador Joze Aniceto Raposo, varias outras, que espalhou, e distribuiu gratuitamente pelos lugares, aonde o seu uso se faria mais necessário, cujo ensambrador obteve o Privilegio exclusivo, para a construcção das ditas caixas*¹⁵⁵. Como veremos, a vida e o percurso profissional do marceneiro lisboeta José Aniceto Raposo, que viveu entre 1756 e 1824, foi um exemplo da influência britânica na formação de oficiais portugueses, existindo conexões com o percurso de José Francisco de Paiva, cuja vida se desenrolou em cronologia semelhante, na cidade do Porto.

As riquezas do Brasil foram um dos grandes motores do relacionamento entre as coroas portuguesa e inglesa. Colónia rica de matérias-primas que a Europa não possuía, foi objecto de cobiça internacional. A vizinhança de Portugal com Espanha nas colónias da América do Sul reflectia-se na rivalidade contínua entre Inglaterra e França, aliados, respectivamente de um e outro reino, pretendendo, estes, o domínio das rotas comerciais legais, ou de contrabando da prata¹⁵⁶. Os holandeses participavam, também, na contenda. A colónia de Sacramento, junto a Buenos Aires, era um ponto geográfico essencial à entrada do metal argênteo espanhol no Brasil, sendo permanentes as guerrilhas pela sua posse. As disputas cessaram com a sua definitiva entrega a Espanha, em 1750¹⁵⁷.

Os territórios brasileiros alcançaram, durante o consulado do marquês de Pombal, uma hegemonia e um desenvolvimento que não foi possível conseguir nas regiões africanas e orientais sob domínio português, pois o esforço de exploração dirigido à colónia sul-americana era mais compensador. Dotados de grandes recursos naturais, foram sempre objecto de maior atenção por parte do poder de Lisboa, que disponibilizou recursos humanos que as restantes colónias não obtiveram. Nesse contexto, foi privilegiado o envio, para o Brasil, em detrimento do Oriente, de “vice-reis e governadores titulados, com experiência da Corte”¹⁵⁸.

O crédito concedido pelo trato inglês aos negócios com a colónia sul-americana era indispensável¹⁵⁹. O sistema de comércio directo com o Brasil implicava um grande capital, que só era recebido quando aí se vendessem as mercadorias enviadas. Se, porventura, o mercado local estivesse saturado, havia que aguardar pelo respectivo escoamento e tempo mais dilatado para receber o pagamento. Os portugueses não possuíam fundo de maneiço suficiente para suportar este funcionamento recorrendo, portanto, ao financiamento britânico.

A Ilha da Madeira era um território à parte no cômputo do reino português. Considerada uma colónia portuguesa rica¹⁶⁰, estava já, no início do século XVIII, muito povoada por ingleses que negociavam directamente com a sua terra mãe¹⁶¹, não sendo, portanto, fonte importante de impos-

¹⁵⁵ Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920, pp. 65-66.

¹⁵⁶ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 127.

¹⁵⁷ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 127.

¹⁵⁸ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 225.

¹⁵⁹ Cfr. AZEVEDO, J. Lúcio de – *O Marquês de Pombal e a sua época*. Lisboa: Clássica Editora, 1990, p. 27. O autor cita uma fonte da época que refere que “*todo o dinheiro que gira é dos ingleses, que fazem adiantamentos aos produtores*”.

¹⁶⁰ Cfr. DUMOURIEZ, Charles – *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópico, 2007, p. 82.

¹⁶¹ Cfr. CHAPMAN A. B. Wallis - *English Factories in Lisbon and Oporto (1660-1756)*. In SHILLINGTON, V. M.; CHAP-

tos para a Coroa lusitana¹⁶². Este facto é confirmado, nesta centúria, pela prática de tributos fiscais sobre o movimento aduaneiro a favor da “nação inglesa”¹⁶³, que dominava o trato deste arquipélago. As curvas da entrada e de saída de navios no Funchal indicam que, entre 1731 e 1775, os ingleses superaram os 70% do total dos navios movimentados neste porto, à excepção do quinquénio de 1756-1760, em que entraram e saíram cerca de 50%. Em 1776-1780 situou-se em 53%¹⁶⁴. A ilha tornou-se um entreposto da captura de peixe da Terra Nova, Nova Inglaterra e Virgínia, sendo o local escolhido pelos britânicos para troca das espécies piscícolas por vinho, que enviavam da Madeira para essas suas colónias¹⁶⁵.

Os ilhéus copiavam o estilo de vida inglesa, incluindo os seus jardins e vinhedos. O compasso horário quotidiano era, igualmente, replicado¹⁶⁶. Em troca do vinho madeirense, os ingleses abasteciam a ilha com produtos básicos destinados à alimentação¹⁶⁷ e qualquer problema de carácter militar que perturbasse a navegação britânica influía nesse aprovisionamento.

Nos Açores setecentista, “a variante geográfica, a diferenciada estrutura económica e a política régia de auto-suficiência condiciona[vam] o comércio insular”¹⁶⁸. Angra do Heroísmo e a Horta congregavam muito do trato insular, chegando a distribuir pelas outras ilhas as mercadorias que chegavam da Europa, do Brasil, e do norte da América. As rotas extra arquipélago eram, portanto, diversificadas, graças à posição geográfica no seio do Atlântico. Quanto às exportações para o continente português consistiam em cereais, carne e aguardente, importando sal, azeite, ferro, papel, chapéus, entre outras mercadorias essenciais à vida quotidiana local¹⁶⁹. Existiam, igualmente, ligações comerciais com os britânicos que aportavam à Ilha da Madeira em busca do trigo que, nestas ilhas, era inexistente, consequência da monocultura vinhateira¹⁷⁰.

MAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], pp. 237 e 246. Entre 1710 e 1714 o número de navios chegados à Ilha da Madeira com origem em Inglaterra foi de cento e noventa e seis e o total saído das ilhas britânicas com destino para Portugal foi de mil cento e setenta e sete navios.

¹⁶² Refira-se que, já no século XVII, o envolvimento dos mercadores ingleses na Ilha da Madeira era grande e, aquando do casamento de D. Catarina com Carlos II, a diplomacia britânica pretendia a inclusão desse território no respectivo dote da princesa. Cfr. NEPOMUCENO, Rui - *História da Madeira. Uma visão actual*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 59.

¹⁶³ Cfr. CHAPMAN A. B. Wallis - English Factories in Lisbon and Oporto (1660-1756). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], p. 237.

¹⁶⁴ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de - *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Querco, 1982, p. 193.

¹⁶⁵ Cfr. CHAPMAN A. B. Wallis - English Factories in Lisbon and Oporto (1660-1756). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], p. 237.

¹⁶⁶ VALENTE, Adelina - Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, pp. 141-153.

¹⁶⁷ Cfr. CHAPMAN A. B. Wallis - The Lisbon Factory and the Anglo-Portuguese Treaty (1640-1654). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], p. 177.

¹⁶⁸ Cfr. MENESES, Avelino de Freitas de - O comércio dos Açores no século XVIII: rotas e transacções. In *www.google.com* (16.7.2009; 17h45). Documento sem numeração de páginas.

¹⁶⁹ Cfr. MENESES, Avelino de Freitas de - O comércio dos Açores no século XVIII: rotas e transacções. In *www.google.com* (16.7.2009; 17h45). Documento sem numeração de páginas.

¹⁷⁰ Cfr. NEPOMUCENO, Rui - *História da Madeira. Uma visão actual*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 169.

O tráfego marítimo com o Brasil desenvolveu-se por intermédio de mercadores de que Nicolau Raposo do Amaral foi um exemplo, utilizando as ilhas açorianas como ponto intermédio para negócios com o Norte de África, Canárias e Lisboa¹⁷¹. A correspondência comercial deste negociante proporciona elementos relevantes para o estudo das Artes Decorativas¹⁷², nomeadamente quanto à compra de peças de mobiliário, pratas e jóias da moda, na capital do reino e algumas no Brasil, como mobiliário, revelando o processo interactivo entre clientes e intermediários setecentistas¹⁷³.

A produção vinícola açoriana, sobretudo a do Pico e de S. Jorge, teve expressão nas exportações para a costa leste dos Estados Unidos da América. Os ingleses também dominaram os negócios deste arquipélago. Logo após a declaração da independência daquele país, em 1783, o posto de consulado americano nos Açores foi ocupado pelo mesmo agente da Madeira¹⁷⁴, prova da importância geo-estratégica e económica do relacionamento com os Açores.

Na terceiro quartel do século XVIII, o marquês de Pombal tentou restringir a hegemonia comercial inglesa, como já referimos *supra*. Na verdade este ministro estava descontente com o predomínio das actividades económicas dos ingleses em Portugal, se bem que o rei D. José I não perfilhasse, na totalidade, as opiniões políticas de Pombal. Com efeito, Edward Hay, ministro plenipotenciário britânico em Portugal, referia, em 1763, que o rei estava preocupado com a inflexibilidade do seu ministro relativamente aos ingleses¹⁷⁵. A estadia de Carvalho e Melo em Londres e Viena, entre 1738 e 1749, e o conhecimento do funcionamento de duas Cortes distintas forneceu-lhe elementos para, uma vez na condução da política da corte josefina, formular acções concordantes com a sua visão das prioridades do país¹⁷⁶. Ao ministro agradaria que o trato britânico em Portugal fosse menos dinâmico e, como consequência, tivesse menor poder sobre os negócios portugueses. Este facto é perceptível em carta, datada de Lisboa no mesmo ano de 1763, em que Edward Hay refere que o marquês de Pombal lhe terá mostrado descontentamento com a situação existente, considerando que aos comerciantes portugueses estava reservada uma atitude passiva nos negócios¹⁷⁷. O embaixador inglês considerou, defendendo o ponto de vista do seu reino, que Portugal tinha vantagem no relacionamento com os mercadores ingleses dado que estes vendiam a crédito a mercadoria que tinham comprado a pronto, só possível a negociantes de grandes cabedais, o que, subentendia-

¹⁷¹ Cfr. MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Raposo do Amaral*. Carnaxide: Patrimonia, D. L. 2006.

¹⁷² Cfr. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ditames do gosto setecentista: o negociante de grosso trato, Nicolau Maria Raposo do Amaral, de Ponta Delgada, e as Artes Decorativas. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 15-44.

¹⁷³ Cfr. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ditames do gosto setecentista: o negociante de grosso trato, Nicolau Maria Raposo do Amaral, de Ponta Delgada, e as Artes Decorativas. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 15-44.

¹⁷⁴ Cfr. RIBEIRO, Jorge Martins – O papel dos arquipélagos dos Açores e da Madeira no relacionamento luso-americano nos finais do século XVIII e início do século XIX. *Separata. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 57 (1999), pp. 285-305. In http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_medial.pdf (2/11/2012, 16h30).

¹⁷⁵ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/58, ff. 5-6v.

¹⁷⁶ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, pp. 14-48.

¹⁷⁷ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/58, ff. 119-120v. Pombal terá referido que “*the Subjects of Portugal were derived of all Active Trade, and purely confined to a passive one (his was his Expression)*”.

se, não era o caso dos portugueses¹⁷⁸. A verdade é que o poder do capital, essencial à consecução de todos os negócios, estava do lado britânico, conduzindo, inevitavelmente, a “ligações íntimas e múltiplas” entre as duas nações¹⁷⁹.

A reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, constituiu uma das marcas de Pombal para o desenvolvimento dos estudos literários e das ciências, ao nível dos estudos superiores. Carvalho e Melo lançou, igualmente, os alicerces da Aula do Comércio e do Colégio dos Nobres, numa tentativa de abrir os horizontes teórico-práticos destas classes. Aos comerciantes pretendia-se outorgar os instrumentos para a prossecução da sua actividade com conhecimentos apropriados ao desenvolvimento do exercício comercial, e constituiu um sucesso. Com efeito, as noções práticas ministradas revelaram-se adequadas e de relevância para os profissionais aí formados. Para os fidalgos, eventuais frequentadores do Colégio dos Nobres, ambicionava-se atrair o seu interesse pelo trabalho de carácter mercantil, até aí considerado de menor merecimento pela aristocracia portuguesa¹⁸⁰. Na verdade, os portugueses consideravam desonrosa a actividade de mercador¹⁸¹. A fraquíssima adesão da classe nobre ditou o fracasso da iniciativa. Na mesma época com o pretexto da educação dos príncipes D. José e D. João, inicia-se, igualmente, “a construção do Museu de História Natural e traça-se o Jardim Botânico”, numa aproximação do poder político “aos novos paradigmas científicos”¹⁸².

As importações contraíram-se na década de 1760¹⁸³ devido ao menor envio de ouro do Brasil para Portugal continental e como consequência do esforço militar que a entrada de Portugal na Guerra dos Sete Anos exigiu. A comunidade mercantil britânica sentiu o declínio dos seus negócios, já que, até esta data, Portugal constituía o terceiro maior cliente de Inglaterra. Essa queda foi atribuída, não a estes dois factores, mas à legislação pombalina de apoio às manufacturas indicada *supra*, o que acentuou sua indisposição política contra o marquês de Pombal já que o mercado português era um destino de alta importância para as manufacturas britânicas, ocupando, à época, o segundo lugar das suas exportações, logo a seguir ao americano¹⁸⁴.

No cômputo demográfico, Portugal viu a sua população crescer, e cidades como Aveiro e Setúbal, bem como a região das Beiras, ganharam importância graças ao impulso dado à exportação de produtos agrícolas como azeite, frutos como a laranja e o limão e grãos diversos¹⁸⁵. Lamego benefi-

¹⁷⁸ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign, Portugal*. SP 89/58, ff. 138-138v. A frase do embaixador inglês é: “*the British Subjects sell upon trust, and buy with ready Money [...] none but opulent merchants can afford them*”.

¹⁷⁹ Cfr. BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d’Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, vol I, p. XV.

¹⁸⁰ Cfr. LIVERMORE, H. V. – *A History of Portugal*. Cambridge: The University Press, 1947, p. 371.

¹⁸¹ Cfr. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme* e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitões imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), p. 82.

¹⁸² Cfr. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, p. 92.

¹⁸³ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 257.

¹⁸⁴ Cfr. FISHER, H.E.S. – Anglo-Portuguese Trade 1700-1770. In *The growth of English overseas trade in the 17th and 18th centuries*. London: Methuen & Co. Ltd, 1969, p. 163. O autor refere que “after the English American colonial trade as a whole, [Portugal was] England’s most buoyant export outlet for her manufactures”.

¹⁸⁵ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, vol. 6. A nossa

ciou da proximidade das terras vinícolas e seus negócios¹⁸⁶.

O reinado de D. José I não manifestou sinais exteriores de sumptuosidade tão evidentes como o de seu pai. Foram valorizadas as actividades lúdicas de que são exemplos as touradas, as caçadas, a ópera, a música e o teatro. O local de representação da Corte, Salvaterra de Magos¹⁸⁷, usufruiu de um pequeno teatro de ópera com a presença de músicos estrangeiros¹⁸⁸. A edificação do Palácio de Queluz, em que se empenhou D. Pedro III, foi uma aquiescência ao gosto rococó francês que imperava na Corte. Jean Baptiste Robillion conduziu as obras arquitectónicas e de decoração de estuques interiores. Residência de lazer de três gerações da casa real, esta verdadeira “*maison de plaisance*”, à semelhança da construção em Marly, lugar de refúgio de Luís XIV, salvaguardadas as respectivas dimensões, significava lazer e refúgio das obrigações oficiais em Lisboa¹⁸⁹. O palácio, alvo constante de melhoramentos e renovações¹⁹⁰, incorporou, na década de 1750, ornamentação exterior e arvoredo importados. “Figuras” de chumbo, em cinquenta e oito caixotes, da autoria de John Cheere (1709-1787) chegaram, de Londres em 1757¹⁹¹; o intermediário desta encomenda às manufacturas inglesas foi Elias Perochon, cônsul britânico em Lisboa. Vieram árvores em número de 1450, de Amesterdão, em 1758, e um jardineiro fora contratado na Holanda; com origem em Génova, no mesmo ano, viajaram para Queluz cinquenta e seis caixas com “estátuas de mármore”, além de “pedraria” de Itália, em 1760. Cinquenta anos depois o palácio serviu de aquartelamento a generais ingleses, estacionados em Lisboa, aquando das invasões francesas¹⁹².

A “nação” inglesa que vivia junto da corte tinha um estilo de vida sumptuoso em Portugal. Contratava os artistas da moda local para decorar os seus palácios. Por exemplo, o pintor Jean-Baptiste Pillement, autor com nome, à época, decorou duas salas da casa de Lisboa do inglês Gerard De Visme¹⁹³, um dos sócios da firma “Purry, Mellish and De Visme”, que deteve, até à década de 1790¹⁹⁴, o exclusivo da exploração do pau-brasil. Poderá ser da autoria desse pintor duas pinturas a

investigação nas fontes documentais inglesas confirma esta exportação.

¹⁸⁶ Vd. COSTA, Pe. Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, p. 274.

¹⁸⁷ CORREIA, Joaquim Manuel da Silva; GUEDES, Natália Brito Correia – *O Paço Real de Salvaterra de Magos : a corte, a ópera, a falcoaria*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

¹⁸⁸ Cfr. CARDIM, Pedro – A corte régia e o alargamento da esfera privada. In MATTOSO, José, dir.; MONTEIRO, Nono Gonçalves, coord. – *História da vida privada. A Idade Moderna*. [S.l.]: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 186.

¹⁸⁹ Cfr. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa: Livros Horizonte, 1971, p. 97.

¹⁹⁰ Cfr. A. N. T. T., *Casa Real*, Doc. 3751. Entre 1784 e 1786, por exemplo, foi gasta a quantia de 43.995\$787 réis, em obras diversas de construção, mas também de “*toda a mobília que foi precisa para o alojamento de S.R.Família [do príncipe D. João]*”.

¹⁹¹ Vd. FERRO, Maria Inês – *O Pavilhão Robillion do Palácio Nacional de Queluz: história, arte, construção e restauro (1758-1940)*.

¹⁹² Cfr. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa: Livros Horizonte, 1971, pp. 275-277 e 322.

¹⁹³ Cfr. CHANTAL, Suzanne – *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.], pp. 203, 206 e 216.

¹⁹⁴ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “Livro 1841. L.º 2.º do Registo das condições dos Contratos, e Fabricas. Caza da Índia”, ff. 16-17v. Com efeito outra concessão foi outorgada em 1790. A “*João Roque e Jorge, e filhos*” foi concedido “*contracto de Extracção do pau Brazil, no novennio, que hade principiar em Janeiro futuro. Lisboa, 23 Dezembro de 1790*”. Explorariam “*20.000 quintais por ano a preço de 8.000 reis o quintal*” de madeira da capitania de Pernambuco.

óleo do acervo do Musée des Arts Décoratifs, datadas de 1785, intituladas “*Vue des jardins de Benfica*” (fig.s 1:5 e 1:6)¹⁹⁵, em que se vislumbra o que poderá ter sido o palácio de De Visme, bem como a zona verde envolvente. Outras duas obras pictóricas de Alexandre-Jean Noël do acervo do Museu de Arte de Filadélfia, oferecem outra visão da “Quinta de Benfica”¹⁹⁶.

Exibindo a sua situação privilegiada às elites locais, os ingleses eram criticados pela comunidade francesa no que se refere aos gastos, considerados excessivos em construções, mas contidos em decoração, leia-se, francesa. De Visme foi apelidado, por isso, de “*avare fastueux*”¹⁹⁷ pelo embaixador Bombelles, traduzindo os gostos díspares das comunidades inglesa e francesa e respectivas opções estéticas e decorativas. Enquanto uma figura britânica refere que a sua casa estava mobilada “*in the English taste*”¹⁹⁸, Bombelles, nas suas memórias, acusa-o de gastar avultadas somas em construções arquitectónicas, poupando, por sua vez, nos tecidos ou outros elementos de decoração¹⁹⁹. Gerard De Visme²⁰⁰ foi pródigo na cidade que lhe proporcionou avultados bens, fundando um hospital em Lisboa²⁰¹, na rua da Estrela, nº 4²⁰², de que subsiste cópia de gravura da época²⁰³ (fig. 1:7). Outras reproduções (fig. 1:8)²⁰⁴ revelam o esplendor setecentista da Praça do Comércio, e a movimentação comercial do rio Tejo (fig. 1:9)²⁰⁵. Estrangeiros e ricos negociantes visitavam amiúde a casa de De Visme, em Benfica, onde eram frequentes jantares. Esta residência era “*curiosa pelas suas águas e plantas raras*”²⁰⁶ e os respectivos jardins locais de experiência de cultura de plantas que recebia da América setentrional. Enriqueceu ao longo da sua vida e cultivou relacionamentos políticos poderosos²⁰⁷, tendo falecido a 20 de Novembro de 1798 na sua casa de Londres²⁰⁸.

¹⁹⁵ Vd. Musée des Arts Décoratifs., inv. 3623e e 36234. In http://www.lesartsdecoratifs.fr/spip.php?page=recherche&id_secteur=1&recherche=Pillement&x=0&y=0 (28.05.2008; 23h).

¹⁹⁶ Vd. Editorial. The Black Swan of Bom Jesus. *Apollo*, April 1973, p. 336.

¹⁹⁷ Cfr. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Paris : Presses Universitaires de France, 1979, pp. 93-94.

Dumouriez, quando chegou a Portugal, trazia carta de apresentação passada por um irmão de Gerard De Visme. Cfr. DUMOURIEZ, Charles, *Ob. cit.*, p. 8 e 131.

¹⁹⁸ Cfr. WORDSWORTH, Dora Q. - Journal of a Few Months' Residence in Portugal and Glimpses of the South of Spain, 1848. *The Quarterly Review*, vol. LXXXI, 1847, p. 34. In www.google.com (13/9/2008; 13H00).

¹⁹⁹ Cfr. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Paris : Presses Universitaires de France, 1979, pp. 93-94.

²⁰⁰ Gerard foi o “5º filho de Philip, conde de Vismes e de Marianne, filha de Piquet, marquês de Magaens, huguenotes franceses que se estabeleceram na Grã-Bretanha”. Vd. Editorial. The Black Swan of Bom Jesus. *Apollo*, April 1973, p. 336.

²⁰¹ Cfr. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme* e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 36 e 57.

²⁰² O hospital ainda estava ao serviço da comunidade em 1843. Vd. Editorial. The Black Swan of Bom Jesus. *Apollo*, April 1973, p. 336.

²⁰³ Vd. T. B. L., *Maps and Prints*, K_Top_74-001.

²⁰⁴ Vd. T. B. L., *Maps and Prints*, K_Top_74-002.

²⁰⁵ Vd. T. B. L., *Maps and Prints*, K_Top_74-003.

²⁰⁶ Cfr. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, p. 381.

²⁰⁷ Cfr. DUMOURIEZ, Charles – *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2007, pp. 8 e 131. Dumouriez, por exemplo, quando chegou a Portugal, trouxe carta de apresentação passada por um irmão de Gerard De Visme.

²⁰⁸ Cfr. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De*



Figura 1:5
Jean-Baptiste Pillement: *Vue des Jardins de Benfica*, 1785.



Figura 1:6
Jean-Baptiste Pillement: *Vue des Jardins de Benfica*, 1785.

O reinado seguinte foi iniciado com grandiosa festa de entronização da nova rainha D. Maria I na Praça do Comércio. Erigiu-se uma tribuna decorada com tecidos de damasco e tapeçarias, enriquecida com franjas e rendas de ouro, tudo *ao moderno*; duas cadeiras de Estado da mesma forma e tamanho estavam cobertas com um dossel²⁰⁹, tendo-se sentado, portanto, o rei consorte, D. Pedro III, lado a lado com a rainha, em duas tipologias de assento idênticas.

No capítulo das finanças públicas, seguiu-se a necessidade de contenção orçamental, já que o seu estado, herdado do reinado anterior, se tinha degradado: menos remessas brasileiras mas gastos contínuos e extraordinários, como as despesas de reconstrução de Lisboa, tinham depauperado o Erário Público. Revelou-se necessária a adequação de políticas condizentes com o contexto internacional, em que forças de diferentes países se mediam. Reorganizou-se o exército. A revolução norte-americana e a consequente independência em 1786, a Revolução Francesa em 1789 e o pacto franco-espanhol obrigaram o governo de D. Maria I a uma redobrada atenção da política de relacionamento com Inglaterra escolhendo, sempre que possível, uma atitude de neutralidade no contexto dos conflitos do último quartel de Setecentos. Mas esta disposição política nem sempre foi possível. Procuraram-se diferentes relações preferenciais, nomeadamente com a Rússia, que deram origem a um tratado comercial proeminente para importação de matérias-primas destinadas, sobretudo, à construção e apetrechos navais, tais como madeira, ferro e artilharia²¹⁰.

A política de administração interna e de modernização de Lisboa esteve a cargo de Diogo Inácio Pina Manique, estadista orientado pelos princípios iluministas do consulado do marquês de Pombal. Fundou a Casa Pia em Lisboa, que seria, em 1793, replicada no Porto, considerada um veículo para promoção de instrução, bem como de auxílio aos desvalidos. Ensino, assistência social e desenvolvimento público eram os objectivos desta instituição que mereceu os favores reais. A Aula Pública de Desenho formou alunos, permitindo-lhes acesso a estudos em diversos países da

Visme e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), p. 36.

²⁰⁹ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign*, Portugal. SP 89/84, ff. 177-179. Foi erigida uma tribuna “*The whole magnificently furnished with tapestry & damask, and adorned with Gold Fringes and Gold Lace in an elegant manner*”. Um dossel cobria “*two State Chairs of the same form and size*”.

²¹⁰ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Querco, 1982, p. 203.



Figura 1:7
Vista, a partir de Lisboa, do Hospital inglês e do convento de Almada.



Figura 1:8
Vista da Praça do Comércio, em Lisboa.



Figura 1:9
Vista da Torre de Belém, na entrada do Porto de Lisboa.

Europa. Igualmente preferenciais foram os ensinamentos da farmacologia e da medicina. A Casa Pia de Lisboa constituiu, portanto, uma referência no desenvolvimento das Artes e das Ciências em Portugal nas duas últimas décadas de Setecentos²¹¹. Pina Manique envolveu-se na construção do teatro de S. Carlos, de inspiração italiana. A Basílica da Estrela constituiu, entre outros de menor dimensão, um grande projecto arquitectónico, fruto do fervor religioso de D. Maria I, onde trabalharam alguns mestres da época, como Reinaldo dos Santos, Machado de Castro ou Pedro Alexandrino de Carvalho, além dos entalhadores José de Abreu do Ó, José António Lisboa, Vicente Correia Lage, Félix Vicente de Almeida e António Nunes Colares²¹².

Quanto ao Brasil, a legislação marítima tendeu a favorecer, de facto, as exportações inglesas de lanifícios, via Portugal continental, já que “desde sempre, uma parte das mercadorias industriais enviadas para o Brasil eram estrangeiras [...] [mas] muitos artigos [que] seguiam viagem eram simples reexportações”²¹³. Com efeito, a governação do país considerou que aquela colónia deveria privilegiar a agricultura e a exploração mineira em detrimento das produções manufactureiras, obrigando, deste modo, ao incremento das importações dos bens essenciais de consumo.

O príncipe herdeiro, futuro D. João VI, tomou as rédeas dos negócios políticos em 1792, na sequência da doença mental da rainha. A regência foi formalmente assumida em 1799. No que à política externa diz respeito, a intensificação do poderio militar francês obrigou à consolidação das forças portuguesas e respectiva estrutura no continente europeu. Sendo o único país aliado de Inglaterra, Portugal tornou-se um alvo a aniquilar já que as costas portuguesas faziam, na prática, parte do domínio marítimo dos britânicos.

Internamente, desenvolveram-se os meios de comunicação e transporte terrestres e fluviais, essenciais à fluência, pelo país, das mercadorias²¹⁴ e do correio. Até esta data, a maioria do comércio interno e do transporte de cereais fazia-se por via marítima²¹⁵. A agricultura sofreu um impulso essencial, incentivando-se para tal, a cultura dos campos, que se encontrava desprezada não só devido à grande emigração que, entretanto, ocorrera, mas também pela migração da população dos campos para as cidades²¹⁶. Na verdade, a elite cultural do reino preocupava-se com o abandono das terras pois esse facto significava criação de menor riqueza e obrigatoriedade de importação de cereais para a alimentação do reino²¹⁷. O Alentejo, considerada uma das províncias produtoras mais

²¹¹ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. In *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, vol. 6, p. 443.

²¹² Vd. SALDANHA, Sandra Costa – Entalhadores e carpinteiros, concorrentes e parceiros – o mobiliário religioso da Basílica da Estrela. In MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho; SALDANHA, Sandra Costa coord., *Actas do I Colóquio de Artes Decorativas: “Mobiliário Português”*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 27 e 28 de Setembro de 2008, pp. 42-56.

²¹³ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Querco, 1982, p. 237.

²¹⁴ Os historiadores consideram que “as produções importadas” não chegavam ao interior urbano. “Por custos e dificuldades de transporte [a população] abastecia[-se] de artefactos de produção doméstica e artesanal”. Cfr. RAMOS, Rui, coord.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 412.

²¹⁵ Cfr. BALBI, Adrien – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d’Algarve*, 2 vol. Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822. Edição facsimilada. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004, pp. 411-412.

²¹⁶ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, p. 335.

²¹⁷ Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p. 158.

importantes, sofreu muitíssimo com as condições de desertificação, vítima, igualmente, do facto de constituir teatro de guerrilhas com Espanha²¹⁸.

A indústria e as matérias-primas que a abasteciam foram alvo de atenção particular. Foi concedido, em 1781, a Manuel Henriques, alvará com vista à laboração de “*fábrica para estampar papéis de diversas cores à imitação dos que vêm de países estrangeiros*”, destinados a “*ornatos de casas*”²¹⁹, e a “*José Luiz da Silva*” foi assentido o “*contrato de ornatos pessoais, de casas, e igrejas, tanto de prata, como de ouro, assim maciço, como em embutidos dos mesmos e de metais, com pedras finas, e doiradas de varias cores*”²²⁰. Já antes referimos o alvará para laboração, por um período de seis anos, com início em 1 Janeiro 1788, de “*fábrica dos Pentes de Marfim*”. No âmbito do material lenhos, a continuada contratação exclusiva do pau-brasil à sociedade “*Purry, Mellish e De Visme*” terminou em 1790, sendo, nessa data, concedida, por nove anos, a “*João Roque e Jorge, e filhos*”²²¹.

1.1 – Vida e política da corte de Lisboa e sua importância para os mercadores ingleses

O comércio no território português fervilhava, no século XVIII, com mercadores de várias nacionalidades: ingleses, italianos, alemães e franceses organizavam-se em companhias de grande poder económico; o ouro e diamantes brasileiros, bem como a prata da colónia de Sacramento, constituíam moeda, legal ou não, nos mais variados negócios.

Lisboa apresentava-se como uma cidade centrípeta no contexto político-económico português. A Corte e seu séquito, endividados²²², vivendo recorrentemente a crédito²²³, comandavam o ritmo de vida da cidade e do país. Mobiliário, tapeçarias, roupa e todos os cómodos necessários à vida quotidiana nas “*funções das passagens*” eram transportados sempre que o cortejo real mudava de localidade. Cadeiras e canapés, por exemplo, eram encomendados com esse objectivo a oficiais

Um dos negócios deste francês foi a importação de trigo, cevada e milho.

²¹⁸ Cfr. VALENTE, Adelina – Apontamentos sobre o uso das madeiras em Portugal no século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR, n.º. 1 (2007), p. 234.

²¹⁹ Cfr. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “*Livro de registo de leis e ordens de contratos e fábricas*”, ff. 63-66v. O alvará era concedido por um período de cinco anos, para qualquer ponto do país, e, em 1784 especificou-se que se poderiam “*levantar armas reais nos frontespícios das Caras pertencentes à fábrica*”.

²²⁰ Cfr. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “*Lº 2º do Registo das condições dos Contratos, e Fabricas*”, ff. 13-15. O alvará regista a data de 5 de Outubro de 1780.

²²¹ Cfr. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “*Lº 2º do Registo das condições dos Contratos, e Fabricas*”, ff. 16-17v. O contrato estipulava a exploração de “*20.000 quintais por ano a preço de 8.000 reis o quintal*” a partir da capitania de Pernambuco.

²²² Vd. CHANTAL, Suzanne – *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil [s.d.], p. 103.

²²³ O senhor Bristow, negociante inglês, que viajou com a família para Lisboa em Setembro de 1763, possuía créditos avultados relativos a bens fornecidos à Corte e a uma família nobre portuguesa não nomeada. Refere que esperava ser bem sucedido “*in the recovery of part at least of the large Sums due to Him*”. Solicita, através do embaixador britânico, os préstimos do conde de Oeiras no sentido de sensibilizar os devedores. Cfr. T. N. A., *P. R. O. State Papers Foreign*, Portugal. SP 89/58, ff. 173-173v e 253-253v.

lisboetas²²⁴ e o reposteiro-mor deveria velar para que os bens à sua guarda, incluindo as “camas imperiais”²²⁵ da família real, leitos ornados de tecidos ricos com prata e ouro²²⁶, acompanhassem a comitiva para qualquer destino²²⁷.

A fidalguia endinheirada da província, cujo património era abastado, procurava maior nobilitação casando com a aristocracia lisboeta²²⁸ alcançando, deste modo, proximidade com o centro das decisões burocráticas, essenciais para resolução de problemas de regulações, aprovações, aumento das propriedades ou confirmação de vínculos. A convivência *inter pares*, em Lisboa, possibilitava condução de negócios de modo mais profícuo, e a educação dos filhos, na capital, por mestres estrangeiros, era vista como fundamental na preparação de uma futura carreira diplomática²²⁹. No entanto, para que a casa alcançasse todo o “esplendor e luzimento”²³⁰ era necessário que os proventos das propriedades fossem devidamente cuidados, pois a vida em Lisboa revelava-se dispendiosa: roupas adequadas a cerimónias e festas, visitas às figuras de reconhecida importância e pagamento a procuradores, tudo contribuía para necessidade de somas de dinheiro consideráveis. Para tal, tornava-se imprescindível uma boa governação do património. No dizer de uma figura feminina da época era necessário ser “a primeira lavradeira na aldeia e a primeira requerente na Corte”²³¹.

²²⁴ Cfr. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. “*Obra que fez o entalhador Silvestre de Faria*”. Foram executadas as seguintes tipologias: “36 cadeiras lustradas com pouca talha a 3\$600; 20 ditas com respaldas ouvadas (sic); 24 ditas irmãs... a 6\$600; 24 cadeiras lustradas irmãs das 36; 1 dita rasa; 2 canapés a 30\$000 rs de feito; 3 ditos a 17\$000 rs de feito; 5 ditos a 35\$000 rs de feito; 3 ditos a 21\$600 rs de mad^a. e feito; 2 Emperiais (sic) de cama, ornados de talha e escultura a 104\$000 rs; 1 moldura de nogueira p^a a pia de água ... Snr^a Infanta Carlota; Da obra acima pintou, e dourou Fran^o. Pais a seg^e 36 cadeiras; 44 ditas; 7 canapés”.

²²⁵ Cfr. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme* e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 31-63.

²²⁶ Cfr. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. “*Relação de todo o móvel pertencente a S. Mag^e. que se acha debaixo da Administração do Sr. João António Pinto da Silva, e que se fez para os Augustos Desponsórios, e Funções das Passagens*”. São descritos os conteúdos de dois “baús”: Baú n.º -- *Uma armação de cama imperial de seda branca da Fábrica, com prata e matizes, que contem as peças seguintes: o tecto, e sobre-tecto do imperial; 4 quartinas, duas grandes, e duas pequenas; o espaldar com seu pingente; a capa da tábuca da cabeceira; o rodapé com suas sanefas; três sanefas de fora do tecto; Baú n.º -- Uma armação de cama, de cabaia pintada, com listas acetinadas cor de rosa, com galões e franjas de prata e ouro, e todos os seus pertences. Uma dita, com listas azuis acetinadas, e tudo o mais da mesma forma. Uma dita, com listas acetinadas cor de fogo, e tudo o mais da mesma forma; 6 panos irmãos desta cama que servem de bofetes; 3 panos irmãos que servem de bofetes; 6 retalhos de galão de prata e ouro, que todos têm 11 varos menos ¼ que serviram de guarnecer os mesmos panos; 12 maçanetas das ditas três camas”.*

²²⁷ Cfr. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. “*Lembrança dos trastes que são precisos p^a esta jornada de Salvaterra e [?] p^a a Senhora Infanta Carlota*”. Em 12 de Janeiro de 1786, por exemplo, foram transportadas as seguintes tipologias: “2 bancas de jantar dobradiças; 4 ditas p^a jogo [nota à margem: “compradas de novo foram 3”]; 4 bentozes (sic) p^a a cabeceira; 6 cadeiras [nota à margem: “foram tamboretas de rótula”]; 2 camas somente os colchões [nota à margem: “foram 4 colchões de esguião”]; a armação de damasco que costuma ir p^a forrar p^a a cama do Snr. Infante D. João a qual está lavrada (?)”.

²²⁸ Foi o caso do Morgado de Mateus, D. Luís António Mourão, nobilitado por diversos títulos, que contraiu matrimónio com a aristocrata D. Leonor Ana Luísa de Sousa Coutinho. Cfr. BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o tempo nem a distância. Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher D. Leonor de Portugal (1757-98)*. Lisboa: Aletheia Editores, 2007, pp. 24-25.

²²⁹ Cfr. BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o tempo nem a distância. Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher D. Leonor de Portugal (1757-98)*. Lisboa: Aletheia Editores, 2007, p. Os filhos do casamento de D. Luís António com D. Leonor de Portugal foram educados nesse sentido, em Lisboa. Em carta datada de 4 de Outubro de 1771, D. Leonor refere a D. Luís a evolução da aprendizagem do filho mais velho.

²³⁰ Cfr. BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o tempo nem a distância. Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher D. Leonor de Portugal (1757-98)*. Lisboa: Aletheia Editores, 2007, p. 113.

²³¹ Cfr. BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o tempo nem a distância. Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua*

Assim sendo, a nobreza residente no resto do país, vivendo no Porto ou mesmo na província mais afastada, passava, obrigatoriamente, temporadas em Lisboa, esperando que os seus problemas fossem, ou não, deferidos.

Os diplomatas franceses reconheciam o predomínio que os mercadores britânicos exerciam sobre a sociedade portuguesa, já que eram pujantes no campo económico e possuíam a mais poderosa frota marítima²³². Existiam, no entanto, algumas trocas comerciais entre Portugal e França, no domínio dos artigos de luxo²³³. Os relatórios que a espionagem francesa enviava para o Quai d'Orsay informavam sobre as frotas brasileiras chegadas a Lisboa, quantidade de ouro e diamantes, açúcar, couros e tabaco, movimentação de escravos, ou prejuízos e ganhos da pirataria ou do corso²³⁴. Além de anotarem as preocupações dos ingleses, descrevem o seu descontentamento pela chegada de navios para o comércio, sem ouro²³⁵, ou, quando a situação se revelava favorável, o júbilo respectivo pelo retorno de abundantes cabedais²³⁶.

A Casa Real joanina adquiriu bens opulentos aos artífices ingleses²³⁷, chegando mesmo a receber modelo de coroa para os ourives portugueses se inspirarem²³⁸. Há, no entanto, notícias de que o protótipo de Luis XV poderá ter competido para fornecer, em 1723, esse atributo real²³⁹. A casa real portuguesa não podia fugir ao fascínio das encenações reais francesas e foi encomendado desenho para o trono de D. João V a Juste-Aurèle Meissonnier, que o delineou entre 1728-1730. Terá sido executado em prata cinzelada e utilizado aquando da coroação de seu filho, D. José I, em 1750²⁴⁰. Seguindo os cânones usuais foi efectuado, em Paris, modelo em cera para aprovação de D. Luís da

mulher D. Leonor de Portugal (1757-98). Lisboa: Aletheia Editores, 2007, p. 428. A frase é da autoria de D. Leonor de Portugal referindo-se à necessidade de, nas propriedades de Mateus, comandar eficazmente os rendimentos rurais e, em Lisboa, atender à defesa dos interesses da casa.

²³² Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 30.

²³³ Cfr. ALMADA, José de – Aspectos económicos da Aliança Luso-Britânica. *O Tripeiro*. Número especial comemorativo do VI centenário da Aliança Luso-Britânica, 1973, p. 72. A balança destas transacções era favorável a França.

²³⁴ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 136 e 146.

²³⁵ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 183.

²³⁶ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 183. Em Fevereiro de 1725 chega a Lisboa uma frota composta de 24 navios mercantes e 1 de guerra. A maior parte do ouro embarcado, i.e., “16 milhões de cruzados dos quais 2 milhões e meio [são] para S.M.P. [Sua Majestade de Portugal, provenientes de impostos] “pertence aos particulares que é a riqueza e o retorno das suas frotas, posto que não houve senão esta do Rio de Janeiro desde 2 anos”.

²³⁷ Cfr. BRASÃO, Eduardo – *D. João V. Subsídios para a história do seu reinado*. Porto: Portucalense Editora, 1945, p. 11. O autor refere que D. João V, em 1724, encomendou, a Londres, uma banheira de prata com o peso de novecentos marcos.

²³⁸ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign*, Portugal. SP 89/31, ff. 45v-46. O Consul Burnet informa Lord Carteret, da Secretaria de Estado londrina, por carta datada de Lisboa, em 1 Fevereiro 1724, que “by the Prince Frederick, a Merchant ship which arrived here some days ago from London, a Model was brought of the British Crown, which is to serve as a Direction to the King of Portugal Jeweller, for placing the jewels in the crown here; & it is thought the Coronation of His Portugueze Maj^{ty} will be performed in the month of May next”.

²³⁹ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 74-77.

²⁴⁰ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 92-95.

Cunha²⁴¹. O desenho de Meissonnier é elucidativo quanto à elevação sugerida para o real assento. No topo do espaldar a coroa real sobrepõe-se às armas de Portugal, sustentadas por duas figuras que pretendem representar o poderio colonial português. Uma aguada vermelha indica o estofado. Tapeçarias bordadas a fio de ouro, bem como um estrado, acompanhavam a encenação deste “conjunto [que] seria utilizado em ocasiões excepcionais”²⁴².

O modelo de cadeira real de braços apresentado por Meissonnier, se bem que apresentando um emoldurado grosso no espaldar, certamente para dar lugar a elementos decorativos que o ourives poderia desenvolver, sugere vagamente mais do que um ornamento, à maneira de uma tipologia executada em madeira maciça. Já os braços são simplesmente apontados por traços grosseiros, preferindo indicar o volume, que não os detalhes ornamentais a executar. Trata-se de uma tipologia de nítido carácter civil, sem qualquer conexão com cadeiras de conotação religiosa barroca. No entanto, e salvaguardadas as devidas diferenças, a cadeira abacial de Refóios de Basto²⁴³, datável do início da década de 1770, ou a da igreja de Pendorada, em Marco de Canaveses²⁴⁴, executada dez anos mais tarde, ambas da autoria de Frei José de Santo António Vilaça, apresentam algumas semelhanças formais, nomeadamente no desenho geral dos espaldares e das prumadas com pés enroscados, já sugeridas por Meissonnier cerca de cinquenta anos antes. Robert Smith considerou, aliás, que o trabalho de Vilaça apresenta, em certos casos, “reminiscências das gravuras” desse ourives e desenhador francês²⁴⁵.

A instalação, em 1723 e 1724, de novo corpo da guarda foi acompanhado de renovação de fanfarra estrangeira, recebida via marítima²⁴⁶. À época, o entrosamento diplomático entre as cortes portuguesa e a britânica era manifesto²⁴⁷ e, na sequência da atitude de movimento de abertura cultural de D. João V, um cientista inglês dirigiu, em Lisboa, curso científico²⁴⁸. Missivas entre os embaixadores de ambos os reinos patenteam pareceres sobre degustação alimentar, avaliando especialidades portuguesas²⁴⁹. A farmacopeia ocupava, igualmente, as preocupações dos emissários

²⁴¹ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 95.

²⁴² Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 92.

²⁴³ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 2, fig. 314 e 315, pp. 640-641.

²⁴⁴ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol.2, fig. 316, p. 652.

²⁴⁵ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol.2, p. 402.

²⁴⁶ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/31, ff.45v-46. Em carta datada de Lisboa, em 1 Fevereiro 1724, o Consul Burnet relata que “[in] another British merchant ship, lately arrived from Amsterdam, twenty four Trumpets & Kettledrums are come, in order to serve in the new Corps of Guard, which will soon be established at this Court”.

²⁴⁷ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/31. Em carta de 27 Fevereiro de 1725 Burnet informa que falou com “Sgr José d’Acunha Brochado, who is curious in Gardening, & knows what our British soil will produce; as having resided there as Envoy for above eight years together, with relation to what you were pleased to recommend to me of looking out for seeds of Legumes & fruit, such as might be for the improvement of His Majesty’s kitchen”, f. 53. O benefício da cozinha real inglesa não era, portanto, descurado, enviando-se informações especializadas sobre legumes e frutos conhecidos em Lisboa.

²⁴⁸ Cfr. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 40. Tratou-se de Luis Baden, que dirigiu o curso de “Filosofia Experimental”.

²⁴⁹ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/31, f. 210v. Em Abril de 1725 o mesmo Cônsul indica que

diplomáticos de ambos os países, trocando-se informações sobre receituário²⁵⁰. Os médicos ingleses eram considerados muitíssimo habilitados e competentes, sendo chamados para tratar os membros da Casa Real. Refira-se que, em 1775, o rei D. José I foi tratado pelo “*Doctor Wade*”, médico inglês residente na Corte portuguesa²⁵¹.

Aos cidadãos britânicos, nomeadamente às altas patentes militares²⁵², a corte prodigalizava ofertas luxuosas, peças de ouro com diamantes e pedras preciosas em abundância²⁵³, que, aliás, continuavam a chegar do Brasil²⁵⁴. As manifestações de opulência de Lisboa eram transmitidas, com minúcia, para Londres²⁵⁵. Estas dádivas eram comuns entre os elementos da Corte e da nobreza²⁵⁶, ofertando-se peças valiosas a propósito de acontecimentos diversos²⁵⁷, e a fidalguia presenteava-se, igualmente, entre si, com objectos decorativos de valor. As “colgaduras”, termo da época, eram constituídas, na generalidade, por objectos de adorno pessoal executados em metais e pedras preciosas. No entanto há registos de tipologias de mobiliário que foram objectos de oferecimento. Em 1731, a condessa de Aveiras ofertou à Infanta D. Francisca “uma excelente cómoda de pedra com as gavetas cheias de vários brincos” e por cima um “notável relógio” com música e figuras de movimento²⁵⁸. Em 1732, a mesma Infanta foi presenteada com “um espelho de extraordinária grandeza e

“I’m expecting my provision of Lamego’s Hams very suddenly, when I shall not fail to send His Grace the Duke of Newcastle a dozen of the choicest. Those at Lisbon are never good for anything”.

²⁵⁰ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/36, f. 27. “*Kensington Augt 12 1729. || My Lord, || Her Ma.ty who has of || late been troubled with a || Cough, having been told of || a powder used in Portugal || upon those occasions, which || is said to be a very effectual || Remedy for that Distemper, || desires that you will procure || a sufficient quantity of it and || send it by ye best opportunity to Her Ma.º with || the necessary information of || the proper Dose & manner || of talking it. Your Loº || will inquiry for it by the || name of Louacaca*”. A fragilidade do rei Jorge I, motiva o próprio primeiro-ministro, Lord Trawley, a escrever para Lisboa, em 1729, solicitando produto das colónias ocidentais, recentemente conhecido, e informações respeitantes à administração terapêutica do mesmo.

²⁵¹ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/84, ff. 42-43v.

²⁵² Veja-se, por exemplo, a oferta de D. João VI, ao General Wellington, de uma baixela de prata, na segunda década do século XIX.

²⁵³ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/58, ff. 61-62. Uma carta da parte de Edward Hay para o conde de Egremont, datada de Lisboa a 11 de Fevereiro de 1768, relata que o monarca português presenteou o General Townshend, que iria regressar a Inglaterra depois de ter prestado serviço em Portugal, com “*a present of a Gold Box with a Diamond Ring of a considerable value and a quantity of Rough Diamonds*” A consorte era “*Lady Ferrera*”.

²⁵⁴ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/82, ff. 24-24v. Em 1776, por exemplo, o embaixador Walpole relata para Londres a chegada dos valores da Nau dos Quintos: “*For the King ... 4 Chests with ...6886 mº ...2/0...6/8 of Gold || In Bars ...154 [total:] 7040, are 704.000\$000 || 3 Chests with Diamonds || 2190. Elephants Teeth || 2220. Planks of wood || 1350. Staves*”. Este carregamento era considerado diminuto mas justificado pelas despesas que a Coroa suportava, nesse ano, no Brasil.

²⁵⁵ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/58, ff. 169-170. Em carta datada de Lisboa a 9 de Maio de 1763, Edward Hay refere que “*The count of Oeyras has charged me with a present for the Earl of Loudoun of the King of Portugal’s picture richly set in Diamonds; It was not finished when His Lordship went away; but will be conveyed to Him by this opportunity of the Hanover packet [que ia partir]*”. Um retrato do rei português, enriquecido com moldura em diamantes foi, portanto, oferecido a este major-general que participou no comando das tropas inglesas estacionadas em Portugal aquando da invasão de Espanha em 1762.

²⁵⁶ Cfr. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – A corte portuguesa de Setecentos e a joalharia: elementos para o seu estudo. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 4, 2010, pp. 101-122.

²⁵⁷ Cfr. MENDONÇA, Isabel Meyer Godinho – Bastidores de uma festa da Corte no Palácio de Queluz (1795): artistas e artesãos. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 4, 2010, pp. 161-162.

²⁵⁸ Cfr. LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1729-1731)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 103.

bem ornado com um bufete de jaspe de diversas cores e um leito bordado em Itália”²⁵⁹.

Lisboa não dispensava o parecer dos mercadores estrangeiros, eles também parte interessada na condução profícua dos negócios internacionais. A importância do juízo dos elementos das diversas “nações” presentes em Portugal revelava-se, portanto, marcante. Com efeito, a diplomacia da corte pretendia que “negociantes, tanto portugueses como estrangeiros [fossem] chamados a opinar” sobre matérias económicas de importância mútua e crucial, nomeadamente na concertação de preços das matéria-primas preciosas²⁶⁰. Na década de 50 de 1700, as autoridades da capital chamavam os agentes da própria produção vinícola sedeadada no Norte de Portugal, i.e., a comunidade inglesa de enorme peso negocial, a tratar dos seus problemas em Lisboa²⁶¹. À cidade do Porto era reconhecido o estatuto de “*second market of this Kingdom*”²⁶² e, como tal, deveria ser, auscultada.

Os britânicos tinham efectivo poder junto da corte²⁶³ e aí tratavam dos seus negócios, intercedendo, por vezes, pelos de outras “nações”²⁶⁴. Sempre atentos às movimentações políticas e económicas de Lisboa como, por exemplo, às novas nomeações na direcção das manufacturas do reino²⁶⁵, os britânicos preocupavam-se, igualmente, com a circulação de embarcações portuguesas noutros reinos²⁶⁶, nomeadamente nas décadas iniciais da segunda metade do século XVIII, altura em que a rebelião da colónia norte-americana ganhou força, procurando material de guerra num tempo de insurreição contra Inglaterra. A vigilância das cargas dos seus navios era apertada²⁶⁷ devido à

²⁵⁹ Cfr. LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1732-1734)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 66.

²⁶⁰ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 214-216. Este facto aconteceu na década de 1730. A coroa portuguesa concertou os preços das pedras preciosas e utilizou a “*casa da Moeda*” para guardar excedentes desse material. Um dos comerciantes ingleses intervenientes neste processo foi John Gore.

²⁶¹ Cfr. T. N. A., P. R. O. State Papers Foreign, Portugal. SP 89/51, f.1. Edward Hay, futuro Primeiro-Ministro inglês, relata a William Pitt, em Janeiro de 1757, que deverão chegar a Lisboa “*two gentlemen of the Factory at Oporto are come hither to endeavour to get redress from the King of Portugal’s ministers in some points of the New Wine Company, that particularly concern His Majesty’s Subjects trading in that Branch. And I shall be careful to inform you of the answer they receive*”. Membros da feitoria portuense deslocaram-se à capital portuguesa para esclarecimentos sobre os tratos vinícolas da nova Real Companhia do Alto Douro.

²⁶² Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/84, f. 358. A data desta constatação é de Abril de 1777.

²⁶³ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/84, ff. 165-166v.

²⁶⁴ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, France. SP 78/282, ff. 240-245v. A um comerciante francês, proibido de vender tecidos luxuosos em Lisboa, devido a uma das pragmáticas, foram-lhe confiscados a mercadoria e os livros dos assentos comerciais. Os credores franceses solicitaram a Lord Harcourt, enviado da Corte inglesa a Portugal, que intercedesse, a nível diplomático, no sentido de lhes serem devolvidos os livros pelas autoridades portuguesas, pois estavam em jogo dívidas de somas importantes. A razão deste pedido é “*qu’en Angleterre les Pluces (sic) [plus] eminentes se donnent au vray merite & que pour avoir prompte justice il ne s’agie que d’avoir une bonne cause*”. Reconheciam, portanto, implicitamente, o seu poder de intervenção, já que o embaixador português em Londres era familiar do Marquês de Pombal.

²⁶⁵ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/84, f. 254. Lord Walpole, em Portugal, comunica a Londres por carta datada de Agosto de 1777, que o governo de D. Maria I nomeou “*a new administration for the Fabricks of the Country, probably with the intention to examine whether in their present state they are of real utility to the nation*”.

²⁶⁶ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP_89/85, f. 351. Em Maio de 1778 envia-se para Londres o registo dos nomes dos barcos portugueses que fazem fretes entre Amesterdão e Lisboa.

²⁶⁷ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP_89/85, ff. 409-409v. É de Agosto de 1778 o seguinte relato: “*Exposé des vols qui ont été commis par les || matelots de la Frigate Fox commandé par || Thomas Windsor, sur l’équipage de la Patache || Portugaise, Le Bon Jesus de Fao ; à suivre || Au maître E.G. da Cunha || 35 Pièces de mouchoirs contenant 770 à 600 ... 462\$000 || 2 chemises ; calcons, etc....2\$400 || Au matelot Jean George || 1 Piece mouchoirs aux 14 ... à 500 ... 7\$000 || 100 Paires de bas ... à 100 ... \$600 || 6 Tabatières... à 100...\$600 || 6 Mirroirs... à 100...\$600 || 1 Chemise*

quantidade enorme de roubos de armas e material de guerra.

Em resultado da sua preponderância económico-financeira, figuras inglesas eram nomeadas para cargos militares, revelando-se causa de preocupação redobrada para a nobreza portuguesa, pois estavam em causa lugares a que esta, por maioria de razão, aspiraria²⁶⁸. Existia, por parte da população, pelo menos em Lisboa, muita animosidade e mesmo ódio aos ingleses, necessitando estes, em diversas ocasiões, de forte protecção por parte das autoridades locais²⁶⁹. A incompreensão linguística²⁷⁰ e a prática de culto religioso diverso, não aprovado, em Portugal, eram motivos de desarmonia. As publicações, ou gazetas, que se referissem a assuntos britânicos careciam de cuidados com as notícias divulgadas, e poderiam ser objecto de censura apertada, para que nenhum mal-entendido surgisse²⁷¹.

Todavia, a vida na corte era o palco em que os nobres portugueses e embaixadores estrangeiros se cruzavam de modo cortês, e no palácio de Queluz, já referido *supra*, sucediam-se festas de grande rigidez na etiqueta da Corte. Com efeito o futuro D. Pedro II convidava, em geral, somente o rei D. José e os membros da família real. Os embaixadores raramente recebiam convites²⁷², o que, a acontecer, constituíam sinais de grande deferência política e uma distinção muito especial. Em Junho de 1760, William Pitt, Enviado Extraordinário e Plenipotenciário da Corte inglesa a Lisboa, foi um desses convidados. Numa atitude de grande consideração por parte do conde de Oeiras, pode assistir ao espectáculo em local privilegiado, sentado em cadeira por trás da rainha. Esta configurava, com efeito, uma situação excepcional pois aos cortesãos não era concedido um móvel de assento; por norma, dever-se-iam ajoelhar no chão, quando cansados²⁷³. As decorações e o ambiente destas funções eram alvo de apreciações por parte dos visitantes que as classificavam de

...\$700 || *Au matelot Antoine Moreira* || 1 Paire de boucles d'argent ...3\$000 || *Du velours* ...2\$100 || 1 Mouchoir ...\$600 || *Au matelot Antoine Miz* (?) || *Du drap* ...2\$800 || 1 Paire de boucles d'argent...1\$900 || e *Chemises, et Calçons* ... 2\$100 || 2 paires de bas ... 1\$200 || *Au Mousse* (?) || 3 Mouchoirs ... 1\$400 || *A un passager* || 2 caisses à pommes...3\$200 || 1 Canne ...\$700 || 1 Paire Pistolets ... 8\$000 ... R. 503\$400 || *Somme precedée de l'autre part* ... 503\$400 || 2 tb. *De poudre, et autres articles* ... 1\$410 || 160 Trousseaux de grenades ... à 240 ... 38\$400 || 10 Trousseaux rouges ...à 500 ... 3\$000 || 154 mouchoirs...à 500 ... 77\$000 || 6 paires de bas ... à 500 ... 3\$000 || 1 couverture de Lit ...1\$600 || 1 oreiller ... 1\$200 || 9 mouchoirs ...à 600 \$540 || 2 chemises ... à 800 ... 1\$600 || 1 petit tonneau de l'eau-de-vie ...4¢800 || Total ... Rs. 639\$010 || *Ce qui revient à £ 175.14*".

²⁶⁸ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/75, ff. 16-16v. Em carta datada de Junho de 1773 de Lisboa, Rober Walpole informa que o "General Maclean" foi nomeado Governador da Província da Estremadura, um posto de importância, o que poderá "causar desapontamento" à nobreza portuguesa.

²⁶⁹ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/51, ff. 19-20 e 23-24. Abraham Castres era o Enviado Extraordinário de sua Majestade Britânica quando faleceu em Lisboa, em Maio de 1757. Para acompanhar o seu funeral ao cemitério inglês "the secretary of State has offered a Guard of Horses to accompany it, to prevent any accident that might arise from the imprudence of the common people". Os soldados que fizeram a guarda ao enterro tinham "their Bayonets fixes to their pieces". Foi, portanto, um momento de tensão com algum perigo.

²⁷⁰ Na opinião de uma inglesa de visita a Portugal "the language, no doubt, is a great obstacle to friendly intercourse". Cfr. WORDSWORTH, Dora Q. - Journal of a Few Months' Residence in Portugal and Glimpses of the South of Spain, 1848. *The Quartely Review*", vol. LXXXI, 1847, p. 99. In www.google.com (13.09. 2008; 13h).

²⁷¹ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/23, f. 272. Já em 1715, por exemplo, encontramos advertência nesse sentido: "O gazeteiro nesta sua primeira gazeta não fez a devida reflexão no que referio da Gram Bratanha, será advertido e não se lhe consentera imprimir Gazetas sem que primeiro lhe sejam bem examinadas para que não haja motivo algum de queixa, e para servir a V.S. mui prompto. D. G. a V. A. Paço a 16 de Agosto de 1715."

²⁷² Lord Kinnoull foi honrado com festa de aparato, e muito luzida, em Queluz, na década de 1760.

²⁷³ Cfr. CHANTAL, Suzanne - *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil [s.d.], p. 84.

acordo com os seus gostos culturais, como no caso do referido embaixador inglês, que admirou a decoração dos jardins, referindo que “*tho’ not laid out according our taste, is magnificent*”²⁷⁴.

Na verdade, Lisboa apresentava-se como cidade rica e terra de oportunidades, da qual se esperavam espectáculos condizentes, onde os embaixadores das Cortes europeias, que traziam as novidades sobre a última moda, se pretendiam evidenciar. Por exemplo, em 1752, Monsieur de Bachi, cunhado de Madame de Pompadour, veio para Lisboa como embaixador da Corte francesa²⁷⁵. Instalou-se em palácio do Cardeal Patriarca, devidamente mobilado com tapeçarias, “tamboretos de espaldas”, “bofetos de mármore e cadeiras de braços”, ornamentado com pinturas e louça da China. Existia, igualmente, em permanência, um “coro de trombetas” e “sege à porta”. O senhor Bachi foi recebido, segundo indicações expressas de D. José I, com protocolo grandioso, adequado à sua posição na hierarquia política²⁷⁶. Estes estadistas eram acompanhados pelo mobiliário e todo o equipamento doméstico da sua casa pessoal para conforto das estadias nos reinos estrangeiros, arribando a equipagem em barcos que os seguiam²⁷⁷. Quando regressavam, por causas diversas, transportar os seus pertences, como no caso do “C. [conde] de Sanseverino, ministro Plenipotenciário de El Rei de Nápoles” que, em 1764, “*determin[ou] retirar-se com toda a sua família para a Corte de Nápoles com licença que dela obteve por tempo de um ano para tratar da sua saúde*”²⁷⁸.

Verifica-se, assim, que a movimentação diplomática em Lisboa permitia que a sociedade local conhecesse os diversos ambientes decorativos utilizados por famílias de diferentes reinos, indu-

²⁷⁴ Cfr. T. N. A., P. R. O., *State Papers Foreign*, Portugal. SP 89/53, ff. 12-15v. Houve tourada, refeições com iguarias diversas, e a rainha e as princesas cantaram. O seu mestre era “David Perez”.

Mestre Perez, ou Peres, fez parte da orquestra de Queluz, pelo menos na década de 1760. Cfr. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa, Livros Horizonte, 1971, p. 188.

²⁷⁵ Cfr. T. N. A. P. R. O., *State Papers Foreign*, Portugal. SP 89/49, ff. 77-78v. “*A house has been hired and is actually preparing for Mons^r de Bachi, the new French Minister who is expected here about the middle of November. He is Brother in Law to Madame de Pompadour, and intends to make a figure here*”.

²⁷⁶ Cfr. CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da – Cerimonial por ocasião da presença do conde de Bachi, na corte de D. José I. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3, 2009, pp. 345-349.

²⁷⁷ Cfr. T. N. A., P.R.O., *State Papers Foreign*, Portugal. SP 89/23, f. 213. Em 1715, por exemplo, um cônsul francês e seus três secretários chegaram a Portugal com “*25 bales [fardos] & boxes of very rich clothes ready made up, gold & silver lace & furniture for his house, & other small things*”.

No caso dos bens do Marquês de Bombelles, o seu mobiliário e espelhos só apontaram a Lisboa dez meses depois da sua chegada. Aquando da sua partida vendeu esses elementos decorativos. Cfr. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d’un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Paris : Presses Universitaires de France, 1978, pp. 168 e 197.

²⁷⁸ Cfr. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*. Casa da Índia. “Este Livro hade servir de Suplemento ao do registo de ano de 1764 que acabou a vinte dois de Setembro. Caza da Índia”, ff. 27v-28v. Do rol do conde de Nápoles, datado de 28 de Março de 1765, constava o seguinte: “*Oito caixas com livros, e varias escrituras || Duas ditas com vestidos e roupa branca de S. Exa. || Duas ditas com vestidos e roupa branca da Sr^a Princesa || Uma dita com roupa branca fina de mesa || Uma dita com roupa dita de uso de todos os dias || Uma dita com roupa branca de cama || Uma dita com dez librés intr^{as} (sic) e novas || Uma dita com outras seis librés, e Uma peça de pano encarnado, e peça e meia de pano verde || três caixas com prata lavrada de mesa || três ditas com lousa de Saçonia (sic) || Duas caixas com vidros de Inglaterra || quatro caixões com cadeiras e canapés de França. Uma caixa com hum relógio de parede || Uma dita com um dito de mesa || Quatro mesas de jogo || Uma mesa redonda || Duas ditas quadradas || Uma cómoda || Uma dita pequena / três mesas pequenas p^a serviço da cama, uma mesa de escrever || Uma caixa com prata p^a viagem || quatro coixois (sic) || Um caixão com duas guarnições de tiro a seis || Um caixão com quatro leitos || Um caixão com guarnições || Um dito com cortinas de leitos || Dez caixas pequenas com fato da família || Duas caixas de açúcar para serviço de S. Ex^a. Provisão de boca. || Consiste em farinha, vinho, biscoito, uma vaca, uma vitela, doze carneiros, frangos, galinhas, peruns (sic), patos, e outras qualidades de carne, e peixe salgado, quanto se julga o ser necessário p^a a viagem. || Duas caixas de cobre da cozinha || Duas ditas com o q. pertence ao officio da cozinha. || [assin.] Manuel Gomes da Silva”. No documento de autorização ressalva-se que se a “*memória*” dos bens não for exaustiva se deverão deixar “livremente embarcar” os bens apresentados. O conde de Sanseverino embarcou “*no navio holandês chamado Isabel Maria, de que é Capitão Henrique Wanholm*”.*

zindo a nobreza a emular os gostos que se consideravam internacionalmente requintados, móbil para que as compras nos grandes fornecedores do centro-europeu se concretizassem.

1.2. – A cidade do Porto e a relevância da colónia inglesa durante a segunda metade do século XVIII

Em 1759, uma testemunha ocular relata a visita, ao Porto, de D. Gaspar, Arcebispo de Braga, indicando que o porto de mar estava repleto de barcos “*assim Portuguezes, como de diferentes Naçoens; e todos cheyos de gente, e embandeirados*”²⁷⁹. O barco era dourado, coberto de tecidos preciosos e materiais ricos, com “*o pavimento [...] coberto de uma especioza alcatifa*”, e a cidade foi engalanada aprimoradamente para este acontecimento²⁸⁰. A população portuense, com cerca de 50.000 habitantes no fim do século XVIII, distinguia-se, com efeito, por uma importante colónia estrangeira que dava o tom aos festejos públicos e os comerciantes forasteiros ligavam-se, por vezes, entre si, pelo matrimónio, o que aconteceu com o comerciante Jácome Ratton²⁸¹.

O Porto, cidade portuária e urbana, em finais do século XVIII, apresentava já actividade de cariz industrial. Em 1788 existiam vinte e duas unidades fabris, caso das de cortumes, solas, botões de casquinha, velas de cera, chitas e chapéus finos²⁸². Intenso comércio ocorria no burgo. A grande actividade dos ourives da prata constitui o espelho dessa sociedade civil e religiosa, simultaneamente “nobre, eclesiástica, burguesa e até popular”²⁸³, que se apercebia da mais-valia económica existente no investimento de bens duradouros e de ostentação. Os ambientes domésticos eram, também, objecto de novas decorações. À cidade portuária arribavam notícias de outras paragens comunicando luxos e exotismos que, tanto os mercadores, como a burguesia em ascensão, gostariam de emular²⁸⁴. A função de alguns navios ingleses, cujas cabines se encontravam adornadas com mobiliário manufacturado na origem, como veremos no 4º capítulo, deveria contribuir para apetência de novas tipologias.

²⁷⁹ Vd. SABOYA, Manuel Ferreira - “*FIEL NARRAÇAM da Passagem, que fez pelo Bispado, e Cidade do Porto, nos dias 30 de Setembro, primeiro, e segundo de Outubro de 1759. O sereníssimo Senhor Dom Gaspar, Primaz das Hespanhas, Arcebispo, e Senhor de Braga*”. Porto: Na Oficina de Francisco Mendes Lima, ano de 1760, p. 12.

²⁸⁰ Vd. SABOYA, Manuel Ferreira - “*FIEL NARRAÇAM da Passagem, que fez pelo Bispado, e Cidade do Porto, nos dias 30 de Setembro, primeiro, e segundo de Outubro de 1759. O sereníssimo Senhor Dom Gaspar, Primaz das Hespanhas, Arcebispo, e Senhor de Braga*”. “*Para o caprichoso, e riquíssimo adorno de todas as descriptas calçadas, ruas, praças, e edificios, concorrerão a índia, a Pérsia, e a Itália com as mais exquisitas colxas, e estimáveis sedas*”, janelas também com tecidos”.

²⁸¹ Casou na cidade do Porto, em 1758, com Ana Isabel Clamouse, cujo pai era francês. Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, pp. 9-10.

²⁸² Cfr. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, p. 4.

²⁸³ Cfr. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *O ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses*. Porto: Edição do autor, 2004, p. 101.

²⁸⁴ Cfr. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, p.28.

Uma grande comunidade mercadora inglesa, alguma das quais vivendo localmente com as suas famílias, estava bem integrada no meio portuense²⁸⁵, conhecendo “tradições, usos e costumes” locais²⁸⁶. Em 1756 seriam cerca de uma trintena de famílias inglesas a viver do negócio do vinho do Porto²⁸⁷. Habitavam casas ou quintas alugadas, maioritariamente na freguesia de Massarelos, e o negociante inglês “Francisco Biasly”²⁸⁸, ou “Bearsley”, possuía um jardim, ou “horto” botânico, na sua propriedade. A “Quinta de Fiães”, em S. Pedro de Avintes, pertencente a Pedro van Zeller, a do “Reiguirinho”, de Joaquim Kopke, ou a “Quinta dos Arcos”, de Gabriel Herault, eram conhecidas, à época. Em Vilar, uma das quintas pertencia a Nicolau Kopke, cavaleiro professo da Ordem de Cristo²⁸⁹. Encarava-se o Porto como “um dos lares do comércio inglês”²⁹⁰.

Imigrantes de origem britânica aportavam, igualmente, ao burgo, em busca de trabalho. Em 1768, por exemplo, arribou um grupo de irlandeses para labutar numa fábrica de cerâmica²⁹¹. Domingo Martins Gonçalves, proprietário de quinta em Lordelo, aceitou imigrantes ingleses para a sua fábrica de fiação, no referido lugar²⁹², e o negociante alemão Augusto Ludovico Thimme, no Porto, detentor de alvará régio, datado de 1766, para a instalação e exploração de “fábrica para folhetas de cravação de diamantes e outras gemas”²⁹³, fez contrato de três anos com “*Alexander Jackson & Elizabeth his wife*” garantindo-lhes comida, roupa, alojamento e passagem no final do contrato, para Londres, caso pretendessem regressar²⁹⁴. Samuel Cadel, ourives irlandês, morador na Rua da Fábrica, morreu, em 1780, na cidade²⁹⁵. “*Diogo Beck*” e “*Roberto Jackson*” eram arrendatários de casas, na Rua Nova, pertencentes à irmandade dos Clérigos²⁹⁶. “Benjamin Evans”, artífice britânico, morava em Miragaia no ano de 1780²⁹⁷ e António Coelho, ensamblador, “morador à Porta Nova” era casado, em 1794, com uma britânica²⁹⁸.

Cidade laboriosa²⁹⁹, povoada de “artes liberais, fabris e outros empregos” e que “em muitas

²⁸⁵ Vd. LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis, OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 180. Em 1731, por exemplo, “uma irlandesa nascida no Porto” casou com “um irlandês rico que foi a Macau”.

²⁸⁶ Cfr. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811). Subsídios para o seu estudo*. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 238.

²⁸⁷ Cfr. SILVA, Francisco Ribeiro da – Os ingleses e as circunstâncias políticas do negócio dos vinhos Porto e Douro. *Douro: estudos & documentos*, vol. 9, n.º 18, 2004, p. 106.

²⁸⁸ Cfr. ALMANACH PARA O ANNO DE 1787. Lisboa: na Oficina da Academia Real das Ciências, p. 257.

²⁸⁹ Vd. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, p. 67.

²⁹⁰ Cfr. DUMOURIEZ, Charles – *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2007, p. 166.

²⁹¹ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/65, ff. 7-8.

²⁹² Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/65, ff. 9-10.

²⁹³ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A Joalheria em Portugal. 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1999, pp.21-22.

²⁹⁴ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/65, ff. 19-19v.

²⁹⁵ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Dicionário dos ourives e lavrantes da prata*. Barcelos: Civilização Editora, 2005, p. 73.

²⁹⁶ Vd. A. H. I. C., *Livro 91*, Ano de 1760. Em Outubro de 1759 a Meza deliberou abater 30.400 reis ao aluguer em débito, correspondente a obras feitas nas casas. (Folios sem número).

²⁹⁷ Cfr. LEÃO, Manuel – *Artistas antigos do Porto*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, pp. 60 e 88.

²⁹⁸ Cfr. LEÃO, Manuel – *Artistas antigos do Porto*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 56.

²⁹⁹ Cfr. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior,

das artes fabris [se] contam os mestres com os seus oficiais aos centos”³⁰⁰, a riqueza da actividade mercantil era gerada não só pelo consumo da cidade como pela exportação, através das entradas e saídas na barra do rio. As cheias do Douro constituíam fonte de prejuízo para os negócios, se bem que não significassem falências para os mercadores. Em Fevereiro de 1778, alguns barcos se perderam, armazéns foram destruídos, e “preciosos móveis” necessitaram de “consertos importantes”³⁰¹.

Do norte da Europa, nomeadamente de Amesterdão, chegavam mercadorias e pólvora³⁰², além de “couros moscóvias sortidos”, “espelhos de algibeira” e pregos” ao peso, entre Junho de 1782 e Dezembro de 1784³⁰³. No mesmo período França enviou “peles carneiras”, às dúzias³⁰⁴. O grande dinamismo revelava-se, no entanto, no trato da exportação de vinhos, comandada pelos britânicos. A maioria não possuía propriedades no Douro vinhateiro, preferindo explorar o produto vinícola produzido pelos donos portugueses das terras³⁰⁵. Mas não só de vinho se fazia a movimentação da barra do rio: ao Porto chegavam, por exemplo, consideráveis quantidades de tecidos³⁰⁶, enviados por casas londrinas para comerciantes portugueses, que por vezes se furtavam ao pagamento respectivo, criando problemas aos credores ingleses³⁰⁷. A cidade constituía ponto de passagem claro para comerciantes de diversas origens³⁰⁸, havendo lugar a muito comércio clandestino, reconhe-

1945, pp. 282-283. O autor comenta que o chiar das rodas dos carros dos bois que transportavam as mercadorias diversas para a cidade, bem como o badalar dos sinos, ecoavam na zona mercantil.

³⁰⁰ Cfr. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Discrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, pp. 279-282. O Padre Rebelo da Costa considera, na sua análise de 1787, que todos trabalham para “*peças particulares, que lhes [aos produtos] dão consumo, ou dos comerciantes que remetem o restante para o Brasil e portos estrangeiros*”.

³⁰¹ Cfr. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Discrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, pp. 343-347.

³⁰² Vd. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal SP_89/85, f. 351 e ff. 339-339v. Lord Walpole escreve, em 1778, para Londres, relatando o tráfego na cidade do Porto: “*Nom des vaisseaux portugais qui chargent actuellement à Amsterdam pour le compte des sujets de Sa Majesté Très Fidèle établis à Porto et à Vila do Conde : 1º Le vaisseau Notre Dame da Guia et s. Antoine Capitaine Emmanuel Alvares de Souza Carquêja, destiné pour Porto, chargé de differents articles de marchandises d’Hollande, et entre autres de la poudre à tirer et à canons ; 2º Le vaisseau Le S. Joachim et Almas Capitaine Emmanuel Rodrigues, destiné pour Porto et Villa de Conde, avec des marchandises d’Hollande*”. Entre a pólvora viajava diversa mercadoria não identificada e que o embaixador descreve como “*1 paquet marchandises*”, “*10 Barrils marchandises*”, “*2 Caissons marchandises*”, “*6 Caissons marchandises*”, “*Une caisse*”, “*1 Ballot de marchandises*”, “*1 Caisse & 1 Paquet*”, além de queijo e ferro.

³⁰³ Vd. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Discrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, pp. 257-259.

³⁰⁴ Vd. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Discrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, pp. 259-260.

³⁰⁵ Cfr. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811). Subsídios para o seu estudo*. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, pp. 28-29.

³⁰⁶ Entre 1782 e 1784, por exemplo, chegaram ao Porto, com origem em Inglaterra, “464 côvados” de “estofa de sed. de cav. (sic)”. Vd. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Discrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, pp. 255.

³⁰⁷ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/75, ff. 134-151v. O comerciante portuense António Ribeiro de Faria tinha negócios com “*Hyett & Barclay*”, além de outras firmas, em Londres. Estes enviavam mercadoria a crédito, que à data, 1753, somava mais de 18.000 libras esterlinas. O português ausentou-se para destino desconhecido, furtando-se ao pagamento das dívidas. Um processo judicial correu, entretanto, movido pelos ingleses para tentar reaver parte da verba, o que conseguiram, bem como mercadoria que ainda não tinha sido vendida ou contrabandeada. As autoridades britânicas pretenderam que este processo fosse exemplar para quem tentasse ludibriar firmas inglesas.

³⁰⁸ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/67, ff. 55-56. Em 1767, por exemplo, chegou à cidade do Porto “*Mr Blackburn*”, de nacionalidade inglesa, que regressava da América do Norte. Embarcou seguidamente em navio

cido pelas autoridades portuguesas, incluindo o marquês de Pombal³⁰⁹. A hegemonia portuária do Porto, relativamente a outras barras do Norte de Portugal, acentuou-se em 1773, com a proibição, por Pombal, da importação de peixe através dos outros portos portugueses da costa atlântica³¹⁰. A comunidade inglesa foi aumentando, mercê da sua concentração na cidade, bem como do envolvimento nos escritórios locais.

A formação de uma burguesia mercantil na segunda cidade de Portugal, aliando-se, por vezes, com a nobreza³¹¹, num movimento de ascensão social³¹², prosperando com os seus negócios, foi consequência, como já foi notado³¹³, da grande actividade expansionista que a assinatura do Tratado de Methuen permitiu. Na primeira metade do século XVIII, a construção de encomenda religiosa foi a regra³¹⁴, chegando a existir, no Norte do país, em 1788, cerca de três mil edifícios, entre igrejas e conventos³¹⁵, todos possuidores de grandes riquezas, provenientes muitas delas de dotes e doações³¹⁶. O vigor da cidade era, portanto, possível dada a existência de uma “envolvência religiosa com profunda conotação económica”³¹⁷.

Nos cinquenta anos subsequentes, as autoridades do Porto detectaram a inexistência de “um conjunto de estruturas urbanas, sociais, económica e culturais”³¹⁸. O burgo conheceu, então, um surto de grande desenvolvimento civil de obras públicas, crescendo extra-muros, com a abertura de novos arruamentos e ligações viárias, bem como distribuição de água pela população através de fontanários, num movimento paralelo à reconstrução lisboeta, se bem que por razões diversas. O exercício político de João de Almada e Melo e seu filho, Francisco de Almada e Mendonça, no período compreendido entre 1757 e 1804, resultou num crescimento e modernização da urbe³¹⁹, com influência relevante e determinante, para o exercício e a distribuição dos ofícios, como veremos no capítulo dedicado a José Francisco de Paiva.

sueco para Londres.

³⁰⁹ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, State Papers Foreign, Portugal. SP 89/75, ff. 161-162.

³¹⁰ Cfr. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811). Subsídios para o seu estudo*. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 70.

³¹¹ Cfr. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. I, pp. 4-5.

³¹² Cfr. ALCOCHETE, Nuno Daupias d’ – *Principalidade*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, [s.d.], pp. 19-20.

³¹³ Cfr. MOREIRA, António José da Silva – *Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, pp. 11-57.

³¹⁴ Cfr. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. I, p. 3.

³¹⁵ Cfr. SMITH, Robert C. – *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1962, p. 106. Este número não inclui “as igrejas matrizes”.

³¹⁶ Cfr. CHANTAL, Suzanne – *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil [s.d.], p. 188. A autora refere que estes conventos possuíam muitos bens, “receitas acumuladas [...], dotes de meninas que professavam, legados de doadores”.

³¹⁷ Cfr. SOUSA, Gonçalo e Vasconcelos e – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses. 1750-1810*. Porto: Edição do autor, 2004, vol 1, p. 51.

³¹⁸ Cfr. SOUSA, Gonçalo e Vasconcelos e – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses. 1750-1810*. Porto: Edição do autor, 2004, p. 52.

³¹⁹ Cfr. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, pp. 3-13.

O desempenho do primeiro pautou-se pelo acompanhamento das diversas obras de encomenda religiosa em curso, mas também do crescimento do número de palacetes de fidalgos e nobreza que foram, entretanto erigidos. “Ao lado da casa nobre”, a cidade do Porto conheceu a feição arquitectónica que a viria a caracterizar, com a construção de prédios “com a dupla função residência-comércio, esguios”³²⁰. O papel político do segundo, Francisco de Almada e Mendonça, foi o de vigilante da “ordem pública”, coadjuvando a acção de Pina Manique, em Lisboa³²¹. Nomeado por D. Maria I para o cargo de Corregedor e Provedor da Comarca do Porto, foi desembargador da Relação da mesma cidade. Nos trabalhos de arquitectura que patrocinou, revelam-se as influências neopalladianas³²² ditadas pelo gosto inglês, i.e., realce das linhas simétricas das arquitecturas grega e latina clássicas, de que John Whitehead, foi o singular patrocinador, num empenho esforçado de modernidade, contrariando artistas locais estilisticamente conservadores e uma clientela tradicional³²³.

Com efeito, este cônsul inglês “iluminava do ponto de vista cultural e artístico a cidade”³²⁴, apontando, na arquitectura, para as tendências inglesas de vanguarda de que o Porto herdará alguns exemplos, como o edifício da feitoria britânica ou o Hospital de Santo António, planta da autoria de John Carr (1723-1807)³²⁵, arquitecto de York, Inglaterra e que foi julgado, à época, desproporcionado para esta cidade³²⁶. Carr projectou, juntamente com Robert Adam, “Harewood House”, perto da cidade de Leeds, no Yorkshire, palácio faustoso do neoclassicismo inglês³²⁷ para o qual o “cabinet-maker” Thomas Chippendale (c.1718-1779) desenhou e executou algum mobiliário³²⁸.

Whitehead pontuou na direcção da agremiação da “nação” inglesa num longo consulado de quarenta e cinco anos, entre 1756 e 1802. A sua cultura e interesse pela arquitectura bem como a amizade que o ligou aos Almadás, inoculou na cidade um sentir idiossincrático de aderência ao gosto inglês, e de aceitação natural dos produtos importados³²⁹, o que se prolongou pelo século XIX

³²⁰ Cfr. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, p. 132.

³²¹ Cfr. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, pp. 46-47.

³²² Termo utilizado para referir a corrente que, no século XVIII, utilizou, como inspiração, a obra do arquitecto italiano Andrea Palladio (1508-1580).

³²³ Cfr. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 1, p. 103.

³²⁴ Cfr. GOMES, Paulo Varela – *Expressões do Neoclássico*. [S.l.]: Fabu Editores, 2009, p. 14. O autor refere que “se o neoclassicismo arquitectónico foi tardio e italiano em Lisboa, foi inglês e precoce no Porto”.

³²⁵ Carr, além de amigo de Whitehead, era-o igualmente de Henry Wood, capelão da comunidade inglesa do Porto entre 1757 e 1769. Cfr. GONÇALVES, Flávio – Um século de Arquitectura e Talha no Noroeste de Portugal. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. XXXII, 1969, p. 161.

³²⁶ Cfr. DELAFORCE, John – *The factory house at Oporto*. Kent: Christie’s Wine Publications, 1990, pp. 22-23. A verdade é que John Carr nunca veio à cidade do Porto, não a conhecendo, portanto. Nem o espaço disponível na cidade, nem a sua topografia, se poderia comparar com as grandes áreas inglesas onde se edificaram os palácios que o arquitecto riscou.

³²⁷ Cfr. TAYLOR, René – John Carr e o Hospital de Santo António do Porto. *Belas Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*. 2ª Série, n.º15. Lisboa, 1960, pp. 15-16. As obras começaram em 1759.

³²⁸ Cfr. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 3 (2009), pp. 31-63.

³²⁹ Cfr. FISHER, H.E.S. – Anglo-Portugues Trade 1700-1770. In *The growth of English overseas trade in the 17th and 18th centuries*. London: Methuen & Co. Ltd, 1969, p. 157. Em 1773 via-se a cidade do Porto como “a city with an English heart where this Nation [the English] has much power and where nothing pleases except that which comes from England”.

adentro³³⁰. Já em 1780, um visitante inglês considerava que era grande a influência dos britânicos nos hábitos da cidade³³¹ reflectida, por exemplo, na profusão de janelas envidraçadas utilizando o sistema de guilhotina, e na prática arquitectónica dos mezaninos³³².

O cônsul Whitehead, encarado à época como uma figura excêntrica³³³, mas muito apreciado pela sua elevação científica, contribuiu de feição relevante para a formação de oficiais portuenses em desenho de arquitectura³³⁴, chegando ele próprio a delinear, por volta de 1775-1780, um projecto não concretizado, para a Praça da Ribeira³³⁵. Whitehead, cuja cultura arquitectónica e matemática congregava aprovação na cidade, sancionou a escolha de Joaquim da Costa Lima Sampaio como copista das plantas originais do Hospital de Santo António. Foi este encarregado pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto de fazer “os moldes, e [dar] as medidas que forem necessárias, e ainda para o relevo de alguma talha”³³⁶. À semelhança de Lisboa, na segunda metade do século XVIII, em que pontuaram na reconstrução da cidade Eugénio dos Santos e Carvalho, bem como Vicente Mazzoneschi e Manuel da Maia, a cidade nortenha ocupou na arquitectura uma série de nomes de relevo, instruídos em engenharia no exército, concebendo projectos de arquitectura ou participando na sua execução. Com efeito, com Reinaldo Oudinot, Teodoro de Sousa Maldonado ou José Champalimaud de Nussane trabalharam directamente António Pinto de Miranda e José Francisco de Paiva. Mas Damião Pereira de Azevedo, Francisco Pereira da Cunha, José de Figueiredo Seixas ou, ainda, Luís Inácio de Barros Lima estiveram igualmente activos, e foram responsáveis por obras da época almadina, estendendo-se a sua actuação para as regiões contíguas de Valongo e Póvoa do Varzim.

O neoclassicismo portuense muito ficou a dever às influências britânicas. As Artes Decorativas foram contaminadas pela convivência internacional da qual se encontra exemplo concreto na colecção de desenhos “denominada de José Francisco de Paiva”. Cabe, no entanto, aqui e agora referir a existência, nesse fundo documental, de nomes de estrangeiros activos, no Porto, nos finais do século XVIII e início do século XIX: Isaac Mitchell, originário da Irlanda, contabilista da casa

³³⁰ Cfr. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. – *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, vol 1, pp. 141 – 153.

³³¹ Cfr. DELAFORCE, John – *The factory house at Oporto*. Kent: Christie’s Wine Publications, 1990, p. 53.

³³² Cfr. GONÇALVES, Flávio – A Arte no Porto no tempo do Marquês de Pombal. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, coord. - *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, Lisboa: Editorial Estampa, vol. 2, p. 117.

³³³ Cfr. FERREIRA, J.A. Pinto – A Praça da Ribeira. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XV, 1952, p. 433. Considera-se que talvez tenha possuído o primeiro pára-raios da cidade do Porto.

³³⁴ Cfr. GONÇALVES, Flávio – A Arte no Porto no tempo do Marquês de Pombal. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, coord. - *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 2, pp. 165-166. Joaquim da Costa Lima Sampaio aprendeu a profissão de arquitecto com John Whitehead e “em 1793, sob a vigilância do cônsul, copiara para novas folhas dos originais das plantas do Hospital, de Carr, estragados pela humidade”. Foi o arquitecto do Palácio dos Carrancas, da família Morais e Castro.

³³⁵ Cfr. GONÇALVES, Flávio – A Arte no Porto no tempo do Marquês de Pombal. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, coord. - *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, Lisboa: Editorial Estampa, vol. 2, p. 162.

³³⁶ Cfr. FERREIRA, J.A. Pinto – A Praça da Ribeira. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XV, 1952, p. 434.

Warre³³⁷, candidato a comerciante³³⁸, tendo sucedido no consulado portuense a Whitehead³³⁹; Joaquim Kopke, exportador de vinhos³⁴⁰; e John Searley, negociante de vinhos inscrito na Real Companhia Velha³⁴¹. A alusão a estas figuras do norte da Europa em desenhos de mobiliário portuenses testemunha um possível movimento de contágio dos gostos desta clientela estrangeira com os dos artífices locais³⁴².

Outros nomes ingleses surgem em documentação epocal: o de George Wey que era arrendatário, em 1770, de uma propriedade no Peso da Régua, e um dos maiores produtores da região demarcada do Douro; vivia no Porto³⁴³. Outro britânico, Ricardo Harris, era proprietário, em 1797, de uma quinta no Fojo, em Gaia³⁴⁴.

Mas as influências inglesas não se processavam somente nas elites económicas da cidade. Mestres de latim e grego, de matemática e álgebra instalaram-se no Porto e dois irlandeses católicos ensinavam no colégio de S. Lourenço³⁴⁵, indicando a sua presença que, a par dos “gentlemen” que pontuavam, no Porto, nos negócios, também se albergavam, na cidade, ingleses anónimos³⁴⁶, professando, inclusivamente, nos conventos da cidade³⁴⁷. O cenóbio era, aliás, fonte para a educação para filhos de mercadores estabelecidos, de que D. Clara Cândida, filha do já citado Diogo Warre, foi um exemplo³⁴⁸. Este é, igualmente, sinal da integração social que alguns ingleses encetaram por via da

³³⁷ William Warre foi nomeado, em 1787, por John Whitehead, seu tio, para fiscalizar cargas dos navios entrados na barra do Douro. Cfr. T. N. A., P. R. O. State Papers Foreign, Portugal. SP 89/85, ff. 384-385v.

³³⁸ Cfr. FERREIRA, J.A. Pinto – *O comércio do Vinho do Porto através da correspondência de John Whitehead, cônsul britânico na mesma cidade endereçada a Mr. Warre (1793-1800)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1960, pp. 75-76.

³³⁹ Cfr. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811). Subsídios para o seu estudo*. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, vol.1, p. 30.

³⁴⁰ Cfr. Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 202.

³⁴¹ Cfr. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 146.

³⁴² Cfr. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, vol 1, pp. 141-153.

³⁴³ Cfr. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811). Subsídios para o seu estudo*. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 26.

³⁴⁴ Cfr. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811). Subsídios para o seu estudo*. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, pp. 26-27.

³⁴⁵ Cfr. DIAS, José Amadeu Coelho; FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues – Os ingleses no Porto setecentista e proselitismo católico. In *Actas do Colóquio comemorativo do VI centenário do Tratado de Windsor*. Porto, 1986, p. 254.

³⁴⁶ Cfr. DIAS, José Amadeu Coelho; FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues – Os ingleses no Porto setecentista e proselitismo católico. In *Actas do Colóquio comemorativo do VI centenário do Tratado de Windsor*. Porto, 1986, p. 254.

³⁴⁷ Cfr. DIAS, José Amadeu Coelho; FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues – Os ingleses no Porto setecentista e proselitismo católico. In *Actas do Colóquio comemorativo do VI centenário do Tratado de Windsor*. Porto, 1986, p. 260.

³⁴⁸ Cfr. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Das construções e das Reconstruções : a memória de um mosteiro (Santa Maria de Arouca – Séc. XVII/XX)*. Dissertação em História de Arte à Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Património. Porto, 2003. vol. 1, p. 81. Esta senhora entrou, como noviça, no convento de Arouca, para completar a sua educação.

conversão religiosa³⁴⁹, indiciando bom relacionamento intercultural que, na cidade do Porto, parece sempre ter existido³⁵⁰.

Filhos de famílias ingleses, praticantes da religião católica, foram averbados nos livros da cidade. Entre 1749 e 1794, na freguesia de Vitória, estão compilados dezassete baptismos de filhos de britânicos; na da Sé, entre 1741 e 1755 registaram-se um total de dez; e na freguesia de S. Nicolau, entre 1683 e 1783 estão identificados quinze³⁵¹. No total 45% destes registos situam-se entre 1750 e 1777, e 26% entre 1778 e 1794³⁵².

³⁴⁹ Cfr. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811). Subsídios para o seu estudo*. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 12.

³⁵⁰ Cfr. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811). Subsídios para o seu estudo*. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 135.

³⁵¹ Cfr. DIAS, José Amadeu Coelho; FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues – Os ingleses no Porto setecentista e proselitismo católico. *In Actas do Colóquio comemorativo do VI centenário do Tratado de Windsor*. Porto, 1986, p. 257.

³⁵² Cfr. DIAS, José Amadeu Coelho; FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues – Os ingleses no Porto setecentista e proselitismo católico. *In Actas do Colóquio comemorativo do VI centenário do Tratado de Windsor*. Porto, 1986, p. 259.

2º CAPÍTULO

Os ofícios mecânicos das madeiras em Portugal na segunda metade do século XVIII

O oficial da arte das madeiras deve ter “tanta prática, e tão bom entendimento, que possa acrescentar na arte coisas boas e necessárias; por que a arte é doutrina tirada do uso, e prática dos bons oficiais; e se o nosso oficial tiver muita e bem entendida prática dos outros bons oficiais, terá arte, e se tiver bom entendimento para saber usar dela, e usar bem dela, será artista, e poderá ser mestre. E a este tal se pode cometer, que supra de sua suficiência, onde as regras faltam. Assim que não damos licença a qualquer temerário, que possa absolutamente o que quiser; por que este se se não submeter às regras da arte não acertará”¹. Estes pensamentos doutrinários da autoria de Fernando Oliveira, teórico da construção naval, escritas cerca de 1580, condensam a postura essencial exigível ao relevante ofício de “carpinteiro de naus”, um entre os diversos ramos das artes mecânicas a que se poderiam aplicar as mesmas reflexões.

Com efeito, a aprendizagem de uma actividade profissional deveria ser temperada com argúcia. O mestre observaria com cuidado as normas e sua ligação com o que a prática apontava. Tal atitude poderia conduzir o aprendiz, e na sequência da escala de ensino corporativo, o oficial, a um estágio de sabedoria e eficiência a que se poderia chamar perfeito. A necessidade de conhecer regras, de seguir protocolos técnicos ou ser capaz de os suprir, na sua falta², era a chave para se tornar mestre e artista. A obra que estes produzissem, seguindo a “lei”³, i.e., as normas regimentais, cumpriria todos os requisitos da sua especialidade, seria uma obra de arte.

Era esta a base do funcionamento das corporações mecânicas. Para exercer uma das suas vertentes oficinais tornava-se necessário seguir os passos da tradição, respeitar a antiguidade do saber, ser fiel ao mestre, executar de acordo com o que se aprendeu. Assim se fazia escola, se perpetuavam vivências e perduravam saberes. Dotados de experiências semelhantes, os oficiais podiam comunicar entre si através da mesma linguagem profissional, permitindo associações e entendimentos no que toca, por exemplo, à consecução de obras em parceria.

¹ Cfr. OLIVEIRA, Fernando – *Livro da Fabrica das Naus*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1991, p.79. O autor referia-se, nesta frase, aos carpinteiros de construção naval.

² Vd. FERREIRA – ALVES, Natália Marinho – De arquitecto a entalhador. Itinerário de um artista nos séculos XVII e XVIII. *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*. Porto, 1991, vol.1, p. 364.

³ Cfr. OLIVEIRA, Fernando – *Livro da Fabrica das Naus*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1991, p. 81.

2. 1. – A actividade da marcenaria e as encomendas religiosas e civis

A execução de trabalhos para o grande cliente que foi a igreja católica portuguesa, sobretudo durante os primeiros setenta e cinco anos do século XVIII, viveu desta compreensão comum, em que o empirismo do saber quase nunca se casava com o conhecimento erudito, a não ser para alguns mais ilustrados, avisados e dotados, caso do riscador Frei José de Santo António Vilaça, que deixou para a posteridade o “Livro de Rezam”⁴, um registo do seu envolvimento profissional e pessoal relativos aos cenóbios que frequentou.

Na verdade, o trabalho do artífice era instrumental e a sua veia criadora encontrava-se limitada pelo grande encomendante que, na maioria das vezes, apresentava ideias e riscos⁵, dinamizava remodelações, promovia contratos com os mestres, sugeria estilos, copiava o que agradava e reprovava o que se encontrava defeituoso, obrigando os executores a apresentarem fianças e demonstrarem, nos ajustes notariais, a capacidade financeira para tomarem conta das obras. Os casos que surpreenderam a clientela da época pela sua novidade, como as propostas invulgares de Nicolau Nasoni⁶, cuja actividade foi reconhecida pela Irmandade de que era membro aquando da finalização da torre da igreja dos Clérigos, em 1763, através da entrega de “*um presente [...] em atenção aos seus grandes serviços*”⁷, são considerados, ainda hoje, “uma manifestação estética cuja leitura simbólica sacra nos afasta do mero enquadramento decorativo”⁸. A historiografia da produção religiosa constata, portanto, uma colagem da produção oficial aos cânones emanados das autoridades religiosas, como sucedia, no século XVIII, com as consequências do Concílio de Trento⁹.

Os contratos de obras setecentistas para o cenóbio, que têm vindo a ser estudados de modo intenso nas últimas quatro décadas na esteira de Natália Marinho Ferreira Alves, não permitem desvendar as regras de execução de mobiliário civil, entendido como produção autónoma, se bem que a criação decorativa religiosa portuguesa tenha, por vezes, como inspiração, desenhos de carácter laico¹⁰. No entanto, os aposentos dos clérigos e das monjas não viviam apartados das modas decorativas civis e o conforto da época era conhecido. As candidatas à entrada no Mosteiro de Arouca, por exemplo, deveriam fazer-se acompanhar de um dote que incluía, entre outros bens,

⁴ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, 2 vol.

⁵ Veja-se, por exemplo, o contrato de 1718, para obra na freguesia de Barcelos, em que o provedor da capela apresenta o risco com as obras de beneficiação ao mestre. Cfr. SMITH, Robert C. – *A talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1962, p. 93.

⁶ Cfr. ALVES, Natália Marinho Ferreira – Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, I Série, vol. 2 (2003), pp. 735-755.

⁷ Vd. A. H. I. C., *Livro 99*, Caixa Geral, 1763, f. 24. O “*presente*”, que não está identificado, custou 42\$615 réis.

⁸ Cfr. ALVES, Natália Marinho Ferreira – Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, I Série, vol. 2 (2003), p. 739.

⁹ Vd. ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A arte da talha no Porto na época barroca (artistas e clientela. Materiais e técnicas)*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1989, vol. 1, p. 46.

¹⁰ Cfr. SMITH, Robert C. – *Marceliano de Araújo Escultor Bracarense*. Porto: Nelita Editora, 1970, pp. 11-12. Segundo o autor é o caso da influência dos desenhos de Jean Bérain no barroco minhoto.

tipologias que permitiriam replicar o seu ambiente familiar¹¹. Estavam, entre elas, “um oratório com Santo Cristo (...) uma cómoda, papeleira, mesa e vidraças para a janela (...) quatro cadeiras de palhinha”¹². Essas peças, que faziam parte do conforto pessoal, eram oferecidas aos olhares da comunidade intra-muros, nela incluídos entalhadores, ensambladores e marceneiros¹³ que circulavam no cenóbio.

De igual modo, em 1742 e 1750, na abadia de Tibães, existia mobiliário nas celas do reverendo Abade, vindo do Porto¹⁴. Mas a execução nos próprios conventos de tipologias para algumas celas era uma realidade, como revela Frei José de Santo António Vilaça que desenhou, entre 1783 e 1786, o mobiliário da “cela do Rm^{mo} tudo moderno”, constituída por uma *suite* de cinco salas¹⁵, subentendendo-se projecto decorativo total. Vilaça era um artista decorador, como refere Robert Smith¹⁶. Nesta situação concreta, o seu trabalho incluiu a supervisão de pintura de paredes efectuada por “mestre pintor do Porto”¹⁷. Não existiria nessa comunidade religiosa e civil, portanto, oficial capaz de tal execução. As tipologias utilizadas nos aposentos abaciais compreendiam, entre outros, uma cama com cortinados de chita roxa, uma das cores que, aliás, foi utilizada na decoração parietal da “capela dos Abades Gerais”, e que é descrita como “um rodapé na parede em volta da parede (sic) com almofadas verdes claras roxas com sua silva escura”¹⁸. Anos antes, em Mafra, as cores garridas e diversificadas eram, de igual modo, o mote da decoração da sacristia, por exemplo, que apresentava “o pavimento he de xadrez vermelho, branco, azul, amarelo e preto”¹⁹. Também a casa da portaria “est[ava] guarneçada de assentos com espaldares de pau vermelho embutidos de preto”²⁰. A

¹¹ Vd. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Das construções e das reconstruções: a memória de um mosteiro (Santa Maria de Arouca – Séc. XVII/XX)*. Dissertação em História de Arte à Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Património, 2003, vol. 1, pp. 134-135.

¹² Vd. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Das construções e das reconstruções: a memória de um mosteiro (Santa Maria de Arouca – Séc. XVII/XX)*. Dissertação em História de Arte à Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Património, 2003 vol 1, pp. 134-135.

¹³ A distinção entre ensambladores e marceneiros confunde-se na documentação setecentista. Todavia, o primeiro termo, quando aplicado a um oficial, deverá evocar a sua formação nas obras religiosas, enquanto o segundo, a nosso ver, terá efectuado o seu tirocínio em oficina que executava mobiliário civil. Vd. ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A arte da talha no Porto na época barroca (artistas e clientela. Materiais e técnicas)*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1989, 1º vol., pp. 61-62. Será por esta razão que Rafael Bluteau refere que o marceneiro deverá “desempenar com uma garlopa uma tábua até ficar direita”, já que para a execução de uma peça de mobiliário são necessárias tábuas desbastadas correctamente, com a respectiva superfície lisa. Vd. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 4, p. 33.

¹⁴ Vd. VALENTE, Adelina – O mobiliário civil setecentista da “Cela de Santo Ambrósio” do Museu de Arouca. Comunicação apresentada ao *IV Colóquio De Artes Decorativas “O Móvel e o seu Espaço”*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 25-27 de Outubro de 2012 (actas no prelo).

¹⁵ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 2, pp. 385-387.

¹⁶ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 1, pp. 245.

¹⁷ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 1, pp. 245.

¹⁸ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 2, p. 389.

¹⁹ Vd. PRADO, Fr. João de S. Joseph - *Monumento sacro da fabrica e solemnissima sagração da Santa Basilica do Real Convento, que junto à Vila da Mafra dedicou a N. Senhora e Santo António a Majestade Augusta do Máximo Rei D. João V*. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1751, p. 137.

²⁰ Vd. PRADO, Fr. João de S. Joseph - *Monumento sacro da fabrica e solemnissima sagração da Santa Basilica do Real*

moda, mesmo nas casas dos conventos, era, portanto, muito colorida. Refira-se que couro vindo de “Moscóvia”, tão mencionado nos inventários portugueses, apresentava essa coloração roxa²¹.

Do mobiliário do Reverendíssimo de Tibães fazia parte uma “cômoda de pau-preto com duas mesas da mesma madeira”, o que nos deixa inferir uma situação decorativa com elementos colocados em simetria²², talvez lembrança de realidade decorativas em tempos passados²³, quer em Portugal quer em outros reinos europeus²⁴. No entanto, e ao longo do século XVIII, nem sempre deve ter constituído regra²⁵. Na sala do “fogão”, elemento relevante para aquecimento do ambiente, dispersão de luz, à noite, e sociabilidade, existia uma “mesa de chá de pau-preto”, “uma mesa quadrada da mesma madeira” e numerosas tipologias de assento.

Estas descrições não nos permitem, todavia, apurar estilos e ornamentações de outra ordem que não a coloração apresentada pelo mobiliário, sendo a ênfase colocada na madeira preta e na cor azul de doze tamboretas aí existentes. Parece-nos de atentar no facto de as mesas não se encontrarem cobertas com qualquer tecido, sinal de que se pretendia oferecer ao olhar dos visitantes uma peça no esplendor da sua matéria-prima, ao contrário de “mesa capitular, [que] se vestiu de coiro por cima, e pano verde arroda (sic) com franja de retrós”. Aqui, o relevo estava no couro, no tecido e na passamanaria. Acompanhavam este conjunto “bancos de pau preto com assentos de cetim cheios de cabelo”²⁶. Esta menção à característica do estofado pode ter sido o modo de sublinhar o enchimento que deveria existir sob os tecidos, e sua consequente apresentação e conforto, trabalho diverso, e de menos comodidade, de sola aplicada em doze cadeiras com assentos e encosto, que conviviam na mesma cela.

O próprio riscador, Frei José de Santo António Vilaça, tinha na sua cela, para uso pessoal, peças que apreciava e que sabia serem cobiçadas. A referência a uma cómoda, que teria custado 9\$000 réis e a oferta de 6\$400 réis que lhe teriam feito para comprar uma mesa “de pau preto de chá grandinha” que possuía, revela a importância concedida a determinadas tipologias²⁷, bem como o reconhecimento e a apetência de eventuais novidades decorativas por parte de membros da comunidade religiosa ou civil. Vilaça possuía, ainda, duas arcas compradas em leilão por 4\$000 réis, o que nos remete para a existência das almoedas como uma realidade que dispersava mobiliário não

Convento, que junto à Vila da Maфра dedicou a N. Senhora e Santo António a Majestade Augusta do Máximo Rei D. João V. Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues, 1751, p. 130.

²¹ Vd. SILVA, António de Moraes – *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1789, vol. 2, p. 321.

²² Vd. BASTOS, Celina – *Mobiliário do antigo Paço Episcopal de Lamego. Análise de três inventários do século XIX*. In BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999, pp. 28-29. A autora sugere que a existência, aos pares, de algumas tipologias de conter poderia constituir regra visual de distribuição decorativa.

²³ Vd. SOUSA, Maria Leonor Machado de, coord. - COX, Thomas, Cox Macro – *Relação do reino de Portugal. 1701*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, p. 167.

²⁴ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of Commodities*. London: HMSO, 1994, p. 4.

²⁵ Veja-se por exemplo, o inventário da Casa de Mateus, do ano de 1800. Está arrolada uma só cómoda. Vd. VALENTE, Adelina – *Estudo do mobiliário em alguns inventários setecentistas da casa do 4º Morgado de Mateus. In Casa Nobre: Um Património para o Futuro. Actas – 3º Congresso Internacional*. [S.l.]: Município de Arcos de Valdevez, 2013, Quadro XVI, p. 802.

²⁶ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 2, p. 391.

²⁷ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 1, pp. 79-80.

só entre os clérigos como também pela população civil de estratos sociais e económicos diversos²⁸.

2. 1. 1. – Condicionismos políticos, económicos e corporativos para o exercício da actividade da marcenaria

Para lá da terrível devastação que o Terramoto de 1755 provocou, de modo irreparável, no acervo das Artes Decorativas portuguesas, eliminando, com probabilidade, a produção de alguma marcenaria civil portuguesa executada até essa data, esta deveria ser escassa, e poderá ter continuado até às duas últimas décadas de 1700. A religiosidade imperava no reino e o fluxo monetário da possível clientela das oficinas de mobiliário era orientado, sobremaneira, para as várias ordens religiosas, com intenção de “redimir todos os vícios à força de esmolas aos frades e de estrondosas festas ao Divino”²⁹. A partir daquela ocorrência, a prioridade passou a ser a reconstrução da cidade e os trabalhos de alvenaria, não existindo, porventura, encomendas relevantes para os oficiais do mobiliário. Estes podem ter sido obrigados, para sobreviver, a abraçar outras actividades que não as da sua matriz.

A economia ditada à construção de palácios e casas nobres, sobretudo em Lisboa e no Sul, suscitou “uma conjuntura económica e social” adversa³⁰. À semelhança de países como a Holanda, em outras datas³¹, os encargos de mobiliário devem ter diminuído, senão mesmo falhado, dado não existirem condições económico-sociais para decorações relevantes nas casa dos nobres e Maria

²⁸ Veja-se, por exemplo, na cidade do Porto, a almoeda que dispersou os “bens móveis” do Reverendo Alexandre Jácome da Veiga, membro da Irmandade dos Clérigos, falecido em Setembro de 1757. Os compradores foram um “reverendo” e um “padre”, um “boticário”, um escrivão da “Correição do Cível”, um “homem de negócios de Vila Nova de Gaia”, um “pasteiro do Corpo da Guarda”, um “sapateiro da Viela dos Gatos” e um “escrevente”. Vd. A. H. I. C., Livro 86, ff. 10v-12v. “Produto dos bens do inventario retro, rematados em praça. [à margem: 1758. Jan^o 31] Rematou M^{el} Dias de Faria da Rua de S. Seb^{am} dois espelhos grandes p^r 30\$000; [...] Rematou o R^{do} L^{do} M^{el} Dias de Faria, seis sanefas pintadas de vermelho p^r...1\$600; ...Rematou o Beneficiado J^e Ant^o de Azd^o da Rua Chã = um santuário com uma papeleira p^r...13\$300; Rematou J^e Roiz Baralha, uma cadeira de pau, um almofariz de latão com sua mão, uma mesa de pinho redonda p^r...1\$680; [à margem: Fev^o 14] Rematou J^e do Vale Ri^o da Rua de trás da Sé um baú p^r...2\$400; [f.11] Rematou Manuel Roiz de Moraes, Boticário da Banharia = um cortinado de chita com ramos p^r...6\$400; Rematou o d^o mais = um leito de pau-preto o m. p^r...6\$000; ... [Fev^o 22] Rematou o R^{do} L^{do} Manuel Dias de Faria = Seis tamboretas de sola lavrada com pregaria grossa, e pés torneados p^r 7\$350; Rematou o mesmo acima = um baú usado p^r... 1\$720; Rematou Jerónimo Per^a da S^a Escr^{am} da Correição do Cível = Toda a Louça fina carrg^{da} no Inv^o q é da Índia p^r...14\$450; ...Rematou o R^{do} L^{do} Man^{el} Dias de Faria = seis cadeiras de sola lavrada velhas p^r...2\$600; Rematou Domingos Alves da S^a, homem de neg. de V^a nova de Gaia = seis cadeiras grandes de sola lavrada, e pregaria grossa p^r...19\$200; [f.11v] [à margem: M^o 10] Rematou Manuel Roiz de Moraes Boticário = Dois Travesseiros, duas fronhas, sete lençóis de estopa usados, e velhos por...3\$280; Rematou o P^e António Mendes, da Banharia, um baú de moscovia p^r...2\$600; Rematou Sebastião Glz. Dos Santos – Pastel^o do Corpo da Guarda = um bufete de pau-preto p^r...2\$400; ...[f.12] Rematou Manuel de Sousa da Rua das Hortas um leito de pau-preto usado, e antigo p^r...4\$000; Rematou o R^{do} L^{do} Manuel Dias de Faria = uma caixa de castanho pequena usada pr...3\$600; [...] Rematou Manuel de Almeida, Sapateiro da Viela dos Gatos – uma mesa de pau-preto, e uma cx^a pequena tudo usado pr...1\$600; [...] Rematou o d^o [Manuel Roiz de Moraes, Boticário] um (sic) caixa de madrepérola pr...2\$800; [f.12v.] Rematou João Lopes da Silva, Escrevente da Rua de S. Domingos, um leito de pau-preto velho por...2\$000; [...] [f.13] Rematou Francisco José Carn^o da Rua da S.^{ra} do Ferro um contador velho, cinco quadros gr^{des}, e três pequenos m^o velhos, e uma caixa gr^{de} velha p^r...4\$780; Rematou mais o d^o uma cadeira rasa p^r...1\$100; Rematou o d^o uma alcatifa com um anel de ouro de Bibora (sic), a alcatifa p^r 9\$rs., e o anel p^r 720 rs...9\$720”.

²⁹ Vd. BRANCO, Manuel Bernardes – *Portugal na época de D. João V*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1886, p. 43. O autor refere que a “Ordem de S. Francisco da província de Portugal” é exemplo deste facto, já que entre 1742 e 1744 recebeu cerca de 500.000 cruzados em numerário, além de víveres.

³⁰ Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1965, pp. 114 e 126.

³¹ Vd. BAARSEN, Reinier – Rococo in Holand. The Assimilation of a Foreign Style. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt, National Design Museum, 2008, p. 151.

Helena Mendes Pinto notou que, nos anos seguintes a esse acontecimento, não teriam existido “grandes encomendas” por parte da corte³². O mesmo deverá ter acontecido, por maioria de razão, nas classes encomendantes da marcenaria local. O registo no ano de 1786 do transporte de cadeiras a partir da cidade do Porto para a capital³³ pode revelar encargos a zonas geográficas do território cujas oficinas terão sido pouco atingidas pelo sismo, quiçá tipologias importadas chegadas ao Norte do reino.

Com efeito, pode ter existido, em Lisboa e nas zonas afectadas pelo sismo, situação paralela à que iremos aventar para a cidade do Porto, a saber, mutações no exercício dos ofícios. A análise da actividade profissional da freguesia lisboeta de Santa Isabel, no ano de 1780, por exemplo, indica que os carpinteiros, ou oficiais ligados “à feitura de móveis”, podem ter trabalhado na construção civil³⁴. Como é compreensível, a necessidade de reposição de peças de mobiliário dependeu do ritmo da reconstrução de Lisboa. Com efeito, a clientela só solicitaria a recheio das suas habitações depois dos edifícios já aprontados, e as obras dos edifícios de “pedra e cal começaram tarde”³⁵. Alguns membros dos grupos intermédios que poderiam ter cabedais para encomendas viviam em partes de casas alugadas, deixando supor que o espaço disponível para mobiliário seria escasso³⁶. Outros segmentos profissionais das Artes Decorativas tiveram percursos diversos nas décadas pós-terramoto, caso dos ourives da prata e do ouro, que sofreram pressão de outra ordem, com a clientela a tentar repor as perdas de bens conotados com a essencial representação social, i.e., as peças argêntas³⁷.

³² Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – Móveis. In *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV/XVIII*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. Museu Nacional de Arte Antiga, 1979, p. 81.

³³ COSTA, Pe. Agostinho Rebelo da – *Discrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, p. 270. Chegaram a Lisboa “duzentas e dez dúzias de cadeiras e mesas de pau”.

³⁴ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 67. Ao analisar as situações profissionais pós-terramoto o autor refere a parca identificação da especialização dos carpinteiros, por exemplo, o que pode indiciar actividades que não as da sua matriz profissional.

³⁵ Vd. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As grandes casas. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 209.

³⁶ Em 1776, por exemplo, na freguesia lisboeta do Castelo, mais de 80% dos habitantes que pagaram décima eram locatários, presumivelmente em partes de casas. Vd. OLIVAL, Fernanda – Os lugares e os espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 253.

³⁷ Vd. CARLOS, Rita – Prataria religiosa rococó em Lisboa. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 85-86.

2. 1. 1. 1. - As obras no Porto dos Almadás e as condicionantes para a existência de ensambladores, marceneiros e arquitectos

A cidade do Porto, na segunda metade do século XVIII, estava convertida num estaleiro de obras. João de Almada e Melo e seu primo Francisco de Almada e Mendonça – os Almadás³⁸ –, foram os mentores do desenvolvimento da urbe entre 1757 e 1804. A malha urbana encontrava-se em expansão³⁹ e a actividade profissional apresentava diferenças relativamente aos primeiros cinquenta anos de Setecentos, época de construção arquitectónica religiosa e de sua decoração interior. Com efeito, o inventário das obras públicas a decorrer na cidade entre 1757 e 1800⁴⁰ revela o predomínio do ofício de pedreiro. Num total de cerca de 1620 intervenções registadas, a referência a “pedreiro” ou “mestre pedreiro” prevalecem adjudicando, em 1788 e 1789, cerca de 20% do total de obras⁴¹. No cômputo destas obras públicas, são mencionadas apenas cerca de 47 intervenções para “obras de carpintaria”⁴², um número ínfimo, comparativamente às dos oficiais de alvenaria que constituíram, portanto, a classe profissional mais solicitada, atraindo, nessas décadas, as atenções de jovens e de homens que procuravam trabalho.

Não será de admirar, portanto, que os ensambladores – termo já referido *supra*, e que remete para a função de incorporar numa unidade coerente os elementos executados por entalhadores e imaginários –, se encontrassem na retaguarda das profissões mais representadas, constituindo, porventura, das menos almejadas. Parece ser essa uma das possíveis conclusões da análise sobre as posições relativas das dezasseis ocupações recenseadas nas sete freguesias da cidade do Porto entre 1780 e 1785, já que as freguesias da Sé, Vitória, S. Nicolau, Santo Ildefonso, Cedofeita⁴³, Miragaia e Massarelos, apresentam esses oficiais em 13º lugar, muito abaixo das 6ª e 7ª posições dos pedreiros e carpinteiros⁴⁴. Em Cedofeita, a freguesia em que o ensamblador, riscador e arquitecto José Francisco de Paiva habitava – e de que nos ocuparemos no último capítulo –, estão registados nas Listas de Ordenanças⁴⁵, em 1780 e 1785, respectivamente, dezasseis e treze ensambladores, o seu pico,

³⁸ Empregamos a terminologia utilizada pelo Prof. Dr. Joaquim Jaime Ferreira Alves para caracterizar a época da governação destes dois membros da família do marquês de Pombal. Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 1, p. 3.

³⁹ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 1, p. 175.

⁴⁰ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 2, pp. 323-426.

⁴¹ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 2, pp. 323-426. Estes dois anos são os de maior número de adjudicações.

⁴² Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 2, pp. 373 e 375.

⁴³ Nesta freguesia os ensambladores conviviam com calafates e marinheiros. Vd. A. H. M. P., *Ordenanças do Concelho do Porto*. “Ano de 1764. Lista da Companhia de Cedofeita, Vilar, e suas anexas”, ff. 7, 7v, 8, 9 e 9v.

⁴⁴ Vd. SANTOS, Cândido – *A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana. Separata da Revista de História*, vol. I. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1978, Gráfico 1, pp. 292-293.

⁴⁵ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Ensamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 27.

sendo somente seis em 1783. Em 1790 e 1791 averbaram-se dois em cada ano, e quatro oficiais em cada um dos anos de 1792, 1794 e 1795.

2. 1. 1. 2. - A evolução do ofício de ensamblador no Porto entre 1764 e 1799

É neste quadro de prevalência de obras infra-estruturais urbanas, exigidas por uma cidade cuja população crescia, necessitando fontanários e chafarizes, aquedutos, construção de novos edifícios e arruamentos ou calçadas, que a vida dos ensambladores decorreria. As encomendas de mobiliário civil não deveriam ser relevantes. O mercado dever-se-ia abastecer com a importação que chegava ao Porto, já que o gosto inglês predominava entre as elites nacionais da cidade, de que são indício, como veremos, alguns dos desenhos de José Francisco de Paiva.

Existiam, igualmente, encargos específicos aos mercados ingleses, de que é exemplo, em 1742, a remessa, a partir de Londres, de duas papeleiras “das mais bem feitas e modernas com suas portas nas meias papeleiras com vidros acharoados” e ainda “dois espelhos de vista grandes com molduras de charão” destinados a um toucador⁴⁶. Registe-se que esta é indicação de dilecção portuense pelas peças orientais ou orientalizantes que permanecia, na cidade, em meados do século XVIII.

Será neste contexto que deveremos entender os elementos **Tabela n.º 2: 1**, elaborado a partir dos dados extraído das Listas da Companhia de Ordenanças da cidade do Porto entre 1764 e 1799⁴⁷. Os números compilados levantam, porém, outras questões, em que a seguir nos deteremos, configurando dados essenciais para o entendimento da situação social e profissional dos marceneiros durante as obras almadinas.

TABELA N.º 2:1

Número de ensambladores registados nas listas da Companhia de Ordenanças da cidade do Porto entre 1764 e 1799

Anos/ Freguesias	1764	1765	1766	1767	1768	1769	1770	1771	1772	1773	1774	1775	1776	1777	1778	1779	1780	1781
Cedofeita																	16	
Massarelos	1	1															4	
Miragaia																	8	
S. Nicolau																	6	
Sé	30			2													11	
Santo Ildefonso	3			1													16	
Vitória																	42	

⁴⁶ LEÃO, Manuel – O Brasil e os artistas portuenses dos séculos XVII e XVIII. *Museu*, IV Série, nº 4, 1995, pp. 47-48. O agente do encargo foi António Pinto da Cunha, por incumbência de João de Oliveira Guimarães, para quem trouxe, igualmente, “um vidro p^a uma liteira” que diz ser “de preço e cristalino”.

⁴⁷ Quadros elaborados a partir de COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Ensamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, pp. 89-93.

TABELA N.º 2:1 (CONTINUAÇÃO)

Número de ensambladores registados nas listas da Companhia de Ordenanças da cidade do Porto entre 1764 e 1799

Anos /Freguesias	1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796	1797	1798	1799
Cedofeita		6		13					2	2	4		4	4				
Massarelos		1		1														
Miragaia		1		5					3	3	5		7	3				
S. Nicolau					5				5		5			2				
Sé	8			9		11	11	12	2	3	3							
Santo Ildefonso	18	6		20	10		14		28	29	23	11	12	28		16	11	11
Vitória	15			14	9	8	10		15	24	25		19	23				

Fonte: Elaborado a partir de COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Ensamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999. Quadros I.1. a I.1.7.

Num primeiro momento, entre 1764 e 1767, verifica-se a existência de pouco número de ensambladores, nomeadamente trinta na freguesia da Sé e um único em Massarelos. Seguidamente constata-se a ausência de averbamento de ensambladores entre 1768 e 1780. Uma predominância das actividades rurais em algumas freguesias, como a de Cedofeita⁴⁸, juntamente com a actividade de construção civil que grassava na cidade⁴⁹, parece justificar a ausência desses mestres nas referidas listas. Não cremos, no entanto, que a oferta de ensambladores tenha desaparecido como que por um passo de mágica. Deveremos, sim, considerar a opção de mudança de actividade profissional, já que a força laboral menos diferenciada procura sempre exercer os ofícios mais bem pagos⁵⁰. Isso mesmo acontecia, por exemplo, no Rio de Janeiro, no ano de 1748, com carpinteiros e pedreiros portugueses aí residentes, que comutavam a sua actividade ao sabor das circunstâncias locais de oferta de trabalho⁵¹.

Numa segunda análise constata-se a súbita reaparição da actividade, no ano de 1780, coincidindo, não por acaso, com o registo da actividade de “negociantes” que, nesse ano, passa a dominar o panorama profissional portuense⁵². Com efeito, cento e vinte e cinco pessoas estão, nesse ano,

⁴⁸ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol 1, p. 291.

⁴⁹ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 2, pp. 459-515. O autor transcreve os contratos das “obras de pedraria”, e alguns de carpintaria ou pintura, da Casa da Fábrica, em 1754, 1758, 1783 e 1786; do Convento de S. Domingos datado de 1757; de um armazém, junto do Cais Novo, em 1761, para o Mosteiro da Madre de Deus de Monchique; da casa dos capelães do Mosteiro de S. Bento de Ave-Maria em 1762; da construção da praça de Santa Ana e Capela de S. Roque em 1767; da Igreja para o Recolhimento de N. Sra. Do Patrocínio em 1768; da cadeia e tribunal da Relação em 1769 e 1772; armazém da pólvora na Afurada em 1775; conclusão da fachada da igreja do convento de S. João Novo em 1779; e dos paredões das ruas do Bonjardim, Santa Catarina e Santo António em 1785.

⁵⁰ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 1, pp. 296-297.

⁵¹ Vd. SANTOS, Noronha – Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional*, n.º 6. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1942, p. 296.

⁵² Vd. SANTOS, Cândido – A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana. *Separata da Revista de História*, vol. I. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1978, p. 291.

registadas na freguesia de S. Nicolau, ocorrendo exactamente na data de retoma dos negócios com o Brasil depois de vinte anos de baixa das remessas de ouro brasileiro⁵³.

Para a actividade de marcenaria, esta parece ser uma viragem relativamente aos quinze anos anteriores. Em 1780 surgem cento e três ensambladores, número que não se voltará a repetir até 1799. Outro ano relevante é o de 1785, com sessenta e dois oficiais registados, data que coincide com o início da construção da casa da Feitoria Inglesa. Durante cerca de cinco anos, esta obra proporcionou uma época favorável para alvenaria, carpintaria e, certamente, marcenaria. As invasões francesas, e conseqüente debandada da “nação britânica” para o seu país natal, provocaram o desaparecimento da documentação dessa época, bem como do mobiliário que poderá ter existido⁵⁴, e que documentaria essa produção portuense das Artes Decorativas.

Até meio da década de 1790, os ensambladores registam-se, com expressão, em quase todas as freguesias portuenses, se bem que flutuando numericamente num movimento que oscila entre os cerca de dezanove, no ano de 1787, e os cerca de setenta e cinco em 1792, terminando esta década somente com onze elementos em 1798 e 1799.

No que respeita à estabilidade do ofício, entre 1764 e 1799, a freguesia que mais ensambladores averba é a de Santo Ildefonso, uma das que evoluiu de forma consistente na conservação de oficiais, com um total de cerca de duzentos cinquenta e nove, competindo com os cerca de cento noventa e quatro de Vitória. No entanto, a partir de 1796, parece desenhar-se nova situação profissional. Na verdade, somente naquela freguesia, a mais populosa, se mantêm ensambladores, dezasseis em 1797 e onze em cada um dos anos de 1798 e 1799.

Este panorama revela uma oscilação oficinal com muita amplitude, apontando, entre outras considerações, para um ofício que vai perdurando, ano após ano, por transferência de actividades, como já sugerimos, não podendo, no entanto, afirmar-se que as novas gerações persistam exercendo o ofício. Representámos as sete freguesias em que a cidade estava dividida, no último quartel de Setecentos, no Quadro I.1 e seguintes — n.ºs 2, 3, 4, 5, 6 e 7 —, sistematizámos a idade e número de ensambladores registados em cada uma, de forma individual.

Registamos, na análise destes quadros, que há uma relativa dispersão na idade dos marceneiros, com maior incidência em homens de 20, 30 e 40 anos. Com o avançar da idade, mantêm-se poucos elementos. O abrandamento ou a activação da actividade do ofício poderá, mais uma vez, estar ligado com a progressão das obras públicas. Na cidade do Porto, os oficiais continuavam a necessitar de trabalhar para sobreviver ao quotidiano. À semelhança dos anos anteriores a 1780, a adesão a outra actividade que não a da sua formação estrita inicial deverá ter sido a solução. Poderiam exercer ofícios completamente alheios à sua actividade, como sucedeu com o ensamblador Manuel Moreira Dias, cujo percurso profissional incluiu, além de participações em obras para diversos

⁵³ Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 288. O cômputo total das importações inglesas foi, nestes 20 anos, igualmente menor.

⁵⁴ Cfr. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, vol. 1, pp. 141-153. Actualmente algum do mobiliário deste edifício, bem como os documentos conservados, remontam ao século XIX.

mosteiros⁵⁵, um cargo na instituição prisional da cidade entre 1755 e 1770⁵⁶.

O entendimento desta movimentação dos registos oficiais pode ser completada com a análise da cronologia do lançamento das obras emblemáticas da cidade do Porto: o Hospital de Santo António arranca em 1770 e o Palácio Episcopal em 1772-1773; inicia-se a construção do convento de Santo António da Cidade em 1781, e em 1795-1796 principiam as obras do palácio dos Carrancas e do Teatro de S. João, este concluído em 1798⁵⁷. A Casa da Fábrica, de que se conhecem contratos relativos às obras de carpintaria e pintura⁵⁸, e o Palácio dos Carrancas poderão, igualmente, ter contribuído para a actividade da marcenaria na cidade na década de 1780, já que as respectivas obras se prolongaram até 1795. O Quartel de Santo Ovídeo, cuja construção se iniciou em 1790, se bem que se tenha dilatado pelos primeiros anos da década de 1810, mais propriamente até 1805/1806, foi um pólo de todas as actividades inerentes à construção arquitectónica.

Impõe-se breve reflexão sobre um terceiro elemento retirado da análise dos Quadros I.1. a I.1.7. que respeita à renovação da actividade, i.e., existência de aprendizes e oficiais. No cômputo geral das sete freguesias, entre 1764 e 1799, existe somente registo de quatro aprendizes e vinte e seis oficiais não encartados. Mas, olhando detalhadamente as idades dos elementos averbados, vislumbram-se alguns elementos jovens, entre 12 a 16 anos, registados com a mesma categoria profissional dos pais, i.e., ensambladores. Este facto remete-nos para a prática consuetudinária do ofício na cidade do Porto: os filhos aprendiam com os progenitores, não necessitando estes de aceitar aprendizes de fora do círculo familiar, o que somente aconteceria caso abundassem encomendas de mobiliário, à semelhança, por exemplo, dos congéneres ingleses, sobre quem nos deteremos *infra*. Como consequência, as tipologias e respectivos modelos deveriam perdurar, apresentando, ao longo de duas gerações, estruturas e ornamentações muito similares. A baixa média de esperança de vida não deveria possibilitar a extensão dos conhecimentos por mais tempo, pois pais ou filhos morreriam antes de transmitir os saberes a outrem⁵⁹.

Por outro lado sabemos, por experiência, ou “*pelo ver*”, na linguagem setecentista⁶⁰, que cada oficina representa um microcosmo de escolhas direccionadas para selecções estilísticas dentro da gramática que atravessa o seu tempo. Tende-se a reproduzir obra que merece o agrado da clientela e a existência de cada unidade oficinal depende da continuidade da procura dos modelos aí executados. Em geral, a actividade vai-se esgotando com o advento de novos cânones e gostos estéticos, à semelhança, aliás, de qualquer indústria ou comércio, consequência das movimentações pendulares de carácter cultural, social e económico.

⁵⁵ Vd. LEÃO, Manuel – *Artistas antigos do Porto*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, pp. 76, 103-104.

⁵⁶ Manuel Moreira Dias (c.1730-1785), que em 1770 vivia em frente a S. Bento da Vitória, era “the chief gaoler of the city’s prisons” da Cadeia da Relação. Vd. SMITH, Robert C. – Two Portuguese antiphonal lecterns dated 1668 and 1770. *Furniture History*, vol. X (1974), p. 23.

⁵⁷ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 2, pp. 553-558.

⁵⁸ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 2, pp. 503-504 e 509-510.

⁵⁹ Vd. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. Great Britain: London Furniture History, 1988, p. 6.

⁶⁰ Vd. SANTOS, Noronha – Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional*, n.º 6. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1942, pp. 295-317.

Em jeito de remate, a análise destes quadros revela um hiato na actividade marcenaria na cidade do Porto que, forçosamente, deverá ter tido como consequência uma parca produção de mobiliário civil na cidade entre os anos de 1765 e 1780. Esta observação é de importância vital para o cabal reconhecimento das tipologias aí executadas, nomeadamente nos estilos Rococó e Neoclássico, que, na gíria, se associa aos reinados de D. José I e D. Maria I.

Em nossa opinião, e com os elementos de que dispomos, a ter existido execução de tipologias nessas datas – para o que a existência de inventários orfanológicos na cidade do Porto facultaria prova cabal –, os marceneiros terão reproduzido exemplares conhecidos a partir de informação diversa, desde as publicações impressas que circulavam no reino, até ao mobiliário importado, modernizando-os com elementos decorativos pontuais ou concedendo-lhe um cunho local. Quando a dinâmica sócio-económica o permitiu, a partir de 1782, surgiu uma produção local – que poderemos apelidar de produção híbrida, a que nos referiremos no 5º capítulo –, já com alguns elementos ornamentais neoclássicos, em particular nas tipologias civis em que a influência internacional se fez sentir com veemência. Seguiu-se a afirmação estilística do Neoclassicismo. Tentaremos, na medida do possível, e com as tipologias de mobiliário que se nos depararam na nossa pesquisa, revelar a evolução desse percurso oficial.



Figura 2:1
Mesa de encostar rococó, madeira de nogueira.



Figura 2:1A
Tampe da mesa de encostar.



Figura 2:1B
Interior da mesa de encostar.

2. 1. 1. 3. - A matriz da marcenaria civil portuguesa

Na segunda metade de Setecentos foi exigido, ao marceneiro, o aperfeiçoamento de outras escalas volumétricas, já que cómodas, cómodas-papeleiras ou cómodas com oratórios, louceiros, cantoneiras e armários de filiação múltipla, foram concebidos para os ambientes domésticos, não compagináveis com as dimensões grandiosas dos espaços religiosos ou da corte. Como veremos, a escolha arquitectónica pela solução do mezanino – um andar com pé direito

menor – obrigou a reorganizar a morfologia do mobiliário. O oficial foi obrigado a adaptar molduras, conceber rodapés e cimbalhas, constituindo estes, remates estilísticos diferenciadores. Prédio portuense da Rua do Almada, a que aludiremos no 5º capítulo, que conserva despojos de armário-copeiro setecentista, apresenta sala cerca de três metros de altura no terceiro andar, menos do que a altura dos pisos inferiores, que passa os quatro metros e meio. Encontraríamos, certamente, nestes andares, tipologias ajustadas às áreas dos ambientes.

Há, no entanto que conceder importância às informações coligidas nos regimentos das corporações de ensambladores, marceneiros, entalhadores e mesmo carpinteiros, de Lisboa, ou Porto⁶¹. Na verdade, observamos que o enfoque das obras de mestrança, a partir de meados do século XVII, se divide entre o religioso e o civil, sinal de que, à época, as encomendas religiosas dominavam mas poderiam não ser exclusivas. Deparamo-nos, por vezes, com directivas que permitem vislumbrar o modo de execução de determinadas tipologias, caso das indicações para os candidatos ao exame de ensamblador, registadas em documento de 1549⁶². Estas instruções referem-se à execução de um painel retabular, não nos parecendo existir semelhante menção de carácter prático que sustente execução de mobiliário civil.

As práticas utilizadas no verso das tipologias religiosas – que não valorizava o trabalho de acabamento da madeira, ficando à vista marcas do corte por enxó, por exemplo, são replicadas nos interiores não visíveis de praticamente qualquer tipologia civil, denotando contaminação dessa rotina, se bem que não esteja em causa a mestria exterior do mobiliário português. Outra característica lusa é o corte de malhetes das gavetas, em geral pouco definidos, podendo mesmo ser, por vezes, considerados grosseiros e pouco cuidados, manifestando formação oficinal que relevava somente o exterior – o que acontecia na produção retabular. Com estes elementos é possível afirmar que a formação do marceneiro de obra civil entroncou nessa matriz, o que condicionou a sua “mão” na execução do mobiliário.

Consideramos relevante conceder corpo a esta matéria, detendo-nos em mesa de encostar de três gavetas, de colecção particular. Foi executada em madeira de nogueira portuguesa e apresenta, hoje, cor dourada esmaecida. A peça, de matriz rococó, filia-se na técnica de construção composta de quatro elementos, a saber uma frente, duas ilhargas e costas, fixando-se estas por meio de furo e respigas, em quatro pernas, tal como uma construção arquitectónica em que os pilares sustentam os respectivos componentes. Veremos, a seu tempo, que esta solução representa uma interpretação local e tardia de tipologias inglesas⁶³ constituindo, no entanto, uma das suas singularidades (fig.s 2:1, 2:1A, 2:1B).

⁶¹ Vd. VALENTE, Adelina – Madeiras, ofícios e tipologias das Artes Decorativas nos regimentos de Lisboa e Porto (séculos XVI a XIX). Revista *Museu*, IV série, nº 16 (2007), pp. 209-222.

⁶² Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa; Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 461-462.

⁶³ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 140. Na matriz inglesa, as prumadas torneadas sustentavam caixa independente, sendo espigadas nas intersecções dos quatro cantos.

Esta peça é um documento relevante para a historiografia das Artes Decorativas portuguesas, pois permite constatar que foi executada segundo as normas do ensamblamento retabular, sinalizando o entrosamento das actividades oficinais religiosa e civil na execução de tipologias. O móvel foi concebido enquanto unidade coerente na dependência dos elementos que o compõem, com as costas a seguirem a linha da zona frontal. Tal como num retábulo, a decoração entalhada comandou a construção da estrutura⁶⁴. No entanto, existe um elemento perturbador nestes procedimentos sucessivos: a frente da armação em que as gavetas correm, configura-se uma única tábua onde foram abertas as entradas para as gavetas⁶⁵. Esta análise construtiva permite-nos aventar que esta que esta tipologia pode ter partido das mãos do entalhador que decorou os elementos que trabalhou, pois não existe sinal de que o oficial tivesse conhecimento das simples regras que permitem a ligação correcta e firme dos vários elementos que a compõem⁶⁶. Registe-se, ainda, a inusitada colocação da madeira do tampo, como que imitando o corte de uma cobertura de mármore, facto que originou o esbordelamento da parte que encosta à parede⁶⁷. Voltaremos a esta tipologia, pois constitui exemplar rococó português com relevância estilística.

2. 1. 1. 4. - A utilização da madeira maciça pelos marceneiros portugueses

O ofício de marceneiro enquanto executante de mobiliário civil, desenvolveu-se, de modo consistente, no centro da Europa a partir do século XVI, nomeadamente na Alemanha⁶⁸. O mobiliário executado destinava-se à corte e aos nobres, e as tipologias solicitadas eram os contadores de grande efeito visual, capeados com madeiras coloniais, naturalmente coloridas, cortadas em fatias mais ou menos finas⁶⁹. O ébano, material preto, macio ao tacto, de poro e grão fechado, cujo mero polimento por fricção potenciava, com facilidade, a sua cor e brilho, era um dos materiais de eleição, a que se associavam marfim, tartaruga, madrepérola, ouro e prata. Pedras coloridas poderiam, de igual modo, ser utilizadas. O interior, em geral, era tão enriquecido como o exterior, e nele eram concebidos pequenos nichos de espelhos que amplificavam o brilho dos materiais⁷⁰. As tipologias

⁶⁴ Esta peça replicou esse modo de funcionamento: conhecendo previamente a distribuição de elementos, i.e., a sua morfologia, o entalhador trabalhou os elementos, cabendo, em seguida, ao ensamblador a sua organização.

⁶⁵ Cinco corrediças fazem a ligação entre a frente e as traseiras do móvel, sendo, elas próprias, a garantia da sua solidez. Ao invés de uma construção correcta, o oficial que ensamblou esta mesa não teve a preocupação de separar as zonas superior e inferior onde correm as três gavetas utilizando o chamado entrepano, não criando, portanto, nenhum patamar de segurança e de coesão entre frente, ilhargas e costas.

⁶⁶ A prazo – nos dias de hoje –, constata-se que as prumadas cederam na sua função de verticalidade, encontrando-se projectadas em direcção ao exterior, ameaçando a peça de desagregação se não existir cautela no seu manuseamento.

⁶⁷ O tampo é constituído por duas tábuas, coladas a topo, em junta enviesada, colocadas no sentido da profundidade.

⁶⁸ Vd. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. Great Britain: London Furniture History, 1988, p. 11.

⁶⁹ Vd. BOWETT, Adam – Introduction. A Brief History of Timber and Timber Use in Britain to 1900. In BOWETT, Adam – *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. xv.

⁷⁰ Veja-se, por exemplo, na casa apalaçada apelidada Ham House, perto de Londres, um contador seiscentista capeado de placas de marfim. Quando aberto, os pequenos espelhos do interior fazem cintilar o material raro e luxuoso. Visita em Abril de 2009.

assim concebidas pretendiam constituir mostruários de materiais raros, e sinalizar a sua acessibilidade somente a uma classe com ligações ao poder colonial, o que atribuía às peças assim concebidas a marca do poder. Razões de gosto local podem ter privilegiado a utilização de um ou outro lenho, adaptando gostos decorativos às madeiras mais abundantes e disponíveis no seu mercado abastecedor, o que induziu os marceneiros a desenvolver não só capacidades inventivas como também perícia no aproveitamento das respectivas características decorativas⁷¹.

Para a união das estruturas, ou carcaças, dessas peças privilegiavam-se os malhetes⁷², técnica que revolucionou a simples junção por intermédio de furo e respiga característica da marcenaria seiscentista que, assim, ensablava painéis e prumos, não permitindo a cobertura total das peças⁷³.

Por contraponto a essa corrente europeia, os marceneiros portugueses da segunda metade de Setecentos tenderam a privilegiar a madeira maciça. A construção retabular, que utilizava caibros de espessura relevante, necessários para que os entalhadores e imaginários desenvolvessem curvaturas e sinuosidades de porte marcante deve ter sido um dos motores desta opção da marcenaria portuguesa. O marceneiro, enquanto executor e figura dominante da cadeia de produção do mobiliário⁷⁴, foi herdeiro e continuador dessa actividade de ensamblador, à semelhança, aliás, de outra região da Península Ibérica, a Catalunha⁷⁵, o que já levou alguns autores a considerar que, até ao século XVIII, a produção civil de mobiliário terá estado, por assim dizer, a jusante da actividade de traça religiosa⁷⁶.

Aos oficiais era exigida prova da sua versatilidade no manuseamento da matéria-prima maciça. Algumas obras contratadas entre a corte e o entalhador e “empreiteiro” Silvestre de Faria Lobo, para o Palácio de Queluz, no ano de 1752, são indício dessa conjuntura. Quase em simultâneo, foram encomendadas a este oficial tipologias para utilização religiosa e civil. As actividades nesse edifício referem execução de retábulo para a respectiva capela, um bufete de “madeiras embutidas” e dois oratórios, termo que designava altares para as câmaras pessoais, e, “carrinho [...] e guarda-roupa para a ante-câmara do quarto de S. A.”⁷⁷. Esta informação faz prova da exigência, a um mesmo oficial, de conhecimentos práticos do comportamento das madeiras e seus cortes, bem como flexibilidade oficinal no seu manuseamento. Na verdade, Faria Lobo foi obrigado a manipular madeiras espessas para os retábulos, trabalhados com ferramenta encorpada e forte, nomea-

⁷¹ Razões de gosto local podem ter privilegiado a utilização de um ou outro lenho, adaptando gostos decorativos às madeiras mais abundantes e disponíveis no seu mercado abastecedor, o que induziu os marceneiros a desenvolver não só capacidades inventivas como também perícia no aproveitamento das respectivas características decorativas. Veja-se, por exemplo, contador seiscentista inglês, do acervo de Ham House, perto de Londres, forrado com pequenas capas de madeira de oliveira em forma de ostras, sinal do engenho do “cabinet-maker” inglês no aproveitamento dos defeitos do crescimento do fuste da árvore, rara em Inglaterra. Visita em Abril de 2009.

⁷² Vd. BOWETT, Adam – *English Furniture 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. Woodbridge: Antique Collectors' Club, 2002, p. 49.

⁷³ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, pp. 7-8.

⁷⁴ Vd. VALENTE, Adelina – Madeiras, ofícios e tipologias das Artes Decorativas nos regimentos de Lisboa e Porto (séculos XVI a XIX). *Museu*, IV série, n.º 16, pp. 209-222.

⁷⁵ Vd. PIERA MIQUEL, Mónica – El comercio de muebles en Cataluña durante el siglo XVIII. In AGUILÒ-ALONSO, María-Paz, coord. - *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, vol. LXVI, n.º 1, p. 114.

⁷⁶ Cfr. ANTUNES, Manuel Engrácia – “...a igreja nova que hora mandamos fazer...”. In *500 anos da Igreja Matriz de Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002, pp. 149-150.

⁷⁷ Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa: Livros Horizonte, 1971, p. 97-98.

damente martelos robustos ou, na linguagem oficinal, marretas, em simultâneo com as delicadas medidas dos lenhos a embutir, que poderiam rondar um e meio a dois milímetros⁷⁸.

A decoração que os entalhadores concediam às estruturas do mobiliário – que poderia ser posteriormente dourada, ou não –, releva outra idiosincrasia da utilização da madeira maciça nas peças portuguesas. A dificuldade de obtenção de metais para aplicação decorativa nas estruturas setecentistas utilizadas pelo mobiliário francês, bem como em algumas tipologias inglesas, estimulou a actividade dos entalhadores que, com o seu trabalho de escultura na madeira, supriam essa lacuna. A morfologia decorativa das tipologias evoluiu, portanto, ao sabor de uma amálgama de condicionantes, sendo determinante o gosto da clientela, cujas solicitações progrediam à medida das novidades de que tinham conhecimento por via da informação escrita publicada ou do mobiliário importado.

2. 1. 1. 5. – O cadeireiro de Setecentos: um ofício autónomo

Outras reflexões se nos impõem, nomeadamente quanto ao progresso da actividade oficinal, no sentido do desenvolvimento de especializações da própria marcenaria, consequência da complexidade de execução que as novas tipologias iam demandando.

O trajecto do mobiliário de assento é, a esse título, exemplar. De ensamblador de peças torneadas, em Seiscentos até à época tardia de Setecentos⁷⁹, o ofício de cadeireiro necessitou de colaborar, seguidamente, com o entalhador, e para isso teve de aprender a cortar madeira a partir de moldes estudados, segundo medidas pré-estabelecidas para que a peça final ficasse proporcionada. Os canapés, assentos de múltiplas tabelas em madeira, ou de único espaldar estofado, colocavam problemas de estabilidade e segurança para quem neles se sentava. Foi necessário verificar a resistência das madeiras e escolher as que mais se adaptavam à função respectiva⁸⁰, bem como examinar, com o estofador, as técnicas complexas de aplicação de cintas e enchimentos nos aros que deveriam ser ensamblados para tal fim. A complexidade orgânica da tipologia de assento evoluiu, assim, para um patamar mais crítico do que o mero ensamblamento. A entrada do entalhador na execução desta peça, aquando da maior valorização visual da estrutura de madeira, a partir do Rococó, tornou o ofício autónomo⁸¹ dando lugar à figura do cadeireiro que poderia assegurar, com o concurso do entalhador, toda a cadeia de produção da tipologia. Uma maior demanda por parte do mercado e a consequente repetição de modelos terá, de igual modo, induzido a especialização oficinal⁸².

⁷⁸ Vd. JACKSON, F. Hamilton – *Intarsia and Marquetry*. London: Sands and Company, 1903, p. 112.

⁷⁹ Vd. ANTUNES, Manuel Engrácia – Mobiliário setecentista português – algumas notas sobre forma e decoração. In *Portugal/Brasil, Brasil/Portugal. Duas faces de uma realidade artística*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 378-379.

⁸⁰ Veja-se, por exemplo a preocupação da adequação de dos lenhos a algumas funções específicas. Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabelas I e IV, pp. 92, 98 e 101.

⁸¹ Vd. WOOD, Lucy – *The Upholstered Furniture in the Lady Lever Arts Gallery*. New Haven and London: Yale University Press. Liverpool: National Museums, 2008, vol. 1, p. 1.

⁸² Vd. DENNING, David – *The art and craft of cabinet-making. A practical hand book to the construction of cabinet furniture*. London: Whittaker & Co., 1891, p. 6.

De peças de puro utilitarismo, sem qualquer pretensão ergonómica, cujas funções imediatas consistiam na afirmação social da sua posse e na regulação hierárquica do acto de sentar, o cadeireiro passou a interpretar as noções de comodidade, por exemplo⁸³. A altura do assento, a respectiva modulação de curvaturas para eficaz colocação dos membros inferiores de quem as utiliza, a disposição de ângulos entre o assento e espaldares para conforto do encosto, a altura e arco dos braços para aconchego, ou apoio, todos estes elementos eram vertentes oficinais a considerar. Como veremos na casa dos condes de Anadia, em Mangualde, detectamos uma situação em que os cadeireiros se confrontaram com alguns destes problemas.

A permeabilidade das regras de etiqueta, em crescendo na segunda metade do século XVIII, obrigou a que a produção da tipologia se colasse à figura humana e dela ficasse, para sempre, dependente⁸⁴. Cadeiras, cadeiras de braços, tamboretas – estes anotados de forma difícil de destrinçar por vezes⁸⁵ –, e canapés, são variantes que a sociabilidade e as noções de bem-estar exigiram. De acordo com o tratado de Roubo, o menuisier francês setecentista que reflectiu sobre os problemas da execução de mobiliário⁸⁶, as tipologias de assento seriam executadas segundo as exigências de quem as encomendasse, quer quanto à sua forma como à decoração. Surgiam, assim, múltiplas formas de cadeiras para usos similares, diferindo em pequenos pormenores destinados a afirmar a individualidade do cliente⁸⁷, já que era este que, de modo informal, mas de facto, se situava no topo do que poderemos apelidar de pirâmide oficial. Na verdade, a importância do relacionamento entre o artífice e o cliente abastado era reconhecida, bem como a sua interdependência, o que nos remete para a realidade de certos mercados em que a posse de mobiliário luxuoso era prerrogativa de poucos⁸⁸, o que acontecia nas capitais europeias do centro e leste da Europa, Paris ou Londres, bem como em Lisboa, na corte.

⁸³ Vd. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974, p. 25.

⁸⁴ A preocupação de cortar amarras com o revivalismo oficial não afasta estas preocupações, ainda nos nossos dias, dos designers e arquitectos que se ocupam do desenho de cadeiras.

⁸⁵ Vd. BASTOS, Celina – *Mobiliário do antigo Paço Episcopal de Lamego. Análise de três inventários do século XIX*. In BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999,

⁸⁶ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en meubles. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.]: Martin Media SAS, 2004.

⁸⁷ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en meubles. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.]: Martin Media SAS, 2004, p. 600. Roubo refere que “*les différentes espèces de meubles étant variées presque à l’infini, & étant sujettes à des changements considérables, soit dans leurs formes soit dans leur décoration, laquelle change tous les jours à raison des différents besoins, qui semblent augmenter avec la puissance de les satisfaire*».

⁸⁸ Vd. FUHRING, Peter – *Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII*. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 13-15. O autor refere a complexa equipa de artesãos envolvidas na execução dos ambientes opulentos, que a figura dos designers-arquitectos superentenderia.

2. 1. 1. 6. – Problemas de identificação de leitos: torneiros e entalhadores

Outras tipologias se alteraram ou nasceram exigindo novas abordagens por parte dos oficiais envolvidos na sua execução. Os leitos careceram de novos entendimentos por parte de clientes e executantes, pois os preceitos higienistas de Setecentos⁸⁹ divulgaram a premência de arejamento e de fumigação⁹⁰. Em caso de doença grave a queima do leito era praticada, o que se verificou, por exemplo, em casa do 4º Morgado de Mateus, D. Luís António de Sousa Botelho e Mourão (1722-1798) após a morte de sua mulher.⁹¹ Outras razões assim o ditaram, tais como as epidemias de insectos que se alojavam nos respectivos dosséis “de damasco forrado de veludo, de tão pesadas pregas que nunca se podia expulsar dele o pó nem os percevejos”⁹², bem assim como nos colchões. Estes não eram substituídos e passavam de geração em geração, reproduzindo continuamente essas pragas que habitavam nas penas que os enchiam⁹³. Algumas instituições de assistência hospitalar em França e em Inglaterra passaram a utilizar, cerca de 1780, leitos executados em ferro, já que se considerava que, nas curvaturas da madeira, se poderiam alojar seres indesejáveis e nocivos à cura de doenças⁹⁴.

Não nos parece claro, e permanecemos, ainda hoje, com dúvidas, sobre a evolução setecentista desta tipologia – e da intervenção dos oficiais que as executavam –, que deveria ter parca presença nas residências portuguesas⁹⁵, sendo o repouso efectuado, maioritariamente, em “colchões de palha, penas, lã ou outros materiais, colocados no solo à noite, sobre esteiras ou mantas”, bem como “tarimbas ou estrados”⁹⁶. A pouca especialização dos espaços, em virtude do seu número restrito nas habitações dos “grupos populares e intermédios” ditaria a existência de armações que se guardavam, durante o dia, em arcas⁹⁷. Os leitos utilizados pelas camadas mais abastadas, os negociantes, de que é exemplo Nicolau Raposo do Amaral⁹⁸, teriam morfologia própria, e com

⁸⁹ Vd. . MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp. 214-215.

⁹⁰ Vd. VALENTE, Adelina – Estudo do mobiliário em alguns inventários setecentistas da casa do 4º Morgado de Mateus. *In Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez, 2 a 4 de Dezembro de 2011, p. 798.

⁹¹ Vd. VALENTE, Adelina – Estudo do mobiliário em alguns inventários setecentistas da casa do 4º Morgado de Mateus. *In Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez, 2 a 4 de Dezembro de 2011, Quadro XI, p. 801.

⁹² Vd. CHANTAL, Suzanne – *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil [s.d.], p. 104.

⁹³ Vd. BOYNTON, O.J. – The bed-bug and the “Age of Elegance”. *Furniture History*, vol I, 1965, p. 19.

⁹⁴ Vd. BOYNTON, O.J. – The bed-bug and the “Age of Elegance”. *Furniture History*, vol I, 1965, p. 25.

⁹⁵ Vd. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 92.

⁹⁶ Vd. OLIVAL, Fernanda – Os lugares e os espaços do privado nos grupos populares e intermédios. *In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 255.

⁹⁷ Vd. OLIVAL, Fernanda – Os lugares e os espaços do privado nos grupos populares e intermédios. *In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 255.

⁹⁸ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ditames do gosto setecentista: o negociante de grosso trato, Nicolau Maria Raposo do Amaral, de Ponta Delgada, e as Artes Decorativas. *In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – Matrizes de*

probabilidade, seguiam cânones locais, de produção específica. Na verdade, informação do início do século XIX, refere que os portugueses “em vez de cobrirem as armações dos leitos [com tecidos], apresentam as tábuas à vista, o que seria mais adequado para que os vermes aí não se alojassem”⁹⁹, sinal de diferenciação relativamente ao modo britânico de conceber a cama.

A inexistência da respectiva rubrica nos registos de importação durante todo o século XVIII e início de XIX, indica que existiam especificidades regionais quanto à tipologia utilizada para descanso¹⁰⁰. Como consequência, a exportação britânica de leitos resumiu-se, entre 1740 e 1780, a cerca 424 tipologias para a Europa e, no mesmo período, mais de 3.600 para a América do Norte¹⁰¹, o que indica reconhecimento e adesão de hábitos e gostos dos colonos ao modelo inglês. No caso português, as medidas poderiam também variar, existindo indícios que apontam para utilização portuguesa individualizada desta tipologia, mesmo entre cônjuges¹⁰².

A corte, a nobreza e as elites ostentavam leitos sumptuosos¹⁰³, alguns ditos imperiais, conservados em arcas quando não estavam em utilização¹⁰⁴, relevando os tecidos opulentos em quantidade copiosa, característica que tornava a tipologia muito dispendiosa, escondendo, na prática, a estrutura de madeira¹⁰⁵. Em 1751, em Évora “cama imperial” é descrita com todos os seus pertences, incluindo cortinas, sobrecéu, sanefas interiores e exteriores, rodapés, um enxergão e dois colchões¹⁰⁶, conferindo com a definição de Raphael Bluteau, em 1712¹⁰⁷, ou com a de António Morais Silva, mais tarde em 1789¹⁰⁸.

Gravuras francesas existentes no Museu Nacional de Arte Antiga¹⁰⁹ deixam entrever, pela sua omissão, que a decoração da cabeceira, se bem que ostentando recortes, encurvamentos e motivos

Investigação em Artes Decorativas. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 19-22.

⁹⁹ SOUTHEY, Robert – *Journals of a residence in Portugal 1800-1801 and a visit to France*. Oxford: The Clarendon Press, 1960, p. 5. O autor refere, no original, em inglês, que os portugueses “instead of sacking the bedsteads have boards – better, as not harbouring vermin”.

¹⁰⁰ Se atentarmos nos desenhos de Roubo ou Chippendale, por exemplo, verificamos que os leitos franceses e ingleses setecentistas apresentam diferenças relevantes quanto à sua morfologia.

¹⁰¹ Vd. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, p. 312.

¹⁰² Vd. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As grandes casas. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 225.

¹⁰³ Vd. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 79.

¹⁰⁴ Vd. VALENTE, Adelina – Estudo do mobiliário em alguns inventários setecentistas da casa do 4º Morgado de Mateus. In *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez, 2 a 4 de Dezembro de 2011, Quadro XI, p. 801.

¹⁰⁵ Vd. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme* e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 37-44.

¹⁰⁶ Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, n.º 12 (1987), pp. 89-94.

¹⁰⁷ Vd. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 5, p. 75.

¹⁰⁸ Vd. SILVA, António Morais – *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789, vol. 1, p. 219.

¹⁰⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Livro 17, Dessein de Lit, ff. 1 a 6.

vegetalistas intrincados, se reporta aos tecidos que a compõem¹¹⁰. Os três elementos que organizavam a armação da tipologia “*Imperiale*”, a saber, “*chantournée*”, “*dossier*” e “*plan de dedans*” estão indicados de modo claro e reportam-se uns aos outros quanto à sua opção decorativa¹¹¹. Encontrase em exposição, na Fundação Medeiros de Almeida em Lisboa, um leito com dossel¹¹², aqui sem entalhamento na cabeceira, que poderia ser um exemplo da decoração dos tecidos destas gravuras francesas.

Sabemos, por informações francesas e inglesas¹¹³ que, quando a cabeceira do leito apresentava relevo, começava por ser debuxada, na sua espessura, por entalhador, que levantava talha grosseira, que seria totalmente coberta pelos tecidos e passamanaria. Exemplos ingleses datáveis do início do século XVIII – desprovidos dos tecidos originais, apresentam a cabeceira entalhada de modo vivo, com a zona central livre de madeira levantada que seria, eventualmente, preenchida com trabalho de tessituras, pelo que o oficial dos estofos comandava a sua execução¹¹⁴. (fig. 2:2)

O papel principal cabia, assim, aos estofadores, sendo a estrutura que suportava a panóplia de armações e tecidos coordenada pelo marceneiro, votado ao lugar de ensamblador das peças de madeira que o compunham.



Figura 2:2
Cabeceira de leito inglês, de início do século XVIII, sem cobertura de tecidos

¹¹⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Livro 17, Second Livre de Deseins de Lit, ff. 7 e 11.

¹¹¹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Livro 17, Second Livre de Deseins de Lit, ff. 7 e 8.

¹¹² Vd. F. M. A., *Armação de cama à la duchesse*, FMA 189.

¹¹³ Vd. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme* e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 39-42.

¹¹⁴ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Art et Métiers. L'art du menuisier en meubles*. [S.l.] : Bibliotheque des Arts, des Sciences et des Techniques, 2004, p. 673.

2. 2. – Normas estatutárias e actividade oficial

A mesa de três gavetas analisada *supra* patenteia a mescla das actividades oficiais que deu origem a uma peça de bom entalhe mas de incoerente ensablamento, enquanto peça de mobiliário. Em boa verdade, o entalhador pode conhecer – ou ter prática –, desses procedimentos. A situação inversa dos oficiais é igualmente verdadeira.

Um móvel pode, assim, ser executado por uma única mão. Esse facto pode acontecer quando o trabalho se processa em situações de pouca actividade oficial, em peças de alguma simplicidade estrutural e decorativa. Quando as tipologias exigem conhecimentos aprofundados para a sua boa execução, obrigando a intervenção de oficiais com conhecimentos diferenciados em cada área, caso da mesa de encostar que analisámos, são necessários profissionais conhecedores das práticas técnicas de cada segmento da actividade. Torna-se, assim, imprescindível o fraccionamento oficial – a especialização –, implicando a definição respectiva e sua inscrição nas normas estatutárias que devem ser claras na determinação das competências.

A formalização escrita da regulação da actividade de mestres e oficiais dedicados, quase em exclusividade, à execução de mobiliário, concretiza-se em Lisboa, de acordo com os elementos conhecidos, em 1767. Unem-se os “carpinteiros da Rua das Arcas” com o “ofício de marceneiro”¹¹⁵, passando a denominar-se “Carpinteiros de Móveis, e Sambragem”¹¹⁶. O mestre poderá ter dois elementos a trabalhar na sua loja: um único aprendiz que se iniciará, no ofício respectivo, durante um período de tempo a combinar, e o oficial, a quem deverá proporcionar estágio por seis anos, no mínimo, antes de este poder requerer exame para obtenção de grau de mestre¹¹⁷. Para além das provas obrigatórias, peças de carácter religioso ou, em alternativa, de utilização civil, são indicadas caixas, cadeiras e tamboretas de acordo “com o uso” ou “o que o examinando tiver aprendido”, sempre à escala real¹¹⁸, sinal de que o mercado solicitava uma diversidade de tipologias nem sempre inscritas nos estatutos. O marceneiro deveria, portanto, estar treinado para ser versátil, o que terá contribuído para regular a aprendizagem nas oficinas, impondo a prática das tipologias mais solicitadas. No ano de 1767, o legislador deve ter-se limitado a decretar, *a posteriori*, o funcionamento comercial já em vigor. Quatro anos mais tarde, em 1771, foram adicionadas novas tipologias, tais como “bancas da moda com abas ou sem elas” e “tamboretas ou cadeiras também da moda”¹¹⁹.

¹¹⁵ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 495-496.

¹¹⁶ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 496.

¹¹⁷ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 499.

¹¹⁸ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 499.

¹¹⁹ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 507.

2. 2. 1. – Os juízes do ofício

Estas adições reflectiam-se na decisão das peças a executar nos exames de acesso à mestria. requerimento ao Senado de Lisboa, datado de 1772, deixa transparecer a resistência de alguns juízes em aceitar as novas tipologias, já que são tecidas considerações sobre o imperativo para a execução de obras “ao uso do tempo presente”¹²⁰, leia-se peças de carácter civil, em detrimento da obra religiosa. É natural que os mestres experimentados nas execuções retabulares apresentassem entraves quanto à execução de mobiliário para mercados diferentes, já que isso implicava mudanças profundas na actividade ofical, nomeadamente o abandono da pura ensamblagem. Seriam obrigados a novas práticas, diferentes, na essência, do rotineiro, abandonando plantas muito conhecidas em favor de moldes de outra complexidade e, porventura, desconhecidos em algumas oficinas. Noutras paragens, nomeadamente em Inglaterra, a mutação das encomendas às oficinas direccionou os ensambladores para a execução de apainelados de portas, janelas e respectivas portadas, agregando-se à carpintaria de construção civil¹²¹, o que parece poder ter acontecido, em alguns casos, na cidade do Porto, já que regimento da cidade, datado de 1789, o refere¹²².

Os juízes nomeados, em alternância anual, para as “correições” a efectuar, segundo os estatutos, pelo menos, de dois em dois meses¹²³, são aconselhados a visitar as lojas e agir com benevolência no relacionamento com os seus pares: a não ser que se lhes fossem presentes situações que não pudessem, de todo em todo, ignorar, as repreensões deveriam ser dadas “com modéstia, sem que cauze[m] escândalo, para que assim possam viver todos em boa paz e união”¹²⁴. Com efeito, não interessavam questiúnculas entre os mestres que viviam do mesmo negócio, e que hoje eram juízes, mas amanhã voltavam à condição de fiscalizados. O alvo principal destas visitas seriam os estrangeiros, e alguns nacionais, a trabalhar em ofícios novos, que atenderiam a procura que o conjunto tradicional das oficinas não satisfaria¹²⁵, o que poria em causa as encomendas costumeiras. É o que transparece, por exemplo, das diferentes acusações aos “cadeireiros” e “palheiroiros”¹²⁶ “Francisco Gastor”, francês, e a “Inácio da Conceição Bitancur”¹²⁷, apelido de sonoridade estrangeira, que

¹²⁰ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 507.

¹²¹ Vd. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. London: Furniture History, 1988, p. 11.

¹²² Vd. VALENTE, Adelina – Madeiras, ofícios e tipologias das Artes Decorativas nos regimentos de Lisboa e Porto (séculos XVI a XIX). *Museu*, IV Série, nº 16 (2007), p. 217.

¹²³ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 98.

¹²⁴ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 501.

¹²⁵ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 173.

¹²⁶ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 511.

¹²⁷ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 511-512.

desenvolviam o seu negócio utilizando “palhinha, por modo de rótula”¹²⁸ e “palha tábua”¹²⁹. É referido que essa actividade não existia, autonomamente, em Lisboa¹³⁰. No entanto, leitura atenta do texto que se refere a esta questão indica-nos que o ofício já se exercia nesta cidade, em diversas oficinas¹³¹, constituindo sinal de demanda de tipologia utilizando esse material. Esse mercado oficial deveria ser comercialmente apetecível pois a palhinha degradava-se com o uso repetido, exigindo, amiúde, a sua substituição. À época, no entanto, era considerada uma solução mais económica do que a cobertura com tecidos – estes mais dispendiosos¹³². A utilização de palhinha demonstra, ainda, a mutação na moda dos estofos ou couros no mobiliário de assento verificada em alguns modelos das últimas duas décadas de Setecentos, de que poderá ser indicativa a análise seriada de inventários da cidade de Lisboa entre os anos 1780 e 1786¹³³. Embora, nesta data, a preferência pelos tecidos seja notória, mais de 10% do mobiliário de assento compulsado já utiliza aquele material. Em data mais recuada, em 1768, a residência da família do Morgado de Mateus, na Rua das Flores da cidade de Lisboa, continha “3 cadeiras verdes com assentos de palha”¹³⁴, se bem que não possuamos qualquer indicação sobre a respectiva procedência.

2. 2. 2. - As provas para obtenção do grau de mestre

Os regimentos de 1776 confirmam que a aprendizagem dos oficiais de móveis e semblagem deveriam durar seis anos¹³⁵. Pelo menos nas cidades de Évora ou Coimbra este tirocínio configurava o enraizamento do rapaz no ambiente familiar do mestre, pelo que este recebia uma compensação pecuniária por uma formação pedagógica que se advinha ser profissional e cívica¹³⁶ que, como veremos, acontecia em terras britânicas. No Porto, o estágio inicial ajustava-se entre o mestre e o aprendiz, caso a caso, sem limite temporal¹³⁷ e, em Lisboa, cada oficina só poderia ter um principiante na profissão, permi-

¹²⁸ A palavra “rótula” indica o modo de tecer a palhinha, cuja aparência era semelhante “às gelosias para tapar as janelas”. Vd. SILVA, António de Morais – *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1789, vol. 2, p. 645.

¹²⁹ Vd. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 8, p. 12. “Tábua” é “planta, que dá umas folhas compridas, e estreitas”. Com elas se fazem “esteiras, cadeiras”.

¹³⁰ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 512.

¹³¹ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol.1, p. 514. “Certidão de Intimações”, relativas a este caso, registadas em 1794, indica a notificação de oito oficinas lisboetas.

¹³² Vd. PALASSE, Élodie – Le règne du siège. In METTERNICH, Alain, ed. - *Le Musée des Arts Décoratifs. Hors-série. Connaissance des Arts*, Paris (2006), fig. 1, pp. 30-31.

¹³³ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 175.

¹³⁴ Vd. A. C. M., *Inventário os móveis que se acharam na casa de S. Ex. na rua das Flores aos 28 de Maio de 1768*, Caixa 1, 12. G. 1723 (8).

¹³⁵ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 499.

¹³⁶ Vd. OLIVAL, Fernanda – Os lugares e os espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 248-249.

¹³⁷ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, p. 100.

tindo-se a presença de dois quando o primeiro cumprisse o último ano do tempo ajustado¹³⁸, modo de controlar o acesso à actividade¹³⁹. O passo seguinte do tirocínio significava exercício do ofício durante seis anos, praticando, lado a lado com o mestre, todas as tipologias em “uso do tempo presente”¹⁴⁰.

Às viúvas era permitido a conservação da oficina e, caso pretendessem que um filho continuasse a actividade, necessitavam da presença de oficial examinado que assegurasse a sua formação¹⁴¹. No caso de não existir descendência, poderia conservar a oficina sem qualquer oficial examinado mas não era permitido a presença de qualquer aprendiz¹⁴². Estes critérios parecem indicar o entrosamento das mulheres nas oficinas¹⁴³, à semelhança do que acontecia, por exemplo, em Inglaterra, onde poderiam trabalhar no banco, sobretudo quando eram pobres¹⁴⁴. Embora constituíssem, nesse país, menos de 1% da força laboral¹⁴⁵, num campo dominado pelos homens¹⁴⁶, casos houve que se distinguiram. Existe registo, datado de 1748, em etiqueta com decoração rococó, colada em mobiliário de “*Ann Buck*”, viúva de Henry Buck, que anuncia a venda, por junto e a retalho, de mobiliário diversificado, louças e tecidos, em estado de novo ou usado¹⁴⁷ (fig. 2:3). Alice Hepplewhite, por exemplo, continuou o negócio de execução de mobiliário a que o marido – George Hepplewhite –, emprestava o nome, publicando, dois anos após a sua morte, em 1786, a primeira edição do catálogo com modelos que ficaram para a história. Os cônjuges femininos possuíam, portanto, conhecimentos suficientes para que a actividade de marcenaria fosse garantida e continuada após a ausência do mestre. Em Portugal a situação poderá ter sido semelhante. Se assim não fosse, como se asseguraria a conformidade das obras e a respectiva aprovação pelos juizes, aquando das visitas de correição às oficinas, depois da morte do mestre?

Para analisar a problemática das provas a que os oficiais e marcenaria se tinham de submeter para poderem ter autonomia profissional e assumirem encargos de obras teremos de recorrer a exemplos de outras latitudes para tentar entender a realidade portuguesa.

¹³⁸ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 499-500.

¹³⁹ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 2, pp. 316-317.

¹⁴⁰ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 507.

¹⁴¹ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, p. 109.

¹⁴² Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 502.

¹⁴³ Em Lisboa, por exemplo, o trabalho feminino, em algumas áreas, era remunerado, constituindo uma força de trabalho não desprezável. Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp. 61 e 107.

¹⁴⁴ Cfr. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. London: Furniture History, 1988, p. 4. Nem só a pobreza ou a viuvez mobilizava a actividade feminina na marcenaria. O autor refere casos de oficinas fornecedoras da casa real inglesa propriedade de mulheres. Podiam, por vezes, tratar da contabilidade da firma familiar. No entanto, a ocupação oficial mais praticada era a de execução de estofos.

¹⁴⁵ Vd. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. London: Furniture History, 1988, p. 4.

¹⁴⁶ Vd. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. London: Furniture History, 1988, p. 4.

¹⁴⁷ Cfr. HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers: From the Restoration to the Victorian Era. 1660-1840*. London: B. T. Batsford, 1988, p. 26.



Figura 2:3
Etiqueta de oficina inglesa, datada de 1748.

2. 2. 2. 1. – As normas inglesas de acesso à actividade e sua prática

Em Londres, durante o século XVIII, a aprendizagem iniciava-se, em geral, aos catorze anos, e deveria prolongar-se por sete anos¹⁴⁸. Não havia limite para a presença de aprendizes nas oficinas. A actividade florescente da marcenaria inglesa associava prestígio social aos seus membros, atraindo grande número dos segundos filhos das famílias de negociantes. Os filhos dos mestres das grandes oficinas raramente seguiam a profissão dos progenitores¹⁴⁹, já que o fabrico e comércio de mobiliário proporcionavam rendimentos que permitiam ascensão social e adesão a outras actividades profissionais eventualmente mais rendosas. Há, no entanto, casos de firmas dedicadas à execução de mobiliário que perduram no tempo, sobretudo quando a respectiva laboração se desenvolvia para lá da primeira geração, mercê da diversificação de negócios, caso da dinastia Gillow¹⁵⁰ que, como veremos no 6º capítulo, deve ter tido clientes portugueses solicitando ideias e tipologias.

A laboração próspera das oficinas ditava a concorrência entre os respectivos mestres, que faziam nome na praça. Os pais do candidato a oficial de marceneiro poderiam escolher o mestre para o seu filho, não só de acordo com o prestígio, mas também com as suas possibilidades monetárias, pois era devida uma importância pecuniária para a aprendizagem, que incluía alojamento e alimentação. Ao aprendiz exigia-se uma conduta pessoal sóbria, devendo-se abster de jogos de azar e de frequência de tabernas. O casamento era proibido durante esse tempo. O mestre funcionava como uma espécie de tutor. O passo seguinte era a assumpção do estatuto de oficial livre, procu-

¹⁴⁸ Vd. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. London: Furniture History, 1988, p. 40.

¹⁴⁹ Vd. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. London: Furniture History, 1988, p. 43.

¹⁵⁰ Vd. GOODISON, Nicholas; HARDY, John – *Gillows at Tatton Park. Furniture History*, vol. VI, 1970, pp.1-39.

rando rentabilizar os conhecimentos adquiridos, oferecendo a sua força laboral a oficinas que, para admissão, exigiam prova dos seus conhecimentos. O oficial deveria eleger uma peça para execução, tendo conhecimento de todos os passos para a sua total composição, desde o corte da madeira ao desenho de moldes e, com estes, proceder ao recorte da matéria-prima. A estes oficiais requeria-se, portanto, uma formação base completa, alicerçada no total conhecimento dos procedimentos técnicos, podendo, eventualmente, adaptá-los¹⁵¹ para a execução correcta de qualquer tipologia. O desenhador e entalhador Thomas Johnson, por exemplo, que viveu entre 1723 e 1799, publicou o registo do seu percurso profissional¹⁵², relatando os passos que teve de executar para a realização de uma tipologia entalhada em episódio de prova para obtenção de ocupação remunerada numa oficina da província¹⁵³. Alguns marceneiros e entalhadores ingleses, caso deste londrino de origem, viajavam pelas províncias do reino, oferecendo serviços ocasionais, utilizando a sua própria ferramenta, de que se faziam acompanhar¹⁵⁴, sendo veículos de novas modas e tipologias, divulgando, deste modo, as novidades da capital¹⁵⁵.

2. 2. 2. 2. – Os estatutos franceses de La Rochelle, Nantes e Bordéus

O modelo francês era diferente. O tirocínio passava por um estágio de aprendizagem, que poderia durar seis anos, seguindo-se um período de prática entre três a seis, até que poderiam submeter-se a provas de mestrança. Os filhos dos mestres tinham tratamento preferencial, estando isentos de exame. Em Paris, o comportamento corporativo dos marceneiros (“menuisiers en meubles”) e ebanistas (“ébénistes”)¹⁵⁶, que existiam em grande número, não facilitava a concessão da respectiva carta, pelo que existia uma legião de oficiais habilitados na sua profissão, impedidos de ter loja própria¹⁵⁷. Alguns emigravam para outras cidade do reino, e, à semelhança dos oficiais ingleses, levavam consigo os saberes e as modas da capital.

O grande número de marceneiros de móveis, de mesas para jogar bilhar, de carruagens, de ebanistas e de torneiros a trabalhar em Paris, quase três mil no ano de 1776¹⁵⁸, todos com lojas abertas, constituía uma pressão sobre a actividade de venda directa ao público, esmagando os preços na produção¹⁵⁹. A figura dos “marchands-merciers”, os intermediários propulsores de moda entre os

¹⁵¹ Vd. BAUDET, Jean – *De l’outil à la machine*. Paris. Vuibert, 2004, pp. 237-240.

¹⁵² Vd. SIMON, Jacob – *Thomas Johnson’s The Life of the Author*. Great Britain: Furniture History, 2003.

¹⁵³ Vd. SIMON, Jacob – *Thomas Johnson’s The Life of the Author*. Great Britain: Furniture History, 2003, p. 42.

¹⁵⁴ Vd. SIMON, Jacob – *Thomas Johnson’s The Life of the Author*. Great Britain: Furniture History, 2003, p. 41.

¹⁵⁵ Vd. SIMON, Jacob – *Thomas Johnson’s The Life of the Author*. Great Britain: Furniture History, 2003, p. 42.

¹⁵⁶ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en meubles. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, p. 599. O marceneiro francês era especialista em estruturas de mobiliário maciço, nomeadamente “siéges, écrans, paravents et des lits”. Os que se ocupavam de mobiliário cuja estrutura fosse capeada, folheada, ou embutida com madeiras preciosas nomeavam-se “ébénistes”. Ests últimos também estavam habilitados a executar mobiliário maciço, considerado na moda.

¹⁵⁷ Vd. COUTINHO, Maria Isabel Pereira – *O mobiliário francês do século XVIII*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 1999, p. 51.

¹⁵⁸ Vd. COUTINHO, Maria Isabel Pereira – *O mobiliário francês do século XVIII*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 50-51.

¹⁵⁹ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en meubles. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin

membros das cortes francesa e europeias, e, no dizer da época, “marchand[s] de tout et faiseur[s] de rien”¹⁶⁰, era vituperada pelos oficiais do mobiliário que se sentiam por eles explorados, pois ditavam os preços que mais lhes convinham¹⁶¹. No entanto, e dada a sua proximidade aos clientes abastados, esta prepotência acabava por ser aceite pela comunidade dos oficiais.

Das suas lojas saíam novas e luxuosas ideias para objectos de decoração que, por exemplo, as cortesãs e amantes oficiais das grandes figuras do estado desejavam para os seus apartamentos pessoais¹⁶², situações exemplificadas, na corte de Luís XV, por Mesdames de Pompadour ou du Barry, cuja actuação constituiu vanguarda de novos sentires estéticos¹⁶³. Esses mediadores, alguns dos quais deixaram marcas na decoração francesa de Setecentos, poderiam dirigir oficinas completas, verdadeiras cadeias de produção de objectos de aparato. Em alternativa, congregavam na sua actividade, num sistema que hoje apelidaríamos de sub-contratação, a execução de mobiliário e estofos, a fundição de metais, o trabalho de torneiro e vidraceiros, entre outros, trabalhando, os oficiais, em exclusividade para o seu negócio¹⁶⁴.

As cidades do Sudoeste francês, mormente La Rochelle, Nantes e Bordéus, portos de comércio internacional intenso, revelavam, em Setecentos, significativa actividade de marcenaria e os estatutos que aí vigoravam inspiravam-se, grosso modo, nos parisienses.

Os estatutos franceses destas regiões provinciais exigiam, para obtenção de grau de mestre, uma peça tal qual o tamanho de uso comum¹⁶⁵. São consideradas raras, pois os oficiais que se submetiam a provas eram pouco numerosos e a tradição de transmissão do ofício aos filhos isentava-os de tais provas. Por outro lado, a pertença dos mestres a confrarias com orago próprio, instituições que potenciavam a assistência aos seus confrades, assemelhava-se à situação portuguesa. A admissão a estas instituições de entreajuda obrigava, contudo, à produção de tipologias provando as aptidões do aspirante. A escala do mobiliário executado para este propósito poderia variar, não sendo necessárias dimensões reais, e deveriam constituir testemunho de perícia, habilidade e imaginação. Aceitavam-se, portanto, peças que reproduzissem modelos em uso, acrescentando alguma fantasia, ou ideia nova, e o executante era a isso estimulado¹⁶⁶.

Nestas cidades costeiras estamos, assim, perante duas concepções distintas que condicionam o reconhecimento das provas de exame. Com efeito, ao oficial candidato a possuir independência profissional era exigido o estrito respeito pelas normas consuetudinárias em todos os seus pormenores, incluindo medidas, madeiras e ornamentações, não lhe sendo permitido qualquer devaneio estilístico ou técnico. Imaginação poderia indiciar evolução, ou mesmo superação das capacidades

Media SAS, 2004, p. 601.

¹⁶⁰ Vd. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974, p. 133.

¹⁶¹ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en meubles. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, p. 601.

¹⁶² Vd. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, p. 39.

¹⁶³ Vd. GAILLEMAN, Jean-Louis – La marraine du rococo. *Connaissance des Arts*, nº 591, Février 2002, pp. 38-47.

¹⁶⁴ Vd. COUTINHO, Maria Isabel Pereira – *O mobiliário francês do século XVIII*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 1999, p. 71.

¹⁶⁵ Vd. VENDREUVRE, Elyane de – Mobilier miniature – Objets de maîtrise. Catalogue. *Le Louvre des Antiquaires. Exposition du 7 Novembre 1986 au 1^{er} Mars de 1987*, s/ numeração de páginas.

¹⁶⁶ Vd. VENDREUVRE, Elyane de – Mobilier miniature – Objets de maîtrise. Catalogue. *Le Louvre des Antiquaires. Exposition du 7 Novembre 1986 au 1^{er} Mars de 1987*, s/ numeração de páginas.

de quem o tinha ensinado. Factor importante seria a garantia de que o aspirante conheceria os gostos da clientela e, portanto, as tipologias deveriam replicar esse entendimento. Já as confrarias permitiam liberdade ao oficial, premiando, no limite, a invenção, pois os associados, ou candidatos a tal, eram pares de mestria. A concorrência poderia até ser salutar no sentido de desvendar novas técnicas, revelar novos modelos, o que constituiria mais-valia para alguns compradores ansiosos por originalidade, a que os profissionais do ofício, nas suas diferentes oficinas, saberiam responder.

2. 2. 2. 3. – As normas estatutárias da cidade do Porto

Parece-nos que, pelo menos na cidade do Porto, o critério para obtenção de grau de mestre e respectiva “*carta de examinação*”, ou documento que atesta que “*o artífice está capaz para exercer a sua arte*”¹⁶⁷, deveria ser semelhante ao da vertente francesa que outorgava aptidão para o desempenho da profissão. Com efeito, em 1783, o candidato a mestre ensamblador é obrigado a desenhar “a planta baixa e os moldes” de “uma cómoda torta e retorta”¹⁶⁸. Não é referida nenhuma obrigatoriedade de escala ou petipé e, como veremos *infra*, existe testemunho que sugere que a tipologia seria executada à escala real. Esta ponderação faz todo o sentido, pois o aspirante deveria provar a sua cabal aptidão enquanto executante, instruído nas técnicas envolvidas na execução de um móvel já que, num futuro próximo, seria ele a comandar aprendizes. Este mesmo facto está reconhecido nos regimentos da cidade de Lisboa ao indicar-se que “o examinante [deverá executar o que] tiver aprendido”¹⁶⁹, indiciando prática semelhante à da cidade do Porto no que toca a examinações profissionais.

As normas estatutárias ressalvam que as tipologias deveriam respeitar “o uso do tempo”, indicando, deste modo, que o reconhecimento da competência oficial de um candidato poderia estar dependente das práticas tipológicas da oficina que o tivesse iniciado na arte, e, por extensão, da zona geográfica em que essas estivessem inseridas, traduzindo, a jusante, os gostos da clientela. Os juízes eram sabedores desse facto e as regras escritas ratificavam-no. Parece-nos, assim, que esta premissa poderá implicar a existência de modelos restritos a algumas áreas do reino, o que, a nosso ver, comprometerá generalizações sem bases documentais sustentadas.

Em 1783, na cidade, o “Compromisso do ofício de ensamblador” ditava, no capítulo 6º, a obrigação de o candidato à obtenção de grau de mestre executar o risco que os juízes apresentavam. Os estatutos estipulavam que a prova constaria da execução de “uma cómoda, ornada, torta, e retorta por todos os três lados”, sendo “o examinado obrigado a tirar-lhe a planta baixa e fazer todos os moldes da dita peça”¹⁷⁰. Outra tipologia a realizar seria “uma cadeira conforme o uso de

¹⁶⁷ Vd. PACHECO, Frei João – *Divertimento Erudito para os curiosos de noticias historicas, escolasticas, politicas, e naturaes, sagradas e profanas*. Lisboa Oriental: na Oficina Augustiniana, 1734, vol. 2, p. 296.

¹⁶⁸ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Ensamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 100.

¹⁶⁹ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 499.

¹⁷⁰ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Ensamblador na Cidade do Porto em finais do século*

tempo¹⁷¹. Estas directrizes sobre os exames a efectuar indicam que os juízes exigiam do candidato o conhecimento da construção do princípio ao fim da tipologia mencionada, i.e., saber ler os riscos, tirar os moldes respectivos, recortar a madeira e construir a peça, numa prática de execução total da obra. Na verdade, os examinadores deveriam conferir se “os moldes, e planta baixa se ajustam com o risco da dita cómoda”¹⁷², cujo protótipo deveria ser conhecido dos oficiais. O mestre portuense apresentava-se, portanto, como um artesão completo, configurando a sua prática, mais do que o ensamblador, que se intitulava, um marceneiro que dominava a matéria-prima e as técnicas exigíveis para dela extrair uma obra integral. Os mesmos regulamento seriam impostos a respeito da cadeira a executar, cabendo aos juízes verificar que “está feita com toda a perfeição da arte”¹⁷³.

Parece-nos, da leitura destes estatutos, que a ênfase para obtenção do grau de mestre estaria nessa tipologia de conter, peça de relevância doméstica solicitada pela clientela, situação que presenciaremos nas oficinas de Viseu – que abordaremos no 5º capítulo –, constituindo prova eventual de distinção do marceneiro. Peça certamente difícil de executar, de grande efeito visual, não encontra na cadeira a avaliar o mesmo detalhe de descrição. Seria um modelo comum? Teria pouca complexidade? Não apresentaria dificuldades de maior? Não possuímos, na verdade, elementos que nos permitam responder a tais questões.

Poderemos admitir ser dessa época o desenho da *Folha 110* da colecção denominada *José Francisco de Paiva*¹⁷⁴ (fig. 2:4), identificável com a tipologia referida nos Regimentos de 1783¹⁷⁵. Com efeito, estão delineados os traços da frente de uma cómoda com cinco gavetas, com pilastras chanfradas e pés de sapata enrolada, de clara influência inglesa, com ligeiro entalhado e SS adossados às pilastras; duas hipóteses de planta baixa existem, também, uma deles como que apontada, outra mais definida. Indica-se a medida da frente, ou seja, “1,10 [m]”, dimensão apontada, em Lisboa, para tipologia análoga¹⁷⁶. Entrevemos nesta folha o perfil do tampo da tipologia, no que parece uma escala natural. Este é um dos elementos que torna tão valiosa a colecção de desenhos que ostenta o nome do ensamblador, riscador e arquitecto portuense pois, a nosso ver, permite identificar, com assertividade, uma tipologia de conter executada no Porto nas duas últimas décadas de Setecentos.

XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 100.

¹⁷¹ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 100.

¹⁷² Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 100.

¹⁷³ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 100.

¹⁷⁴ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3192 Des.

¹⁷⁵ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 100.

¹⁷⁶ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp. 185-186. O autor refere que as medidas de cómodas com “ritmo curvilíneo” rondariam “1,0-1,10 metros de comprimento por 0,55 metros de largura”.

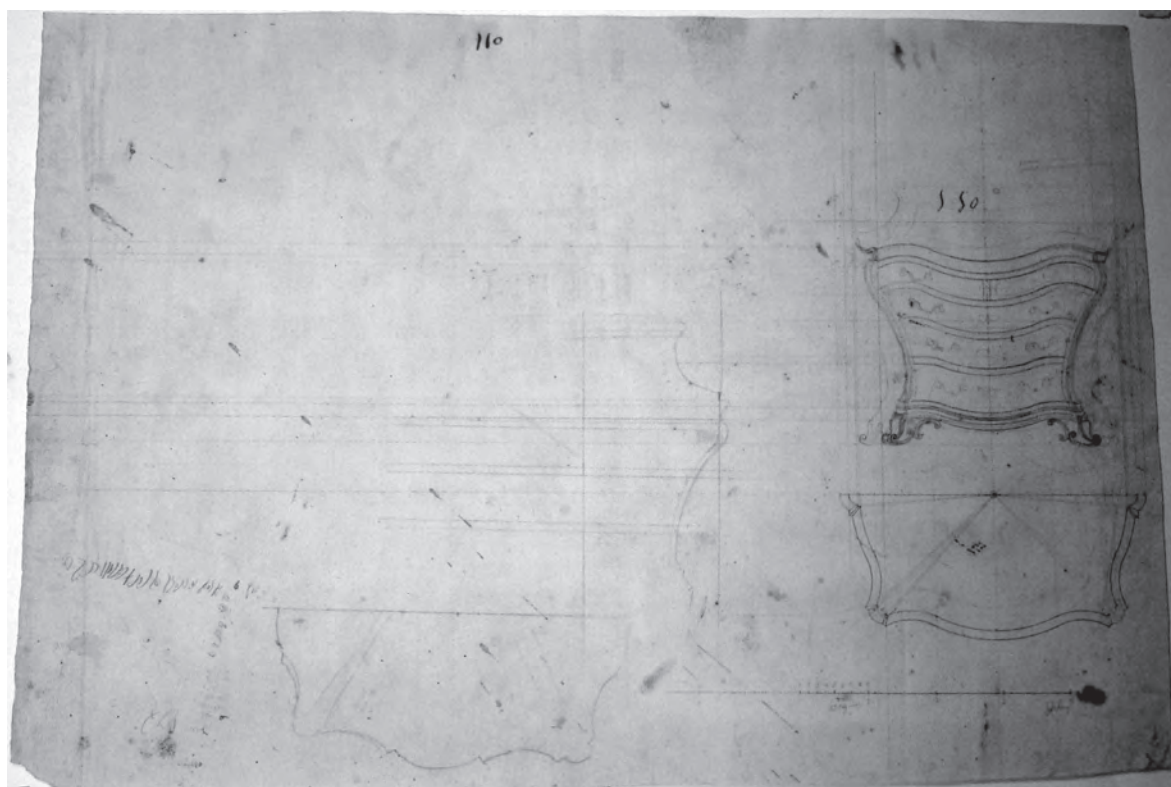


Figura 2:4
Folha 110 dos desenhos da colômbia denominada José Francisco de Paiva.

3º CAPÍTULO

As madeiras e os metais do mobiliário português da segunda metade do século XVIII

A marcenaria portuguesa preferiu a madeira maciça para execução de mobiliário. Tratou-se, como analisámos *supra*, do resultado de duas condicionantes da vida destes ofícios, i.e., a mudança do ensamblamento retabular para a actividade da marcenaria, transpondo práticas técnicas similares e a consequente opção pela ornamentação entalhada.

Uma das precedências decorativas europeias traduziu-se no “ébanismo”, i.e., o gosto pelo tom negro do ébano, lenho de crescimento lento vindo do Oriente, e cujos tecidos, de poro muito fechado, se revelaram ideais para rematar as lacas tiradas de peças importadas e reutilizadas, em seguida, em mobiliário executado na Europa¹. André-Charles Boulle – o “ébéniste” que ofereceu primazia a essa madeira negra contrastando-a, em tipologias de volume aparatoso, com metal, estanho e tartaruga, inculcou na produção setecentista de luxo essa estética mesclando, de modo inusitado, à época, materiais considerados insólitos. Armários ou mesas de diverso cariz foram executados sem limitações no seu custo, pois os seus destinatários eram a corte e a nobreza. Cores e brilhos que se poderiam apreciar no seu exterior e interior, com aplicação simétrica de desenhos, aproveitando, na totalidade, o material recortado, são, ainda hoje, reproduzidos. Refira-se que, no século XIX, a corte portuguesa ofereceu palco a mobiliário desta matriz, existindo em Lisboa oficinas que o reproduziam².

Se o ébano – cobrindo as estruturas com placas para maior rendimento dos seus pequenos troncos –, foi o farol do gosto para a maioria dos reinos que não tinham acesso directo a lenhos dessa cor, a abundância de madeiras de tons escuros na colónia brasileira fez com que, em Portugal, fosse possível consubstanciar, com agilidade, essa opção decorativa nos meios oficiais a que a elas tinham acesso, nomeadamente nas cidades portuárias. Na linha dessa produção, algum mobiliário português setecentista elegeu, de modo relevante, a cor negra para a execução do mobiliário religioso e civil. Desde cedo se buscaram lenhos negros para enviar para a metrópole, alvitando, inclusive, hipóteses para escurecer os que o não fossem³. No entanto essas madeiras eram utilizadas, na maioria dos casos, na estrutura exterior do mobiliário, reservando, para o interior, lenhos

¹ Vd. DOBIE, Madeleine – Orientalism, Colonialism, and Furniture in Eighteenth Century France. In GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, editors. *Furnishing the Eighteenth Century. What furniture can tell us about the European and American past*. Edited by. New York: Routledge, 2007, p. 28.

² Vd. ANDRADE, Maria do Carmo Rebello de – Paul Sormani e o estilo Luís XV. Os móveis preferidos da rainha Maria Pia. *Revista de Artes Decorativas*, nº 3 (2009), pp. 193-230.

³ Vd. A. H. U., C. U., Brasil-Pará, Cx. 3, Doc. 279, 1689, Novembro, 30. Documento em mau estado e de leitura difícil.

que não estavam na moda, e que representavam custos menos elevados, ou que ofereciam, aos marceneiros, condições excepcionais de rentabilidade do seu trabalho.

Não podemos deixar de referir que a madeira, em geral, era o elemento de maior valor no cômputo de uma obra, fosse ela retabular, de carpintaria ligada à construção de edifícios ou mobiliário⁴, pelo que o aproveitamento da matéria-prima oriunda de peças que se pretendiam substituir era uma realidade, nomeadamente nas campanhas de renovação dos cenóbios⁵. Do mesmo modo, era vendido o material que não fosse reutilizado, e o seu valor incorporado nessas instituições⁶. Madeira que se considerasse necessária para eventos ocasionais era alugada, e não comprada⁷. Esse encarecimento a que a matéria-prima conduzia as obras foi um dos motivos que presidiu à reutilização da madeira de caixas que transportavam açúcar dos respectivos centros produtores para o reino português, a que nos referiremos *infra*.

3. 1. – O negócio das madeiras à luz dos estatutos dos ofícios

A figura do negociante de madeira, importante elo do funcionamento dos ofícios dos carpinteiros de móveis e semblagem, pois provia a matéria-prima necessária ao funcionamento oficial, estava considerada nos estatutos de Lisboa e Porto. No entanto, a sua tarefa não era a de importador de matéria-prima, mas a de um membro da cadeia da respectiva distribuição.

Na cidade do Porto, o “Compromisso do ofício de enxamblador” de 1786 acentua a importância da distribuição de lenhos “do Brasil, ou de fora do reino” entre os mestres marceneiros⁸. A exclusividade de compra da matéria-prima, e da sua partilha, por parte dos juizes do ofício, de nomeação anual, era alvo, amiúde, de demandas judiciais no sentido de esclarecer, detalhar ou modificar os procedimentos estabelecidos⁹.

As normas estatutárias indiciam uma selecção dos juizes habilitados para negociar a compra de madeiras, pois eram necessários cabedais suficientes para efectuar tais transacções.

⁴ Ainda em finais do século XX ou início do século XXI, momento em que o valor da mão-de-obra subiu de modo acentuado – que se situou, a nosso ver, na época de adesão ao euro –, a madeira constituía, em percentagem, a maior parcela registada no valor total da obra de marcenaria civil.

⁵ Vd. A. H. I. C., *Caixa Geral*, 1760, Lº 99, f. 50. Averba-se a seguinte receita: “P. q recebi de uma pouca de madeira velha, e pedra, q. se vendeu...3\$200”.

⁶ Vd. A. H. I. C., *Caixa Geral*, 1760, Lº 99, f. 29. Registou-se na conta da receita “Pelo que rendeu um toro do pau do mastro pª a dª obra [Igrª de N. Snrª da Vitória (?)]...1\$200”.

⁷ Vd. A. H. I. C., *Livro 8. Conta de receita e despeza da Sacristia de 8bro de 1779 até Agº de 1780*, f. 2. “P. aluguel de 4 e ½ dúzias de taboado de forro de 24 palmos para servir na Capela da Sagração...1\$800; P. q. dei ao Domº Armador da Lapa ...\$480; por arame ...\$100; ...P. afinar o relógio pª a Sagração...1\$200; por fazer a planta pª o toldo do Justiciado ...1\$600”.

⁸ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, pp. 109-110 e 121-123.

⁹ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, pp. 122-123.

Aqueles receberiam o que hoje apelidamos de uma comissão pelo investimento, e trabalho de partilha, entre os mestres em laboração na cidade, e que variava entre 30 a 50 réis por cada “couseira”¹⁰ ou quintal.

Ao avocar essa tarefa, não permitindo qualquer ajuste individual de madeiras importadas, a autoridade corporativa poderia comprar e vender lenhos à sua escolha, quiçá “sem que elas valessem o preço porque as compraram”¹¹. Esta fraseologia poderia significar que eram oferecidas, ao mercado, medidas pouco atraentes para as oficinas, pois estas preferiam pranchas de espessura relevante¹² que os mestres poderiam desgrossar nas medidas necessárias às obras solicitadas pelos clientes – porventura os arcazes, de volume proeminente –, em vez de “tábuas, quer sejam grandes, quer pequenas” que os juízes apresentavam¹³. Na linguagem setecentista tábua era “um madeiro comprido serrado em plano” ou “lâminas”¹⁴, portanto material delgado, pronto para ser utilizado em estruturas de mobiliário de pequena dimensão.

Não existiria, acaso, no Porto, transparência no comércio madeireiro, pelo que uma adição aos estatutos, datada de 1790, obrigava que a actividade fosse acompanhada de “dois homens bem peritos, e que bem entendam o justo valor das mesmas madeiras”. Estes, por sua vez, deveriam atender à opinião de alguns “mestres que bem lhe parecer, para com eles examinarem as qualidades, e [seu] justo valor”¹⁵. Mediante este procedimento os juízes poderiam, então, executar a distribuição das madeiras pelas oficinas da cidade de acordo com as respectivas solicitações.

Já em Lisboa, na década de 60 de 1700¹⁶, a situação parece apresentar mais clareza, pois os estatutos dos “carpinteiros de móveis e semblagem” indicam expressamente que os “compradores do ofício”, em número de quatro, eram “obrigados a ajustar as madeiras, que se gastam nele, para cujo ajuste, devem concordar as ditas compras com os juízes” do ofício¹⁷. A matéria-prima era, então, distribuída de acordo com as necessidades de cada oficina, o que indica o conhecimento prévio,

¹⁰ Este termo epocal, muito utilizado nas fontes setecentistas, é de difícil clarificação e de difícil destriça. Cremos que se pode referir a pranchas ou tábuas de madeira com determinadas medidas. Vd. VALENTE, Adelina – Apontamentos sobre o uso das madeiras em Portugal no século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 1 (2007), pp. 235-237.

¹¹ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, p. 122.

¹² Para a execução de mobiliário para as sacristias, nomeadamente os arcazes, as irmandades exigiam, nos contratos, lenhos cuja espessura poderia atingir “dois bons dedos de grossura”. Vd. MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho – O mobiliário religioso de António Vaz de Castro, “entalhador e ensamblador de Sua Majestade” (act. 1646/1667). In *Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2007, p. 20.

¹³ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, pp. 122-123.

¹⁴ Vd. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 8, p. 8.

¹⁵ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, pp. 122-123.

¹⁶ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 502-503.

¹⁷ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 502.

por parte da corporação, das encomendas existentes. No entanto, as transacções não autorizadas de lenhos eram uma realidade, configurando um mercado paralelo relevante, sobretudo em tempos de escassez de matéria-prima¹⁸.

Transparece destas considerações, que actividade oficinal do Porto ou de Lisboa sofria de apertado controle, não sendo acessível a quem não estivesse inserido dentro do sistema corporativo – para o que, obviamente existiam os estatutos¹⁹. O rateio controlado dos ajustes de obras era, pois, uma realidade. Como consequência, a identificação dos lenhos a utilizar – e a sua distribuição –, era matéria relevante para os juízes do ofício, pois, por esse modo, se autenticavam as obras a efectuar, bem como os mestres que as executavam.

Os lenhos citados nos estatutos dos ofícios, e que os juízes administravam, constituem informação suplementar para o investigador das Artes Decorativas. Na cidade do Porto refere-se, na década de 80 de 1700, a existência de matéria-prima oriunda do Brasil²⁰, pelo que os lenhos tropicais deveriam ter a preferência da clientela. Já em Lisboa, alguns anos antes, em 1767, referem-se as “madeiras que vem do Brasil, ou de outra parte deste reino, como nogueira, ou madeiras rijas, de que este ofício costuma fazer suas obras”²¹. Fica, portanto, a notícia de que, a clientela da capital poderia encomendar algumas tipologias executadas em matérias-primas autóctones. Nas zonas arredadas do porto de Lisboa – caso de Montemor-o-Novo –, existiam encomendas de tipologias em lenhos coloniais, pelo que eram solicitadas à capital, sinal de que essas madeiras aí não chegariam²².

Outro mercado madeireiro existia, no entanto, ligado à actividade de construção arquitectónica. No Porto, por exemplo, informações referem negociantes de madeira²³ que a supriam para as obras complementares de alvenaria, cortada em medidas específicas, tais como barrotes, casqueiro ou tabuado²⁴. Algumas instituições religiosas, de que a Irmandade dos Clérigos é exemplo, compra-

¹⁸ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 515-516.

¹⁹ Vd. CAETANO, Marcelo – A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa. In LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. XXXI.

²⁰ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ao do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, p. 122.

²¹ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 502-503.

²² Vd. BASTOS, Celina – O mobiliário da Misericórdia de Montemor-o-Novo na documentação da Irmandade. In *Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2007, p. 38.

²³ Vd. B. P. M. P., *Res. Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade do Porto, Livro de receita e despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Terço, 1782-1783*. “1783. Maio 30. Despesa p^a cobrir a abóboda do cemitério. Madeiras e tudo o mais n^o s resp^e o seg^{te}. P. 6 dúzias de barrotes de castanho q. comprei a José Mendes madeireiro na Ribeira em comp^a do m^e da Casa Ant^o Ferr^a a preço de...1000...6\$000; P. carroto a dous Carros...\$240; P. 4 dúzias de casqueiro de pinho q. comprei a M^{el} Ferreira madeireiro no Souto p^a repar [ripar]...a 200...\$800; P. carroto da d^a custa [à] casa...\$080; P. 4 dúzias mais de d^{as} q^e comprei e m^{ei} p^a a d^a obra...\$880; Abril 5. P.dr^o q^e paguei o d^o m^e carpintr^o por um rol com seu recibo de seus jornais e demais alguma madeira q^e comprou e de pregos p^a a d^a obra e p^a armar a tribuna e p^a [a] escorar q^e tudo importou em...2\$810; ...P. mais 12 barrotes de castanho p^a acabar a d^a obra q^e comprou o d^o m^e carpintr^o o m^{mo} José Mendes; pelo m^o preço de 1000rs e carrotes...60...tudo...1\$060; ...P. 6 casqueiros mais de pinho p^a acabar de repar a d^a obra, q. comprou o d^o m^e carpintr^o ao m^o M^{el} Ferr^a do Souto; e a este paguei o carroto tudo...\$110”.

²⁴ Vd. A. H. I. C., *Livro de Obras*, n.º. 331, 1749, f. 91v. Aquando de renovação da igreja regista-se a seguinte despesa nos meses de Julho e Agosto de 1754: “Tabuado q veio p^a o passadisso da Irmandade q foi buscar o M^l Carpintr^o Manoel Francisco por escrito do Re^{do}. Pr^{dor} das obras Joaquim Az^{do} a casa do Madeireiro Frutuozo Pinheiro...de 4 dúzias de

vam madeiras por sua conta²⁵, fornecendo-as para tipologias de pouca monta²⁶, ou provendo-as aos mestres que executavam obras vultuosas, caso de Damião Pereira de Azevedo aquando da execução, em 1783, do arcaz para a sacristia da igreja da mesma Irmandade²⁷.

Um dos materiais apenso à actividade da marcenaria, controlado pelos compradores de madeiras²⁸, eram as lixas destinadas a amaciar a madeira depois de finalizadas as obras. Do Brasil chegavam, aos portos portugueses, sacos com “*folhas de varias árvores, das quais se servem os marceneiros para lixar as obras*”²⁹. Este material era considerado “*finíssim[o] e supre na falta da que vem da Europa*”, indicando-se, nesta proposição, que outro mercado a fornecia, sendo, portanto, e sempre, importada.

3. 2. – Características da madeira no cômputo das obras de marcenaria

A poupança das madeiras com visibilidade exterior – as madeiras principais – constituiu, em geral, questão essencial para os marceneiros, sendo utilizados aproveitamentos de lenhos ocasionais ou secundários³⁰ para a execução das carcaças não visíveis. Todavia, esses oficiais procuravam utilizar as madeiras disponíveis perto das suas oficinas³¹, escolhendo as que apresentavam qualidades mecânicas para que a obra final não apresentasse qualquer problema ou reclamação por parte dos

tabuado surtido a 570...2280; De 6 tábuas de 14 palmos...400; De carroto da d°...140”. O total importou em 2\$820 reis.

²⁵ Vd. A. H. I. C., *Livro do Ano de 1770 p^a 1771*, ff. s/ numeração. “*Despesa com as encomendas da Irmand^{de} dos Clé || rigos da Cidade do Porto. || Três arrobas, 22 arráteis ^{a 75} || de pau ébano a preço de 2400, a || arroba ...8\$850 || Carreto do d^o p^a despesas, e depois conduzir p^a o Conv^{to}...\$100 || Três toros de ébano, que pesarão 5 @ e 14 arráteis a 46 rs...8\$000 || o arrátel ...q. são 174... (sic) || Carreto p^a o Conv^{to}...\$060 || Carreto do ébano do Conv^{to} para o barco...\$080 || 45 pedras pretas, com 1o71 (sic) palmos a 160 rs...171\$360 || 3 pedras salemas com 126 palmos a 160 rs...20\$160 || Pelo que deu a Jorge Roiz dos Santos pelo seu trab^o, || de encomendar, ajustar, medir, conduzir, e ajudar || a carregar com os seus oficiais...3\$200 || [soma] 211\$810*”.

²⁶ Vd. A. H. I. C., *Caixa Geral*. 1760, L^o 99. Em 1765, por exemplo, ficou registado pelo secretário a seguinte obra e respectiva verba: “*p. q. despendi em madeira e por mais, e pregos na factura e no guarda roupa, q. se mandou fazer p^a o (?) da Igr^a; como consta do Rol q. deu o M^e Estêvão Moreira q. vai no maço fl.94 ...4\$850*”.

²⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*. Porto: Universidade Católica Editora, 2011, pp. 107-130.

²⁸ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa; Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 502-503.

²⁹ Vd. A. H. U., C. U., Brasil – Baía, doc. 120703, 3 de Fevereiro 1786. In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1914, vol. 34, 1912, p. 8.

³⁰ Utilizamos a adjectivação de “principal” e “secundária” no sentido definido por ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Mobiliário de assento civil da Casa Museu Guerra Junqueiro*. Dissertação de mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, vol. 1, p. 31.

³¹ Veja-se a madeira local – jacarandá e vinhático –, utilizada para construção de um órgão que estaria em construção pelos jesuítas do colégio de São Paulo, no Brasil. Vd. A. C. M., *Inventário e Sequestro de todos os bens do colégio que foi dos Jesuítas de São Paulo*”. Neste rol se indicam “*vários canudos de jacarandá, e outras peças com que se estava fabricando um órgão para a igreja, na casa destinada para a capela do Seminário, onde se acha varia madeira do dito jacarandá, e vinhático, em vários retalhos, que se diz pertencer à igreja do colégio por ser comprada com o seu dinheiro, e que as mais madeiras que se acharem são do Seminário || Um banco de carpinteiro na dita casa do órgão || um dito de torneiro*”.

clientes³². A adequação correcta às tipologias que se pretendiam executar era essencial³³. A escolha recaía sobre matéria-prima que, de preferência, não fosse dada a ataques biológicos, não torcesse, não fendesse, ou encolhesse³⁴, como pode acontecer à madeira “verde, ou colhida fora de tempo”³⁵, obrigando ao seu acondicionamento e secagem segundo preceitos clássicos e bem conhecidos de madeireiros e marceneiros³⁶, sendo disposta de acordo com regras que permitiam a sua boa preservação (fig. 3:1)³⁷. Sabe-se, hoje, que a humidade relativa ideal para trabalho em mobiliário ronda os 15%³⁸, mas os marceneiros tarimbados no banco estão habilitados a avaliá-lo empiricamente. Estas regras eram, e ainda hoje são válidas para mobiliário capeado, folheado, pintado, ou que utiliza madeira maciça.

Não cremos, portanto, que seja exacto atribuir qualquer juízo de valor, em geral, às madeiras utilizadas no mobiliário, adjectivando-as de menor ou maior qualidade, de maior ou menor nobreza. As condicionantes que obrigam os marceneiros a escolher cada uma de *per si*, são opções técnicas e estéticas, bem como a já referida disponibilidade. Se assim não fosse, e dado o primado que os lenhos tropicais obtiveram no imaginário português, como se explicaria a pintura que cobre as “madeiras do Brasil”, de tão dificultosa obtenção, utilizadas em cerca de 80% de tipologias de assento da segunda metade do século XVIII³⁹? A resposta a esta questão estará na prevalência da moda da pintura, sobrepondo-se, esta, à valorização das próprias madeiras brasileiras. O seu preço ou a sua distinção não foram, portanto, suficientes para se sobrepor ao gosto epocal⁴⁰.

³² Vd. BOWETT, Adam – Introduction. A Brief History of Timber and Timber Use in Britain to 1900. In BOWETT, Adam – *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. xxiii.

³³ Um caso singular, mas comprovativo deste desígnio, é o dos irmãos Thonet, no século XIX, no centro da Europa que foram movendo as oficinas para locais onde existia matéria-prima mais conveniente para a sua produção. Vd. CANDILIS, George – *Bug Holzmöbel*. Zurich: Karl Krämer Verlag, 1997, pp. 7-14.

³⁴ Vd. DOYAL, Sherry – Modern material problems - Oh sit on it! In *Modern Materials-Modern Problems*. Postprint of the Conference organized by UKIC Furniture Section held at the Conservation Centre NMGM Liverpool, 17 April 1999. London: The Furniture Section of the United Kingdom Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, 1999, pp. 26-31.

³⁵ Vd. OLIVEIRA, Fernando – *Livro da Fabrica das Naos*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1991, p. 68.

³⁶ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier ébéniste. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, pp. 763-767.

³⁷ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en Bâtiment. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, figura 4 e pp. 27-35.

³⁸ Vd. SPARKES, Tony – Composite wood products for furniture. In *Modern Materials-Modern Problems*. Postprint of the Conference organized by UKIC Furniture Section held at the Conservation Centre NMGM Liverpool, 17 April 1999. London: The Furniture Section of the United Kingdom Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, 1999, pp. 3-6.

³⁹ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007, pp. 72.

⁴⁰ Um argumento suplementar para a discussão sobre a adjectivação dos lenhos parece emergir de um acontecimento datado de 1908. Cadeira executada em madeira de pinho foi oferecida ao rei D. Manuel II por Miss Wilby, moradora na rua da Igreja, no Porto. Este assento, comprado por seu pai, Guilherme Wilby, em 1832, tinha sido utilizado por D. Pedro V para dar o “beija-mão [...] debaixo de um sobreiro, no lugar dos Sobreiros, freguesia de S. Tiago de Custóias”. Os intervenientes neste episódio, rei incluído, não desdenharam a madeira que ostentava, provando, aqui em pleno, que as cargas simbólicas emprestadas à matéria-prima podem determinar a sua relevância. Vd. LIMA, Sebastião – Cadeira Histórica. *O Tripeiro*, série 1, ano 1, nº. 16 (1908), p. 252.

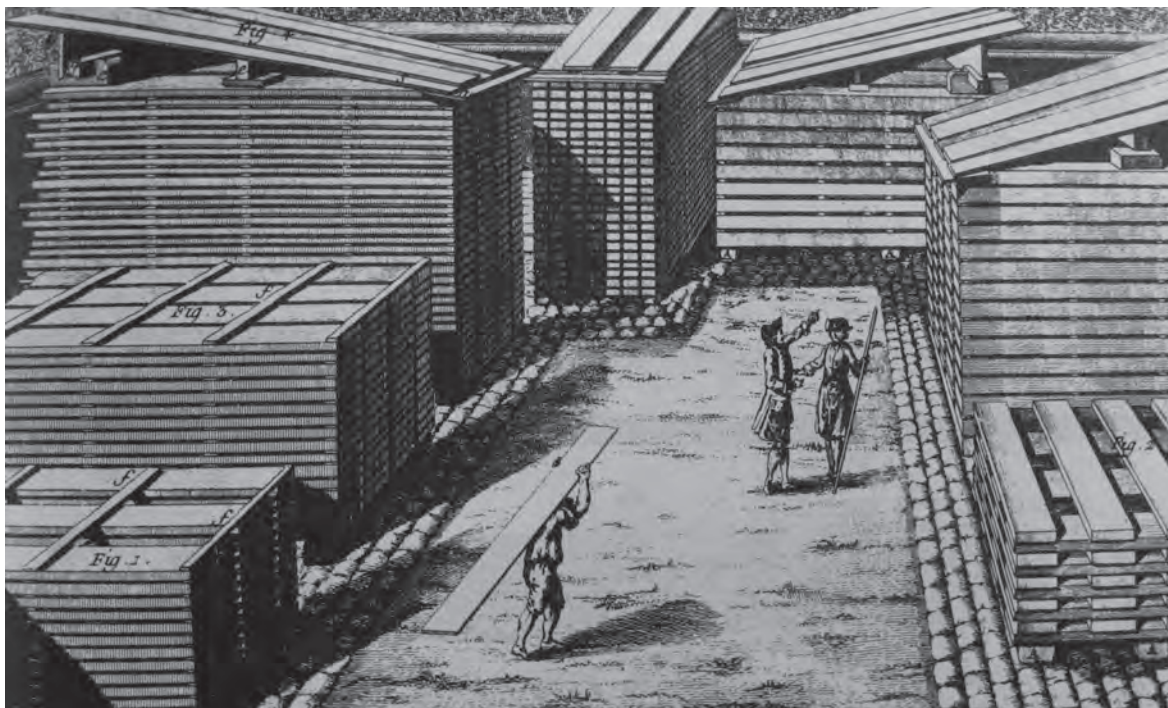


Figura 3:1
Método setecentista de empilhar madeira.

3. 3. – Condicionalismos da cultura, exploração e utilização das madeiras autóctones

Para além das condições climáticas, o factor humano foi determinante na evolução das florestas. As espécies não permaneceram imutáveis ao longo dos séculos. Em Portugal, a evolução populacional condicionou a sua existência, nomeadamente quando foi necessário prover espaço para a pastorícia e para a actividade agrícola em torno dos aglomerados populacionais, utilizando-se a técnica das queimadas para libertar território coberto de vegetação.

No que toca às associações arborícolas, algumas não se renovam se “as árvores [forem] mortas por doença ou velhice”⁴¹, obrigando, portanto, a intervenção humana para que continuem a subsistir. A indispensabilidade de novas arborizações foi, de modo continuado, uma premência, e as comunidades monásticas tiveram um importante papel no seu entendimento⁴². No Norte de Portugal, a casa beneditina de Tibães foi uma das instituições que se preocupou com a reflorestação, permitindo que a construção retabular e o mobiliário tivesse à sua disposição matéria-prima diversa, por exemplo, madeira de castanheiro ou pinho de riga, necessárias para as obras implementadas pelos sucessivos governos abaciais⁴³. Todavia, aos promotores da actividade florestal foi, certamente,

⁴¹ Vd. AGUIAR, Carlos; PINTO, Bruno – Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental – até à Idade Média. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, vol 7, pp. 15-54.

⁴² Vd. DEVY-VARETA, Nicole; ALVES, A. A. Monteiro – Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, vol 7, p. 56.

⁴³ Vd. VALENTE, Adelina – Apontamentos sobre o uso das madeiras em Portugal no século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 1 (2007), pp. 233-234.

solicitada ponderação para o facto dessas árvores constituírem fonte de alimento, caso das árvores que proporcionavam frutos comestíveis – as bolotas do carvalho para os animais, as castanhas e as nogueiras para o homem –, avaliando, na hora do plantio, a escolha mais conveniente.

O século XVIII ficou marcado pela continuada, e cada vez mais intensa, procura de “lenha, cinzas, carvão e material de construção”, bens essenciais na vida das populações. Como tal, houve necessidade de regular o corte de árvores⁴⁴. A medicina tradicional relevava, igualmente, os princípios activos de cada espécie, necessitando de árvores e plantas junto dos aglomerados populacionais. As indústrias nascentes, de que constitui exemplo a fábrica de vidro da Marinha Grande, para aí deslocada em 1748, necessitavam de madeira para os seus fornos. “As ferrarias de Guimarães, a olaria e cerâmica de Barcelos [e] as construções navais distribuídas ao longo da costa”⁴⁵ exerceram, de igual modo, pressão sobre a floresta das respectivas zonas. Os meios de locomoção, em desenvolvimento neste século, demandavam madeira para a sua construção⁴⁶.

Mas os lenhos eram escassos num território limitado pelo crescimento das árvores quase unicamente a Norte do Tejo. O Alentejo era região abandonada, segundo os eruditos setecentistas, nomeadamente António Henriques Silveira e Domingos Vandelli⁴⁷, e a plantação arborícola aí efectuada servia as necessidades dos actos bélicos com Espanha, “*para estacadas, trem, parque de Artilharia, e mais serviço de guerra*”⁴⁸. O aproveitamento para mobiliário deveria ser, nessa zona geográfica, residual.

3.3.1. – A identificação dos lenhos autóctones e a definição da origem do mobiliário

Antes de verificarmos a disponibilidade das madeiras no reino português, parece-nos útil a problematização de algumas condicionantes quanto à utilização das espécies nativas no mobiliário setecentista português tendo em conta os dados da respectiva distribuição no território continental. Estas verificações constituem um alerta para a necessidade do cruzamento de informações de carácter histórico com os recursos lenhosos disponíveis num determinado espaço geográfico, em períodos específicos. A atenção para este facto pode conceder elementos relevantes adicionais para a correcta identificação da origem de algumas tipologias⁴⁹.

De forma consciente, decidimos não analisar as circunstâncias da utilização do material

⁴⁴ Vd. DEVY-VARETA, Nicole; ALVES, A. A. Monteiro – Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, vol 7, p. 67.

⁴⁵ Vd. DEVY-VARETA, Nicole; ALVES, A. A. Monteiro – Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, vol 7, p. 67.

⁴⁶ Vd. PERLIN, John - *História da Florestas – A importância da madeira no desenvolvimento da civilização*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

⁴⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Apontamentos sobre o uso das madeiras em Portugal no século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 1 (2007), pp. 230-232.

⁴⁸ Vd. SILVEIRA, António Henriques – Racional Discurso sobre a Agricultura, e população da província do Alem-Tejo. In *Memorias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: Na Oficina da Academia Real das Ciências, 1784, pp. 50-51.

⁴⁹ Vd. BOWETT, Adam – Furniture Woods in London and Provincial Furniture. 1700-1800. *Regional Furniture*, vol. XXII, 2008, pp. 83-113.

lenhoso no mobiliário dos arquipélagos da Madeira – referindo, de modo breve, e somente, uma xiloteca com amostras desse território, e dos Açores dados os condicionamentos políticos e a especificidade foto-climática que conduziram a uma produção própria no âmbito do reino português.

A utilização das madeiras nas diversas zonas geográficas do continente português, à semelhança do que sucedia em outros reinos, dependeu, como vimos *supra*, de circunstâncias de diversa ordem⁵⁰. No que toca ao território continental, outras variáveis devem ser consideradas. Num tempo em que as vias de comunicação eram problemáticas⁵¹, sobretudo em zonas montanhosas, e a navegabilidade dos rios apresentava muitas restrições, o natural seria que os marceneiros utilizassem a matéria-prima disponível na sua zona de actuação⁵².

O castanho e a nogueira são endémicos nas zonas a Norte do Tejo. A referência à actividade em Tibães, que veremos infra, permite confirmar que a existência do primeiro teve influência na execução de algum mobiliário a Norte. Já a nogueira obriga a outras reflexões, dado que, como veremos, o mobiliário inglês importado – nomeadamente tipologias de assento, utilizava esse lenho. Com efeito, as tabelas inglesas que fixavam as taxas alfandegária referem que “cada cadeira de nogueira” (“chaires of walnutt tree the peece”) pagava 10 shilling de imposto⁵³.

No território continental português, a nogueira crescia junto dos soutos de carvalhos e castanhos, a Norte do paralelo 39. Terá sido natural que, nas zonas geográficas em que existissem condições favoráveis ao crescimento, a marcenaria teria oportunidade de a utilizar. A zona de Viseu e Mangualde, na antiga província da Beira Alta, onde se situa a casa dos condes de Anadia, cujo mobiliário analisaremos a seu tempo, ainda hoje apresenta manchas de soutos de carvalho negral e castanheiro. Deve ter sido, em Setecentos, viveiro para os nogueirais. Os marceneiros que executaram as tipologias existentes nessa casa terão tido, à sua disposição, esse lenho, utilizando-o a partir de pranchas maciças.

Quanto a Lisboa, na segunda metade de Setecentos, parece-nos ter existido uma situação que obriga a outra ponderação. Já referimos que os estatutos das corporações dos ofícios mecânicos da década de 60 de 1700 indicam a utilização, entre outras, de nogueira. Contudo, a sua análise revela que essas normas são traslado de documentos de finais de Seiscentos, aí se referindo que elas não abundam na capital⁵⁴ podendo ser substituídas por vinhático no corpo de uma arca, a tipologia indicada. Para as molduras da respectiva cimalha e base serviria o jacarandá, nomeadamente na execução de “caixa de malhete de castelo”⁵⁵. Estas indicações oficiais permitem constatar algumas

⁵⁰ Vd. BOWETT, Adam – Furniture Woods in London and Provincial Furniture. 1700-1800. *Regional Furniture*, vol. XXII (2008), pp. 83-113.

⁵¹ Vd. MURPHY, James – *A General View of the state of Portugal*. London: Printed for T. Cadell Jun. and W. Davies, 1798, p. 14.

⁵² Vd. BERNAL, R. A.; VALENTE, A.; PISSARRA, J. – Wood Identification of 18TH Century Furniture. Interpreting Wood Naming Inventories. *International Journal of Conservation Science*, vol. 2, nº. 3, 2011, p. 173. Este trabalho permitiu confirmar a importância da existência de lenhos importados para as escolhas da clientela, bem como a utilização ocasional dos lenhos locais.

⁵³ Vd. *THE STATUTES OF THE REALM*. Chapter IV, pp.181-205.

⁵⁴ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 477-478. Não nos parece existir qualquer contradição nesta nossa apreciação pois o texto vai na sequência de sucessivos documentos remontando, o inicial, ao ano de 1610.

⁵⁵ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 477-478.

opções estéticas claras, no final do século XVII, no que toca à execução dessa tipologia⁵⁶. Evidenciam ainda, que, na capital, os lenhos coloniais tendiam a ser mais abundantes que as madeiras indígenas. Não nos parece provável, portanto, na segunda metade do século XVIII, a utilização de nogueira em quantidade relevante.

Os dados existentes para a análise do mobiliário da cidade de Lisboa entre 1750 e 1830⁵⁷, e num universo de 2.536 móveis de assento, revela que a madeira de nogueira foi a mais identificada, encontrando-se referida em mais de 30% de tipologias⁵⁸. Outros lenhos endémicos em Portugal, tais como o pinho, a faia e o castanho estão representados individualmente, o primeiro em mais de 15% do total, o segundo abaixo dos 5%, e o último menos de 1%⁵⁹, sendo, portanto, uma percentagem residual na avaliação geral. É de notar que peças pintadas ostentavam a cor da nogueira⁶⁰, existindo mesmo “cadeiras de pinho fingindo nogueira”⁶¹. Sabendo que a importação de tipologias de assento inglesas foi uma realidade (Quadro II. 3.), não consideramos impróprio aventar que algumas, senão a maioria das peças desse universo em estudo, nele incluídos os tamboretos identificados com madeira de nogueira, poderão ter essa origem. As cómodas-papeleiras referenciadas nos mesmos inventários, com corpo superior de “duas meias portas cada uma com seu vidro de espelho”⁶², descrição que revela influência estrutural britânica⁶³, merecem igual reflexão no que toca aos lenhos utilizados. A matéria-prima é a nogueira, ou na variante folheada⁶⁴. A mesma opção estética foi utilizada em mobiliário de mogno, se bem que valorizada diferentemente⁶⁵.

A expressão “madeira de fora”, utilizada para tipologias pintadas⁶⁶, indica, com probabilidade, o

⁵⁶ As instruções destes estatutos concedem-nos elementos para certificar a datação das arcas que, em finais de Seiscentos, se executavam na cidade de Lisboa, bem como a sua estética cromática, i.e., caixa de cor amarela-dourada ou amarelo-pardo, o vinhático, e molduras negras a enquadrá-la.

⁵⁷ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007.

⁵⁸ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007, pp. 54-55 e 68. Este facto leva o autor a afirmar que “talvez em nenhum outro móvel [como a cadeira] esta madeira tenha tido uma tão profusa utilização”.

⁵⁹ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007, p. 58.

⁶⁰ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007, p. 70.

⁶¹ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 61.

⁶² Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 104.

⁶³ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 54.

⁶⁴ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 103-104.

⁶⁵ A moda do mogno, em Inglaterra, conduziu à sua relativa banalização na execução das tipologias, concedendo-lhes um preço mais baixo que o mobiliário capeado ou folheado com nogueira, tornado apetecível pelas classes que pretendiam decorações mais exclusivas, portanto mais caras. Vd. BOWETT, Adam – *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, pp. 255-256.

⁶⁶ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 72.

que as palavras declaram textualmente, i.e., executadas em lenhos não nacionais, que poderiam ter origem europeia ou tropical. Podem revelar, eventualmente, desconhecimento da matéria-prima, no caso dos louvados que não fossem peritos de mobiliário e que não tivessem conhecimento das práticas oficinais⁶⁷.

Não existindo cartas setecentistas do território português que revelem o mapeamento das essências florestais, torna-se forçoso identificar a disponibilidade das madeiras em cada região em cartografia mais recente. Socorremo-nos do trabalho do geógrafo Aristides de Amorim Girão (1895-1960)⁶⁸, que se dedicou à problemática fito-climática, e de cuja autoria reproduzimos os Mapas de Essências Florestais 1, 2, 3 e 4, que permitem reconhecer as espécies que nos interessam para o mobiliário⁶⁹.

A) – Madeira de carvalho

O carvalho (*Quercus*) apresenta quatro variantes no território continental. O chamado roble (*Quercus robur*), medra nas regiões mais pluviosas. O negral (*Quercus toza*) evita o litoral e prefere as zonas montanhosas a Norte do Tejo, em altitudes maiores. O carvalho português (*Quercus lusitanica*) cresce maioritariamente, e com densidade relevante, a norte do paralelo 39. Já o sobreiro (*Quercus suber*) e a azinheira (*Quercus ilex*) predominam a sul, em área de clima mediterrâneo, se bem que uma micro-zona nordestina apresenta condições para que aí cresça (Mapas de Essências Florestais n.º 1 e n.º 2).

A abundância do carvalho ditou-lhe nobreza em face da utilização na importante actividade de construção naval⁷⁰, assunto de tratados teóricos⁷¹. Outras aplicações existiam, como, por exemplo, o suporte às vides⁷², nas propriedades monásticas, denominando-se, popularmente, ainda hoje, “pé-de-amarro”.

As peças que hoje representam os primórdios da estruturação do mobiliário utilizaram esse lenho. É o caso, por exemplo, da estadela seiscentista, “dita de Afonso V”, expressão que a identifica na exposição actual do Museu Nacional de Arte Antiga⁷³. Do mesmo modo, o mobiliário pintado português setecentista, ou com decoração do tipo “chinoiserie”, recorreu a esta madeira como base

⁶⁷ Esta verificação é possível, ainda, nos dias de hoje, já que alguns inventários oficiais são efectuados por funcionários sem formação específica na área.

⁶⁸ Vd. GIRÃO, Aristides de Amorim – *Atlas de Portugal*. Coimbra: [s.n.], 1941.

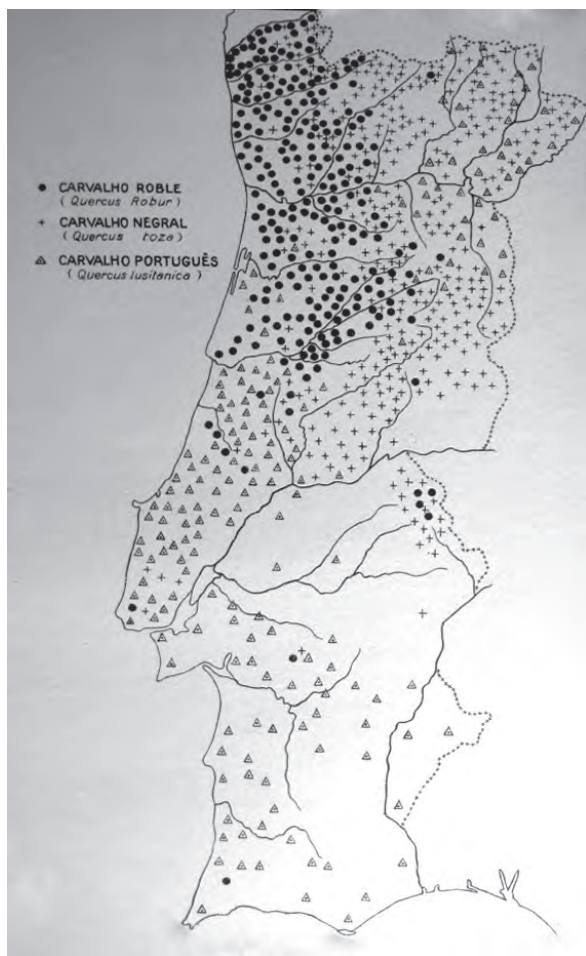
⁶⁹ Vd. GIRÃO, Aristides de Amorim – *Atlas de Portugal*. Coimbra: [s.n.], 1941, fig. 94, p. 200.

⁷⁰ A coroa portuguesa vendia, em Setecentos, madeira de carvalho para embarcações. Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Alfândega Grande do Açúcar, Livro 1. 1723-1745, f. 198. “*Thomas Hibbert capp^{am} do Navio Lee Inglês*”, comprou, em 1725, um “*pau de carvalho da terra nova de catorze pés de comprido, e de grosso onze polegadas, e de largo doze polegadas, avaliado em cinco mil e duzentos e cinquenta rs...*”.

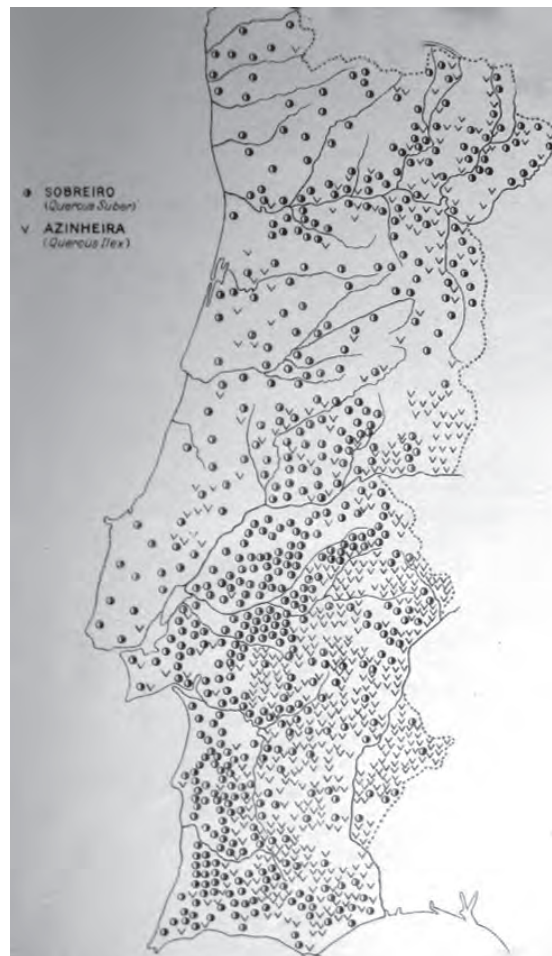
⁷¹ Vd. OLIVEIRA, Fernando – *Livro da Fabrica das Naus*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1991, p. 64.

⁷² Vd. ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Assentos, Encomendantes e utilizadores na Igreja Monástica Beneditina no norte de Portugal. Secs. XVII a XIX*. Dissertação de doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, vol. 2, p. 7.

⁷³ Cf. M. N. A. A., *Cadeira de braços (estadela)*, Inv. 51 Mov. Se bem que muito intervencionada, esta tipologia conserva vestígios da construção original, consubstanciados em dois painéis que entram em furo nas prumadas, os quais sustentam a tipologia.



Mapa de Essências Florestais nº. 1



Mapa de Essências Florestais nº. 2

estrutural das tipologias⁷⁴. O mesmo sucedeu nas obras do “imaginário” Frei Cipriano da Cruz que, no último quartel do século XVII e início do século XVIII, utilizou madeira de “carvalho do norte” nas esculturas das capelas do mosteiro de Tibães⁷⁵, atestando a respectiva disponibilidade geográfica bem como o ajustamento dos seus tecidos lenhosos ao manejo da ferramenta dos escultores, que, no caso de Frei Cipriano, representavam figuras humanas de dimensões apreciáveis.

A árvore cresce em Portugal com tortuosidades, o que não acontece, por exemplo, em Inglaterra ou França, sendo, com probabilidade, uma das razões para que os ensambladores portugueses a não elessem como matéria-prima preferencial. Foi, no entanto, essa característica que ditou o seu aproveitamento nas zonas costeiras, nos arsenais, sendo manuseada pelos carpinteiros navais para a construção de alguns elementos estruturais curvos⁷⁶.

A faina marítima deste reino virado para o mar desenvolveu-se, de modo assertivo, e a falta de madeira rapidamente se fez sentir⁷⁷. A actividade dos arsenais, que em Portugal dependia do

⁷⁴ Vd. COELHO, Daniela – Materiais e técnicas de policromia de um leito neoclássico. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012.

⁷⁵ Vd. SMITH, Robert C. – *A arte de Frei Cipriano da Cruz, escultor de Tibães*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1968, p. 30.

⁷⁶ Vd. LAVANHA, João Baptista – *Livro primeiro da Arquitectura Naval*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1996, pp. 26-27.

⁷⁷ Vd. LAVANHA, João Baptista – *Livro primeiro da Arquitectura Naval*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Mari-

carvalho, teve de recorrer à sua importação do Norte da Europa, nomeadamente da Suécia, Prússia e Rússia⁷⁸, até que a colónia brasileira se fixou como um mercado abastecedor seguro de matéria-prima espécies com qualidades de resistência salínica igualmente apropriadas. Cedo foi intuído, na sequência das explorações coloniais, que as zonas tropicais poderiam prover essa carência, pois no Oriente e nos trópicos existiam árvores “que parec[em]iam ter o seu nascimento com o mundo”⁷⁹, i.e., cujos troncos apresentavam medidas excepcionais para serem adaptadas às necessidades essenciais dos arsenais.

No que toca ao mobiliário, em alguns inventários da cidade de Lisboa da segunda metade do século XVIII⁸⁰ não surge a madeira de carvalho, mas encontramos uma outra denominação, a saber, “madeira de bordo”. Também no Porto, em 1757, é citada uma papeleira em “*bordo do Norte*”, tipologia que fazia parte dos “*bens móveis*” arrolados por morte do Reverendo Alexandre Jacome da Veiga⁸¹, irmão que fora da Irmandade dos Clérigos. A menção a este lenho, que os eruditos da época consideram “*uma espécie de carvalho*”⁸², deverá indiciar procedência desses países, talvez inglesa, já que é explicitada a sua procedência geográfica – o Norte –, e a respectiva marcenaria o utilizou abundantemente na execução de mobiliário⁸³. Se bem que o bordo possa passar por plátano (*Acer*) ou por bordo-sicómoro ou sicómoro⁸⁴, cremos que essa notação deverá ser imputada à madeira de carvalho, eventualmente importada⁸⁵, que foi utilizada, por exemplo, em Setúbal, cidade portuária, no primeiro quartel de Setecentos, para a execução de mesa e cadeiras⁸⁶. O mobiliário arrolado em Lisboa na segunda metade do século XVIII apresenta-se executado em madeira de bordo de forma residual⁸⁷.

nha, 1996, p. 32.

⁷⁸ Vd. DEVY-VARETA, Nicole; ALVES, A. A. Monteiro – Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, vol 7, p. 68.

⁷⁹ Vd. LAVANHA, João Baptista – *Livro primeiro da Arquitectura Naval*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1996, p. 28.

⁸⁰ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário nas casas das elites lisboetas nos finais do Antigo regime*. Dissertação de mestrado em História de Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007.

⁸¹ Vd. A. H. I. C., *Livro 86*, ff. 7v-9. “*Testamento com que faleceu o Reverendo Alexandre Jacome da Veiga, irmão desta Ven^{el} Irm^e de Nossa Sr^a da Assunção dos Clérigos Pobres em 7 de 7^{mo} de 1757*”.

⁸² Vd. PACHECO, Frei João – *Divertimento Erudito para os curiosos de notícias históricas, escolásticas, políticas, e naturais, sagradas e profanas*. Lisboa Oriental: na Oficina Augustiniana, 1734, vol.1, p. 296.

⁸³ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. 168. Em Inglaterra empregou-se tanto o de origem indígena como o que se importava do Báltico.

⁸⁴ Vd. PINHO, João – As árvores na toponímia portuguesa. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, vol 7, p. 165.

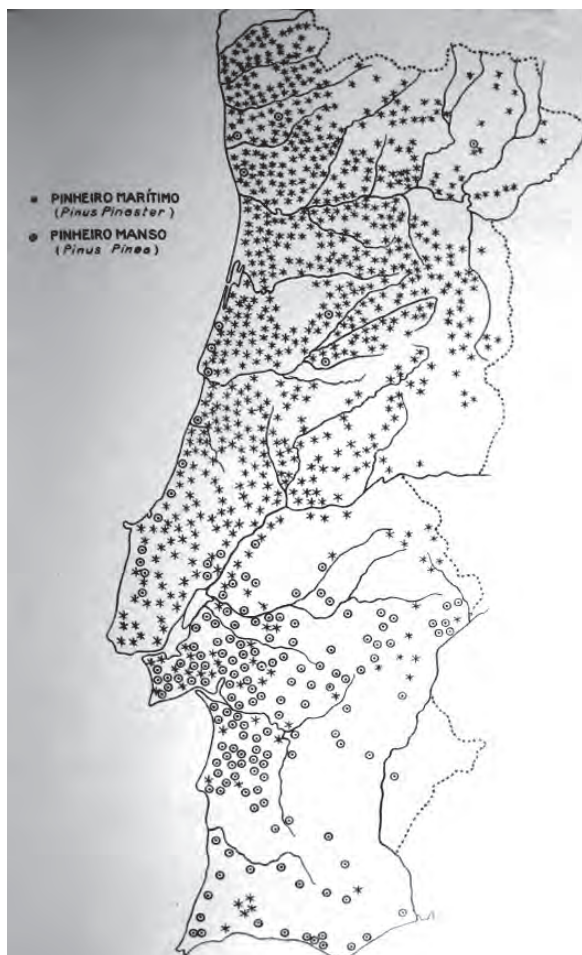
⁸⁵ Não podemos deixar de considerar que a própria tipologia poderia importada.

⁸⁶ Vd. CARVALHO, A. Ayres de – Documentário artístico do primeiro quartel de setecentos, exarado nas notas dos tabeliães de Lisboa. *Bracara Augusta*, vol. XXVII, ano de 1973, n.º. 63 (75), p. 180. António da Cruz, mestre carpinteiro de Lisboa assina contrato com o Tesoureiro da Igreja de Santa Maria da Graça em Setúbal para fazer “obra tocante ao seu ofício de carpinteiro para servir na dita Irmandade na forma e maneira seguinte [...] fará uma mesa para a dita Irmandade a qual será de pau de Bordo e terá doze palmos de comprido e sete de largo com seus pés de escultura e uma talha e duas cadeiras para dois Provedores e um assento no meio para o escrivão com seus bancos a roda tudo do mesmo pau de Bordo”.

⁸⁷ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, Gráfico 1, p. 54.

B) – Madeira de pinheiro

O pinheiro marítimo ou bravo (*Pinus pinaster*) abunda nos territórios costeiros a norte do Tejo⁸⁸, e nas vertentes viradas ao mar, encontrando-se, de igual modo, nas zonas interiores (Mapa de Essên-



Mapa de Essências Florestais n.º 3

cias Florestais n.º 3). O pinheiro manso (*Pinus pinea*) não existe com tanta densidade no território continental português, podendo obrigar a cultivo⁸⁹, mas é predominante a sul e para o interior, em atmosferas secas, nas dunas litorais⁹⁰, nomeadamente no Alentejo, na bacia do Sado. A regeneração dos pinhais está na própria natureza da propagação das suas sementes, que se dispersam com o vento⁹¹. A madeira de pinho resinoso era utilizada na fábrica das naus para forrar o convés dado

⁸⁸ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988. Texto policopiado, pp. 292-293.

⁸⁹ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988. Texto policopiado, pp. 293-294.

⁹⁰ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988. Texto policopiado, pp. 293-294.

⁹¹ Vd. DEVY-VARETA, Nicole; ALVES, A. A. Monteiro – Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, vol 7, p. 64.

que, segundo palavras quinhentistas, resistia “ao humor da água”⁹².

A fatura de pinho no território português constituiu uma das condicionantes para a sua utilização na marcenaria. Em Vila do Conde, por exemplo, encontramos tipologias executadas em pinho em alguns inventários orfanológicos, tais como o de um “mestre alfaiate”, em que se registam “*um armário pintado de pau de pinho*”, “*uma mesa de pinho redonda*” e “*seis cadeiras de pinho*”⁹³. Na mesma localidade, em 1778, o inventário dos bens de “*escrivão da alfândega*” apresenta tipologias no mesmo lenho⁹⁴. Por vezes, os róis dão conta de mescla com peças em “*pau de fora*”, o que acontece em inventário de um falecido “*carpinteiro de barco*”⁹⁵, o que parece natural dada a familiaridade destes profissionais com lenhos de outras paragens, recebidos por via marítima. Na verdade, e por exemplo, deveria ser prática corrente dos regressados do Brasil trazer madeira para consumo em tipologias regionais⁹⁶ e o inventário dos bens que D. Luís António Mourão, morgado de Mateus, impulsor da construção do palácio de gosto barroco e rococó, junto a Vila Real, na década de 1740 a 1750⁹⁷, trouxe no retorno do seu posto na capitania de São Paulo revela esse lenhos coloniais⁹⁸.

A junção de pinho e carvalho verifica-se, amiúde, em tipologias setecentistas pintadas, como é o caso da maquina do Museu Alberto Sampaio, em Guimarães⁹⁹, o que indica que as oficinas envolvidas na sua execução se encontravam em zona de proximidade desses lenhos.

Nos interiores das tipologias civis, encontramos, de modo parco, madeira de pinho compondo as suas estruturas. Quando tal acontece, verificamos que são pequenos fragmentos, indicando, a nosso ver, o conhecimento que os marceneiros possuem sobre as características que não recomendam a sua utilização, nomeadamente a pouca diferenciação entre cerne e borne que conduz à fraca resistência a xilófagos e fungos. A disposição das fibras do seu lenho pode constituir outra objecção, já que, por exemplo, existe a possibilidade da respectiva torção quando as tábuas são aplainadas.

⁹² Vd. OLIVEIRA, Fernando – *Livro da Fabrica das Naus*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1991, p. 64.

⁹³ Vd. A. H. V. C., *Inventários Orfanológicos*, Cx.2826, M. 13/28, ff. 4v-5. “*Inventario de Manoel Francisco, mestre alfaiate*”.

⁹⁴ Vd. A. H. V. C., *Inventários Orfanológicos*, Cx.2826, M. 15/28, ff. 5-5v. “*Inventário de José (?), escrivão da alfândega*”. Regista-se “*uma cómoda de pinho quebrada de porta com fechadura*” e “*sete cadeiras de pau de pinho*”.

⁹⁵ Vd. A. H. V. C., *Inventários Orfanológicos*, Cx. 2828, M. 7/22, ff. 3v. “*Inventário de Joaquina Maria da Encarnação casada que foi com Francisco dos Reis carpintario de barco*”. O rol refere “*uma cómoda de pinho com chave avaliada em setecentos reis [...] uma caixa de pau de fora avaliada em mil e duzentos reis [...] uma mesa de pinho [avaliada] em trezentos réis*”.

⁹⁶ Vd. A. H. V. C., *Inventários Orfanológicos*, Cx. 2828, bilhetes e maços apensos ao M. 11/12. Em 26 de Janeiro de 1784 “*Dis Manuel Ribro Pinto (?) desta Vª que tinha encomendado a Franº Corrª do Vale da mesma um santuario pª um Sr. Crucificado pª o que tinha uma Couçoeira grande de pau preto ele Suppº, e vindo o Suppº busca-la a sua casa para a refª obra anºs faleceu agora da vida presº, e desconfia que a haja gasto sem o Suppº saber, por fazer absº e outras obras, e só se acha em poder do mesmo um limitado resto q' nada vale, quando alias aqª couçoeira valia bem duas moedas de ouro por ser bom pau e mº grande, que o Suppº havia trazido do Brazil, e pª o mº Supº haver pagamº (ilegível) por este Juizo dos Orfãos*” [assinaturas e notas].

⁹⁷ Vd. MOURA, Vasco Graça – *Figuras em Mateus*. Lisboa: Quetzal Editores, 2002, p. 17.

⁹⁸ Vd. A. C. M., Cx. 1, M. 12. G. 976, Doc. “*Móvel do Exmo. Snr. Dom Luís António de Sousa General q. acaba da Capitania de S. Paulo q. embarca neste Porto de Santos aos [sic] de Julho de 1775*”. Do rol constam dois itens: “*Madeira q comprou na Vª de Santos || P. mão do Capitão Fernando Leite...cousueiras...12 dúzias || Mais sete cousueiras || Mais tábuas de forro*” e “*Madeiras compradas por mão do Coronel Afonso Botelho || Tábuas de assoalho...5 dúzias || Mais cinco ditas irmãs || Tábuas de forro...7 dúzias || Mais quatro tábuas d'asº*”.

⁹⁹ Vd. COELHO, Daniela – *Materiais e técnicas de policromia de um leito neoclássico*. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, vol. 1, p. 211.

No cômputo do mobiliário recenseado em Lisboa na segunda metade do século XVIII, a madeira de pinho é praticamente irrelevante na maioria das tipologias, se bem que na avaliação geral ela se apresenta em terceiro lugar¹⁰⁰. Analisando os elementos que permitem tal leitura verificamos que esta aparente contradição emerge da utilização de uma variedade considerável de madeiras – no caso dezasseis, indiciando que a clientela da capital aderiu, em simultâneo, a tipologias de mobiliário com madeira à vista ou pintura¹⁰¹, para o que, por vezes, era utilizado o pinho.

C) – Madeira de castanheiro

O castanheiro (*Castanea sativa*), espécie predominante na Europa¹⁰², foi introduzido, com probabilidade, pelos exércitos romanos. Em Portugal tornou-se endémico¹⁰³, quase sempre associado ao carvalho negral e ao roble¹⁰⁴ (Mapa de Essências Florestais nº. 4). O seu habitat são as zonas montanhosas a Norte do Tejo, rarefazendo para o litoral e os vales dos rios¹⁰⁵. Existe a sul, nas Serras de S. Mamede e Monchique e a cultura e exploração respectivas estiveram sempre dependentes de duas dimensões. O aproveitamento dos seus frutos para alimentação era fundamental, “o que explicaria a sua presença sobretudo em torno dos aglomerados populacionais serranos”¹⁰⁶. Outra vertente essencial aponta para a respectiva “vocaçã madeireira”¹⁰⁷. Neste caso, o crescimento e respectivo corte deveriam respeitar um período de trinta e cinco a cinquenta anos, média diferente dos oito anos da talhadia indicada para a obtenção de frutos¹⁰⁸. Ainda hoje assim é. De crescimento mais rápido que o carvalho, o castanheiro não era adequado para a construção naval, pois a madeira “fende muito e estala”¹⁰⁹, mas era utilizado na construção de casas, alfaias agrícolas,

¹⁰⁰ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, Gráfico 1, p. 54.

¹⁰¹ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, Gráficos 1 e 5, pp. 54 e 57. O pinho é a segunda madeira mais utilizada para tipologias pintadas, correspondendo a 27% de 1057 móveis.

¹⁰² Vd. LANGLEBERT, J. – *Histoire Naturelle*. Paris: Imprimerie et Librairie Classiques, 1889, p. 533.

¹⁰³ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 310.

¹⁰⁴ Vd. BALBI, Adrien – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, 2 vol. Paris : Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822. Edição facsimilada. Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004, p. 140. Este autor descreve, no seu percurso no Norte de Portugal, as árvores que encontrou: “*En descendant [do norte para o sul] on arrive dans le nord du Portugal, dans des forêts de chênes, ou les arbres, assez touffus pour ombrager les chemins, sont cependant assez éloignées les uns des autres pour ne former qu'une promenade agréable. Les vallées de la province de Minho sont couvertes de forêts de chênes presque continues. On trouve ensuite une contrée couverte de forêts de châtaigniers, véritables forêts du Portugal, dont les arbres rapprochés confondent leur feuillage*”.

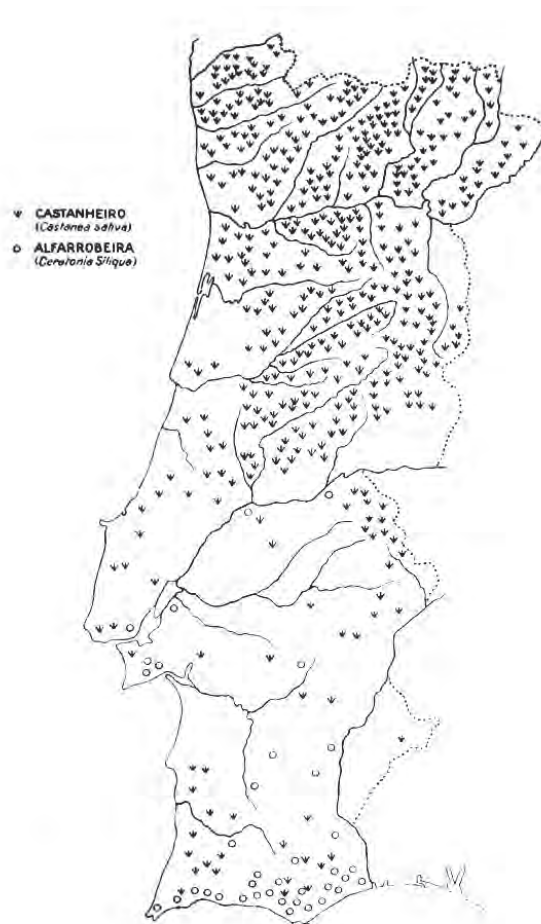
¹⁰⁵ Vd. GIRÃO, Aristides de Amorim – *Atlas de Portugal*. Coimbra: [s.n.], 1941, p. 199.

¹⁰⁶ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1988, p. 310.

¹⁰⁷ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1988, p. 311.

¹⁰⁸ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 311.

¹⁰⁹ Vd. OLIVEIRA, Fernando – *Livro da Fabrica das Naus*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1991, p. 64.



Mapa de Essências Florestais nº. 4

e mesmo nas latadas que seguravam a vinha¹¹⁰.

Os académicos setecentistas distinguiram o castanheiro “longal”, árvore enxertada para proporcionar o crescimento dos frutos, que prosperava em altura na “província da Beira”¹¹¹, e o “rebordão, que não é enxertado”, provendo “castanha rebordã [...] brava”¹¹². A utilização madeireira deverá ter sido concomitante às duas situações, sobretudo nas Beiras e em Trás-os-Montes¹¹³. A casa beneditina de Tibães, por exemplo, adoptou, entre os séculos XVI e XVII, uma política activa na reflorestação dos territórios que estavam sob a sua alçada, a norte do reino. A preocupação com a extracção de madeira de castanho – termo utilizado na gíria oficial –, para painéis entalhados ou imaginária, já referida *supra*, a construção retabular e execução de mobiliário foi uma realidade¹¹⁴, tendo sempre

¹¹⁰ Vd. OLIVEIRA, Aurélio e Araújo - *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto: [s.l.], 1979. Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, pp. 276-279.

¹¹¹ Vd. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 2, p. 185.

¹¹² Vd. PACHECO, Frei João – *Divertimento Erudito para os curiosos de notícias históricas, escolásticas, politicas, e naturais, sagradas e profanas*. Lisboa Oriental: na Oficina Augustiniana, 1734, vol. 2, p. 305.

¹¹³ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1988, pp. 310-311.

¹¹⁴ Vd. VALENTE, Adelina – Apontamentos sobre o uso das madeiras em Portugal no século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, nº.1, (2007), pp. 233-234.

em conta a “rentabilidade [que] só a médio ou longo prazo se poderia esperar”¹¹⁵ da plantação das espécies lenhosa. Na verdade o seu crescimento é moroso quando comparada com a vida humana. No Mosteiro de São João de Arnóia, um dos cenóbios beneditinos, utilizou-se essa madeira nos anos de 1728 e 1731, em janelas, portas, além de tipologias de assento¹¹⁶. Em Santo Tirso, na sacristia do antigo mosteiro foram executadas “duas gr^{es} meias cómodas de castanho com sua ferragem em bronze dourada p^a se guardarem os ornam^{tos} e se vestirem os Sacerdotes”¹¹⁷. Para a Cátedra Episcopal que se guarda no Museu da Sé de Braga¹¹⁸, datada de cerca de 1755, foi escolhido castanho, que foi pintado e dourado, sendo, seguidamente, coberto com tecido ostentatório¹¹⁹.

Também no Porto, para a Irmandade dos Clérigos, Nicolau Nasoni desenhou duas cadeiras de braços que foram executadas em madeira de castanho¹²⁰ e, em Julho de 1777, a mesma Irmandade comprou “duas dúzias de tábuas de castanho largas p^a os órgãos da Igr^a dos Clérigos”¹²¹.

A utilização deste lenho reflecte-se, a Norte, em alguns inventários por nós compulsados. Assim, na Casa de Abrantes, na década de 80 de 1700, em Santa Marta de Penaguião, no distrito de Vila Real, era o privilegiado para a execução de “caxelas” e “caixas”¹²², não podendo deixar de se referir que estas denominações apontavam, amiúde, para receptáculos de guarda de cereais e sobre cujo tampo se preparava o pão, à semelhança de outras zonas do reino, por exemplo, Vila do Conde¹²³. “Bufetes” de duas¹²⁴ ou três gavetas¹²⁵, “mesas redondas”, “catres”¹²⁶, “tamboretetes” e “catres

¹¹⁵ Vd. OLIVEIRA, Aurélio e Araújo - *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto: [s.l.], 1979. Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, p. 128.

¹¹⁶ Vd. ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia - *Assentos, Encomendantes e utilizadores na Igreja Monástica Beneditina no norte de Portugal. Secs. XVII a XIX*. Dissertação de doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, vol. 2, pp. 22-24.

¹¹⁷ Vd. SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 2, p. 389.

¹¹⁸ Vd. M. M. S. B., *Cátedra Episcopal*, MMSB 36 Mob.

¹¹⁹ Esta tipologia específica constituiu um exemplo de revivalismo estrutural numa tipologia que se pretendia de aparato dignatário. Na verdade, o complexo trabalho levantado na madeira, com laivos rococó, foi concebido sobre uma organização que remete para as tipologias torneadas de finais de Seiscentos, podendo ser considerada exemplo da mescla estilística que cada zona pode produzir, fruto dos imaginários existentes e das referências culturais específicas dos grupos sociais encomendantes.

¹²⁰ Vd. SMITH, Robert C. - *Two Portuguese antiphonal lecterns dated 1668 and 1770*. *Furniture History*, vol. X, 1974, p. 23.

¹²¹ Vd. A. H. I. C., *Livro 33*. Ano de 1776 p^o 1777, f. 11. Foram pagos, por esta madeira, 9.000 réis a Manuel Barros.

¹²² Vd. A. H. P., *Casa de Abrantes*, Cx. 180, Doc. “*Inventário de todos os bens que ficarão por falecimento de Francisco de Almeida casado que foi com Maria Tavares morador que foi e falecido no Lugar da Portela, Freguesia de Roques [...] em 6 de Junho de 1788*”.

¹²³ Vd. A. H. V. C., *Inventários Orfanológicos*, Cx. 2822, M. 17/23. “*Inventário que se fes por morte e falecimento de João Glz. Boieiro desta vila pescador de todos e bens e fazendas que se lhe ficaram*”. Em 19 de Dezembro de 1733, os louvados registam, entre outros “*uma masseira de encascar (?) grande*” e “*uma masseira de encascar (sic) piquena de castanho*”.

¹²⁴ Vd. A. H. M. P., *Casa de Abrantes*, Cx. 180, Doc. “*Inventário de todos os bens que ficarão por falecimento de Francisco de Almeida casado que foi com Maria Tavares morador que foi e falecido no Lugar da Portela, Freguesia de Roques [...] em 6 de Junho de 1788*”.

¹²⁵ Vd. A. H. M. P., *Casa de Abrantes*, Cx. 153, Doc. “*Inventário que se fez por morte e falecimento de Valério Guedes casado que foi (...) com Maria Eufrásia do Lugar de Remesal Freguesia de Loureiro Termo de Santa Marta de Penaguião. 9. Agosto 1790*”.

¹²⁶ Vd. A. H. M. P., *Casa de Abrantes*, Cx. 152, Doc. “*Inventario que se faz por morte e falecimento de Maria Josefa casada que foi com José Pinto da Fonseca de lugar de ribeira Freguesia de Lameiro termo da Vila de Santa Marta de Penaguião*”.

*de acamada*¹²⁷ também a utilizavam.

Na cidade do Porto, a madeira do castanho é mencionada, amiúde, nas fontes sobre as obras na igreja e torre da Irmandade dos Clérigos, nomeadamente em 1752¹²⁸, em 1754¹²⁹, e em 1759¹³⁰, indicando-se a compra de tábuas, couçoeiras e barrotes, o que configura a aquisição de matéria-prima já cortada em medidas específicas, destinada a utilização em situações particulares da obra. Refira-se, a título de curiosidade, que nesta década, mais propriamente em 1754, Nicolau Nasoni participava activamente nestas, e noutras construções, adquirindo “*sacos de cal*”, cujo valor pecuniário era alvo de “*acerto de contas*” na fêria que recebia¹³¹.

Mais a Sul, em Aveiro, por exemplo, vendia-se madeira de castanho em evento secular, a Feira de Março, o que parece indicar que, nesta zona do reino, ela existiria sem restrições de utilização. Na verdade, a respectiva “cobertura vegetal” compreendia “carvalhos e castanheiros”¹³². A “cobrança de assentos” naquela feira era regulada por tarifário específico que incluía, por exemplo, os vendedores de “madeira de castanho casca maior e grossa”, “madeira de castanho casca menor”, “caixas pequenas de castanho”, “couceiras de castanho”, “tabuado de castanho [de] 12 palmos” e “tripeças de castanho”. As taxas eram cobradas pela dúzia de elementos vendidos¹³³.

Não podemos deixar de referir que, embora a capital não estivesse rodeada de árvores de castanheiro, essa madeira aí entrava, por vezes, em situações difíceis de apurar¹³⁴, sendo, no entanto, utilizada de modo reduzido no cômputo das tipologias arroladas em alguns inventários da segunda metade de Setecentos¹³⁵.

A relevância deste lenho para as Artes Decorativas portuguesas prende-se com a sua abundância no território, cuja distribuição geográfica se situa a Norte dos paralelos 39 (seguindo as zonas da Ericeira, Vila Franca, Benavente, Mora e Elvas) e 40 (passando pelo Lourical, Pampilhosa e Serra da Gardunha)¹³⁶. Este facto poderá ser, tal como os restantes lenhos, um guia a ser utilizado para

2 Setº 1784”.

¹²⁷ Vd. A. H. M. P., *Casa de Abrantes*, Cx. 153, Doc. “*Inventario que se faz por morte e falecimento de Bernardo Marques casado que foi com Maria Josefa do Lugar de Pinheiro Freguesia de Loureiro termo de Santa Marta de Penaguião. 3 Fevereiro 1784*”.

¹²⁸ Vd. A. H. I. C., *Livro de Obras*, 1749, Lº nº 331, ff. 33 e 33v. Refere-se a compra de “*um (sic) dúzia de tábuas de castanho para o caixão de guardar os paramentos ricos da igreja*” bem como “*por outra dúzia das d^{as} tábuas [...]; por outra dúzia das d^{as}” e “*por mais 7 tábuas de castanho p^a o d^o ed[ifício]*”.*

¹²⁹ Vd. A. H. I. C., *Livro de Obras*, 1749, Lº nº 331, f. 46v. Para as obras da “*bandeira da porta da Lapa*” foram compradas “*2 couçoeiras de castanho*”.

¹³⁰ Vd. A. H. I. C., *Livro de Obras*, 1749, Lº nº 331, f. 187v. Foram adquiridas “*26 tábuas e um barrote de castanho*”.

¹³¹ Vd. A. H. I. C., *Livro de Obras*, 1749, Lº nº 331, f. 48. Na rubrica “*acerto de contas*” refere-se: “*e abatendo-se mais de dois sacos de cal que se venderam ao n. Ir. Nicolau Nasoni... 1150*”.

¹³² Vd. AMORIM, Inês – *Aveiro e sua Provedoria no sec. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, na área de História Moderna. Coimbra: CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997, vol. 1, p. 92.

¹³³ Vd. AMORIM, Inês – *Aveiro e sua Provedoria no sec. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, na área de História Moderna. Coimbra: CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997, vol. 2, pp. 593-594.

¹³⁴ Vd. A. N. T. T., *Livro das Intendências das Obras Publicas*, nº. 96 (1780-1783), M. 9, Doc.10, ano de 1780.

¹³⁵ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, Gráfico 5, p. 57.

¹³⁶ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1988, pp. 310-311.

identificação da localização de produção do mobiliário português.

D) - Madeira de noqueira

A árvore da noqueira (*Junglans regia*) não consta destes mapas do continente português datados de 1941, o que significa que a sua importância deve ter diminuído ao longo dos últimos dois ou três séculos. Na verdade, já em 1775, as informações constantes nos estatutos dos carpinteiros de móveis e semblagem indicavam que, em Lisboa, a noqueira era escassa¹³⁷, compaginando a evolução negativa dessa árvore, mais concretamente a destruição dos recursos naturais florestais por acção directa da vida humana, uma ocorrência secular.

As investigações mais recentes referem que vai “bem nas zonas vocacionadas para o castanheiro” e soutos de carvalhos, mas as exigências de pluviosidade, de rega e drenagem de solos faz dela uma árvore que obriga a assistência no crescimento. O seu cultivo actual privilegia “a produção de fruto, a compassos largos, sendo o aproveitamento da madeira encarado numa forma subsidiária”¹³⁸. Na actualidade, a sua altura não ultrapassa os trinta metros e o seu diâmetro não mais de noventa centímetros¹³⁹.

Outra variedade de noqueira – a *Junglans nigra*, que em Portugal é, em geral, apelidada de noqueira americana –, foi importada do Norte desse continente. Revelou boas qualidades para aproveitamento madeireiro em “termos de potencialidades de crescimento”¹⁴⁰, bem como nas condições de florestação. Deu-se prioridade, portanto, à utilização desta variedade de noqueira dado que não existia “tanta necessidade em rodear de muitos cuidados a escolha dos locais de implantação”¹⁴¹. Estes dados justificam a opção, por parte da marcenaria, ainda no século XVIII na Europa, pela *Junglans nigra*, já que a noqueira europeia (*Junglans regia*) era escassa no mercado, em virtude da sua pouca rentabilidade. Verificamos essa escolha reflectida em inventários portugueses do século XIX, indicando que a utilização da noqueira americana era uma realidade em algumas tipologias de mobiliário, mormente cadeiras ou leitos¹⁴².

Diderot refere, na “Encyclopédie”, editada durante o terceiro quartel do século XVIII, que a variedade americana de noqueira foi introduzida em França, trazida da Virgínia, existindo à época, “en Bourgogne beaucoup de ces arbres qui commencent à rapporter du fruit, & il y a lieu de croire qu’il y sera bientôt répandu”¹⁴³. Tratava-se, portanto, da tentativa da sua adaptação às condições

¹³⁷ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa; Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 477-479.

¹³⁸ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 317.

¹³⁹ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. 251.

¹⁴⁰ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 317.

¹⁴¹ Vd. ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 317.

¹⁴² Vd. AZEVEDO, Joana Feyo – *Mobiliário de assento romântico em Portugal*. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007, pp. 439, 448-449 e 476-481.

¹⁴³ Vd. *ENCYCLOPÉDIE ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, par une Société de Gens de lettres

climáticas francesas já que era reconhecido a este lenho óptimas qualidades mecânicas, semelhantes à variantes europeia, referida, esta, como “ [le] plus convenable de tous les bois de l’Europe pour faire des meubles”¹⁴⁴.

A estabilidade dos seus tecidos, bem como a facilidade de apresentar bom acabamento, com brilho natural, são proverbiais. Os ataques de xilófagos são, todavia, um flagelo a médio e longo prazo, para o que era necessário escolher pranchas da zona do cerne, cujos tecidos lhes apresentam maior resistência. Quando tal não fosse inteiramente possível – pela existência maioritária de árvores jovens –, os marceneiros do Centro e Norte da Europa contornavam essa ocorrência com a adopção da técnica de folhear ou capear, utilizando como base madeiras em que tal não acontecia¹⁴⁵. Procurava-se, quando assim era, tirar partido do figurado visual que os nós do tronco ou das raízes das nogueiras proporcionavam, utilizando o lenho a partir de cortes transversais de ramos pequenos, que se assemelhavam a ostras¹⁴⁶. Grenoble, em França, onde abundava, foi um importante centro fornecedor de nogueira para Inglaterra e outros reinos limítrofes¹⁴⁷.

Em Portugal continental, os “nogueirais”, ou “campos de nogueiras” da variedade *Junglans regia* eram uma realidade em Setecentos, oferecendo “árvore[s] grande[s], e formosa[s]”¹⁴⁸. A vocação frutífera desta árvore, para alimentação, dever-se-ia sobrepôr à utilização em oficinas de mobiliário, devendo ter sido um dos frutos exportados durante todo o século XVIII para o território britânico¹⁴⁹.

Madeira de nogueira também foi exportada quer para esse reino, nos anos de 1700¹⁵⁰, 1724¹⁵¹, 1725¹⁵², 1726¹⁵³, 1727¹⁵⁴, 1728¹⁵⁵, 1733¹⁵⁶ e 1751¹⁵⁷, quer para a Rússia, em 1782¹⁵⁸. Outros assenta-

rédigé entre 1751 et 1772 sous la direction de Diderot. In <http://www.lesarbres.fr/fiche-noyer-encyclopedie.php> (2009.04.11; 17h).

¹⁴⁴ Vd. *ENCYCLOPÉDIE ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, par une Société de Gens de lettres rédigé entre 1751 et 1772 sous la direction de Diderot. In <http://www.lesarbres.fr/fiche-noyer-encyclopedie.php> (2009.04.11; 17h).

¹⁴⁵ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. 251.

¹⁴⁶ Vd. RODGERS, John – *English Furniture*. Middlesex: Spring Books, 1967, p. 70.

¹⁴⁷ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. 252.

¹⁴⁸ Vd. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 5, pp. 734-735.

¹⁴⁹ Vd. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3 e Customs 17 (1700-1800).

¹⁵⁰ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/4, ff. 150v-151.

¹⁵¹ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/26, ff. 21v-22.

¹⁵² Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/27, ff. 25v-26.

¹⁵³ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/28 Part A, f. 24v.

¹⁵⁴ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/82, ff. 21-22v.

¹⁵⁵ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/28 Part B, ff. 42v-43.

¹⁵⁶ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/33, ff. 22-23.

¹⁵⁷ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/52, f. 22.

¹⁵⁸ Vd. A. N. T. T., *M. N. E.*, Cx. 64, M. 7., Doc. 64., f. 68. “ Valor dos géneros que de Portugal se vão a S. Petersburgo, e se exportaram para o mesmo Reino em embarcações portuguesas no ano de 1782”. Entre azeite, caixas de fruta, grozas de rolhas, casca de laranja, frutos secos, café e outras mercancias estão registados “700\$000 [valor de] 368 Paos do Brazil” e “42\$000 [valor de] 52 d^{os} de Nogueira”.

mentos compulsados pela historiografia inglesa indicam a exportação conjunta de Portugal e Espanha¹⁵⁹ em quantidades pouco relevantes, pelo que não é possível aferir esses dados somente para o fornecimento português¹⁶⁰.

Este material lenhoso sofre, a nosso ver, desde os primórdios da investigação das Artes Decorativas portuguesas¹⁶¹ de alguma interpretação mitificada. A nogueira portuguesa é menos resistente aos xilófagos que a mesma árvore de outras latitudes europeias, de cerne mais demarcado¹⁶². A verificação da sua utilização reiterada em inventários setecentistas e a apreciação estética, a quase dois séculos de distância, da cor dourada que ela tomou, conduziu, em nossa opinião, à obliteração da razão fundamental do seu uso: a influência das modas inglesa e francesa que contaminaram o imaginário das Artes Decorativas portuguesas.

3. 4. – Duas xilotecas portuguesas setecentistas

A disciplina botânica consumou, no século XVIII, passos na consolidação científica e Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742 -1811), fitólogo brasileiro com muitas ligações a Portugal, publicou em 1796, em Lisboa, o periódico “*Palladio Português ou Clarim das Pallas*”, onde registou e difundiu as novidades nacionais, traduzindo as internacionais¹⁶³. Nessa publicação refere o projecto de “*oito dissertações*” em que estava envolvido, sintetizando a visão epocal da classificação das plantas, numa perspectiva da sua importância económica. Anuncia alguns pontos que se propunha estudar, nomeadamente a função alimentar de algumas espécies e seu proveito, como o vinho, a fécula e a farinha, ou a função tintureira de vegetais, o fornecimento de óleos, ou algumas relevantes “*virtudes medicinais*”¹⁶⁴. Uma das prelecções, a que interessa para a nossa área, é a “*quinta dissertação [em que iria discorrer] sobre as madeiras de marchetaria, a compactibilidade, os seu pesos específicos, &c.*”, provendo-nos indicações de que a actividade botânica se inseria num movimento mais vasto que incluía o interesse pelo fornecimento de matéria-prima às Artes

¹⁵⁹ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. 254.

¹⁶⁰ Como veremos *infra*, a nogueira é endémica na ilha da Madeira. Dadas as ligações estreitas deste território com Inglaterra, não podemos deixar de considerar, de igual modo, a hipótese de ter sido uma das zonas de fornecimento da madeira para esse reino.

¹⁶¹ Vd. AGUIAR, António de – *Mobiliário português do século XVIII. Achega para o seu estudo*. Separata da *Revista Ocidente*, vol. XLVIII, [1955], p. 21.

¹⁶² Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, pp. 251-252. No século XVI eram utilizadas as árvores mais velhas, de cerne mais compacto, colorido e durável. Foi escolhida para os aprestos domésticos, em Inglaterra, devido à sua abundância.

¹⁶³ Vd. PALLADIO PORTUGUEZ e *Clarim de Pallas, que anuncia periodicamente os Novos Descobrimentos, e Melhoramentos n' Agricultura, Artes, Manufacturas, Commercio &c.*, vol. 1. Lisboa: Na Officina Patriarchal, 1796.

¹⁶⁴ Vd. PALLADIO PORTUGUEZ e *Clarim de Pallas, que anuncia periodicamente os Novos Descobrimentos, e Melhoramentos n' Agricultura, Artes, Manufacturas, Commercio &c.*, vol 1. Lisboa: Na Officina Patriarchal, 1796, p. 8.

Decorativas. Outras publicações ocasionais detalhavam uma miríade de nomes e sua utilização medicinal¹⁶⁵.

Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), o museólogo italiano que se estabeleceu em Portugal, fundando, instalando e dirigindo o Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda (1768-1810) foi um dos impulsionadores dessa disciplina junto da corte e mentor da “preparação profissional, na Ajuda, dos naturalistas com missões ultramarinas”¹⁶⁶. Replicou essas instituições museológicas, em Coimbra (1772-1791), a pretexto da educação dos príncipes D. José e D. João¹⁶⁷. Como “naturalista-coleccionador-professor” de “prestígio”¹⁶⁸, Vandelli relacionou-se com o poderoso comerciante inglês, mas também coleccionador, Gerard De Visme¹⁶⁹, bem como com outras figuras de craveira intelectual da época, de que Frei João José Maria Mayne (1728-1792), confessor de D. Pedro III e correspondente do hamburguês Nicolau Kopke, residente no Porto, é exemplo. Vandelli terá tido um papel importante na oferta de colecção de “amostras de madeiras exóticas” bem como “armários “guarnecidos de grandes vidros”, “uma cómoda e uma banca de vinhático, ambas envidraçadas, e mais cem dúzias de tabuleiros de folha de Flândres”, que António Jacinto de Araújo, outro coleccionador, ofereceu ao Real Museu da Ajuda¹⁷⁰. Araújo, com ligações a outros países, possuía uma colecção de mineralogia, devidamente catalogada, comprada a um inglês “Mr. Foster [sic]”¹⁷¹. Esse museu estava incumbido, por decreto, de fornecer madeiras do Brasil para fabrico de mobiliário em marqueteria¹⁷² constituindo, portanto, uma plataforma para o reconhecimento de lenhos com características apropriadas para o mercado oficial. Esta realidade propiciou, em Setecentos e nos inícios de Oitocentos, de modo inevitável, movimentos de compilação com intuítos científicos, que os botânicos tentavam sistematizar. Estes estudos induziam-nos a conceber tipologias para os recolher, caso de Félix Avelar Brotero (1744-1828) que desenhou armário “destinado a conter as plantas secas”, com vinte e quatro prateleiras, cujas disposição e medidas indicou com precisão¹⁷³ (fig.s 3:2 e 3:2A). Na

¹⁶⁵ Vd. B. P. M. P., *Res.*, Ms. 728. Era o caso do “*Dicionário das árvores e arbustos mais conhecidos para inteligência do Museu Ferreiriano: por Philoctetes. Ano de 1781*” que contém indicação de que “*Chrizostumus o mandou encadernar à sua custa, ano de 1786*”. Pertenceu ao visconde de Balsemão (1774-1832).

¹⁶⁶ Vd. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, p. 98.

¹⁶⁷ Vd. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, p. 98.

¹⁶⁸ Vd. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, p. 105.

¹⁶⁹ Vd. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme* e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 31-64.

¹⁷⁰ Vd. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, pp. 398-402.

¹⁷¹ Vd. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, p. 399. A execução do armário-xiloteca de que nos ocupamos foi concretizada no seguimento dos armários e estantes para o Museu de Mineralogia do Real Jardim Botânico da Ajuda.

¹⁷² Vd. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, p. 569.

¹⁷³ Vd. BROTERO, Felix de Avelar – *Compendio de Botânica ou Noções Elementares desta Sciencia*. Paris: Lisboa, em

dimensão de aparato, foram executadas peças inusitadas e ostentatórias¹⁷⁴ seguindo os ditames internacionais do colecionismo¹⁷⁵. Não podemos deixar de referir, todavia, que a apetência para coligir amostras de madeiras coloniais deveria ter divulgação de modo mais prosaico, já que em Lisboa, em 1800 ou 1801, eram vendidos “conjuntos de amostras [de madeiras] [...] em estojos como os que se utilizam para medalhas, ou em jeito de livros, cada uma identificada com o seu nome”¹⁷⁶.

As missivas entre o Brasil e Lisboa por nós compulsadas dão conta destes movimentos, simultaneamente científicos e comerciais, procurando perscrutar a existência, e possível adaptação, em territórios diversos, de espécies essenciais ao desenvolvimento dos negócios coloniais. Uma das preocupações das autoridades era a tentativa de fixação, no solo brasileiro, de lenhos não autóctones, bem como o ingresso, no território, de especialistas na área do algodão, que deveriam escassear nesta colónia. Esse entendimento está plasmado em notícias datadas de 1750 que revelam o transporte “*de algumas famílias de tecelões, e pintores da península da Índia, como também das árvores de canela*” para a Capitania do Maranhão¹⁷⁷.

3. 4. 1. – A colecção de madeiras organizada por José Aniceto Raposo

Este marceneiro português, a quem nos referiremos no 5º capítulo, preparou, para a corte¹⁷⁸, uma xiloteca em armário-contador que ostenta a sua punção¹⁷⁹, tendo brotado da contínua informação que as autoridades do Brasil faziam chegar a Lisboa.

O caderno manuscrito pautado que acompanha esse móvel, protegido com capas forradas a seda vermelha¹⁸⁰, de que apresentamos o fólio do rosto (fig. 3:3), dá conta, e transcreve, a totalidade das

casa de Paulo Martin, Mercador de Livros, 1798, vol. 1, p. 469 e fig.81.

¹⁷⁴ Vd. BOWETT, Adam – *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012. Veja-se o “Cabinet of specimen woods” rococó, datado de cerca de 1760, de colecção inglesa, reproduzida na capa desta publicação.

¹⁷⁵ Vd. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, p. 404.

¹⁷⁶ SOUTHEY, Robert – *Journals of a residence in Portugal 1800-1801 and a visit to France*. Oxford: The Clarendon Press, 1960, p. 5. O autor refere que “the woods here [Lisbon] come from Brazil and are very beautiful. Sets of specimen are sold either in cases like medal cases, or made to resemble books, each lettered with its name”.

¹⁷⁷ Vd. A. H. U., C. U., Brasil – Pará, Cx. 36, Doc. 2997. Em 13 de Setembro de 1750 o governador do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, escreve para Lisboa tecendo considerações sobre a mais-valia da Capitania do Maranhão para receber as famílias orientais especialistas em tecelagem de algodão, pois aí existe mais algodão e de melhor qualidade. Aconselha que se lhes facultem alguns Indios “*pª seu Serviço de q’ certamª no princípio hão-de carecer*”.

¹⁷⁸ Vd. DINIZ, Margarida – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor. *In Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2007, p. 88.

¹⁷⁹ Vd. M. N. A. A., *Armário-xiloteca*, Inventário nº. 1183 Mov. Em Julho de 2013 encontra-se em exposição no Museu Nacional de Arte Antiga.

¹⁸⁰ Vd. M. N. A. A., *Catálogo*. Inventário 36 Ms. Na folha do rosto ostenta a seguinte inscrição: “*Catálogo || das amostras das madeiras do || Brasil, com a indicação onde ma ||is geralmente crescem pelas letras || iniciais; Rº = Rio de Janeiro. Bª = || Baía. Pº = Pernambuco. Pª. = Pará || Com um apêndice das || mais raras da Índia; e das particula || res de Angola,*

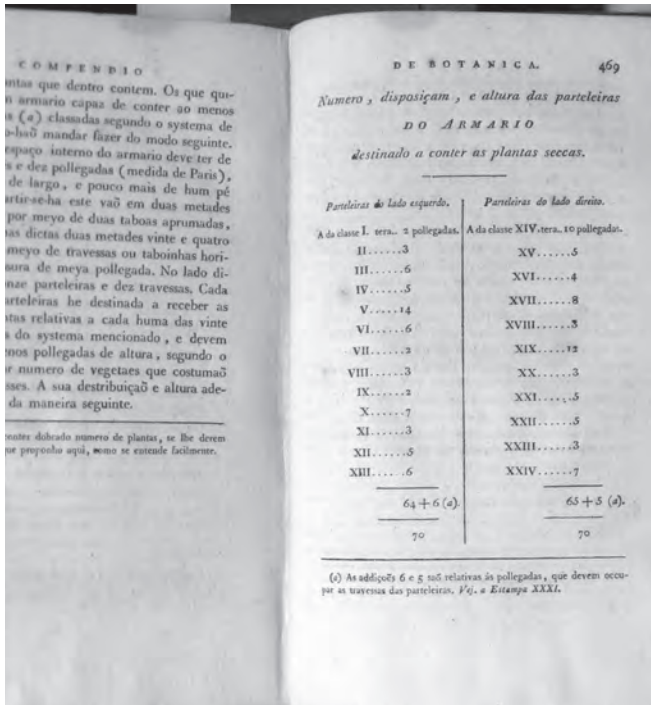


Figura 3:2
Instruções de Félix Avelar Brotero para disposição
de armário destinado a conter plantas.

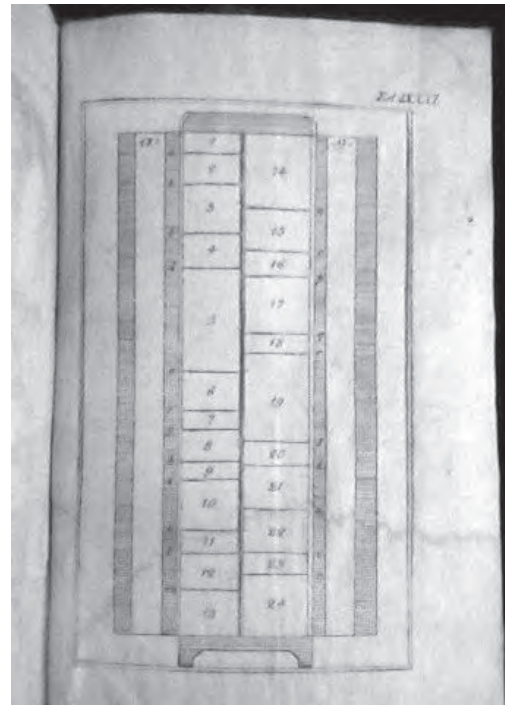


Figura 3:2A
Representação gráfica do armário de
Félix Avelar Brotero.

amostras físicas, cerca de 1216, que Raposo aparelhou para uma colecção representativa da abundância e disponibilidade da flora brasileira¹⁸¹. A catalogação escrita, em ordem alfabética, apresenta-se ordenada em trinta e cinco “*Tabuleiros*”, correspondendo a outras tantas bandejas no móvel¹⁸².

Essa miríade de amostras de lenhos transcreve nomes comuns à época que, com exame macroscópico, se revelam hoje não perceptíveis e de difícil destrição. Raposo possuía informação sobre a procedência genérica dos lenhos, i.e., o seu ponto de saída do território brasileiro, já que são indicados os portos atlânticos do Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco e Pará, se bem que refira, no último folio do caderno¹⁸³, que as capitâneas de Paraíba, Santos e Maranhão, entre outras, também as expediam.

Os lenhos brasileiros indicados para marcenaria – ou “*obras de marceneiro*” –, estão explícitos como tal, sendo em número apreciável, cerca de cento e dez, indicando a importância do mercado abastecedor e seu conhecimento, em termos práticos, a jusante, nas oficinas locais ou europeias. A ilha da Madeira poderia, ainda, fornecer “*techo*”, que poderá ser o “*teixo*” mencionado em xiloteca desse território, que analisaremos *infra*, além de “*nogueira*” e “*vinhático*”, estas igualmente aí apontadas. São referidos dois outros mercados abastecedores para a marcenaria: o Oriente – a “*Índia*” –,

Cabo Verde, São || Tomé, e ilha da Madeira || arranjadas por José Aniceto Raposo”.

¹⁸¹ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabelas VII e VIII, pp. 106-111.

¹⁸² Outra colecção idêntica, a que não foi possível aceder, existe no Museu Mainense, na Academia de Ciências de Lisboa.

¹⁸³ Vd. M. N. A. A., *Catálogo*. Inventário 36 Ms. A nota de Raposo refere: “*Note-se || Na Paraíba (sic), Santos, Maranhão, e em outras capitâneas || há diversas madeiras mas como são as mesmas que há no Rio, || [e] Baía, também se omitem. Assim como as da Índia que nem todas são em possessão de Portugal razão porque se não contem || plam senão as cinco mais admiráveis*”.

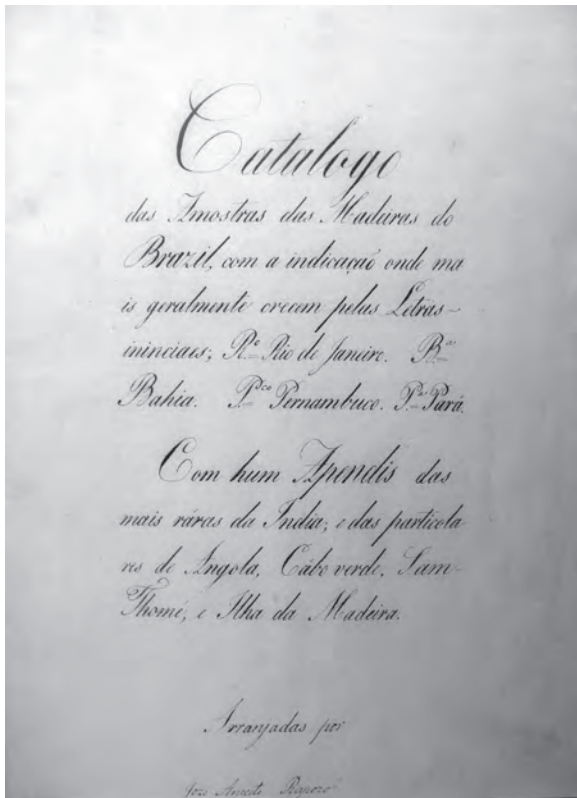


Figura 3:3

Fólio de rosto do caderno que acompanha a coleção de madeiras organizada por José Aniceto Raposo.

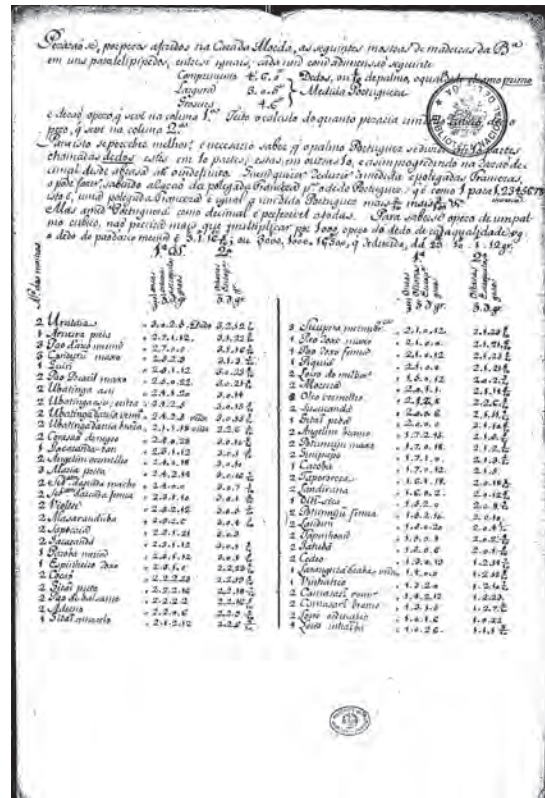


Figura 3:4

1º fólio de documento, c. 1800, indicando o critério de envio de madeiras do Brasil para Portugal.

e África. Do primeiro ponto geográfico, indica o “*ébano jobim*” e o “*ébano*”. Do segundo continente refere madeiras de Angola – o “*equicongo*” e “*taculá*” –, e ainda o “*carvoeiro*”, de Cabo Verde, e o “*gabão*” de S. Tomé¹⁸⁴.

Os lenhos para marcenaria, referidos por Raposo incluem, por vezes, utilizações específicas, que é possível cruzar com as informações inglesas de duas agendas manuscritas de finais de Setecentos, que veremos *infra*, permitindo-nos reconhecer a existência de grande actividade internacional no campo da identificação dos lenhos coloniais, nomeadamente para abastecimento das oficinas de mobiliário. As madeiras de *jacarandá*, com cerca de treze nomeações, poderão ser, em termos botânicos, do mesmo género – *Dalbergia* –, o que englobaria a designação “*violete*” ou “*sebastião-arruda*”¹⁸⁵. Por outro lado, as notações *coração* e *santo*, poderão ser do género *Zollernia*, mas só a análise histológica o comprovaria. Estas eram as madeiras de cor negro-violácea ou, no caso da última, quase negra, que tiveram a preferência da marcenaria portuguesa¹⁸⁶. Os seus tecidos apresentam características distintas que o entalhador, por exemplo, sabe distinguir quando nelas trabalha. Enquanto a primeira é branda para a

¹⁸⁴ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabela VII, p. 110.

¹⁸⁵ Refira-se que não existe o nome “pau-rosa”.

¹⁸⁶ O critério que adoptamos na análise macroscópica das peças analisadas será o seguinte: utilizaremos a denominação *jacarandá* quando se tiver identificado as respectivas características histológicas bem como a sua cor negro-violácea. *Pau-santo* será aplicada a lenhos escuros, de poro mais fechado, mais dura e compacta, podendo pertencer a outros géneros, só passíveis de identificação por análise microscópica.

ferramenta, a segunda obriga ao seu continuado afiar, apresentando pesos específicos distintos, reconhecidos, aliás, em documento de cerca de 1800¹⁸⁷ de cerca de sessenta e três documentos, de que apresentamos fac-simile do primeiro fólio, que regista o critério do envio de um dos marcan-tes rendimentos da coroa portuguesa à data. (fig. 3:4) Esta iniciativa, com o título “*Colecção das madeiras armazenadas na cidade da Baía, remetidas pelo capitão Manuel José Vidal, da companhia do Terço de Auxiliares dos vários termos da Baía*”, fazia parte das dinâmicas de reconhecimento da riqueza madeireira da colónia e sua aplicação prática que, pelo menos desde 1784, as autoridades locais tentavam organizar para delas poderem tirar partido¹⁸⁸, tendo, como referência principal a indústria naval, pois os negócios inter-continentais dela dependiam.

No que toca ao mobiliário, as informações de Raposo revelam, ainda, uma distinção entre a madeira maciça utilizada na sua execução e a que poderia interessar para “*embutidos de trastes*”, “*folheados*”, “*para entalhes e escultura*” ou “*obras de torno*”¹⁸⁹.

¹⁸⁷ Vd. A. H. U., C. U., Brasil-Baía, Cx. 219, Doc. 15308.

¹⁸⁸ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 89-91.

¹⁸⁹ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabelas VII e VIII, pp. 106-111.



Figura 3:5

Tampa da caixa-xiloteca organizada por Manuel Rodrigues Gaspar, do Funchal.

3. 4. 2. – A xiloteca de “Manuel Rodrigues Gaspar”, da Ilha da Madeira

No acervo do Museu do Jardim Botânico da Universidade de Lisboa existe uma xiloteca de cem amostras¹⁹⁰ colhidas por Manuel Rodrigues Gaspar, do Funchal, Ilha da Madeira¹⁹¹ (fig. 3:5). O facto da sua identificação estar marcada em inglês, de modo inciso, na tampa denuncia a ligação a personagem, ou personagens dessa nacionalidade com interesse nos lenhos ilhéus, o que nos remete para a atenção proporcionada às madeiras coloniais por coleccionadores e estudiosos britânicos, de que o inglês George Loddiges foi exemplo.

A caixa que contem as amostras, foi executada em madeira de vinhático e a tampa respectiva ostenta prancha única, desdobrada, de cerca de 1 cm de espessura¹⁹². As amostras, cujos tecidos foram identificados aquando de exposição em 1999 no Museu e Jardim Botânico da Universidade de Lisboa, revelam elementos sobre o ecossistema da Laurissilva Macaronésia, de que o arquipélago da Madeira faz parte¹⁹³, e que inclui espécies lenhosas como “o cedro, o pau-branco, o teixo,

¹⁹⁰ As medidas máximas exteriores da caixa são: 60x54,6x13,6cm.

¹⁹¹ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*. Porto: Universidade Católica Editora, 2011, pp. 120-121.

¹⁹² As duas partes foram coladas em secante e aplicadas na horizontal segundo o motivo decorativo que os ingleses denominam “penas” (“feathers”).

¹⁹³ Vd. CATARINO, Fernando Mangas; MELO, I.; ESCUDEIRO, A.; et alt. – Objectos naturais – metamorfoses da raiz, caule e folhas. *Catálogo da exposição*. Museu e Jardim Botânico da Universidade de Lisboa, 28 de Janeiro a 31 de Julho de 1999. Lisboa: [s.l.], 1999, Cat. 8, pp. 76-82.

o vinhático e o til¹⁹⁴, madeiras tradicionais na construção civil local¹⁹⁵. No contexto do relacionamento dos ilhéus com o continente, “uma certa percentagem das melhores peças [tábuas de troncos de til]” era enviada pelos habitantes da Ilha da Madeira à coroa para saldar a dízima devida¹⁹⁶. Já a madeira de teixo, “localmente conhecida como pau da rainha”¹⁹⁷, era reservada para a Casa Real, facto que fornece elementos credíveis para entrever a provável datação desta caixa-xiloteca, i.e., 1777 a 1818, reinado de D. Maria I¹⁹⁸.

A transcrição das amostras permite verificar que esta ilha poderia utilizar na marcenaria local, e, de igual modo, fornecer à capital do reino ou a outros portos portugueses e estrangeiros, acácias diversas, aderno (*Heberdenia excelsa*), azevinho (*Ilex canariensis*), buxo (*Buxus sempervires*), carvalho (*Quercus robur*), castanheiro (*Castanea sativa*), jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*), nogueira branca (*Junglans regia*), nogueira avenan (*Junglans sp.*) e nogueira preta (*Junglans nigra*), além de múltiplas frutíferas¹⁹⁹.

Esta colecção de madeiras revela a importância do aproveitamento das árvores, evidenciando a variedade existente num dos arquipélagos atlânticos, em finais do século XVIII ou princípio do século XIX e que hoje pode já não subsistir. A equipa botânica do museu lisboeta que procedeu ao seu estudo salienta que as xilotecas são o mostruário da transformação que a acção do homem exerce sobre os recursos naturais dos territórios, já que as árvores que existem numa época podem desaparecer num tempo posterior, obliterando espécies e introduzindo outras exógenas²⁰⁰. Não é demais salientar que esta reflexão é importante para o estudo e identificação da época de execução de qualquer peça de mobiliário, pois constituiu um alerta para a necessidade do cruzamento de informações de carácter histórico com os recursos lenhosos disponíveis num determinado espaço geográfico, em períodos específicos. A atenção para este facto concede elementos relevantes adicionais para a correcta identificação da origem das tipologias²⁰¹.

¹⁹⁴ Vd. CATARINO, Fernando Mangas; MELO, I.; ESCUDEIRO, A.; et alt. – Objectos naturais – metamorfoses da raiz, caule e folhas. *Catálogo da exposição*. Museu e Jardim Botânico da Universidade de Lisboa, 28 de Janeiro a 31 de Julho de 1999. Lisboa: [s.l.], 1999, Cat. 8, p. 77.

¹⁹⁵ Vd. SEQUEIRA, Miguel Menezes de; JARDIM, Roberto; CAPELO, Jorge – Madeira. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, vol 6, p. 168.

¹⁹⁶ Vd. CATARINO, Fernando Mangas; MELO, I.; ESCUDEIRO, A.; et alt. – Objectos naturais – metamorfoses da raiz, caule e folhas. *Catálogo da exposição*. Museu e Jardim Botânico da Universidade de Lisboa, 28 de Janeiro a 31 de Julho de 1999. Lisboa: [s.l.], 1999, Cat. 8, p. 77.

¹⁹⁷ Vd. CATARINO, Fernando Mangas; MELO, I.; ESCUDEIRO, A.; et alt. – Objectos naturais – metamorfoses da raiz, caule e folhas. *Catálogo da exposição*. Museu e Jardim Botânico da Universidade de Lisboa, 28 de Janeiro a 31 de Julho de 1999. Lisboa: [s.l.], 1999, Cat. 8, p. 77.

¹⁹⁸ É de referir que, no Brasil, o condurú, também conhecido por pau-rainha (*Bromisum rubescens*), se confunde, amiúde, com o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) em razão da sua cor avermelhada. Vd. RIBEIRO, Rita de Cássia Leone Figueiredo; BARBEDO, Cláudio José; et alt, org. - *Pau-Brasil, da semente à madeira. Conhecer para conservar*. São Paulo: Instituto de Botânica, 2008, p. 134.

¹⁹⁹ Vd. CATARINO, Fernando Mangas; MELO, I.; ESCUDEIRO, A.; et alt. – Objectos naturais – metamorfoses da raiz, caule e folhas. *Catálogo da exposição*. Museu e Jardim Botânico da Universidade de Lisboa, 28 de Janeiro a 31 de Julho de 1999. Lisboa: [s.l.], 1999, Cat. 8, pp. 78-81.

²⁰⁰ Vd. CATARINO, Fernando Mangas; MELO, I.; ESCUDEIRO, A.; et alt. – Objectos naturais – metamorfoses da raiz, caule e folhas. *Catálogo da exposição*. Museu e Jardim Botânico da Universidade de Lisboa, 28 de Janeiro a 31 de Julho de 1999. Lisboa: [s.l.], 1999, Cat. 7, p. 71.

²⁰¹ Vd. BOWETT, Adam – Furniture Woods in London and Provincial Furniture. 1700-1800. *Regional Furniture*, vol. XXII, 2008, pp. 83-113.

3. 5.– Os contactos anglo-portugueses no âmbito do coleccionismo e do negócio de madeiras

Portugal e o Brasil, enquanto entrepostos do tráfego madeireiro colonial, podem ter abastecido oficinas de outros territórios europeus, caso de França e Londres. Se bem que recentes estudos sobre as madeiras utilizadas na marcenaria inglesa valorizem, com relatividade, a importância deste tráfego no cômputo geral da respectiva actividade²⁰², pondo o assento tónico na aceitação das madeiras pela clientela inglesa mais do que pela via da sua existência no mercado²⁰³, existiram outras realidades de que é prova a existência do jacarandá brasileiro (*Dalbergia nigra*) em algum mobiliário executado depois de 1760, bem como no acervo de algumas oficinas britânicas²⁰⁴. O mercado de venda de madeiras deveria apresentar múltiplas facetas, sendo o dos comerciantes ocasionais um deles. No ano de 1776, por exemplo, foi anunciado em publicação londrina a disponibilidade para o mercado oficial – marceneiros e negociantes de madeiras –, de “*uma partida de madeira brasileira, chamada Alligazant ou jacarandá preto, que permite mobiliário formoso; o proprietário proverá a sua amostra. Existe também uma partida de buxo muito bom, importado de Portugal*”²⁰⁵.

As madeiras viajavam entre o continente sul-americano e a Europa em barcos cujos mestres eram portugueses, mas os seus proprietários poderiam ser ingleses, estando sujeitas a contingências de acostagem em locais que não o destino final previsto. Carta dirigida ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Luís de Pinto Sousa Coutinho, datada de Setembro de 1796, relata que madeira embarcada na Baía, destinada à corte de Lisboa, ficaria na ilha dos Barbados, possessão britânica, por “*reveses de fortuna*”, sugerindo essa missiva um provável acidente marítimo e necessidade de venda, nesse local, dos lenhos transportados²⁰⁶. Este seria um dos meios pelo qual os

²⁰² Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. xvi.

²⁰³ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p.

²⁰⁴ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, PP. 203-204.

²⁰⁵ Vd. T. B. L. *Gazetteer and New Daily Advertiser*, December 18, 1776. Gale Doc. Nr. Z2000356842. Transcrevemos o anúncio: “*To all cabinet-makers, and dealers in hard wood. To be sold, a parcel of Brazil wood, called Alligazant or Black Rose wood, which makes beautiful furniture; a specimen of which may be seen in the custody of the proprietor. Also a parcel of very fine Boxwood, just imported from Portugal. Enquire of Mess. Smith and Speck, opposite the Tower (sic)*”.

²⁰⁶ Vd. A.H.U., C. U., Brasil-Baía, Cx. 203, Doc. 14618. “*O respeito devido a V. Ex^a, não ignoro, e certo em que às almas guardei, tem por princípio, e base serem cabedoras dos humildes, me arrisco ir por este modo à presença de V. Ex^a representar, que na Cidade da Baía recebi a bordo do Navio S^{ta} Maria de Londres de q. era Mestre 89 paus, madeira de construção de conta da Rainha Nossa Senhora, de cuja firmei conhecimento obrigando-me fazer nessa Corte pronta entrega à Ordem de V. Ex^a. || Os reveses da fortuna me puseram na precisa necessidade de recorrer a esta Ilha, para poder salvar Vidas, e fazendas, sendo me preciso exportar a Carga do sobredito Navio em outros, a insuficiência destes me obrigou a q. pusesse em terra a referida madeira. Não só este motivo, como também o da necessidade me pôs na precisão de valer me dela, fazendo venda; cujo produto de seu rendimento, sou responsável fazer entrar no Régio Erário dessa Corte logo q. a ela chegue, ou donde V. Ex^a for servido ordenar-me. || Meus Mercantes, e proprietários do mesmo Navio S^{ta}. Maria de Londres, Francisco Antonio da Costa, e Companhia, em meu lugar representarão a V. Ex^a. todo o sucedido na minha viagem, com o d^o navio, até chegar a este porto, e igualmente os insultos, e encoroados q. sofrido tenho em todo o tempo de estada aqui, sendo originado pela sua altivez de Oficiais, e mais gente da Tripulação do sobredito Navio. Ao poder de V. Ex^a é só q. devo recorrer e pedir exemplar remédio aosv, e perdas causados por tantos estragos. || Passo a ser importuno,*

britânicos teriam acesso aos lenhos brasileiros que, à época, lhes era vedado por lei.

O interesse de Londres pelas amostras que recebia, via Lisboa, tornava-se uma realidade²⁰⁷. Eram alvo de catalogação a partir de identificações que os britânicos tentavam obter junto de personagens da capital portuguesa ligados ao trato madeireiro e ao colecionismo.

3. 5. 1. – Duas agendas anglo-portuguesas de finais de Setecentos

Duas agendas manuscritas revelam repositório de impressões pessoais por parte do seu detentor, o colecionador e floricultor George Loddiges (1738-1826)²⁰⁸. Este inglês de ascendência alemã deixou no seu espólio duas agendas manuscritas que os seus descendentes ofereceram, em 1933, aos Royal Botanic Gardens, em Kew, Richmond²⁰⁹ (fig.s 3:6, e 3:6A). Esses documentos revelam ligações específicas a Portugal, em finais de Setecentos. A colecção poderá ter sido adquirida a George Humphrey, negociante de madeiras setecentista e colecionador de conchas²¹⁰. Nelas são citados os nomes de “J. A. Silveira”, e “Mendes Pereira”, figuras sobre as quais não foi possível obter dados, mas que se encontravam activas no envio de amostras, sendo fonte de informação sobre alguns aspectos dos lenhos. A obra de estudiosos da botânica portuguesa era consultada, nomeadamente do jesuíta seiscentista Simão de Vasconcelos, que escreveu apontamentos sobre a flora brasileira²¹¹ (fig. 3:6B). O território colonial, nas palavras deste botânico, “*pode chamar-se um só bosque*”, referindo “*a preciosidade dos cedros, angelins, quasi ébanos, carápininas, mocetaybas, claraybas, jacuybas, maçarandubas, cibipyras, vinhaticos, putúmuyús, tapapinhoás, peróbas, çapucaybas, jacarandás, páos reis vermelhos, amarells, palmeiras, coqueiros: deixada outro si a delicia das arvores, os bálsamos, copaigbas, ibicuybas, icicatybas, jetaybas, salçafrazes, canafistolas, camarinhos, quasi cravos, canelas, etc*”²¹². Como vemos, eram utilizadas uma multiplicidade de nomes comuns, em geral designações populares e locais, nomeadamente em línguas nativas²¹³. Empregavam-se, de igual

suplicando a V. Ex^a. O desagravo de tudo quanto os mencionados meus mercantes representaram a V. Ex^a. || D^s a V. Ex^a G^a por dilatados Anos. || De V. Ex^a || Omilde subdite, e fiel C. (sic) “ [assinatura]. À margem: “Ilha de Barbados 26 de Setembro de 1796”.

²⁰⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 85-112.

²⁰⁸ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 85-112.

²⁰⁹ Vd. R. B. G., Kew, *Economic Collections*. “*Notebook (1 and 2) received with Specimens from G. Bowes Loddiges Esq. 5.6.1933*”. As duas agendas contêm, respectivamente, 45 e 53 páginas manuscritas não numeradas.

²¹⁰ Este foi uma informação fornecida, em Maio de 2009, pelo Prof. Dr. Mark Nesbitt, responsável pelo departamento das Economic Botanic Collections, do Royal Botanic Garden, em Kew, Richmond. Hunphrey teve contactos com uma figura ligada à Royal Society, Emanuel Mendes da Costa.

²¹¹ Vd. VASCONCELOS, Simão - *Cronica da Companhia de Jesu do estado do Brasil*. Versão de 1865. Original da Universidade de Oxford. In www.google.com. (2009.05.17, 20h30).

²¹² Vd. VASCONCELOS, Simão - *Cronica da Companhia de Jesu do estado do Brasil*. Versão de 1865. Original da Universidade de Oxford, f. 83. In www.google.com. (2009.05.17; 20h30).

²¹³ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 92 e 99.

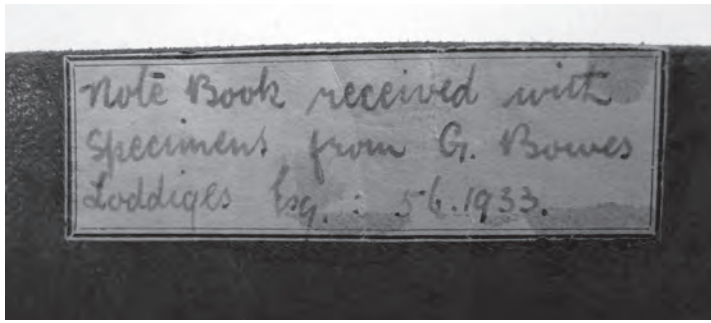


Figura 3:6
Etiqueta exterior de um dos Notebooks de George Bowes Loddiges.

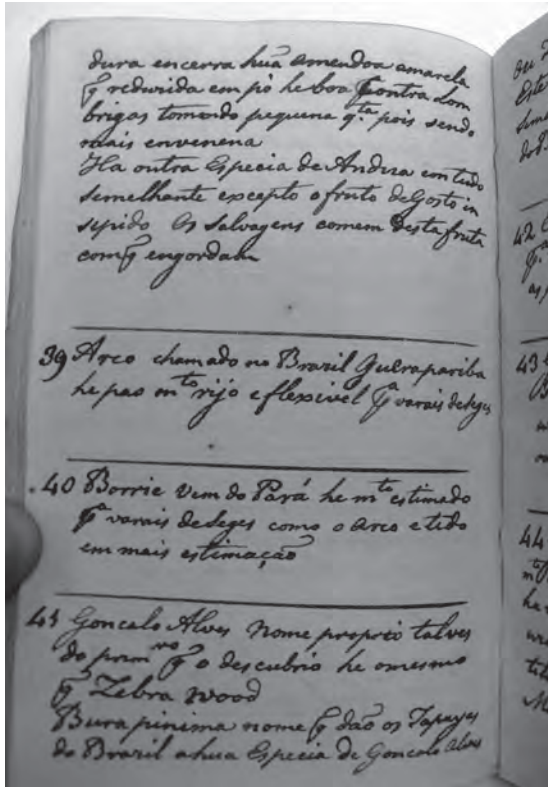


Figura 3:6A
Página com a menção da madeira de gonçalo-alves.

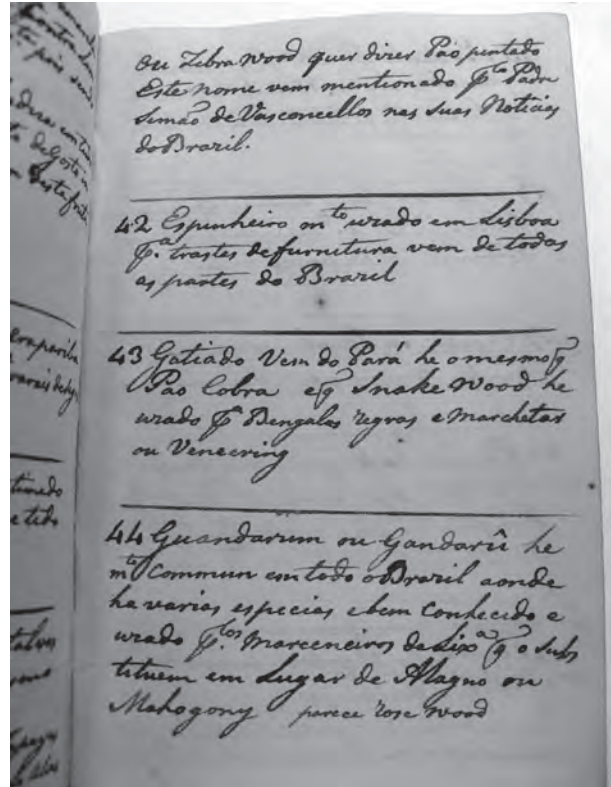


Figura 3:6B
Em cima, na 1ª nota, surge o nome do Padre Simão de Vasconcelos.

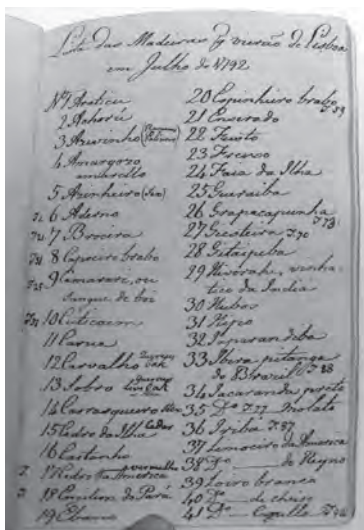


Figura 3:6C
Notas para a provável organização da coleção de madeiras.

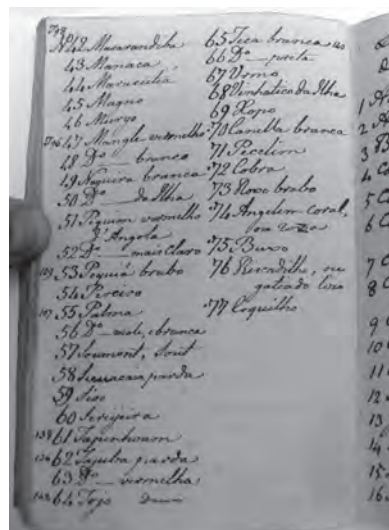


Figura 3:6D
Numeração de amostras de madeiras.

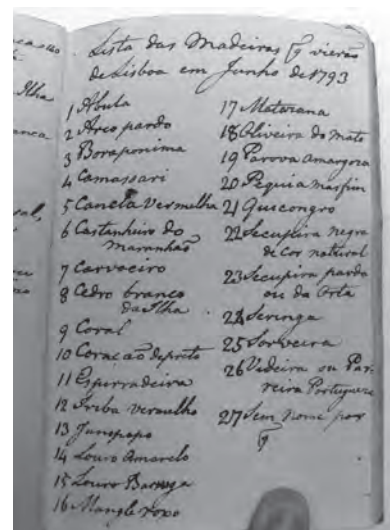


Figura 3:6E
Indicação de madeiras chegadas de Lisboa.

modo, termos que traduziam a coloração e as propriedades mecânicas dos lenhos. Estes critérios, que impossibilitam qualquer destrinça e identificação, reflectem-se nas agendas anglo-portuguesas²¹⁴ bem como nas amostras lenhosas do armário com estampilha de José Aniceto Raposo, como já vimos *supra*.

No vai-e-vem entre Lisboa e Londres foram enviadas, em Julho de 1792, para a capital britânica, cerca de setenta e sete “madeiras”, e em Junho de 1793 cerca de vinte e sete. O seu registo não nos permite entender se são amostras ou lenhos, em toro ou outro talhe, mas, da leitura atenta dos dois cadernos, apercebemo-nos que existia tentativa de constituição de uma colecção organizada em tabuleiros²¹⁵ (3:6C, 3:6D e 3:6E). A tradição do intercâmbio madeireiro existia desde longa data, nomeadamente com a outorga à sociedade “Mellish, Purry & De Visme” da exclusividade da exploração comercial do pau-brasil na Europa, que rendeu aos três sócios e a quem com eles trabalhou, fortunas consideráveis²¹⁶. Abatidas pelos índios, as árvores que proporcionavam a cor vermelha à tinturaria eram por estes depositadas em áreas “protegidas por fortes cercas de pau-a-pique”, onde aguardavam o respectivo embarcamento²¹⁷. No entanto, de modo legal ou camuflado, nada obstava a que as cargas valiosas de pau-brasil, por exemplo, dissimulassem toros de jacarandá, de menor valia comercial que, na confusão, não se distinguiam, se bem que existissem alertas alfandegários para tal facto²¹⁸.

Diversos nomes de lenhos coincidem com a listagem de José Aniceto Raposo. Os dois cadernos ingleses, por partirem de observações pessoais – e, como tal, anotadas –, acrescentam informações no que toca à sua utilização preferencial e marginal, relevando características das árvores e dos lenhos, sua cor e sua maior ou menor disponibilidade. Confirmam, ainda, que diversos nomes são corruptelas de línguas nativas.

A dimensão da troca de informação, ou do comércio de madeiras, entre os dois reinos estará ainda por desvendar em toda a sua extensão. Todavia, poder-se-ão extrair duas constatações do espírito que presidiu à organização destas agendas. Por um lado, constata-se a busca de informações sobre as existências lenhosas do reino português. Por outro, e a esta distância temporal, apura-se, ainda, algum frenesi pelo acesso ao respectivo mercado abastecedor. Estes manuscritos configuram, com probabilidade, actos preparatórios informais que existiriam entre comerciantes desta área de negócios, que conduziram, em Janeiro de 1808, à total abertura do mercado brasileiro à coroa inglesa através de “decisão régia tomada sob pressão inglesa”²¹⁹. A marcenaria inglesa do século XIX pode,

²¹⁴ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 91-92 e 98-106.

²¹⁵ Pudemos apreciar um número limitado de amostras de pequena dimensão.

²¹⁶ Vd. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme* e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 31-64.

²¹⁷ Vd. RIBEIRO, Rita de Cássia Leone Figueiredo; BARBEDO, Cláudio José; et alt, org. - *Pau-Brasil, da semente à madeira. Conhecer para conservar*. São Paulo: Instituto de Botânica, 2008, p. 13.

²¹⁸ Vd. A.H.U., C. U.,. Brasil-Rio de Janeiro, cx. 137, doc. 10852. Em Lisboa, em 23 de Agosto de 1790, foi apreendido, por denúncia do proprietário do navio, pau-brasil que era transportado em toros (quinhentos e trinta e dois toros), sob a designação de jacarandá.

²¹⁹ Vd. TORRALBA, Luís Filipe – 1808-1890. In RODRIGUES, António Simões, coord. – *História de Portugal em datas*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1994, p. 196.

então, utilizar livremente o tão cobiçado jacarandá (*Dalbergia nigra*), que os britânicos apelidam de “rosewood”²²⁰ e que já tinha sido importado de Portugal em carga registada no ano de 1775²²¹.

3. 6. - As madeiras tropicais utilizadas no mobiliário português da segunda metade de Setecentos

A recolha de lenhos no Brasil era uma actividade constante, mas muito custosa, só possível pela disponibilidade de mão-de-obra intensiva, no caso, a escravatura, que trabalhava à míngua de alimentos²²², sendo necessário “*dirig[se-lhes] com suavidade [para que] ganhem confiança com o director*”, pois facilmente “*mud[am] o domicilio, o que se faz mais brevemente no Brasil, do que em Lisboa se mudam as modas*”²²³.

Era necessária uma gestão racional das matas existentes, pois o seu crescimento, conquanto rápido, não era imediato. Esses pressupostos estão resumidos em ofício, datado de 1772, do governador da capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, dando conta que “*as madeiras se não adquirem nem à força de braços, nem de dinheiros, mas sim depois de descansarem as matas muitos anos*”²²⁴. Nessa data, e para cumprir as “*Reais Ordens*”, estavam à disposição da corte de Lisboa madeira para marcenaria, corporizada em “*2.093 paus de construção; 72.196 aduelas; 111 couçoeiras de amostras para obras de marceneiro, e trastes de casas: 5 couçoeiras de sicupira*”, além de “*748 champrões de vinhático, ou grande tabuado de costado; 2:020 rolos de pau para poliame, e 80 amostras de remos*”²²⁵. Esta carga representava, na sua maioria, abastecimento para construção civil e arsenal. Para este, estava destinado vinhático, uma das grandes importações

²²⁰ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, pp. 203-206.

²²¹ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/75, ff. 26-27.

²²² Vd. A. H. U., C. U., Brasil-Pernambuco, Cx. 180, Doc.12582. D. Tomás José de Melo, governador da capitania de Pernambuco, comunica, em 1772, para Lisboa, a sua decisão de parar os cortes de madeira devido à falta de géneros alimentícios.

²²³ Vd. A. H. U., C. U., Brasil-Baía, Cx. 219, Doc.15308. “*Colecção das madeiras armazenadas na cidade da Baía, remetidas pelo capitão Manuel José Vidal da companhia do Terço de Auxiliares dos vários temos da Baía*”. Este extenso documento, com cinco fólios, datável de cerca de 1800, relata a dificuldade de obter, na zona de Alagoas e Baía, madeiras com curvaturas apropriadas para utilização no arsenal, bem como a necessidade de transporte marítimo capaz de suportar os respectivos pesos. Refere, ainda, a necessidade de pessoas conhecedoras das “*matas*” para ser possível encontrar os lenhos mais apropriados às respectivas necessidades, anunciando que existem pessoas que se dedicam esse ofício: “*Também devo lembrar a V. Ex^a que no Rio das Contas o capitão-mor Manuel Pereira da Assunção, em Giquirirá o capitão-mor José Rodrigues são homens capacíssimos, e ninguém naquelas partes tem tanta inteligência e industria, para reger e determinar a abertura dos cortes. No Camarú há um clérigo denominado vulgarmente o Padre Malta, que o iguala em inteligência e é o homem mais intrépido para se meter nas matas, e descobrir madeiras, que sempre dão trabalho em achar; mas este clérigo não imita os dois primeiros em probidade e prudência, e ainda que dele se possa tirar muito serviço, deve haver tanta reserva e cautela com ele, como franqueza e repouso com os outros, a quem Sua Majestade pode mandar condecorar, porque o merecem e são capazes de servir muito. Quando a estes homens se pergunta se haverá este ou aquele pau, respondem ordinariamente, que o mato tem obrigação de o dar: refiro isto para V. Ex^a ficar de acordo, que não pode haver dúvida em tirar Madeiras quantas reproduzirem; mas V. Ex^a sabe*”.

²²⁴ Vd. A. H. U., C. U., Brasil-Pernambuco, Cx. 180, Doc.12582.

²²⁵ Vd. A. H. U., C. U., Brasil-Pernambuco, Cx. 180, Doc.12582.

da colónia brasileira.

A) - A madeira de vinhático

Não se pormenorizam os lenhos para mobiliário, sendo referidos pelo termo genérico “couçoeiras de amostras”, talvez pranchas de tamanho reduzido. Como já vimos, o vinhático, de “superfície bastante lustrosa, algo áspera”, revelou-se uma das preferidas de diferentes ofícios ligados à madeira, entre eles a marcenaria, pois resiste bem aos xilófagos e é fácil de trabalhar²²⁶. O facto de chegar à Europa em barcos que precediam do Oriente, parando, entre outros locais, no Brasil, pode ter ditado a consideração de outra origem, “da Índia”²²⁷.

A construção naval absorvia a maioria desse lenho. Em 1797 deparamo-nos com instruções para a recolha de vinhático para a construção de “*um brique de 30 pés de boca*”²²⁸, indicando a necessidade de “*milheiros de tábuas de vinhático para costado, cobertas e alcainas*”²²⁹. Lenhos de “*pau d’arco, angelim, ou secopira*”, bem como “*troncos de cedros para as obras mortas*” eram, de igual modo, utilizadas para tal fim²³⁰.

O transporte de toros para a Europa tornava-se dispendioso pois ocupava largo espaço nos barcos que não eram suficientes para escoar a recolha de lenhos²³¹ que se acumulavam nas capitánias, chegando a ser escassos os locais para a sua guarda²³². As “*madeiras finas*” viajavam, por vezes, em naus de guerra²³³, marcadas nos topos dos toros, mas também seguiam junto de mercadorias de diversa importância para o trato²³⁴.

No entanto, a condução de lenhos para a metrópole era essencial, pois tratava-se de prover ainda

²²⁶ Vd. RIZZINI, Carlos Toledo – *Árvores e madeiras úteis do Brasil. Manual de dendrologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Edgard Blücher, 1981, pp. 111-113.

²²⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabela III, p. 100.

²²⁸ Vd. A. G. M., *Brasil-Bahia*, 1791. Documentos não numerados (1791-1823). Doc. “*Relação das madeiras do Brasil para a construção de hum brigue de 30 pés de boca, com as dimensões notadas em pés e polegadas a direita e números ou quantidade a esquerda*”.

²²⁹ Vd. A. G. M., *Brasil-Bahia*, 1791. Documentos não numerados (1791-1823). O documento refere que “*devem vir pranchões de 12 a 14 pés de comprido da maior largura possível, grossura de 13 a 14 polgadas p^a se fizerem os enchimentos de duas peças, toros direitos p^a piões de cabrestantes de 16 pés de Comprido e 30 polegadas em quadro, paus direitos p^a cuordas(?), branolas, pés de Carneiro, e outras madeiras que tudo se faz preciso em uma construção, como também milheiros de tábuas de vinhatico p^a costado, cobertas, e alcainas. Arsenal Real da Marinha 30 de Junho 1797*”.

²³⁰ Vd. A. G. M., *Brasil-Bahia*, 1791. Documentos não numerados (1791-1823). Doc. “*Relação de madeira para uma nau de 3 pontes, com 66 casas, compreendidas as balizas e madeiras d’ encher*”.

²³¹ Vd. A. H. U., C. U., Brasil-Pernambuco, Cx. 247, Doc.16597. Neste documento de 1750 dá-se conta do comprimento, largura e espessura dos pranchões: “*vinte e nove pranchões curtos de amarelo de N^{os} 186-189-190-192-té 194-196 té 204-206-207-210-217-264-265-267-269-270-284-285-287-289-e 327 de 17 té 21 pés de comprido; e de 6 té 12 polegadas de grossura, e de 16 té 20 polegadas de largura com a devisa FF*”.

²³² Vd. A. H. U., C. U., Brasil-Pernambuco, Cx. 180, Doc.12582.

²³³ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, p. 96.

²³⁴ Vd. A. H. U., C. U., Brasil-Pernambuco, Cx. 68, Doc. 5839. Em 2 de Junho de 1772 a “*Lista da carga da corveta N. Sra. da Oliveira vinda do Pará*” continha “*388 sacas de cacau; 23 sacas de café; 8 tonéis de aguardente; 27 barris de aguardente; 8 toros de pau-santo; 8 barris de será (cera ?)*”.

a inquestionável necessidade da manufactura tintureira ou da farmacopeia da época.

A viagem da madeira para os acabamentos dos palácios e conventos, e, certamente, para o respectivo mobiliário, revela outra importância, a da satisfação dos caprichos dos poderosos, que desejavam ostentar a diferença relativamente a construções patrocinadas por quem a elas não tinha acesso²³⁵. As obras de Maфра, por exemplo, consumiram madeira brasileira, e John Smith, conde da Carnota, secretário do então marquês de Saldanha, refere a riqueza e magnificência do interior do convento notando que “every cell, or rather chamber, for they are sufficiently spacious, lofty, and well lighted, to merit that appellation, is furnished with tables and cabinets of Brazil-wood”²³⁶. Em outra descrição de detalhes tipológicos existentes na sala “*de profundis*”²³⁷ do mesmo convento, regista-se a existência de “assentos de pau do Brasil postos sobre cachorros de pedra branca com espaldares de pedra vermelha de doze palmos de altura com sua cimalha pequena branca, sendo o soco de toda a casa de pedra azul até à altura dos assentos”. Este não foi caso único pois, no palácio de Queluz, em obra de 1784, foi utilizada “madeira do Brasil” nas respectivas portas e janelas²³⁸ e, para obras no Norte do reino, também foi solicitada matéria lenhosa²³⁹.

No cômputo do mobiliário estudado em inventários na segunda metade do século XVIII, a madeira de vinhático é a terceira mais utilizada²⁴⁰, sendo residual a sua aplicação em cadeiras e em tamboretas, por exemplo²⁴¹. Já a tipologia “cómoda” contraria essa tendência, sendo a segunda mais identificada, logo a seguir a “pau-santo” mas à frente do item “outras”, este em maior número²⁴². As cómodas-papeleiras e os armários utilizaram-na de modo parco²⁴³. Um elemento que pode parecer intrigante é a tipologia “guarda-roupa”, que apresenta o vinhático na maioria dos elementos arrolados²⁴⁴. No entanto verifica-se que a sua disposição interior é inglesa – com dois corpos, o de cima com tabuleiros, e o de baixo com gavetas –, apresentando fechadura dessa proveniência²⁴⁵, prova-

²³⁵ PASTORE, Chaela – Mahogany as Status Symbol: Race and Luxury in Saint Domingue at the End of the Eighteenth Century. In In GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, Editors. *Furnishing the Eighteenth Century. What furniture can tell us about the European and American past*. New York: Routledge, 2007, p. 40.

²³⁶ Vd. SMITH, John – *Memoirs of the Marquis of Pombal*. Londres: Longman, Brown, Green, and Longmans, Paternoster-Row, 1843, vol. 1, p. 26.

²³⁷ Vd. PRADO, Fr. João de S. Joseph – *Monumento sacro da fabrica e solemnissima sagração da Santa Basilica do Real Convento, que junto à Vila da Maфра dedicou a N. Senhora e Santo António a Majestade Augusta do Máximo Rei D. João V*. Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues, 1751, p. 130.

²³⁸ Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa, Livros Horizonte, 1971, doc. 67, p. 307.

²³⁹ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II* (2011), pp. 108-111.

²⁴⁰ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, Gráfico 1, p. 54.

²⁴¹ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, Gráficos 7 e 15, pp. 60 e 72.

²⁴² Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, Gráficos 27, p. 99.

²⁴³ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, Gráficos 31 e 34, pp. 104 e 106.

²⁴⁴ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, Gráfico 36, p. 108.

²⁴⁵ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa:

velmente nas duas portas do corpo superior, o que sucedeu em guarda-roupa que ostenta a conta da sua factura, no ano de 1784, colada em gaveta de armário, assinado por José Francisco de Paiva. Debruçar-nos-emos sobre essa tipologia no 6º capítulo.

A utilização do vinhático pode relacionar-se com um facto desse lenho – quando trabalhado –, poder apresentar características mecânicas semelhantes ao mogno utilizado pelos marceneiros ingleses, facto reconhecido pelas agendas manuscritas de George Loddiges²⁴⁶. Cremos, assim, que a influência de oficiais britânicos a trabalhar em Portugal terá, porventura, sido determinante na vertente funcional da escolha das madeiras, pelo menos de algumas tipologias²⁴⁷. Como veremos, oficiais ingleses trabalhavam em Portugal e, na corte, surge uma figura denominada “Jones” que vendeu, em 1785, “2 bancas de cabeceira de cama [...] para a Sra. Infanta D. Carlota”²⁴⁸.

A madeira de vinhático foi utilizada, na segunda metade do século XVIII, em outras peças de mobiliário da corte portuguesa. “Uma cómoda” executada nesse lenho, sem qualquer indicação estilística, foi comprada em 1785²⁴⁹, e no ano seguinte guardavam-se “38 barras de vinhático, com bancos de ferro e seus pertences”, além de uma “banca de vinhático de jantar”²⁵⁰. Estas tipologias, descritas sumariamente, parecem indicar pouca relevância estilística, sugerindo, a nosso ver e mais uma vez, a valorização da sua vertente funcional.

B) - A madeira de jacarandá

Os relatórios consulares enviados a partir de Lisboa para o Quai d’Orsay, centro da diplomacia francesa, em Paris, entre 1713 e 1755²⁵¹, revelam a importância atribuída às madeiras coloniais para marcenaria. A sistematização dos elementos contidos no “Resumo do movimento das fro-
tas segundo a correspondência consular [francesa]”²⁵² (Quadro 2:1) permite traçar um quadro de cargas lenhosas e marfim, bem como recolher informação sobre a origem e destino dos navios. A probabilidade dos portos continentais portugueses abastecerem o mercado francês de mobiliário de luxo é uma hipótese a colocar, dado o interesse específico dos diversos cônsules de França²⁵³

Livros Horizonte, 2007, pp. 108-109.

²⁴⁶ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2013, Tabela I, pp. 98-99.

²⁴⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2013, pp. 92-93.

²⁴⁸ Vd. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. nº. 10. “Inventário real do móvel que se aprontou para servir na função das passagens, e jornada de Vila Viçosa, em Abril de 1785”. Entre os “trastes que se compraram”, indica-se este oficial.

²⁴⁹ Vd. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. nº. 10. “Inventário real do móvel que se aprontou para servir na função das passagens, e jornada de Vila Viçosa, em Abril de 1785”. Entre os “trastes que se compraram” consta essa tipologia.

²⁵⁰ Vd. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. “Relação de trastes que guarda Gregório Martins, no quarto onde assistiu o sr. Arcebispo, no Palácio da Ajuda, em Maio de 1786”.

²⁵¹ Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 137-184.

²⁵² Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 137-184.

²⁵³ Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 137-184. Os nomes dos cônsules que intervieram no fornecimento dos dados compilados pelo autor são os

pelas madeiras destinadas à respectiva execução, alvo de tratamento informativo paralelo ao dos diamantes, por exemplo²⁵⁴.

TABELA 3:1

Madeiras para marcenaria chegadas a Lisboa com origem no Brasil (1697 - 1766)

MÊS E ANO	MADEIRA DE JACARANDÁ	MADEIRA DE PAU-VIOLETA	OUTRAS DESIGNAÇÕES	ORIGEM	OBSERVAÇÕES E OUTROS MATERIAIS
Dezembro 1713			"Madeiras"	Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro	
Julho 1718			"Outras madeiras"	Rio de Janeiro	
Outubro 1719	2.639 quintais		"115 duzias de couçoira"	Rio de Janeiro	160 pontas de marfim
Agosto 1721			"Madeiras"	Pernambuco	"dos 60 navios, 14 são destinados para o Porto e Viana, dos quais a carga não está computada"
Agosto 1734	695 quintais			Rio de Janeiro	712 quintais de marfim
Outubro 1735	2.272 quintais		3,585 quintais de madeiras couçoieras	Baía	
Agosto 1736			"1.500 quintais de madeira de Pernambuco"	Pernambuco	
Outubro 1738			"varias quantidades de madeiras"	Baía	
Abril 1740	"3.400 quintais de madeira jacarandá"			Pernambuco	
Dezembro 1742	150 quintais de jacarandá			Rio de Janeiro	
Dezembro 1743	"382 quintais de madeira jacarandá"			Rio de Janeiro	
Março 1745	300 quintais de jacarandá		"1.472 duzias de madeira couçoira"	Rio de Janeiro	
Agosto 1745			"5.455 peças de madeira"	Baía, Índias	
Janeiro 1746	10.000 quintais de jacarandá			Rio de Janeiro	
Janeiro 1747	2.890 peças de madeira jacarandá			Rio de Janeiro	
Janeiro 1747			"8.057 quintais de madeira de Pernambuco"	Baía	

seguintes: senhores Rouillé, Châteuneuf, Delescolle, Viganego, Duverger, De Mornay, Saint, Colombe, De Montagnac, Du Vernay, Ferrand, Beauchamp, Saint Julien, conde de Baschy, Grenier, Louis Trinité, Semonin.

²⁵⁴ Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 213-214 e 219. A par das informações sobre as madeiras de luxo, o cônsul De Montagnac informa, em 1731, a corte francesa que os diamantes "são procurados pelos lapidários da Holanda, e da Inglaterra, e os ingleses compram o que podem encontrar, fazem-nos trabalhar na Inglaterra e os revendem em seguida aos portugueses. A senhora marquesa de Távora, neta da falecida senhora duquesa de Cadaval, comprou recentemente pelo preço de 3.000 cruzados um belíssimo fruto daquelas minas que havia sido lapidado em Inglaterra". O autor refere, ainda, os nomes de dois dos joalheiros associados a estes negócios, John Gore e Josué Van Neck que, em 1757, assinaram contrato de comércio das pedras preciosas com a corte portuguesa.

MÊS E ANO	MADEIRA DE JACARANDÁ	MADEIRA DE PAU-VIOLETA	OUTRAS DESIGNAÇÕES	ORIGEM	OBSERVAÇÕES E OUTROS MATERIAIS
Março 1748	"1.427 quintais de madeira jacarandá"			Rio de Janeiro	
	"150 toras do dito"		"1.200 peças de madeiras diferentes"		
Junho 1749	"1.753 toras de madeira jacarandá"			Rio de Janeiro	
Julho 1749		"45 quintais de pau-violeta"	"1.176 peças de diferentes madeiras e medidas"	Pernambuco	
Agosto 1751			"753 dúzias de peças de madeira e pranchas"	Rio de Janeiro	
Setembro 1753			"peças de madeira e pranchas"	Baía	
Mai 1754	"712 quintais de madeira jacarandá"			Rio de Janeiro	
Setembro 1754		"432 quintais de madeira violeta"		Pernambuco	
Outubro 1754	743 toras de jacarandá"			Baía	
Julho 1755		"420 quintais de pau-violeta"		Pernambuco	
Setembro 1755			"madeira para marcenaria"	Pernambuco	"para os particulares"
Setembro 1755			"madeira para marcenaria"	Baía	

Fonte: Elaborado a partir de PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 137-184.

Numa primeira análise conclui-se que, nas décadas de 30, 40 de 1700, e até 1755, a madeira chegava não só do Brasil mas também “das Índias”, em 1745, o que nos remete para o percurso que as naus percorriam desde o Oriente até à chegada a Lisboa, trazendo, por exemplo o sissó (*Dalbergia sissoo*), uma das espécies que cresce nos territórios da zona dos Himalaias, em Cachemira, no Nepal e no Butão²⁵⁵. Mas outras espécies de jacarandá indiano eram conhecidas. As madeiras utilizadas na zona de Vizagapatam, na Índia, por exemplo, forneceram matéria-prima para tipologias adaptadas ao gosto europeu em colecções inglesas, contando-se entre elas, mobiliário de assento, escritórios, e cómodas-papeleiras²⁵⁶, transportadas pela “East India Company”²⁵⁷. A madeira de sissó encontra-se, de igual modo, nas peças indo-portuguesas, nomeadamente em pequenas mesas, contadores ou escritórios.

Na rota de regresso à Europa, as embarcações faziam paragens nos portos brasileiros, possibilitando a viagem de materiais das costas africana ou indiana²⁵⁸, trazendo, por exemplo, marfim, num movimento de vai e vem que facilitava o trânsito de mercadorias tão apetecidas e raras na Europa. Nas embarcações que faziam esses percursos transitavam, de igual modo, pessoas entre os diversos

²⁵⁵ Vd. BOWETT, Adam – *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. 206.

²⁵⁶ Um exemplar desta tipologia encontra-se no acervo da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, em Águeda.

²⁵⁷ Vd. BOWETT, Adam – *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. 206.

²⁵⁸ Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 137.

continentes²⁵⁹.

Por outro lado verifica-se que algumas das madeiras eram destinadas “a particulares”, uma referência específica no ano de 1755 que talvez possamos entender pela negativa da afirmação, i.e., que as restantes e grossas remessas seriam para a coroa ou grandes mercadores. Os ancoradouros receptores eram Porto e Viana, além da capital.

Durante estes cerca de 42 anos o total de jacarandá chegado a Lisboa foi de aproximadamente 21.977 quintais mais 2.646 “toras”²⁶⁰. Quanto ao pau-violeta contam-se cerca de 432 quintais em 1754, e 420 quintais em 1755²⁶¹, uma quantidade ínfima relativamente ao primeiro. O acondicionamento e transporte destas cargas valiosas eram matéria de comunicações oficiais entre o Brasil e Lisboa demonstrando a sua importância comercial²⁶². Outra via que abastecia a cidade de Lisboa era o da compra directa a mercadores que negociavam outras mercancias²⁶³.

A actividade madeireira no Brasil revelava-se extensa, e relatos epocais indicam a existência de serração de madeiras²⁶⁴, dado implícito na expressão “*madeiras semitrabalhadas*”. Esta expressão referia “pranchas, caibros, vigas curvas e abobadas, vigotas, etc. para a construção, varas para carruagens, madeiras para construção de navios”, apontando para “uma intensa actividade [...] sobretudo no Rio de Janeiro”²⁶⁵.

Alguma desta madeira pode-se ter destinado, como já referido, a obras arquitectónicas reais em curso, porventura, também, a Coimbra, de que a biblioteca da respectiva universidade é testemunho. Outra documentação, datada de 1776, atesta solicitação oficial de lenhos para “*as obras*

²⁵⁹ Vd. A. H. U., C. U., Brasil – Pará, Cx. 65, Doc. 5601. Fernando de Ataíde Teive Sousa Coutinho, governador do Pará e Maranhão e Rio Negro envia relações de madeiras para construção de naus em Lisboa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: “*M^{mo}, e Exmo S.nor || Ponho na presença de V. || Ex^{cia} as relações da Madeira, que vieberão (?) || as sete embarcações do transporte da Gente de || Mazagão, para serem presentes a Sua Mag^{de} || Deus Guarde a V. Ex^{cia}. Pará || a 14 de Janeiro de 1770. || [assinaturas]*”.

²⁶⁰ Se tomarmos o quintal por 60 quilogramas, nestas mais de quatro décadas chegaram ao continente, segundo este registo, mais de 1.300.000 quilogramas de jacarandá.

²⁶¹ Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 180.

²⁶² Vd. A. H. U., C. U., Brasil – Pará, Cx. 24, Doc. 2263. João de Abreu Castelo Branco Governador-geral do estado do Maranhão escreve, em Outubro de 1741, a António Guedes Pereira, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar à época, relatando que se encontram madeiras cortadas e prontas para embarcar mas que “*não são de qualidade que se possam facil^{te} carregar em navios mercantes; nem eles nesta monção poderão admitir outras menos pesadas, por terem bastante carga dos géneros do comércio; eu mandei arrumar as ditas madeiras, e se acham muito bem acondicionadas, e cobertas do temporal, de sorte, que poderão esperar todo o tempo que for necessário, sem detrimento algum, até que haja ocasião de se navegarem p^a Lx^a.*”

²⁶³ Vd. A. G. M., *Armazéns Reais, 1749-1844*, Cx. 12, Doc.107. Documento datado de 27 de Fevereiro de 1802 descreve a “*Relação dos géneros que para fornecimento do Arsenal real da Marinha se comprarão às seguintes pessoas, q. os entregarão nos seus competentes Armazéns nas épocas à margem declaradas, os quais se lhes mandarão pagar em todo o mes de Fevereiro do corrente ano, pelos seguintes conhecimentos em forma, e relações, por onde igualmente se mandarão satisfazer os gastos feitos com alguns dos m^{mos} géneros. ... Em 19 de Jan^o p.p. ... A Joaq^m dos S.^{tos} Franc^{co} e C^a, 20 gr. [grossas] de pregos de latão cabeça embutida...a 400 r. o m. [milheiro] ...1:024\$000; Em 11 de Jan^o d^o ...a Joaq^m J^e de Carv^o, 36 pranchas de vinhático ...a 6\$r. cada uma ...216\$000; ... Em 20 de Dezebr^a de A. p.p. (sic) ... A Ant^o J^e Araújo, 16 pranchas de vinhático ...a 10\$ r. cada uma ...160\$000*”.

²⁶⁴ Vd. A. H. U., C. U., Brasil – Pará, Cx. 40, Doc. 3240. Refere-se a execução provável de penhora a viúva e filhos de Pedro Jansen Moller cuja “*Fabrica de serrar madeiras*” está em falência.

²⁶⁵ Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 205.

do Paço Real de Lisboa”²⁶⁶, nomeadamente vinhático e outras “de todas as boas qualidades”, ou “madeiras de “cores” para a carpintaria e “paqueteados” do palácio. Madeira de murta era, igualmente, requerida²⁶⁷. Este palácio poderia ser o Real Palácio de Nossa Senhora da Ajuda para cujas obras foi enviada, em 1776, madeira de jacarandá, além de “25 ½ dúzias de couçoiras de diversas qualidades”²⁶⁸. Mais tarde, em 1804, foram requeridas ao governador da capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, “vigas” para o mesmo palácio²⁶⁹.

O mobiliário civil das elites lisboetas da segunda metade de Setecentos não contempla jacarandá. Na obra que nos tem servido de referência para análise de madeiras e tipologias não é explícito o critério para a designação do item “outras”, no que toca a lenhos. Existirá alguma menção a jacarandá? Não deixa, no entanto, de ser indicativo que esta madeira, tão importante para o comércio francês, não tenha sido mencionada em quantidade apreciável para que o autor a tenha recenseado individualmente. Este facto traz à colação a eventual parca informação dos louvados para o respectivo reconhecimento, já referenciada *supra* ou, em alternativa, a grande quantidade de lenhos chegados aos portos portugueses com características e coloração similares, permitindo aos marceneiros locais a execução de tipologias com matéria-prima indistinta, mas negra. Como veremos, a madeira do arcaz do antigo convento de São Bento de Ave-Maria, no Porto foi nomeada “pau-preto”, mas a identificação botânica indica apuleia (*Apuleia leocarpa*)²⁷⁰.

C) - As designações “pau-santo” e “pau-preto”

Madeira de jacarandá (*Dalbergia nigra*) foi identificada nos estudos que cruzaram fontes documentais e investigação botânica no arcaz da sacristia da igreja dos Clérigos, no Porto, e pelo qual o entalhador portuense Damião Pereira de Azevedo foi pago em 1783²⁷¹. O tampo deste móvel, de cerca de 878 cm de comprimento, dividido em dois grupos de três tábuas, perfazendo um total de seis, indicia existência, no mercado abastecedor de lenhos de medidas apreciáveis, compagináveis com as das árvores que, no século XVIII, forneciam o jacarandá²⁷². Na actualidade, as suas medidas são diversas, e menores²⁷³.

²⁶⁶ Vd. A. H. U., C. U., Brasil–Pernambuco, Cx. 121, Doc. 9262.

²⁶⁷ Vd. A. H. U., C. U., Brasil–Pernambuco, Cx. 247, Doc. 16597. “Ofício da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao secretario de estado da Marinha e Ultramar visconde Anadia (João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior)”.

²⁶⁸ Vd. A. T. C., *Fundo Geral do Erário Régio*. Cartas do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, f. 104.

²⁶⁹ Vd. A. H. U., C. U., Brasil–Pernambuco, Cx. 251, Doc.16814.

²⁷⁰ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2013, pp. 96-97.

²⁷¹ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*. Porto: Universidade Católica Editora, 2011, pp. 107-130.

²⁷² Pudemos corroborar a existência de prancha relevante de *Dalbergia nigra*, cortada radialmente, com 1,70 m de diâmetro e 6 cm de espessura, existente nas Economic Botanic Collections dos Royal Botanic Garden, em Kew. Visita efectuada em Maio de 2009.

²⁷³ Esta árvore, de crescimento muito lento, pode exhibir, nos dias de hoje, um diâmetro de cerca de 90 cm para cerca de 10 m de altura. Na actualidade, o jacarandá-da-baía raramente apresenta fustes perfeitos, pois em geral contém uma perfuração no seu interior que não permite o aproveitamento completo do cerne. Vd. RIZZINI, Carlos Toledo – *Árvores e madeiras úteis do Brasil. Manual de dendrologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Edgard Blücher, 1981, p. 151. As

Pau-preto é uma das denominações utilizadas aquando da decisão de factura do arcaz, o que, a nosso ver, significou a relevância dessa cor no programa decorativo escolhido. O antifonário com a mesma execução estilística, que se encontra na nave da igreja dos Clérigos, foi executado com o mesmo lenho, igualmente identificado neste estudo. Análise macroscópica por nós efectuada – mas sujeita a confirmação mais detalhada –, indica que a mesma madeira foi utilizada nas grades que apartam a capela-mor, bem como no cadeiral da igreja, executado em 1774/1775²⁷⁴ pelo marceneiro José Fernandes Neves²⁷⁵. A respectiva talha foi dourada mais tarde, em 1778²⁷⁶.

As notações “*pau-santo*” e “*pau-preto*” abundam nas identificações dos documentos setecentistas, mas a sua identificação é, nos dias de hoje, problemática²⁷⁷. As denominações vulgares das madeiras são motivo de algumas citações inexactas, o que não acontece só em Portugal, dado não existirem tabelas botânicas nem estudos sistematizados que identifiquem os lenhos, com um ou mais séculos, utilizados na marcenaria. Estas ponderações não constituem reflexões sem sentido, pois o reconhecimento dos lenhos utilizados em mobiliário, bem como as respectivas medidas das pranchas, pode confirmar, ou não, conforme já sugerimos, a datação de algumas tipologias, com óbvias implicações para o reconhecimento de acervos museológicos ou para o mercado de antiguidades.

Em Inglaterra, foi publicado, recentemente, estudo que vimos citando, apontando para diferenciações histológicas compaginadas com fontes documentais, nomeadamente inventários de colecções privadas ou de oficinas de marcenaria²⁷⁸. A identificação dos tecidos das madeiras é um processo complexo que obriga a recolher amostras das tipologias de modo a que possam, depois de analisadas e identificadas ao microscópio, ser comparadas com chaves botânicas pré-existentes, ou, em alternativa, pelo método dendrológico, i.e., descrição dos lenhos, sua análise histológica e respectiva inserção ambiental²⁷⁹.

pranchas, ou tábuas, dele obtidas, não permitem a execução de superfícies de medidas relevantes sem recurso a emendas.

²⁷⁴ Vd. A. H. I. C., *Livro 47*. Ano de 1774 pº 1775, f. 21. O recibo reza o seguinte: “*Recebi do Sr R.º P.º Manuel de oLibeir (sic) junto duzentos mil reis à conta do feitio das cadeiras para o Coro oje (?) porto (sic) 28 de Junho de 1775 (?). Joze Fezº Neves*”.

²⁷⁵ Este marceneiro portuense, que foi juiz do ofício, executou “cadeiras para a Ordem Terceira de S. Francisco” do Porto, em 1748; em 1755 participou na execução das grades da igreja do mosteiro de Tibães e em 1767 vendeu madeira para a Sé do Porto. Vd. LEÃO, Manuel – *Artistas Antigos do Porto*. Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão, 2002, pp. 70 e 97. O autor esclarece, ainda, que o marceneiro “tinha morrido em 1813”.

O seu filho era o Licenciado José Fernandes Neves da Gama. Vd. SMITH, Robert C. – *Two Portuguese antiphonal lecterns dated 1668 and 1770. Furniture History*, vol. X, 1974, p. 23.

²⁷⁶ Vd. A. H. I. C., *Livro 42*. Ano de 1778 pº 1779, f. 6. O registo refere “*Conta do ouro qº remeti a Igrª dos Rºs Clérigos [“para o lavrado (?) das cadeiras da Capela Mor”] || por ordem do Padº Irmº da Irmª || Em Setº de 1778 || Por 5 milhrºs de ouro subido a 6\$800 rs ...34\$000*”.

²⁷⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2013, pp. 85-112.

²⁷⁸ Vd. BOWETT, Adam – *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012.

²⁷⁹ Vd. RIZZINI, Carlos Toledo – *Árvores e madeiras úteis do Brasil. Manual de dendrologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Edgard Blücher, 1981.

D) - A problemática das madeiras de cor negra

Esta identificação traz aos estudos de mobiliário outros elementos para o debate sobre as madeiras de cor negra que chegavam aos portos portugueses, não sendo suficiente a nomenclatura de pau-preto ou pau-santo para definir a matéria-prima lenhosa²⁸⁰. Estas denominações podem revelar-se imprecisas, não constituindo verdadeira identificação da matéria-prima. Além do jacarandá brasileiro, do género *Dalbergia*, de cor negra-violácea²⁸¹, e do coração-de-negro, simplesmente “coração” ou “pau-santo”, estes pertencentes ao género *Zollernia*, que conta com cerca de oito espécies, podendo ser, na origem, de cor quase preta²⁸², outros lenhos ostentavam esta coloração. Poderá ser por essa razão que os estatutos dos ensambladores portuenses utilizam terminologias vagas, tais como “madeiras de pau preto e mais cores que vierem do Brasil”, “madeira de pau do Brasil de qualquer casta que seja”, ou, simplesmente, “madeira do Brasil”²⁸³.

No caso do arcaz do mosteiro de São Bento de Ave-Maria, a utilização da garapa, ou canafístula, com características tecnológicas de brandura, proporcionou ao entalhador material adequado para lavrar os intrincados ornatos do arcaz e do antifonário. A sua presença constitui, porventura, sinal de que o abastecimento de lenhos escuros à cidade do Porto poderia ser indiferenciado em finais do século XVIII, e talvez inícios de XIX, ou ter correspondido a uma remessa específica que ostentava essa cor, sendo aproveitada em diversas tipologias aquando da reconstrução do mesmo convento. Outras peças deste cenóbio, como bancos de pernas torneadas e outros de feição neoclássica também a utilizaram²⁸⁴ e as designações das fontes documentais vão da já citada expressão “pau-preto” até “madeira de fora”. Esta expressão indica, de igual modo, o lenho das zonas de apoio do cadeiral abacial beneditino, bem como do antifonário tardo-rococó, denunciando uma mescla fraseológica que hoje se revela difícil de entender.

E) - A designação “pau-óleo”

Estas investigações revelam ao estudioso do mobiliário que as madeiras com alguns séculos, além de verem alterada a cor dos tecidos que se encontram em contacto com a luz e o ambiente, foram, amiúde, sujeitas a tratos diversos que lhes forneceram, por vezes, coloração diversa da original.

²⁸⁰ Veja-se, por exemplo, o caso do marceneiro francês Roubo que refere a imprecisão da terminologia entre os marceneiros do seu reino, confundindo as designações “violet”, “jacaranda” e “palissandre”, já que a coloração e o odor eram semelhantes. Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier ébéniste. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, p. 780.

²⁸¹ Vd. BERNAL, R. A.; VALENTE, A.; PISSARRA, J. – Wood Identification of 18TH Century Furniture. Interpreting Wood Naming Inventories. *International Journal of Conservation Science*, vol. 2, nº 3, 2011, pp. 217-228 (<http://www.ijcs.uaic.ro>).

²⁸² Vd. RIZZINI, Carlos Toledo – *Árvores e madeiras úteis do Brasil. Manual de Dendrologia Brasileira*. S. Paulo: Editora Edgard Blucher, 1971, pp. 140-141.

²⁸³ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Ensamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, pp. 97-133.

²⁸⁴ Vd. BERNAL, R. A.; VALENTE, A.; PISSARRA, J. – Wood Identification of 18TH Century Furniture. Interpreting Wood Naming Inventories. *International Journal of Conservation Science*, vol. 2, nº 3, 2011, p. 173 (<http://www.ijcs.uaic.ro>).

Caso paradigmático é o do arcaz de sacristia e o antifonário que hoje se encontram na igreja portuense de Cedofeita e que vimos mencionando. Estudos histológicos revelaram a madeira de acácia (*Acácia* sp.) no tampo do arcaz – nomeada nos documentos sob a designação de “pau-óleo”²⁸⁵, trazendo à liça quer a inexactidão dos nomes comuns das madeiras utilizados nas fontes, quer a dificuldade de uma identificação baseada na análise macroscópica dos lenhos. O trabalho histórico-botânico que realizámos sobre essas tipologias²⁸⁶ permitiu propor uma leitura estilística daquela peça bem diferente da que hoje aparenta²⁸⁷, pois está muito enegrecida.

Encontramos a designação de madeira de “pau-óleo” e “madeira de fora” nas fontes que referem a sua execução. A árvore a que se refere a primeira expressão segrega um bálsamo que “outrora foi muito empregado como expectorante e calmante nas cistites [...] e hoje só acha uso em perfumaria e sob a forma de balas sedativas da tosse”, crescendo, no Brasil, da Baía até ao Paraná e Mato Grosso²⁸⁸. A expressão “pau-óleo” pode, ainda, referir-se a árvores ainda hoje existentes²⁸⁹ utilizadas em construção civil ou “obras externas”²⁹⁰, e algumas espécies exalam odor. No entanto, a identificação botânica deste arcaz não coincide com lenhos com essa característica.

A chave para a interpretação da expressão “pau-óleo” poderá estar na prática tradicional na marcenaria setecentista de polir a superfície da madeira com óleo de linhaça, não interferindo, portanto, na cor original dos lenhos. Tratava-se de uma rotina para simples preenchimento dos seus poros, o que permitia iluminar e realçar o colorido da madeira e que, por exemplo, os marceneiros ingleses incluíam na sua prática do seu acabamento²⁹¹. O arcaz apresentava, no seu tampo, aquando da sua execução, a cor avermelhada, ou castanho-avermelhada que a madeira possuía, contrastando com as frentes das gavetas em “garapa” ou “canafístula” (*Apuleia* sp.), de cor negra²⁹², sugerindo uma proposta estética de contrastes de coloração. Esta dualidade de tons está presente na

²⁸⁵ A madeira de acácia, madeira de zonas pan-tropicais, foi, igualmente identificada em lenços das suas gavetas, e em antifonário, ambos, hoje, na igreja de Cedofeita, no Porto. Uma mesa setecentista e o remanescente de um conjunto mais vasto de um cadeiral de coro também utilizaram essa madeira. A sua cor avermelhada, com semelhanças com os tons na moda, à época, saber, o mogno e a madeira a que os franceses chamam de “amaranthe”, podem ter ditado a sua utilização. Uma das hipóteses para a sua origem é a Ilha da Madeira, local de abastecimento mais próximo que o Levante, outra possível zona geográfica. Vd. BERNAL, R. A.; VALENTE, A.; PISSARRA, J. – Wood Identification of 18TH Century Furniture. Interpreting Wood Naming Inventories. *International Journal of Conservation Science*, vol. 2, nº 3, 2011, pp. 217-228.

²⁸⁶ Vd. BERNAL, R. A.; VALENTE, A.; PISSARRA, J. – Wood Identification of 18TH Century Furniture. Interpreting Wood Naming Inventories. *International Journal of Conservation Science*, vol. 2, nº 3, 2011, pp. 217-228 (<http://www.ijcs.uaic.ro>).

²⁸⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II* (2011), pp. 107-130.

²⁸⁸ Vd. RIZZINI, Carlos Toledo – *Árvores e madeiras úteis do Brasil. Manual de dendrologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Edgard Blücher, 1981, p. 165.

²⁸⁹ Vd. RIZZINI, Carlos Toledo – *Árvores e madeiras úteis do Brasil. Manual de dendrologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Edgard Blücher, 1981, pp. 163-165.

²⁹⁰ Vd. RIZZINI, Carlos Toledo – *Árvores e madeiras úteis do Brasil. Manual de dendrologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Edgard Blücher, 1981, p. 163.

²⁹¹ Vd. *REPRINT OF THE CABINET-MAKERS' LONDON BOOK OF PRICES, 1793*. Leeds: The Furniture History Society, 1982.

²⁹² Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II* (2011), pp. 107-130.

indicação que a “guarnição [é] de pau-preto”, sendo, portanto, indicação para os executantes, que a madeira escura deveria ser utilizada em concomitância com a primeira. O arcaz terá acompanhado as tendências aparatosas que a inserção de colorido permitia às decorações, que já referimos *supra* e, eventualmente, uma aproximação aos cânones estéticos ingleses, que privilegiavam a cor vermelha do mogno.

F) – A “madeira de caixa” ou “pau-caixa”

Não se conhece, em boa verdade, a amplitude das madeiras utilizadas pelos marceneiros setecentistas portugueses nos interiores das carcaças dos móveis. Deparamo-nos, na investigação histológica das madeiras do arcaz da sacristia dos Clérigos, com madeira de castanho (*Castanea sativa*), que já vimos existir na zona geográfica da cidade do Porto, e acácia (*Acacia sp.*), ambas dispersas na estrutura do móvel bem como no supedâneo, cimentando a nossa anterior afirmação de que os marceneiros se apropriavam de madeiras indiscriminadas para a execução dos interiores, desde que estivessem disponíveis em medidas ajustadas. Outro lenho é o couratari ou tauari (*Couratari sp.*), uma das madeiras utilizadas nas caixas de açúcar.

O aproveitamento das madeiras “*dos caixões em que se mete o açúcar*”²⁹³, a chamada “madeira de caixa” era uma realidade. Essas embalagens, que no caso do açúcar constituíam uma medida estabelecida no território português, pouco mais de 55x55x55 cm²⁹⁴, equivalente a trinta²⁹⁵ ou trinta e cinco arrobas²⁹⁶, eram ainda utilizadas para transportar queijo²⁹⁷, vidros “verdes”²⁹⁸, “*crystalinos*” ou “*coalhados*”²⁹⁹ ou espelhos³⁰⁰. Os estatutos dos ofícios mecânicos da cidade de Lisboa reconheceram, em 1698, a “bondade e fortaleza [da madeira das caixas de açúcar] pelo grande número de

²⁹³ Vd. ANTONIL, André João – *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. In <http://www.cchla.ufpb.br>, p. 81 (2010.08.30; 12h).

²⁹⁴ Vd. ANTONIL, André João – *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. In <http://www.cchla.ufpb.br>, pp. 79-81 (2010.08.30; 12h). Segundo informação deste autor, as tábuas utilizadas no fabrico das caixas “*hãode ter nos lados, para bem, dous palmos e meio de largo, e o mesmo de comprimento*”.

²⁹⁵ Vd. PHILLIPS, Carla Rahn – Trade in the Iberian empires, 1450-1750. In TRACY, James T. ed. - *The rise of Merchant Empires. Long Distance Trade in the Early Modern World. 1350-1750*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1993, p. 39. A autora considera que, em Setecentos, cada arroba equivalia a cerca de 11,5kg e a caixa de açúcar era uma medida portuguesa estabelecida, correspondendo a 30 arrobas.

²⁹⁶ Vd. ANTONIL, André João – *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. In <http://www.cchla.ufpb.br>, p.106 (2010.08.30; 12h).

²⁹⁷ Vd. A. N. T. T., *Alfandega de Lisboa*, Alfandega Grande do Açúcar, Casa da Índia, Mesa Grande. Lº Receita do Comboy. Bilhete. “*Em 30 de Julho de 1803 a f.160 – nº4514 – Franº Jº Vieira da Sª ...200 Dous mil queijos flamengos em vinte caixas em duas fragtas*”.

²⁹⁸ Vd. A. N. T. T., *Alfandega de Lisboa*, Alfandega Grande do Açúcar, Casa da Índia, Mesa Grande. Lº Receita do Comboy. Bilhete. “*Em 27 de Outubro de 1805 a f.125 – Nº6120 – Rafael Lourenço Perez por elle Mº Pedro Busse... 1600...setenta e três arrobas de vidro verde pª vidraças, em caixetas em cinco caixas em huma fragta*”.

²⁹⁹ Vd. A. N. T. T., *Alfandega de Lisboa*, Alfandega Grande do Açúcar, Casa da Índia, Mesa Grande. Lº Receita do Comboy. Bilhete. “*Em 30 de Abril de 1806 a f.126 – Joze Pedro Buce por Herzel Groh, e Cª... 2800 – Sete arrobas de vidros crystalinos em quatro caixetas, abatidas duas arrobas para tara; 900 – onze arrobas e meia de dºs coalhados em duas caixas, abatidas três arrobas para tara*”.

³⁰⁰ Vd. A. N. T. T., *Alfandega de Lisboa*, Alfandega Grande do Açúcar, Casa da Índia, Mesa Grande. Lº Receita do Comboy. Bilhete.

arrobas que em si sustenta”³⁰¹.

O tauari ou couratari era um dos lenhos utilizados nos engenhos do açúcar³⁰². Com os elementos históricos que possuímos sobre a actividade da construção das caixas de acondicionamento para transporte em navios³⁰³, bem como as indicações das fontes documentais sobre a reconstrução do arcaz de sacristia da igreja dos Clérigos, em 1783, pudemos verificar as marcas, aplicadas a fogo, no lenho da estrutura intestina desse móvel. No concreto, o couratari brasileiro que, na actualidade, pode crescer até 37 metros de altura e apresentar 1 metro a 1,5 metro de diâmetro, apresenta sílica nos seus tecidos. Este facto conferia às caixas executadas com esta madeira, ou a outras com características semelhantes, defesa do seu conteúdo no que respeita à salinidade marítima, condição essencial nas viagens intercontinentais ou a partir da ilha da Madeira, outro território que alimentava de açúcar o continente português. As embalagens obedeciam a determinadas normas, nomeadamente dimensão e modo de ensablagem, preparação interior “com folhas secas de bananeira e barro” para não danificar o produto, e três marcas exteriores a fogo ou a tinta, identificando o conteúdo, o produtor e o destinatário³⁰⁴.

O grão direito e uniforme da madeira, bem como ausência de odor, tornaram o tauari exemplar para a construção deste móvel adossado à parede. Na verdade, para o âmagos destas tipologias de grandes dimensões, os marceneiros e carpinteiros sabiam que tinham de escolher madeiras com propriedades mecânicas convenientes para que o cliente, neste caso a Irmandade dos Clérigos, não tivesse razão para reclamar de alguma imperfeição, de que poderia constituir exemplo o bom funcionamento das gavetas de medidas avantajadas. A facilidade de as trabalhar terá sido outro dos factores a pesar na sua escolha³⁰⁵, a par da sua previsível durabilidade. A textura medianamente

³⁰¹ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 479.

³⁰² Outros lenhos referidos no início do século XVIII eram os “*paus de lei*”, os “*mais sólidos, de maior dura e mais aptos para serem lavrados, e tais são os de sapucaia, de sapupira, de sapupira-cari, de sapupira-mirim, de sapupira-maçu, de vinhático, de arco, de jetaí amarelo, de jetaí preto, de messetaúba, de maçaranduba, pau-brasil, jacarandá, pau-de-óleo, picai e outros semelhantes a estes. O madeiramento da casa do engenho, casa das fornalhas e casa das caldeiras e a de purgar, para bem há de ser de maçaranduba, porque é muito dura e serve para tudo, a saber, para tirantes, frechais, sobrefrechais, tesoura ou pernas de asna, espigões e terças, e desta casta de pau há em todo Recôncavo da Bahia e em toda acosta do Brasil. Os tirantes e frechais grandes valem três a quatro mil reis, e às vezes mais, conforme o seu comprimento e grossura, assim toscos como vêm do mato, só com a primeira lavradura. Os eixos da moenda se fazem de sapucaia ou de sapupira-cari; a ponta, ou cabo do eixo grande, de pau-d’arco ou de sapupira, os dentes dos três eixos da moenda, do rodete e da volanteira são de messetaúba. As rodas de água, de pau-d’arco, ou de sapupira ou de vinhático. Os arcos do rodete e volanteira e as aspas e contraspas, de sapupira. As virgens e mais esteios e vigas, de qualquer pau de lei. Os carros, de sapupira-mirim, ou de jetaí, ou de sapucaia. A caliz, de vinhático. As canoas, de picai, joiarana, utussica e Angelim. As cavernas e braços de barcos, de sapupira ou de landim-carvalho, ou de de sapupira-mirim; a quilha, de sapupira ou de peroba; os forros e costados, de utim, peroba, burabhém e inhuiba; os mastros de inhuibatán; as vergas, de camaçari; o leme, de Averno ou Angelim; as curvas e as rodas da proa e popa, de sapupira, com seus corais metidos; as varas, de mangue-branco, e os remos de lindirana ou de jenipapo”. No entanto, para “as caixas em que se mete o açúcar, se fazem de jequitibá e camaçari; e, não havendo destas duas castas de pau quanto basta, se poderão valer de burissica para fundos e tampo”. Vd. ANTONIL, André João – *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, pp. 79-81. In <http://www.cchla.ufpb.br>, p. 106 (30/08/2010; 12H00).*

³⁰³ Vd. ANTONIL, André João – *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. In <http://www.cchla.ufpb.br>, p. 106 (30/08/2010; 12H00).

³⁰⁴ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*. Porto: UCE-CITAR, 2011, pp. 107-130.

³⁰⁵ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong

grosseira não a recomendava para zonas visíveis, dado que o polimento com óleo de linhaça, não realçaria qualquer brilho³⁰⁶. A prática corrente mandava cobrir o interior das gavetas por meio de forros³⁰⁷.

As madeiras de caixa eram abundantes no mercado abastecedor³⁰⁸, tornando-a apetecível para as os interiores de algum mobiliário. A colecção de madeiras organizada por José Aniceto Raposo refere algumas para esse fim, de que são exemplo “broeira”, “tojo”, “amarelo de caixa” e “putumagu”, estas repetidas nas agendas manuscritas do colecionador George Loddiges, constituindo indicação da sua importância comercial. Raposo indica, ainda, no “*Tabuleiro XIII*”, com os números de ordem 489 e 490, que a madeira “*giquitiba*”, de cor vermelha e branca, procedente de Rio de Janeiro e Pará, era também utilizada em “*caixas de açúcar e aduelas*”. Outro lenho, a “*canela*”, que é referida desde o número 237 ao número 252 no “*Tabuleiro VII*”, destinava-se ao mesmo fim.

No entanto, em alguns inventários setecentistas encontramos nomeação, por parte dos louvados, de tipologia cujos lenho exterior apresenta essa origem, caso de uma “papeleira” pequena, com quatro gavetas, em madeira de caixa de açúcar arrolada no inventário das Casas de Távora ou Atouguia³⁰⁹. Teria algum acabamento? Estaria a madeira à vista? A proveniência da madeira seria conhecida do avaliador, que, por isso, a nomeou? Noutros inventários da cidade de Lisboa relativos ao lapso de tempo entre 1750 e 1830, mais de 70% das tipologias de assento compulsadas utilizaram material apelidado de pau-caixa³¹⁰, atestando a abundância da sua chegada à capital e o reconhecimento das suas características de estabilidade higrométrica para utilização em mobiliário civil pintado.

Os lenhos utilizados nesta embalagens constituíam, portanto, uma fonte de matéria-prima que era valorizada e reaproveitada, não sendo alvo de qualquer anátema. Pelo contrário, petição dos juizes do ofício dos carpinteiros da rua das Arcas, datada de 1689, assume que, em função da míngua de madeiras tais como “cedro, castanho, sanguinho, faia, bido [vidoeiro], freixo e fil e quase se lhe vai também extinguindo a nogueira”, se deveriam utilizar as que transportam o açúcar, conquanto exibissem a indesejável cor branca³¹¹. Era material precioso, com comportamento mecânico exem-

Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. xxiii.

³⁰⁶ Vd. BERNAL, R. A.; VALENTE, A.; PISSARRA, J. - Eighteenth Century Technological Efficiency: The Reuse of Brazilian Sugar Chest Wood in Portuguese Cabinet Manufacture. *International Journal of Conservation Science*, vol. 2, nº 4, 2011, p. 225 (www.ijcs.uaic.ro).

³⁰⁷ Vd. A. H. I. C., *Livro* 333, f. 5. Maria Pereira de Azevedo recebeu 19\$200 réis “*pelo importe dos acrescentos interiores dos caixões como se ve do recibo no Lib. A f.15v nº41 (sic)*”.

³⁰⁸ Vd. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, pp. 247-248 e 266-268. No ano de 1785 chegou, à cidade do Porto, açúcar branco e mascavado proveniente do Rio de Janeiro, da Baía e de Pernambuco. No total contam-se mais de 9.300 caixas, e cerca de 1.900 “feixes” do mesmo “género”. Dois anos mais tarde, em 1787 aportaram 400 a 600 toneladas de açúcar, “chegando muitas [embarcações] a carregar oitocentas ainda mais caixa de açúcar”.

³⁰⁹ Vd. GUERRA, Luiz de Bivar – *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. 72.

³¹⁰ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida - *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007, Gráfico 9, p. 62.

³¹¹ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 479.

plar, pelo menos no ambiente climático português. A facilidade da sua aquisição e consequente preço atractivo seriam outros factores importantes. Na verdade, nas primeiras décadas de 1700, as remessas de embalagens contendo açúcar podem ter atingido mais de trinta dezenas de milhar por ano³¹², diminuindo ao longo do século na razão directa do estiolamento desses negócios com o Brasil³¹³.

A utilização das madeiras com destino à execução das embalagens nos engenhos deveria ser, de igual modo, corrente na colónia brasileira, pelo menos no início do século XVIII, época de que temos notícias. “Armário de pau de caixote com louça da Índia” fazia parte de inventário, datado de 1710, de bens de lavrador de cana, natural e morador no Rio de Janeiro³¹⁴. No ano de 1712, a um advogado da mesma cidade foi confiscado “um guarda-roupa de pau de caixeta que valia quatro mil réis” e, no mesmo ano, um lavrador originário de Lamego e morador no Rio de Janeiro declarou possuir “um guarda roupa de caixeta em que tinha vestidos que valia cinco mil réis”³¹⁵.

3. 7. - Madeiras para marcenaria à venda em Lisboa na última década de 1700

Testemunho escrito em três fólios, com marca de água de 1793, cujo fac-simile apresentamos (fig.s 3:7, 3:7A e 3:7B), regista, com clareza, as “*Madeiras do Brasil de que usam os marceneiros para diferentes obras; e se vende pelos preços aqui mencionados*”³¹⁶. Este documento sinaliza, nessa data, os lenhos disponíveis no mercado para a execução de mobiliário, sendo um contributo fundamental para conferir a matéria-prima utilizada no mobiliário português de finais de Setecentos, bem como o seu possível envio para outros reinos europeus, já sugerido *supra*. Poderá, ainda, ser indicativo de um modo de funcionamento do mercado já não completamente dominado pela figura do negociante de madeira previsto nos estatutos que regiam os ofícios ligados à execução de mobiliário. Na verdade, e como veremos no 5º capítulo, existiram, em Viseu, oficinas de marcenaria a trabalhar para um mercado que se adivinha comprador ocasional de tipologias civis.

A preocupação com a respectiva cotação encontra-se, aqui, demonstrada, podendo, eventualmente, revelar uma tentativa de regular preços, talvez pela sua escassez e dificuldades de transporte intercontinental num tempo de contendas internacionais. Estaria já estabelecida, no mercado, porventura, uma diferenciação clara entre materiais para marcenaria e para a construção naval, pois

³¹² Vd. ANTONIL, André João - *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. In <http://www.cchla.ufpb.br>, p. 106 (30/08/2010; 12H00).

³¹³ Como curiosidade, refira-se que, relato inglês de início do século XIX, dá conta que os portugueses queimavam açúcar ou alfazema para perfumar as suas casas. Vd. SOUTHEY, Robert - *Journals of a residence in Portugal 1800-1801 and a visit to France*. Oxford: The Clarendon Press, 1960, p. 5.

³¹⁴ Vd. NOVINSKY, Anita Waingort - *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], p. 153.

³¹⁵ Vd. NOVINSKY, Anita Waingort - *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], pp. 128 e 138.

³¹⁶ Vd. A. G. M., *Matas Reais, Madeiras de Construção - Brasil*. Caixa 424, Doc.6. S/d. [1793-1811].

verifica-se, em testemunho datado de 1790, preocupação semelhante, anunciando os lenhos utilizados nos arsenais³¹⁷. Aí se apura o primado de “*parova*” e “*tapinhoã*”, que documentos setecentistas indicam como madeira apropriada para a construção naval e o caderno da xiloteca de José Aniceto Raposo repete³¹⁸.

Quanto aos nomes dos lenhos para marcenaria indicados nestes três fólios, verifica-se, de igual modo, uma simultaneidade de registo com a xiloteca do Museu Nacional de Arte Antiga, nomeadamente “*pau-santo*”, “*pau-rosa*”, “*petiá*”, “de cor clara, amarela”³¹⁹, e “*vinhático*”, uma paleta de cores diferenciada, que se encontrava à venda em pranchas, para consumo em mobiliário maciço³²⁰. No caso dos três primeiros, o seu palmo e meio de espessura, que poderia corresponder a cerca de 33cm³²¹, fornecia, ao marceneiro, praticamente quinze tábuas de 2,2cm, por exemplo, ou outras mais espessas em concomitância com essa medida, possibilitando a execução da totalidade dos elementos de uma tipologia a partir de uma só prancha. Como veremos, subsistem tipologias em que é possível detectar essa ocorrência.

No documento que vimos citando, o “*violete*”, “*pau-cobra*”, “*ébano-robim*” e “*gonçalo-alves*” eram anunciados ao peso - o quintal - equivalente a quatro arrobas, cerca de 60 quilogramas. Este critério indicia toros de pequena dimensão, de crescimento lento, portanto, e de abastecimento crítico ao mercado.

O violete, sinónimo de “amarante”, “violet palissandre” ou “bois de palissandre”, estas duas notações utilizadas pelos marceneiros franceses em Setecentos³²², era uma das cores da moda, como já vimos. O seu aproveitamento tinha de ser judicioso, utilizando métodos que valorizassem os veios proporcionados pelo respectivo corte transversal-radial. Conseguiram-se, assim, capeamentos com muito figurado, que poderiam ser potenciados por modos inventivos de disposição no mobiliário e inventário do acervo do conde D. José Maria de Lencastre, falecido em 1771, revela “2 *cómo-*

³¹⁷ Vd. A. H. U., C. U., Brasil-Geral, cx. 23, doc. 2269. Transcrevemos, na íntegra, o documento: “*Avaliação das Madeiras do Brasil, da qual se vê a irregularidade do que a este respeito se pratica na Rib^{na} das Naus. || Preço pelo que se tem avaliado antigamente as madeiras do Brasil de Construção. || Tabuado de costado de parová amarela tem tido o valor cada hum pé cúbico = 1200 reis. || D^{os} de tapinhoam p^a costado tem tido o valor cada hum pé cúbico = 1100 reis || Paus de construção de parova vermelho valor cada hum pé cúbico = 960 reis || Quilhas rodas de proa cadastes gios e algumas peças principais de pau de arco tem tido o valor de cada um pé cúbico = 960 r^s || Cavernas braços madeira de volta e curvas de secupira (sic) tem tido o valor cada hum pé cúbico = 750 r^s || As mesmas peças acima ditas de outra qualquer madeira de Brazil tem tido o valor cada hum pé cúbico = 650 reis || Sintas e panos (?) direitos de arco tem tido o valor cada um pé cúbico = 800 reis || Sintas e panos (?) direitos de Secupira (sic) tem tido o valor cada hum pé cúbico = 650 r^s || D^{as} direitas de outra qualquer madeira do Brazil tem tido o valor da um pé cúbico = 550 r^s || Lisboa 11 de Julho de 1790 [assinatura ilegível]”.*

³¹⁸ Vd. M. N. A. A., *Catálogo*, Inv. 36 Ms. Relacionado com o móvel Inv. n.º. 1433 mov. No *Tabuleiro XXVI* são listadas “*paroba branca*”, que é “*a melhor para estar na água*”, bem como “*paroba vermelha*” e “*paroba amargosa*”. A madeira “*peroba bela*”, assinalada no tabuleiro seguinte, é outro dos lenhos “*para forros dos navios*”, bem como “*tapinhoã*”, no *Tabuleiro XXXI*. Parece-nos, ainda, que as várias dezenas de menções a “*construção*”, “*tabuado*” se deverão reportar a lenhos convenientes para utilização em navios.

³¹⁹ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE; CITAR, 2010, p. 100.

³²⁰ Este modo de seccionar os toros de madeira, no sentido longitudinal dos troncos das árvores, permite o seu aproveitamento em comprimento e em espessura.

³²¹ Tomamos como referência as indicações de RODRIGUES, Francisco de Assis – *Diccionario Técnico e Histórico de Pintura, Escultura, Arquitectura e Gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, p. 282.

³²² Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier ébéniste. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, pp. 768-769.

*das de folha de violeta*³²³. Os ebanistas da escola francesa setecentista, neles se incluindo alguns emigrados de outros países, foram exímios nessa técnica.

Não temos indicações sobre o modo como era utilizada pela marcenaria portuguesa, mas testemunho da década de 70 de 1700 que pretende esclarecer utilização de outros materiais pelos oficiais, revela que o violete fazia parte da panóplia de lenhos à disposição da classe³²⁴. As duas agendas anglo-inglesas, que já vimos, também o reconhecem³²⁵. Raposo nomeia-o em três versões – “violete”, “violete vermelho” e “violete ferro” –, indicando o seu préstimo para embutidos³²⁶.

Já o “pau-cobra” ou “gatiado”, como é explicitado nas notações inglesas³²⁷, apresentava outra distribuição decorativa no lenho, sobretudo manchas que fariam lembrar a pele de cobra, muito vistosa. A sua tonalidade era vermelha escura e a dureza e consistência permitia a utilização em bengalas ou em lâminas para réguas ou folheado³²⁸. Era comercializado, já no século XVII, pelos britânicos, a partir das Guianas, sua possessão, mas em finais de Setecentos chegava aos seus marceneiros em parca quantidade, sendo aplicado em tiras, nas molduras³²⁹. George Loddiges refere, nas agendas, outra fonte de abastecimento, o Pará³³⁰. Comprova-se, portanto, que o mercado britânico de fabrico de mobiliário não se abastecia, exclusivamente, em territórios de seu domínio³³¹. Dado que pau-cobra é indicado para arcos de violino, a designação “pau d’arco” poderia aplicar-se ao mesmo lenho ou outro com características semelhantes³³². A terceira expressão – “ébano-robim”, poderá ser notação alternativa para o que José Aniceto Raposo, na colecção de madeiras do armário com a sua punção, apelida de “ébano jobim”, chegado da Índia³³³.

³²³ Vd. A. N. T. T., *Arquivo da casa de Abrantes*, M. nº 166, doc. 3232, ff. sem numeração. “Descrição do inventario da casa de Vila Nova feita por falecimento do conde D. José Maria de Lancastre, falecido em 23 de Maio 1771”.

³²⁴ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 2, p. 311.

³²⁵ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas anglo-portuguesas manuscritas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabela I, pp. 99-100.

³²⁶ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE; CITAR, 2010, Tabela VIII, p. 111.

³²⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas anglo-portuguesas manuscritas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabela VIII, p. 111.

³²⁸ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas anglo-portuguesas manuscritas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabela I, p. 98.

³²⁹ Vd. BOWETT, Adam – *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. 224.

³³⁰ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas anglo-portuguesas manuscritas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabela III, p. 99.

³³¹ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas anglo-portuguesas manuscritas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabela A, p. 94.

³³² Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas anglo-portuguesas manuscritas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabela VIII, p. 111.

³³³ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas anglo-portuguesas manuscritas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Artes Decorativas IV*

“*Pau-macaco*”, “*ribá*”, e “*pau-ferro*” não deveriam ser constantes no mercado já que a sua maior ou menor existência, e respectiva procura, ditava o peso ou medidas de venda, bem como o respectivo preço. As agendas anglo-portuguesas mencionam “*ferro*” para construção. O primeiro poderá ser o que Raposo identifica como “*rabo de macaco*”³³⁴ sem que tenhamos qualquer ponto de referência para as suas características ou utilização. Seriam lenhos exportados para outros reinos europeus?

3. 8. – A cor dos tecidos lenhosos vistos à lupa do tempo

Se bem que todas estas denominações correspondam ao vernáculo de madeiros e marceneiros, sem qualquer identificação botânica, podendo designar o mesmo género mas espécies diferentes, elas denotam a substancial variedade que permitia que a marcenaria desenvolvesse mobiliário colorido, de cores contrastantes, por vezes associadas à aplicação de ouro, associando-se ao feérico dos tecidos, das paredes, dos soalhos, bem como ao brilho da prataria, esta sempre presente nos ambientes da burguesia em ascensão. Esta ponderação obriga-nos a olhar para o mobiliário setecentista com especial cuidado, pois as tonalidades que hoje vemos não correspondem, em geral, às da madeira recentemente trabalhada³³⁵. Na verdade, os tecidos lenhosos, apresentam, a prazo, comportamentos que adulteram a sua apresentação inicial³³⁶, consequência de processos que os conservadores-restauradores conhecem, tais como a descoloração e amarelecimento devido à sensibilidade à luz, ou o depósito de pó na superfície que é absorvido pelos tecidos porosos, bem assim como as manchas causadas pela migração de tintos, gorduras, ou mesmo de ferrugem adquirida dos pregos ou pontas utilizados aquando da confecção do móvel³³⁷. Não podemos deixar de referir, ainda, as inclusões de poeiras ou pós diversos aquando de procedimentos sucessivos no acabamento da superfície. Há ainda a considerar outras ocorrências na história de vida de uma peça de mobiliário, como a incidência de luz directa na matéria ou as limpezas com materiais pouco adequados, podendo conduzir a modificações visuais de cor e até de textura. Estes factos têm conduzido alguns investigadores a desenvolver métodos espectométricos para detecção das tinturas originais seiscent-

. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabela IV, p. 101.

³³⁴ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas anglo-portuguesas manuscritas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, Tabela VII, p. 109.

³³⁵ A verificação da coloração mais próxima da origem encontra-se no interior das peças, dado que as tábuas utilizadas não sofreram, na ausência de luz, descoloração tão intensa como no exterior.

³³⁶ DOYAL, Sherry – Modern materials problems - Oh sit on it!. In *Modern Materials-Modern Problems*. Postprint of the Conference organized by UKIC Furniture Section held at the Conservation Centre NMGM Liverpool, 17 April 1999. London: The Furniture Section of the United Kingdom Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, 1999, p. 30.

³³⁷ Caso do carvalho ou castanho em cujos existem taninos que corroem os materiais ferrosos. Vd. BUCHANAN, George – *The Illustrated handbook of furniture restoration*. New York: Harper and Row Publishers, 1995, p. 22.

tista e setecentistas³³⁸. Em Inglaterra, foi executada, recentemente, réplica de tipologia de Thomas Chippendale, utilizando lenhos identificados e interpretados com recurso a métodos digitais, que permitiu conhecer as madeiras vistosas e os contrastes escolhidos em Setecentos que, com o tempo e as condições do ambiente, se alteraram³³⁹. Estas acções têm conduzido à percepção de que o que hoje se vê – e que, amiúde, é valorizado –, não coincide com as intenções programáticas da época de execução das peças, pelo que a análise estética de qualquer tipologia merece cuidados redobrados.

3. 9. - Os metais funcionais do mobiliário

A constância da utilização de metais funcionais em diversas tipologias, excluindo as de assento, foi uma realidade. Estas aplicações compreendiam as entradas das chaves – os escudetes³⁴⁰, para protecção da respectiva madeira recortada, e os espelhos com asas para tracção manual de gavetas, constituindo a sua cor dourada uma mais-valia na decoração das superfícies de madeira de “cor de nogueira”³⁴¹, tom negro, ou de coloração mais viva, possibilitando pequenas diferenciações sobre estruturas estilisticamente semelhantes. Esta é uma das dimensões da moda, partindo da aspiração de seguir a norma em vigor, acrescentando algo peculiar que distinga o possuidor de uma peça.

À profusão francesa de metais inusitados no mobiliário, integrando, nas tipologias, mais-valia no que toca ao seu risco e execução, por provirem de manufacturas exclusivas, de que a dos Gobelins foi exemplo, alcançáveis somente pelas classes poderosas, os ingleses contrapuseram uma produção em grande escala para difusão nos mercados em que operavam³⁴². As oficinas britânicas de fundição em metal, bronze ou “pinchbeck”, uma liga de cobre e zinco que era vista como melhor que prata e ouro³⁴³, algumas com acabamento cinzelado, ou estampadas, aceitavam encomendas dos agentes locais, que ganhavam uma comissão aquando da venda, facto que acontecia em Portugal³⁴⁴ (fig. 3:8). As gravuras eram um dos veículos de difusão de modelos, e eram apresentadas em conjuntos cosidos. Portugal era um dos mercados alvo dessa indústria, à semelhança dos Estados

³³⁸ Tivemos ocasião de presenciar na Wallace Collection, em Londres, uma sessão de investigação com Doutor Heinrich Piening do Centro de Conservação e Restauro – Bayerisch Verwaltung der staatlichen Schlosser, Garten end Seen de Munique, Alemanha. Conferência patrocinada pela Furniture History Society, em Fevereiro de 2008.

³³⁹ Vd. METCLAFE, Jack – A Chippendale Tribute to the Lunar Society. *The Furniture History Society Newsletter*, nº 176 (November 2009), pp. 1-5. Tivemos ocasião de assistir, por umas horas, à preparação da simulação da marqueteria da mesa de encostara que se refere etse estudo.

³⁴⁰ É de acentuar que, em Setecentos, a entrada para a lingueta das fechaduras não apresentava qualquer protecção de metal Os marceneiros abriam rasgo na madeira, para a respectiva entrada, por meio de marcação através da pressão pela própria lingueta.

³⁴¹ Vd. PIRES, A. Tomaz – Inéditos. *In Centenário da Índia. Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII*, p. 92. Texto policopiado. Veja-se a descrição de “cómoda de cor de nogueira com filetes dourados, duas gavetas cada uma com suas ferragens estrangeira doiradas”.

³⁴² Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. *In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Matrizes de Investigação em Artes Decorativas*. Porto: CITAR, 2010, pp. 45-66.

³⁴³ Vd. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, p. 157.

³⁴⁴ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol1, folha do rosto. No topo da folha está manuscrito “Rebate 25%”.

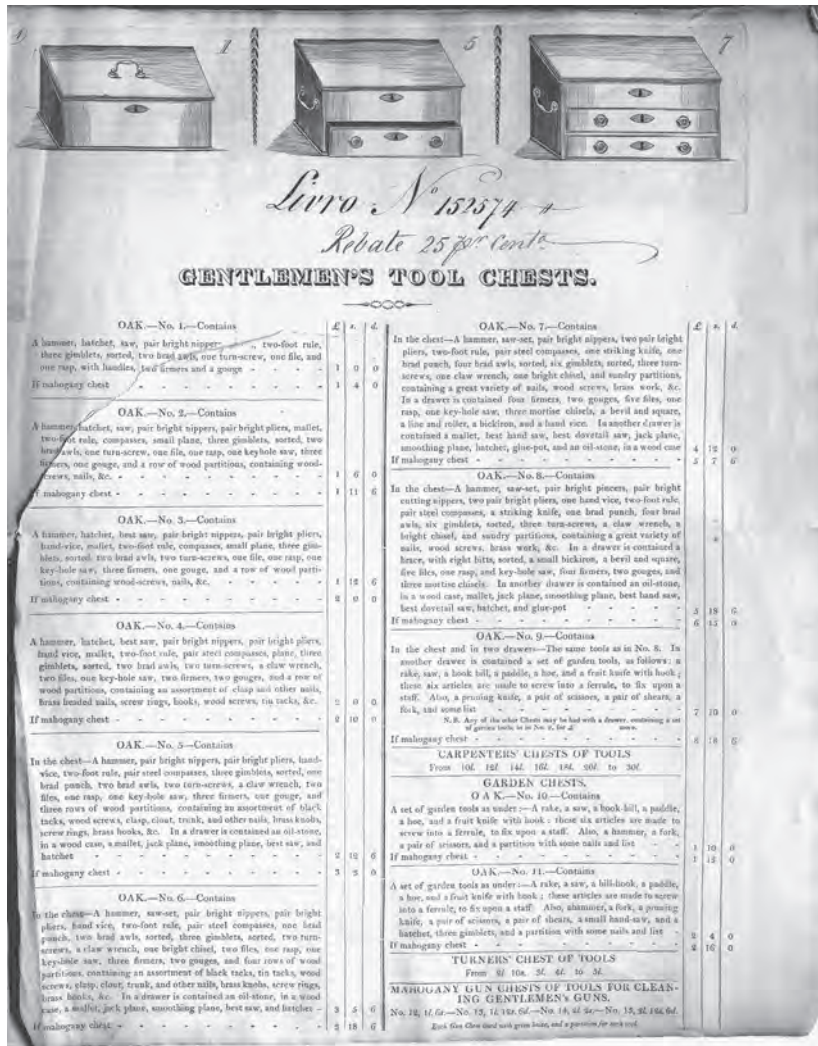


Figura 3:8
Book of Steel, vol. 1, folio do rosto.

Unidos ou Áustria, por exemplo³⁴⁵, chegando, em finais de Setecentos, álbuns de folhas agrupadas com os modelos que se produziam em Birmingham, Inglaterra. Os preços das peças aí anunciadas eram diferentes consoante o seu acabamento mais ou menos apurado, e que, a esta distância se confirma. Na verdade, somos confrontados com alguns metais que parecem ter perdido o tom dourado, resultado do desvanecimento de acabamentos que o simulavam³⁴⁶. Modelos para prospecção nos mercados eram enviados dentro de gavetas de mobiliário exportado e as oficinas de Robert Gillow, de Londres e Lancaster, um dos prováveis fornecedores de tipologias para o mercado português de finais de Setecentos, conforme veremos no 6º capítulo, utilizou esse processo. A relevância do comércio com Portugal – cujo governo tentou proibir a sua importação em 1760³⁴⁷ –, justificou

³⁴⁵ Vd. NANCY, Peter; SCHIFFER, Herbert – *The Brass Book. American, English and European Fifteenth Century through 1850*. Atglen, USA: Schiffer Publishing, 1978, pp. 413-443.

³⁴⁶ Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas*. Porto: CITAR, 2010, p. 49.

³⁴⁷ Vd. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, p. 190.

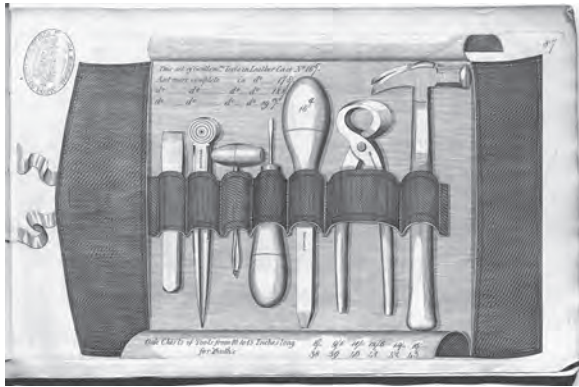


Figura 3:8A
Ferramentas para artes mecânicas.

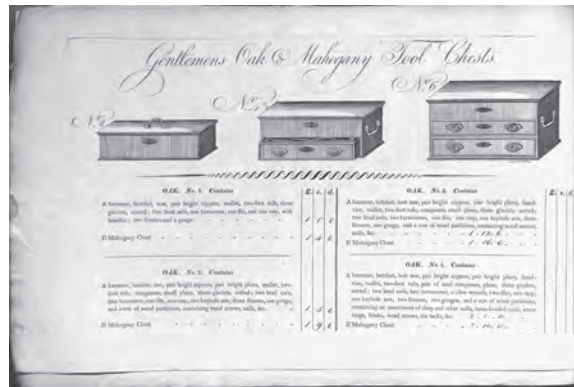


Figura 3:8B
Caixas de ferramentas inglesas para exportação.



Figura 3:8C
Descrição de modelos de caixas de ferramentas exportadas.



Figura 3:8D
Índice do 1º volume de *Book of Steel*.

a execução de modelos com inscrições na própria língua³⁴⁸, de que são exemplos os metais apostos em cómoda em exposição no Museu Nacional de Arte Antiga³⁴⁹ e cómoda-papeleira da coleção do Hotel Infante de Sagres, no Porto a que aludiremos a seu tempo.

As manufacturas inglesas propunham toda uma panóplia de elementos que preenchiam as necessidades da vida moderna citadina, desde peças para utilização na vida doméstica, tais como quebra-nozes, abre-garrafas, rolos e rodízios para cortinados, metais para carpetes, puxadores para sinetas ou portas, apliques de parede para iluminação, copos para velas e coleiras para cães. Ferramenta para afinar pianos, verrumas, pregos, parafusos, compassos de ferro e latão, aqueles mais do que estes³⁵⁰, pregaria para armaria e metais para sombrinhas, por exemplo, compunham o segmento de oferta às manufacturas locais que poderiam receber, de igual modo, caixas com ferramenta para as artes mecânicas (fig. 3:8A, 3:8B e 3:8C) (“*Set of Gentleman’s Tool*”³⁵¹ e “*Gentlemens (sic) Oak &*

³⁴⁸ Vd. GOODISON, Nicholas -- The Victoria and Albert Museum’s Collection of Metal-Work Pattern Books. *Furniture History*, vol. XI, 1975, pp. 1-30. Este modelo é descrito como “a design for a handle wich depicts the baptism of Christ with a Portuguese inscription”.

³⁴⁹ Vd. M. N. A. A., *Cómoda*, Inv. 646 Mov.

³⁵⁰ Vd. A. N. T. T., M. N. E. Caixa 64, Maço 6, Doc. “*Cálculo do comercio de importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o ano de 1784*”, ff. 2, 5v e 10.

³⁵¹ Cfr. B. P. M. P. – *Book of Steel*, vol. 1, fig. 87. Gravura representa conjunto de seis ferramentas reunidas em estojo portátil de material dobrável, atado com fitas: martelo, torquês, limatão, chave de parafusos, verruma, compasso e lâmina de desbaste.

*Mahogany Tool Chests*³⁵²), nomeadamente mobiliário e até fechaduras cuja proveniência era identificada³⁵³. “Fivelas de estanho para sapatos e ligas”, “facas e garfos”, “navalhas e canivetes”, e “limas e tesouras”³⁵⁴ eram outras pequenas peças que configuravam as necessidades setecentistas.

Todo um mundo de pequenos objectos que os anglo-saxónicos apelidam de “pequenos luxos” (small luxuries”), que poderiam estar inseridos na rubrica alfandegária “*goods several sorts*” ou “mercadoria diversa”, numa tradução livre, aí estavam incluídos³⁵⁵ e esse título existe nos livros alfandegários que registam a exportação para Portugal³⁵⁶. Outra rubrica inglesa que poderá ter veiculado uma multiplicidade de itens, neles incluídos bonecos, ou bonecas³⁵⁷, está indicada pela palavra “*Toys*”, existindo até 1772³⁵⁸. Esta palavra englobava, de igual modo, fivelas ou mecanismos engenhosos. Uma listagem na contra capa anterior do volume 1 da colecção da Biblioteca Pública Municipal do Porto³⁵⁹ permite aquilatar a multiplicidade de artigos transaccionados (Fig. 3:8D), e as notações portuguesas das praças de Porto e Lisboa registam uma variedade de jóias, peças para relojoaria tais como molas e mostradores para relógios³⁶⁰, elementos englobados no título inglês “*Steel Toys and Tools*” e que, em Portugal, eram diferenciados, sendo apelidados de “quinquilharia”³⁶¹.

No que diz respeito aos metais para serem aplicados em mobiliário, as gravuras que se encontram na Biblioteca Pública Municipal do Porto apresentam exemplares revivalistas dos anos 20 e 30 de 1700 até propostas rococó, por vezes utilizando botões e asas com torções diversas³⁶², ou neoclássicas³⁶³, numa variedade que possibilitavam combinações diversas entre asas e escudetes, segundo o gosto do cliente³⁶⁴ (fig.s 3:9, 3:9A, 3:9B e 3:9C). “*Escudetes de latão*” chegaram, à cidade do Porto, nos anos de 1784³⁶⁵, por vezes destrinçados conforme as tipologias a que se destinavam

³⁵² Vd. B. P. M. P. – *Book of Steel*, vol. 3, ff. 034-035.

³⁵³ Vd. PIRES, A. Tomaz – Inéditos. In *Centenário da Índia. Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII*, p. 106. Arrola-se, em “Lembrança do que despendeu André José de Vasconcelos os dias 28 a 31 de Janeiro de 1754”, “uma fechadura inglesa com sua chave”.

³⁵⁴ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Uma loja de tecidos em Ponta Delgada, nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas*. Porto: UCE – Porto/CITAR, 2012, pp. 19 e 37.

³⁵⁵ Vd. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, pp. 284-287.

³⁵⁶ Vd. T. N. A., P. R. O., Custom 3 e Custom 17.

³⁵⁷ Vd. T. N. A., P. R. O., Customs 3/37, ff. 130v.

³⁵⁸ Vd. T. N. A., P. R. O., Customs 3/10 a 3/72.

³⁵⁹ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol. 1, contra-capa anterior.

³⁶⁰ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Cx. 64, M. nº 6, f. 11v. “*Cálculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o ano de 1784. Praça do Porto. Importação*”. Registam-se “*Molas p^a relógios...5 dúzias...9\$000; Mostradores p^a ditos...24 por 38\$000; Ditos de Latão...8 por ...38\$400*”.

³⁶¹ Vd. BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999, p. 100.

³⁶² Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol. 7, f. 101C.

³⁶³ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol. 5, f. 089.

³⁶⁴ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol. 5, f. 090.

³⁶⁵ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Cx. 64, M. nº 6, f. 10v. “*Cálculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o ano de 1784. Praça do Porto. Importação*”. Registam-se “*Escudetes de Latão...860 1/2 duzias ...1:400\$240r*”.



Figura 3:9
Modelos de ferragens rococó.

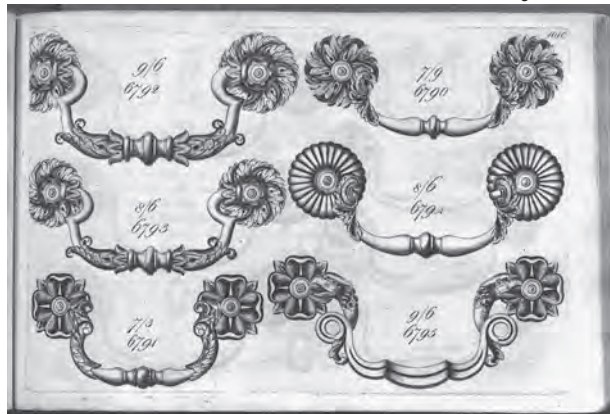


Figura 3:9A
Asas e botões em várias combinações.

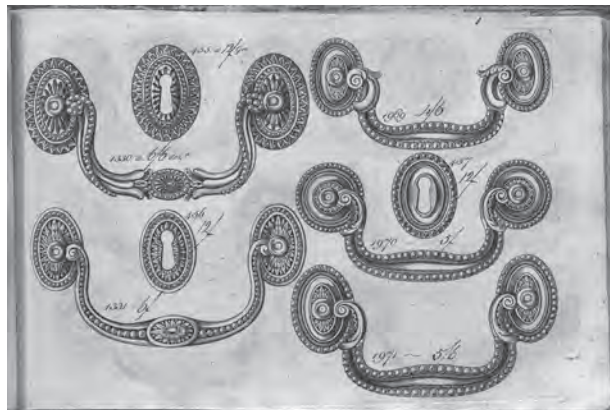


Figura 3:9B
Escudetes, asas e botões com motivo perlado.

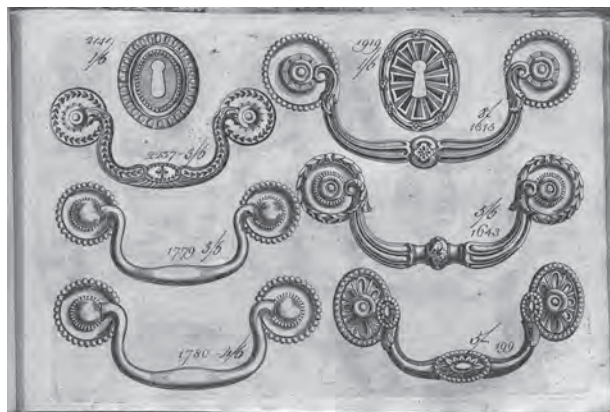


Figura 3:9C
Modelos diversos de asas, botões e escudetes.

ou lavrado que apresentavam – nomeadamente “papeleiras”³⁶⁶ –, indiciando a sua solicitação para colocação em manufacturas desta tipologia na cidade. Repetiu-se a entrada de escudetes no ano seguinte, em 1785³⁶⁷. À capital do reino chegaram, de igual modo, metais similares neste ano³⁶⁸, bem como no ano anterior³⁶⁹.

Essa difusão de metais deu origem a trabalhos de réplicas locais – pois teriam um preço mais atractivo –, e na cidade do Porto existia, em 1784, pelo menos uma oficina, cujo mestre, de seu nome “Custódio Varalha”, se dedicava à execução de fechaduras e reproduzia alguns modelos ingleses, nomeadamente a chapa metálica que ostenta águia de asas abertas, fornecendo oficinas que trabalhavam para o convento de Vila do Conde, para aplicação, nomeadamente, em papeleiras³⁷⁰. Também em Braga existia actividade de serralharia, pois foram fornecidas fechaduras para utilização em papeleira do apartamento abacial do mosteiro de Tibães³⁷¹. Como veremos, na zona do Porto, mais propriamente em Gondomar – na freguesia de S. Cosme –, e em Valongo, existiam oficinas dedicadas à actividade de trabalhar ferro e/ou metais.

³⁶⁶ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Cx. 64, M. nº 6, f. 29v. “Cálculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o ano de 1784. Praça do Porto. Importação”. Anotam-se “Escudetes lizos grandes...40 duzias...960...38\$400rs; Ditos ordinários...47 ditas...600...28\$200rs; Ditos lavrados p^a papeleiras...236 ½ ditas...1440...340\$560rs; Ditos com azas...474 ditas...2000...948\$000rs; Ditos para gavetas...35 ditas...1000...35\$000rs; Ditos piquenos sem azas...360...10\$080rs.”.

³⁶⁷ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Cx. 64, M. nº 6, f. 11v. “Cálculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o ano de 1785. Praça do Porto. Importação”. Foram registados “Escudetes de Latão...994 duz. as...728\$880rs”.

³⁶⁸ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Cx. 64, M. nº 6, f. 3v. “Cálculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o ano de 1785. Praça de Lisboa. Importação”. Manifestam-se “Escudetes...2201 duzias...1:919\$120rs”.

³⁶⁹ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Cx. 64, M. nº 6, f. 7v. “Cálculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o ano de 1784. Praça de Lisboa. Importação”. Anotaram-se “Escudetes de Latão lavrados grandes...29 ½ duzias...2400...70\$800rs; Ditos pequenos...27 ditas...1440...38\$880rs; Ditos lisos grandes...96 ditas...1500...144\$000rs.; Ditos pequenos...100 ditas...820...82\$000rs”.

³⁷⁰ Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas*. Porto: CITAR, 2010, p. 56.

³⁷¹ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Benedictino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 2, p. 386.

4º CAPÍTULO

Comércio de mobiliário entre Portugal e Inglaterra durante o século XVIII (1700-1800)

Não é possível uma compreensão da política portuguesa de Setecentos em relação a Inglaterra sem uma visão global dos diversos conflitos bélicos que assolaram a Europa durante todo o século, ditando alianças e respectivas benfeitorias económicas. Entre 1701 e 1714, a Guerra de Sucessão de Espanha proporcionou aos britânicos o domínio de rotas marítimas específicas, já que se apoderaram da Terra Nova, Acádia (parte do que é hoje o território canadiano e americano do Atlântico), Gibraltar e Minorca. Entre 1740 e 1748 quase toda a Europa esteve envolvida na Guerra de Sucessão da Áustria, sendo Portugal um dos poucos países neutrais. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) ditou a capitulação da França e a reafirmação do poderio colonial britânico, desencadeando o seu forte domínio no Oriente. A problemática que conduziu à independência dos Estados Unidos da América agudizou-se na década de 1760, transmitindo ao trato do Atlântico uma grande insegurança. Os negócios persistiam, mesmo em tempo de guerra, mas não poderemos deixar de ter em conta algumas restrições à sua actividade normal.

Em todo este contexto, que Inglaterra sempre soube gerir a seu favor, o mercado português foi fundamental para o comércio inglês pois adquiriria o produto aos seus centros manufactureiros, grandes à escala da época. Em 1747, passava, por Lisboa, grande parte da frota inglesa que partia de Londres para diferentes destinos, sendo que a feitoria lisboeta constituía o interposto logístico para as viagens marítimas de médio e longo curso¹. As frotas britânicas carregavam, por vezes, mercadorias nos armazéns locais².

Todavia, a capital era o porto de grande importância para o mercado internacional, acolhendo “um tráfego vindo de todas as partes do mundo [...], magnífico ponto de apoio tanto militar como comercial, escala terminal para os produtos brasileiros, escala transitória para opulentos mercados”³.

¹ Vd. CHAPMAN, A. B. Wallis – English Factories in Brazil and Portugal (1760-1756). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], p. 249. Os autores referem que “In 1747 ‘remittance by sea’, i.e., the sending of specie through England to more distant countries, was an important part of the trade of the English factory in Lisbon, and was considered very profitable to the English, who thus got all benefit of freight commission and exchange”.

² Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/31, ff. 203v. Relato, a partir de Lisboa refere que “His Britannick Majestys the Line Galley waits only for a favourable wind, in order to proceed for Gibraltar, as does likewise another British ship loaden with stores from hence for that place”.

³ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Quercus, 1982, p. 191.

4. 1. – Localização geográfica de Portugal no contexto do comércio internacional

Conquanto a corte portuguesa, tanto nos reinados de D. João V como no de D. José, ensaiasse, em permanência, políticas internacionais de neutralidade, a guerra da independência dos Estados Unidos, na segunda metade do século XVIII, e a consequente perda, por parte dos britânicos, da maior colônia inglesa na América, ditaram uma maior atenção, às “costas e ilhas portuguesas”⁴. A sua presença em Portugal era do maior relevo para a manutenção e apoio aos rendosos negócios das colônias do Centro e Sul do continente americano, acompanhando de perto as movimentações marítimas do trato⁵.

Lisboa não era, no entanto, um verdadeiro centro económico-financeiro à semelhança de Antuérpia ou Amesterdão⁶, meios socialmente relevantes, sedeados perto de toda a produção cultural inovadora, permitindo o trato sem constrangimentos, com cortes particularmente ricas e prósperas devido à inclusão religiosa e à consequente absorção de capitais internacionais. Em Lisboa não existiam condições de autonomia neste campo, essenciais para a solidez de um modo de vida livre e atractivo. Com efeito, a tolerância religiosa das autoridades limitava-se ao culto católico, de que os irlandeses beneficiavam⁷. O protestantismo e o judaísmo não eram tolerados. A legislação oficial tentava cercear os negócios do Brasil aos estrangeiros, através de limitações cujo exemplo é a protecção estadual às companhias brasileiras, tendo sempre em vista a maximização dos recursos coloniais por parte das finanças reais. O negócio do pau-brasil era uma excepção.

4. 1. 1. – O comércio do eixo atlântico

O estudo do movimento dos portos portugueses confirma a predominância dos navios ingleses que entraram nas barras portuguesas: entre 1715 e 1720 houve 400 a 500 entradas anuais, e em “meados da década de 1730”, mais de 1.000 por ano. Entre 1750 e 1755 os navios ingleses representam 60% das entradas em Lisboa e 50% entre 1770 e 1775. Os franceses têm em média uma presença de 10%, atingindo um pico máximo de 21% nos anos 1765 a 1768⁸.

⁴ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1982, p. 193.

⁵ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, State Papers Foreign, Portugal. SP 89/44, ff. 121-122v. Em 1744, por exemplo, o côsul inglês Compton descreve, em missiva para Londres, as entradas e saídas de navios da capital portuguesa: de Gibraltar chegaram a Lisboa 2 navios de guerra ingleses, trazendo de Cádiz um barco para Buenos Aires cuja carga foi avaliada em 8.000 libras. Uma companhia francesa de 8 barcos, que acompanhou este último até Lisboa, dirigiu-se para as Índias Ocidentais. Um outro navio inglês chegou a Lisboa acompanhando navios para a Martinica. Foram aprisionados, perto da costa portuguesa, barcos que levavam provisões de Nantes para a Martinica e outro que levava pólvora e ouro com peixe para a costa da Guiné.

⁶ Cfr. PHILLIPS, Carla Rahn – Trade in the Iberian empires, 1450-1750. In TRACY, James T. ed., *The rise of Merchant Empires. Long Distance Trade in the Early Modern World. 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 36.

⁷ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, State Papers Foreign, Portugal. SP 89/23, f. 250v. Os ingleses em Lisboa queixam-se que os irlandeses, pelo facto de serem católicos, eram tratados, para efeitos de negócios, praticamente como súbditos portugueses, podendo enviar mercadorias directamente para o Brasil sem declararem nem pagarem direitos na alfândega.

⁸ Vd. A. N. T. T., *M. N. E.*, M. 1º, Extraordinários n.º 26. “Navios, que entrarão neste Rio de Lisboa Desde 21 até 27 de

Entre o ano de 1721 e a década de 1780, num total de quatro décadas e meia, entraram e saíram da barra de Lisboa, em média anual, cerca de 1330 navios de nacionalidades variadas⁹. O maior número de navios que aí aportavam eram de origem inglesa. No quinquénio de 1749 a 1753 entraram 57% embarcações inglesas de um total de 869 navios, e saíram 55% das 860 embarcações. Entre 1769 e 1773 a percentagem é semelhante, correspondendo, respectivamente, a cerca de 445 navios e a 450 de entradas e saídas¹⁰. Nos anos de 1788, 1790 e 1798 os navios ingleses entraram, em Lisboa, de longe, em maior número do que os de qualquer outro país a que Portugal mantinha os portos abertos, suplantando até os de bandeira portuguesa¹¹, correspondendo a 357¹², 364 e 489 navios, respectivamente¹³.

Lisboa deveria absorver a maior fatia do movimento das barras portuguesas, chegando a registar entre 76 a 82% do valor do seu movimento total. No ano de 1716, por exemplo, o porto da capital regista 700 contos de actividade, enquanto que os restantes portos portugueses arrolam 200 contos¹⁴.

O movimento na barra do Douro era menor, mas o padrão da predominância inglesa mantinha-se, se bem que a exportação de vinho terá sido a razão destes números. Em 1787, por exemplo, atracaram na barra do Douro 211 embarcações britânicas, saindo 189¹⁵. Entre 1764 e 1769 abarcaram 72% dos totais de navios, correspondendo a cerca de 136. Mas a maior percentagem de ingleses foi no quadriénio de 1734 a 1738: 80% dos 227 navios movimentados era britânico, perfazendo 181 embarcações¹⁶.

As outras barras alfandegárias que existiam no país operavam, em finais de 1761, em Viana, Aveiro Buarcos, Figueira, Setúbal, Lagos, Vila Nova de Portimão, Faro e Tavira. Na Madeira eram duas: Funchal e Santa Cruz. Já no arquipélago dos Açores funcionavam Angra, Vila da Praia, S. Miguel, Faial, Graciosa, S. Jorge e Pico¹⁷. Existiam, ainda, os denominados “portos secos”, na raia castelhana, que beneficiavam de taxas aduaneiras menores. Entre 1770 e 1772, aliás, estes últimos foram tutelados por regimes de contratação exclusiva¹⁸.

Setembro de 1782. Lisboa na Regia Officina Typografica. Anno 1782. Também se regista que o “N. Senhora dos Remédios e Fortuna, João da Silva Lima (Port.) de Londres [...] com [...] varios generos a José Antonio Pereira”.

⁹ Cfr. PHILLIPS, Carla Rahn – Trade in the Iberian empires, 1450-1750. In TRACY, James T. ed. - *The rise of Merchant Empires. Long Distance Trade in the Early Modern World. 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 296.

¹⁰ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1982, p. 194.

¹¹ Em 1788 entraram, em Lisboa, 194 navios mercantes e 15 de guerra. Vd. *Jornal Enciclopédico dedicado à rainha N. Senhora e destinado para instrução geral com a noticia dos novos descobrimentos em todas as Ciências, e Artes*. Dezembro de 1788. Lisboa: Na Tipografia Morazziana.

¹² Nesta data entrarão, igualmente, oito navios de guerra e 29 paquetes. Vd. *Jornal Enciclopédico dedicado à rainha N. Senhora e destinado para instrução geral com a noticia dos novos descobrimentos em todas as Ciências, e Artes*. Dezembro de 1788. Lisboa: Na Tipografia Morazziana.

¹³ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, p. 428.

¹⁴ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, p. 209.

¹⁵ Cfr. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Discrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, p. 248.

¹⁶ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1982, p. 194.

¹⁷ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, p. 224.

¹⁸ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, p. 224.

Quanto às viagens de e para o Oriente, durante todo o século XVIII, o porto de Lisboa constituiu uma plataforma giratória relevante. Em 1717 partem, com destino a Goa, dois navios; outros dois dirigiram-se às Índias Orientais em 1718 e em 1721. No ano de 1726 partem 2 na mesma direcção e cinco em 1741. Há registo de partida para Goa de número não identificado de navios em 1737. De Goa chegam a Lisboa nove navios nos anos de 1703, 1712, 1714, 1717, 1721, 1730 e 1742. Nos anos de 1704, 1715, 1720, 1724, 1726, 1729, 1738 e 1744 arribam à capital mais de quinze embarcações provenientes “das Índias”. Chega um de Macau em 1714 e outro de Bengala em 1736. Todos vêm acompanhados de protecção militar¹⁹.

4. 1. 2. - O movimento comercial entre Portugal e o Brasil

Os números do comércio geral de Portugal com o estrangeiro revelam uma dependência, em crescendo, de matérias-primas externas desde 1774 até 1800, nomeadamente de ferro sueco e inglês, sinal de alguma actividade industrial no país²⁰. Mas a nação estava, também, carenciada de trigo, batata, azeite e farinhas, já que a visão político-económica de Pombal tendeu a ignorar as actividades agrícolas²¹ e nos reinados subsequentes as políticas agrárias foram inadequadas para inverter a situação de penúria alimentar causada por essa política. Foi, portanto, o mercado externo a prover situações de falta de cereais²². Firms como a de Joaquim Pedro Quintela, operando na América do Norte, Inglaterra, Índia²³ e Lisboa²⁴ eram intermediários de grandes negócios, entre eles, produtos agrícolas.

As frotas de Lisboa para o Brasil partiam de Dezembro até Julho, e chegavam no segundo semestre, incluído Janeiro. Evitam-se, assim, durante o percurso, os ciclones tropicais do Atlântico Norte. A média de duração das viagens entre os dois continentes era de 97 dias entre Rio -Lisboa, 84 dias para a rota Salvador-Lisboa, e 75 dias para Pernambuco-Lisboa.

4. 1. 3. - A importância da rota brasileira para o comércio inglês

A rota brasileira tornou-se importante para os ingleses, já que estes souberam tirar partido do

¹⁹ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 137-184.

²⁰ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1982, p. 201.

²¹ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. In *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990. Póvoa de Varzim: Editorial Verbo, 2004, p. 194.

²² Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. In *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990. Póvoa de Varzim: Editorial Verbo, 2004, pp. 404-405.

²³ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “Este livro hade servir para se registarem os Alvarás, Avisos, cartas, Deveres, Despachos do Conselho da Faz^{da}, Provisoens, Provimientos e Requerimentos de partes”, ff. 36-40v. Em 1767, mercadorias diversas, nomeadamente tecidos, foram importadas da Índia, à consignação, por Inácio Pedro Quintela e Jorge Vienne através dos “*actuais vendeiros da aldeias de Cocolim e Veroda*” que são “*Biquea Warna, e Quendor Camotim*”, liquidando directamente ao “*Conde de Cacolim Senhorio, e locador das ditas Aldeias*”. Os mercadores europeus utilizavam, portanto, redes comerciais e métodos de pagamento diversificados.

²⁴ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “*Livro 2º do Registo das condições dos Contratos, e Fabricas. Casa da Índia, 1º de Julho de 1788*”, ff. 1-10. Joaquim Pedro Quintela é um dos sócios da firma a que foi concedida a exploração as “*Sociedade das Reais Fabricas de Lanifícios, estabelecidas nas Vilas da Covilhã, e Fundão*”, gozando de isenção relativas às matérias-primas necessárias.

mercado que despontou no Brasil, sobretudo nas classes que mais beneficiavam com o negócio do ouro. Este território prosperou, de forma exponencial, à medida que a exportação aurífera e diamantífera cresceu. Estima-se que de 184.000 habitantes, em 1690, tenha passado a cerca de 500.000, em 1760²⁵. A Europa, que se encontrava em crise económica, forneceu mão-de-obra às colónias das Índias Ocidentais²⁶ e de Lisboa emigraram homens de negócios a procurar a sua sorte²⁷. Inglaterra aproveitou, igualmente, esse destino para expandir o seu comércio. Com efeito, no decorrer das três primeiras décadas de 1700, a população estabelecida no Brasil evoluiu tendo como modelo os hábitos europeus, demonstrando apetência por bens similares, nomeadamente “à inglesa”²⁸. Portugal não possuía tecido manufactureiro capaz de suprir as solicitações da emergente classe mercantil. É de crer, portanto, que nesse território houvesse aspiração pelas novidades decorativas, entre elas as que viajavam, por exemplo, de Inglaterra.

A constituição de povoados e vilas com forais, no Brasil, foi uma realidade: Mariana, Ouro Preto e Sabará em 1711, São João del Rei em 1713, Caeté em 1714 e em 1715, Pitangui. As Minas, apesar de localizadas no centro brasileiro, portanto longe da costa, absorveram mão-de-obra e bens de consumo com voracidade, conduzindo, por parte da oferta, à alta de preços correspondente²⁹. Todos arriscavam a sua sorte nos mais diversos negócios, comprando e tentando vender escravos e fazendas³⁰, dividindo lucros e perdas³¹.

²⁵ Cfr. FISHER, H. E. S. – Anglo-Portuguese Trade 1700-1770. In *The growth of English overseas trade in the 17th and 18th centuries*. London: Methuen & Co., 1969, pp. 152-154.

²⁶ Cfr. FISHER, H. E. S. – Anglo-Portuguese Trade 1700-1770. In *The growth of English overseas trade in the 17th and 18th centuries*. London: Methuen & Co., 1969, p. 144. O autor considera que o crescimento dos negócios ingleses no continente americano deve ser visto de forma global, ligando as actividades mercantis do sul com as da colónia mais importante, a Norte.

²⁷ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], pp. 42-43. De Lisboa viajou para Vila Boa de Goiás um emigrante que confessa ter ido para “o Rio de Janeiro no ano de 50 furtivamente e inteiramente pobre”, sendo “devedor nesta corte a diversas pessoas portuguesas como estrangeiras”, num valor que estima em “em dezasseis ou dezoito mil cruzados”.

²⁸ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], pp.112-113. Um mineiro, oriundo de Lamego, morador em Minas Gerais, declarou, em 1727, que possuía “uma mesa de pau de jacarandá redonda à inglesa que valerá dezasseis mil reis”.

²⁹ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 55-57.

³⁰ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], pp. 121-125. Um mineiro, natural da Vila de Armamar, residente na Baía, relata, em 1727, “declara que das ditas carregações [de escravos] é costume dar-se a 8%, mas que ele declarante por serem as carregações de seu cunhado só lhe levava a 5% [...]; [...] [comprou a seu primo Diogo Dávila Henriques] um contador de jacarandá com gavetas, e um cortinado de damasco carmesim, e leito, que lhe parece constava de sete ou oito cortinas, com sobre céu, e sanefas, com franjas de retrós da mesma cor; e meia dúzia de tamboretas de sola com pregaria dourada, e lhe parece que também um bofete de pedra com os pés de jacarandá, tudo [dois escravos mais os móveis] em preço de quatrocentos mil reis”.

³¹ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], pp. 121-125. O mineiro da nota anterior refere que “é devedor de um conto e tantos mil reis a Jacinto Barbosa homem de negócios assistente na Baía procedidos de uma carregação de fazendas que lhe comprou para levar para as Minas; declara que ele declarante não comprou a dita carregação, mas que nesta foram interessados o dito Jacinto Barbosa e Diogo Dávila Henriques homem de negócio por meio dele declarante com condição de repartirem em si a perda e ganho que houvesse”.

Depois da inicial avalanche de imigração, subsistiram dois períodos de aumento demográfico: 1719-26 e 1734-48. Após essa data reduz-se um pouco até 1756, continuando sempre, nas décadas seguintes, em linha descendente, acompanhando a estagnação da exploração mineira da região. O motor do desenvolvimento foi, então, a actividade local³². A Baía também beneficiou da exploração mineira, muita da qual em contrabando, pois os rios existentes nessa região, ligados directamente ao mar Atlântico, assim o proporcionavam³³.

Na primeira metade do século XVIII, a importação de alfaías de ferro para os engenhos de açúcar foi uma realidade pois os lavradores necessitavam de aprestos básicos³⁴ para o seu funcionamento e “a alavanca, o almocafre, a verruma e a marreta”³⁵ desgastavam-se continuamente e tinham de ser substituídos³⁶. Entretanto, a extracção do ouro cresceu. Portugal não possuía a indústria correspondente. Para a extracção mineira³⁷ eram, igualmente, necessárias ferramentas valiosas³⁸. A manufatura inglesa providenciava o seu abastecimento³⁹ e as rubricas do *Public Record Office* comprovam essa provisão através das notações “Iron worked”, grafia actual da setecentista “*Iron Wrought*”⁴⁰, indicando instrumentos de ferro, ou “ferro trabalhado”, na tradução literal⁴¹. A alusão, em 1780, a “*Iron Wrot. [wrought] not Arms*”, i.e., “ferro trabalhado mas não armas”⁴², significa que essa rubrica as incluía, igualmente, facto, aliás confirmado por Jacome

³² Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 66-67.

³³ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 61-85.

³⁴ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], p. 47. Um lavrador de um “engenho de cana”, de Olinda, Pernambuco, declara, em 1729, que faziam parte dos seus bens “seis enxadas, seis foices e dois ferros de fazer covas, um machado, um enxó e um martelo e verruma o que tudo era usado [no engenho] e tudo valeria quatro mil e oitocentos reis”.

³⁵ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 225.

³⁶ Cfr. SILVA, António Morais – *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. [S.l.]: Editorial Confluência, 1987, vol.1, p. 149 e vol. 3, p. 272. Almocafre designa um “sacho com bico” e marreta “uma espécie de martelo”.

³⁷ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], p. 35. Mineiro oriundo da Vila de Mogadouro, Braga, vivendo nas Minas Novas de Irasuahy, declara possuir, em 1730, “ferragens de minerar que valeriam trinta oitavas de ouro”.

³⁸ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], p. 60. Mineiro declara, em 1734, que “tinha ferramentas de tirar ouro e diamantes, e valerá tudo vinte oitavas de ouro”.

³⁹ Cfr. A. H. U., *Conselho Ultramarino*, Brasil-Pernambuco, Cx. 247, Doc.16595. Está registado, em 1803, em “*Mapa da Importação dos produtos e manufacturas do Reino e dos Estrangeiros, vindos de Lisboa, e Porto*”, uma relação de “Ferragens, e Metaes [no valor de] 31:681\$575” e, igualmente, “Louças e vidros [no valor de] 7:829\$740”, transportadas “em 22 Navios e 2 Curvetas para este Porto de Pernambuco”.

⁴⁰ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3 e Customs 17 (1700-1800).

⁴¹ Vd. *THE STATUTES OF THE REALM. Printed by command of His Majesty King George The Third. In pursuance of an address of the house of commons of Great Britain. From original records and authentic manuscripts*, 1819, vol. 5, Capítulo IV, p. 201. Esta rubrica incluía as seguintes ferramentas: “axes, adzes, knives, locks carpenters, gravers tools, colckwork and all ironmongers wares perfectly manufactured”, i.e., “machados, plainas, facas, fechaduras para carpinteiros, ferramentas para gravar, maquinismo de relógio e todo o materiais necessário aos ferreiros, tudo de boa qualidade”.

⁴² Vd. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/80, ff. 172v-173.

Ratton⁴³. Estará, porventura, neste último item, uma das grandes contribuições que o comércio do eixo atlântico possibilitava aos ingleses: o transporte de aprestos para a guerra, essenciais para o seu domínio dos territórios americanos.

Em troca, o tabaco “fino”⁴⁴ e madeiras, nomeadamente o pau-brasil, que, ainda em 1804, se revelava importante⁴⁵ viajavam para a Europa. Aqui chegavam, igualmente, as pedras preciosas. O cacau e o algodão aportaram na segunda metade do século, além do grande motor económico, o ouro.

Os couros eram objecto de grande tráfego, por vezes declarado de modo ardiloso⁴⁶, condicionado pelo envio de tabaco, de que era invólucro essencial. Peles de animais, material resistente às águas salinas, embalavam, do mesmo modo, fazendas de valor⁴⁷. Para a vida nos navios eram indispensáveis “couros de vaca crus”, nas redes do convés, para protecção do fogo do inimigo⁴⁸ e esse facto poderá explicar as cargas das “rotas de Pernambuco [que] carregavam com frequência 100.000 couros, atingindo algumas vezes mais de 200.000 como em 1740 (215.600 unidades), 1754 (233.050 unidades) e 1759 (296.644 unidades). Da Baía, as frotas chegaram a transportar 180.861 couros em 1735 e, em 1762, 220.000 couros⁴⁹. As peles chegavam aos portos europeus na primeira metade do século XVIII, maioritariamente de Salvador, Recife e Vale de S. Francisco, e, por vezes, eram moeda de troca para outras mercadorias⁵⁰.

A sua utilização nas Artes Decorativas foi um facto, quer em coberturas parietais, de mesas, ou no revestimento de assentos e espaldares de cadeiras⁵¹ e cabeceiras de leitos⁵². Não será, portanto,

⁴³ Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p. 245.

⁴⁴ O tabaco assim designado vinha para a Europa. O que era classificado de “refugo” ia para África. Constituíam uma das moedas de troca para os escravos da costa ocidental deste continente. Cfr. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, pp. 200-201.

⁴⁵ Cfr. A. H. U., *Conselho Ultramarino, Brasil-Pernambuco*, Cx. 247, Doc. 16595.

⁴⁶ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], p. 52. Um curtidor de Lamego, vivendo na Baía, afirma que passou recibo de um negócio de “pelame” em nome diverso do verdadeiro cliente, provavelmente para tentar recuperar a dívida existente: “declarou que o dito Diogo Nunes Henriques lhe era devedor de cento e tantos mil reis de cortumes de trezentos e tantos couros como no inventário retro próximo havia declarado e dos ditos couros passou recibo em nome de António Rodrigues Campos, porém os sobreditos couros eram com efeito de Diogo Nunes Henriques de quem era procurador o dito António Rodrigues Campos”.

⁴⁷ Cfr. VALENTE, Adelina – *Estudo de mobiliário em alguns inventários setecentistas da casa do 4º Morgado de Mateus. In Casa Nobre: Um Património para o Futuro. Actas – 3º Congresso Internacional*. [S.l.]: Município de Arcos de Valdevez, 2013.

⁴⁸ Cfr. OLIVEIRA, Fernando – *Livro da Fabrica das Naus*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1991, p. 115.

⁴⁹ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 206.

⁵⁰ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], pp. 79-83. Um “tratante”, natural de Lamego, a residir na Baía declara, em 1726, que tem na “cidade do Porto, três mil e tantos méis de sola [...] sobre esta sola [...] passou ele declarante uma letra de trezentos mil reis a pagar a Francisco Vaz a quem ele declarante é devedor da dita quantia”.

⁵¹ A utilização do couro permitia gravar as armas da casa, o que remeteria a decoração dos ambientes para mobiliário de gosto seguro, com referências a tempos recuados. Poupava, em simultâneo, os assentos, que se degradam com a utilização continuada. Como veremos, foi uma realidade a continuada utilização de assentos de couro na segunda metade do século XVIII.

⁵² O trabalho dos correeiros foi a cobertura mais solicitada imediatamente a seguir à palhinha e aos estofos. Vd. FRANCO,

de estranhar, a notícia da existência de cerca de 1773 “patrões e artífices”⁵³ de couro a trabalhar em Lisboa, nos anos de 1763 a 1769, bem como de três “fábricas particulares de curtimento de couros de boi”, em “Povos”, Lisboa e Porto⁵⁴. Esta manufactura portuguesa seria o complemento do contínuo fornecimento inglês, em Setecentos, de “*leather tanned*”⁵⁵, i.e., peles tingidas, consideradas já “couro”⁵⁶, e “*leather wrought*”⁵⁷, i.e., “moldado, com forma”⁵⁸. Refira-se que os registos alfandegários portugueses do ano de 1784 averbaram, em dois momentos, a chegada ao Porto, de “*couros de moscovia*” com origem em Inglaterra⁵⁹. O registo repete-se no ano seguinte⁶⁰.

Os escravos constituíam outra fonte importante de trocas comerciais em pequena⁶¹ e grande escala. A historiografia refere que “ingleses, holandeses, e franceses aguardavam [nas costas brasileiras] com suas mercadorias os navios negreiros do Brasil e, em troca do tabaco – e também do ouro – uma quantidade de [fazendas] manufacturadas como tecidos, ferros, armas e quinqui-lharias, entrava por esta via nos portos brasileiros, principalmente no de Salvador, na Baía”⁶². Esta descrição permite-nos conferir a importância do Atlântico no relacionamento e trocas comerciais entre os diversos pontos do referido oceano. O porto de Lisboa constituía uma plataforma distribuidora essencial dos produtos coloniais para Inglaterra, que aí chegavam, por vezes, via cidade do Porto. Em 1746, por exemplo, cerca de 160 navios de diversas procedências, mas reunidos na capital portuguesa, foram comboiados para Inglaterra com forte segurança⁶³.

4. 1. 4. – A Ilha da Madeira, ponto de passagem intercontinental

A análise dos registos alfandegários ingleses não deixa qualquer dúvida sobre a importância desta ilha no cômputo dos negócios dos mercadores britânicos. Foi, durante todo o século XVIII, um

Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, gráficos 11-14, pp. 66-67.

⁵³ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Quercó, 1982, p. 127.

⁵⁴ Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p. 28.

⁵⁵ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3_3/82 (1700-1780) e Customs 17_1/30 (1773-1800).

⁵⁶ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 17, p. 616.

⁵⁷ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3_3/82 (1700-1780) e Customs 17_1/30 (1773-1800).

⁵⁸ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 20, p. 658.

⁵⁹ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Caixa 64, maço nº 6. “*Calculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o Ano de 1785. Praça do Porto. Importação*”, ff. 10v. e 28v. “*Couros de moscovia...126 couros...126\$000rs*” e “*Couros de moscovia...126 couros...126\$000rs*”.

⁶⁰ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Caixa 64, maço nº 6. “*Calculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o Ano de 1785. Praça do Porto. Importação*”, f. 11v. “*Couros de moscovia...372 duz.as...372\$000rs*”.

⁶¹ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões, [1976], pp. 79-83. Um “tratante” de Lamego, já anteriormente referido declara, em 1726, uma associação “com seu primo Gaspar Henriques procedida de uma carregação de negros que ele declarante entregou para lhe vender no Rio de Janeiro ou nas Minas a qual importaria três contos de reis”.

⁶² Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 201.

⁶³ Vd. T. B. L., *Penny London Post or the Morning Advertiser*, June, 2, 1746. Gale Doc. Nr. Z2001058779. Anuncia-se que “*The merchants in the Portugal trade have advice, that the fleet bound from Oporto, Lisbon &c. consisting of upwards of 160 Sail, were to sail from Lisbon the 23rd of May N. S. under a strong convoy for England*”.

destino autónomo de mercadorias⁶⁴. Frotas comboiadas, que se dirigiam de Londres para África e Oriente, aproveitavam as condições marítimas favoráveis à navegação⁶⁵ e faziam paragem na Madeira⁶⁶. Era um entreposto que dava guarida a cidadãos britânicos nas difíceis viagens marítimas⁶⁷ e onde as esquadras se abasteciam, tal como em Lisboa⁶⁸. Entre 1727 e 1810, os navios ingleses consubstanciaram, praticamente, “3/5 do total do movimento”⁶⁹.

O grande interesse da Madeira para os negócios ingleses residia, fundamentalmente, nas trocas comerciais intercontinentais que possibilitavam e na sua localização estratégica, constituindo o ponto de encontro de navios mercantes ingleses que viajavam a partir de Inglaterra e da América do Norte⁷⁰. O tráfego de longo curso inglês, nomeadamente de trigo, aportava à Ilha⁷¹, não só para abastecimento local mas também para transaccionar mercadoria para outros destinos. Das colónias americanas partiam lenhos e aduelas para a construção do vasilhame para o vinho da Madeira que, durante o século XVIII, constituiu a actividade central na Ilha, impulsionada pelas qualidades do seu néctar, muito resistente à deterioração climática nas diferentes latitudes por onde viajavam. O Funchal era, portanto, um ponto de encontro para trocas de fazendas. Aqui aportavam os barcos ingleses oriundos de Inglaterra, que pretendiam escoar os lanifícios, trigo ou farinha destinados à colónia americana, transportando, de volta ao seu país, o vinho transbordado na Madeira⁷². Era um tráfego muitíssimo lucrativo para o trato inglês. Foram criadas, deste modo, as condições para que a respectiva colónia dominasse, comercialmente, a Ilha, e aí se estabelecesse⁷³, apresentando-se,

⁶⁴ Vd. T. N. A., P. R. O., Customs 3 _3/82 (1700-1780) e Customs 17_1/30 (1773-1800). Os registos ingleses indicam as exportações para a Ilha com a expressão “*From London to Maderas*”.

⁶⁵ Cfr. RIBEIRO, Jorge Martins – Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII. *Separata das Actas do III Colóquio Internacional da Ilha da Madeira. Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico*, 1993, p. 389.

⁶⁶ Vd. T. B. L., *Daily Post*, London. April 11, 1721, Gale doc. n.º Z2000264017. Notícia dá conta que “*Letters from Madeira of the 30th of last month bring advice that Commodore Mathews, with 4 Men of War, touched at that place with several ships under his convoy, bound to Guinea and the East Indies*”.

⁶⁷ Vd. T. B. L., *Weekly Packet*. London. October 1, 1720. Londres participa que “*Thomas Burnet, Esq. Governor of New Ior [York?], who was reported to have been lost, is safely arrived at Madeira*”.

⁶⁸ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/51, ff. 25-26. O embaixador Edward Hay relata, a partir de Lisboa, para a sua corte que, em 14 de Abril de 1757, chegaram, da Madeira, 4 barcos escoltados, “*the Elisabeth, Newcastle, Weymouth, and Yarmouth, to take in wine and complete water, in order to proceed the East Indies*”.

⁶⁹ Cfr. SOUSA, João José Abreu de – *O movimento do porto do Funchal e a conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns aspectos*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC, 1989, p. 28.

⁷⁰ O vinho dos arquipélagos dos Açores e da Madeira poderia entrar em qualquer colónia inglesa desde que fosse transportado em navios ingleses, facto determinado por lei britânica. Cfr. RIBEIRO, Jorge Martins – Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII. *Separata das Actas do III Colóquio Internacional da Ilha da Madeira. Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico*, 1993, p. 390.

⁷¹ Cfr. *THE PRIVILEGES of an Englishman in the Kingdoms and Dominions of Portugal*. London: Done in Portuguese and English. Printed for the Translator, and sold at the Portugal Coffee-house in Swithin’s-Alley, at the North-Eats Corner of the Royal-Exchange. 1736, pp. 74-76. Está registado que por Alvará de 1642 todo “*O trigo que vem das Ilhas, ou de qualquer outra parte de mar em fora, não deve direitos em nenhuma parte deste Reino*”, estando, portanto, os britânicos, isentos do pagamento de impostos sobre os cereais.

⁷² Cfr. RIBEIRO, Jorge Martins – Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII. *Separata das Actas do III Colóquio Internacional da Ilha da Madeira. Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico*, 1993, pp. 389-390.

⁷³ Cfr. RIBEIRO, Jorge Martins – Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII. *Separata das Actas do III Colóquio Internacional da Ilha da Madeira. Secretaria Regional do Turismo*

economicamente, mais forte que a burguesia local⁷⁴. Organizados na sua feitoria, com juiz próprio, à semelhança, aliás, do que acontecia na cidade do Porto, o Funchal usufruía, em 1768, da presença de um médico inglês⁷⁵, não sendo, portanto, de admirar a sua autonomia enquanto destino da exportação inglesa de mobiliário. As diversas sociedades inglesas operando no Funchal parecem ter tido cariz familiar, de que a firma “Lamar, Hill, Bisset & Co.”⁷⁶ foi um exemplo na segunda metade do século XVIII. Os seus membros, educados em Inglaterra, dividiam-se entre a Ilha, onde tinham casa, América do Norte e Londres. Na primeira e segunda tratavam directamente do embarque de mercadorias e de transacções marítimas. Na capital inglesa geriam-se os pagamentos e negócios financeiros inerentes ao tráfico internacional a que se dedicavam. As autoridades portuguesas chegaram a superintender, através da ligação com esta casa, o abastecimento de cereais a zonas do reino português deles carenciadas⁷⁷.

Firmas locais, com nomes de portugueses, praticavam, igualmente, trato internacional, computando-se, entre 1727 e 1810, cerca de 400 barcos consignados à carreira da Índia⁷⁸. O número de consignatários de empresas de várias nacionalidades era menor, rondando os 98⁷⁹.

4. 1. 5. – Contrabando, corso e desvios de mercadoria

A actividade de pirataria está ligada, directamente, ao contrabando. Com efeito, a tentativa, e sua concretização, de furtar cargas a navios em viagem, ou mesmo junto aos portos, constituíam tentações para os salteadores se apoderarem de bens apetecíveis. Os piratas, ou “ladroes dos mares”⁸⁰, perseguiram navios carregados de fazendas⁸¹, pelo que a actividade de protecção das frotas, já referida, era de suma importância⁸². As fazendas eram depois vendidas fora da alçada alfandegária, por

e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 392-393.

⁷⁴ Cfr. SOUSA, João José Abreu de – *O movimento do porto do Funchal e a conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns aspectos*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC, 1989, p. 46.

⁷⁵ Cfr. RIBEIRO, Jorge Martins – *Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII. Separata das Actas do III Colóquio Internacional da Ilha da Madeira. Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, p. 394.*

⁷⁶ Cfr. RIBEIRO, Jorge Martins – *Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII. Separata das Actas do III Colóquio Internacional da Ilha da Madeira. Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 394-396.*

⁷⁷ Cfr. RIBEIRO, Jorge Martins – *Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII. Separata das Actas do III Colóquio Internacional da Ilha da Madeira. Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, p. 397.*

⁷⁸ Cfr. SOUSA, João José Abreu de – *O movimento do porto do Funchal e a conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns aspectos*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC, 1989, p. 46.

⁷⁹ Cfr. SOUSA, João José Abreu de – *O movimento do porto do Funchal e a conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns aspectos*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC, 1989, p. 47.

⁸⁰ Cfr. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 6, p. 528.

⁸¹ Vd. LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis, OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 71. Foi o caso de “dois navios do Maranhão” que deveriam ter chegado a Lisboa, sendo identificados, em Janeiro de 1730, a Norte, nas “rias da Galiza”.

⁸² Cfr. A. N. T. T., *Feitos Findos*, Conservatórias estrangeiras, Conservatória Inglesa, Cx. 11, m. 5, n.º 24, f. 8. No ano de 1808 continuava a preocupação com a boa viagem dos navios e respectivo pagamento de fretes, que se encontrava regulamentado. Na verdade, “em sucedendo naufrágio, varação, pilhagem de piratas, ou apresamento de inimigos, e por

vezes de conúbio com os funcionários respectivos⁸³, regressando, amiúde, para a sua origem, onde eram novamente transaccionadas⁸⁴. O mercado negro que resultava desta actividade significava, todavia, mercadorias mais baratas para o comércio pois eliminavam-se os ganhos dos intermediários e das taxas alfandegárias.

Na verdade, a fuga ao registo oficial sempre foi uma constante no comércio marítimo mundial. Mesmo as pesadas multas a que poderiam estar sujeitos, ou processos levantados pelas autoridades locais⁸⁵, não impediam os mercadores de tentar a sua sorte, até porque só em períodos de escassez financeira é que as autoridades ordenavam fiscalização rigorosa⁸⁶.

Situações de desvio de mercadorias aconteceriam sem configurar, directamente, fuga ao fisco, mas provável tentativa de salvar o produto de uma viagem com percalços, resultantes de incertezas quanto a situações de conflitos entre reinos. Em Novembro de 1761, por exemplo, foi concedida permissão à “*fragata francesa chamada Argonauta Capp^{am} Duportal Collet pertencentes a Companhia das Índias de França*” para vender, na Ilha do Faial, “*parte da sua carga em terra debaixo da clausula pagar dirt^{os} da que vendesse na d^a Ilha, e a mais podê-la conduzir em qualquer outra embarcação p^a o dito Reino de França sem pagar direitos alguns*”⁸⁷. A alegação do desconhecimento de que França estava em guerra com Castela, bem como a necessidade de prestar cuidados a pessoas doentes que o navio transportava, foi aceite pelas autoridades.

A entrada ilegal da mercancia acontecia como resultado da actividade de corso, ou “privateering”, em inglês, exercício guerreiro concedido pelos reis à nobreza, como forma de lhe proporcionar rendimentos. Utilizando navios armados, os respectivos donos e as tripulações dividiam as mercadorias que apresavam, ou, em alternativa, trocavam-nas por valiosos resgates⁸⁸. Tratava-se, igualmente, de uma das formas que a autoridade real utilizava para controlar o comércio de reinos inimigos, ou mesmo de aliados. Constituía uma arma político-económica que os governos pode-

essas causas se perderem as mercadorias, os donos delas não estarão, nem seus consignatários, obrigados a pagar frete algum: e se o Capitão ou mestre tiver antes recebido alguma quantia antecipada por conta de tal frete, a deve tornar, a menos que o contrato do fretamento não tenha convindo o contrário”. O seguro da viagem seria, portanto, necessário, ao dono de barco ou ao capitão do navio.

⁸³ Cfr. A. H. U., C. U._003, Cx. 25, Doc. 2152. Em petição, datada de S. Luís do Maranhão, em Agosto de 1784, um comerciante dessa praça acusa um dos meirinhos da alfândega de ter “*deixado sair fazenda d’Alfândega, livre, e sem desp^o algum, não intervindo para isso, autoridade do Provedor d’Alfândega, nem do Feitor desta*”. O mesmo “*costuma comprar dentro da mesma Alfândega, algumas coisas de valor, sendo-lhe proibido [...] e assim também tem despachado Fazendas em seu nome*”.

⁸⁴ Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, pp. 204-205.

⁸⁵ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/75, ff. 98-102v. Os membros da Alfândega chegavam a subir a bordo 3 vezes para verificar as cargas e suas marcas. A falta destas revelava que não estavam declaradas, não podendo ser aceites. No ano de 1773, a mercadoria do capitão inglês James Forbes que trazia, unicamente, a designação de “*encomendas*”, não foi autorizada a entrar.

⁸⁶ Cfr. PHILLIPS, Carla Rahn – Trade in the Iberian empires, 1450-1750. In TRACY, James T. ed. - *The rise of Merchant Empires. Long Distance Trade in the Early Modern World. 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 85.

⁸⁷ Cfr. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “Livro 1^o do registo dos decretos de S. Magestade e Avizos”, ff. 112-114v.

⁸⁸ Cfr. T. N. A., P. R. O., Port Books, E190. The Port of Plymouth and Fowley. Coastal. 1708. ‘*Custom House Plymouth. Christmas Qu^{er} 1708. Pacquets Inwards. N.º 97*’. Neste registo portuário inglês descreve-se o aprisionamento de um barco inglês por dois “*french privateer*” que, em seguida, trocaram por um resgate.

riam utilizar a seu favor, de acordo com a conjuntura internacional⁸⁹. Muitos mercenários encontravam-se envolvidos nestas actividades.

As décadas que precederam a independência dos Estados Unidos da América registaram actividades relevantes de aprisionamentos ilegais de pessoas e mercadorias no Atlântico⁹⁰. Os rebeldes americanos, necessitando de rendimentos para o seu financiamento bélico, tentavam descortinar os navios que transportavam o ouro que viajava do Brasil para a Europa, quase sempre lotados de somas importantes, quer para a coroa quer para o trato⁹¹.

4.1.6. – “Packet boat” diplomático

As informações sobre a vida política e económica portuguesa, objecto de cuidadoso escrutínio, eram participadas às capitais respectivas, por correspondência, pelos embaixadores residentes, enviadas em “packet boats”, ou “paquebotes”, na tradução literal portuguesa. Eram navios até 80 toneladas e viajavam nos dois sentidos, gozando de isenção de vistoria alfandegária⁹². Esta via de comunicação foi estabelecida entre Portugal e Inglaterra no início do século XVIII, e transportava, regularmente, divisas⁹³, correspondência diplomática, documentos, cartas, bem como encomendas diversas, por exemplo tecidos⁹⁴. Registos de carga do “packet-boat” *Mercury*, saído de Falmouth para Lisboa, em 1707, dá conta de encomenda opulenta que incluía prata, jóias, fitas e laços de ouro e prata para vestidos, botões para os mesmos e para luvas⁹⁵. Alguns membros da diplomacia internacional viajavam, entre reinos, nestes navios de carreira regular⁹⁶.

O ouro por cunhar era outro dos produtos facilmente transportados. A apetência inglesa por este meio de pagamento era grande e, no ano de 1737, por exemplo, este metal precioso, com origem no Brasil, fluía, em grande quantidade, para o trato irlandês, chegando ao território destes

⁸⁹ Cfr. ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Privateer*. In www.britannica.com (21.11.2012; 17h00).

⁹⁰ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/51, ff. 320-321v. Em de 6 de Novembro de 1777 o barco “*The Snow Nossa signora do Carmo Sto António*”, com carga inglesa e passageiros vindo do Rio para o Faial foi aprisionado por um “privateer” americano e enviado para Bóston. Transportava “*Cotton, Oil, Sugar and Leather valued at 20,000 Crusados*”. O capitão e os passageiros foram transferidos para outro navio e enviados para “St. John”.

⁹¹ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/85, f. 15. Em 1778 “a nau dos quintos” chegou a bom porto calculando o embaixador Walpole com “*4 Millions and an half Crusades for the Commerce: and two Coffers for the King with about a Million of Crusades*”.

⁹² Vd. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 299.

⁹³ Vd. TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, p. 167. A rainha-viúva D. Catarina, regressada a Portugal, recebia, por esta via, as rendas das suas propriedades inglesas.

⁹⁴ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/23, f. 252.

⁹⁵ Cfr. T. N. A., P. R. O., E190. The Port of Plymouth and Fowley. Overseas. Controller. 1709/1710. “*Falmouth. Christmas Quart Outwards. 1710. Nov^r 15. In the Mercury Pacq^t: John Groom Command^r for Lisbon. – Richard Lindsay – 337. Ounces of New & 50. Ounces of Old Silver plato – 1. Diamond Neck lace with a Diamond Gross (?) – 1. pair Diamond Ear rings – 1. Ring Sot round with Small Diamonds – 1 Gold ring – 6. box wood Combs – Gold & Silver thread for 2 Skirts Cloathes – Gold & Silver buttons for D^o 12. dozⁿ & f^r gloves – 1 p^r damask – 7 f^r Silk Stockons – 6 dozen plain Silk Ribbons – with Some wearing Apparel &c. – in 5 boxes. P. Comm^{rs} ord^r 6th Ins^{rs}”.*

⁹⁶ Vd. T. B. L., *Penny London Post or the Morning Advertiser*, May, 24, 1745. Gale Doc. Nr. Z2001057868. Anuncia-se que “*with the Packet boat last Friday are arrived Mssrs. Wasner, Carvalho (sic) Fleming, and Hope, Ministers of Hungary, Portugal, Poland and this Republic, who are all to follow his Majesty to Hanover immediately*”.

mercadores através do “packet boat” de Falmouth⁹⁷. Todavia, a mercadoria era, em geral, registada de modo muito indefinido, utilizando expressões como, por exemplo, “uma mala”⁹⁸.

4. 2. - Contextualização da produção inglesa para exportação

A partir da restauração da dinastia Stuart, em Inglaterra, em 1661, com Carlos II, iniciou-se um período de estabilidade política em Inglaterra, configurada por um apaziguamento das divergências religiosas entre protestantes e católicos. A relativa pacificação do reino facultou as necessárias condições sociais para que as manufacturas se desenvolvessem⁹⁹. O Grande Incêndio de Londres, em 1666, destruindo os edifícios na parte central da cidade, causou a migração dos nobres e alta burguesia para a zona oriental¹⁰⁰, e permitiu a formação de um grande estaleiro em que actividade de construção foi intensificada, dando aos arquitectos oportunidades excepcionais. Foram projectados palácios novos, arrastando, a jusante, uma miríade de oficinas dedicadas ao fornecimento de mobiliário e estofos¹⁰¹. A matéria-prima afluía a Inglaterra de modo abundante¹⁰², não faltando madeiras¹⁰³ e tecidos importados. A sociedade refinou-se.

Nesta época, a marcenaria trabalhava para uma classe encomendante que os ingleses apelidam de “patrons”, i.e., os nobres e os mercadores enriquecidos pela actividade de pirataria oficiosa – que já vimos ser concedida por determinação real. A moda do mobiliário provinha, então, de modo consistente, dos Países Baixos¹⁰⁴ e de França, onde Carlos II tinha vivido, e do Oriente. Os marceneiros londrinos cedo procuraram adaptar as tipologias e a ornamentação assim conhecidas, criando uma produção ao gosto dos seus clientes, tentando repelir as importações forasteiras através de petições ao respectivo Parlamento, pois prejudicavam a execução local¹⁰⁵.

À medida que a cidade se foi refazendo, as necessidades de abastecimento de mobiliário das casas e palácios londrinos foi diminuindo. Mas as oficinas ocasionadas por este movimento manu-

⁹⁷ Cfr. CHAPMAN A. B. Wallis – English Factories in Brazil and Portugal (1760-1756). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], p. 249.

⁹⁸ Cfr. A. N. T. T., *M. N. E.*, m. 1º. Extraordinários n.º. 26. “Navios, que entraram neste Rio de Lisboa Desde 21 até 27 de Setembro de 1782. Lisboa na Regia Oficina Tipografica. Ano 1782”. Regista-se o “*Antelope Packet, Cap. William Hemphorn de Falmouth... com 1 mala.*”

⁹⁹ Cfr. DEWING, David – Cane Chairs, their manufacture and use in London, 1670-1730. *Regional Furniture*, vol XXII (2008), p. 59.

¹⁰⁰ Cfr. JOY, E. T. - The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century. *Furniture History*, vol., I (1965), p. 7.

¹⁰¹ Cfr. BOWETT, Adam - *English Furniture. 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. [S.l.]: Antique Collectors Club, 2002, pp. 26-30.

¹⁰² Cfr. JOHN, A. H. – Aspects of English Economic Growth in the first half of the eighteenth century. In *The growth of English overseas trade in the 17th and 18th centuries*. London: Methuen & Co., 1969, pp. 165-183.

¹⁰³ Cfr. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. Great Britain: London Furniture History, 1988, p. 2.

¹⁰⁴ Vd. BOWETT, Adam – An English Perspective of the Anglo-Dutch Furniture Trade at the Beginning of the Eighteenth century. *Leids Kunsthistorisch Jaarboek*, 14 (2007), pp. 165-179.

¹⁰⁵ Cfr. JOY, E. T. - The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century. *Furniture History*, vol., I (1965), p. 2.

factureiro continuaram a existir, no início do século XVIII, persistindo na sua actividade. Londres, que no início do século XVIII, tinha cerca de 575.000 habitantes¹⁰⁶ – cerca de décimo da totalidade de Inglaterra e Gales –, possuía um mercado consumidor relevante, dependendo dos negócios com as colónias, trabalhando em actividades que lhes estavam a montante ou a jusante¹⁰⁷.

No entanto, novas praças eram imprescindíveis para escoar a produção que trabalhava em contínuo. A grande movimentação comercial internacional da marinha mercante propiciou, então, o aproveitamento das oportunidades que os mercados internacionais ofereciam, iniciando-se a execução de mobiliário para exportação em escala apreciável. No dizer da historiografia britânica, o mobiliário era uma das mercadorias que acompanhava o grande dinamismo que impelia os britânicos a conquistarem novos mercados para as suas fortes manufacturas emergentes¹⁰⁸.

Dois mercados despontaram, assim, desta actividade das Ilhas Britânicas. O local, resultante das apetências de uma nova classe enriquecida com os negócios coloniais, e o das colónias, ou dos reinos onde os ingleses aportavam, que assimilavam o que aí lhes chegava – pois a marinha mercante inglesa era um fornecedor pertinaz de novidades.

Os veículos publicitários das oficinas inglesas eram, por um lado, os comerciantes que levavam tipologias para venda nas colónias, sem encomenda específica, e os capitães dos navios que aceitavam mobilar as suas cabines com tipologias que ficavam nos portos do destino¹⁰⁹. Os livros aduaneiros britânicos anotam, por exemplo, a exportação para Portugal, entre os meses de Setembro de 1697 e 1698¹¹⁰, de “*beds for the sea*” e “*beds sea*” (leitos “para os navios”) no ano de 1704¹¹¹, podendo configurar essa situação. As importações que não passavam pela alfândega, para particulares que emigravam ou para os governadores e funcionários que se deslocavam para as colónias – podendo levar peças “free of duty”¹¹², correspondendo às “liberdades”, em Portugal –, não permitem ajuizar a dimensão dessa publicidade inicial na dispersão do mobiliário inglês.

À medida que estes negócios se foram desenvolvendo, algumas firmas da província deslocaram-se para Londres¹¹³, tentando aumentar a oferta de mobiliário e desenvolver outros tratos. Um desses exemplos é Robert Gillow (1702-1772), que fundou a sua a firma em 1728, em Lancaster e, passados cerca de trinta anos, em 1760, abriu secção em Londres, mantendo sempre a da província¹¹⁴. Nesta altura a exportação florescia. As madeiras de mogno e de nogueira americana abasteciam os portos

¹⁰⁶ Refira-se, como termo de comparação, que a população portuguesa não deveria exceder o número de 2.300.000 almas. Vd. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. In *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, vol.VI, p. 103.

¹⁰⁷ Vd. MINCHINTON, W.E. – Editors Introduction. In *The growth of English overseas trade in the 17th and 18th centuries*. London: Methuen & Co. Ltd, 1969, p. 49.

¹⁰⁸ Cfr. JOY, E. T. - *The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century*. *Furniture History*, vol. I (1965), pp. 4-5. O autor refere que “furniture was among the goods which followed the flag”.

¹⁰⁹ Cfr. JOY, E. T. - *The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century*. *Furniture History*, vol. I (1965), p. 1.

¹¹⁰ Vd. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/1, ff. 18-19.

¹¹¹ Vd. Quadro II. 6.

¹¹² Vd. JOY, E. T. - *The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century*. *Furniture History*, vol. I (1965), p. 6.

¹¹³ Vd. GOODISON, Nicholas; HARDY, John – *Gillows at Tatton Park*. *Furniture History*, vol. VI, 1970, pp.1-39.

¹¹⁴ Cfr. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 61. A oficina de Lancaster executava mobiliário mais liso e menos complexo que a de Londres. Os preços tornavam-se mais económicos, até porque, na capital, os salários eram mais altos. Lancaster era um dos portos de saída de mercadoria para exportação.

ingleses, revelando-se, a primeira, muito útil aos marceneiros ingleses pois tecnologicamente era adequada para suportar as diferentes condições climáticas para as quais o mobiliário viajava¹¹⁵. Gillow mobilava navios, vendia peças a outras oficinas que negociavam com o trato¹¹⁶, exportava directamente para as colónias americanas, nomeadamente para a Jamaica, onde detinha um armazém abastecido com a sua mercadoria. Os emigrantes e gentes locais aí poderiam escolher peças de mobiliário, marcadas com referências a giz, para correcta identificação das tipologias, em caso de encomenda. Os encargos eram aceites por correspondência¹¹⁷, trocando-se desenhos e sugestões escritas com os clientes¹¹⁸. Veremos, no 6º capítulo, que esta situação se poderá ter verificado com clientes portugueses.

As oficinas inglesas tinham, provavelmente, portugueses entre os seus compradores. De facto, encontramos apelidos de sonoridade lusa, manuscritos em desenhos do desenhador e marceneiro inglês do neoclassicismo, John Linnel¹¹⁹. Se bem que seja necessária reserva quanto a esses nomes, pois podem ter sido de elementos da ligação judaica ao centro-europeu, são referenciados os seguintes: “Mr. Alvies”¹²⁰(que pode ser uma corruptela de Alves), “Mr. de Aguilar” ou “De Aquilar”¹²¹ (Aguiar?), “Mr. Lopes”¹²², “Mrs. Mendes”¹²³, “Miss Mendez” (este no mesmo desenho de Mr. Lopes)¹²⁴, e “Mr. Ozoris”¹²⁵(Osório?). Em documento do marceneiro Robert Gillow surge, igualmente, o nome “Oliveira”¹²⁶.

¹¹⁵ Cfr. JOY, E. T. - The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century. *Furniture History*, vol. I (1965), p. 1.

¹¹⁶ Cfr. GILBERT, Christopher - *Pictorial Dictionary of Marked London Furniture. 1700-1840*. London: Furniture History Society and W.S. Maney and Son, 1996, p. 2. Junto ao porto londrino existiam armazéns (“warehouses”) de negociantes que vendiam móveis novos e usados que compravam em leilões ou em pequenas oficinas.

¹¹⁷ Cfr. STUART, Susan E. - *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 80-83.

¹¹⁸ Cfr. STUART, Susan E. - *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 87-89.

¹¹⁹ Cfr. HAYWARD, H. - The drawings of John Linnel in the Victoria and Albert Museum. *Furniture History*, vol. 5 (1969).

¹²⁰ Cfr. HAYWARD, H. - The drawings of John Linnel in the Victoria and Albert Museum. *Furniture History*, vol. 5 (1969), p. 15.

¹²¹ Cfr. HAYWARD, H. - The drawings of John Linnel in the Victoria and Albert Museum. *Furniture History*, vol. 5 (1969), p. 32.

¹²² Cfr. HAYWARD, H. - The drawings of John Linnel in the Victoria and Albert Museum. *Furniture History*, vol. 5 (1969), fig. 62.

¹²³ Cfr. HAYWARD, H. - The drawings of John Linnel in the Victoria and Albert Museum. *Furniture History*, vol. 5 (1969), p. 53.

¹²⁴ Cfr. HAYWARD, H. - The drawings of John Linnel in the Victoria and Albert Museum. *Furniture History*, vol. 5 (1969), fig. 62.

¹²⁵ Cfr. HAYWARD, H. - The drawings of John Linnel in the Victoria and Albert Museum. *Furniture History*, vol. 5 (1969), p. 56.

¹²⁶ Cfr. STUART, Susan E. - *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 2, p. 188.

4. 2. 1. - As rotas inglesas de comércio setecentista

Como já referimos *supra*, a localização geográfica de Lisboa era relevante, enquanto plataforma de distribuição dos géneros chegados de múltiplas origens. Os ingleses dispersavam a partir dos seus portos dois tipos de mercadoria¹²⁷: a que procedia do país, manufacturada localmente, ou as fazendas que aí chegavam, de outras partes do mundo, e eram reexportadas¹²⁸. Estes dois movimentos exportadores chegaram a Portugal.

Duas das quatro rotas que o comércio inglês desenvolveu durante o século XVIII percorriam o oceano Atlântico e a sua gestão apoiava-se nos portos das costas portuguesas, sendo apelidadas de “South Europe and Mediterranean Trade” (“Rota comércio do sul da Europa e Mediterrâneo”) e “Long Distance Trade” (“Rota do comércio de longo curso”)¹²⁹. A primeira integrava Portugal, Espanha, os arquipélagos atlânticos dos Açores e Madeira, Itália, Turquia e Gibraltar, este último entreposto e ponto de passagem entre os oceanos Atlântico e Mediterrâneo. A segunda rota incluía os contactos intercontinentais, nomeadamente o Oriente, passando pelas costas oeste de África, bem como as chamadas Índias Ocidentais, abrangendo a Jamaica, Barbados e Antígua. As possessões espanholas e francesas na América faziam, igualmente, parte deste périplo assim como a América do Norte, o Canada inglês, a Terra Nova.

No que respeita ao mobiliário, a rota “South Europe and Mediterranean Trade”, que negociava directamente com Portugal, representou, no ano de 1700, cerca de 20% do total exportado por Inglaterra. Até à década de 60 de 1700 a exportação aumentou. Em 1750, por exemplo, o valor total de mobiliário inglês exportado foi de cerca de 15.650 libras. Deste número, cerca de 55% destinou-se à trajectória que passava por Portugal¹³⁰.

As oficinas inglesas de mobiliário executaram peças especialmente destinadas ao mercado ibérico, já que um anúncio em jornal inglês refere, em 1751, leilão de “capital pieces designed for the Spanish & Portugal trade”¹³¹, i.e., “peças especiais concebidas para o mercado espanhol e português”. Referência idêntica se encontra, em 1755, numa participação de hasta pública de acervo de um capitão inglês, entretanto falecido, que deveria utilizar as viagens marítimas para negócios diversos, pois os bens a leiloar incluíam, entre outros itens, tecidos, cadeiras, colchões de penas de ganso, louça japonesa, peças de laca, jóias, armas de fogo, sendo igualmente referida a existência

¹²⁷ A alfândega inglesa divide em duas secções a origem das suas exportações: “London” e “Outports”, i.e., mercadoria saída de Inglaterra pelo porto de Londres, ou, em alternativa, por qualquer um dos outros portos do país.

¹²⁸ As leis inglesas obrigavam a passagem pelo seu território de toda a mercadoria procedendo de qualquer origem, sempre em navios nativos. A alfândega inglesa divide a exportação em duas secções: “Goods and Merchandize that are the Product and Manufacture of England”, i.e., “produtos e mercadorias manufacturados em Inglaterra”, e “Exportations of Foreign Goods”, ou seja, “exportação de mercadorias estrangeiras”. Vd. T. N. A., P. R. O., Customs 3_3/80 (1700-1780) e Customs 17_1/25 (1773-1800).

¹²⁹ Cfr. JOY, E. T. - The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century. *Furniture History*, vol., I (1965), p. 4. As outras duas rotas tocavam os mercados mais próximos das Ilhas Britânicas. A chamada “Foreign Coast Trade” (“Rota do comércio com as costa estrangeiras”) chegava a Irlanda e Ilha de Man. A “Short Sea Trade” (“Rota do comércio dos mares de proximidade”) configurava a rota para as países Bálticos, que incluíam Rússia, a Escandinávia da época que incluíam Suécia, Noruega, Dinamarca, Alemanha, Holanda, Flandres, países de leste e, quando as interrupções da guerra permitiam, a França.

¹³⁰ Cfr. JOY, E. T. - The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century. *Furniture History*, vol., I (1965), pp. 4-7.

¹³¹ Cfr. JOY, E. T. - The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century. *Furniture History*, vol., I (1965), p. 1.

de “peças de mobiliário especiais concebidas para o mercado espanhol e português” em madeiras de mogno e de nogueira¹³². Estes anúncios deixam entrever mobiliário com algum distintivo que hoje nos escapa¹³³.

Pessoas e mercadorias viajavam, com facilidade, para Portugal. Anúncios na imprensa inglesa comunicavam, aos interessados, as datas de partida, oferecendo boas acomodações aos passageiros¹³⁴. As informações, para quem partia de Londres, poderiam ser complementadas com esclarecimentos diversos sobre negócios e câmbios praticados¹³⁵ oferecidos aos mercadores portugueses e ingleses para completo esclarecimento de modo a evitar dificuldades aquando de situações de falência de alguma sociedade envolvendo pessoas de duas nacionalidades diferentes¹³⁶. Vendia-se, em Londres, literatura de viagens, versando a Península Ibérica, com gravuras de “Bartolozzi, Trooker, Birne, &c”¹³⁷ e personagens portuguesas, tais como padres católicos, eram objecto de anedotário relatado em publicações locais¹³⁸.

4. 2. 2. - A importância do mercado português para o comércio inglês

Os mercadores ingleses tinham conhecimento, por estarem no terreno, que os bastos recursos eco-

¹³² Vd. T. B. L., *General Advertiser*, London, March 2, 1750. Gale doc. n.º Z2000421099. “By order of the Executors, on Tuesday march 12, and the following days, will be sold by auction by John Heath, at the Great House, the Corner of Little Moorgate, fronting Winchester-street. The rich household furniture and other valuable effects of Captain Martin Fulbert, deceased, removed from his seat near Cheem in Surry, the house being let. Consisting of rich crimson Genoa damask, Mohair, chince, needlework, and printed cotton furnitures (sic), in beds, window-curtains, and chairs, fine down and goose feather beds, large pier-glasses and sconces, in carved and gilt frames, fine Persia and Turkey carpets, eight-day clocks, variety of curious cabinet work in mahogany and Grenoble wallnuttree (sic), amongst which are several capital pieces, designed for the Spanish and Portugal trade. Likewise his curious collection of English moths and butterflies, fine old china and Japan, sundry sorts of lacquered ware, pictures, plate, jewels, fire-arms, household-linen, and wearing apparel, and collection of books, chiefly in history, a chariot, and a Italian chair and harness. The whole to be viewewd to the time of sale, which will begin each day at half an hour after eleven o'clock. Catalogues will be delivered gratis the days of viewing at Mr. Phene's Place of sale, at the Bank Coffee-house in Threadneedlestreet, and at Mr. Heath's Long-acre”.

¹³³ Segundo o Prof. Dr. Adam Bowett, a não ser em casos de encomendas pontuais, a exportação para Portugal deveria envolver as tipologias que as oficinas inglesas executariam usualmente – estando algumas definidas nas tabelas que legislam a exportações.

¹³⁴ Vd. T. B. L., *Public Advertiser*, London, January 5, 1757. Gale doc. n.º Z2001072830. “For Oporto, with or without convoy, The Elizabeth, Charles Young, Master, will sail on Friday next, or carry goods freight free. The master to be spoke with on the Exchange, or at the Portugal Coffee-house at Exchange Time, or James Templeton, for the Commander. Good accommodations for Passengers”.

¹³⁵ Vd. T. B. L., *Morning Chronicle and London Advertiser*. London. April, 28, 1773. Gale doc. n.º Z2000826920. A publicação “The Trader's Sure Guide” dava indicações sobre diversos negócios de compra e venda em Inglaterra ou no estrangeiro, despesas cálculo, tabela de comissões e “calculation of Portugal coin”.

¹³⁶ Vd. T. B. L., *London Gazette*. London. November 22, 1774. Gale doc. n.º Z2000733818. É convocada reunião, em Londres, sobre a bancarrota de “Joseph Roiz Silva, of John Street near Minorities, in the city of London, merchant, and partner in trade with Francis Joseph Lopes, of Lisbon in the kingdom of Portugal, merchant”.

¹³⁷ Vd. T. B. L., *London Evening Post*, London. May 25, 1776. Gale doc. n.º Z2000694273. Estava à venda em New Bond Street, pelo próprio autor, e editor, J Rostow, “, in one volume, quarto, price 1l. 11s. 6d. in boards, Travels through Portugal and Spain in 1772 and in 1773”.

¹³⁸ Vd. T. B. L., *Gazetteer and London Daily Advertiser*, London, November 17, 1760. Gale doc. n.º. Z2000339648. Anuncia-se que “In a few days will be published, in two neat pocket volumes, Price six shillings bound, or five shillings sewed, *The Impostors Detected; or The Life of a Portuguese. In which the artifices and intrigues of Romish Priests are humorously displayed. The whole interpreted with several curious and entertaining anecdotes, relating to some of the principal Personages of the kingdom of Portugal. Printed for W. Bristow, in St. Pauls's Churchyard, and C. Etherington, at York*”.

nómicos que afluíam à Metrópole não estimulavam a “actividade produtiva, frustando as tentativas manufactureiras surgidas no 3º quartel de Setecentos”¹³⁹ e em Lisboa corria que se importava “tudo de fora do Reino, e até Cabelleiras”¹⁴⁰. A historiografia nacional tem procurado acentuar a verdade dessa constatação para a primeira metade do século XVIII procurando relevar, nas cinco décadas seguintes, uma evolução positiva das nossas manufacturas¹⁴¹. Todavia, essa apreciação esmorece quando se percorrem os registos alfandegários ingleses e se identificam as variadas mercadorias enviadas para o reino português. Na verdade, a recolha no *Public Record Office* de elementos sobre o tráfego relacionado com o modo de vida setecentista, englobando produtos de manufactura inglesa¹⁴² ou de reexportação¹⁴³ ajuda a compreender o nosso entendimento.

Como já expusemos *supra*, o Brasil foi um dos destinos de alguma das exportações inglesas ligadas, nomeadamente, às diversas actividades de exploração de matérias-primas. Faltará apurar em que medida o reino português constituiu uma das plataformas para o envio de mobiliário inglês para o continente sul-americano, o que não constituiu objectivo do nosso trabalho.

4. 3. – Os registos alfandegários ingleses de mobiliário

Os registos aduaneiros estão organizados em listagens precisas, com expressões repetidas sinco-padamente, coincidindo, amiúde, a numeração de fólhos ano após ano, não permitindo extrair qualquer indício estilístico ou estético. Os actos legislativos que regiam a formalidade destes documentos de controlo, bem como as normas sobre imposição de taxas, não o podiam consentir. Em Inglaterra, no século XVIII, os tempos configuravam alguma intimidade entre funcionários e clientes das alfândegas, gerindo-se os impostos segundo a tradição, de forma genérica, ou caso

¹³⁹ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A joalheria em Portugal. 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1999, p. 17.

¹⁴⁰ Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p. 134.

¹⁴¹ Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1982, p. 121. O autor afirma que “é [...] absurdo dizer-se que Portugal inteiro era abastecido em manufacturas pela Inglaterra, França e Holanda”.

¹⁴² Alguns dos itens referenciados nos registos alfandegários são, entre muitos outros: “china ware” (louça), “lantern leaves” (folhas para lanternas), “musical instruments” (instrumentos musicais), “watches gold” (relógios de bolso de ouro), “watches metal” (relógios de bolso de metal), “watches silver” (relógios de bolso de prata), “tiles/bricks” (azulejos/tijolos), “paving stones” (pedras ou cobertura de louça para pavimento), “alabaster” (alabastro), “images” (esculturas), “mathematical instruments” (instrumentos matemáticos) e “means of transport” (meios de transporte). Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3_3/82 (1700-1780) e Custom 17_1/30 (1773-1800).

¹⁴³ Podemos mencionar outros itens que chegavam a Inglaterra e eram reexportados, de que são exemplo “China ware” (louça da China), “pictures Índia” (pintura indianas), “Goa stones” (pedras de Goa), “Fans Indian paper” (leques de papel indianos), “canes walking” (bengalas), “tooth picked cases” (caixas com palitos), “elephant teeth” (marfim), “cabinets India” (contadores da Índia), “tea tables” (mesas de chá), “tables Dutch” (mesas holandesas), “drawers” (escritórios), “tables marble in frames” (mesas de mármore sem tampo), “carpets Persia” (carpetes da Pérsia). A sua notação sugere, todavia, que poderão ter sido encomendas pontuais, ou tentativas de testar o mercado português com mercadoria diferente, pois a maior parte destas rubricas não apresentam continuação na exportação. O único item com continuidade ao longo do século XVIII é a “louça da China”. Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3_3/82 (1700-1780) e Customs 17_1/30 (1773-1800).

a caso, interpretando normas pré-existentes ou criando novos modelos de funcionamento¹⁴⁴. O sistema implantado pretendia, em particular, dar vazão à produção manufactureira do reino, despachando de modo eficaz as mercadorias e criando riqueza para a coroa e negociantes. Parece-nos curial, portanto, afirmar que a moda que entrava nos portos portugueses se consubstanciava numa miríade de produtos¹⁴⁵, enviados a partir dos portos ingleses, reflectindo, mais do que tendências estéticas, uma lógica mercantilista epocal. Este movimento comercial pretendia, como é óbvio, vender as manufacturas de utilização corrente, com conotação de bem-estar, de acordo com os cânones dos encomendante locais, i.e., os ingleses que determinavam usos e costumes. O objectivo deste escambo inglês firmava-se, do mesmo modo, na intermediação entre mercados internacionais, ofertando mercadorias a quem a elas não tinham acesso, porque os seus reinos as não produziam ou porque o trato não era, de outro modo, acessível. Tentavam-se conquistar novos mercados, ou, quando tal não era possível, apresentar mercancias de confirmado gosto local, provendo aprestos desenvolvidos em qualquer parte da Europa ou do mundo colonial.

4. 3. 1. – Problemas dos registos alfandegários ingleses

O mobiliário que viajava nos barcos, por conta dos seus capitães, do comércio estabelecido, ou mesmo de particulares, apresentava um valor intrínseco relativamente diminuto¹⁴⁶, no cômputo total das cargas, e não deveria colocá-lo na lista de fugas fiscais. Ouro, prata, pedras preciosas, urzela, açúcar, tabaco, entre outras mercadorias, eram muitíssimo mais valiosas.

De maior importância constituiriam, no caso da grande exportação inglesa de mobiliário, as falsas declarações de valores de mercadorias, no acto de embarque, quando não acompanhadas de qualquer documento, sendo declaradas, na sua maioria, “*on oath*” [sob palavra], “*at value*” [estimado em] ou “*valued at*” [valorizado em]¹⁴⁷. Para obviar esta situação, o legislador britânico procurou, em 1787¹⁴⁸, pela primeira vez, eliminar as chamadas “*Unrated Goods*”, i.e., produtos que saíam dos portos ingleses mas não estavam tabeladas. No entanto, nessa data, esse critério não atingiu as tipologias de mobiliário que já se encontravam tarifadas em documento de data anterior¹⁴⁹.

Outro problema a considerar, na viagem das fazendas, era o seu destino, as rotas inicialmente previstas e não cumpridas, ou os enganos na entrega dos bens, existindo relatos de erros na sua

¹⁴⁴ Cfr. MASCALL, E.-J. – Consolidation of the customs, and other duties. London: P. Byrne, 1789, pp. 3-18. In <http://books.google.pt/books> (20.9.2009; 16h00). O chanceler do tesouro, William Pitt, anuncia planos para reorganização do sistema alfandegário inglês dado que o que vigorava era “[...] *involved, [...] intricate and [...] equivocal*”, i.e., confuso, intrincado e dúbio.

¹⁴⁵ Cfr. PROVOST, Audrey – Les usages du luxe: enjeux d’un débat au XVIII siècle. In ASSOULY, Olivier, dir. – *Le luxe. Essais sur la fabrique de l’ostentation*. Paris : Editions de l’Institut Français de la Mode, 2005, p.69.

¹⁴⁶ Cfr. MEMORIAS DA ÚLTIMA CONDESSA DE ATOUGUIA. *Manuscrito autográfico inédito com um estudo preliminar do P. Valério R. Cordeiro*. Braga: Composto e impresso nas oficinas do P. Vilela & Irmão, 1917, pp. 11-12. A condessa considera que as peças de prata são mais importantes que o mobiliário.

¹⁴⁷ Os historiadores ingleses consideram que estas declarações permitiriam fugas aduaneiras na ordem dos 25% ou mesmo mais.

¹⁴⁸ Cfr. PUBLIC GENERAL ACTS, *George III*. Chapter XIII. 1787, pp. 412-524.

¹⁴⁹ Cfr. PUBLIC GENERAL ACTS, *George II*. Chapter 1-30, ff. 153-174. As tipologias e objectos de decoração com taxas aduaneiras eram as seguintes: “*cabinets of amber*”, “*chairs matted*”, “*maps in frames*”, “*prints of paper*”, “*tea tables, lackered or without feet, unlackered, turtle-shell*”.

recepção¹⁵⁰. Considerando o contexto dos envios de mercadoria, à época, parece legítimo questionar se todas as cargas chegariam aos locais a que se destinavam¹⁵¹. E, no caso do trato, será que esse facto, por vezes, não poderia constituir uma mais-valia, de que estariam conscientes os seus emissários?

4.3.2. – Exportações de mobiliário registadas em Inglaterra

A sistematização das tipologias exportadas para Portugal e respectivos valores totais, em libras (Tabela 4.1), entre 1700 e 1800, permite verificar que o mobiliário registado excede as 184.000 libras. O cruzamento destes valores com o respectivo movimento cronológico ao longo desse século – que concretizámos no **Diagrama Cronológico A** –, permite-nos algumas leituras que tentaremos descodificar.

Não podemos, em primeiro lugar, deixar de registar que este movimento de exportação de mobiliário com destino a Portugal e o trabalho de campo que efectuámos – se bem que sem qualquer pretensão, ou possibilidade, se de considerar exaustivo –, nos ofereceu alguma perplexidade. Com efeito, não se nos deparou número relevante de mobiliário de procedência inglesa. Teria sido este destruído em tempos subsequentes? Terá sido enviado para outras latitudes? Ficam as dúvidas que, cremos, dificilmente obterão resposta.

TABELA 4:1

Exportação de Inglaterra para Portugal de bens ingleses manufacturados¹⁵² entre 1700 e 1800.
Marcenaria, obra de torno, estofos e decorações.

Tipologias no original	Correspondência das tipologias em português	Valor declarado, em libras (aproximado)			Anos
		£	s	d	
Cloth's press	Tipologia de conter, com prensa	1	10	0	1700
Bed	Leito	0	8	0	1700
Beds sea	Leitos para os navios	0	15	0	1704
Knife Cases	Barretinas, faqueiros de pé ou estojos de faqueiro	3	0	0	1706-1707
Cases & clocks	Caixas e relógios	8	28	10	1702
Bed Curtains and Valance	Cortinados e tecidos finos para leito e respectivos aposentos	9	15	0	1704-1715
Wood for Turners	Madeira para torneiros	10	0	0	1738
Dials of wood	Relógios (de torre?)	14	0	0	1702
Japanned Wares	Tipologias com laca do Japão, peças provenientes do Japão	17	0	0	1707
Writing Desks	Secretárias, mesas para escrita	21	17	0	1710-1713

¹⁵⁰ Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p. 168. O autor relata que recebeu, em Lisboa, mercadoria que lhe não era destinada, mas sim a outrem, em Cádiz, Espanha; tinha sido carregada no Havre de Grace com destino, errado, a Lisboa.

¹⁵¹ Cfr. T. N.A., P. R. O., *State Papers Foreign, Portugal*. SP SP 89/84, f. 305v. Anunciavam-se destinos de viagens para, por vezes, deliberadamente, não revelar o seu verdadeiro propósito. Em Setembro de 1777, por exemplo, o embaixador Robert Walpole escreve, de Lisboa, ter dúvidas sobre a viagem de barco que transporta dois magistrados: “*and though it is given out that this ship is destined for the Madeira. I believe it is ultimately designed to carry those Magistrates to Pernambuco in order to inquire into the discontents at that place*”.

¹⁵² Na fonte, a expressão utilizada é “*Exportation of British Manufactured Goods to Portugal*”, e marcenaria é a tradução que adoptámos para a expressão “*cabinet-making*”.

Desks	Secretárias com apoio amovível	22	5	0	1710-1713
Lacquered Ware	Tipologias diversas com laca oriental	33	2	8	1705-1707
Tables	Mesas	34	11	0	1704-1717
Couches	Canapés estofados, com torneados	39	0	0	1704-1710
Japanned Cabinets	Contadores pintados imitando a laca japonesa	67	7	0	1700
Chest of Drawers	Cômodas	83	8	0	1700-1708
Turnery Ware	Tipologias com torneados	94	0	0	1700-1718
Cabinet makers ware	Tipologias de marcenaria	117	0	0	1708
Joinery Ware	Peças executadas por ensambladores e vendidas por comerciantes	227	0	3	1700-1719
Frames for pictures	Molduras para pinturas, pinturas e molduras	350	8	2	1700-1739
Clock Cases	Caixas de relógios	1.056	0	0	1700-1752
Cabinet Ware and Upholstery	Mobiliário e estofos	1.810	4	0	1777-1787
Escrutores	Escrivatinhas portáteis e cómodas-papeleiras	6.910	1	7	1700-1742
Looking Glasses	Espelhos	9.439	4	0	1700-1751
Upholstery Ware	Estofos e decorações com tecidos vendidos por comerciantes	11.910	4	11	1700-1717
Chairs	Tipologia de assento, cadeiras	12.914	3	6	1700-1752
Upholstery	Estofos e decorações de compartimentos	23.368	7	0	1700-1778
Cabinet Ware	Tipologias executadas por marceneiros/mobiliário vendido por comerciantes	41.561	12	0	1756-1800
Joinery	Mobiliário executado por ensambladores (maciço?)	74.754	8	4	1720-1753

Fontes: T. N. A., P. R. O., Customs 3 _3/82 (1700-1780) e Custom 17_1/30 (1773-1800) e Quadros II.1. a II.31.

Verificamos que os valores mais baixos de tipologias exportadas – todas no início do século XVIII, até 1717 –, se referem a prováveis encomendas. Estão neste caso, por exemplo, os itens “*Bed*” (leito) em 1700 (Quadro II. 7.), “*Cloth’s press*”, passível de tradução em português como “armário com portas para guardar roupa”¹⁵³, igualmente no ano de 1700 (Quadro II. 17) e “*Knife cases*” (barretinas ou faqueiros de pé) em 1706 e 1707 (Quadro II. 21.). O item “*Bed Curtains and Valance*” – que constituiriam conjuntos de cortinados¹⁵⁴ e tecidos finos¹⁵⁵ para leito e respectivos aposentos – foram enviados entre 1704 e 1715 de modo irregular (Quadro II. 19). Outras designações que se apresentam com pouca densidade temporal são “*Writing Desks*” (secretárias ou mesas para escrita)¹⁵⁶, entre 1710 e 1713 (Quadro II. 24), “*Tables*” (mesas ou somente tampos¹⁵⁷) entre 1704 e 1717 com interrupções (Quadro II. 1), o mesmo acontecendo com “*Couches*”, que analisaremos *infra*, entre os anos 1704 e 1710. “*Japanned Cabinets*” – que poderia ser contadores pintados¹⁵⁸ imitando a laca japonesa¹⁵⁹ –, estão registados somente no ano de 1700 (Quadro II. 16), e “*Chest of Drawers*” (cómodas)¹⁶⁰ entre 1700 e 1708 (Quadro II. 4.). O item “*Dials of wood*” (relógio de torre), em 1702, regista

¹⁵³ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, pp. 130-131. Podiam conter, de igual modo, louça, vidros, aprestos de cozinha ou outros bens domésticos de acordo com a sua localização dentro da habitação. O corpo superior poderia estar adaptado para pendurar roupa ou encerrar tabuleiros móveis.

¹⁵⁴ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 4, p. 157.

¹⁵⁵ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 19, p. 405.

¹⁵⁶ Cfr. BOWETT, Adam – *English Furniture. 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. [S.l.]: Antique Collectors Club, 2002, p. 215.

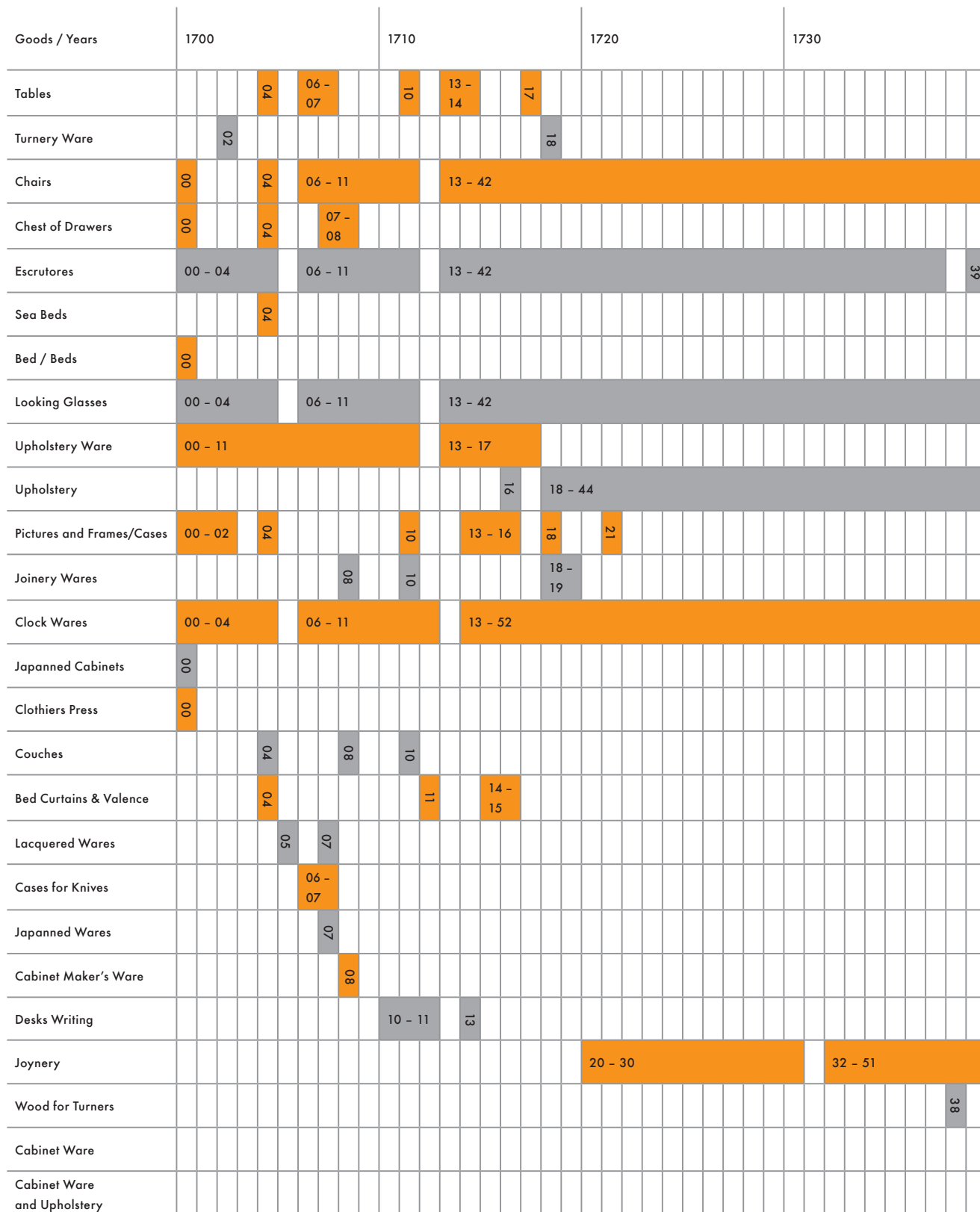
¹⁵⁷ Vd. BOWETT, Adam – An English Perspective of the Anglo-Dutch Furniture Trade at the Beginning of the Eighteenth century. *Leids Kunsthistorisch Jaarboek*, 14 (2007), pp. 165-179. Segundo o autor o significado setecentista de “table” é ambivalente, podendo significar o tampo ou a tipologia, com a respectiva estrutura de suporte.

¹⁵⁸ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 2, p. 748.

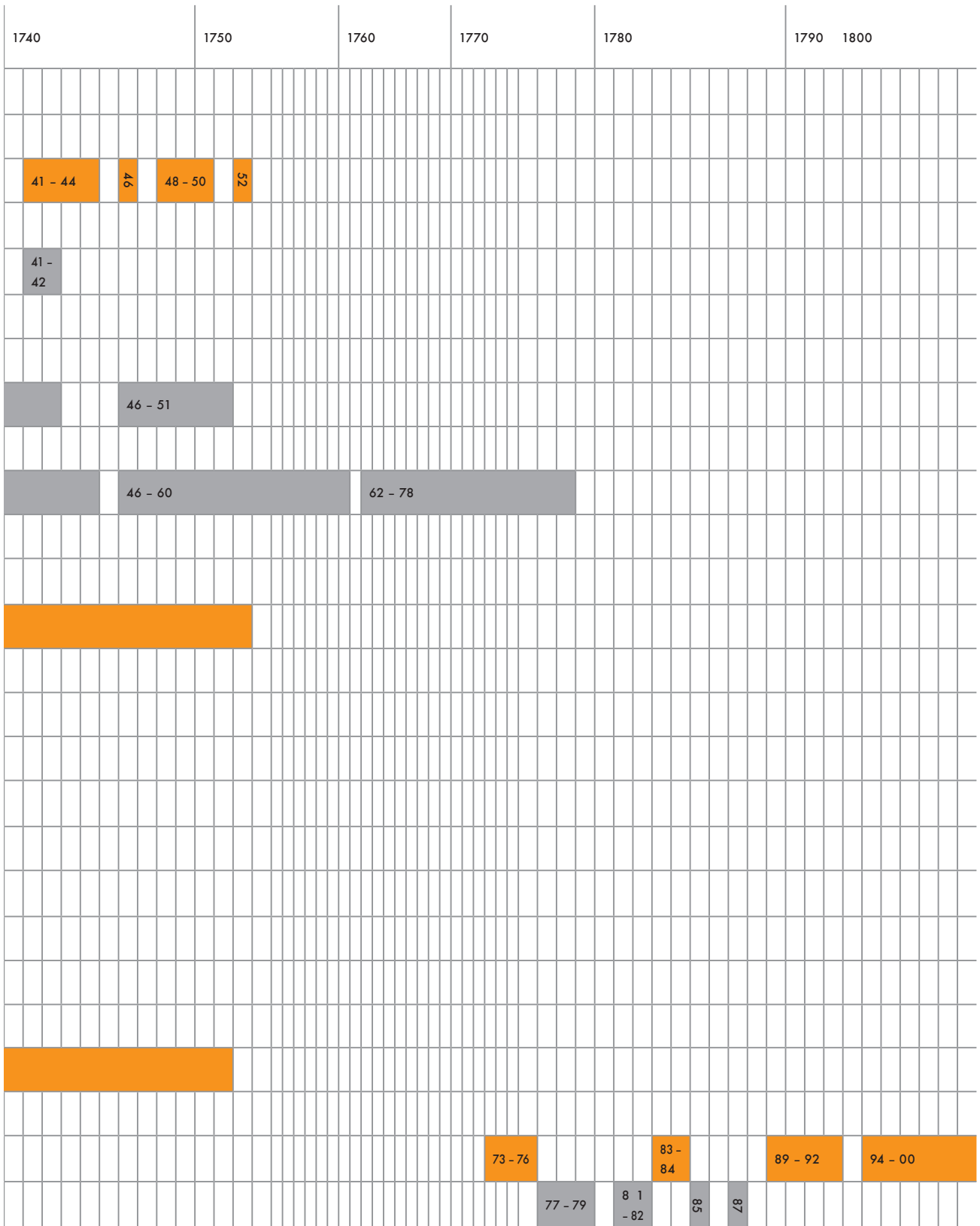
¹⁵⁹ Cfr. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. London: Furniture History, 1988, p. 33.

¹⁶⁰ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, VOL. 3, p. 95.

Diagrama Cronológico A
Exportação de manufacturas inglesas para Portugal
Mobiliário, Estofos.



Em laranja e cinza os anos de exportação.
 Fonte: T.N.A., P.R.O., Customs 3_3/80 (1700 - 1780) e Custom 17_1/25 (1773 - 1800)



duas peças, configurando, com alguma probabilidade, encomenda específica (Quadro II. 8.).

As terminologias “*Japanned wares*” (tipologias com laca do Japão ou peças provenientes do Japão) (Quadro II. 22.), “*Lacquered ware*” (tipologias diversas que utilizavam, na sua composição, laca oriental) (Quadro II. 20), “*Turnery ware*” (tipologias com torneados)¹⁶¹, “*Joinery ware*” (peças executadas por ensambladores e vendidas por comerciantes) (Quadro II. 23.)¹⁶² e “*Upholstery ware*” (estofos e decorações com tecidos) – igualmente enviadas até cerca de 1717 (Quadro II. 10.) –, têm em comum a designação “*ware*”, o que pode significar que eram mercadorias vendidas pelo comércio, i.e., não constituírem encomendas¹⁶³. Pode ter sido o caso do registo, em 1708, do item “*cabinet makers ware*” na soma de 117 libras, valor apreciável no cômputo dos itens individualizados e que poderia englobar diversas tipologias (Quadro II. 23.). Não é possível, todavia, clarificar, se o termo “*Joinery*” seria, de igual modo, negociado desse modo (Quadro II. 25.). De difícil destrição se revela o item “*Turnery ware*” (tipologias com torneados) que se poderia referir, por exemplo, a mobiliário de assento ou mesmo peças de pousar (Quadro II. 2.).

Outras tipologias exportadas com constância entre os anos 1700 e 1778 são “*Looking Glasses*” (espelhos) (Quadro II. 9.), “*Clock Cases*” (caixas de relógio) (Quadros II.14. e II. 15.)¹⁶⁴ e “*Joinery*” (mobiliário executado por ensambladores). O item “*Upholstery*” i.e., “estofos e decorações de compartimentos”¹⁶⁵, foi exportado entre os anos 1700 a 1780, indicando a sua relevância no mercado português durante cerca de 80 anos (Quadro II. 11). Poderia envolver tipologias de assento com estofos agrupadas em conjuntos que se reportavam estilística e decorativamente, por meio de tecidos condizentes, por exemplo. Não representa, todavia, o item de maior valor monetário.

A designação generalista destes termos não permite, em geral, identificar a que tipologias se poderiam referir. Algumas designações, todavia, são passíveis de reconhecimento. É o caso do termo “*couches*”, que deverá significar tipologia de assento estofada, para duas ou três pessoas, devendo ostentar prumadas torneadas¹⁶⁶ – peça que não foi, até à data, identificada em Portugal –, sinal de adesão a uma tipologia de assento múltiplo para descanso e convívio. O seu envio foi limitado aos anos 1704, 1708 e 1710 (Quadro II. 18.). Sinal da adesão, em território português, a torneados de que não temos qualquer indicação, é o despacho de madeira específica para tornear – “*Wood for turners*” (Quadro II. 30.). Poderia ser lenho de pereira, de poro fechado, facilmente tingida de negro para imitar ébano, que os britânicos utilizavam em algumas tipologias de assento ou em peças torneadas aplicadas como decoração em mobiliário de conter¹⁶⁷.

Outras designações alfandegárias estão registadas de modo mais consistente, revelando

¹⁶¹ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 18, p. 712 In www.oxforddictionaries.com (6/12/2012; 15h).

¹⁶² Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 8, p. 262. In www.oxforddictionaries.com (6/12/2012; 15h).

¹⁶³ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 19, p. 906. “*Ware*” é um termo que indica “the things that a merchant tradesman, or pedlar, has to sell; goods, commodities”, i.e., mercadorias vendidas por comerciantes estabelecidos ou mercadores ambulantes.

¹⁶⁴ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 3, p. 337 In www.oxforddictionaries.com (6/12/2012; 15h).

¹⁶⁵ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol.19, p. 296 In www.oxforddictionaries.com (6/12/2012; 15h).

¹⁶⁶ Cfr. BOWETT, Adam - *English Furniture. 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. [S.l.]: Antique Collectors Club, 2002, fig. 3:8, p. 72.

¹⁶⁷ Vd. BOWETT, Adam – *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, pp. 183-184.

aceitação no mercado português. É o que ocorre com a designação “*Escrutores*”, que deverá referir-se a duas versões de tipologias com o fim de servir para escrever e guardar documentos (Quadro II. 5.). Se no século XVII e início do século XVIII o termo poderia designar escritaninhas portáteis, utilizadas sobre suporte amovível¹⁶⁸ – a que se poderá referir a notação “*Desks*” entre 1710 e 1713 –, a evolução da tipologia passou a designar peças de maior porte, com cómoda encimada por corpo de duas portas dentro das quais se distribuíam gavetas e escaninhos – a que a historiografia inglesa apelida, na actualidade “*scriptor*”¹⁶⁹. Essas peças deverão ter sido a matriz das cómodas-papeleiras – denominadas hoje, em Inglaterra, “*desk-and bookcase*” ou mais comumente “*bureau bookcase*”¹⁷⁰ –, tornando-se uma tipologia de atraente para as habitações das classes ligadas aos negócios prósperos do século XVIII e às suas casas de média dimensão, constituindo sinal de relevância social do seu proprietário. A sua exportação verificou-se, em item autónomo, até 1742. Não terá sido, depois dessa data, descontinuada a sua chegada ao reino português, mas sim integrada nas rubricas “*Joinery ware*” ou “*Cabinet ware*” (Quadros II. 16, II. 17., II. 18. e II. 19.)¹⁷¹. Em Portugal as cómodas-papeleiras das elites lisboetas, na segunda metade de Setecentos apresentavam, em maioria, espelhos nas duas portas do corpo superior, indiciando ostentação. O luxo pela moda inglesa constituiria, porventura, a razão da existência do número dessas peças existentes em algumas casas – que poderiam ser aos pares, em número de três, quatro ou cinco¹⁷², ou numa variante tipológica apelidada de “*meia papelreira*”¹⁷³ –, estando executadas, em número superior, em nogueira ou em pau-santo. A utilização deste último poderá constituir sinal de que a marcenaria portuguesa já as replicava localmente.

O item “*Frames for pictures*” (molduras para pinturas, pinturas e molduras) deixa entrever a importância do enquadramento das obras pictóricas e o provável envio, para Portugal, de uma produção que o mercado local não proveria (Quadro II. 12.).

A tipologia “*chairs*” (cadeiras), exportada com tal designação entre 1700 e 1752 (Quadro II. 3.), vale, a nosso ver, algumas considerações particulares, que efectuaremos a partir dos dados que recolhemos na **Tabela 4:2**.

¹⁶⁸ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 5, p. 391.

¹⁶⁹ Cfr. BOWETT, Adam - *English Furniture. 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. [S.l.]: Antique Collectors Club, 2002, fig. 7:2 e 7:30, pp. 207 e 209.

¹⁷⁰ Cfr. BOWETT, Adam - *English Furniture. 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. [S.l.]: Antique Collectors Club, 2002, p. 218. Refira-se que esta tipologia inglesa, conhecida em descrição datada de 1710, é constituída de corpo inferior com gavetas e tampa de rebater encerrando escaninhos e gavetas, encimada por outro corpo de duas portas com espelhos – um sinal de distinção - que guardava livros.

¹⁷¹ À cidade do Porto chegou, em 1748 “*um escritório de pau vermelho com espelhos avaliado em quinze mil réis*”. Vd. A. D. P., *Cabido*, Lº 195. Ano de 1748. Quota K|14|1|2-1.95, f. 45.

¹⁷² Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 103-104.

¹⁷³ Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), p. 92. Inventário datado de 1751 indica que existia “*defronte da cama uma meia papelreira de bordo de cinco gavetas, três grandes e duas mais pequenas*”.

TABELA 4:2
Cadeiras de noqueira exportadas de Inglaterra para Portugal (1700-1752)
(números aproximados)

BRITISH EXPORTATION				
Chairs [At value] (valor declarado pelo exportador)				
Year	From London		From Out Ports	
	To Portugal	To Madeira	To Portugal	To Madeira
1700	1956	375	8	120
1701	494	52	-	-
1702	928	170	-	-
1703	250	-	-	-
1704	386	12	-	-
1705	126	-	-	-
1706	98	-	-	-
1707	720	-	-	-
1708	126	252	18	252
1709	230	348	-	-
1710	80	84	-	-
1711	£66: 3	£15	-	-
1712	-	-	-	-
1713	224	96	-	-
1714	568	58	-	1/6 doz (??)
1715	-	48 ⁵ / ₆ dozen	528	-
1716	63,04 dozen	15,6 dozen		18 dozen
1717	370	2,36 dozen	-	-
1718	73 ³ / ₆ dozen	-	-	-
1719	144 ² / ₃ dozen	264	-	-
1720	-	264	-	-
1721	103	-	-	-
1722	-	480	-	-
1723	145,48 dozen	12 dozen	-	-
1724	227,8 dozen	12 dozen	3 dozen	-
1725	190,6 dozen	-	-	-
1726	338,4 dozen	16 dozen	1 (6£ 18s 0d)	-
1727	338,4 dozen	-	-	-
1728	145 dozen	12	-	-
1729	275,4 dozen	26	-	-
1730	240 dozen	-	-	-
1731	117,2 dozen	-	-	-
1732	50,4 dozen	36	-	-
1733	62 dozen	72	-	-
1734	12	12	-	-
1735	12	-	72 dozen	144
1736	84,2 dozen	72	-	-
1737	13,2 dozen	-	-	-
1738	-	120	-	120
1739	134 dozen	-	-	-
1740	-	-	-	-

1741	18 dozen	4 dozen	12	-
1742	62 dozen	-	-	-
1743	1 dozen	4 dozen	-	-
1744	-	14	-	-
1745	-	-	-	-
1746	12	-	-	-
1747	-	-	-	-
1748	5,7 dozen	-	-	-
1749	25,6 dozen	-	-	-
1750	8,24 dozen	-	-	-
1751	-	-	-	-
1752	3,2 dozen	-	12£ (Chairs for Cabinets)	-

Fontes: T. N. A., P. R. O., Customs 3_3/82 (1700-1780) e Quadro II. 2.
The Statutes of the Realm. *The Books of Rates*. Act 12.Charles II (1660) and Act 11. George I. (1724).

Este exercício, que levámos a cabo a partir dos elementos transcritos – tendo em conta o número de peças declaradas¹⁷⁴ –, oferece-nos um quadro em que mais de 45.000 cadeiras¹⁷⁵, poderão ter chegado a Portugal e à Ilha da Madeira. Como já referimos no 3º capítulo, deveriam ser executadas, na sua maioria, em madeira de nogueira, o que reforça a nossa convicção de que poderão abundar tipologias de assento inglesas nos acervos registados nos inventários lisboetas da segunda metade do século XVIII. Veja-se a este respeito, o mobiliário da casa do conde D. José Maria de Lancastre, falecido em 1771¹⁷⁶. Se bem que seja nomeada uma “*mesa inglesa grande*”, referindo especificamente a sua procedência, encontramos no inventário tipologias de assento em madeira de nogueira sem a origem identificada. Não nos parece, no entanto, de descartar similar proveniência das cinquenta e quatro cadeiras de nogueira, sessenta e dois tamboretas da mesma madeira, quatro cómodas do mesmo lenho, bem como cinco bancas e um banquinho, uma “*cadeira grande*”, “*12 cadeiras de nogueira ricas*” e “*1 canapé irmão*”. Todas as tipologias de assento se apresentam com “*damasco*” – em maioria –, e “*veludo*”, mas existe também “*1 canapé grande de moscóvia de raiz de nogueira*”¹⁷⁷, indicando, esta notação, o gosto pela estética inglesa do folheado.

Uma tipologia que não encontra assento nas pautas aduaneiras é a mesa de jogo. Cremos, no entanto, que poderá ter sido englobada no averbamento generalista de algum dos itens. Esta nossa convicção advém da verificação da exportação de “*cards playing*” (cartas de jogar), de modo esporso entre os anos de 1702 e 1749¹⁷⁸, mas de modo consistente a partir de 1756 até 1800¹⁷⁹, coincidindo com a rubrica “*cabinet ware*”.

Os elementos registados no **Diagrama Cronológico A** permitem-nos, ainda, verificar que a

¹⁷⁴ Não tivemos em conta os valores indicados em libras, pois estes não concedem qualquer informação sobre o número de peças. O número de cadeiras exportado terá sido, portanto, superior ao que aqui se indica.

¹⁷⁵ Em termos de valor, à época, poderá corresponder a mais de 12.500 libras.

¹⁷⁶ Vd. A. N. T. T., *Arquivo da casa de Abrantes*, M. 166, doc. 3232, ff. sem numeração. “*Descrição do inventario da casa de Vila Nova feita por falecimento do conde D. José Maria de Lancastre, falecido em 23 de Maio 1771*”.

¹⁷⁷ Vd. A. N. T. T., *Arquivo da casa de Abrantes*, M. 166, doc. 3232, ff. sem numeração. “*Descrição do inventario da casa de Vila Nova feita por falecimento do conde D. José Maria de Lancastre, falecido em 23 de Maio 1771*”. Para uma resenha mais facilitada, e seguindo os cânones da numeração, indicamos, de nossa lavra, os ff. 2v, 3, 3v, 4, 5, 5v, 6v e 7.

¹⁷⁸ Cfr. T. N. A., P. R. O., Customs 3_3/6 a 3/49.

¹⁷⁹ Cfr. T. N. A., P. R. O., Customs 3_3/56 a 3/79 e Customs 17_17/1 a 17/21.

década de 50 de 1700 apresenta uma mudança de terminologia no que toca ao registo alfandegário, regulada por lei, alguns anos mais tarde, em 1789¹⁸⁰. É, assim, crível, que as tipologias antes discriminadas individualmente passassem a ser englobadas em denominações mais generalistas. Na verdade, o assentamento “*Cabinet ware*”, a partir de 1773 e até 1800, ou “*Cabinet ware and Upholstery*”, entre 1777 e 1787 (Quadro II. 31.), este último correspondendo a uma situação de comércio limitada a dez anos pode ter sido substituído, com probabilidade, pela rubrica “*Upholstery*”, iniciada em 1716 e registada de modo praticamente contínuo até 1778 (Quadro II. 11).

4. 3. 3. – Origem geográfica dos móveis exportados

Analisando os registos alfandegários ingleses verifica-se o predomínio do porto da capital inglesa como centro exportador do mobiliário. Na verdade, Londres é a cidade de onde sai a maioria das tipologias e fazendas decorativas embora Inglaterra tivesse em funcionamento um número grande de portos para exportar mercadorias. Para designar o local de saída de mercadorias, os funcionários aduaneiros utilizavam a designação geral de “*London*” ou de “*Outports*”, i.e., portos de saída com excepção de Londres¹⁸¹. Deste, saíram, por exemplo, para a Ilha da Madeira, em 1754, sessenta carpetes¹⁸² e a nossa investigação confirmou a saída, por estes portos, para outros destinos, embora de modo pouco consistente, de couros, espelhos, mesas de chá, caixas de relógios, cadeiras, mobiliário e estofos, bem como carpetes. Da Escócia foi enviada, para Portugal, no ano fiscal de 1789/1790, “*cabinet ware*” (mobiliário vendido por comerciantes), podendo configurar alguma encomenda específica¹⁸³, repetindo movimento alfandegário que já havia existido anteriormente a partir dessa origem¹⁸⁴.

4. 3. 4. – Estilos e tipologias na origem

A historiografia britânica considera que o termo “*Joinery wares*”, i.e., peças feitas por ensambladores, registado até 1719, poderá referir-se a peças tais como “mesas cadeiras, arcas, contadores, cómodas com prensas e molduras para pinturas”¹⁸⁵. Seria uma questão de notação, e de maior latitude tipológica, e que a diferenciaria de “*Joinery*”, termo utilizado a partir de 1720, sem qualquer pretensão de exactidão, podendo referir-se a contadores, cómodas, camas, livreiras, carpetes (“*do norte*” ou “*de lá*”), sofás, cortinas, secretárias (“*desks*”), caixas de toilette (“*dressing-boxes*”), cadeiras

¹⁸⁰ Vd. MASCALL, E. -J. – Consolidation of the customs, and other duties. London: P. Byrne, 1789, pp. 3-18. In <http://books.google.pt/books> (20.9.2009; 16h00). Nesta data todos o itens relativos a mobiliário estão registados sob a designação “*Cabinet Ware*” ou “*Turnery*”.

¹⁸¹ Exemplos de portos ingleses setecentistas são Plymouth, Fowley, Sandwich, Deal, Bristol, Chester Lancaster, Chichester, Falmouth, Poole e Yarmouth. Cfr. T. N. A., *P. R. O. Port Books*. E 190. A nossa investigação nos registos alfandegários ingleses não se focou num trabalho exaustivo para detecção da mercadoria enviada destes portos para Portugal.

¹⁸² Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, *Port Books*, E 190, *Port of Plymouth*, f. 18v. Regista-se, em Setembro, “*3 Bales cont^{ts} 60 Rugs... [all] Free*”.

¹⁸³ Vd. T. N. A., *P. R. O.*, *Custom 17-10/13*, ff. 180-183.

¹⁸⁴ Vd. T. N. A., *P. R. O.*, *Custom 17/1*, ff. 36v-37. No ano de 1772/1773, foram enviados para Portugal artigos de ferro, relógios de metal e prata, couro trabalhado e uma rubrica generalista “*Miscellaneous*”.

¹⁸⁵ Cfr. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. London: Furniture History, 1988, p. 11.

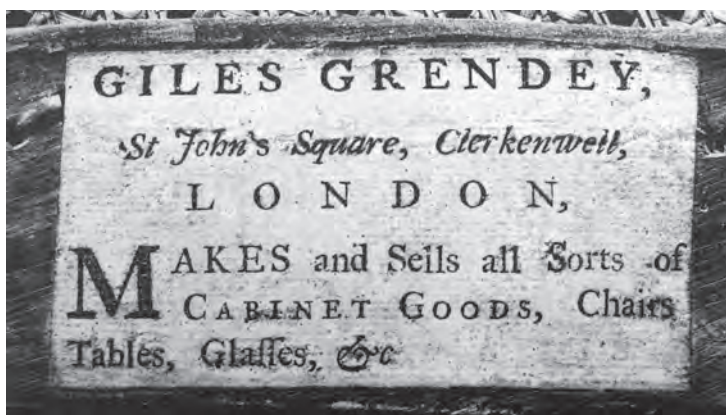


Figura 4:1
Vinheta colada em tipologia da oficina de marcenaria inglesa de Giles Grendey.

de braços, dirandelas (“*glass sconces*”), veladores para fogões de sala (“*screens*”), bem como mobiliário executado com integração de painéis japoneses de laca importados¹⁸⁶. Estas hipóteses indicam, portanto, um mundo de objectos da moda que a manufatura inglesa oferecia aos seus clientes em Portugal, contaminando a cultura local.

Como já observámos, o termo “*Cabinet ware*” apresenta-se de difícil destriça relativamente a “*Joinery*”, surgindo no ano de 1756, seguindo quase ininterruptamente até 1800, com poucas quebras. Segundo a historiografia inglesa, este item referir-se-ia a pequenos objectos da moda, executados por oficiais mais traquejados em escrivaninhas, mesas de trabalho e secretárias de senhoras, bem como caixas de costura, de jóias, de pistolas, de luvas ou de facas. Peças de toilette, caixas para chá ou para jogos de cartas também poderiam aí estar englobados¹⁸⁷. Considera-se, no entanto, que esta expressão pode ter um âmbito mais lato¹⁸⁸, podendo abarcar tipologias diversas tais como “*Clock cases*” (caixas de relógio), que está registada autonomamente até 1752, o mesmo acontecendo com a rubrica “*Chairs*”, com “*Looking glasses*”, inscrita até 1751, ou “*Escrutores*”, estes listados até 1741.

A dificuldade em especificar, com propriedade, estes termos, e verificar, em concreto, as tipologias exportadas, é tarefa de difícil consecução. Não podemos deixar, todavia, de colocar a hipótese de molduras para espelhos, caixas para relógios e alguma tipologias de confecção sumária que não podemos identificar – englobadas no item “*Joinery*” – terem deixado de ser exportadas. Esse facto poderia implicar o desinteresse local por elas ou, em alternativa, alguma actividade da marcenaria local para as prover.

Não é possível pormenorizar, de igual modo, a evolução estilística das peças exportadas ao longo do século XVIII. Sabemos, todavia, que a produção das marcenarias inglesas foi evoluindo, e a exportação seguiu essa transformação. A historiografia inglesa refere Giles Grendey (1693-1780) – de quem se conhece etiqueta aplicada em cómoda de quatro gavetas com estirador (fig. 4:1)¹⁸⁹ –, como um dos marceneiros que remetiam mobiliário para o universo das colónias ocidentais, nomeadamente para a rota comercial que incluía a Península Ibérica. De facto, está identificado

¹⁸⁶ Cfr. JOY, E. T. – *The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century. Furniture History*, vol. I (1965), p. 4.

¹⁸⁷ Cfr. . KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. London: Furniture History, 1988, p. 15.

¹⁸⁸ Opinião veiculada pelo Prof. Dr. Adam Bowett.

¹⁸⁹ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 104.

um conjunto de cadeiras pintadas, datadas de 1730-1740¹⁹⁰, na Casa do duque do Infantado, em Espanha. Portugal pode ter sido, igualmente, um dos destinos da produção deste marceneiro, que, em 1731, aquando do incêndio na sua oficina, relatou que tinha mais de 1.000 libras em mobiliário, já embalado, para exportação¹⁹¹. De sua autoria é uma cómoda dupla, tradução literal de “*double chest of drawers*”, datada de 1740-1760, que se encontra em colecção privada inglesa¹⁹². Trata-se de uma tipologia de tradição britânica, apresentando dois corpos sobrepostos: o de baixo com três gavetas e o de cima com seis, em que três delas são pequenas, inseridas num mesmo nível. Em Portugal uma dessas peças está assinalada no cômputo dos bens de D. José de Mascarenhas, duque de Aveiro, em 1759, descrita como “uma cómoda de pau mogno com dois corpos de nove gavetas”¹⁹³.

Uma das fontes para avaliar as tipologias exportadas são as etiquetas coladas nas peças de mobiliário, identificando o produtor e as peças executadas nas respectivas oficinas. Os marceneiros ingleses, conscientes de que essa era uma das boas práticas para serem identificados nos mercados estrangeiros, não descuravam tal facto e muitos rótulos são conhecidos pela respectiva historiografia.

Giles Grendey fazia-o, bem como o já mencionado Robert Gillow. Outro exemplo foi “*Tristram Chambers*”¹⁹⁴, de que se conhece etiqueta rococó datada de 1749 (fig. 4:2), anunciando os seus serviços de “estofador, mercador”, além de actividade funerária, comum aos marceneiros setecentistas.

Reproduzimos, ainda, rótulo de “*John Folgham*”¹⁹⁵ (fig. 4:3), “fabricante de caixas de chagrém” (“*shagreen case-maker*”)¹⁹⁶, datável de 1760 a 1780. Anuncia o seu trabalho de faqueiros de pé ou barretinas, secretárias de mesa, caixas diversas executadas em mogno ou cobertas de pele de peixe¹⁹⁷, talheres com prata ou marfim, caixas para óculos, tudo para exportação (“*for exportation*”). Num emoldurado característico do rococó inglês apresentam-se modelos dos produtos oferecidos para venda a retalho ou por grosso.

Datável de 1768 a 1772 é a etiqueta de “*John Lawrence*”¹⁹⁸ (fig. 4:4), que fornece informação visual rica. São representados mesas de aba e de pé-de-galo, papeleira, cadeira de braços à francesa, bem como uma tipologia de assento inglesa de costas vazadas dos anos 1750-1760. A nota da possível importação e exportação é, aqui, inferida, com a oferta de carpetes da Turquia, destino e origem de mercadoria inglesa diversa, como já referido *supra*.

¹⁹⁰ Cfr. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, pp. 36-37.

¹⁹¹ Cfr. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, p. 37.

¹⁹² Cfr. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, p. 120.

¹⁹³ Cfr. GUERRA, Luis de Bivar – *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Lisboa: Edição do Tribunal de Contas, 1952, p. 128.

¹⁹⁴ Cfr. HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers: From the Restoration to the Victorian Era. 1660-1840*. London: B. T. Batsford, 1988, p. 34.

¹⁹⁵ Cfr. HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers: From the Restoration to the Victorian Era. 1660-1840*. London: B. T. Batsford, 1988, p. 59.

¹⁹⁶ Este termo indica pele rugosa “de jumento”. Cfr. SILVA, António de Morais e – *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. [S.l.]: Editorial Confluência, 1987, vol. 2, p. 15.

¹⁹⁷ Cfr. GUERRA, Luis de Bivar – *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Lisboa: Edição do Tribunal de Contas, 1952, p. 171. Estão arrolados estojos que podem corresponder aos apresentados na etiqueta, já que são “de lixa encarnada” e “de lixa preta”, contendo colheres de chá e pratos.

¹⁹⁸ Cfr. HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers: From the Restoration to the Victorian Era. 1660-1840*. London: B. T. Batsford, 1988, p. 102.



Figura 4:2
Vinheta de John Folgham.



Figura 4:3
Vinheta de Tristram Chambers.



Figura 4:4
Vinheta de John Lawrence.



Figura 4:5
Vinheta de William Gilbert.

O nome de “*William Gilbert*”¹⁹⁹ está apostado em rótulo de 1780 (fig. 4:5), anunciando o seu negócio de grossista na área dos estofos, alcatifas e outros objectos de casa tecidos (“*Blanket, Carpet and Upholstery Warehouse*”) – indicando o fornecimento preciso de cabines de navios na expressão “*Sea-Bedding*”, o que aponta para actividade ligada à exportação. Refira-se que o item “*Beds sea*” (leito de, ou para navios) está registado nos livros aduaneiros ingleses no ano de 1704 (Quadro II. 6).

A oficina de “*Thomas Jaques*”²⁰⁰ oferece para exportação (fig. 4:6), na década de 1790, mesas de bilhar e respectivas bolas, “*turned correctly*” (torneadas de modo perfeito), em osso, marfim e madeiras coloniais (“*hardwoods*”). A etiqueta demonstra que a actividade oficial era completada pela venda marfim, tartaruga e madeiras importadas, matéria-prima que corria, em abundância, no mercado inglês.

A actividade de “*Benjamin Jackson*”²⁰¹, cerca de 1790 (fig. 4:7) – estampada em simulacro decorativo de um ambiente – oferece cadeiras, cómodas, espelhos, luminárias, talvez carpetes ou alcatifas e papel ou tecidos para parede, salientando os seus preços e condições de venda atractivas (“*reasonable terms*”).

O termo “*Exportation*” surge, destacado, na em etiqueta datável de 1804, em baixo, na apresentação de “*Thomas Butler*”²⁰² (fig. 4:8). Anuncia-se, a partir de oficina londrina, patentes registadas de mobiliário para cabines de barcos, artigos desmontáveis para viajar, apelando, claramente, a clientela que pretendesse embarcar para as colónias orientais e ocidentais. Refira-se que os marceneiros portugueses mais ousados, e com cabedais disponíveis, tentavam negócio semelhante, fornecendo as necessidades decorativas e funcionais de viajantes estrangeiros que passavam por Portugal, propondo-lhes, pontualmente, negócios para venda da mesma mercadoria além-mar, nem sempre bem sucedidos²⁰³.

4. 4. – Os problemas de registos aduaneiros portugueses

O monarca português concedia permissão de levar mercadorias não sujeitas a verificação alfandegária a quem viajava para os territórios de além-mar. Para a Índia, por exemplo, em 1659, ao capitão-mor e à tripulação eram consentidas “*caixas de liberdades*” correspondendo o número,

¹⁹⁹ Cfr. HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers: From the Restoration to the Victorian Era.1660-1840*. London: B. T. Batsford, 1988, p. 62.

²⁰⁰ Cfr. HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers: From the Restoration to the Victorian Era.1660-1840*. London: B. T. Batsford, 1988, p. 96.

²⁰¹ Cfr. HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers: From the Restoration to the Victorian Era.1660-1840*. London: B. T. Batsford, 1988, p. 96.

²⁰² Cfr. HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers: From the Restoration to the Victorian Era.1660-1840*. London: B. T. Batsford, 1988, p. 30.

²⁰³ Foi o caso do marceneiro José António Xavier que, por requerimento de Abril de 1805, solicita a faculdade de receber a terça parte do salário do capitão tenente Tomás Franco (grafado, por vezes “*Thomas*”) por dívidas relativas ao fornecimento “*de vários trastes p^a ornar a sua casa*”, bem como de “*outros p^a vender na cidade de Pernambuco*”. Cfr. A. H. U., C. U., Brasil-Pernambuco, Cx. 253. Doc.16992.

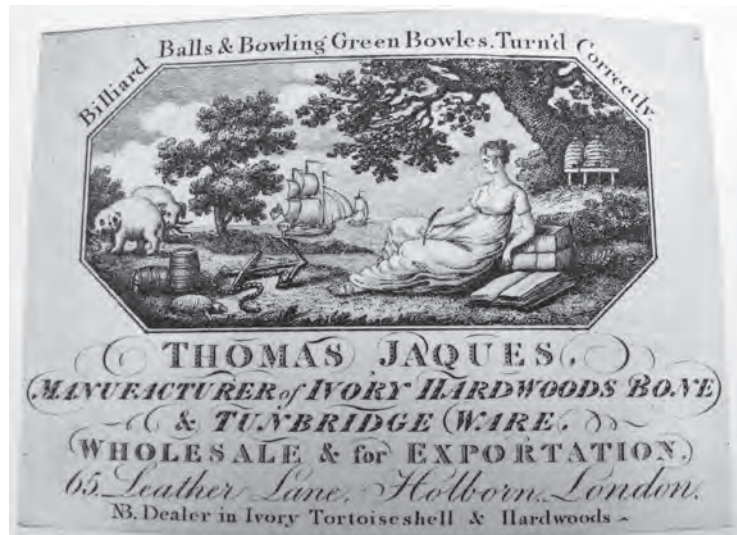


Figura 4:6
Vinheta de Thomas Jaques.



Figura 4:7
Vinheta de Benjamin Jackson



Figura 4:8
Vinheta de Thomas Butler.

e respectivo valor, a hierarquia social²⁰⁴. Estas arcas ou baús tinham medidas consagradas por lei, correspondendo cada uma a “cinco palmos, dois e meio de largo, e dois e meio d’alto”²⁰⁵. Do mesmo modo, aos detentores de alvarás concedidos para o desenvolvimento de manufacturas no reino, como a dos chapéus, em 1787²⁰⁶, ou a “*Sociedade das Reais Fabricas de Lanifícios, estabelecidas nas Villas da Covilhã, e Fundão*”²⁰⁷, era concedida isenção de direitos na importação de matéria-prima necessária para o seu funcionamento. O contrato da “*Fabrica dos pentes, e mais obras de marfim*”, assentido por alvará, datado de 1788²⁰⁸, a António Martins Bastos e Marcos José de Matos, desobrigava esta manufactura de taxas alfandegárias.

O mesmo princípio era aplicado aos capitães-gerais regressados do Brasil a Lisboa, que se faziam acompanhar de bens que nem sempre eram discriminados nos registos de carga. Foi o caso, por exemplo, do morgado de Mateus, D. Luís António Mourão, aquando da viagem de regresso de S. Paulo para Lisboa²⁰⁹. Os acessórios mais pessoais ficaram à guarda do próprio²¹⁰ e os animais e frutos ao cuidado do capitão do navio²¹¹. Descrimina-se, no seu rol pessoal, a louça que veio para a

²⁰⁴ Cfr. A. G. M., *Reservados*. “*Das Cousas tocantes à Arte Militar: Instruções sobre serviços a bordo dos navios de guerra. 1659*”, f. 48-48v. “*As liberdades que tem o Capitão Mor Capitães e mais oficiais da Carreira da Índia São as seguintes. Capp^m Mor – O capitão Mor tem 15 caixas de Liberdade, de valia cada uma de 300 @ reis de q (?) a 20 por 100 de cada 60 @ reis e de obra pia (?) 3@ reis...O capitão seis caixas de 250@reis de valia cada uma de que forra a 18 pot c^o 37@500 reis, e de obra pia 2@500 reis...O escrivão tem duas caixas de 200@ reis de valia cada uma de que forra a 15 por c^o de cada uma 30@ reis e de obra pia dois mil reis...o Capelão tem uma caixa de Liberdade de 120@ reis de q forra a 10 por c.to 12@ reis e de obra pia 1200@reis*”. Os criados do capitão-mor e do capitão têm cada um 1 caixa de valia de 120@reis. O barbeiro tem 1 caixa de 120@reis. O piloto pode transportar duas caixas de 200@reis, assim como o mestre e o contramestre; o alfaiate e o carpinteiro 1 caixa. de 120@reis, assim como o tanoeiro e os marinheiros.

²⁰⁵ Cfr. SANDÃO, Arthur de – *O móvel pintado em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização, 1966, p. 95.

²⁰⁶ À fábrica de chapéus chegava, de Inglaterra e do Brasil, madeira de Campeche e “Pau Tatagiva”, para a respectiva tinturaria, encontrando-se, esta matéria-prima, isenta de impostos. Cfr. A. N. T. T. *Alfândega de Lisboa*. Casa da Índia. “*Livro 1837 Este Livro há de servir p^a lançarem os despachos das far^{das} de privilegiados que não pagão Direitos; no prez^{ic} ano. Caza da Índia (sic) de Janeiro de 1787*”, f. 1. “*Ant^o Pires Leil e por seu port (?) Carlos Grazielli e Comp^a, e por eles José Ant^o Castanhr^o. quinhentos e oitenta e nove toros de pau campeche v^{dos} de Londres em o ano de 86 em o Navio Haniete (?) a p. ...oitenta e quatro q^s. ...84 – 0 – 00*” e “*Em 16 do d^o. Franc^{co} Machado, e por seu post (?) a Junta das Reais fabricas do R^{no} mil e quarenta e dois toros de Pau Tatagiva v^{dos} de Pernan.^o e Navio N. Sr^a da Carid^o*”.

²⁰⁷ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “*Livro 1841. 1^o 2^o do Registo das condições dos Contratos, e Fabricas. Casa da Índia, 01^o de Julho de 1788*”, ff. 1-10. Um dos sócios era o rico comerciante Joaquim Pedro Quintela.

²⁰⁸ Os concessionários foram António Martins Bastos e Marcos José da Matos, em contrato de seis anos a partir de Janeiro de 1788. Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “*Livro 1841. 1^o 2^o do Registo das condições dos Contratos, e Fabricas. Casa da Índia, 01^o de Julho de 1788*”, ff. 23-26. O marfim importado, na quantidade de 600 quintais anuais, apresentava três diferentes medidas, i.e., “*marfim de lei*” que era “*todo o dente que tiver de peso trinta e dois arráteis inclusive e daí para cima; por Marfim meão se entende todo o dente que tiver de peso de dezasseis arráteis inclusive ate trinta e dois exclusive; e por Marfim escaravelho se entende todo o dente que tiver de peso de dezasseis arráteis exclusive para baixo*”.

²⁰⁹ Vd. A. C. M., Cx. 1, M. 12. G. 976. “*Móvel do Exmo. Snr Dom Luís António de Sousa General que acaba da Capitania de S. Paulo que embarca neste Porto de Santos aos (sic) de Julho de 1775*”. Em quarenta e seis caixões ou baús somente o conteúdo de vinte e um deles é especificado. O n.º. 24 traz “*um relógio matemático*”; o n.º. 28 “*louça da Índia*” e o n.º. 29 “*louça e vidros*”. Há três frasqueiras e o n.º. 44 contém “*um caixãozinho pequeno que leva a botica de S. Ex.a*”, devendo este referir-se à caixa de farmácia que ainda hoje se encontra entre as peças expostas na Casa de Mateus.

²¹⁰ Vd. A. C. M., Cx. 1, M. 12. G. 976. “*Móvel do Exmo. Sr. Dom Luís António de Sousa General que acaba da Capitania de S. Paulo que embarca neste Porto de Santos aos (sic) de Julho de 1775*”. O baú pessoal é referido do seguinte modo: “*N.º 10. No baú de S. Exa. malhado de branco e preto que leva por cima um pano verde de cobrir mesa, e o seu rol tem S. Exa. nele*”.

²¹¹ Vd. A. C. M., Cx. 1, M. 12. G. 976. “*Móvel do Exmo. Sr. Dom Luís António de Sousa General que acaba da Capitania de S. Paulo que embarca neste Porto de Santos aos (sic) de Julho de 1775*”. O rol dos bens entregues ao comandante refere “*14 papagaios; 7 raposas; 1 arara; 1 tontilhão (sic); 1 cepo de bananas; 1 feixe de canas*”, demonstrando, conforme já tem sido referido, o interesse por animais e culturas do Brasil.

metrópole, aduzindo a sua importância para o proprietário²¹². Não se encontra arrolada qualquer peça de mobiliário, a não ser a “*cama de vento de S. Exa*”, tipologia a que aludiremos no 5º capítulo, e “*dez cadeiras de campanha*”²¹³. Do mesmo modo, D. Manuel de Saldanha e Albuquerque, “*conde da Ega Vice-Rei, Capp^{am} General do Est. (sic) da Índia*”, solicitou, aquando do seu regresso à metrópole em 1761, permissão para poder usufruir de “*pimenta*” e “*roupas, e sege que o dito conde mandar p^a uso de sua casa*”²¹⁴.

Existiam, igualmente, directrizes régias selectivas, para isentar determinadas pessoas, mormente nobres, dos pagamentos alfandegários, já que a Casa Real a tal estava, naturalmente, desobrigada²¹⁵. Caixas de chá²¹⁶ e sacos de café²¹⁷ estavam entre as mercadorias passíveis de privilégios²¹⁸, bem como objectos que o rei pretendia ofertar a embaixadores que deixavam o reino²¹⁹ ou a personalidades da corte, em Lisboa²²⁰. Também diplomatas ingleses em Lisboa recebiam peças que lhes chegavam do Oriente, em navios estrangeiros²²¹, bem como os

²¹² Vd. A. C. M., Cx. 1, M. 12. G. 976. “*Móvel do Exmo. Sr. Dom Luís António de Sousa General que acaba da Capitania de S. Paulo que embarca neste Porto de Santos aos (sic) de Julho de 1775*”. Há alguma incongruência na listagem das peças que se referem como “*Louça da Índia*”. Com efeito, sob esta rubrica lista-se, por exemplo “*uma escrevaninha de louça de Salconia (sic) bonita*”. O inventariador não possuiria, certamente, conhecimento preciso sobre a proveniência de peças de porcelana vindas de fora do reino.

²¹³ Vd. A. C. M., Cx. 1, M. 12. G. 976. “*Móvel do Exmo. Sr. Dom Luís António de Sousa General que acaba da Capitania de S. Paulo que embarca neste Porto de Santos aos (sic) de Julho de 1775*”.

²¹⁴ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “*Livro 1º do registo dos decretos de S. Majestade e Avisos*”, ff. 157v-158. Foi atendido o pedido, tendo em conta que não poderia exceder “*a liberdade que lhe compete no conformidade das Ordens de Sua Majestade que há a este respeito*”.

²¹⁵ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia, Livro 1845 a 1848. “*Livro do registo dos decretos de S. Majestade e Avisos*”, ff. 144v-145. Em 19 de Janeiro de 1762 foi publicado “*Aviso sobre um caixote que veio da Índia p^a a Rainha N. Sr^a*”, com indicação de remessa para o Paço. Não se indica, porém, o seu conteúdo.

²¹⁶ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia, Livro 1845 a 1848. “*Livro do registo dos decretos de S. Majestade e Avisos*”, f. 14. Ao “*Barão Conde de Orilha*” [barão de Alvito e conde de Oriola] foi concedida, em Dezembro de 1755, a recepção “*livres de direitos [de] duas caixinhas com chá [...] que chegaram de Holanda para o [seu] gasto*”. Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia, Livro 1845 a 1848. “*Livro do registo dos decretos de S. Majestade e Avisos*”, f. 48. O duque de Saldanha foi autorizado “*a receber 1 caixa de chá livre de direitos*”.

²¹⁷ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia, Livro 1845 a 1848. “*Livro do registo dos decretos de S. Majestade e Avisos*”, f. 15. Na mesma data, a D. Manuel de Sousa foi entregue “*um saquinho de café livre de direitos [...] que vem de Génova em hum Navio Inglês chamado Carnaval de que [é] Cap^{am} Artur Daniel*”.

²¹⁸ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “*Este livro há-de servir para se registarem os Alvarás, Avisos, cartas, Deveres, Despachos do Conselho da Faz^{da}, Provisões, Provimentos e Requerimentos de partes*”, f. 8. D. Luís da Cunha assina, em Agosto de 1767, permissão para “*entregar livremente a Hermano Joseph Braancamp Residente d’El Rei da Prússia, o caixote que contem cem libras de chá, o qual tem a marca à Margem [HIB] por ser este para o gasto do dito residente, que de Amesterdão mandou vir pelo navio Boom Lord (?), de que é Capitão Tier Khervis (?)*”.

²¹⁹ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia, Livro 1845 a 1848. “*Livro do registo dos decretos de S. Majestade e Avisos*”, f. 17. Em Junho de 1756 “*S. Maj^{de} representou os ministros de Holanda que se tinha tornado (ido embora) um serviço de louça da Índia que tinha mandado comprar a Bordo destas naus inglesas [“Carnaval”] que consta de noventa pratos de guardanapos e doze dúzias de xicras (sic) que tudo se acha na Casa da Índia*”.

²²⁰ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia, Livro 1845 a 1848. “*Livro do registo dos decretos de S. Majestade e Avisos*”, f. 40. Em Julho de 1757 publica-se “*Aviso para se dar ao Núncio uma pipa de cacau de amsterdam (sic)*”.

²²¹ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia, Livro 1845 a 1848. “*Livro do registo dos decretos de S. Majestade e Avisos*”, ff. 119v-120v. Em 22 de Abril de 1761, D. Luís da Cunha, conde Castelo Melhor, assina “*Aviso*” ordenando que passe pela alfândega, “*livre de todos, e quaisquer direitos, o caixão de que trata o conhecimento e memoria junta assinada por Manuel Gomes da Silva Oficial desta secretaria de Estado, por conter Louça de Índia que vem para uso de Dom Duarte Hay, Enviado Extraordinário de S. Maj^{de} Britânica*”. Este “*jogo de mesa de Louça da Índia*” chegou a Lisboa em navio holandês “*chamado Delohe Jan e Maria, seu Capp^{am} Pieter Halhiesen vindo de Amesterdão*”.

mercadores estrangeiros que beneficiavam de situações de liberdade aduaneira²²², concedidas caso a caso²²³. Em geral, todo o trato se queixava dos elevados impostos a pagar²²⁴.

Uma das actividades mais vigiadas, e sujeita a maior repressão, era o contrabando de ouro que, a ser detectado pelas autoridades, sofria fortíssimas penalizações. Os mercadores não resistiam, amiúde, a infringir as leis. Grandes movimentações diplomáticas tinham lugar em Lisboa, então, para defender os súbditos respectivos, se bem que o governo local não tivesse qualquer complacência, reprimindo as infracções com firmeza²²⁵.

A venda de produtos ingleses de pequeno porte fazia-se legalmente quer em lojas²²⁶, quer porta a porta, em Lisboa, na zona comercial da cidade, sendo alvo de atenção por parte das autoridades municipais, que velavam para que não ocorresse comércio clandestino. Peças como relógios de bolso, ou de mesa, faziam parte desse lote, ainda no ano de 1814²²⁷. No ano seguinte, temos igualmente notícia, de acção por parte da “Comissão Fiscal do Porto”, da “Tomadia feita em 24 cadeiras a bordo do navio inglês = Ramo de Oliveira”, tendo o capitão sido condenado “em perdimento, e

²²² Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia, Livro 1845 a 1848. “Livro do registo dos decretos de S. Majestade e Avisos”, ff. 135-135v. A David Purry, um dos contratadores do pau-brasil, foi concedida permissão, em 27 de Setembro de 1761, para receber “quarenta e duas caixas de louça, vinte e seis caixas de chá, três bocetas de charão, e uma de lacre; quatro caixas de abanicos, e vinte e duas peças de birsulinas, que se acham a bordo da Nau da Índia N. Sr^a da Caridade e S. Francisco de Paula”.

²²³ Vd. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia, Livro 1845 a 1848. “Livro do registo dos decretos de S. Majestade e Avisos”, f. 32v. Em Janeiro de 1757 avisa-se da possibilidade de “Bristow Warde Geradt e Parley poderem embarcar p^a o Norte e tornarem a introduzir neste Reino as Faz^{das} que compraram nos Leilões de Feliciano Velho Oldemborg [...] depois de beneficiadas”.

²²⁴ Cfr. A. G. M., *Armazéns Reais*. S/d. 1749-1833. Cx. 12. Doc. 304.

²²⁵ Cfr. CHAPMAN A. B. Wallis – *The Company of the Wines of the Alto Douro (1756-1787)*. In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], pp. 261-262. Em 1755, Humphrey Bunster, inglês de nascimento, foi surpreendido pelas autoridades quando levava, para um barco, ouro em bruto, pertença de vários membros da feitoria inglesa. Lord Trawley, enviado britânico, tentou mediar a situação, mas Pombal não abdicou de confiscar o ouro e aplicar as leis portuguesas. Este caso teve repercussões até 1773.

²²⁶ Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p. 72. O autor refere que o “comercio de retalho [era exercido] em lojas abertas dos mesmos estrangeiros cumulativamente com os nacionais”.

²²⁷ Vd. PRIVILÉGIOS DA NAÇÃO BRITÂNICA EM PORTUGAL. Lisboa: Na Impressão Regia, Ano de 1814, pp. 24-25. Nesta data foi proferida sentença contra Oficiais de Justiça, “por fazerem uma tomadia a Vassallos Ingleses contra a forma da Lei”. O acórdão relata o sucedido: “Vistos estes Autos. Mostra-se pelo fol. 2 e 3 dilatarem os Officiais Francisco António Ramos, e António José Pires na Superintendência geral dos Contrabandos, que achando-se nas Praça do Comercio no dia 14 de Fevereiro deste ano pelas cinco horas da tarde, virão sair da mesma Praça ao Réu João Cohen, com um volume debaixo da casaca, e que seguindo o mesmo Réu até à travessa do Chiado, virão que entrava para a loja do relojoeiro do Correio Bejamim Cohen (sic), na mesma loja lhe registrarão o volume, no qual lhe acharão a fazenda que consta da relação fol.12, que a apreenderão, assim como três relógios que trazia na algibeira, e dois de mesa que acharão sobre os bancos do Correio Benjamim. O que tudo visto, e como por parte dos R.R. se mostra com a precisa legalidade, que tendo a dita loja estabelecida, e surtida de relógios, saíam algumas vezes até à Praça do Comércio para lhe darem melhor saída, o se costuma praticar por outros, e venderem com a mais quinquilharia, que lhe foi achada; é bem visto que não sendo esta fazenda de qualidade que admita sê-lo, nem tendo sido os relógios tirados por alto, e sem despacho como deviam fazer certos os apreensores, pela facilidade com que os relógios a cada passo se trocam uns pelos outros nas lojas dos relojoeiros, não pode proceder a tomadia da dita quinquilharia (sic), e relógios; e que os officiais procederão com muito maior irregularidade na apreensão dos relógios de cima da mesa, porque sendo estes usados, como consta a fol.15; o que era sobejo para não serem apreendidos como extraviados, também não podia praticar-se a apreensão sem a precedência de ordem por escrito, como ordena a lei; e sem que primeiro se praticassem as formalidades que em tais termos se costumam praticar para se registarem casas, ou armazéns de vassallos de Sua Majestade Britânica...os condenam em suspensão de seus officios, e dois meses de prisão nas Cadeias do Limoeiro, e custas em três dobros; e este Acórdão ficará em segredo até que se execute a dita prisão. Lisboa 23 de Julho de 1814”.

custas”, e as tipologias “*produziram por arrematação*”, i.e., em hasta pública, a quantia de “13\$050 réis”²²⁸.

Há, ainda, informação, na mesma cidade, de entradas ilícitas, em casa de cidadãos britânicos, por parte de meirinhos da Junta do Comércio, efectuando buscas para tentar encontrar mercadorias entradas ilegalmente²²⁹. As ferragens inglesas para mobiliário, por exemplo, bem como os álbuns gravados para sua divulgação internacional, constituíam outro dos artigos que, com facilidade, eram contrabandeados²³⁰.

A descarga de mercadorias nos portos estava sujeita a contingências múltiplas. A tentação de trasfegar entre navios, quer no alto mar quer junto à costa era grande. No dizer da época, era necessário “dificultar a tirada por alto de fazendas de bordo dos navios entradas na Barra”²³¹, sendo necessário conferir, nas alfândegas, os manifestos das cargas.

4. 4. 1. - Pautas aduaneiras portuguesas da segunda metade de Setecentos

As autoridades portuguesas pretendiam que o sistema de impostos alfandegários fosse muito rígido. Em 10 de Março de 1755 é publicado decreto real que determina uma verificação minuciosa de todas as cargas, independentemente da posição social dos seus donos²³². O objectivo era detectar ouro em possível contrabando. A imposição de tributos sobre mercadorias, que vigorou até 1756, era baseada no respectivo peso. Nessa data, passou-se a utilizar o método da volumetria para tabellar as fazendas, segundo padrões previamente estabelecidos, de que os mestres dos navios tinham conhecimento e eram obrigados a verificar²³³. Mas esta legislação só se aplicava à carreira do Brasil. Com efeito, nas viagens para outros destinos, conquanto devessem obedecer ao mesmo critério de transporte de mercadorias, a aplicação de taxas ficava ao critério das partes.

A legislação alfandegária, compilada em 1830 por António Delgado da Silva²³⁴, revela que, entre 1750 e 1762, algumas tipologias de mobiliário, bem como elementos de decoração, entravam nos portos portugueses, quer marítimos, quer da raia terrestre, pois constam da pauta que regulava

²²⁸ Vd. “*Conta do Cofre dos Contrabandos e Descaminhos extraída pela Comissão Fiscal do Porto, dos Autos de Tomadia processados no Juízo da Superintendência da Alfândega da mesma cidade*”. Porto: Imprensa do Gandra, 1822, 27 folios sem numeração. Não se refere quem foi o comprador das cadeiras.

²²⁹ Cfr. T. N.A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/58, f. 107. Foi o caso de John Potter que se queixou de tal facto às autoridades portuguesas por intermédio do Cônsul Geral Henrique Frankland, em Março de 1763.

²³⁰ Cfr. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 45-66.

²³¹ Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, pp. 124-125.

²³² Cfr. SISTEMA, OU COLECÇÕES DOS REGIMENTOS REAIS. Tomo I. *Decreto de 10 de Março de 1755*. “Para que nas Alfândegas se não dê despacho sem se aberta na presença dos Oficiais”. In www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. (22.11.2012; 12h00).

²³³ Cfr. SISTEMA, OU COLECÇÕES DOS REGIMENTOS REAIS. Tomo I. *Alvará de 20 de Novembro de 1756*. “Sobre os frete dos Navios”. In www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. (22.11.2012; 12h).

²³⁴ Cfr. SILVA, António Delgado da – *Colecção da Legislação portuguesa. 1750 a 1762*. Lisboa: Tipografia Maignrense, 1830. In www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt (13.04.2010; 16h).

os direitos devidos à respectiva entrada ²³⁵. Alguma prudência é, no entanto, necessária na análise destes itens, pois nem toda a mercadoria resultava de importação. Na verdade, circulava mercadoria entre portos do reino, que era, igualmente, taxada.

A pauta aduaneira em vigor – de que retirámos os artigos relativos à nossa área de estudo, compilados na Tabela 4. 2 –, revela alguns locais de origem de determinadas mercadorias. Assim, de Castela entravam “alcatifas”. De Veneza chegavam “tapetes pequenos” e da Índia recebiam-se “alcatifas”, que inventário datada de 1751, em Elvas, regista ²³⁶, “canas” e “colchas”, podendo estes itens arribar aos portos portugueses nas frotas inglesas, pois eram artigos reexportados a partir de Londres ²³⁷. Casa nobre setecentista, em 1751, ostentava “uma mesa grande de Inglaterra pintada e envernizada” ²³⁸. Holanda também as provia – existindo “*umas mesas redondas feitas em Holanda de pau fingido de raiz de oliveira*” em inventário datado de 1722 ²³⁹. Inglaterra era, ainda, a origem de “tamboretetes” ²⁴⁰ que chegavam, igualmente, “de outra[s] parte[s]” não identificadas ²⁴¹. O legislador não deixa clara a origem dos contadores, se bem que o modo com estão averbados implica diversidade quer na tipologia, quer na proveniência, que poderia ser o Oriente, conforme peça “feita na Índia” arrolada na casa de Távora em 1759 ²⁴². Quanto aos bufetes, está registado que são “do reino” – o que significava trânsito entre os diversos portos portugueses – podendo constituir uma referência a algum modelo específico.

Da análise desta tabela fica claro que, à semelhança da legislação inglesa, a imposição de 10% afectando mercadoria diversificada ligada aos ambientes decorativos não atinge o mobiliário, ficando este sujeito a ajuste verbal entre remetentes ou destinatários. Tal critério era aplicado a

²³⁵ Cfr. SILVA, António Delgado da – *Suplemento à Coleção de Legislação Portuguesa. 1750 a 1762*. Lisboa: Tipografia de Luís Correia da Cunha, 1842. In www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt (13.04.2010; 16h). “Pauta que há-de servir nas Alfândegas destes Reinos para o despacho dos Portos secos, molhados, e vedados, que hoje corre por conta da fazenda Real”, pp.166-203.

²³⁶ Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), p. 93. Indica-se que “uma alcatifa da Índia já com bastante uso” cobre “duas esteiras finas”.

²³⁷ Vd. THE STATUTES OF THE REALM, *Public General Acts*, p. 186.

²³⁸ Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), pp. 89-94.

²³⁹ Cfr. A. C. M., “*Certidão do Inventário dos bens de Estêvão Soares de Melo que fez sua mulher D. Joana Maria de Castro, cabeça de casal, abstida da herança*”. Cx. 5,33. G. 813.16, f. s/ n.º.

²⁴⁰ Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), pp. 89-94. Referem-se “doze tamboretetes de palhinha de Inglaterra pintados de cor de nogueira com filetes doirados”.

²⁴¹ Cfr. GUERRA, Luiz de Bivar – *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, pp. 38-39. Poderá ser o caso de trinta tamboretetes em madeira de carvalho ou “madeira de fora”, tendo dezoito assentos de palha grossa, e doze de estofos de couro preto. Cremos que a terminologia “madeira de fora” deverá ter sido aplicada a madeira que os avaliadores desconheciam, tendo a certeza que não era “do reino” ou “do Brasil”, incluindo outras colónias além-mar.

²⁴² Cfr. GUERRA, Luiz de Bivar – *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. 34. Foi arrolado um contador folheado a tartaruga, presumivelmente composto de dois corpos e elemento central envidraçado. Trata-se de uma descrição algo desordenada, uma tipologia talvez desconhecida por parte do inventariador.

alcatifas e tapetes de fora do reino, que possuíam valor de mercado conhecido ²⁴³, “caixões”, estes da Índia ²⁴⁴, mencionados em arrolamentos setecentistas portugueses ²⁴⁵. Os “caixões de borde, e de noqueira” – e seguindo as nossas considerações sobre a origem desses lenhos –, não apresentam o valor de comércio, podendo ser de importação. Já as “caixas de pinho para encourar” ou as “caixas de pinho grandes” tem indicado o seu valor para a respectiva taxação. Constituiriam mercadoria portuguesa a circular entre portos? Fica a mesma dúvida para o item “catres de toda a sorte”.

A **tabela 4:3** evidencia outras mercadorias importadas, desde logo os espelhos²⁴⁶ medidos, em Portugal, em “palmos” ²⁴⁷, mas também numerados – de n.ºs 1 a 4, de 4 e 5, e de 6 e 7. À saída dos portos ingleses as dimensões correspondiam a numeração previamente estabelecida ²⁴⁸, enviados à dúzia ou à unidade, com ou sem moldura. Cruzando elementos fornecidos na tabela alfandegária portuguesa com as transcrições inglesas pode-se deduzir que esta tipologia constituiu, nos primeiros cinquenta anos do século XVIII, uma rubrica autónoma com relevância (Quadro II. 9).

TABELA 4:3

Pauta para avaliação de mercadorias entradas e saídas “em todas as alfândegas de mar, e terra, portos secos, e molhados”

Descrição	Proveniência	Avaliação	Imposto
Alcatifas	da Índia, e Veneza	se avaliarão conforme sua qualidade	... \$
Alcatifas	de Castela	se avaliarão	...\$
Bufetes	do reino	se avaliarão	... \$
Canas	da Índia	cada duzentos reis	deve ... \$020
Bengalas e bordões	-	cada um duzentos reis	deve ... \$020
Catres de toda a sorte	-	se avaliarão	... \$
Contadores de toda a sorte	-	se avaliarão	... \$
Colchas	da Índia, e de qualquer sorte	se avaliarão	... \$
Caixas de pinho para encourar	-	[a] trezentos reis	deve... \$030
Caixões	da Índia	se avaliarão	... \$
Caixões de borde, e de noqueira	-	se avaliarão	... \$

²⁴³ Cfr. ARTE E DICIONÁRIO DO COMMERCIO, E ECONOMIA PORTUGUEZA, para que todos negoceem, E governem os seus bems por calculo, e não por conjectura; ou para que todos lucrem mais com menos risco. Lisboa: Na oficina de Domingos Gonçalves, 1784, pp. 198-199. No item “Tapetes” refere-se que “Trouxeram os Ingleses a Lisboa 16 a 1400 ...22,400. Fazem-se de pelos de cabra, e vem mais baratos de Smyrna, e Alexandria”.

²⁴⁴ Cfr. GUERRA, Luiz de Bivar – Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p.40. Esta referido, entre outros, um caixão da Índia com sete palmos de comprido e uma fechadura.

²⁴⁵ Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), p. 80. Registam-se, em “escritura de dote” datada de 1723, “dois caixões da Índia”.

²⁴⁶ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Cx. 64, M. n.º 6. “Calculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra no Ano de 1785. Praça de Lisboa. Importação”, f. 3. Registam-se “Espelhos...590 por...89\$200rs”.

²⁴⁷ Cfr. A. C. M. “Certidão do Inventário dos bens de Estêvão Soares de Melo que fez sua mulher D. Joana Maria de Castro, cabeça de casal, abstida da herança”. Cx. 5,33. G. 813.16, f. s/ n.º. Em 1722, a viúva de Estêvão Soares de Melo, 15º Senhor de Melo Estão, faz arrolar “dois espelhos de mais de quatro palmos de vidro estreito” e “dois espelhos de mais de quatro palmos de vidro cada um”.

²⁴⁸ Vd. THE STATUTES OF THE REALM, vol. 5, capítulo IV, p. 191. Os espelhos são assim referidos: “Christall small the dozen under nº6”, “Christall middle sort the dozen nº6”, “Christall the dozen nº11.12”, “Christall small the dozen 7:8:9:10”.

Descrição	Proveniência	Avaliação	Imposto
Caixas de pinho grandes	-	cada uma trezentos e vinte reis	deve ... S032
Estampas em papel ordinárias	-	a dúzia duzentos reis	deve ... S020
Estampas grandes	-	a dúzia oitocentos e oitenta reis	deve ... S088
Espelhos de vidro de cinco palmas com molduras douradas, ou acharuadas (sic) ou de raiz de oliveira	-	cada um vinte mil reis	deve ... 2S000
Espelhos de vidro de quatro palmas e meio	-	dezasseis mil reis	deve ... 1S600
Espelhos de quatro palmas	-	catorze mil reis	deve ... 1S400
Espelhos de três palmas e meio	-	onze mil reis	deve ... 1S100
Espelhos de três palmas	-	nove mil reis	deve ... S900
Espelhos de dois palmas e meio	-	seis mil reis	deve ... S600
Espelhos de dois palmas	-	quatro mil reis	deve ... S400
Espelhos de palmo e meio	-	dois mil reis	deve ... S200
Espelhos de dez (sic) de pau preto	-	a dúzia seis mil reis	deve ... S600
Espelhos de meio dez (sic)	-	a dúzia três mil reis	deve ... S300
Espelhos de quatro em quatro com pastas	-	a dúzia mil e duzentos reis	deve ... S120
Espelhos de nº 1 até 4	-	a dúzia mil reis	deve ... S100
Espelhos de molduras de chumbo	-	cada um cento e vinte reis	deve ... S012
Espelhinhos dourados do numero 2 e 3	-	cada um duzentos reis	deve ... S020
Espelhos de numero 4 e 5	-	cada um quatro centos reis	deve ... S040
Espelhos de numero 6 e 7	-	cada um setecentos e vinte reis	deve ... S072
Espelhos de livro (sic)	-	cada um setecentos e cinquenta reis	deve ... S075
Espelhos, que fossem de melhor, ou pior qualidade	-	se avaliarão	... S
Faqueiros de pé ²⁴⁸ de seis facas com cabos de marfim, ou de osso, ou de metal	-	cada um setecentos reis	deve ... S070
Mapas em papel	-	cada um seiscentos reis	deve ... S060
Mesas	de Inglaterra, e Holanda	se avaliarão	... S
Mesas de pau de toda a sorte	-	se avaliarão	... S
Papeleiras	de Inglaterra	se avaliarão	... S
Relógios de parede, e de algibeira, de horas, ou mostradores	-	se avaliarão	... S
Tapetes pequenos	de Veneza	cada um mil e duzentos reis	deve ... S120
Tapetes	da terra	se avaliarão	... S
Tamborettes	de Inglaterra, ou de outra parte	se avaliarão	... S

Fonte: SILVA, António Delgado da – *Suplemento à Coleção de Legislação Portuguesa. 1750 a 1762. "Pauta que há-de servir nas Alfandegas destes Reinos para o despacho dos Portos secos, molhados, e vedados, que hoje corre por conta da fazenda Real"*, pp. 166, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 186, 187, 192, 193, 197, 200, 202. In www.iuslusitaniae.fch.unl.pt (2010.13.04; 15h).

As estampas eram outro equipamento decorativo da vida setecentista apresentando uma “diversidade estonteante” de temática²⁵⁰ e em inventário da casa de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, datado de 1800, recolhemos a menção a diversos “quadros” cujos temas são animais, frutas e cenas bucólicas²⁵¹. Se bem que não seja mencionada a sua procedência inglesa, não poderemos

²⁴⁹ Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, p. 59. Esta notação convive, em Setecentos, com a de “barretinas”.

²⁵⁰ Cfr. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 223. O autor refere que os temas das estampas seriam “batalhas, figuras humanas típicas como o saloio, o maometano ou o chinês, paisagens ideais [...] gatos, peixes, gado e outros animais, quadros com flores e frutos [...], imitações chinesas”.

²⁵¹ Cfr. VALENTE, Adelina – *Estudo de mobiliário em alguns inventários setecentistas da casa do 4º Morgado de Mateus. In Casa Nobre: Um Património para o Futuro. Actas – 3º Congresso Internacional*. [S.l.]: Município de Arcos de Valdevez,

afastar tal facto, já que o item “*Pictures & Prints*” (“Pinturas, gravuras ou reproduções”) percorre os registos ingleses, de modo autónomo e quase contínuo, desde 1710 até 1779²⁵². Mapas de papel poderiam estar englobados nessa rubrica, já que são referidos nas pautas aduaneiras portuguesas²⁵³ e mencionados em fonte da época, entre 1782 e 1784²⁵⁴. Existe, pelo menos, uma menção a “*Maps Printed*” nas reexportações inglesas, em 1704²⁵⁵.

Outro equipamento da vida setecentista, a bengala²⁵⁶, foi arrolada, por exemplo, entre os bens da casa de Távora, sendo descrita como “uma bengala de cana da Índia com castão de ouro” – conferindo com a menção específica nas pautas aduaneiras, onde são referidas nas variantes “canas”, “bengalas” e “bordões”. Surgem, de igual modo, nos assentamentos ingleses de reexportação de mercadorias, significando que o item “*Canes Walking*” provinha de outras paragens que não as Ilhas Britânicas²⁵⁷.

Fonte igualmente preciosa para avaliar as tipologias importadas é a enumeração da sua proibição na Pragmática de D. João V, datada de Maio de 1749, confirmada por D. José I em Alvará de 21 de Maio de 1751²⁵⁸. Com efeito “as carruagens, mesas bufetes, cómodas, papeleiras, cadeiras, tamboretas, tremós, e outras alfaias que se trazem de fora, ordeno que passados seis meses da publicação desta lei, fique proibida nas alfândegas d’eles a entrada das ditas coisas, e de tudo o que for móvel de casa já feito”²⁵⁹. Diversos países europeus deveriam fornecer tipologias não referenciadas na legislação, pois existe informação de toucadores acharoados vindos da Alemanha, no início do século XVIII²⁶⁰, e, na década de 1750, em inventário da Casa dos duques de Aveiro²⁶¹.

2013, Quadro XXIII, p. 804.

²⁵² Vd. T. N. A., P. R. O., Customs 3/13 a 3/79 (1710-1779).

²⁵³ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Caixa 64, maço nº 6. “*Cálculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o Ano de 1784. Porto. Importação*”, ff. 10v e 29v. Entraram “*Estampas em papel...254 ½ dúzias...663\$750rs*” e “*Estampas em papel...254 ½ dúzias...81\$440rs*”.

²⁵⁴ Vd. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, p. 264. Entre 1782 e 1784 entraram no Porto mapas em papel de vários tamanhos.

²⁵⁵ Vd. T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, ff. 104-105.

²⁵⁶ Cfr. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 2, p. 103. Este autor refere-se-lhe como uma “insígnia militar”.

²⁵⁷ Vd. T. N. A., P. R. O., Customs 3_3/25. “*Exportations of Foreign Goods and Merchandizes*”, ff. 88v-89v. Em 1723 foram reexportadas de Londres para Portugal 3.500 unidades de “*Canes walking*”.

²⁵⁸ SILVA, António Delgado da – *Suplemento à Coleção de Legislação Português. 1750 a 1762*, pp. 107-110. In www.iuslusionariae.fch.unl.pt (2012.12.18; 17h).

²⁵⁹ Citado por NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Leitos e camilhas portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Edição do Autor, 1950, pp. 57-58. A legislação estendia-se por um prazo de dois anos.

²⁶⁰ Vd. A. C. M., “*Certidão do Inventário dos bens de Estêvão Soares de Melo que fez sua mulher D. Joana Maria de Castro, cabeça de casal, abtida da herança*”. Cx. 5,33. G. 813.16, f. s/ n.º. Refere-se “*um toucador obra de Alemanha com seus pés de caixa com gavetas axaroadas de vermelho e ouro de dois palmos em bom uso com seu vidro em cima usado*”.

²⁶¹ Cfr. Guerra, Luis de Bivar – *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Lisboa: Edição do Tribunal de Contas, 1952, pp. 120 e 128.

4. 4. 2. - Tipologias inglesas em Portugal

A entrada, em Portugal, em épocas posteriores a Setecentos, de tipologias de procedência britânica – incluindo nos séculos XX e XXI – ²⁶², obrigou-nos a ponderação cautelosa sobre algumas peças de execução inglesa que se nos depararam na nossa pesquisa de campo. No Museu Municipal de Viana do Castelo, por exemplo, encontra-se uma cómoda-papeleira com alçado britânica, se bem que não saibamos por que meio chegou a Portugal. De igual modo, no acervos do Museu Soares do Reis, no Porto, e do Museu de Aveiro, existem duas outras tipologias, se bem que com características diversas. Em colecções particulares é frequente a presença de mobiliário de génese inglesa acusando a continuada adesão portuguesa a peças dessa índole.

A) - Uma cómoda com elementos neo-góticos

Como revela a Pragmática de 1751, as cómodas poderiam ser importadas. Exibimos, a seguir, exemplo setecentista de origem forasteira, de acervo de uma colecção particular – uma cómoda de frente sinuosa e ilhargas rectilíneas, em madeira de nogueira ²⁶³(fig. 4:9). Tipologia intrigante, que obriga a distintos patamares de análise, foi sujeita a intervenções que hoje permitem o lenho matricial à vista ²⁶⁴. Detectaram-se, na observação matérica, antes da intervenção de restauro a que foi sujeita no ano de 2010/2011, vestígios de coloração vermelha, sinal de que a peça terá sido, na origem, pintada. Uma emenda de madeira, aplicada aquando da respectiva execução para compensar falha da tábua utilizada no gavetão superior é, actualmente, visível, mas foi uma imperfeição da matéria-prima com que o marceneiro não se preocupou, pois a coloração escondê-la-ia.

Esta tipologia de duas gavetas e três gavetões, de tamanho quase idêntico, apresenta um conjunto de elementos decorativos dispostos de modo pouco canónico, se comparada com as peças setecentistas portuguesas, confirmando a nossa suspeita sobre a sua procedência. Na verdade, o tampo apresenta curvaturas e cantos projectados plurilobados (fig.s 4:9A e 4:9B), numa referência ao modo como as prumadas frontais e canelados verticais se delineiam na frente das gavetas. Tal constitui uma referência provável ao revivalismo gótico que, a meio de Setecentos, já penetrava entre a obra de arquitectos e designers europeus de mobiliário. Um desenho de mesa da autoria de Thomas Chippendale ²⁶⁵ assinala, em planta baixa, um canto polilobado, representando a prumada composta de colunas adossadas em círculo, a que se sobrepõem moldura do tampo acompanhando a sinuosidade respectiva, em forma de bico mais ou menos pronunciado (fig. 4:9C). Há que ter em consideração que, para exportação, os ingleses concebiam uma miríade de modificações a partir de modelos inspiradores.

Nesta peça existe um saial entalhado com cartela central vazada, coroada por folha levemente

²⁶² Coleccionadores e antiquários foram dois dos agentes deste ingresso em tempos recentes.

²⁶³ Medidas máximas: altura: 104,5 cm; largura 127x134,5 cm; profundidade 88 cm.

²⁶⁴ A última intervenção foi efectuada na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, no Porto, a que pudemos assistir.

²⁶⁵ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, figura LX.



Figura 4:9
Cómoda de exportação inglesa.



Figura 4:9A
Pormenor do tampo.



Figura 4:9B
Pormenor de um dos cantos frontais do tampo.

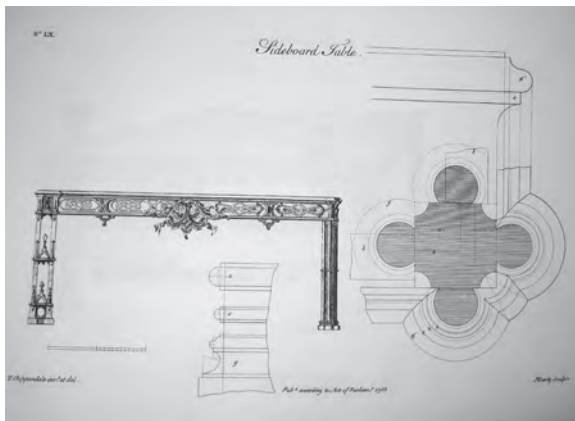


Figura 4:9C
Indicação de Thomas Chippendale para modelos neogóticos de cantos de tampos.

assimétrica. Frontão partido invertido, “elemento disjuntivo decorativo” característico da estética rococó ²⁶⁶, ladeia concha bem definida donde partem “CC” que se apresentam em secante acompanhados com folhas bem definidas. No entanto, as ilhargas, se bem que recortadas, não ostentam qualquer elemento decorativo, existindo um campo liso delimitado por uma linha que corre desde o tampo até ao chão, percorrendo as prumadas e terminando nos pés, o que permite aventar a existência de decoração pintada aquando da sua execução, à semelhança de tipologias britânicas que os combinavam, em alternativa, com entalhamento, marqueteria ou metais ²⁶⁷.

²⁶⁶ Vd. BONET CORREA, Antonio – El frontón invertido. *Bracara Augusta* (1973), vol. 27, nº. 63 (75), pp. 63-87.

²⁶⁷ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of Commodes*. London: HMSO, 1994. Vejam-se, por exemplo as cómodas das figs. 37 e 39, pp. 51 e 53.

O facto dos quatro pés, de evocação barroca inglesa²⁶⁸, serem exactamente iguais, pode sugerir produção seriada, o que acontecia nas oficinas inglesas que procuravam rentabilizar os tempos mortos entre encomendas²⁶⁹.

A distribuição decorativa desta cómoda, cuja matriz oficial é difícil de identificar na sua plenitude, apresenta um dos motes de saiais de cómodas e mesas de encostar e mesa de jogo de alguma produção portuguesa da segunda metade de Setecentos. Veremos, a seu tempo, que este gosto deverá ter contaminado a produção portuguesa de mesas, cómodas e meias-cómodas, outorgando uma fórmula identitária à concepção ornamental dessas tipologias.

B) - Espelhos ingleses em Portugal

Como vimos *supra*, esta tipologia é relevante nas pautas aduaneiras inglesas e portuguesas e a súmula da sua exportação para Portugal declarada como tal entre os anos 1700 e 1751, revela constância na sua exportação.

Molduras inglesas existem em Portugal, e os dois caixilhos dourados com espelho que se encontram sobre o arcaz de sacristia da igreja de S. Martinho de Tibães, chegados de Inglaterra em 1754²⁷⁰, constituindo um desses exemplos. Obra do Rococó britânico, ostenta motivos florais vazados enformados por linhas de goivas em forma de “CC” encadeados, bem como panejamentos esvoaçantes²⁷¹ (fig. 4:10), constituindo trabalho de entalhador virtuoso. Linha assimétrica coroa a peça – podendo estar, actualmente, em falta, algum elemento que a rematasse (fig. 4:10A), à semelhança de dois nos exemplares da sacristia da Sé de Braga, colocados sobre os respectivos arcazes²⁷². Simples confluência de duas linhas em ângulo agudo encontra-se nas zonas laterais, em baixo, numa sugestão de influência chinesa (fig. 4:10B), cara às interpretações inglesas²⁷³. No coroamento existem duas plumas invertidas que se reportam aos panejamentos esvoaçantes, delimitando a cimalha da moldura. Esses mesmos elementos existem na base inferior, adornando um círculo engenhoso, vazado, com centro em flor. Registe-se que uma etiqueta utilizada por “James Boyle”²⁷⁴ para identificar a sua obra – em que se anuncia como “*entalhador e dourador*” de diversos estilos de molduras “*ao gosto italiano, francês, gótico e chinês*” – apresenta um esquisso de moldura rococó em torção com linhas semelhantes a esta tipologia de Tibães (fig. 4:11).

²⁶⁸ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, fig. 5:11, pp. 206-207.

²⁶⁹ Vd. KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870*. Great Britain: London Furniture History, 1988, p. 13.

²⁷⁰ Vd. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 1, p. 282.

²⁷¹ Não foi possível proceder à medição desta tipologia.

²⁷² Duas molduras com espelho estão colocadas sobre o arcaz da parede cega da sacristia da Sé de Braga, com gramática idêntica, senão mesmo igual, aqui coroada por pássaro limpando a sua penugem, em movimento de torção. Estas tipologias foram objecto de restauro e douradas de novo na campanha de restauro de 1997, o que lhes confere um aparato brilhante diverso dos de Tibães.

²⁷³ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker’s Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, figuras CLXVII e CLXVIII. Se atentarmos nos pormenores desenhados encontramos esta mesma sugestão em diversos pontos.

²⁷⁴ Cfr. HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers: From the Restoration to the Victorian Era. 1660-1840*. London: B. T. Batsford, 1988, p. 23.



Figura 4:10
Espelho rococó inglês.



Figura 4:10A
Pormenor do entalhamento vazado da zona superior.



Figura 4:10B
Pormenor do entalhamento vazado da zona inferior.



Figura 4:11
Vinheta rococó de James Boyle.

A panóplia vegetalista das molduras encerra botões de flores com respectivos pés e folhas entalhados de modo livre, que se vão ligando em contínuo desde a base até à articulação da cimalha, esta com sugestões de línguas de fogo. Este repertório floral, bem como o duo de plumagem invertido, em simetria, na zona superior e inferior, um dos motes da talha rococó, constitui uma das fontes da gramática portuguesa da segunda metade de Setecentos, embora, na maioria dos casos, sem o artifício do vazamento. Ao analisar as gravuras para “Tabernacle frames” ou “Designs for



Figura 4:12
Moldura rococó inglesa.



Figura 4:12A
Pormenor do entalhamento da zona superior da moldura.

Shields” de Chippendale ²⁷⁵, verificamos que os entalhadores portugueses podem ter ido inspirar-se a modelos ingleses, que não exclusivamente a este desenhador e marceneiro, para a concretização destes ornamentos vegetais. As suas propostas para os remates de papel de parede, denominadas “Designs of Borders for Paper Hangings &c.” ²⁷⁶ constituíam, de igual modo, outra inspiração para desenvolver grupos de motivos entalhados. Analisando as sugestões de Chippendale, que propõem plumas erectas, folhas pendentes, pedúnculos ou panejamentos recortados diversos, estes com motivo central ovado vazado ou não, que se poderiam encadear por meio de SS lisos, boleados ou adornados por folhas, verificamos que a decoração entalhada portuguesa aí foi buscar a sua inspiração. As propostas destas molduras com espelhos constituem verdadeiras fontes documentais para a detecção das influências inglesas na talha portuguesa, apresentando-se como verdadeiros marcos inspiradores para os oficiais portugueses. Terão sido peças com estas opções estéticas, à semelhança da cómoda analisada *supra* – nelas se incluindo o mote do vazado –, que constituíram os modelos para os aventais de cómodas e mesas de encostar, por exemplo.

Outros desenhadores britânicos desenvolveram esta temática vegetalista nas décadas 50 e 60 de 1700, estando entre eles Thomas Johnson ²⁷⁷, Thomas Pether ²⁷⁸ ou P. Barette ²⁷⁹, todos com propos-

²⁷⁵ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker’s Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, figuras CLXXXVIII e CLXXXIX.

²⁷⁶ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker’s Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, figuras CXCIV e CXCV.

²⁷⁷ Vd. HAYWARD, Helena – Newly-discovered designs by Thomas Johnson. *Furniture History*, Vol. XI (1975), pp. 40-42 e figs. 95-101.

²⁷⁸ Vd. REID, Dick – Thomas Pether’s ‘Book of Ornaments’, 1773. *Furniture History*, Vol. XI (1975), pp. 46-47 e figs. 109-114.

²⁷⁹ Vd. FRIEDMAN, Terry F. – Two Eighteenth-Century Catalogues of Ornamental Pattern Books. *Furniture History*,

tas ornamentais muito próximas das escolhas dos entalhadores portugueses. Veremos a seu tempo que qualquer destas sugestões não foi, no entanto, transposta de modo directo, mas sim interpretada numa versão local e singular ²⁸⁰.

É de referir que estas molduras convivem, nesta sacristia, com caixilhos rococó portugueses de outra matriz, a de influência germânica, de massa compacta e túrgida, demonstrando que as escolhas estilísticas epocais apresentaram diversas sensibilidades, mesclando a produção regional interpretada de dois modos, i.e., manifestando o gosto por peças de matriz diversa²⁸¹.

Um outro exemplo importado está plasmado em caixilho rococó de plausível procedência inglesa, executado em madeira de pinho de flandres, dourado, já retocado com purpurina, que se encontrava, em Janeiro de 2009, na sala contígua à sacristia da igreja de S. Nicolau, no Porto (fig. 4:12) ²⁸². O seu trabalho denota a gramática estilística do entalhador e desenhador Matthias Lock²⁸³, de John Linnel ²⁸⁴ ou mesmo de Thomas Johnson ²⁸⁵, reproduzindo pássaros em posições acrobáticas, suportadas por meio de estruturas de arame e gesso. Frontões partidos e estalactites ladeiam o simulacro de uma romã, elemento tradicional quer no têxtil europeu ²⁸⁶ quer no entalhamento inglês, coroando molduras em que botões de flores e pedúnculos abraçam a base e as respectivas zonas laterais (fig 4:12A). A talha desta moldura foi executada sem vazamentos, levantada na madeira e preparada com aparelho espesso para receber folha de ouro, o que lhe confere aparência densa e refulgente.

Algumas das peças importadas deverão ter saído de oficinas inglesas que se dedicavam à produção de molduras em série, e variantes chegaram a Portugal em número apreciável, não podendo deixar de exercer influência nos entalhadores portugueses. Poderá ter sido o caso da representação de espelho ou luminária inglesa replicada em rótulo do “frame-maker” Joseph Cox, datada de 1760²⁸⁷ (fig. 4:13) parecendo reproduzidas em molduras da época, se bem que, por vezes, com economia de meios (fig. 4:14). Na verdade, esta tipologia, de colecção particular ²⁸⁸, ostenta as fímbrias boleadas da pluma de onde pende grinalda vegetalista. Esta decoração é fingida por pintura, o mesmo acontecendo no remate inferior e nos dois lados. Os sombreados que acompanham todo o

Vol. XI (1975), pp. 66-75, figs.151-160.

²⁸⁰ Refira-se que as grades entalhadas e vazadas da capela de Nossa Senhora da Soledade, da igreja de S. Francisco, no Porto, da autoria de Francisco Pereira de Campanhã, datadas de 1764, apresentam matriz similar, inequivocamente inglesa. O entalhamento vazado que decora o Sacrário Sepulcro da Semana Santa da Ordem de S. Francisco, da mesma cidade, replica, de igual modo, a opção estilística e técnica dos espelhos de Tibães.

²⁸¹ Duas outras molduras com espelho estão colocadas sobre o arcaz da parede cega da sacristia da Sé de Braga, com gramática idêntica, senão mesmo igual, aqui coroada por pássaro limpando a sua penugem, em movimento de torção. Estas tipologias foram objecto de restauro e douradas de novo na campanha de intervenção de 1997, já referida *supra*, o que lhes confere um aparato brilhante diverso dos de Tibães, estes, actualmente, em mate.

²⁸² Altura total aproximada: 136 cm.

²⁸³ Vd. SNODIN, Michael, STYLES, John – *Design & the Decorative Arts. Georgian Britain 1717-1837*. London: V&A Publications, 2004, fig. 16, p. 76.

²⁸⁴ Vd. SNODIN, Michael; STYLES, John – *Design and the Decorative Arts. Georgian Britain 1714-1837*. London: V&A Publications, 2004, fig. 14, p.44.

²⁸⁵ Vd. SIMON, Jacob – *Thomas Johnson's The Life of the Author*. Great Britain: Furniture History, 2003, p.

²⁸⁶ Vd. SNODIN, Michael – *The V & A Book of Western Ornament*. London: V&A Publications, 2009, pp. 32-33.

²⁸⁷ Vd. HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers. 1660-1840*. London: Portman Books, 1953, p. 40.

²⁸⁸ Altura máxima aproximada: 103 cm.

enquadramento interior do caixilho foram criados com simples aplicação de cor escura, em jeito de sombreado, substituindo a decoração copiosa geral de um modelo entalhado.

Este, muito em voga em terras britânicas, bem como na colónia americana²⁸⁹, pode ter sido exportado para terras portuguesas em versões mais económicas. Note-se que, nesta peça, o carácter rasante da moldura, bem como a pintura, bastam para definir as linhas de uma moda, que no centro onde nascia apresentaria execução mais complexa, com entalhamento e douramento, mesclando eventualmente pintura no fundo liso, sugestões que brotam do modelo apresentado na vinheta. Para o mercado de exportação, que pretendia peças a preços moderados, mas com semelhanças formais ao que de mais moderno se produzia nas capitais, os custos diminuiriam com a utilização de técnicas simplificadas.

C) – As caixas altas de relógio com decoração de “chinoiserie”

Os documentos aduaneiros registam-nos de forma individualizada e continuada durante a primeira metade do século XVIII até 1752, existindo alguns exemplares em instituições portuguesas. É o caso da peça que se encontra na sacristia da igreja dos Clérigos²⁹⁰(fig. 4:15), no Porto. Executada em madeira de carvalho, ostenta várias camadas de verniz sobrepostas, e de produtos de limpeza inadequados, quase escondendo a “chinoiserie” que a decora. Figuras e ambientes asiáticos decoram uma caixa cuja cor inicial parece ter sido o negro. Numa provável tentativa de a tornar consentânea com o pé alto da sacristia, foi criado plinto que a sustenta²⁹¹. O mesmo acontece, aliás, na sacristia da Sé de Braga, em que caixa de relógio apresenta flamejantes elementos rococó dourados sobre negro, tendo já sido associada à execução do bracarense Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante²⁹² (fig. 4:16). No entanto, os elementos rococó que decoram a sua superfície, alvo, com probabilidade, de intervenção para os evidenciar²⁹³, revelam matriz estética inglesa²⁹⁴ com relevantes semelhanças com os elementos entalhados dos espelhos setecentistas que encimam o arcaz que se encontra na mesma câmara²⁹⁵.

De outra ordem se apresenta o relógio de caixa alta do Museu de Arte Sacra do Seminário Maior

²⁸⁹ Vd. GOTTSBALL, Franklin H. – *Making Antique Furniture Reproductions*. Mineola: Dover Publications, 1994, pp. 182-184.

²⁹⁰ Não foi possível proceder à medição desta tipologia.

²⁹¹ Vd. A. H. I. C., *Livro Recibos do anno de 1782 p^a1783*, f. 18. Este relógio pode ter sofrido intervenção referida no seguinte registo: “Recebi do Snr João da Expectação e S^a Secretario da Irm^{de} mil, e trez^{tos} procedidos de compor o relógio da Sacristia. Porto 20 de Dezbr^o (sic) de 1783. São 1\$300 [Assin. Joze Francisco].”

²⁹² Vd. BASTOS, Celina – Descrição do relógio de caixa alta pertencente ao Tesouro-Museu da Sé de Braga. *Apud* COELHO, Daniela Filipa dos Santos – *O mobiliário pintado em Portugal do século XVIII: materiais, técnicas e estado de conservação*. Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Doutor em Artes – Especialidade em Artes Decorativas. Porto: Escola das Artes, Dezembro de 2012, vol. 1, p. 201.

²⁹³ No ano de 1997 o mobiliário da sacristia foi alvo de intervenções diversas, que pode ter contemplado esta caixa de relógio. Não foi possível proceder à medição desta tipologia.

²⁹⁴ Não foi possível ter acesso ao interior da caixa não tendo, portanto, quaisquer elementos que possibilitem, pelo menos, uma identificação do material lenhoso que poderia indiciar a sua procedência.

²⁹⁵ Refira-se que o programa de restauro levado a cabo nesta sacristia em 1997 envolveu o douramento dos dois espelhos originais, coroados por pássaro, colocados na parede cega da sacristia. Outras duas molduras para espelhos foram executadas em oficinas locais, configurando modo especular, estando colocadas na parede frontal que possui janelas. Na sua concepção, o entalhador esculpiu as aves que os coroam em confronto visual. Este facto denota execução que, ainda hoje, as oficinas apelidam de “casada”, ao contrário dos primeiros que foram fabricados individualmente, com independência relativamente ao local a eles destinados, sem preocupação de simetria.

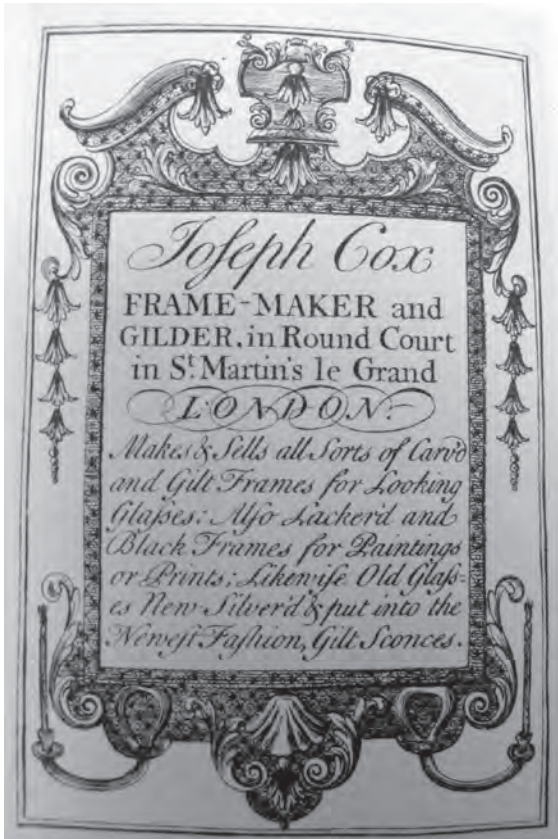


Figura 4:13
Vinheta de Joseph Cox.



Figura 4:14
Espelho inglês para exportação.



Figura 4:15
Relógio de caixa alta sobre plinto.



Figura 4:16
Caixa de relógio com pintura rococó.

do Porto ²⁹⁶ (fig. 4:17). O invólucro de madeira apresenta-se com pintura fingida sobre madeira de pinho flandres, a imitar marmoreado, sugerindo manufactura portuguesa aparentada, na sua morfologia, com caixa alta portuguesa que veremos no 5º capítulo. A máquina que encerra é, todavia, de procedência inglesa, ostentando a inscrição “*Edw. Tomlim|| London*”.

D) - Uma caixa alta e relógio para o mercado português

A tipologia que se encontra no Museu da Ordem de S. Francisco, na cidade do Porto, revela factura inglesa destinada ao mercado português ²⁹⁷ (fig. 4:18). Com efeito, o mostrador ostenta o nome do seu fabricante, “*Spencer Parkins, London*”, mas as inscrições, em português, de “*Silêncio*” e “*Repite*” (sic) não deixam margem para qualquer dúvida. A caixa foi executada em madeira de mogno folheada com o mesmo lenho e com marqueteria de cariz geométrico em tom rosado. Uma cúpula, sustentando uma figura esculpida, apresenta decoração vertical simulando meias-canas. O corpo que encerra a máquina do relógio ostenta jogos de coloração entre o mogno, o folheado e o dourado de duas colunas e de quatro pináculos, igualmente dourados, em forma de urnas flamejantes. No centro da porta do corpo intermédio – o que encerra o pêndulo e os pesos da corda –, o folheado foi colocado em simetria, no sentido vertical, ladeado por fita, acompanhando o alongamento dessa área da caixa. Nos dois cantos chanfrados foram colocadas duas figuras femininas aladas, em meio corpo, esculpidas em madeira e dourada, resolvendo-se em direcção à base com motivos florais e de folhas diversas (fig. 4:18A). A base, que também apresenta chanfres, está igualmente marcada por marqueteria envolvida em fita rosada. Pés simulando garras indefinidas, mas grossas, sustentam esta tipologia ostentatória, filiável na estética inglesa de William Kent (c.1685-1748), o arquitecto inglês que integrou o simbolismo italiano de Palladio numa produção muito *sui-generis*, referido pela historiografia das Artes Decorativas como defensor de “um forte pendor de teatralidade ou de jogos decorativos” ²⁹⁸, o que se verifica nesta caixa de relógio.

Esta tipologia demonstra, a nosso ver, a relevância de algumas encomendas às oficinas de marcenaria britânicas – e a competência destas em as prover.

D) - Um relógio de mesa inglês para o mercado português

Um outro relógio de mesa de manufactura inglesa ²⁹⁹, capeado com tartaruga e adornado com elementos argênteos (fig. 4:19), revela outra dimensão das encomendas efectuadas aos fornecedores ingleses. Peça de aparato datável de cerca de 1740, ostenta o nome do fabricante – William Creak, bem como inscrição portuguesa em dois mostradores que deveriam controlar “*música*” ou “*silêncio*”. Este relógio poderá ter chegado a Portugal por outro meio que não a via aduaneira oficial, constituindo compra de algum membro da elite portuguesa, dados os materiais opulentos utili-

²⁹⁶ Vd. M. A. S. S. M. P., *Relógio de caixa alta* [da sacristia]. Altura máxima aproximada: 255 cm.

²⁹⁷ Vd. M. O. S. F. P., *Relógio de caixa alta*, Inv. 4.

²⁹⁸ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, p. 189. No original a frase refere que o mobiliário de Kent apresenta “a strong vein of theatricality or set-dressing”.

²⁹⁹ Vd. F. M. A., *Relógio de mesa, tartaruga e prata*, William Creak (c. 1740-1780).

zados na sua confecção e decoração. Na verdade, as aplicações de prata incluem quatro maçanetas flamejantes enquadrando um motivo solar e quatro cariátides assinalam os cantos, de permeio com placas vegetalistas que privilegiam a decoração vazada, escolha natural para contrastar com a coloração vermelha com que a tartaruga foi tratada no seu reverso.

Esta tipologia e a anterior podem ter constituído encomendas distintas em épocas muito próximas, pois alguns dos respectivos elementos decorativos repetem-se, de modo semelhante.



Figura 4:17
Caixa de relógio com pintura fingida.



Figura 4:18
Caixa e relógio ingleses executados para o mercado português.



Figura 4:18A
Pormenor das cariátides, em madeira dourada.



Figura 4:19
Caixa e relógio inglês executados para o mercado português

4. 3. - Exportação de instrumentos musicais e de matemática

Instrumentos musicais foram importados nos primeiros trinta e um anos de Setecentos, nomeadamente três violinos ou violas (“*violins*”) em 1704, e seis virginais ou espinetas (“*virginals*”) em 1720³⁰⁰. No acervo do falecido conde de Vila Nova, D. José Maria de Lancastre, existia “*1 cravo grande de martelos*”³⁰¹, podendo ter sido importado via Londres. Não é possível, no entanto, identificar qualquer outro instrumento nas declarações alfandegárias, pois estas são parcas em informações concretas, já que se utilizava a nomenclatura genérica de “*Musical Instruments*”.

Objectos ligados a cálculos matemáticos ou “astronómicos”, na tradução literal de “*Mathematical Instruments*”, foram exportados nos anos de 1733³⁰², 1734³⁰³, 1737³⁰⁴, 1744³⁰⁵, e entre 1750³⁰⁶ e 1752³⁰⁷. Estas peças, de muita complexidade estrutural, constavam no acervo pessoal de membros da nobreza³⁰⁸ e constituíam objectos de estudo e investigação. Em Lisboa realizavam-se observações pioneiras de astronomia, transmitidas, aliás, para os especialistas do centro da Europa³⁰⁹, e os gabinetes de física experimental setecentistas portugueses foram providos de vários aparelhos oferecidos³¹⁰ ou importados, anunciados em catálogos ingleses, já que a incipiente manufactura do reino não permitia o seu suprimento³¹¹.

4. 4. - Exportação de livros

Os registos ingleses do *Public Record Office* confirmam a permanente circulação de publicações inglesas, que poderiam exhibir aos potenciais mercados a última moda na decoração das casas, f

³⁰⁰ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/22, ff. 43-44v.

³⁰¹ Cfr. A. N. T. T., “*Descrição do Inventario da Casa de Villa Nova feita por falecimento do conde D. José Maria de Lancastre, falecido em 23 de Mayo 1771*” [f. 6v].

³⁰² Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Custom 3/33, ff. 54v-56.

³⁰³ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/34, ff. 54v-56.

³⁰⁴ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/37, ff. 58-60.

³⁰⁵ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/44, ff. 49-50v.

³⁰⁶ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/50, ff. 54-54v. Nesta data, o envio foi para a Madeira.

³⁰⁷ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/51, ff. 58v-60v e Customs 3/52, ff. 55v-57.

³⁰⁸ Cfr. GUERRA, Luís de Bívar – *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. 60. Constam da relação do marquês de Távora dois estojos de engenharia ou “de artes e aritmética”, com aprestos de latão e ferro, forrados exteriormente com “lixa”.

³⁰⁹ Cfr. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 41.

³¹⁰ Ao rei D. João V terá sido oferecido, pelo Imperador da China, um magnete oriental, montado em Portugal por membro da Royal Society de Londres, apenso a uma mesa de inspiração inglesa. Cfr. Catálogo. *Portugal e o Reino Unido. A aliança revisitada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 175-176.

³¹¹ Cfr. VEIGA, Luís Alte da; MARTINS, Décio Ruivo – Aspectos da relação científica entre Portugal e Inglaterra no século XVIII. In *Portugal e o Reino Unido. A aliança revisitada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 63-64.

ragens para aplicação em mobiliário ³¹², além de obras sobre a arte da guerra. Durante todo o século movimentam-se nos dois sentidos livros ³¹³, referidos na fonte inglesa como “*books bound*”³¹⁴, i.e., livros cujas folhas estavam associadas entre si, naturalmente cosidas, e “*books unbound*”, folhas soltas, não solidárias, mas provavelmente vendidas em grupos ³¹⁵. A quantidade exportada pelos ingleses, para Portugal, durante o século XVIII, de modo continuado, é expressiva ³¹⁶. A medida indicativa para imposição de taxas alfandegárias inglesas sobre os livros era o peso ³¹⁷, inclusive a partir de 1773, data em que se inicia o item “*books printed*”. A maior parte dos livros enviados para o continente português e Madeira partiu de Londres, e obras de referência inglesa encontram-se, por exemplo, no inventário dos bens de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus, datado de 1800 ³¹⁸. O conhecimento da cultura e línguas europeias mostrava-se essencial para quem almejava carreira diplomática, ou pretendia contactos internacionais, e os filhos de comerciantes avisados eram enviados para diversos países para tomarem contacto com a realidade estrangeira ³¹⁹.

4. 5. - Mercadoria oriental exportada a partir de Londres

Não podemos deixar de fazer referência, se bem que de modo breve, a algumas mercadorias orientais que aportavam a Lisboa, já que a apetência portuguesa concorria, de modo semelhante, com o fascínio dos produtos de origem oriental em toda a Europa. Cantão, por exemplo, constituía um centro manufactor e exportador para a Europa de tipologias de cariz ocidental executadas com madeiras locais ³²⁰ e cadeiras chinesas existiam, em 1788, em casa de D. Leonor de Lorena e Lencas-

³¹² Cfr. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 45-66.

³¹³ É provável que, por vezes, constituíssem lastro dos navios.

³¹⁴ Cfr. *THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, vol. 1, p. 442. “Bound” significa “made fast with a tie”.

³¹⁵ Isto mesmo aconteceu com o conjunto de seis “*Livres d’Ornements*”, de Juste-Aurèle Meissonier, a partir de 1734. Cfr. FRANÇA – Marie Therese Mandroux- Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal. In Separata da *Revista Bracara Augusta*, Vol. XXVII, fasc. (76), 1973, p. 5. Os barristas portugueses setecentistas utilizaram, igualmente, gravuras europeias para a composição dos seus presépios. Cfr. PAIS, Alexandre Nobre – Presépios barrocos portugueses. In VALE, Teresa Leonor M. (coord.) – *Lisboa Barroca e o Barroco de Lisboa. Colóquio de História de Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 80.

³¹⁶ Cfr. T. N. A., P. R. O., Customs 3_3/82 e Customs 17_1/30.

³¹⁷ O peso é indicado pela expressão “*Cwt:qwt:lbs*”, divisão do sistema inglês de pesagem, em vigor no século XVIII: “*Ton* [tonelada]: *Century weight* [112 libras, cerca de 50 kg]: *Quarter weight* [28 libras, cerca de 12,5 kg]: *Pound* [112 Libras, cerca de 0.44 kg]”.

³¹⁸ Cfr. A. C. M., Cx. 2,49. G. 1926.07. “*Inventário dos bens móveis existentes na casa de Mateus por morte de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, pelo D. José Sá Sousa Botelho Mourão Vasconcelos. 1800*”. Estão arroladas, na biblioteca, duas obras com o título “*Gramatica anglo Lusitana. London*”, datadas de 1705 e 1770.

³¹⁹ Foi o caso de dois dos filhos de Jacome Ratton, que passaram temporadas em França, Alemanha e, especialmente, em Inglaterra, onde “*os fez residir*”, “*para se instruírem na lingua ingleza*”. Cfr. RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p. 14.

³²⁰ Em Osterley House, perto de Londres, encontrava-se exposta, em Maio de 2009, uma “*secretaire-bookcase*”, móvel

tre, segundo notícia veiculada pelo marquês de Bombelles³²¹, não devendo, com probabilidade, ser caso único em Portugal, já que em inventário, datado de 1751, se regista “uma cómoda grande da Índia com cinco gavetas, uma grande para vestidos”³²².

De igual modo, na cidade do Porto, na década de 80 de 1700, o acervo de uma casa nobre ostentava “dez cadeiras de couro da China dourado”, indicação da existência, nessa cidade, de revestimentos provenientes do Oriente, senão mesmo as próprias tipologias, além de “vinte e três figuras da Índia”, eventualmente de porcelana³²³. Ainda na cidade do Porto, foram dispersados os bens de um clérigo falecido, encontrando-se, entre eles, um lote de louça da Índia composto por “*quarenta pratos da Índia de guardanapo de varias qualid^{es} avaliados [...] em 8\$000; vinte e quatro pires da mesma louça de diferentes qualid^{es} com dezanove xícaras de asas, e sem elas avaliado tudo [...] em 3\$440*”³²⁴.

Às famílias portuguesas agradava a ostentação de louça³²⁵ que, por exemplo, o inventário do conde D. José Maria de Lancastre, datado de 1771, revela³²⁶. Também, Nicolau Raposo do Amaral, já citado *supra*, possuía “o seu aparelho de mesa em porcelana chinesa”, se bem que não devesse ser usado na rotina doméstica quotidiana³²⁷.

De igual modo, a cela de Santo Ambrósio de Arouca não deixa de ostentar miniaturas de louça dessa procedência³²⁸. Tecidos de procedência oriental³²⁹, de Goa, por exemplo³³⁰, ou dita “da

de dois corpos executado cerca de 1770 no mercado de Cantão. A madeira utilizada em maciço foi a espécie local chamada “huali”. Vidros importados de Inglaterra foram aplicados na tipologia. Os britânicos apelidam esta madeira de “rosewood”, denominação comum ditada pela cor original do lenho.

³²¹ Vd. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d’un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Paris : Presses Universitaires de France, 1978, p. 285.

³²² Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), p. 93.

³²³ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – A casa nobre no porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo. Separata de *Revista Poligrafia*, nº. 4, 1995. Publicação do Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão, pp. 25-54.

³²⁴ Vd. A. H. I. C., *Livro 86. “Testamento com que faleceu o Reverendo Alexandre Jacome da Veiga, irmão desta Ven^{el} Irm^a de Nossa Sr^a da Assunção dos Clérigos Pobres em 7 de 7^{mo} de 1757”*, f. 9.

³²⁵ Cfr. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*. Casa da Índia. “Este livro hade servir no Consulado da Caza da Índia p^a receita. Lxa”, f. 38v. Em 3 de Novembro de 1744 deu entrada, na alfândega, uma carga com “oitocentos pratos de guardanapos da Índia e outros da d^a. setenta e três mil e Ard(?)”.

³²⁶ Cfr. A. N. T. T., “*Descrição do Inventario da Casa de Villa Nova feita por falecimento do conde D. José Maria de Lancastre, falecido em 23 de Mayo 1771*”. Estão arrolados “*várias peças de louça da India pertencentes a jogos de chá*”.

³²⁷ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ditames do gosto setecentista. O negociante de grosso trato, Nicolau Raposo do Amaral, de Ponta Delgada. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativa*. Porto: UCE-Porto, 2010, pp. 31-32.

³²⁸ Vd. VALENTE, Adelina – O mobiliário civil setecentista da cela de Santo Ambrósio do Museu de Arouca. Comunicação apresentada ao *IV Colóquio de Artes Decorativas: “O Móvel e o seu espaço”*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 25, 26 e 27 de Outubro de 2012 (actas no prelo).

³²⁹ Vd. FRANCO, Carlos – As elites de Lisboa e o uso dos objectos, na 2ª metade do século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 1 (2007), p. 152. Poderia ser, por exemplo, “uma boa colcha de Macau”.

³³⁰ Cfr. A. N. T. T., *Alfândega de Lisboa*, Casa da Índia. “Este livro há-de servir para se registarem os Alvarás, Avisos, cartas, Deveres, Despachos do Conselho da Faz^{da}, Provisões, Provimentos e Requerimentos de partes”, ff. 57-58. Nomes de sonoridade indiana também se envolviam em negócios de tecidos. Em 1767, “*Custam Camoty Marnay (?) homem de negócio nesta cidade de Goa, para a de Lisboa, por conta e risco de quem pertencer por ordem de Snr. Dez^{or} [Desembargador] Francisco da Silva Corte Real, para se entregar em Lisboa*” diversos volumes: “*Caixote n.º1 leva cento, e quarenta volumes; = Caixote seg^o = leva cem volumes; = Caixote n.º terceiro = leva cento e sessenta volumes; = caixote n.º quarto = leva setenta e cinco volumes; = Caixote n.º quinto = leva cinquenta e sete volumes = Caixote n.º seis = leva setenta e cinco*”

Índia”³³¹ faziam parte dos ambientes domésticos lisboetas.

Os ingleses aproveitavam o gosto certo português pela mercadoria oriental. No início do século XVIII, em 1701 e 1702, saíram de Londres cerca de 1.500 leques de papel oriental (“*Fans Indian Paper*”) para satisfazer plausível moda em Portugal. O leque, acessório feminino por excelência, presente na pintura portuguesa desde o século XV, foi importado da China, via Macau, durante todo o século XVIII, existindo a sua entrada em registos alfandegários portugueses³³². Pela via inglesa, e do continente asiático foram ainda transportados, por exemplo, couros (“*Hides Índia*”) em 1743 (100 peças)³³³, e em 1762 (60 peças), estas para a Madeira³³⁴. São, igualmente, referidas trinta e uma onças³³⁵ de pedras de Goa (“*Goa stones*”) ³³⁶. Estas remessas podem configurar tentativa de perscrutar o mercado português quanto à viabilidade da sua comercialização, dado que o seu envio está reportado em datas muito restritas. Não podemos deixar de considerar, no entanto, a hipótese de encomendas específicas. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao registo, em 1748, de trinta peles do Norte de África (“*Skins Morocco*”) ³³⁷.

A chegada a Lisboa efectuava-se por duas vias. Por um lado, as frotas, cuja origem e destino era a capital portuguesa, faziam escala, entre outras, no Brasil³³⁸, sendo muitos dos negócios com o Oriente por conta da coroa portuguesa. Os comerciantes deixavam na colónia sul-americana “louças, especiarias, móveis e tecidos”³³⁹, artigos apelativos e ricos que eram preferidos aos de origem europeia³⁴⁰. As fazendas com essa procedência, vendidas no Brasil, rendiam ao erário régio valores de monta, que eram transportados, seguidamente, para Lisboa³⁴¹. Eram, aqui, muito bem

volumes = Caixote n.º sete = leva oitenta, e cinco volumes = Caixote n.º oito leva setenta volumes = Caixote n.º nove = leva cem volumes = Caixote n.º dez = leva duzentos e quinze volumes = Goa doze de Fevereiro, de mil setecentos sessentas e sete = Manuel Furtado”.

³³¹ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Inventário dos bens do 1º marquês de Abrantes, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (1676-1733). *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 1 (2007), p. 260. O inventário regista a existência de “louça da Índia que é muita e uma colcha rica que ainda não serviu, e dez ou mais peças de damasco também da Índia”.

³³² Vd. PINTO, Paulo de Campos – Ensaio sobre leques comemorativos portugueses. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 123-156.

³³³ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/43, ff. 96-96v.

³³⁴ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/62, f. 97v.

³³⁵ Trata-se de medida de peso, podendo corresponder ao intervalo entre 28 a 31 gramas, segundo épocas e países.

³³⁶ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/52, ff. 99-100.

³³⁷ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/48, f. 204.

³³⁸ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, State Papers Foreign, Portugal. SP 89/31, f. 293. Carta datada de Lisboa, a 3 Outubro de 1725, refere que a frota da Baía chegou com “*twenty two thousand chest of sugar, and fifteen thousand Rolls of Tobacco*”, acompanhando-a duas naus vindas da Índia, tendo aportado à Baía, trazendo daí “*a great many Diamonds*”.

³³⁹ Cfr. NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, [1976 (?)], pp. 23, 61, 66-68, 72-73, 139. Encontramos, em 1708, nos bens de um homem de negócios, morador no Rio de Janeiro, “duas guarda-roupas uma cheia de louça da Índia”; um contratador, morador no Rio de Janeiro declarou, em 1720, “uma colcha de damasco amarelo da Índia, nova”; em 1726, um mercador morador na Baía, possuía um leito com “um sobrecéu de chita de Índia”, bem como “três dúzias ou mais de peças da Índia entre tijelas e pratos” e “uma cama da Índia”; um advogado, de Idanha-a-Nova, morador, em 1710, no Rio de Janeiro declara um “paramento e cama que ainda não estava acabado de chita da Índia”; um advogado, morador no Rio de Janeiro relata, em 1712, a posse de “alguma louça da Índia, um caixão grande de madeira deste reino”.

³⁴⁰ Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 226.

³⁴¹ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, State Papers Foreign, Portugal. SP 89/31, ff. 305-306v. A missiva refere, em Outubro de 1725, que

colocada, principalmente os móveis³⁴², de que constitui exemplo a chegada, em 1760, entre outras mercadorias, de 52 camas de charão³⁴³. Na capital, os preços praticados eram económicos, sendo estas peças escoadas com agilidade³⁴⁴. Note-se, ainda, que os contactos com o Oriente permitiram que em Elvas, em 1709, se registasse a existência de “cama bordada da China de três cortinas, dossel e rodapé”³⁴⁵.

Por outro lado, a Lisboa, aportavam artigos com a mesma procedência, comerciadas por navios ingleses, que viajavam da Índia para o seu país de origem, sendo daí reenviadas para os mercados que as absorviam³⁴⁶. No entanto, em casos de escassez do produto no mercado, apresentavam-se pedidos para que a capital recebesse fazenda oriental transportada por barcos ingleses³⁴⁷, e que, aparentemente, não lhe era destinada³⁴⁸. A cidade do Porto era outro mercado receptor, para onde seguiam as frotas mercantes acompanhadas de barcos de guerra³⁴⁹.

Pela via inglesa, quanto a mobiliário, registam-se envios pontuais. No ano de 1702, por exemplo, estão anotados “2 Cabinets India”³⁵⁰ (dois contadores da Índia) e, em 1703 e 1706, “Tea Tables” (mesas de chá), uma em cada ano³⁵¹. Do Oriente viajaram caixas lacadas (“Lacquered boxes”), em

os barcos que vieram da Índia, via Brasil, venderam “the richest of their goods in the Brazils” e que “it is believed they have bought a million & a half of Crowns on the kings private account. The sugar, Tobacco’s Hides & other commodities brought by the fleet are valued at six hundred thousand pounds sterling”.

³⁴² Cfr. PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 226.

³⁴³ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. In *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, p. 165.

³⁴⁴ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. In *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, p. 226.

³⁴⁵ Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vetuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), pp. 77-78.

³⁴⁶ Nos registos alfandegários ingleses as rubricas correspondendo a estas distribuições intitulam-se “Foreign Goods Exported”. Cfr. T. N. A., P. R. O. Customs 3 _1/82 (1697-1780).

³⁴⁷ Cfr. A. N. T. T., Alfândega de Lisboa, Casa da Índia. “Livro 8º e 9º registo da Mesa do Consulado Geral da Saída”, f. 49v. Legislação, reafirmada em 1807, impedia que “esta Mesa [do Consulado Geral da Saída] [pudesse] dar Despº a mercadorias Inglesas, ou outras propriedades pertencentes a vassallos da Nação Britânica”. A permissão teria de ser concedida caso a caso. Esta legislação seria, entretanto, revogada.

³⁴⁸ Cfr. A. N. T. T., Alfândega de Lisboa, Casa da Índia. “Este livro hade servir para se registarem os Alvaras, Avizos, cartas, Deveres, Despachos do Consº da Fazenda, Provisoens, Provimentos e requerimentos de partes”, ff. 123-123v. Está registada, em 23 Julho de 1767, a seguinte petição: “Illmo. e Exmo. Snr. Sua Mag^{de} representou Duarte Perochon Homem de negócio da Nação britânica nesta cidade que vindo da China hum Navio por nome El-Rei Britânico, entrou arribado neste porto por causa de trazer agua aberta, e com a devida faculdade descarregou na Casa da Índia, duzentos e trinta e nove volumes entre grandes, e pequenos pouco mais, ou menos todos de louça da Índia pertencente ao Suplicante, e seus Correspondentes par haver de os tornar a embarcar em outro qualquer navio que saísse deste porto para a parte a que eram destinados; porem que havendo em todas as lojas desta cidade que costumam contratar na dita louça grande falta dela, pedia o mesmo Snr., que para fornecimento das mesmas lojas se desse a faculdade para que nadita Casa da Índia fosse despachada a referida louça. Sua Mag^{de} atendendo à razão da sua súplica, que é constante, por graça especial que não servirá de exemplo, é servido conceder a licença pedida”.

³⁴⁹ Cfr. T. N. A., P. R. O., State Papers Foreign, Portugal. SP 89/31, ff. 307-307v. Refere-se que “On the 23rd past [Outubro de 1725], N. Senhora das Ondas, a Portugueze man of war of sixty guns, sailed out of this port in order to convoy six Merchant ships to Oporto, which arrived with the last Brazils fleet, & belong to the traders in that city”.

³⁵⁰ Cfr. T. N. A., P. R. O., Customs 3/6, ff. 104-104v.

³⁵¹ Cfr. T. N. A., P. R. O., Customs 3/7, ff. 104v-105v e Customs 3/9, ff. 143v-144v.

número de quarenta no ano de 1724³⁵², e em número de seis em 1752³⁵³. Em 1735, 1752 e 1767 estão registados artigos lacados (“*Lacquered ware*”) num total de quarenta e quatro³⁵⁴. Uma papeleira de dimensões reduzidas, decorada com placas esmaltadas chinesas existente no acervo da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves³⁵⁵ pode ter sido recebida por esta via, quiçá uma encomenda resultante do fascínio do imaginário ocidental setecentista na Europa³⁵⁶.

Da Turquia³⁵⁷ os ingleses traziam alguns tapetes, de que são exemplo “*Carpets Turkey*” no ano de 1725³⁵⁸, “*Turkey long*” em 1727³⁵⁹, 1734³⁶⁰ e 1752³⁶¹ e de medidas pequenas ou “*Turkey short*” em 1728³⁶², usadas em geral para cobrir leitos e mesas³⁶³, ou mesmo estrados³⁶⁴. Eram consideradas, pelos franceses, de melhor qualidade que os tapetes britânicos, sendo comparados, no século XVIII, aos de produção francesa da real “*Manufacture de la Savonnerie*”, objectos de luxo, portanto³⁶⁵.

Outro artigo que recolhemos – “*Hair Horse*” (crina de cavalo), por exemplo, em 1722³⁶⁶ – material destinado a coberturas de tipologias de assento, utilizada por meio de entrelaçado coeso, tal qual uma tecelagem, fazia parte das mercadorias exportadas³⁶⁷. Cadeiras setecentistas inglesas ostentam esta protecção³⁶⁸ (fig. 4:20), podendo ter sido idêntica à de prováveis peças importadas de mogno que existiam nos “salões de Cruz Alagoa” em 1769³⁶⁹. Aventamos que poderá, por vezes, constituir o material que é designado, em português, por “couro de cabelo” ou mesmo “estofos de

³⁵² Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/26, ff. 98v-99.

³⁵³ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/52, ff. 99-100.

³⁵⁴ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/35, ff. 101v-102, Customs 3/52, ff. 99-100 e Customs 3/67, ff. 120-121.

³⁵⁵ Vd. CARVALHO, Ana Godinho Coelho Dotti de – A papeleira miniatura chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves e o comércio do século XVIII. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras de Lisboa. Departamento de História da Arte, 2010.

³⁵⁶ Vd. CARVALHO, Ana Godinho Coelho Dotti de – A papeleira miniatura chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves e o comércio do século XVIII. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras de Lisboa. Departamento de História da Arte, 2010, pp. 35 e 82-83.

³⁵⁷ Cfr. *The Statutes of the Realm*, cap. 4, p. 187.

³⁵⁸ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/27, ff. 106v-107.

³⁵⁹ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/28 Part B, ff. 93-94.

³⁶⁰ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/34, ff. 96-97.

³⁶¹ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/52, ff. 99-100.

³⁶² Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/28 Part B, ff. 190v-191.

³⁶³ Cfr. *The Oxford English Dictionary*, vol. 2, p. 911.

³⁶⁴ Vd. FRANCO, Carlos – As elites femininas de Lisboa e o uso dos objectos, na 2ª metade do século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 1 (2007), p. 141.

³⁶⁵ Cfr. BEAUJOUR, Felix – *Tableau du Commerce de la Grèce formé d'après une année moyenne, depuis 1787 jusqu'en 1797*. Paris : Chez Ant.-Aug. Renouard, Libraire, 1800, vol. 1, pp. 317-321.

³⁶⁶ Cfr. T. N. A., *P. R. O.*, Customs 3/24, ff. 43-45.

³⁶⁷ Vd. THE STATUTES OF THE REALM, *The Books of Rates*, vol. 5, capítulo IV, p. 200.

³⁶⁸ Vejam-se as cadeiras inglesas, com influência dos desenhos de Thomas Chippendale, de uma sala replicando ambiente de cerca de 1790, em exposição em Maio de 2009 no Geffrye Museum, em Londres.

³⁶⁹ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – Móveis. In *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV/XVIII*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. Museu Nacional de Arte Antiga, 1979, p. 84.

cerdas”³⁷⁰, estes importados por Lisboa no ano de 1784³⁷¹. Essa cobertura oferecia muita resistência ao uso diário continuado, existindo nas cadeiras de algumas residências lisboetas da segunda metade de Setecentos³⁷². Foi utilizada em cadeiras de doentes na “*enfermaria da Irmandade dos Clérigos*” em 1772/1773³⁷³.



Figura 4:20
Cadeira inglesa setecentista com estofa em crina de cavalo.

³⁷⁰ Vd. SILVA, António Morais – *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789, vol. 1, p. 375 e vol. 2, p. 676. “Cerdas” ou “sedas” são termos que indicam o pelo de animais tais como cavalo ou porco.

³⁷¹ Vd. A. N. T. T., M. N. E., Cx. 64, M. n.º 6, f. 8v. “*Cálculo do Comércio de Importação e Exportação do Reino de Portugal com Inglaterra em o ano de 1784. Praça de Lisboa. Importação*”. Entraram “*Estofos de cerdas...78 lavrados a 400...31\$200rs*”.

³⁷² Vd. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, gráfico 14, p. 67

³⁷³ Vd. A. H. I. C., *Livro 56*. Ano de 1772 p.º 1773, f. 53. Aqui se refere o pagamento de 2\$400 réis por “*cobrir uma poltrona p.º os doentes estofada de cabelo*”.

5º CAPÍTULO

Estética rococó e neoclássica e as influências internacionais no mobiliário português da segunda metade do século XVIII

Desde 1716 que as linhas rococó eram conhecidas da corte lisboeta através dos “coches que serviram na faustosa embaixada de 1716 ao papa Clemente XI” encomendados a artífices de Roma¹. No entanto essa opção estilística convivia com peças de cariz arquitectural massivas e lineares, de que constitui exemplo a cómoda-papeleira com alçado a que já nos referimos no 1º capítulo (fig. 1:2 e 1:2A), de provável encomenda real, o que deixa entrever o ecletismo que imperava na corte de Lisboa. Os historiadores de mobiliário sugerem outra peças de mesmo jaez (fig. 5:1)². Este era, todavia, o universo que dominava muitas das cortes europeias. As casas reais, mercê do mecenato, buscavam, passo a passo, propostas reformadoras e inovadoras, convergindo nesse ambiente com a novidade com o gosto já afirmado. O soberano, D. João V, “interessava-se por todas as manifestações artísticas”, enriquecendo as colecções reais com peças vindas das diversas praças artísticas europeias, não desprezando as que já se encontravam no reino, caso do acervo de pintura do embaixador francês em Lisboa, Duverger, que comprou após a sua morte³.

A mesa em que se apoia a figura da Infanta D. Maria Francisca Isabel Josefa, futura D. Maria I, num retrato a óleo existente no Palácio de Queluz, da autoria de Francisco Pavona, datado de 1738-1739⁴ (fig. 5:2) revela que os cânones estéticos das cortes da Europa contemporânea, na qual o Rococó já era uma realidade, subsistiam em Lisboa, nos ambientes da família real. Pese embora o pendor barroco-romano que se pode avocar a esta peça retratada, mas por essa mesma razão, não é de descartar a eventual traça de William Kent (c.1685-1748), o arquitecto inglês que personificou uma corrente estética específica, já referida aquando da menção a caixa de relógio da Ordem portuense de S. Francisco. A cadeira de braços que compõe a cenografia revela a faceta estadista da tipologia de assento, em que o tecido vermelho e o ouro sobressaem numa estrutura de madeira que se revela numa dimensão mínima, somente nos braços e nas prumadas dianteiras. Estes elementos lenhosos dourados remetem para opções desse arquitecto britânico⁵, bem assim como a mesa, cuja prumada galbada está decorada com pormenores que parecem pétalas encadeadas⁶. Esta tipologia

¹ Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa, Livros Horizonte, 1971, p. 36.

² Vd. SYMONDS, R. W. – English Gesso Furniture. *The Antique Collector*, vol. XXVII, August 1956, p. 140. In <http://uutz.wordpress.com/2012/07/18/dom-joao-v-and-english-furniture> (6/12/2013; 15h).

³ Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa, Livros Horizonte, 1971, p. 37.

⁴ Vd. P. N. Q., *Retrato da Infanta D. Maria Francisca Isabel Josefa* (futura D. Maria I), n.º. inv. 37025 DIG. In <http://www.matriznet.dgpc.pt>.

⁵ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 4:97, p. 191.

⁶ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 5:45, p. 224.

poderá ser, porventura, na sua essência, sinal das múltiplas internacionais das Artes Decorativas no reino, nelas se incluindo, nesta época, a influência inglesa nos ambientes da corte.

5. 1. - Influências internacionais na marcenaria portuguesa

A política mecenática portuguesa, em razão da disponibilidade de copiosos recursos económicos, permitiu que artistas se deslocassem a Roma para concretizarem estágios artísticos. No seu regresso trouxeram a exaltação do Rococó que a Europa viveu entre 1730 e 1765⁷. No entanto, nesta data, o neoclassicismo encontrava-se em latência, com as escavações arqueológicas romanas continuando o seu curso, mantendo a presença dos elementos clássicos no imaginário artístico europeu⁸. Desde 1732 existia em Inglaterra uma associação de pessoas ligadas a esse movimento, ao gosto da literatura e das antiguidades da Grécia e Itália⁹. Acudiam, assim, ao reino português, ideias e propostas que mesclavam as duas correntes, integrando-as e misturando-as com o sentir regional¹⁰.

A chegada de artífices estrangeiros para as grandes obras joaninas, a Sul, e a Norte para as obras monásticas, a par da circulação de material impresso com ideias decorativas, permitiu que a produção portuguesa reflectisse influências estilísticas múltiplas, numa movimentação semelhante à de outras cortes geograficamente periféricas, caso da Rússia no reinado de Catarina I¹¹. A consequência destas migrações de artistas formados em escolas europeias de sensibilidades complexas traduziu-se em produção local de mobiliário que incluía particularidades estéticas regionais. No entanto, não foram somente os riscadores retabulares e os arquitectos que impulsionaram esse reflexo. Os “elementos de infiltração anónima”¹², os múltiplos oficiais estrangeiros que acolhiam ao reino português setecentista, com saber e formação estilística diversa contaminaram, de igual modo, os actividades técnicas locais, à semelhança do que aconteceu do Ocidente ao Oriente do espaço europeu, num tempo em que a circulação de ideias, artistas e artífices das Artes Decorativas foi uma realidade pujante¹³.

A influência que o gosto decorativo da Alemanha meridional teve na arte retabular e nas igrejas do norte de Portugal, de que Frei José de Santo António Vilaça foi um dos intérpretes, deve-se ter transmitido a algum mobiliário civil. Na verdade, entre 1741 e 1756, o arcebispo D. José de Bragança, irmão legitimado de D. João V, levou “uma onda de construção a Braga”¹⁴ e os ornatos utilizados na construção foram inspirados nas gravuras com “temas alegóricos ou religiosos

⁷ Vd. HUNTER-STIEBEL, Penélope – *The continuing Curve. In Rococo: The continuing curve, 1730-2008*, p. 3.

⁸ Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa, Livros Horizonte, 1971, p. 23.

⁹ Vd. BEARD, Geoffrey – *The work of Robert Adam*. London: Bloomsbury Books, 1978, p. 4.

¹⁰ Vd. THOMPSON, Paul Warwick – Foreword. *In Rococo: The continuing curve, 1730-2008*, p. 1.

¹¹ Vd. COFFIN, Sarah D. – Radiating Rococo. *In Rococo: The continuing curve, 1730-2008*, pp. 112-113.

¹² Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa, Livros Horizonte, 1971, p. 34.

¹³ Vd. FUHRING, Peter – Juste-Aurèle Meissonnier and his Patrons. *In Rococo: The continuing curve, 1730-2008*, p. 25.

¹⁴ Vd. SMITH, Robert C. – Three artists of Braga. *Apollo*, April 1973, p. 378.

[provenientes] das abadias beneditinas magnificentes do sul da Alemanha e da Suíça”, casas irmãs dos cenóbios portugueses de Braga, Rendufe e Santo Tirso¹⁵. Os “frades [do centro da Europa que visitam os conventos nortenhos] traziam nas suas bagagens desenhos de plantas de construções famosas nas suas terras natais”¹⁶. Foi, por essa via, através dos contactos proporcionados pela proximidade com o que de mais moderno se fazia nos mosteiros da mesma congregação noutras latitudes, que os entalhadores e riscadores portugueses tomaram conhecimento da moda decorativa de Franz Xavier Habermann (1721-1796)¹⁷, do arquitecto alemão Jean-Jacques Schubler (?- 1741) que teve a sua obra publicada em Nuremberga e Augsburg¹⁸, bem como o que os editores Georg Hertel (ca.1700-1776) e Martin Engelbrecht (ca. 1684-1756) publicaram à época. Muitos outros nomes, no entanto, emergiram nesta vaga de consagração da imaginação, em Seiscentos e Setecentos¹⁹, dando origem, entre 1740 e 1760, à publicação, na Europa, de cerca de 400 “suites” de modelos decorativos²⁰.

À semelhança das publicações inglesas que circulavam em folhas soltas ou agrupadas chegando a Portugal via alfandegária ou por mão de particulares, também estes registos com origem no centro da Europa, nomeadamente em Augsburg, transitavam por todos os reinos europeus, estendendo-se para as colónias sul-americanas de Portugal e Espanha²¹, e os artífices interpretavam-nas segundo o gosto da clientela local, inserindo motivos heráldicos, pessoais ou emblemáticos²². É o caso de um registo de Santa Eulália segundo original editado por Klauber, interpretado pelo editor nacional J. F. Rey, de Lisboa, que lhe conferiu cariz arquitectónico e paisagístico local²³. Todas estas folhas volantes continham elementos ornamentais passíveis de serem utilizados pelos entalhadores no “mobiliário civil e religioso”²⁴, pois apresentavam modelos de fantasia, imaginativos, que uma postura abstracta e curiosa por parte dos artífices poderia, com facilidade, transportar para a decoração de qualquer tipologia ou matéria-prima.

A antecipação e a ousadia representavam a principal aspiração destes desenhadores com formação inicial nas artes ditas menores, que procuravam, pela invenção, transcender a ornamentação já utilizada e afirmar-se como vanguardistas. A aceitação pela clientela religiosa rica, a que pode-

¹⁵ Vd. SMITH, Robert C. – Three artists of Braga. *Apollo*, April 1973, p. 378.

¹⁶ Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa, Livros Horizonte, 1971, p. 34.

¹⁷ Vd. CARNEIRO, Paula Cristina Fortuna de Oliveira Dias – *Interiores neoclássicos civis do Porto: evolução setecentista de uma estética global*. Tese de Doutoramento apresentado ao Departamento de História de Arte da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Outubro de 2010, fig. 55, p. 107.

¹⁸ Vd. CARNEIRO, Paula Cristina Fortuna de Oliveira Dias – *Interiores neoclássicos civis do Porto: evolução setecentista de uma estética global*. Tese de Doutoramento apresentado ao Departamento de História de Arte da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Outubro de 2010, figs. 56-62, pp. 107-110.

¹⁹ Vd. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux - Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal. Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. 27, fasc. 64 (76), 1973, pp. 5-8.

²⁰ Vd. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux - Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal. Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. 27, fasc. 64 (76), 1973, p. 7.

²¹ Vd. KUBLER, George B.; SORIA, Matin – Art and Architecture in Spain and Portugal. *Apud* SMITH, Robert C. – Three Artists of Braga. *Apollo*, April 1973, p. 387.

²² Vd. GLANVILLE, Philippa – *Silver in England*. [S. l.] : Victoria and Albert Museum, 1996, pp. 238-239.

²³ Vd. FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux - Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal. Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. 27, fasc. 64 (76), 1973, p. 4 e catálogo n.º 21.

²⁴ Vd. FRANÇA – Marie Thérèse Mandroux - Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal. *In* Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol.27, fasc. 64 (76), 1973, p. 11.

ria outorgar encomendas, tornava-se essencial para a sua sobrevivência profissional, já que esse facto significaria a aprovação das suas capacidades e consequente acolhimento junto dos favores de membros da nobreza, e, em situações propícias, da própria corte. Era, pois, por via da criação de ornatos que os desenhadores se afirmavam²⁵. No entanto, conjuntos coesos de desenhos de mobiliários foram, também, publicados, bem como manuais de cariz arquitectónico seiscentistas e setecentistas, incluindo algumas propostas de mobiliário para as elites, que contribuía para a informação dos ambientes decorativos em Portugal²⁶. Cerca de 1720, oficinas francesas, por exemplo, deram à estampa um conjunto de folhas gravadas com o título “*Nouveaux desseins de meubles et ouvrages de bronze et de marqueterie inventes et gravés par André Charles Boulle*”²⁷ de que estão depositados alguns exemplares no Museu Nacional de Arte Antiga. Contêm propostas de diversos relógios²⁸, mesas e espelhos²⁹. Estas gravuras congregam em si a particularidade de divulgar “novos projectos”³⁰ dos continuadores do trabalho do ebanista francês, apresentando soluções formais que se queriam novas para tipologias e gramática estilística já conhecida, uma tentativa de continuar a actividade e prolongar o gosto que preenchia as necessidades de uma clientela nobre com “requisitos próprios”³¹. Jacques-François Blondel publica, em 1738, “*De la distribution des Maisons de Plaisance*”, apresentando, entre outras, propostas decorativas para salas com diversos propósitos sociais³² e Martin Engelbrecht deu à estampa, sob o título “*Meubles*”, da autoria de Gottfried Gratz, um conjunto de gravuras que apresentava ideias para decoração de aposentos. Georg Hertel publicou “*Meubles et Lambris*” e “*Chaires*”, criados pelo já citado Franz Xaver Habermann³³, que ensinou arquitectura e perspectiva em escola que fundou em 1781³⁴.

Os decoradores portugueses, caso de Frei José de Santo António Vilaça à escala das províncias portuguesas do Norte, ou dos projectistas das decorações da corte ou da nobreza dos centros donde imanavam ideias novas possuíam formação alargada, com informação de outros centros difusores de novidades, podendo sugerir aos clientes soluções concretas imbuídas de originalidade, materia-

²⁵ Vd. CARNEIRO, Paula Cristina Fortuna de Oliveira Dias – *Interiores neoclássicos civis do Porto: evolução setecentista de uma estética global*. Tese de Doutoramento apresentado ao Departamento de História de Arte da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Outubro de 2010, fig. 21, p. 156.

²⁶ Vd. CARNEIRO, Paula Cristina Fortuna de Oliveira Dias – *Interiores neoclássicos civis do Porto: evolução setecentista de uma estética global*. Tese de Doutoramento apresentado ao Departamento de História de Arte da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Outubro de 2010.

²⁷ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Estampas*, Livro 17.

²⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Estampas*, Livro 17, f. 7105.

²⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Estampas*, Livro 17, ff. 7106, 7108.

³⁰ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 31-32 e cat. II, pp. 44-45.

³¹ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa: 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 127.

³² Vd. CARNEIRO, Paula Cristina Fortuna de Oliveira Dias – *Interiores neoclássicos civis do Porto: evolução setecentista de uma estética global*. Tese de Doutoramento apresentado ao Departamento de História de Arte da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Outubro de 2010, fig.s 52-54, pp. 104-10.

³³ Vd. FRANÇA – Marie Thérèse Mandroux - Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal. In *Separata da Revista Bracara Augusta*, vol.27, fasc. 64 (76), 1973, pp. 10-11.

³⁴ Vd. DAVIDSON, Gail S. – Ornament of bizarre Imagination. In *Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, p. 69.

lizadas, por vezes, em desenhos de mobiliário com algum ecletismo. Esta “verdadeira indústria”³⁵ da imagem inspirava-se, a montante, nos prolixos desenhadores franceses de que Juste-Aurèle Meissonier (1695-1750) foi o expoente. O conjunto de seis “Livres d’Ornements”, que circularam na Europa a partir de 1734, continha 118 propostas, vendidas inicialmente em cadernos separados, apresentando criações de linhas encurvadas em situações imaginativas, denunciando um espírito inventivo para lá das “fronteiras da matéria-prima”³⁶. A rica clientela do nicho europeu do mercado do luxo solicitava, nessa época, aos riscadores, mais do que simples réplicas das tipologias existentes. Procuravam “artistas” completos, homens que soubessem casar o domínio do material com desenho surpreendente, apresentando “formas curiosas e invulgares”³⁷. Os provedores, de quem se esperavam as ideias, tinham consciência da importância do modo de se apresentar ao público consumidor e procuravam afirmar-se por pormenores inusitados, que poderiam ser medidos por marcas deixadas na sua obra, de que é exemplo William Hogarth (1697-1764) que, num auto-retrato, delinea e nomeia a “linha da beleza e da elegância ou encanto” (“*the line of beauty and grace*”) na sua paleta de trabalho³⁸.

5. 1. 1. – Gravuras setecentistas do espólio de uma marcenaria portuense do século XX

A informação estilística setecentista chegou a uma oficina de marcenaria portuense encerrada no início da primeira década de 2000, correndo, à época, sob a designação de Domingos da Silva Correia, Limitada³⁹. O seu espólio conserva cerca de vinte gravuras setecentistas, ligadas entre si por cordel. Nelas se incluem quatro do ornamentista Christophe Huet (1700-1759), publicadas em Augsburg, sob o título “*Des Arabesques*”, (fig.s 5:3, 5:4, 5:5 e 5:6). Do desenhador neoclássico Richard de La Londe (ou Lalonde)⁴⁰ (fig.s 5:7, 5:8 e 5:9 e 5:10) existem quatro peças, numeradas de 1 a 4, sinal de que fariam parte de publicação conjunta, exibindo modelos de metais para fechaduras de mobiliário e de portas (“*Entrées de serrures à l’usage des portes et des meubles*”). Três imagens

³⁵ Vd. FRANÇA – Marie Thérèse Mandroux - Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal. In Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol.27, fasc. 64 (76), 1973, pp. 6-7.

³⁶ Vd. FUHRING, Peter – Juste-Aurèle Meissonnier and his patrons. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*, p. 24. O autor considera que o conhecimento das técnicas de escultura e o entendimento “livre” (“free”) dos objectos tradicionais alcançaram Meissonnier a um patamar criativo inédito, à época.

³⁷ Vd. FUHRING, Peter – Juste-Aurèle Meissonnier and his patrons. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008*, pp. 24-28. O autor refere, no original, “intriguing, extraordinary forms”.

³⁸ Vd. COFFIN, Sarah D. – Radiating Rococo. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008*, fig. 30 e p. 118.

³⁹ Empresa “Domingos da Silva Correia”, que ostentava o nome do seu proprietário, teve a sua primeira sede na Rua Mártires da Liberdade, nº 119, no Porto Mudou-se nos anos iniciais da década de 80 de 1900 para a Praça Coronel Pacheco, nº 75, na mesma cidade já como “Domingos da Silva Correia, Lda.”. Além de executar cópias revivalistas de mobiliário português, era “Especializada em reparação de obras artísticas”. Restaurou peças para decorar a pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães aquando da respectiva adaptação, em 1983 e 1984, a partir do convento com o mesmo nome. Vendeu mobiliário para a mesma pousada. A firma trabalhou na limpeza e montagem de peças retabulares na igreja de Santa Maria de Aguiar de Riba Cõa, em Vila Nova de Gaia, em 1982, sob a direcção do arquitecto Cassiano Barbosa.

⁴⁰ Vd. DAVIDSON, Gail S. – Ornament of bizarre Imagination. In *Rococo. The continuing curve, 1730-2008. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008*, p. 42.



Figura 5:3
Gravura de Christopher Huet.



Figura 5:4
Gravura de Christopher Huet.



Figura 5:5
Gravura de Christopher Huet.

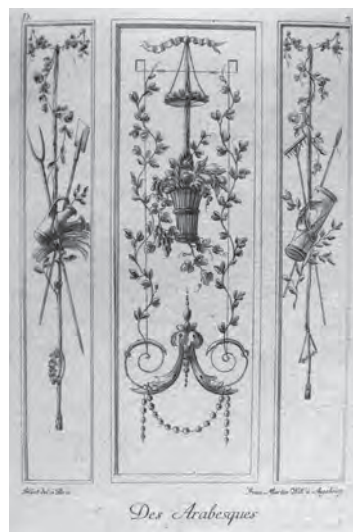


Figura 5:6
Gravura de Christopher Huet.

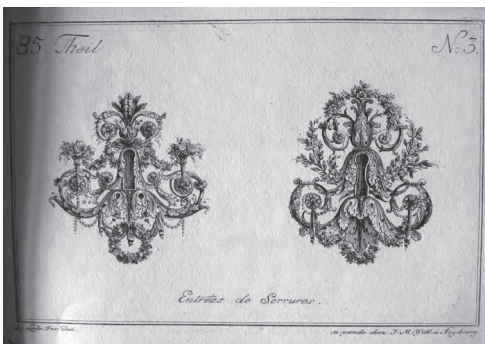


Figura 5:7
Gravura de Richard de La Londe.

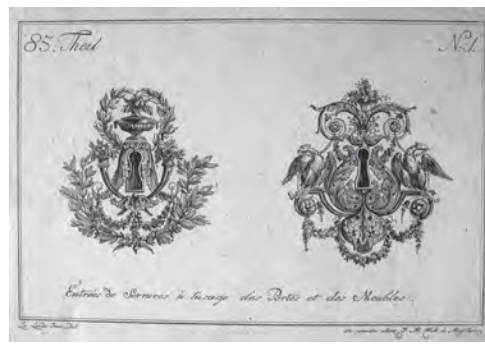


Figura 5:8
Gravura de Richard de La Londe.

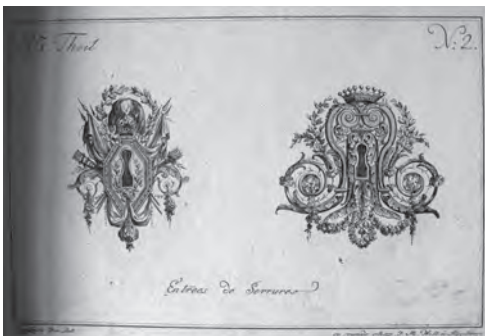


Figura 5:9
Gravura de Richard de La Londe.

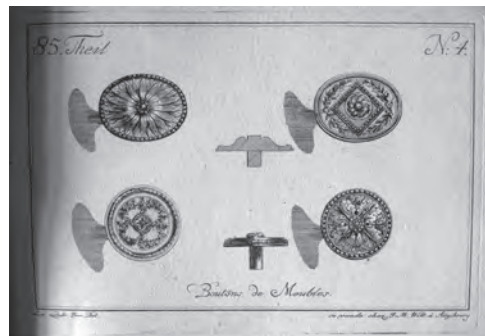


Figura 5:10
Gravura de Richard de La Londe.



Figura 5:11
Gravura de "Salumbier".



Figura 5:12
Gravura de "Salumbier".



Figura 5:13
Gravura de "Salumbier".

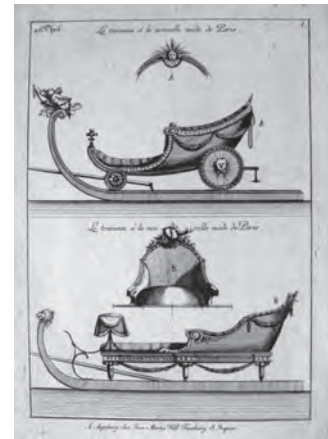


Figura 5:14
Gravura editada por "Jean Martin Will".

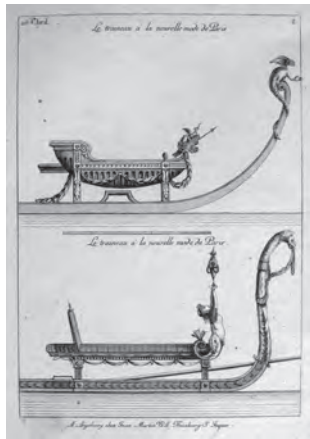


Figura 5:15
Gravura editada por "Jean Martin Will".



Figura 5:16
Gravura editada por "Jean Martin Will".

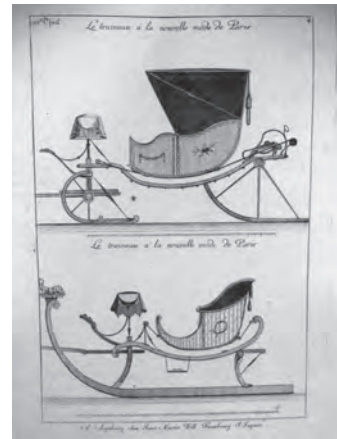


Figura 5:17
Gravura editada por "Jean Martin Will".

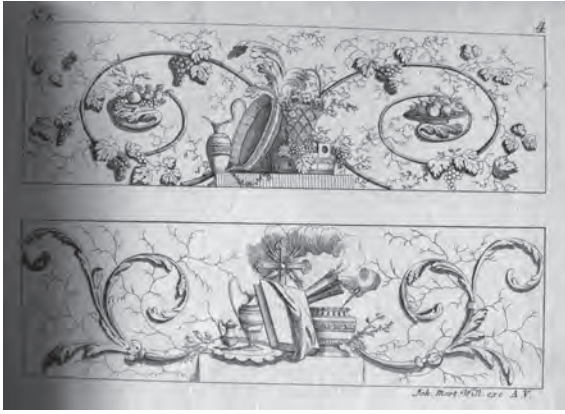


Figura 5:18
Gravura editada por "Jean Martin Will".

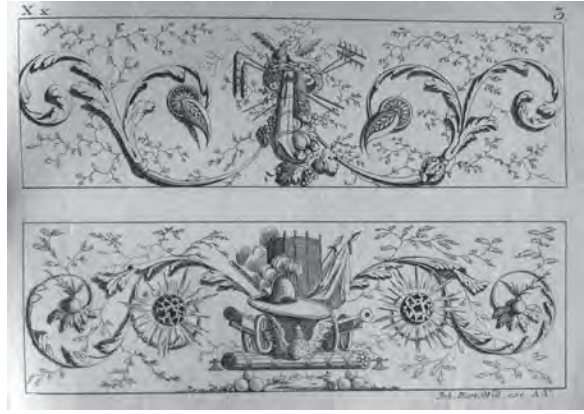


Figura 5:19
Gravura editada por "Jean Martin Will".

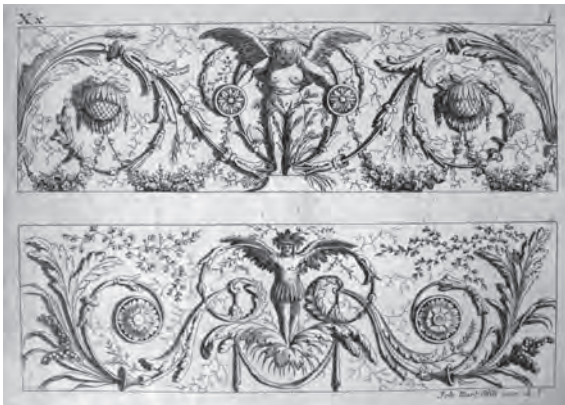


Figura 5:20
Gravura editada por "Jean Martin Will".



Figura 5:21
Gravura editada por "Jean Martin Will".



Figura 5:22
Gravura editada por "Jean Martin Will".



Figura 5:23
Gravura editada por "Jean Martin Will".

de tarjas ornamentais “*dessinés par Salumbier à Paris*”, provavelmente de Henri Salembier⁴¹ que desenvolveu desenhos do seiscentista Jacques Stella (1596-1657)⁴², estão presentes neste acervo (fig.s 5:11, 5:12 e 5:13), bem como quatro modelos de trenós da “nova moda parisiense” (“*Le traineau à la nouvelle mode de Paris*”) (fig.s 5:14, 5:15, 5:16 e 5:17) e painéis ornamentais em composições variadas (fig.s 5:18, 5:19; 5:20, 5:21, 5:22 e 5:23). Todos estes exemplares ostentam a identificação do seu editor – “*Jean Martin Will*” ou “*Joh Mart Will*” de “*Augsbourg*”.

Não sabendo por que modo chegaram, no século XX, a esta oficina, a sua existência constitui sinal da visão que os marceneiros e entalhadores tinham do ofício. Na realidade esses elementos gravados faziam parte de uma cadeia informativa necessária para completar a sua instrução no que toca à ornamentação entalhada, que eles sabiam, empiricamente, poder aperfeiçoar, inovando em pormenores que obtinham nessas fontes estrangeiras. As gravuras fazem, ainda, prova de que os metais de adorno e protecção da entrada das chaves faziam parte da informação que circulava.

Esta contínua circulação de informação a partir dos centros que ditavam as novidades⁴³, alcançava as zonas geograficamente periféricas com regularidade, Portugal aí incluído. Os marceneiros copiavam, ou inspiravam-se nos modelos chegados por essa via, dilatando, no tempo, a produção de modelos já em desuso nessas paragens⁴⁴. Circunstâncias diversas de gosto ou de matéria-prima disponível fariam com que os protótipos fossem adaptados às conjunturas locais⁴⁵. A pressão social que a maioria da clientela sentiria para competir com os seus pares significava emular o seu estilo de vida e não divergir dos padrões estabelecidos, ostentando o que os da sua classe possuíam⁴⁶. Esse desejo de “não se distinguir dentro do seu círculo social”⁴⁷ não deveria, exceptuando casos específicos, pressionar os produtores de mobiliário a apresentar novidades fracturantes.

5. 1. 2. - Circulação de publicações inglesas em Portugal

Em Setecentos, livros, opúsculos, gazetas e periódicos de variadas procedências, com destinatários diversos, sempre constituíram um modo de divulgação de matérias, reflexões e notícias para fora do âmbito geográfico dos vários reinos europeus onde eram publicados⁴⁸. Não pretendendo anali-

⁴¹ DAVIDSON, Gail S. – Ornament of bizarre Imagination. In *Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, p. 42.

⁴² Vd. STELLA, Jacques – *Baroque Ornaments and designs*. New York: Dover Publications, 1987.

⁴³ Vd. MULLINS, Anthea – Local furniture makers at Harewood House as representatives of provincial Cratsmanship. *Furniture History*, vol. I. (1965), p. 33.

⁴⁴ Vd. MULLINS, Anthea – Local furniture makers at Harewood House as representatives of provincial Cratsmanship. *Furniture History*, vol. I. (1965), p. 32.

⁴⁵ Vd. VALENTE, Adelina – O mobiliário civil setecentista da “Cela de Santo Ambrósio” do Museu de Arouca. Comunicação apresentada ao IV Colóquio De Artes Decorativas “O Móvel e o seu Espaço”. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 25-27 de Outubro de 2012 (actas no prelo).

⁴⁶ Vd. BERRY, Christopher J. – *The idea of luxury: a conceptual and historical investigation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 233.

⁴⁷ Vd. SAPORI, Michéle – Les marchands des modes parisiennes: le luxe de la parure féminine dans la France des Lumières. In ASSOULY, Olivier, dir. - *Le Luxe. Essais sur la fabrique de l'ostentation*. [S.l.] : Editions de l'Institut Français de la Mode, 2005, p. 35.

⁴⁸ Cfr. RAMOS, Rui, coord.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros e Expresso, 2009, vol. 4, p. 50.

sar as edições de cariz muitíssimo variado que proliferaram durante o século XVIII, referir-nos-emos, unicamente, aos “gazeteiros”, que se correspondiam através de redes intrincadas, trocando informações entre si e cotejando-as, sempre na busca de novidades de outras paragens⁴⁹. Preocupavam-se em registar acontecimentos e novidades, chegadas e partidas de navios, comunicando condutas extravagantes, boatos, malidicências, ofertas generosas de governantes e da nobreza, ou a simples informação sobre o fluir da vida quotidiana da corte, na sua vertente doméstica, além de puros factos políticos ou de intriga mordaz. A sua circulação era, por vezes, acompanhada de “livros e outros papéis”⁵⁰. Notícias impressas e manuscritas transitavam entre vários países⁵¹ e analisados a esta distância poderão ter sido veículos para ocorrência, no destino, de mudança de comportamentos e novas modas, de evolução do gosto, em suma à reformulação de padrões de vida.

No cômputo do trânsito internacional de obras escritas, ou gravadas, estão incluídas as obras técnicas e teóricas das Artes Decorativas, área que aqui nos interessa. A sua dispersão deu origem a simples reciclagens de modelos já existentes, ou esquecidos, e, por vezes, a desenhos com soluções inovadoras. Os seus autores almejavam um tipo de audiência peculiar, um público com informação nesse âmbito, comungando de cultura prática idêntica. Exigia-se entrosamento entre emissor e receptor, para que, de modo claro, fossem entendidas as propostas apontadas.

Encontram-se neste caso os arautos de novidades decorativas do imaginário oriental que fascinou a Europa durante todo o século XVIII⁵², alimentado pela idiosincrasia da mercadoria que de lá provinha⁵³. A essência barroca das curvas e folhagens encorpadas foi contaminada com linhas mais fluidas – consideradas exóticas, “evocando pessoas, arquitectura e paisagem de outro mundo”⁵⁴.

5. 1. 2. 1. – As propostas de Thomas Chippendale

Os torneados que ainda caracterizavam as estruturas das tipologias de assento europeias de início do século XVIII, por exemplo, cederam lugar, inicialmente, à madeira com decoração parca, à semelhança do Oriente, casando-os, por vezes, no caso britânico, com geometrismos muito

⁴⁹ Vd. Lisboa, João Luís – *Gazetas feitas à mão*. In *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: Edições Colibir, 2002, vol. 1, pp. 13-42.

⁵⁰ Vd. Lisboa, João Luís – *Gazetas feitas à mão*. In *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: Edições Colibir, 2002, vol. 1, p. 26.

⁵¹ Vd. Lisboa, João Luís – *Gazetas feitas à mão*. In *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: Edições Colibir, 2002, vol. 1, pp. 35-36.

⁵² Toda a aristocracia europeia procurava construir “sonhos exóticos” nos seus reinos. Veja-se, por exemplo, o caso do Palácio Chinês da rainha Catarina II da Rússia, construído entre 1762 e 1768, em Orienbaum, que pretendia condensar as modas contemporâneas, “[le] soin apporté à l’art de vivre dans cette Russie des années 1760”. Artistas italianos e russos, inspirados nas propostas orientalistas de William Chambers, deram o seu contributo para esta jóia rococó que utilizou madeiras preciosas à época, tais como “pallissandre, acajou, ébène, citronnier, amarante”. Vd. DUCAMP, Emmanuel – *Le palais chinois de la Grande Catherine*. *Connaissance des Arts*, n.º 645, Janeiro 2007, pp. 106-113.

⁵³ Vd. Lisboa, João Luís – *Gazetas feitas à mão*. In *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: Edições Colibir, 2002, vol. 1, pp. 52, 70, 79, 89.

⁵⁴ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 60.

próprios, que Thomas Chippendale (1718-1778) desenvolveu nos seus desenhos ⁵⁵. Todavia, essa influência cedo evoluiu, tomando outras liberdades ornamentais. O lugar deste marceneiro e “designer” (na terminologia inglesa) na história do mobiliário, considerado, hoje, uma figura versátil e pioneira enquanto produtor de ideias inovadoras para mobiliário ⁵⁶, advém da sua capacidade de gerar propostas estilísticas a partir de uma amálgama de conhecimentos em voga na área geográfica das sucessivas oficinas que foi gerindo. Com efeito, tendo, com probabilidade, detectado um nicho de mercado aderente à nova estética rococó, procurou situar-se perto da Academia de St. Martin’s Lane, escola que congregou personalidades que a patrocinavam, incluindo William Hogarth, por exemplo ⁵⁷.

A razão do sucesso do seu “*The Gentleman & Cabinet Maker’s Director*”, ou, numa tradução livre, “Guia para marceneiros e seus patronos” ⁵⁸, deve-se, entre outros, a uma postura de divulgação comercial da marcenaria, tentando afirmar-se como autor de tipologias sistematizadas, numa atitude inovadora que as Artes Decorativas não conheciam à época. As sugestões para obras de marcenaria, até à publicação de Chippendale, eram apresentadas de modo avulso, utilizando a memória e a oralidade, pela que a sua difusão era ocasional ⁵⁹.

A sua formação básica de marceneiro – se bem que não se saiba, com exactidão, o seu percurso inicial –, e o conhecimento do funcionamento oficial, permitiu-lhe propor modelos em que a utilização da madeira maciça era fundamental, retirando os tecidos dos espaldares das tipologias de assento, por exemplo. O papel do entalhador saiu reforçado desta prática. A chegada das colónias do mogno, nogueira americana e outros lenhos em quantidades apreciáveis, depois de uma época em que o capeado tinha sido mais solicitado, permitiu essa escolha estética, já que ficaram à disposição dos entalhadores lenhos que permitiam trabalhos de talha minuciosos e precisos. A partir de 1762, data da primeira publicação da sua colecção de desenhos, e como já foi notado pela historiografia do mobiliário, a transmissão estilística deixou de ser comunicada de modo imediato entre os mestres e os aprendizes ou oficiais. Como consequência, a cadeia informativa das técnicas de construção foi mudando. A evolução do saber fazer, aliada ao conhecimento de novas dimensões estilística e estéticas conduziu à sua multiplicação em paragens longínquas, bem como à sua adaptação ao espírito local ⁶⁰. A marcenaria iniciou, com a publicação inicial de Chippendale e suas duas reedições, um caminho em que as morfologias e preferências estéticas se registavam, permitindo, no limite, que oficiais de época posterior as replicassem.

⁵⁵ Vd. CHIPPENDALE, Thomas - *The Gentleman & Cabinet Maker’s Director: being a large collection of the most elegant and useful designs of household furniture, in most Fashionable Taste*.

⁵⁶ A historiografia britânica tem vindo a identificar múltiplas peças em inventários epocais, o que tem permitido reconstruir, de modo paulatino, a importância do seu papel no cômputo das Artes Decorativas.

⁵⁷ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 61.

⁵⁸ Utilizamos a palavra “patrono” no sentido em que o cliente, ao ditar o seu gosto ao marceneiro, não lhe permitia liberdade de acção suficiente para criar ou divergir das encomendas que lhe eram solicitadas. O autor da publicação – Chippendale – esse foi livre ao apresentar as suas propostas. Todavia, foi igualmente sujeito a aprovação, pois a obra foi impressa mediante subscrição. O cliente representa, assim, a única autoridade nesta cadeia de dois pólos.

⁵⁹ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 62.

⁶⁰ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 62.

5. 1. 2. 2. – A obra de George Hepplewhite e outras publicações inglesas de Artes Decorativas e arquitectura

O “*Palladio Portuguez que anuncia os novos descobrimentos estrangeiros das Artes, e Manufacturas*”⁶¹, publicado em Lisboa em 1796, enunciava os “*melhores livros, e mais modernos, que se tem impresso em Inglaterra pertencentes a arquitectura, decorações, ornatos de casas, assim da cidade, como do campo; assim nobres, como rústicas, cujo conhecimento interessa não só aos nossos architectos, mestres, administradores de obras publicas, e aos que trabalham em madeiras como Carpinteiros, Marceneiros, Ensambladores, etc*”. Tratava-se de uma publicação que condensava e difundia as ideias de arquitectura e Artes Decorativas inglesas, i.e., o respectivo programa decorativo de finais do século XVIII.

Anunciava-se, com grande minúcia⁶², a venda do livro “*The Cabinet-Maker and Upholsterer Guide*”, da autoria do “cabinet-maker” George Hepplewhite, falecido em 1786⁶³. Esta data é de suma importância para a avaliação da influência que as Artes Decorativas portuguesas de finais do século XVIII sofreram, por via das publicações impressas de desenhos de mobiliário inglês. O legado de Hepplewhite condensa a vertente civil (“vernacular”, em inglês) das tipologias apetecidas pela burguesia citadina anglófona, conhecedora do mobiliário de exportação inglês, facto compreendido pelos desenhadores e marceneiros britânicos que impulsionavam a sua divulgação⁶⁴, pois constituíam veículo publicitário e propagandístico do seu modo de vida e dos produtos a ele associados, desenvolvidos⁶⁵ e fornecidos, aliás, por eles próprios⁶⁶.

As informações transmitidas nestas publicações revelam-se mais que meras sugestões, constituindo verdadeiros tratados de marcenaria. Com efeito, os desenhos de Hepplewhite – à seme-

⁶¹ Vd. B. P. M. P., *Reservados*. XVIII -a-112 (1) e (2).

⁶² Vd. *Palladio Portuguez*. A apresentação refere “*quase 300 diferentes desenhos de canapés, sofás, cadeiras, de vasos, pedestais, ancas d’escrever, desenhar, e jogar; de castiçais, urnas, maquinas de relógios, de livros, de cornijas, molduras para armários, espelhos, e quadros, etc. decorações (sic) de papelleiras, cómodas, toucadores, cadeiras de braços de todas as castas; da mesa conhecida pelo nome de Pembroch (sic), de tamborettes, banquinhas de costuras para senhoras; de bidetes (sic), de caixas de serviço de todas as sortes; de toda a qualidade de ornatos de camas, de diferentes leitos, de candeeiros, de desenhos de escadas, etc. E finalmente tudo quanto se pode imaginar para condecorar com gosto, e prover com cómodo, casa, quartos grandes, e pequenos. Ao mesmo tempo ensina a verdadeira proporção dos quartos, o seu preparo mais adequado, as diferentes decorações, e arranjos, etc. Tudo escolhido com melhor, e mais delicado gosto, e para cada uma das proporções se acha hum petipe exacto*”.

⁶³ Este guia, com cerca de 300 desenhos, foi uma compilação de elementos sobre a produção de marcenaria de Hepplewhite. Até à data, nada se sabe sobre a vida e obra deste marceneiro inglês.

⁶⁴ Em Inglaterra, entre 1740 e o início do século XIX, foram publicadas e reeditadas mais de uma vintena de colectâneas, ou livros, de desenhos de mobiliário civil. Não será despendioso considerar que muitas delas poderão ter chegado ao mercado português. Mathias Lock, Batty Langley, William and John Halfpenny, Henry Copland, Thomas Chippendale, William Chambers, Thomas Johnson, William Ince and John Mayhew (estes publicaram, igualmente, em França), Robert Manwaring, Robert Adam, Thomas Shearer e Thomas Sheraton. Em diversas cidades do país foram, igualmente, dadas à estampa, indicações de preços de tipologias, ou parte delas, quando executadas em séries, a praticar por patrões e empregados. No século XVIII foi, igualmente, publicado um guia de profissões denominado “*Collyer’s*”, a partir do nome do patrono de uma escola de aprendizagem técnica.

⁶⁵ Cfr. MENDES, Mariana Ribeiro Lopes Soares – *Mesas de jogo rococó e neoclássicas em Portugal (1750-1820)*. Lisboa: Scribe, 2010, pp. 75-76.

⁶⁶ Cfr. HEPPLEWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Guide*. 3ª edição. New York: Dover Publications, 1969. No prefácio refere-se que se pretende apresentar a artífices e clientes uma variedade de tipologias para a casa, nomeadamente para os que se encontram longe dos centros de onde imana a moda, i.e., Londres.

lhança, aliás, de Thomas Chippendale –, são acompanhados de petipés e descrições que, parecendo sumárias, contêm, para um oficial de marcenaria, elementos básicos para desenvolver, na sua prática oficial, tipologias e seus componentes, madeiras utilizadas no exterior e interior, em painéis, maciço ou folheado, metais utilitários e de adorno, dobradiças e colocação de fechaduras, sugestões de pintura, entalhamento, embutidos, e couros ou tecidos. A preocupação de desenhar, à escala, modelos de molduras para cimalkhas ou rodapés⁶⁷, revela a consciência de que, em cada época estilística, a construção estrutural do mobiliário está associada à escolha selectiva, e respectivo agrupamento, de linhas rectas e curvaturas. A terceira edição deste livro é completada por desenho de sala em que se define a distribuição espacial do mobiliário⁶⁸.

O livro de desenhos publicado, em 1788, por Alice Hepplewhite, sua mulher, reeditou-se em 1789 e 1794 assistindo-se, portanto, à sua divulgação coeva em Portugal. A possibilidade da marcenaria portuguesa, nesta data, ter conhecimento prévio de peças desta filiação é elevada, já que a contínua importação de mobiliário o permitiria. Todavia, um dos problemas que a historiografia inglesa discute, aquando da identificação de mobiliário de época, é a reprodução exacta de modelos sugeridos nas publicações. A natureza das gravuras era, conforme referimos acima, inspiradora para os marceneiros. Estes, imbuídos de práticas estilísticas de cariz diferente, com clientela esteticamente resistente a mudanças bruscas, teriam dificuldade em colocar em prática as novidades com todos os pormenores desenhados. A não existir qualquer recibo ou prova indicativa de que as tipologias foram efectivamente executadas⁶⁹ na época das publicações, a sua identificação epocal torna-se problemática.

Constatamos, portanto, a difusão, em tempo real, no final do século XVIII, em algumas oficinas de mobiliário civil portuguesas – senão todas –, das tendências do “English taste”. O *Palladio Portuguez* anunciava outras publicações que se dedicavam à problemática da disposição do mobiliário nas habitações⁷⁰ e respectivo ambiente decorativo que incluía “*uma collecção de chaminés, armários, escadas, janellas, mesas, camas de todas as castas. Em suma todo o mobiliário, e tudo o mais, de que precisa ter ideia o Architecto practico como Carpinteiros, Marceneiros, Entalhadores, Escultores, Canteiros, Estuqueiros, Armadores*”⁷¹. À semelhança do que acontecia na sociedade estratificada inglesa, em que os ambientes decorativos dependiam do poder económico dos seus proprietários, sugeria-se a possibilidade de se organizarem atmosferas apropriadas para casas da

⁶⁷ Cfr. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Guide*. 3ª edição. New York: Dover Publications, 1969, fig.s 121-123.

⁶⁸ Cfr. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Guide*. 3ª edição. New York: Dover Publications, 1969. Quatro paredes de uma sala e sua decoração, são representados, em duas páginas no final do livro, em “*Plan of a room, showing the proper distribution of the furniture*”.

⁶⁹ Em Inglaterra, um dos casos mais emblemáticos da possibilidade de conferir encomendas, desenhos e efectiva execução é a colecção da família de Robert Gillow, que manteve oficinas e respectivos arquivos durante três gerações. Cfr. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1730-1840*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2008, 2 vol.

⁷⁰ Vd. PALLADIO PORTUGUEZ. Refere-se a edição do “*Grunden’s Convenient ornamental Architecture*”, com o n.º. 33, que indica “*a descripção, e exposição dos trastes, ou utensílios precisos para o serviço de cada quarto, em cada hum dos edificios que menciona*”.

⁷¹ Vd. *Palladio Portuguez*. Publicação registada com o n.º 38, nomeada “*The Builder General Assitant*”. O anúncio termina referindo que “*é uma compilação mui escolhida das melhores, e mais modernas obras Inglesas, sobre a arquitectura, decoração, e mobiliário*”.

cidade, ou para as habitações desprovidas da sofisticação da moda ⁷². Em Portugal, à data, já existia um ambiente sócio-económico para que “o indivíduo [conquistasse] um espaço vital, que pode[ria] ser povoado de coisas pessoais, móveis variados, ornamentos e peças decorativas” ⁷³.

Relativamente à arquitectura, duas obras de representantes da corrente neoclássica inglesa estão mencionadas. Uma delas é de William Chambers (1723-1796) ⁷⁴, que se preocupou também com desenho de mobiliário chinês ⁷⁵, contemporâneo do escocês Robert Adam ⁷⁶, referência maior do neoclassicismo. Outra é John Soane (1753-1837) ⁷⁷. Estes arquitectos viajaram pela Europa, fazendo o “Grand Tour” ⁷⁸, assimilando as influências formais e decorativas da antiguidade clássica, transportando-as para a edificação em Inglaterra. As suas publicações teórico-práticas foram difundidas, de modo consistente, a partir do país de origem e algumas traduzidas para francês⁷⁹, indicando o propósito de divulgação para mercados diversificados.

É, igualmente, referido livro de William Pain (c. 1730-1790); *The Builder's Pocket-Treasure*, editado em 1793, divulgava as ideias de Andrea Palladio, existindo um exemplar na Biblioteca Pública Municipal do Porto, exibindo menção manuscrita do seu possuidor: “Comprado em 5 de 8^{bro} de 1804 // por 1\$440 || A. Pinto”. À semelhança de publicações de outras origens, e com conteúdos diversos, nomeadamente a posse, por Frei José de Santo António Vilaça, de livro de Jacques-François Blondel ⁸⁰, a produção inglesa de literatura sobre arquitectura civil e manufacturas de feição neoclássica estava, portanto, presente em Portugal.

⁷² O n.º 62 tem por título “*Ideas for rustic furniture*”. Este adjectivo pretende caracterizar mobiliário simples e utilitário. Cfr. The Oxford English Dictionary. In www.oxforddictionaries.com (6/12/2012; 15h).

⁷³ Cfr. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 44.

⁷⁴ É de sua autoria “Somerset House”, em Londres, bem como de construções “da moda” para os jardins de Kew, que esta publicação portuguesa, aliás, refere.

⁷⁵ Cfr. CHAMBERS, William - *Desseins des edifices, meubles, habits, machines, et ustenciles (sic) des Chinois*. Gravés sur les originaux dessinés à la Chine. London: J. Haberkorn, 1757. In <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/DLDecArts.ChambersDesseins> (10/6/2008; 00H20). Nas gravuras 10, 11 e 13 representam-se cadeiras, mesas e ambientes decorativos orientais.

⁷⁶ A publicação de referência das ideias deste arquitecto foi concebida em parceria com um dos seus irmãos. Cfr. *The Works in Architecture of Robert and James Adam*. New York: Dover Publications, 1980. Os irmãos Adam, escoceses de origem, deram seguimento ao estúdio de seu pai, arquitecto famoso, à época. Enquanto James dirigia o escritório, chegando a ser agente das compras de objectos de colecção para o rei Jorge III, Robert foi o responsável pelo desenvolvimento e aplicação prática das ideias neoclássicas em Inglaterra. Robert Adam fez a ponte estilística entre o rococó e as linhas rectas. Da sua mão saíram projectos de arquitectura e decoração, pensados em conjunto, em que a cor dos ambientes tinha um papel fundamental. Mobiliário foi adaptado a divisões e espaços menos imponentes, separando as zonas de serviço das de convívio familiar e mundano, uma das suas marcas estilísticas. Incrementou a autonomia da sala de jantar, enquanto espaço aberto às visitas da casa. Desenhou elementos de metal para aplicação na construção civil e mobiliário, ainda hoje utilizados. Modelos dos seus estuques foram exportados para as colónias americanas.

⁷⁷ A sua obra apresenta feição neoclássica similar.

⁷⁸ Este termo é utilizado para designar as viagens pela Europa, dos membros da nobreza e de classes emergentes em busca de conhecimento das matrizes culturais europeias.

⁷⁹ Vd. PALLADIO PORTUGUEZ. Por exemplo, a “*ponte de Elak friar's (sic) em Londres*” é apresentada em “*7 grandes estampas, e explicações em Fancês, e Inglês*”.

⁸⁰ Edição francesa, datada de 1737, de obra Blondel, assinada por Frei António Vilaça, um dos maiores riscadores e entalhadores do barroco religioso português, foi revelada por SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972. Essa obra encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

5. 2. – Matrizes da estética portuguesa rococó e neoclássica

Ao longo do século foi-se definindo, em Lisboa ou na província ⁸¹, a exigência de peças consentâneas com o modo de vida que ia evoluindo em casas sobradadas, ou nas parcas “casas nobres” do Porto, “de proporções modestas” ⁸², cujos modelos eram replicados por elementos da burguesia em ascensão na escala social. Estes investiam, preferentemente, nas fachadas ⁸³, que concediam a necessária nobreza aos seus donos, quando estes a não podiam ostentar ⁸⁴. O interior, pouco estruturado em termos de especialização de vivência doméstica ⁸⁵, sobretudo nos primeiros setenta e cinco anos do século, não era alvo de cuidados especiais, sendo relativamente parco em mobiliário e conforto ⁸⁶. Contudo, não há indícios claros dos recheios das habitações portuenses dada a inexistência de inventários orfanológicos setecentistas.

Para os “grupos intermédios”, os que “não deixava[m] de trabalhar para manter o seu estatuto social” ⁸⁷, tentando emular os gostos dos fidalgos, o recheio de peças de carácter funcional e/ou decorativo não era cometimento prioritário ⁸⁸. Não obstante, este existia, afirmando-se os elementos de sociabilidade que complementavam o estilo de vida dos grupos que estavam mais permeáveis ao convívio cidadão ⁸⁹ ou nos que necessitavam de “conferir visibilidade às qualidades e merecimentos” da sua casa ⁹⁰.

A casa de Vandoma, na “freguesia da Santa Sé Catedral” do Porto, poderá ter sido uma dessas ocorrências e os respectivos “bens móveis e trastes” estão descritos em documento de “paga e

⁸¹ Vd. AMORIM, Inês – *Aveiro e sua Provedoria no sec. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*. Dissertação de Doutoramento apresentada em 1996 à Faculdade de Letras do Porto, na área de História Moderna. Coimbra: CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997, p. 129. Estas casas existiam mas eram poucas. A autora refere a existência, na cidade de Aveiro, de quatro casas nobres, sendo, uma delas, do duque de Aveiro, no Largo das Carmelitas.

⁸² Vd. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A casa nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo. Separata da Revista *Poligrafia*, nº 4, 1995. Publicação do Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, pp. 25-26.

⁸³ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário nas casas das elites lisboetas nos finais do Antigo regime*. Dissertação de mestrado em História de Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007, p. 49.

⁸⁴ Vd. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A casa nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo. Separata da Revista *Poligrafia*, nº 4, 1995. Publicação do Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, p. 26.

⁸⁵ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 116. Segundo o autor, o mesmo não aconteceria em Lisboa, já que, na capital, as “casas ricas [possuiriam] elevado grau de especialização funcional”.

⁸⁶ Vd. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A casa nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo. Separata da Revista *Poligrafia*, nº 4, 1995. Publicação do Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, p. 53.

⁸⁷ Vd. OLIVAL, Fernanda – Os lugares e os espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 244.

⁸⁸ Vd. OLIVAL, Fernanda – Os lugares e os espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, fig. 5, pp. 261-262.

⁸⁹ Vd. FRANCO, Carlos – Os salões das elites na Lisboa dos finais do Antigo Regime. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, p. 118.

⁹⁰ Vd. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As grandes casas. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 202.

quitação” de tornas datado de 1784 ⁹¹. Nesse testemunho encontram-se enumeradas as peças que integraram o resgate que D. Ana de Noronha Leme Cernache, viúva de Vicente de Noronha Leme Cernache, “moço fidalgo da casa de Sua Magestade Fidelíssima”, concede a sua filha D. Ana Rosa de Noronha Leme Cernache, provenientes de diversas propriedades. Entre elas detectam-se um “fogão” acompanhado por “duas mesas de jogo” e doze cadeiras ⁹², “um tremó com um caixilho”, além de “setenta figuras de louça” e “quatro leões”, revelando algumas tipologias essenciais ao modo de vida moderno, bem como o coleccionismo que abundava nas decorações setecentistas. Múltiplos candeeiros de cristal, tapeçarias ou “alcatifas antigas”, estas em número de dez, bandine-las e quadros, assinalam o luxo dos ambientes. “Seis santuários de santos de cera” indicam o culto religioso da sociedade portuense.

Todavia, a estética portuguesa do mobiliário civil da segunda metade de Setecentos percorreu uma duplicidade de caminhos, que nos parecem ter sido palmilhados em paralelo, em função de diferentes dimensões de gosto e das respectivas condicionantes sócio-políticas. Tentaremos analisá-las, de seguida.

5. 2. 1. - O gosto francês na corte portuguesa

Na capital do reino, a corte elegia o gosto francês, encontrando-se, por exemplo, em 1785, entre os clientes dos “Darnault Frères” ⁹³, um dos “marchands-merciers” que corporizavam a actividade de difusão do gosto gaulês aos nobres europeus. Nota de remessa, para Lisboa, de encomenda de mesas de “toilette” luxuosas, em madeira de mogno, acompanhadas de peças em prata e cristal constituem prova da atenção que a moda francesa obtinha em Lisboa. As tipologias chegaram desmontadas, o que facilitou o transporte em caixas tão requintadas como as próprias peças, e que constituía, aliás, norma ⁹⁴. “Duas bancas de toucador, e duas colaterais” (“deux tables dites Portillon”), estas capeadas em “bois de rose” com aplicação de bronzes decorados com motivos de pérolas e ovados perlados, foram pagas em Fevereiro desse ano, em Paris, pelo embaixador “le conte de Sousa”, talvez D. Vicente de Sousa Coutinho ⁹⁵, a esses “marchands-merciers” parisienses que, segundo cabeçalho do recibo, forneciam o rei francês “en ses menus plaisirs”, i.e., em objectos da moda, rubrica que incluía porcelanas e lustres ⁹⁶. As peças destinavam-se aos aposentos da Real Barraca da Ajuda e a D. Maria I e eram, com probabilidade, tipologias “courantes”, i.e., para serem exibidas nas salas como peças de aparato. Como veremos, esta era uma opção decorativa dos

⁹¹ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – A casa nobre no porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo. Separata de *Revista Poligrafia*, nº. 4, 1995. Publicação do Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão, pp. 25-54.

⁹² Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – A casa nobre no porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo. Separata de *Revista Poligrafia*, nº. 4, 1995. Publicação do Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão, p. 53. As cadeiras não têm assentos.

⁹³ Vd. VALENTE, Adelina – Técnicas e materiais em recibo e memória descritiva de Darnault Frères: uma encomenda de mobiliário da corte portuguesa (1785). *Revista de Artes Decorativas*, nº. 2 (2008), pp. 205-216.

⁹⁴ Vd. WILSON, Gillian – A clock, a coffer, and their covers. *Furniture History*, vol. XLIII, 2007, pp. 237-243.

⁹⁵ Vd. BASTOS, Celina – A Real Barraca no sítio de Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos para o seu estudo. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 1 (2007), p. 196.

⁹⁶ Vd. VALENTE, Adelina – Técnicas e materiais em recibo e memória descritiva de Darnault Frères: uma encomenda de mobiliário da corte portuguesa (1785). *Revista de Artes Decorativas*, nº. 2 (2008), p. 211.

ambientes opulentos.

Os recibos descritivos das peças enviadas para Lisboa fornecem elementos técnicos que permitem descodificar a sua essência estrutural e decorativa, mas são omissos quanto a características estilísticas. A preocupação do agente da corte junto dos fornecedores, no caso o embaixador português, era que as peças preenchessem todos os requisitos da moda, i.e., que se adequassem às preferências da corte francesa, farol do gosto da corte portuguesa. A descrição nos recibos permite uma identificação ponderada com peças que o “menuisier” Roubo expõe na sua obra⁹⁷, nomeadamente “table de toilette” e “table de nuit”⁹⁸. Os marceneiros da corte portuguesa poderiam, por esta via, observar peças de aparato inusitadas e assimilar desenvolvimentos estilísticos, que poderiam utilizar em futuras obras, demonstrando competência e mestria. Eventualmente ser-lhes-ia solicitada algum trabalho específico para condizer com conjuntos que vinham de fora, como peças entalhadas. Para tal necessitavam de ser considerados habilitados, leia-se, tecnicamente capazes e, não menos importante, conhecedores da moda internacional⁹⁹.

As tipologias que lhes seriam solicitadas, nelas incluídas as de feição religiosa, compaginariam esses conhecimentos, dando lugar a “espaço[s] de requintado sabor palaciano”¹⁰⁰. Veja-se, a título de exemplo, o sacrário da Basílica da Estrela, executado em 1784 por José de Abreu do Ó (1740-1728), entalhador, e, provavelmente, riscador ou arquitecto, que trabalhou na casa real ao tempo de D. Maria I. Essa peça para utilização do culto simula uma construção arquitectónica de pequenas dimensões, de inspiração neoclássica, podendo ser aproximado do desenho de “um templo antigo”¹⁰¹, datado de 1747, do pintor francês Louis-Joseph Le Lorrain (1715-1759) que, na esteira de experiências de outras figuras epocais, explorou o “gosto grego” a partir das pinturas “de história”¹⁰². Outra figuração do mesmo autor, intitulada “Capricho arquitectónico”, um óleo sobre tela pintado cerca de 1748, representa uma construção fantasiosa de um templo circular cuja abóbada se apoia em múltiplos sustentáculos, configurando “uma espécie de hino à coluna”¹⁰³. José de Abreu do Ó demonstra, na execução do sacrário, conhecimentos desta linguagem neoclássica no que respeita aos elementos arquitectónicos, replicando uma cimalha denticulada, a decoração das meias canas, os medalhões e as colunas envolvendo a caixa do sacrário¹⁰⁴. Numa atitude de liberdade

⁹⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Técnicas e materiais em recibo e memória descritiva de Darnault Frères: uma encomenda de mobiliário da corte portuguesa (1785). *Revista de Artes Decorativas*, n.º 2 (2008), pp. 208-209.

⁹⁸ ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en meubles. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, pp. 739-740 e fig. 266.

⁹⁹ Vd. BASTOS, Celina – A Real Barraca no sítio de Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos para o seu estudo. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 1 (2007), pp. 201 e 213.

¹⁰⁰ Vd. SALDANHA, Sandra Costa – Entalhadores e carpinteiros, concorrentes e parceiros – o mobiliário religioso da Basílica da Estrela. In *Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, p. 48.

¹⁰¹ Vd. ROCHEBRUNE, Marie-Laure de – O gosto “à grega” ou a primeira fase do Neoclassicismo francês. In *O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 18.

¹⁰² Vd. DROGUET, Vincent – Existe um gosto “à grega” na pintura? In *O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 55.

¹⁰³ Vd. DROGUET, Vincent – Existe um gosto “à grega” na pintura? In *O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 54.

¹⁰⁴ Não podemos deixar de referir, de igual modo, que o arquitecto inglês Robert Adam desenhou, em 1780, edifícios de estética similar, tal como a “Garden House” ou o “Temple of Pan”, ambos localizados no recinto da casa de Osterley Park, perto de Londres. A função destes edifícios era a de criar espaços de entretenimento para os hóspedes da casa,

formal e estilística, transpôs os conhecimentos resultantes do seu envolvimento na construção da Basílica, bem como nas obras pictóricas dos ambientes da corte, transferindo, de modo penetrante, os gostos que aí imperavam para uma tipologia central da função litúrgica.

5. 2. 2. – O gosto nas cidades portuárias

A marcenaria das cidades de La Rochelle, Nantes e Bordéus, já referidas, vivia de uma clientela local composta de mercadores enriquecidos com as trocas comerciais prósperas com os domínios, solicitando mobiliário ao gosto dos seus contemporâneos da capital mas preferindo a madeira maciça vinda das colónias ¹⁰⁵. Note-se que estas cidades eram entrepostos desta matéria-prima, que daqui seguia para outros centros de marcenaria, nomeadamente Paris ¹⁰⁶.

O mobiliário executado nesses burgos costeiros é designado por “meubles de port” (móveis executados nas cidades portuárias, ou “móveis de porto”), distinguindo-se pela sua “estrutura sólida, eficaz, linha sóbrias e de decoração simples” ¹⁰⁷ e revelam, em geral, uma diferença temporal significativa relativamente às suas inspirações parisienses ¹⁰⁸. Algumas técnicas decorativas eram adaptadas, nomeadamente as de embutir, substituindo a marqueteria, mesclando as cores das madeiras nas superfícies, à semelhança do refinamento dos jogos de folheados da capital. O entalhamento era, de igual modo, utilizado, interpretando de modo local e peculiar, as soluções decorativas dos centros irradiadores da moda trazidos pelos oficiais que não tinham lugar na respectiva cadeia de trabalho da área da capital.

À semelhança destes burgos europeus, também nas cidades portuárias de Boston, Nova Iorque ou Filadélfia, no continente americano do Norte, existiam nichos de fabricantes de mobiliário, vendendo as peças executadas a mercadores ou funcionários do governo, uma nova classe que pretendia conforto bem como ostentação do seu refinamento social ¹⁰⁹. Eram preferidas, no final do século XVIII, as madeiras coloniais com espessura relevante, e existiam algumas incongruências construtivas relativamente aos modelos europeus. O uso de cavilhas para prender o tampo directamente às ilhargas, por exemplo, foi comum e a utilização de elementos já em desuso em Inglaterra – os pés de garra em cómodas de frente curva, por exemplo –, são características locais em Connecticut, na costa Leste dos Estados Unidos da América ¹¹⁰.

Estas opções estéticas e técnicas obrigam-nos a reflectir sobre as preferências em Portugal, nomeadamente entre os riscadores e marceneiros que não frequentavam a corte e viviam nas cidades do litoral, ou os que, conhecendo o trabalho que aí estava na moda, o poderiam tentar replicar

apreciando colecção de plantas ou a vista sobre a vasta propriedade.

¹⁰⁵ Vd. CHAUSSAT, Florence et Dominique – *Les meubles de port Rochelais*. La Rochelle : Être et Connaître, 2000, p. 7.

¹⁰⁶ Vd. CHAUSSAT, Florence et Dominique – *Les meubles de port Rochelais*. La Rochelle : Être et Connaître, 2000, p. 7.

¹⁰⁷ Vd. CHAUSSAT, Florence et Dominique – *Les meubles de port Rochelais*. La Rochelle : Être et Connaître, 2000, pp. 9-10.

¹⁰⁸ Vd. CHAUSSAT, Florence et Dominique – *Les meubles de port Rochelais*. La Rochelle : Être et Connaître, 2000, p. 10.

¹⁰⁹ Vd. JAFFEE, David – Sideboards Side Chairs, and globes: changing modes of furnishing provincial culture in the Early Republic, 1790-1820. In GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, editors. *Furnishing the Eighteenth Century. What furniture can tell us about the European and American past*. Edited by. New York: Routledge, 2007, p. 82.

¹¹⁰ Vd. JAFFEE, David – Sideboards Side Chairs, and globes: changing modes of furnishing provincial culture in the Early Republic, 1790-1820. In GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, editors. *Furnishing the Eighteenth Century. What furniture can tell us about the European and American past*. Edited by. New York: Routledge, 2007, pp. 85-86.

nas suas oficinas para as classes em ascensão social, utilizando a matéria-prima que lhes chegava das colónias – os lenhos exóticos da moda.

A escolha do entalhamento como decoração primordial relativamente à utilização de bronzes, por exemplo, que exigiam técnicas de fundição complexas, em que todos os elementos tinham, necessariamente, de se reportar, evidencia uma escolha por determinada expressão plástica que, a montante, não possuía abastecimento desses fornecedores especializados. Do mesmo modo, a opção pela técnica de embutir em detrimento da marquetaria, se bem que exigindo perfeição na minúcia de recortes e incrustação no material lenhoso, revela o primado dos marceneiros de obra maciça. Para lá do virtuosismo específico exigido, denuncia, no limite, poupança de matéria-prima específica, como o violete, o pau-rosa ou mesmo o buxo que, em razão dos seus troncos de dimensão diminuta, poderiam rarear no mercado madeireiro.

No nosso trabalho de campo, deparámo-nos com tipologias portuguesas que se podem incorporar neste gosto específico, revelando a abundância de lenhos que permitia a execução de tipologias maciças. Esta utilização, sem restrições, da matéria-prima, denuncia a conotação ostentatória que o material poderia propiciar, num movimento que envolveu clientes e artífices. A adesão, no final do século, a linhas e a ornamentação neoclássica que já eram, há décadas, rotina nos centros difusores da moda, nomeadamente em Inglaterra, aplicadas a formas rococó já em desuso, deu lugar a uma produção de mobiliário civil cuja linguagem era diversa do perímetro que ditava a moda ¹¹¹.

A construção de uma identidade nas Artes Decorativas, no caso, o mobiliário, resultou, assim, de uma série de condicionantes que envolveram não só o funcionamento dos ofícios, mas dependeram, de igual modo, do abastecimento de matérias-primas específicas e da adesão da clientela à sua utilização, bem como das circunstâncias políticas e económicas que ditavam a existência de profissionais com qualificações adaptadas ao seu manuseamento, diversas das tecnologias dos centros afirmadamente vanguardistas.

5. 2. 3. – Programas decorativos rococó e neoclássicos em casas setecentistas portuenses

Existem indícios de que o Porto, na zona da Rua das Flores e de S. João Novo, a decoração de residências era cuidada e seguia o ditame da moda rococó de matriz continental europeia. Existiram armários-copeiros embutidos em recessos de salas estruturadas para o efeito, e eram luminosos, ostentando uma organização espacial que não se limitava ao jogo da conjugação de tipologias no espaço aberto das salas. Apresentamos uma composição que hoje se encontra em local completamente diverso do original (fig.s 5:24, 5:25, 5:26, 5:27, 5:28 e 5:29), sendo similar a, pelo menos,

¹¹¹ JAFFEE, David – Sideboards Side Chairs, and globes: changing modes of furnishing provincial culture in the Early Republic, 1790-1820. In GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, editors. *Furnishing the Eighteenth Century. What furniture can tell us about the European and American past*. Edited by. New York: Routledge, 2007, pp. 92-93. O autor refere que a produção “vernacular” dos espaços geográficos fora do perímetro da moda – juntamente com a presença de tradições profundas locais –, nasce do trabalho de artífices sem o conhecimento das gramáticas que enformam cada momento estilístico.

outros quatro que existiam nas duas ruas da cidade ¹¹², centros nevrálgicos de negócios e obras piedosas, perto da zona portuária.

No exterior, duas portas apresentam dezasseis vidros na zona superior e almofadas na inferior, em madeira pintada de branco – que nos parecem ser de época – e escondem o interior. Dentro espera-nos um ambiente feérico de cores pastel, pontuado por rosa, amarelo e um tom esverdeado, podendo este já não corresponder ao original.

O âmago do copeiro encontra-se dividido em dois segmentos. Uma pintura em “trompe l’oeil”, simulando colunas e entablatura no espaço superior, consente profundidade ao ambiente e encima um corpo fechado por portas, decorado com centros ovalados em que figuras meneantes com ares orientais, “consideradas de bom gosto” ¹¹³ pela estética rococó, estão em poses de bailado. A matriz estética desta decoração pictórica pode filiar-se nas propostas de pintores setecentistas como Alexis Peyrotte (1699-1769) ¹¹⁴ ou de Jean-Antoine Watteau (1684-1721), que desenvolveu “pinturas decorativas” em que a sugestão principal é a delicadeza da representação humana em ambientes de linhas curvas ¹¹⁵. Um outro artista, Jean-Siméon Rousseau de la Rottière, desenvolveu projectos de gosto similar, nomeadamente para o “Grand cabinet intérieur” de Maria Antonieta, cerca de 1783, onde esboçou figuras que dedilham viola e dançam ¹¹⁶. Parece-nos importante, no entanto, considerar a presença no Porto de Jean-Baptiste Pillement, por um período breve no ano de 1782, no âmbito da sua permanência em Portugal entre 1780 e 1786 ¹¹⁷. Terá a sua peculiar pintura de motivos chineses ditado influência em algum artista local, que a transportou para este copeiro? Terá, este trabalho, saído das suas próprias mãos?

A estrutura interior deste copeiro evoca as formas “bombées” e gordas do mobiliário rococó de gosto centro-europeu. Molduras fortes acompanham os encurvamentos, como que ampliando a movimentação pintada das figuras bailantes. Por outro lado, os motivos pictóricos associam pássaros, grinaldas e vasos com flores, criando centros nos diversos segmentos. No tecto está pintado um *putto* que coroa toda a tipologia.

Outra referência internacional se detecta na estrutura cenográfica deste copeiro, aparentada com as pinturas de algumas igrejas da Alta Baviera, na Alemanha ¹¹⁸, onde a ornamentação se confundia com linhas arquitectónicas ondulantes. Por outro lado, em França, Jacques de Lajoüe

¹¹² Esta informação foi-nos facultada pelos colecionadores particulares a quem pertence o presente armário-copeiro. Um deles terá, na década 70 de 1900, rumado à Alemanha.

¹¹³ Vd. FUHRING, Peter - Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, cat. n.º. 64, p. 183.

¹¹⁴ Vd. FUHRING, Peter - Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, cat. n.º. 64 e 65, pp. 182-185.

¹¹⁵ Vd. HYDE, Melissa Lee – Rococo Redux. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, fig. 1, pp. 12 e 14.

¹¹⁶ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, cat. n.º. 111, pp. 290-291.

¹¹⁷ Vd. MOTA, Álvaro Samuel Guimarães da – *Gravuras de “chinoiserie” de Jean-Baptiste Pillement*. Dissertação de mestrado de História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1997, vol. 1, p. 8.

¹¹⁸ Vd. CONTI, Flavio – *Como reconhecer el arte Rococó*. Barcelona: Editorial y Técnica, S.A., 1978, p. 5.



Figura 5:24
Portas exteriores do armário-copeiro.



Figura 5:25
Armário copeiro aberto.



Figura 5:26
Pormenor da balaustrada do armário-copeiro.

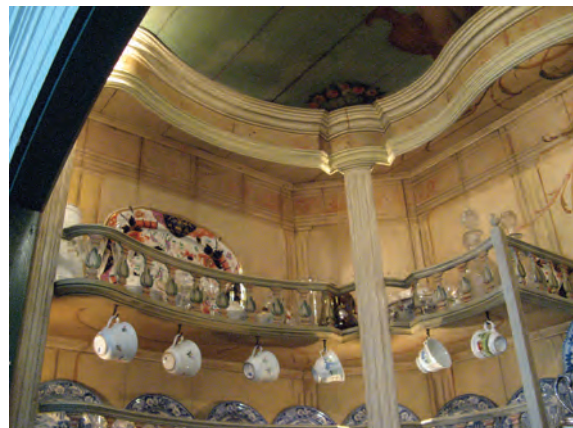


Figura 5:27
Pormenor de um dos cantos do armário-copeiro.



Figura 5:28
Corpo inferior do armário-copeiro.



Figura 5:29
Pintura do tecto do armário-copeiro.

(1687-1761), na esteira de Meissonnier, apresentou soluções em que a perspectiva dominava cenários complexos com mais do que um ponto de fuga – a perspectiva “*de sotto in su*”, destinadas à decoração de proscénios, mas que também se adaptavam, por exemplo, à decoração de tampas de pequenas caixas de jóias ¹¹⁹.

No Portugal de Setecentos, a produção teatral e a cenografia de ambientes ¹²⁰ foram objecto de projectos que privilegiaram a tridimensionalidade pictórica. Entre alguns dos seus autores estão a família de arquitectos bolonheses Galli-Bibiena, que viveram em Portugal longas décadas. No reinado de D. José I, Giovanni Carlo Bibiena desenhou o Teatro Régio do Paço da Ribeira, ou Ópera do Tejo, inaugurada em Lisboa em Abril de 1755 e destruída pelo terramoto desse ano, bem como a “Real Barraca”, construção iniciada em 1756, no Alto da Ajuda ¹²¹. Também no teatro de Salvaterra de Magos – de plausível criação do mesmo Bibiena ¹²² –, se apresentaram produções operáticas cujos cenários tiveram a sua autoria ¹²³ e que se encontram documentadas no Museu Nacional de Arte Antiga. A presença de Giovanni Carlo Bibiena, que faleceu em 1790 em Portugal, deve ter deixado rasto, de que o copeiro portuense pode ser eventual sinal. A concepção estrutural e decorativa desta tipologia utiliza a “perspectiva *per angolo*” desenvolvendo ambientes “sinuosos e envolventes, articulando ornamentação fantasiosa e movimento” ¹²⁴, opção estética que ostenta arcos em curvas e contracurvas, delimitados na orla por balaústres, apoiados em duas colunas que demarcam o espaço cénico central. Este apresenta, por sua vez, um pequeno nicho aberto, pintado com medalhão em que uma figura feminina esvoaça sob um coroaamento de pavilhão chinês. Toda a estrutura se assemelha aos camarotes laterais de um teatro, tal como é perceptível, por exemplo, em desenhos do corte longitudinal do Teatro de Nancy, construído entre 1708 e 1709, e desenhado por Francisco Bibiena ¹²⁵.

Não possuímos elementos que permitam enquadrar historicamente este armário-copeiro, mas ele aponta, de modo evidente, para vivências setecentistas aderentes a ambientes rococó com influências italianas e de outros centros radiantes da Europa, bem como para artistas e artífices tecnicamente habilitados para a sua concretização. Verificou-se, no presente caso, total adesão a uma estética específica por parte de clientes com acesso a informação de carácter internacional, ao invés da adequação de gostos forasteiros ao sentir local.

Outro sinal de que a decoração foi pensada como um todo programático regista-se numa das artérias portuenses rasgadas na segunda metade de Setecentos, a rua do Almada. Aí existe um

¹¹⁹ Vd. DIVIDSON, Gail S. – Ornament of Bizarre Imagination. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*, p. 49 e fig. 16, p. 51.

¹²⁰ Vd. BEAUMONT, Maria Alice – Stage Sets by the Bibienas in the Museu Nacional de Arte Antiga, Lisbon. *Apollo*, April 1973, p. 408.

¹²¹ Vd. BASTOS, Celina – A Real Barraca no sítio de Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos para o seu estudo. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 1 (2007), p. 193.

¹²² Vd. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José. Na sombra de Pombal*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008, p. 268.

¹²³ Vd. BEAUMONT, Maria Alice – Stage Sets by the Bibienas in the Museu Nacional de Arte Antiga, Lisbon. *Apollo*, April 1973, p. 410.

¹²⁴ Vd. BEAUMONT, Maria Alice – Stage Sets by the Bibienas in the Museu Nacional de Arte Antiga, Lisbon. *Apollo*, April 1973, pp. 410-412. Em inglês a frase é “the architecture is flowing and all-enveloping, articulate but heavily charged with delicate and elegant decoration making it full of fantasy and movement”.

¹²⁵ Vd. BEAUMONT, Maria Alice – Stage Sets by the Bibienas in the Museu Nacional de Arte Antiga, Lisbon. *Apollo*, April 1973, p. 410.

edifício, outrora de habitação, que ainda conserva, se bem que muitíssimo degradada, estrutura semelhante ao anterior copeiro. Reproduzimos o que dele resta nas (fig.s 5:30, 5:31 e 5:32). Não restam vestígios de qualquer decoração ou pintura epocal, mas tão-somente a lembrança da sua estrutura original. Na sala que o alberga pode ainda ver-se o tecto estucado setecentista (fig.s 5:33 e 5:34), trabalho de pouca espessura, com enrolamentos finíssimos e figuras de cariz clássico inseridos em reservas, à semelhança do que de mais moderno se consubstanciava, por exemplo, nos aposentos mais recolhidos dos olhos públicos do palácio de Queluz, que ostentavam, nos anos 50 de 1700, decoração comparável ¹²⁶.

Vislumbra-se, no interior deste prédio portuense, um revestimento original das paredes, a saber, papel entretelado com motivos ornamentais (fig.s 5:35 e 5:36), de provável procedência oriental¹²⁷, que faz a ligação aos elementos que emolduram a área central do tecto (fig.s 5:37 e 5:38). Estes desenhos recordam-nos o papel de parede originário do Oriente, comercializado e utilizado pelos decoradores ingleses em Temple Newsan House, perto da capital britânica, representando actividades oficinais ¹²⁸, ou os motivos florais dos têxteis chineses utilizados quer em leitos ¹²⁹ ou em roupa de senhora ¹³⁰ do acevo do Museu Victoria & Albert, em Londres. Encontramos esses mesmos motivos em amostras de sedas setecentistas existentes no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas ¹³¹, um conjunto histórico de cerca de dez espécimes em cores lisas denominadas, por exemplo, “couleur bois” ou “violet”, ou variantes entreteladas com fios, definindo desenhos de rosas ou raminhos de cravos e silvas. Como veremos *infra*, deparamo-nos com estes elementos vegetalistas em alguns trabalhos embutidos ou de marqueteria do mobiliário português da segunda metade de Setecentos,



Figura 5:30
Sala de um prédio da rua do Almada, no Porto.
Frente de um armário-copeiro.



Figura 5:31
Interior de um armário-copeiro.



Figura 5:32
Pormenor do armário-copeiro.

¹²⁶ Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa, Livros Horizonte, 1971, p. 151.

¹²⁷ Vd. BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999, p. 33.

¹²⁸ Visita guiada pelo Prof. Dr. Adam Bowett em Outubro de 2009.

¹²⁹ Vd. Victoria & Albert Museum, *Bed hanging, cca. 1775, W.70i-1916*. Visita em Maio de 2009.

¹³⁰ Vd. Victoria & Albert Museum, *Robe and petticoat, 1760-1765, T.593-1999*. Visita em Maio de 2009.

¹³¹ Vd. A. H. T. C. *Cartórios avulsos*, Caixa 83 (Cofre 14).



Figura 5:33

Pormenor do tecto do prédio da rua do Almada, no Porto.



Figura 5:34

Pormenor do tecto do prédio da rua do Almada, no Porto.



Figura 5:35

Vestígios de papel entretelado numa das paredes.



Figura 5:36

Vestígios de papel entretelado numa das paredes.



Figura 5:37

Ligação decorativa entre os elementos estucados e o papel.



Figura 5:38

Ligação decorativa entre os elementos estucados e o papel.

sinalizando a reciprocidade de comunicação entre as diferentes áreas das Artes Decorativas.

5. 3. – As opções estéticas de revestimento parietal na segunda metade de Setecentos e o mobiliário que as integrava

Outro tipo de decoração parietal de algumas salas de casas portuguesas conduz-nos a uma reflexão relativa a uma das idiossincrasias do mobiliário setecentista e sua inserção nestes ambientes decorativos. Recorrendo, por vezes, a temática simbólica ¹³², a decoração azulejar era visualmente relevante e apetecível para a nobreza portuguesa ¹³³, impondo, desde logo, organização específica das tipologias no espaço dos salões. Foi uma solução escolhida em Portugal, em concomitância com o revestimento de sedas ¹³⁴ ou com madeira, utilizada pela corte, por exemplo, em 1777¹³⁵. Esta organização espacial exigia, em geral, simetria dos elementos constituintes, relevando a existência das portas-janelas para “optimização de luz no espaço interior”, deixando pouco espaço para a aplicação do mobiliário ¹³⁶.

5. 3. 1. – O revestimento parietal de madeira e o mobiliário da corte

O revestimento com madeiras, inerente a casas opulentas, é descrito pelo “menuisier” Roubo, já que fazia parte do trabalho que os oficiais das madeiras deveriam dominar. O termo francês “menus ouvrages” define estas obras decorativas que englobavam o ensamblamento dos elementos entalhados em madeira maciça, e incluíam actividades ligadas à escultura, pintura, douramento e estofos, pressupondo colaboração estreita entre estes oficiais. A esses artífices eram exigidos conhecimentos bastantes para executar a cobertura das paredes com painéis – actividade que encontramos representada em gravuras da época ¹³⁷ (fig. 5:39) –, e cuja gramática estilística seguia os desenhos

¹³² Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), p. 90. Inventário, datado de 1751, refere, por exemplo que “as paredes [de uma sala] são pintadas com os cinco sentidos”.

¹³³ Vd. CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da – O azulejo e a encomenda no século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 5 (2011), pp. 279-283.

¹³⁴ Vd. BASTOS, Celina – A Real Barraca no sítio de Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos para o seu estudo. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 1 (2007), p. 211.

¹³⁵ Vd. BASTOS, Celina – A Real Barraca no sítio de Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos para o seu estudo. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 1 (2007), p. 210.

¹³⁶ Vd. CARNEIRO, Paula Cristina Fortuna de Oliveira Dias – *Interiores neoclássicos civis do Porto: evolução setecentista de uma estética global*. Tese de Doutoramento apresentado ao Departamento de História de Arte da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Outubro de 2010, pp. 78-81.

¹³⁷ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en Bâtiment. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.]: Martin Media SAS, 2004, figura 99. Indica-se a “Manière de poser la menuiserie”.

dos projectistas das decorações ou “decor”, como é referido internacionalmente. Eram exigidas execução e interpretação perfeitas, bem como correcção de acabamento de madeiras e estofos, estes comandados pelo “tapissier”, o oficial que superintendia os tecidos e sua aplicação geral. Tratava-se de uma decoração dispendiosa e a clientela exigia trabalho condizente com o valor que nelas investia.



Figura 5:39
Colocação de “boiseries” num salão.

Nestas decorações parietais, denominadas “boiseries”, pois tratavam-se, na sua essência, de revestimentos de madeira, estavam integradas consolas com tampo de mármore, cujo valor ultrapassava o próprio trabalho entalhado da madeira. Obra, em geral, muito complexa ¹³⁸, saía, obrigatoriamente, das mãos de escultor ¹³⁹. Do mesmo modo, os espelhos que as acompanhavam, os tremós, colocados sempre em posição frontal relativamente às janelas deveriam completar o conjunto. Estas tipologias estavam agregadas aos painéis de madeira, não sendo móveis. Faziam parte dos itens de arquitectura, encontrando-se, em França, sob a alçada dos “Bâtiments du Roi”.

¹³⁸ Vd. HUNTER-STIEBEL, Penelope – *Menuiserie: the carved wood furniture of the 18th century France*. New York: Rosenberg & Stiebel, 1986, p. 16.

¹³⁹ Vd. HUNTER-STIEBEL, Penelope – *Menuiserie: the carved wood furniture of the 18th century France*. New York: Rosenberg & Stiebel, 1986, p. 17.

5. 3. 1. 1. – O mobiliário das “boiseries” de influência francesa

Outros elementos concebidos para integrar a decoração eram os canapés sem braços, ou sofás¹⁴⁰ e cadeiras, estas com braços, largas e pesadas, marcando do modo impressionante a gramática decorativa do ambiente, não ostentando decoração nas traseiras, pois a sua colocação junto às paredes não o requeria. Era aí aplicada pintura da cor utilizada na decoração frontal das tipologias ou das paredes e os tecidos condiziam em tom e desenho ¹⁴¹.

As tipologias de assento assim concebidas não se destinavam a ser movimentadas e eram apelidadas de “meublantes” (fazendo parte do mobiliário estático). Diferiam das peças “courantes” (que se podiam mover), mais ligeiras em termos de peso, utilizando madeiras menos densas, passíveis de serem deslocadas com facilidade para zonas dos salões mais convenientes aquando de reuniões sociais ¹⁴². Neste grupo incluíam-se algumas peças funcionais, tais como os múltiplos guarda-fogos ou guarda-ventos, que se distinguiam pela sua altura, aqueles mais baixos e largos, os segundos mais altos para tapar as correntes de ar das salas, tendo sempre ligação decorativa às cadeiras por via do acabamento da madeira ou do material utilizado nas suas molduras ¹⁴³.



Figura 5:40
Uma tipologia “courante” francesa.

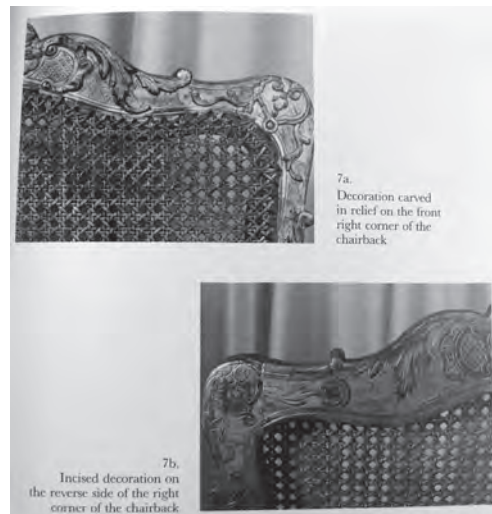


Figura 5:40A
Decoração da frente e rectaguarda de uma tipologia
“courante” francesa.

¹⁴⁰ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, cat. n.º 79, pp. 220-221. Outro plano de cerca de dez anos mais tarde, este de Richard de Lalonde, regista esta situação.

¹⁴¹ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, cat. n.º 106, pp. 274-275. Veja-se, por exemplo, “projecto para a decoração de um salão”, da autoria de Pierre Ranson, datado de cerca 1770-1775.

¹⁴² Vd. HUNTER-STIEBEL, Penelope – *Menuiserie: the carved wood furniture of the 18th century France*. New York: Rosenberg & Stiebel, 1986, p. 26.

¹⁴³ Vd. HUNTER-STIEBEL, Penelope – *Menuiserie: the carved wood furniture of the 18th century France*. New York: Rosenberg & Stiebel, 1986, p. 49.

As tipologias “courantes” (fig. 5:40) deveriam ser totalmente decoradas, como é compreensível, tanto na frente como na retaguarda (fig. 5:40A), já que eram observadas no meio das salas. As cadeiras e canapés, estofados com almofadas para maior conforto, formavam conjuntos coerentes e as decorações configuravam além de entalhamento, pintura e douramento, jogando com as opções dos apainelados das paredes ¹⁴⁴.

Os autores do “decor” eram profissionais, não raramente entalhadores ou arquitectos, conhecendo “a linguagem complexa do mobiliário” ¹⁴⁵ e tinham, neste processo, uma função determinante, pois era-lhes exigida uma visão unitária da ornamentação que envolvia os salões, no sentido da criação de ambientes harmónicos. Molduras para as colecções de pintura faziam ainda parte deste todo, pois eram essenciais para rematar as obras dos artistas pintores ¹⁴⁶. A prolixidade e singularidade dos ornatos eram, por sua vez, comandadas pela disponibilidade financeira que o cliente apresentasse.

Neste ambiente, no meio dos salões, destacavam-se peças de mobiliário mais ou menos luxuosas, consideradas pelos seus donos como novidades decorativas, que configuravam apontamentos não necessariamente coerentes, em termos visuais, com os revestimentos parietais ou com os móveis de assento “courantes”. Faziam parte dessa originalidade os contadores, que guardavam as inúmeras preciosidades colectáveis (“cabinets”), ou as secretárias e pequenas mesas que sugeriam, propositadamente, desarmonia. Por contraponto às peças que encostavam aos apainelados de madeira, nas quais se incluíam as cómodas sem decoração nas costas, aquelas exibiam finalização nos quatro lados.

As casas reais faziam questão de ostentar peças de mobiliário extravagantes, fazendo gala da sua originalidade e excentricidade. Luís XVI, por exemplo, acompanhou, durante vários anos a execução de uma secretária com um sistema de múltiplas travações ¹⁴⁷. Os artífices que acompanhavam as figuras da realeza nestes projectos faziam, deste modo, prova da sua perícia e imaginação, procurando continuar a carreira profissional concretizando outros projectos, não desdenhando ocupar as suas oficinas com tipologias mais comuns ¹⁴⁸. O seu foco era, no entanto, a “clientela de prestígio”, constituída por apreciadores de arte” ¹⁴⁹.

Os painéis decorativos nas paredes constituíram uma opção em algumas casas em Lisboa, nomeadamente entre os franceses que visitavam a corte. O marquês de Bombelles refere, nas suas memórias sobre a sua estadia na capital portuguesa no início da década de 80 de 1700, que recor-

¹⁴⁴ Vd. HUNTER-STIEBEL, Penelope – *Menuiserie: the carved wood furniture of the 18th century France*. New York: Rosenberg & Stiebel, 1986, p. 33.

¹⁴⁵ Vd. FUHRING, Peter - Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, cat. n.º. 106, pp. 274-275.

¹⁴⁶ Vd. HUNTE-STIEBEL, Penelope – *Menuiserie: the carved wood furniture of the 18th century France*. New York: Rosenberg & Stiebel, 1986, p. 20.

¹⁴⁷ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *Artes Decorativas francesas. Século XVIII. Mobiliário e relógios*. Catálogo da exposição no Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa: [s.l.], 1977, sem numeração de páginas. Informação contida no comentário à “Secretária de Cilindro, estilo Luís XVI, atribuída a Jean Henri Riesener”.

¹⁴⁸ Vd. ROCHEBRUNE, Marie-Laure de –Louis Delanois (1731-1792). Guarda-fogo. In *O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 271.

¹⁴⁹ Vd. ROCHEBRUNE, Marie-Laure de –Louis Delanois (1731-1792). Guarda-fogo. In *O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 271.

reu a “un tapissier et surtout un menuisier allemand”¹⁵⁰ para decorar o seu “appartement d’hiver” onde ofereceu um jantar, indicando que modificações efectuadas nos salões consistiram, entre outras não nomeadas, na pintura de branco de portas e janelas, além da colocação de espelhos para ampliar o espaço¹⁵¹. Por toda a Europa esta corrente europeia decorativa era replicada pelos que a poderiam ostentar. A informação de Bombelles indica mais uma vez a presença de oficiais de outras nacionalidades em Portugal.

Em exposição do Museu Nacional de Arte Antiga encontramos um desses exemplos, de matriz internacional, a saber, o revestimento de uma sala, doado pelo coleccionador Antenor Patiño¹⁵². Desenhada pelo arquitecto francês Isidor Canevale em 1769, essa cobertura parietal foi executada pelo entalhador austríaco J. G. Leithner e fez parte do acervo decorativo do palácio dos príncipes de Paar, em Viena de Áustria. Esta solução decorativa era conhecida nos meios das elites portuguesas e disso é exemplo “desenho a lápis, tinta-da-china e aguada” atribuído a Inácio de Oliveira Bernardes, pintor, arquitecto e cenógrafo (1697-1781). Trata-se de um “interior de salão” destinado à representação de uma comédia e expõe duas cadeiras sem braços, espaldar alto, estofadas, encostadas à parede¹⁵³.

5. 3. 1. 2. - As soluções inglesas de inserção do mobiliário nos revestimentos parietais

Em Inglaterra esta decoração também foi uma realidade, de que é exemplo a armação de sala do Museu Victoria & Albert, um revestimento a branco e ouro do salão de música dos duques de Norfolk¹⁵⁴. Executado entre 1748 e 1756, a sua estrutura diverge das francesas, pois não possui organização que integre qualquer tipologia nos painéis de madeira que o constituem. A composição espacial era mais versátil e o mobiliário todo amovível¹⁵⁵. Outros palácios ingleses seguiram este esquema, utilizando, por vezes, soluções decorativas parietais distintas, como o salão concebido entre 1738 e 1745 em Temple Newsam House¹⁵⁶ (fig. 5:41), cujo aparato advém das sedas aplicadas nas paredes, nas molduras enquadrando telas de pintura e mobiliário que se destaca desse enquadramento, afirmando-se enquanto elemento primordial na decoração idiossincrática da casa. Papel entretelado de procedência chinesa era também utilizado e as sedas poderiam apresentar diversas cores, à semelhança do que foi escolhido, em 1777, para a Real Bar-

¹⁵⁰ Vd. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d’un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Paris : Presses Universitaires de France, 1978, p. 197.

¹⁵¹ Vd. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d’un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Paris : Presses Universitaires de France, 1978, pp. 196-197.

¹⁵² Vd. M. N. A. A., *Boiserie*, Inv. 979 Mov.

¹⁵³ Vd. MARQUES, Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula – *Mobiliário português de aparato do século VIII. Credencias, consolas e tremós*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, vol. 3, p. 17.

¹⁵⁴ Vd. Victoria & Albert Museum, *The music room from Norfolk House, London*, Museum W.70-1938. Visita efectuada em Maio de 2009.

¹⁵⁵ Vd. SNODIN, Michael; STYLES, John – *Design and the Decorative Arts. Georgian Britain 1714-1837*. London: V&A Publications, 2004, pp. 102-103.

¹⁵⁶ Vd. SNODIN, Michael; STYLES, John – *Design and the Decorative Arts. Georgian Britain 1714-1837*. London: V&A Publications, 2004, p. 103.



Figura 5:41
Um salão de Temple Newsam House, Inglaterra.



Figura 5:42
Cena doméstica inglesa, c. 1795-1797.



Figura 5:43
Recriação de um ambiente "middling" inglês. Geffrye Museum, Londres.

raca da Ajuda ¹⁵⁷ ou, em data anterior, para residência nobre cujos bens foram arrolados em 1751¹⁵⁸, podendo mudar-se de acordo com as estações do ano.

O advento das soluções decorativas de Robert Adam e seus seguidores desenvolveram uma integração do mobiliário na arquitectura com um cariz diverso, privilegiando soluções que envolviam pintura nos tectos e paredes, produzindo um cadinho que permitia expressões variadas. As técnicas de folheado de mogno com "rosewood", marqueteria, dourado e pintura ganharam lugar de destaque ¹⁵⁹, se bem que coexistindo com o entalhamento. Este facto resultou das colaborações de Adam com Chippendale ou Hepplewhite, entre outros, reconhecendo aos "cabinet-makers" a capacidade de ousar aliar o potencial decorativo da matéria-prima às novas soluções formais.

¹⁵⁷ Vd. BASTOS, Celina – A Real Barraca no sítio de Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos para o seu estudo. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 1 (2007), pp. 196-197, 208 e 211.

¹⁵⁸ Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), p. 90. Refere-se que a "2ª casa tem nas paredes 5 panos de veludo entrefino com sanefas por cima de tapis de França em matizes". Não são, portanto, tapeçarias ostentatórias e temáticas.

¹⁵⁹ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 21.

5. 3. 2. – As opções decorativas das classes emergentes ou dos grupos intermédios

Outro patamar decorativo se detecta em Inglaterra, desde meio da década de 10 de 1700. A corte inglesa perdera importância como único centro difusor da moda, pois os nobres enriquecidos com os negócios coloniais instituíram-se como protectores das artes maiores, i.e., pintura, música, poesia, arquitectura. Condição essencial “para o exercício de um novo gosto”¹⁶⁰, foi a existência dos grupos intermédios, que assumiram, de modo consistente, a protecção e o mecenato às artes ditas menores, nelas incluídas as artes aplicadas ou artes decorativas. Desenvolveu-se, então, uma cultura distinta apelidada de “polite”, significado de urbana, polida e elegante, i.e., que seguia a moda. A concomitante disponibilidade financeira dessa classe, os mercadores e burgueses negociantes que os ingleses apelidam de “middling”, enriquecida com o trato colonial e o comércio internacional, permitiu que os britânicos desta camada social desenvolvessem a apetência pela aquisição de peças para seu deleite e afirmação social. Surgiu um sentir decorativo consentâneo com habitações citadinas ou da província de uma escala mais humanizada, com conforto e peças de moda acessível que se dispersou pela colónia do Norte da América, bem assim como em Portugal, nomeadamente na cidade do Porto, onde uma colónia inglesa dominante contaminou os gostos locais, de que alguns desenhos de José Francisco de Paiva constituem testemunho. Essa vertente decorativa ganhou definitivamente raízes a meio do século XVIII e foi difundida pelas inúmeras oficinas britânicas de mobiliário a laborar nas cidades e na província.

Em Londres, o Geffrye Museum, instituição dedicada às Artes Decorativas inglesas, com destaque para o mobiliário apelidado de “vernacular furniture” (mobiliário nacional, ou vernáculo), exhibe módulos decorativos, fundamentados em documentação escrita e visual, mormente pintura ou gravuras, ostentando as decorações utilizadas nesses ambientes de Setecentos¹⁶¹ (fig. 5:42). É patente a sociabilidade e o relacionamento cortês que exigia salas para convívio guarnecidas com tipologias bem executadas e “neat”, um termo caro aos ingleses que significa peças modernas, elegantes, agradáveis ao olhar e práticas (“bright and stylish as well as clean and tidy”)¹⁶², sem apresentarem extravagância, e que se pode observar em ambiente setecentista recriado neste museu (fig. 5:43). Como veremos, alguns delineamentos da colecção denominada *José Francisco de Paiva* permitem identificar essa atmosfera que, com probabilidade, se transmitiu às residências de algumas figuras portuenses, visto existirem indicações de encomendas de mobiliário sóbrio e funcional, muito conveniente aos escritórios e aos ambientes das classes cuja ocupação era o trato.

O fogão de sala britânico era omnipresente, já que o clima frio assim o exigia e, por cima do respectivo lintel, o luxo estava representado por um espelho. Da autoria de Damião Pereira de Azevedo, riscador e entalhador portuense contemporâneo de Paiva, conhecemos desenho cuidado de fogão de sala ao estilo inglês, se bem que com citações francesas¹⁶³, revelando a solicitação local

¹⁶⁰ Vd. SNODIN, Michael; STYLES, John – *Design and the Decorative Arts. Georgian Britain 1714-1837*. London: V&A Publications, 2004, p. 69.

¹⁶¹ Vd. Geffrye Museum, *John Middleton and his family*, óleo sobre tela, 1795-1797. Autor desconhecido.

¹⁶² Vd. Geffrye Museum, *A parlor in 1790*. Visita efectuada em Maio de 2009.

¹⁶³ Vd. VALENTE, Adelina – Damião Pereira de Azevedo: novos dados sobre o entalhador e arquitecto do Porto. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 4 (2010), pp. 198-200.

desse elemento de conforto calorífico e de dispersão de luz, à noite ¹⁶⁴.

Um dos elementos que unificava o ambiente era o papel de parede que permitia colorir a atmosfera das diversas salas, revestimento menos oneroso que os tecidos. Os estofos das cadeiras de utilização frequente empregavam crina de cavalo tecida, que já vimos ter sido utilizada em Portugal, material resistente e de fácil limpeza, mormente nas salas onde se tomavam as refeições.

As mesas volantes, de que as de chá, de coluna central e pé de galo ¹⁶⁵ eram exemplo, ou as de jogo, sobre cujo interior do tampo se poderia colocar tecido verde ou, em alternativa, ser coberto dessa cor desde a sua origem, permitiam que os ambientes se recriassem de acordo com as ocasiões. Para cobertura do soalho de madeira utilizavam-se carpetes importadas do Oriente, relativamente acessíveis a esta classe social, esteiras ou tela impermeabilizada, esta imitando os jogos de mármore branco e negro das casas apalaçadas que se podem ver na Sala dos Embaixadores do palácio de Queluz, ou, em Inglaterra, na casa apalaçada de Syon House ¹⁶⁶. Os ambientes não eram prolixos em tipologias, podendo compreender cómodas-papeleiras, mesas de jogo e mobiliário de assento.

5. 3. 3. – A decoração azulejar parietal portuguesa

Outras soluções decorativas existiram em Portugal, privilegiando revestimentos parietais com azulejos sendo, eles próprios, decoração ¹⁶⁷. As tipologias que flanqueiam as paredes não são “meublantes” no sentido de inclusão no material utilizado no revestimento das paredes ¹⁶⁸. Painéis de azulejos e mobiliário completam-se, sim, numa lógica estilística epocal, segundo cânones locais próprios, idiossincráticos, apresentando uma opção consentânea com as tradições e preferências estéticas portuguesas ¹⁶⁹, se bem que a nobreza, por vezes, os importava da Holanda ¹⁷⁰ ou de manufacturas inglesas ¹⁷¹.

Uma casa que ostenta uma teatralidade rococó induzida pelas linhas sinuosas do vítreo parietal

¹⁶⁴ Vd. CARNEIRO, Paula Cristina Fortuna de Oliveira Dias – *Interiores neoclássicos civis do Porto: evolução setecentista de uma estética global*. Tese de Doutoramento apresentado ao Departamento de História de Arte da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Outubro de 2010, p. 36.

¹⁶⁵ As tipologias com coluna central e pés de garra – que os ingleses denominam “pillar and claw table” –, têm matriz holandesa, tendo sido introduzidas em Inglaterra na década de 20 de 1700. Cfr. BOWETT, Adam – *An English Perspective of the Anglo-Dutch Furniture Trade at the Beginning of the Eighteenth century*. *Leids Kunsthistorich Jaarboek*, 14 (2007), pp. 165-179.

¹⁶⁶ Visita efectuada em Maio de 2009.

¹⁶⁷ Vd. CONTI, Flavio – *Como reconhecer el arte Rococó*. Barcelona: Editorial y Técnica, S.A., 1978, p. 34.

¹⁶⁸ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *Móveis*. In *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV/XVIII*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. Museu Nacional de Arte Antiga, 1979, p. 113. A autora, se bem que não desenvolva o nosso ponto de vista nesta questão decorativa, anota, a propósito dos tremós, que “não [é] tradição portuguesa o apainelar as salas, mas sim revesti-las na parte inferior com silhares azulejados”.

¹⁶⁹ Vd. VALENTE, Adelina – *O mobiliário civil setecentista da “Cela de Santo Ambrósio” do Museu de Arouca*. Comunicação apresentada ao *IV Colóquio De Artes Decorativas “O Móvel e o seu Espaço”*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 25-27 de Outubro de 2012 (actas no prelo).

¹⁷⁰ Vd. CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da – *O azulejo e a encomenda no século XVIII*. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 5 (2011), pp. 279-283.

¹⁷¹ Vd. T. N. A. , P. R. O., Customs 3_39/40, ff. 53-53v, Customs 3_65/66, ff. 62-63 e Customs 3/68, ff. 65-65v. Estas importações – “tiles”, no original – referem-se aos anos de 1740, 1766 e 1768, sendo a primeira para o destino “Portugal”, e as restantes para o destino “Madeira”.

e pelo colorido da arquitectura das paisagens humanas, vegetais e animais, bem como dos ornamentos diversos que as enquadram é a dos condos de Anadia, em Mangualde, que adiante veremos. As cores dominantes são, em alguns casos, o azul e branco, ou o amarelo, verde e arroxeadado, paleta tonal que confere com a segunda metade do século XVIII. Situação similar verifica-se, por exemplo, na Casa dos Biscainhos, na cidade de Braga, se bem que não possamos apreciar o diálogo que deverá ter existido, à época, com o mobiliário escolhido, dada a sua actual inexistência.

O mobiliário utilizado no ambiente de Mangualde, à semelhança do recheio da “Cela de Santo Ambrósio” do Museu de Arouca, que sugere idêntica decoração de azulejos nas paredes laterais, de encontro às quais se encostam tipologias diversas ¹⁷², designadamente cadeiras, opção de carácter utilitário ¹⁷³, revela uma coerência que privilegia, não um reporte arquitectural, mas a liberdade das minúcias ornamentais, aí se incluindo o mobiliário. Utilizou-se, quer em Mangualde quer na cela de Arouca, uma linguagem específica em que a ornamentação se compõe de sugestões estilísticas congregando, nos seus elementos, insinuações da moda epocal. Em alguns salões da casa mangualdense, o cariz anglo-saxónico e/ou internacional das tipologias permite um relacionamento visual que inclui curvaturas, ondulações, escolhas vegetalistas em específica disposição formal do momento rococó. O mesmo princípio presidiu à representação da miniatura da cela abacial arouquense.

5. 4. - Transversalidade ornamental dos ofícios da Artes Decorativas

Em Portugal, uma das influências que se detectam na actividade dos marceneiros e entalhadores do mobiliário civil é a dos desenhos dos ourives da prata, à semelhança do que aconteceu em França, bem como nos múltiplos territórios do que é hoje a Alemanha ¹⁷⁴. A alta nobreza portuguesa possuía mobiliário argênteo que convivia com panos de raz ostentatórios, de cariz histórico, estando registada, em 1720, dívida do conde da Ericeira relativa a “quatro bufetes de prata lavrada e lisa com algum latão” ¹⁷⁵.

A razão do envolvimento destas duas áreas das Artes Decorativas pode remontar à época de Luís XIV e da realização de mobiliário para o palácio de Versalhes, executado em prata, ou por esta revestido ¹⁷⁶. No seguimento da fundição dessas peças, cujo produto serviu para financiar as despe-

¹⁷² Vd. VALENTE, Adelina – O mobiliário civil setecentista da cela de Santo Ambrósio do Museu de Arouca. Comunicação apresentada ao *IV Colóquio de Artes Decorativas: “O Móvel e o seu espaço”*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 25, 26 e 27 de Outubro de 2012 (actas no prelo).

¹⁷³ Vd. BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999, p. 37.

¹⁷⁴ Vd. LEBEN, Ulrich – German Rococo. From Cuvillés in Munich to Nahl in Postdam. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, p. 139.

¹⁷⁵ Vd. CARVALHO, A. Ayres de – Documentário artístico do primeiro quartel de setecentos, exarado nas notas dos tabeliães de Lisboa. *Bracara Augusta* (1973), vol. XXVII, nº 63 (75), p.188.

¹⁷⁶ Vd. HUNTER-STIEBEL, Penélope – Louis XV Style. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, p. 14.

sas militares, os marceneiros e entalhadores foram compelidos a desenvolver mobiliário trabalhado a partir da mesma linguagem decorativa, passando a ostentar a folha de ouro como decoração final, numa tentativa provável de contornar a oxidação que o material argênteo, a prazo, apresenta¹⁷⁷. Esta colaboração entre ofícios constituiu “a génese da linguagem ornamental das novas correntes artísticas”¹⁷⁸, acontecendo, de igual modo, em Lisboa e no Rio de Janeiro, onde os oficiais de diferentes áreas aproveitavam “os moldes de madeira [dos entalhadores] para os imitarem em prata, ouro, pedra e outros géneros”¹⁷⁹.



Figura 5:44
Vinheta francesa de oficina de molduras e venda
de quadros, desenhos e estampas.

Não foi exclusivamente por esta via que a dispersão de conceitos ornamentais foi propiciada. Nas elites, a profusão de presentes e de “brincos” que circulavam deverão ter sido veículos para a disseminação entre os seus membros, que os transmitiam, a jusante, para os oficiais das artes ditas menores. Tamba de caixa de ouro representando os aposentos do opulento diplomata da corte de Luís XV, o duque de Choiseul, cerca de 1770, poderá, por exemplo, ter constituído um factor de difusão de gosto¹⁸⁰. Outros elementos insuspeitos, tais como os desenhos de pequenas vinhetas, etiquetas ou cartões colados, por exemplo em molduras de pinturas (fig. 5:44)¹⁸¹, que chegariam directamente aos artífices locais em situações tão diversas como pequenas acções de limpeza, de intervenções de restauro ou mesmo para modelo de eventuais cópias¹⁸².

¹⁷⁷ Opinião veiculada pela historiadora de mobiliário inglesa Adriana Turpin, em visita guiada, em Maio de 2009, ao Museu Victoria & Albert.

¹⁷⁸ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses. 1750-1810*. Porto: Gabinete de Estudos de Artes Decorativas da Universidade Católica Portuguesa, 2004, p. 309.

¹⁷⁹ Vd. SANTOS, Noronha – Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional*, n.º 6. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1942, p. 309.

¹⁸⁰ Vd. ROCHEBRUNE, Marie-Laure de – Os percursores. Duque de Choiseul (1719-1785). In *O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, fig. 74, p. 107.

¹⁸¹ Vd. WADDESDON MANOR. Trade Card. “Joullain à la ville de Rome vend tableaux, estampes et les encadre proprement”. In http://www.waddesdon.org.uk/plan_your_visit/trade_cards_copyright.html (28.06.2008; 19h30).

¹⁸² Vd. T.N.T, *The Waddesdon Manor Collections*. Etiqueta Rocaille nº 73. In http://www.waddesdon.org.uk/plan_your_visit/trade_cards_copyright.html (26 Junho 2008; 19H42).



Figura 5:45
Mesa de uma aba portuguesa.



Figura 5:45A
Pormenor do tampo da mesa de uma aba.

5. 5. – A influência inglesa no mobiliário português da segunda metade do século XVIII

Como já vimos, foi abundante a informação internacional veiculada por elementos impressos que se acercaram dos marceneiros portugueses.

As duas tipologias que a seguir nos propomos analisar resultam da influência dos desenhos europeus – que não de modelos vivos –, na marcenaria portuguesa, permitindo, nestes dois casos concretos, interpretar uma sugestão de provável cliente aderente a modelos específicos. Além da difusão de tipologias, modelos, sintaxe decorativa e estilística, as propostas detalhadas e concretas dos designers ingleses apresentavam molduras, recortes, sinuosidades, cimalkhas, tampos ou bases acompanhando alguns dos seus desenhos. Esses elementos permitiram aos oficiais de latitudes diversas a consecução efectiva de peças muito aproximadas do gosto britânico. Qualquer oficial destre e ousado na sua arte, com conhecimento de modelos importados, facilmente executaria peça apontada em papel impresso.

5. 5. 1.- A execução de tipologias setecentistas a partir de gravuras inglesas epocais

Dois momentos puristas do Rococó de influência inglesa estão plasmados em “mesa de uma aba”¹⁸³ e em “cómoda” que integram a ala do mobiliário português do Museu Nacional de Arte Antiga.

A historiografia britânica considera que forma “bombée”, acentuada – que se verifica na estrutura da estrutura orgânica das duas peças – não é comum na marcenaria respectiva¹⁸⁴, não tendo sido, até à data, identificada nenhuma tipologia com esta modelação matérica. No entanto estes móveis portugueses denunciam um gosto por alguma exuberância proposta por Thomas Chippendale no seu “The Gentleman & Cabinet Maker’s Director”¹⁸⁵.

¹⁸³ Vd. M. N. A. A., *Mesa de uma aba aberta, n.º inv, 14370.01 TC*. In <http://www.matriznet.dgpc.pt>.

¹⁸⁴ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of Commodes*. London: HMSO, 1994, p. 5.

¹⁸⁵ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker’s Director*. A Reprint of the Third Edition. New York:

A primeira peça – a mesa de uma aba (fig. 5:45) –, é um exemplo dessa execução a partir de desenhos conhecidos. Se bem que a matriz britânica apresente, unicamente, o corpo de cómoda a que o autor reconhece influência francesa – apelidando-a de “French Commode Table” –, em razão da distribuição da sua estrutura em gavetas e não portas, como a estética inglesa preferia, os oficiais portugueses adaptaram o conceito estético a uma mesa de encostar de duas gavetas, adicionando-lhe uma aba que se esconde quando a tipologia se encosta à parede.

Tal como na proposta de Chippendale, o corpo da mesa encurva-se para o interior da estrutura, pretendendo acompanhar o galbamento fortíssimo das prumadas que terminam em pés mesclando sugestão de unglado com uma amálgama de folhagem sobre tacão, o que acentua a organicidade do todo visual. O entalhamento sob o corpo das gavetas entronca no dos joelhos acentuados e segue para as traseiras das peças, nas duas ilhargas, criando uma sugestão de grinalda em contínua ondulação. A moldura esgaçada na fímbria do tampo (fig. 5:45A), que apresenta dois cantos frontais a acompanhar a projecção das prumadas – característica do Rococó, e sugerido pelo riscador inglês¹⁸⁶ –, é acentuada por duplo fio embutido, artifício estético que permitiu, aquando da sua execução, criar um elemento contrastante claro sobre o negro da madeira. As ferragens apresentam cariz assimétrico e faziam parte da oferta que a indústria de metais fundidos oferecia ao mercado português¹⁸⁷.

A segunda peça, uma cómoda rococó, representa uma outra interpretação de idêntica linhagem (fig. 5:46)¹⁸⁸. Três únicos gavetões acompanham a subtileza da curva que serpenteia toda a tipologia no sentido vertical e que as pilastras em chanfre disfarçado acentuam com a sua disposição vegetalista aprumada, morrendo nos pés. Na verdade não existe qualquer hiato decorativo entre o tampo e o chão. Pretendeu-se, portanto, uma unicidade na leitura frontal da peça, entalhando folhas largas, ligando-as por uma sugestão de espessas hastes, mas acentuando o entrepano sob a primeira gaveta, numa sugestão de galbamento. Repetem-se elementos do tipo panejamento junto ao chão, como que em desmembramento, como se o peso da cómoda os esmagasse¹⁸⁹ (fig.s 5:46A e 5:46B).

O perfil da tábua do tampo, muito bem definido – como que reproduzindo o perfil sugerido por Chippendale em desenho de muito pormenor¹⁹⁰ –, apoiado nos dois extremos na vara vegetalista em ligeira saliência, como que coroa a estrutura da tipologia. O centro dos aventais central e laterais ostentam pluma assimétrica, de torção mais livre nas ilhargas. Nestas, um subtil enquadramento por moldura boleada levantada na espessura da madeira remete, de igual modo, para o gosto inglês do Rococó. A ligação deste entalhamento aos pés é conseguida por meio de curva côncava, o

Dover Publications, 1966, fig.s LXIV, LXV e LXXI.

¹⁸⁶ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. LXVI.

¹⁸⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, fig 8.

¹⁸⁸ Vd. M. N. A. A., *Cómoda*, Inv. 646 Mov.

¹⁸⁹ Esta é uma característica conceptual do embasamento do mobiliário português, manifestada em armários de dois corpos ou em arcazes de sacristia. Os riscadores e marceneiros utilizavam, tradicionalmente, elementos torneados em forma de “bolacha” comprimida, forma que substitui as bolas elevadas que se destacam, por exemplo, no mobiliário holandês de conter.

¹⁹⁰ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. LXVI, desenho A.

que acentua, neste ponto, a organicidade da base, elementos que constituíram, de igual modo, propostas de Chippendale ¹⁹¹. A abertura do escudete de cada um dos gavetões foi centrado em altura, de acordo com os cânones portugueses, e as ferragens apresentam inscrição em português, modelo que veremos adiante, aplicado em cómoda-papeleira neoclássica. A frase “*Jesus depois de baptizado tirou-se imediatamente da Agoa (sic)*” constitui sinal da importância deste mercado para a indústria inglesa de metais ¹⁹².

Estas duas peças demonstram o brilhantismo da vertente oficial da marcenaria portuguesa¹⁹³, testemunhando, ambas, a operacionalidade dos oficiais que, a partir de múltiplas inferências, executaram peças idiossincráticas, utilizando, para a sua expressão, a madeira negra colonial ¹⁹⁴.



Figura 5:46
Cômoda rococó portuguesa.



Figura 5:46A
Pormenor do tampo da cómoda rococó.



Figura 5:46B
Ilharga direita da cómoda rococó.

¹⁹¹ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker’s Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. LXXI.

¹⁹² Vd. GOODISON, Nicholas – The Victoria and Albert Museum’s Collection of Metal-Work Pattern Books. *Furniture History*, vol. XI, 1975, p. 6.

¹⁹³ A marcenaria norte-americana, por exemplo, executou tipologias seguindo esta prática. Vd. COFFIN, Sarah D. – Radiating Rococo. *In Rococo: The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, p. 129.

¹⁹⁴ O lenho identificado é, em ambas, “pau-santo”.

5. 5. 2. – Afirmação de autoria em peças de mobiliário português de influência inglesa

Maria Helena Mendes Pinto revelou, em 1973, os nomes de três oficiais que apuseram a sua identificação em mobiliário português ¹⁹⁵. De “Manuel da Assunção Camp. ^{mor}” assinalou uma cómoda-papeleira datada do ano de 1743. De “Domingos Tenuta” foram reconhecidas papeleiras de modelo idêntico, apresentando tampa cilíndrica que enrola para o interior da carcaça do móvel à maneira de alguma produção francesa de meados de Setecentos. A cidade do Porto surge como local da sua execução em 1783. Uma outra faz parte de colecção brasileira e ostenta o ano de 1790 ¹⁹⁶.

A existência de peças assinadas e/ou datadas é de importância vital para o reconhecimento correcto da época em que foram executadas ¹⁹⁷ pois a ausência de qualquer elemento identificativo levanta problemas praticamente insolúveis. Já a respectiva proveniência, atestada por arrolamento, não nos parece poder merecer crédito tão rigoroso pois a importação inglesa de tipologias invadiu, com probabilidade, e de modo idêntico, residências civis e religiosas, contaminando e alimentando os acervos portugueses, de forma que não foi, ainda, cabalmente estabelecida e que, cremos, será difícil de determinar de modo assertivo. Por outro lado, as atitudes revivalistas de clientes e marceneiros povoaram os ambientes, ao longo dos séculos XIX e XX, com peças de matriz setecentista, e a linguagem dos inventários não possibilita a detecção das cópias de modelos mais recuados.

Um critério efectivo será o conhecimento de inventários de residências que ainda hoje se mantenham, podendo cotejá-los com as peças existentes nos respectivos locais. É essa a norma utilizada para o estudo de mobiliário em países em que o registo sistemático e sucessivo das existências patrimoniais se tornou realidade, permitindo às futuras gerações reconhecer o percurso histórico familiar. Não podemos deixar de admitir, no entanto, que esse comportamento só foi possível graças à estabilidade económico-financeira que o modelo de legado facultava, bem como a uma conduta social que privilegiava a preservação dos bens culturais.

No que toca ao continente português, há relatos que referem a destruição, e mesmo a queimada, de mobiliário considerado velho ou fora de moda ¹⁹⁸. As instituições religiosas, por exemplo, comandaram a existência do seu património, até há cerca de vinte anos, pela substituição cadenciada do mobiliário respectivo que consideravam “indecente” ou “incapaz”, na terminologia setecentista ¹⁹⁹.

Quanto ao mobiliário civil confrontamo-nos, em Portugal, com falhas documentais escritas²⁰⁰.

¹⁹⁵ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – Signed and dated examples of eighteenth-century Portuguese Furniture. *Apollo*, April 1973, pp. 420-421.

¹⁹⁶ Vd. CANTI, Tilde – *O móvel no Brasil. Origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980, fig. 171, pp. 201 e 203.

¹⁹⁷ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – Signed and dated examples of eighteenth-century Portuguese Furniture. *Apollo*, April 1973, p. 416.

¹⁹⁸ Conhecemos descrições deste facto através de familiares da autora, bem como de pessoas ligadas ao mercado do anti-quariato.

¹⁹⁹ Vd. ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Assentos, Encomendantes e utilizadores na Igreja Monástica Beneditina no norte de Portugal Secs. XVII a XIX*. Dissertação de doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, vol 2, p. 36.

²⁰⁰ Vd. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. Translated from the Danish and edited by Peter Thornton. London: Faber and Faber Limited, 1974, p. 17. O autor refere problema similar em França, reflectindo-se na dificuldade de

Quando existem, a sua qualidade descritiva não é valorizada e os inventários remetem-nos, invariavelmente, para descrições sumárias, com poucos pormenores que permitam a identificação correcta da matéria-prima, características tipológicas e ornamentais. As oficinas produtoras, ou os oficiais, são omitidos, a não ser em registos de despesas da Casa Real. Um dos critérios utilizado pelos “louvados” setecentistas privilegiava a seriação pouco minuciosa de mobiliário por tipologias, utilizando denominações genéricas, por vezes locais, ou termos truncados e ininteligíveis²⁰¹, tendo sempre implícito, no seu critério, a informação clara para todos, à época, e que para o futuro se revelou vaga ou imperceptível. A importância dos arrolamentos residia, como ainda hoje, na ênfase dos valores atribuídos aos acervos para eventual distribuição entre legatários ou na listagem pura e simples dos bens existentes. Em algumas situações as peças eram identificadas por aposentos para um reconhecimento mais eficaz por parte dos proprietários²⁰², caso do inventário executado em 1800 a mando do filho de D. Luís António Mourão²⁰³. Estes preceitos não oferecem qualquer mais-valia para a autenticação ou validação, *a posteriori*, de qualquer peça de mobiliário pois oferecem elementos soltos dando azo, por vezes, a entradas “no domínio das hipóteses e conjecturas”²⁰⁴.

Em Portugal, a utilização “marca” própria na obra executada foi determinada por norma regimental de 1770, estabelecendo-se que deveria ser colocada nas obras de entalhadores e ensambladores²⁰⁵, constituindo uma tentativa provável de disciplinar e diferenciar o respectivo trabalho. Todavia, em geral, não foi cumprida. Outros elementos, os selos ou indicações manuscritas apostas no mobiliário ou em seus componentes, podem permitir reconhecer oficinas, oficiais e época em que laboraram. No limite, e como veremos no capítulo sobre a colecção denominada *José Francisco de Paiva*, os desenhos constituem a ponto de partida para o reconhecimento de tipologias, estilos, e, de modo fortuito, marcas construtivas e ornamentais.

5. 5. 2. 1. – José Aniceto Raposo (1756-1824): um marceneiro lisboeta e a influência inglesa

O terceiro nome, José Aniceto Raposo, que viveu entre 1756 e 1824²⁰⁶, foi o autor do armário-xiloteca do acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, tendo marcado com a sua estampilha outras

identificação da proveniência do mobiliário setecentista.

²⁰¹ Vd. Arquivo Histórico da Casa de Mateus. *Certidão do Inventário dos bens de Estêvão Soares de Melo que fez sua mulher D. Joana Maria de Castro, cabeça de casal, abtida da herança* (172), ff. sem numeração. Mencionam-se, por exemplo “dois bufetes de pedra jatabida”.

²⁰² Este critério é, todavia, relevante para o estudo dos ambientes da época.

²⁰³ Vd. A. H. C. M., *Inventário dos bens móveis existentes na casa de Mateus por morte de D. Luís António, pelo D. José Maria S. B. Mourão e Vasconcelos* (1800), ff. 22-26. Referem-se peças de mobiliário, e por ordem de descrição no rol, “na primeira sala do canto p^o o Jardim”, “na segunda sala imediata das guarda roupas”, “na terceira sala que se segue”, na “sala de entrada de tijolos”, na “sala primeira que se segue”, na “sala terceira e ultima da galeria”, na “sala grande da entrada”, e no “quarto da cama que foi de meu Pai”.

²⁰⁴ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 194.

²⁰⁵ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 505-506.

²⁰⁶ Vd. DINIZ, Margarida – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor. *In Mobiliário Português. Actas do 1^o Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, pp. 85-100.

tipologias já identificadas²⁰⁷. Este marceneiro teve a sua iniciação profissional ligada ao modo de execução britânico, pois aprendeu com “carpinteiro” escocês de nome “José de Masan”²⁰⁸. Tendo dirigido loja aberta com aprendizes matriculados²⁰⁹ pode ter sido um foco de dispersão de técnicas de execução dessa latitude. Os elementos biográficos conhecidos revelam actividade na corte portuguesa, nomeadamente a execução, entre 1795 e 1798, de armários e estantes para o Museu de Mineralogia do Real Jardim Botânico da Ajuda²¹⁰, indiciando relacionamento com a figura do museólogo de origem italiana Domingos Vandelli. Foi autor de “uma banca de uma só tábua” para o camarote da nau D. João VI que levou D. Leopoldina para o Brasil, para casar com D. Pedro no ano de 1817²¹¹. Executou, ainda, o “Trono Patriarcal” para o Patriarca de Lisboa, D. José Francisco de Mendonça, nomeado em 1788, tipologia “dourada e policromada”²¹², de filiação neoclássica, seguindo cânones estéticos franceses de carga decorativa total, essencial à afirmação simbólica simultânea da peça em si e do seu utilizador. É de notar, nesta peça específica, que a ornamentação excessiva confere à peça um ar agressivo, à semelhança de cadeiras de outros reinos cuja função primordial era a demonstração de soberania²¹³.

Nas duas primeiras décadas de 1800 diversificou a sua laboração com a execução de máquinas para aquecer casas e fumigatórias para afogados, bem como peças de mobiliário de campanha e barracas “que se metiam num saco e se armavam em dois minutos”. A sua actividade diversificada traduziu-se em contactos com as novidades vindas de Inglaterra, produzindo, por exemplo, para a Real Academia das Ciências, em 1790, o “respirador de Mudge”²¹⁴, invenção com origem nesse reino. Esses tempos eram propícios a proliferação de invenções, pois o estudo das técnicas²¹⁵, i.e., das artes mecânicas e suas ferramentas, induziu os executores de mobiliário a criar soluções engenhosas na construção de peças de mobiliário que se concretizaram, em finais de Setecentos e início de Oitocentos, no chamado mobiliário metamórfico, que se desenvolveu por toda a Europa²¹⁶.

²⁰⁷ As peças com punção de José Aniceto Raposo, identificadas à data, incluem, além das que aqui referimos, mesa-biblioteca e par de pedestais na colecção do Museu de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva e tremó do Palácio Nacional de Queluz.

²⁰⁸ Investigação do Professor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa aponta para a existência de um marceneiro *John Mason*, que poderá ser o mesmo, ou familiar.

²⁰⁹ Vd. DINIZ, Margarida – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor. *In Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, pp. 86-87.

²¹⁰ Vd. DINIZ, Margarida – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor. *In Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, p. 88.

²¹¹ Vd. DINIZ, Margarida – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor. *In Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, p. 89.

²¹² Vd. SOUSA, Maria da Conceição Borges de – Trono Patriarcal. *In A Encomenda Prodigiosa. Da Patriarcal à Capela real de São João Batista*. Roteiro da Exposição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, nº. 97, pp. 86-87.

²¹³ Vd. HUNTE-STIEBEL, Penelope – *Menuiserie: the carved wood furniture of the 18th century France*. New York: Rosenberg & Stiebel, 1986, fig. 22 e p. 54. Veja-se, por exemplo, uma cadeira entalhada e dourada, atribuída a Louis Delanois, protegido de Madame du Barry, executada cerca de 1770.

²¹⁴ Vd. DINIZ, Margarida – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor. *In Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas. Mobiliário Português*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 27 e 28 de Setembro de 2007, pp. 91-92.

²¹⁵ Vd. BAUDET, Jean – *De l'outil à la machine*. Paris: Vuibert, 2004, pp. 3 e 307.

²¹⁶ Veja-se a complexidade de secretária de finais do século XIX saída das oficinas da família de marceneiros Roentegen. *In* <http://www.youtube.com/embed/MKikHxKeodA?rel=0> (23.10.2013; 11h30).

Raposo terá tido problemas de execução de dívidas pois interpôs acção cível em 1815²¹⁷.

Em Lisboa, a competição entre marceneiros, no final do século XVIII, deveria ser forte, quer no estrito exercício da profissão quer na concorrência para se destacar entre os seus pares, pois um outro oficial, João Francisco Cagniard, bem colocado nas obras da corte, obteve licença para “fazer escovas e vassouras de Casa da Índia que inventara”²¹⁸.

O percurso de Raposo revela diversificação de actividades ao longo da sua carreira profissional, bem como adaptação ao exercício de mobiliário de diversa matriz estilística, em analogia com o portuense José Francisco de Paiva, cujas vidas decorreram quase em simultâneo, atravessando as perturbações políticas e económicas de finais do século XVIII e início do século XIX.

Raposo dava a conhecer a sua actividade através de anúncios em periódicos lisboetas²¹⁹. Mas o exercício de marceneiro junto da elite lisboeta, trabalhando para a Casa Real e para a Real Academia das Ciências, conhecendo o modo de funcionamento dos *marchands-merciers* franceses fornecedores da corte, bem como o contacto com a marcenaria inglesa, vendendo madeira²²⁰ e, com probabilidade, mobiliário importado²²¹, entrevendo o modo de divulgação da produção além-fronteiras, instigou-o, com probabilidade, a utilizar estampilhas. Mais do que cumprir as normas estatutárias de marcação de mobiliário de 1770²²², que muito poucos seguiam, as práticas dos oficiais de outras paragens poderão tê-lo estimulado a replicar a utilização de cunho próprio no mobiliário por si executado²²³.

5. 5. 2. 2. – Um móvel de colecionismo estampilhado por José Aniceto Raposo

Trataremos, neste ponto, de analisar, nas suas feições morfológica e estilística, o contador do acervo do Museu Nacional de Arte Antiga²²⁴ (fig.s 5:47) que alberga uma compilação relevante de madeiras utilizadas em Portugal em finais de Setecentos, já referida no 3.º capítulo.

José Aniceto Raposo concebeu um móvel que seguiu os ditames da actividade colecionista sete-

²¹⁷ Vd. A. N. T. T., *Feitos Findos*, Fundo Geral, Letra J, mc. 453, n.º 7. “Execução de sentença em que é autor José Aniceto Raposo e réus João Jorge Viana e João Alberto de Abreu”. In <http://digitarq.dgarq.gov.pt/DetailsForm.aspx?id=4725871>.

²¹⁸ Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa: Livros Horizonte, 1971, Documento n.º. 10, p. 335.

²¹⁹ Vd. DINIZ, Margarida – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor. In *Mobiliário Português. Actas do 1.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, p. 91.

²²⁰ Vd. SALDANHA, Sandra Costa – Entalhadores e carpinteiros, concorrentes e parceiros – o mobiliário religioso da Basílica da Estrela. In *Mobiliário Português. Actas do 1.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, p. 49.

²²¹ Vd. DINIZ, Margarida – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor. In *Mobiliário Português. Actas do 1.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, p. 93.

²²² A estampilha, em França, significava que o artífice produzia peças com a qualidade exigível. No caso do mobiliário folheado, o selo poderia pertencer ao mestre da oficina. Vd. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974, p. 68.

²²³ HUNTE-STIEBEL, Penelope – *Menuiserie: the carved wood furniture of the 18th century France*. New York: Rosenberg & Stiebel, 1986, p. 16.

²²⁴ Vd. M. N. A. A., *Armário-xiloteca*, Inv. 1183M. As três fotos aqui apresentadas foram cedidas pelo Museu Nacional de Arte Antiga. Fotógrado: José Pessoa.



Figura 5:47
Móvel-xiloteca com estampilha de José Aniceto Raposo.



Figura 5:47A
Ilharga do móvel-xiloteca.



Figura 5:47B
Tampo do móvel-xiloteca.

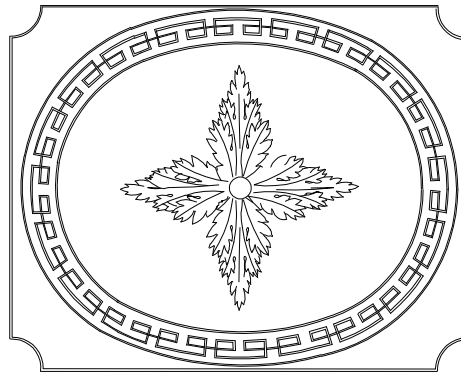
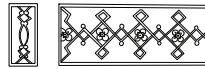
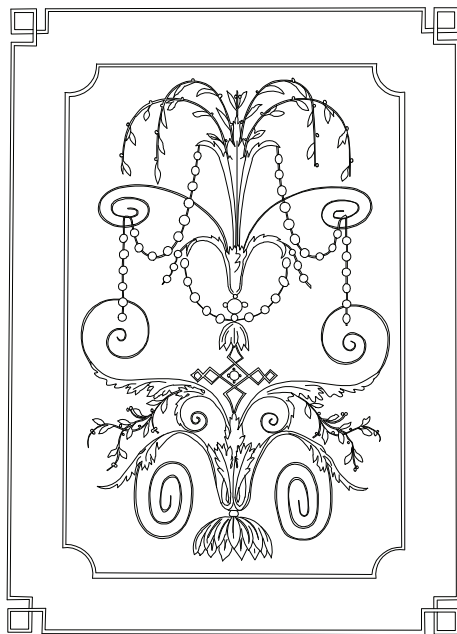


Figura 5:47C
Desenhos técnicos da marquetaria e dos motivos da faixa de embutidos do móvel-xiloteca.

centista que relevava “objectos curiosos diferenciados segundo as posses dos seus proprietários”, constituindo mais “espectáculo” do que informação²²⁵. Na verdade, e como já vimos, assim era, pois tratava-se de testemunhar, aos afortunados que pudessem observar a colecção, o panorama rico que Portugal possuía na sua colónia principal, o Brasil.

A execução desta tipologia respondeu a uma solicitação específica – um armário intencionalmente funcional destinado a mera sistematização e resguardo de colectânea de lenhos coloniais relevantes para a utilização nas principais actividades do reino. Noutra dimensão, em Inglaterra, xiloteca relevante para a respectiva historiografia das madeiras²²⁶ apresenta-se em armário igualmente operante, mas sem marca estilística que o defina (fig. 5:48). Outras situações existiam, dependendo de solicitações distintas por parte de clientelas de patamares que pretendiam invólucros luxuosos²²⁷ ou de elementos sociais que pretendiam tipologias que poderiam ser utilizadas em contexto doméstico, caso de uma mesa inglesa datável de cerca de 1780 (fig. 5:49)²²⁸.

O contador de Raposo oferece, actualmente, ao olhar, coloração desmaiada, diferente da natureza primária desta tipologia. Na origem, ostentava tom dourado forte, proporcionado pelo espinheiro e, a contrastar, destacavam-se os motivos vegetalistas na marqueteria do corpo superior (fig. 5:47A), incluindo o tampo (fig. 5:47B), e os embutidos do inferior, trempe incluída, em tons negros²²⁹. Os desenhos técnicos dos motivos decorativos exibem a correcção neoclássica do trabalho efectuado (fig. 5:47C). O corpo superior, fechado por duas portas, encontra-se apoiado numa estrutura estruturalmente eficaz para suportar o peso de móvel e amostras.

A ascendência inglesa deste móvel é manifesta. Mera confrontação com desenho de Thomas Chippendale, publicado no álbum de 1756²³⁰ (fig. 5:50), revela uma matriz que, em Inglaterra, ofereceu, aos marceneiros locais, outras inspirações, de que é exemplo uma tipologia britânica denominada “Cabinet on a Stand” datada de cerca de 1780 (fig. 5:51)²³¹. Raposo embelezou este móvel com decoração próxima da que o arquitecto Robert Adams desenvolveu, por exemplo, em Osterley House, perto de Londres, entre 1768 e 1779²³². Uma mescla fantasiosa compõe um complexo de grinaldas vegetalistas e perlados que nascem de um nó de folhas, nas portas e nas ilhargas.

²²⁵ Vd. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, p. 365.

²²⁶ Vd. K. E. B. C., *Charles Holtzappel Collection*, c. 1840.

²²⁷ Dentro deste figurino, mas num outro patamar de luxo, encontra-se, no Museu Calouste Gulbenkian, em Lisboa, um par de “medalheiros” ostentatórios, de matriz estética francesa, mesclando marqueteria de diversas espécies coloniais e bronzes cinzelados e dourados. A sua composição estrutural apresenta dois corpos, o superior contendo as moedas preciosas, apoiando-se sobre um elemento inferior, uma mesa com gaveta. Vd. COUTINHO, Maria Isabel Pereira – *O mobiliário francês do século XVIII*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 108-115.

²²⁸ Vd. MALLET ANTIQUES, *A George III Specimen Wood Work Table*, c. 1780. O trabalho de marquetaria do tampo utilizou matéria de cerca de dezoito diferentes lenhos. In <http://www.malletantiques.com/Public/Stock/View.aspx?ref=F2E0190> (13.05.2009; 16h).

²²⁹ Vd. VALENTE, Adelina – Duas agendas anglo-portuguesas manuscritas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 88-91.

²³⁰ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. CXX.

²³¹ Vd. GROSVENOR HOUSE ART & ANTIQUES FAIR, London, 12-18 June 2008, Casa Hotspur, Ltd. Visitámos a exposição na data da sua realização.

²³² Vd. HARRIS, Eileen – *Osterley Park*. Great Britain: The National Trust, 1994. Veja-se, por exemplo, a decoração da frente da abertura do fogão da Sala Etrusca. Visita efectuada em Maio de 2009.



Figura 5:48
Armário-xiloteca de Charles Holtzappel,
c. 1840.



Figura 5:49
Mesa cujo tampo foi executado com amostras de
madeira diversas, c. 1780.

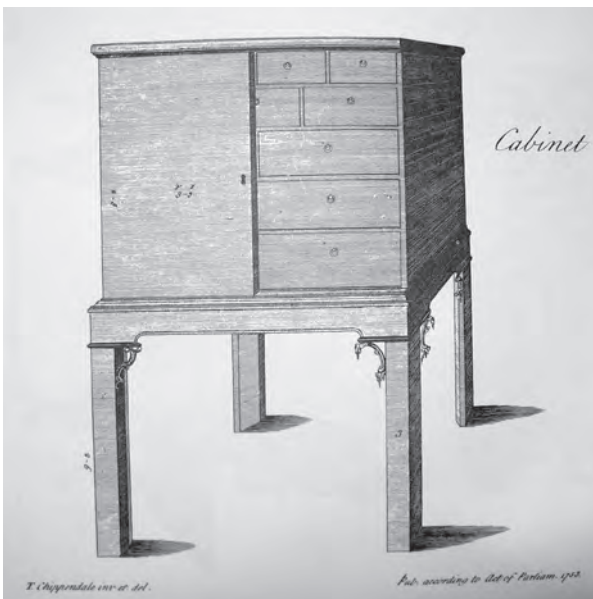


Figura 5:50
Desenho de Thomas Chippendale, 1756.



Figura 5:51
"Cabinet on a Stand", c. 1780.

No tampo, existe um motivo de folhas concêntricas apresentadas dentro de um ovalado ²³³. Chippendale Júnior, o filho de Thomas Chippendale apresentou em publicação datada de 1779, outra interpretação possível destes motivos ²³⁴.

Esta ornamentação é característica do mobiliário inglês que combina as linhas rectilíneas das

²³³ Este intrincado estético que foi utilizado, de igual modo, nas opções decorativas da dupla Robert Adam e Thomas Chippendale em conjunto de mobiliário da sala de jantar em Harewood House, executado entre 1769 e 1771. Visita efectuada em Outubro de 2009, guiada pelo Prof. Dr. Adam Bowett.

²³⁴ Vd. HALL, Ivan – The engravings of Thomas Chippendale Jnr, 1779. *Furniture History*, vol. 11 (1975), pp. 56-58 e fig.s 123-125 e 127.

estruturas²³⁵ com curvaturas e ovalados, e que Raposo glosou²³⁶. Este deveria conhecer, com probabilidade, pequenos manuais ingleses destinados a marceneiros e ofícios conexos que circulavam em finais de Setecentos e inícios de Oitocentos. Publicação datada de 1786²³⁷, por exemplo, apresenta duas propostas que poderiam ter servido de inspiração à decoração do armário-xiloteca, a saber, os entrelaçados “à grega”²³⁸ e um motivo que congrega múltiplas unidades de linhas que se definem de modo contínuo a partir de pontos negros, com uma flor em cada centro, e que um autor inglês indica como “Frets proper for trays”²³⁹, i.e., motivos de adorno para molduras. Numa versão mais simplificada poderiam ser vazados na madeira. Esta ornamentação, que no móvel português foi embutida, fazia parte do repertório internacional tendo sido desenvolvido pela marcenaria de luxo francesa na década de 50 de 1700²⁴⁰. São motivos que se incluem na gramática internacional das Artes Decorativas, encontrando-se, inclusivamente, na cultura japonesa²⁴¹.

A estrutura interior do armário português é semelhante, ainda, à de contador (ou “cabinet” nas línguas francesa e inglesa) do acervo do Museu Victoria & Albert, destinado à colecção de medalhas do rei inglês Jorge III, executado cerca de 1760-1761²⁴². O móvel de Raposo replica o método aí utilizado para fazer correr, em guias abertas nas ilhargas, trinta e cinco tabuleiros accionados por tracção manual, através de botões de metal amarelo²⁴³.

O marceneiro português tinha conhecimento do comportamento das fibras da matéria-prima, pois em cada fundo embutiu, no sentido da profundidade, duas tarjas de madeira escura para impedir a madeira, que é fina, de empinar nas pontas²⁴⁴. Como referia o seiscentista Fernando Oli-

²³⁵ Vd. REED, Henry Hope – Introduction. In ADAM, Robert and James – *The works in Architecture*. Edição facsimilada. New York: Dover Publications, 1980.

²³⁶ Vd. HALL, Ivan – The engravings of Thomas Chippendale Jnr, 1779. *Furniture History*, vol. 11 (1975), p. 56. Na sua génese, estas propostas decorativas de cariz bi-dimensional destinavam-se à utilização por parte de “pintores, estuadores e entalhadores”.

²³⁷ Vd. CRUNDEN, John – *The joiner and cabinet maker’s darling, containing sixty useful designs for ornamental frets proper for frizes, imposts, architraves, tabernacle frames, book-cases, tea tables, tea stands, trays, stoves, and fenders, &c.* London: Printed for O. Taylor, 1786. Esta publicação, pela sua variedade de propostas e de público-alvo, deveria correr entre as oficinas.

²³⁸ Vd. CRUNDEN, John – *The joiner and cabinet maker’s darling, containing sixty useful designs for ornamental frets proper for frizes, imposts, architraves, tabernacle frames, book-cases, tea tables, tea stands, trays, stoves, and fenders, &c.* London: Printed for O. Taylor, 1786, fig. 20. O título deste desenho é “A new design for a Greek Fret”.

²³⁹ Vd. CRUNDEN, John – *The joiner and cabinet maker’s darling, containing sixty useful designs for ornamental frets proper for frizes, imposts, architraves, tabernacle frames, book-cases, tea tables, tea stands, trays, stoves, and fenders, &c.* London: Printed for O. Taylor, 1786, fig. 8.

²⁴⁰ Vd. Victoria & Albert Museum, *Mobiliário Francês*, Inv. 464-1895, Inv. W.17-1970 e Inv. 376-1971.

²⁴¹ Vd. KUBISH, Natasch; SEGER, Pia Ann – *Ornaments*. Koln: Konemann Verlagsgesellschaft, 2001, pp. 211 e 215.

²⁴² Vd. Victoria & Albert Museum, *Medal Cabinet*, Inv. n.º W11-1963. Pudemos visualizar a organização do seu interior em Maio de 2009, em documentação interna do museu.

²⁴³ A numeração sequencial dos tabuleiros, de cima para baixo, está marcada por vincos na madeira preenchidos por cor branca, ressaltando na madeira escura. Esta é, de igual modo, a cor dos respectivos lenços e traseiras, mas não a do fundo, que é uma odorífera que, na actualidade, ostenta uma cor de mel escuro. Neste estão aplicados, no sentido da largura, taffes redondos que evitam o contacto das amostras com o fundo, numa concepção de apresentação luxuosa de jóias.

²⁴⁴ Constatamos, no entanto, no manuseamento controlado que tivemos ocasião de realizar, ser difícil repor um tabuleiro nas respectivas guias depois de o ter totalmente retirado. A explicação poderá estar no facto de toda a estrutura que envolve os tabuleiros ter sido executada com madeira higrometricamente não estabilizada, acabando por adquirir no local, já depois de manufacturada, um equilíbrio que não corresponde ao do exterior. Vd. DOYAL, Sherry – Modern material problems - Oh sit on it! In *Modern Materials-Modern Problems*. Postprint of the Conference organized by UKIC Furniture Section held at the Conservation Centre NMGM Liverpool, 17 April 1999. London: The Furniture Section of

veira a respeito do comportamento dos lenhos para a fábrica naval, a madeira verde faz “mudança na obra”, i.e., obriga-a a um ajuste que pode incluir a contração da massa volumétrica²⁴⁵. Os tabuleiros desta xiloteca ficaram, por assim dizer, confinados a uma dimensão que restringiu a sua área natural, expandindo-se, ainda hoje, quando libertados.

Para lá da importância desta tipologia para a historiografia das madeiras enquanto repositório de um acervo de amostras de lenhos ela revela, enquanto peça de mobiliário, a faceta de reprodução, com mestria, de modelos geométricos e funcionais da marcenaria inglesa de meados de Setecentos, induzida pelo conhecimento dos livros com gravuras, o que conduziu os marceneiros e seus clientes “à tradução do gosto pela mera cópia”²⁴⁶. A sua datação provável – 1802²⁴⁷ ou 1805²⁴⁸, época já conturbada pela política internacional –, assinala a adesão, por parte da corte portuguesa, a modelos eficazes na sua função.

5. 5. 2. 3. - Um conjunto de tipologias de assento com punção “A. S. R.”

Punções não identificadas colocam problemas de outra ordem. Para o reconhecimento epocal das tipologias que as utilizem será necessário, inevitavelmente, recorrer a elementos de outras áreas das Artes Decorativas que proporcionem informações conducentes à sua identificação, não bastando análise descritiva da sua organização e da execução estrutural. Conhecimentos transversais da dinâmica de outros ofícios poderão ter utilidade acrescida pois, como já vimos, oficiais de matérias-primas diversas numa mesma época utilizaram, amiúde, matrizes idênticas, quando não as mesmas, para se expressarem. Sintaxes formais semelhantes atravessaram, assim, quase todas as Artes Decorativas, reformulando-se de acordo com a matéria utilizada.

No caso de um conjunto de tipologias de assento, que a seguir propomos analisar, há que recorrer, para a sua destrição, a confrontação com peça de outra área, verificando a solução estilística adoptada e respectiva datação.

Um conjunto de canapé (fig. 5:52), duas cadeiras de braços e seis cadeiras, com aros estofados, ostentando a punção “A. S. R.” inserida dentro de ovalado²⁴⁹ (fig. 5:52A), fazem parte da colecção do Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, sedeada em Águeda²⁵⁰. Mais uma vez deparamo-nos com um acervo adquirido, de modo avulso, por um coleccionador, não

the United Kingdom Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, 1999, pp. 26-31.

²⁴⁵ Vd. OLIVEIRA, Fernando – *Livro da Fabrica das Naus*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1991, p. 68.

²⁴⁶ Vd. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, p. 23. Os consumidores e os oficiais “adopted ‘imitation’ as a principle of taste”.

²⁴⁷ Vd. MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho – A obra do Real Jardim Botânico da Ajuda. In *Jardins do Mundo. Discursos e Práticas*. Lisboa: Gradiva, 2008.

²⁴⁸ Vd. M. N. A. A. Esta data constava, em Julho de 2013, na cartela de identificação do armário-xiloteca.

²⁴⁹ Vd. M. F. D. P. A. C. P., *Canapé* Inv. n.º 298; *5+1 cadeiras* Inv. 299, 300, 301, 302, 303 e 304; *2 cadeiras de braços* Inv. 305 e 306.

²⁵⁰ Vd. COSTA, Madalena Cardoso da – A colecção de obras de arte do Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, Águeda. *MUNDA, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, n.ºs. 45/46, Novembro 2003, pp. 159-180. Esta instituição alberga as colecções reunidas em vida pelo seu fundador, comerciante e industrial, nascido em Águeda em 1891, e falecido no Porto em 1968.



Figura 5:52
Um canapé de três lugares, com tabela recortada.



Figura 5:52A
Uma cadeira de braços, com tabela recortada,
de um conjunto de duas



Figura 5:52B

sendo possível identificar a proveniência das peças existentes. A falha de informações que permitiriam a reconstituição da sua gênese, do relacionamento entre os respectivos executantes e seus clientes, bem como do conhecimento do percurso temporal que permitiu que estas peças chegassem aos nossos dias revela a “peregrinação”²⁵¹ histórica a que o mobiliário é votado, e que não é exclusivo de Portugal²⁵².

Cinco de seis cadeiras receberam, no topo das prumadas frontais, o cunho da oficina, ou do cadeireiro que as executou. O mesmo acontece em duas tipologias com braços (fig. 5:52B) e no canapé. Neste último, a marca encontra-se ainda no interior do aro frontal deste. Ficam, assim, escondidas pelos aros dos assentos estofados. Não existem, no presente, elementos que nos permitam identificar a oficina, ou o oficial, que as executou²⁵³.

Uma das cadeiras não ostenta qualquer marca e a sua trempe – uma citação de modelos dos anos 20 de 1700²⁵⁴, que apresenta um acidente recente de fractura, permitiu-nos observar (Outubro de 2013) que esta peça foi executada em momento temporal diverso. A respiga que se encontra

²⁵¹ Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infatado em Queluz*. Lisboa: Livros Horizonte, 1971, p. 210.

²⁵² Em França, por exemplo, a situação é semelhante. Vd. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974, p. 17.

²⁵³ Maria Helena Mendes Pinto sugeriu, em algumas das conversas que mantivemos, a ligação desta punção à família de José Aniceto Raposo mas as iniciais não correspondem a qualquer dos filhos conhecidos, Romão José, José Maria e Romana, a mais velha. No entanto a sua descendência terá sido maior pois são indicados filhos menores na sua certidão de óbito, não sendo possível, pois, descartar por completo tal sugestão.

²⁵⁴ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 21.

Vd. BOWETT, Adam – *English Furniture 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. Woodbridge: Antique Collectors' Club, 2002, p. 144.

visível – de tamanho diminuto, muito certa e com cola branca, denuncia mão técnica de tempo recente. O facto de ser a única sem punção e a sua matéria lenhosa apresentar coloração com ligeiras diferenças leva-nos a considerar que esta terá sido executada para completar um conjunto que se considerava incompleto. A nosso ver, o grupo deveria ser constituído por cinco tipologias sem braços aquando da sua compra pelo colecionador, que o pretendeu completar com mais uma cadeira, perfazendo seis.

Analisando com detalhe a totalidade das peças, verificamos que o tacto nos transmite idêntica técnica de execução, incluindo o corte ondulado dos aros frontais por meio de serra de mão, com imperfeições. O oficial que executou a tipologia sem cunho seguiu os preceitos das originais²⁵⁵. O cadeireiro repetiu, de igual modo, a regra de limar todas as arestas das cadeiras – norma que era, em Setecentos, alvo de atenção por parte dos mestres²⁵⁶. A estruturação das prumadas frontais com os aros laterais segue a sintaxe portuguesa, estando colocadas a 90°, despedindo os aros com leve sinuosidade a partir da frente para as prumadas traseiras.

Podemos ensaiar a datação deste conjunto, nomeadamente das respectivas peças originais, a partir de três dados fundamentais. Um primeiro, o da organização dos seus elementos estruturais, permite o confronto com congêneres que apresentem organização formal semelhante. As escolhas morfológicas que esses elementos apresentam, i.e., as técnicas de modelação utilizadas pelo cadeireiro, serão, também, dados a considerar. A decoração entalhada, etapa seguinte na consecução desta tipologia, revelará a formação técnica e estilística do seu operador.

Creemos que a chave para a datação deste grupo de assentos da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, em Águeda, poderá estar no elemento que coroa o cachaço – um penacho vegetalista muito definido, enquadrado por frontão partido, saído das mãos de entalhador com domínio seguro de goivas. Peça de faiança atribuída ao fabrico de Viana do Castelo – uma pia de água-benta de dimensões reduzidas, datada de 1790-1820²⁵⁷ –, apresenta coroamento similar (fig. 5:53)²⁵⁸, tão bem definido quanto nas tipologias em análise. Não é de estranhar esta ocorrência em duas matérias-primas distintas já que, por exemplo, em França, oficiais de áreas diversas eram chamados a delinear ornamentação nas oficinas de produção de porcelana²⁵⁹, num movimento que já vimos ser internacional, permitindo a difusão do sentir estético epocal entre desenhadores e artífices europeus²⁶⁰. Outras tipologias portuguesas setecentistas apresentam coroamento similar, nomeadamente em cadeira do acervo o Museu Nacional de Arte Antiga²⁶¹ (fig. 5:54).

²⁵⁵ Considerámos, neste juízo presencial, hipótese inversa, i.e., que a cadeira sem punção poderia ter sido modelo original para o restante conjunto, tendo-lhe sido adicionada a trempe. Todavia esta apreciação cai por base pois a espessura do aro é um a dois milímetros superior a todas as outras, sinal de que o lenho foi escolhido, à evidência, noutra momento temporal.

²⁵⁶ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en meubles. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, pp. 614-619.

²⁵⁷ Vd. TÁVORA, Bernardo Ferrão de Távora e – Portuguese Faience of the Eighteenth Century. *Apollo*, April 1973, fig. 12, p. 395.

²⁵⁸ A pluma central está flanqueada, simetricamente, por mais do que uma ordem de frontões partidos e cachos vegetalistas.

²⁵⁹ Vd. HUNTER-STIEBEL, Penélope – Louis XV Style. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*, p. 89.

²⁶⁰ Vd. LEBEN, Ulrich – German Rococo. From Cuvillies in Munich to Nahl in Potsdam. In *Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, p. 145.

²⁶¹ Vd. M. N. A. A., *Cadeira, pau-santo e couro lavrado*, Inv. 542 Mov. Esta tipologia exhibe coroamento de pluma muito definida com florescência miúda, vazada, sobre um espadar de centro cheio, citação de tipologias inglesas das décadas



Figura 5:53
Pia de água benta, faiança portuguesa.



Figura 5:54
Cadeira de espaldar alto e tabela recortada.



Figura 5:55
Luminária de madeira dourada de um braço.



Figura 5:56
Espelho com moldura de talha vazada coroado por penacho.



Figura 5:57
Orçamento da oficina de Gillow.

Uma placa de luminária existente no mesmo museu (fig. 5:55)²⁶², com pluma bem definida sobre interpretação pouco canónica de frontão partido, deverá, do mesmo modo, situar-se nessa datação. Se bem que toda a moldura do espelho apresente sinuosidades, as flores que caem em cacho nas duas zonas laterais assemelham-se a representações menos roliças e, se atentarmos no espelho

de 20 e 30 de 1700.

²⁶² Vd. M. N. A. A., *Placa de luminária*, Inv. 446 Lum.



Figura 5:58
Moldura de espelho com capeado e talha dourada.



Figura 5:59
Espaldar de preguiçeiro português.

metálico de onde sai o braço, apuramos simulação de perlado ²⁶³.

Esta análise permite, ainda, sugerir a época da confecção da moldura com espelho do Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo²⁶⁴ (fig. 5:56) – finais de Setecentos ou início de Oitocentos –, dado que ostenta, de modo claro, pluma semelhante encimando complexo de motivos vegetalistas vazados ²⁶⁵. Esta distribuição estética remete para esquisso da oficina de Robert Gillow, datado de 1771, representando “espelho em estilo rococó, fora de moda” ²⁶⁶ (fig. 5:57), modelo que os ingleses ajustavam ao gosto da clientela de diversas latitudes. Como veremos no 6º capítulo, esta oficina inglesa deve ter estado em contacto, em finais do século XVIII, com clientes portugueses, apresentando ideias e sugestões escritas para solicitações de tipologias diversas. O modelo esquissado é recorrente em acervos portugueses, encontrando-se exemplar na sala de reuniões da Confraria

²⁶³ Nada parece obstar a que esta peça possa ser contemporânea de outra placa do mesmo museu, esta com sinais de um neoclassicismo de ornamentação mais crespada, apresentando toda a respectiva gramática vernacular, desde a forma ovalada da própria peça, com pormenores entalhados em torção e perlados com septos na moldura, até às grinaldas partindo soltas do vaso que coroa o frontão e que parece um troféu. Vd. M. N. A. A., *Placa de luminária*, Inv. 466 Lum. Estas duas peças podem ter constituído encomendas de clientes com gostos dissemelhantes mas, no caso da primeira, o oficial foi atraído pelo modo mais moderno de manejar as goivas, produzindo detalhes próprios de uma época que privilegiava o liso em vez do boleado.

²⁶⁴ Vd. M. A. D. V. C., *Moldura com espelho*, Inv. nº 4826.

²⁶⁵ A análise macroscópica dos lenhos revela pinho flandres, nogueira americana e capeado de pau-santo. Notam-se vestígios de retoques, no dourado, bem como sinal de uma etiqueta nas costas, no canto inferior direito.

²⁶⁶ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 2, fig. 622, p. 79.

portuense do Senhor Jesus do Bonfim e Almas da Freguesia de S. Martinho de Lordelo do Ouro (fig. 5:58) para a qual, como veremos, José Francisco de Paiva deve ter executado armário que aí se encontra.

O cruzamento das análises estéticas e técnicas que ensaiámos *supra* pode servir de exemplo para problematizar a distensão temporal entre os movimentos vanguardistas que definem a moda e a sua legitimação através das reproduções pelas oficinas periféricas que não a consomem por conhecimento directo. Sendo o Rococó inglês a matriz deste modelo, a sua produção, em Inglaterra, na década de 70 de 1700 não constitui um revivalismo, pois acontece no seguimento da natural evolução estética de modelos anteriormente produzidos. Essas peças são sinais do prolongamento de gostos e afirmação de variantes estilísticas, exequíveis pela imaginação dos marceneiros, bem como por sugestões dos clientes que, de acordo com os seus ambientes domésticos, diligenciam a adequação dos modelos à realidade caseira. O mesmo se poderá afirmar quanto à execução das molduras dos espelhos do Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo e da Confraria de Lordelo do Ouro. Se bem que de execução mais tardia, constitui exemplo da apropriação de um imaginário que, por motivos locais, se adequou às vivências da clientela.

Não podemos deixar de mencionar que o motivo decorativo da pluma, que veremos ser recorrentemente utilizado pelos entalhadores portugueses, poderá ter uma outra interpretação estilística e técnica. Na verdade, e por exemplo, o elemento que coroa o espaldar do preguiceiro da Fundação Medeiros de Almeida ²⁶⁷ (fig. 5:59), com algumas aproximações ao leito do Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo, que veremos *infra*, manifesta exuberância intensa de clara filiação rococó se bem que corporizada em massa matéria espessa. O que define o entalhamento desta tipologia é a interpenetração, de forma intrincada, de motivos vegetalistas que percorrem o seu espaldar, parecendo quase um volume amorfo ²⁶⁸, dando origem a linhas sinuosas e curvaturas que quase disfarçam o elemento primário que lhes deu origem ²⁶⁹. Os entalhadores pretenderam criar um trabalho “mais sugestivo do que racionalmente compreensível” ²⁷⁰, característica de um gosto orgânico que se impôs pela sua exuberância, quiçá saído de mãos formadas nas Artes Decorativas alemãs da região sul, eivada do catolicismo de influência italiana, cujas produções se impõem pela prolixidade de elementos. Note-se, no entanto, que a gramática decorativa é inglesa o que indica, mais uma vez, que o entalhador dispôs a ornamentação escolhida de um modo que denuncia a sua formação técnica e estilística de base.

²⁶⁷ Vd. F. M. A., FMA 479.

²⁶⁸ Vd. WARD-JACKSON, Peter – *English Furniture Designs of the Eighteenth Century*. London: Victoria & Albert Museum and Her Majesty’s Stationery Office, 1958, p. 10.

²⁶⁹ Vd. LEBEN, Ulrich – German Rococo. From Cuvilliés in Munich to Nahl in Potsdam. *In Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, p. 138.

²⁷⁰ Vd. CONTI, Flavio – *Como reconocer el arte Rococó*. Barcelona: Editorial Médica y Técnica, 1980, p. 30.

5. 5. 2. 4. – Uma cómoda-papeleira assinada “Manuel António Ferreira”

Uma cómoda-papeleira de colecção particular ²⁷¹(fig. 5:60), com assinatura em cursivo, a lápis, de *Manuel António Ferreira*, no interior da ilharga direita (fig. 5:60A), apresenta as iniciais, igualmente a lápis, “M. A. F.”, no fundo exterior de 4 gavetas da fábrica (fig. 5:60B). Essa prática de apôr o seu nome em locais não visíveis das peças que executavam existia, nomeadamente em Inglaterra, em oficinas com negócios avultados ²⁷². Era uma atitude compreensível por parte de marceneiros, que, trabalhando para mestre conhecido, tentavam contornar o seu anonimato aquando da execução de peças consideradas proeminentes. Ainda hoje isso acontece nas oficinas tradicionais de marcenaria portuguesa.

Não sabemos o percurso histórico deste objecto e não foi possível recolher dados sobre o seu autor. Mas a tipologia revela a construção frequente do mobiliário de conter da época neoclássica, em que a marqueteria foi utilizada como método de ornamentação, seguindo os cânones da marcenaria europeia ²⁷³, constituindo uma opção estética relativamente à pintura ²⁷⁴.

A repetição ritmada do folheado, das cores das madeiras e dos motivos ornamentais que circundam as cartelas – elemento estilístico do período –, é uma das características que definem esta peça. A utilização do folheado em espinha, que só se divulgou a partir de 1765 ²⁷⁵, e que aqui é o componente decorativo, constitui o factor que permite balizar a datação, bem como a ausência de molduras tridimensionais, substituídas de modo ilusionista pelas bandas de embutidos de vários motivos, cores e desenhos ²⁷⁶(fig.s 5:60C e 5:60D). Existe, ainda, um padrão floral na tampa formado por cravos e folhas em dois ramos que se cruzam nos pedúnculo (fig. 5:60E).

Toda esta panóplia de folheados foi aplicada sobre carcaça executada em madeira de pinho, encontrando-se perfeitamente estabilizada e as frentes das gavetas foram estruturadas a partir da técnica de associação de peças de madeira desencontradas para conceder estabilização à base do folheado (fig. 5:60F). Quanto às espécies utilizadas no exterior, só uma análise histológica as poderia identificar com propriedade, já que apresentam descoloração relevante. Pela observação macroscópica parece-nos ter existido, na origem, um contraste entre preto, a cor rosa ou violeta e o amarelo claro. A primeira dominaria a totalidade da peça, impondo-se pelo negro; a segunda, em contraste, foi utilizada nas molduras que circundam as cartelas. O seu centro deveria ser negro, bem como as fitas largas que acompanham as linhas do tampo, quando aberto, e as das gavetas da fábrica. Os fios largos de cor amarelada, que presumimos ser buxo, foram utilizados para delimitar a zona tangencial entre as duas cores, preto e rosa ²⁷⁷.

²⁷¹ Medidas máximas aproximadas: altura: 116 cm x largura 116 cm x profundidade 59 cm.

²⁷² Vd. PAYNE, Christopher – A Waring & Gillows Cabinetmaker. *Furniture History Society Newsletter*, nº. 191, August 2013, pp. 4-5.

²⁷³ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 21.

²⁷⁴ Vd. BOWETT, Adam – *English Furniture 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. Woodbridge: Antique Collectors' Club, 2002, p. 44.

²⁷⁵ Vd. RODGERS, John – *English Furniture*. Middlesex: Spring Books, 1963, p. 153.

²⁷⁶ No tampo, bem como nas ilhargas, a delimitação dos campos seccionados é conseguida por faixas e linhas rectas, mas na tampa de rebater e nos três gavetões foram utilizadas linhas em SS contínuos, convergindo para os cantos.

²⁷⁷ A construção desta tipologia resume-se a um paralelepípedo cujos elementos interiores foram assemblados imediatamente antes das tábuas do tampo, ilhargas e fundo, formando um todo uno e só desmontável por meio de desagregação



Figura 5:60
Cómoda-papeleira portuguesa, com marqueteria
assinada "Manuel António Ferreira".



Figura 5:60C
Ilharga com motivo de espinhado.



Figura 5:60A
Assinatura do marceneiro.



Figura 5:60B
Iniciais do marceneiro.



Figura 5:60D
Fábrica da cómoda-papeleira.



Figura 5:60E
Pormenor da tampa da cómoda-papeleira.



Figura 5:60F
Interior de uma gaveta com fechadura de ferro.

As linhas rectilíneas do Neoclassicismo estão presentes na massa visual da tipologia, que, nas suas medidas máximas, é um quadrado de 116x116 cm de “linhas enxutas”²⁷⁸, bem como na disposição geométrica dos folheados, que repete ininterruptamente o motivo espinhado. No entanto, verificamos a existência de uma curvatura ligeira da frente, que os ingleses apelidam de “serpentine” no seu período rococó, trazendo à colação as ténues linhas que, por vezes, fixam as opções estilísticas que se vão sucedendo ao longo do tempo e da historiografia do gosto. De facto, os marceneiros e riscadores tendem a marcar as peças da moda com elementos estilisticamente mais recuados, bem conhecidos das suas práticas rotineiras, mas que, como no caso presente, podem ter uma função relevante imediata, ou seja, um apoio suplementar para a tampa de rebater do corpo que encerra a fábrica, quando estiver aberta e o corpo do utilizador nela se apoiar.

A colocação das fechaduras de ferro nas gavetas revela a réplica da prática inglesa que as aplicava acima do meio, junto à fímbria das gavetas²⁷⁹. A do tampo, bem como as dobradiças, são de metal. Os espelhos com asa e os escudetes poderiam ser similares aos actualmente existentes, que não são originais, já que na década de 80 de 1700, como vimos *supra*, este modelo se executava na cidade do Porto.

5. 6. - A estética do mobiliário português da segunda metade de Setecentos

As condicionantes político-religiosas e as variáveis sócio-profissionais, que apontámos nos 1º e 2º capítulos, permitem-nos tecer algumas considerações relativamente à identificação estilística da produção portuguesa de mobiliário nos últimos 50 anos de 1700.

Como já sugerimos, o terramoto de 1755 ditou alguma economia à construção de palácios e casas nobres, sobretudo em Lisboa e no Sul, no contexto de circunstâncias adversas²⁸⁰. À semelhança de países como a Holanda, noutras datas²⁸¹, os encargos de mobiliário devem ter diminuído, senão mesmo falhado, dado não existirem condições económico-sociais para decorações relevantes nas casa dos nobres. Maria Helena Mendes Pinto notou que, nos anos seguintes a esse

total das suas partes. As costas, com tábuas que foram colocadas ao alto, entram em rebaixe feito nos quatro elementos que as compõem, sendo o único componente móvel além da tampa. É de notar que a moldura da base foi rasgada na espessura de pau-santo maciço, enquanto os dois entrepanos imediatamente superiores, de pinho, se encontram simplesmente forrados com folha colocada na horizontal denunciando eventual poupança de madeira ou busca de modo simplificado de interpretação dos modelos internacionais, que a utilizavam na vertical em pequenos pedaços sucessivos.

²⁷⁸ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 21.

²⁷⁹ Vd. BOWETT, Adam – *English Furniture 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. Woodbridge: Antique Collectors' Club, 2002, p. 43. O facto da marcenaria inglesa fixar as fechaduras junto da fímbria das gavetas poderá estar ligado à sua execução em série, i.e., à necessidade da sua execução em medida estandardizada, obrigando os oficiais a colocá-las em conformidade. Já nas peças portuguesas as fechaduras de ferro estão executadas em diversos tamanhos, sendo sempre encomendadas caso a caso. Ainda hoje, e na falta desses elementos, as oficinas portuguesas que se dedicam à intervenção restaurativa de mobiliário necessitam de as mandar executar de acordo com as medidas muito variáveis que as gavetas apresentam.

²⁸⁰ Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1965, pp. 114 e 126.

²⁸¹ Vd. BAARSEN, Reinier – Rococo in Holand. The Assimilation of a Foreign Style. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, p. 151.

acontecimento, não teriam existido “grandes encomendas” por parte da corte ²⁸². O mesmo deverá ter acontecido, por maioria de razão, nas classes encomendantes da marcenaria local ²⁸³. O registo no ano de 1786 do transporte de cadeiras a partir da cidade do Porto para a capital ²⁸⁴ pode revelar encargos a zonas geográficas do território cujas oficinas terão sido pouco atingidas pelo sismo, porventura tipologias importadas chegadas ao Norte do reino.

A contínua importação de peças com origem em Inglaterra, apresentando um arquétipo decorativo específico, inspirou os riscadores e artífices locais na execução de peças que constituem a face do Rococó e Neoclássico civil português. Esse sentir estilístico estrangeiro foi-se mesclando com as manifestações de gosto local, dando origem a uma produção de exuberância controlada, talvez sujeita aos mesmos factores que induziram ao advento do que já foi apelidado de “protoneoclassicismo” ²⁸⁵ na arquitectura lisboeta, na data do terramoto. Transpondo a opinião de José-Augusto França, não nos parece descabido admitir que o imaginário estilístico pós 1755 possa ter sido condicionado pela via económica, conduzindo, entre o grupo “de negociantes, uma classe que se queria “iluminada” ²⁸⁶, à afirmação de um gosto específico nas Artes Decorativas originando, na época de D. José I, a execução local de mobiliário com alguma contenção formal e ornamental – que pode ser entendido como “rocaille modesto” ²⁸⁷.

Parecem-nos oportunas, assim, as palavras de Maria Helena Mendes Pinto ao assinalar a moderação da linguagem decorativa na produção do mobiliário português da época josefina, “deputa[ndo-se] do excesso de volume de talha”, espalhando-se esta “pelo avental das mesas e pelo aro da frente das cadeiras [...] [em] concheados de relevos esbatidos” ²⁸⁸, num movimento estético e técnico que parece elidir o rococó de matriz centro-europeia, tão ao gosto dos dignitários da igreja portuguesa.

O Rococó enquanto farol do gosto já era passado em 1784. No entanto, essa corrente estilística encontrou, na segunda metade de Setecentos, em Portugal, reino economicamente fragilizado, como que um ponto de fuga com o Neoclássico. A distensão temporal entre a devastação arquitectónica e a sua reconstrução ²⁸⁹ assim o consentiu.

Ocorreu, então, uma convergência gramatical entre linhas sinuosas e sumptuosas e uma nova

²⁸² Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – Móveis. In *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV/XVIII*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. Museu Nacional de Arte Antiga, 1979, p. 81.

²⁸³ A diminuição de conventos na época seguinte ao pós-terramoto, em Lisboa, a “desvalorização do celibato eclesiástico” e a conseqüente menor entrada de “filhos segundos da primeira nobreza da corte” bem como de elementos femininos na ordens religiosas – que deveriam entregar mobiliário como parte do dote, como já vimos –, além da diminuição de rendas por parte da igreja, são, de igual modo, factores a considerar na análise da provável míngua de encomendas de mobiliário. Vd. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José. Na sombra de Pombal*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008, pp. 258-262.

²⁸⁴ COSTA, Pe. Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945, p. 270. Chegaram a Lisboa “duzentas e dez dúzias de cadeiras e mesas de pau”.

²⁸⁵ Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1965, p. 127.

²⁸⁶ Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1965, p. 127.

²⁸⁷ FRANÇA- José Augusto – *Estilo Pombalino. In Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 372.

²⁸⁸ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – Móveis. In *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV/XVIII*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. Museu Nacional de Arte Antiga, 1979, p. 81.

²⁸⁹ Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1965, p. 114.

maneira de encarar a moda, que privilegiava os motivos clássicos ²⁹⁰. Com efeito, deparamo-nos recorrentemente com peças de mobiliário que não ostentam “uma qualquer coerência estilística ou temática” ²⁹¹ segundo os cânones puristas internacionais. Esse facto é, em geral, consequência da interpretação livre, por parte dos marceneiros, das tendências consideradas novas, mesclando-as com elementos de estilos adoptados em épocas anteriores, mas que sobreviviam dada a sua carga simbólica, nomeadamente colagem a conjunturas políticas e decorativas marcantes ²⁹².

Esta ocorrência não foi exclusiva de Portugal e aconteceu em outros reinos europeus, de que a Rússia é exemplo, onde “somente no século XIX os estilos vernaculares ou indígenas foram adoptados pela aristocracia e combinados com elementos estrangeiros, por exemplo, do rococó” ²⁹³. Esta verificação conduz-nos, no limite, à assumpção de que poderão existir tipologias portuguesas executadas para lá das balizas temporais geralmente admitidas para os estilos rococó e neoclássico, o que de facto sucedeu na nossa pesquisa de campo.

Fica, assim, em aberto, o debate para definir as designações estilísticas portuguesas que utilizam como referência os reinados de D. José I e D. Maria I, situando-se o primeiro entre 1750 e 1777, e o de sua filha entre 1777 e 1816. Na verdade, e à luz da análise que propomos, a falta de documentos escritos – contratos, recibos, inventários, punções ou testemunhos de outra natureza –, e a identificação de peças de mobiliário neles mencionados, torna problemática a sua localização temporal. O exercício de confrontação com produção de matérias-prima diversa, que efectuámos *supra*, possibilitando aproximação de datações, revela que as peças portuguesas necessitam de reportes a datações concretas. O caso da execução do armário-xiloteca de José Aniceto Raposo revela que a marcenaria portuguesa adoptou modelos gravados com algumas décadas de dilação. Caso não existisse a punção do marceneiro e a documentação que identifica a tipologia, o seu tempo de execução poderia ser falseado.

5. 6. 1. – A transposição de morfologias inglesas para as peças portuguesas

São poucas as peças que tivemos ocasião de analisar, com detalhe, e que se inserem, de modo claro, em um ou outro estilo. Na verdade, e pelas razões antes apontadas, a produção portuguesa da marcenaria civil destinada à clientela das cidades, com poder de compra e desejo de seguir a moda, sofreu de condicionantes que induziu à criação de peças em tempo distendido, levando-a a integrar elementos estilísticos diversos de modo *sui-generis*, dando lugar a peças adaptadas ao gosto regional.

²⁹⁰ Vd. BAARSEN, Reinier – Rococo in Holand. The Assimilation of a Foreign Style. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*, p. 152.

²⁹¹ Vd. GOMES, Paulo Varela – Expressões do Neoclássico. In RODRIGUES, Dalila, coord. – *Arte Portuguesa. Da Pré-História ao Século XX*. [S.l.]: Fabu Editores, 2009, p. 33.

²⁹² Vd. ROCHEBRUNE, Marie-Laure de – O gosto “à grega” ou a primeira fase do Neoclassicismo francês. In *O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 13-14.

²⁹³ Vd. COFFIN, Sarah D. – Radiating Rococo. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*, pp. 112. A frase, no original, refere que “only in the nineteenth-century did Russia’s non aristocratic, indigenous styles get taken up by the aristocracy and combined with foreign elements such as rococo”.

Uma das constatações imediatas quando se analisam peças da segunda metade do século XVIII é que a morfologia das tipologias importadas condicionou a produção tipológica local. Estão nesse caso as cadeiras, as cómodas-papeleiras, os espelhos, as caixas de relógio, as mesas de pé de galo e as mesas de jogo, sendo, por vezes, trasladadas de modo quase literal. Outras peças inglesas, tais como cómodas, mesas de encostar de uma, duas ou três gavetas, sofreram adaptações, dando lugar a mobiliário com características que ficou genuinamente ligado ao sentir oficial português, constituindo a marca genética da marcenaria civil portuguesa desses 50 anos. Os leitos parecem representar uma idiosincrasia portuguesa – o mesmo acontecendo em outras latitudes. Outras peças surgiram, fruto da vivência local religiosa católica, estando nesse caso os pequenos oratórios que encerram imagens de santos venerados ao ritmo doméstico.

5. 6. 2. - As marcas estilísticas do Rococó e o protagonismo do entalhamento

A ornamentação rococó do mobiliário civil traduz-se, em algumas tipologias, na presença do entalhamento decorativo que pode ser simultaneamente estrutural ²⁹⁴.

Na verdade, a desenvoltura dos entalhadores permitiu que os elementos de suporte constituíssem, eles mesmos, decoração. Estão, neste caso, o espaldar das cadeiras – libertado dos tecidos que anteriormente concediam apoio às costas dos seus utilizadores –, bem como a organização das cómodas de pernas altas ou de mesas de encostar, que assumiram um protagonismo que conduziu à sua colagem como definição estilística. A preferência pelas prumadas cabriolé, agregada a esta estruturação, está presente nestas duas tipologias mas também em mesas diversas, de que constituem exemplo as chamadas pé de galo ou algumas mesas de jogo. Os pés respectivos aderiram à forma das patas de animais em variantes múltiplas – mamíferos, palmípedes ou comparáveis –, interpretados de modo singular, de acordo com os gostos dos entalhadores, desde a garra agarrando bola até às patas unguladas, estas em diversos talhes. Não podemos esquecer a deteção de mesa com pés aparentando sapato ²⁹⁵.

A talha rococó é simultaneamente presença e ausência, traduzida em jogo de vazamentos ou de superfícies lisas com a talha nela levantada ²⁹⁶, apresentando, por vezes, motivos de feição crespa.

²⁹⁴ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 81. O autor considera que o mobiliário rococó inglês constituiu uma “plataforma para o ornamento entalhado”.

²⁹⁵ A preferência de cada entalhador revela-se no modo como concebe estes elementos animais ou de outra natureza. O trabalho de cada oficial – a sua formação e os seus gostos – definem-se nas escolhas morfológicas que traduz na obra, podendo sinalizar o seu executante. Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 157. Em produções oficinais identificadas, um olhar perito sabe distinguir as mãos e as ferramentas que intervieram em qualquer obra.

²⁹⁶ Veja-se, por exemplo, o cadeiral da igreja dos Clérigos, no Porto, que já mencionámos no 3º capítulo. A matriz decorativa é inglesa, com detalhes ornamentais que remetem para o imaginário decorativo dos espelhos de sacristia de Tibães e da Sé de Braga. Não nos parece descabido considerar que a aplicação do entalhamento sobre o negro simulasse uma decoração da técnica do vazado, constituindo referência ornamental à estética britânica, pois a sintaxe rococó vive, simultaneamente dos elementos presentes e ausentes, no caso dourado sobre fundo negro, como se de um vazio áureo se tratasse. O motivo do corpo dos bancos ostenta claro panejamento assimétrico rococó, chegando alguns elementos flamejantes a abraçar as divisórias entre assentos.

Os aventais das tipologias de conter ou os aros de cadeiras e bancos patenteiam esse jogo decorativo em superfícies com ondulação mais ou menos pronunciada, por vezes marcada por cortes verticais na superfície frontal.

As molduras que definem os tampos de cómodas ou mesas, esgaçadas na própria madeira pelos marceneiros ou pelos entalhadores, técnica que se detecta pela perfeição ou, ao invés, por alguma irregularidade no acabamento ²⁹⁷ –, acompanham, em geral, a sinuosidade das caixas, marcando, de modo especial os respectivos cantos frontais com curvas que podem apresentar três quartos de círculo, meio círculo, ou só um ligeiro apontamento para seguir as prumadas, em jogos de diversas curvaturas.

5. 6. 2. 1. - A tradução portuguesa da ornamentação debuxada nos álbuns ingleses

Uma mesa de encostar de duas gavetas, de colecção particular, executada em madeira de jacarandá ²⁹⁸, apresenta motivo entalhado rococó com uma particularidade que merece atenção (fig. 5:61). Gola côncava, sob o tampo, de complexa execução, transmite à tipologia movimento suplementar ao da ondulação que serpenteia em todo o móvel. Pernas galbadas de modo exacerbado terminam em pés de um ungulado dissimulado por folha que se espraia na vertical. As molduras das gavetas e o denticulado que quebra a ligação entre o aro central e as prumadas induzem-nos a sugerir opções estéticas locais de interpretação do preenchimento dos campos, mote nas estruturas do mobiliário rococó de matriz inglês ²⁹⁹. Os metais aplicados nas gavetas não são de época.

A talha do avental central é de execução minuciosa, traduzindo, mais do que pormenores vegetalistas, a sua sugestão, num emaranhado de linhas e superfícies como que em constrangimento (fig. 5:61A), parecendo indicar que o entalhador interpretou desenhos sem conhecer modelo ao vivo. Se atentarmos na reprodução de alguns traçados de Chippendale, por exemplo, verificamos que o debuxo bidimensional traduz uma economia de linhas que pretendeu constituir, em certos casos, mais do que efectivo modelo, uma sugestão de contornos e motivos ³⁰⁰. Um entalhador que os pretendesse interpretar, de modo literal, com a ferramenta, poderá ser ter sido induzido a executar o enleado que encontramos nesta tipologia portuguesa. Poder-se-á, assim, explicar o motivo central do avental frontal, transformação possível do tradicional amendoim, consequência de uma síntese estilística de desenhador e/ou entalhador que interpretou, de feição livre, esse detalhe ornamental rococó ³⁰¹.

²⁹⁷ Os marceneiros rasgam as fimbrias dos tampos com cepos de molduras que permitem que a madeira, depois de lixada, fique macia. Os entalhadores utilizam os cochevis – corruptela provável de “gauche vi” –, ferramenta que vive da força manual que lhe é imprimida, podendo deixar vestígios do maior ou menor impulso que lhe foi concedido.

²⁹⁸ Medidas máximas: altura: 81,5 cm; largura 107x95 cm; profundidade 77,5 cm.

²⁹⁹ Cremos que os marceneiros portugueses terão optado por simular esse gosto, levantando as molduras das gavetas na própria madeira.

³⁰⁰ Vejam-se, por exemplo, as três gravuras de “Candle Stands”, a de “Stands for China Jars” ou de “Design for Lanthorns” que nos parecem demonstração desta interpretação. No entanto, desenhos de cadeiras, cómodas ou leitos sugerem idêntica leitura.

³⁰¹ Veja-se, por exemplo, no Museu Victoria & Albert, cadeira setecentista inglesa que replica desenhos de Thomas Chippendale e que é uma das “many versions [that] were made by furniture makers throughout Britain and overseas”. Esta tipologia ostenta uma outra expressão possível do motivo de espargo. Vd. M. V. A., *Chair, 1754-1780*, Museum n° W65-1940.



Figura 5:61
Mesa de duas gavetas.



Figura 5:61A
Pormenor do entalhamento do saial frontal.

A mesma tradução estilística é clara no avental frontal e nos dois saiais laterais de mesa com duas gavetas do acervo da Fundação Medeiros e Almeida, em Lisboa ³⁰²(fig. 5:62). Esta tipologia poderá ter sido inspirada em debuxo de entalhamento similar à peça anterior se bem que a sua morfologia apresente alguma diversidade. O tampo revela recortes fortes que acompanham as linhas ondulantes da caixa com duas gavetas. O recorte vertical acentuado da zona frontal, por meio de dois denticulados – parecendo três blocos – interrompe a curva sinuosa tradicional. São criados, assim, três campos distintos, conferindo grande aparato a esta tipologia de conter. Este artifício decorativo foi utilizado de modo característico da produção norte-americana com influência dos desenhos de Thomas Chippendale, valorizando a modulação da madeira e respectiva movimentação da forma estrutural ³⁰³, concedendo pouco relevo à ornamentação entalhada, nomeadamente nas cómodas. Tratou-se de uma opção da marcenaria de algumas zonas do Norte dos Estado Unidos – uma interpretação local, portanto, apelidada de “American Chippendale form” (“forma Chippendale americana”), que preferiu ornamentação através da organização formal das estruturas, ao invés do entalhamento, que praticamente não existia.

No caso destas duas peças portuguesas, a morfologia é acentuada pelo galbado forte das prumadas, e pela curvatura pronunciada da parte inferior, parecendo pernas de palmíedea em tensão. Esta estética está presente, se bem que de modo mais contido ³⁰⁴, em cadeira do Paço dos Duques de Guimarães ³⁰⁵ cujos pés traduzem unha envolta em dois elementos sinuosos ³⁰⁶(fig. 5:63) que seguem pela prumada acima até se ligarem com o motivo central do aro com talha em que foi transposto, de igual modo, um bosquejo. A matriz inglesa desta cadeira revela-se no espaldar cheio

³⁰² Vd. F. M. A., *Mesa de encostar*. FMA 499.

³⁰³ Vd. GREENE, Jeffrey P. - *American Furniture of the 18th Century. History, Technique, Structure*. Newtown: The Tauton Press, 1996, p.77.

³⁰⁴ Nesta tipologia de assento essa curvatura está elidida pela espessura da madeira utilizada. Acaso o entalhador tivesse desbastado mais a madeira – e descontando a sua menor altura –, o resultado teria sido similar.

³⁰⁵ Uma tipologia de assento de um conjunto de doze elementos pertencentes à Presidência da República. Sem número de inventário. Localizada, em Maio de 2008 na antecâmara do Torreão Noroeste.

³⁰⁶ Medida máxima aproximada: altura 111 cm.



Figura 5:62

encimado por artifício vazado³⁰⁷ (fig. 5:63A) destinado a libertar altura para que as cabeleiras não se danificassem, bem como no elemento em paralelepípedo das prumadas traseiras. Estas apresentam um perfil muito bem lançado (fig. 5:63B), que se transmite ao espaldar, o que confere à peça uma elegância particular. O assento de couro, lavrado com motivo de concha rococó (fig. 5:63C) sinaliza o gosto provável do cliente. O desenho técnico da peça explodida (fig. 5:63D) demonstra a construção tradicional setecentista e seus elementos agregados por meio de furo e respigas, reforçados, no caso das prumadas frontais, traseira, cachaço e elemento inferior da tabela, por cavilhas que asseguram a firmeza da tipologia.

5. 6. 3. - Tipologias rococó

5. 6. 3. 1. – Tipologias de descanso

A) – Interpretação portuguesa de modelos ingleses

Uma cadeira portuguesa, executada em madeira de castanho pintada de cor verde pontuada por dourado³⁰⁸, ostenta matriz inglesa (fig. 5:64). A tonalidade, citando nobreza, por excelência, foi utilizada em mobiliário executado por Thomas Chippendale, nomeadamente para Temple Newsan House e em mobiliário concebido para o actor David Garrick, cerca de 1750, do acervo do Museu Victoria & Albert³⁰⁹. Em inventário da casa do morgado de Mateus, por exemplo, a cor verde está presente em “*almofadas de troça (sic) de seda verde*” que cobriam os assentos de “*doze cadeiras de braços de talha*”, “*um canapé irmão delas*” e “*uma alcatifa irmã das almofadas*”³¹⁰. A utilização da

³⁰⁷ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, fig. s 4:65 e 4:66, pp. 176-177.

³⁰⁸ Medidas máximas aproximadas: Altura 107cm; assento 47 cm x 43 cm

³⁰⁹ Vd. V. & A. M., *Clothes Press*, Museum n° W22-1917; *Bed Valance*, Museum n° W70i-1916; *Cabinet Bookcase*, Museum n° W14-1994.

³¹⁰ Vd. A. C. M., *Inventário dos bens móveis existentes na casa de Mateus por morte de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, pelo D. José Sá Sousa Botelho Mourão Vasconcelos*. 1800. Caixa 2,49. G. 1926.07, f. 24.

cor era um dos elementos de ligação decorativa nos ambientes, e a escolha cromática pode ser lida como uma opção estética epocal.

Esta tipologia é, actualmente, peça única mas talvez tenha pertencido a algum grupo de nove ou doze peças. Se bem que submetida a intervenção para completar uma das prumadas em falta ³¹¹, permaneceu parte da cor original sobre a madeira de castanheiro. Pese embora o seu visual incompleto, mas tendo em conta a qualidade deste exemplar, a sua inclusão tornou-se uma forçosa, constituindo um tributo ao talento dos oficiais setecentistas portugueses. O carácter interpretativo deste exemplar rococó português avalia-se pela independência que o entalhador tomou relativamente a modelo conhecido e pelo preciosismo do entalhamento, muito minucioso e perfeito, produzindo uma tipologia de marcada identidade ³¹²(figura 5:64A). A disposição decorativa, nomeadamente o coroamento da tabela vazada, em que sobressaem entrelaçadas de diversas feições, são uma referência às propostas de William de la Cour, datadas de 1741 ³¹³, posteriormente desenvolvidas pelo ornamentista e gravador Mathias Darly (activo em 1741 – f. 1778), colaborador de Thomas Chippendale, entre outros ³¹⁴.

O entalhamento remete-se mutuamente no cachaço, espaldar, aro do assento, prumadas e pés, numa disposição em que plumas, que parecem conchas, são sugeridas por diversas formações de movimentos de goivas. Panejamento ondulante preenche o fundo liso dos aros do assento (fig. 5:64B), concha mais definida marca os joelhos das prumadas frontais (figura 5:64C), coroando elemento alongado em cabochão. Na zona posterior da prumada, levantado na espessura da madeira, elemento alargado como que projecta visualmente o galbamento que já existe. Os pés, em garra com bola, estão bem demarcados (fig. 5:64D). O desenho técnico permite relevar os pormenores do trabalho do entalhador (fig. 5:64E).

Duas outras tipologias portuguesas, muito semelhantes entre si, cuja madeira conserva tonalidade muito negra e poro fechado (fig. 5:65), que análise macroscópica sugere o pau-santo, revelam a evolução da cadeira que copiou modelo de espaldar inglês e a sua repetição em momento posterior, já libertada do formato ondulado. Se bem que a construção da estrutura não divirja, de facto, abre-se, na diferença, uma questão estética e de identificação da matriz longínqua nos modelos ingleses. A primeira remete para modelos de William de la Cour, já referidos *supra*, e que veremos adiante noutra cadeira portuguesa. Na presente, a tradução é imediata, pois apresenta encosto vazado com entrelaçados que se apoia visualmente nas prumadas, não existindo ligação da tabela com o assento. Tal facto existe no segundo espécime, constituindo, a nosso ver, mera opção estética dentro dos modelos conhecidos pelos cadeireiros. O entalhamento é muito similar nos dois modelos, de tendência revivalista gótica, revelando a estética vegetalista que remete para a influência inglesa na

³¹¹ Para uma cópia correcta da prumada direita da tipologia, foi necessário remover a pintura da outra que, aliás, já se encontrava danificada. Assistimos a todo o processo de reposição do elemento em falha, incluindo a delineação do molde, corte e definição da forma lenhosa.

³¹² Analisando a decoração executada, verificamos que o oficial possuía conhecimento preciso da gramática estilística inglesa. Todavia, trabalhou-a com liberdade, pois a escolha do elemento entalhado que se sobrepõe ao cachaço não consta da gramática estilística do rococó inglês. Com efeito, as matrizes britânicas preferem, em geral, levantar a talha no próprio elemento de apoio ao pescoço. Vd. BIENENSTOCK, N. I. – A biographical sketch of Thomas Chippendale and a selection of photographs of Chippendale-type furniture, plate 12. In CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966.

³¹³ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 4:111, p. 198.

³¹⁴ Vd. GILBERT, Christopher – *The Early Furniture Designs of Matthias Darly*. *Furniture History*, vol. XI (1975), pp.33-39 e fig.s 66-78.



Figura 5:63
Cadeira portuguesa com arco frontal de pouca altura e
prumadas com galbamento pronunciado.



Figura 5:63B
Vista lateral da cadeira.



Figura 5:63A
Pormenor do cachazo.



Figura 5:63C
Assento de couro com motivo roccó.

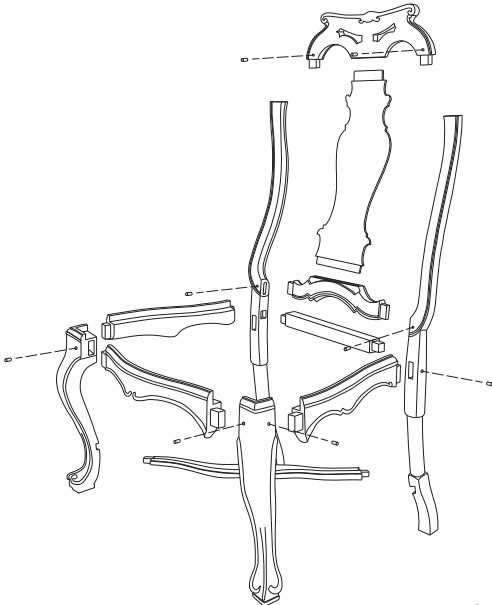


Figura 5:63D
Desenho técnico das peças constituintes da
cadeira e seu ensambleto.



Figura 5:64
Cadeira portuguesa rococó.



Figura 5:64A
Pormenor do cachaço.



Figura 5:64B
Pormenor do saial frontal.

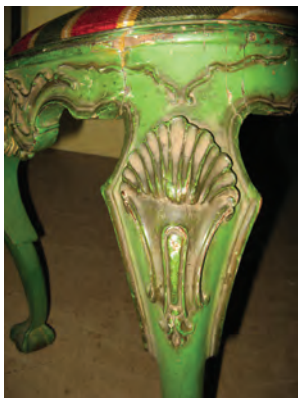


Figura 5:64C
Joelho entalhado da cadeira



Figura 5:64D
Pé da cadeira

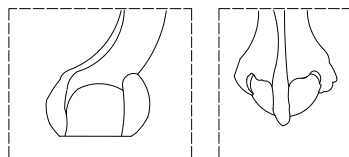
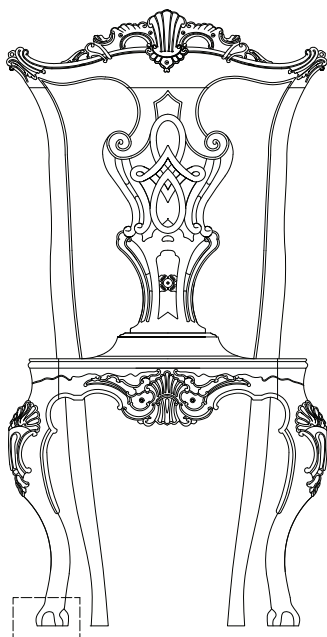


Figura 5:64E
Desenho técnico da frente da cadeira e pé garra e vistos de modo frontal e lateral.



Figura 5:65
Duas cadeiras portuguesas com tabela vazada.



Figura 5:66
Uma cadeira, de duas, com braços, com motivos góticos na tabela vazada.



Figura 5:66A
Pormenor da construção do aro da cadeira, com os cantos arredondados.



Figura 5:67
Cadeira portuguesa de influência inglesa.



Figura 5:67A
Pormenor do pé, com penugem na garra.

talha portuguesa. Já os pés unglados são património luso, bem como os couros que revestem os assentos, aplicados sobre grade que se introduz no assento.

Este modelo de tabela vazada repete-se em par de cadeiras de braços da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, em Águeda ³¹⁵ (fig. 5:66), de provável realização no início de Oitocentos, já que os cantos apostos no interior da intersecção das prumadas frontais apresentam a forma de quarto de circunferência ³¹⁶ (fig. 5:66A). Os motivos entrelaçados do espaldar revelam vaga citação de projecto para grades de igreja de Juste-Aurèle Meissonier (1695-1750), datáveis de cerca 1745/1750, em que se detecta intrincada combinação de elementos góticos com detalhes em bico, juntamente com elementos encurvados ³¹⁷. A reminiscência de protótipo inglês revela-se não só na tabela de intrincadas combinações ³¹⁸ como na concepção do assento, com aro liso, que na origem era resguardado com tecido, utilizando uma técnica peculiar que cobria a união dos aros frontal e laterais, deixando à vista o bico que assinalava essa junção ³¹⁹. A inserção do apoio dos braços bem como as prumadas traseiras, estas com algum pronunciamento, citam, ainda, os padrões britânicos, tal como a tentativa de reportar a manchete do braço ao enrolado do pé que assenta sobre tacão.

Uma outra tipologia de assento ³²⁰, de um grupo de seis, de colecção particular, evoca modelo britânico. A tentativa de dissimular o aro liso da cadeira que lhe serviu de referência (fig. 5:67) revela-se pouco conseguida, pois existe pouca altura para a decoração entalhada no seu centro. No entanto, o entalhado do galbamento das prumadas dianteiras já foi concebido com rigor no que toca ao preenchimento visual dos cantos. O trabalho do entalhador nas costas foi realizado com apuro de pormenor e o cachaço segue a opção inglesa de entalhamento levantado nele próprio; a distribuição vazada da tabela, com elemento cordiforme, assemelha-se a modelos dessa matriz³²¹. Os pés apresentam garras cobertas de penas (fig. 5:67A), numa decoração que poderá ter sido evocação de algum modelo barroco dos anos 30 e 40 de 1700 ³²² e/ou apanágio de oficina específica portuense que conviveu com os ourives da prata, já que as mesmas garras com penugem se revelam em bilheteira cujo marca foi utilizado pelo ensaiador José Coelho Sampaio a partir de 1792 ³²³ (fig.s 5:68 e 5:68A).

³¹⁵ Vd. F. D. P. A. C. P., *Duas cadeiras de braços*, nº inv. 540.

³¹⁶ Esta é uma característica distintiva dos elementos de suporte da intersecção dos aros frontais na construção inglesa oitocentista.

³¹⁷ Vd. FUHRING, Peter – Juste-Aurèle Meissonier and his Patrons. In *Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, fig. 17, pp. 35-36.

³¹⁸ Vd. BIENENSTOCK, N. I. – A biographical sketch of Thomas Chippendale and a selection of photographs of Chippendale-type furniture. In CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. 7B.

³¹⁹ Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: UCE, 2012, vol. 1, p. 152.

³²⁰ Medidas máximas aproximadas: altura 97 cm; assento 53 cm x 40,5 cm.

³²¹ Vd. BIENENSTOCK, N. I. – A biographical sketch of Thomas Chippendale and a selection of photographs of Chippendale-type furniture. In CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. 6A.

³²² Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 4:75, p. 181.

³²³ Medida do diâmetro: 31 cm.



Figura 5:68
Salva de prata portuguesa



Figura 5:68A
Pé da salva com penugem na garra.



Figura 5:69
Cadeira estofada executada em tauari.



Figura 5:69A
Pormenor do aro frontal.

B) – Ensaio de datação de três modelos portugueses rococó

Como já sugerimos, a matéria-prima pode constituir um dos elementos identificativos do local de execução das tipologias, mas também – caso existam elementos comparáveis –, sinal para a sua datação. É o caso de uma cadeira com braços que existia, até ao início do ano de 2013, na sacristia da igreja dos Clérigos, no Porto. A tipologia, que apresenta entalhamento rococó no saial frontal e prumadas galbadas terminando em pés de garra agarrando bola (fig. 5:69), foi sujeita a identificação histológica aquando do estudo do arcaz da mesma sacristia, já referido no 3º capítulo. Couratari ou tauari (*Couratari sp.*), o mesmo lenho reconhecido nesse arcaz, foi detectado nas prumadas, únicos elementos analisados, podendo a sua execução apontar para o ano de 1783, data do recibo das obras de que resultou o actual arcaz, ou para os anos imediatamente subsequentes. Com efeito, a existência dessa madeira nas obras dos Clérigos poderá ter permitido a execução de outras tipologias, nomeadamente esta cadeira, sobre a qual não possuímos mais elementos que a enquadrem.

A sua execução partiu de modelo inglês bem conhecido do cadeireiro, dado o ângulo agudo da ligação das costas ao assento, o preferido daquela marcenaria, bem como a tradicional forma das prumadas traseiras³²⁴ que os portugueses modificaram nos seus modelos, retirando o cubo junto ao chão. A cobertura do assento protegendo o aro remete-a, do mesmo modo, para idêntica matriz,

³²⁴ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 152, fig.s 4:12 e 4:13, por exemplo.



Figura 5:70
Cadeira de braços rococó.

partindo daí o avental frontal com entalhamento cuidado de folhas esvoaçantes ladeando concha rococó (fig. 5:69A). A decoração no apoio dos braços está bem definida, resolvendo-se na linha das prumadas dianteiras, uma referência a modelos mais recuados ³²⁵.

A datação que propomos poderá constituir uma achega para a identificação temporal de uma outra cadeira com entalhamento no saial frontal semelhante, e que se encontra no Museu Nacional de Arte Antiga ³²⁶ (fig. 5:70). No entanto, a concepção desta tipologia apresenta características dissemelhantes no que toca à concepção da tabela, cachaço, colocação dos braços e cobertura do assento. O seu rococó, exuberante, apresenta a característica talha coroando o cachaço, ao jeito português. O cadeireiro citou modelos mais recuados cujo aro se apresentava em redondo, com as pernas galbadas nele incluídas, estando estas cobertas por entalhamento, numa atitude consciente de preenchimento dos espaços disponíveis, o que se verifica, aliás, no apoio dos dois braços. Se bem que morfologicamente diversas a matriz é a mesma da cadeira da sacristia dos Clérigos (fig. 5:69). Mas o que se apura da presente comparação é, no caso desta última, um apego à estrutura de modelo britânico conhecido, enquanto na do museu se operou uma libertação da organização citada, coroando-a com entalhamento esvoaçante, inclusive nos cantos que ligam o cachaço às prumadas. O facto de o assento se apresentar arredondado corta a ligação umbilical ao rococó inglês, oferecendo ao olhar um todo coerente, em que as linhas curvas se reportam. Em suma, a tipologia ganhou identidade.

Organização formal similar se detecta na gramática do cachaço, no aro do assento e respectivo aro frontal em cadeira portuguesa de um conjunto de seis da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, em Águeda ³²⁷ (fig. 5:71). O entalhador decorou a ligação visual do cachaço ao assento com estrias que aqui terminam em enrolamento. Uma romã coroa o centro. A curvatura acentuada do espaldar é pronunciada, terminando, junto ao chão, em dado espesso, denunciando

³²⁵ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 153, fig. 4:15.

³²⁶ Vd. M. N. A. A., *Cadeira de braços de noqueira*, Inv. 1041 Mov.

³²⁷ Vd. M. F. D. P. A. C. P., *Cadeira*, nº inv. 309.



Figura 5:71
Cadeira rococó com romã entalhada
no cachaço.



Figura 5:71A
Vista lateral da cadeira.



Figura 5:71B
Pormenor de uma das prumadas frontais.

influência inglesa no cadeireiro (fig. 5:71A). No entanto, a decoração do galbamento das prumadas é diverso, resultando num emaranhado de panejamento e folhas de acanto, em assimetria, terminando o pé em garra de ave com penugem bem demarcada (fig. 5:71B), evocando tipologia de assento e salva de prata a que já fizemos referência *supra*. O cadeireiro escolheu a utilização de travamento entre as quatro prumadas, constituindo uma opção de complemento visual, mais do que necessidade de solidez.

C) - Os leitos

O enfoque na decoração entalhada, pintada ou embutida das cabeceiras, impôs o repensar dos elementos decorativos da estrutura e a consequente exposição da madeira que a enforma – o pausante –, utilizado, maioritariamente, nos leitos lisboetas da segunda metade de Setecentos ³²⁸. A evolução da tipologia, nomeadamente a moda da madeira à vista deveu-se à divulgação entre as classes mais abastadas, do conceito de descanso, passando a constituir objecto de maior procura, implicando, por isso mesmo, a necessidade de a tornar menos dispendiosa, ostentando, portanto, menos tecidos. No entanto, e pelo que se conhece até à presente data, parece claro que a utilização do leito e a sua colocação em câmara própria, destinada a repouso, eram raras até finais do século XVIII ³²⁹.

Em Portugal, e pese embora os estudos de Silva Nascimento em 1950 ³³⁰, parece-nos existir uma lacuna no que respeita ao conhecimento dos leitos com espaldares entalhados rococó e, nas diversas colecções particulares a que tivemos acesso, à excepção de duas peças, não foi possível identificar

³²⁸ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 80.

³²⁹ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp. 208-210.

³³⁰ Vd. NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Leitos e camilhas portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1950.

nenhuma tipologia passível de se considerar genuinamente desse período. Já do período neoclássico apresentaram-se-nos diversos exemplares, o que parece coincidir com uma fonte essencial para reconhecimento de usos e costumes, os ex-votos, de que pode constituir exemplo peça do acervo do Museu de Arte Sacra do Seminário Maior do Porto, datado de 1776, que ostenta leito com torneados na cabeceira e tecidos em sobrecéu cobrindo as colunas, que não se vislumbram (fig. 5:72).

O gosto pelos leitos utilizando torneados parece ter perdurado ao longo de século XVIII³³¹, sendo mencionado, em 1723, em escritura dotal, “um leito de pau-santo para casados, de três troços”³³², o que parece poder sugerir a composição estrutural dessas tipologias, concebidas, em geral, por duas ou três tábuas que se agrupam, em altura, por intermédio de torneados ou pequenos bilros³³³. Cerca de quatro décadas mais tarde, em 1766, um “leito de pau-santo de catorze balaústres com seu cortinado de lã lavrada de ramos” faz parte de rol de mobiliário registado na cidade de Elvas³³⁴. De igual modo, em adenda ao inventário do Morgado de Mateus em 1790, inscreveu-se a existência de “1 leito torneado que é de cama de Sua Exa.”³³⁵.

O Rococó inglês propôs, por seu lado, simultaneidade de pintura nas respectivas superfícies³³⁶. A autonomia das estruturas relativamente aos tecidos foi, a nosso ver – e tal como nas tipologias de assento –, consequência da identificação de uma clientela que apreciava o trabalho nas madeiras da moda, nesse caso, o mogno, constituindo uma maior oportunidade para trabalho para riscadores e entalhadores³³⁷.

As informações setecentista recolhidas nos estatutos que regulavam a actividade dos executantes de leitos revelam-se parcas. Com efeito, em 1702, é referida a execução de leitos torneados pelos marceneiros³³⁸, e os carpinteiros realizavam, em concomitância, no ano de 1714, “camas de

³³¹ Vd. NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Leitos e camilhas portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1950, estampa LXXII, fig. 62. Camilha para imagem, datada de 1753 corrobora esta preferência pelos torneados coroada por entalhamento no topo da cabeceira a toda a largura da tipologia.

³³² Vd. PIRES, A. Thomaz – *Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vetuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII*. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), pp. 85-86.

³³³ Vd. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol.8, p. 304. A definição refere que “troço” “é o pedaço de pau, torneado, ou cortado de outro”.

³³⁴ Vd. PIRES, A. Thomaz – *Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vetuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII*. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), pp. 105-107.

³³⁵ Vd. A. C.M., *Inventário de bens móveis*, Cx. 1, M. 1. G 1754 (2), f. 21.

³³⁶ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, figuras XXXVIII a XLV. Este desenhador deixa entrever soluções que contemplavam espaldares de cabeceiras ostentando entalhamento em simultâneo com revestimento de tecidos. Apesar da sua oficina ainda ter fornecido, cerca de 1770, para Harewood House, no Yorkshire, um leito imperial (“state bed”) cuja cabeceira não ostenta a madeira que lhe serve de base, as palavras de introdução de Chippendale ao referido catálogo permitem considerar que ao marceneiro e ao entalhador eram propostas liberdades decorativas consentâneas com o que já se verificava nas tipologias de assento, i.e., madeira visível nos espaldares.

³³⁷ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. 168. Esse lenho, pela sua dureza e poro fechado, bem como a madeira de pinho que chegava do Báltico, possibilitavam um manejo preciso da ferramenta, facultando devaneios que se verificam constituir verdadeiras obras de prestidigitação.

³³⁸ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 2, p. 304.



Figura 5:72
Ex-voto datado de 1776.

vento”³³⁹, indicação invulgar que poderá remeter para a utilização, sobre o leito, de “punkah”, i.e., os leques de folhas largas de palmeira ou similar, utilizados na Índia, colocados no tecto da habitação e manobrado por indivíduo no exterior, criando agitação do ar para prover alguma frescura em clima quente ³⁴⁰. Já verificámos, no 4º capítulo, que o morgado de Mateus, D. Luís António de Sousa Mourão transportou, do Brasil para a metrópole, cama com idêntica denominação, o que, pelo menos, confirma a existência de tipologia própria para utilização em ambiente tropical.

Essa terminologia é ainda utilizada em 1747, completada com a informação de que as “camas de vento inglesas que hoje se usa pertencem ao seu ofício [carpinteiro da rua das arcas] em lugar dos leitos e catres antigos” ³⁴¹. Tratava-se, portanto, à evidência, de aprestos para leitos com características diferentes dos utilizados, até então, em Portugal, mas que efectivamente se encontravam em uso, pois deparamo-nos com arrolamento em inventário, provavelmente da cidade de Elvas, datado de 1751, de “uma cama de vento em que dorme Joana” ³⁴².

Existem, até ao presente, elementos escassos que permitam desenvolver a problemática da evolução do leito e do seu reconhecimento. Fontes documentais da segunda metade do século XVIII

³³⁹ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 2, p. 307.

³⁴⁰ Esta hipótese – e não mais do que hipótese –, foi sugerida pelo Prof. Dr. Adam Bowett, sendo desconhecida da historiografia inglesa de mobiliário. No entanto, e dadas as circunstâncias da presença dos britânicos no continente indiano, de clima quente, é a suposição possível. Vd. <http://oldphotosbombay.blogspot.pt/2010/06/typical-english-bungalow-see-bombay.html> (2013.11.04; 10h). A confirmar-se, competiria aos carpinteiros e marceneiros a execução da panóplia de suportes e roldanas a que esse sistema de ventilação obrigava.

³⁴¹ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos – subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, p. 493. A historiografia inglesa não identifica, nesta data, qualquer correspondência com esta designação portuguesa.

³⁴² Vd. PIRES, A. Thomaz – *Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vetuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII*. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), p. 93.

referentes a Lisboa, recolhidas nos últimos vinte anos, trazem alguns dados sobre barras e catres, as denominações setecentistas mais correntes ³⁴³, e que parecem ter perdido a sua posição saliente no cômputo decorativo da casa, “diluindo-se entre o restante mobiliário numa presença discreta” ³⁴⁴.

A família real e a nobreza transportavam-nos nas suas deslocações ³⁴⁵, já que o hábito de dormir no chão, em colchões ou enxergões, em compartimentos não diferenciados ³⁴⁶ foi prática corrente entre criados, por exemplo ³⁴⁷. Recorremos ao arquivo fotográfico do Museu Victoria & Albert que contém elementos sobre tipologias portuguesas, em que está identificado um leito que poderia ter feito parte desse mobiliário destinado ao trânsito entre residências (fig. 5:73) e que está descrito como “leito de dobrar, cabeceira com embutidos, couro gravado” ³⁴⁸, material apropriado para tipologias sujeitas a transporte, pois é leve e resistente ao manuseamento continuado.



Figura 5:73
“Leito de dobrar”.

As cabeceiras com “o espaldar vazado e destinado a receber almofada” que o negociante açoriano Nicolau Raposo do Amaral solicitou ao seu agente brasileiro em 1783, 1784, 1786 e 1790 ³⁴⁹ revelam que esse mercado fornecia a tipologia, facto natural se notarmos que a madeira pretendida era o jacarandá. Para este mercador com ligações ao trato colonial, nada como solicitar as peças pretendidas ao território de onde provinha esse lenho. Nada obsta, por essa descrição, que pudessem ser leitos com madeira entalhada circundando almofada de tecido, como o do Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo, por exemplo (fig. 5:74), executado em jacarandá, de espaldar

³⁴³ Vd. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 79-80.

³⁴⁴ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 124. O autor considera que, em inventário de um desembargador, datado de 1752, a cama, ou catre, tinha perdido a sua posição destacada.

³⁴⁵ Vd. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. 10. “*Inventário Geral do Móvel que se comprou para servir na função das passagens, e Jornada de Vila Viçosa, em Abril de 1785*”

³⁴⁶ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp. 141-142.

³⁴⁷ Vd. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 92-93.

³⁴⁸ Vd. V. A. M., *Portugal furniture*, pasta 21. A identificação deste leito, em inglês: “Day bed, folding, inlaid head board, embossed leather, late 18th century”.

³⁴⁹ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ditames do gosto setecentista: o negociante de grosso trasto, Nicolau Maria Raposo do Amaral, de Ponta Delgada. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*. Porto: CITAR, 2010, pp. 20-21.



Figura 5:74
Leito rococó.



Figura 5:74A
Espaldar do leito rococó



Figura 5:74B
Leito rococó, de nogueira.



Figura 5:74C
Pormenor de um dos prumos da
cabeceira do leito de nogueira.



Figura 5:74D
Pormenor do entalhamento do
leito.

ostentatório coroado por imagem de marfim (fig: 5:74A). O centro cordiforme está emoldurado por entalhamento exuberante que o oficial marcou com sugestões de panejamentos, insinuando de forma muito hábil um motivo de cordão que acaba por envolver todo o espaldar. Das prumadas galbadas nascem colunas em meia torção, sustentando dossel, obra complexa executada, de modo primoroso, por entalhador³⁵⁰. Anilhas de metal induzem o luxo que os pormenores dourados traziam às tipologias³⁵¹, brilhando sobre o negro original do lenho.

Outra morfologia que se enquadra na indicação de Nicolau Raposo do Amaral é a de um

³⁵⁰ Vd. M. A. D. V. C., *Leito*, Inv. n.º791. A função do trabalho do entalhador é o da quebra da longa verticalidade das peças, que, de outro modo, poderiam ganhar fracturas indesejadas ou torções da madeira não controladas.

³⁵¹ Vd. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, p. 283.

leito, de colecção particular, executado em madeira de nogueira ³⁵² (fig. 5:74B). A sinuosidade dos recortes superior e da zona de inserção da almofada – cujo tecido não é de época –, e o respectivo entalhamento são de inspiração rococó. Da mesma matriz se revelam os terminais dos prumos da cabeceira – um simulacro de cabochão inserido em folha com múltiplos recortes, coberta de elemento fantasioso (fig. 5:74C) –, e dos pés que suportam a cama – talvez um panejamento ou folhas que terminam em botão, como se de uma maçaneta minúscula se tratasse (fig. 5:74D) ³⁵³. Consideramos estes dois elementos de relevo para a identificação de leitos setecentistas, alvitando que poderá ter sido este o modo como os entalhadores setecentistas interpretaram o coroamento rococo dos prumos dos leitos, facto que se vislumbra em algumas fotos de tipologias recenseadas por Silva Nascimento ³⁵⁴.

Tivemos ocasião de detectar, no nosso trabalho de campo, outras tipologias que utilizam pirâmides e calotas torneadas, em liso, para coroar os prumos dos leitos, de feição similar à tipologia que veremos na casa dos condes de Anadia, em Mangualde. Essas peças remetem-nos para o Neoclassicismo português de finais do século XVIII ou início do século XIX, parecendo que a forma de urna, cara à estética inglesa, poderá ter influenciado essa escolha. Não queremos deixar de referir, todavia, que pirâmides decoradas com grinaldas e flores foram aplicadas nas extremidades dos prumos que suportam os espaldares, por vezes coroadas com elementos flamejantes – caso de leito policromado que veremos *infra* ³⁵⁵. A semelhança desses elementos com os remates utilizados no topo do revestimento parietal da sacristia da igreja da Ordem do Carmo, datáveis de finais da década de 80 de 1700, da autoria de Damião Pereira de Azevedo, é assinalável.

5. 6. 3. 2. – Tipologias de conter e de pousar

Estas tipologias multiplicaram-se, sendo referidas de modo copioso nos arrolamentos. No entanto não se detalham as características diferenciadoras dos móveis de pousar, que se resumem, nos inventário lisboetas, à existência ou ausência de abas ³⁵⁶. Bufetes, bancas e mesas são termos que se confundem na segunda metade de Setecentos e sobre os quais dificilmente se atinge consenso na historiografia das Artes Decorativas. O termo “bufete” é um dos que mais dúvidas levanta, sendo,

³⁵² A cabeceira deste leito já sofreu, à evidência, restauro e substituição de alguns elementos. Não podemos, no entanto, deixar de a incluir devido à sua idiossincrasia. Medidas máximas: altura 185 cm; largura 160 cm.

³⁵³ Os pés apresentam forma ungulada, trabalhada em madeira espessa, com folhas de acanto rococó levantadas em Joelho pouco pronunciado.

³⁵⁴ Vd. NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Leitos e camilhas portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1950. Veja-se, por exemplo, a fig. 45, estampa LVI. Não sabemos, todavia, se os pés do leito são de época.

³⁵⁵ Veja-se, a este propósito, os pináculos de leito estudado por COELHO, Daniela – Materiais e técnicas de policromia de um leito neoclássico. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: CITAR_UCE (2012), fig. 6, pp. 136-137.

³⁵⁶ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 117.



Figura 5:75
Mesa de jogo goense.



Figura 5:76
Uma cómoda, de um par, com bojo de ganso.

amiúde, colado à interpretação de António Aguiar, datada de 1955³⁵⁷, que, a nosso ver, a acorrentou ao imaginário seiscentista e setecentista da mesa de pernas torneadas e tremidos aplicados no aro e na frente das respectivas gavetas. No entanto, em Setecentos, a estrutura que suportava o tampo poderia, amiúde, ser composta de dois elementos distintos, que não nasceriam obrigatoriamente em conjunto, sendo destinados a múltiplas utilizações³⁵⁸. Mesas para jogo, por exemplo, poderiam ser apresentadas com tampo destinado a esse efeito, constituindo a parte mais importante, tal como se nos apresenta em tipologia goense do Museu de Etnologia³⁵⁹ (fig. 5:75). Temos consciência, todavia, que outras aceções se podem aventar, devendo ser sujeitas ao escrutínio contínuo das expressões utilizadas nos inventários, até porque, nas últimas cinco décadas do século XVIII, emergiram espaços cada vez mais individualizados para a função alimentar ou para o convívio do jogo³⁶⁰. Existe, por exemplo, notícia de execução de um par “de bancas de jogo” em Lisboa, destinadas ao 2º duque de Lafões, em recibo do marceneiro Caetano Rodrigues Gomes³⁶¹. Outras mesas para leitura, escrita e oração, obrigaram os executores do mobiliário civil a adaptarem, modificarem ou desenvolverem estruturas conhecidas nas oficinas, e oficinas.

No âmbito das cómodas, duas tipologias rococó flamejante, tipo peito de ganso, fazem parte do acervo da Fundação Medeiros e Almeida³⁶², em Lisboa. O motivo que apresenta no saial– uma cartela vazada ladeada por panejamentos ondulados, que o entalhador marcou de modo bastante

³⁵⁷ Vd. AGUIAR, António de – *Mobiliário português do século XVIII. Achega para o seu estudo*. Separata da *Revista Ocidente*, vol. XLVIII, [1955], pp. 15-16.

³⁵⁸ Vd. VALENTE, Adelina – Estudo do mobiliário em alguns inventários setecentistas da casa do 4º Morgado de Mateus. In *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez, 2 a 4 de Dezembro de 2011, p. 793. Nesta comunicação apresentámos alguns elementos no sentido de contribuir para a discussão desta problemática.

³⁵⁹ Vd. M. N. E., *Mesa com tabuleiro de jogo*, nº. inv. 37025 DIG. In <http://www.matriznet.dgpc.pt>.

³⁶⁰ Vd. MENDES, Mariana Soares – *Mesa de jogo rococó e neoclássicas em Portugal (1750-1820)*. Lisboa: Scribe, 2010.

³⁶¹ Vd. PINTO, Pedro Costa – *O móvel de assento português do século XVIII*. Lisboa: Mediatexto, 2005, p. 91.

³⁶² Vd. F. M. A., *Par de cómodas em noqueira entalhada*. Inv. 11 MOB. Os tampos que as cómodas ostentam, no presente, deixam-nos dúvidas quanto à sua autenticidade.

profundo –, ligados às prumadas frontais de modo engenhoso, como que em suspensão, apresenta todos os ingredientes da influência inglesa (fig. 5:76). Veja-se, por exemplo, o desenho de Chippendale apostado em dossel de leito, contendo idêntica disposição ornamental, sugerindo, de igual modo, o vazamento da talha ³⁶³. A estrutura em forma de peito de ganso que, mercê das prumadas altas e de galbamento pronunciado, se encurva nela própria, remete para a interpretação inglesa ³⁶⁴ das cómodas francesas (“French Commode Table”) ³⁶⁵, aqui com entalhamento ostensivo e projectado em direcção ao espectador. Nas ilhargas, motivo de talha assimétrica com vazamentos nos centros de pequenas folhas, parece suspenso de linhas que constituem a ligação às respectivas prumadas. Nelas, estão levantadas almofadas cegas ao modo britânico das decorações das superfícies lisas, que Chippendale desenhou para campos pintados ³⁶⁶ e utilizou, por exemplo, sobre superfícies folheadas ³⁶⁷.

Pés de garras onde se podem vislumbrar tendões veristas sustentam as peças, oferecendo, ao olhar, um toque de verdadeiro corpo animal. A decoração levantada nos joelhos das respectivas prumadas galbadas remete para um dos motivos estilísticos glosados por Thomas Chippendale ³⁶⁸ e pelos bronzes franceses ³⁶⁹, um caule central liso em cabochão, por analogia com o talhe das gemas. No caso presente, encontra-se adornado por folhagem abundante, tomando forma alongada, interpretação justificada em função da própria extensão do entalhe que acompanha as prumadas.

Este par de cómodas foi executado para espaços amplos e para cliente que neles pretenderia mobiliário de aparato, devendo ter sido pintadas e, caso se mantivesse esse acabamento, a degradação que a madeira de nogueira (*Junglans regia*) actualmente apresenta não se vislumbraria ³⁷⁰.

Poderemos aventar uma datação aproximada para estas duas cómodas, tomando como comparação o arcaz de sacristia do antigo convento de São Bento de Ave-Maria, no Porto, hoje na igreja de Cedofeita da mesma cidade. Se bem que este ostente um corpo cujo bojo aumenta até à base, acompanhando a inserção das gavetas, a movimentação formal é idêntica. A data da sua execução situa-se entre 1783 e 1790 ³⁷¹ e apresenta alguns elementos decorativos de matriz neoclássica. Con-

³⁶³ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. XL.

³⁶⁴ Estas cómodas apresentam algumas semelhanças morfológicas com peças de Frei José de Santo António Vilaça, às quais Robert Smith credita influências inglesas. Cfr. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 2, pp. 657-658.

³⁶⁵ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. XLIV.

³⁶⁶ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. LXIX.

³⁶⁷ Veja-se a secretária do acervo de Temple Newsan House, Yorkshire. Visita efectuada em Outubro de 2009 com Prof. Dr. Adam Bowett e o conservador-restaurador Dr. Ian Fraser.

³⁶⁸ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. XLI. Veja-se esse ornamento na prumada esquerda.

³⁶⁹ Vd. COUTINHO, Maria Isabel Pereira – *O mobiliário francês do século XVIII*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 183-189. Veja-se que, na “pequena mesa de trabalho”, datada de cerca de 1765, a disposição decorativa do motivo central das prumadas – a gema em cabochão –, junto ao tampo, apresenta tamanho proporcional ao requerido pela tipologia.

³⁷⁰ A madeira utilizada nos interiores é o pinho. As duas peças foram alvo de intervenções de restauro. Não é crível que as juntas da madeira utilizada nas ilhargas, por exemplo, não tivessem sido disfarçadas aquando da execução das duas peças. O acabamento do exterior encontra-se demasiado refulgente para ser o original.

³⁷¹ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica



Figura 5:77
Cómoda-papeleira, madeira maciça e embutidos.



Figura 5:77A
Pormenor do interior de uma gaveta.



Figura 5:77B
Fábrica da cómoda-papeleira.



Figura 5:77C
Pormenor de uma das almofadas da tampa.

sideramos, pois, que as cómodas em apreço poderão ter sido executadas em tempo anterior, mas nunca antes de meados da década de 50, já que os motivos rococó ingleses se expressam a partir da década de 50 de 1700.

Uma outra tipologia de conter, no caso uma cómoda-papeleira, de colecção particular, de complexa execução técnica, remete-nos para um outro momento afortunado da marcenaria portuguesa em que “a abundância [de matéria-prima] desafiou o gosto”³⁷² (fig. 5:77). Composta de dois corpos distintos que se sobrepõem – zona superior que encerra a fábrica sobre uma base com quatro gavetas –, os elementos que compõem a estrutura foram executados em madeira maciça de jacarandá, que chega a atingir 9 cm de espessura na gaveta superior (fig. 5:57A). O seu interior revela madeira odorífera com aroma doce, podendo ser cedro das colónias americanas. Produto de mãos tecnicas que dominavam a modelação da madeira maciça, esta tipologia, que se encontra inviolada,

e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*. Porto: CITAR, 2011, p. 118.

³⁷² Vd. JENKINS, Emyl – *Reproduction Furniture. Antiques for the next generation*. New York: Crown Publishers, 1995, p. 63.

fechaduras e metais incluídos, podendo estes terem sido fornecidos pela importação inglesa ³⁷³. Revela, pois, um cadinho de influências que terão passado por outras latitudes que não a inglesa, em exclusivo, nomeadamente do centro-europeu que, como sugeriremos no capítulo sobre José Francisco de Paiva, confluíram na cidade do Porto nos últimos quinze a vinte anos de 1700.

A peculiaridade da sua morfologia reside em três aspectos fundamentais. Por um lado a concepção as curvas e contra-curvas, na vertical e horizontal, na zona frontal, e unicamente na vertical nas ilhargas, confluem em chanfre liso, resolvendo, assim, a estrutura de caixa paralelipédica, à maneira das tipologias holandesas rococó ³⁷⁴, solução que veremos na casa dos condes de Anadia. Em segundo lugar, a primeira gaveta projecta-se, de modo acentuado, em direcção ao espectador e a última recua, sublinhando o bojo ondulado da carcaça do corpo inferior. Por último, o facto do tampo e da tampa apresentarem modelação similar, encurvada, sem arestas vivas, numa afirmação de aparato total, concede ao móvel um ar de invólucro luxuoso ³⁷⁵. É uma tipologia que foi executada, com probabilidade, para cliente que pretendia exhibir o seu gosto, refinamento cultural ³⁷⁶ e notoriedade.

Os pequenos apontamentos de talha existente nesta cómoda-papeleira, nomeadamente no interior adornando porta central de nicho (fig. 5:57B), e, no exterior, na parte superior dos chanfres, remetem para as tradicionais composições vegetalistas inglesas, se bem que as do interior se revelam inventivas, com anel apertando um feixe enrolado a partir do qual descem três botões de flores que se vão apertando. Por fora, no corpo inferior, os dois chanfres frontais apresentam-se lisos, sem qualquer adorno entalhado, o que parece incompleto na óptica do mobiliário português. Análise visual detalhada sugere, no entanto, a possibilidade de ter sido uma opção estética consciente, já que a sua curvatura vertical está capeada com lenho cuja cor não é identificável mas que, à época da sua manufactura, deveria ter cor forte. Essa escolha parece poder confirmar-se se atentarmos no seu alinhamento – que não se encontra harmonizado com o entalhamento do corpo superior, estando mesmo deslocado –, o que pode compaginar a influência holandesa já referida, que assumiu versões múltiplas ³⁷⁷. Esta deve ter sido, portanto, uma preferência de um marceneiro ³⁷⁸ ciente – talvez de modo pouco assertivo –, de realidades oficinais de outras latitudes.

³⁷³ Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, fig.s 9 e 12, pp. 64-65.

³⁷⁴ Vd. CIMBUREK, F.; HALAK Jan; et alt. - *Dejiny Nabytkoveho Umeni II* (História de Arte. Mobiliário II). Brno: Nakladatelstvi, 1949/1950, fig. 726, p. 591.

³⁷⁵ Vd. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, p. 30.

³⁷⁶ Vd. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, pp. 39-40.

³⁷⁷ Vd. CIMBUREK, F.; HALAK Jan; et alt. - *Dejiny Nabytkoveho Umeni II* (História de Arte. Mobiliário II). Brno: Nakladatelstvi, 1949/1950, fig. 713, p. 579.

³⁷⁸ Foi-nos sugerida a falta de duas pilastras entalhadas nestes chanfres, norma da estética portuguesa. Esses elementos decorativos, quando existem, são apostos sobre superfícies planas. Tal situação não se verifica no presente caso. Na verdade, a sinuosidade vertical da respectiva área é muito acentuada. Por outro lado, as preferências holandesas relevam cantos folheados com curvatura similar a esta tipologia portuguesa, por vezes com marqueteria e pequeno apontamento de talha, ou, em alternativa, entalhamento aplicado de forma orgânica, coincidindo com a morfologia das tipologias. Parece-nos crível, assim, a opção assumida do capeado do chanfre, modo de acentuar a organicidade do corpo inferior da cómoda-papeleira. Vd. BAARSEN, Reinier – *Nederlandse Meublen. 1600-1800*. Amsterdam: Rijksmuseum Amsterdam, 1993, pp. 86-87, 90-9198-99.



Figura 5:78
Mesa de encostar rococó.



Figura 5:78A
Ilharga da mesa de encostar.



Figura 5:78B
Pormenor de uma das gavetas da mesa de encostar rococó.

As sinuosidades interior e exterior são acompanhadas por almofadas criadas por embutidos cor-de-rosa aplicados, de feição meticulosa, em espinha delimitada por fios de madeira de tom dourada, concedendo uma movimentação ainda mais afirmativa à massa matérica. Mercê desse artifício estético, a tampa apresenta três planos desnivelados: o da madeira que lhe serve de base; a aplicação da capa do espinhado delimitando a fímbria respectiva; e, no fundo destes dois níveis, uma terceira moldura de cantos quebrados, esta em embutido (fig. 5:77C). Já nas ilhargas, a respectiva morfologia surge marcada por fitas embutidas, não existindo qualquer distinção volumétrica de planos.

Os oficiais que executaram esta peça – conhecedores profundos de obras que utilizavam madeira maciça, quiçá oficial formado em execução retabular –, revelam, ainda, domínio das curvaturas nos extremos das gavetas, seguindo a volumetria da estrutura que se expande em direcção ao exterior, como que de um galbamento se tratasse ³⁷⁹. A presente tipologia revela a maioridade tecnicista da marcenaria portuguesa de finais de Setecentos e a libertação total dos cânones estéticos que a enformaram, dando vida a uma peça com qualidades intrínsecas de inventividade, sabendo modelar, a partir da matéria-prima, um objecto com vida própria e cânones estéticos específicos.

Uma peça de diversa morfologia, uma mesa de encostar de duas gavetas que se encontrava, no mês de Março de 2011, no Hotel Infante de Sagres, na cidade do Porto, na sua suite principal, exemplifica o Rococó português de influência inglesa (fig. 5:78) no que toca ao arranjo formal, citações de prumadas e respectiva ornamentação, se bem que apresentando ténues elementos sintáxicos de outro jaez, adaptados ao gosto local.

³⁷⁹ Veremos esta mesma opção em cómoda da casa dos condes de Anadia, em Mangualde.

O entalhamento levantado na madeira primária é de leitura imediata, para o que contribui o dourado nele aplicado ³⁸⁰. O avental frontal, recortado com reentrâncias profundas, encontra-se adornado com concheado sobre fundo ondulante. As ilhargas ostentam folha larga esvoaçando a partir de um simulacro de concha (fig. 5:78A), elementos rococó cristalinos que o entalhador conhecia, com probabilidade, a partir de propostas de desenhadores europeus ³⁸¹. As quatro prumadas maciças, talvez jacarandá ³⁸², são iguais, simulando uma perna com joelho e sapato.

O entalhamento está dourado, bem como as fímbrias dos recortes. O tampo folheado acompanha a ondulação horizontal do corpo do móvel, que é suave, mas manifesta, e não está devidamente rematado no seu moldurado, encontrando-se queimado com cor aproximada. Ficam dúvidas quanto a este facto: teria o acabamento da peça sido incompleto, aquando da sua execução, ou alguma intervenção posterior terá desvirtuado o original ³⁸³ (fig. 5:78B)? Os interiores desta peça denotam a escassa importância que era concedida ao seu acabamento, verificando-se, no entanto, na face interna de uma das gavetas, a construção típica utilizada por marceneiros para concretizar superfícies onduladas ³⁸⁴. As fechaduras são em ferro e os metais funcionais são de época. As asas fundidas replicam modelos com torções vegetalistas e os elementos que protegem as duas aberturas da chave, os escudetes, poderiam ser o elemento central de alguns espelhos com asa comercializados pelos fabricantes ingleses de ferragens ³⁸⁵.

Outra situação se nos depara em mesa de encostar, de colecção particular (fig. 5:79). A sua vista de perfil revela costas e prumadas traseiras num único plano (fig. 5:79A), parecendo ter sido concebida de modo a emcostar-se a outro elemento, provavelmente similar ³⁸⁶. cremos, na verdade, que pode ter existido um modo particular de utilizar duas mesas de encostar, à semelhança das “commodos” ³⁸⁷ do espaço inglês, que a partir de cerca de 1770 podiam ser unidas costa contra costa, servindo como secretária nas bibliotecas ³⁸⁸. Esta nossa convicção baseia-se em parecer já publicado que indica que as “cómodas, meias-cómodas e mesas de encostar” “pod[er]iam unir –se uma

³⁸⁰ A estrutura foi executada em madeira de pinho, estando capeada com madeira tropical aplicada em pequenos pedaços verticais.

³⁸¹ O entalhamento levantado nas prumadas nasce sob o tampo, com uma folha a toda a largura da madeira disponível, resolvendo-se em superfície com pequenos cortes horizontais, em sincopado. Estes, de ordinário, denominam-se amendoins, dando lugar, na zona inferior final a uma pequena cartela e três raminhos vegetalistas que terminam na zona do joelho das prumadas.

³⁸² No interior da tipologia identifica-se uma cor negra-violácea.

³⁸³ A nossa experiência junto da vida oficial sugere que pode ter sido consequência de uma intervenção restaurativa que não compreendeu essa falha ou a não pode colmatar, eventualmente por falta de matéria-prima, e que a tentou obliterar, dando-lhe o tom da madeira do tampo.

³⁸⁴ Em situações em que se desejava poupar matéria-prima e, em simultâneo, evitar contorções na superfície exterior, era utilizada a técnica de colagem de dois ou mais elementos da madeira primária, que poderiam apresentar forma de cubo, ou rectângulo alongado, com os veios desencontrados.

³⁸⁵ Vd. PETER, NANCY; SCHIFFER, Herbert – *The Brass Book. American, English and European Fifteenth Century through 1850*. Atglen: Schiffer Publishing, 1978, pp. 427-429. Vejam-se, por exemplo, os modelos sugeridos nos números 20, 9, 13, 547, 588, 32 e 533.

³⁸⁶ A sua união apresentaria prumo de maior espessura. As prumadas traseiras poderiam apresentar a espessura de 15cm contra 8cm das prumadas singelas frontais.

³⁸⁷ Esta tipologia britânica é a interpretação local das cómodas francesas de múltiplas gavetas ou gavetões, apresentando sempre portas a esconder as gavetas do interior, parecendo um armário baixo. Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 1.

³⁸⁸ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 9.



Figura 5:79
Mesa rococó de duas gavetas.



Figura 5:79A
Vista da ilharga da mesa.

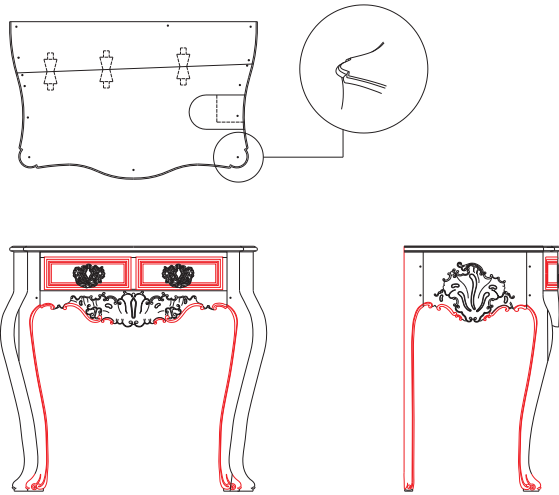


Figura 5:79B
Desenho técnico dos pormenores da talha, sinuosidade das linhas e tampo.



Figura 5:79C
Tampo sinuoso da mesa.



Figura 5:80
Mesa de centro composta de duas mesas que se encostam.

à outra pelas costas não decoradas, resultando da junção de uma mesa de colocar ao meio da casa”³⁸⁹. Necessitaremos, todavia, de verificação múltipla com elementos epocais, se bem que tivéssemos acesso a imagem que o poderá demonstrar (fig. 5:80)³⁹⁰.

A nível decorativo, esta tipologia revela um entalhamento rococó espreado, estendido pela área disponível quer no saial frontal quer nas ilhargas. Estas apresentam ondulações vertical e horizontal, traduzindo-se no ondulado do tampo com curva e contracurva. Os cantos frontais acompanham o recorte das prumadas, que estão como que engastados na estrutura da caixa por meio de subtil denticulado que os faz recuar visualmente e constitui um artifício das sugestões decorativas rococó inglesas de Chippendale³⁹¹. As molduras das gavetas traduzem, de igual modo, esse movimento, criando campos distintos e recuados nas respectivas superfícies³⁹². O desenho técnico frontal, da ilharga direita e do tampo pormenoriza as três superfícies (fig. 5:79B).

A madeira de jacarandá deveria ser de um negro-violáceo forte aquando da sua concepção, ainda hoje visível nos panos interiores das tábuas utilizadas. Emenda enviezada é visível no tampo, que apresenta duas colorações achocolatadas de diferentes graus, provando que a cor inicial seria suficientemente preta para esconder a diferença de colocação dos veios (fig. 5:79C)³⁹³.

No cômputo das mesas de encostar, registamos uma peculiaridade de alguma produção portuguesa no que toca à ligação das prumadas à compleição do móvel, de um modo muito corporificado, como se dele fizessem parte. Tal revela-se possível pela sua fusão matérica com a frente e as ilhargas, sem descontinuidade, nascendo, directamente, do tampo projectado, assumindo, este, a função de cobertura, manifestação da organicidade do Rococó.

Na cidade do Porto, existem, em duas instituições, duas mesas que revelam essa característica, se bem que com alguma diferença de gradação. Uma primeira, no acervo do Museu da Ordem de S. Francisco no Porto³⁹⁴(fig. 5:81), de uma gaveta, executada em lenho cuja tonalidade actual está muito descolorado³⁹⁵, apresenta os campos frontais e laterais delimitados por molduras levantadas na madeira, fingindo duas gavetas acentuadas por leve moldurado ao redor da verdadeira gaveta. O galbamento das prumadas, sem entalhamento, não é exuberante, e os pés simulam unglado de ave (fig. 5:81A). A delineação do tampo, acompanhando as sinuosidades da estrutura, é de uma execução apurada (fig. 5:81B), tal como toda a tipologia, traduzindo, na superfície, o elemento denticulado da ligação das prumadas traseiras com as ilhargas. O elemento entalhado do centro apresenta um motivo que vemos na mesa anterior, se bem que definido sobre elemento plúmeo que

³⁸⁹ Vd. LOPES, Carlos da Silva – Cómicas, meias-cómicas e mesas de encostar. *Estudos de História de Mobiliário*. Porto: Gabinete de Estudos de Artes Decorativas da Universidade Católica Portuguesa, 2004, pp. 140-141.

³⁹⁰ Reprodução de imagem da colecção dos herdeiros de “Domingos da Silva Correia, Limitada”.

³⁹¹ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. LXVII.

³⁹² Parece-nos de considerar, nesta tipologia, uma citação ténue do neoclassicismo, já que o movimento da matéria na zona frontal é quase insignificante. O facto dos pés com garras de aves terem sido concebidos de modo sintético, e com pouca definição, reforça esta convicção.

³⁹³ Esses dois elementos do tampo foram unidos por duas borboletas no seu interior que, entretanto, foram retiradas, não existindo na actualidade. Aventamos que possa ter acontecido o fenómeno da adaptação higrométrica da madeira, provocando diminuição de área para as conter, fazendo-as, assim, saltar.

³⁹⁴ Vd. M. O. S. F. P., *Mesa* [de encostar, de uma gaveta]. Inv. 2.

³⁹⁵ O lenho teria de ser identificado histologicamente. As madeiras utilizadas no interior da tipologia assemelham-se, em análise macroscópica, às características das ditas “de caixa”.



Figura 5:81
Mesa de encostar com uma gaveta fingindo duas.



Figura 5:81A
Pormenor do pé unglado



Figura 5:81B
Recorte do tampo.



Figura 5:81C
Ferragem neoclássica.

quase não se distingue. Os interiores foram executados com muita correcção e alinhamento de madeiras, denunciando esmero do marceneiro que ensamblou a tipologia. Os metais, com motivos ovalados e perlados, deverão ser da época de execução da tipologia (fig. 5:81C), indicando a filiação neoclássica. A presença de linhas de um rococó português tardio, todavia, não nos permite considerar uma peça afirmativa quanto à sua génese estética. A sua execução revela, no entanto, uma dimensão pouco aparatosa em termos de dimensão, quiçá encomendada para ambiente doméstico restrito.

Mais ostentatória se revela uma segunda mesa de encostar, esta de duas gavetas ³⁹⁶, do acervo da Casa-Museu Guerra Junqueiro ³⁹⁷ (fig. 5:82), cuja matriz rococó é menos marcada. A coloração actual do exterior da matéria-prima é de um castanho dourado semelhante à mesa da Ordem de S. Francisco ³⁹⁸. As suas dimensões traduzem uma tipologia de carga visual relevante, com duas gavetas altas e fechaduras colocadas à inglesa, junto à fímbria superior das molduras. Os metais, de matriz neoclássica, parecem de época, o que indica que, no tempo da sua execução, elementos variáveis existiam. Os pés (fig. 5:82A) traduzem unha envolta em dois elementos sinuosos que continuam pela prumada acima até se ligarem com os SS e os CC que constituem a base para o nascimento de pequenos ramos de folhas e flores, centralizados em pluma invertida. A filiação inglesa está patenteada na concepção morfológica da zona frontal, que revela um recorte vertical acentuado

³⁹⁶ As fechaduras, de ferro, estão colocadas junto das fímbrias superiores das duas gavetas, ao jeito inglês.

³⁹⁷ Vd. C.M. G. J., *Mesa de encostar com 2 gaveta*, Inv. n.º 511.

³⁹⁸ A cor da face no interior do lenho encontra-se negra.

por meio de dois denticulados – parecendo três blocos, sendo que o central se apresenta côncavo. O tampo acompanha estas linhas, à semelhança da solução da mesa de encostar da Fundação Medeiros e Almeida, referida *supra* (fig. 5:62). O entalhamento de folhas e flores, de mais do que uma dimensão, em pedúnculos intermediados por CC e SS, decoram os aventais frontal e laterais de modo simétrico.

Consideramos necessário atentar, no cômputo da linguagem rococó, que a clientela procurou um elemento de exotismo adicional que se traduziu, em Inglaterra, no revivalismo gótico, transformando-se num exercício de culto entre determinada clientela³⁹⁹. Como já referimos, no 4º capítulo, uma cómoda de provável importação revela cantos do tampo plurilobados, acompanhando as prumadas frontais com ondulação na vertical (fig. 4:9). Esse é um dos possíveis apontamentos góticos que as tipologias ostentam. De factura portuguesa, já citámos uma mesa de encostar portuguesa, de colecção particular, exemplo de realidade oficinal específica (fig. 2:1) que apresenta a decoração das prumadas com ondulação vertical ao modo dos colunelos góticos.

Este revivalismo surgiu em meados do século XVIII em Inglaterra, pela mão de Horace Walpole (1717-1797), homem de letras e artes, e político como o pai, Robert Walpole. Thomas Chippendale aderiu a essa estética, colando-lhe explicitamente o termo “gótico” em algumas tipologias⁴⁰⁰, inserindo algumas minúcias ornamentais nos seus desenhos, nomeando-o, de modo claro em algumas das suas propostas para espaldares de cadeiras⁴⁰¹, leitos⁴⁰² e mesas, que também desenhou⁴⁰³.

Esta estética poderá ter agradado aos portugueses, que a adaptaram de modo livre⁴⁰⁴, representando uma das marcas identitárias do mobiliário civil da segunda metade de Setecentos. Não podemos deixar de referir a ligação de oficiais e desenhadores de diversas áreas oficinais, bem como a respectiva troca de mútua informação, pode ter ditado alguma influência nesta opção. Não será impróprio referir, por isso, que as colunas graníticas nasonianas da Torre dos Clérigos, por exemplo, apresentam distribuição semelhante.

Não podemos deixar de voltar a essa mesa de encostar portuguesa (fig. 5:83), pois a sua vertente estilística merece uma análise detalhada, nomeadamente os pormenores da delineação do tampo e das curvaturas simétricas e orgânicas. Para tal utilizámos o desenho técnico (fig. 5:83A). A zona frontal revela-se muito equilibrada, se bem que decorada com alguma exuberância. Tal já não acontece nas ilhargas, que apresentam um recorte simplificado, sem entalhamento, na respectiva fímbria (fig. 5:83B).

O saial desta mesa, ornado com asas de morcego estilizadas, apresenta um repositório de suges-

³⁹⁹ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 61.

⁴⁰⁰ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966. Vejam-se, por exemplo, os desenhos de pormenor de uma “Gothic Bokkcase”, fig. C.

⁴⁰¹ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, figuras XVIII e XXV.

⁴⁰² Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, figuras XLIV, XLVIII.

⁴⁰³ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, figura LXXXV.

⁴⁰⁴ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 5:76, p. 240. O autor recenceou uma “dressing table” – a tipologia que em Portugal assumiu a designação de mesa de encostar, com “re-entrant corners”, i.e., cantos reentrantes semelhantes às ondulações verticais das que aqui referimos.



Figura 5:82
Mesa de encostar de duas gavetas.



Figura 5:82A
Pormenor de uma das prumadas galbadas
sem entalhamento.

tões de elementos enrolados parecendo concheados do tipo amonite – o que não será de estranhar já que as carapaças marinhas foram uma das escolhas do colecionismo setecentista –, constituindo a preferência do entalhador para decorar frente e ilhargas; as prumadas galbados ostentam hastes alongadas (fig. 5:83C). Os pés terminam em garra forte de mamífero, nervuradas e muito realistas, segurando bola (fig. 5:83D). A estética desta peça respira um Rococó que escolheu motivos ondulantes – ligada, com probabilidade, à produção de Frei José de Santo António Vilaça ou de oficial da sua escola oficial –, nela se confundindo o estilo e a dinâmica do ornamento.

Todavia, essa matriz estética apresentou, em Portugal, outras variações. Uma mesa portuguesa de uma só gaveta, do acervo do Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo ⁴⁰⁵ é, a esse respeito, paradigmática (fig. 5:84). Esta tipologia, em madeira de jacarandá, foi executada, com verossimilhança, a partir de prancha única ⁴⁰⁶, já que numa leitura atenta da sua superfície é possível verificar que os veios da madeira se reportam em toda a estrutura exterior ⁴⁰⁷. O castanho é outra das madeiras utilizadas no seu interior, apontando para uma execução provável a Norte do reino.

A espessura dos elementos do tampo, que acompanha a sinuosidade da estrutura, regista um recorte que não corresponde às prumadas frontais (fig. 5:84A), simplesmente boleadas, tendo o marceneiro sinalizado, com o risco do tampo, o conhecimento de outros modelos em que as

⁴⁰⁵ Vd. M. A. D. V. C., *Mesa de encostar com duas gavetas*, Inv. nº 1071. Análise efectuada em Janeiro de 2008.

⁴⁰⁶ Computando a totalidade da madeira à vista utilizada nesta tipologia chegamos à medida de cerca de 0,07 do metro cúbico, enquanto a prancha atinge cerca de 0,20 do metro cúbico.

⁴⁰⁷ A espessura final do tampo é de 2 cm, medida de tábuas de 2,2 cm após desbaste e lixamento. Encontramos esta situação em diversos exemplares portugueses, As prumadas, que poderiam ter sido recortadas de outra prancha pois a leitura do veio do corte longitudinal se realiza na vertical, apresentam-se com 75 cm de altura e a espessura necessária para as delinear foi de cerca de 10x7 cm, se bem que uma delas tenha sido executada a partir de um elemento ligeiramente mais delgado. Na totalidade, e computando a medição que se encontra à vista, uma prancha de “23 palmos de comprimento, 1 ½ de largo e 5 polegadas de grossura, e sem algum defeito” - as medidas indicadas para as pranchas de pau-santo à venda no mercado em finais de Setecentos, como já vimos -, seria muito mais do que o necessário para a concretização desta tipologia.



Figura 5:83
Mesa de encostar rocó.



Figura 5:83D
Pormenor do pé de garra vincada.

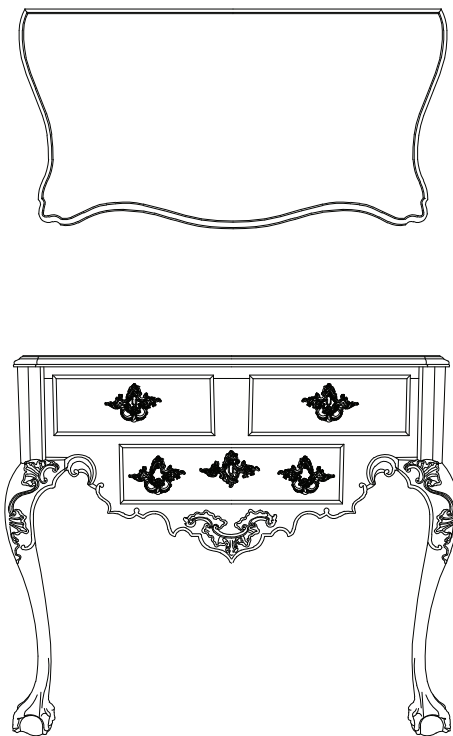


Figura 5:83A
Desenho técnico da vista frontal e
tampo da mesa de encostar.

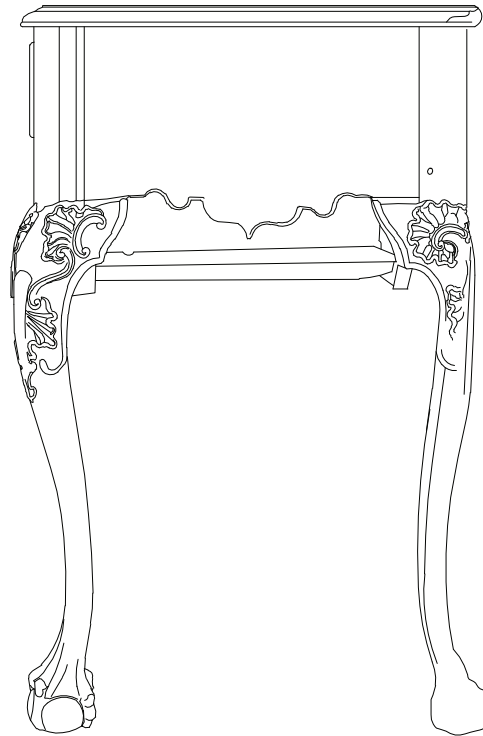


Figura 5:83B
Desenho técnico dos pormenores da
ilharga.

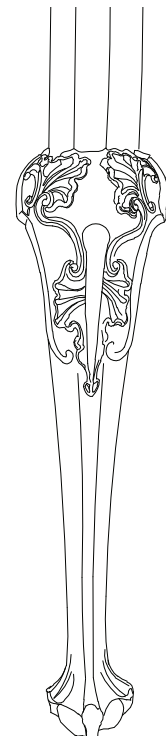


Figura 5:83C
Desenho técnico de
uma das prumadas
frontais.



Figura 5:84

Mesa de encostar rococó com entalhamento espraiado.



Figura 5:84A

Pormenor do tampo da mesa com canto recortado.



Figura 5:85

Mesa de encostar com saial frontal alto.

prumadas teriam uma decoração inspirada nos colunelos. O entalhamento do saial frontal – recortado de peça lenhosa única, de pouca densidade visual, mas bem marcado por trabalho de goivas, espraia-se pela superfície disponível, numa interpretação assimétrica tão fantasiosa como o próprio conceito rococó, inclinando-se na direcção do nosso olhar e conferindo movimentação suplementar à volumetria da estrutura. O galbamento das prumadas encontra-se acentuado por motivo vegetalista encerrando simulacro de haste em cabochão, e os quatro pés com garra de ave e bola foram trabalhados de modo assertivo. São estes dois elementos formais que concedem, a esta mesa, a marca do rococó português ⁴⁰⁸, acentuada pela disposição das prumadas galbadas, com joelhos altos, ao nível do saial, que lhe conferem um “ar levantado”.

Peça muito semelhante, e de época coeva – talvez produto da mesma oficina pois a morfologia e a respectiva gramática decorativa como que se reproduzem –, faz parte do acervo da Casa-Museu

⁴⁰⁸ Falta, na actualidade, a fechadura, e os metais aplicados não devem ser da época da execução da mesa.

Guerra Junqueiro ⁴⁰⁹, e apresenta, entre outras, a mesma madeira de castanho na sua estrutura, tendo já sido alvo de intervenção de restauro no seu interior. Formalmente é mais encorpada ⁴¹⁰ e de movimentos mais sinuosos, mas o trabalho de entalhador na zona frontal, igualmente projectada, é idêntico. O tampo segue, no entanto as linhas boleadas das prumadas frontais ⁴¹¹ (fig. 5:85).

Uma outra tipologia que conquistou aprovação, quer da parte da clientela, quer da marcenaria portuguesa, foi a chamada mesa de pé de galo, que chegou a Portugal pela contaminação do gosto britânico. Trata-se de um modelo cuja disposição morfológica se enquadra no segmento da corporização do suporte, de curva acentuada e galbada, com três pés de animais, ou sua sugestão ⁴¹².

Criadas para se moverem dentro das salas de convívio ⁴¹³(fig. 5:86), os ingleses utilizavam-nas para momentos de lazer ou escrita ⁴¹⁴ (fig. 5:87) e encostavam-se, quando fechadas, às paredes. O mecanismo de travamento na união entre a coluna de suporte e a respectiva tábua permite que esta desça e possa ser utilizada como tampo para tomar chá, café ou chocolate, ou mesmo para servir refeições ⁴¹⁵. Os pormenores da sua construção eram matéria de desenhos setecentistas e a tipologia era apelidada, em francês, de “Table ou gueridon à l’angloise” (fig. 5:88), remetendo para a sua “invenção em Inglaterra” ⁴¹⁶. Mesa de pé de galo, de colecção particular, demonstra que o tampo quase quadrado também teve os seus cultores (fig. 5:89) ⁴¹⁷, tendo os ingleses refinado a sua sustentação por meio de peça de ferro trilobada, aparafusada na confluência dos três pés que sustentam a coluna e que veremos replicada nas tipologias portuguesas (fig. 5:89A).

Estas mesas tornaram-se relevantes, em Inglaterra, a partir de cerca dos anos 30 de 1700, colando-se-lhe um significado ligado às novas formas de sociabilidade ⁴¹⁸, e os marceneiros ingleses procuravam, por uma questão estética, utilizar uma só tábua no tampo, já que, quando na posição vertical, a madeira da moda, o mogno, poderia apresentar o fulgor do seu brilho vermelho. As orlas recortadas ou, no dizer de Nicolau Tolentino em 1779, “farpadas” ⁴¹⁹, i.e., que fazem “ângulos reentrantes e

⁴⁰⁹ Vd. C.M. G. J., *Mesa de encostar com 1 gaveta*, Inv. n.º 509.

⁴¹⁰ Em altura mede cerca de 5cm mais (82,5cm contra 77,5 da de Viana) mas o corpo tem medidas muitíssimo aproximadas, diferindo cerca de 1cm na medida máxima (110cm contra 109cm), o que se pode, inclusive, assacar a erro de colocação de fita métrica. A profundidade do tampo diverge 1,5cm, sendo na de Viana 58,5cm contra 57cm da Casa-Museu portuense.

⁴¹¹ A fechadura é de ferro e os metais não são de época.

⁴¹² A técnica de inserção dos pés na coluna faz-se pela introdução das respigas em furos daquela. As boas práticas de ensablamento setecentistas indicavam a necessidade de colocação de uma peça com espeque que entrava em furo da coluna para criar sustentabilidade de respiga. Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier ébéniste. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, fig. 329 e pp. 973-974.

⁴¹³ Vd. SNODIN, Michael; STYLES, John – *Design and the Decorative Arts. Georgian Britain 1714-1837*. London: V&A Publications, 2004, fig. 17, p. 109. Reprodução de óleo sobre tela intitulado “Mrs. Congreve and her children”, datado de 1782, da autoria de Philip Reinagle.

⁴¹⁴ Vd. SNODIN, Michael; STYLES, John – *Design and the Decorative Arts. Georgian Britain 1714-1837*. London: V&A Publications, 2004, fig. 14, p. 107. Reprodução de óleo sobre tela intitulado “Mr. B. finds Palmela writing”, datado de 1743-1744, da autoria de Samuel Richardson.

⁴¹⁵ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, pp. 246-248.

⁴¹⁶ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier ébéniste. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, p. 975.

⁴¹⁷ Medidas máximas aproximadas: altura 73 cm; tampo 73,5 cm x 75 cm.

⁴¹⁸ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, p. 248.

⁴¹⁹ Vd. TOLENTINO, Nicolau – SATYRA. Oferecida a D. Martinho de Almeida no ano de 1779. *Apud MADUREIRA, Nuno Luís – Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp. 198 e 243.



Figura 5:86
Cena familiar inglesa em 1782.



Figura 5:87
Ambiente inglês, c. 1743-1744.

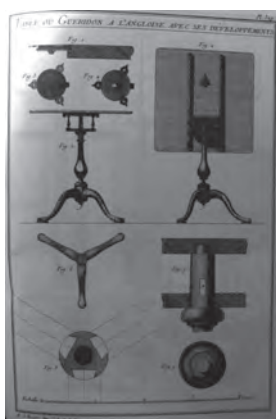


Figura 5:88
Elementos construtivos de uma
mesa "à l'angloise".



Figura 5:89
Mesa de pé de galo de tempo quase
quadrado.



Figura 5:89A
Peça de ferro aplicada sob a junção dos três pés.

salientes”⁴²⁰, terão alcançado relevo decorativo devido à sua utilização com as peças de prata que se lhe colocavam por cima⁴²¹, podendo mesmo acompanhar, no caso português, os respectivos por-menores ornamentais⁴²². A associação desta tipologia com o aparelho argênteo poderá apontar para a sua parca dispersão entre as classes da burguesia portuguesa de menos posses que não possuíam o hábito de tomar chá, o que, no limite, poderá significar ausência de convívio com os britânicos. Poderá, quiçá, ter constituído veículo essencial à convivência dos portugueses com essa comunidade.

A conexão entre o trabalho dos ourives da prata e dos entalhadores, já referida *supra*, foi notada, no ano de 2000, por Maria Helena Mendes Pinto⁴²³ e está plasmada no confronto de duas peças do Museu Nacional de Arte Antiga (Julho de 2013). Aí se confere uma salva com punção do portuense João Coelho Sampaio⁴²⁴ com uma mesa de pé de galo⁴²⁵ cuja ornamentação do tampo apresenta sinuosidades vigorosas e marcadas, de feição rococó. No entanto as orlas recortadas da primeira são

⁴²⁰ Vd. SILVA, António de Morais – *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1789, vol. 2, p. 12.

⁴²¹ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 249.

⁴²² Refira-se que a classificação inglesa utiliza uma comparação culinária para estes rebordos: “carved pie-crust”, i.e., “crosta de torta entalhada”.

⁴²³ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes; SOUSA, Maria da Conceição Borges de – *Roteiro da exposição de mobiliário português do Museu Nacional de Arte Antiga*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 2000, p. 35.

⁴²⁴ Vd. M. N. A. A., *Salva*, Inv. 1052 Our.

⁴²⁵ Vd. M. N. A. A., *Mesa de pé de galo*, Inv. 808 Mov.

muito contidas. No tampo da mesa, pelo contrário, oito pequenos pormenores ornamentais citam uma pluma ao jeito de panejamento, ligadas por corda em torção, motivo recorrente em alguns designers de mobiliário setecentista inglês, nomeadamente John Linnel ⁴²⁶. Garras compridas aprisionam bola, sobre rodízios, elemento pouco comum na marcenaria portuguesa, e elevam, em curvatura pronunciada, coluna com múltiplos campos decorativos, num trabalho que pode ter sido induzido, no seu todo, por modelo britânico, quiçá executado por marceneiro e/ou entalhador dessa nacionalidade.

As mesas de pé de galo com tampo redondo registam, por vezes, uma versão mais opulenta no tampo e no entalhamento dos elementos de suporte. Num primeiro caso – e de colecção particular ⁴²⁷(fig. 5:90) –, a orla foi organizada de modo minucioso, com o recorte pontuado por sete botões de flores, e as folhas de acanto utilizadas como decoração principal, nos três pés, num simulacro de unglado muito elaborado ⁴²⁸. O conjunto da coluna com o tripé, muito bem lançado (Figura 5:90A), apresenta uma cinta florida que funciona como que uma segmentação entre duas execuções de entalhamento: a de baixo, com pés cobertos com folha espreada e decoração entalhada nas faces visíveis do seu recorte superior revela inspiração, senão mesmo cópia, de modelo inglês rococó. Na coluna deparamo-nos com outro tipo de trabalho, com folhas mais nervuradas, porventura de outro executante, ou um outro protótipo, dando lugar a uma tipologia de gosto específico local.

Esta combinação decorativa surge, de igual modo, nos pés de uma mesa de pé-de-galo de filiação inglesa, do acervo da Casa-Museu Guerra Junqueiro, no Porto ⁴²⁹ (fig. 5:91). As meias-canas na coluna que suporta o tampo foram definidas de modo correcto ⁴³⁰ ostentando, tal como na anterior mesa, pequenas flores em zona reticulada. Mas, neste caso, os motivos circulares, ao modo guilochado das peças argêntas, tem outra definição, constituindo atributos relevantes desse entalhamento. Pontuação perlada remata esta área entre a coluna e a base (fig. 5:91A). As três pernas apresentam curvatura inglesa, i.e., pronunciada na zona do galbamento respectivo, e as garras que aprisionam as bolas são longas, à semelhança da mesa do Museu Nacional de Arte Antiga que mencionámos *supra*.

A ondulação levantada do tampo redondo desta mesa foi executada a partir de tábua única de madeira de mogno ⁴³¹. Refira-se que esse levantamento entalhado da fímbria dos tampos apresentava uma funcionalidade não despicienda, a saber, evitava que as peças colocadas no tampo dele tombassem.

O facto de mesa do museu portuense ser executada em mogno pode indiciar uma solicitação expressa de cliente, porventura mão de entalhador e marceneiro muito conhecedor da gramática inglesa. Caso se pudesse verificar a origem portuguesa, ou mesmo portuense, desta peça de marce-

⁴²⁶ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 102.

⁴²⁷ Medidas máximas aproximadas: altura 77 cm; diâmetro 70 cm.

⁴²⁸ Note-se que o tampo, executado com três tábuas unidas em junta seca com cola, técnica de muita precisão da parte do executante, unindo o grão da madeira das duas tábuas na mesma direcção. Vd. DENNING, David – *The art and craft of cabinet-making. A practical hand book to the construction of cabinet furniture*. London: Whittaker & Co., 1891, pp. 149-150.

⁴²⁹ Vd. C.-M. G. J., *Mesa de pé-de-galo*, Inv. n.º. 535.

⁴³⁰ O entalhador deve iniciar o vinco da goiva na parte inferior, criando uma forma côncava na madeira. Termina, na zona superior, pelo que a marcação desse instrumento de corte deixa um rasto na direcção do oficial.

⁴³¹ O aro respectivo apresenta seis raminhos de três flores, acentuado por moldura lisa, numa concepção semelhante, uma vez mais, às de algumas salvas argêntas.



Figura 5:90
Mesa de pé de galo com tampo "farpado".



Figura 5:90A
Pormenor dos pés da mesa



Figura 5:91
Mesa de pé de galo com talha ao modo guilchocado.



Figura 5:91A
Pormenor da coluna com meias canas.



Figura 5:92
Mesa de pé de galo com tampo de gradinha
com bilros torneados.



Figura 5:93
Mesa para pousar pequenos adereços
ou luminária.



Figura 5:93A
Pormenor do pé entalhado.



Figura 5:93B
Pormenor da "gaiola" que sustenta o tampo.

naria, reforçaria a realidade das suas ligações à comunidade britânica e sua importância na escolha e definição das peças utilizadas nos ambientes domésticos em finais do século XVIII e início do século XIX. Na verdade, esse lenho foi importado, como veremos no 6º capítulo, circulando na cidade do Porto, facto que detectaremos na colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*.

Diversas formas de tampo foram utilizadas, entre elas as quadradas com gradinha de feição rococó sobre coluna torsa. É o caso de mesa que existe no acervo da mesma Casa-Museu do Porto ⁴³², revelando outra morfologia das mesas de chá cujo tampo rebate ⁴³³ (fig. 5:92). Os três pés foram delineados de modo levantado, com pés de garra e bola pouco definidos. O entalhado representa uma folha alongada de múltiplos recortes, ao jeito de folha de fetos, uma variante provável da folha de acanto de início de Oitocentos, encontrando-se inserida em rebaixe na madeira numa técnica de pouco efeito decorativo, contrastando com a execução da coluna, muito bem definida. Essa escolha

⁴³² Vd. C.M. G. J., *Mesa de pe-de-galo*, Inv. nº 470.

⁴³³ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 121.

decorativa do entalhado não se coaduna com o levantamento em superfícies lisas, característico do século XVIII, podendo ter sido resultado de oficial já formado no gosto oitocentista, em que o entalhador trabalha, amiúde, sobre superfícies aprofundadas.

Há, no entanto, algumas tipologias que se assemelham a mesas de chá ou de convívio, mas cuja medida útil revela somente a função de pousar, podendo ser uma luminária ⁴³⁴. O que as distingue são as medidas e o possível formato ovalado do tampo, como no caso de mesa de colecção particular ⁴³⁵ (fig. 5:93), uma peça rococó, em madeira similar a pau-santo, muito descolorada, com folhas de acanto nas três faces expostas dos pés, que terminam em garra com bola, executada de modo estirado (fig. 5:93A). A tradicional gaiola, que permite o funcionamento vertical/horizontal do tampo (fig. 5:93B), com a respectiva travacção por meio de mola em metal que os ingleses vendiam aos marceneiros ⁴³⁶, constituiu um dos elementos que estas peças, em geral, ostentam e os três pés entram em furo na respiga da coluna, presos por peça de ferro trilobada, fixada com parafusos de ferro com ranhura à maneira inglesa ⁴³⁷, que aperfeiçoou a técnica holandesa mais simples, mas menos eficaz, de utilização única de furo, respiga e cavilhas.

A referência às mesas de jogo, uma das criações setecentistas, revela-se obrigatória. A sua morfologia apresenta variantes, reportando-se, amiúde, com a respectiva organização lúdica ⁴³⁸. Como já foi referido, esta tipologia respondia de modo duplo à solicitação da época setecentista, constituindo, por um lado, um meio de sociabilização e, por outro, respeitando o aspecto prático que lhes era solicitado, pois deveriam encostar-se à parede quando não se encontravam em função ⁴³⁹.

Uma mesa de pé de galo com coluna torsa e tampo de rebater com funcionalidade para jogo, entalhada com motivos que já consideramos ser transposição para a talha de elementos publicados em gravuras, está presente no acervo da Casa-Museu Guerra Junqueiro (fig. 5:94) ⁴⁴⁰. Executada em pau-santo, utilizada, eventualmente, em áreas domésticas de intimidade ⁴⁴¹, toda ela releva o aspecto de um objecto precioso para o que contribui o entalhamento miúdo (fig. 5:94A), produto de entalhador que manejou ferramenta – as goivas – de dimensão reduzida. O tampo, uma quase circunferência (70,5x72cm), apresenta fimbria com moldura boleada, e no centro encontra-se embutido um simulacro do tabuleiro, conseguido através da inserção de linhas e quadrados em madeira clara, possivelmente buxo. A base maciça e negra do tampo foram aproveitadas para obter esse contraste axadrezado.

Encontramos a mesma escolha de inclusão de tabuleiro no acervo de uma colecção particular, apresentando, todavia, dois tampos sobrepostos ⁴⁴². A forma é rectangular (fig. 5:95) com uma

⁴³⁴ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 246.

⁴³⁵ Medidas máximas aproximadas: altura 78 cm; tampo 57,5 cm x 43 cm.

⁴³⁶ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol 5, f. 039 e vol. 9, ff. 114-114v.

⁴³⁷ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 247.

⁴³⁸ A tipologia adequava-se à sua função primordial mas também a situações de uso múltiplo, o que indicia versatilidade em situações específicas. Vd. MENDES, Mariana Soares – *Mesa de jogo rococó e neoclássicas em Portugal (1750-1820)*. Lisboa: Scribe, 2010, pp. 46-47.

⁴³⁹ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 247.

⁴⁴⁰ Vd. C.M. G. J., *Mesa de pé-de-galo com tabuleiro de jogo embutido*, Inv. nº 546.

⁴⁴¹ Vd. MENDES, Mariana Soares – *Mesa de jogo rococó e neoclássicas em Portugal (1750-1820)*. Lisboa: Scribe, 2010, p. 46.

⁴⁴² Medidas máximas aproximadas (com os dois tampos sobrepostos): altura 76,5 cm; tampo 85 cm x 41,5 cm.



Figura 5:94
Mesa de pé de galo com tampo para jogo.



Figura 5:94A
Pormenor do pé galbado entalhado.

gaveta na frente, preferência tradicional na estética inglesa a partir de cerca de 1750⁴⁴³. Neste modelo, a madeira das peças amarelas e negras foi inserida em direcção diferente da tábua principal, o que concede um maior destaque ao quadrado que foi formado (fig. 5:95A). Uma das prumadas traseiras move-se por intermédio de dobradiças de madeira (fig. 5:95B) apoiando, quando aberta, o tampo superior que acompanha a sinuosidade da caixa, na frente e ilhargas. O pé unguado (fig. 5:95C) repisa o gosto português da segunda metade de Setecentos, utilizado em tipologias rococó e neoclássicas, seguindo os cânones das mesas de encostar e das cómodas locais, decorando o avental frontal com linhas encurvadas centrando pluma invertida adornada por três folhinhas.

A matriz inglesa de outro cariz está representada em uma mesa de jogo portuguesa, de colecção particular, em madeira de jacarandá⁴⁴⁴ (fig. 5:96). Este lenho revela-se maioritário em tipologias de quatro pés nos inventários de Lisboa da segunda metade do século XVIII⁴⁴⁵. Os dois tampos estão cobertos com tecido de lã verde e existem, em côncavo na espessura da madeira, discos ovalados para fichas, bem como cantos de forma quadrada para castiçais⁴⁴⁶ (fig. 5:96A). Os jogadores eram, assim, distribuídos pelas quatro faces da mesa. Quando aberta, uma das prumadas destaca-se para apoio do tampo que se move por meio de dobradiça de madeira com veio de ferro⁴⁴⁷. O entalhador

⁴⁴³ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 264.

⁴⁴⁴ Medidas máximas aproximadas: altura 76 cm; largura: 83 cm; profundidade 38 cm.

⁴⁴⁵ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, gráfico 47, p. 122.

⁴⁴⁶ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 5:117, p. 263. Estes cantos poderiam, por vezes, apresentar a forma redonda.

⁴⁴⁷ Análise do interior da tipologia revela a fixação da madeira através de pequenos blocos ligando os aros ao tampo. Esta execução denota os cânones ingleses setecentistas de execução de madeiras folheadas, aplicada sobre madeira maciça, com a finalidade de a estabilizar de modo eficaz. Se tal não fosse alcançado, o folheado poderia estalar com as torções ou fendas da madeira primária.



Figura 5:95
Mesa de jogo de quatro prumadas com uma gaveta frontal.



Figura 5:95A
Tampo aberto da mesa de jogo.



Figura 5:95B
Pormenor do encaixe da prumada que
sustem o tampo, quando aberto.



Figura 5:95C
Pé unglado

delineou as quatro prumadas com ligeira projecção do galbamento, terminando, de modo contido, em pé unglado (fig. 5:95B), ladeado por boleado que sobe até ao aro, aí finalizando com leve sinuosidade.

Os oficiais que executaram esta peça assimilaram modelos nos quais se simula o conceito de caixa de linhas rectas, independente das quatro prumadas galbadas. Sugere-se, assim, que estas partam, com início nos três aros visíveis, em direcção ao solo, não se apresentando, portanto, enquanto pilares totais, a escolha mais tradicional da marcenaria portuguesa⁴⁴⁸. A construção tradicional inglesa de tipologias que utilizavam folha ou capa de madeira – aplicada sobre uma base de madeira maciça –, empregava pequenas peças de madeira piramidal para fixar o tampo aos aros permitindo, deste modo, que aquele não estivesse preso e, como consequência, não dando lugar à fractura da cobertura lenhosa. Esta mesa portuguesa transpôs essa técnica, apesar de utilizar lenhos maciços (fig. 5:96C)⁴⁴⁹. Os desenhos técnicos da explosão da peça⁴⁵⁰ revelam esse pomenor (fig. 5:96D) demonstrando, ainda, a peculiaridade da gaveta, cuja fímbria foi coberta com quatro

⁴⁴⁸ Modelos americanos replicaram esta concepção, se bem que a prumada se insira nos cantos a 90° dos aros das mesas. Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, pp. 247-249.

⁴⁴⁹ Uma hipótese que poderia explicar esta opção seria o facto do marceneiro estar ciente da instabilidade higrométrica da madeira utilizada,

⁴⁵⁰ Um desenho explodido representa o desmembramento dos diversos componentes de uma peça, em suspensão.



Figura 5:96
Mesa de jogo de quatro prumadas e pequena gaveta central.



Figura 5:96A
Pormenor da zona para colocar castiçais e fichas de jogo.



Figura 5:96B
Vista das entranhas da mesa de jogo.



Figura 5:96C
Pormenor do pé unglado.

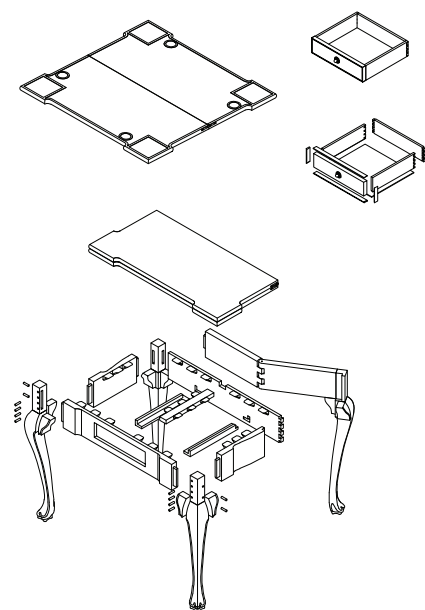


Figura 5:96D
Desenho técnico dos pormenores construtivos da mesa de jogo.

lâminas lisas, boleadas, ao seu redor ⁴⁵¹. Modelos semelhantes existem em acervos de museus portugueses ⁴⁵² revelando a vertente doméstica a que estas tipologias se associavam ⁴⁵³.

5. 6. 3. 3. – As molduras nos espelhos

Um papel de representação pessoal e social está associado a esta tipologia pois permitia a afirmação da notoriedade do seu detentor, que se revia nele e na sua posse ⁴⁵⁴. Os espelhos não eram utilizados de *per si*, mas sempre emoldurados. Todavia, para as residências da nobreza, o vidro espelhado afirmava-se com moldura do mesmo material, com duas cores, branco e azul. Na segunda metade de Setecentos a madeira passou a envolver o material frágil e valioso que permitia a dispersão da luz.

Em 1751, um inventário de “uma casa nobre”, presumivelmente em Elvas ⁴⁵⁵, regista “dois espelhos grandes com molduras e remates dourados entalhados” e, na mesma cidade, em 1766, referenciou-se “um espelho entalhado e douradas as molduras” ⁴⁵⁶. Um ano antes, em 1765, na casa do 4º Morgado de Mateus foram elencados doze espelhos cujas cercaduras eram predominantemente escuras com apontamentos dourados ⁴⁵⁷. Mais tarde, em 1800, após a sua morte, esse número já tinha subido para dezasseis, incluindo um “espelho de trumeaux”, mantendo-se o mesmo gosto negro nas molduras ⁴⁵⁸.

A valorização do trabalho da madeira que o Rococó induziu no respectivo entalhamento permitiu que as cercaduras se constituíssem, elas próprias, numa mais-valia que encerrava e enobrecia, em simultâneo, o objecto que era um luxo, porque dispendioso, muito sujeito a quebras e degradação do espelhado.

A redução dos espaços nas habitações resultantes dos processos de revitalização e reorganização de espaços urbanos, ditou, de igual modo, outras medidas, nesta tipologia, fazendo-a reportar a outra dimensão do quotidiano doméstico, que não a

⁴⁵¹ Exame atento revelou que a gaveta sofreu troca de puxador que, à época, deveria ser de metal.

⁴⁵² Vd. BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999, Fig.s 26a e 26b, pp. 89-91.

⁴⁵³ Vd. MENDES, Mariana Soares – *Mesa de jogo rococó e neoclássicas em Portugal (1750-1820)*. Lisboa: Scribe, 2010, pp. 31-32.

⁴⁵⁴ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 225. Parafrazeando o autor relativamente ao tremó, os espelhos servem “para ver e ser visto”.

⁴⁵⁵ Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), pp. 89-94.

⁴⁵⁶ Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), pp. 105-107.

⁴⁵⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Estudo do mobiliário em alguns inventários setecentistas da casa do 4º Morgado de Mateus. In *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez, 2 a 4 de Dezembro de 2011, Quadro III, p. 800.

⁴⁵⁸ Vd. VALENTE, Adelina – Estudo do mobiliário em alguns inventários setecentistas da casa do 4º Morgado de Mateus. In *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez, 2 a 4 de Dezembro de 2011, Quadro XVII, p. 803.

sua desvalorização, como já foi entendido ⁴⁵⁹. Dimensões compagináveis com o olhar fixado numa lâmina espelhada foram, com probabilidade, potenciadas com a indústria portuguesa que, na segunda metade de Setecentos, fornecia espelhos de menor dimensão que os do tremó ⁴⁶⁰. A importação supria, de igual modo, medidas diversas, em palmos, facto a que já aludimos no 4º capítulo.

As duas molduras com espelho portuguesas, de colecção particular, que a seguir analisamos remetem-nos para o universo da talha rococó inglesa, já notado por Maria Helena Mendes Pinto ⁴⁶¹. Com efeito, no primeiro ⁴⁶² (fig. 5:97) verifica-se referência directa à marcenaria inglesa que fez do folheado uma opção estética ⁴⁶³, numa colocação radiante em quatro direcções, cujo centro é o próprio espelho, como que pretendendo potenciar jogos de luz e brilho à superfície. A sua concepção e execução são primorosas, desde a definição apurada do trabalho de talha até à correcta aplicação da folha e seu remate nas zonas laterais com entalhamento vazado nos respectivos centros e na zona inferior e que o desenho técnico revela com rigor (fig. 5:97A). No remate simétrico encontramos a romã num centro complexo de frontão partido, grinaldas de flores e estalactites, repetindo-se, de modo mais reduzido e simplificado, esta gramática nos dois cantos superiores. O centro vazado do remate joga com elemento idêntico na zona inferior.

No segundo ⁴⁶⁴ (fig. 5:98) repete-se o duo escuro/dourado como escolha decorativa e os motivos entalhados são praticamente os mesmos, se bem que mal definidos, pois foram, na prática, somente esboçados. Na verdade o entalhador escolheu a via da goiva lassa para definir os campos decorativos criando fundos gordos. O mesmo se passa no remate que revela turgidez, pese embora a definição do frontão partido. A moldura revela a mesma opção estética pelo folheado mais denso, o capeado, aqui colocado com mero intuito funcional, sem preocupação estética, como que cumprindo a opção dos modelos ingleses ⁴⁶⁵. Registe-se o douramento do entalhado que deveria contrastar com o escuro da base. Pese embora uma leve descoloração da madeira, esta deverá, com efeito, ser o coração-de-preto, pois continua negra, passados mais de duzentos anos. O respectivo desenho técnico (fig. 5:98A) permite entrever a amálgama de citações rococó, desde a repetição dos citados frontões partidos às estalactites em dois níveis na parte superior da peça. As pequenas flores fazem parte do repertório da decoração vazada das ilhargas, encontrando-se mais definidas do que as das zonas centrais dos simulacros de óculo nas zonas superior e inferior da moldura.

Estas duas molduras com espelho, de que existe exemplar da mesma matriz no Museu Nacio-

⁴⁵⁹ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 128.

⁴⁶⁰ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp. 225-227.

⁴⁶¹ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *Móveis. In Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV/XVIII*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. Museu Nacional de Arte Antiga, 1979, fig.s 72 e 73, pp. 107 e 109.

⁴⁶² Medidas máximas aproximadas: altura 110 cm; largura: 50 cm.

⁴⁶³ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 46.

⁴⁶⁴ Medidas máximas aproximadas: altura 97 cm; largura: 47 cm.

⁴⁶⁵ A aplicação do capeado acompanha tão-somente a direcção dos remates superior e inferior, bem como das quatro molduras, sem qualquer preocupação de o utilizar como elemento decorativo. Esta execução revela-se complexa pois a opção de planos em dois níveis, com nervura a sublinhá-los, obriga à utilização de mais do que um ferro para aplicação das capas de madeira.



Figura 5:97
Moldura com espelho de filiação inglesa.

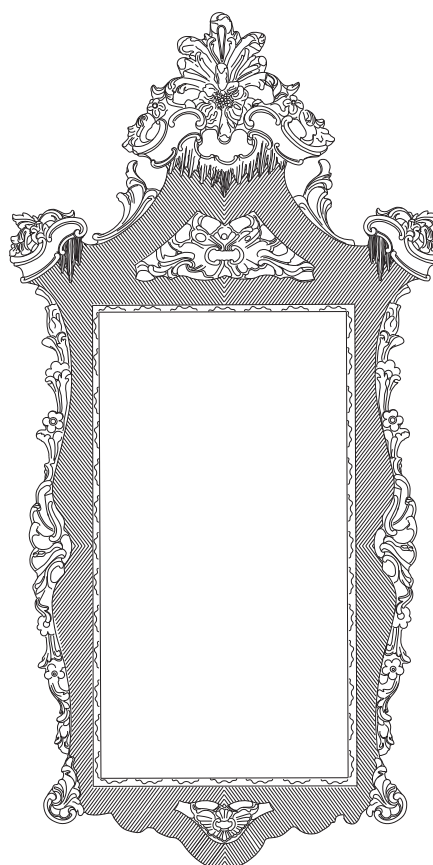


Figura 5:97A
Desenho técnico dos pormenores da talha do espelho.

nal de Arte Antiga ⁴⁶⁶ bem como na Casa-Museu Fernando de Castro, no Porto, com aplicação do folheado na vertical, revelam diferentes facetas do entalhador português. No primeiro caso procurou-se picar bem a madeira para um trabalho final preciso, à semelhança do trabalho inglês que, como vimos, serviu de mote ao modelo. No segundo, o entalhador possuía formação tecnicista diferente, preferindo a definição de volumetria por movimentos largos, privilegiando os vazados para captar o olhar.

O modo como a pluma elevada se define remete-nos para entalhadores de escola centro-europeia, do rococó empolado e massivo, eventualmente treinados em obras retabulares, e que também detectamos em alguns preguiceiros portugueses rococó, com a massa entalhada pouco precisa, caso da tipologia do acervo da Fundação Medeiros de Almeida, em Lisboa ⁴⁶⁷ ou no museu da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Mesquita de Carvalho, no Porto.

⁴⁶⁶ Vd. M. N. A. A., *Espelho com moldura*, Inv. 296 Div.

⁴⁶⁷ Vd. F. M. A., *Preguiceira-Espreguiçadeira*, FMA 479.



Figura 5:98
Moldura com espelho, trabalho de talha espesso.

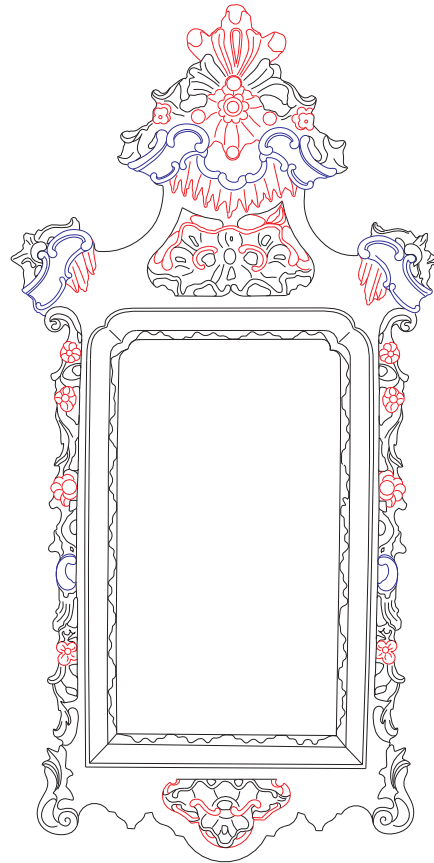


Figura 5:98A
Pormenores técnicos da morfologia e do do entalhamento da moldura com espelho.

5. 6. 4. - Problemas de identificação do mobiliário neoclássico português

As considerações já efectuadas sobre as matrizes da estética portuguesa da segunda metade de Setecentos concedem-nos dados para reflectir sobre a definição estilística do neoclassicismo do mobiliário civil português e sua execução.

A existência de desenhos e gravuras com origem em Inglaterra, apresentando as ideias de George Hepplewhite e Thomas Sheraton, conduziram clientes e artífices à emulação desse gosto mais sóbrio em termos de linearidade – proporcionando tipologias de carácter funcional – que, como veremos no 6º capítulo, foi adoptado nas oficinas do Porto. Todavia, a perseverança das linhas rococó – se bem que de forma atenuada –, afastou a pureza de linhas que os adeptos do retorno ao espírito da antiguidade clássica aclamavam.

Assim, e ao lado de peças com morfologia semi-circular ou elíptica, de linhas geométricas despojadas de entalhamento, de superfícies adornadas por embutidos, e de prumadas rectilíneas, encontramos a manifestação da contínua presença da decoração em relevo, enfatizando, de modo subliminar, a importância que os entalhadores continuavam a usufruir entre a clientela. Veremos a permanência de tipologias e gostos morfológicos em mobiliário que apelidámos de híbrido – tendo como referência os cânones puristas internacionais –, mas que localmente representaram uma interpretação cautelosa e moderada, com pouca ousadia ⁴⁶⁸, de um sentir decorativo novo.

⁴⁶⁸ Em França, por exemplo, a transição do Rococó para o Neoclassicismo teve duas vertentes: uma vanguardista, aderindo

5. 6. 4. 1. – A transição portuguesa do Rococó para o Neoclássico ou o hibridismo de alguma produção de finais de Setecentos

O distintivo do mobiliário desta transição ⁴⁶⁹, que configura, na verdade, a ligação entre dois períodos estilísticos – situação comum a outras latitudes ⁴⁷⁰ –, materializa-se na restrição da decoração exagerada do estilo Rococó, se bem que conservando a opção pelo entalhamento. As zonas frontais e laterais das peças de mobiliário tendem a apresentar mais simetria – nomeadamente as linhas que serpenteiam os aventais –, se bem que mantendo a utilização de adornos sinuosos e com conhedos. O entalhado orgânico tende a ser mais contido. No caso das tipologias de pousar ou de conter, os tampos mantêm os cantos a acompanhar as prumadas, de feição arredondada. Quanto aos artificios ornamentais, as meias-canais impuseram-se – devendo, segundo os académicos, ser em número par –, bem como o denticulado, este concebido com mais espessura que os ornatos entalhados. No caso dos embutidos, as cercaduras gregas, por exemplo, acompanham os movimentos sinuosos dos tampos ou do corpo das peças. As prumadas mantêm a forma galbada, terminando em pés com formatos que replicam as escolhas rococó ⁴⁷¹.

Um testemunho desta conjuntura portuguesa faz parte do acervo do Museu Victoria & Albert, em Londres. Trata-se de uma cadeira executada em madeira de nogueira “de textura granulada fingindo jacarandá” (fig. 5:99) ⁴⁷². Desenho de tipologia similar encontra-se na colecção denominada *José Francisco de Paiva* ⁴⁷³, existindo reproduções revivalistas, de meados de Oitocentos, na cidade do Porto ⁴⁷⁴.

de imediato a novas fórmulas decorativas, e outra mais conservadora, que manteve as linhas tradicionais, se bem que mais atenuadas. Cfr. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974, p. 41.

⁴⁶⁹ Tomamos como referência para esta denominação a análise de José-Augusto França. Este historiador refere que o período económico de ascensão da burguesia na época do marquês de Pombal foi “hybrid in every way, embracing past and present in a practical sort of synthesis”. Os artistas e os oficiais das Artes Decorativas – muito habilitados enquanto técnicos –, possuíam informação limitada não tendo possibilidade de “modernizar o gosto” da “burguesia sólida”, nomeadamente na cidade do Porto. A produção respectiva limitou-se a “copiar estilos passados”. Não estando de acordo com esta última afirmação – pois cremos poder demonstrar a inventividade, se bem que controlada, desses riscadores e oficiais –, parece-nos que, no essencial, França tem razão. Como já referimos no 2º capítulo, os oficiais estavam dependentes dos gostos da clientela – essa sim, responsável pelo que José-Augusto França apelida de artistas “second-rate” Cfr. FRANÇA, José-Augusto – *Pombaline Lisbon and art in the days of the Marquis of Pombal*. *Apollo*, April 1973, p. 340-349.

⁴⁷⁰ Vd. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974.

⁴⁷¹ Vd. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974, pp. 42-44, 71-73, 76-77, 85, e fig.s 148, 302, 312, 336.

⁴⁷² Vd. Victoria & Albert Museum, *Chair (one of a pair), Portuguese, about 1750*. W.18-1967. Em exposição em Abril de 2009. A indicação, em inglês é “walnut, grained to simulate rosewood”. Acrescenta-se, em nota, que este modelo é inspirado em desenhos ingleses de 1730 que foram copiados, com variações locais, por toda a Europa (“This design is based on English models of about 1730, which were widely copied with local variations, throughout Europe”).

⁴⁷³ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3207 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 136-137.

Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3207 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 136-137.

⁴⁷⁴ Veja-se o caso de um conjunto de dez cadeiras de braços e duas sem braços da casa da Feitoria Inglesa do Porto, cujo modelo existe em desenho da colecção denominada *José Francisco de Paiva*. Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: UCE, 2012, vol. 1, pp. 150-153.



Figura 5:99
Cadeira portuguesa de matriz inglesa.



Figura 5:99A
Pormenor do cachaço.



Figura 5:99B
Pormenor do galbamento pronunciado das prumadas frontais.



Figura 5:99C
Entalhamento de uma das prumadas.

A datação indicada no museu londrino, cerca de 1750, levanta-nos algumas dúvidas, pois os conservadores dessa instituição adoptaram-na numa simples transposição da época de execução no respectivo reino. No entanto, e como temos vindo a verificar, o mobiliário português sofreu de alguma distensão epocal relativamente aos modelos que lhe serviram de inspiração. Nesta tipologia verificamos alguns pormenores que temos vindo a detectar em algumas peças existentes em terri-

tório português e que merecem atenção.

No que diz respeito ao entalhamento, o motivo que coroa o cachaço como que dele faz parte, e algumas das fímbrias do panejamento abraçam o boleado levantado na espessura da madeira, que vem morrer na terça parte superior da tabela (fig. 5:99A)⁴⁷⁵. O aro repete, em inversão quase simétrica, as minúcias ornamentais superiores e o boleado exterior como que se enrola em dois nós, um de cada lado (fig. 5:99B). Nas prumadas frontais o mesmo motivo vegetal apresenta-se em tamanho diminuto, somente sugerido, envolvido numa panóplia do que poderiam ser folhas de acanto com tremidos e ondulados (fig. 5:99C). Nos pés, sobre tação, o boleado acompanha um aparente unguado nervurado⁴⁷⁶.

Esta tipologia deve ter interessado alguma clientela portuguesa, pois está representada nos acervos de algumas instituições, nomeadamente no Museu Nacional de Arte Antiga⁴⁷⁷, no Museu Nacional Soares dos Reis⁴⁷⁸ e na Fundação Medeiros e Almeida⁴⁷⁹, entre outras⁴⁸⁰. Sempre em madeira negra, ou escurecida como o modelo que se encontra em Londres, representam a adesão local a modelos ingleses, adaptados ao gosto português, podendo, eventualmente, ter-se instituído em sinal social de qualquer padrão que hoje nos escapa.

Algumas tipologias de conter apresentam, de igual modo, uma característica estilística híbrida que nos remete para a transição do mobiliário Rococo para o Neoclássico. É o caso de cómoda de três gavetões, do acervo da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, em Águeda⁴⁸¹ (fig. 5:100), que mimetiza alguns ornamentos ingleses, nomeadamente a folhagem escolhida para os prumos, que também apresentam chanfre, bem como o entalhamento levantado nos pés ostentando ramagem enrolada como se de panejamentos se tratassem (fig. 5:100A), revelando uma linearidade que tende para a organização neoclássica, patente nas linhas de acompanhamento do tampo⁴⁸². Sob o tampo sinuoso – que apresenta canto recto como indicado pelos cânones rococó, mas que, por outro lado, não respeita as linhas laterais rectas da estrutura –, nasce cornucópia envolta sob flor, desenrolando-se em acanto multiplicado⁴⁸³. Os pés, em enrolamento quase quadrado com preenchimento de linhas no fundo, são sinal de gosto neoclássico⁴⁸⁴. As madeiras utilizadas são o jacarandá – utilizado em folha sobre os entrepanos (Figura 5:100B) –, o pinho e outras de coloração branca, existindo vestígios de intervenções de restauro. As três gavetas apresentam altura similar e ostentam metais que não são de época.

⁴⁷⁵ No centro está patente simulacro de haste vegetalista – ou a sua evolução local, dele pendendo corola muito aberta que reproduz uma tulipa. As linhas do espaldar, cuja tabela é estofada, acompanham, na totalidade, as sinuosidades.

⁴⁷⁶ As prumadas frontais mostram-se arqueadas, com projecção pronunciada e as traseiras terminam num elemento paralelepípedo, à inglesa, sendo que as quatro se unem por meio de bilharda ondulada e quebrada.

⁴⁷⁷ Vd. M. N. A. A., *Cadeira de braços*, Inv. 901 Mov.

⁴⁷⁸ Vd. M. N. S. R., *Cadeira de braços*, Inv. 258 Mob MNSR.

⁴⁷⁹ Vd. F. M. A., *Cadeira* (2), FMA 174 e FMA 175.

⁴⁸⁰ Vd. PINTO, Pedro Costa – *O móvel de assento português do século XVIII*. Lisboa, Medialivros, 2005, p. 76.

⁴⁸¹ Vd. M. F. D. P. A. C. P., *Cómoda*, nº inv. 315.

⁴⁸² A frente é ondulada e as ilhargas rectilíneas, resolvendo-se em encontro chanfrado, ostentando pilastras adossadas num canto que é sumariamente decorado por rasgos que afundam a área central simulando molduras.

⁴⁸³ Esta folhagem de acanto prolonga-se num levantamento da madeira que sugere uma seta invertida, terminando, em baixo, junto a nova folha de matriz inglesa na vertical.

⁴⁸⁴ Vd. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974, fig. 100.



Figura 5:100
Cómoda mesclando elementos do Rococó e do Neoclassicismo.



Figura 5:100A
Pormenor do pé da cómoda.



Figura 5:100A
Canto chanfrado da cómoda e seu entalhamento.

Num outro registo, duas cómodas com características de utilização em mezanino ⁴⁸⁵ fazem parte da colecção da Casa Museu Guerra Junqueiro ⁴⁸⁶, revelando a dimensão da adaptação a essas escolhas a que foram obrigados alguns móveis de conter ⁴⁸⁷, enfatizando a noção de intimidade ⁴⁸⁸.

A primeira (fig. 5:101) ostenta entalhamento no avental central e nas ilhargas, com motivo rococó muito acentuado, privilegiando superfícies com panejamentos sinuosos, elemento característico desta estética ⁴⁸⁹, resolvido em simulacros de folhas que esvoaçam, ou, noutra leitura possí-

⁴⁸⁵ Medidas máximas aproximadas: altura 82 cm x largura 103 cm x profundidade 53 cm.

⁴⁸⁶ Vd. C. M. G. J., *Cómoda* [para mezzanino], Inv. n.º 544. A sua altura é de cerca de 82 cm e o tampo mede cerca de 103cmx53cm.

⁴⁸⁷ Vd. SOUSA, Maria da Conceição Borges de – *Mobiliário. Normas de Inventário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 2004, p. 88. Tem sido considerada “cómoda de três-quartos”, mas a designação que agora propomos parece-nos mais consentânea com a realidade arquitectural setecentista.

⁴⁸⁸ Vd. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, p. 27.

⁴⁸⁹ Vd. BAARSEN, Reinier – Rococo in Holand. The Assimilation of a Foreign Style. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*, fig. 3, p. 153.

vel, de asas de morcego, com uma assimetria muito marcada (fig. 5:101A). Esta disposição recorda, mais uma vez, a ligação entre os oficiais da prata e do mobiliário. Na verdade está aqui plasmado elemento argênteo de custódia do espólio da Igreja Paroquial de Santo Ildefonso, no Porto, datada de 1758-1759⁴⁹⁰. Quando foi executada, a cor preta deveria brilhar sob o dourado dos metais que não parecem da época de execução da cómoda mas simulam modelo inglês, com águia em torção rococó, vendido em Portugal pelo menos na última década de Setecentos⁴⁹¹.

As linhas do tampo e das frentes são de inspiração inglesa⁴⁹² e estão sublinhadas por fitas que devem ter sido de cor amarela (talvez madeira de buxo), mas que hoje apresentam tom bronzeado⁴⁹³. (fig. 5:101B). As quatro prumadas, que apresentam talha levantada, foram resolvidas com garra de ave – que parece de rapina, com penas apertando bola (fig. 5:101C).

A estrutura da frente das gavetas apresenta uma solução decorativa particular. Uma forra da madeira clara cobre os seus quatro lados, emoldurando com esse elemento de espessura finíssima o contraste do negro da madeira, provavelmente jacarandá⁴⁹⁴. Fitas de cor bronzeada encaixilham as aberturas em que as gavetas funcionam, bem como a área das duas ilhargas (fig. 5:101D)⁴⁹⁵. Os embutidos podem ter saído das mãos do próprio marceneiro já que a técnica obriga a rasgo controlado, por vezes a partir da madeira picada, de medida consentânea com as fitas a embutir⁴⁹⁶.

Mão de formação oficial inglesa é denunciada pela ligação do tampo à estrutura por meio de cavilhas de secção quadrada utilizadas, por vezes, na marcenaria inglesa. O mesmo sucede com as fechaduras que apresentam testa de ferro e frente de metal, de medidas iguais, o que obriga à colocação do escudete que protege a entrada – neste caso um espelho vazado idêntico aos laterais, com asas, acima da linha do meio das gavetas⁴⁹⁷.

Outra cómoda da mesma Casa-Museu⁴⁹⁸ revela construção estrutural semelhante mas com menos um gavetão (fig. 5:102). À semelhança das tipologias rococó, as quatro prumadas assumem, nestes dois modelos, papel fundamental para a sustentação da tipologia bem como para a sua organização⁴⁹⁹, oferecendo ao olhar, no presente caso, um corpo marcado por fios duplos nas gavetas e

⁴⁹⁰ Vd. SOUSA, Gonçalo e Vasconcelos e – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses. 1750-1810*. Porto: Edição do autor, 2004, figs. 67 e 68, p. 477.

⁴⁹¹ Vd. VALENTE, Adelina – *Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, p. 65, fig. 11.

⁴⁹² Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 54. Veja-se, por exemplo, tampo de cómoda datada de 1765 cujo perfil compósito, acompanhando as prumadas, pode ter servido de modelo às peças portuguesas.

⁴⁹³ Esta madeira foi utilizada para o embutido dos cantos frontais do tampo, um motivo ornamental de alguma abstracção, mas que sugere as linhas exteriores do entalhamento das quatro prumadas curtas.

⁴⁹⁴ A cor violácea está presente no interior da carcassa, onde se verifica que o marceneiro utilizou madeira do borne.

⁴⁹⁵ O facto da zona interior dos três aros das gavetas ter sido executado com a mesma matéria denuncia abundância da madeira aquando da sua execução. Se não fosse esse o caso o marceneiro teria utilizado espessura mínima no aro e compensado com outra mais disponível para a zona interior.

⁴⁹⁶ A construção desta tipologia ostenta a marca natural de serra de mão no interior da carcassa mas não privilegia uma confecção apurada pois as gavetas apresentam malhetes espessos, se bem que razoavelmente perfeitos.

⁴⁹⁷ Estes metais não devem ser originais, pois a madeira interior apresenta vestígios de outras aplicações. A tipologia já foi alvo de intervenção, verificável no seu interior.

⁴⁹⁸ Vd. C.M. G. J., *Cómoda com medalhão* [para mezzanino], Inv. n.º 543.

⁴⁹⁹ No caso da cómoda anterior esses pilares constituem elementos relevantes no cômputo da decoração entalhada, situada toda na zona inferior, constituindo uma linha visual marcante. Na presente, elas são discretas, calcando tacão relevante (1,5 cm).



Figura 5:101
Cómoda para mezanino.



Figura 5:101A
Pormenor do entalhamento rococó.



Figura 5:101B
Tampo com embutidos.



Figura 5:101C
Pormenor do pé.



Figura 5:101D
Vista do interior da cómoda.

um avental entalhado cujo centro é um medalhão perlado encimado por laço.

As ilhargas são abraçadas por silva contínua acompanhando a sinuosidade do avental, resolvendo em ponto central, um medalhão. Este é boleado, com pérolas e flor no centro, e pequenos ramos simétricos junto ao galbamento das prumadas frontais. Nas ilhargas o respectivo campo está marcado por fio embutido numa citação rococó inglesa (fig. 5:102A). As fechaduras são de ferro, conquanto a respectiva abertura se situe junto à fímbria das gavetas, e os metais não são de época⁵⁰⁰ (fig. 5:102B).

Os fios embutidos desta cómoda possuem uma linearidade neoclássica, contrariando, no tampo, a ondulação dos respectivos cantos (fig. 5:102C) e sublinhando uma discreta sinuosidade, que nas ilhargas é quase imperceptível. O mesmo momento estilístico é, de igual modo, representado na escolha do medalhão ovalado e perlado cuja superfície é ondeada. Verificamos, nesta peça, uma ligação ornamental ao arcaz da sacristia da igreja dos Clérigos, ao antifonário da mesma igreja e a um espelho dourado que veremos *infra*. Trata-se de um elemento decorativo utilizado, como já vimos, pelo riscador e entalhador português Damião Pereira de Azevedo, em 1783⁵⁰¹.

⁵⁰⁰ Os malhetes das gavetas denunciam oficial de formação similar à cómoda anterior. O lenho utilizado é análogo – jacarandá –, com marcas visíveis de serra de mão e, tal como a peça anterior, já teve intervenção para corrigir prováveis fendas no tampo.

⁵⁰¹ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*. Porto: CITAR, 2011, pp. 107-130.



Figura 5:102
Cómoda para mezanino com medalhão entalhado e fios embutidos.



Figura 5:102A
Ilharga da cómoda.



Figura 5:102B
Pormenor do tampo da cómoda.

Estas cómodas revelam duas dimensões portuguesas da mesma época. A primeira acusa a exuberância do entalhamento rococó centro-europeu, que tem como particularidade a sua aplicação numa estrutura contida, com uma prolixidade de motivos lineares aplicados à inglesa na estrutura da tipologia. A segunda demonstra a confluência de um rococó vegetalista de matriz britânica, aqui simplificado, mesclando-os com elementos que se reportam ao neoclassicismo internacional – o laço encimando medalhão perlado. A sua execução deve situar-se em data aproximada.

Quanto à primeira, a carga visual do entalhamento rococó, na sua parte inferior, é forte, nele se incluindo quatro pés encorpados, constituindo uma base decorada de modo “selvagem”⁵⁰², que contrasta com a leveza das linhas lisas embutidas em mescla escuro/claro no corpo da tipologia. A opção decorativa pelas tarjas embutidas e fios aparentes nos topos das gavetas resulta num jogo colorido que pressupõe tentativa de criar superfícies enquadradas em diferente planos, característica das opções neoclássicas. As pilastras seguem um modelo que nos parece remeter para a lógica das colunas adossadas góticas, tão glosadas no mobiliário português de conter. O tampo acompanha a linha contida da estrutura da cómoda e os dois cantos frontais apresentam curvatura mais

⁵⁰² Vd. LEBEN, Ulrich – German Rococo. From Cuvillies in Munich to Nahl in Potsdam. In *Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, p. 140.

fechada que a tipologia em confronto. Note-se que, aqui, o elemento de reforço do fechamento da curva é o embutido, que assiste o adossamento das pilastras.

Na segunda cómoda, existe um refinamento estrutural traduzido numa leveza visual: o facto de ter menos uma gaveta assim o permite, bem como a acentuação da curvatura do saial. A verticalidade das prumadas também o concedem, pois o galbamento não apresenta ornamentação carregada – é acentuado por um único botão de flor subtil –, e o pé ostenta um unglado discreto sobre tação. Os fios embutidos no tampo, aplicados a 90 graus, contrariam o canto ondulado que acompanha as prumadas frontais. A carga dos embutidos nas gavetas é igualmente menor, permitindo um ténue contraste com o escuro da madeira.

Há a considerar, todavia, outras vertentes nas tipologias de conter. A marcenaria inglesa produziu, na segunda metade do século XVIII, mais propriamente na década de 60 de 1700, modelos de cómodas que alguma historiografia considera terem sido executados à “feição continental” (“in the Continental manner”) ⁵⁰³. Essa classificação advém da inobservância estrita das suas regras de construção, nomeadamente a ausência de entrepanos em concomitância com o pouco esmero na apresentação das madeiras no interior. Os entrepanos, tabuado entre gavetas que, além de permitir mais firmeza à estrutura impedia a circulação de pó no interior da tipologia, protegendo os tecidos da sua acumulação (“dustboard”, em inglês), eram dispensáveis na marcenaria portuguesa.

A decoração floral destes modelos britânicos apresenta, nas frentes e tampos sinuosos, cravos, caules, folhas e pássaros, inseridos em campos delimitados por bandas de folheado espinhado. Os aventais frontais podem ostentar metais aplicados com forma de plumas e folhas de acanto, bem como os pés, onde metais com formas vegetalistas condizentes rematam as prumadas folheadas ⁵⁰⁴.

No cômputo da produção portuguesa, e estruturação à parte, estas tipologias seguem o gosto inglês que evoluiu da fase da ostentação da madeira de mogno, em maciço ou folheado, para a da recuperação da tradição da marqueteria do início do século XVIII, influência holandesa que se repercutiu no mobiliário em Inglaterra, na época da rainha D. Ana (1702-1714) e, décadas mais tarde, no seguimento dos contactos comerciais dos “cabinet-makers” ingleses com França e Países Baixos ⁵⁰⁵. Entre cerca de 1760 e 1790, o gosto pela marqueteria contaminou alguma clientela inglesa que procurou peças dessa índole a algumas oficinas de marceneiros imigrados, o que aconteceu em paralelo com a moda da pintura neoclássica inspirada por Robert Adam. Essa moda pode ter chegado a Portugal, e os marceneiros locais, treinados na execução de embutidos e entalhamento, interpretaram-na a seu modo.

Deverá ser o caso de uma cómoda de duas gavetas e dois gavetões do acervo do Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo (fig. 5:103) ⁵⁰⁶, em madeiras de jacarandá e castanheiro, cuja estrutura exterior se assemelha a essas construções inglesas. As sinuosidades frontais e laterais resolvem-se em prumos que, junto às gavetas, são rectilíneos, expandindo-se para o exterior com curvatura vertical coincidindo com a zona do corpo que contem as gavetas. O tampo é acompanhado por engrossamento da caixa que lhe subjaz, nascendo a curvatura das prumadas – com citação de colunelos

⁵⁰³ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 168.

⁵⁰⁴ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, pp. 166-170.

⁵⁰⁵ Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, pp. 67.

⁵⁰⁶ Vd. M. A. D. V. C., *Cómoda*, Inv. N.º 1070.

góticos – imediatamente a seguir, num artifício que cria a ilusão de um todo “bombé”, mas que na realidade não é, pois as gavetas não acompanham as sinuosidades verticais e horizontais. Com este artifício – que o desenho técnico clarifica (fig. 5:103A) –, o marceneiro executou uma tipologia de menor complexidade técnica, simulando alguns modelos franceses que recorrentemente encontramos em Portugal, nomeadamente no Museu Nacional de Arte Antiga ⁵⁰⁷.

Os campos do tampo e das gavetas estão marcados por denticulado embutido de canto em bico, apontando para o centro do recorte que se reporta às prumadas (fig. 5:103B). Pés de flores com folhas, muito naturalistas e identificáveis ⁵⁰⁸, saem dos vértices da frente daquele e dos laterais inferiores das duas gavetas e dos dois gavetões, o mesmo sucedendo do centro do detalhe entalhado do saial frontal, numa mescla estilística com o recorte simétrico no saial frontal, e assimétrico nas duas ilhargas. Prumadas unguladas terminam em tacão (fig. 5:103C). Note-se a existência de entrepanos interiores, eventual sinal de maior apuro na execução ou aproximação ao modelo estrangeiro ⁵⁰⁹ (fig. 5:103D) (fig. 5:103E). Os metais aplicados nas gavetas, não sendo de época, foram escolhidos de modo apropriado, ostentando motivos florais em contínua interacção com laçaria e medalhão perlado no centro.

Uma outra cómoda, de colecção particular, com dois gavetões e fitas embutidas ⁵¹⁰, poderá constituir análoga interpretação local da conjuntura anterior (fig. 5:104). Executada em madeiras de jacarandá, sugere um neoclassicismo mais marcado, se bem que aplicada em carcaça com leve sinuosidade. A concepção em espinhado aponta para o centro, criando o ponto em que a simetria da tipologia se resolve ⁵¹¹. A marcenaria francesa utilizou, em algumas tipologias o ondulado nos aros, mormente em tipologias de assento, quebrando a rigidez das madeiras sem entalhamento, e acompanhando as ondulações do espaldar ⁵¹². O entalhamento é mínimo, recriando pedúnculos com duas flores na frente, no galbamento das prumadas, e uma folha simplificada no pé (fig. 5:104A), que agrega em si mesmo o tacão. A estrutura do móvel está intacta, se bem que exteriormente o lenho principal se apresente muito descolorado, tampo incluído (fig. 5:104B). Os metais parecem ser de época, embora sumariamente fundidos, sem preocupação de acabamento com cinzel. Constituem, no entanto, um modelo característico da produção inglesa ⁵¹³ com representação de animais – um cão, uma ave com asas abertas, e figuras humanas num contexto profuso de flores

⁵⁰⁷ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – Cómica estilo Regência. In PINTO, Maria Helena Mendes – Artes Decorativas Francesas. Século XVIII. Mobiliário e relógios. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1977.

⁵⁰⁸ Vd. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974, pp. 72-73. À semelhança da marqueteria na Holanda e Alemanha, os motivos florais expandem-se pelas faces da tipologia.

⁵⁰⁹ Esta cómoda pode já ter estado em contexto oficial dado que existem marcações, a lápis, que revelam “*janela*” e “*gabetão* (sic) *m^o*” indicando, a primeira, a devida colocação da peça em contexto doméstico. A segunda inscrição tornou-se necessária dada a medida praticamente idêntica de cada um dos gavetões.

⁵¹⁰ Medidas máximas aproximadas: altura 83,5 cm; largura: 97»110 cm; profundidade 56 cm.

⁵¹¹ Um artifício decorativo que realça as linhas onduladas dos seus saiais frontal e laterais, a partir do desbaste, com goivas laças, de uma ondulação bordejada com moldura, cria uma tensão muito especial, bem conseguida, entre a concepção estilística mais sinuosa e a rectilínea, só possível em oficinas capazes de sintetizar, a partir de múltiplas informações, uma tipologia com identidade própria.

⁵¹² Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Art et Métiers. L'art du menuisier en meubles*. [S.l.] : Bibliotheque des Arts, des Sciences et des Techniques, 2004, fig. 226.

⁵¹³ Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas*. Porto: CITAR, 2010, fig. 10, p. 65.



Figura 5:103
Cómoda portuguesa com embutidos e entalhamento.

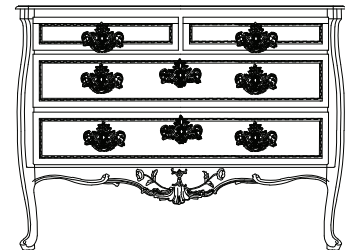


Figura 5:103A
Desenho técnico da morfologia e de pormenores decorativos da cómoda.



Figura 5:103B
pormenor do canto frontal esquerdo do tampo



Figura 5:103C
Pé ungulado.



Figura 5:103D
Interior da cómoda com entrepano visível.



Figura 5:103E
Inscrição oficial, a lápis.

e folhas (fig. 5:104C).

No nosso trabalho de campo encontrámos outras peças portuguesas que representam duas facetas deste hibridismo estilístico – configurando, todavia, artífices com conhecimentos técnicos e estilísticos diversos. É o caso de uma mesa de encostar do Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo⁵¹⁴ (fig. 5:105) que apresenta no seu interior lenho de castanheiro, entre outras, e, na estrutura exterior, madeira de nogueira, de coloração escurecida, com acabamento muito aligeirado,

⁵¹⁴ Vd. M. A. D. V. C., *Mesa de encostar de duas gavetas*, N.º Inventário 1078.



Figura 5:104

Cómoda de dois gavetões com fitas embutidas.



Figura 5:104A

Pormenor do pé entalhado.



Figura 5:104B

Pormenor do tampo com fita embutida.



Figura 5:104C

Pormenor das ferragens de metal.

notando-se marcas das ferramentas de desbaste (fig. 5:105A) ⁵¹⁵. A sua especificidade está no saial frontal que apresenta inclinação para o interior da caixa, num movimento pouco usual, bem como decoração composta em duas ordens justapostas: denticulado a toda a largura da caixa e decoração em que ressaltam elementos vegetalistas e enrolamentos em combinação com frontão partido invertido. Este motivo repete-se nas ilhargas, sem o denticulado ⁵¹⁶.

Esta mesa portuguesa congregou, na sua concepção e execução, o elemento denticulado da gramática neoclássica – que acompanha o movimento sinuoso frontal, característica de artífice que conhecia já a gramática respectiva, mas que a aplicou em tipologia de gosto tradicional –, com motivos vegetalistas espriados, tirando partido da superfície vasta e lisa do saial frontal, numa concepção singular que além da intenção decorativa, nasceu de um propósito tecnicista, i.e. , a necessidade de desbastar, de modo engenhoso, a espessura da madeira do saial, que, partiu de uma tábua de 7 cm. Se tal não acontecesse, o entalhamento levantado, teria mais consistência maté-

⁵¹⁵ Este facto deverá indiciar que a peça foi executada para apresentar pintura.

⁵¹⁶ As quatro prumadas galbadas, marcadas por três contas alternando com duas linhas que boleiam a esquina respectiva, terminam em pés ungulados, sobre tacão, ladeados por enrolamentos.

rica⁵¹⁷. A moldura do tampo está rasgada de modo irregular na própria espessura, denotando trabalho de goiva, e imperfeições nos vários elementos denotam que o provável entalhador não amaciou a obra, situação que o marceneiro não admitiria.

Uma outra peça que faz parte do acervo do Museu de Arte Sacra do Seminário Maior do Porto traduz o brilhantismo da marcenaria portuguesa de finais do século XVIII (fig. 5:106). Trata-se de uma mesa de encostar, de gaveta única, executada em jacarandá, apresentando duas tábuas no tampo, presas por dois malhetes ditos borboleta ou dupla cauda de andorinha (fig. 5:106A). A sua delineação acompanha a sinuosidade da caixa que encerra a gaveta⁵¹⁸. O equilíbrio da estrutura reside na boa associação, por meio de respigas, às prumadas que ostentam furos para as conter e o tampo está cavilhado aos topos respectivos. Este padrão de estruturação é uma opção técnica e estilística que, em Inglaterra, foi assumida a partir de 1730, avocando as virtudes do conceito de ensablagem⁵¹⁹.

Na secção superior das prumadas galbadas estão presentes os colunelos de influência da gramática gótica, utilizadas como detalhe decorativo⁵²⁰, como que se desfazendo na zona do galbamento numa folha de acanto estilizada, mas bem definida quanto à sua caracterização (fig. 5:106B). O pé representa uma pata ungulada sobre tacão⁵²¹. Os medalhões perlados, coroados de laços que alguns designers britânicos glosaram e publicaram⁵²², com pedúnculos de flores simétricos, apresentam ondedos que lhe retiram a rigidez.

Dois espelhos redondos estampados, com cercadura perlada, embutindo-se a asa em orla funda, estão fixados na gaveta através de dois espeques que atravessaram a espessura da madeira, denunciando a sua colocação à época de execução da tipologia (fig. 5:106C)⁵²³. Trata-se de um modelo importado que se encontrava à venda em Portugal em diversas versões⁵²⁴.

Esta mesa de encostar, com ondulação vertical, revela uma das idiossincrasias do mobiliário de finais de Setecentos, na esteira da produção identificada de Damião Pereira de Azevedo, a saber, o arcaz da Igreja dos Clérigos em 1783. Pormenores das gramáticas rococó e neoclássica de matriz

⁵¹⁷ Por esse mesmo motivo o saial pende para dentro da estrutura, no que constituiu mais uma tentativa de disfarçar a robustez da madeira, no que parece ter sido uma execução sem risco prévio. A tipologia poderá, assim, ter sido executada, com probabilidade, por entalhador com óbvios conhecimentos de ensablamento já que o seu executante foi procurando soluções estéticas para os problemas que a espessura matérica lhe foi colocando.

⁵¹⁸ A construção traduz a visualização de diversos elementos constitutivos, incluindo prumadas, como que por osmose com o mobiliário de assento. Os elementos secundários quer os primários, i.e., os que sustentam, e dão corpo à estrutura replicam a técnica que cria estruturas fortes e coesas, com as prumadas a assumir o papel de baluarte na respectiva organização.

⁵¹⁹ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 5:73, p. 239.

⁵²⁰ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 5:76, p. 240. O autor recenceou uma “dressing table” – a tipologia que em Portugal assumiu a designação de mesa de encostar, com “re-entrant corners”, i.e., cantos reentrantes semelhantes às ondulações verticais das que aqui referimos.

⁵²¹ Os motivos entalhados que se desenvolvem nos saiais frontal e laterais estão ligados entre si através de um boleado contínuo que sobe e desce tendo como pontos de apoio as prumadas, numa demonstração exímia de técnica.

⁵²² Vd. REID, Dick – Thomas Pether's ‘Book of Ornaments’, 1773. *Furniture History*, vol. XI (1975), pp. 46-47 e figs. 109-110.

⁵²³ À gaveta foi aplicada fechadura de ferro colocada sensivelmente a meio da altura da sua frente e a entrada da lingueta respectiva, em furo simples, sem qualquer resguardo, respeitando os cânones da marcenaria tradicional portuguesa. A entrada da chave na fechadura está protegida com escudete que replica aqueles, um arquétipo que os fabricantes ingleses apelidam de “commode ring” e cuja comercialização data de 1780-1785 Vd. GOODISON, Nicholas – – The Victoria and Albert Museum's Collection of Metal-Work Pattern Books. *Furniture History*, vol. XI, 1975, pp. 1-30 e figura 36.

⁵²⁴ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol. 5, ff. 102-103.



Figura 5:105
Mesa de encostar portuguesa, madeira de noqueira.



Figura 5:105A
Ilharga da mesa de encostar com os sinais de desengroço visíveis.



Figura 5:106
Mesa de encostar com medalhão ovalado no saial frontal e lateral.



Figura 5:106B
Pormenor da prumada frontal e ilharga.



Figura 5:106A
Um dos malhetes de cauda dupla na parte interior da carcaça sob o tampo.



Figura 5:106C
Modo setecentista de prender os metais no interior das gavetas.

inglesa matizam uma morfologia emblemática portuguesa.

Detectámos, no nosso trabalho de campo, algumas molduras para espelhos que ostentam, de igual modo, inspiração estilística neoclássica. No acervo do Hotel Infante de Sagres, no Porto, por exemplo, está representada uma tipologia de forma ovalada de dimensão relevante – cerca de 205 cm de altura –, coroada por jarra com flores de onde partem grinaldas com folhas e botões de flores em combinações múltiplas, apoiando-se em simulacros de frontões partidos (fig. 5:107). Representa a vertente portuense que identificámos *supra*, e que, a nosso ver, e até ao presente, se pode reportar ao mesmo arquitecto, riscador e entalhador. Na verdade, Damião Pereira de Azevedo desenvolveu uma linguagem identitária com patente ligação à estilística inglesa, visível na base desta tipologia – um medalhão ovalado com estrias que se encontra inserido num complexo vegetalista. Este, por sua vez, apresenta aderências ao caixilho, a meio da altura, numa concepção técnica de muito apuro e de grande comunhão do oficial com os temas vegetalistas que representou (fig. 5:107A). Obra saída de mãos de entalhador que dominava o manejo de goivas finas e técnica de vazamento com perfeição, ostenta a viçosidade dos elementos vegetalistas, com pétalas planas e corolas redondas, bem marcadas na zona superior (fig. 5:107B) tombando sobre a moldura, acabando nela esmagados. Esta tipologia portuguesa dourada representa o entrosamento de duas gramáticas, a do rococó com a do neoclassicismo, numa síntese que convoca as influências que os artífices absorveram e que estariam na moda na cidade do Porto em finais do século XVIII ou início do século XIX ⁵²⁵.

No cômputo das mesas de uma só gaveta com dois tampos sobrepostos – ditas de jogo, pois poderiam ser cobertas com pano para esse efeito ⁵²⁶ –, insere-se neste momento de transição estilística uma peça de colecção particular, executada em madeira de castanheiro mas pintada, fingindo mármore ⁵²⁷ (fig. 5:108). Esse lenho sinaliza, com probabilidade, a sua execução a Norte de Portugal. O tampo superior, quando levantado, apoia-se numa das prumadas que se desloca para as traseiras por meio de dobradiças de madeira. Esta peça representa uma criação portuguesa inspirada em modelo de linhas rectilíneas ⁵²⁸ (fig. 5:108A). No entanto, os pormenores ornamentais da gaveta e dos quatro pés que rematam as pernas galbadas revelam um cliente e um entalhador aderentes à estética de um rococó inglês com presença de laivos barrocos, detectáveis no saial ondulado, marcado por denticulado (fig. 5:108B). No centro, um botão de flor encontra-se ladeado por um par de pedúnculos com folhas. A ornamentação da gaveta, de entalhamento acentuadamente assimétrico, resume-se a uma banda cujo centro remete para panejamentos rococó que se resolvem em folhas e tulipas ⁵²⁹. O entalhamento está levantado ao nível das molduras da gaveta, estas com cantos sincopados por reentrâncias. As prumadas ostentam conjunto vegetalista assimétrico cujo centro é um elemento oblongo (fig. 5:108C), numa concepção do tipo cabuchão utilizado no mobiliário

⁵²⁵ Na Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, em Águeda encontra-se (Novembro de 2013) tremó com espelho similar, e o tema do medalhão reporta-se mutuamente nas duas peças, ostentando execução exímia de entalhamento.

⁵²⁶ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 5:23, p. 249.

⁵²⁷ Medidas máximas aproximadas: altura 77 cm; tampo 93 cm x 44,5 cm.

⁵²⁸ Os cantos dos tampos, quebrados de modo pouco afirmativo, foram concebidos para acompanhar o galbamento das prumadas.

⁵²⁹ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. XL. Vejam-se, por exemplo, as duas decorações sugeridas para os pés do leito, inseridas em campo emoldurado.



Figura 5:107
Moldura com entalhamento vazado.



Figura 5:107A
Pormenor do coroamento da moldura.



Figura 5:107B
Medalhão ovalado com laço e flores na zona inferior da moldura.

no último quartel de Setecentos⁵³⁰ e, anteriormente, em desenhos de Thomas Chippendale. Os pés representam quatro garras com penas, com unhas definidas aprisionando bola (fig. 5:108D), numa figuração que transpõe as patas de animais do período barroco inglês⁵³¹. Esta tipologia constituiu mais um exemplo de citações estilísticas de tempos recuados, provando a perenidade dos gostos ao longo das sucessivas gerações de clientes e oficiais das madeiras.

O mesmo gosto pela cor está plasmado em leito pintado⁵³², do acervo do Paço dos Duques de Guimarães⁵³³. Embora já estudado anteriormente no que concerne à pintura que ostenta⁵³⁴ (fig. 5:109), e que reforça, visualmente, a forma ovalada, não podemos deixar de o incluir no presente estudo dada a sua valia enquanto representante deste sentir português que mescla gostos e técnicas. A pintura, o ouro e o entalhamento criam zonas de sobreposição volumétrica que permitem uma leitura assaz dinâmica do conjunto, executado sobre tábua única de madeira de castanheiro (fig. 5:109A), facto que poderá significar a sua execução no Norte de Portugal⁵³⁵. O desenho técnico

⁵³⁰ Vd. SNODIN, Michael; STYLES, John – *Design and the Decorative Arts. Georgian Britain 1714-1837*. London: V&A Publications, 2004, fig.s 20 e 21, p. 141

⁵³¹ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 5:23, p. 212.

⁵³² Medidas máximas aproximadas: altura 216 cm; largura: 128,5 cm.

⁵³³ Vd. P. D. G., *Leito de espaldar alto*, nº inv. P. D. 522. Observada em Março de 2008.

⁵³⁴ Vd. COELHO, Daniela Filipa dos Santos – *O mobiliário pintado em Portugal do século XVIII: materiais, técnicas e estado de conservação*. Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Doutor em Artes – Especialidade em Artes Decorativas. Porto: Escola das Artes, Dezembro de 2012, vol. 1, p.

⁵³⁵ Um leito executado em madeira de castanho pintado de vermelho encontrava-se entre os bens de um clérigo de Vila do Conde. Vd. A. H. V. C., *Inventários Orfanológicos*, Cx. 2822, Mç. 6/12, f.12. “Inventário dos bens do Padre Manuel



Figura 5:108
Mesa com pintura marmoreada de dois
tampos sobrepostos.



Figura 5:108A
Pormenor do tampo e recorte de um dos cantos.



Figura 5:108B
Vista frontal da mesa.



Figura 5:108C
Pormenor do entalhamento do
joelho projectado.



Figura 5:108D
Pormenor do pé de garras
com penas.

explicita essa construção estrutural (fig. 5:109B). A diversidade dos motivos levantados na madeira, desde folhas pequenas sobrepostas, à combinação de perlados com elementos lisos e a pétalas que nascem em leve sobreposição, ligam-se, em subtileza, à pintura do centro, que imita tecido. Do entalhamento que coroa o conjunto, um ramo floral em semi-círculo, parte um laço que segura a cruz de Cristo e cartela com iniciais “JFS” do presumível proprietário⁵³⁶. Realce-se os ornatos dos prumos, uma citação recuada renascentista, que o Barroco e o Rococó utilizaram (fig. 5:109C).

Este leito, se bem que pela sua morfologia e gramática estilística indicie o neoclassicismo, não deixa de nomear tessitura e coloração impactante inerente ao estilo barroco. Foi uma peça executada para servir um dignatário, ostentando, com as iniciais, a sua posse. Os executantes, marceneiro, entalhador e pintor trabalharam em sintonia, revelando conhecimento da sintaxe ornamen-

Lopes Pacheco, 20 de Julho de 1781”.

⁵³⁶ Análise detalhada revela a composição programada destes elementos, a saber, o entalhador necessitou de um risco prévio para obter a cabal ligação entre os diversos motivos. Deste centro nascem, em simetria, duas folhas torsas, em movimentação rococó, completadas por grinaldas de folhas de loureiro que acompanham a curvatura do espaldar, repetindo-se no simulacro de pirâmides que coroa os suportes da cabeceira e dos pés.

tal, nela incluída a pintura e o ouro.

Esta técnica revela-se marcante nos fundos dos oratórios utilizados para devoção doméstica. As dimensões dos espaços arquitectónicos citadinos, que já vimos terem influenciado as medidas da estrutura de algumas cómodas, bem como a evolução dos comportamentos mais intimistas de encarar o culto religioso ⁵³⁷, ditaram, de igual modo, medidas menores naquelas tipologias, que, em geral se completavam, apondo-se uma sobre a outra, na privacidade dos quartos ou mesmo nos salões ⁵³⁸.

Duas peças, de colecções particulares, que a seguir analisaremos constituem exemplo de concepções de gosto rococó em dois momentos distintos. Na primeira ⁵³⁹(fig. 5:110) a carga ornamental e pictórica sobrepõe-se às linhas lisas da caixa, em “alongamento” ⁵⁴⁰ vertical, excepção feita à leve sinuosidade superior da porta frontal e das duas laterais, bem como aos dois cantos projectados que acompanham as pilastras entalhadas. Nesta peça a precedência foi concedida ao entalhador que pode manifestar o seu engenho, dando largas à assimetria controlada (fig. 5:110A), já que as dissemelhanças se repetem nas pilastras frontais, num misto de cabeças de anjos aladas e folhas esvoaçantes (fig. 5:110B) parecendo línguas de fogo que o douramento acentua e outros exemplares portugueses ostentam. É o caso da gramática ornamental presente em frente de oratório do Museu da Sé de Braga ⁵⁴¹, que constituiu réplica deste mote, se bem que sobre uma estrutura com acentuadas sinuosidades rococó.

O fundo do oratório ostenta raminhos de flores coloridas, numa pintura simples, ladeando uma zona central que delimita a área a que se encosta a cruz competente bem como imagens diversas, colocadas estrategicamente sobre o fundo que, neste caso, configura um mero cenário para providenciar evidência às imagens (fig. 5:110C).

No segundo oratório ⁵⁴²(fig. 5:111) o fundo apresenta-se como se de um verdadeiro tecido se tratasse, quer na sua cor dourada flamejante, quer na imitação de tessituras refulgentes. Flores e pedúnculos muito realistas povoam o centro, acompanhando “CC” e “SS”, bem como panejamentos ondulantes do tipo “asas de morcego”. Os mesmos motivos, em cor azul de traço fino, enquadram o local destinado a imagem de devoção, que hoje não existe. No exterior do corpo verificou-se uma intervenção no final do século XX que resultou no que se pode considerar uma alteração estilística. Esta peça apresenta, actualmente, a cor natural da madeira escura, presumivelmente pau-santo. No entanto, conhecemo-lo em estádio anterior, com pintura que o cobria de um branco leitoso, pontuado por dourados no entalhamento, sinalizando o gosto neoclássico por essa coloração e confirmando que madeira brasileira se poderia apresentar pintada ⁵⁴³. A ornamentação ent-

⁵³⁷ Vd. FRANCO, Carlos – Espaços de culto e oração nas casas das elites de Lisboa nos finais do Antigo Regime. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-CITAR, 2013, pp. 113-134.

⁵³⁸ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 16.

⁵³⁹ Medidas máximas aproximadas: altura 142cm; largura: 66»78 cm; profundidade 38 cm.

⁵⁴⁰ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – Móveis. In *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV/XVIII*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. Museu Nacional de Arte Antiga, 1979, p. 112. O termo é da autora se bem que esteja aplicado a tipologia de matriz claramente neoclássica.

⁵⁴¹ Vd. T. M. S. B., *Oratório (Calvário)*, TMSB/23/ESC.

⁵⁴² Medidas máximas aproximadas: altura 65 cm; largura 39»54 cm; profundidade 20 cm..

⁵⁴³ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 64. No cômputo das tipologias pintadas, 37% do total são lenhos brasileiros.



Figura 5:109
Espaldar do leito do Paço dos Duques de Guimarães.



Figura 5:109A
Vista da tábuia única do espaldar do leito.

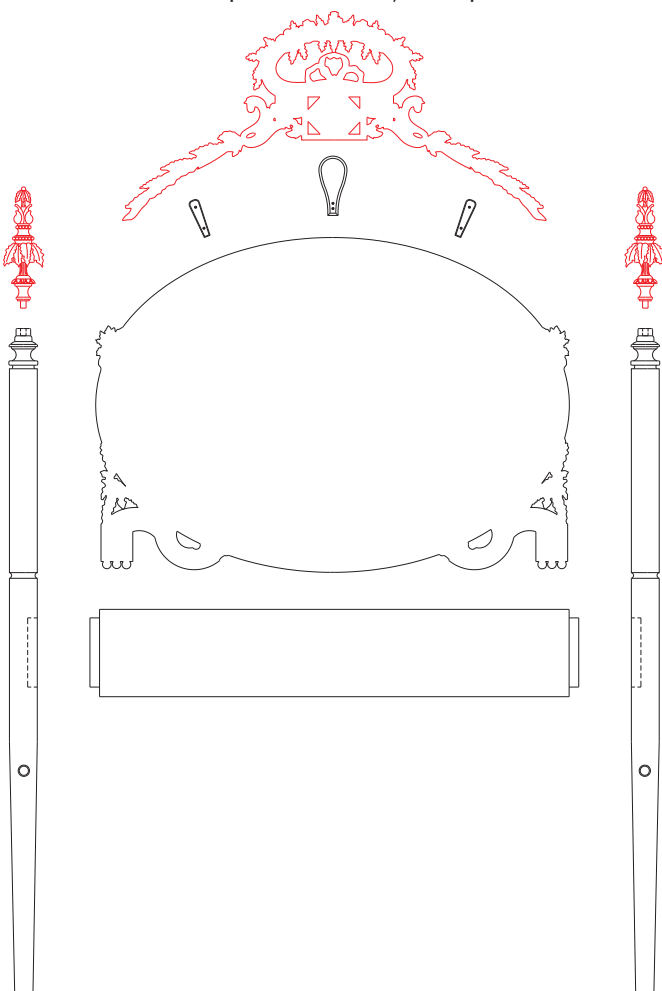


Figura 5:109B
Desenho técnico que decompõem os elementos estruturais do espaldar.



Figura 5:109C
Pormenor do entalhamento do espaldar e prumo do leito.



Figura 5:110
Oratório com morfologia “em alongamento”.



Figura 5:110A
Remate rococó entalhado que coroa uma das ilhargas.



Figura 5:110B
Remate rococó entalhado com anjo esvoaçante.



Figura 5:110C
Pormenor da pintura do interior do oratório.

lhada oferece ao olhar elementos que remetem para as escolhas rococó inglesas⁵⁴⁴. No entanto, os remates superiores das ilhargas apresentam um elemento caro ao mesmo estilo de outra matriz: o flamengo, francês e alemão (fig. 5:112), representado por um motivo escultórico torcido numa “ideia de desenho selvagem” que, por exemplo, Jean-François Cuvilliés (activo 1695-1768) glosou nos seus desenhos⁵⁴⁵. Esse componente está como que amenizado pelo acompanhamento de elementos vegetalistas muito delicados, que incluem botão de flor envolvido por pequenas folhas. Pontuações incisadas de forma quadrada existentes nos prumos e nos pés configuram enrolamento singelo

⁵⁴⁴ A panóplia decorativa inclui botões de flores, folhinhas de acanto em diversas dimensões e torções, SS e CC convergindo para o centro no topo da tipologia. Uma pluma em simetria perfeita coroa o frontão partido dissimulado na zona frontal pelas ligações sucessivas de motivos vegetalistas e vincos sinuosos que se unem em contínuo.

⁵⁴⁵ Vd. DAVIDSON, Gail S. – Ornament of bizarre Imagination. In *Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, fig. 28, p. 61.

mas muito bem definido. Esta particularidade, i.e., a limpidez de linhas que o entalhador soube transmitir no manejo das goivas, poderá ser o modo adequado para definir a concepção das curvaturas superiores deste corpo trapezoidal, bem como todo o trabalho ornamental.

Estes oratórios configuram duas situações de apresentação para um ambiente doméstico. O primeiro, em madeira de castanheiro, revela ostentação e a “presença de querubins em diálogo com uma gramática fitomórfica efusiva”⁵⁴⁶, apontando para citações do barroco romano ou centro-europeu em movimentos rococó, se bem que enleados com motivos vegetalistas glosados pelos britânicos, aplicados a uma caixa estrutural linear, um rectângulo perfeito. O segundo remete-nos para um mesmo momento temporal, mas de geografia diversa e nítida – talvez uma cidade portuária com acesso a lenhos tropicais –, com gosto inglês, denunciado pela preferência vegetalista do entalhamento rococó.

Pressentimos, portanto, nestas peças, o que já foi apelidado, no que toca à produção argêntea portuense, de “desfasamento cronológico”⁵⁴⁷, nestes casos entre a ornamentação escolhida e a estrutura que a sustenta revelando duas matrizes ornamentais e um único imaginário funcional: a cobertura total da estrutura.

Dois outros oratórios portugueses representam a simbiose dos exemplos anteriores, se bem que numa dimensão aparatosa e túrgida quanto à organização formal. A gramática estilística configura corpos tronco-cónicos acentuados e a coloração leitosa no seu exterior revela a condição original. Referimo-nos à tipologia da sacristia da Igreja dos Clérigos, no Porto⁵⁴⁸, que encerra uma representação da Sagrada Família (fig. 5:113), e ao pequeno oratório da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, em Águeda (fig. 5:114)⁵⁴⁹. Estas duas peças, de influências internacionais múltiplas, resultam em exemplos de peças da produção portuguesa destinadas ao culto, combinando interpretação criativa de pormenores conhecidos e mãos exímias na sua execução.

⁵⁴⁶ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Dinâmicas do Rococó na prataria portuense. In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7513.pdf> (2013.06.26; 11h), p. 228.

⁵⁴⁷ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Dinâmicas do Rococó na prataria portuense. In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7513.pdf> (2013.06.26; 11h), p. 230.

⁵⁴⁸ As medidas máximas são larg. 94xfundo 58xalt. 92cm.

⁵⁴⁹ Vd. M. F. D. P. A. C. P., *Maquineta*, Inv. n.º 296



Figura 5:111
Oratório, ou maquina, para devoção doméstica, de pequenas dimensões.



Figura 5:112
Motivos rococó do centro-europeu.



Figura 5:113
Oratório com a Sagrada Família, igreja dos Clérigos, Porto.



Figura 5:114
Oratório de devoção doméstica, ou maquina.

5. 6. 5. – O mobiliário executado nas cidades portuárias

A “eficácia tecnológica” reconhecida aos lenhos de procedência colonial ⁵⁵⁰ e a sua abundância nas cidades de entrada da matéria-prima foi um dos factos induziu os marceneiros a executarem tipologias de conter com características que se aproximam do conceito francês de mobiliário executado nas cidades portuárias, que abordámos *supra*. A cómoda a que a seguir nos referiremos, de

⁵⁵⁰ Tomámos esta expressão directamente do título do artigo publicado em co-autoria em revista internacional. Vd. BERNAL, R. A.; VALENTE, A.; PISSARRA, J. - Eighteenth Century Technological Efficiency: The Reuse of Brazilian Sugar Chest Wood in Portuguese Cabinet Manufacture. *International Journal of Conservation Science*, vol. 2, nº 4, 2011, pp. 217-228 (www.ijcs.uaic.ro).

ar massivo, pertença de colecção particular ⁵⁵¹(fig. 5:115), em madeira de jacarandá e, com probabilidade, madeira de caixa ⁵⁵², pois são visíveis marcas a fogo com as iniciais “ACV” em uma das três tábuas utilizadas nas costas, acabadas de modo rústico (fig.s 5:115A e 5:115B). A moldura singela do tampo foi rasgada na própria espessura (fig. 5:115C) e as prumadas baixas suportam três gavetões e três gavetas ⁵⁵³. Esta cómoda pode ter, na sua concepção, alguma influência francesa, comparável, por exemplo, na sua morfologia, a alguma produção da cidade portuária de La Rochelle ⁵⁵⁴. Na



Figura 5:115
Cómoda de seis gavetões.



Figura 5:115A
Marcas a fogo nas costas.



Figura 5:115B
Pormenor das costas da cómoda.



Figura 5:115C
Pormenor do tampo da cómoda.



Figura 5:115D
Um dos pés “de biche”.



Figura 5:115E
Trabalho idêntico nas duas faces dos pés da cómoda.

⁵⁵¹ Medidas máximas aproximadas: altura 92 cm x largura 94 cm x profundidade 58 cm.

⁵⁵² O acabamento da madeira é sumário, sobretudo na tábua inferior. O marceneiro que executou esta peça deveria conhecer o seu teor comportamental pois colocou-as na horizontal, fixadas aos prumos com cavilhas. Esse é um dos modos mais correcto na colocação da madeira maciça pois no caso da madeira não estar estabilizada histologicamente, as tábuas mingam sempre à largura, não provocando rupturas junto das prumadas. O equilíbrio da tipologia não fica, portanto, comprometido. Na carcaça interior foi utilizado o mesmo lenho, lenços e fundos de gavetas incluídos.

⁵⁵³ A decoração dos aventais frontal e laterais revela pluma centralizada com motivos vegetalistas miúdos, dispostos parcimoniosamente a toda a sua largura.

⁵⁵⁴ Vd. CHAUSSAT, Florence et Dominique – *Les meubles de port Rochelais*. La Rochelle : Être et Connaître, 2000, pp. 72-75. Vejam, por exemplo, os aventais de algumas cómodas com orlas boleadas e pés baixos “en biche”, cuja matriz deverá ser semelhante a esta cómoda portuguesa.

verdade, as propostas setecentistas executadas pelos “menuisiers” incluíam modelos de três ou mais níveis de gavetas, com os pés baixos, apelidados “de biche”⁵⁵⁵. Na cómoda portuguesa apresentam a mesma concepção. Exibem, ainda, a particularidade de estarem executadas de modo idêntico nas duas faces visíveis (fig.s 5:115D e 5:115E), indicando que foram trabalhadas em provável sequência seriada sem atender à sua localização específica no cômputo da peça.

Esta tipologia é recorrente em coleções particulares portuguesas constituindo uma produção menos dispendiosa, porque de linhas rectilíneas, das versões rococó com sinuosidades nas frentes e ilhargas. Embora criadas, em geral, em madeira negra ou em vinhático, apresentam como característica principal a linearidade neoclássica adornada por colunelos neo-góticos bem como por elementos vegetalistas levantados na madeira. A datação provável desta cómoda poderá situar-se entre 1784 a 1810, pois o entalhamento executado, de matriz inglesa, apresenta similitude com alguma produção argêntea desses cerca de vinte e seis anos⁵⁵⁶.

Uma outra tipologia de conter, esta do acervo do Museu de Arte Sacra do Seminário Maior do Porto – um legado dos viscondes de S. João da Pesqueira –, parece-nos representar um conceito estético similar, se bem que se nos levantem dúvidas quanto à sua efectiva datação⁵⁵⁷, pois os seus proprietários propiciaram, em finais do século XIX e início do século XX, encomendas ostentatórias de carácter revivalista⁵⁵⁸. Não podemos, no entanto, deixar de a incluir nesta circunstância, pela tradução do conceito que nela está representado. Trata-se de uma cómoda-papeleira portuguesa, imponente pela sua dimensão⁵⁵⁹ e pela tonalidade dourada e acetinada, com textura densa (fig. 5:116)⁵⁶⁰, contrastando com o tom escuro dos seus embutidos, em fitas largas definindo diversos campos na mesma superfície, caso da tampa e ilhargas (fig. 5:116A). Foram utilizadas pranchas de medidas espessas. A estrutura da caixa está acentuada por moldurado em tom escuro, utilizando cavilhas como método de fixação. Peça com características estilísticas marcadas, de linhas rectilíneas muito esvaziadas pelas sinuosidades frontais, tanto no exterior como na fábrica interior (fig. 5:116B), esta tipologia representa o gosto português que mesclou citações morfológicas diversas, nomeadamente os quatro pés de matriz inglesa (fig. 5:116C), muito glosados no respectivo mobiliário⁵⁶¹. Um dos elementos da sua gramática decorativa, a flor-de-lis, aponta para uma encomenda específica. O carácter ostentatório da peça está centrado na matéria-prima – abundante

⁵⁵⁵ Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en meubles. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004, pp. 753-754 e fig. 274. A analogia desta forma dos pés é assinalada por Roubo e indicam a forma que os pés da corça, ou animal que necessite de impulso para se locomover, apresentam, quando se encontram em tensão.

⁵⁵⁶ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Dinâmicas rococó na prataria portuense. In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7513.pdf> (2013.06.26; 11h).

⁵⁵⁷ Verificamos a utilização de madeiras de caixas de pequenas dimensões que embalavam produtos não identificáveis – e que ainda conservam resquícios de etiquetas impressas –, para criar divisórias interiores. Esse facto é um dos motivos que nos sustenta a dúvida, se bem que poderiam constituir um acréscimo de época posterior à da execução da cómoda-papeleira.

⁵⁵⁸ Veja-se, por exemplo, a baixela argêntea neo-manuelina que o Museu Nacional Soares dos Reis, no Porto, expôs entre Setembro de 2013 e finais de Janeiro de 2014.

⁵⁵⁹ Medidas máximas aproximadas: altura 118 cm x largura 120 cm x profundidade 67 cm.

⁵⁶⁰ O exame macroscópico não se revela conclusivo dado o acabamento que lhe foi aplicado, podendo corresponder aos nomes vulgares petiá, pequiá e pau-cetim. Não será de descartar a hipótese de alguma variedade de espinheiro. O mercado português era abastecido com pranchas largas de lenhos com esta coloração, como já vimos.

⁵⁶¹ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. LXXXIV, desenho superior esquerdo.



Figura 5:116

Cómoda-papeleira ostentatória executada com madeiras maciças em tons dourado e negro.



Figura 5:116A

Ilharga da cómoda-papeleira.



Figura 5:116B

Fábrica da cómoda-papeleira.



Figura 5:116C

Pormenor de um dos pés.



Figura 5:116D

Entrada da lingueta da chave rematada com peça de metal.

em cidades portuárias –, criando uma organicidade visual total. Os metais funcionais replicam os modelos que se encontravam à venda no mercado português em 1795⁵⁶². Um pormenor na entrada da chave da tampa, na zona central do tampo, marca a preocupação do marceneiro em aprimorar a obra – quiçá o conhecimento de modelos que já tal ostentassem, talvez oitocentistas –, já que a regra setecentista não contempla a existência de qualquer debrum nesse local. O orifício era simplesmente esgaçado, marcado previamente pelo toque da lingueta da fechadura⁵⁶³ (fig. 5:116D).

Os modelos portugueses de cómodas-papeleiras com trabalho de entalhador relevante aplicado nas duas zonas chanfradas em que confluem ilhargas e a frente respectiva, tal como em cómoda-papeleira do acervo do Museu Nacional de Arte Antiga⁵⁶⁴ (fig. 5:117) – cujo repertório vegetalista se coaduna com as opções dos entalhadores portugueses que conheciam a gramática inglesa –, representam, a nosso ver, uma convergência de matéria-prima e saberes tecnicistas diversos, próprios de cidades com múltiplos canais informativos bem como capacidade para processar o

⁵⁶² Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas*. Porto: CITAR, 2010, Quadro III e fig. 7, pp. 61 e 64.

⁵⁶³ As fechaduras de ferro das quatro gavetas, que vão aumentando de altura, de cima para baixo, seguem os cânones portugueses, estando colocadas a pouco mais do meio da altura da frente de cada gaveta.

⁵⁶⁴ Vd. M. N. A. A., *Cómoda-papeleira*, Inv. 1529 Mov.



Figura 5:117
Cómoda-papeleira com entalhamento e moldurado na tampa e gavetas.



Figura 5:118
Cómoda-papeleira com entalhamento no saial frontal.



Figura 5:119
Cómoda-papeleira com entalhamento e moldurado na tampa e gavetas.

conhecimento que daí advém, podendo ser incluídas no conceito de tipologias executadas nas cidades portuárias. Uma cómoda-papeleira do acervo da Fundação Medeiros e Almeida (fig. 5:118) apresenta, igualmente, esse carácter morfológico, aqui com cantos frontais a 90°, e o embasamento entalhado ao gosto rococó. Os quatro pés simulam garra prendendo uma bola, preferência estética revelada em mais do que uma tipologia no inventário da casa de Vandoma, no Porto, no último quartel do século XVIII ⁵⁶⁵. Em comum, estas duas peças apresentam frente levemente sinuosa e ilhargas rectilíneas.

Outras tipologias relacionadas revelam uma opção estética em que as molduras das gavetas e do basamento são pronunciadas, caso de uma peça de colecção particular (fig. 5:119) com tampa adornada por dois planos matéricos, apresentando recorte junto do espelho de metal que protege a entrada da chave. A panóplia vegetalista do avental recortado inclui caules com folhas e botões de flores abertos, e as pilastras apresentam dois elementos com alguma torção rococó.

Estas peças portuguesas de compleição compacta, só possíveis de gerar em zonas de abundância de matéria-prima importada, contêm citações da estética gótica ou elementos decorativos rococó

⁵⁶⁵ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – A casa nobre no porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo. Separata de *Revista Poligrafia*, nº. 4, 1995. Publicação do Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão, pp. 25-54. Vd. F. M. A., *Cómoda-papeleira*, FMA 4104.

e neoclássicos. Revelam a afirmação de um gosto específico através da apropriação de cânones estéticos forasteiros – caso das pilastras entalhadas na madeira ao invés da utilização de metais –, transpostos de modo inventivo, constituindo uma declaração de identidade por parte da clientela e dos oficiais que as executaram.

5. 6. 6. - Tipologias neoclássicas

No neoclassicismo de influência inglesa a decoração potencia o desenho, ao invés do estilo rococó, que o subjuga ⁵⁶⁶. A forma das tipologias de conter e pousar preferem as linhas semi-circulares com saiais lineares ou pouco ondulados, e as prumadas são rectilíneas, por vezes a afunilar para o pé, que pode ser uma simulação de plinto. As molduras são reduzidas, por vezes inexistentes, sendo os tampos ou as gavetas simplesmente boleadas nas fímbrias. A forma ovalada – em tipologias tais como espelhos, espaldares de cadeiras ou de leitos –, é utilizada, de igual modo, em rosetas aplicadas ou embutidas. Esta técnica decora superfícies planas, não obrigando a qualquer volumetria saliente. Todavia, o entalhamento continua a existir, constituindo uma preferência portuguesa relativamente à pintura de algumas opções inglesas.

5.6.6.1 Tipologias de Descanso

Na avaliação do mobiliário de assento, dois modelos de cadeiras, ambos de um grupo de seis, de colecção particular, apresentam igual filiação inglesa (fig. 5:120). A primeira caracteriza-se pela decoração conseguida pelo trabalho de entalhamento. O cachaço está arqueado em três segmentos disfarçados, nos respectivos vértices, por dois grupos de folhinhas entalhadas. Na tabela, e sob o que os ingleses designam por pluma trilobada, em geral associada à heráldica de Gales, com nervuras vincadas por movimentos miúdos de palhete, desenvolve-se o elemento vertical central com ornamentos vegetalistas que incluem três tulipas invertidas, outro elemento decorativo inglês, num campo apertado por anel que liberta, para baixo, folhas sobrepostas (fig. 5:120A). Aro frontal e prumadas apresentam ramo de folhas concêntricas e rosetas na intersecção das prumadas. Três meias canas decoram duas das suas faces. O mogno foi a madeira utilizada neste conjunto português que poderia ter-se inspirado em modelo proposto em 1787 por Alice Hepplewhite ⁵⁶⁷.

A segunda cadeira, de colecção particular, executada em pau-santo (fig. 5:121), representa a versão decorada com embutidos de uma tipologia com características formais semelhantes à anterior. Se bem que de cachaço e aro frontal de linhas mais sinuosas, sugerindo uma modificação ligeira para um gosto mais dulcificado, que Hepplewhite também apresentou, a opção pelos embutidos, à semelhança da pintura, era um modo de aligeirar e atenuar a carga visual da massa de madeira. Nas explicações às figuras da publicação, Hepplewhite refere que essa técnica decorativa “permite uma estrutura menos massiva” (“which allows a framework less massy”) ⁵⁶⁸. O elemento central

⁵⁶⁶ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 81.

⁵⁶⁷ Vd. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, fig. 1-b.

⁵⁶⁸ Vd. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, p. 2.



Figura 5:120
Cadeira portuguesa, e mogno, de matriz inglesa



Figura 5:120A
Pormenor do entalhamento reportável a desenhos de Hepplewhite.



Figura 5:121
Cadeira com influência de desenhos de Hepplewhite,
com embutidos.



Figura 5:121A
Pormenor dos embutidos.

da tabela, uma figuração estilizada de vaso estreito, é composto por entalhamento e embutidos de cores claras (fig. 5:121A) ⁵⁶⁹. Fios claros bordejam todas as linhas da tipologia num artifício visual destinado a quebrar a monotonia da cor negra.

Os dois modelos de cadeiras apresentam palhinha em caixilho sobreposto e preso com cavilhas ao aro do assento que, na sugestões da época, e no caso das cadeiras pintadas, poderiam suportar

⁵⁶⁹ O entalhamento define a tulipa cimeira e a base, bem como o perlado de um medalhão de forma redonda. O seu centro ostenta uma roseta embutida. Motivo denticulado é apresentado com a mesma técnica, bem como as diversas tulipas invertidas.



Figura 5:122
Cadeira portuguesa de braços, madeira de nogueira.



Figura 5:123A
Assento em couro com referências decorativas múltiplas.



Figura 5:123B
Pormenor da decoração entalhada no aro frontal.



Figura 5:123
Cadeira com influência dos desenhos de Thomas Sheraton.

almofadas condizentes com a decoração colorida utilizada ⁵⁷⁰.

Uma outra tipologia de assento executada em madeira de nogueira, igualmente de colecção particular, hoje à sua cor natural mas que conhecemos em estágio anterior, com pintura muito degradada de cor branca nos lisos, representa um modelo quase decalcado de desenho de Hepplewhite ⁵⁷¹. O cadeireiro depurou os tafifes da tabela do entalhamento sugerido pelo inglês, e foi utilizada palhinha no assento, mantendo-se, todavia, a solução de inserção dos braços à frente, como que

⁵⁷⁰ Vd. HEPPLEWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, p. 2.

⁵⁷¹ Vd. HEPPLEWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, fig. 11, “Cabriole Chairs”, modelo da esquerda.

continuando as prumadas por intermédio de elemento torneado (fig. 5:122). O cachaço desta cadeira portuguesa, também simplificado, apresenta-se rectilíneo, marcado por vincos na fímbria da madeira, que, aliás, percorre todos os elementos constituintes da tipologia que viveria de pintura colorida e de almofada condizente.

De outra inspiração estilística, embora de matriz britânica, igualmente de acervo particular, é uma tipologia, de um grupo de quatro ⁵⁷²(fig. 5:123), de encosto ovalado, inspirada em sugestões de Thomas Sheraton ⁵⁷³. Como veremos no 6º capítulo, modelos atribuíveis a este desenhador circularam na cidade do Porto, em meados da década de 90 de 1700. Este conjunto português constitui uma adaptação local de versões neoclássicas, com espaldar em medalhão ovalado e cinco elementos verticais apanhados em molho por presilhas simétricas, citando vagamente elementos góticos ⁵⁷⁴.

A cadeira conserva assento de couro de época (fig. 5:123A), afirmando a opção, em finais de Setecentos ou início de Oitocentos, por este tipo de cobertura com decoração que inclui folhas de acanto, godrões, plumas simplificadas e um centro que talvez se reporte à flor de margarida que o arquitecto Robert Adam popularizou. Esta é uma demonstração de que as novidades em mobiliário se casavam com elementos de referências mais recuadas. A asserção portuguesa desta peça constata-se no aro frontal, onde foi concedida identidade à tipologia, a saber, ornamento simulando dois colares de contas apresentados de modo simético (fig. 5:123B). Trata-se de motivo decorativo em perlado que, pela sua morfologia, poderá remeter para essas tipologias da ourivesaria portuguesa.

As tipologias de descanso neoclássicas compreendem algumas peças que elevaram a marcenaria portuguesa a um patamar talentoso. A documentação epocal relativa às encomendas do negociante Nicolau Raposo do Amaral revela que este encomendou, ao seu agente brasileiro, leitos que ostentavam “meias canas” o que indica que, no Rio de Janeiro, naquelas datas, os oficiais os executavam para a sua clinetela. Já a Lisboa foi encomendado “leito de pau-santo”, sem qualquer identificação morfológica ⁵⁷⁵.

Os leitos de “cercaduras redondas” dos inventários lisboetas do início do século XIX ⁵⁷⁶ poderiam inserir-se nas tipologias pretendidas por Raposo do Amaral ao Brasil. Detectámos um exemplar, em colecção particular, que apresenta essa característica ⁵⁷⁷(fig. 5:124). Trata-se de um leito imponente na sua altura total de 215,5 cm com uma almofada central de 105x84 cm, exibindo uma gramática decorativa neoclássica interpretada de forma emancipada, evidenciando riscador e entalhadores com expressão desenvolta. De facto, os oficiais que executaram esta peça adoptaram, de modo consciente, a cor negra, como opção estética, pontuando-a com o tema dos fios encaçados ao redor da almofada central e sinalizando a parte superior dos prumos ⁵⁷⁸. O coroamento

⁵⁷² Medidas máximas aproximadas: altura 96 cm; assento 52»39 cm x 44,5 cm.

⁵⁷³ Segundo relato dos actuais proprietários, estas cadeiras terão pertencido ao escritor Raul Brandão. Guerra Junqueiro cobiçava-as mas nunca lhas adquiriu.

⁵⁷⁴ As prumadas apresentam meias-canais verticais, em cheio e vazio, e as respectivas intersecções com o aro frontal ostentam um quarto de círculo onde se entalhou correspondente roseta.

⁵⁷⁵ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ditames do gosto setecentista. O negociante de grosso trato, Nicolau Raposo do Amaral, de Ponta Delgada. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativa*. Porto: UCE-Porto, 2010, pp. 20-21.

⁵⁷⁶ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 211.

⁵⁷⁷ Medidas máximas aproximadas: altura 215,5 cm; largura: 119 cm.

⁵⁷⁸ Entalhamento em vazado e embutidos estão presentes, num diálogo muito contido, sugerindo-se um ao outro pela



Figura 5:124
Leito neoclássico reportável aos desenhos de José Francisco de Paiva.



Figura 5:124A
Pormenor do entalhamento vazado.



Figura 5:124B
Pormenor de uma das pirâmides que coroam os prumos.



Figura 5:124C
Artificio construtivo e visual para apoio da almofada central ao prumo do leito.



Figura 5:124D
Vista da complexidade estrutural do espaldar do leito.

do espaldar faz-se através de um medalhão circular em que alternam contas e septos lisos sobre base denticulada. Do remate nascem, em simetria, duas grinaldas com corolas planas (fig. 5:124A), terminando em quatro folhas esmagadas à altura das pirâmides torneadas com muito apuro que coroam os prumos (fig.s 5:124B) ⁵⁷⁹. O espaldar ovalado apoia-se em dois elementos que foram

leveza da sua distribuição.

⁵⁷⁹ Observámos este mesmo movimento entalhado em mesa de encostar de uma gaveta com medalhão perlado atribuível a Damião Pereira de Azevedo, do acervo do Museu de Arte Sacra do Seminário Maior do Porto, analisada anteriormente.



Figura 5:125
Leito neoclássico com tarja embutida.

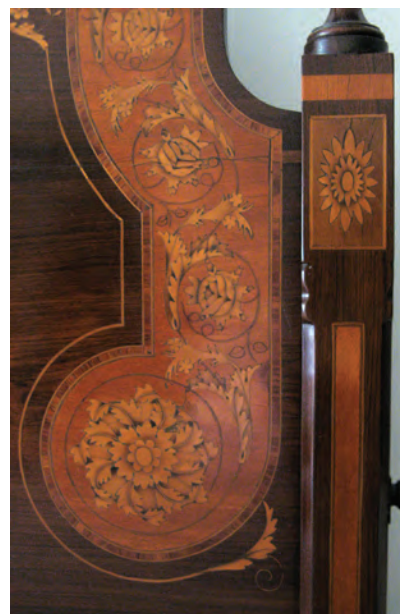


Figura 5:125B
Pormenor do embutido e do prumo do leito.



Figura 5:125A
Centro do embutido do espaldar do leito.

vazados a partir da mesma tábua da moldura da almofada cental (fig. 5:124C)⁵⁸⁰. A complexidade da armação da cabeceira do leito é visível (fig. 5:124D). Os dois parafusos de ferro, inseridos em furo escariado, estão escondidos, nos prumos, por roseta que os álbuns ingleses de ferragem publicitavam para os marceneiros⁵⁸¹.

O Neoclassicismo apresentou, nos leitos, uma outra opção estética, elegendo as linhas geométricas na definição do espaldar, com campo liso preenchido com traja de embutidos, à semelhança,

No leito presente, o espaldar encontra-se coroado com medalhão com septos e perlados, bem como fios em torção, parecendo-se estas duas opções ornamentais com motivos que fazem parte da heráldica da denominada “baixela Germain”. Tal referência reforça a nossa reflexão sobre a influência que a actividade de Damião Pereira de Azevedo junto dos ourives terá tido na sua obra de riscador e entalhador.

⁵⁸⁰ Dois “SS” largos e boleados simulam frontão partido e outros dois elementos nervurados, finalizados por grega, ladeiam o espaldar circular numa simulação estética e de efectiva sustentação de todo o espaldar. Foram utilizadas somente três tábuas para a sua realização, entrando as respigas respectivas em furos dos prumos. É necessário, todavia, amparo suplementar para que a matéria-prima, muito densa e pesada, se mantenha coesa.

⁵⁸¹ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol 8, f. 085. São denominados “Stamp’d Bed Caps”, sendo cunhados ou estampados. Os pés apresentam metais similares.

por exemplo, de berço do acervo do Museu Nacional e Arte Antiga ⁵⁸². Uma peça de coleção particular constitui exemplar dessa escolha da marcenaria lusa ⁵⁸³(fig. 5:125). A cabeceira é constituída por dois elementos lenhosos de uma mesma tábua de jacarandá aberta ao meio – cujos nós e veios coincidem na zona posterior ⁵⁸⁴. Quanto ao embutido, uma barra que acompanha as linhas do recorte superior da cabeceira, destaca-se a descoloração da maior parte dos lenhos aí empregues, que deveria ser feérica, pois restam vestígios de verde e, talvez, vermelho ou violeta, à excepção das madeiras de cor amarelo/dourada que podem ser pau-cetim e buxo. O

padrão floral embutido revela-se semelhante ao da cómoda-papeleira necoclássica com assinatura a lápis, já referida *supra* (fig. 5:60). No presente leito, esse trabalho apresenta desenho complexo e muito mais extenso. Mas as flores foram tratadas de igual modo, designadamente com sombreados, evidenciando vestígios de coloração verde nas folhas. Rosetas em elementos quadrados ou ovais nos prumos, de feição neoclássica, marcam presença, e a decoração central da cabeceira revela elementos de matriz italianizante ⁵⁸⁵, com elementos vegetalistas que se enrolam uns nos outros, além de um motivo floral de cravos (fig. 5:125A). É uma decoração densa, cuja leitura se efectua somente num plano, sem qualquer profundidade. As figuras delineadas remetem-nos para os desenhos de pintores renascentistas, sugerindo componentes dos “grotescos” quinhentistas e seiscentistas ⁵⁸⁶.

Os dois prumos, conquanto peças de suporte, foram concebidos numa lógica maior de que somente o apoio, pois jogos de coloração negra/dourada repetem-se em tarjas horizontais e verticais, numa tentativa de superar, de modo subtil, a inevitável massa volumétrica erecta de que são compostos, constituindo verdadeiros planos que se destacam à superfície, revelando riscador com erudição na sua distribuição ⁵⁸⁷ (fig. 5:125B). Esta morfologia estaria, ainda, em uso no ano de 1878, na cidade do Porto, pois *ex-voto* do acervo do Museu de Arte Sacra do Seminário Maior do Porto (fig. 5:126), datado desse ano, representa cenário com tipologia que se pode assemelhar.



Figura 5:126

Ex-voto com espaldar de leito datado de 1878.

⁵⁸² Ve, M. N. A. A., *Berço com embaladeira*, Inv. 1020 Mov.

⁵⁸³ Medidas máximas aproximadas: altura 187cm; largura: 154 cm.

⁵⁸⁴ Nesta, as duas respigas laterais, mais compridas que o furo dos dois prumos em que entra indicam a probabilidade da madeira ter sofrido diminuição de medida, à largura das tábuas, sinal de adaptação higrométrica ao ambiente após a sua execução. Assinala-se, no tardo, duas pequenas barras aplicadas sobre a tábua, sinal de anilhas embutidas no interior da tábua para apertar os parafusos dos prumos à cabeceira.

⁵⁸⁵ Vd. JACKSON, F. Hamilton – *Intarsia and Marquetry*. London: Sands and Company, 1903, figs. 22, 33 e 36, pp. 36-37, 68-69 e 78-79.

⁵⁸⁶ Vd. SNODIN, Michael – *The V & A Book of Western Ornament*. London: V&A Publications, 2009, pp. 68-71.

⁵⁸⁷ Em simetria, em zonas sem embutido, as arestas foram recortadas com linhas onduladas, retirando-lhe volume que, em seguida, se resolvem em chanfre simples descendo ao longo das prumadas até à zona do leito. As duas prumadas dos pés apresentam anel abraçando o tacão, novo sinal de requinte por parte do riscador e/ou marceneiro.



Figura 5:127

Cómoda-papeleira com decoração de folheado simulando múltiplos planos.



Figura 5:127A

Interior da carcaça da cómoda-papeleira.



Figura 5:127B

Pormenor de um pé folheado.



Figura 5:127C

Ilharga da cómoda-papeleira.



Figura 5:127D

Espelho de metal aplicado na tampa.

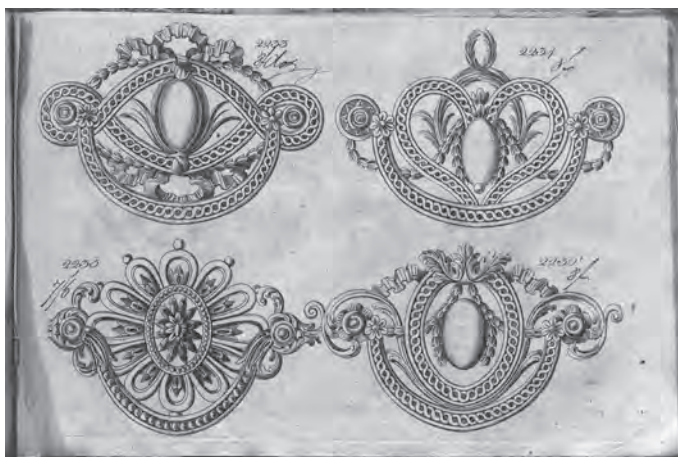


Figura 5:128

Modelos ingleses que se reportam ao espelho de metal utilizado na tampa da cómoda-papeleira.

5.6.6.2. Tipologias de Conter e de Pousar

As cómodas-papeleiras persistiram no favor da clientela portuguesa e uma tipologia existente na suite principal do Hotel Infante de Sagres, no Porto (fig. 5:127) poderá ser disso exemplo. Esta peça revela outra faceta do mesmo período estilístico. A carcassa da tipologia – que apresenta movimento ligeiramente sinuoso na vertical –, foi executada em pinho (fig. 5:127A) e, seguidamente, folheada e as molduras das gavetas, bem como da tampa de rebater, bordejadas com elemento espinhado em mais de uma cor. Os quatro pés estão igualmente folheados (fig. 5:127B).

O distintivo estético desta peça é a divisão em campos decorados pela técnica de espinhados concêntricos, num jogo visual que Robert Adam descreveu como “the advance and recess, with other diversity of form” (“o avanço e recuo, com uma multiplicidade de figurados”) ⁵⁸⁸ do que será jacarandá e pau-cetim, numa mescla colorida que, ainda hoje, é cativante pela luminosidade que deles provêm. Na tampa e na frente das gavetas as áreas douradas centrais estão demarcadas por fitas que enquadram pequenos cubos, ou formas prismáticas, formando, de modo simulado, um harmónio, à semelhança da decoração utilizada para simular parquetaria ⁵⁸⁹. No tampo e nas duas ilhargas os campos acompanham a forma rectilínea da estrutura, formando centros pela aplicação da folha em espinha que, aquando da sua execução, deveria ser negra. Denticulado pontiagudo cria a decoração da moldura para este espinhado (fig. 5:127C).

A construção da frente das gavetas segue a técnica dos blocos desencontrados, o que permite a estabilidade do folheado. Os metais fundidos são idênticos aos de cómoda do Museu Nacional de Arte Antiga que ostentam inscrição em português (fig. 5:46), mas detectam-se furos de outra aplicação, pelo que os actuais devem constituir uma permuta. Os escudetes das gavetas são bordejados por ondeado de pequeníssimos panejamentos e o da tampa exhibe um modelo cordiforme (fig. 5:127D) que recorda as borboletas da ourivesaria popular portuguesa e que os produtores de ferragens inglesas apresentavam ao mercado (fig. 5:128) ⁵⁹⁰. As fechaduras de ferro estão aplicadas ao modo inglês, junto da moldura superior.

A estética neoclássica desenvolveu outras práticas com matéria-prima maciça. No campo das mesas de jogo, uma tipologia de forma semi-circular ⁵⁹¹, de colecção particular (fig. 5:129), cujo lenho se apresenta, na actualidade, muito descolorado ⁵⁹², configura a interpretação portuguesa tam moldura rasgada na grossura da madeira ⁵⁹³, unindo-se, os dois, no centro, quando abertos, por furo e respiga ⁵⁹⁴. Nesta tipologia confluiu o trabalho de marceneiro e entalhador. O primeiro, além de ensamblar os elementos estruturais, capeou, com muita perícia, o aro da peça com segmentos de

⁵⁸⁸ Vd. BEARD, Geoffrey – *The work of Robert Adam*. London: Bloomsbury Books, 1978, p. 5.

⁵⁸⁹ Os cantos de cada rectângulo estão sublinhados por flor de quatro pétalas que foram trabalhadas com tonalidades que hoje já não se distinguem.

⁵⁹⁰ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol. 5, f. 105.

⁵⁹¹ Medidas: alt. 74 x 91 cm de diâmetro.

⁵⁹² Exame macroscópico sugere jacarandá, ou lenho negro de características similares. No interior foi utilizada madeira de tom avermelhado.

⁵⁹³ Reconhece-se, por baixo do pano muito gasto, madeira grosada por limatão.

⁵⁹⁴ Estes elementos estão visíveis quando a mesa está fechada, e a sua existência contribuiu para uma maior robustez da mesa, quando aberta.



Figura 5:129
Mesa neoclássica em meia-lua.



Figura 5:129A
Desenho técnico da aplicação do capeado sobre a estrutura do aro e prumo.



Figura 5:130
Mesa neoclássica rectangular com dois tampo sobrepostos.



Figura 5:130B
Pormenores do tampo destinado a cobertura de tecido e da gaveta com puxador.



Figura 5:130A
Pormenores do tampo destinado a cobertura de tecido e da gaveta com puxador.

madeira ao alto, em todo o perímetro do aro – que apresenta sinuosidade na fímbria inferior –, não existindo falhas nas juntas respectivas. O capeado acompanha o recorte, facto visível no desenho técnico que explode a frente da peça (fig. 5:129A). A madeira assim aplicada disfarça a secção quadrada das quatro prumadas⁵⁹⁵. Cada uma destas apresenta três meias canas salientes, trabalho de entalhador, que se invertem na zona inferior, chegando ao solo em modo côncavo. O aro ondulado está marcado por levantamento de moldura, concedendo organicidade à tipologia.

Esta decoração sinuosa foi interpretada com técnica diferente em par de mesas de colecção particular⁵⁹⁶, em madeira de jacarandá⁵⁹⁷, o que pode sugerir a existência de um risco oficial expresso para dois gostos diferentes (fig. 5:130). No presente, a ondulação do aro frontal é acompanhada por linhas embutidas que abraçam, de igual modo, as prumadas, criando um contínuo de movimento que se vai resolver junto ao solo. Pedúnculos de flores e rosetas inseridas em losangos decoram a tarja assim conseguida. Na ilharga direita de cada mesa foi inserida uma gaveta com linha embutida simulando uma almofada de cantos quebrados (fig. 5:130A). Os puxadores de metal, um modelo inglês denominado “pendant”⁵⁹⁸ (argola pendente, em português), são de época. O tampo móvel acompanha o ondulado da caixa da mesa – marcando, também, a zona das prumadas com movimento rectilíneo –, e embutido encordado de duas cores, talvez em madeiras de buxo e pau-rosa, ladeado por dois fios contínuos, sublinha esse movimento (fig. 5:130B). Uma das mesas apresenta os dois tampos com desbaste para acolher tecido⁵⁹⁹, e a segunda ostenta tampos maciços. Tal como no modelo anterior, esta tipologia exhibe trabalho perfeito de marcenaria e aplicação de embutidos, indicando oficial que dominava com segurança, não só a ferramenta como também a linguagem neoclássica.

Uma execução diversa é revelada em mesa de jogo de forma elíptica⁶⁰⁰, de colecção particular, cujo aro folheado é interrompido na zona das duas prumadas frontais, que foram colocadas em projecção saliente (fig. 5:131). O tampo acompanha o recorte do aro, apresentando ambos trabalho de marqueteria de motivos florais diversos, tais como folhas de louro, cravos, botões de rosa, numa panóplia vegetalista envolvida em laço proeminente (fig. 5:131A). Fita bicolor⁶⁰¹ – que, com probabilidade se encontraria disponível já executada para utilização dos marceneiros, à semelhança do que sucedia no mercado inglês oficial⁶⁰² –, emoldura a decoração e delimita o seu campo, quer no tampo, quer no aro. Distingue-se, na actualidade, a cor verde e um tom rosado nas flores e folhas⁶⁰³.

De realização semelhante, com a mesma forma elíptica, se revela uma mesa de dois tampos

⁵⁹⁵ Uma das prumadas desloca-se, por meio de dobradiça de madeira, com espigão de ferro, para suportar o tampo, quando aberto. A zona paralelipipédica respectiva não é capeada, mas sim maciça, sinal de que o marcenerio teve atenção ao facto de que, a não ser assim, poder-se-ia danificar a madeira fina utilizada no capeamento.

⁵⁹⁶ Medidas: alt. 78,5 x 88 x 44 cm (com os dois tampos sobrepostos).

⁵⁹⁷ No interior reconhece-se madeira de cor branca, quiçá pau-caixa.

⁵⁹⁸ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol. 9, ff. 17-18.

⁵⁹⁹ O tampo fixo está somente rematado com moldura de jacarandá, sendo o interior de madeira branca, talvez pau-caixa. O tampo móvel é em jacarandá maciço, tendo sido desbastado para acolher o tecido.

⁶⁰⁰ Medidas: alt. 77 x 87x43 cm (com os dois tampos sobrepostos).

⁶⁰¹ Revelou-se impossível distinguir as tonalidades utilizadas.

⁶⁰² Vd. KIRKHAM, Pat- *The London Furniture Trade* (1700-1870). Great Britain: Furniture History Society, 1988, p. 18

⁶⁰³ O aro maciço da mesa, em madeiras diversas, mormente de tom rosado, foi executado com blocos de lenho desconstruídos, o que permitiu que a mesa chegasse aos nossos dias com o folheado perfeitamente estabilizado.



Figura 5:131
Mesa de jogo de forma elíptica.



Figura 5:131A
Pormenor dos embutidos do tampo.



Figura 5:132
Mesa de jogo com marqueteria de jogos neoclássicos.



Figura 5:132A
Pormenor das fitas de marqueteria.

maciços do acervo do Museu de Arte Sacra do Seminário Maior do Porto ⁶⁰⁴ (fig. 5:132). Madeira de coloração negra – talvez coração-de-negro –, capeia o aro que o marceneiro, sabedor de possível adaptação higrométrica, prendeu ao tampo por meio de cubos de madeira que evitariam a tensão daí resultante ⁶⁰⁵. A mesma madeira clara do aro foi utilizada no aro frontal, em decoração geométrica de linhas formando uma grega larga envolvendo dois malequeres, num jogo de coloração dourada e negra. Uma fita multicolor encontra-se aplicada na fimbria do aro (fig.5:132A), pretendendo oferecer a ilusão de que as prumadas são dele desligadas. Esta peça, muito depurada, revela o domínio estilístico das sugestões neoclássicas inglesas que Robert Adam desenvolveu nas suas

⁶⁰⁴ Os cantos, em meia circunferência, que estão aplicados nas juntas das prumadas com o aro sugerem execução oitocentista.

⁶⁰⁵ Uma única prumada serve de apoio ao tampo, quando aberto. Este acompanha a forma do aro, realçada por fita larga de pau-cetim embutida.



Figura 5:133
Caixa de relógio portuguesa.



Figura 5:133A
Pormenor da zona superior da caixa de relógio, com decoração neoclássica.

realizações decorativas, nomeadamente em Osterley Park, junto a Londres ⁶⁰⁶.

Outro grupo tipológico com que nos deparámos no nosso trabalho de campo abarcam as caixas de relógio mas a compleição neoclássica da maioria revelou-se ser de execução tardia de Oitocentos. Todavia, a caixa de relógio em madeira de castanho ⁶⁰⁷, de colecção particular, que apresentamos, revela uma interpretação portuguesa de início desse século (fig. 5:133) ⁶⁰⁸. Como já referimos no 2º capítulo, as caixas para as máquinas eram executadas sumariamente, e esta tipologia revela esse facto. Executada em madeira de castanho – que pode ter sido pintada pois o seu interior revela vestígios de coloração –, é composta de uma caixa em forma de fuste em que se apoia uma outra que encerra a máquina e o mostrador respectivo, com as fases da lua. Uma roseta, simulando uma margarida, coroa um simulacro de frontão, que parece incompleto. A gola que une os dois elementos apresenta denticulado e meias-canas sumariamente abertas na madeira (fig. 5:133A). O desequilíbrio visual entre a decoração do corpo superior – que apresenta quatro colunas a ladear a porta envidraçada –, e a nudez da madeira do corpo inferior, incluindo a porta e a base, acentua a nossa convicção de prévia existência de decoração colorida.

5. 6. 6. 3. – As molduras para espelhos

Em Portugal, a evolução desta tipologia seguiu caminho próprio, divergindo dos protótipos ingleses, com os oficiais locais a estilizarem os detalhes ornamentais e a definirem os contornos das

⁶⁰⁶ Vd. HARRIS, Eileen – *Osterley Park*. Great Britain: The National Trust, 2001.

⁶⁰⁷ Altura máxima: cerca de 2,40 m.

⁶⁰⁸ As pirâmides torneadas em forma de urna são um provável indicativo a ter em conta esta datação. Parece-nos que essa forma terá sido utilizada em Portugal mais tardiamente que em Inglaterra. O nosso termo de comparação para finais de Setecentos são os terminais de leitos, por exemplo, que apresentam a forma de pequenas cestas floridas, que apreciaremos em leito de provável execução de José Francisco de Paiva, e que detectámos em outras tipologias que nos foi dado observar.



Figura 5:134
Talha vazada neoclássica envolvendo toda a moldura do espelho.



Figura 5:135
Moldura encimada por vaso neoclássico.

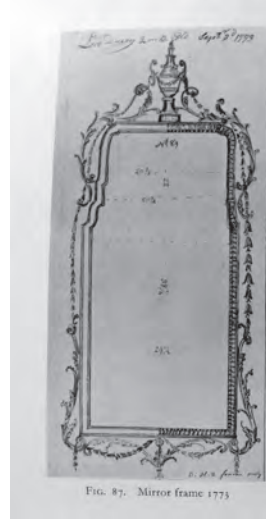


Figura 5:136
Desenhos de molduras da autoria de John Linnel.



Figura 5:137
Moldura neoclássica portuguesa, em vários planos, de matriz inglesa.

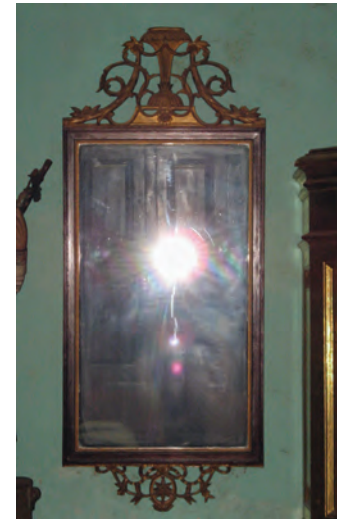


Figura 5:138
Moldura neoclássica com entalhamento na zona superior e inferior.

molduras com mais linearidade. A espessura do entalhado esbate-se, definindo um tempo que apreciava ornamentos mais rasantes, o que acontece, por exemplo, em peça existente na sala de reuniões da Confraria do Senhor Jesus do Bonfim e Almas da freguesia de S. Martinho de Lordelo do Ouro (fig. 5:58) e a tipologia do Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo (fig. 5:56), já citadas. Mantém-se a citação do folheado ou capeado das molduras inglesas, sempre em pau-santo e exemplar do Museu Nacional de Arte Antiga revela-se semelhante ⁶⁰⁹.

As linhas rectas, contudo, acentuaram-se, sendo executados, em madeira de castanho e pau-santo, modelos de mais ou menos complexo envolvimento de talha vazada ⁶¹⁰(fig. 5:134). Uma pluma coroa a cimalha ou, em alternativa, um vaso sobre denticulado ⁶¹¹(fig. 5:135). Estas duas versões apresentam entalhamento de grinaldas com botões de flores muito definidos mas com pouco

⁶⁰⁹ Vd. M. N. A. A., *Espelho com moldura*, Inv. 460 Div.

⁶¹⁰ Medidas máximas aproximadas: altura 97 cm; largura: 47 cm.

⁶¹¹ Medidas máximas aproximadas: altura 142cm; largura: 49cm.

volume, por vezes espalmados, transmitindo o gosto da cor escura contrastando com o dourado do entalhamento ⁶¹².

Os entalhadores portugueses interpretaram, ainda, modelos idiossincráticos do neoclássico inglês. Uma versão local de influência da escola do arquitecto Robert Adams (1728-1792) ⁶¹³, de que o inglês John Linnel foi um dos intérpretes (fig. 5:136), faz parte do acervo da sacristia da igreja dos Clérigos, no Porto (fig. 5:137). O espelho emoldurado por duas ordens de caixilhos delgados entalhados, um deles aplicado directamente sobre vidro, rematado por medalhão concebido em mais de meia circunferência com motivo que não foi possível identificar, pode ser, com probabilidade, a peça mencionada nos trabalhos executados aquando das obras de 1806 a 1807 ⁶¹⁴. Nesta data foi efectuado pagamento de 70\$000 réis a entalhador e pintor não identificados. Cerca de cinco meses mais tarde, em Janeiro de 1808, o mesmo secretário efectuou pagamento do que parece ter sido a finalização da obra, pois o valor referido destinava-se a “*colar as targes (sic) do espelho da sacristia*” ⁶¹⁵. Embora se conservassem no local, no ano de 2010, duas outras molduras com espelhos, de modelo diferente, se bem que de provável datação coeva (fig. 5:138), a sua organização formal não coincide com a descrição do trabalho efectuado no registo escrito, pois não apresentam o que é apelidado de tarjas, i.e., elementos “com talha, [que] de ordinário são ramos, flores, festões, que cercam um [campo] claro” ⁶¹⁶.

Creemos que esta tipologia terá sido executada em dois tempos. Num primeiro momento o entalhador executou as duas molduras que delimitam o campo espelhado, e eventualmente a sua coroação, envolvida por motivo perlado sobre um tipo de plinto que ostenta o motivo denominado, nas oficinas, “línguas de gato”, bem como denticulado. Em fase posterior, mas de seguida, foram aplicados, como complemento, o vaso vegetalista, as grinaldas, a decoração da base da moldura e os quatro medalhões ovalados sobre as quatro faixas do espelho. Parece-nos que esta análise é verosímil, pois a colocação dos ornatos vazados segue outro preceito que não o simples entalhamento das molduras. Além de mais moroso e complexo, estes ornamentos exigiam, por vezes, um intrincado trabalho de suporte com arame em fio e, eventualmente, ajuda de gesso, para que não existisse qualquer hiato entre os diversos elementos, colocados em situações de equilíbrio, com pouco apoio na sua base. As rosetas aplicadas directamente nos vidros necessitavam dele, bem como de pequenas pontas de metal, que, aliás, são visíveis na falha de uma das rosetas da peça dos Clérigos.

Esta peça portuguesa, com dupla moldura e espelhado colocado em projecção, segue, de perto, a técnica que apreciamos na casa apalaçada inglesa de Osterley ⁶¹⁷, sendo, no entanto, uma interpreta-

⁶¹² Vd. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974, p. 39. O autor considera que esta dualidade preto/dourado pode constituir, no imaginário de clientes e artífices, a eventual persistência da oposição de tonalidades dos móveis de Boulle, que continuavam a ser admirados apesar dos novos ventos que afirmavam a antiguidade clássica.

⁶¹³ Vd. *THE WORKS IN ARCHITECTURE of Robert and James Adam*. New York: Dover Publications, 1980. Vejam-se as propostas das figura 46 e 91, que encerram estruturas e gramática que poderiam ser matrizes da moldura com espelho da sacristia da igreja dos Clérigos. Vd. HAYWARD, Helena – *The Drawings of John Linnel in the Victoria and Albert Museum. Furniture History*, Vol. V (1969), fig.s 87 e 88.

⁶¹⁴ Vd. A. H. I. C., *Livro 333*, f. 45. O livro contem a seguinte anotação: “Agosto, 22 [1807]. P. dº [dinheiro] ao entalhador pelo caixilho do espelho da sacristia, vê-se no rol no Maço nº77...28\$800; ...29. P. dº ao pintor de doirar o espelho da sacristia, consta do rol Glº no Maço Nº84., ...31\$200”.

⁶¹⁵ Vd. A. H. I. C., *Livro 333*, f. 46. Está registado: “1808. Janeiro. 11. P. dº de colar as targes (sic) do espelho da sacristia...\$750”.

⁶¹⁶ Vd. SILVA, António de Moraes – *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipográfica Lacerdina, 1789, vol. 2, p. 757.

⁶¹⁷ Visita efectuada em Maio de 2009.

ção livre, mas bem executada, saída das mãos de entalhador que conhecia a linguagem neoclássica britânica, quer através de desenho, quer de modelo ao vivo. Não podemos deixar de frisar a leveza que o vazado dos entalhamentos transmite, bem como a mescla de linhas rectas com sugestões de boleados, a coroação em três quartos de circunferência e a decoração em campos diferenciados.

5. 7. - O mobiliário do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde, e a influência inglesa em Potugal

Um exemplo invulgar de preservação de interiores setecentistas e um feliz caso de estudo para as Artes Decorativas portuguesas reside em casa apalaçada situada perto de Viseu, na Beira Alta, propriedade dos condes de Anadia. As obras de construção prolongaram-se entre 1720 e 1800 e o impulsionador inicial da construção da casa foi Simão Pais do Amaral (c.1660-1749), Capitão-mor de Mangualde e Governador da Comarca de Viseu, foi Provedor da Irmandade da Misericórdia de Mangualde, em cuja igreja está sepultado. Teve importante “papel mecenático” em Lisboa, junto de D. João V, para a obtenção das verbas necessárias para a edificação do edifício da irmandade ⁶¹⁸, o que veio a acontecer em 1720. Nos anos de 1724 e 1746 foram enviados, a partir “de Coimbra”, pelo rio Mondego, azulejos para a respectiva capela-mor e nave ⁶¹⁹. Esta informação é relevante pois permite relacionar estas encomendas com possível concomitância no revestimento da casa apalaçada dos condes de Anadia.

A família distinguiu-se pela actividade diplomática. O neto deste provedor da irmandade magualdense, com o mesmo nome, neto também do 2º conde de Anadia, Joaquim de Sá Pereira e Meneses, que foi ministro de Portugal na Holanda e em Nápoles, terá sido quem finalizou a obra. Também o 1º conde de Anadia, nascido em Aveiro em 1755, pertenceu ao Conselho da Fazenda, foi diplomata e acompanhou a família real aquando da sua retirada para o Brasil vindo aí a falecer em 1809 ⁶²⁰.

Senhorios de largas parcelas de território em Mangualde e arredores, aí construíram a sua casa senhorial, sinal de um exercício social que provinha do século anterior, testemunhando a vivacidade das províncias e reflectindo “a simultaneidade da vitalidade económica dos seus detentores”⁶²¹. Dado o lapso de tempo que o edifício demorou a ser finalizado, cerca de oitenta anos, são assinaláveis múltiplas influências estilísticas, desde pormenores ornamentais barrocos aos de filiação

⁶¹⁸ Vd. SANTOS, Diana Gonçalves dos – Azulejaria de fabrico coimbrão em Misericórdias da região centro: os casos de Mangualde e Pereira. In Ferreira-Alves, Natália Marinho coord., *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no mundo de expressão portuguesa*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2010, pp. 195-196.

⁶¹⁹ Vd. SANTOS, Diana Gonçalves dos – Azulejaria de fabrico Coimbrão em Misericórdias da região centro: os casos de Mangualde e Pereira. In Ferreira-Alves, Natália Marinho coord., *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no mundo de expressão portuguesa*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2010, p. 196.

⁶²⁰ Vd. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, dir. – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1984, vol. 2, p. 278.

⁶²¹ Vd. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Idade Moderna (Séculos XV-XVIII). In RAMOS, Rui, coord.; Sousa, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 343.



Figura 5:139
Fachada ocidental da casa dos condes de Anadia, em Mangualde.



Figura 5:139A
Escadaria e porta de acesso ao salão principal da casa dos condes de Anadia, em Mangualde.

rococó. No entanto, o todo arquitectónico é contido e sóbrio, com fachada exterior ocidental num único plano, que hoje faz face a uma artéria da cidade (fig. 5:139), com porta brasonada, ladeada por pesados elementos visuais, conquanto sinuosos, de suporte à varanda. Esta apresenta curvatura pronunciada em que se destacam vazamentos replicados a toda a largura, albergando porta envidraçada coroada por frontão partido e concheado central. O acesso poente ao interior é de dimensões generosas, decorado com azulejos setecentistas. Neste patamar destaca-se a porta central que permite entrada para o “salão de recepções”, coroada por intrincado trabalho de cantaria em que se podem observar jogos múltiplos de frontões partidos e temática vegetalista encimados por curvatura ao jeito de sanefa ondulada (fig. 5:139A). Estas escolhas arquitectónicas, bem como a opção pelos revestimentos de azulejos constituem, no decorrer do século XVIII, “uma marca distinta” portuguesa ⁶²².

5. 7. 1. - A actividade da marcenaria em Viseu na segunda metade de Setecentos

Para o entendimento da presença de mobiliário civil nessa zona geográfica teremos de analisar as condicionantes da existência escassa de acessos viários que facilitassem comunicações e transporte de mercadorias de e para as cidades costeiras em “que predominava a produção estrangeira importada” ⁶²³. Seria com dificuldade – mas não impraticável –, que bens dessa procedência chegavam ao interior, impulsionando, pela sua inexistência, “a produção caseira” ⁶²⁴, i.e., local. As oficinas “dispersas pelas zonas rurais e centros urbanos, concentradas, por sua vez nas melhores regiões de matérias-primas ou tradicionalmente ligadas a determinada actividade artesanal” ⁶²⁵ seriam, portanto, coagidas a produzir os bens demandados pela clientela local.

Remonta ao ano de 1720 a permanência em Viseu de cerca de trinta e seis entalhadores de

⁶²² Vd. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As grandes casas. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 235.

⁶²³ Vd. MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1992, p. 130.

⁶²⁴ Vd. MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1992, p. 130.

⁶²⁵ Vd. MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1992, p. 109.

centros urbanos de maior centralidade geográfica no cômputo de reino, a saber, dois procedentes do Porto, um de Lisboa, dois de Coimbra, bem como quatro ensambladores e quatro “autores de risco”⁶²⁶. Neste último grupo destaca-se um elemento oriundo de Coimbra e outro de Lisboa, bem como um terceiro de Viseu. Se bem que este círculo de oficiais se reporte a obras religiosas, não é de menosprezar a possibilidade de exercerem a actividade de riscadores e/ou executantes de obras civis de mobiliário, facto que já vimos constituir prática e que se enquadra no quadro analítico que propomos. A sua presença veicularia ideias e sugestões diversas das conhecidas localmente, trazendo novidades estilísticas, notícias de materiais desconhecidos ou mesmo desenhos e moldes de tipologias em voga nas cidades de onde eram oriundos. A sua adaptação aos gostos locais e à matéria-prima disponível poderá ter sido um facto.

O conhecimento de tipologias que algumas famílias nobres possuíam em casas mobiladas na província será outra eventualidade a considerar. O conde de Vimieiro, por exemplo, possuía propriedade no Alentejo com recheio que deveria ser relevante pois foi remetido, na década de 80 de 1700, para a casa de Lisboa aquando do casamento de um sobrinho⁶²⁷.

A actividade de marcenaria civil na cidade de Viseu apresentava dimensão que não podemos aquilatar mas que, em 1794, aduzia preçários, surgindo entre eles “cómoda direita de boa madeira com 5 gavetas, lisa” e “uma [cómoda]” de volta, também lisa, de 5 gavetas”, sendo o preçário da primeira 10\$000 réis, e da segunda 12\$000 réis⁶²⁸. Para lá dos elementos estilísticos que denuncia, i.e., a ausência de elementos entalhados em estruturas geométricas ou com encurvamento frontal – quiçá em meia elipse –, esta informação revela as tipologias que, com probabilidade, eram mais solicitadas nessa zona geográfica. Esta notícia patenteia, igualmente, o funcionamento corporativo da profissão em termos que não se desvendam nos estatutos de Lisboa ou do Porto, i.e., vislumbra-se um relacionamento distinto dos contratos caso a caso das obras religiosas, anunciando uma nova forma de actividade oficial, com independência relativamente ao patrono que determinava o preço. Esta notícia poderia constituir postura de um grupo de marceneiros que sentia poder diferenciar-se, na sua profissão, através da execução de obra civil moderna⁶²⁹, para a qual sabia existir mercado com alguma relevância, particularmente cómodas⁶³⁰.

⁶²⁶ Vd. EUSÉBIO, Maria de Fátima dos Prazeres – *A talha barroca na diocese de Viseu*. Dissertação de doutoramento em História da Arte em Portugal, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, vol. 2, pp. 211.

⁶²⁷ Vd. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d’un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Paris : Presses Universitaires de France, 1978, p. 191.

⁶²⁸ Vd. BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999, p. 37.

⁶²⁹ Vd. KIRKHAM, Pat – Furniture-Makers and Trade Unionism: the early London Trade Societies. *Furniture History*, vol. XVIII, 1982, p. 3. O autor considera que existe sempre uma vanguarda em cada ofício.

⁶³⁰ Modelo de actividade com alguma analogia existia, por exemplo, em Inglaterra, constituindo, no entanto, sentido diverso. Na verdade, os oficiais de marcenaria britânicos, em grande número, conseguiam trabalho consoante a procura das oficinas. Para garantia da sua remuneração, as associações mútuas e o tabelamento de preços do seu trabalho constituíam uma defesa, enquanto assalariados, no contexto desse funcionamento oficial. Vd. KIRKHAM, Pat – Furniture-Makers and Trade Unionism: the early London Trade Societies. *Furniture History*, vol. XVIII, 1982, pp. 1-10.

5. 7. 2. - A opção estética do ambiente da casa dos condes de Anadia

As peças de mobiliário com carácter histórico existentes hoje em Mangualde não foram executadas dentro dos moldes decorativos rococó franceses nem dos ambientes das classes médias inglesas que já analisámos *supra*. Se bem que o actual recheio desta casa se encontre distante do de Setecentos, parece-nos ser possível aventar, pelo menos, que a essência da disposição de algum mobiliário dessa época se encontra próxima da opção estética britânica. Como já referimos, a escolha de revestimento parietal azulejar deveria permitir alguma autonomia na disposição do mobiliário, permitindo que este constituísse como que um aditamento no cômputo da estética do ambiente, sinalizando pontuações de prestígio e adorno nos ambientes em que estavam inseridas.

5. 7. 3. - O mobiliário setecentista da casa dos condes de Anadia

Segundo informação oral dos condes de Anadia não existe qualquer documento, ou rol de qualquer época, respeitante ao acervo desta residência. O recheio que hoje se nos apresenta é o produto das vicissitudes que o passar do tempo consente a uma casa nem sempre habitada, mas cujos proprietários, conscientes de que esse património móvel representa uma linhagem ancestral, têm pretendido conservar e legar às sucessivas gerações⁶³¹. Para além da construção arquitectónica, que tem sido preservada, verifica-se a preocupação de resguardo de elementos de conforto raros e perecíveis, nomeadamente as esteiras que ainda revestem o solo de algumas salas. Poderiam ter constituído a sua única cobertura⁶³², sendo, na sua origem, e por vezes, apelidadas de “vistasas”⁶³³ ou constituir base para a colocação de tapetes sumptuosos, como no palácio de Queluz que, na ausência da família real eram “enrolados [e] se guardavam no cofre”⁶³⁴. Para além do factor luxo, esses elementos ofereciam comodidade e aconchego em situações climáticas especialmente frias, o que se verifica no Centro interior e no Norte do reino, em algumas celas de prelados beneditinos⁶³⁵.

A idiossincrasia das tipologias setecentistas que constituem o recheio de algumas das salas, sinalizada por Robert Smith em 1975⁶³⁶, obriga a considerá-las documentos fundamentais para a percepção e entendimento das influências que ditaram autonomia estilística ao mobiliário portu-

⁶³¹ Vd. COUTINHO, Lourenço Pereira – “Entrevista a Miguel Maria de Sá Pais do Amaral, 2º conde de Alferrarede”. *Inter pares*, nº 1, Série II, 2009, pp. 10-13.

⁶³² Vd. FRANCO, Carlos – Os salões das elites na Lisboa dos finais do Antigo Regime. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, p. 124.

⁶³³ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ditames do gosto setecentista. O negociante de grosso trato, Nicolau Raposo do Amaral, de Ponta Delgada. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativa*. Porto: UCE-Porto, 2010, p. 39.

⁶³⁴ Vd. GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa, Livros Horizonte, 1971, p. 151.

⁶³⁵ Vd. ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – Assentos, Encomendantes e utilizadores na Igreja Monástica Beneditina no norte de Portugal. Sécs. XVII a XIX, vol. ??, p. 45.

⁶³⁶ Vd. SMITH, Robert C. – O “bronze dourado” em Braga e no Porto. Separata da revista *Bracara Augusta*, vol. 29, fasc. 67-68 (1975).

guês, mormente num ambiente de província interior, podendo ser consideradas verdadeiras fontes documentais.

Creemos poder distinguir três dimensões no cômputo do mobiliário setecentista hoje existente nos salões da casa dos condes de Anadia, e que estão visíveis aos olhos do público. Uma primeira revela a presença, em Portugal, de exemplares de factura inglesa através de três tipologias. Detecamos uma cómoda-papeleira com alçado, um relógio de caixa alta e uma mesa de encostar de três gavetas, executadas em madeira de carvalho, arquétipos estruturais e ornamentais da técnica de “chinoiserie, persistente imitação das lacas orientais”⁶³⁷ que Portugal importou durante o século XVIII, e que os britânicos forneceram por via alfandegária⁶³⁸. Estas peças revelam uma simplificação de execução que analisaremos *infra*, não correspondendo aos exigentes cânones do mobiliário inglês para as peças com notoriedade. Poderemos estar perante tipologias executadas para mercados indiferenciados, que não exigiam rigor na factura das estruturas mas sim mobiliário que cumprisse a função de preencher ambientes a preços razoáveis.

Um segundo grupo patenteia a influência directa que o contacto com tipologias internacionais exerceu, na sua vertente estrutural e ornamental, sobre os marceneiros portugueses, nele se incluindo mobiliário de assento, um par de mesas de encostar em duas salas distintas⁶³⁹ e os espelhos que as encimam. Neste segmento não consideramos descabido a sugestão de que as peças poderão ter sido transferidas de alguma outra propriedade, eventualmente de um centro urbano em que marceneiros tivessem acesso a modelos estilisticamente apurados⁶⁴⁰. Essas peças demonstram uma marcenaria que soube capturar o requinte dos elementos forasteiros, adaptando-os ao sentir estético português.

Um último conjunto, situado na divisão da casa apelidada de “2ª sala”, revela uma interpretação local de algumas tipologias do último quartel de Setecentos. Na verdade, e segundo informação que é oferecida aos visitantes em folheto volante, aqui se pode contemplar “mobiliário do século XVIII, feito por artesãos da região”. Elementos do Rococó encontram-se presentes em duas cómodas-papeleiras, cómoda de três gavetões e mesa de encostar, em madeira de nogueira, transmitindo uma percepção estética idiossincrática por parte de riscadores e/ou executantes. Verificamos dimensão similar em conjunto de onze cadeiras de braços e um canapé com assentos e espaldares estofados, situados em hall de entrada de uma ala da casa, de acesso reservado.

⁶³⁷ Vd. COELHO, Daniela – Materiais e técnicas de policromia de um leito neoclássico. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 134-135.

⁶³⁸ A rubrica “*Japanned cabinets*” só está registada em 1700, conforme referenciamos no 4º capítulo. É admissível, no entanto, que as tipologias com esta decoração devam estar incluídas no mobiliário executado pela marcenaria.

⁶³⁹ Vd. VALENTE, Adelina – Mobiliário setecentista do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 105-116.

⁶⁴⁰ Aventamos que pode ter acontecido situação semelhante com o recheio

5. 7. 3. 1 – O mobiliário setecentista importado

No primeiro segmento, o das tipologias britânicas com decoração pintada a vermelho e ouro, a “chinoiserie”⁶⁴¹, incluiu-se a cómoda-papeleira com alçado de portas com espelho⁶⁴² (fig. 5:140), indicia modelo cuja data de execução pode variar entre 1725 e 1740⁶⁴³. A cimalha que coroa as duas portas do corpo superior é dupla e ondulada, juntando-se, no centro, com uma espécie de frontão simplificado, à semelhança, aliás, do elemento granítico que coroa a porta de acesso ao salão de recepções. Esse componente, que ostenta espelhos no exterior das duas portas, apresenta a zona interna com pintura lisa de cor vermelha, em estado muito preservado.

A vista frontal do corpo inferior apresenta cinco gavetas, que na verdade são quatro, pois a de baixo está subdividida em duas de modo aparente, por meio de vincos duplos. Este móvel vive de sugestões visuais pois a ondulação frontal, induzida por intermédio de duas molduras horizontais, aplicadas em paralelo por cima e por baixo das gavetas, cria a ilusão de curvatura no corpo do móvel. Os suportes inferiores, em formato chamado pé de caixa, encontram-se colocados em ligeiro recuo relativamente à moldura da base.

O interior do móvel ostenta vão coberto com tampa que se move por tracção manual. Trata-se de um esconderijo tradicional em alguns modelos britânicos, traduzindo-se no exterior, em geral, numa gaveta fingida. No presente caso, existe uma superfície plana em que a pintura se expande. Detecta-se madeira de carvalho em todo o móvel, e a fábrica revela madeira de castanho, que os ingleses utilizavam em zonas que não necessitavam venados específicos⁶⁴⁴. Os espelhos e as asas de metal, de matriz britânica⁶⁴⁵, parecem ser de época⁶⁴⁶.

Uma outra tipologia, uma mesa de encostar (fig. 5:141), com saial de curvaturas sumárias⁶⁴⁷, ostenta metais similares aos da cómoda-papeleira⁶⁴⁸, mas não foi aberta, nas três gavetas, qualquer entrada para chave, nem aplicada qualquer fechadura. Os malhetes são largos e toscos. As molduras que permitem que as gavetas batam na carcaça do móvel estão delineadas com material que sugere



Figura 5:140
Cômoda-papeleira com alçado com espelhos, de importação inglesa.

⁶⁴¹ Os motivos pintados diferem; a coloração apresenta-se, no entanto, semelhante quanto à sua génese.

⁶⁴² Medidas máximas aproximadas: altura 210 cm; largura: 97,5 cm; profundidade: 57 cm.

⁶⁴³ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, pp. 71 e 85, fig.s 2:39 e 2:68.

⁶⁴⁴ Vd. BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012, p. 62.

⁶⁴⁵ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, fig. 41, p. 305.

⁶⁴⁶ O âmagô estrutural da cómoda-papeleira encontra-se bem acabado, vislumbrando-se madeiras de carvalho e outras de cor branca, bem lixadas e limpas. Painéis de madeira acompanham, em direcção ao interior, os entrepanos onde se movem as gavetas.

⁶⁴⁷ Medidas máximas aproximadas: altura 80 cm; tampo: 100 cm x 56 cm.

⁶⁴⁸ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 305, fig. 40.



Figura 5:141

Mesa de encostar de três gavetas. Móvel de exportação inglesa.



Figura 5:142

Relógio de caixa alta. Móvel de exportação inglesa.

purpurina, ou material análogo, replicando solução visual que descortinámos em par de mesas de encostar do chamado salão de baile se bem que com intencionalidade diversa⁶⁴⁹. Esta aplicação dourada, tendo evidente propósito decorativo, revela um aligeiramento na decoração da frente do móvel⁶⁵⁰.

Por baixo do tampo, sob o qual não existe aro, nascem as prumadas que engrossam no local aparente do dos joelhos projectados. Este é um subterfúgio para uma execução que releva economia de meios. Refira-se, no entanto, que foram concebidas pela marcenaria francesa e inglesa tipologias que criam esta ilusão óptica, aplicando folheados em diagonal. A colecção denominada *José Francisco de Paiva* apresenta sugestões deste padrão.

A terceira tipologia de importação, um relógio de caixa alta, em madeira de nogueira, pinho e outras – tal como na mesa referida *supra* –, decorado com “chinoiseries” em vermelho e dourado, é coroado por cimalha de múltiplas molduras de curvatura similar à da cómoda-papeleira, e por três elementos redondos torneados⁶⁵¹(fig. 5:142). É uma tipologia que existia em outras versões, por exemplo, nos “axaroados de encarnado” ou “de azul” no acervo arrolado na Casa de Aveiro, em 1759⁶⁵². A caixa superior apresenta diversas reentrâncias. Tal como na mesa de

⁶⁴⁹ Vd. VALENTE, Adelina – Mobiliário setecentista do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 110-112.

⁶⁵⁰ Ladeando a gaveta central desce um fio dourado que acentua o centro. Este apresenta a madeira ligeiramente desengrossada, criando um movimento quase imperceptível que confere descontinuidade matéria frontal. Este constituiu um artifício técnico-decorativo que a marcenaria portuguesa utiliza, por vezes, quando o oficial pretende criar um campo fundo para a talha e nivelar a respectiva espessura do entalhamento – o que acontece, amiúde, nos aventais frontais. Vejam-se, entre outros, os casos da mesa de encostar de duas gavetas da Casa-Museu Guerra Junqueiro, no Porto, na figura 5:82, ou do saial da cómoda da figura 5:115.

⁶⁵¹ Medidas máximas aproximadas: altura 255 cm; largura: 47 cm; profundidade: 28 cm.

⁶⁵² Vd. GUERRA, Luís de Bivar – *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Lisboa: Edição do Tribunal de Contas, 1952, pp. 116 e 117.



Figura 5:143
Mesa barroca italiana.



Figura 5:143A
Pormenor do tampo de mármore com inscrição de 1673.



Figura 5:143B
Vinheta de dourador de Lisboa.

encostar, vincos verticais da madeira das ilhargas e da frente criam a ilusão de que existem colunas. Esta é uma solução simplificada, e de pouco custo, para sugerir decoração com elementos que, na verdade, não existem.

5. 7. 3. 2. - As tipologias de assento que interpretam modelos internacionais

O segundo grupo de mobiliário é, na sua maioria, de notória influência europeia e revela uma das dimensões interpretativas da marcenaria portuguesa setecentista.

O centro da “sala de recepção”, tal como é denominada na casa, é ocupado por mesa rococó italiana brasonada, ao estilo barroco, de entalhamento vegetalista espesso dourado ⁶⁵³(fig. 5:143). A inscrição “*Gio. Leoni. F[ecit]. 1673*” (fig. 5:143A) identifica a sua proveniência e está aposta no centro do tampo de mármore, um trabalho colorido e virtuoso de *pietre dure*. O douramento da tipologia não nos parece original e etiqueta colada no interior de um dos aros revela uma mais que provável intervenção, não datada, de Joaquim António Pereira, fabricante de molduras e dourador com oficina na Rua da Rosa, em Lisboa (fig. 5:143B).

O mobiliário que se encosta às paredes azulejadas é, todo ele, composto por tipologias de

⁶⁵³ Medidas máximas aproximadas: altura 87 cm; tampo: 162 cm x95,5 cm.

assento fig. 5:144). Vinte e duas cadeiras de braços ⁶⁵⁴e um canapé de três lugares ⁶⁵⁵(fig. 5:144A) constituem um dos conjuntos relevantes desta casa. Estas tipologias foram executadas em dois tempos diferentes, pois marcação sequencial com goivas de dois tipos está aposta no aro frontal das cadeiras ⁶⁵⁶, que apresentam, igualmente, ligeira variação na curvatura do assento. A modificação pode ter sido resultado de solicitação ocasional por parte dos clientes, já que se encontram documentadas, em Inglaterra, pequenas variações em assentos de tipologias similares, dentro da mesma casa, sem propriamente existir razão justificativa imediata e compreensiva ⁶⁵⁷. Este caso português pode configurar acontecimento similar, já que as cadeiras parecem, à evidência, ter sido executadas por mãos idênticas. Consta-se, no entanto, que o arqueamento menos pronunciado do assento poderá proporcionar mais conforto ao seu utilizador, o que poderá constituir uma razão plausível para um pequeno acerto ⁶⁵⁸. Terá sido essa a razão e a sequência da execução das cadeiras?

Um distintivo relevante neste grupo de mobiliário português é o caixilho que se detecta na forma do encosto, visível quando se analisa a tipologia sem o assento. Essa espécie de moldura foi exequível pela ligação das prumadas traseiras com o aro respectivo (fig. 5:144B), constituindo um modo de execução que transporta para este modelo as técnicas recuadas dos encostos das cadeiras de sola, desligados do assento, de que existem, aliás, exemplos nesta casa. O prolongamento, no tempo, de práticas antigas aconteceu igualmente noutras latitudes ⁶⁵⁹ e denota o lento progresso que a cadeira sofreu nos primeiros quarenta anos do século XVIII, bem como o paulatino processo de adaptação dos oficiais à evolução das técnicas construtivas. No entanto, citações estilísticas de modelos recuados poderiam ser artificios decorativos, como o caso de cadeira existente no Museu Nacional de Arte Antiga, exemplar datável da última década de 1700 ou início de 1800, como já vimos *supra* (fig. 5:42), ostentando a tabela recortada apoiada em aparente aro levantado, proporcionando mais altura visual à tipologia.

A estrutura assim obtida nas cadeiras de Mangualde é mais frágil do que é habitual, obrigando a reforço da bilharda e, a prazo, a uma maior degradação da estrutura da tipologia, quando sujeita a uso continuado ⁶⁶⁰. Os coxins patenteiam várias camadas de tecidos e encontramos marca a tinta com o nome “Caetano” (fig. 5:144C), provável assinatura de carpinteiro ou marceneiro que procedeu a alguma substituição de aros ou mesmo do oficial dos estofos ⁶⁶¹. Detectámos, esboçado na

⁶⁵⁴ Medidas máximas aproximadas: altura 110 cm; assento: 63 a 64 cm x 45 a 46 cm.

⁶⁵⁵ Medidas máximas aproximadas: altura 110 cm; assento: 183 cm x 56 cm.

⁶⁵⁶ Vd. VALENTE, Adelina – Mobiliário setecentista do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 106-110.

⁶⁵⁷ Vd. WOOD, Lucy - *The Upholstered Furniture in the Lady Lever Arts Gallery*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, vol. 1, p. 34.

⁶⁵⁸ Uma característica a assinalar é o capeamento do aro destas tipologias, com os pequenos pedaços de madeira colocados na vertical, solução decorativa invulgar nas peças portuguesas. Notamos que parece existir pelo menos uma em que o aro foi executado a partir de madeira maciça. No entanto, a carga de tinta, líquido para tratamento de xilófagos, bem como polimento sucessivos não deixam esclarecer cabalmente esta diferenciação. A face interior dos aros patenteia marcas de corte por enxó, sendo a madeira irregular e imperfeita.

⁶⁵⁹ Vd. WOOD, Lucy - *The Upholstered Furniture in the Lady Lever Arts Gallery*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, vol. 1, p. 9.

⁶⁶⁰ Estas cadeiras revelam, na verdade, uma debilidade construtiva que é reforçada pela deterioração da madeira de nogueira que foi atacada por xilófagos.

⁶⁶¹ Se bem que tenhamos de ter cautela com a identificação dos homónimos, cabe aqui referir que o já citado oficial Caetano Rodrigues Gomes, de que se conhece recibo, datado de 1780, relativo a dois canapés fornecidos à casa de Lafões. Vd.



Figura 5:144
Conjunto de tipologias de assento do "salão de recepção".



Figura 5:144A
Canapé de três lugares.



Figura 5:144B
Pormenor do espaldar de uma das cadeiras de braços.



Figura 5:144C
Inscrição oficial num dos aros de um dos assentos.



Figura 5:144D
Desenho oficial num dos aros de outro assento.

madeira a lápis, o que parece ser a estrutura de uma mesa fig. 5:144D), sinal do modo de funcionamento oficial, com a utilização de um qualquer suporte para comunicar ideias, e que veremos com algum detalhe na análise dos desenhos da colecção denominada *José Francisco de Paiva*.

Este conjunto de tipologias de assento revela semelhanças estilísticas e de ornamentação com a produção inglesa setecentista destinada a exportação. De facto, o motivo do concheado central, as linhas exteriores da tabela bem como a ondulação que remata a ligação recortada desta com o aro traseiro é comparável aos dos modelos fornecidos, por exemplo, ao mercado espanhol, pela oficina do marceneiro inglês Giles Grendey⁶⁶². Poderão, ainda, detectar-se outras influências internacionais a nível formal, mormente a holandesa⁶⁶³, com o qual o mobiliário inglês interagiu de modo relevante nos séculos XVII e XVIII⁶⁶⁴.

PINTO, Pedro Costa – *O móvel de assento português do século XVIII*. Lisboa: Mediatexto, 2005, pp. 90 e 92.

⁶⁶² Vd. WOOD, Lucy - *The Upholstered Furniture in the Lady Lever Arts Gallery*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, vol. 1, p. 260.

⁶⁶³ Algumas dúvidas se nos levantaram na identificação das matrizes estilísticas destas tipologias pelo que solicitámos a opinião do Prof. Dr. Adam Bowett. Este sugeriu alguma influência holandesa, que a marcenaria britânica sentiu, se bem que no início de Setecentos. Cremos que só um estudo aprofundado das tipologias de assento dos Países-Baixos poderiam revelar outro parecer que não o que apresentamos e que nos parece devidamente fundamentado.

⁶⁶⁴ Vd. BOWETT, Adam – An English Perspective of the Anglo-Dutch Furniture Trade at the Beginning of the Eighteenth century. *Leids Kunsthistorich Jaarboek*, 14 (2007), pp. 165-179.

A corte e os diplomatas portugueses também se relacionaram com os Países Baixos podendo transportar ideias e peças, existindo no arrolamento da Casa dos duques de Aveiro referência concreta a importação de “vinte e quatro tamboretos de palhinha de Holanda” e “trinta tamboretos feitos em Holanda” ⁶⁶⁵. As pautas alfandegárias setecentistas indicam tarifagem para tipologias daí importadas, como já vimos, na Tabela 4.2 do 4º capítulo, o que denuncia a confluência de influências europeias nos oficiais podendo dar lugar a interpretações locais num registo composto.

Duas circunstâncias de carácter técnico apontam para essa contínua interferência estilística entre oficiais de diferentes escolas nacionais, situando-se ambas na concepção das prumadas deste conjunto de tipologias. Uma delas é a inserção desses elementos de suporte e a sua introdução nos aros laterais a 90º, acontecendo o recorte sinuoso dos aros somente a partir daí ⁶⁶⁶, sinal de uma escolha de técnica de execução das cadeiras que se afirmou na marcenaria portuguesa ⁶⁶⁷. Por outro lado, o modelo de pé que as cadeiras de Mangualde apresentam pode-se designar, na gíria internacional, de “dutch foot”, ou “pad foot” ⁶⁶⁸, sendo utilizado, por exemplo, pelos cadeiros americanos. No entanto as denominações populares não correspondem, por vezes, a factos concretos mas a meras sugestões epocais que se vão prolongando no tempo ⁶⁶⁹. Verifica-se, assim, neste caso concreto, um cariz particular na produção portuguesa que assimilou elementos internacionais permitindo, numa síntese técnica e estética, opções locais, propiciando a definição de um gosto próprio.

Outro conjunto de mobiliário de assento setecentista existe no “salão de baile”. Este, “espaço capaz de sociabilidade e aparato” ⁶⁷⁰, encontra-se revestido por decoração azulejar de feição rococó, datada de 1770, inspirada em gravuras francesas das Fábulas seiscentistas de Jean de La Fontaine, cujo tema é “O mundo às avessas”.

A concepção estrutural deste conjunto de doze cadeiras de braços ⁶⁷¹ apresenta a natural interdependência entre os quatro aros do assento, entrando a tabela do encosto no componente traseiro por meio de respiga. Estas tipologias, bem como o canapé que se lhe reporta ⁶⁷² (fig.s 5:145 e 5:145A), ostentam assentos estofados de damasco de seda amarela, que não é de época. Se bem que existam semelhanças estilísticas com as da “sala de recepção”, revelam linhas mais fluídas e ondulantes na tabela e na concepção do encosto, de inclinação notoriamente inglesa. Uma cadeira portuguesa

⁶⁶⁵ Vd. GUERRA, Luís de Bivar – *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Lisboa: Edição do Tribunal de Contas, 1952, pp. 121 e 131.

⁶⁶⁶ Nos modelos ingleses os aros não apresentam ângulo de 90º, despedindo os aros imediatamente a seguir à inserção nas prumadas frontais. Quanto aos holandeses, a prumada situa-se a 90º, constituindo um canto bem definido, e os aros despedem-se a partir daí. Vd. BOWETT, Adam – *English Furniture 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. Woodbridge: Antique Collectors' Club, 2002, p. 231.

⁶⁶⁷ Veremos, no 3º capítulo, situação de reprodução de uma tipologia inglesa em que essas duas técnicas se cruzaram, obrigando o cadeiro português a uma resolução distorcida.

⁶⁶⁸ Vd. GREENE, Jeffrey P. – *American Furniture of the 18th century*. Newtown: The Tauton Press, 1997, p. 161.

⁶⁶⁹ Exemplo dessa ocorrência é o caso do chamado “Braganza foot”, estilo de pé dito “de pincel” associado à época da estadia de Catarina de Bragança em Inglaterra, que alguma historiografia inglesa não considera plausível. Vd. BOWETT, Adam – *English Furniture 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. Woodbridge: Antique Collectors' Club, 2002, p. 255.

⁶⁷⁰ Vd. FRANCO, Carlos – Os salões das elites na Lisboa dos finais do Antigo Regime. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, p. 123.

⁶⁷¹ Medidas máximas aproximadas: altura 122 cm; assento: 65 cmx 47 cm.

⁶⁷² Medidas máximas aproximadas: altura 125 cm; assento: 195 cmx 72 cm.



Figura 5:145

Duas cadeiras de braços do “salão de baile”.



Figura 5:145A

Canapé do “salão de baile”.

existente no Museu Nacional de Arte Antiga, oriunda de cenóbio viseense ⁶⁷³, ostenta filiação similar, com pluma rococó no cachaço, grinaldas partindo desta formação central, e no aro, concha ladeada por pedúnculos vegetalistas, se bem que o assento se reporte a modelo barroco de aro redondo e as prumadas terminem em sugestão de pata de palmípede (fig. 5:146). Cremos que a chave para a sua datação estará na parte superior da tabela, já com sinuosidades na sua concepção, que se reportam aos modelos rococó. A similitude desta tipologia de assento com o modelo do “salão de baile” pode confirmar a produção de peças similares nas oficinas de mobiliário civil a laborar na zona geográfica onde o palácio dos condes de Anadia está implantado.

Nas cadeiras desta sala detectamos uma pluma estilizada ao modo de concha coroando o cachaço, repetindo-se, de modo invertido, no aro frontal ⁶⁷⁴. De notar o artifício que o douramento do entalhado permitiu – a ligação visual entre a concha central e as grinaldas laterais que nascem a partir de um nó, esse sim, definido por meio de goivas e que constitui um dos elementos decorativos em tipologias inglesas datadas de 1734 ⁶⁷⁵. Os três lugares do canapé, cuja morfologia sem tecido nas costas se disseminou, em Inglaterra, a partir dos anos 50 de 1700 ⁶⁷⁶, foram obtidos a partir da junção de três espaldares ⁶⁷⁷. Esse procedimento permitiu, de igual modo, o ajuste da medida da largura das costas para oferecer lugar simultâneo



Figura 5:146

Cadeira de braços com pluma rococó.

⁶⁷³ Vd. M. N. A. A., *Cadeirade braços*, Inv. 450 Mov.

⁶⁷⁴ Essa concha com folhinhas centrais vagamente assimétricas tem, na sua base, um pedúnculo com par de motivos vegetalistas e uma tulipa igualmente invertida.

⁶⁷⁵ Vd. WOOD, Lucy - *The Upholstered Furniture in the Lady Lever Arts Gallery*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, vol. 1, fig.s i 24E e iii 24A, pp. 292-293.

⁶⁷⁶ Vd. WOOD, Lucy - *The Upholstered Furniture in the Lady Lever Arts Gallery*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, vol. 1, fig. 168, p. 47.

⁶⁷⁷ A união das correspondentes prumadas, em baixo do assento, como se de três tipologias individualizadas se tratasse, foi o modo simples, mas pouco canónico, que o cadeireiro escolheu para lhe prover mais segurança.

a três pessoas ⁶⁷⁸, a que o canapé obriga ⁶⁷⁹. Esse facto pode ser revelador de alguma insegurança quanto às técnicas de transposição das medidas dos encostos das cadeiras para uma tipologia com múltiplos espaldares.

As prumadas traseiras apresentam motivos paralelipédicos que se repetem junto ao chão, técnica constante no mobiliário britânico, que já temos referido, e que permite oferecer mais firmeza à estrutura. Este elemento existe, de igual modo, na cadeira do Museu Nacional de Arte Antiga acima referida, se bem que em ângulo menos pronunciado, denunciador de mão portuguesa que se libertou do modelo britânico. O boleado do aro da frente nos dois casos está assinalado por dourado, descendo até meio das prumadas. Os joelhos, pouco pronunciados, mas largos, em Mangualde, ostentam vieiras com um intrincado vegetalista que se repete junto ao pé, assentando este em tação igualmente boleado.

O acabamento dos lenhos utilizados confere com o do mobiliário lisboeta da segunda metade de Setecentos, que é descrito, em geral, “de polimento” e com “encostos com leves dourados”, “o encosto e pés de talha dourada”, “com remates de talha dourada” ou “com conchas douradas” ⁶⁸⁰, características comuns nestas peças, o que nos faz ponderar que terá existido um efectivo estímulo decorativo por parte dos clientes conhecedores de outras realidades geográficas, bem como de riscadores e entalhadores forasteiros.

5. 7. 3. 3. – As mesas de encostar e espelhos de influência inglesa

Se bem que não saibamos se a composição do salão de baile apresentava originalmente a disposição tipológica actual, poderia, pelo menos combinar móveis de assento e mesas de encostar. Na verdade essa organização existia em Inglaterra, obrigando a que a decoração da madeira apresentasse a sua cor natural, polida por óleo de linhaça, a que se acrescentava o ouro para diferenciar o entalhamento ⁶⁸¹. Os britânicos não utilizavam, por norma, tampo em mármore ⁶⁸² nem avental central, este de tradição francesa ⁶⁸³. Terá sido por esta via, mesclando duas opções formais, que a organização da mesa de encostar portuguesa se definiu.

Sugerimos já que, no caso do par de mesas rococó dessa sala ⁶⁸⁴(fig. 5:147), o douramento das gavetas deverá ter outra justificação, a saber, a pretensão de decorar de modo diverso a guarnição

⁶⁷⁸ Vd. WOOD, Lucy - *The Upholstered Furniture in the Lady Lever Arts Gallery*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, vol. 1, pp. 46-47.

⁶⁷⁹ Vd. WOOD, Lucy - *The Upholstered Furniture in the Lady Lever Arts Gallery*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, vol. 1, p. 47.

⁶⁸⁰ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007, p. 60.

⁶⁸¹ Vd. WOOD, Lucy - *The Upholstered Furniture in the Lady Lever Arts Gallery*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, vol. 1, p. 62.

⁶⁸² Vd. WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 15.

⁶⁸³ Vd. BOWETT, Adam – *English Furniture 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. Woodbridge: Antique Collectors' Club, 2002, p. 41.

⁶⁸⁴ Medidas máximas aproximadas: altura 79 cm; tampo: 101 cm x 87 cm.



Figura 5:147
Mesa de encostar, de um par, do “salão de baile”.



Figura 5:148
Um dos conjuntos de mesa de encostar
encimada por espelho rococó.

das molduras respectivas que, nos protótipos deveriam ostentar folheado, o que não acontece no caso presente ⁶⁸⁵. O dourado esconde, portanto, a madeira das molduras da frente das gavetas bem como a do aro inferior ondulado que liga as prumadas dianteiras. No tampo, de nogueira maciça tal como as ilhargas, optou-se por replicar a decoração da orla das gavetas ⁶⁸⁶.

Por cima das mesas de encostar estão suspensas molduras com espelhos de dimensão relevante ⁶⁸⁷ (fig. 5:148). Mais uma vez, não temos indicação sobre a veracidade desta combinação em Setecentos, mas é de notar que a decoração entalhada e embutida na moldura superior ostenta um feixe de plumas que poderia ser um elo visual de ligação com o atado de palmas da frente e ilhargas das mesas. O arquétipo que deu origem a esta tipologia é o “pier glass” inglês, ou tremó, em português, já que eram colocados nos vãos de parede entre janelas ⁶⁸⁸. Mas os britânicos também os utilizavam em vãos abertos nas paredes, em diversos locais das casas, apelidando-os de “tabernacle frames” ⁶⁸⁹, o que potenciava a difusão da luz em locais menos iluminados.

Em razão dessa intenção de dispersar a claridade, a dimensão privilegia a altura, sendo muito

⁶⁸⁵ Vd. VALENTE, Adelina – Mobiliário setecentista do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, p. 112.

⁶⁸⁶ O avesso das peças, i.e., o seu interior, não releva cuidado particular, utilizando diversas madeiras com marca do corte rústico da enxó, sem preocupação de acabamento e os malhetes das gavetas são grosseiros, se bem que triangulados à maneira inglesa. As gavetas superiores têm fechaduras de ferro, não existindo na de baixo.

⁶⁸⁷ Não foi possível conferir a medida das molduras destes espelhos.

⁶⁸⁸ Em geral, para o apoio nos ressaltos e molduras das paredes ser eficaz, facto essencial já que possuíam peso considerável, a moldura inferior era lisa. Essa solução foi adoptada em diversas marcenarias europeias. Para o caso inglês, veja-se BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, p. 281.

⁶⁸⁹ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors’ Club, 2009, pp.294-295.

esguios⁶⁹⁰. O tamanho destes dois espelhos com moldura coaduna-se com o pé direito da casa⁶⁹¹, e o recorte da moldura de madeira, capeada com madeira de nogueira, apontamentos dourados na talha e no friso junto ao espelho, revela execução do último quartel do século XVIII⁶⁹². Estas peças deverão ter bebido inspiração em alguns exemplares do segundo quartel dessa centúria, adoptando, no entanto, linhas mais contidas, não apresentando qualquer coroaamento ou talha na moldura inferior⁶⁹³.

Esta tipologia, bem como as mesas de encostar, revelam execução primorosa, patenteando conhecimento de técnicas de marcenaria e capeamento, perspicácia na resolução de problemas estruturais, caso de solução encontrada para colmatar falha que, com probabilidade, deveria existir no centro das gavetas da tipologia que serviu de modelo às de Mangualde⁶⁹⁴. O sentido de proporções na relação entre estrutura e elementos decorativos é apurado, legando ao futuro peças de filiação rococó portuguesas de grande predicado.

A ferragem de metal amarelo utilizada nas gavetas das mesas merece nota, pois é invulgar no mobiliário português, ostentando rostos de figuras nativas coloniais⁶⁹⁵. Encontramos estes motivos em trabalhos de estuque português setecentista, a que já nos referimos, existindo, também, em residências lisboetas da segunda metade do século XVIII⁶⁹⁶. Os metais indiciam, na verdade, múltiplas influências internacionais⁶⁹⁷, pois referências tropicais integraram os bronzes de algum mobiliário francês setecentista⁶⁹⁸. No entanto, este modelo particular foi executado pelas manufacturas do norte de Inglaterra a partir de 1760⁶⁹⁹. Verifica-se, no entanto, que a escolha não seria a mais adequada para as duas gavetas inferiores, pois a sua colocação ultrapassa a respectiva linha da frente. Cremos, portanto, que o cliente deve ter sido vencido pela tentação do adorno excessivo.

5. 7. 3. 4. - A interpretação portuguesa da gramática internacional

⁶⁹⁰ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, p. 287.

⁶⁹¹ Os espelhos portugueses revelam preocupação em cortar a rigidez geométrica da altura por intermédio de curvatura e ondulações na parte superior, acompanhada por pontuações de talha ligeiramente assimétrica. Plumas e motivo de asa de morcego estilizada são visíveis na zona exterior das molduras laterais.

⁶⁹² Vd. ARONSON, Joseph – *The Encyclopedia of furniture*. London: B. T. Batsford, 1965, fig. 871, p. 303.

⁶⁹³ Vd. BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009, pp. 284-285.

⁶⁹⁴ Vd. VALENTE, Adelina – Mobiliário setecentista do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, p. 112.

⁶⁹⁵ Os inventários portugueses registam, por vezes, o reconhecimento de ferragens forasteiras. Veja-se a descrição de “dois bufetinhos em cómoda de cor de nogueira com filetes dourados duas gavetas cada uma com suas ferragens estrangeiras douradas”, um presumível par de mesas de encostar. Vd. PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Texto policopiado. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987), p. 92.

⁶⁹⁶ Vd. FRANCO, Carlos – Os salões das elites na Lisboa dos finais do Antigo Regime. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, p. 124.

⁶⁹⁷ Vd. SMITH, Robert C. – O “bronze dourado” em Braga e no Porto. Separata da revista *Bracara Augusta*, vol. 29, fasc. 67-68, 1975.

⁶⁹⁸ Vd. COUTINHO, Maria Isabel Pereira – *O mobiliário francês do século XVIII*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 120-121.

⁶⁹⁹ Vd. VALENTE, Adelina – Mobiliário setecentista do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, p. 111.



Figura 5:149
Cómoda da “sala dos artesãos”.



Figura 5:149A
Pormenor do canto vertical sinuoso da cómoda,
com decoração entalhada



Figura 5:149B
Pormenor do recorte do canto do tampo da
cómoda.

O mobiliário que se encontra na chamada “sala dos artesãos” demonstra a dimensão interpretativa da gramática decorativa internacional rococó pela marcenaria portuguesa local, facto provável e possível numa zona do reino em que a actividade de oficinas de execução de mobiliário civil foi uma realidade, como vimos *supra*.

Pressente-se essa ocorrência nas tipologias agrupadas nesta divisão da casa, já que a sua execução sugere mais do que simples cópias, revelando saber na modelação da madeira, adaptando e/ou desenvolvendo formalmente ideias conhecidas, situações que se verificavam, por exemplo, nas oficinas portuenses em finais de Setecentos ⁷⁰⁰.

⁷⁰⁰ Verificamos, todavia, que as técnicas de execução não mereceram a atenção quanto aos pormenores construtivos não visíveis, num aparente comportamento que parece indiciar a contínua prática das técnicas de ensamblamento que não valorizavam a perfeição do não-visível, nos interiores das várias tipologias, e que já constatámos ser rotina em algumas tipologias portuguesas analisadas.

Nesta sala detectamos uma unidade estilística que utiliza, como nas restantes peças já analisadas, a madeira de nogueira. Razões de emulação do gosto inglês e do centro da Europa podem ter ditado a sua utilização, a par da disponibilidade local, que já conferimos ser um dos factores determinantes para o respectivo aproveitamento por parte da marcenaria.

A sala dos artesãos é dominada por um todo com coerência estilística composto de uma cómoda de duas gavetas e dois gavetões ⁷⁰¹(fig. 5:149), e duas cómodas-papeleiras com alçado, uma com corpo superior dividido em nichos abertos, prateleiras e gavetas ⁷⁰²(fig. 5:150) e outra com portas com vidros ⁷⁰³(fig. 5:151), além de diferenças nas medidas estruturais. Uma outra tipologia, uma mesa de duas gavetas ⁷⁰⁴(fig. 5:152), se bem que da mesma procedência oficinal, apresenta algumas diferenças, que verificaremos *infra*. As quatro peças foram executadas em madeira de nogueira.

As três primeiras peças caracterizam-se pelas ondulações das ilhargas no sentido vertical e curvaturas no plano horizontal. As ondas laterais replicam-se nos prumos bífidos nos cantos, estes de espessura relevante. Trata-se de uma técnica complexa de modulação da madeira, obrigando a moldes prévios cuidados, pois o corte das madeiras deve apresentar-se muito perfeito e exacto para que a zona frontal corresponda correctamente com as ilhargas aquando do ensamblamento final. O marceneiro, ou marceneiros, que executaram estas tipologias necessitaram, ainda, de compensar a projecção das curvaturas resultantes do encontro de ilhargas e frente, delineando, nos lados das gavetas, um movimento sinuoso (fig. 5:149A). O tampo acompanha a sinuosidade da caixa (fig. 5:149B)

O entalhamento dos prumos releva folhas ondeadas em patamares diferenciados, como que nascendo por debaixo da espessura da madeira, sem pedúnculo à vista. Nos pés, que apresentam tacão notório, estão entalhadas plumas bem definidas. Os saiais das três tipologias são de concepção e execução semelhantes, apresentando um trabalho de recortes vazados com assimetria marcada no centro. Intrincados elementos vegetalistas centrados num motivo concheado ondeante, à semelhança de modelo alemão rococó, datada de cerca de 1745, executada segundo desenho de Jean-François Cuvilliés (1695-1768) ⁷⁰⁵. Nas ilhargas, as peças portuguesas ostentam unicamente concha ornada por dois pedúnculos com flores ⁷⁰⁶.

Não nos foi possível visualizar o interior da carcaça das cómodas-papeleira, que apresentam diferentes alçados. Não é possível, pois, explicar cabalmente a existência de uma zona que parece acoplada ao corpo frontal da peça de maior dimensão, com portas envidraçadas ⁷⁰⁷.

A terceira peça, uma mesa de encostar de duas gavetas, com fechaduras de ferro, cujo tampo é

⁷⁰¹ Medidas máximas aproximadas: altura 84,5 cm; largura: 119 cm; profundidade 67 cm.

⁷⁰² Não foi possível aceder às medidas desta tipologia.

⁷⁰³ Não foi possível aceder às medidas desta tipologia.

⁷⁰⁴ Medidas máximas aproximadas: altura 80 cm; tampo 113 cm x 68,5 cm.

⁷⁰⁵ Vd. DAVIDSON, Gail S. – Ornament of bizarre Imagination. In *Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, fig. 35, p. 65.

⁷⁰⁶ A cómoda, de duas gavetas e dois gavetões, ostenta, ainda, um artifício decorativo no centro das primeiras, marcado por espelho de metal sem qualquer função. O tampo apresenta-se encabeçado com tarjas de 10 a 11cm, acompanhando a modelação do casco da peça, com vinco na fimbria e boleado singelo. As fechaduras são de ferro. As madeiras do interior da estrutura misturam de carvalho e outras não identificadas.

⁷⁰⁷ A sua análise morfológica permite-nos aventar a eventual funcionalidade deste aumento, pois a zona que encosta à parede necessita de contrapeso à massa frontal, de excessiva carga de matéria-prima, bem como dos objectos que se lhe coloquem. A sua configuração em linhas rectangulares, permitindo eventual ligação à parede por intermédio de pregos ou escáfulas, faculto o encosto total a um local que foi, previsivelmente, escolhido para ostentar este móvel.



Figura 5:150
Cómoda-papeleira com alçado com portas de vidros.



Figura 5:151
Cómoda-papeleira com alçado sem portas.



Figura 5:152
Mesa de encostar rococó de duas gavetas.



Figura 5:152A
Mesa de encostar rococó de duas gavetas.

encabeçado em três lados por tarjas de 9 cm e acompanha o movimento da estrutura (fig. 5:152A), apresenta uma unidade visual relevante, bem proporcionada, conseguida a partir do encurvamento côncavo do aro das gavetas. Este movimento reentrante concede protagonismo ao entalhamento e é uma tradução bem conseguida das representações pictóricas do Rococó, cujo mote inclui, entre outros, a profundidade e a tridimensionalidade. Pintura de Jacques de Lajoüe, por exemplo, representando fonte em jeito de anfiteatro ⁷⁰⁸, contém os ingredientes que terão influenciado a representação formal em que esta mesa de encostar se filia. O convexo do cenário, o concheado ondulante, curvas e contracurvas em fundo de linhas moveiças, parecendo, mais do que textura de asas de morcego, panejamentos sinuosos, elemento igualmente presente no Rococó ⁷⁰⁹, resolvem-se, lateral-

⁷⁰⁸ Vd. DAVIDSON, Gail S. – *Ornament of bizarre Imagination. In Rococo. The continuing curve, 1730-2008.* New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, fig. 20, p. 53.

⁷⁰⁹ Vd. BAARSEN, Reinier – *Rococo in Holland. The Assimilation of a Foreign Style. In Rococo: The continuing curve, 1730-2008,* fig. 3, p. 153.

mente, em duas flores. Na talha vazada, técnica que potencia a dinâmica deste elementos decorativo, estão presentes sugestões de rocalhas, parecendo frontões partidos aleatoriamente, visíveis em variadíssimos desenhos de ornamentos, por exemplo em proposta do mesmo Lajoüe, publicada por Gabriel Huquier ⁷¹⁰.

A decoração das prumadas, em cabriolé, apresenta-se bem organizada, vinculada formalmente de forma lógica, exibindo concheado e motivos vegetalistas, marcando os extremos. O entalhamento remete-nos para a concepção de algumas produções de bronzes do mobiliário francês, aqui concebido e executado nos elementos estruturais lenhosos, característica da produção lusitana que, à semelhança da maioria da produção britânica, traduziu, em madeira essas decorações aplicadas ⁷¹¹ e que se reproduziram em tipologias existentes em colecções brasileiras ⁷¹².

Os metais aplicados nestas três tipologias são de matriz estilística semelhante entre si e podemos reportá-los a modelos importados, pois quer os da cómoda e das duas cómodas papeleiras (fig. 5:153) ⁷¹³, bem como os da mesa de encostar (fig. 5:154) ⁷¹⁴ eram anunciados nas gravuras que chegavam aos marceneiros portugueses.

Esta sala possui, ainda, uma outra mesa de encostar de duas gavetas ⁷¹⁵, denunciando osmose morfológica ente o Rococó e o Neoclássico. A peça constitui uma evidência do prolongamento de gostos díspares para épocas em que outras opções estilísticas já se afirmavam. O que constatamos é a aplicação de apontamentos grados à época neoclássica numa tipologia cujas características formais relevam a sinuosidade rococó. Encontramos a característica influência inglesa nas prumadas com garra e bola (fig. 5:155). As almofadas aplicadas nas gavetas e nas ilhargas, em sucessivas camadas de molduras, denunciam o gosto pelas superfícies sobrepostas ou relevadas e delimitadas por caixilhos. Esta tipologia enuncia a técnica estrutural que associa as prumadas à restante estrutura, de um modo muito corporificado, como se dum animal se tratasse, criando uma forte sensação de unidade visual, acentuada pelo pouco ressaltado que o tampo apresenta ⁷¹⁶. Do centro do saial parte para as prumadas, de modo simétrico, linha que termina em aba sob o joelho projectado, artifício decorativo que encontramos em outro mobiliário português e que releva influência inglesa ⁷¹⁷.

Nesta mesma sala existe, ainda, um grupo de oito cadeiras com 39 cm de altura na grade que contem o estofado ⁷¹⁸(fig. 5:156), denuncia a cópia de modelo específico, de assento mais baixo ⁷¹⁹. Os

⁷¹⁰ Vd. DAVIDSON, Gail S. – *Ornament of bizarre Imagination. In Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, fig. 14, p. 50.

⁷¹¹ Vd. JOY, E.T. – An English commode in the Rococo taste. *The Connoisseur*, July 1964, nº. 629, vol. 156, pp. 171-173.

⁷¹² Vd. CANTI, Tilde – *O móvel no Brasil. Origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980, fig. 216, pp. 261. A cómoda representada, além do vazamento dos três aventais, apresenta tampo com gola inferior, induzindo o mesmo movimento de projecção que permite acentuar a curvatura da estrutura da tipologia.

⁷¹³ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol.5, f. 111.

⁷¹⁴ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol.5, f. 112.

⁷¹⁵ Medidas máximas aproximadas: altura 80 cm; tampo 98 cm x 59 cm. O tampo apresenta uma só tábua de nogueira, bem como as ilhargas.

⁷¹⁶ A definição das pernas animais é de feição realista, e três unhas de mamífero agarram, com tendões definidos, uma bola. A elegância da curvatura esvanece-se no corpo do móvel, sinuoso e bem proporcionado, marcado de modo eficaz por boleado dourado que alterna com sulco sem o mesmo acabamento.

⁷¹⁷ Visita a Geffrye Museum, Abril de 2009 guiada pelo Prof. Dr. Adam Bowett e pelo director do Museu Dr. David Dewing.

⁷¹⁸ Medidas máximas aproximadas: altura 110 cm; assento 48 cm x 38 cm.

⁷¹⁹ O original inspirador poderia apresentar outras medidas no que toca ao assento, bem como almofada suplementar, o

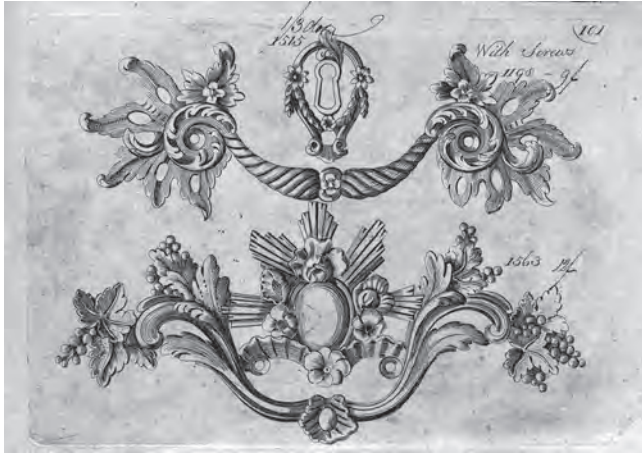


Figura 5:153
Modelos ingleses de metais rococó.



Figura 5:154
Variantes inglesas de ferragens rococó.



Figura 5:155
Mesa de encostar de matriz inglesa.



Figura 5:156
Cadeira, de um grupo de oito,
de influência britânica.



Figura 5:156A
Vista da ilharga da cadeira
portuguesa.

mesmos motivos ornamentais das cadeiras do salão de baile estão aqui replicados mas com um cariz assimétrico, denunciando vertente estilística rococó mais marcada. A talha partiu de mãos que notoriamente conheciam essa gramática, incluindo, no cachaço, vincos nas duas zonas exteriores, produzindo ornamentação com liberdade⁷²⁰, designadamente nas prumadas dianteiras, que apresentam uma decoração refinada com múltiplas camadas de folhas, a que se sobrepõe uma vieira, ou concha ligeiramente assimétrica. A reminiscência britânica manifesta-se no perfil da tipologia que apresenta a sinuosidade vertical, característica da respectiva marcenaria (fig. 5:156A).

Todo o mobiliário desta sala apresenta um polimento que manteve a cor natural da madeira podendo ter seguido a prática da aplicação simples de óleo de linhaça, ou este sobre pó de pedra pomes, friccionado em seguida, e repetidamente, até obter brilho. Através deste procedimento obtém-se o enchimento dos poros da madeira e, a prazo, o luzimento resiste⁷²¹.

que acontecia em alguns modelos.

⁷²⁰ Uma das peças, que sofreu algum mau trato, revela a construção macho-fêmea nas zonas do cachaço e da base do espaldar. As prumadas dianteiras apresentam uma decoração refinada com múltiplas camadas de folhas, a que se sobrepõe uma vieira, ou concha ligeiramente assimétrica.

⁷²¹ Vd. RODGERS, John – *English Furniture*. Middlesex: Spring Books, 1963, p. 155. A marcenaria inglesa utiliza a expressão “brick dust”.



Figura 5:157
Cadeira de braços estofada de matriz rococó.



Figura 5:157A
Canapé que faz conjunto com onze cadeiras de braços.



Figura 5:157B
Cadeira de braços "meublante".



Figura 5:157C
Pormenor do aro frontal rococó do canapé.



Figura 5:157D
Pormenor do braço do canapé estofado.



Figura 5:158
Banco de um conjunto de quatro com entalhamento enlaçado.

Num hall do interior da casa, de acesso reservado, encontramos um outro conjunto de tipologias de assento (fig.s 5:157 e 5:157A) composto de onze cadeiras de braços ⁷²²e um canapé executados em madeira de nogueira. Costas e assentos – ambos amovíveis – estão cobertos com veludo vermelho que não é de época, se bem que a organização estrutural daquelas se encontre no seu estado original (fig. 5:157B). O entalhamento é exuberante revelando liberdade interpretativa por parte de oficial que conhecia modelos ou fontes impressas rococó, preenchendo aros frontais e laterais, numa atitude de quase total preenchimento da área lenhosa disponível, o que acontece em alguma produção de “menuisiers” franceses da época de Luís XV ⁷²³. O motivo central nestas tipologias portuguesas é um entrelaçamento de folhas que praticamente se fundem em conheado fantasiosos (fig. 157C). O espaldar das cadeiras está marcado por complexo moldurado que acompanha a respectiva sinuosidade, conferindo movimento visual relevante á tipologia. Os aros ostentam, de igual modo, levantamento de vincos e pequenas volutas, contribuindo para a acentuação estilística rococó.

Um pormenor decorativo revela que estas tipologias portuguesas foram executadas simultaneamente – ou pelo menos tendo um modelo similar – com quatro bancos que se encontram nas salas anteriores ⁷²⁴(fig. 5:158): nos braços detectamos umas laçadas com algumas superfícies ondedas, envolvendo botões de flores (fig. 5:157D).

5. 7. 4. 5. – Um leito neoclássico de duas cabeceiras

Esta tipologia de uma só pessoa ⁷²⁵(fig. 5:158), datável da última década de 1700 ou dos primeiros 20 anos de 1800, faz parte do actual acervo da casa dos condes de Anadia, mas não possuímos informação sobre a sua procedência). Executada em madeira de vinhático – parecendo de tonalidade avermelhada –, com embutidos em madeira de tom amarelo, revela uma faceta do neoclassicismo português que utilizou técnica de embutido reconhecível em marcenarias de outras latitudes ⁷²⁶. A sua importância para as Artes Decorativas portuguesas advém do perfeito estado de conservação, da morfologia que releva linhas rectilíneas, bem como do pormenor singular dos pináculos torneados em madeira de duas cores ⁷²⁷(fig. 5:158A), associáveis a desenho existente na colecção denominada *José Francisco de Paiva* ⁷²⁸ que inclui, ainda, um motivo de folhas denticuladas similar ao do dossel que pende do tecto ⁷²⁹. Este apêndice donde partem as cortinas que protegem a privacidade

⁷²² Medidas máximas aproximadas: altura 108 cm; assento 72 cm x 60 cm.

⁷²³ Vd. PALASSE, Élodie –Le règne du siècle. In METTERNICH, Alain, ed. - Le Musée des Arts Décoratifs. Hors-série de *Connaissance des Arts*, Paris (2006), fig. 1, pp. 30-31.

⁷²⁴ Medidas máximas aproximadas: altura 41,5 cm; assento 54 cm x 52 cm.

⁷²⁵ Medidas máximas aproximadas à vista: altura 10 cm; largura: 5 cm (o espigão apresenta, ainda, 2 cm de altura que entra em furo do prumo).

⁷²⁶ Vd. VALENTE, Adelina – Mobiliário setecentista do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde. In SOUSA, Gonçalo e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 112-116.

⁷²⁷ Medidas máximas aproximadas: altura 84,5 cm; largura: 119 cm; profundidade 67 cm.

⁷²⁸ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 210-211.

⁷²⁹ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa:

do seu utilizador é, à evidência, coevo do leito pois utiliza a mesma opção decorativa de dualidade de cores. As duas cabeceiras iguais anunciam uma marcenaria evoluída e independente no que toca à forma adoptada – na linha do leito mais ostentatório que analisámos *supra* (fig. 5:125) –, pretendendo-se valorizar, na sua plenitude, o lenho utilizado, já que aquelas ostentam mais do que uma fita embutida que segue as linhas respectivas. Esta tipologia regista uma opção da marcenaria portuguesa que valorizou a matéria-prima utilizada nas duas cabeceiras – impondo-se, visualmente, os seus campos lisos –, acompanhada, igualmente, pela decoração das pirâmides, de outras duas cores, como que se destacando reciprocamente, numa concepção de decoração estilística global.



Figura 5:159
Um dos espaldares de leito neoclássico.



Figura 5:159A
Um dos espaldares de leito neoclássico.

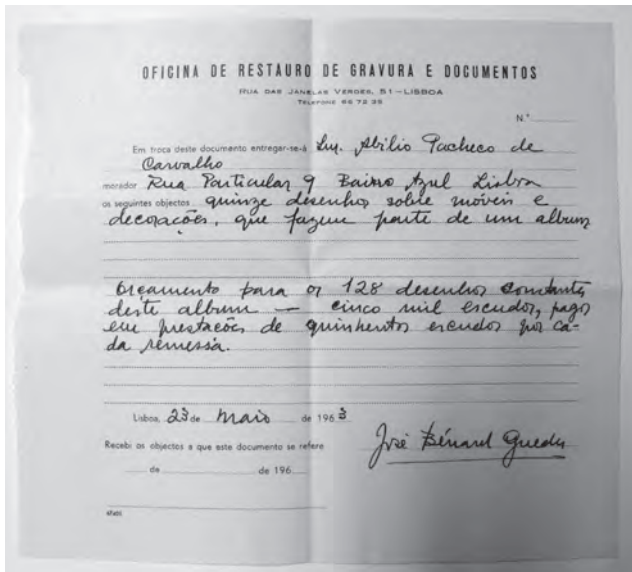


Figura 6:1
Orçamento, datado de Maio de 1963, para o restauro dos desenhos da colecção denominada José Francisco de Paiva.

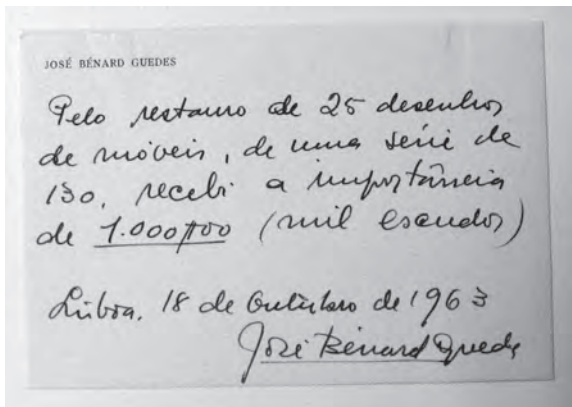


Figura 6:2
Recibo, datado de Outubro de 1964, de José Bénard Guedes

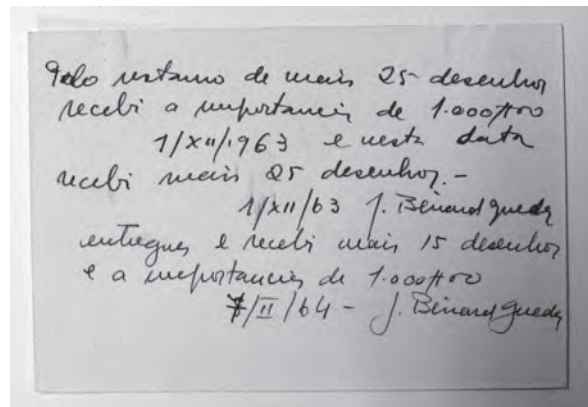


Figura 6:3
Recibo, datado de Fevereiro de 1964, de José Bénard Guedes

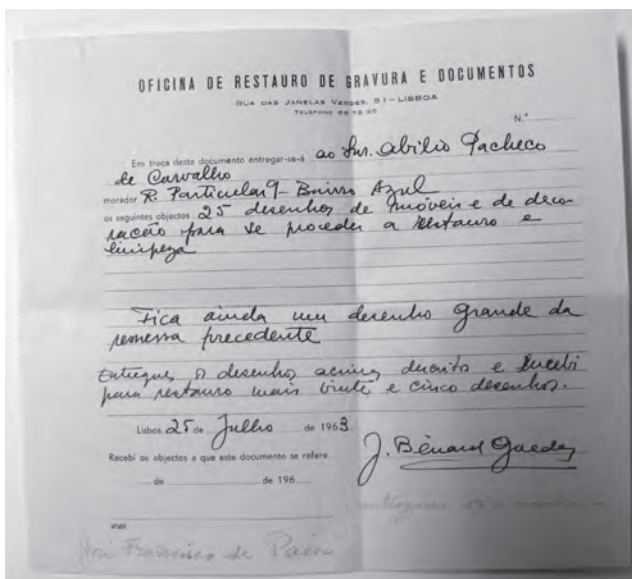


Figura 6:4
Informação, datada de Julho de 1963, sobre o curso das negociações para compra da colecção denominada José Francisco de Paiva.

6º CAPÍTULO

Um estudo de caso: José Francisco de Paiva (1744-1824), ensamblador, riscador e arquitecto e a influência inglesa no mobiliário portuense

Importa, à luz de novos elementos, actualizar a biografia e obra executada, ou publicada, de José Francisco de Paiva, o artífice português cuja vida atravessou a segunda metade do século XVIII e cerca de duas décadas e meia do século XIX, com obra simultânea de ensamblador, desenhador e arquitecto, deixando rasto histórico em importante acervo de desenhos. Estes encontram-se reunidos no Museu Nacional de Arte Antiga, tendo sido adquiridos, em 1971, pelo respectivo Grupo de Amigos do Museu a Abílio Pacheco Teixeira Rebelo de Carvalho (1894-1987), antiquário dedicado à arqueologia e genealogia. Em 23 de Maio de 1963, o resturador do Museu, José Bénard Guedes, apresentou orçamento para tratar 128 desenhos da colecção, no valor de cinco mil escudos, a pagar em prestações de quinhentos escudos. O trabalho consistiu em “restauro, limpeza, desinfestação, etc.”, conforme inscrito no envelope que contem os documentos respeitantes ao tratamento da colecção, de que apresentamos facsimiles (fig. s 6:1, 6:2, 6:3 e 6:4). O trabalho terá sido concluído em Fevereiro de 1964. Quase uma década depois, em 1973, foi organizada, no Porto, no Museu Nacional Soares dos Reis, a exposição destes desenhos, dando origem a estudo fundamental de Maria Helena Mendes Pinto ¹.

É essencial enfatizar a importância desta colecção no panorama português e europeu das Artes Decorativas, pois ela permite preencher lacunas de monta no que toca ao reconhecimento da obra dos artífices do mobiliário civil português de finais de Setecentos, do respectivo modo de operar, bem como do seu entrosamento com os congéneres além-fronteiras. Conforme Vítor Serrão sublinhou recentemente, “a esfera de influência e pólos de atração de modelos, [d]as práticas de uso e valores de mercado”, estes reflectidos nas escolhas da clientela e no esforço dos artífices para as materializarem, revelam-se nos “actos de encomendas das pulsões dos gosto, das condições e modos de organização do trabalho especializado, do maior ou menor grau de autonomia dos criadores” ². É desta interacção contínua que a produção do mobiliário brota.

Tentaremos, neste capítulo, descobrir José Francisco de Paiva, recorrendo a um trabalho mais vasto que a “reconstituição do protagonista” ³, pois os desenhos da colecção fornecem elementos

¹ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

² Vd. SERRÃO, Vítor – Prefácio. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Dicionário dos ourives do ouro, gravadores, cravadores e lapidários do Porto e Gondomar (1700-1850)*. Porto: UCE-Porto, 2012, p. 9.

³ Cfr. SERRÃO, Vítor – Prefácio. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto 1750-1825*. Porto: Civilização Editora, 2004, p. 11. À semelhança deste autor, cremos que o conceito de identificação da “metodologia positivista”, assente em elementos exclusivamente biográficos, não deve ser o único utilizado na identificação

complementares quando se procede a leitura minuciosa e transversal de todos os seus registos. Os dados alicerçados na análise dos desenhos existentes permitem a descoberta de modos de encomenda e produção, do relacionamento e respectiva contaminação de gostos entre executantes e clientela, da actividade dos artífices portuenses na busca de novas interpretações e soluções para as técnicas produtivas conhecidas, dando-lhes um cariz de modernidade. O nosso objectivo é contribuir para a detecção de “gostos e regras de trabalho” que permitam distinguir uma “escola” ou um modo de produção de mobiliário ⁴.

6. 1. - Elementos biográficos

José Francisco de Paiva nasceu em 9 de Maio de 1744 e foi baptizado na freguesia de Campanhã, distrito de Porto, aos 14 dias do mesmo mês ⁵ (Apêndice IV, Quadro IV. 2.). Seu pai, Manuel, filho de Domingos de Paiva e de Ana Francisca, era oriundo do “*lugar de Sorveleites*”, freguesia de Santa Eulália, concelho de Arouca, onde foi baptizado em 20 de Julho de 1720 ⁶. A mãe, Ana, era natural de Contumil, freguesia de Campanhã, concelho do Porto ⁷, local onde se casaram em 18 de Agosto de 1743 ⁸. Os padrinhos de José Francisco foram José de Araújo Guimarães e Antónia, esta solteira; testemunharam o acto António Pereira e Manuel António, sapateiro de profissão, todos do mesmo lugar de Contumil. O modo como é designado o pai de Paiva, Manuel, ter-se-á modificado em algum ponto da sua vida pois encontramos a designação de “*Manuel Francisco*” substituindo a de Manuel de Paiva no documento de baptismo de seu filho em 1744.

O núcleo familiar de José Francisco de Paiva, primogénito, era composto de três irmãs e um irmão, todos baptizados em Santa Maria de Campanhã. A primeira, Maria, nasceu em 18 de Abril

de José Francisco de Paiva.

⁴ Cfr. SERRÃO, Vítor – Prefácio. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto 1750-1825*. Porto: Civilização Editora, 2004, p. 11.

⁵ Vd. A. D. P., *Livro de Baptismos*, Freguesia de Campanhã, 1712 a 1761. Livro B, nº1, f. 293. “*Joze, filho de Manuel Franco e de sua mulher Ana Fr^s da aldeia de Contumil nasceu em os nove de Maio de mil seteçentos (sic) e quarenta e quatro foi baptizado por mim M^{el} Per^a Alv^s P^{or} [Prior] desta igreja em catorze do mesmo foram Padrinhos Joze de Ar^o Guim^{es} e Antonia Soltr^a e testemunhas António Pr^a e Mel António todos de Contumil de q’ fiz este assento. [assinaturas]. Ant^o + Pr^a; Manuel António (sic); O P^r M^{el} Pr^a Alvz”.*

⁶ Vd. A. D. A., *Livro de Baptizados*, L^o5^o, 1720-1749, f.3v. “*Aos vinte de Julho de mil setecentos e vinte baptizou o R^{do} P^r Paulo Barbosa da vila de A.^{ca} A M^{el} F^o de D.^{os} de Paiva, e de sua m^{er} Ana Fran.^{ca} Do lugar de Sorveleites. Foram PP. Alexandre Solt^o de Parada e (?) Solt^o de S. Eulalia de q fiz este acento dia e Era v^o supra. [assinaturas]”.*

⁷ Vd. A. D. P., *Livro de Baptizados*, Freguesia de Campanhã, 1712 a 1761. Livro B, N^o1, ff.174v-175. “*Ana filha de Domingos Fer^a e de sua mulher Águeda Antónia da aldeia de Contumil, nasceu aos onze de Agosto de mil sete centos e vinte e cinco baptizei eu Domingos Fernandes foram padrinhos Domingos Solteiro filho de Maria Fernandes do eirado Cima (?), e Maria Antónia mulher de Domingos André de Contumil, assistiram testemunhas João Fernandes de Cortes, e Francisco Nunes de Contumil, hoje quinze de Agosto de mil sete centos e vinte e cinco de 1725 (sic): Chama-se o pai Domingos Fernandes. [assinaturas]. O Pr. Domingos Fr^s +; João Ferz.+; Franc. Nunes”.*

⁸ Vd. A. D. P., *Casamentos*, Freguesia de Campanhã (Sta. Maria), 1722 a 1780. Livro C, n.º1, f. 70v. “*Manuel, f^o Legítimo de Domingos de Payva já deff^o e Sua mulher Ana Francisca moradores na Aldeia de Sobreleite da fre^a e tr^o de Arouca Bispado de Lamego, com Ana Fernandes f^o Leg^a de Domingos Fers e de Sua m^l Águeda Anta já defunta moradores na Aldeia de Contumil feitas as denunciações de pte a parte sem impedimento se receberam na minha prez^a e das testemunhas Manuel Ant^o e Ant^o Per^a Sapat^o da mesma aldeia em os dezoito de Agosto de mil setecentos e quarenta e três anos. [assinaturas]. Manuel António. António Pereira. O Reitor Manuel Pereira Alves”.*

de 1746⁹; a segunda, crismada de Francisca, foi registada em 13 de Julho de 1750¹⁰; o terceiro irmão, chamado de António, nascido a 27 de Novembro de 1754¹¹ e Ana foi a última a nascer a 16 de Janeiro de 1757¹².

José Francisco de Paiva fez testamento de mão comum¹³ e, de acordo com elementos daí extraídos, o casal era irmão da Ordem Terceira de São Francisco, do Porto. Contudo, manifestaram vontade de serem “sepultados na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, aonde serão conduzidos ocultamente”, declarando, também, não desejar “se nos façam ofícios alguns na nossa freguesia”. Indicam, ainda, que seu filho padece de doença crónica, descrita como “uma moléstia de demência, que muitas vezes lhe repete”, necessitando de assistência e para tal nomeiam o seu tio António¹⁴, irmão de José Francisco, no caso da falta do casal. A doença referida não terá sido totalmente incapacitante pelo menos na juventude pois este, com 19 anos, em 1794, estava registado como “aulista”¹⁵ e em 1795 averbado como enxablador¹⁶, vivendo com os pais. Francisco José foi o primeiro de, pelo menos, dois filhos. Na verdade este nasceu em 18 de Janeiro de 1775 na freguesia da Vitória, no Porto¹⁷, sendo seus padrinhos duas personagens importantes da cidade: Pedro van Zeller e Reve-

⁹ Vd. A. D. P., *Livro de Baptismos*, Freguesia de Campanhã, 1712 a 1761. Livro B, nº1, f. 304v. “Maria filha de Manuel Francisco, e de sua mulher Ana Fernandes da aldeia de Contumil, nasceu aos dezoito de Abril de mil setecentos e quarenta e seis, foi baptizada aos vinte três do mesmo pelo P^c Coadjutor Estêvão Manuel foram Padrinhos António Pr^a (?) da Preza, e Jozé Ferr^a do Reymão, e testemunhas Braz Ferr^a e Jozé Ferr^a desta freguezia de q’ fis este asento. [assinaturas] Braz Ferr^a ; [2 assinaturas ilegíveis] ; João Ferr^a ; O P^{or} M^{el} Per^a Alvz (sic)”.

¹⁰ Vd. A. D. P. *Livro de Baptismos*, Freguesia de Campanhã. Anos 1712 a 1761. Livro B, nº1, f. 331v. “Francisca filha de Manuel Francisco, e de sua mulher Ana Fernandes da Aldea de Contumil nasceu aos nove de Julho de mi setecentos e sincoenta. Foi baptizada aos treze do mesmo forão Padrinhos Francisco de Araújo e Dona Francisca Inez, t^{as} Manuel dos Santos, e Joze Ferreyra de que fis este acento que asiney. [assinaturas] O P^{or} João Cam. [Casimiro] Mir^a. Da t^a M^{el} dos S^{tos}. [uma cruz]. Da t^a M^{el} Ferr^a [uma cruz]”.

¹¹ Vd. A. D. P. *Livro de Baptismos*, Freguesia de Campanhã. Anos 1712 a 1761. Livro B, nº1, ff. 353-353v. “António f^o de Manuel Francisco, e de sua mulher Ana Fernandes da aldeia de Contumil neto, pella parte paterna de Domingos, de Paiva, e Ana Francisca, e pella materna de Domingos Fernandes e de Águeda Antónia naceo a vinte e sete de Novembro de mil sete centos e sincoenta e coatro, e foi baptizado por mim em o primeiro de Dezembro do mesmo anno forão padrinhos Antonio dos Santos Guimarães, Manuel Barboza da cidade do Porto, e t^{as} Manuel António e Joze ferreira de Contumil de que fis este acento que asignei. [assinaturas] M^{el} Ant^o [uma cruz]. José Ferr^a [uma cruz]. O Coadj^{or} M^{el} A^{es}”.

¹² Vd. A. D. P. *Livro de Baptismos*, Freguesia de Campanhã. Anos 1712 a 1761. Livro B, nº1, f.365. “Ana f^a de Manuel Fran^{co} e de sua m^{er} Ana Fer^s da Aldeia de Contumil neta pelo pay de D^{os} de Paiva e de Ana Fr^a e pela mãe neta de D^{os} Fer^s e de Águeda Na^{ta} desta freg^a, nasceo aos dezasseis de Jan^o de mil Setecentos e sincoenta e sete foi batizada (sic) a vinte e nove do m^o forão padrinhos M^{el} Ant^o do Souto, e Maria Soltr^a T^{as} João M^{el} e Joze Pr^a todas desta frg^a de que fis este asento e que assiney. [assinaturas] O P^r João (?); De João M^{el} [uma cruz] ; De Joze Per^a [uma cruz]”.

¹³ Vd. A. H. M. P., *Livro Geral de Testamentos*, Livro 46, ff. 221v a 223. Apêndice VII.

¹⁴ “António Francisco de Paiva” era, em 1821, “morador no lugar de Salgueiros, freguezia de Campanha”. Vd. A. H. M. P., *Livro Geral de Testamentos*. Livro 46, f. 22v.

¹⁵ Vd. A. H. M. P., *Ordenanças*, “Lista das Trez Freg^{as} de S. Pedro de Miragaya, Massarellos, e Cedofeita, de q’ he Capp^m Manuel da S^a Guim^{es}. Anno de 1794”. “Sétima Escoadra da m^{ma} Freg^a de Cedofeita de que he Cabo António Pinto ... Joze Fran^{co} de Paiva, Enxambelador, 52 [anos], casado. 1 filho. Francisco ...19 [anos] ... Aulista”, f. 28v.

¹⁶ Vd. A. H. M. P., *Ordenanças*, “Lista das três Freg^{as} de S. Pedro de Miragaia, Massarelos, e Cedofeita de que he Capp^{am} Manuel da S^a Guim^{es}. Anno de 1795”, f. .29v. “Sétima Escoada da m^{ma} Freg^a de Cedofeita, de que he Cabo António Pinto... Joze Fran^{co} de Paiva...Enxambl^{or} ... 53 anos ... cazado ...1 filho ...Fran^{co} – 20 anos, emxbl^{or}”.

¹⁷ Vd. A. D. P., *Paróquia da Vitória*. Registo de baptismos. L^o B, nº 3, f.202. “Francisco filho legítimo de José Francisco de Paiva e Ana Maria Pinto de São João Novo nasceu aos dezoito dias do mes de Janeiro de mil sete centos setenta, e cinco, e foi baptizado aos vinte dias do dito mes, e anno, neto paterno de Manuel Francisco de Payva e Ana Fernandes de Campanhã, e materno de Manuel Francisco Pinto, e Hinez (?) de Moreira de Melreles (sic) [Melres]; foram padrinhos Pedro Banzeler da rua Nova e seu tio (?) Ignacio Banzeler de que fiz este asento que assiney com as testemunhas abaixo era ut supra (sic). [assinaturas] O coadjutor Jerónimo de Souza Ferr^a. José P^a e Dom^{os} Frs”.

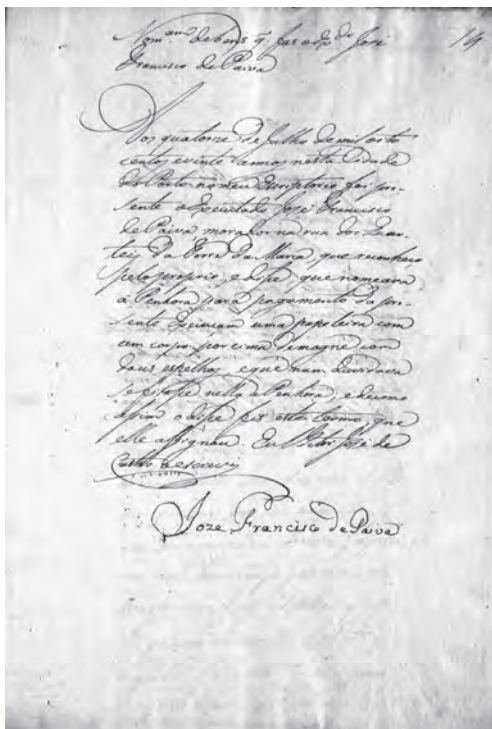


Figura 6:5
Fac-simile de documento de 1820 com a assinatura de José Francisco de Paiva.

rendo Inácio van Zeller. O segundo, José, que não sobreviveu, foi registado na mesma freguesia a 9 de Novembro de 1776, tendo sido baptizado a 13 do mesmo mês e ano pelo mesmo Reverendo, arceidiago da Oliveira ¹⁸, elemento este que revela o cruzamento pessoal e profissional de Paiva com figuras portuenses da época, que, como veremos, detectamos nos seus desenhos.

Morreu Paiva em 22 de Fevereiro de 1824, no Porto, à Rua dos Quartéis, sua residência. À data da redacção do testamento, em 1821, os seus bens incluíam “três moradas de casas na Rua dos Quartéis da Torre das Marcas, freguesia de São Martinho de Cedofeita” e “um quintal a testa das ditas casas”, habitando numa delas. Paiva destina o valor total de cento e vinte mil reis para serviços religiosos após a sua morte e de sua mulher.

O único elemento conhecido, à data, sobre a descendência dos irmãos é o de um filho de sua irmã Ana, de nome Francisco José de Paiva ¹⁹, “*official de Emxamblelador*” (sic) que foi trabalhar para Lisboa no seu ofício no início de 1796 ²⁰. Parece existir registo da sua apresentação na Casa dos 24, em 7 de Outubro do mesmo ano, com a carta de oficial em que declarava que tinha aprendido com “o M[estre] do dito ofício do qual se chamava José Francisco de Paiva” ²¹.

¹⁸ Vd. A. D. P., *Paróquia da Vitória*. Registo de baptismos. Lº B, nº 3, f.225.

¹⁹ Aventamos ser este que Maria Helena Mendes Pinto considerou como “secundogénito” da família nuclear de José Francisco de Paiva, já que não existiu outro irmão. Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 10.

²⁰ Vd. A. H. P., Ordenanças, Ano de 1796. “Instrumento de justificação cível”, f. 67. “Dis Ana Fernandes Viúva do lugar de Contumil freguesia de Campanhã que para requer (sic) vinculo, que tem lhe hé preciso justificar em como seu filho Francisco José de Paiva solteiro, oficial de Emxambelador se ausentou desde o principio de Janeiro do presente anno desta cidade para Lisboa aonde se acha trabalhar (sic) pelo dito seu ofício. Pede (?) seja servido a emitir a suplicante ajuste fiadora posto, e justificado que seja se lhe passe instrumento (?)”.

²¹ Parcialmente transcrito por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do*

Processo cível foi movido a José Francisco de Paiva, no Tribunal da Relação do Porto, entre 14 de Julho e 12 de Outubro de 1820, por “*Maria do Carmo, solteira desta cidade [do Porto]*” ao ensamblador²². A demandante “*por falecimento de seu Pai António José Francisco, Mestre Serralheiro, ficou [...] em posse, e Cabeça de Casal, continuando-se a fazer na loja de Serralheiro, as obras que se encomendavam*”²³. Paiva foi acusado de não proceder ao pagamento da dívida relativa a encomenda de “*várias ferragens, que a Suplicante lhe mandou fazer, e lhas fez entregar*”. Parece, no entanto, que Paiva, deliberadamente, preferiu a penhora de “*uma papeleira com um corpo por cima de mogno com dois espelhos*” considerando que pagou ao Tribunal o total do valor. Está também em causa, neste processo, um projecto ou desenho a que Maria do Carmo atribui importância, e que afirma teria dispensado a Paiva em boa fé, contando que este lho devolveria. Trata-se de “*um risco de picar limas por engenho*”²⁴, valorizado em “*quarenta e oito mil reis, metal*”. Ao entregar a papeleira para penhora o ensamblador resolveu, de um modo astuto, a questão a seu favor: o tribunal aceitou e fez o respectivo registo, embora a demandante interpusesse imediato recurso, pois não se considerou satisfeita pelo valor que lhe foi atribuído, parecendo os diversos documentos sugerir que a referida papeleira não valeria o total de “*67\$524 reis*”²⁵. Mas já não era possível interpor de novo e o referido móvel foi “*entregue e depositada em mão de Manuel Bento Rodrigues*²⁶ *Negociante, e morador na rua do Rosário, que dela tomou conta e eu Escrivão o notifiquei para dela não dispor sem Mandado de levantamento desta Penhora*”²⁷. Paiva considera que foi “*o altor (sic) do m^{mo} Risco, visto que foi o A. [autor] dele, e quem o fez, e ainda lhe não foi pago o seu inguinhoso trabalho (sic) de o fazer*”²⁸. Por este motivo tentou por todos os meios furta-se ao pagamento que lhe era exigido. A sua assinatura está aposta no documento que determina a penhora, datado de 14 de Julho de 1820,

Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 10.

²² Vd. A. D. P., *Tribunal da Relação do Porto*, Execução de sentenças. 14 de Julho de 1820 a 12 de Outubro de 1820. Execução de sentença civil. “*Ex.ª de Sm.ª Cível da D.ª Maria do Carmo solteira desta Cidade e do Ex.º José Francisco de Paiva da m^{ma}*”.

²³ O mestre serralheiro António José Francisco, do Porto, era “*m^{or} [morador] à Torrinha*” e forneceu em Dezembro de 1799 e Abril de 1800 diversa ferragem necessária à obra do Quartel de Santo Ovídeo bem como uma clarabóia, além de “*compor*” e “*emendar*” dobradiças, fechaduras e ferrolhos. Nas duas datas recebeu respectivamente 72\$860 reis e 17\$980 reis. Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/3227. ff. 192-193 e 309-310.

²⁴ Parece-nos que poderá ter sido uma proposta de inovação local para construção de máquina que poderia facilitar o fabrico de limas ou mesmo destinada a afinar a sua rugosidade. Cfr. RODRIGUES, Francisco de Assis – *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, pp. 157, 239 e 295.

²⁵ A conta da ferragem fornecida totalizava “*17\$590 rs*” e o “*risco de picar limas por engenho*” foi avaliado em “*48\$000 rs*”.

²⁶ Manuel Bento Rodrigues é nomeado como testemunha da redacção do testamento do casal Paiva. Vd. A. H. M. P., *Livro Geral de Testamentos*, Livro 46, f. 223.

²⁷ Mestre homónimo, também serralheiro, eventualmente pai do relacionado com Paiva, é referido décadas antes, em bilhete com indicações para execução perfeita de cabeças de pregaria. Cfr. *Igreja da Irmandade dos Clérigos*, Livro 137, Ano de 1759, f. 53. “*O M^e Bento Faca [sic] p^a a obra dos RR PP^{es} da Irm^{de} de N. S^a d’Assunção R(?) três milhe^{os} e um milhr^o de tabuares metade de cabeças, e outra meia cabeça, e tanto hum como os outros sejam bem lavrados de martelo, e despedidos, e se assim não vierem mudarei p^a mestre q. faça melhores, e passará recibo dos cinco mil e quinhentos cinquenta e seis Reis da feria passada p^a o que vão os dois Roens [róis], e basta que o passe destas quantia no maior que recebeu do Rd^o Sr. Anz. Joze da Silva Sacro desta Irm^{de} e costumasse assinar os Róis p^a clareza do d^o Sr. Secretario da mesma 6 de Ag^{to} de 1759. Assinatura*”.

²⁸ Vd. A. D. P., *Tribunal da Relação do Porto*, Execução de sentenças, 14 de Julho de 1820 a 12 de Outubro de 1820, f. 17. Execução de sentença civil. “*Ex.ª de Sm.ª Cível da D.ª Maria do Carmo solteira desta Cidade e do Ex.º José Francisco de Paiva da m^{ma}*”.

cujo fac-símile reproduzimos (fig. 6:5)²⁹. Como já referimos no 5º capítulo, e à semelhança de José Aniceto Raposo, em Lisboa, Paiva esteve envolvido em actividades técnicas e comerciais de instrumentos inovadores à época.

6. 2. - Elementos da vida profissional

Acompanharemos a sua actividade profissional a partir da sistematização dos recibos ou documentos conhecidos, até à data, da sua obra (Quadro 2) – II).

A vida de Paiva decorre nas freguesias de Campanhã, onde nasceu, e Vitória, entre 1775 e 1780. A partir de 1785, e até à data da sua morte, em 1822, as informações existentes referem, como sua morada, a Rua dos Quartéis, e/ou a freguesia de Cedofeita, sendo, até 1795, um dos ensambladores registados na freguesia de Cedofeita.

Em 1 de Julho de 1780 José Francisco de Paiva é declarante e residente na Rua da Ferraria de Baixo, no Porto, sendo identificado como “mestre ensamblador”³⁰. Ainda em 1780, a 28 de Setembro, volta a ser indicado do mesmo modo em documento de venda, apresentando-se como testemunha residente na Rua S. João Novo, freguesia da Vitória³¹, a mesma morada que está averbada nos Livros de Ordenanças do mesmo ano³². Em 1781 assina como “juiz do ofício”³³. A escritura de cedência, em 1783, por parte de João Pacheco Pereira, à Confraria de S. José e S. Braz, de terrenos na Rua dos Quartéis (hoje Rua D. Manuel II) para lá se erguer a “Capela do S. Jesus (sic) da Boa Nova”³⁴ apresenta-nos um Paiva activo na resolução de problemas relativos ao seu ofício, visto que subscreve essa escritura. Este documento possibilitou a transferência das reuniões dessa Confraria do Convento de S. Francisco para a referida Capela, facultando aos Irmãos um local para a celebração da festa em honra do S. Jesus, todos os anos depois do domingo da Pascoela³⁵. A Confraria dos “Carpinteiros, Ensambladores, Escultores, Violeiros, Caixeiros e Torneiros” foi transferida do Convento de S. Francisco para a Rua dos Quartéis, igualmente no mesmo ano³⁶. Em 1783 encontramos

²⁹ Vd. A. D. P., *Tribunal da Relação do Porto*, Execução de sentenças. 14 de Julho de 1820 a 12 de Outubro de 1820. Execução de sentença civil. “*Ex.ª de Sm.ª Cível da D.ª Maria do Carmo solteira desta Cidade e do Ex.º José Francisco de Paiva da m.ª*”, f. 14.

³⁰ Vd. ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte da Talha No Porto na Época Barroca (Artistas e clientela. Materiais e Técnicas)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1989, vol. 2, p. 629.

³¹ Vd. ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte da Talha No Porto na Época Barroca (Artistas e clientela. Materiais e Técnicas)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1989, vol. 2, p. 629.

³² Transcrito por COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Ensamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, pp. 56-88.

³³ Vd. LEÃO, Manuel – *Artistas antigos do Porto*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 98.

³⁴ Vd. ZELLER, Rolando van – *Apontamentos para a história da Confraria do Senhor Jesus da Boa Nova*. Texto dactilografado em duas páginas. Porto: 20/VIII/1976. Documento cedido por D. Maria Helena Mendes Pinto.

³⁵ Vd. ZELLER, Rolando van – *Apontamentos para a história da Confraria do Senhor Jesus da Boa Nova*. Texto dactilografado em duas páginas. Porto: 20/VIII/1976. Documento cedido por D. Maria Helena Mendes Pinto.

³⁶ Vd. ZELLER, Rolando van – *Apontamentos para a história da Confraria do Senhor Jesus da Boa Nova*. Texto dactilografado em duas páginas. Porto: 20/VIII/1976. Documento cedido por D. Maria Helena Mendes Pinto.

Paiva a assinar “compromisso de classe”, na qualidade de “juiz do ofício”³⁷.

A actividade de José Francisco de Paiva está também registada em 31 de Janeiro do ano de 1784 no acto de “examinador do Ofício de enxamlador”, em prova do candidato José da Silva Ribeiro, da rua do Bonjardim³⁸, que apresentou “obra prima” com vista à obtenção da “carta de licença para trabalhar” no respectivo ofício³⁹.

Do mesmo ano, encontramos um breve texto, no verso da *Folha 76*⁴⁰ da colecção de desenhos, datado de 21 de Outubro, assinado pelo escrivão do ofício Manuel António Fernandes, referindo o desempenho, por parte de Paiva, das funções de examinador a uma oficina de “Pulieiro”, i.e., um “*carpinteiro que faz polés*”, ou roldanas⁴¹. Este facto é crítico para a verificação da polivalência do ofício de ensamblador na cidade do Porto, permitindo-nos inferir da versatilidade dos ofícios das madeiras e das possíveis consequências na adaptação à oferta de trabalho em determinadas épocas, nomeadamente na das obras almadinas, que abordaremos *infra*.

A assinatura de Paiva está aposta, em 14 de Dezembro de 1785, em documento de aprovação e adição de dois novos artigos ao anterior Compromisso datado de 1783, intitulado-se “*Juiz do Ofício*”⁴². Em 1790⁴³, 1791⁴⁴ e 1795⁴⁵ o seu nome encontra-se registado na freguesia de Cedofeita e, neste último ano, a 6 de Março, assina na qualidade de “*juiz*” em nova adição ao Compromisso do Ofício de Ensamblador.

A vida de José Francisco de Paiva parece, portanto, ter acompanhado a evolução e crescimento da cidade do Porto, vivendo numa das renovadas e ampliadas freguesias que constituíram um dos desígnios urbanísticos dos Almadas, a freguesia de Cedofeita, perto de algumas das novas construções arquitectónicas públicas e privadas da cidade. No entanto, e como veremos, esta não constituiu, nas últimas décadas de Setecentos, um nicho habitacional relevante para marceneiros e ensambladores.

³⁷ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 113.

³⁸ Vd. ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte da Talha No Porto na Época Barroca (Artistas e clientela. Materiais e Técnicas)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1989, vol. 1, p. 77.

³⁹ Vd. ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte da Talha No Porto na Época Barroca (Artistas e clientela. Materiais e Técnicas)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1989, 1, p. 77.

⁴⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3225 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *Ob. cit.*, pp. 220-221.

⁴¹ Vd. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 6, pp. 572 e 576.

⁴² Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 117.

⁴³ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 68.

⁴⁴ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 71.

⁴⁵ Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 83.

Entre 1802 e 1824 este ofício como que se elide, já que são conhecidos somente três elementos relativos a essa actividade. Com efeito, a sua biografia regista intervenções em representações notariais, tendo, em 1802, concedido empréstimo, e no ano de 1804 assistido a documentos de empraçamento e partilha ⁴⁶. Em 1808 é apelidado “*mestre de architectura*” em documento de quitação ⁴⁷ e nesse mesmo ano “tomou “prazo” com a mulher de “*casal*” na freguesia de Cedofeita ⁴⁸. Dois anos mais tarde Paiva é testemunha em “*obrigação de dinheiro*” ⁴⁹.

Como veremos, o ofício de marcenaria foi, no entanto, a sua matriz, continuando a exercê-lo de modo concomitante com a de construção civil. Encontramos provas deste duplo envolvimento em solicitações de pagamento ao Senado da Câmara da cidade, por exemplo em Outubro de 1805 ⁵⁰, ou em recibos por si assinados em Agosto ⁵¹, Setembro ⁵² e Outubro ⁵³ de 1813. Em 1814 solicita o valor correspondente ao seu trabalho de executar estalão para medir “*reclutas*” ⁵⁴ (fig. 6:6). No mesmo ano, em Abril, endereça recibo à Feitoria Inglesa do Porto, na pessoa do tesoureiro “*Guilherme Senow*”, referindo o fornecimento de “*uma dúzia de cadeiras d’óleo*” ⁵⁵, situação que se repete em Agosto de 1815 ⁵⁶. Um outro documento, nesta mesma data, menciona “*cadeiras p^a a factoria*”, encontrando-se dirigido a “*João Pimvre*” ⁵⁷. Não existem, porém, quaisquer elementos que possam conduzir à identificação estilística dessas tipologias. A prestação laboral de Paiva à Câmara da cidade está registada em cerca de sete documentos datados de 1814, referente aos meses de Maio ⁵⁸, Junho ⁵⁹, Julho ⁶⁰, Agosto ⁶¹, Setembro ⁶², Novembro ⁶³ e Dezembro ⁶⁴. Nesse ano, no mês de Agosto, forneceu, para as obras, um “*estalão de reclutaz*” pintado por Manuel Joaquim Pamplona ⁶⁵. Os registos municipais averbam, no ano de 1815, a participação de Paiva em cerca de onze meses, a

⁴⁶ Vd. LEÃO, Manuel – *Artistas antigos do Porto*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 98.

⁴⁷ Vd. A. D. P., *Po*, 8º, Lº 420, f. 44.

⁴⁸ Vd. A. D. P., *Po*, 8º, Lº 422, ff. 79-83.

⁴⁹ Vd. A. D. P., *Po*, 8º, Lº 428, ff. 94v-95v.

⁵⁰ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1364, f. 272.

⁵¹ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1393, ff. 122v e 124.

⁵² Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1393, ff. 132v e 135.

⁵³ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1393, ff. 137v e 140.

⁵⁴ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1396, f. 348.

⁵⁵ Vd. A. H. F. I. P., documentos sem numeração.

⁵⁶ Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: UCE, 2012, vol. 1, p. 149.

⁵⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: UCE, 2012, vol. 1, p. 149.

⁵⁸ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1395, f. 104.

⁵⁹ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1395, f. 118.

⁶⁰ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1395, f. 372.

⁶¹ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1395, f. 380.

⁶² Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1395, f. 388.

⁶³ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1397, f. 78.

⁶⁴ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1397, f. 84.

⁶⁵ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1396, f. 348.

saber, em Janeiro ⁶⁶, Fevereiro ⁶⁷, Março ⁶⁸, Abril ⁶⁹, Junho ⁷⁰, Julho ⁷¹, Agosto ⁷², Setembro⁷³, Outubro ⁷⁴, Novembro ⁷⁵ e Dezembro ⁷⁶. O ano de 1816 assinala uma única prestação, no mês de Janeiro⁷⁷.

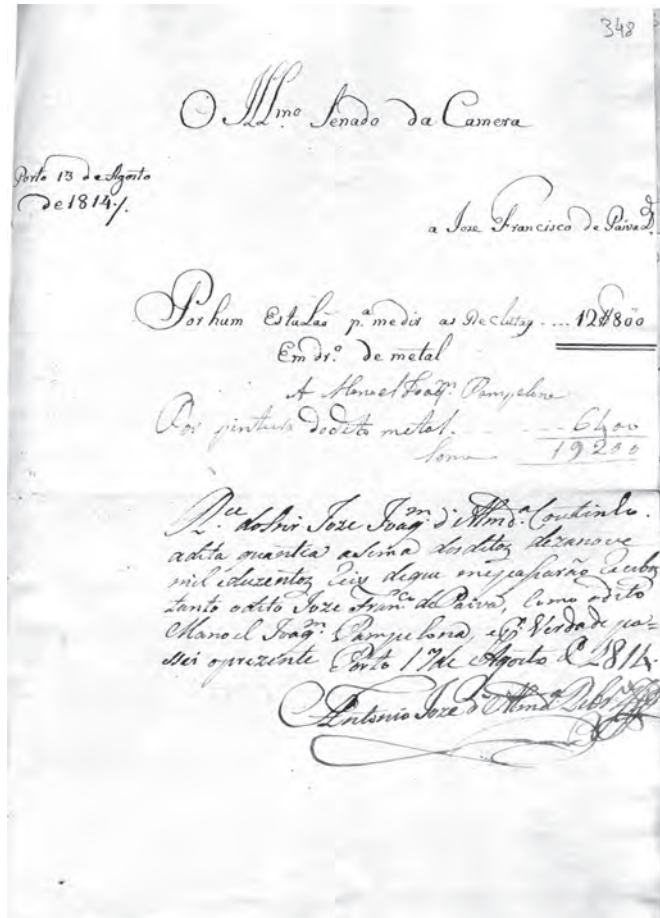


Figura 6:6
Fac-simile de recibo de José Francisco de Paiva.

⁶⁶ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1397, f. 89.
⁶⁷ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1397, f. 246.
⁶⁸ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1397, f. 255.
⁶⁹ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1398, f. 81.
⁷⁰ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1399, f. 100.
⁷¹ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1399, f. 152.
⁷² Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1399, f. 162.
⁷³ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1399, f. 173.
⁷⁴ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1400, f. 186.
⁷⁵ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1400, f. 193.
⁷⁶ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1400, f. 201.
⁷⁷ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1400, f. 208.

6. 3. – A actividade de marcenaria de arquitectura de José Francisco de Paiva à luz da documentação

A quantidade de recibos respeitantes à actuação profissional no domínio da construção civil, em número muito superior aos concernentes à de marceneiro, não nos permite conclusões imediatas e simplistas. Com efeito, é natural que a actividade dos intervenientes nas obras da cidade do Porto esteja mais documentada, pois os registos do funcionamento de contratações, encomendas e pagamentos a pessoal, entre outros, obrigavam a assentamentos por parte das autoridades administradoras das obras, até para a respectiva fiscalização orçamental. Prova disso, foram as obras de Santo Tirso, Valongo e Vila do Conde cuja orçamentação foi objecto, no início da década de 1820, de verificações e rectificações, tendo Paiva como interveniente. Veremos, *infra*, documentação respeitante a essa actuação.

A leitura subliminar dos desenhos de mobiliário da colecção, permite-nos, por outro lado, identificar obras de marcenaria em que esteve envolvido, patrocinou ou encomendou, oferecendo-nos variadíssimas informações, desde datações prováveis a tipologias executadas, encomendas recebidas e contactos com novidades estrangeiras que, por via dos seus clientes, chegavam ao seu conhecimento. Ensaiaremos este reconhecimento em devido tempo.

De acordo com os elementos conhecidos (Quadro 2) – II), verificamos que, a partir de 1784, e até aos meses finais do ano de 1822, data de vistorias e orçamentos às obras de construção e reconstrução ao redor da cidade do Porto, a actividade deste portuense repartiu-se entre marcenaria civil e religiosa, cópias de plantas e obras de construção civil. Num tempo de lutas políticas e indefinição orçamental das instituições envolvidas, confirma-se a importância, para os oficiais de marcenaria, do momento preponderante das obras públicas no Porto, e a necessária adaptação às circunstâncias de oferta de trabalho. Verificando que a oficina não teria a rentabilidade almejada, possuindo conexões pessoais com a elite que governava a cidade, Paiva talvez tenha sido levado a abraçar uma actividade que assimilou e exerceu com relativa facilidade. Pelo menos desde 1780, parece ter consciência de que poderia evoluir. Disso é sinal o seu interesse pela obra de arquitectura, pelos projectos de molduras e cimalkas guardados na colecção de desenhos, que lhe possibilitaram, com probabilidade, aperfeiçoamento significativo na actividade de risco de mobiliário. Na verdade, os desenhos de cimalkas, frontões e molduras de edifícios demonstram o interesse pelas ideias que poderia colher através do conhecimento e prática de actividades ligadas à construção arquitectónica. Consideramos importante, portanto, tentar decifrar o caminho que o levou ao desenho de mobiliário, partindo da análise dos elementos que poderemos descodificar em alguns deles.

As primeiras notícias relativas à sua actividade datam da década de 1780 e envolvem actos ligados a delineação de terrenos na cidade. Fornece, em 1790 duas “*réguas graduadas*” a utilizar, segundo as indicações dos recibos, nas obras do cais de Massarelos⁷⁸, e outras duas na rua do

⁷⁸ Cfr. A. H. P., *Livro do Cofre* 67, f. 280.

Almada⁷⁹, mais uma prova da sua ligação à actividade de requalificação urbana da cidade.

Até ao ano de 1800 temos alguma informação escrita sobre a sua matriz profissional, a marcenaria, envolvendo a execução de uma tipologia civil, nomeadamente um “guarda roupa” identificado por “conta escrita a tinta no fundo de uma das gavetas”⁸⁰ com a descrição do serviço prestado, datada de 14 de Novembro de 1784. Trata-se de elemento importante dado que permite situar no tempo, com exactidão, esta tipologia de conter, remetendo-nos para as fontes que a inspiraram. Embora não nos fosse possível identificar a colecção em que poderá estar integrado, detectamos na foto parecenças formais com alguns dos desenhos da colecção com o seu nome, nomeadamente com armário de dois corpos de *Folha 7*⁸¹. A colocação das fechaduras nas gavetas, executadas em ferro, segundo nos informa a nota, segue o modo de implantação de fechaduras inglesas de metal, respeitando sempre a posição perto das molduras superiores, facto a que já aludimos no 5º capítulo.

A ferragem decorativa e funcional replica modelo inglês em voga, à época⁸². A distribuição, em altura, das gavetas do corpo inferior é, igualmente, de matriz britânica, com as da zona cimeira de menos altura que as duas seguintes, quase iguais. Este desenho evoca George Hepplewhite, conforme sugeriu Maria Helena Mendes Pinto. Com efeito, quatro modelos apontados na 3ª edição da sua publicação de 1794⁸³, apelidados de “wardrobes”, parecem ser inspiradores desse desenho, com pequenas diferenças. O facto de o cliente ter ajustado com Paiva somente a “madeira e feitio”, tendo o cliente pago à parte os restantes materiais necessários, pode querer indiciar que o valor destes não era previamente conhecido do marceneiro, não sendo de utilização corrente na sua oficina. Poderia, no entanto, configurar uma situação que estas utilizam, ainda hoje: registar, à parte, o valor de materiais de outros ofícios de modo a não sobrecarregar o valor do seu próprio trabalho, dando a conhecer ao cliente o seu real montante. No caso da conta presente, os metais funcionais das gavetas e portas do corpo superior, bem como dobradiças, fechos de correr e fechaduras – sendo inglesa a que foi aplicada nas portas, representaram mais de 30% sobre o valor da matéria-prima e trabalho.

Os exportadores ingleses de mobiliário executaram esta tipologia⁸⁴ e, em Portugal, subsistem

⁷⁹ Cfr. A. H. P., *Livro do Cofre* 67, f. 285.

⁸⁰ Fotos do armário e da inscrição publicadas por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, figuras 41 e 42. Transcrevemos a indicação manuscrita: “Custou esta Guarda Roupa...14 de Novembro de 1784 || Por toda a madra e feitio q ajustei...Joze Francº Paiva...21\$000 || Dous espelhos de Almario a ...110...00\$220 || Seis Goaldras a...240...01\$440 || Quatro escudetes a ... 050 00\$200 || Dous fechos de correr a ... 150...00\$300 || Quatro fechaduras Portuguezas...00\$600 || Huma Ingleza...00\$160 || Quatro dobradiças a...110...00\$440 ||_Soma...27\$360”.

⁸¹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3175 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 176-177. Seguimos a numeração considerada pelo Gabinete do Museu embora pensemos que este “n.º 7” se poderá ter referido a proposta com múltiplas hipóteses, pelo menos sete, à semelhança de outros desenhos, por exemplo o da *Folha 59* que ostenta, com a mesma caligrafia, o “N.º3”. Verifica-se, aliás, por baixo de desenho, e junto ao petipé, a inserção da frase “N.º1 portas como...”, que suporta a nossa conjectura.

⁸² O modelo de asa com dois botões está representado em álbum inglês que apresentava ferragem vendida em Portugal em finais do século XVIII. Cfr. VALENTE, Adelina – *Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, p. 66, fig. 13.

⁸³ Cfr. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, p. 16 e figuras 8, 86, 87 e 88.

⁸⁴ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol

diversos exemplares dessa mesma estirpe, de que é exemplo um modelo, de colecção particular (fig. 6:7), cujo interior do corpo superior corresponde aos ingleses. Ostentando, no exterior, madeira de mogno, e no interior uma madeira odorífera, em dois corpos, o superior contém internamente, nas ilhargas, a solução britânica para que os tabuleiros de roupa pudessem correr. As duas portas são apaineladas, decoradas com meias luas nos cantos. O corpo inferior apresenta disposição de gavetas semelhante, embora as asas funcionais e os escudetes, originais, sejam de modelo simplificado, corrente em Inglaterra⁸⁵ e Portugal⁸⁶. Os quatro pés condizem com a concepção linear da peça. Conquanto as medidas difiram ligeiramente⁸⁷, a concepção geral é em tudo idêntica nos dois móveis, inclusive o delineamento do moldurado da cimalha e do rodapé.

Uma tipologia similar, que detectámos em colecção particular, apresenta interesse peculiar (fig. 6:8). Nele residem diversos elementos correspondentes ao desenho da *Folha 7*, a saber, utilização da madeira maciça nas duas portas do corpo superior e capeamento da frente das gavetas. A cimalha, conquanto reduzida a moldura horizontal, apresenta denticulado similar e pés muitíssimo semelhantes. As fechaduras são de metal e a ferragem funcional é uma asa com duas rosetas e escudetes⁸⁸, utilizados para rematar a entrada das chaves. Os malhetes utilizados na construção das gavetas mostram-se excepcionalmente finos (fig. 6:8A), característica do mobiliário inglês apurado. As medidas desta tipologia são similares aos dois guarda-roupas referidos anteriormente⁸⁹, o que pode indicar um padrão sugerido pelo petipé da *Folha 7*. Este móvel foi importado, com probabilidade, pelos antepassados da família que actualmente o possui, já que estava ligada, no século XVIII, por laços familiares, a Inglaterra. Assinale-se que estas tipologias poderão ter resultado, em tempo posterior, em armários de guarda de roupa, de dimensão mais reduzida, tal como se detecta na *Folha 19*⁹⁰ (fig. 6:9).

No ano de 1787 José Francisco de Paiva trabalhou para a Confraria do Senhor Jesus do Bonfim e Almas da Freguesia de S. Martinho de Lordelo do Ouro. No livro que regista o pagamento de “cadeiras do coro” executadas⁹¹ (fig. 6:10), de que existem dois desenhos na *Folha 33*⁹² e *Folha 34*⁹³,

2, pp. 47, 60 e 61, figs. 587, 606 e 607.

⁸⁵ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol.2, pp. 331 e 334, figs. D4a e D7b.

⁸⁶ Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, p. 63, fig. 4.

⁸⁷ Medidas máximas aproximadas: altura 186,5 cm x largura 122,5 cm x profundidade 59 cm.

⁸⁸ Cfr. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, p. 62, fig. 3.

⁸⁹ Medidas máximas aproximadas: altura 194 cm x largura 122 cm x profundidade 60 cm.

⁹⁰ Vd. M. N. A. A., Gabinete de Desenhos, Inv. 3187 Des. Este desenho ostenta a inscrição manuscrita “Pedro dos S^{tos}”.

⁹¹ Vd. A. C. S. J. B. A., *Livro 65*, ff. 12-12v. Reproduzimos o registo desta obra: “Pelo que emportaram as cadeiras do coro como se vê do rol do entalhador José Fran.º de Paiba (sic) e do mais q consta do rol ... 105\$700; Por molhadura aos oficiais que as asentaram ... \$120; Por carroto das mesmas cad^{as} a 2 carros ... \$200; P’ 5 dias do jornal ao carpintrº João Luís a fazer o supedâneo das cad^{as} do coro a 220 ... 1\$100; Pelo que emportou as pinturas e douramento das cadeiras do coro. Pintura da grade e portas do mesmo coro e das porcas dos sinos como tudo se vê do rol e recibo ... 17\$245”.

⁹² Vd. M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3238 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 190-191.

⁹³ Vd. M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3237 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José



Figura 6:7
Armário de dois corpos preparado para receber, no corpo superior, tabuleiros amovíveis



Figura 6:8
Móvel inglês de dois corpos



Figura 6:8A
Pormenor dos malhetes de uma das gavetas do móvel da fig. 6:8.

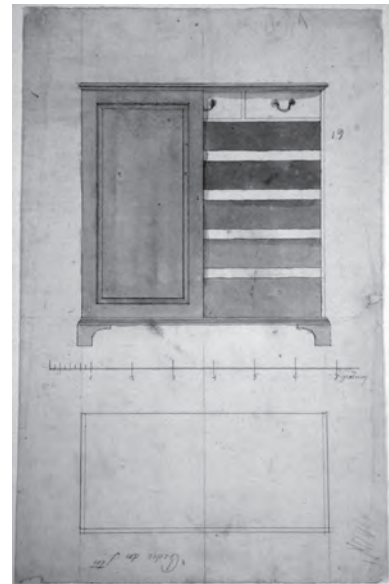


Figura 6:9
Folha 19 da coleção denominada José Francisco de Paiva



Figura 6:10
Folha 19 da coleção denominada José Francisco de Paiva



Figura 6:10A
Inscrição a lápis no interior das cadeiras de coro da igreja de S. Martinho de Lordelo do Ouro

o mestre é apelidado de “*entalhador*”. A obra fornecida incluiu nessa data as “*rodas volantes*” mencionadas na vista lateral do desenho, bem como fechaduras de ferro e metais sobre as respectivas entradas, mas não implicou o acabamento das duas peças, que foram pintadas e douradas juntamente com “*grades e portas do mesmo coro*”. Mais do que uma proposta foi apresentada à Confraria, já que a da colecção de desenhos apresenta o “*N.º 1*”. Nela se refere que deveriam ser executadas “sem braços”, mas as peças existentes na presente data apresentam-nos. Pintura grosseira de cor castanha, que nos parece posterior à época da sua execução, esconde juntas e modos de fixação pelo que não é possível verificar a contemporaneidade dos apoios laterais que, aliás, apresentam asas de metal para possibilitar mover a peça. No seu interior descortinámos inscrição a lápis com o nome “*Armando Augusto S (?)*” (fig. 6:10A), que parece assinatura aposta aquando da provável intervenção. A execução da estrutura inferior segue as instruções do desenho da *Folha 33*, com “*gula que faz frente [no] lugar do assento*”, constituindo uma curvatura bem lançada. Os painéis dos cadeirais revelam despojamento de curvaturas, característica do neoclassicismo, com um balanceamento muito bem conseguido entre as superfícies lisas, os apontamentos de talha definida e apurada, denotando domínio da respectiva gramática, com grinaldas aplicadas, em descendente, sobre os prumos, e uma versão em “cruzeta” coroando lateralmente cada painel. Sete pirâmides de similar execução finalizam os prumos da divisão dos lugares.

Não sabemos se Paiva desenhou esta obra. A data de execução é coeva da do arcaz da sacristia da igreja da Ordem do Carmo, mas as matrizes das duas tipologias são diversas. Conhecendo o modo de trabalhar dos oficiais de marcenaria não é crível o domínio tão absoluto das duas linguagens estilísticas, a saber, um tardo-rococó eivado de neoclassicismo no Carmo, e linhas neoclássicas tão depuradas nos cadeirais. Os marceneiros revelam sempre, nas suas execuções, as preferências estilísticas, e o entalhamento apostado nestes últimos constitui uma assinatura diversa de quem concebeu o risco respectivo. Alvitramos que poderá ter sido Damião Pereira de Azevedo, autor identificado do “retábulo da sacristia” da igreja da Ordem Terceira do Carmo ⁹⁴.

Essa dualidade de preferências estilísticas está patente, com efeito, nesta sacristia e o arcaz representa um elemento incoerente no todo estilístico do ambiente. O móvel paramenteiro encontra-se subjacente a uma decoração parietal de cor branca e ouro de inspiração neoclássica, ostentando medalhões ondeados, grinaldas diversas com laçaria, enquadrando três espelhos e três medalhões pintados nas cimalthas. A base deste apanelado está rematado com motivo denticulado como que fazendo ligação com moldura similar na base do tampo do arcaz, que é nítida no desenho de Paiva, e que se consubstanciou na aplicação de folheados de madeiras de duas cores diferentes, num trabalho de muita minúcia. Esta dualidade de coloração encontra-se, actualmente, oculta pela descoloração da madeira provocada pelos anos, por pó e detritos acumulados, e talvez mesmo por pintura negra. Os desenhos da *Folha 66* ⁹⁵ (fig. 6:11) e da *Folha 72* ⁹⁶ representam propostas para a

Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 190-191.

⁹⁴ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973. Fac-simile da “Conta da despesa do arcaz da sacristia da igreja da Ordem Terceira do Carmo, Porto”, fig. 8.

⁹⁵ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3234 Des.

⁹⁶ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3233 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 36-37.



Figura 6:11
Folha 66 da coleção de desenhos denominada José Francisco de Paiva



Figura 6:12
Arcaz da sacristia da igreja da Ordem do Carmo



Figura 6:12A
Pormenor do tampo do arcaz da sacristia da igreja da Ordem do Carmo

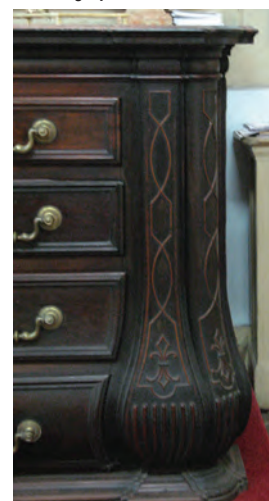


Figura 6:12B
Pormenor de uma das pilastras do arcaz da sacristia da igreja da Ordem do Carmo

cimalha do arcaz, mas esta última foi a executada, estando identificada pela palavra manuscrita, a lápis, “Carmo”. No próprio arcaz é visível a secção arredondada folheada imediatamente abaixo do denticulado (fig. 6:12), aplicada em pequenos pedaços verticais, de acordo com técnica utilizada na marcenaria inglesa. O desenho revela, ainda, a solução encontrada para a execução das ilhargas, i.e., o engradamento do interior, que permitiu poupança da matéria-prima, bem como a criação de patamares internos de apoio para que as gavetas operem dentro do móvel, condição essencial quando os flancos das tipologias apresentam curvaturas muito pronunciadas, no caso presente um bojo que se desenvolve em direcção à base.

No desenho assinado do arcaz da *Folha 38*⁹⁷ ressalta, de modo detalhado, o tampo, a merecer planta baixa de coloração amarela, código cromático por excelência⁹⁸, possível sugestão, ao cliente, de utilização de “pedras salemas”⁹⁹ embutidas, neste caso, em moldura de madeira. A coloração tom amarelado com cambiantes dourados deveria ser uma das modas para os tampos setecentistas¹⁰⁰, tendo sido utilizada nas obras que envolveram a execução, em 1771¹⁰¹, do arcaz para a sacristia da irmandade dos Clérigos.

A decisão encontrada para a sacristia do Carmo foi, no entanto, um tampo de madeira, de tábuas única, perfeitamente estabilizado do ponto de vista higrométrico, medindo 453cmx107cm, encaixilhado por moldura primorosa em madeira negra (fig. 6:12A). Não possuímos qualquer indicação sobre a matéria-prima utilizada, que nos parece, em análise presencial, mais do que uma espécie de origem tropical, à semelhança do arcaz actualmente na Colegiada de Cedofeita¹⁰². Os quatro prumos frontais que dividem os três corpos do arcaz reproduzem vasos com gomos na sua base e neles se vislumbram, ainda que com dificuldade, fios embutidos de cor clara delimitando as finas linhas do entalhamento levantado na espessura da madeira¹⁰³ (fig. 6:12B). O envolvimento cénico do arcaz revela a vertente da interpretação neoclassicista de Damião Pereira de Azevedo já referida no 5º capítulo (fig. 6:13).

⁹⁷ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, 3235 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 34-35.

⁹⁸ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 18.

⁹⁹ Nome por era conhecida a mármore de cor amarela utilizada nas obras de convento de Mafra. Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica Editora, 2011, p. 111.

¹⁰⁰ Cómoda rococó, atribuída a mestre alemão, datada de cerca de 1745, inspirada em desenho de Jean-François Cuvilliers, apresenta um tampo de mármore de tom pastel «jaune rose de Brinolles». Vd. DAVIDSON, Gail S. – Ornament of Bizarre Imagination. In *Rococo the continuing curve, 1730-2008*. New York: Smithsonian Institution, Cooper-Hewitt, National Design Museum, 2008, fig. 35, p. 65.

¹⁰¹ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica Editora, 2011, p. 111.

¹⁰² Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica Editora, 2011, pp. 118-125.

¹⁰³ Estudo aprofundado da matéria-prima utilizada neste arcaz poderá revelar o que parece ter sido um jogo engenhoso de coloração entre uma madeira de tom claro, cujo fundo deverá, ao que tudo indica, ter sido pintado de negro, e os fios levantados, mantidos no verdadeiro tom claro da madeira, condizendo com as fitas embutidas que os enquadram.



Figura 6:13
Sacristia da igreja do Ordem do Carmo

A proposta de José Francisco de Paiva foi múltipla quanto à execução do “caixão”. Com efeito, registam-se, no desenho, três variantes possíveis quanto à frente do móvel e quatro soluções diferentes para a divisão vertical dos três corpos do arcaz: embora respeitando sempre a forma bojuda inferior as soluções envolvem elementos fitomórficos e jogos de formas geométricas. Quanto aos elementos de metal para as gavetas foram apresentadas três soluções para a entrada das chaves e hoje é manifesto que a solução do centro foi a escolhida. O desenho da *Folha 85*¹⁰⁴ revela-se muito detalhado, constituindo provável indicação para o serralheiro, que o executou com primor. A sugestão para rematar a entrada da chave, à luz do que conhecemos hoje, parece ter sido indicada ao oficial de modo sumário, e, com probabilidade, verbalmente, modo operativo muito comum em face de desenho tão detalhado, registando-se o escudete com um círculo. A execução partiu, efectivamente, do aproveitamento da forma redonda dos botões das asas para se abrir a entrada da chave, solução semelhante, aliás, à do já referido arcaz do antigo convento de São Bento de Ave-Maria, hoje na Colegiada de Cedofeita.

Outro elemento que regista a jornada de Paiva na área da marcenaria é a data da execução do receptáculo de madeira que constitui a urna para exposição da rainha Santa Mafalda, no convento de Arouca, que se situou entre 1792 e 1794, produto da colaboração com o riscador D. Joaquim Lourenço Ciais Ferrás de Acunha¹⁰⁵. Este pode ter conhecido propostas atribuídas ao arquitecto

¹⁰⁴ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, 3236 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 36-37.

¹⁰⁵ Vd. BASTOS, Celina – D. Joaquim Lourenço Ciais Ferrás de Acunha, um desconhecido arquitecto, “riscador” e organeiro

João Frederico Ludovice, tais são as semelhanças de dois dos desenhos que lhe são atribuídos ¹⁰⁶ com a peça desse cenóbio. Como veremos *infra*, as indicações constantes no esquisso desta tipologia são indicadoras da qualificação de Paiva enquanto oficial com formação global na sua disciplina profissional.

A partir de 1790 encontramos indicação do seu envolvimento em diversas obras do Porto almadino. Até à data presente foram sinalizadas cerca de quarenta e duas citações, sendo a maior parte documentos referentes a honorários recebidos.

No entanto, em 1814 e 1815, forneceu para a Associação Britânica do Porto, cadeiras de que não conhecemos o, ou os modelos, sendo todas cobradas ao mesmo preço. Nessa data, a casa da Feitoria não deveria possuir muitos cómodos, pois os comerciantes ingleses iniciavam o seu regresso à cidade depois das invasões napoleónicas. No entanto, as cadeiras poder-se-iam revelar essenciais para a respectiva actividade, a que se poderiam seguir a execução de outras tipologias à medida que a estabilidade política se fosse afirmando. Na verdade, recibos existentes na Associação demonstram que, no decurso das décadas posteriores, novas peças de mobiliário foram encomendadas a oficiais portuenses ¹⁰⁷.

Exemplos dessas solicitações podem ter sido os fogões de sala, peças fundamentais para o conforto do ambiente, indispensáveis para os ingleses. Na presente colecção de desenhos encontram-se quatro peças a eles relativos sendo todas versões marcadas pelo neoclassicismo, apresentando vasos ou urnas centrais, grinaldas, festões vegetalistas, meias-canais nas pilastras e sugestões de marmoreados.

A proposta da *Folha 56* ¹⁰⁸ apresenta motivos que se identificam imediatamente com propostas decorativas de Sheraton, como a aplicação do losango ¹⁰⁹ e parece ter sido concebida a partir de outra ideia pré-existente, pois vislumbram-se traços apagados na metade esquerda do desenho. A folha foi dobrada a meio, sinal de cópia, por decalque, de metade do desenho ¹¹⁰, existindo a marcação da planta baixa da pilastra. Poderemos admitir que frente pintada de branco presente, ainda hoje, na casa da Feitoria do Porto (fig. 6:14), possa ter sido o resultado do trabalho delineado na referida folha, com alterações aproximadas dos outros três desenhos. Não existindo, no entanto, elementos concretos que possam datar os desenhos, ou o próprio fogão, a existência deste e das quatro imagens demonstra que os oficiais portuenses se depararam com múltiplas ideias decorati-

do último quartel do século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 1 (2007), pp. 131-132.

¹⁰⁶ Vd. *A Encomenda Prodigiosa. Da Patriarcal à Capela real de São João Batista*. Roteiro da Exposição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, figs. 119 e 120, p. 160. Tratam-se de dois desenhos/estudos para “Urna de Exposição do Santíssimo na 5ª feira Santa”.

¹⁰⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, vol. 1, pp. 146-147 e 150-153.

¹⁰⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, 3150 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 76-77.

¹⁰⁹ Vd. SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972, fig. 8, pp. 156-157.

¹¹⁰ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 17.



Figura 6:14
Pormenor de frente de fogão da casa da Associação Britânica do Porto



Figura 6:15
Uma cadeira de braços, de um conjunto de seis, da casa da Associação Britânica do Porto



Figura 6:16
Dois modelos de cadeiras existentes na casa da Associação Britânica do Porto

vas vindas de mão britânica, já que a *Folha 26*¹¹¹ revela duas indicações ornamentais possíveis, em língua inglesa, relativa às pilastras (“pilasters”) ou guarnições de chaminé (“jambs”). Sugere-se, nas especificações escritas no desenho, que poderiam ter estrias ou meias-canas em vez da decoração vegetalistas aplicada em movimento descendente (“may be fluted instead of drops”)¹¹².

Na mesma casa existem três grupos de cadeiras de matriz inglesa que merecem algumas considerações: dois modelos sem braços (fig. 6:15) e um modelo com braços (fig. 6:16). Estas tipologias

¹¹¹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, 3152 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 74-75.

¹¹² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, 3152 Des. Transcrito por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 74.

definem-se pela decoração vazada dos espaldares, sendo as prumadas lisas, algumas com ligeiríssimo adelgaçamento no sentido descendente. Divulgadas em Portugal nos finais do século XVIII, executadas a partir dos protótipos ingleses apelidados “arched top fan back”, ou “espaldar arqueado com motivo de leque”, difundiram-se, em Inglaterra, a partir de cerca de 1785¹¹³ e foram exportadas com sucesso pela firma Gillow até ao século XX¹¹⁴. Trata-se de uma tipologia de estrutura sólida, cujo espaldar é modelado por uma curvatura que não apresenta dificuldades de execução, não exigindo muita mão-de-obra¹¹⁵. O embelezamento da tabela e cachaço era efectuado com entalhamento, de que é exemplo um motivo de “molho de trigo” (“wheat-ear”), por vezes com laço¹¹⁶. As prumadas dianteiras variavam quanto à sua curvatura, podendo ser pouco pronunciadas, ligadas a aros ondulados sublinhados por moldura em redondo. Subsistem diversos modelos em colecções particulares portuguesas. Existem, ainda, e por exemplo, no Museu de Lamego¹¹⁷, estando reproduzidas em obra de referência sobre as cadeiras portuguesas¹¹⁸. De igual modo, fazem parte do acervo da Casa Museu Guerra Junqueiro, no Porto, alguns exemplares semelhantes¹¹⁹.

O conjunto de seis cadeiras com braços, da Associação Britânica, inseridos, em nossa opinião, de forma pouco elegante, parece tentativa de execução sem conhecimento de modelo que os ostentasse. Pode, no entanto, ter resultado da apropriação dos elementos de outra tipologia de matriz inglesa (fig.s 6:17), esta de colecção particular¹²⁰, que ostenta marcas riscadas na madeira – na zona não visível de um dos braços –, de difícil interpretação (fig. 6:17A). Este modelo simplificado circulou em Portugal no século XIX. Os dois modelos da Feitoria do Porto mostram alterações no vazamento do espaldar, sendo um deles de maior complexidade de execução. Traduzem, no

¹¹³ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, fig. 102, p. 154. Esta tipologia de assento tem sido apelidada de “cadeira pombalina” remetendo esta denominação para o terceiro quartel do século XVIII, tendo o consulado pombalino como referência. Embora o modelo que aqui analisamos seja, efectivamente, de época posterior, não pode ser descartada a hipótese de ter existido importação de modelos com “espaldar com motivo de leque”, mais rectilíneo, inspirados nos desenhos de Chippendale com linhas simplificadas, à semelhança, por exemplo, da fig. 97, p. 151 do mesmo volume, datado de 1754, e que a autora apelida de “common fan-back chair”, i.e., “modelo tradicional com motivo de leque”. Esse facto poderia explicar a permanência da denominação em Portugal mesmo quando o espaldar se modelou com curvaturas no quartel final de Setecentos.

¹¹⁴ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 153.

¹¹⁵ A sua reprodução, em algumas oficinas do Porto, até finais da década de 80 de 1900, é do nosso conhecimento pessoal.

¹¹⁶ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 153-154.

¹¹⁷ Vd. BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999, fig. 21a e 21b, pp. 82-83.

¹¹⁸ Vd. PINTO, Augusto Cardoso; NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Cadeiras Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1950, estampas CIV e CV, figs. 219-224.

¹¹⁹ Existem tipologias semelhantes às da Associação britânica e às da colecção parti no acervo da colecção da casa Museu Guerra Junqueiro. Vd. ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Mobiliário de assento civil da Casa Museu Guerra Junqueiro*. Dissertação de mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, vol. 3, pp. 106-119.

¹²⁰ Esta cadeira de braços faz parte da antiga colecção Dr. Pedro Van Zeller – que pudemos presenciar em Janeiro de 2010 –, e que Maria Helena Mendes Pinto refere. O conjunto de tipologias de assento compreende um canapé, seis cadeiras sem braços e duas cadeiras com braços. Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – Documentação vária, fig. 36 e 37. In PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.



Figura 6:17
Cadeira de braços, madeira de mogno



Figura 6:17A
Inscrição rasgada na madeira da cadeira da fig. 6:17



Figura 6:17B
Pormenor de uma união de aro frontal e lateral da cadeira da fig. 6:17

entanto, variantes britânicas comuns em finais de Setecentos ¹²¹.

Na colecção de desenhos do Museu Nacional de Arte Antiga esta tipologia encontra-se desenhada na variante de cadeira, na *Folha 57* ¹²², e de canapé de três lugares, na *Folha 27* ¹²³. Esta última parece-nos reproduzir, no papel, modelo conhecido ao vivo, tais são os elementos porme-

¹²¹ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, fig. 102, p. 154. Vejam-se, de igual modo, a profusão de modelos da mesma matriz detectados pela autora e debuxados na figura “Chair Patterns, pp. 134-135.

¹²² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, 3207 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 136-137.

¹²³ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, 3206 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 138-139.

norizados que ostenta: indicação de vivos de molduras nos espaldares e esquinas das prumadas dos extremos, ligação ondulada entre os espaldares e a curvatura dos braços e seus apoios ¹²⁴; o aro frontal e as prumadas parecem sugerir folheado, o que poderia acontecer em modelos ingleses da década de 1780 ¹²⁵, sendo o assento, neste caso, embutido na estrutura. O conjunto de cadeiras e canapé assinalado supra, pode ter sido de sua autoria, tendo como protótipo tipologia inglesa visualizada ¹²⁶.

O canapé deixou registado, para a história da construção de mobiliário, um elemento que nos permite identificar a influência dos modelos ingleses sobre os construtores portugueses. Com efeito, verificamos que o cadeireiro necessitou de ajustar, *a posteriori*, a união das prumadas dianteiras do canapé com os respectivos aros laterais (fig. 6:17B), pois o ângulo entre estes e o aro frontal do modo construtivo inglês obrigava a que essas prumadas apresentassem medidas diferentes na frente e no lado exterior, sendo este mais curto. Tal acerto, perceptível a olhos conhecedores, advém do facto do cadeireiro ter executado o aro frontal seguindo medidas máximas previamente coligidas sem ter cuidado de verificar a espessura das prumadas e o enviesamento que existia com o espaldar ¹²⁷. Estamos, portanto, perante uma tipologia que se visualizou e se desenhou, mas cujas características construtivas não foram verificadas: o modelo era inglês mas o oficial que o replicou tinha em mente a técnica portuguesa.

Prosseguindo a cronologia da actividade de José Francisco de Paiva através dos documentos existentes, verificamos que, entre 1815 e 1822, esses se reportam exclusivamente ao seu envolvimento com as obras no Porto e arredores fazendo jus às designações de “*Arquitecto da obra da nova Matriz de Valongo*”, “*Arquitecto da obra do novo Matadouro*” e “*Arquitecto do Real Quartel de Santo Ovídeo*”. Registe-se a designação de “*desenhista*”, em 1822, epíteto ligado à função para a qual tinha sido escolhido, a saber, refazer plantas das obras inacabadas de Valongo, Santo Tirso e Vila do Conde ¹²⁸. A função de arquitecto enquanto vigilante das obras era de extrema importância dado que erros frequentes prejudicavam tanto o custo como a conclusão dos edifícios ¹²⁹ e Paiva

¹²⁴ Encontramos braços curvados de modo idêntico bem como ligação muito similar do respectivo apoio aos aros laterais em cadeira do Museu de Lamego associada à produção da firma Gilllow. Vd. BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999, fig. 39, p. 108.

¹²⁵ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 153.

¹²⁶ As técnicas construtivas sugerem o final do século XVIII e início do século XIX no que toca, por exemplo, aos cantos utilizados para reforçar a união de aros e prumadas. Moldura quase imperceptível diminui a espessura dos aros e das arestas exteriores das prumadas.

¹²⁷ O modo de construção inglês, cujo ângulo entre a medida do aro frontal e do espaldar é pronunciado, provocou torção inevitável quando o cadeireiro ensablou os elementos que já tinha finalizado, o que significa não ter existido estudo prévio com moldes. O interior das prumadas teve necessidade de ser desbastado a noventa graus, pois, se tal artifício não fosse utilizado, a prumada pareceria, irremediavelmente, mal aplicada. Procurou-se, no final da obra, o modo mais discreto de a corrigir, o que ocorre por vezes no trabalho oficial quando o modelo é desconhecido e não está presente na ocasião em que se prepara o corte das peças de madeira respectivas.

¹²⁸ Vd. AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 175 e vol. 3, Doc. n.º 194.

¹²⁹ Uma das razões para a vinda de Nicolau Nasoni para o Porto terá sido a constatação, aquando das obras da sede vacante (1717-1741) de que sem orientação técnica as obras corriam mal sendo mesmo necessário demolir o que já estava feito para corrigir erros evitáveis. Cfr. BASTO, A. de Magalhães – Nasoni e a Igreja dos Clérigos. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol.XIII, fasc.3-4, Setembro-Dezembro de 1950, pp. 240-320.

terá ganho larga experiência na cidade do Porto, facto que terá sido importante para as solicitações profissionais nessa área nos mais de vinte anos da fase final da sua carreira.

Em 1819 assina, como arquitecto da Relação, o “*Plano e Elevação do lado da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos com Projecto para nova Sachristia, e Caza da Fabrica, unida o (sic) Corpo da dita Igreja da parte do Sul; como se faz ver nas Plantas*”¹³⁰ (fig. 6:18). Esta igreja do Porto situava-se na actual Rua D. Pedro V e foi demolida no século XX¹³¹, dela não existindo qualquer vestígio. Paiva desenhou a planta do corpo que presumivelmente existiria, à época, e acrescentou as modificações propostas. Acompanha esse traçado, bem delineado, a cores, memória descritiva em que se especificam pormenores técnicos relativos à sua construção e madeiras a utilizar¹³² (fig. 6:18A) e a identificação de Paiva como seu autor é inequívoca (fig. 6:18B).

A sua área de trabalho acompanhou, geograficamente, a evolução das obras do Porto, como já vimos. Paiva assinou, em Setembro de 1822, orçamento “*para calcular a despeza de toda a obra que falta para a sua conclusão [Ponte de Santo Tirso] (sic)*”¹³³ no que parece ser uma avaliação para dirimir conflito existente (fig.6:19). No mesmo mês e ano, Paiva autentica orçamento para restauro da Nova Igreja de Valongo, apresentando-se como “*Architecto da nova Igreja de Valongo*” (fig. 6:20). Surge-nos, aqui, a assinatura de seu irmão “*António Francisco De Payva*”, referido como “*M^e Carpinteiro*”¹³⁴ confirmando a colaboração entre os dois irmãos, já anteriormente sugerida. Em documento sem data (fig. 6:21), parecendo coevo do anterior, Paiva apresenta um cálculo para a finalização da construção da estrada entre Valongo e “*Ponte Ferreira*”¹³⁵, iniciada em 1794, em situação de

¹³⁰ Vd. B. P. M. P. Res., C (M) – 1. Trata-se do projecto de aumento da sacristia da referida Igreja.

¹³¹ Informação do Padre António Pacheco Gonçalves. A referida igreja situar-se-ia na encosta nascente da actual Rua D. Pedro V.

¹³² Vd. B. P. M. P. Res., C (M) – 1a. Pormenores construtivos encontram-se em memória descritiva, manuscrita, sem qualquer assinatura, apensa ao referido projecto que aqui se transcreve: “*Apontamentos. da nova Obra q’ se pretende fazer na Ig. a de N. Senhora da Boa Viagem de Massarelos - O banho escuro mostra o plano, e a extensão da nova Sacristia projetada no lado do Sul, como mostra na planta: o M...(?) será formado em firmeza; e tira de grossura a parede do D^o. Sinco palmos, e tera hum palmo de Sapatta para cada hum dos lados, a Superficie da Terra; faixa labrada por fora e por dentro, na forma da planta: dous Cunhaes labrados na forma da Planta, três portaes de Escadaria labrada, honze Janellas também de esquadria labrada, na forma da Planta: com a corniça de m^a cana, e frizo Labrado: Será lagiada de pedra de esquadria Labrada. Será a Armação de Castanho, barrottes, forro, Tereas, Comieiras, e Frexaes, o travijam^o tambem de Castanho, q seja bom. O Soalho será de Pinho de Terra, duas Portas de couçoeiras, e almofadas emtaboadas por dentro; as outras portas interiores serão lizas, porem de Castanho; as Janellas de baixo serão grades de Ferro e caixilho com vidrassas, como se ve na Planta; as janellas de Sima serão de Castanho, e as escadas serão de pinho, e será forrada tanto na Sacristia como na caza da Fábrica do Olival; o Telhado será de boua Telha, e apricintado, e as paredes serão todas goarnecidas, a pintura das portas serão a fingir Mogne e os Tellos a branco mto. branco.*”

¹³³ Vd. “*Fac-símile de documentos da antiga colecção de José Bénard Guedes*” cedidos por Maria Helena Mendes Pinto. O documento apresenta como cabeçalho “*Descripção da Ponte de Santo Tirço para calcular a despeza de toda a obra que falta par a sua conclusão. TABOA de dimenções geométricas para orçar o valor que se faz percizo (sic) para concluir a dita obra*” e está assinado com letras a escantilhão “*Joze Francisco de Paiva, Architecto da Relação, e das Reaes obras; Setembro 9 de 1822. Porto*”.

¹³⁴ Vd. “*Fac-símile de documentos da antiga colecção de José Bénard Guedes*” Cedidos por Maria Helena Mendes Pinto. O documento intitula-se “*TABOA de dimenções Geométricas*” indicando que “*I^a Adicção mostra a pedraria, que falta, para a sua conclusão; II^a mostra a Bobeda (sic) e o que pertence a trolha, que agora continua*”. Refere ainda que é “*Descripção que pertence à Obra da nova Igreja de Valongo para orçar e calcular, a despeza de toda a obra, que falta*”, apresentando na “*Táboa*” medidas e preços dos materiais a empregar na referida construção.

¹³⁵ Vd. “*Fac-símile de documentos da antiga colecção de José Bénard Guedes*” cedidos por Maria Helena Mendes Pinto. O documento apresenta o seguinte cabeçalho: “*TABOA de Dimenções geométricas para orçar o valor que se faz percizo (sic) para construir a Estrada de Valongo thé Ponte Ferreira faz esta hua legoa medida do Alto da Serra no sítio da Senhora das Chans. Faz 2:800 Braças*”.

contenda que parece semelhante à de Santo Tirso. Ainda em Novembro de 1822, Paiva foi solicitado a apresentar documento para “*calcular e orçar o valor que se faz preciso para de novo construir a Real Ponte de Vila do Conde por esta se achar demolida*” (fig. 6:22) ¹³⁶.

A dissecação desta súplica de elementos cronológicos atesta a inexistência de qualquer referência à execução de mobiliário, ou mesmo de desenhos com marca de água (Apêndice IV, Quadro IV. 3.), entre finais da década de 1790 e as datas dos orçamentos referidos *supra*, o que permite a admissão de que a sua actividade de marceneiro possa ter abrandado, e, por fim, ter sido mesmo abandonada, limitando-se a operar nas obras ligadas á renovação arquitectónica da cidade do Porto e arredores.

6. 4. - As obras no Porto dos Almadás e os arquitectos da cidade

A grande actividade de obras públicas e a correspondente solicitação de oficiais ligados à construção justificam a proliferação de “arquitectos” ¹³⁷ no burgo, homens sem tradição académica ou militar, criados em ambientes profissionais oficinais, mas com grande traquejo na resolução de problemas e questões práticas. A sua actividade configurava a vigilância e vistoria de obras, talvez de modo intermitente ¹³⁸, avaliação de casas e terrenos, assistindo ao trabalho dos engenheiros militares e dos arquitectos ¹³⁹ que traçavam planos urbanos. Com a experiência assim obtida, passavam a delinear e riscar projectos, por vezes de envergadura, caso do ourives alemão João Frederico Ludovice, do inglês John Carr e de Nicolau Nasoni, já referidos no 1º capítulo. No Porto perfilam-se os casos de António Pinto de Miranda, com actividade conhecida até 1799 ¹⁴⁰ e Damião Pereira de Azevedo, a quem já nos referimos no 5º capítulo, uma figura que congregou, em si, as actividades

¹³⁶ Vd. “*Fac-símile de documentos da antiga colecção de José Bénard Guedes*” cedidos por Maria Helena Mendes Pinto.

¹³⁷ Vd. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 1, p. 476. Este oficial “*não só é o que faz as plantas, & desenhos dos edificios, mas também o mestre das obras, & o que sabe, & põe em execução a arte de edificar*”.

¹³⁸ Vd. AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 170. A autora considera que “a presença destes arquitectos nestas obras foi mais pontual do que regular. Só ocasionalmente é que dirigiam *in situ* a construção, ficando a direcção da mesma entregue ao mestre pedreiro da obra”.

¹³⁹ Parece-nos que o facto do “*Arquitecto da Cidade*” Luís Inácio de Barros Lima auferir, em Julho de 1813, a quantia de 50\$000 réis por trimestre, muito mais do que os 8\$000 reis que são registados, mensalmente, a favor de Paiva, indicia uma diferenciação relevante de carácter profissional apesar do epíteto de “arquitecto” se aplicar a ambos. Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, A-PUB/1392, f. 105.

¹⁴⁰ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 1, pp. 275-276.

de entalhador, de riscador ¹⁴¹ de obra civil ¹⁴² e religiosa ¹⁴³, além de arquitecto ¹⁴⁴. Esta figura das Artes Decorativas portuenses, filho do entalhador Francisco Pereira de Campanhã ¹⁴⁵, colaborou, em 1771, com o pai, em obra para a igreja dos Clérigos, no Porto, pelo que receberam, em conjunto, a quantia de 16\$800 réis pela execução de “*quatro castiçais*” e “*um pé de cruz*”, num acto que poderá ter sido um momento iniciático profissional de colaboração entre pai e filho (fig. 6:23) ¹⁴⁶.

Outos nomes foram João Glama Stroberle, mais conhecido pela sua obra pictórica ¹⁴⁷, Joaquim da Costa Lima Sampaio, de família de pedreiros ¹⁴⁸, José de Figueiredo Seixas, que pintou a Sé do Porto em 1734 ¹⁴⁹, Manuel Álvares, talvez pedreiro ¹⁵⁰, Vicente Mazzoneschi, cenógrafo de formação ¹⁵¹, Luís Inácio de Barros Lima, nomeado por Pedro de Melo Breiner para “arquitecto da cidade” em 1810 ¹⁵² e José Francisco de Paiva, que tratamos neste capítulo. Faremos, em devido tempo, e partir de alguns dos desenhos existentes, um exercício de identificação que nos parece acompanhar o desenvolvimento das suas competências de desenhador de mobiliário de conotações neoclássicas a partir do mundo da arquitectura.

6. 5. - O ofício de ensamblador no Porto entre 1764 e 1799

Como sugerimos no 2º capítulo, a actividade dos marceneiros da cidade do Porto esteve condicio-

¹⁴¹ Vd. VALENTE, Adelina – Damião Pereira de Azevedo: novos dados sobre o entalhador e arquitecto do Porto. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 4 (2010), pp. 197-209.

¹⁴² Vd. MARQUES, Maria da Luz de Vasconcelos e Sousa Paula – *Mobiliário português de aparato do século VIII. Credencias, consolas e tremós*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, vol. 1, pp. 166-171.

¹⁴³ Vd. BASTOS, Celina – *Mobiliário, In Museu de Alberto Sampaio: roteiro*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2005, pp. 156-167. Damião Pereira de Azevedo riscou, em 1779, estante que se encontra neste Museu.

¹⁴⁴ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol. 1, pp. 276-277.

¹⁴⁵ Era irmão dos mestres pedreiros Caetano Pereira e João Pereira. Trabalhou no Porto, nas obras da igreja de S. Francisco, da igreja da Vitória e para a igreja da Ordem Terceira do Carmo. Vd. LEÃO, Manuel – *Artistas antigos do Porto*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 128.

¹⁴⁶ Vd. A. H. I. C., *Lº do Ano de 1770 pº 1771*, ff. s- numeração.

¹⁴⁷ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol 1, p. 280.

¹⁴⁸ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol 1, p. 280.

¹⁴⁹ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol 1, p. 282.

¹⁵⁰ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol 1, p. 284.

¹⁵¹ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol 1, pp. 287-288.

¹⁵² Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol 1, p. 283.

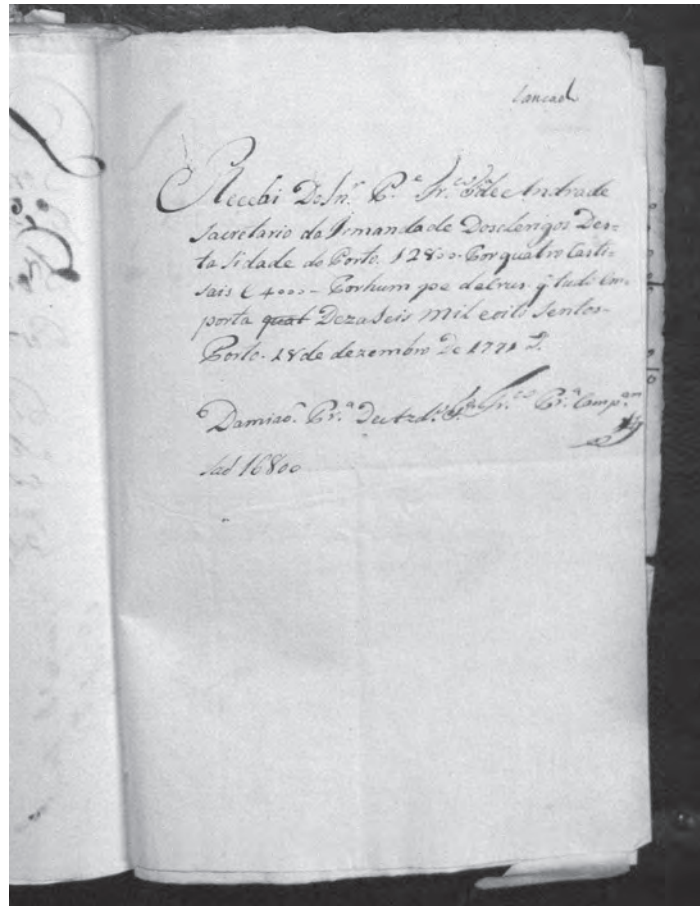


Figura 6:23
Registo de pagamento a Francisco Pereira de Campanhã e a seu filho
Damião Pereira de Azevedo

nada por circunstâncias sócio-económicas que cerceou, com probabilidade, a produção de mobiliário entre 1764 e 1799. Um dos pólos que deve ter proporcionado actividade nas oficinas portuenses e a todas as acções inerentes à construção arquitectónica ¹⁵³ foi a do quartel de Santo Ovídeo, edifício iniciado em 1790, se bem que se tenha dilatado pelos primeiros anos da década de 1810, mais propriamente até 1805/1806. Essa obra induziu a compra de madeiras para a estrutura e aprestos diversos ¹⁵⁴, vindas de fora da cidade ¹⁵⁵, e gerou encomendas de mobiliário ¹⁵⁶ nas freguesias do

¹⁵³ Vd. A. H. M. P., *Livro de Despesa do Quartel Santo Ovídeo*, Livro 1º, f. 132. “Q^{tel} de Sto ouvidio (sic) 1º de M^o de 1800. Mel de Ar^o m^e Carpinteiro, fez p^a esta obra...14 caix^{os} p^a vidrassas p^a sete janellas das Aguas fortadas a presso de...620... emportão em...8\$680”.

¹⁵⁴ Vd. A. H. M. P., *Livro de Despesa do Quartel Santo Ovídeo*, Livro 1º, f. 74. Em nota de Dezembro de 1799, “Diz Domingos de Paiva q elle vendeu p^a as obras do Real Quartel de Sto Ovidio vinte cousoeiras de castanho pelo preço de 700 rs cada huma, cuja quantia emporta em quatorze mil reis como consta da folha junta. Por tanto P^e a V. E^a seja servido mandar se lhe pagar”.

¹⁵⁵ Vd. A. H. M. P., *Livro de Despesa do Quartel Santo Ovídeo*, Livro 1º, f. 108. “Q^{tel} de Sto Ouvidio...15 de Fev^o de 1800. Maria João da S^a, da Freg^a de Santiago de bougado (sic) vendeu p^a esta obra, hua Trave de Castanho de 28 palmos por...1\$600. Veio conduzido no dia 2 de Jan^o de 1798”.

¹⁵⁶ Vd. LEÃO, Manuel – *Artistas antigos do Porto*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 55. O ensamblador Amaro Dias, por exemplo, que foi Juiz do Ofício em 1792, executou, para a Vereação da Câmara do Porto, nos anos de 1800 e 1801, uma mesa e cadeiras.

burgo¹⁵⁷, nomeadamente cadeiras¹⁵⁸, ou cadeiras e mesas¹⁵⁹, estas apelidadas, ocasionalmente, “*de abinhas*”¹⁶⁰. As matrizes ornamentais e as madeiras utilizadas deveriam ser diversas, pois os valores registados diferem¹⁶¹. Modificavam-se mesas e executavam-se estantes¹⁶², por vezes por mãos de carpinteiros¹⁶³ ou oficiais de marcenaria e corrieiros da cidade¹⁶⁴. Os militares de posto elevado, o “*General em chefe*” ou o “*Oficial da guarda*”, por exemplo, possuíam aposentos privados mobilados com cómodos para si em madeiras coloniais, o “*pau preto*”. Para os “*criados*” enviavam-se peças de ordem corrente, sem preciosismos estilísticos, e certamente executados em madeira local¹⁶⁵, já que são apelidados de “*ordinários*”¹⁶⁶. Registe-se que “*meias cómodas*” faziam parte do ambiente dos oficiais, e o sofá do quarto do general era estofado, denotando preocupação com conforto.

As entradas múltiplas de mobiliário na Quartel impeliavam os “*tesoureiros*” a redigir instruções para o controle apertado das quitações apresentadas, já que poderiam ser mais do que a mercadoria recebida. Em 1815, por exemplo, e já na sequência da Guerra Peninsular, anunciava-se ordem para

¹⁵⁷ O ensamblador Amaro Dias viveu, nos anos de 1790, 1791 e 1792 na freguesia da Sé. Vd. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 1999, pp. 69, 72 e 76.

¹⁵⁸ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, nº 150, f. 146. “*Recebi do Snr. Manuel José França (?), digo, José Manuel França (?), doze cad^{as} de pau de castanho, com assentos de palhinha, que foram recolhidas neste quartel de S. Ovidio, na Comp^a das Ordens do Illmo. Snr. Dez^{or} Juiz de Fora. Quartel, 11 de Dez^o de 1807*”. O valor pago foi “*dez mil e quinhentos [reis]*”.

¹⁵⁹ Vd. A. H. P., *Livro do Cofre*, nº 149, f. 145. “*Recebi do Snr. José Ferr^a Barbosa, Mestre Marceneiro, doze cadeiras de pau de caixão, com assentos de palhinha, e duas mesas de pau de caixão, o que tudo fica recolhido neste quartel de S. Ouidio, na Comp^a das Ordens do Illmo. Snr. Dez^{or} Juiz de Fora. Porto, no Quartel aos 12 de Dezembro de 1807*”.

¹⁶⁰ Vd. A. H. P., *Livro do Cofre*, nº 149, f. 149. “*Entregou o enxamblador Agostinho José Coelho mea (sic) dúzia de cadeiras de palhinha e uma mesa de abinhas*”, tendo esta custado “*3.200 reis*” e cada cadeira “*850 reis*”.

¹⁶¹ Vd. A. H. P., *Livro do Cofre*, nº 149, f. 149. “*Recebi do Snr. Custódio José de Sousa, mestre marce || neiro o seguinte: 6 cadeiras de palhinha a 1000 ... 6000 || 6 ... d^a ... d^a ... 850 ... 5100 || 1 mesa ... d^a ... 3000 || carretos ... 80 || [soma] 14.180*”. A data deste recibo é 11 de Dezembro de 1807.

¹⁶² Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, nº 145, f. 29. “*Despesa que se fez na Casa do Aboletam^o com o acrescento da mesa e estante de madeira, e pregos ... 2\$000. São dois mil reis. [assin.] António Adão de Morais Pimentel*”.

¹⁶³ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, nº 150, f. 213. “*Movília (sic), que se comprou p^a a casa do Con^o de Guerra no Quartel de S^o. Ouidio || P^r duas dúzias de cadeiras de palhinha a mil e duzentos cada uma ... 28\$800 || Pr uma mesa grande, que se fez na mesma casa, e jornal ao carpintr^o que a fez, de dois dias, quatro mil e novecentos ... 4\$900 || P^r um enserado (sic) p^a cobrir a mesma mesa dois mil reis ... 2\$000 || De carroto das cadeiras, e madeira trezentos réis ... \$300 || Soma trinta e seis mil reis em metal ... 36\$000*”.

¹⁶⁴ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, nº 149, ff. 171-172. “*M^e Emxambellador Amaro Dias*” fez “*três bancos*” com “*3 moscobias bermelhas...estofor por dentro...galon...pregos...por feitio dos 3 vancos a 2.400 rs*” em 30 de Julho de 1814 e “*M^e Corrieiro David José de Azevedo*” fez a “*ferrage e feitio de cada hua...15.000...45.000*”.

¹⁶⁵ Cfr. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 6, p. 108. A palavra “*ordinário*” está conotada com “*coisa que ordinariamente se usa, coisa que se costuma fazer*”, portanto sem nada que a destaque especificamente, do que é executado quotidianamente. Um dos elementos de diferenciação das tipologias é a madeira utilizada, que é objecto de enunciação.

¹⁶⁶ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, nº 149, f. 250. Em 23 de Abril foi apresentado “*Rol do que foi p^a a Casa do Snr. General em chefe à ordem do Illmo Senado da Câmara mandado pelo I. Snr. Capp.^{am} Joaquim Pedro Cardoso da S^a na forma das ordens de Sua Ex^a*”. Transcrevemos recibo completo: “*P. 1 sofá de palhinha p^a o oficial da guarda (?) ... 20\$000 || 1 dito p^a estofar p^a o quarto de Sua Ex^a ... 9\$600 || 12 cadeiras mais de óleo p^a a sala das visitas ... 2000 ... 24\$000 || 12 ditas mais ord^{as} p^a a dita sala de comer ... 1000 ... 12\$000 || 2 mesas de pau preto forradas de pano verde p^a S. Ex^a ... 7200 ... 14\$400 || 1 dita ... d^o p^a o Sr Bahom (sic) ... 6\$400 || 2 meias cómodas ... 5500 ... 11\$000 || 1 toucador de pau preto p^a Sua Ex^a ... 2\$600 || 4 ditos mais ordinários p^a os criados ... 1600 ... 6\$400 || 1 assento de palhinha p^a Sua Ex^a ... \$900 || 4 réguas de pau preto p^a Sua Ex^a ... 200 ... \$800 || Carretos dito da obra ... \$360 || Mais um toucador de pau preto ... 3\$600 || [soma] 112\$060 || NB. Uma das meias cómodas foi p^a Casa do Cm.m.^{te} da Cavalaria || Recebi a conta acima [assin.] Joaquim Pedro Cardoso || José Fonseca Barbosa || Porto 9 de Maio de 1808*”.

“[se] verificar a despesa do rol junto e a existência dos móveis no lugar a que competem”¹⁶⁷, disposição que, então, se observou¹⁶⁸.

6. 5. 1. - A entrada de mobiliário na cidade do Porto no ano de 1799

No último ano da centúria de 1700, o número de marceneiros, cerca de onze, concentrados na freguesia de Santo Ildefonso, não seria suficiente para atender a clientela “estratificada” existente, composta por “membros do Clero secular, Cónegos da Sé, ou igualmente magistrados, como desembarcadores e outros”¹⁶⁹. Os marceneiros estabelecidos na cidade continuariam a aceitar encargos nas suas oficinas. A execução destes ocorreria nesse local de trabalho? Praticariam subcontratação de obras? Perscruta-se esta situação em missiva manuscrita em desenho de José Francisco de Paiva, o que parece ter sido a encomenda, a outrem, de um trabalho de torno, a avaliar pelas instruções escritas junto a desenhos de molduras na *Folha 53*¹⁷⁰, que configuram indicações para a obtenção de uma correcta obra final. Se bem que o torneiro devesse operar em oficina própria, a razão do bilhete indica que não existia vizinhança geográfica.

Essa lacuna poderá ter sido colmatada pela grande actividade de marcenaria que existiu, no final da década de 1790, nos chamados “arrabaldes” do Porto, “que, de alguma forma, eram o prolongamento da cidade”, dependendo da Câmara Municipal e da população que morava no interior”¹⁷¹. A cidade tinha crescido “para além dos muros, em todas as direcções”¹⁷², fora dos limites das tradicionais entradas na cidade do Porto, nomeadamente para Valongo, cuja reformulação da respectiva igreja, por exemplo, foi a despacho com assinatura favorável de Francisco de Almada e Mendonça. Tendo este, entretanto, adoecido gravemente, será sob a direcção de Pedro de Melo Breiner que, em 1805, ocupou o lugar da direcção da Junta das Obras Públicas, que prosseguiriam estas obras¹⁷³.

A freguesia de Valongo, muito populosa, situava-se no eixo Porto/Amarante constituindo “um centro abastecedor de pão à cidade do Porto”¹⁷⁴. As padroeiras da sua igreja matriz eram as monjas do convento beneditino de Avé-Maria, no Porto. Como veremos, José Francisco de Paiva teve

¹⁶⁷ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, nº 150, f. 212.

¹⁶⁸ Vd. A. H. M. P., *Livro do Cofre*, nº 150, f. 212. Nota à margem da notificação indica que “a despesa do rol junto é verdadeira, cuja mobília foi p^a o Quartel de Sto Ovídio, p^a a casa do Com^{do} de Guerra, o que presentem^e existe no mesmo Quartel. Porto 7 de Março de 1815”.

¹⁶⁹ Cfr. SOUSA, Gonçalo e Vasconcelos e – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses. 1750-1810*. Porto: Edição do autor, 2004, vol. 1, p. 51.

¹⁷⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3228 Des. Transcrito por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 216-217.

¹⁷¹ Cfr. SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos*. In RAMOS, Luís A. De Oliveira, dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000, pp. 256-257.

¹⁷² Vd. AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 94.

¹⁷³ Vd. AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p.105.

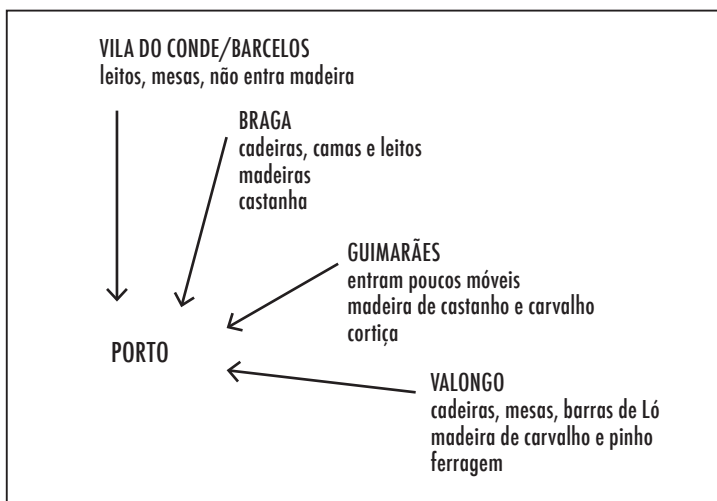
¹⁷⁴ Vd. AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 75.

ou “vazios”, tudo e todos pagavam para transitar. Fac-símile epocal (fig. 6:24)¹⁸⁰ elucida a situação tarifária da ponte de Santo Tirso em que os únicos isentos eram “os *Padres daquele convento e ordem*”, bem como os fiéis que viessem assistir a actos religiosos ou piedosos, como “o *sagrado viático ou algum enterro*”. Na “*ponte de pau*” de Vila do Conde também se cobrava, ainda em 1822, a circulação de pessoas, animais e artigos diversos (fig. 6:25)¹⁸¹.

O mesmo acontecia nas entradas na cidade do Porto, igualmente sujeitas ao pagamento de tributos, registados nos respectivos Livros de Redízima. Os averbamentos do ano de 1799¹⁸² apresentam um funcionamento dinâmico de recovagem de peças de mobiliário e madeiras em quatro das entradas do burgo (Quadros III. 1. a III. 12.), sinal de actividade de marcenaria: “*Cedofeita*”, “*Lapa*”, “*Aguardente*” e “*Poço das Patas*”. A primeira entrada dá ligação à estrada para Vila do Conde e Barcelos, via Carvalhido, Monte dos Burgos e Vilar do Pinheiro. Na “*Lapa*” entronca a estrada que vem de Braga passando por Paranhos, S. Mamede Infesta e Maia. “*Aguardente*” dá acesso a quem vem de Santo Tirso e Guimarães. Finalmente o “*Poço das Patas*”, actualmente na freguesia de Santo Ildefonso, ligava a cidade a Valongo, Melres, Jovim, S. Cosme¹⁸³ e outras freguesias do actual concelho de Gondomar. O **Diagrama B** representa a direcção geográfica das diversas entradas relativamente à cidade do Porto, indicando a mercadoria que por elas circulava.

Diagrama B

Entradas na cidade do Porto em 1799 e respectiva direcção geográfica



Fonte: A. D. P., *Cabido*, l.º 336, ano de 1799. Quota K|26|1|6-4.36, ff. 1-52v. e Quadros III. 1. a III. 12.

¹⁸⁰ Vd. “*Fac-símile de documentos da antiga colecção de José Bénard Guedes*”. Cedidos por Maria Helena Mendes Pinto. “*Tarifa da passagem na ponte de Santo Tirso*” (1821 ou 1822).

¹⁸¹ Vd. “*Fac-símile de documentos da antiga colecção de José Bénard Guedes*”. Cedidos por Maria Helena Mendes Pinto. “*Tarifa da passagem na ponte de pau de Vila do Conde, segundo a taxa aprovada por provisão de Dezembargo do Paço em 9 de Junho de 1821*”.

¹⁸² Vd. A. D. P., *Cabido*, l.º 336, ano de 1799. Quota K|26|1|6-4.36, ff. 1-52v. Quadros III. 1. a III. 12.

¹⁸³ Existiam oficinas e lojas de serralharia em Valongo, S. Cosme e Porto. Abasteceram as obras da igreja de Valongo. Vd. AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 165.

As tipologias que entraram, nessa data, na cidade do Porto, configuram diversas realidades difíceis de destringir, no presente, por falta de informação concreta que as enquadre. Podemos, no entanto, avançar com algumas observações.

Por um lado constatamos a existência de oficinas em laboração, extra-muros, sem, no entanto, as podermos caracterizar e, mesmo, localizar, com exactidão ¹⁸⁴. Com efeito, poder-se-iam situar nos limites das próprias entradas, a trabalhar muito perto do perímetro da cidade, colaborando com mestres portuenses, aumentando a capacidade produtiva destes para, por exemplo, poder atender a solicitações de execução de tipologias com madeiras “da terra”, i.e., castanho e carvalho, ou mesmo com madeira por eles fornecida ¹⁸⁵. Tratar-se-iam, com alguma probabilidade, de encomendas para as quais não existiria capacidade de resposta própria, por exiguidade de oficiais disponíveis, ou em situações pontuais de maior procura ¹⁸⁶. Não podemos deixar de referir que, para além de satisfazer a clientela local, algumas oficinas intra-muros se ocupavam com a exportação de mobiliário para o Brasil ¹⁸⁷, e os ensambladores relacionavam-se com o mercado brasileiro ¹⁸⁸. No último quartel do século XVII e início do século XVIII privilegiaram-se, para a execução deste mobiliário, as madeiras tropicais chegadas por via marítima ¹⁸⁹, sendo, em certas ocasiões, pagas por troca de géneros ¹⁹⁰. Um século mais tarde, o trânsito de oficiais e mercadorias entre o Porto e várias cidades da colónia brasileira continuava vivo ¹⁹¹. Lembremos que, no século XVII, a região da Galiza constava, igualmente, dos destinos do mobiliário portuense ¹⁹²,

¹⁸⁴ Vd. AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, pp. 110 e 178. A autora é de opinião que os artistas que trabalhavam a madeira aquando das obras na igreja de Valongo eram, maioritariamente, daí naturais. É, no entanto, referida a presença do mestre carpinteiro António Francisco de Paiva, irmão de José Francisco de Paiva que este, aliás, recomenda para as obras de carpintaria da igreja.

¹⁸⁵ Na presente colecção de desenhos existe um recado manuscrito que revela actividade de Paiva no fornecimento ou venda de madeira para obra de carácter civil, no caso, um “guarda-vestidos”. Perpassa no texto que o oficial por ele contratado já era conhecido, tendo executado anteriormente obra identificada por Paiva, quiçá, por ele encomendada. Propõe-se o envio da matéria-prima através de dois “galegos” a quem se deverá entregar “bilhete” com o valor da carregação, paga pelo destinatário. Refira-se que uma das actividades dos juizes dos officios era a distribuição equitativa de madeira entre os mestres ensambladores e marceneiros. Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Colecção de José Francisco de Paiva, Inv. 3200v. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 218-219.

¹⁸⁶ Temos conhecimento pessoal de que ainda existia, nos anos sessenta do século XX, transporte de mobiliário em carroças, ou mesmo à cabeça, por mulheres, carregando, das freguesias gondomarenses, tipologias diversas encomendadas pelas oficinas da cidade do Porto.

¹⁸⁷ Também Nicolau Nasoni, em 1758, possuía negócios como Brasil. Além de, para aí, ter enviado “efeitos” (?), passou procuração a dois moradores no Rio de Janeiro para “cobrar e arrecadar [...] o produto de uma letra de risco” que tinha entregue. Vd. BASTO, Artur de Magalhães – *Estudos Portuenses*. Porto: Biblioteca Municipal do Porto, 1990, vol. 2, pp. 118 e 165-166.

¹⁸⁸ Vd. LEÃO, Manuel – O Brasil e a arte portuense. *Museu*, IV série, n.º 9 (2000), pp. 216-223.

¹⁸⁹ Vd. LEÃO, Manuel – O Brasil e os artistas portuenses dos séculos XVII e XVIII. *Museu*, IV Série, n.º 4 (1995), pp. 48-49.

¹⁹⁰ Vd. LEÃO, Manuel – O Brasil e os artistas portuenses dos séculos XVII e XVIII. *Museu*, IV Série, n.º 4 (1995), p. 58.

¹⁹¹ Vd. LEÃO, Manuel – O Brasil e a arte portuense, entre os fins do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX. *Museu*, IV Série, n.º 9 (2000), pp.209-229.

¹⁹² Vd. LEÃO, Manuel – As relações culturais do Porto com a Galiza no século XVII. *Museu*, IV Série, n.º 6 (1997), pp. 97-107.

não sendo descabido considerar que, também para este destino, tal continuasse a acontecer ainda na centúria seguinte. Os ensambladores portuenses procurariam, assim, diversificar as suas fontes de encomendas, no sentido de conseguirem ocupação no seu próprio ofício. Poderiam, portanto, recorrer a fornecedores de fora do burgo, eventualmente localizados mais longe da cidade, em zonas contaminadas pela mobilidade dos oficiais portuenses das artes das madeiras que se deslocavam para onde existissem obras ¹⁹³.

Os onze oficiais portuenses, registados em 1799, trabalhando eventualmente só com madeiras coloniais, não poderiam atender, caso solicitados, ao fornecimento de mobiliário em madeiras nativas. A solução poderia passar pela sub-contratação, num movimento análogo ao que acontecia, com verosimilhança, na segunda metade do século XVII, em Lisboa, com os “carpinteiros de móveis e semblagem”, que recebiam “caixas, tabuleiros, escabelos [...] de Leiria e Ourém” ¹⁹⁴. Esta movimentação de mercadorias existia em meados do século XX, na cidade do Porto, na Praça de Carlos Alberto, na “Feira da Caixas”, em que se vendiam “caixas, cadeiras, bancos, tamancos e outros artigos de madeira” ¹⁹⁵.

No Quadro 6:1 sistematizámos as entradas no Porto em 1799. Nele se incluem tipologias bem assim como o item “*ferragem*”. A análise dos elementos coligidos releva, em primeiro lugar, uma omissão de elementos distintivos que nos permitam aquilatar qualquer gramática estilística. Referem-se as tipologias de modo sincrético, à semelhança das situações aduaneiras internacionais, pois os funcionários das “entradas” e os carregadores limitavam-se a cumprir as funções de registo. As tipologias deveriam ser “ordinárias”, no sentido que já referimos.

¹⁹³ Como já vimos, José Francisco de Paiva e Damião Pereira de Azevedo, por exemplo, exerceram, em Valongo, actividades no âmbito de funções ligadas à construção de estradas e da respectiva igreja. Não será despidendo considerar que tenham exercido alguma influência nas áreas da marcenaria e do entalhamento propriamente ditas em oficinas que se desenvolveram localmente.

¹⁹⁴ Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa; Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. 468-470.

¹⁹⁵ Vd. MARÇAL, Horácio – A Praça de Carlos Alberto. *O Tripeiro*. 5ª Série, Ano 8 (1952-1953), p. 111.

Tabela 6:1

Entradas no Porto, por terra, de mobiliário e ferragem. Ano de 1799.

ANO	ENTRADA	TIPOLOGIA	MADEIRA	QUANTIDADE	ORIGEM
1799	Cidade do Porto	Barras de caixão		8	Estrada de Valongo
		Barras de L ^a [leito]		100	Estrada de Valongo
		Cadeiras		1129	Estrada de Braga, Guimarães e Valongo
		Cadeiras grandes		6	Estrada de Valongo
		Cadeiras pequenas		14	Estrada de Valongo
		Cadeiras	Castanho	206	Estrada de Braga e Guimarães
		Cadeiras	Nogueira	12	Estrada de Braga
		Cadeiras	Pinho	18	Estrada de Guimarães
		Caixas		505	Estrada de Braga, Guimarães e Valongo
		Ferragem		4 Canastras	Estrada de Valongo
		Leitos		54	Estrada de Guimarães
		Leitos	Pinho	4	Estrada de Guimarães
		Maceiras		18	Estrada de Braga
		Mesas		8	Estrada de Valongo
		Mesas	Carvalho	4	Estrada de Valongo
		Mesas de abas		9	Estrada de Vila do Conde/Barcelos
		Mesas menor de abas		7	Estrada de Vila do Conde/Barcelos
Pés de sala		13	Estrada de Braga		

Fonte: A. D. P., *Cabido*, Lo 336, ano de 1799. Quota K|26|1|6-4.36, ff. 1-52v. e Quadros III. 1. a III. 12.

Destes dados retira-se alguma informação genérica sobre a movimentação do mobiliário. Regista-se uma quantidade apreciável de tipologias de assento, com um total de cerca de 1385 cadeiras em três das entradas, à excepção da “*guarda de Cedofeita*”. As oficinas a laborar a partir desta zona geográfica só enviam mesas e leitos. A “*guarda da Lapa*” regista, de igual modo, a sua entrada, bem como o “*Poço das Patas*”, cuja mercadoria proviria, presumivelmente, do perímetro do que é hoje o concelho de Gondomar. Com efeito, os registos correspondentes a esta entrada revelam maior diversidade de tipologias, nomeadamente “*barras de caixão*”, “*barras de leito*”, cadeiras grandes e pequenas e mesas, bem como o item “*ferragem*”, que poderia englobar peças em ferro e “miudezas [que] eram utilizadas na colocação ... [de] grades, vãos e mais obras”¹⁹⁶, bem como em alicerces das construções que corriam na cidade. Estes aprestos poderiam vir de S. Cosme, onde existiam serralharias a funcionar, em simultâneo com Valongo e Porto¹⁹⁷.

Um elemento a destacar é o averbamento, na entrada da Lapa, de “*pés de sala*”, revelando, no destino destes carretos, eventual prática de utilização de tampos de mesa específicos, possivelmente

¹⁹⁶ Vd. AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 164.

¹⁹⁷ Vd. AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 165.

mármore ou outro ¹⁹⁸; poderia configurar alguma encomenda, já que são num número limitado de treze. Não é de descartar, no entanto, a hipótese de constituir rotina de alguma, ou algumas, oficinas residentes no Porto, a encomenda de estruturas de suporte de mesas de modelos costumeiros, ou simplificados, as quais se completariam com coberturas refinadas ¹⁹⁹ e de maior complexidade, talvez guardadas como segredo oficial. Refira-se, a este propósito, os exemplos no inventário de D. Catarina de Bragança, em que os pés de mesas são em nogueira, bordo ou cedro e os respectivos tampos em “rota” ou “couro preto”. Em data posterior, quando se utiliza a cobertura de couro ou de tapetes de medida consentâneas, como já mencionamos, os tampos não eram visíveis, podendo-se, portanto, cobrir madeiras diversas das dos pés.

6. 6. – As matrizes dos artífices das madeiras na cidade do Porto nos finais do século XVIII

Importa identificar o que poderia ser apercebido como novidade pelos artífices no século XVIII e como por eles teria sido interpretado. Numa cidade com vasto movimento humano e de mercadorias, o trânsito de mobiliário de tipologias e estilos diversos, desconhecidos localmente, convocava, inevitavelmente, novas ideias, abrindo horizontes para modernas interpretações estilísticas ²⁰⁰.

Com posição geográfica privilegiada, tendo ainda como característica o facto de ser um escoadouro de um dos produtos de grande valor sócio-económico à época, a saber, o vinho ²⁰¹, o Porto foi, à sua escala, e à semelhança da capital portuguesa e de outras cidades europeias ²⁰², um centro logístico e uma plataforma importantíssima quer no âmbito do país, quer no campo dos negócios internacionais. Como já referimos, a segunda cidade portuguesa assegurava a presença da colónia estrangeira dedicada directamente aos problemas dos negócios imediatos, lidando com feitores, com a qualidade da mercadoria, atendendo capitães de navios, resolvendo problemas logísticos e alfandegários. Vivendo em casas alugadas, nas imediações da sua Feitoria, a colónia britânica do Porto provavelmente não almejaria mobilar as suas moradas de um modo dispendioso, mas

¹⁹⁸ Vd. ALVES, Alexandre – Artistas e artífices nas dioceses de Lamego e Viseu. *Beira Alta*, vol. 39, fasc. 3-4 (1980), pp. 364-365. O autor refere contrato, datado de 1733, para a execução de “pés para duas mesas de pedra estrangeira para a sacristia”, i.e., o oficial deveria ajustar a estrutura da tipologia a dois tampos importados.

¹⁹⁹ Em Inglaterra, por exemplo, colecionadores de tampos de mármore encomendavam aos marceneiros as bases para os ostentarem. Vd. *Catálogo da Exposição “Thomas Hope Regency Designer”*. London: Victoria & Albert Museum, 2008, p. 396.

²⁰⁰ Cfr. CESCINSKY, Herbert – *The gentle art of faking furniture*. London: Eyre & Spottiswoode, 1931, p. 30. Este autor considera que a circulação de peças diversas, em número suficiente para serem olhadas como novas, conduz, obrigatoriamente, à criação de uma nova época com outros padrões técnico-estéticos.

²⁰¹ O vinho, não sendo obviamente o único, era o mais importante. Frutas diversas – laranja, limão, nozes, frutos secos e sal faziam também parte dos produtos locais que eram objecto de transacção.

²⁰² A chamada de atenção para a característica da cidade do Porto enquanto microcosmo original foi já notada numa análise do contexto socio-histórico portuense da época pombalina: “No seu conjunto, as construções portuenses de carácter anglopalladiano constituem um fenómeno artístico pontual, único no nosso país, que fora de Inglaterra, no continente europeu tem o seu paralelo em Bordéus - e num contexto económico-social no continente similar ao nosso, proporcionado também pelo comércio dos vinhos”. Cfr. GONÇALVES Flávio – A arte no Porto na época do Marquês de Pombal. In SANTOS, Maria Helena Carvalhos dos, coord. - *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, vol. 2, pp.101-119.

sim de acordo com a moda a preços favoráveis. Enquanto em Lisboa a elite dos mercadores assegurava, junto da corte e da coroa, o benefício e a exclusividade de alguns negócios intercontinentais, podendo ostentar palácios e moradias luxuosas ²⁰³, no Porto diligenciava-se a compra, venda e distribuição dos bens e mercadorias aí predominantes, bem como a expedição de outras, em circulação. O facto de se constituir destino final para algumas fazendas, ou simplesmente objecto de conhecimento para quem com eles lidava, fazia desta cidade portuária uma fonte de saberes diversos. Os escritórios dos ingleses eram um dos focos importantes da vida comercial que, como veremos, deverá ter dado lugar à criação de mobiliário específico. A sua importância local perdurou no século XIX ²⁰⁴, sendo romanceada pelo escritor Júlio Dinis.

Dado o domínio social e comercial da colónia inglesa protestante, o gosto que se transferiria dessa clientela para as oficinas locais ²⁰⁵, situadas próximo do centro nevrálgico que era a ribeira do rio Douro, não poderia ter a exuberância da produção dos territórios de influência romana ²⁰⁶. A produção decorativa francesa, se bem que conhecida e, por vezes, presente em ambientes de finais do século XVIII, como se pode conferir na Cela de Santo Ambrósio do Museu de Arouca ²⁰⁷, deveria estar menos representada neste ambiente.

Esta pequena maquete, datável do início da década de 1790 é, entre outros possíveis, um cartão de visita das residências burguesas do Porto almadino e configura-se como proposta para análise do funcionamento da actividade evolutiva e criativa dos marceneiros portuenses de finais de Setecentos. Aí se representa um ambiente civil de preponderante influência inglesa, mas de originalidade local, não só pela presença de elementos religiosos, naturais num ambiente em que a prática religiosa marcava presença no quotidiano, mas também pela alteração formal dos modelos que os inspiraram. Com efeito, a tradução dos arquétipos processou-se através da inclusão de elementos regionais, por vezes já em desuso nos centros exportadores ²⁰⁸, como as pilastras com cariátides na cómoda-papeleira da cela de Arouca bem como as cabeças de querubim em tipologia idêntica em

²⁰³ Em Inglaterra, por exemplo, a situação era semelhante. Só as famílias ricas, residentes em Londres, ou com palácios ostentatórios construídos nas suas propriedades da província, podiam comprar os móveis luxuosos e da última moda na capital inglesa. Os mercadores abastados mas “lower in the social scale”, vivendo na província, que queriam mobiliário semelhante mas a preços mais modestos, abasteciam-se nos fabricantes fora de Londres. Cfr. MULLINS, Anthea – Local furniture makers at Harewood House as representatives of the provincial cratsmanship. *Furniture History*, vol. I, 1965, pp. 31-38.

²⁰⁴ Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, vol. 1, pp. 141-153.

²⁰⁵ Cfr. VALENTE, Adelina - O mobiliário civil setecentista da “Cela de Santo Ambrósio” do Museu de Arouca. Comunicação apresentada ao *IV Colóquio De Artes Decorativas “O Móvel e o seu Espaço”*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 25-27 de Outubro de 2012 (actas no prelo).

²⁰⁶ Cfr. STEEGMAN, John – *The rule of taste*. Great Britain: The Chaucer Press, 1986, p. 24. Este autor considera, a este propósito, que os sentimentos anti-católicos alimentados pela insularidade se fizeram sentir na e evolução das artes setecentistas inglesas dando origem a características diversas da Europa do sul.

²⁰⁷ Vd. VALENTE, Adelina – O mobiliário civil setecentista da “Cela de Santo Ambrósio” do Museu de Arouca. Comunicação apresentada ao *IV Colóquio De Artes Decorativas “O Móvel e o seu Espaço”*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 25-27 de Outubro de 2012 (actas no prelo).

²⁰⁸ Vd. JAFFEE, David – Sideboards, Side Chairs, and Globes: changing modes of furnishing provincial culture in the Early Republic, 1790-1820. In GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, ed. – *Furnishing the Eighteenth Century. What furniture can tell us about the European and American past*. New York: Routledge, 2007, p. 92.

exposição na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva ²⁰⁹, cuja utilização constituía, em Inglaterra, sinal de um rococó tardio. Adiante veremos outra peça com essas manifestações decorativas. A utilização de entalhamento coroando estantes e sanefas ou adornando aventais, em consolas, apontam para a tradição da talha religiosa. Mas estas opções ornamentais não podem ser consideradas indícios de menoridade. Ao invés, manifestam sinais de dinamismo cultural que os ofícios locais souberam imprimir aos ambientes decorativos numa época em que a produção de mobiliário era de pouca monta.

Na miniatura de Arouca presenciamos um dos processos de evolução estilística e formal que se desenrolou na cidade do Porto. A progressão não consentiu rupturas, antes preferiu compromissos, e introduziu citações ²¹⁰, utilizando linguagens conhecidas, de raiz religiosa local, em manifestações de carácter civil ²¹¹. A produção portuense de mobiliário nos finais do século XVIII deve ser contextualizada tendo em conta elementos da sua própria história juntamente com o espírito que presidiu ao seu desenvolvimento ²¹², no que pode ser definido como sinal de “coexistência de diferentes princípios estéticos” ²¹³.

6. 6. 1. - A circulação de informação na cidade do Porto nos finais do século XVIII

A influência nas Artes Decorativas portuenses, nomeadamente no mobiliário, temperou-se com diversos factores. Por um lado as publicações de carácter técnico-estilístico já referidas no 5º capítulo, estavam disponíveis entre oficiais e sua clientela. A divulgação fluía com alguma naturalidade e dela encontramos alguns exemplos.

A existência, na colecção de desenhos, da *Folha 121* ²¹⁴, figurando oito espaldares de cadeiras, a tinta-da-china, aguarelados a cinza e amarelo, idêntica a exemplar que foi igualmente difundida, em 1795, na Hungria, por periódico alemão ²¹⁵, constitui prova de que a circulação de ideias entre

²⁰⁹ Vd. M. F.R.E S.S., *Papeleira de pau-santo*, n.º de inventário 146.

²¹⁰ Cfr. ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. London: Faber and Faber Limited, 1974, pp. 42-43.

²¹¹ Parece-nos exemplar a captação de elementos estilísticos utilizados na decoração retabular, caso das cabeças de querubins, e sua inserção no mobiliário civil. É de notar, no entanto, que estas opções decorativas constituem exemplos dos elementos inseridos de forma constante nas Artes Decorativas. Já no século XVI, pintores e decoradores apresentavam propostas ornamentais incluindo cabeças de anjos alados, mascarões e meios corpos femininos, entre motivos vegetalistas compostos. Vd. STELLA, Jacques – *Baroque Ornament and Designs*. New York: Dover Publications, 1987, pp. 19-21.

²¹² Cfr. POWEL, Lydia – The influence of English design on American furniture. *Apollo*, vol. 47 (June 1958), pp.191-195. Referindo-se à marcenaria americana de influência inglesa, a autora considera que a respectiva produção “*must be judged against the background of its times and the spirit of the people who produced it*”.

²¹³ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 29.

²¹⁴ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3209 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 148-149.

²¹⁵ Vd. SZABOLSCI, Hedvig – English Influence on Hungarian Furniture at the End of the 18th century. *Furniture History*, IX (1973), p. 95, plate 25-B. Tratava-se de uma publicação que divulgava a moda das Artes Decorativas inglesas em finais do século XVIII sem, no entanto, revelar as fontes primárias. No centro da Europa verificou-se, nessa época, um movimento de adaptação de modelos utilitários do neoclassicismo britânico destinados à classe média. Os veículos dessa divulgação foram publicações destinadas especificamente ao mercado das Artes Decorativas, bem como escolas de aprendizagem de desenho e ofícios.

os oficiais das Artes Decorativas era uma realidade intrincada ²¹⁶. Trata-se de um desenho cuidado, cujo conteúdo está encaixilhado tal como se apresentaria uma folha solta de um álbum, indicativo de difusão a público interessado ²¹⁷, revelando inventividade de um desenhador, ou pintor ²¹⁸, que conhecia a obra de Thomas Sheraton ²¹⁹. Verifica-se que o autor do desenho seguiu as sugestões do inglês no comentário à sua própria gravura. Com efeito, modificou os espaldares, pronunciou curvaturas, retirou ou acrescentou elementos, e adicionou traços de coloração amarela, indicativo de possível douramento. Não foi alterada, no entanto, a filiação estilística dos oito modelos apresentados. As representações das estampas, em Portugal e na Hungria, demonstram as variações possíveis a partir de uma determinada matriz formal e decorativa, no caso o espaldar. Para continuar a inovar sobre o mesmo tema, o entalhador necessitaria, unicamente, de exercitar a sua imaginação a partir de um desenho primário. Esta é uma das razões que dificulta a prova da autoria das peças de uma determinada época. Se não existir documentação ou estampilha é muito difícil a destrinça da oficina que as executou.

A vida de Sheraton constituiu um exemplo do funcionamento dos mercados abastados de finais do século XVIII, que permitia que os desenhadores de mobiliário percorressem diversas oficinas sugerindo aos artífices as ideias que a clientela apreciava, i.e., que estavam na moda ²²⁰. A experiência que esse inglês adquiriu nas oficinas inglesas que frequentou, permitiu-lhe conhecer, a fundo, a actividade dos marceneiros e seu modo de funcionamento. Foi com naturalidade que pode prever, enquanto desenhador, que as suas gravuras seriam suficientemente elucidativas quanto aos modelos apresentados, indicando, nas notas explicativas, algumas modificações passíveis de ocorrer ²²¹, nomeadamente a transposição dos elementos ornamentais tanto para talha como para pintura. Aos clientes e aos cadeiros foi, portanto, oferecido um material básico para que outras ideias decorativas se pudessem desenvolver, criando modelos renovados, eventualmente mais ao gosto da clientela local.

Esta nossa análise é corroborada por quatro fotos de tipologias de assento do acervo de firma portuense em laboração desde 1923 ²²² (fig.s 6:26, 6:27, 6:28 e 6:29). Conquanto não estejam datadas,

²¹⁶ Este facto denota, de igual modo, a agressividade do mercado setecentista britânico quanto à divulgação das suas propostas no domínio do mobiliário.

²¹⁷ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 318-319.

²¹⁸ Cfr SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972, plate XLIX, p. 200-201. Quatro das cadeiras da gravura de Sheraton destinavam-se a ser pintadas.

²¹⁹ Vd. SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972, fig. 25 e 28.

²²⁰ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 321.

²²¹ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 200-201. Thomas Sheraton comenta que o desenho “sufficiently expresses what they [os espaldares de cadeiras] are”.

²²² Estas quatro fotos pertencem à colecção da empresa Antiqualha®, fundada em 1923, na cidade do Porto, e filial em Aveiro.



Figura 6:26
Cadeira, datável de c. 1950, ao estilo de Thomas Sheraton.



Figura 6:27
Cadeira, datável de c. 1950, ao estilo de Thomas Sheraton.



Figura 6:28
Cadeira, datável de c. 1950, ao estilo de Thomas Sheraton.



Figura 6:29
Cadeira, datável de c. 1950, ao estilo de Thomas Sheraton.

o conhecimento pessoal desse arquivo permite-nos situá-las na década de 1950, replicando modelos recenseados por obra publicada nessa década em Portugal ²²³. Não sabemos se estas quatro peças, inspiradas em modelos de Thomas Sheraton, foram copiadas directamente de modelos setecentistas ou se incorporaram alguma inventividade do cadeireiro ou do entalhador que as executou. Cabe reconhecer, para o que aqui nos interessa, que, à semelhança do desenho referido anteriormente,

²²³ Vd. PINTO, Augusto Cardoso; NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Cadeiras Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1950, estampas CIV e CV, figs. 219-224.

constituem desenvolvimentos de uma linguagem específica, cuja gramática era dominada por esses oficiais. A co-existência oficial de actividades de intervenção restaurativa e de reprodução de mobiliário, esta última praticada, como veremos, por José Francisco de Paiva, permitia, e ainda permite, nos dias de hoje, a proliferação permanente de um imaginário estilístico com raízes mais ou menos longínquas, fruto da convivência dos oficiais com protótipos epocais e assimilação da respectiva gramática ornamental.

Deparamos com uma outra prova da circulação transnacional de ideias, de desenhos e sua concretização. É o caso a *Folha 31*²²⁴, que apresenta dois desenhos de secretária de estrutura complexa, com prumadas altas e uma caixa escondendo sistema mecânico denticulado para sustentar tampo em diversas alturas²²⁵. Este, por sua vez, desdobra-se em mais um tampo com novo suporte para expor livro que aparenta dimensões apreciáveis.

A frente desta tipologia apresenta duas versões: à esquerda sugere-se o tampo com reentrância, com duplo recorte, para acolher a figura do seu utilizador, e a respectiva planta baixa indica essa curvatura, bem como os pontos de inserção das prumadas, que são visíveis exteriormente²²⁶. No desenho da direita a peça é apresentada de flanco, visualizando-se a volumetria respectiva de modo pouco canónico e elegante, podendo ser, em nossa opinião, um acrescento ao esquisso original. Na verdade, a curvatura da ilhargia não coincide com a gramática estilística da frente da peça, em que predominam linhas rectas e lisas²²⁷, uma variante relativamente ao desenho da esquerda, com sugestão em cor amarela do que poderiam constituir fitas embutidas, podendo ser pequiá, pau-cetim ou outra madeira dessa tonalidade. Analisando o desenho, vislumbram-se leves traços a lápis na figura da direita, sugerindo prumadas cobertas, que não fossem perceptíveis exteriormente. No entanto, a prumada traseira visível apresenta um riscado na vertical, parecendo meias canas. Todos estes elementos nos remetem para a possibilidade deste desenho ter constituído objecto de reflexão por parte do marceneiro que o recebeu, tendo-se debruçado quanto aos pormenores estruturais que poderiam ser importantes²²⁸.

Esta tipologia, desenhada em papel cuja marca de água data de 1784, é de grande complexidade,

²²⁴ Vd. M. N. A. A. , *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3252 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 106-107.

²²⁵ Secretárias aparentadas com esta matriz são mencionadas, em 1832, pelo industrial de marcenaria Pedro Bartolomeu Dejante, descrevendo-as como “mesas mecânicas graduadas que servem para escrever em todas as alturas” e referindo ter sido o próprio “que [as] fabricou em Lisboa”, além de “diversos trastes da sua invenção ainda não conhecidos em Portugal”. Em documento defensivo contra reclamações de marceneiros lisboetas que pretendiam cercear as suas actividades, Dejante revela não só as suas ligações a marceneiros de outras nacionalidades, como também conhecimento da importação de mobiliário, sendo natural que estivesse a par de tipologias não divulgadas no reino português e disso procurasse tirar vantagem competitiva quando em confronto com os oficiais portugueses tradicionais. Cfr. BASTOS, Celina – A família Dejante: a marcenaria e a indústria de mármore no Portugal de Oitocentos. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 186-190.

²²⁶ Configuram, portanto, um tipo de construção em que os painéis das duas ilhargas são inseridos por meio de furo e respiga nas quatro prumadas, obrigando à existência de uma grade interior para que as gavetas se movam. As indicações do desenho apontam para que o suporte serrilhado de metal se insira nas ilhargas, presumivelmente na sua face interior, quando se pretender que o tampo desça.

²²⁷ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 335.

²²⁸ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 102.

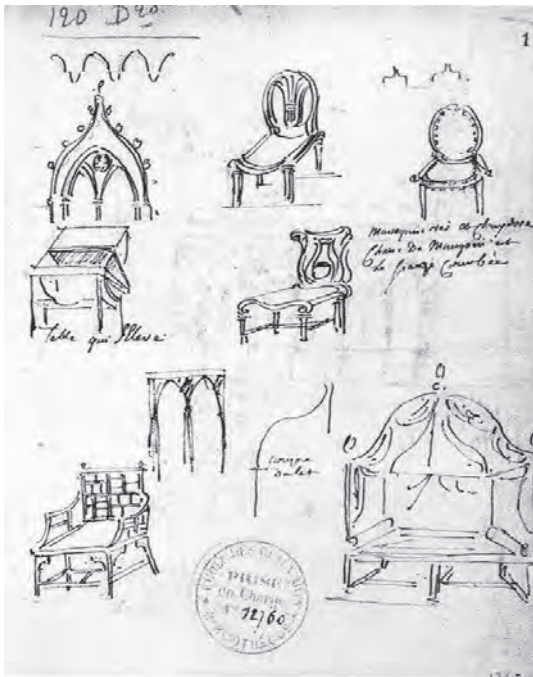


Figura 6:30
Esboços de peças inglesas, de finais dos anos 60 de 1700,
entre eles, uma “Table qui se lève”



Figura 6:31
Secretária francesa com múltiplas funções

permitindo escrever, ler e desenhar, e aparenta ter saído de mão de experiente desenhador, com sombreados definidos de modo livre, ao correr da aguada, podendo configurar, a nosso ver, uma mão que não a de Paiva. Trata-se de um modelo de secretária, porventura considerada moderna dada a inserção de mecanismos e apoios diversos. Foi sinalizada pelo arquitecto francês François-Joseph Belanger, que visitou Inglaterra em 1767, representando-a de modo muito sumário mas com linhas suficientemente claras²²⁹ e identificando-a com a frase “*table qui se lève*”, (fig. 6:30). Esta mesa encontra-se em colecção francesa da cidade de Bordéus, em França (fig. 6:31), sendo denominada “*table à crémaillère à la Tronchin*”²³⁰, indiciando “um carácter utilitário” e exibindo o “seu mecanismo”²³¹. Modelos semelhantes, mais singelos quanto aos elementos constituintes, podem ser observados em Inglaterra, datados de 1787 e 1799, saídos da oficina de Robert Gillow²³², marceneiro e homem de negócios que teve ligações com Portugal, e que analisaremos *infra*. Também Thomas Sheraton propôs tipologias com o mesmo carácter mecânico²³³, o que nos permite reafirmar que as ideias do tempo circulavam entre oficinas e oficiais e que a cidade do Porto, em finais de

²²⁹ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 18.

²³⁰ Vd. BORDEAUX. MUSÉE DES ARTS DÉCORATIFS. *Catalogue. Mobilier bordelais et parisien*. Paris: Éditions de la Réunion des musées nationaux, 1997, pp. 65-66, 87 e 102-103. Esta designação associa o nome do médico genovês, Théodore Tronchin (1709-1781), que defendia uma vida de “bonne hygiène physique”.

²³¹ Vd. BORDEAUX. MUSÉE DES ARTS DÉCORATIFS. *Catalogue. Mobilier bordelais et parisien*, p. 66. Este museu possui três peças desta tipologia, representando diferentes épocas. A secretária da foto está datada de cerca de 1780 e é considerada obra de Joseph Stockel, “maître en 1775”. Está executada em carvalho, mogno (“acajou”) maciço e forra da mesma madeira. O tampo é coberto com “cuir”, aplicado recentemente.

²³² Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 335.

²³³ Vd. SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972, fig. “A Universal Table (sic)”, pp. 60-61, e fig. 44, pp. 92-93.

1700, não estava arredada das propostas internacionais da época, nomeadamente das de influência inglesa.

Este desenho indica o cliente: o “desembargador Pedro de Mello (Breiner?)” e está datado de 11 de Dezembro de 1786, configurando, para as Artes Decorativas portuguesas, grande actualidade quanto à sua presença na cidade. Este político português, que viveu entre 1751 e 1830, era um homem viajado, conhecedor de realidades nacionais e internacionais. Ocupou cargos diversos, tendo sido diplomata e membro do Conselho de Regência instituído pelo futuro D. João VI, em 1807, além de “Governador das Justiças da Relação e Casa do Porto”²³⁴, Presidente da Junta das Obras Públicas entre 1800 e 1803²³⁵, e “inspector das obras da nova matriz de Valongo”, como já vimos.

Os breves elementos biográficos deste político português permitem-nos, mais uma vez, constatar que as transações entre mercados constituíam mais do que meras trocas comerciais, envolvendo vertentes muito diversas, nomeadamente intercâmbio de informações. Uma delas representou a chegada ao reino de mobiliário inglês trazendo padrões formais e estilísticos de matriz específica. Estes cruzaram-se com outra dimensão, a introdução de elementos manuscritos recebidos através de personalidades com necessidades particulares, pretendendo “produção com identidade própria, adaptada às necessidades e solicitações locais”²³⁶. À semelhança de movimentos similares em finais do século XVIII, nos territórios do centro da Europa²³⁷, ilustração de designers e de oficinas do mercado britânico circularam, com probabilidade, por mãos que os fizeram chegar aos destinos periféricos.

Proporcionaram-se, deste modo, condições para que a osmose de técnicas, padrões e estilos fosse eficaz. O marceneiro e designer de mobiliário José Francisco de Paiva constituiu, portanto, o produto e corolário destas duas dimensões, e a colecção que ostenta o seu nome prova que a marcenaria foi um veículo de transmissão do gosto inglês na cidade do Porto²³⁸.

O conhecimento do mobiliário existente em casa de figuras que dominavam a cena política e económica local foi outra extensão deste fenómeno de absorção cultural e estilística. A existência de uma “burguesia do Porto e de Vila Nova de Gaia [...] favorecida pelos negócios de vinho do Porto e de outros produtos”²³⁹ propiciava aos marceneiros contacto com a respectiva realidade doméstica, tornando-os agentes da multiplicação de modelos existentes e motores da evolução estilística do mobiliário civil.

A frase “Em Miragaia procure onde mora o Srº D^r (?) Manuel Lozada (?) Cunha e na mesma

²³⁴ Vd. AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 105.

²³⁵ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol 1, p. 186.

²³⁶ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Arte e sociabilidade no Porto Romântico*. Porto: CITAR, 2009, p. 19.

²³⁷ Vd. SZABOLSCI, Hedvig – English Influence on Hungarian Furniture at the End of the 18th century. *Furniture History*, IX (1973), p. 89.

²³⁸ Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, vol. 1, p. 142.

²³⁹ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Arte e sociabilidade no Porto Romântico*. Porto: CITAR, 2009, p. 19.

casa fale com Francisco ... e Sousa p^a este lhe mostrar as cad(ei)ras que Francisco da C^a ...”²⁴⁰ indica essa realidade. Se bem que esta proposição da *Folha 63v* esteja truncada e descontextualizada, não existindo elementos que permitam, pelo menos, vislumbrar a tipologia referida, aí se apontam outras vertentes que possibilitaram a disseminação técnica e estilística da actividade da marcenaria portuense de finais de Setecentos.

Com efeito, o estímulo que os oficiais recebiam da clientela era, por um lado, a expressão do desejo de possuir cópia do que estava em uso, ou pelo menos peças inspiradas em espécimes considerados protótipos para os cânones que se desejavam modernos; o encomendante indicava especificamente os modelos a reproduzir²⁴¹. Por outro lado, o agente desta visita, que poderia ser

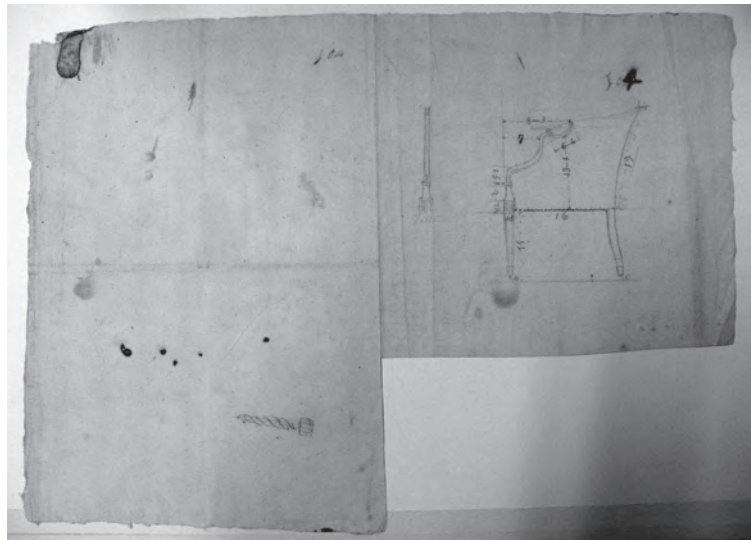


Figura 6:32

Folha 104 da colecção denominada José Francisco de Paiva

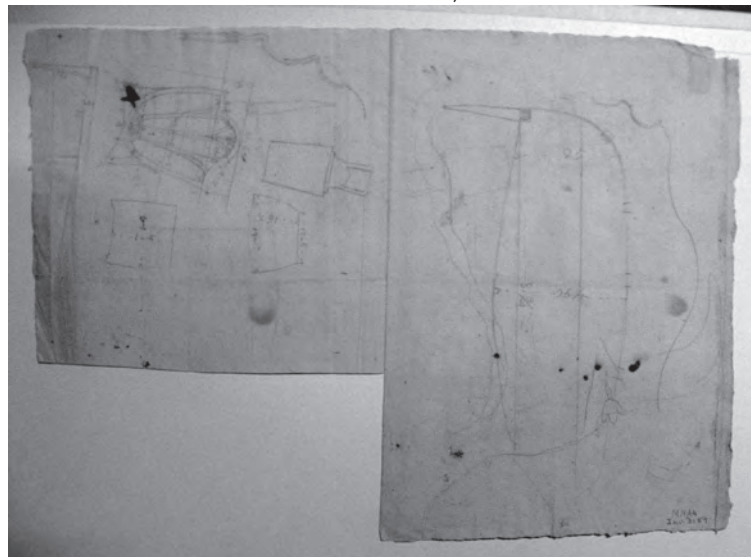


Figura 6:33

Folha 104v da colecção denominada José Francisco de Paiva

²⁴⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3194v Des. Transcrito por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 118.

²⁴¹ Este é um dos meios de transmissão dos gostos e do luxo. Com efeito, os consumidores das elites mercadoras pretendiam possuir peças decorativas ao gosto do tempo, o que implicava mostrarem a sua cultura, a sua adesão estética ao ambiente dos da sua classe, fundindo-se nesse ritual não só de “wealth but of taste and refinement”. Cfr. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005, pp., 39-40.

marceneiro ou cadeireiro, visualizaria as peças, tiraria, eventualmente, notas escritas, procurando replicar, no passo seguinte, i.e., na execução da obra, os elementos que tinha retido. Pode ser exemplo deste modelo operativo o desenho a lápis, em pedaço de cor azul-esverdeada com a numeração de *Folha 104*²⁴² (fig. 6:32) e *Folha 104v*²⁴³ (fig. 6:33), em que foram plasmadas linhas muito definidas de espaldar de cadeira de influência inglesa que foram difundidas na segunda metade da década 90 de 1700²⁴⁴. Indicam-se medidas precisas dos respectivos elementos estruturais, assento e prumada dianteira, esta replicando, aliás, modelo desenhado por mão experiente e conhecedora na *Folha 134*²⁴⁵. É de notar que nas duas folhas se desenha uma corola de flor no centro superior do espaldar, elemento que não é apontado, em geral, em tipologias de assento britânicas. Na zona inferior representa-se uma quase meia circunferência de roseta envolvida em folhagem, solução utilizada em alguns modelos executados na já referida firma Gillow, nos anos de 1785/1786²⁴⁶, denominados de “camel back chairs” devido à ondulação pronunciada do cachaco com semelhanças da bossa de dromedário. A evolução das prumadas das tipologias de assento das folhas mencionadas *supra* podem ter sido consubstanciadas nos desenhos da *Folha 58*²⁴⁷ e da *Folha 119*²⁴⁸, estilisticamente conotadas com o desenvolvimento do estilo de Thomas Sheraton²⁴⁹. A *Folha 58* revela uma interrupção na zona estofada do encosto – que pode ser tomada por uma indicação de possível aplicação de aro de madeira, que os desenhos de Sheraton também indicam. O mesmo desenho faz, ainda, referência a uma cadeira com função higiénica – o “bidé” –, que parece repetir-se na *Folha 133*²⁵⁰, aqui com sugestão de outro modelo de cadeira. O segundo desenho – o da *Folha 119* –, adapta concepção estilística similar a cadeira que poderia ostentar suporte de livro com vela, à semelhança de um conjunto de seis cadeiras de braços existentes na Associação Britânica do Porto, datadas de 1842²⁵¹.

A figura do mestre, do artesão que executava a obra, simultaneamente desenhador e gestor do negócio, congregava, em si, as funções que regiam a actividade laboral e económica das oficinas. Era a norma que vigorava em mercados exíguos, relativamente parcos em clientela. Não existiam

²⁴² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3189 Des.

²⁴³ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3189v Des.

²⁴⁴ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 134-135.

²⁴⁵ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3255v Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 146-147.

²⁴⁶ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 165.

²⁴⁷ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3254 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp.152-153.

²⁴⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3205 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 154-155.

²⁴⁹ Vd. SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972, pp. 170-171. Vejam-se, por exemplo as curvaturas de braços das propostas da figura 18, e o estofa a abarcar toda a zona destinada ao assento.

²⁵⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3253 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 134-135

²⁵¹ Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, vol. 1, pp. 146-147.

desenhadores dedicados somente à criação de mobiliário civil, pelo menos reconhecidos como tal²⁵². No figurino do funcionamento das oficinas portuenses de finais do século XVIII, os riscadores eram os oficiais treinados capazes de desenvolver ideias a partir de elementos conhecidos. Situação similar existia no início do mesmo século, em Inglaterra, mas, na justa medida em que o negócio foi florescendo, atingindo patamares de grande divulgação e vendas, houve necessidade de separar actividades para tirar o máximo partido da adesão da clientela, apresentando modelos de mobiliário que permitissem continuar a atrair fregueses. A figura do “designer” britânico, do criador de formas enquanto suporte para aplicação de madeiras com efeitos vistosos, afirmou-se²⁵³. Os arquitectos com conhecimentos histórico-artísticos que ao longo do século se foram interessando pelas Artes Decorativas, apresentando desenhos sugestivos, competindo, por vezes com os marceneiros, constituíram um dos factores relevantes para o desenvolvimento dessa actividade²⁵⁴.

Em Portugal, em finais de Setecentos, não existia conjuntura sócio-económico conducente a tal expansão. Com efeito, não existia clientela em número e abundância como, por exemplo, em Inglaterra, nem arquitectos dedicados ao desenho de mobiliário civil, com patronos ricos, dispostos a arriscar aventuras estilísticas reformadoras ou inovadoras para palácios ou casas apalaçadas de grande visibilidade. O meio portuense era restrito e, à semelhança da escultura e da pintura, a produção das Artes Decorativas não “correspond[eu] ao impulso e à transformações que a arquitectura e a talha sentiram”²⁵⁵. A criação, em 1779, da Aula Pública de Debuxo e Desenho da Companhia de Vinhos do Alto Douro, embora inserida numa dinâmica epocal de criação de escolas que possibilitassem desenvolvimento teórico-prático dos seus formandos, dirigiu o ensino para a elaboração de cartas geográficas e topográficas dos reinos e plantas das cidades e das embarcações.

Com a informação que hoje possuímos, e à semelhança de territórios dominados por potências coloniais de carácter forte²⁵⁶, em Portugal, à época, não existia uma classe profissional que tivesse assimilado as Artes Decorativas com engenho, com programas de mobiliário civil de âmbito internacional, criando, a partir desses, revoluções estilísticas que proporcionassem a criação de tendências que se tornassem referência mundial. Isso era tarefa difícilíssima, senão impossível, dada a predominância avassaladora das propostas inglesas importadas, bem como do culto e da adesão da corte de Lisboa à moda francesa²⁵⁷.

Em diferente direcção se mobilizou, e concretizou, a criação decorativa religiosa portuguesa

²⁵² No século XIX a panorâmica da actividade mostraria sinais de mudança, nomeadamente com o dinamismo de marceneiros estrangeiros a operar em Lisboa, como o supra citado Pedro Bartolomeu Dejante. Vd. BASTOS, Celina – A família Dejante: a marcenaria e a indústria de mármore no Portugal de Oitocentos. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 157-191.

²⁵³ Vd. KIRKHAM, Pat – *London Furniture Trade. 1700-1870*. Great Britain: London Furniture History, 1988, p. 97.

²⁵⁴ Cfr. KIRKHAM, Pat – *London Furniture Trade. 1700-1870*. Great Britain: London Furniture History, 1988, pp. 96-99.

²⁵⁵ GONÇALVES Flávio – A arte no Porto na época do Marquês de Pombal. In SANTOS, Maria Helena Carvalhos dos, coord. - *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, vol. 2., p. 112.

²⁵⁶ Veja-se, por exemplo, o caso dos Estados Unidos da América cujas Artes Decorativas se filiam na produção inglesa setecentista. Vd. TRACY, Berry B. – *Federal Furniture and Decorative Arts at Boscobel*. New York: Boscobel Restoration, 1981.

²⁵⁷ No último quartel do século XIX a rainha D. Maria Pia, se bem que de ascendência italiana, continuou a aderir ao francesismo das Artes Decorativas escolhendo para a decoração do Palácio da Ajuda mobiliário revivalista da autoria de Paul Sormani que, aliás, forneceu outras cortes europeias. Vd. ANDRADE, Maria do Carmo Rebelo de – Paul Sormani e o estilo Luís XV. Os móveis preferidos da rainha D. Maria Pia. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 193-229.

de Setecentos – como já referimos no 5º capítulo –, cujos agentes, no continente europeu, se assumiram como motores de propostas decorativas idiossincráticas, exportando-as para a colónia brasileira, numa atitude de verdadeiro centro produtor de inovação, a ser replicada nos trabalhos executados nos domínios. As produções arquitectónicas e retabulares portuguesas tiveram, assim, papel difusor de um programa decorativo integral e coerente, comportando-se como centro que iluminou a sua zona de influência.

6. 6. 2. - A arquitectura na formação do desenhador, ensamblador e marceneiro

Não será por acaso que o nome de Andrea Palladio é referido expressamente em desenho da colecção, na *Folha 71*²⁵⁸. Como já referimos, a obra dessa figura da arquitectura italiana, foi uma das matrizes da construção inglesa, atravessando, de modo evidente, o século XVIII, até ao advento da era de Robert Adam, que introduziu paradigmas diversos. A referência a Palladio não poderá ser menosprezada, pois questões teóricas de ordem arquitectónica devem ter atravessado as discussões no Porto durante a acção renovadora de João de Almada e Melo e Francisco de Almada e Mendonça, na segunda metade de Setecentos. Terão existido tensões de sentido oposto²⁵⁹. Arquitectos e artífices portuenses e estrangeiros empenharam-se na actividade de construção civil, induzindo, entre a mão-de-obra mais esclarecida, a importância dos elementos teóricos essenciais para uma construção eficaz, sendo que a amálgama de todas as influências estrangeiras acabou por definir o estilo local²⁶⁰.

Como já referimos, a informação transmitida pela aristocracia e alta burguesia setecentistas eram de suma importância para o desenvolvimento das artes em geral, já que constituíam veículos transmissores privilegiados. Os conhecimentos da classe encomendante, modelada por um sistema educativo e de leituras ecléticas²⁶¹, pelo convívio com gostos diversos na capital do reino, bem como pelas viagens a outras latitudes, eram comunicados aos arquitectos e artesãos – constituindo estes uma classe pouco aculturada –, através das encomendas, cuja génese poderia ter carácter internacional, oferecendo-lhes uma visão alargada e perspectivada das suas actividades artesanais,

²⁵⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3135 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 52-53.

²⁵⁹ A reacção ao barroco por parte da sociedade portuense acabou por permitir, na arquitectura, a afirmação inglesa de raiz Palladina, pese embora a resistência dos eclesiásticos encomendantes da cidade que apreciavam as escolas italiana, francesa e espanhola. Cfr. TAYLOR, René – John Carr e o Hospital de Santo António do Porto. *Belas Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, 2ª Série, n.º15 (1960), pp.13-31.

²⁶⁰ Em qualquer país as diversas linguagens estilísticas importadas acabam por se mesclar com a cultura local, traduzindo-se inevitavelmente para os conhecimentos autóctones, dando origem a um estilo próprio e original. Cfr. JAFFEE, David – Sideboards Side Chairs, and globes: changing modes of furnishing provincial culture in the Early Republic, 1790-1820. In GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, editors. *Furnishing the Eighteenth Century. What furniture can tell us about the European and American past*. Edited by. New York: Routledge, 2007, p. 92.

²⁶¹ As leituras, a educação e a informação de cada casa abrangiam diversas áreas. Vejam-se, por exemplo, títulos como “*Ensaio sobre a Electricidade um Tomo*”, “*Costumes dos Selvagens da América um Tomo e o 2º*” e “*Historia antiga dos Egípcios Tomo 1º*”, pertencentes à biblioteca do marquês de Távora. Vd. GUERRA, Luiz de Bivar – *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. 13. A circulação de “*books bound*” e “*books unbound*”, já referidos, indicia um enorme fluxo de material impresso.

sendo mesmo um dos factores de evolução das Artes Decorativas em geral ²⁶². A par da informação escrita que circulava, esta foi uma influência de grande monta no desenvolvimento na marcenaria portuguesa no que toca a novas tipologias, técnicas e tecnologias.

O mobiliário, objecto tridimensional por natureza, deve às regras de arquitectura muita da sua concepção e evolução. Qualquer época e estilo estão alicerçados em cânones e doutrinas construtivas dominantes à época ²⁶³, e o conhecimento das regras de proporção e perspectiva foram salientados por diversos desenhadores de mobiliário. O inglês Thomas Chippendale, por exemplo, sistematizou essas normas, aquando da publicação da sua obra na década 50 de 1700 ²⁶⁴. Também Thomas Sheraton sentiu necessidade de se deter em explicações de cariz teórico e prático complexas ²⁶⁵, referindo que geometria, perspectiva e óptica (“optics”, em inglês) são fontes essenciais da actividade do marceneiro ²⁶⁶. Em França, o “ébeniste” setecentista André-Jacob Roubo, que se elevou à categoria de mestre do ofício através da publicação de obra teórico-prática, destaca a necessidade do artífice saber desenhar e adaptar proporções, considerando essencial conhecer as regras que ditaram a execução de mobiliário ²⁶⁷.

Na presente colecção de desenhos existe um elemento, a *Folha 64* ²⁶⁸, que indicia a preocupação de conhecer os traços de uma cimalha de cariz neoclássico tal como George Hepplewhite sugeriu na sua obra de referência ²⁶⁹, bem como a possibilidade de a transferir para cimalkas e bases de mobiliário. Não sabemos se este desenho foi executado por Paiva, mas o facto de existir nesta colecção de desenhos demonstra a atenção que os marceneiros concediam ao seu estudo, nomeadamente às proporções dos seus elementos.

²⁶² O cliente das oficinas de mobiliário, dada a sua formação cultural multifacetada, conversava com o artífice proporcionando-lhe informações refinadas e modernas. Essas notícias eram por este processadas dando certamente origem aos híbridos na factura do mobiliário. Cfr. STEEGMAN, John – *The rule of taste*. Great Britain: The Chaucer Press, 1986, p.28. Este diálogo é, ainda hoje, semelhante e, por vezes, o cliente tem papel importante na correcção de alguns pormenores estilísticos ou mesmo construtivos.

²⁶³ No Neoclassicismo, por exemplo, um dos elementos predominantes são as meias-canas, ou caneluras, utilizadas com evidente propósito de retirar volumetria às superfícies planas. No caso do mobiliário, confere leveza à geometria angulosa de alguns os seus componentes estruturais.

²⁶⁴ As primeiras oito gravuras são dedicadas à análise das ordens arquitectónicas Toscana, Dórica, Jónica e Compósita, respectivos elementos e ornamentos. Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, figuras I a VIII.

²⁶⁵ Vd. SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972, pp. 23-32 e 34-47.

²⁶⁶ Vd. SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972, pp. 29-30. Na fraseologia original o autor considera que estes são “fundamental principles [that] can never be altered”. Sheraton era desenhador e a historiografia inglesa considera que ele não deve ter tido qualquer prática oficial dado que as suas sugestões são de difícil compreensão para quem lida com a execução de mobiliário. Poderia ter sido um modo de tentar provar a sua superioridade enquanto perito na área. Teve uma vida breve (1751-1806), sempre com muitas dificuldades de sobrevivência.

²⁶⁷ André-Jacob Roubo refere que o mobiliário para os cliente abastados exigia adaptação de medidas e de proporções: «*selon l'opulence ou la volonté de ceux pour lesquels ils sont fait, laquelle volonté sert souvent de loi tant pour leurs formes que pour leur décoration*». Indicações para o desenho de curvaturas de cadeiras são fornecidas com minúcia. Vd. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le Menuisier ern Meubles*. Fac-simile da 2ª edição. [S.l.]: Martin Media, 2004, p. 609 e planche 239.

²⁶⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3131 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 50-51.

²⁶⁹ Vd. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, fig. 121. O título destes desenhos é “Cornices at large”.

6. 6. 3. – O percurso do oficial de ensamblagem para o de marceneiro na cidade do Porto na segunda metade do século XVIII

Impõem-se algumas reflexões específicas sobre as designações de ensamblador e de marceneiro na cidade do Porto em finais de Setecentos ²⁷⁰. Parece-nos que o acto de correição de obras relativas à execução de polés, referidas *supra*, de madeira, à época, só pode significar que o mester de que Paiva era representante se ocupava de artes diversas na área da utilização das madeiras enquanto matéria-prima. O marceneiro portuense abrangia outras áreas além da de executor de mobiliário civil, o que é visível em descrições de obras epocais ²⁷¹, apesar dos estatutos oficiais obrigarem à execução de duas tipologias específicas, de conter e de assento. Os ofícios tendiam a confundir-se, já que as técnicas básicas de construção de diferentes áreas relativas aos ofícios das madeiras entroncavam no puro ensamblamento ²⁷²: cavilhas, malhetes, junções a topo ou a meia esquadria, eram elementos ou acções utilizadas na execução das mais antigas estadelas e na edificação retabular, que os oficiais de finais de Setecentos conheciam. A sua transposição para a construção de mobiliário civil fez-se com a adopção da técnica de uniões através de furo e respiga, actividade que exige do seu praticante – o marceneiro –, mais precisão, exactidão e correcção, pois as peças assim executadas são para ser manuseadas e observadas na crueza das vivências diárias que fazem parte do exercício doméstico. Elementos de ferro, tais como pregos, componentes essenciais da carpintaria, não deveriam ser utilizados pelo marceneiro, mas encontramos-los amiúde em mobiliário civil português. Ao invés, os “cabinet-makers” ingleses e os “menuisiers” franceses faziam gala em não os utilizar. Como já tentámos demonstrar, a tradição da construção religiosa pesou de modo relevante em Portugal, já que aí se confundiu, de modo flagrante, a actividade de ensamblador e carpinteiro.

Os arcazes de sacristia revelam, amiúde, esta confluência de atitudes. Vejam-se, por exemplo, os paramenteiros que analisámos na cidade do Porto, nas igrejas dos Clérigos e de Cedofeita, onde se mesclam as práticas do carpinteiro e do marceneiro. O primeiro executava o móvel, fixando-o à parede, numa atitude de complementaridade da construção decorativa da sala onde iria permanecer a tipologia ²⁷³. A reutilização e aproveitamento de madeiras, tais como as de caixas de açúcar, que transportavam em si pregaria diversa, induziam esses oficiais a replicarem os métodos

²⁷⁰ A palavra marceneiro está registada em 1789, significando “oficial, que lavra madeira para móveis, com mais artificio que o carpinteiro”. Vd. SILVA, António de Morais – *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1789, vol. 2, p. 268.

²⁷¹ Nas obras do Mosteiro de Arouca, por exemplo, entre 1792 e 1795, os carpinteiros ocuparam-se de múltiplas actividades, tais como de “caixões de ornamentos, almarios, carros, cubas, rodas, trava dos lagares, solho das barandas de Palla, solhos, caixões e janellas das cellas, telheiros e vários reparos do Mosteiro” recebendo por estas obras “duzentos e trinta mil cento e noventa e cinco rei”. Vd. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Das construções e das reconstruções: a memória de um mosteiro (Santa Maria de Arouca – Séc. XVII/XX)*. Dissertação em História de Arte à Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Património, 2003, vol. 3, p. 130.

²⁷² Vd. SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina – *Mobiliário. Normas de inventário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 2004, pp. 38-40.

²⁷³ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II* (2011), pp. 107-130.

de ensamblamento. Os “charpentiers” setecentistas tinham a mesma prática, já que, por exemplo, se dedicavam a cobrir paredes com painéis previamente entalhados ou pintados, fixando madeira ao perpianho; só os pregos permitiam tal fixação. Quanto ao marceneiro, este exercitava a sua actividade na parte visível da tipologia, deixando as madeiras devidamente acabadas, procurando transmitir a carga estética que o riscador idealizava para a obra ²⁷⁴.

Creemos poder aventar, no entanto, que a produção oficial portuguesa de mobiliário civil, a partir do momento em que absorveu os programas estilísticos estrangeiros, passou a dispor de conhecimentos construtivos que possibilitaram o seu aperfeiçoamento, já que aos ensambladores foram, assim, oferecidas novidades para o estímulo das suas capacidades autorais. Este momento poderá ter acontecido, com probabilidade – e como já referimos no 5º capítulo –, com a emancipação da encomenda religiosa e o reconhecimento, por parte da clientela, da aptidão dos marceneiros portuenses, passando a confiar-lhes riscos e encomendas.

Terá sido esta conjuntura que permitiu a passagem do mero ensamblador, oficial que mecanicamente liga peças estruturais, a marceneiro, o que concebe e executa tipologias. Sinal desse facto poderá ser a concretização da obrigatoriedade dos candidatos a mestres ensambladores serem examinados através da execução de uma tipologia de cariz civil: a cómoda. A sua descrição sintética – “torta e retorta” – releva informação sobre a moda portuense, à época: preferência por mobiliário de conter, nomeadamente cómodas, em modelos complexos de linhas sinuosas, entalhadas, com poucas superfícies lisas. Este gosto pode indicar a preponderância dos mestres formados no barroco e no rococó religioso. Não se vislumbra, nessa indicação, qualquer contaminação do gosto neoclássico que já se verificava na arquitectura da cidade. A clientela não terá aderido, pelo menos na íntegra, ao espírito inglês dominante na área da construção civil, de feição mais hierática, devedora de cânones estéticos diversos ²⁷⁵. Na verdade, é verificável, nas igrejas da cidade, a existência de diversos arcazes ou caixões, inspiradores da cómoda, que atestam o arrastar, no tempo, desse gosto estilisticamente recuado, conquanto, por vezes, temperado por decoração mais moderna. O arcaz de sacristia da igreja do Carmo, datado de 1789, é um exemplo, entre outros ²⁷⁶.

²⁷⁴ Uma parte do rol dos materiais utilizados na preparação da parede onde se iria fixar o arcaz o arcaz da sacristia da igreja dos Clérigos, riscado em 1771 por Manuel dos Santos Porto, bem como notas para a sua confecção, comprovam alguns dos preparativos que competiam aos carpinteiros. Cfr. A. H. I. C., *Livro sem número. Ano de 1770 pº 1771*, ff. s/ numeração. “Pª os Caixões da Sachristia...Pr dezempenar e fazer buracos pª 24 chapas e arcos de ferro...\$960; Pª compor as cabeças de 127 pregos pª as dªs chapas...\$120”.

²⁷⁵ Os riscos e a obra de D. Joaquim Lourenço Ciais Ferras de Acunha, falecido em 1797, são prova do gosto rococó que imperava na clientela de obras de cariz religioso. Cfr. BASTOS, Celina – D. Joaquim Ciais Ferrás de Acunha, um desconhecido arquitecto, “riscador” e organeiro do último quartel do século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 1 (2007), pp.115-138. Segundo a autora, o pelourinho executado em 1940 para o terreiro da Sé do Porto segue um desenho deste riscador setecentista, fazendo prova da permanência, em século e meio, do gosto por estilos recuados.

²⁷⁶ Outras duas tipologias, filiáveis nesta corrente, encontram-se na igreja dos Clérigos, e na igreja de Cedofeita. O primeiro, cujo autor foi Damião Pereira de Azevedo, está datado de 1783. O segundo, proveniente do antigo convento de S. Bento de Ave-Maria, foi executado entre 1783 e 1790. Cfr. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II* (2011), pp. 107-130.

6. 6. 4. – A emancipação das encomendas de cariz religioso por parte dos marceneiros da cidade do Porto nos finais do século XVIII

A vida oficinal de riscadores e artesãos de mobiliário estava contaminada por elementos forasteiros, que não peregrinos. Na verdade, a informação passava e permanecia. A memória dos homens tem um carácter inclusivo e criativo, aproveitando e refazendo ideias e sugestões. Não nos parece despiendo, inclusive, considerar a influência que a faina portuária e seus mesteres poderá ter exercido nos ofícios ligados à execução de mobiliário. Com efeito, os carpinteiros navais eram chamados, pelo menos, quando os marceneiros não estavam disponíveis ²⁷⁷.

Não podemos, à evidência, extravasar ideias definitivas no que à presente colecção de desenhos se refere, já que não sabemos, de facto, qual o percurso espacio-temporal que a colecção inicial poderá ter feito. Parece-nos, todavia, evidente, que subsistem elementos que confirmam que o que hoje se nos apresenta constitui, pelo menos, parte das folhas de trabalho de José Francisco de Paiva às quais se foram adicionando elementos posteriores, parecendo existir, entre eles, um ténue fio condutor. O facto de conhecermos o imaginário estético civil e religioso portuense – e o coleccionismo que daí resulta, mesclando-se, por vezes, de modo impreciso no gosto de alguns dos habitantes da cidade –, permite-nos problematizar algumas das propostas da colecção de José Francisco de Paiva.

A matriz oficinal de obra religiosa constituiu parte integrante da formação dos oficiais das madeiras do Porto, na segunda metade do século XVIII. O encomendante era o clero abastado, e a tenacidade religiosa caracterizava a sociedade. Mesmo quando as obras arquitectónicas civis se desenvolviam com força, na cidade, coexistiu a reconstrução do convento de São Bento de Ave-Maria, refeito depois de incêndio, entre 1783 e 1796 ²⁷⁸. Aos marceneiros e aos entalhadores foi oferecida, assim, a possibilidade de lidarem com duas realidades construtivas distintas, confirmando que uma oficina do Porto da época que nos ocupamos poderia ter ocupações múltiplas, para lá das registadas nos desenhos, nomeadamente obras ou intervenções restaurativas que não seriam suficientemente importantes para ficarem registadas. No cômputo geral, verificamos que num total de cerca de cento e trinta folhas, somente cerca de doze se podem conotar, de modo precisi, com obra para utilização em ambiente de cenóbio ²⁷⁹.

Estão neste caso duas representações pictóricas. A primeira, a da *Folha 131* ²⁸⁰, assinada e datada

²⁷⁷ Em 1755, por exemplo, aquando da devastação do terramoto, em Lisboa, o enviado inglês em Lisboa, Abraham Castres, comenta que os carpinteiros dos navios faziam falta para dar apoio aos necessários concertos em casa: “*Some of our carpenters [...] would have been of great use to me on this occasion, in helping to prop up my house*”. Vd. THE GENTLEMAN’S MAGAZINE FOR DECEMBER 1755. In *The Gentleman’s Magazine, and the Historical Chronicle*. Volume XXV. For the Year M.DCC.LV. By Sylvanus Urban, Gent. London: Printed for D. Henry, and R. Cave, at St John’s Gate, p. 557.

²⁷⁸ Vd. VALENTE, Adelina – Damião Pereira de Azevedo. Novos elementos sobre o entalhador e arquitecto portuense. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 4 (2010), p. 201.

²⁷⁹ A última obra de encomenda clerical a ser construída na cidade do Porto deverá ter sido a da Igreja do Convento de São Bento de Ave-Maria em 1784. Cfr. GONÇALVES Flávio – A arte no Porto no tempo do marquês de Pombal. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos – *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, 2º volume, p. 119. Esta data poderá ter sido um marco para o impulso oficinal em direcção à execução maioritária de mobiliário civil.

²⁸⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, 3241 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José

de 1780, revela o domínio de uma gramática que incorpora elementos do Rococó na coluna e no pé do antifonário, contrastando com os suportes dos livros sugerindo vazados à volta de um elemento que representa o astro-rei, fazendo o contraponto ao motivo floral da base, um girassol. Este desenho, que consiste numa proposta a um cliente, já que se fazem sugestões manuscritas de alternativas construtivas e o próprio suporte dos livros apresenta duas decorações possíveis, poderá ser indicação que a actividade laboral de José Francisco de Paiva, nessa data, estava ligada a obras eclesiásticas locais. O segundo desenho, na *Folha 52*²⁸¹, apresenta uma tipologia do mesmo cariz



Figura 6:34
Antifonário que pode corresponder à *Folha 52* da coleção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*

– se bem que estilisticamente diversa, ostentando elementos estilísticos neoclássicos, com algum hieratismo –, no que parece ter sido, ao inverso do anterior, um desenho executado a partir de elementos conhecidos de modo concreto pelo seu desenhador, quiçá registo da peça já efectivamente executada. Este nosso juízo é reforçado pela existência desta tipologia no edifício que alberga, na actualidade, os serviços da Reitoria da Universidade do Minho²⁸². A ilustração replica, com exactidão, a peça aí exposta, em madeira de pau-santo, com peças de metal no corpo superior destinadas ao suporte de livros que aí se coloquem (fig. 6:34).

Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 186-187.

²⁸¹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3242 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 188-189.

²⁸² Visita efectuada em Novembro de 2009.

Outro elemento conotado com obra religiosa é o desenho de frontal de altar da *Folha 21*²⁸³. A sugestão de Maria Helena Mendes Pinto de que existiriam semelhanças com peças do “demolido Convento de S. Bento de Avé-Maria, conservados na igreja de Cedofeita”²⁸⁴, não se pôde corroborar dado que os altares já aí não existem²⁸⁵. Subsiste, contudo, desenho assinado por Damião Pereira de Azevedo que se assemelha na sua essência²⁸⁶. Se bem que de linhas mais hieráticas, constitui afirmação forte da influência do neoclassicismo do seu riscador que, além de o assinar, após frase referindo o seu destinatário²⁸⁷.

A análise do desenho da *Folha 21* indica-nos datação possível das décadas de 80 ou 90 de Setecentos: as linhas sugerem o ondulado do modelo de cómoda já identificado no risco da *Folha 110* e o medalhão ondeado delineado no centro aponta para o motivo capital na ornamentação de duas peças da Igreja dos Clérigos: o arcaz de sacristia actualmente existente, e o antifonário da igreja, datados dos anos 1784-1785, cujos riscos são da autoria de Damião Pereira de Azevedo²⁸⁸. A existência deste desenho na colecção de Paiva deverá indicar, uma vez mais, que a vida destas duas personagens portuenses se cruzou na actividade oficial da cidade.

Os motivos ornamentais acima referidos, a saber, o medalhão ondeado e perlado, encimado por laçaria com nó de duas pontas, donde partem duas grinaldas com flores e folhas²⁸⁹, em composição e execução muito apurada de riscador e entalhador, ocorrem no mobiliário civil, designadamente em mesa de encostar de uma gaveta em exposição no Museu de Arte Sacra do Seminário Maior do Porto (fig. 5:106) e em espelho oval do acervo do Hotel Infante de Sagres (fig. 5:107), ambas as peças já referidas no 5º capítulo.

Esta última tipologia de conter é sintoma, e sinónimo, da mudança de parâmetros na manufactura dos oficiais das madeiras. Com efeito, a sua escala é diversa da dos frontais de altar ou do arcaz, estas peças rígidas e fixas, bem como do antifonário, peças que foram executadas a partir de espessuras das madeiras fortes, obrigando a utilização de ferramenta eficaz e a movimentações físicas, por parte do entalhador, de carácter possante e vigorosas. Pelo contrário, o oficial que executou a mesa de encostar deste Museu de Arte Sacra foi obrigado a adaptar a escala, quer no desenho, o que é óbvio, quer na sua manufactura, operando de modo delicado, devendo abordar o desenho de forma mais minuciosa. A dimensão mais diminuta permitiu uma apreciável liberdade inventiva,

²⁸³ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3243 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 196-197.

²⁸⁴ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 196.

²⁸⁵ O pároco de Cedofeita, no Porto, cónego Orlando Mota e Costa, informou-nos, em Setembro de 2007, desconhecer o seu paradeiro.

²⁸⁶ Vd. VALENTE, Adelina – Damião Pereira de Azevedo. Novos elementos sobre o entalhador e arquitecto portuense. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 4 (2010), fig. 3, p. 203.

²⁸⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Damião Pereira de Azevedo. Novos elementos sobre o entalhador e arquitecto portuense. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 4 (2010), fig. 3A, pp. 201 e 203. O riscador declara que o desenho foi “*Pª S. Bento das Freiras*”.

²⁸⁸ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica Editora, 2011, p. 112.

²⁸⁹ A fachada Norte do edifício do Hospital de Santo António, no Porto, por exemplo, apresenta frontões diversos, um dos quais ostenta um medalhão semelhante, sinal de utilização das opções decorativas em múltiplas disciplinas.

com manobras precisas dos ferros exigidas a um oficial com formação técnica esmerada e adesão intelectual às formas que desenvolvia. Laço, pontas e grinalda como que esvoaçam, ao contrário da rigidez e do peso do entalhamento compacto das tipologias da Igreja dos Clérigos, peças para serem observadas à distância na totalidade da sua dimensão.

Outro modo de verificar a evolução dos oficiais nos parece possível. O conhecimento da complexidade da marcenaria – que, na verdade, tanto poderia servir o mobiliário civil como tipologias com propósitos religiosos – está patente na *Folha 102*²⁹⁰, a que apresenta as linhas estruturais da urna de Arouca. Na verdade, os traços sumários que foram delineados com vista à concretização dessa peça, de complexa execução, constituem sinal de que seriam suficientes para um oficial experimentado. O invólucro de madeira e vidro, ornamentado por prata e bronze, obra de oficial de arte diversa, pode ser comparável a uma caixa de linhas prismáticas e encontra-se bem definida na planta baixa que elucida as suas linhas²⁹¹. Um marceneiro habilitado a executar tipologia em que mais do que um plano se sobrepusesse de forma não coincidente, por exemplo as “cómodas tortas e retortas”, não teria qualquer dificuldade em entender este projecto. A urna apresenta, de modo similar, curvaturas e molduras em mais do que um plano, bem como pilastras em cantos chanfrados, parecendo surgir, do lado direito do desenho, a proposta, em corte, dos prumos que lhes deram origem. Esta urna já não é, portanto, a obra de um mero ensamblador de peças retabulares e de altares de igreja. É produto de mãos tecnicistas, de oficial com conhecimentos bastantes para a execução de mobiliário civil.

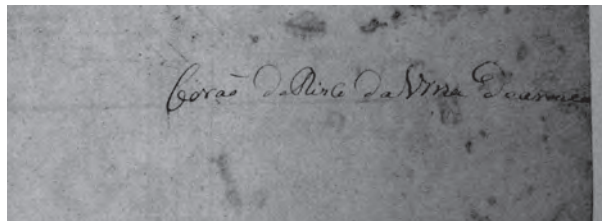


Figura 6:35

Folha 102v da coleção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*

Refira-se que o verso desta folha – *Folha 102v*²⁹² (fig. 6:35) – apresenta a frase manuscrita “*forão do risco da urna de Arouca*”²⁹³. A proveniência da caixa que contém os restos mortais de Santa Mafalda, na Igreja do Mosteiro de Arouca, que, até à data, tem sido objecto de conjectura, está, assim, demonstrada: a oficina de José Francisco de Paiva.

²⁹⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3126 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 40-41.

²⁹¹ A urna é descrita como “um cofre piramidal de ébano, guarnecido de prata”. Vd. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Das construções e das reconstruções: a memória de um mosteiro (Santa Maria de Arouca – Séc. XVII/XX)*. Dissertação em História de Arte à Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Património, 2003, vol. 3, p. 150.

²⁹² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3126v Des.

²⁹³ Cfr. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3126v Des. Esta frase tem sido reproduzida, desde 1973, como “borrão do risco da urna de Arouca”. Reproduzimos a folha com a frase, cuja leitura, que propomos, nos parece mais consentânea com a paleografia setecentista.

6. 6. 5. – O advento do neoclassicismo no mobiliário portuense: ensaio de identificação

A simultaneidade de obra rococó com as linhas do Neoclassicismo que a igreja da sacristia da Ordem do Carmo ostenta sugere que os mestres das diferentes áreas se tiveram de adaptar a novos cânones estéticos. Paiva já tivera essa experiência ao executar, em 1784, armário-roupeiro de linhas rectilíneas com recibo colado em uma das gavetas e sobre o qual já nos debruçámos *supra*.

Sabemos, pela nossa experiência, que não é fácil a um marceneiro ou entalhador a acomodação a gramáticas estilísticas diferentes das da sua iniciação, já que esse processo pressupõe conhecimento visual de modelos explícitos e respectiva intelectualização, de modo a poderem ser transmitidos correctamente no trabalho com a ferramenta. No entanto, as solicitações de mobiliário “ao moderno” deveriam obrigar a alguma maleabilidade na apreensão de novidades, pelo menos nos orientadores das oficinas, homens em contacto com realidades que, de modo inevitável, evoluíam. Que processos utilizariam os oficiais para entender e se adaptar aos novos ventos estilísticos e técnicos?

Parece-nos que poderemos detectar, em alguns desenhos da colecção de José Francisco de Paiva, a aprendizagem das normas e a da técnica ornamental do desenho neoclássico com os arquitectos com quem trabalhou, à semelhança de Joaquim da Costa Lima, por exemplo, que aprendeu a copiar plantas em casa John Whitehead, cônsul inglês no Porto ²⁹⁴. Tentaremos apontar os sinais desse percurso.

Os desenhos dos primeiros anos da década de 90 de 1700 mostram o domínio de uma gramática de finais do rococó nas cómodas com toucadores, no arcaz da igreja da Ordem do Carmo, nos desenhos das caixas altas de relógios e na decoração da cimalha de alçado de papelreira, cujo corpo inferior pode ter sido resultado de decalque de risco de outrem. No entanto, a linguagem neoclássica da modulação de cimalthas com frontões partidos ou não, das linhas rectilíneas, parecia não constar do seu vocabulário. O conhecimento eventual dos desenhos internacionais e a simultânea actividade junto dos arquitectos das obras públicas portuense e de riscadores que utilizavam esses elementos, caso de Damião Pereira de Azevedo, podem ter sido críticos para a sua evolução estilística. Porque não utilizar essas componentes para progredir, afirmar e aceitar, na sua oficina de marcenaria, encomendas de cariz “mais moderno”?

Não há, pelo menos, dúvida que copiou plantas de autor idnetificado: na *Folha 20v* ²⁹⁵ está manuscrito que “*o plano da terra dos Loyos tirada por Manuel dos S^{tos} Gemunde [foi] copiada por*

²⁹⁴ A Mesa da Misericórdia do Porto dá notícia em ‘*Termo de Resolução*’ de 1793 que “tendo notícia, que Joaquim da Costa Lima, filho do mestre pedreiro Veríssimo da Costa tem todas as circunstâncias necessárias para copiar as mesmas Plantas, pela inteligência, que conseguiu em Caza do Cônsul de Inglaterra” é-lhe então encomendada a “reforma das Plantas originais, não só dos planos, mas também do alçado [do novo hospital], e que na continuação da mesma Obra faça os moldes, e dê as medidas que forem necessárias, e ainda para o relevo de alguma talha, que há-de levar a mesma obra, em qual assistirá, pagando-se-lhe pelo seu merecimento”. Para não se estragarem as cópias então executadas seriam encaixilhadas “para a sua perpetua duração, e conservação, e fazendo outras para por ellas se reger, e governar a mesma obra”. Transcrito por FERREIRA, J.A. Pinto – A Praça da Ribeira. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XV, Março-Junho 1952, pp.422-453 e 434-435.

²⁹⁵ Vd. M. N. A. A. , *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3246v Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 94-95.

José Fran^{co} de Payva em 13 de 7br^o de 1793”.

O percurso de aprendizagem do risco de plantas de edifícios, aí compreendidos os seus ornatos, poderia ter sido similar ao de John Carr, o inglês que projectou o Hospital do Porto, que iniciou a carreira seguindo os passos de seu pai, mestre pedreiro ²⁹⁶, ou mesmo de Joaquim da Costa Lima Júnior, sobrinho de Costa Lima, mais tarde, na primeira metade do século XIX. Aquele, seguindo o conselho do tio, principiou “os estudos próprios da carreira a que se destinava, primeiro praticando com assiduidade em uma oficina de pedreiro, depois aprendendo o inglês e o francês e finalmente instruindo-se em todos os conhecimentos arquitectónicos na teoria dos quais veio (sic) a ser insigne” ²⁹⁷.

Paiva terá provavelmente seguido um caminho em que a aprendizagem da gramática arquitectónica foi concomitante, ou imediatamente subsequente, à de ensamblador. Este facto é plausível pois, aquando do envio das plantas para o novo hospital do Porto, John Carr remeteu riscos com pormenores de molduras, cimalkas, balaústres, colunas e suas bases, capiteis, medidas, indicação de tubagem e condução da água, ventiladores das enfermarias, entre outros pormenores ²⁹⁸ e John Whitehead (1726-1802), cônsul britânico no Porto, personagem de grande prestígio e cultura, ele próprio arquitecto-amador, terá tido influência não despreciada sobre todos os artífices que privavam com os elementos da Feitoria Inglesa do Porto.

Os mestres de José Francisco de Paiva poderão também ter sido Reinaldo Oudinot, autor do risco da Casa Pia ²⁹⁹ e do Quartel de Santo Ovídeo, e Teodoro de Sousa Maldonado, com quem trabalhou na construção do mesmo a partir de 1793. Anteriormente, conviveu com José de Champalimaud de Nussane na obra do Cais de Massarelos iniciada em 1789 ³⁰⁰ e, com probabilidade, na obra do portuense convento beneditino de São Bento de Ave-Maria, cujos riscos da planta e igreja são da autoria deste mesmo arquitecto ³⁰¹.

A evolução da gramática técnica e estilística num oficial que frequentasse obras arquitectónicas deste cariz seria natural e uma mente aberta e curiosa, forçada pelas circunstâncias vivenciais da cidade, aderiria, com facilidade a novos traços. Ensaaiemos a detecção desse movimento através de traços a lápis em diversas folhas da colecção de desenhos.

²⁹⁶ Carr terá aperfeiçoado os seus conhecimentos primários e cedo começou a projectar. Foi o autor do risco do palácio Harewood House, condado de Yorkshire, Inglaterra para o qual também Robert Adams e Thomas Chippendale deram o seu contributo. Cfr. TAYLOR, René – John Carr e o Hospital de Santo António do Porto. *Belas Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*. 2ª Série, nº15. Lisboa, 1960, pp.13-31. O Porto almadino teve portanto contribuições de primeira linha na arquitectura além de conhecimento mais que provável do que de mais moderno se faria na decoração inglesa da época.

²⁹⁷ Cfr. VASCONCELOS, A. A. Teixeira de – *Elogio histórico dos senhores Joaquim de COSTA Lima Junior e Manuel José Carneiro. Professores da Academia das Belas Artes do Porto*. Lisboa: Tipographia da Gazeta de Portugal, 1866, p. 11.

²⁹⁸ Cfr. VASCONCELOS, A. A. Teixeira de – *Elogio histórico dos senhores Joaquim de COSTA Lima Junior e Manuel José Carneiro. Professores da Academia das Belas Artes do Porto*. Lisboa: Tipographia da Gazeta de Portugal, 1866, pp.19-20.

²⁹⁹ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol I, p. 266.

³⁰⁰ Vd. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, vol I, p. 260.

³⁰¹ Vd. VITORINO, Pedro – O Convento de Ave-Maria. In *Notas de Arqueologia Portuense*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de Historia da Cidade, 1937, pp.167-202.

A Folha “Cimalha do Quartel de Santo Ovídio”³⁰² apresenta-nos, em baixo, o desenho do perfil e a perspectiva da referida cimalha com traços a tinta preta que não deixam dúvidas que o seu autor sabia desenhar, podendo ter sido um arquitecto de formação. Por cima verificamos a existência de um esboço de cópia, na mesma escala do original. No entanto, está longe de o reproduzir fielmente. O riscador multiplicou as linhas de referência e está implícito que fez medições para as traçar. A conta que existe ao lado assim o comprova. A caligrafia que identifica e designa os pormenores é de Paiva e indica a data de Abril de 1797.

O desenho da Folha 69³⁰³ apresenta pormenores da folha referida anteriormente e na Folha 67³⁰⁴, esboços de denticulado surgem em parte lisa do mesmo perfil. Dir-se-ia que sobre o desenho pré-existente Paiva ensaiou algumas modificações que poderão estar finalmente concretizadas na Folha 72, já referida *supra*. Em ambas as folhas o traço preto de tinta sobrepõe-se ao lápis indicando um labor prévio de quem conhecia, no entanto, as regras do desenho: na Folha 67 apercebemo-nos distintamente da utilização do compasso para desenhar com fidelidade a moldura superior da cimalha.

A Folha 65³⁰⁵ apresenta-nos dois desenhos sendo que o de baixo continua a parecer-nos de mão de arquitecto e o de cima uma cópia já mais agilizada e segura, como que tentando inserir um motivo decorativo não existente no original: o denticulado. A marca de água é de 1793. Esta data indica uma persistência continuada deste exercício de aprendizagem, com tinta preta a cobrir o desenho de lápis. A distribuição dos elementos da moldura remetem-nos para uma época talvez posterior à da Folha 72: os elementos do perfil são lineares, aproximando-se do Neoclassicismo³⁰⁶. Verificamos que na Folha 46³⁰⁷, no que parece ser um compósito de elementos com destino indefinido³⁰⁸, o modelo do perfil com denticulado desenhado para a moldura da cimalha que se apresenta em arco é o mesmo da Folha 72.

Exemplo da finalização desta aprendizagem poderá ser a Folha 14³⁰⁹ que apresenta dois louceiros com corpos em perfeita simetria, diferindo no remate. A folha patenteia vinco de dobra vertical, sinal de que o desenhador conhecia a técnica de réplica, de modo expedito, da metade que representou inicialmente. Paiva assina e data o desenho de 2 de Janeiro de 1795. Trata-se de um modelo

³⁰² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3130 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 46-47.

³⁰³ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3132 Des., publicado PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 48-49.

³⁰⁴ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3134 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 48-49.

³⁰⁵ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3133 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 50-51.

³⁰⁶ Diversas propostas de cimalhas com variantes eram estudadas à época. Vd. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, fig. 121.

³⁰⁷ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3226 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 100-101.

³⁰⁸ Maria Helena Mendes Pinto sugere um “Pormenor de caixa de mostrador de relógio de coluna”. Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p.100. A palavra “alquitrava”, escrita na parte superior da composição, deixa, contudo, em aberto outras hipóteses.

³⁰⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3171 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 182-183.



Figura 6:36
Louceiro português de influência inglesa.



Figura 6:37
"Bookcase", c. 1760.



Figura 6:38
Louceiro português de dois corpos de influência inglesa.

equilibrado nas suas proporções, manifestando-se mais despojado do lado esquerdo. Numa das portas aponta-se o ressalto de um painel que poderia ser executado em alternativa à completa utilização de vidros nos dois corpos. Estes desenhos denunciam o conhecimento de modelos ingleses similares bem como o domínio da respectiva linguagem gráfica.

Uma tipologia desta família, de colecção particular ³¹⁰(fig. 6:36), apresenta uma característica que nos remete para outro ensaio de cimalha: o *das Folhas 75* ³¹¹ e *82* ³¹² que encurva o liso respectivo aplicando-lhe o distintivo inglês do folheado. Estes dois esboços indicam o projecto de um “guarda roupa” e o nome “Mixel”, sinal de que poderão ter sido executados com o pormenor decorativo aqui esboçado.

O louceiro que ora apresentamos não oferece dúvida quanto à sua autenticidade epocal, tendo, embora, vestígios de pequenas intervenções de conservação e sinal de metais anterior aos actuais escudetes que rematam a entrada das chaves. As fechaduras são em ferro, denotando material português. Os “pés de caixa”, assim designados nas oficinas ³¹³, suportam um rodapé emoldurado. Este móvel foi executado em madeira maciça de vinhático, exibindo tábuas únicas nas quatro ilhargas dos dois corpos. Cada porta do corpo superior é composta de treze vidros dispostos em losangos concêntricos, numa disposição utilizada pelos britânicos desde a década de 1750 e publicada por Thomas Chippendale ³¹⁴. A cor interior do corpo superior, um azul-esverdeado de que já não é possível saber o tom preciso, foi utilizada nos interiores da produção inglesa setecentista, de que é exemplo uma tipologia datada de cerca de 1760, nomeada “Bookcase” (fig. 6:37) ³¹⁵. As prateleiras da peça portuguesa, recortadas na frente, foram embutidas em rasgos na madeira das ilhargas, não seguindo, portanto, a tradicional opção inglesa que possibilita a sua colocação em alturas variadas. Encontramos com alguma frequência, em Portugal, uma variante destes armários-louceiros apresentando corpo inferior destacado do superior, com duas gavetas e estiradores que, à época, deveriam ser cobertos com tecido verde ³¹⁶. O presente exemplar, de colecção particular, realizado, de igual modo, em madeira de vinhático (fig. 6:38) ³¹⁷, é representativo da produção portuguesa destas tipologias. Foram-lhe aplicados, em algum episódio de restauro, puxadores de madeira, que

³¹⁰ Medidas máximas aproximadas: altura 206 cm; largura: 125 cm; profundidade 50 cm.

³¹¹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3178 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 178-179.

³¹² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3181 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 128-129.

³¹³ Esta denominação distingue-se dos “patins” por não serem “unidos por travessas horizontais”. Cfr. SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina – *Mobiliário. Normas de inventário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 2004, p. 61.

³¹⁴ Vd. CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, p. 13 e fig. XCI.

³¹⁵ Vd. *GROSVENOR HOUSE ART & ANTIQUES FAIR*, London, 12-18 June 2008, tipologia em exposição na Casa Hotspur, Ltd. Visitámos a exposição na data da sua realização. Vejam-se a cimalha – de frontão partido, coroada por vaso com flores –, e as portas apaineladas em recuo, estas semelhantes ao louceiro luso. O vaso vegetalista é recorrente em alguns desenhos de Paiva, como é recorrente.

³¹⁶ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 2, fig. 529, pp. 6-7.

³¹⁷ Medidas máximas aproximadas: altura 222 cm; largura: 107,5 cm; profundidade 52,5 cm.



Figura 6:39A
Cimalha e remate do armário da sala da Confraria da igreja paroquial de Lordelo do Ouro



Figura 6:39B
Interior do corpo superior do armário da sala da Confraria da igreja paroquial de Lordelo do Ouro



Figura 6:39
Frente do armário da sala da Confraria da igreja paroquial de Lordelo do Ouro

não são de época ³¹⁸.

A *Folha 22* ³¹⁹ remete-nos para outra tipologia de conter, esta existente na sala da Confraria da igreja paroquial de Lordelo do Ouro, combinando dois corpos com quatro portas (fig. 6:39). Maria Helena Mendes Pinto considera poder tratar-se do móvel do desenho dessa folha. Nela está aposta a assinatura de Paiva, mas, conquanto consultássemos os arquivos dessa instituição, não foi possível obter elementos concretos para a sua atribuição. Na verdade, desde a cimalha, que ostenta ramo floral (fig. 6:39A) de clara inspiração inglesa ³²⁰, até à base, os elementos formais e funcionais da peça da Confraria correspondem, não exactamente aos desta folha em concreto, mas a elementos dispersos nos desenhos da colecção, demonstrando ligação pictórica a tipologias inglesas de que já vimos exemplos. Vamos detectar, em outras tipologias que analisaremos *infra*, o modelo funcional de asa com duas rosetas presente no desenho e as gavetas que ostentam a fechadura colocada na parte superior. Atrevemo-nos a sugerir que a peça poderá estar colocada no sítio para o qual foi

³¹⁸ O forro do interior do corpo superior não é, de igual modo, de época.

³¹⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3172 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 174-175.

³²⁰ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, fig.471, p. 393.

concebida. Com efeito, a pintura de fingimento do seu exterior corresponde ao ambiente da sala e ambas parecem coevas e inalteradas. O interior do armário (fig. 6:39B) corresponde a divisórias de trabalho utilizadas em peças inglesas similares ³²¹, arranjadas para separar e arquivar documentos, neste caso da Confraria que ali, ainda hoje, reúne. A morfologia dos pés desta peça está desenhada em outras representações de mobiliário, nomeadamente na papelreira da esquerda da *Folha 15*, na *Folha 116* ³²² e na *Folha 63* ³²³. Trata-se de um modelo que, como veremos, a oficina inglesa Gillow também utilizou em tipologias de conter, com algumas versões adornadas por entalhamento ³²⁴.

Uma cómoda-papelreira, de colecção particular, apresenta pés idênticos – ditos em algumas oficinas “de papo de rola” – e um cariz despojado ³²⁵ (fig. 6:40). Está executada em madeira de vinhático. São patentes óbvias intervenções de restauro, nomeadamente no acabamento da madeira, que não parece o original ³²⁶. O seu interior, de linhas lisas, segue as divisões da papelreira da direita da *Folha 29* ³²⁷ que, por sua vez, encontramos em tipologias inglesas datadas da segunda metade do século XVIII ³²⁸. Este móvel oferece à vista uma característica que define a sua procedência oficial lusa: a tábua do tampo foi encabeçada, sinal de marcenaria que utiliza madeira maciça. Se bem que hoje não o ostente, esta peça foi executada para suportar um corpo superior, pois no seu tampo estão visíveis os malhetes de ligação às ilhargas que deveriam ficar escondidos quando apresentasse os dois corpos (fig. 6:40A). Uma cómoda-papelreira inglesa do acervo do Geffrye Museum, em Londres (fig. 6:41) poderia ter sido a inspiração desta tipologia portuguesa.

Uma cómoda de colecção particular ³²⁹ constitui outro exemplo da marcenaria desta época ³³⁰. Executada em madeira de pau-santo, é uma tipologia “torta e retorta” – se bem que sem qualquer elemento entalhado –, e os quatro “pés de caixa” apresentam-se boleados ao modo do mesmo tipo da peça anterior (fig. 6:42). Filiada nas tipologias executadas para os mezaninos das casas de finais de Setecentos ³³¹, com uma dimensão apropriada a áreas de pé direito baixo – que já referimos no 5º

³²¹ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 2, fig. 554, p. 23.

³²² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3215 Des.

³²³ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*. Inv. 3194 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 118-119.

³²⁴ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, figs. 426 e 431, pp. 360 e 363.

³²⁵ Medidas máximas aproximadas: altura 116 cm; largura: 127cm; profundidade 60 cm. A tampa abre a 84 cm do chão.

³²⁶ Os puxadores de madeira existentes estão claramente descontextualizados e existem marcas interiores de ferragem antecedente. Estes factos não invalidam a autenticidade primária da peça.

³²⁷ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3213 Des., publicado PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 116-117.

³²⁸ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, fig. 481, p. 397

³²⁹ Tipologia vendida na *Leiloeira P55*, no Porto, em 15 de Março de 2013. Leilão VI, Lote n.º 82.

³³⁰ O tampo apresenta moldura esgaçada na espessura da própria tábua. As gavetas aumentam em altura de modo suave, as fechaduras são em ferro e as ferragens rocócó, de metal, são da época. É uma peça correctíssima para os padrões portugueses da época, obra de marcenaria esmerada e escorreita que ofereceria, ao olhar portuense a mais-valia da cor preta.

³³¹ Vd. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A casa nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo. Separata da Revista *Poligrafia*, nº 4, 1995, p. 39. Segundo o autor, a casa nobre portuense da primeira metade do século XVIII desenvolveu três pisos, ligados por uma escadaria, sendo o que mediava entre o rés-do-chão e o andar nobre, este composto de salões de recepção, quartos e oratório, era o “mezzanino”.



Figura 6:40
Cómoda-papeleira portuguesa.



Figura 6:40A
Pormenor dos malhetes do tampo da secretária.



Figura 6:41
Cómoda-papeleira inglesa.



Figura 6:42
Cómoda portuguesa para mezanino.

capítulo –, será sinal de que as opções portuguesas, no que tocaram a edificações, acompanharam as vivências de outros reinos ³³², contribuindo para a adaptação de tipologias a novas realidades espaciais. As escolhas por parte dos arquitectos exigiram, portanto, modificações em algumas tipologias, levando-as a “não ultrapassar a linha dos olhos” ³³³. Na cidade do Porto, por exemplo, a família Morais e Castro, encomendante do Palácio dos Carrancas, construído entre 1795 e 1805, destinou um andar intermédio para “habitação da família” ³³⁴.

6. 7. – A colecção de desenhos do Museu Nacional de Arte Antiga

Para compreender a colecção de desenhos “denominada *José Francisco de Paiva*” ³³⁵ e integrar os mesmos num momento histórico-estilístico há que desenvolver uma análise critpo-histórica dos documentos ³³⁶. Na verdade só uma pesquisa que abranja diversos níveis de investigação destes testemunhos enquanto suporte de dados ³³⁷ poderá ser frutuosa. Questões como a sua utilização, em que época e situações, estado dos desenhos, o que nele se escreveu ou não, sugestões proporcionadas por frases existentes, omissões, possíveis ligações entre eles, tudo são informações essenciais para se proceder a uma análise que se pretende mais do que uma mera listagem inventarial.

Constituindo o nosso escopo o estudo do mobiliário civil, focaremos a nossa análise nos desenhos das tipologias que o integram, sem, no entanto, deixar de observar as folhas que nos poderão

³³² Vd. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As grandes casas. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 226.

³³³ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 133.

³³⁴ Vd. CARNEIRO, Paula Cristina Fortuna de Oliveira Dias – *Interiores neoclássicos civis do Porto: evolução setecentista de uma estética global*. Tese de Doutoramento apresentado ao Departamento de História de Arte da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Outubro de 2010, p. 496.

³³⁵ Procurámos estabelecer, em anterior trabalho, que alguns dos desenhos inseridos na colecção do Museu Nacional de Arte Antiga se reportam a obras concebidas e executadas em momentos posteriores aos da vida de José Francisco de Paiva. Não se poderá, portanto, atribuir a sua autoria a um único criador. Nesta linha propusemos a respectiva identificação com esta alteração qualificativa. Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, vol. 1, pp. 148-150.

³³⁶ Vd. SERRÃO, Vítor – *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 12-17. Parece-nos que poderá ser aplicada ao exercício a que nos dedicamos a “vertente da *reconstituição*”, i.e., a detecção de elementos inexistentes, de modo explícito, num conjunto que permaneceu no decurso do tempo e chegou aos nossos dias.

³³⁷ Tal como qualquer obra de arte, que se apresenta em suporte específico, os documentos do presente caso são folhas de papel desenhadas e/ou gravadas imanando dados que nos remetem para dois níveis de leitura: 1) o papel em si, que comporta informações diversas, seja cor, a datação, o manuseamento a que foi sujeito quer à época quer posteriormente, e a importância que eventualmente lhe poderão ter reconhecido as diferentes mãos que em diferentes tempos o utilizaram; 2) a valorização que um estudo histórico lhe pode conferir seja identificando obras executadas a partir do desenho seja conhecendo ideias que à época foram geradas ou estavam na moda. O que permanece registado é sempre um elemento importante para tentar visualizar que época em que foi produzido. Cfr. FUHRING, Peter – *Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII*. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 13.

remeter para situações significativas que a elas possam estar ligadas.

Não podemos ignorar as consequências da viagem histórica que a colecção efectuou até à sua chegada ao Museu Nacional de Arte Antiga. Verificamos que poderão ter existido perdas de elementos físicos, i.e., folhas, e/ou acrescentamentos de outros. As datas dos elementos conhecidos da colecção situam-se nas décadas posteriores a 1780, desconhecendo-se cerca de vinte e cinco que por certo existiram, pois as falhas sequenciais assim o indicam. Outras há que não estão numeradas, existindo, ainda, pequeníssimos papéis, brancos ou de cor, que denunciam evidente manuseamento fora de uma situação de sistematização. Sistematizámos as marcas de água detectadas nos diversos elementos da colecção, bem como a datação manuscrita (Quadro IV. 3.), o que permite alvitrar que, entre 1780 e finais da década de 90 de 1700, Paiva se aplicou na vertente desenhista de mobiliário, tendo-se dedicado, nos anos subsequentes – e como já conferimos –, a actividades relacionadas com a arquitectura e construção de edifícios.

Ao nível do concreto, em termos das obras existentes ou não, as que foram executadas ou estão sugeridas, importa investigar a existência de indícios que nos remetam para uma visão alargada das peças utilizadas à época, sempre incompleta, tanto cronológica como factualmente, mas que poderá fornecer uma panorâmica estética relevante no que toca às Artes Decorativas numa cidade portuária do Sul da Europa, que, à semelhança de Bordéus, na costa ocidental francesa, por exemplo, foi palco de activíssima convivência comercial entre nações, possibilitando o desenvolvimento de artes e ofícios³³⁸. Cremos que a profundidade desta leitura só poderá ser concretizada com uma investigação que releve elementos internacionais, como temos tentado demonstrar.

6. 7. 1. – As matrizes da colecção de desenhos

Uma das complexidades da análise da colecção de desenhos reporta-se à detecção das múltiplas fontes matriciais que lhe poderão ter dado origem. José Francisco de Paiva viveu entre as oficinas de marcenaria, de entalhador, de serralheiro, de ourives e de madeireiros, nas obras públicas e seus estaleiros, com oficiais de distintas formações, atendendo a clientela religiosa e civil. Na sua existência longa, para os padrões da época, cerca de 80 anos, foi-lhe permitido acompanhar as vicissitudes e evoluções da cidade, progredindo profissionalmente de acordo com as normais necessidades de vida, procurando o modo de ganhar a sua subsistência. Foram, portanto, diversas as fontes que o influenciaram.

No que à colecção de desenhos diz respeito, ela contém uma diversidade riscos cujo sentido, por vezes, nos escapa. A unidade detectável é a da vida de artífices que responderam a claros estímulos de ordem oficial. Na verdade não existem, por exemplo, desenhos de ambientes ou sinais de uma qualquer meditação estilística concretizada em texto. No entanto, a nossa experiência pessoal leva-nos a admitir que, no estudo do percurso de qualquer história, ou momento histórico, não existem documentos conclusivos, persistindo sempre perguntas para as quais nunca existirão respostas.

Não nos podemos afastar, portanto, da razão primária desta colecção que foi a vida oficial de José Francisco de Paiva. A proximidade com a clientela aculturada e bem colocada politicamente

³³⁸ Vd. PASQUIER, Jacqueline du - *Mobilier bordelais et parisien*. Paris: Editions de la Reunion des Musées Nationaux, 1997, p.10.

deve-lhe ter possibilitado experiência única: o contacto com marcenaria inovadora, com desenhos modernos que lhe chegavam, apontando um caminho que poderá ter sido trilhado por mais algum, ou alguns, oficiais na cidade.

Com efeito, cremos poder delectar, no que se refere ao mobiliário civil, em alguns dos desenhos, uma opção clara e apurada, de formas e estilos conotados com específica produção inglesa de finais do século XVIII e início do século XIX. Aventamos uma conexão ao Neoclassicismo tal como foi interpretado pela firma da família de Robert Gillow, que viveu entre cerca de 1703 e 1772. Gillow foi fundador de uma dinastia empreendedora de desenhadores e marceneiros, cujas oficinas em Lancaster, na costa noroeste de Inglaterra, e em Londres, marcaram o panorama da produção inglesa que abasteceu tanto o mercado interno como a exportação até meados do século XIX³³⁹. Toda a documentação relativa às suas oficinas foi legada à comunidade das Artes Decorativas inglesas depois do encerramento da empresa, em 1961. Aí se incluiu o acervo de cartas trocadas com clientes, desenhos de mobiliário, orçamentos e bibliografia utilizada pelas sucessivas gerações que a dirigiram. Os documentos que se reportam até 1840 foram estudados já pela historiografia britânica³⁴⁰.

Gillow ofereceu aos diversos mercados que abordou comercialmente um conceito de mobiliário moderno que agradava a “patronos aristocráticos” (“aristocratic patrons”)³⁴¹, “à pequena nobreza” (“gentry”, em inglês)³⁴² e a comerciantes que pretendiam mobiliário muito prático, com ênfase em formas lineares, mas bem executado, para ser utilizado, por vezes, nos seus escritórios³⁴³, tais como cadeiras e bancas de trabalho necessárias para o registo dos negócios, cada vez mais complexos³⁴⁴. Informação importante esta, dado que sabemos que a clientela de Paiva englobava homens ligados ao trato ou figuras que ocupavam cargos institucionais na cidade do Porto e cujos nomes constam em desenhos da colecção portuguesa. Além dos já citados Joaquim Kopke, John Searley, Isaac Mitchell, William Snow ou “João Pimvre”, estes dois da Feitoria Inglesa do Porto, estão anotados os nomes de Pedro de Melo (Breyner?)³⁴⁵, José Monteiro de Almeida³⁴⁶, Sebastião Correia de Sá,

³³⁹ Cfr. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 99-129.

³⁴⁰ Vd. GOODISON, Nicholas; HARDY, John – *Gillows at Tatton Park. Furniture History*, vol. VI (1970), pp.1-39.

³⁴¹ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 16.

³⁴² Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 16.

³⁴³ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 16.

³⁴⁴ Cfr. HUNTER-STIEBEL, Penélope – Louis XV style. In *ROCOCO – The continuing curve, 1730-2008*. New York: Smithsonian Cooper-Hewitt, National Design Museum, 2008, p. 81.

³⁴⁵ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 104-105, 106-107 e 126-127.

³⁴⁶ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 150-151.

José Roberto Vidal da Gama ³⁴⁷, Pedro Mavinhe dos Santos ³⁴⁸, Francisco de Azevedo Coutinho ³⁴⁹, José Pedro Pinto de Meireles ³⁵⁰ e Francisco de Almada e Mendonça ³⁵¹, que presidiu aos destinos da cidade do Porto.

A firma Gillow executou, ainda, tipologias de utilidade para comerciantes emigrantes a quem agradavam os padrões estéticos ingleses de estilo sóbrio, por vezes pontuado com pormenores entalhados ao estilo rococó ³⁵². Alguns dos desenhos existentes referem os clientes e são passíveis de ser cotejados com as peças que efectivamente foram executadas, pois ainda hoje existem.

Este é um facto importante para a nossa proposta de identificação de uma das matrizes da colecção de José Francisco de Paiva. Na verdade, Gillow utiliza ³⁵³, por exemplo, “escudos nas cimalthas, conchas entalhadas, grinaldas de flores, e máscaras” ³⁵⁴, elementos decorativos com que nos deparamos, ou parecem sugeridos, nos desenhos de Paiva, encontrando-se lado a lado com elementos neoclássicos, tais como rosetas na intersecção de elementos, denticulados nas cimalthas, composição de formas florais diversas, laçarias, vasos e plumas. São sugeridos, amiúde, drapejados nos esboços portugueses.

O respeito pela maneira inglesa de entender os negócios, que desde sempre exigiu uma boa relação entre a qualidade e o preço da mercadoria fornecida, constituiu uma preocupação central desta firma, utilizando, e disso fazendo gala, matéria-prima de qualidade ³⁵⁵, ponto de partida para a não existência de reclamações por parte da clientela. A sua produção, conquanto idiossincrática, serviu-se, como ponto de partida para desenvolver as aspirações da clientela, dos desenhos publicados à época, em Inglaterra, tais como os de Thomas Chippendale, Ince and Mayhew, George Hepplewhite e Thomas Sheraton, cujos exemplares, aliás, constam do acervo histórico da firma ³⁵⁶ e cuja influência, por vezes, se detecta nos seus desenhos ³⁵⁷. Como qualquer desenhador setecentista, a inspiração de Gillow foi a observação do mobiliário já existente, copiando ou recriando, por vezes, peças

³⁴⁷ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 108-109.

³⁴⁸ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 12 e 16.

³⁴⁹ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 108-109.

³⁵⁰ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 66-67.

³⁵¹ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 210-211.

³⁵² Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, p. 22. A autora refere que o mobiliário “was robust and simple in style, but sometimes relieved with the addition of carved details in the Rococo style”.

³⁵³ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, p. 22.

³⁵⁴ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, p. 22. A frase, no original, é “carved shells, floral festoons, [and] masks”.

³⁵⁵ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 2, p. 129.

³⁵⁶ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, pp. 16-20.

³⁵⁷ A ligação profissional entre Gillow e Hepplewhite é sugerida pela historiografia inglesa. Vd. ARONSON, Joseph – Introduction to the Dover edition. In HEPPLEWHITE, Goerge – *Ob. cit.*, p. viii.

que vislumbrava em casa de clientes, buscando ideias ou pormenores em álbuns publicados por outros desenhadores. Gillow soube, no entanto, desenvolver, a partir da oficina de Londres, ideias inovadoras de mobiliário “metamórfico”³⁵⁸, ou peças multi-funções, ligadas ao advento de máquinas industriais e divulgação de mecanismos mais ou menos complexos, que patenteou, e que se adaptavam às exigências modernas. São disso exemplo cadeiras que, desdobrando-se, escondiam alguns degraus para serem utilizadas junto de estantes altas³⁵⁹ ou mesas cujo interior escondia pequenas escadas³⁶⁰. Outras tipologias engenhosas poderiam ser mesas de toalete que incluíam vaso de noite escondido em combinações inventivas de gavetas fingidas³⁶¹, secretárias de estruturas complexas, com gavetas que continham tampos móveis para suportar livros e escaninhos diversos³⁶², ideia similar à secretária com tampo duplo que se poderiam elevar, de que é exemplo o desenho da *Folha 31* na colecção de Paiva, e sobre o qual já nos debruçamos.

Com a preocupação de divulgar a sua produção, e à semelhança de outras oficinas exportadoras – de que reproduzimos exemplos no 4º capítulo –, utilizou diversas marcas incisas (fig. 6:43)³⁶³.

A firma Gillow explorou, no século XVIII, de modo sistemático, o mercado colonial inglês desde a Turquia, passando pelo Mediterrâneo, o Atlântico até aos territórios das Américas Central e do Norte, envolvendo-se em negócios diversos, desenvolvendo a exportação de mobiliário para os Barbados, comerciando licores e escravos³⁶⁴, aproveitando gavetas para enviar ferragens diversas para as colónias³⁶⁵. Não podemos deixar de considerar ter sido este um meio através do qual alguns modelos poderão ter chegado a Portugal³⁶⁶.

Embora, e até à data, não se conheçam elementos concretos que permitam afirmar que Gillow exportou mobiliário para Portugal, existiam ligações expressivas da família com o reino lusitano. Na verdade, o jovem Robert Gillow IV, nascido em 1771, um dos netos do fundador e presumível sucessor na direcção da firma, faleceu em Lisboa, no “Colégio dos Inglesinhos” (“English College”), em 1798³⁶⁷. Esta informação é vital pois demonstra ligações distintas à capital portuguesa, nomea-

³⁵⁸ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 20.

³⁵⁹ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 2, pp. 106-107.

³⁶⁰ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 2, p. 108.

³⁶¹ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 330-331.

³⁶² Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 113-114 e 279-285.

³⁶³ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, fig.s 54 e 55, p. 95

³⁶⁴ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 97-100.

³⁶⁵ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 103.

³⁶⁶ VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 45-66.

³⁶⁷ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p.64. Esta instituição foi extinta, em Lisboa, em 1973.



Figura 6:43
Exemplos de marcas incisas utilizadas pela firma Gillow.

damente a adesão à religião católica. Existiriam, por certo, vínculos de índole diversa a comerciantes ingleses aí residentes. Não são de descartar relações eventuais à comunidade portuense através de personalidades cuja actividade política e mercantil se desenvolvia nas duas cidades portuguesas, caso, por exemplo, do desembargador Pedro de Melo Breiner.

6. 7. 2. – As questões de identificação do autor e de atribuição de autoria dos desenhos

A detecção de informações técnicas pouco evidentes, quase encriptadas, é um labor necessário para identificar possíveis execuções das obras apresentadas nos desenhos. A organização de um quadro dedicado à sistematização das notas que pudemos resgatar da análise das diversas folhas da colecção verificou-se essencial (Quadro IV. 4).

Esses elementos permitem compor uma teia informativa que nos remete, não só para a identificação de clientes, como também para a definição epocal da execução, para opções estilísticas e elementos funcionais. Os traços oficinais e suas componentes práticas podem, de igual modo, constituir esclarecimentos relevantes, apontando para eventuais mesclas de tradição e inovação.

Diversas questões se nos levantaram na abordagem da colecção: a identificação do suporte, por um lado, e de conteúdo, por outro. Houve que proceder com cautela nas respectivas análises, pois a colectânea apresenta uma amálgama de dados que, continuamente, se vão remetendo uns para os outros. Esta fonte é complexa pois nela estão plasmadas e retratadas vivências de vária ordem, quer pessoal quer profissional, o que proporciona o desfiar de urdiduras diversas, nomeadamente as que envolvem outras personagens e seu relacionamento. Não podemos, no entanto, sucumbir a leituras imediatas pois o rasto de tempo, nesta colecção, pode não ter sido linear.

Materializámos esta problemática em diversas questões, a seguir expressadas. Por maioria de razão, o nível das informações colhidas na análise do suporte será sempre menor do que as obtidas no que está representado. Tivemos sempre presente o facto de que o que hoje vemos constitui parte da história de determinada época, com balizas temporais impossíveis de definir com toda a propriedade, produto da interacção entre encomendantes, riscadores ou desenhadores e oficiais ³⁶⁸.

6. 7. 3. – As informações detectadas no suporte físico

Os documentos em si, na sua vertente física, permitem-nos, desde logo, levantar diversas questões quanto ao suporte dos desenhos, sua apresentação, coloração e integridade. Embora os elementos manuscritos portugueses coexistam com alguns componentes de origem internacional, estes são igualmente importantes pois configuram entrada de informação forasteira a este universo, o que não poderemos deixar de considerar. Poderão, eventualmente, revelar percursos implícitos do todo que nos chegou até hoje, levantando problemática de ordem variável, no que toca, por exemplo, à numeração aposta na maioria das folhas de desenhos.

Ensaaiemos a detecção de riscos apresentados a clientes, bem como os esboços destinados a manuseamento oficinal, seja pelo próprio autor ou para comunicação com outrem. Estes são elementos importantes, por permitirem assinalar a interacção entre clientes e oficinas. A questão caligráfica não é de somenos importância, encontrando-se já estabelecida por Maria Helena Mendes Pinto, que a identificou, encontrando-se aposta em desenhos, em recibos do mobiliário da Associação Britânica e de pagamentos do Senado da Câmara do Porto. Pudemos conferimo-la com a assinatura existente no documento de processo cível que revelamos.

Finalmente, e a partir da análise possibilitada pela identificação de marcas de água, pela datação aposta em desenhos, ou, ainda, considerando a obra conhecida e identificada, tentaremos desvendar uma cronologia de trabalhos que possa contribuir para o reconhecimento da obra desenhada e executada por José Francisco de Paiva, nunca descurando a hipótese de poderem existir suportes com autoria diversa da sua ³⁶⁹.

As questões anteriormente levantadas interpenetram-se e remetem-nos continuamente de umas para outras, pois os desenhos, a escrita e o suporte são um todo que, no presente, é uno e indivisível. No nosso estudo procurámos sempre vislumbrar novos elementos, no sentido de acrescentar dados informativos a tão importante acervo das Artes Decorativas portuguesas, um espólio que, certamente, sobreviveu a vicissitudes diversas, não sendo despiciendo, portanto, admitir que a colecção de desenhos tenha viajado entre oficinas, quem sabe mais do que uma, podendo os dese-

³⁶⁸ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 13.

³⁶⁹ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 321. O autor refere que, na historiografia das Artes Decorativas, se constata casos de desenhadores excepcionais que registaram sugestões de outros com menos dotes para o risco sendo, pois, necessária prudência na atribuição da autoria e da criação de desenhos.

nhos ter sido utilizados em diversas épocas. Na verdade, e como já sugerimos ³⁷⁰, existem tipologias desenhadas e/ou executadas em data posterior à morte de Paiva.

Constata-se, numa primeira visualização, a boa conservação do suporte dos desenhos, embora com marcas indeléveis de manuseamento e utilização, facto natural se tivermos em conta que existiu uma viagem temporal de quase duzentos anos até ao momento da sua doação ao Museu Nacional de Arte Antiga ³⁷¹. A dimensão de alguns desenhos, que pode surpreender os olhos hodiernos habituados à utilização de objectos de medidas reduzidas, está de acordo com a prática em vigor entre desenhadores e arquitectos setecentistas ³⁷². Cremos, no entanto, que alguns poderão constituir ilustração à escala natural com o propósito de originar os moldes a utilizar em trabalho de campo ³⁷³.

A desvalorização de algumas folhas está assinalada pelas frases escritas e recados, em desordem aparente, chalaças oficinais, contas, nomes, riscos diversos não identificáveis, grafando frente e verso de múltiplas folhas. Outras, de apresentação cuidada, com desenhos coloridos e caixilhos perfeitos, denunciam apresentação a personagem fora do estrito âmbito oficial, talvez possível cliente ³⁷⁴. Se acaso a intenção dos desenhos configurasse uma situação de afirmação de autoria, isto é, a publicação ou divulgação por qualquer meio, teriam certamente sido objecto de maior cuidado no seu manuseamento.

A questão da numeração aposta na maioria das folhas da colecção remete-nos para a circulação de desenhos de uma forma que não será possível definir. Em nossa opinião pode ter sido aposta em momentos diferentes, eventualmente por mãos diversas. Verificamos a existência de mais do que uma caligrafia, por vezes numeração sobreposta. Uma das escritas é semelhante à de Paiva o que pode sugerir alguma preocupação de sistematização cautelosa dos desenhos, facto natural em quem

³⁷⁰ Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, vol. 1, pp. 146-153.

³⁷¹ Vd. BASTOS, Celina – 100 Anos ao serviço do Museu. In *Catálogo da Exposição DE AMICITIA. 100 Anos do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga*, pp. 40-63.

³⁷² Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 108-109, 116-119 e 246-248.

³⁷³ Será o caso das *Folhas 96, 113 e 138* que, em nossa opinião, podem representar desenhos para obras de pedraria. Já na *Folha 95* cremos poder alvitrar risco preparatório para as pirâmides aplicadas na decoração parietal onde se encontra adossado o arcaz da sacristia da Ordem Terceira do Carmo. O nome do encomendante é Damião Pereira de Azevedo que orientou as respectivas obras, tendo sido o provável autor do painel, conforme já verificámos. O entalhador José Francisco de Paiva deverá ter, numa primeira fase, encomendado o necessário torneado para obter a forma de pirâmide definindo, em momento posterior, a ornamentação. O perlado desenhado poderia ter sido sugestão de trabalho que não vingou, mas estão delineadas, a lápis, outros elementos decorativos tais como gomos e grinaldas partindo de um botão, elementos que existem ainda hoje. O “espigão de encaixe”, referido por Maria Helena Mendes Pinto, é mais um elemento a considerar verificando-se, na análise do desenho, ter sido apostado em situação posterior ao desenho principal. É de notar que a existência deste componente era fundamental desde o início do trabalho, pois o torneiro devê-lo-ia tornejar conjuntamente com a pirâmide, a partir da mesma peça de madeira, sendo absolutamente solidários. Caso não o fizesse a peça necessitaria que o espigão fosse integrado posteriormente, perdendo a pirâmide a eficácia funcional necessária. Vd., respectivamente, M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3230 Des., Inv. 3231 Des., Inv. 3198 Des. e Inv. 3229 Des., publicados por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 206-207 e 208-209.

³⁷⁴ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 318-319.

se preocupou com a aprendizagem dos traços. Verificamos a existência de sucessivas correcções e sobreposição de números, caso das *Folhas 54*³⁷⁵ e *54 (bis)*³⁷⁶, *87 (bis)*³⁷⁷, *124*³⁷⁸ e *125*³⁷⁹, o que parece indicar desconhecimento da colecção no seu todo, quem sabe se folhas adicionadas aleatoriamente em situação posterior, aquando, por exemplo, de uma presença parcial.

No entanto, se atentarmos na sistematização sequencial dos fólhos encontramos uma lógica que privilegia, ou coloca em lugar dianteiro, numa primeira secção, os desenhos de mobiliário. Pode-se afirmar que os primeiros cerca de sessenta e três números relevam tipologias diversas, na maioria de cariz civil, juntamente com frentes de fogões de sala, maquinação com imagem no seu interior, um altar, uma planta, duas fachadas de prédios e um esquisso vagamente arquitectónico ou de motivos ornamentais, desenho de gradeamento de ferro e um portão. A restante numeração é, por assim dizer, plural na sua diversidade, apresentando desenhos de cimalkas, nomeadamente do “Real Quartel de Santo Ovídeo”, estruturas de telhado, muros, pináculos desenhados à escala natural, planta da “Ordem Terceira do Carmo”, desenho de esquife e de dois antifonários, entre outros. Recenseamos, no segundo segmento sequencial, e para lá dos desenhos de cariz arquitectónico, que constituem a maioria, a repetição do perfil do tampo do arcaç da sacristia da Ordem Terceira do Carmo, um esboço de espaldar de cadeira, uma caixa de chá com indicação das divisórias do seu interior; um outro parece ser a prumada neoclássica de uma tipologia de conter, existindo ainda o esboço da urna de Arouca e um canapé e uma cadeira.

Verificamos que os desenhos de consolas e tremós se encontram posicionados nos dois grupos que estamos a considerar, sendo um da *Folha 62*³⁸⁰ e outro na *Folha 123*³⁸¹. São peças de concepção e execução complexas, pois pressupõem uma visão decorativa do conjunto espacial em que se as pretende introduzir. A gramática decorativa desta folhas é aparentada com as de Damião Pereira de Azevedo que igualmente criou estas tipologias de aparato, mas com superior qualidade pictórica, inserindo-as sempre em ambientes epocais³⁸². Com efeito, os elementos pintados ou entalhados eram escolhidos e executados condizendo com o mobiliário volante ou ornamentação fixa dos

³⁷⁵ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3210 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 112-113.

³⁷⁶ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3228 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 216-217.

³⁷⁷ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3153 Des. e 3145 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 214-215 e 72-73.

³⁷⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3250 Des. e 3204 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 44-45 e 144-145.

³⁷⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3223 Des. e 3166 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 80-81 e 144-145.

³⁸⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3216 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 162-163.

³⁸¹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3174 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 160-161.

³⁸² Cfr. VALENTE, Adelina – Damião Pereira de Azevedo. Novos elementos sobre o entalhador e arquitecto portuense. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 4 (2010), p. 198.



Figura 6:44
Moldura portuguesa com entalhamento vazado.

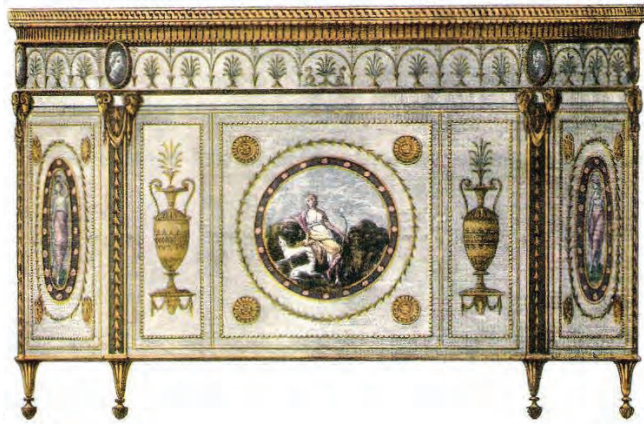


Figura 6:45
Reprodução de risco de Robert Adam, c. 1770.

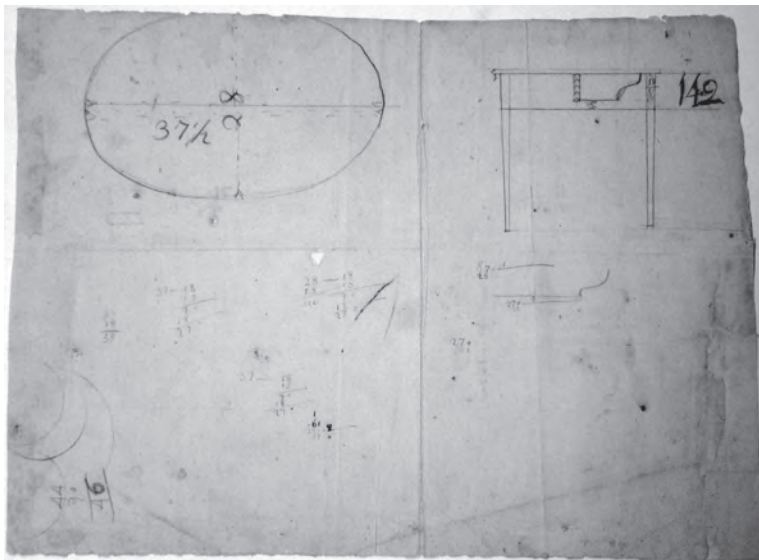


Figura 6:46
Folha 142 da coleção de desenhos denominada José Francisco de Paiva.

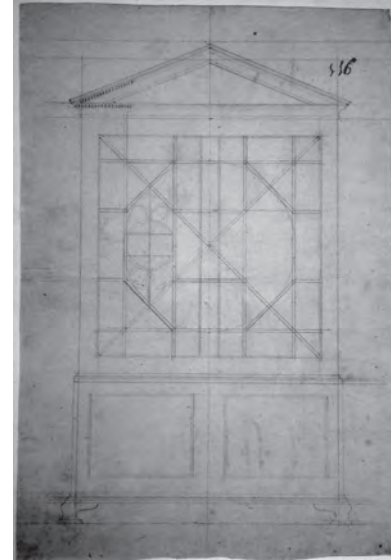


Figura 6:47
Folha 116 da coleção de desenhos denominada José Francisco de Paiva.

salões ou passagens entre divisões³⁸³. O da *Folha 123*, assinado e datado de 1794, apresenta elementos decorativos com muita precisão, bem como dois penachos a coroar as pirâmides superiores que fazem lembrar desenhos de Thomas Sheraton³⁸⁴. Paiva registou a encomenda que dele partiu (“fazer a marquês correspondente a esta [aguare]la (?)”), em pau-preto, antecipando, porventura, a opção estética concretizada por Luís Chiari na sacristia da igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, em 1797³⁸⁵. Esta informação remete para a preferência de alguma clientela pela madeira

³⁸³ Vd. MARQUES, Maria da Luz de Vasconcelos e Sousa Paula – *Mobiliário português de aparato do século VIII. Credencias, consolas e tremós*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, vol. 1, p. 29.

³⁸⁴ Vd. SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972, plate nº 9, pl 3, pp. 138-139 e plate nº 8, pl. 3, pp. 202-203.

³⁸⁵ Vd. MARQUES, Maria da Luz de Vasconcelos e Sousa Paula – *Mobiliário português de aparato do século VIII. Credencias, consolas e tremós*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, vol. 3, pp. 65-66.

escura, em vez da pintura e dourado. O primeiro desenho parece um estudo inacabado, existindo múltiplos riscos a lápis indicando coroamento diverso do espelho, decoração floral variada e estudo da modelagem da cimalha, no lado direito. Mas a forma da cimalha da *Folha 123* já lá está sugerida a lápis, no lado esquerdo, podendo indicar a contemporaneidade das duas folhas. Assinale-se que as três propostas apresentam, na cimalha, formato redondo ou ovalado, coroado por laços e grinaldas que se detecta em moldura com espelho portuguesa, de colecção particular, em madeira de castanheiro dourada, com retoques de purpurina ³⁸⁶(fig. 6:44).

Alguns elementos utilizados na decoração neoclássica, que poderemos apelidar de influência conotada com o arquitecto inglês Robert Adams, estão representados na colecção, de que pode constituir exemplo um esquisso de uma “commode” inglesa ³⁸⁷ na *Folha 43* ³⁸⁸, com marca de água de 1792, representação similar de uma gravura colorida britânica, datável de 1770, da autoria desse arquitecto ³⁸⁹ (fig. 6:45). Adams retirou o entalhamento a esta tipologia e decorou-a com marqueteria e pintura. O desenho português indica uma clara percepção dos elementos decorativos essenciais dessa peça, exibindo a projecção do corpo central e planta baixa com divisórias pouco esclarecedoras, pretendendo eventualmente sugerir caixa aberta com divisórias marcadas por prateleiras, insinuando a moldura do tampo.

Descortinamos outros exemplos, até ao final da numeração da colecção, do conhecimento desta vertente do Neoclassicismo britânico e respectiva gramática estilística. Existe, por exemplo, uma caixa de chá na *Folha 87 (bis)* ³⁹⁰, um esquisso de decoração de estuques no que parece constituir o centro de um tecto da *Folha 90* ³⁹¹ e uma prumada neoclássica na *Folha 100* ³⁹². Apontamentos de figurino diverso do mobiliário dos primeiros sessenta e três números são uma estrutura de mesa e tampo oval, a lápis, na *Folha 142* ³⁹³ (fig. 6:46), a vista lateral de cadeira na *Folha 104* e de armário-louceiro na *Folha 116* (fig. 6:47) – este apresentando estruturação dos vidros nas duas portas do corpo superior, informação importante para identificar o gosto de final de Setecentos nas oficinas portuenses e consolidar a identificação do louceiro português que apresentámos supra (fig. 6:37). Existe ainda uma miríade de desenhos que poderiam já constituir um grupo de menor importância para quem os apreciou e numerou. Sinal deste facto pode ser a numeração aposta no desenho do arcaz da sacristia da igreja da Ordem do Carmo na já referida *Folha 38*, e a ilustração que deverá ter dado origem aos respectivos puxadores, na *Folha 85*, sintoma eventual de menos interesse por um

³⁸⁶ Medidas máximas aproximadas: Largura 37cm x altura 38 cm.

³⁸⁷ WOOD, Lucy – *Catalogue of commodes*. London: HMSO, 1994, p. 1. Esta nomenclatura refere-se à versão inglesa das cómodas com gavetas. No século XVIII os britânicos adaptaram-na, ficando as gavetas escondidas por portas, sendo esta tipologia utilizada nos espaços grandiosos dos salões, que podemos ainda hoje ver em Osterley Park, por exemplo.

³⁸⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3191 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 172-173.

³⁸⁹ Vd. GLOAG, John – *British Furniture Makers*. London: William Collins, 1945, pp. 8-9. A gravura colorida é da autoria de B. Pastorini e representa um modelo executado para o palácio de Osterley Park, em Inglaterra.

³⁹⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3153 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 214-215.

³⁹¹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3148 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 82-83.

³⁹² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3256 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 150-151.

³⁹³ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3190 Des.

trabalho de serralharia ou fundição, quem sabe se de criação de outrem.

6. 7. 4. – A análise dos desenhos de mobiliário

A confirmação da autoria de alguns desenhos em que José Francisco de Paiva apôs o seu nome não é, de todo, linear pois a autenticação é diferenciada. Cremos poder detectar circunstâncias diversas, a que tentaremos dar sentido.

A frase “José Francisco de Paiva o fes”, a inscrição simples do nome “José Francisco de Paiva”, ou a indicação abreviada de “Payva” acusa, a nosso ver, duas situações. A primeira revela reconhecimento de execução de desenho e obra, já que assim está apostado em desenho do arcaz da Ordem Terceira do Carmo que, sabemos, foi obra de Paiva ³⁹⁴. Um segundo modo de apor o seu nome – por exemplo, a indicação “Joze Fran^{co} depaiva” (sic), aposta em desenho da *Folha 23* ³⁹⁵ – pode representar outra conjuntura.

Quanto ao primeiro registo, qualquer dúvida existente poderá ser desfeita comparando a mesma anotação aposta na *Folha 11* ³⁹⁶, que apresenta a data de 1792 e constituiu, a nosso ver, uma das marcas do talento de Paiva. Na verdade, a partir de elementos estruturais conhecidos, a saber, a forma ovalada neoclássica e a forma de linhas rectilíneas gravadas por Thomas Sheraton ³⁹⁷, o desenhador portuense concebeu uma tipologia de características únicas, reconhecível entre a produção portuguesa coeva, que, como já vimos, se lhes referia como leitos de “cercaduras redondas”. Registe-se que a *Folha 2* ³⁹⁸ (fig.6:48) talvez constitua momento de trabalho que antecedeu a apresentação da *Folha 11*, pois os traços são inconclusivos quanto à sua definição final.

Detectámos uma peça, de colecção particular, filiável no modelo do espaldar destes leitos (fig. 6:49) e alvitramos a sua atribuição à oficina ou à corrente decorativa que José Francisco de Paiva personalizou. Executada em madeira de vinhático, deixa entrever mãos oficinais apuradas quanto ao todo ensamblado e quanto ao entalhamento levantado. Nele se detectam linhas formais idênticas

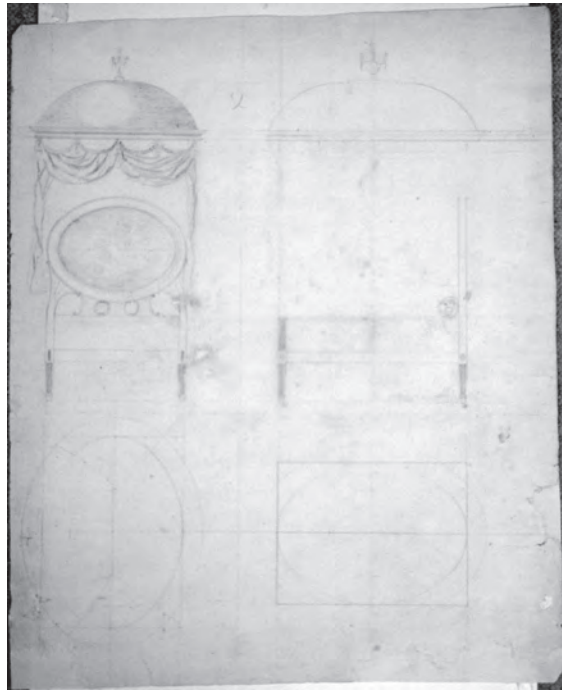


Figura 6:48

Folha 2 da colecção de desenhos denominada José Francisco de Paiva.

³⁹⁴ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 34. José Francisco de Paiva terá ajustado a obra em 21 de Setembro de 1789 e Damião Pereira de Azevedo fez “gratuitamente” o risco das obras a efectuar na respectiva sacristia. O arcaz foi encomendado a Paiva.

³⁹⁵ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3168 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 110-111.

³⁹⁶ Vd. M. N. A. A., Inv. 3169 Des. A assinatura está por extenso: “Joze Francisco de Paiva o fez Porto 8brº, 1792”.

³⁹⁷ Vd. SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972, fig. 41, pp. 90-91.

³⁹⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3196 Des.

e a mesma gramática estilística – a saber, a mesma forma oval, encimada com grinaldas de flores no centro das quais se encontra um vaso. A existência de dois desenhos pode configurar o início de projecto, apresentando ao cliente ideias primárias³⁹⁹ que seriam alvo de acerto em fase posterior⁴⁰⁰.

O leito apresenta espaldar com ligeiro ovalado na horizontal, concebido de modo complexo, simulando três áreas distintas. A central, cujo centro está coberto com damasco amarelo dourado, que não é de época, sustenta a zona do coroamento neoclássico de vaso com flores sobre plinto denticulado, num todo muito bem concebido, vazado e entalhado com precisão⁴⁰¹. O ovalado foi definido com cercadura de meias canas de diversas larguras, oferecendo ao olhar um jogo de tarjas com movimento. A superfície inferior corresponde ao efectivo apoio da almofada e foi ornado por nervurado lateral levantado a partir de nós boleados que rematam, na zona inferior, a fimbria da tábua utilizada⁴⁰². Os prumos que sustentam o espaldar, com molduras rasgadas na vertical e pedúnculo vegetalista, repetem-se nos pés baixos do fundo do leito, aqui sem este adorno. Os primeiros estão coroados por pequenos vasos que replicam o motivo central, concedendo união visual e estilística à tipologia. Nasceram na mesma tábua, estando destacados por moldura com gola funda, que os destaca. Os segundos apresentam pirâmides torneadas em ligeiro achatamento, aplicadas sobre soco de quatro meias canas. O desenho técnico pormenoriza a complexidade técnico-estilística desta tipologia (fig. 6:49A)⁴⁰³.

Parece-nos que este leito apresenta similitudes com um móvel bem conhecido das Artes Decorativas portuguesas – a cadeira abacial do museu do Convento de Arouca⁴⁰⁴ (fig. 6:50). Esta ostenta um centro de espaldar que se filia nesta gramática estilística. Detectamos, todavia, alguma desarmonia no que respeita à sua concepção e execução, pelo que tentaremos dar algum contributo para a sua elucidação. Consta-se que esta morfologia constitui uma forma visual fortíssima que deveria pretender, pelo inusitado, afirmar a importância da tipologia. O olhar detêm-se, de modo inevitável, na forma ovalada semelhante ao leito anterior, aqui apresentada na vertical, com 237 cm de altura, encimada por um trabalho intrincado de entalhamento e vazamentos, fazendo lembrar, por exemplo, o coroamento do cadeiral abacial que actualmente se encontra na igreja da Colegiada

³⁹⁹ Cfr. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp.15-16.

⁴⁰⁰ Era, e ainda é, normal, uma proposta feita ao cliente ser com ele discutida. Numa situação de execução de mobiliário personalizada a oficina geralmente sugere ideias que são trabalhadas tendendo a acertar os pormenores de acordo com o gosto do destinatário. Temos experiência pessoal destas situações. Cfr. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp.13-37.

⁴⁰¹ Corolas abertas e rasas de flores mesclam-se, nas pontas, com dois botões por abrir. O par de grinaldas vegetalistas cobre elementos que simulam frontão partido, indo morrer junto aos prumos do leito que sustentam a cabeceira, numa complexa distribuição de vazamentos e superfícies maciças.

⁴⁰² Note-se que a sinuosidade descendente em direcção ao centro desta área representa um apoio para o, ou os colchões utilizados.

⁴⁰³ Cinco tábuas foram utilizadas na execução deste leito. O peso da massa matérica da cimalha, que poderia ter tendência para tombar, esgaçando a madeira, obrigou o marceneiro a apoio suplementar mediante travessa pregada na zona anterior. O mais das tábuas estão ligadas entre si por malhetes intestinos, escondidos do olhar, mas detectáveis pelas duplas cavilhas que lhes concedem fixação suplementar e pelo reporte entre a marcação que serviu de guia à sua união. Anilha dos parafusos de ferro, que estão à vista, fazem a ligação dos dois prumos à tábua respectiva, também de modo visível.

⁴⁰⁴ Vd. M. A. S. A., *Cadeira abacial*, Inv. n.º F 119.



Figura 6:49
Leito português atribuível a José Francisco de Paiva ou à sua escola.

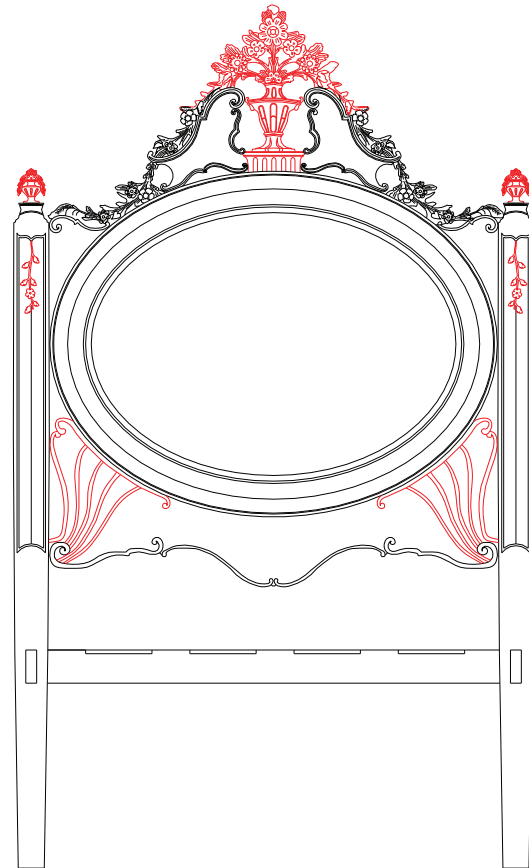


Figura 6:49A
Desenho técnico realçando a morfologia e o entalhamento do leito da fig. 6:49.

de Cedofeita, no Porto ⁴⁰⁵. Cremos poder afirmar que a assinatura tecnicista do entalhador existe em toda esta peça, sendo semelhante ao do leito referido *supra*, com elementos comuns de entalhe, concluindo do mesmo jeito as respectivas linhas do terminal dos braços junto ao assento, por exemplo (fig. 6:50A) ⁴⁰⁶.

A análise da retaguarda do espaldar (fig. 6:50B) revela a dificuldade que o ou os riscadores e executantes, sofreram para levar a bom porto a concepção deste espaldar, não tendo, com probabilidade, existido levantamento prévio das dificuldades da ideia inicial ⁴⁰⁷. O sinal de que os arqui-

⁴⁰⁵ No topo existe um ramo de flores que assenta sobre palmas cruzadas dentro de coroa vegetalista com pouca definição técnica. Recortes pronunciados em SS definem o topo de uma pirâmide que é adornada por grinaldas abundantes, envolvendo lateralmente o espaldar. A ligação deste ao assento utiliza a mesma forma do leito que analisámos. Os braços e seus suportes, bem como as prumadas dianteiras e traseiras encontram-se entalhadas com folhas e botões de flores neoclássicos.

⁴⁰⁶ Assinalámos, em estudo anterior, que estes recortes marcam presença em par de cadeiras existentes no Museu Nacional Soares dos Reis e no Museu Nacional de Arte Antiga, bem como em conjunto da casa da Feitoria Britânica do Porto. Vd. VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - Actas do I Congresso O Porto Romântico. Porto: Universidade Católica Editora, 2012, vol. 1, pp. 149-153.

⁴⁰⁷ Ao ovalado, composto de almofada central lisa e rincões a defini-la, foram apostos prumos de madeira para que o entalhador pudesse desenvolver e levantar o seu trabalho. Pequenas emendas, cirurgicamente aplicadas, revelam a necessidade de compensar diferentes níveis da madeira, que faltava para a realização completa do trabalho. Travejamento em diversas direcções foi aparafusado e encavilhado em, pelo menos, duas camadas de madeira. Os dois suportes ondulados na parte inferior do espaldar, ligados ao assento, ajudam a suportar o peso deste complexo que se descarrega, maioritariamente, nos prumos disfarçados com entalhamento das grinaldas laterais.



Figura 6:50
Cadeira abacial do museu do Convento de Arouca



Figura 6:50A
Pormenor do apoio do braço da
cadeira abacial do museu do
Convento de Arouca



Figura 6:50B
Pormenor das costas da cadeira
abacial do museu do Convento de
Arouca

tectos desta obra compreenderam o peso dos respectivos volumes encontra-se no equilíbrio conseguido pela colocação do remate entalhado, que se encurva para a frente e noutro pormenor de não menos importância: a colocação de um sustentáculo entalhado em baixo, por detrás da prumada, importante ajuda para que a linha vertical de sustentação seja compensada quando a cadeira não estiver encostada à parede ⁴⁰⁸.

O alvitre de que esta obra tenha tido contribuição de José Francisco de Paiva, ou seja totalmente de sua autoria, não nos parece impróprio, como, de resto já foi anteriormente sugerido ⁴⁰⁹. Na verdade, está aqui contida toda a gramática que este mestre utilizou nos desenhos e no leito que analisámos. Verifica-se, igualmente, um trabalho engenhoso de contornar dificuldades de concepção e efectiva execução, só possível por parte de quem dominava, por completo, a técnica de ensamblamento. É dessa actividade que se trata quando se pretende agregar elementos que foram concebidos para situações diversas, neste caso um ovalado de leito entalhado, aplicado, aqui, em

⁴⁰⁸ Os aros frontal e laterais do corpo do assento estão decorados com motivos vegetalistas de finos caules e flores, terminando as respectivas ondulações em pés obrigatoriamente encorpados, com joelhos salientes e cartelas levantadas, e com tacão por debaixo de entalhamento de folhas e curvas. Terá existido algum engano na medida da altura desta cadeira? A aposição de emendas para a altear assim o sugere.

⁴⁰⁹ Vd. MARQUES, Maria da Luz Paula – *Mobiliário, tradição e requinte. In O mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca.* Lisboa: Medialivros, S. A., 2003, p. 103.

sentido vertical.

O desenho de dois modelos de caixa de relógio da *Folha 18*⁴¹⁰, vista lateral incluída, tem identificação inequívoca de Paiva. É um desenho emblemático no que respeita a afirmação de autoria, se bem que nele se assinalem, por exemplo, influência de traços de Thomas Chippendale⁴¹¹. Datado de 1787, antecede cronologicamente o arcaz da Ordem Terceira do Carmo e, tal como neste, o desenho da caixa de relógio do lado esquerdo constitui proposta inovadora, configurando uma interpenetração de elementos neoclássicos com linhas sinuosas do Rococó, fruto de conhecimentos estilísticos bem alicerçados e de experiência intelectualizada, no que se poderá afirmar ser a tentativa de afirmação esteticamente criativa. As linhas ondeantes da zona inferior destas tipologias, que acentuam as bases com um bojo saliente, como que esmagado pela parte superior, revelam noções apuradas de volumetria alicerçadas em provável conhecimento de modelo inglês. Existem, nesta mesma *Folha 18*, adições a lápis, nas cimalthas, sugerindo folhagem e uma cara, bem como a adição na proposta da direita, abaixo da linha original da base dos desenhos, de dois pés de influência rococó inglesa, elementos que, aliás, vão aparecer em outras ocasiões, nomeadamente na já citada papeleira da *Folha 54*, sugerindo troca de ideias com uma segunda pessoa, provavelmente o cliente.

No que diz respeito ao segundo modo de assinatura nos desenhos – o da *Folha 23*⁴¹², ele surge em peça que representa uma secretária de trabalho com dois estiradores laterais, parecendo ter saído de mão que conhecia o ofício dadas as informações pormenorizadas existentes⁴¹³, com detalhes sobre as molduras⁴¹⁴. A nossa percepção de que essa rubrica pode indicar o seu possuidor – e não o seu autor – tem como fundamento a constatação de que estes desenhos se filiam no que os ingleses apelidam de “gentlemen’s writing tables”, i.e., mesas de trabalho para escritórios – que já vimos serem solicitados pela clientela ligada aos negócios, em diversas latitudes, podendo ter chegado ao Porto neste suporte físico. Paiva chama-lhe “carteira”⁴¹⁵. Essa tipologia está representada, de modo contrafeito, no desenho da *Folha 60*⁴¹⁶, cuja marca de água é de 1788. Aqui está presente, em planta baixa, a divisão das gavetas imediatamente abaixo do tampo, indicando também o vão central com porta recuada. Frase manuscrita indica que esta foi uma encomenda de Roberto Vidal

⁴¹⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3167 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 98-99.

⁴¹¹ CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker’s Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966, fig. CLXIII. O autor sugere linhas onduladas na base da caixa do relógio.

⁴¹² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3168 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 110-111.

⁴¹³ O perfil de molduras, o desenho de puxadores e escudetes, e a indicação do “*lugar de receber o arco de ferro com dente*” bem como a indicação do “*plano e elevação das avas q levantão nas cavesias*” são indicações técnicas que demonstram o conhecimento da tipologia e da sua execução. Cada aba, ao levantar, encontra apoio sobre um arco denticulado de ferro que por sua vez se dobra debaixo de uma moldura com gula com pouca profundidade, dado que as abas não encostam totalmente ao móvel, quando fechado. Este sistema de sustentação de abas, apoiando-se, quando abertas, em molduras salientes à caixa do móvel, permite controlar a sua inclinação. O desenho só seria suficiente para um executante que igualmente estivesse familiarizado com a tipologia.

⁴¹⁴ A palavra “*cavesias*” terá provável filiação em “*cavetto*”. Cfr. “Details of mouldings”. In GLOAG, John – *A short dictionary of furniture*. Great Britain: C. Tinling and Co., 1969, p. 462.

⁴¹⁵ Vd. SILVA, António de Moraes – *Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 1, p. 354. Palavra utilizada, com probabilidade, por extensão com o significado epocal de guarda de “*cartas de segredo*”.

⁴¹⁶ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3183 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 108-109.

da Gama, a enviar para Lisboa, inspirada em modelo de Francisco de Azevedo Coutinho, figuras cimeiras da administração pública, com cargos de nomeação real ⁴¹⁷. No entanto, este desenho ostenta cariz diverso do da *Folha 23*, este muito cuidado, saído de mão de riscador habilitado. A vista frontal proposta é diversa do trabalho de uma outra versão aguarelada, a da *Folha 55* ⁴¹⁸, esta indiciadora de mão adestrada no desenho, por exemplo um arquitecto. Os riscos saídos destes profissionais ostentavam, de modo frequente, sombras, volumetria e perspectiva ⁴¹⁹. As rosetas das asas demonstram a mesma opção de delineamento.

As legendas da *Folha 23* apontam para a necessidade de ajustar informação concreta ao desenho, que nos parece, pois, uma versão detalhada do da *Folha 55* ⁴²⁰, este com aposição de cliente, o Desembargador Pedro de Melo, mas sem adição de autoria, e com marca de água de 1784. O cuidado desta última folha aguarelada é maior, com ferragem inglesa de cor amarela, indicando o metal. Do lado direito, o estirador não é original, tratando-se de um acrescento posterior. Na vista lateral vislumbra-se, a lápis, um prumo e a sugestão do que parece ser o vão central da secretária. Em adição vemos um esboço de cadeira de braços, confirmando a encomenda escrita de “uma banca de cadeira”, modo pelo qual os marceneiros formados na tradição oficial tradicional oral, ainda no século XX, se referiam ao conjunto das duas peças. Estes três desenhos são, a nosso ver, sinal da adaptação de modelos surgidos do exterior do ambiente oficial portuense, mas nele integrados de forma expedita por parte de oficiais locais que entenderam a sua funcionalidade e utilidade para a respectiva clientela.

Sugerimos que o desenho da *Folha 28* ⁴²¹, assinado somente com o nome “*Payva*”, possa ter sido proposta de outrem a que o marceneiro após o seu nome, como que a sinalizar a posse respectiva, podendo constituir uma variante simplificada da aposição do nome completo que vimos nos desenhos mencionados *supra*. A figura feminina que está desenhada com o pormenor anedótico de brinco na orelha visível não partiu da mesma mão do resto do risco e os seus traços cobrem o desenho da planta baixa. Esta tipologia propõe uma zona frontal aparentada com as das mesas de encostar de influência inglesa que a marcenaria portuguesa glosou de modo muito idiossincrático – facto que analisámos em alguns exemplos, no 5º capítulo. Cremos que este desenho indica uma tentativa de modernizar modelos conhecidos, porventura configurá-los de outra feição – de que poderá constituir sinal a abertura central sob a gaveta –, permitindo que uma figura feminina a utilize para toalete. Uma leitura atenta dos pormenores indica tampo duplo, de desdobrar. Parece-nos que o toucador, que não deveria ser solidário com o tampo, sugere um só espelho, permitindo ao

⁴¹⁷ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 108.

⁴¹⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3182 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 104-105.

⁴¹⁹ Vd. FUHRING, Peter – *Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 322.

⁴²⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3182 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 104-105.

⁴²¹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3170 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 164-165.

seu eixo a torção provável em quatro direcções, glosando modelo sugerido por Hepplewhite ⁴²². Nas duas décadas finais de Setecentos a firma Gillow vendia peças similares, com curvatura a acompanhar a forma da mesa, ou meia-cómoda, sendo colocadas sobre estas ⁴²³.

Ao contrário do que poderá parecer numa leitura imediata, a planta baixa do lado direito, muito definida e concreta, deve ter constituído o ponto de partida para esta proposta, já que no desenho da tipologia só é indicada a frente: o marceneiro que a executasse teria de desenvolver a peça, concretizando todos os seus pormenores estruturais e de funcionalidade. A ideia do desenhador estava apresentada. Ao mestre executante caberia concretizá-la. Não podemos descartar a hipótese desta ser uma das formas de protecção de ideia original – quem sabe se inglesa –, já que o modelo de cadeira que a acompanha revela a respectiva técnica de plasticização da prumada traseira, a saber, uma inclinação muito mais pronunciada que a produção portuguesa.

Na colecção de desenhos verificam-se, ainda, apresentações pictóricas em folhas com desenhos sem caixilhos, sem autoria declarada, parecendo desenhos de officinas familiarizados com o modo de riscar, com correcção quanto à escala das peças representadas, indicando possíveis formas, decorações, e utilização da matéria-prima, por exemplo em folheado. Somos compelidos a compará-los



Figura 6:51
Modelo de cómoda do norte da Alemanha

com as propostas feitas pela oficina inglesa Gillow quando se pretendia concretizar visualmente sugestões de clientes num estágio primário de uma encomenda. Com efeito, a prática dos marceneiros e clientes dessa firma seguia essa via, iniciando-se o processo com a comunicação da tipo-

⁴²² Vd. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, fig. 70. O desenho da esquerda desta figura sugere toucador cujo espelho se poderá mover num só eixo.

⁴²³ Troca de correspondência da firma Gillow com um cliente descreve um “handsome oval dressing glass to move on a single pillar with drawers in the commode form”. Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 2, figs. 632 e 633, pp. 86-87.

logia pretendida à oficina. O passo seguinte constituía a tentativa da respectiva concretização em desenho acompanhado de instruções e sugestões, por vezes pela mão dos marceneiros que poderiam executar a encomenda ⁴²⁴.

Nesta linha de dedução, mas sem poder sugerir conclusões definitivas, parece-nos possível detectar mão inglesa na *Folha 15*, já referida *supra*, e na *Folha 29* ⁴²⁵. Com efeito, o delinear da tipologia representada nestes dois desenhos duplos – duas cómodas-papeleiras com alçado em cada um deles –, segue os cânones ingleses quanto ao corpo superior, apresentando cimalthas arquiteturais de complexidade variada, e cujas portas ostentariam, na versão oficial inglesa, painéis de madeira. O corpo inferior poderia replicar modelos de cómodas conhecidas, eventualmente já executadas, no presente caso formas devedoras das sugestões de Hepplewhite ⁴²⁶ ou de modelos de desenhadores ingleses com nome afamado, como Thomas Chippendale, cujos arquétipos eram utilizados como base de trabalho ⁴²⁷. Outras fontes podem ter sido utilizadas pelos marceneiros portugueses ou ingleses, como o que parece acontecer no desenho do lado direito da *Folha 15* que ostenta a forma de cómoda identificada como “cómoda pequena do norte da Alemanha” ⁴²⁸ (fig. 6:51). Os prumos e o avental desta tipologia apresentam metais dourados e os pés representam modelo desenhado por Hepplewhite, uma variante afilada dos pés de caixa mais largos, rematando o avental com recorte pouco pronunciado ⁴²⁹. No desenho da coleção portuguesa estas linhas são replicadas. Aí se sugere, igualmente, um espinhado nítido, remetendo para o gosto inglês. O remate do corpo superior apresenta modulação em curvatura. A verdade é que esta versão poderia agradar à clientela portuense, cuja adesão às formas ondulantes já foi por nós verificada e que são traduzidas de outro modo em tipologias similares⁴³⁰.

É possível que o desenho da esquerda esteja reproduzido no lado direito com as variações já detectadas, pois existe vínculo vertical no papel. De igual modo, mantém-se a escala das duas peças, bem como a indicação sobre os apainelados das portas superiores. O denticulado e respectiva aguada é semelhante, se bem que os florões da tipologia do lado esquerdo sejam mais grosseiros, assentando sobre bases que nos parecem estar replicadas nos desenhos da *Folha 46* ⁴³¹ e da *Folha 131*, o antifonário já aludido *supra*, e que representa um plinto de linhas lisas, com moldurado à maneira neoclássica.

Já o desenho da *Folha 54* nos parece uma versão portuguesa da papeleira anterior. Com efeito, a

⁴²⁴ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, pp. 16-19 e 22.

⁴²⁵ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3213 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 116-117.

⁴²⁶ Vd. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, fig. 40.

⁴²⁷ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, p. 357.

⁴²⁸ Vd. HAMPEL KUNST AUKTIONEN. Flyer de catálogo. 4 de Abril de 2008.

⁴²⁹ Vd. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, fig. 40.

⁴³⁰ Vd. BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999, p. 101. Vejam-se, por exemplo, as linhas verticais ondulantes da cómoda-papeleira reproduzida nesta obra.

⁴³¹ Esta folha foi alvo de reposição de falha no desenho da moldura e denticulado em episódio de restauro, à semelhança da já referida *Folha 91*.



Figura 6:52
Cadeira portuguesa com espaldar vazado, em forma de vaso.

cimalha, em duas versões nos lados esquerdo e direito, ostenta um concheado central em forma de pluma esguia de feição rococó, característica dos remates lusitanos inspirados nos ingleses, o que já referimos *supra*. A mão que o desenhou estava familiarizada com a formalidade do entalhamento português, tendo sombreado a zona imediatamente abaixo da moldura, o que indica curvatura executada a partir do levantamento da espessura da madeira ⁴³². As portas do corpo superior são envidraçadas e apontam-se pequenos objectos sobre prateleiras espessas e recortadas, utilização não contemplada nos modelos britânicos cujo aproveitamento era a colocação de livros ⁴³³.

Outra ocorrência se verifica nos múltiplos fragmentos de papel de cor azul de que a colecção se compõe. Deparamo-nos, com efeito, com registos a lápis de apontamentos de medidas e esboços da tipologia respectiva, configurando referências rápidas tiradas possivelmente frente a modelo do qual se possuem poucas informações, ou mesmo desconhecido ⁴³⁴, e que não poderia ser utili-

⁴³² O pé proposto encontra-se desenhado em posição frontal e lateral, esta à esquerda, para melhor explicitação técnica da sua execução. Pretende-se, deste modo, sugerir o recorte interior do bloco de madeira a partir do qual se executaria o pé, para que o resultado final apresentasse um suporte volumetricamente contido. Acaso o entalhador não utilizasse essa técnica, o bloco de madeira manteria visível toda a sua massa, e os pés não patenteariam leveza. Este é um modelo recorrente na tradição portuguesa, conforme já vimos am capítulo anterior.

⁴³³ Na década de 1760, em Inglaterra, o corpo superior destinava-se à colocação de livros, sempre escondidos, ora por cortinas verdes por detrás de vidros, ora por apainelamento de madeira. Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, p. 357.

⁴³⁴ Vejam-se os esboços do arquitecto francês François-Joseph Bélanger que, ao visitar Inglaterra em 1767, tomou notas de tipologias e pormenores que não eram do seu conhecimento. Vd. FUHRING, Peter – *Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII*. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 18.



Figura 6:53

Folha 91 da coleção de desenhos denominada José Francisco de Paiva.

zado ao vivo aquando de reprodução futura. Poderiam ser elementos preciosos para transmissão a outrem, para servir de guia ou sugestão, para obra em curso ou como curiosidade para o futuro. É o caso da *Folha sem número*⁴³⁵ que regista a grade de assento de cadeira com a indicação de inserção das duas prumadas dianteiras, modelo presumivelmente não conhecido, já que os suportes anteriores estão desenhados com recurso a régua e esquadro, existindo uma saliência no ponto de inserção destes com o aro. São visíveis alguns sinais de apoio de compasso – uns pequenos furos no papel –, numa tentativa intrincada de conseguir que uma parte de circunferência se ligue com o elemento curvo do aro dianteiro.

Outro registo mais cuidado surge na *Folha 76*, aqui em ponto pequeno, como que uma nota desenhado em papel que estava à mão. Trata-se de provável cópia, ou estudo, para espaldar de cadeira em que um motivo vasiforme vazado se inscreve em linhas que poderia ser o início da respectiva forma exterior. É um elemento característico do Neoclassicismo – um vaso ou urna sobre pedestal –, numa versão que está traduzida, de forma múltipla⁴³⁶, em cadeiras portuguesas e de que pode ser exemplo uma tipologia de assento que apresentamos, de um conjunto de seis, em madeira de pau-santo, de colecção particular⁴³⁷ (fig. 6:52). Não existem, no esquisso, quaisquer medidas gerais ou de pormenor, o que pode sugerir que o seu autor considerou que aquele motivo central teria interesse oficial para eventual reprodução futura, mas que poderia lá não estar quando fosse necessário⁴³⁸. Para o oficial que o riscou, foi suficiente este registo sumário, sem qualquer preocupação de inserção numa forma de espaldar definido.

⁴³⁵ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3224 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 142-143.

⁴³⁶ Vd. PINTO, Augusto Cardoso; NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Cadeiras Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1950, estampa CXIII, figs. 238 e 239.

⁴³⁷ Medidas máximas aproximadas: altura 101 cm; assento 51 cm x 40 cm.

⁴³⁸ Surgem nas oficinas peças desconhecidas que os marceneiros têm a preocupação de registar. Tabela semelhante encontra-se em risco de arquitecto francês, desenhado aquando da sua visita a Inglaterra em 1767, sugerindo que este modelo seria de origem britânica. Vd. Vd. FUHRING, Peter – *Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 18, fig.4.

Uma não menos importante verificação é uma lacuna no canto esquerdo da *Folha 91*⁴³⁹ (fig. 6:53), entretanto preenchida, com probabilidade, no episódio de restauro da colecção de desenhos em Maio de 1963, e que denuncia uma prática oficial recorrente na obra de ensamblador e até na de pedreiro. Na verdade, este recorte de papel poderá ter servido de modelo para execução do perfil do frontão que Maria Helena Mendes Pinto identificou como sendo da Casa Pia, do Porto⁴⁴⁰, pois a alvenaria utilizava “*papelão p^a moldes*”⁴⁴¹. No entanto, e como já vimos, os oficiais seguiam a prática de permutar os mesmos moldes entre diferentes artes, servindo-se deles para inspiração em obras de matéria-prima diversa⁴⁴², pelo que o perfil aqui recortado poderá ter sido utilizado, de igual modo, em oficina de marcenaria.

Não podemos deixar de analisar o desenho da *Folha sem número*⁴⁴³, cuja marca de água revela o ano de 1786, representando uma proposta de trabalho para o lavatório da sacristia da igreja da Ordem do Carmo, pois revela, uma vez mais, o modo de circulação dos desenhos entre oficiais de especializações diversas. Exame atento detecta, no elemento central de onde brotam os esguichos de água, a sugestão de um samovar de filiação neoclássica, peça que poderia ser executada pelos ourives da prata. O desenho poderá ter Damião Pereira de Azevedo como seu autor, pois concebeu e dirigiu as obras da mesma sacristia⁴⁴⁴. Este riscador, figura quase omnipresente na obra de Paiva, seu contemporâneo, colaborou com o ourives João Gonçalves dos Santos, em 1786, delineando duas lâmpadas de prata⁴⁴⁵, num reconhecimento provável, por parte do ourives, do talento imaginativo de um homem que deveria conhecer esta matéria-prima e que sabia desenhar⁴⁴⁶. Essa prática está documentada em litígio do final da década de 1750 e início de 1760, no Rio de Janeiro, revelando que, na capital brasileira, era corrente o provimento de desenhos e “moldes em madeira” por parte dos entalhadores, aos marceneiros, pedreiros e ourives da prata e do ouro⁴⁴⁷. Esta situação repli-

⁴³⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3142 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 58-59. Esta intervenção resulta de falha de informação sobre técnicas oficiais. Decidimos reproduzir este desenho pois as técnicas actuais de cópia permitem a verificação dessa acção, o que não ficou perceptível no livro de 1973.

⁴⁴⁰ Ainda hoje é prática corrente nas oficinas de marcenaria a utilização do primeiro suporte de papel que está disponível para desenhar perfis e/ou ideias. Explicitações de carácter técnico-prático, em geral sob a forma de moldes, são, em seguida, transpostas para outro suporte, normalmente de textura grossa, para serem utilizados pelos artífices. No século XVIII papel era comprado para essa concretização. Cfr. A. H. I. C., *Livro de Obras*, 1749, Livro nº 331, f. 134v. “*Continuação as ferias dos Pedros desde 19 de Junho e finda em o prº de Julho de 1758. Gastos...papel p^a moldes...\$030*”. Não será despendendo considerar que alguma situação de imediatismo na obra fizesse com que o reponsável pela moldura aqui desenhada fornecesse um pedaço do desenho de autoria provável do arquitecto.

⁴⁴¹ Cfr. A. H. I. C., *Livro de Obras*, 1749, Livro nº 331, f. 181v. Este material foi utilizado, em 1752, nas obras da Torre dos Clérigos.

⁴⁴² Cfr. SOUSA. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses. 1750-1810*. Porto: Edição do Autor, 2004, pp.224-225.

⁴⁴³ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3146 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 38-39.

⁴⁴⁴ Vd. FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *Memória histórica da ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo da Cidade do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1956, p. 71.

⁴⁴⁵ Vd. ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – *A ourivesaria portuense nos séculos XVII e XVIII. Análise de alguns contratos*. In *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto. Governo Civil do Porto, 1991, p. 346.

⁴⁴⁶ Os entalhadores dominam a técnica do desenho pois necessitam de entender os respectivos traços e de os perspectivar de modo tridimensional. Esse facto torna exequível a transposição do risco para qualquer matéria-prima.

⁴⁴⁷ Vd. SANTOS, Noronha – Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do Serviço do Património*

cava as práticas epocais da cidade de Lisboa ⁴⁴⁸ que se devem ter mantido, com probabilidade, aquando das obras da Basílica da Estrela ⁴⁴⁹. Não será de estranhar, portanto, que um dos desenhos da presente colecção, a base de cruz, ou de tocheiro, na *Folha 93* ⁴⁵⁰, sugira traçado para obra de ourives, em escala natural ⁴⁵¹.

No caso do desenho do lavatório em mármore da sacristia da igreja da Ordem do Carmo, deparamo-nos com uma forma característica da prataria com função específica que foi transposta de modo talentoso para outro material, geneticamente diverso, num exercício mental exercido por parte de um intelecto multifacetado. Como já vimos *supra*, Paiva deverá ter seguido essa prática transpondo perfis arquitectónicos para cimalkhas de mobiliário, obtendo, assim, material de informação essencial ao desenho de peças solicitadas pela clientela, numa prática que revela o entendimento de que o âmago destas actividades oficinais se interligam, quer na sua representação, quer na efectiva execução.

Na presente colecção de desenhos existem dois elementos que parecem oriundos de álbuns, consubstanciando uma situação de difusão internacional. A *Folha sem número* ⁴⁵², representa três plantas baixas, indicadas por números de 1 a 3, com propostas formais para o que parecem ser armários de dois corpos. Na verdade sugerem-se mais do que um plano horizontal com curvaturas, a que se sobrepõem elementos preenchidos, parecendo indicar corpos sobrepostos. As variáveis dos encurvamentos são notórias e, para o que nos interessa, deverão ter sido motivos inspiradores de movimentos ondulantes de tampos. Se atentarmos no desenho de outra *Folha sem número* já acima referida ⁴⁵³, a que esboça a proposta para o lavatório da sacristia da igreja da Ordem do Carmo, veremos que a respectiva planta baixa foi buscar inspiração às propostas n.º 2 e n.º 3 desta folha de álbum alemã identificada por Maria Helena Mendes Pinto ⁴⁵⁴. As linhas do n.º 2 foram repescadas para a zona frontal e as do n.º 3 para as ilhargas do futuro lavatório, não sendo traduzidas, na peça executada, de literal ⁴⁵⁵. Mais uma vez se verifica a osmose entre diversas disciplinas oficinais, bem

Histórico e Artístico Nacional, n.º 6. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1942, pp. 299-300 e 309.

⁴⁴⁸ Vd. SANTOS, Noronha – Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional*, n.º 6. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1942, p. 299.

⁴⁴⁹ Vd. SALDANHA, Sandra Costa – Entalhadores e carpinteiros, concorrentes e parceiros – O mobiliário religiosa da Basílica da Estrela. In *Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, p.45. A autora sugere que o entalhador José de Abreu do Ó terá provido “modelos de madeira para modelar ou fundir (objectos de ourivesaria, como castiçais, banquetas ou sacras; ou ornatos, como cartelas, capitéis ou frontões), tocheiros, círios, pedestais, peanhas ou comungatórios”.

⁴⁵⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3245 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 200-201.

⁴⁵¹ Este desenho apresenta perfeição e minúcia na ilustração, bem como aguadas de coloração normalmente utilizadas em desenhos de ourives que, em geral, manifestam um apurado “sentido de plasticidade”. Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. *Desenhos franceses do século XVIII. In Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 143.

⁴⁵² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3165 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 170-171.

⁴⁵³ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3146 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 38-39.

⁴⁵⁴ PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 170-171.

⁴⁵⁵ Refira-se, por exemplo, que as bases graníticas dos dois púlpitos da igreja dos Congregados, no Porto, apresentam recortes muito semelhantes e se podem filiar nestas plantas baixas.

como a não menos relevante importação de ideias de zonas emissoras de publicações.

Um outro elemento de difusão, desta vez de origem inglesa, é a *Folha 125*⁴⁵⁶, cujo anunciante é “*John Jacques*” (activo entre 1783 e 1808) que, a partir da década de 90 de 1700 se dedicou, em exclusivo, à execução e ornamentação, em talha, de frentes de fogões de sala⁴⁵⁷. O facto de se chamar atenção, em rodapé, para o que este entalhador considerava “*Piratical Productions*” (“reproduções não autorizadas”) indica que esta folha deveria fazer parte de uma série de elementos gravados que se pretendiam de autoria exclusiva – aqui representados em inspirações neoclássicas que mesclam denticulados, leques, urnas e perlados, misturando-se com um par de folhas de cariz barroco ladeando a abertura do fogão. Os produtores de imagens lançavam ideias imaginativas, a partir de elementos conhecidos, tendo como limite a sua maior ou menor fantasia, repescando fragmentos de modo quase aleatório, combinando-os de formas variadas, pretendendo sempre

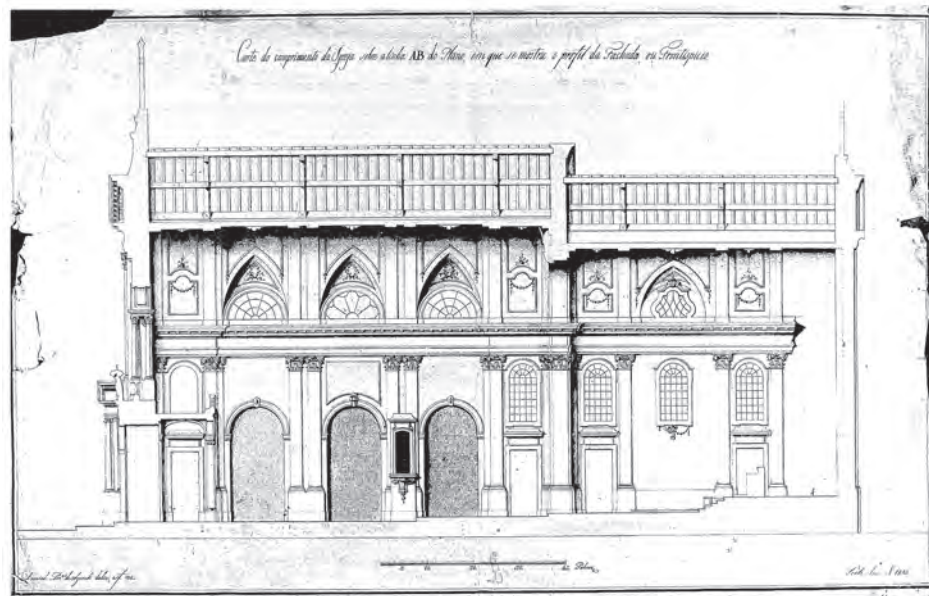


Figura 6:54
Desenho de apresentação de Damião Pereira de Azevedo.

que os clientes os observassem como precursores ou inovadores dentro das balizas do gosto que o mercado permitia ou aceitava.

Detectam-se, ainda, apresentações formais aleatórias no todo dos desenhos e folhas da coleção. Para além dos pequenos esboços em papel recortados, ou apontamentos furtivos e incompletos sobrepondo-se a riscos pré-existentes, existe um grupo de registos que se demarcam pela sua correcção na exibição – e que poderemos considerar desenhos de apresentação. Distinguem-se dois grupos no cômputo deste conjunto. Um deles apresenta as imagens emolduradas, i.e., com bordaduras definidas a régua, delimitando a zona do papel tal como um caixilho o faria. O conteúdo é ponderado, por vezes colorido e com sombreados, sem borrões ou emendas, denotando um tra-

⁴⁵⁶ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3166 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 80-81.

⁴⁵⁷ Vd. BEARD, Geoffrey; GILBERT, Christopher - *Dictionary of English Furniture Makers. 1660-1840*. Leeds: Furniture History Society, 1986, p. 477.

balho pensado e devidamente corrigido, ou copiado da realidade. Outro grupo exhibe imagens de modo igualmente cuidadoso mas não ostenta a moldura junto do bordo do papel.

Parece-nos que estas duas situações configuram diferentes realidades. Os caixilhos mais elaborados, em que um risco de pincel fino é ladeado por linhas delgadas, sugerem afirmação de desenhador, como que uma assinatura final sobre uma peça em que se investiu horas de trabalho, de estudo e imaginação. A não inserção de quaisquer indicações escritas é natural em “desenhos acabados” apresentados ao cliente ⁴⁵⁸. É o caso de seis desenhos da colecção, a saber os da *Folha 18* ⁴⁵⁹, da *Folha 28* ⁴⁶⁰, da *Folha 30* ⁴⁶¹, das *Folhas 33 e 34* e da *Folha 59* ⁴⁶². Refira-se que este mesmo modo de exposição se encontra em proposta muito cuidada de Damião Pereira de Azevedo, datada de 1793, para a fachada da Ordem Terceira de S. Francisco ⁴⁶³, verificação importante pois permite-nos aventar que a comunicação final ao cliente obrigava o riscador a exibição cuidada das suas sugestões, primeiro passo para afirmar a sua competência e merecimento numa escolha que, neste caso, teria um outro concorrente vencedor ⁴⁶⁴. Outro desenho do mesmo autor, datado e assinado (fig. 6:54) ⁴⁶⁵, cujo título regista “*Corte do comprimento da igreja*” revela que, além da fachada, foram apresentadas variantes para o seu interior, patenteando conhecimento detalhado de gramáticas estilísticas diversas e uma mão segura quanto ao desenho de arquitectura ⁴⁶⁶.

No caso dos desenhos de tipologias da colecção que ostenta o nome de Paiva, a cadeira da *Folha 59* ⁴⁶⁷ parece constituir a versão cuidada e final da *Folha 128* ⁴⁶⁸, esta simples folha de trabalho, com apontamentos de medidas e sugestão de formas. Em nossa opinião, esta configura uma outra situação, a saber, a interpretação de tipologias já existentes, oferecendo modelo com ligeiras diferenças, quiçá solicitadas por cliente. Em vez do espaldar com aro folheado e tecido rematado por pregaria, de modo idêntico ao do assento, aro frontal e prumada com meias-canais, terminando em

⁴⁵⁸ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, p. 28.

⁴⁵⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3167 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 98-99.

⁴⁶⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3170 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 164-165.

⁴⁶¹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3173 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 168-169.

⁴⁶² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3203 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 142-143.

⁴⁶³ Vd. VALENTE, Adelina – Damião Pereira de Azevedo. Novos elementos sobre o entalhador e arquitecto portuense. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 4 (2010), pp. 200-201 e fig. 2 e 2ª.

⁴⁶⁴ Vd. VALENTE, Adelina – Damião Pereira de Azevedo. Novos elementos sobre o entalhador e arquitecto portuense. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 4 (2010), pp. 200-201.

⁴⁶⁵ Vd. A. H. M. P., *Desenhos*, D-CDT-A4-133-02. “*Corte do comprimento da igreja* [da Ordem Terceira de S. Francisco] sobre a linha A.B. do plano, em que se mostra o perfil (sic) da Fachada, ou Frontespício”.

⁴⁶⁶ Este projecto sugere que desenhador e clientela possuíam um gosto eclético, pouco seguro quanto à assumpção clara do neoclassicismo. Se bem que a fachada proposta por Damião Pereira de Azevedo revele esta gramática estilística, o seu interior indica outras variantes, nomeadamente a permanência de curvaturas devedoras do Rococó e até caixilhos neo-góticos bordejando os vitrais. Grinaldas pontuam a decoração.

⁴⁶⁷ Este desenho apresenta o “N.º 3”, sinal de que outros exercícios foram apresentados a possível cliente.

⁴⁶⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3202 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 142-143.

pé torneado, o desenhador propôs assento e costas com palhinha, braços sem manchetas, espaldar ovalado e aro frontal com meia cana, prumadas com fundo liso terminadas por tação de forma geométrica. A inserção dos braços e respectivos apoios respeita as linhas do canapé da *Folha 27*, já referido *supra*, indicando opção estética similar. Nas duas zonas de ligação visual entre espaldar e assento da cadeira vislumbra-se a modelação em SS, característica da produção de Paiva e da sua oficina. Propomos, assim, uma leitura conjunta destes dois desenhos ⁴⁶⁹ em que um deles – a *Folha 128* – deverá ter representado um esboço que deve ter servido de base ao desenho de apresentação da *Folha 59*, constituindo um suporte do trabalho inicial do desenhador, já que aí estão definidos a forma do assento e respectiva medição.

A cadeira desta última folha aparenta-se com uma das sugestões da *Folha 9* ⁴⁷⁰ – a do canto superior esquerdo. Neste desenho de múltiplas tipologias, que poderão ter sido sugestões para escolha de cliente, existe preocupação de concordância entre o outro modelo de cadeira e canapé proposto com o leito do lado direito. O desenho das prumadas alvitra duas secções em altura, que ora são lisas, em baixo, na cadeira, ora apresentam caneluras, no canapé. Esta decoração é a opção clara para o leito, que apresenta rosetas nas intersecções do aro com as prumadas bem como em provável emenda destas, em altura. O leito deste desenho, cujo espaldar surge aqui pintado de verde, indica plausível estofado ou pintura ⁴⁷¹. O conjunto de leito e dossel português que tivemos ocasião de observar na casa dos condes de Anadia, em Mangualde, é filiável nestas opções decorativas de cariz francês, já sinalizado por Maria Helena Mendes Pinto ⁴⁷², nomeadamente de alguma produção de finais do século XVIII, com cortinas apanhadas no centro do sobreceú. No desenho em apreço, detectamos um dossel impositivo, em abóboda, com sugestões, a lápis, de vasos com plumas no respectivo cume. Também a lápis surge tecido caindo em cascata sobre os dois espaldares do leito, bem como na zona inferior da estrutura do espaldar, entre os pés ⁴⁷³.

As prumadas insinuadas na cadeira e canapé estofados revelam conhecimento de modelos em que elementos torneados ou troncocónicos se mesclam com meias canas e folhagem levantada, numa combinação de elementos decorativos datáveis do início do século XIX ⁴⁷⁴, mas existente, de igual modo, em desenhos franceses de mobiliário de data mais recuada ⁴⁷⁵. As prumadas traseiras das duas cadeiras são pronunciadas de forma diversa: enquanto na cadeira da zona superior se sugere a curva característica inglesa, totalmente visível, no desenho inferior o estofado do assento faz

⁴⁶⁹ Maria Helena Mendes Pinto propôs, de modo subliminar, esta leitura, ao associar, nas mesmas páginas, estes dois desenhos, sem todavia o explicitar.

⁴⁷⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3195 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 130-131.

⁴⁷¹ Vd. VALENTE, Adelina – Mobiliário setecentista do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2012, pp.112-116.

⁴⁷² Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 130.

⁴⁷³ Os prumos dos leitos apresentam meias-canãs e rosetas, bem como pés em pião.

⁴⁷⁴ Vd. BAYARD, Emile- *Le Style Empire*. Paris : Librairie garnier Frères, [s.d.], p. 133.

⁴⁷⁵ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 246-248.

um corte visual, sugerindo um esqueleto que não corresponde à realidade. É um artifício, muito exagerado, baseado no modo construtivo francês ⁴⁷⁶.

Nesta *Folha 9* estamos perante desenhos que, pelas informações atrás recolhidas, parecem ser de data posterior às *Folhas 8* ⁴⁷⁷, *12* ⁴⁷⁸ e *81* ⁴⁷⁹, bem como à *Folha 11*, podendo esta última representar o coroar do trabalho de concepção da tipologia durante o início da década de 1790, sendo assinado e datado por José Francisco de Paiva no ano de 1792. Na verdade, este desenho de duas versões de cabeceira de leito impõe-se pela originalidade estética e pela monumentalidade que se lhe desejou conferir com a sugestão do dossel e dos respectivos tecidos, sugerindo uma reformulação dos “leitos imperiais”, com espaldar visível e destacado, assumindo visualmente a estrutura de suporte deste aos prumos e à base. Pretendeu-se, presumivelmente, oferecer uma tipologia vistosa, muito decorada por tecidos com pregas, folhos, borlas, laços e flores, contrastando, porém, com o despojamento da cabeceira, cujo motivo central – o ovalado ou o quase quadrado das duas versões –, seria rematado com entalhamento. Poderá ter sido inspiração de alguma gravura de Hepplewhite ⁴⁸⁰, ou mesmo de Thomas Sheraton ⁴⁸¹, já que coroaamentos de leito e disposição de tecidos similares são indicados por ambos, constituindo a tendência decorativa que imperava entre os desenhadores ingleses no final do século, não muito distante das opções francesas acima referidas.

Na colecção denominada *José Francisco de Paiva* existe, ainda, um outro grupo que inclui desenhos cuidados mas sem bordadura junto à fimbria do papel. Os caixilhos apresentam-se com uma simples linha a delimitar a zona de desenho. Estão neste caso as *Folhas 24* ⁴⁸² e *25* ⁴⁸³, que podem ter sido uma única, conforme sugeriu Maria Helena Mendes Pinto ⁴⁸⁴, entretanto cortada a meio, bem como a *Folha 30* ⁴⁸⁵, representando, no total, seis variantes formais de cómoda com espelho – apresentando-se este de modo autónomo relativamente à tipologia de conter. Esta última folha, cuja marca de água é 1784 ⁴⁸⁶, apresenta a menção “*José Francisco de Payva*” (sic), no que parece ser

⁴⁷⁶ VD. ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le Menuisier ern Meubles*. Fac-simile da 2ª edição. [S.l.]: Martin Media, 2004, p. 650 e planche 235.

⁴⁷⁷ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3199 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 122-123.

⁴⁷⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3201 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 120-121.

⁴⁷⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3180 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 126-127.

⁴⁸⁰ Vd. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, fig. 100.

⁴⁸¹ Vd. SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972. No “Appendix to the Cabinet-Maker and Upholsterer’s Drawing-Book” vejam-se as fig.s 1, 9 e 19.

⁴⁸² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3218 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 166-167.

⁴⁸³ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3217 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 166-167.

⁴⁸⁴ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 166.

⁴⁸⁵ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3218 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 168-169.

⁴⁸⁶ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 168.



Figura 6:55
Comoda-papeleira portuguesa.



Figura 6:55A
Espelhos e asas de metal da cómoda-papeleira da fig. 6:55.



Figura 6:55B
Pormenor do interior da fábrica da cómoda-papeleira da fig. 6:55.

afirmação de autoria de quem trabalhou a ideia. Na verdade, os três desenhos são como o resultado de ensaios de uma personalidade que congregava em si o riscador, o marceneiro e o entalhador, procurando formas, linhas, curvas, bem como motivos para entalhamento, em propostas de muita complexidade de execução que foram evoluindo no sentido da sua materialização ⁴⁸⁷.

Em cómoda-papeleira, em madeira de jacarandá, de colecção particular ⁴⁸⁸(fig. 6:55) encontramos a sua concretização formal, com corpo superior e inferior independentes reunindo-se em cinta emoldurada. O corpo bojudo da papeleira, “*torta e retorta*”, é produto de complexa modulação da madeira, em mais do que um sentido, e os quatro cantos são assinalados por cabeças de querubim esculpidos em pilastras, como se de bustos se tratasse, à maneira dos bronzes barrocos aplicados em cómodas da época de Luís XIV e do Rococó alemão, se bem que evocando alguma decoração italiana ⁴⁸⁹. O moldurado sucessivo e muito nervoso da base e da cinta é acentuado pela ondulação vertical, que produz vincos fortes na frente e ilhargas fazendo lembrar a produção rococó do centro europeu ⁴⁹⁰, ela própria produto de complexas influências transnacionais ⁴⁹¹. Encontramos cómoda-papeleira aparentada em colecção de museu brasileiro ⁴⁹², datável entre os anos de 1798 e 1817. A sua compleição é mais singela, sem escultura ou entalhamento. Algumas barretinas portuguesas, nomeadamente uma do Museu Nacional Soares dos Reis ⁴⁹³ e duas do Museu Nacional de Arte Antiga ⁴⁹⁴ apresentam constituição comparável, sendo relevante o trabalho de controlo da volumetria da matéria-prima através dos vincos verticais e molduras marcadas na horizontal. No caso da do museu do Porto, a sobrecarga do entalhado é muito elaborada, utilizando uma gramática que poderíamos designar de intelectualizada, já que os seus elementos nos remetem para inventividade do entalhador, circunstância que detectámos em outras peças portuguesas já analisadas, configurando uma das representações possíveis portuguesas do Rococó.

A presente cómoda-papeleira, produto mais do que provável de oficina portuense em que se cruzava múltipla informação estilística internacional, quiçá da de José Francisco de Paiva, a avaliar pelas semelhanças do desenho da *Folha 24*, impõe-se pela sua dimensão e proporção, um quadrado visual de 135 cm de altura por outro tanto de largura. É sinónimo de um trabalho aturado prévio no que respeita à concepção e execução, o que deverá ter acontecido, de igual modo, no caso do oficial ter presenciado modelo similar. O marceneiro que a executou foi confrontado com a necessidade de recorrer a moldes diversos, bem como atenção quanto à escolha e ao corte da madeira, já que cada gaveta foi recortada numa só tábuca, bem como a tampa que cobre a fábrica, que é enca-

⁴⁸⁷ Vd. FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 23 e 245.

⁴⁸⁸ Medidas máximas aproximadas: altura 135 cm; largura 135 cm; profundidade 74 cm.

⁴⁸⁹ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 166.

⁴⁹⁰ Vd. CIMBUREK, F.; HALÁK, Jan; et alt. – *Dejiny Nábytkového Umení* [História de Arte. Mobliário]. [S.l.]: Rovnost I, 1949, pp. 591-595.

⁴⁹¹ Esta opção formal e estética destina-se a quebrar a volumetria da caixa da tipologia, que seria excessiva se não apresentasse curvas.

⁴⁹² Vd. CANTI, Tilde – *O móvel no Brasil. Origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980, fig. 308, pp. 296 e 305. As medidas desta cómoda-papeleira brasileira não são indicadas, não tendo, portanto, possibilidade de comparação volumétrica.

⁴⁹³ Vd. M. N. S. R. Inv. 103 Our.

⁴⁹⁴ Vd. M. N. A. A., Inv.s 42 Cx e 119 Cx.

beçada. Esta foi delineada com curvas muito suaves, estando o centro marcado por caixa-gaveta adornado por enrolamento recortado ⁴⁹⁵.

Esta obra de marcenaria foi, com probabilidade, encomenda de algum cliente específico que desejava uma tipologia única e dispendiosa, inspirada em peças do tipo urna, glosadas pelos designers do sul da Alemanha que foram influenciados pela marcenaria inglesa ⁴⁹⁶. Na cidade do Porto, encontramos tradução similar em peças de prata, como parece ser o caso do “cofre de esmolas” nasoniano da Sé do Porto, da autoria do ourives João Coelho Sampaio, que também evoca essa forma.

A ferragem funcional e decorativa que ostenta (fig. 6:55A) é de modelo rococó tardio de procedência inglesa, à venda no mercado português pelo menos em 1795 ⁴⁹⁷. Apresenta pouca espessura e encontra-se muito bem acabada, talvez por meio de cinzel. Os dois puxadores – que se encontram na gaveta da cinta que remata a junção dos dois corpos – cotejam igualmente modelos da mesma procedência ⁴⁹⁸, bem como os dois escudetes recortados aplicados na caixa central do corpo superior ⁴⁹⁹, além dos pequenos puxadores lisos das gavetas da respectiva fábrica (fig. 55B) ⁵⁰⁰.

Creemos que a sua datação poderá ser coeva ou mesmo anterior à tipologia congénere brasileira referida *supra*, provavelmente dos anos 1784 e seguintes, data da marca de água da *Folha 30*. Esta peça pode ser considerada mais um marco que assinala a vituosidade e a vertente cosmopolita da marcenaria portuguesa de finais do século XVIII. O conhecimento de modelos internacionais que fluíam no Porto permitiu, aos marceneiros, o domínio da técnica construtiva, facultando-lhes os saberes conducentes à conjugação da execução da estrutura e o respectivo adorno – aqui de cariz escultórico.

6. 7. 5. – Uma encomenda de mobiliário

A análise da *Folha 100v* ⁵⁰¹ permite-nos detectar um rol de peças encomendadas a José Francisco de Paiva por José Monteiro de Almeida. Esta figura da cidade do Porto convivia, na década de 80

⁴⁹⁵ O manuseamento das ferramentas foi hábil. A madeira está perfeitamente acabada, não existindo qualquer emenda ou hesitação no seu corte. A madeira das ilhargas, aplicada transversalmente aos prumos que as sustentam, encontra-se fixada por cavilhas muito discretas, sinal de que a respectiva junção não concedeu fissuras com o tempo. Este facto significa que a madeira utilizada se manteve estável desde a sua execução. Um único facto diverge do todo, a saber, os quatro elementos que sustentam a tipologia não correspondem à sua época. Pese embora a existência de marcas por baixo do rodapé, que se sentem ao tacto, sinalizando inserção de pés diferentes dos actuais, não nos parece descabido considerar que esta peça poderá ter sido concebida para ser colocada sobre um supedâneo.

⁴⁹⁶ Vd. ALVAREZ VIDORRETA, Fernando; CADENA PORTAL, Joaquin; et alt. – *Estilos del mueble*. Barcelona: Ediciones CEAC, 1973, p. 217. Há uma produção de mobiliário rococó que mescla influências francesa e holandesa. Vejam-se as semelhanças desta cómoda-papeleira portuguesa com a peça da figura 325 executadas de modo a aligeirar a grande massa volumétrica por intermédio de curvaturas pronunciadas.

⁴⁹⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 61 e 66, fig. 8.

⁴⁹⁸ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol. 9, f. 119.

⁴⁹⁹ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol. 9, f. 61v.

⁵⁰⁰ Vd. VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, p. 66, fig. 14.

⁵⁰¹ M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3256v Des. A inscrição nesta folha é a seguinte: “Pa o Snr. José Montrº de Almdº || duas dúzias de cabriolles de maogne por este || risco e um sofá || uma dúzia de cadeiras de brassos de Maogne como as de José || Vicente três mesas de comer quatro mesas de jogo também de maogne || duas mesas de pé da cama um guarda-vestidos de maogne” [à margem: “com brassos”]. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 150-151.

de 1700, com a colónia britânica, dada a sua condição de mercador de vinho do Porto ⁵⁰².

Este encargo, resumido na Tabela n.º 1, proporciona-nos informações preciosas quanto ao modo de viver na cidade, não muito diferente de outras latitudes igualmente contaminadas com o gosto inglês. Esta afirmação não é gratuita pois o arquivo da firma Gillow regista encomenda similar solicitada por um mercador de Boston, nos Estados Unidos da América, em 1785, e efectivamente fornecida pela oficina de Lancaster ⁵⁰³. Entre outras peças, foram requeridas uma mesa de abas com duas gavetas (“pembroke table”), um par de mesas de jogo, seis cadeiras com uma mesa de jantar, uma dúzia de cadeiras cujo espaldar seria em “leque” (“fan back”), duas cadeiras de braços a condizer, bem como um armário para roupa (“wardrobe”).

A encomenda portuense revela semelhanças com a solicitação americana e, à semelhança das casas das elites lisboetas ⁵⁰⁴, mas tendo como fio condutor o quotidiano inglês, patenteia que o Porto apresentava especialização na divisão e utilização das salas. O conjunto de tipologias aí solicitadas configura um conjunto de mobiliário para convívio, jogo e alimentação, bem como para guarda de roupas. Embora refira “mezas de pé da cama” não vislumbramos qual o modelo que poderia acompanhar a “cama”, que, nesta nota, está omitida.

Tabela 6:2

Encomenda do “Snr. José Montr^o de Almd^a”

Tipologia	Quantidade	Modelo	Madeira	Observações
“Cabriole”	24	Prumada desenhada	Maogne [mogno]	Desenho a escala natural sem qualquer indicação cromática
“Sofa”	1	Prumada desenhada	Maogne [mogno]	-
“Cadeiras de brassos”	12	“Como as de Joze Vicente”	Maogne [mogno]	-
“Mesas de comer”	3	-	Maogne [mogno]	-
“Mezas de jogo”	4	-	Maogne [mogno]	-
“Mezas de pé da cama”	2	-	Maogne [mogno]	-
“Goarda Bestidos”	1	-	Maogne [mogno]	-

Fonte: M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Folhas 100 e 100v, Inv. 3256 e 3256v Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes - José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 150-151.

Encontra-se, aqui, revelado um projecto decorativo com conotações estilísticas. O cliente mandou executar cadeiras (24 + 12 de dois modelos diferentes), um canapé (do modelo do conjunto das 24),

⁵⁰² Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 150.

⁵⁰³ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 118-119.

⁵⁰⁴ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes. Porto, 2007, p. 56.



Figura 6:56
Par de cadeiras com braços ditas “cabriolés”.



Figura 6:57
Um modelo de cadeira com braços dita “cabriolé”.

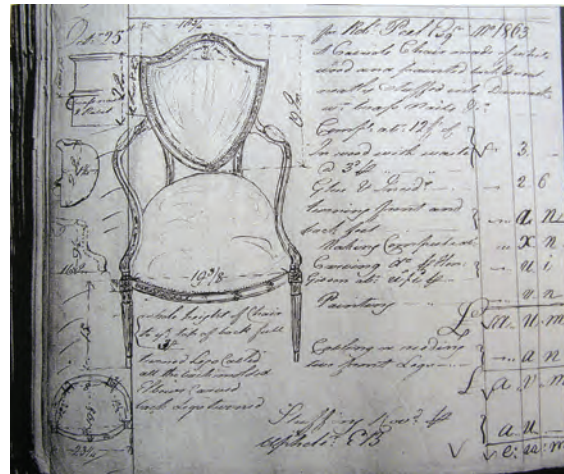


Figura 6:57A
Desenho da oficina de Gillow datado de 1786.

quatro mesas de jogo, três de abas, duas mesas de cabeceira e um guarda-fatos ⁵⁰⁵.

Um pé neoclássico, designados na gíria oficial por “pés direitos” ⁵⁰⁶, está delineado com detalhe na frente desta encomenda. A filiação inglesa reflecte-se na existência de um rodízio interno em baixo, escondido dentro do pé ⁵⁰⁷, expediente utilizado para deslize do mobiliário de assento

⁵⁰⁵ Este conjunto de peças de mobiliário é, grosso modo, compatível com a análise dos inventários orfanológicos de Lisboa entre 1750 e 1820. Das tipologias recenseadas 60% são cadeiras; “móveis de pousar, suporte ou apoio” representam 20%; e “móveis de conter ou guardar” atingem 16% do total. Cfr. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes. Porto, 2007, p. 61.

⁵⁰⁶ Esta designação surge igualmente nos inventários orfanológicos em 1784. Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes. Porto, 2007, p. 87.

⁵⁰⁷ A referência a “cadeira de toucador com quatro rodinhas” nos registos orfanológicos de Lisboa, em 1796, indicia o conhecimento de rodízios nas prumadas das cadeiras. Cfr. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes. Porto, 2007, p. 88. Já assinalámos anteriormente a existências das “rodas volantes” nos desenhos para mobiliário da igreja de Lordelo do Ouro, no Porto, indiciando, com probabilidade, moda na sua utilização.

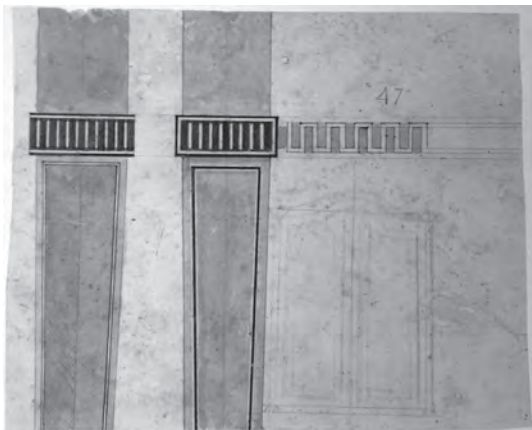


Figura 6:58
Folha 47 da coleção de desenhos denominada José Francisco de Paiva.

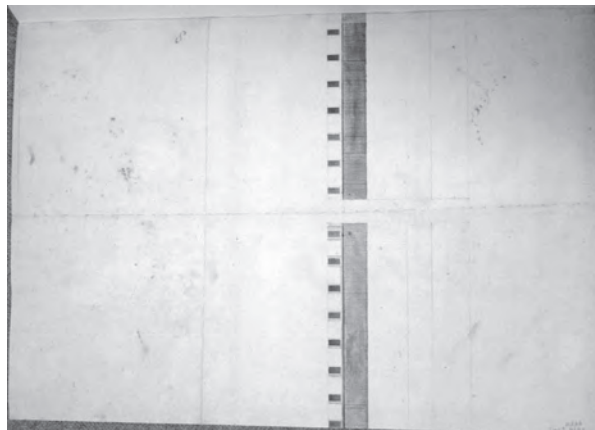


Figura 6:59
Folha 8v da coleção de desenhos denominada José Francisco de Paiva.

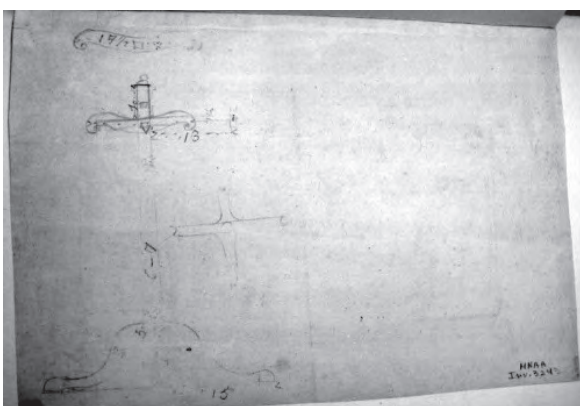


Figura 6:60
Folha 21v da coleção de desenhos denominada José Francisco de Paiva.

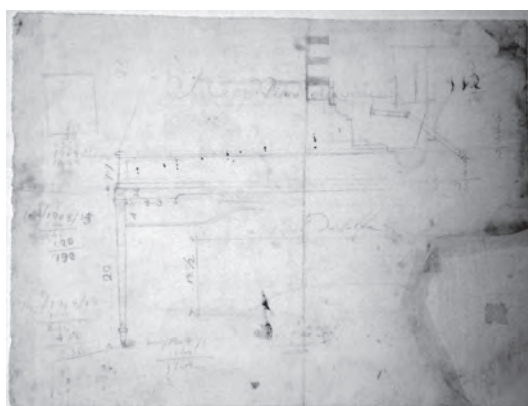


Figura 6:61
Folha 112 da coleção de desenhos denominada José Francisco de Paiva.

e mesmo no de conter. A designação de “cabriolé ou cadeira acabriolada”⁵⁰⁸ adequa-se à tipologia inglesa “*French cabriole*”, que George Hepplewhite desenhou⁵⁰⁹. Esta denominação, de reminiscências francesas, refere-se a cadeira de braços que ergonomicamente exigia um porte direito e costas abauladas, passíveis de serem cobertas com tecido ou, em alternativa, utilizando palhinha⁵¹⁰. Teria de ser confortável⁵¹¹, e era utilizada em salões para convívio⁵¹², encontrando-se listadas entre o mobiliário utilizado pela corte lisboeta nas “*Funções das Passagens*”⁵¹³. No rol que foi possível conservar na sequência do incêndio no Paço da Ajuda, em Novembro de 1794, constam, igualmente, grupos de “cabriolés” estofados ou com palhinha⁵¹⁴.

⁵⁰⁸ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp. 161-162 e 240. O autor considera que, em Portugal, o termo foi pouco utilizado nos inventários entre 1780 e 1786, sendo referido em menos de 7% dos casos estudados, não tendo presença no século XIX.

⁵⁰⁹ Vd. Vd. HEPPLERWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, pp. 2-3, figs. 10 e 11.

⁵¹⁰ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, pp. 181-182. Os modelos “cabriolé” podiam apresentar estas duas versões no assento e costas.

⁵¹¹ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 158.

⁵¹² Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 162.

⁵¹³ Vd. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. 10. “*Inventário Geral do Móvel que se comprou para servir na função das passagens, e Jornada de Vila Viçosa, em Abril de 1785*”. Foram comprados “12 cabriolés” para esta viagem.

⁵¹⁴ Vd. BASTOS, Celina – *A Real Barraca de Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos*



Figura 6:62
Mesa “pembroke” com duas abas.



Figura 6:62A
Inscrição, a tinta, por baixo da mesa “pembroke” com duas abas.

Dois modelos da época, em voga em Inglaterra, ambas datadas do último quartel do século XVIII, podem representar essas tipologias de assento, cujas variações mais significativas se verificam nos espaldares (fig.s 6:56 e 6:57)⁵¹⁵. É nítida a semelhança com o desenho que foi, com probabilidade, fornecido a José Francisco de Paiva: o neoclassicismo evidencia-se nas meias-canais e na roseta que intersecciona os aros laterais e frontal, tomando a forma de um quarto de leque. Desenho inglês da oficina de Gillow (fig. 6:57A)⁵¹⁶ demonstra o respectivo modo de operar, através do desenho, pormenorizando molduras, curvaturas, planta baixa do assento à esquerda. À direita apresenta-se o orçamento detalhado, verificando-se a curiosidade de utilizar um código para não revelar os valores das parcelas da execução da cadeira.

Há que referir que outras propostas de prumadas existem na presente colecção, nomeadamente a da *Folha 47*⁵¹⁷ (fig. 6:58), esta de verosímil mão inglesa. Nela se encontra uma sugestão truncada em que o folheado especular cobre o centro, delimitado com fios em versão clara ou escura, bem assim com o motivo linear designado, em geral, por grega (“Greek key”, em inglês), provável alternativa a um denticulado embutido com elementos muito delgados e que poderá ter sido estudado na *Folha 8v*⁵¹⁸ (fig. 6:59). Mais uma vez parece-nos possível afirmar que a apresentação parcial do desenho foi o modo que o desenhador utilizou para proteger uma proposta original, que um marceneiro sem a mesma formação teria, com probabilidade, dificuldade em concretizar.

Uma outra sugestão de tipologia inglesa se vislumbra na *Folha 21v*⁵¹⁹ (fig. 6:60), representada por uma base de mesa pé de galo, com medidas – só estando representados dois pés que suportam uma coluna torneada em liso, sem qualquer decoração entalhada. Na mesma folha existem outros esboços que sugerimos poder representar uma cruz para imagem de Cristo. A *Folha 112*⁵²⁰ (fig. 6:61), um rascunho oficial, parece sugerir os contornos de uma mesa de difícil identificação – talvez uma secretária com uma gaveta a toda a largura –, juntamente com perfis de molduras.

para o seu estudo. *Revista de Artes Decorativas*, nº 1 (2007), p. 227.

⁵¹⁵ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 2, fig. GG1, p. 361 e fig. GG3, p. 362.

⁵¹⁶ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, fig. 146, p. 181.

⁵¹⁷ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3221 Des.

⁵¹⁸ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3199v Des.

⁵¹⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3243v Des.

⁵²⁰ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3177 Des.

A mesa de abas da encomenda americana referida *supra* – ou “square pembroke table”⁵²¹, modelo assaz idiossincrático nas Artes Decorativas britânicas –, poderia ser idêntica à do desenho da *Folha 49*⁵²² da presente colecção de desenhos, aqui com informação de tampo ovalado e apelidada de “Mesa de chá com gaveta (s?)”. A planta baixa apresenta a inserção da ponta do compasso em mais do que um ponto para delinear a correcta forma do tampo – sinal de trabalho de riscador, pois a forma ovóide exige ligação de mais de uma curvatura aos oficiais que utilizam esse instrumento. A estrutura rectangular e respectiva inserção das prumadas também foi desenhada. Estas sugerem secção quadrada, afilando para o chão, e caneluras na respectiva espessura, à semelhança do desenho presente para as cadeiras “cabriole”, bem como das sugestões de George Hepplewhite em 1794⁵²³. A representação da gaveta não indica qualquer moldura na sua frente e a asa com duas rosetas e escudete para proteger a entrada da chave repisa o modelo recorrente nestes desenhos – duas rosetas e uma asa. A mesa a executar por Paiva poderia filiar-se em modelos ingleses mais singelos⁵²⁴ que são descritos com “tampo de duas abas que caem por meio de um engonço”, sempre “com quatro pernas” a suportá-lo⁵²⁵.

Um modelo identificado por inscrição original, a tinta, sob a gaveta, referindo “4 *Pembroke*”, existe em colecção particular portuguesa⁵²⁶ (fig.s 6:62 e 6:62A). Executada em madeira de mogno com embutidos de fitas escuras no tampo e nas quatro pernas, esta mesa importada filia-se em modelos das duas primeiras década de 1800⁵²⁷. Ostenta duas abas com cantos arredondados, apoiada em coluna central torneada donde partem quatro pernas encurvadas, e a anotação na madeira corresponde à prática utilizada nas oficinas inglesas para indicar e reconhecer os modelos exportados, nomeadamente pela firma Gillow⁵²⁸. A duas asas funcionais da gaveta apresentam focinho de animal com asa, modelo fabricado em Inglaterra, para exportação⁵²⁹. Mesas com estas características tiveram adesão por parte de grande clientela com ligações à Grã-Bretanha e foram reproduzidas nos Estados Unidos da América entre 1800 e 1820⁵³⁰.

A referência à madeira a utilizar na encomenda a José Francisco de Paiva, o mogno, permite-nos analisar a utilização da matéria-prima do ponto de vista cronológico. Desde a década de 1720 que

⁵²¹ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 118.

⁵²² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3219 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 158-159.

⁵²³ Vd. HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer’s Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969, fig. 33 e p. 7. O autor refere que os motivos decorativos poderiam ser entalhados, pintados ou embutidos com madeiras de várias cores.

⁵²⁴ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, fig. 256, p. 254.

⁵²⁵ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 255.

⁵²⁶ Medidas máximas aproximadas: altura 70 cm; tampo 125 cm x 98 cm.

⁵²⁷ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 2, fig. C5, p. 311.

⁵²⁸ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, p. 91 e vol. 2, p. 311.

⁵²⁹ Vd. B. P. M. P., *Book of Steel*, vol. 8, f. 64, n.ºs 8955 e 9349.

⁵³⁰ Vd. TRACY, Berry B. – *Federal Furniture and Decorative Arts at Boscobel*. New York: Boscobel Restoration, 1981, figs. 32 e 35, pp. 57 e 59.

esta madeira era utilizada pelos ingleses no fabrico de mobiliário. Outro país europeu – a França – utilizou-o um pouco mais tarde, mas em ambos os países se desenvolveu a técnica de folheamento e placagem, procurando tirar o máximo partido da beleza conseguida nos cortes radiais e perpendiculares dos troncos de madeira. Como já vimos, razões óbvias de abastecimento de mercado, mas também de moda, condicionam a escolha das matérias-primas pelos marceneiros de cada país. Em Lisboa, a análise de inventários orfanológicos entre 1750 e 1820 não refere a utilização do mogno, pelo menos com relevância suficiente para ser nomeada enquanto tal ⁵³¹. Mas este lenho era enviado para Portugal, existindo registos alfandegários ingleses desse facto nos anos de 1764 ⁵³², 1769 ⁵³³, 1775 ⁵³⁴ e 1777 ⁵³⁵. Sinal da sua existência no mercado é o averbamento, em Março de 1785, do pagamento de “230\$400 réis” que a Casa Real efectuou ao “*marceneiro Cagniard, por huma Guarda Roupa de Magni (sic) p^a o quarto da Snr^a Inf^a D. Carlotta*” ⁵³⁶ e, em Abril, móvel executado com idêntico lenho foi saldado ao mesmo marceneiro ⁵³⁷. A maioria das peças de mobiliário referidas em algumas listas das “*Funções das Passagens*”, nomeadamente de 1784, 1785 e 1786, não contêm indicação da madeira utilizada na sua confecção ⁵³⁸, referindo-se sobretudo os tecidos ⁵³⁹, mas, se tal acontece, o pau-santo, nogueira e vinhático são as espécies nomeadas ⁵⁴⁰.

⁵³¹ Vd. FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes. Porto, 2007*, p. 59.

⁵³² Cfr. T. N. A., P. R. O., Custom 3/64, ff. 157v-158. Saíram de Londres “7 planks” (pranchas grossas)

⁵³³ Cfr. T. N. A., P. R. O., Custom 3/69, f. 242. Foram expedidas 20 toneladas a partir de “Outports” (outro porto que não Londres).

⁵³⁴ Cfr. T. N. A., P. R. O., Custom 3/75, ff. 130-130v. Indica-se o valor de 31 libras, talvez cerca de 30 toneladas. O porto de saída foi Londres.

⁵³⁵ Cfr. T. N. A., P. R. O., Custom 3/77, f. 229. Estão registadas 4 toneladas enviadas de “Outports” (outro porto que não Londres).

⁵³⁶ Vd. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. 11. “*Despesa geral pertencente à Função das Passagens*”. Neste documento está registado pagamento “*ao entalhador Silvestre de Faria à conta da talha [de cadeiras]*”.

⁵³⁷ Vd. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. 10. “*Inventário Geral do Móvel que se comprou para servir na função das passagens, e Jornada de Vila Viçosa, em Abril de 1785...Trastes que se compraram ... 1 Guarda Roupa de Mogni (sic) ao d^o [Cagniard]... Snr^a Inf. D. Carlotta*”

⁵³⁸ Vd. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. 10. “*Inventário Geral do Móvel que se comprou para servir na função das passagens, e Jornada de Vila Viçosa, em Abril de 1785...Obra que fez o entalhador Silvestre de Faria... 36 cadeiras lustradas com pouca talha a 3\$600; 20 ditas com respaldos ouvados (sic) ... [idem]; 24 ditas irmãs ... a 6\$600 rs; 24 cadeiras lustradas irmãs das 36: 1 dita rasa; 2 canapés a 30\$000 rs de feito; 3 ditos a 17\$000 rs de feito; 5 ditos a 35\$000 rs de mad^{ra} e feito; 3 ditos a 21\$600 de mad^{ra} e feito; 2 Emperiais de Cama (sic), ornados de talha e escultura a 104\$000 rs; 1 moldura de nogueira p^a Pia de Agua Benta ... Snr^a Inf. D. Carlotta; da obra acima, pintou, e dourou Fran^{co} Pais a seg^a...36 cadeiras; 44 ditas; 7 canapés”.*

⁵³⁹ Vd. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. 11. “*Despesa geral pertencente à Função das Passagens*”. Neste documento refere-se, por exemplo, que em 1784 “*João Pedro Alexandrino*” foi pago “[pelo feito] de uma cama de damasco” e “*por 20 peças de riscadilho para capas de cadeiras*”, bem como por “*feitos de armações de três camas*”, não existindo referências às estruturas respectivas.

⁵⁴⁰ Vd. A. N. T. T., *Casa Real*, Cx. 3750, Doc. 10. “*Inventário Geral do Móvel que se comprou para servir na função das passagens, e Jornada de Vila Viçosa, em Abril de 1785...Trastes que se compraram...36 cadeiras a 5\$600 – a Cagniard; ... 1 cómoda de vinhático; 2 bancas de cabeceira de cama, a Jones ... Snr^a Inf. D. Carlota; 18 tamboretos de nogueira à grega ... por João Pedro Alexandrino; 18 ditos à francesa – pelo d^o; 1 leito de pau-santo ... Retreta (?) que veio de Espanha; 1 leito de pau-santo melhor (sic) ... Mestre da Sr^a Inf. D. Carlota; 12 cabrioles; 12 tamboretos; 1 cómoda de pau-santo; 1 cómoda de vinhático; 1 mesa de jantar; 2 cómodas; 1 cadeira de serventia; ... 12 cadeiras de nogueira à grega; 1 banca de abas; ... 18 tamboretos de nogueira, e rótula; 2 bancas de abas; ... 8 caixas de veludo carmesim, com pregaria e ferragem dourada ... P^a o enxoval da Snr^a Inf. D. M^a Victoria; 12 caixas de marroquim com pregaria e ferragem dourada” [à margem: “*Foram 8 para o enxoval da Snr^a. Foi 1 para a Rainha*”].*

Estes factos poderão indiciar que o mogno seria utilizado em situações restritas – como já sugerimos no 3º capítulo –, somente em determinadas tipologias, quem sabe se inspirando-se ou copiando modelos ingleses ou franceses conhecidos, ou de características idiossincráticas quanto à sua execução. Embora a corte portuguesa cultivasse a vertente decorativa francesa não será de por de parte que uma peça ou outra tivesse matriz diversa.

Na cidade do Porto, a ligação à colónia inglesa deveria possibilitar situações distintas no que toca à existência de mogno na respectiva ribeira, não nos parecendo inadequado sugerir que movimentação desta madeira pudesse existir nas embarcações britânicas que aportavam à cidade, permitindo alguma disponibilidade desta espécie para utilização nas oficinas de mobiliário. Não sabemos, na verdade, se a madeira de mogno exportada a partir de Londres e referida *supra* terá tido como destino Lisboa ou Porto, mas terá sido utilizada em algumas oficinas.

Certo é que depois de 1814 o mogno fluía com alguma abundância nas cargas de barcos ingleses⁵⁴¹ e foi utilizado na decoração interior da igreja do cemitério portuense, iniciada em 1818 pela colónia britânica do Porto⁵⁴². Esta trasladou a ornamentação das suas casas de culto anglicanas, utilizando mesas de altar com características muito diversas do culto católico, adoptando uma linha de despojamento decorativo, sempre de acordo com o sentir estético da época⁵⁴³. A balaustrada do altar foi torneada em mogno fornecido por súbdito inglês; a madeira restante, não utilizada nesta obra, entrou no mercado de matérias-primas portuense⁵⁴⁴.

⁵⁴¹ Vd. A. H. A. B. P. *Feitoria Inglesa do Porto. Ano de 1815*, doc. n.º 84. Em 1815 foram registadas diversas cargas vinda de Liverpool e de Londres, contendo, entre outras mercadorias, madeira de mogno: “*Manifest of th Cargo of the Brig. Joseph Covey M^l from London to Oporto, entered the 13 April 1815. JJS...1...Piano forte...£1.19.6; AC...1...Piano forte...MA...1 D°...£3.3.-; MC...2...Two Piano fortes... £6.18.6; Mahogany...3 Logs...1 Ton...100 per Ton...\$100; Logwood...2193 Sticks...11 Tons...100 per Ton...1\$100. =Joseph Covey. Shown befor me. Oporto 5th June 1815. = Jonh Crispim Consul.Cons^d to the Royal Wine Company*”. *Feitoria Inglesa do Porto. Ano de 1815*.Doc. N.º67. Um segundo registo informa: “*Contribution Manifest of the Brig. John Crowther (?), Cap^{tn} Benj^m Haram from Liverpool. ...240 Bags of Rice...17...3...1.7...£1.0s.3d; Numbers 1/7...7 Logs of Mahogany...5”5”...£3.3d. Cleared of her Inward cargo at the 18th april 1815. Cons^d to Rocher V.Cº. Consul John Crispim. 22 June 1815*”.

⁵⁴² Vd. A. H. A. B. P. *Feitoria Inglesa do Porto. Ano de 1818*, doc. n.º 76, maço s/ n.º. No rol das madeiras utilizadas está o mogno: “*Conta da obra que se fez no Cemitério da Nação Britânica, a saber; Carpenteiro, e seus pertenses, Pintor, Tintas, Panos p^a as janellas da Capella, Ferragens, o (sic) mais miudezas, desde o dia 27 de Junho até 3 d’ Outubro de 1818... P’ Madeira de Mogno p^a a Varanda do Altar, a q^l madr^a pertense ao Snr. Th^s Newman e o producto della será entregue ao Snr. Roope...30\$000; Ao Serrador p^a Serrar esta Madr^a...3\$000; Ao Torneiro p^a tornear, e pollir 40 Balaústres...5\$600; Recebeu do Snr. Fredirico Burmester, Tezoureiro. Porto 5 de Dezembro de 1818 = Joze Lopes Martins*”.

⁵⁴³ Pudemos apreciar em Londres, na Igreja de Saint Martin’s Lane, uma mesa de mogno, de altíssima qualidade de execução, com características estilísticas de influência de Chippendale, da década de 1760. A balaustrada da varanda do coro é igualmente de mogno. Visita efectuada em Maio de 2009.

⁵⁴⁴ Vd. A. H. A. B. P. *Feitoria Inglesa do Porto. Ano de 1818*, doc. n.º 46, maço s/ n.º. “*P’ vallon da madr^a de mogne q se gastou p^a a meza so Altar pertensente ao Snr. Thomas Newman q me deixou ordem p^a a vender, e entregar o Producto della ao Snr, Roope...18\$000. Porto, 26 Junho 1818. = Pagou o Thesoureiro Snr. Burmester a José Lopes Martins*”.

6. 7. 6. – As técnicas de marcenaria e designações comuns de madeiras inscritas na colecção

Temos vindo a assinalar, ao longo deste capítulo, pormenores técnicos⁵⁴⁵ ou tecnológicos⁵⁴⁶ que os desenhos da colecção apresentam, de modo evidente ou subliminar, e que nos serviu de base à análise que ensaiámos (Quadro IV. 4.). Em súpula, estes prendem-se com preocupações estruturais, modo de utilização de madeira sobre estrutura escondida, aplicação de vidros, espelhos ou madeira em painéis. Aqueles reportam-se ao modo de delimitar ou embelezar superfícies, de sugestão de encaixes ou modos de funcionamento de portas ou gavetas, da utilização de motivos metálicos para decoração e funcionalidade, colocação ou não de fechaduras ou dobradiças e modo de encaixar prateleiras. A utilização das espécies escolhidas para a execução de uma tipologia obriga, e depende, em simultâneo, de determinados procedimentos tecnológicos, sem os quais uma estrutura não poderá existir. Encontramos, amiúde, referências essenciais a essa consecução. As medidas indicadas são elementos básicos e imediatos para informar o artífice. A preocupação de inserção da “escala”⁵⁴⁷ no desenho é uma indicação segura para exactidão de medidas, mas também para o respeito das proporções dos planos constituintes de determinado elemento, sendo necessária, de igual modo, para o corte da matéria-prima.

Gostaríamos de referir, ainda, as instruções da *Folha 54* (bis), que solicitam ao torneiro não só a execução da parte que lhe competia, ou seja a zona superior do perfil desenhado, requerendo que a peça torneada seja amaciada com lixa, prática que um oficial menos cuidadoso não faria com zelo, já que, com frequência, se limitam a quebrar as fibras da madeira. Indica-se, igualmente, o polimento “a óleo”, rotina que aponta para um acabamento final simplificado, mas habitual⁵⁴⁸ em mobiliário de finais dos séculos XVIII e início do século XIX.

Outra indicação de carácter prático para a consecução final da decoração da obra encontra-se em “dois pináculos”, na *Folha 96*⁵⁴⁹. A referência a “folhagem picada” é, para o entalhador, lembrete para que os motivos resultem devidamente nítidos, i.e., que o trabalho indicie verismo na sua execução⁵⁵⁰. Por outro lado a palavra “contas” indica, com probabilidade, perlado, num trabalho que

⁵⁴⁵ O vocábulo “técnica” remete para elementos decorativos, de feição estética. Todas as indicações que conduzam à definição estilística aquando da execução de uma peça de mobiliário estão dentro do seu âmbito. Cfr. RODRIGUES, F. Assis – *Dicionário Técnico e Histórico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, pp. 175 e 354.

⁵⁴⁶ A tecnologia é um conceito que abrange as propriedades mecânicas da matéria-prima. Todas as anotações que permitam indícios de preocupações com a solidez de um móvel, da sua estrutura e modos de fixação reportam-se naturalmente à tecnologia.

⁵⁴⁷ Uma das formas de representação de uma peça de mobiliário é a redução “*de grande para pequeno*” é a consequente necessidade de indicar “*em medida graduada, [...] linha que ordinariamente se põe ao baixo dos desenhos para os medir, dividida em partes iguais*”. Vd. RODRIGUES, F. Assis – *Dicionário Técnico e Histórico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, p. 164.

⁵⁴⁸ Vd. VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*, II (2011), pp. 122-125.

⁵⁴⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3230 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 206-207.

⁵⁵⁰ O termo “picar”, significando “*cortar muito miúdo*” é utilizado, igualmente, pelos oficiais da obra de alvenaria. Vd. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712

se exige seja “m^{to} exacto”.

A técnica de engradar superfícies horizontais ou verticais, está presente ne *Folha 74*⁵⁵¹ – que Maria Helena Mendes Pinto identificou como uma mesa de bilhar. Este desenho remete-nos para os conhecimentos necessários à actividade da marcenaria já que esta prática pode ser utilizada em diversas tipologias que apresentem superfícies passíveis de ser cobertas de tecido – caso dos tampos de mesas – ou capeadas de madeira. A mais-valia desta rotina reside na resistência à torção do lenho assim aplicado.

No caso da tipologia de assento apresentada em supedâneo, com indicação de cor vermelha no tecido que a deveria cobrir, na *Folha 32*⁵⁵², há a assinalar a ligação e apoio do espaldar ao aro do assento com nervuras, e que representa a assinatura de José Francisco de Paiva, como já vimos em outras tipologias – ocorrência referida, anteriormente, por Maria Helena Mendes Pinto. Gostaríamos de salientar o pormenor do pé, enrolado em S, muito próximo de solução de modelo inglês dos anos 1820-1830⁵⁵³, o que mais uma vez no remete para uma reflexão sobre a cronologia dos desenhos desta colecção. Terá sido Paiva a propor esta cadeira, ou alguém formado na sua oficina? A sugestão de que poderá corresponder a um primeiro passo para a execução da peça existente na Santa Casa da Misericórdia do Porto, na Rua das Flores, é admissível. A cadeira que aí hoje existe aponta para um sincretismo estilístico, exibindo remates de um rococó mitigado, com pouca segurança estética da parte de quem o concebeu. Grinaldas acompanham o espaldar e um pé apresenta uma forma vaga de ave numa prumada pouco pronunciada. A estrutura foi recortada a partir de lenho de espessura forte e, em nossa opinião, o todo é um manifesto do revivalismo oitocentista, se bem que esteticamente conseguido.

No que diz respeito às madeiras, a paleta dos nomes mencionados não é extensa mas congrega em si o que se poderá considerar o âmago estético e estilístico do mobiliário portuense da época, valorizando a cor preta, amarelo e rosa. Na verdade, as madeiras coloniais chegavam à cidade e o seu registo em diversos desenhos estão em linha com o que já vimos constituir o acervo disponível para utilização na marcenaria portuguesa em finais de Setecentos. A síntese dos nomes dos lenhos mencionados na colecção de desenhos revela-se um meio para a percepção dessa realidade (Quadro IV. 5).

Na *Folha 79*⁵⁵⁴ estão apontadas, subliminarmente, a lápis, no terceiro módulo que constitui o perfil, informações simultâneas de carácter técnico e tecnológico: ao indicar “casquinha”, na zona lateral, e “getovia” sobre o sombreado da folha a utilizar, Paiva demonstra que conhecia os materiais mais indicados para uma realização correcta da obra e que, com probabilidade, teria visto nas obras inglesas importadas. De facto a primeira é uma boa base para ser folheada pois os tecidos lenhosos são higrometricamente estáveis.

– 1728, vol. 6, p. 496.

⁵⁵¹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3220 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 156-157.

⁵⁵² Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3208 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 132-133..

⁵⁵³ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors' Club, 2008, vol. 1, fig. 46, p.85.

⁵⁵⁴ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3176 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 176-177.

A cor “preto” e “getovia” são as expressões mais usadas indicando, a primeira, a perenidade do gosto português pela cor escura, ou mesmo negra, do mobiliário ou de alguns dos seus elementos decorativos. Já a segunda designação é de difícil entendimento, podendo eventualmente ter sido algum nome utilizado à época entre marceneiros ou expressão do mercado abastecedor de madeira. Paiva teve contacto com as madeiras coloniais que chegavam e no desenho da *Folha 130v*⁵⁵⁵ existe indicação de que fornecia madeira a outros marceneiros, se bem que não saibamos se o contexto desta missiva seria de subcontratação de obra ou puro fornecimento de matéria-prima. Na verdade, o remetente “Alz. (Alvares)” solicita “madeira [que] seja boa do melhor que vm^{ce} tenha”, de superior qualidade à fornecida em situação antecedente, destinada a um “guarda vestidos”. O marceneiro deseja matéria-prima “que não seja serrada”, i.e., em pranchas, o que lhe dará a possibilidade de as cortar na espessura que os clientes pretendiam (“eles querem que elas [portas] fiquem fortes”). A solicitação de madeira para “para cimalha e vaza”, “de 18 palmos de comprido” fornece, a Paiva, indicação da respectiva extensão mas, não recebendo mais nenhum elemento quanto à espessura, está subentendido que conhecia as medidas respectivas das molduras a executar, i.e., seriam costureiras.

A *Folha 97*⁵⁵⁶ revela, sem nomear, uma das opções estéticas do Neoclassicismo: o contraste das cores amarela e negra. Na verdade, este elemento de configuração intrigante⁵⁵⁷, que tem apostado o nome de “Payva”, datado de 1792, indica o nome do possível cliente, i.e., “Almada”. Detectam-se claros indícios de inspiração inglesa, como Maria Helena Mendes Pinto observou. A escala do desenho é enigmática na sua dimensão, mas poderia ser uma proposta para o que os britânicos apelidam de “vase”, i.e., recipientes em formato de urna com tampa – numa réplica das tradições da Grécia Antiga –, colocados nos extremos das tipologias das salas de jantar setecentistas e que se destinavam a disponibilizar águas quentes aquando do serviço dos repastos⁵⁵⁸. Não sabemos se foi executada enquanto tal, mas pode ter sido inspiração para elementos decorativos tais como as pirâmides dos prumos do leito que vimos em casa dos condes de Anadia, em Mangualde. A mesma sugestão vale para o desenho da *Folha 130*⁵⁵⁹, que pode ser indicativa de elementos decorativo semelhante ao dossel do mesmo leito.

“Pequiá” ou pequi de cor lustrosa e brilhante, “amarello-pequiá” terminologia que vinca a cor amarela da matéria-prima, “vinhático”, abundante no mercado e utilizada na marcenaria portuguesa, “violeta” para capeados, madeira rara, considerada deslumbrante para os cânones estéticos da época não só pela textura como pela cor, “Sebastião [Sebastião arruda ou d’ arruda]” ou pau-rosa brasileiro, i.e., madeira de cor rosa, são outras denominações da matéria-prima passíveis de

⁵⁵⁵ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3200v Des. Transcrito por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 218-219.

⁵⁵⁶ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3185 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 210-211.

⁵⁵⁷ Vd. VALENTE, Adelina – Mobiliário setecentista do Palácio dos condes de Anadia, em Mangualde. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto, CITAR (2012), pp. 114-116.

⁵⁵⁸ Vd. STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, vol. 1, fig. 343, 346, 347, 348, 349, 350 e 356, pp. 309-315.

⁵⁵⁹ Vd. M. N. A. A., *Gabinete de Desenhos e Gravuras*, Inv. 3200 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. *Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 218-219.

serem identificadas. O “mogno” foi utilizado com parcimónia, sendo mencionado em encomenda específica, bem como em peça torneada de que não possuímos qualquer indicação específica. O seu conceito visual de cor e textura pode ter sido transferido para alguma variante avermelhada de vinhático pois não podemos esquecer que esta última exhibe, na origem brasileira, versatilidade de coloração. Existe, ainda, em tonalidade amarela, podendo ter sido aproveitada, neste caso, para substituir o pau-cetim.

As madeiras utilizadas para a estrutura do mobiliário seriam, entre outras, o “pinho de Flandres” ou “frande”, no original, e “tábuas da Suécia” ou “casquinha”. Estas três expressões devem corresponder a variantes de pinheiro europeu, com procedências diversas e de características tecnológicas consideradas eficazes para construção de interiores ou de estruturas de mobiliário sobre as quais seriam aplicadas folhas ou capas das madeiras. A sua disponibilidade no mercado portuário faria com que os marceneiros, que distinguem com facilidade as respectivas qualidades e defeitos, as pudessem escolher para a execução de mobiliário.

CONCLUSÃO

A localização geográfica de Portugal continental, bem como a sua rica possessão no continente sul-americano, foram dois factores que potenciaram a importância estratégica do reino no cenário político e comercial de Setecentos, traduzindo-se numa plataforma giratória relevante de pessoas e bens. Tal facto proporcionou, às cidades ribeirinhas portuguesas, confluência e transmissão de mercadorias e saberes, constituindo-se em palcos que possibilitavam contaminações culturais de diversa ordem. A definição local do mobiliário civil da segunda metade do século XVIII inseriu-se nesses movimentos interactivos entre conhecimentos forasteiros e realidades regionais.

As tipologias que foram concebidas e comercializadas pelos britânicos, destinadas às classes enriquecidas com os negócios coloniais, foram actores importantes da propagação do sentir estético com origem em Inglaterra. Portugal, um dos reinos tocados pelo trânsito da mercadoria inglesa, sofreu o contágio dessa vaga de modernidade que alcançou negociantes e mercadores – as classes emergentes e os grupos intermédios.

Estes demandaram uma produção distinta do gosto da corte. Nas cidades que se reformaram, e ampliaram, entre elas o Porto, passou-se a solicitar mobiliário adaptado às habitações entretanto construídas, de pé direito mais baixo –, diferentes das dimensões dos espaços ou das residências ostentatórias. As vivências do quotidiano solicitavam peças para mobilar ambientes, ostentar porcelanas e prataria, em suma, para utilização em situações da nova sociabilidade. A resposta a estas instâncias residiu no mobiliário que os ingleses designam por “vernacular furniture”, ou mobiliário vernacular, de uso diário em ambientes domésticos, sem conotação com a corte. Esse mobiliário chegou a Portugal por via das exportações inglesas, aproveitando o rumo aberto, em sentido inverso, pelos negócios do vinho, do sal, das madeiras para a tinturaria, do contrabando e do corso.

O aproveitamento de oportunidades manufactureiras e comerciais, em Inglaterra, data do grande incêndio de Londres em 1666, terrível acontecimento que mudou a capital inglesa. Com a cidade arrasada, surgiu o tempo de reconstrução de edifícios. A jusante da actividade arquitectónica e de criação de novas zonas e bairros habitacionais despontaram as actividades que providenciavam o mobiliário e as decorações apetecidas pelas novas classes enriquecidas pelos negócios coloniais. A sociedade britânica reformista, com experiência de convivência interclassista, soube tirar partido das actividades que o pujante corpo profissional de oficinas de mobiliário desenvolveu a partir da necessidade de construção de novos palácios e habitações. Uma marinha mercante poderosa e um corpo social disposto a arriscar massa monetária e mercadoria, dispersou, nesse seguimento – e durante todo o século XVIII –, os elementos desse modo de vida inovador, distante

do que a corte requeria. Portugal constituiu um dos destinos dessa exportação.

Procurámos entender de que modo se processou a influência da entrada de mobiliário civil estrangeiro na realidade portuguesa na segunda metade de Setecentos. Concluímos que a marcenaria portuguesa foi capaz de interiorizar as tipologias importadas, além da respectiva estética. Estão neste caso as peças de assento com seus espaldares vazados e entalhados, prumadas de joelhos projectados e pés imitando ou insinuando patas de animais, escolhas que se repetiam nas mesas de tampo de rebater ou nas de jogo. Também as molduras de espelhos, as caixas de relógio ou as cómodas-papeleiras de dois corpos – peças ostentatórias com seus espelhos no corpo superior –, passaram a integrar o património das tipologias locais. Outras peças foram adaptadas no que respeita às técnicas de construção, caso das meias-cómodas e das mesas de encostar, a que o gosto português impôs prumadas integradas na sua estrutura.

Esta adesão ao mobiliário britânico foi fortalecida pela entrada de publicações que difundiram, junto de clientes e oficinas, as virtudes desse acervo funcional e decorativo. Os seus autores, desenhadores de várias latitudes, movimentavam-se por toda a Europa, num tempo de facilidade de locomoção melhorada, tentando ganhar, com as suas ideias, clientes em estratos sociais até aí apartados desses elementos que poderiam proporcionar novas comodidades. A partir de meados de Setecentos, cientes da sua veia criativa, alguns “designers” britânicos – designação com o sentido que lhe é concedido na origem –, publicaram álbuns a que qualquer oficina poderia ter acesso, cerceando o espírito de transmissão oral de técnicas e tipologias locais que até aí imperava.

Chegaram, a Portugal, gravuras e imagens minuciosas, organizadas em livros ou folhas de divulgação, que os marceneiros e entalhadores de qualquer latitude poderiam reproduzir. A afirmação marcenaria civil portuguesa iniciou-se, assim, por via da osmose desta informação, permitindo o desenvolvimento de peças de cariz diverso das que, até então, faziam parte do recheio parco e ostentatório dos espaços da corte, da nobreza e do clero. Libertada das tradicionais práticas de ensamblamento da construção retabular, manuseando uma matéria-prima com qualidades tecnológicas adequadas ao trabalho em maciço, a classe dos oficiais ajustou-se a essas tendências modernas. O conhecimento de novas tipologias e de peças executadas com técnicas diferentes das locais induziram os oficiais a libertarem-se das práticas de ensamblamento da produção de encomenda religiosa. As Artes Decorativas portuguesas – e a marcenaria, em particular –, constituíram-se, assim, num dos motores que possibilitaram manifestações de novos comportamentos sociais, traduzidos na execução de tipologias inovadoras no mobiliário civil.

Nas oficinas foi-se inculcando, de modo gradual, a aprendizagem no fabrico de um móvel: de uma produção que escondia o método grosseiro de agrupar elementos por cavilhas, pregos e juntas imperfeitas – características da produção retabular –, evoluiu-se paulatinamente para a execução de peças com técnicas mais eficazes e adequadas, em que os malhetes constituíram outra variante de fixação, proporcionando uma apresentação visual aproximada dos modelos importados. A análise das normas que regiam a vida oficial transmite, de modo subliminar, a mudança nas tipologias demandadas pela clientela, bem como o advento da especialização das diversas valências que as mesmas exigiam.

Constatámos, no entanto, que o estágio rude da técnica de construção do interior de algum mobiliário se mantém – com interior pouco cuidado –, e os marceneiros privilegiaram a decoração

e embelezamento exterior em detrimento da perfeição construtiva, esta apanágio da marcenaria britânica. cremos, no entanto, que alguns dos móveis importados poderiam apresentar sinais de pouco apuro no que toca a essa particularidade, o que poderá ter induzido os marceneiros portugueses a não valorizar o requinte da estrutura não visível.

A utilização maioritária da madeira à vista, aplicada em maciço, possibilitou, durante a segunda metade de Setecentos, o desenvolvimento de duas especializações oficinais: a do entalhador, que procurou oferecer visibilidade ao seu trabalho em tipologias de descanso e de conter, substituindo os estofos nos espaldares de cadeiras e leitos, além de adornar os aros e os aventais com entalhamento de exclusivo efeito decorativo; e a do embutidor que trabalhou o corte e a taxa da madeira maciça em madeira maciça, indicando a elevada disponibilidade de matéria-prima nas oficinas portuguesas e um distanciamento relativamente às técnicas de capear ou folhear características do fabrico de algum mobiliário europeu. Estas preferências traduziram, e foram consequência, das opções estilísticas do Rococó, que valorizou as figuras do entalhador e do marceneiro, a dupla de agentes que intervieram na execução de peças. Esse facto foi propiciado pela mescla da estrutura com os elementos que constituíam a decoração, o que deu origem a móveis conceptualmente originais. Já o Neoclassicismo moderou as linhas sinuosas e crespas de motivos esvoaçantes e imaginários, suavizando a morfologia das tipologias por meio de linearidade e curvaturas disciplinadas, regulando a anatomia das tipologias de modo mais contido, e diluindo – ou mesmo elidindo – a tridimensionalidade ornamental através da utilização de embutidos.

Inventariámos, em trabalho de campo, um acervo de mobiliário que possibilitou a identificação das propriedades regionais dos modelos portugueses e sua decoração enquanto representantes dessas duas correntes estilísticas. Constatámos, todavia, a existência de duas outras ocorrências a nível da produção estética. Por um lado, uma produção que seguiu os ditames da moda dos desenhadores setecentistas ingleses – numa manifestação de tecnicismo e de adesão total aos cânones proveniente dessas paragens –, inspirando-se, de modo directo e imediato, em modelos sugeridos nos livros de divulgação de modelos tipológicos ingleses. Por outro, uma manifestação específica da marcenaria portuguesa, a que mesclou elementos das estéticas rococó e neoclássica, numa tendência de pouco purismo estilístico – mas de verdadeira afirmação identitária –, a que chamámos peças híbridas ou de transição. Apoiámo-nos nas observações de diversos autores, nomeadamente de José-Augusto França, de Natália Correia Guedes e de Maria Helena Mendes Pinto, que reflectiram sobre alguma produção artística da segunda metade de Setecentos e o seu apartamento dos padrões estéticos mais puristas do mobiliário rococó e do neoclássico.

Elegemos essa nomenclatura em detrimento da expressão tardo-rococó, pois esta indica, a nosso ver, uma permanência estilística em tempo de outro gosto. A produção que distinguimos com essa terminologia integra, ao invés, elementos rococó e neoclássicos em tempo de coexistência de dois estilos. Parece-nos, assim, que as designações propostas traduzem, de modo mais plausível, essa contaminação estilística em morfologias que foram sofrendo, de modo paulatino, alterações de ornamentação e morfologia sem apresentar rupturas claras.

O cotejo com as realidades forasteiras revelou-se indispensável, pois constituiu o sustentáculo para o entendimento da realidade portuguesa. Sem o apoio bibliográfico relativo a outras evoluções estéticas e estilísticas – bem como visitas presenciais a diversas colecções museológicas e particu-

lares inglesas –, estas ponderações não teriam sido possíveis. A confrontação com outras áreas das Artes Decorativas, com enfoque para a prataria, também se revelou importante, pois ofereceu-nos ensejo para levantar dúvidas, além de nos permitir reflectir sobre interpretações epocais e regionais no que diz respeito à evolução da própria marcenaria ou ao entendimento das suas morfologias.

Para esta realidade contribuiu a disponibilidade de matéria-prima específica, de cor negra – muito valorizada pela clientela local –, com características mecânicas bem identificadas por marceneiros e entalhadores. As madeiras indígenas, bem como as que chegavam dos trópicos – estas progressivamente identificadas e segmentadas quanto à sua utilização –, revelaram-se outros dos factores que identificam, e sublinham, a novidade da produção portuguesa da segunda metade de Setecentos, num momento em que os oficiais se libertaram das encomendas religiosas passando a produzir para a clientela civil. Outro elemento distintivo do mobiliário setecentista – e que, com o passar dos séculos se elidiu –, foi o das escolhas da coloração lenhosa forte ou a da opção de pintura em determinadas tipologias, num movimento estético que pretendia compaginar o feérico dos tecidos, dos papéis pintados aplicados nas paredes, das porcelanas ou da prataria que decorava os ambientes.

Trouxemos elementos para a demonstração de que a identificação das madeiras indígenas pode constituir um método para a detecção do local de execução do mobiliário civil, num tempo de poucas vias de comunicação. Tentámos apurar essa situação nas peças de casa dos condes de Anadia, em Mangualde – sendo que o acervo setecentista português aí existente utilizou a madeira de nogueira, endémica na respectiva zona geográfica. De igual modo, as tipologias que recorreram a madeira de castanheiro deverão ter sido executadas a Norte do rio Tejo, e para essa verificação trouxemos alguns elementos. Será necessário, contudo, o levantamento de outras fontes epocais no sentido de confirmar, de modo cabal, essa ocorrência, mormente os inventários orfanológicos das zonas do interior do território continental português.

No que toca aos lenhos importados das colónias, analisámos a colecção presente em gabinete do futuro D. João VI, em móvel estampilhado por marceneiro cuja formação se filiou, tanto como o móvel que executou, na estética inglesa. A xiloteca de José Aniceto Raposo revelou-se um repositório de informações sobre a utilização dos lenhos coloniais, nos finais de Setecentos ou início de Oitocentos, em especial os que se referem à marcenaria. Foi possível assinalar a sua relevância cotejando as informações do respectivo caderno com duas agendas anglo-portuguesas a que tivemos acesso em Inglaterra, nos Royal Botanic Gardens, em Kew. Constata-se que a multiplicidade de nomes pode não se referir a outras tantas espécies lenhosas, mas sim a prováveis nomenclaturas ligadas à sua utilização do quotidiano, da actividade dos marceneiros, ou mesmo de nomes indígenas. Uma outra colecção de amostras lenhosas, esta da Ilha da Madeira, revela a riqueza arborícola das décadas finais do século XVIII. No que toca às madeiras tropicais que chegavam a Lisboa, documento dos anos 90 de 1700 revela a nomenclatura dos lenhos então utilizados, bem como as práticas da sua transacção, fornecendo elementos para entender a utilização das madeiras na execução do mobiliário.

No cômputo dos lenhos coloridos que a marcenaria internacional valorizou, a opção pela cor escura, ou mesmo preta, foi possível pela existência, no Brasil, do jacarandá ou do pau-santo. Cremos, todavia, que esta identificação, à época, nem sempre terá sido correcta podendo ter permi-

tido, a prazo, nomenclaturas inexactas. Aclarámos a reutilização da madeira das caixas de açúcar – comumente apelidados de “madeira de caixa” ou “pau-caixa” –, os lenhos com características histológicas que possibilitam a defesa da salinidade das águas à carga que nelas era transportada nas viagens marítimas, e que se revelou material singular para os interiores do mobiliário.

A utilização das madeiras tropicais nas oficinas das cidades cuja faina se desenvolvia junto aos portos permitiu-nos sugerir uma hipótese sustentada em realidades francesas e americanas – cumulada com a apreciação das escolhas estéticas da marcenaria portuguesa relativamente aos centros que ditavam a moda. A execução de mobiliário nesses burgos ribeirinhos, ostentando a cor negra, aplicando entalhamento em substituição de metais ou bronzes, ou mesmo o trabalho de embutido, concedeu-lhe identidade marcada, pois foi produto de interpretações, por parte de clientes e artífices, de modelos de outras paragens. Apelidámo-los de “mobiliário executado nas cidades portuárias”. Poderão estar, neste caso, as cómodas-papeleiras com pilastras entalhadas e saias decorados, ostentando a perícia dos oficiais locais, ou ainda as cómodas massivas e rectilíneas, de pés baixos imitando patas de animais, executada com os lenhos escuros da moda. Tal observação não exclui, todavia, a realização de mobiliário com essas madeiras nas zonas mais afastadas da costa, em especial as que as obtiveram para as obras de alvenaria das casas conventuais nortenhas e suas zonas de influência.

O estudo de algumas peças do mobiliário setecentista da casa dos condes de Anadia, em Mangualde, permitiu levantar questões sobre o modo de funcionamento da marcenaria nas zonas do interior do reino. Por um lado, a partir do conhecimento de peças importadas, a marcenaria local interpretou a sua morfologia utilizando a matéria-prima disponível. Por outro, os oficiais de diversas valências, circulando pelo território, difundiam gostos e técnicas, transmitindo-os às oficinas que visitavam. A clientela, conhecedora de ideias ou propostas estéticas de outras geografias, constituir-se-ia em veículo obrigatório para o assentimento das obras produzidas.

A detecção de mobiliário inglês – face aos números que registámos para todo o século XVIII – revelou-se, nas colecções a que tivemos acesso, paradoxalmente parca. Não possuímos explicação plausível para tal, a não ser os considerandos sobre a sua execução em nogueira, que se deteriora com o passar dos séculos levando à sua aniquilação ou, talvez mais importante, a eventual preferência pelas peças executadas em jacarandá ou pau-santo permitindo que as primeiras fossem eliminadas. Não podemos deixar de considerar que pode ter existido algum movimento de reexportação para o Brasil – análise que esteve excluída dos nossos estudos mas que deveria ser, quando possível, objecto de pesquisa, pois permitiria entender algumas matrizes comuns no mobiliário dos dois lados do Atlântico – ou mesmo a sua identificação segundo os locais de execução, pois os representantes da corte portuguesa no Brasil podem ter trazido, para a Europa peças aí executadas, e figuras enriquecidas com os negócios coloniais realizaram encomendas ao Brasil e a Lisboa. Não apurámos em que medida ele poderá existir na Ilha da Madeira, destino explicitado das exportações de mobiliário inglesas –, ou como poderá ter influenciado a marcenaria local – pois não foi possível inserir tais considerações no cômputo destes estudos.

A análise da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva* – um acervo raro no cômputo das Artes Decorativas europeias –, evidenciou a sua importância enquanto reserva de informações que permitem a compreensão e a contextualização dos mecanismos que regeram as

oficinas em finais do século XVIII e início do século XIX. A sua decomposição partiu de informação obtida nas análises de colecções com elementos que se lhe podem comparar, recorrendo a autores que têm vindo a proceder a estudos em outras latitudes. Detectaram-se algumas das tipologias em voga na cidade do Porto, quer no âmbito das tipologias de conter, quer nas de descanso ou de pousar. Tentámos verificar, de igual modo, como se processou, nessa época, a contaminação cultural das múltiplas informações forasteiras nas oficinas locais – e que deram origem à criação de peças condizentes com os gostos e necessidades da comunidade portuense –, ocorrência inevitável numa cidade de um reino que não se bastava a si próprio no que diz respeito à evolução das Artes Decorativas, necessitando de estímulos exteriores para que a capacidade técnica dos seus membros pudesse brotar. A colectânea de desenhos, que aventamos serem uns portugueses e outros de proveniência inglesa, abarca um período maior do que a vida de José Francisco de Paiva, não sendo possível, todavia, identificar a sua trajectória temporal e oficial até ser integrada no acervo do Museu Nacional de Arte Antiga. Tentou-se o reconhecimento do percurso profissional desse ensamblador, riscador e arquitecto – e, em concomitância, a sua provável evolução estética, porventura idêntica a outros oficiais seus contemporâneos –, que não se pode distanciar das condicionantes que marcaram a vida da cidade do Porto. Elementos técnicos e nomeação de madeiras são, de igual modo, passíveis de serem detectados no cômputo dos desenhos, constituindo informações importantes para a percepção da evolução da marcenaria entre a década de 80 de 1700 e cerca de 1820. Sugerimos, ainda, com os dados que dispomos, que as obras de cariz arquitectónico da cidade aduziram situações que moldaram a vida dos oficiais de várias áreas de actividade, mormente os marceneiros e entalhadores, obrigando-os a assumir outras actividades que não a sua formação profissional inicial – e que, no caso de José Francisco de Paiva, se traduziu no seu envolvimento em obras de arquitectura ou de fiscalização de projectos. Este facto da vida da expansão da cidade teve, como consequência provável, a diminuição da actividade das oficinas de marcenaria locais e a consequente redução da manufactura de mobiliário.

O conhecimento de documentos escritos relativo à actividade de Paiva em instituições portuenses a que esteve ligado – em especial a Associação Britânica do Porto –, permitiu-nos problematizar a sua actuação e verificar a existência de mobiliário desenhado, e executado, em época posterior à data da sua morte, o que trouxe mais um elemento para considerar que a colecção de desenhos em apreço terá mais do que um interveniente. A aferição da importância da comunidade inglesa em Portugal – com enfoque na cidade do Porto –, no domínio da produção do mobiliário, revelou-se útil, pois permitiu-nos apreciar em que medida o seu estilo de vida e o seu relacionamento com as classes ligadas ao comércio locais poderão ter interagido com as escolhas das oficinas da cidade. Essa análise conduziu à sinalização de desenhos de tipologias inglesas na colecção portuguesa, o que obrigou a considerar a hipótese de alguns desses elementos constituírem propostas efectivas chegadas de Inglaterra.

Aventamos, ainda, que as informações obtidas a partir da análise da evolução da cidade do Porto nas décadas finais de Setecentos – e que marcaram o seu percurso em direcção a uma urbe modernizada – se poderão transpor para a vida das oficinas de marcenaria da Lisboa da segunda metade do século XVIII, já que o movimento de obras públicas aqui se repetiu, se bem que por outros motivos. Serão necessários estudos direccionados à vida dos marceneiros e entalhadores

lisboetas para uma correcta identificação dessa situação, o que sucedeu além-fronteiras.

Parece-nos que, com este estudo, ficou aberta uma via para um entendimento de que a comum designação estilística por nomes dos reinados de D. João V, D. José I e D. Maria I não se deve, em geral, aplicar ao mobiliário português de Setecentos. Com efeito, a estética das prumadas com “garra e bola”, os pés “ungulados” ou “de cachimbo” constituem terminologia pouco sustentada para definir a produção estilística individualizada desses reinados, pois a sua utilização é decorrente da interpretação dinâmica dos modelos ingleses ao longo da segunda metade do século XVIII e primeiras décadas de 1800. Algumas oficinas do século XIX prolongaram-nos, o que se verifica nas tipologias de assento que replicam alguns desenhos da colecção denominada *José Francisco de Paiva*.

Não podemos deixar de mencionar, ainda, a detecção, no nosso trabalho de campo, de uma tipologia que, conquanto se apresentasse de cariz neoclássica, nos mereceu alguma reserva no que toca à genuinidade epocal, pois a sua proveniência poderá revelar um enquadramento oficial e clientela de época posterior, para o que chamámos a atenção. Este facto conduz-nos a uma questão que nos parece pertinente e relevante, mas a que não cabe, aqui, fornecer resposta: existirá, em algumas colecções, privadas ou não, mobiliário de compleição rococó ou neoclássica que não seja de época? Como debatemos ao longo do nosso trabalho, é necessário ter em conta que as tipologias foram sendo executadas na razão directa da sua solicitação pela clientela – entidade essencial no cômputo do funcionamento oficial –, podendo existir, portanto, uma dilatação temporal na sua encomenda. Na medida em que a adesão a determinado sentir estético se prolonga, os modelos podem continuar a ser manufacturados – e reproduzidos ou trasladados.

Com efeito, pudemos detectar, nos nossos estudos, situações reveladoras do continuado apreço por peças rococó e neoclássicas e respectiva produção revivalista – corporizada duplamente pelo comportamento do antiquariato, por um lado, e da clientela individualizada das oficinas, por outro, nomeadamente em finais de Oitocentos e início de Novecentos. O primeiro copiava, amiúde, modelos setecentistas, cobrindo-os com acabamento simulando vetustez; a segunda solicitava reproduções de espécimes que lhe eram grados sem, no entanto, camuflar a sua origem. Deparamo-nos, assim, nos dias de hoje, com peças oriundas dessas duas atitudes, cuja estirpe nem sempre é passível de ser identificada – o que pode ocasionar uma incorrecta identificação da produção epocal.

ÍNDICE DE FIGURAS

1º Capítulo

- 45** Fig. 1:1
Assinatura de Francis Warden, em documento datado de 1746
- 47** Fig.s 1:2 e 1:2A
Cómoda-papeleira com alçado, e seu interior, que terá sido executada, em Inglaterra, para o rei D. João V
- 51** Fig. 1:3
As margens do rio Tejo junto a Lisboa desenhadas por um inglês, em 1699
- 53** Fig.s 1:4 e 1:4A
Mapa detalhado do Tejo e da Península de Setúbal, c. 1780 e detalhe da gravura com a zona ribeirinha de Lisboa antes de 1755
- 63** Fig. 1:5
Jean-Baptiste Pillement: Vue des Jardins de Benfica, 1785
- 63** Fig. 1:6
Jean-Baptiste Pillement: Vue des Jardins de Benfica, 1785
- 64** Fig. 1:7
Vista, a partir de Lisboa, do Hospital inglês e do convento de Almada
- 64** Fig. 1:8
Vista da Praça do comércio, em Lisboa
- 64** Fig. 1:9
Vista da Torre de Belém, na entrada do Porto de Lisboa

2º Capítulo

- 94** Fig.s 2:1, 2:A e 2:1B
Mesa de encostar rococó, madeira de nogueira, seu tampo e vista do interior
- 102** Fig. 2:2
Cabeceira de leito inglês, de início do século XVIII, sem cobertura de tecidos
- 107** Fig. 2:3
Vinheta de oficina inglesa, datada de 1748
- 112** Fig. 2:4
Folha 110 da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*

3º Capítulo

- 121** Fig. 3:1
Método setecentista de empilhar madeira
- 139** Fig. 3:2 e 3:2A
Instruções de Félix Avelar Brotero para disposição de armário destinado a conter plantas e representação gráfica do mesmo armário
- 140** Fig. 3:3
Fólio de rosto do caderno que acompanha a colecção de madeiras organizada por José Aniceto Raposo
- 140** Fig. 3:4
1º fólio de documento, c. 1800, indicando o critério de envio de madeiras do Brasil para Portugal
- 142** Fig. 3:5
Tampa da caixa-xiloteca organizada por Manuel Rodrigues Gaspar, do Funchal
- 146** Fig. 3:6, 3:6A, 3:6B, 3:6C, 3:6D e 3:6E
Vinheta exterior de um dos Notebooks de George Bowes Loddiges e fac símile de cinco páginas
- 163** Fig. 3:7, 3:7A e 3:7B
1º, 2º e 3º fólhos da lista de madeiras utilizadas pelos marceneiros, em Lisboa, na última década de 90 de 1700

- 168** Fig. 3:8
Book of Steel, vol. 1, fólio do rosto
- 169** Fig. 3:8A, 3:8B, 3:8C e 3:8D
Ferramentas para artes mecânicas, caixas de ferramentas inglesas para exportação, descrição de modelos de caixas de ferramentas exportadas e índice do 1º volume de *Book of Steel*.
- 171** Fig. 3:9, 3:9A, 3:9B e 3:9C
Modelos de ferragens rococó, asas e botões em várias combinações, escudetes, asas e botões com motivo perlado e modelos diversos de asas, botões e escudetes

4º Capítulo

- 203** Fig. 4:1
Vinheta colada em tipologia da oficina de marcenaria inglesa de Giles Grendey
- 205** Fig. 4:2
Vinheta de John Folgham
- 205** Fig. 4:3
Vinheta de Tristram Chambers
- 205** Fig. 4:4
Vinheta de John Lawrence
- 205** Fig. 4:5
Vinheta de William Gilbert
- 207** Fig. 4:6
Vinheta de Thomas Jaques
- 207** Fig. 4:7
Vinheta de Benjamin Jackson
- 207** Fig. 4:8
Vinheta de Thomas Butler
- 217** Fig.s 4:9, 4:9A, 4:9B e 4:9C
Cómoda de exportação inglesa, pormenor do tampo e de um dos cantos frontais
Indicação de Thomas Chippendale para modelos neo-góticos de cantos de tampos

- 219** Fig.s 4:10, 4:10A e 4:10B
Espelho rococó inglês e pormenores do entalhamento superior e inferior
- 219** Fig. 4:11
Vinheta rococó de James Boyle
- 220** Fig.s 4:12 e 4:12A
Moldura rococó inglesa e pormenor do entalhamento da zona superior
- 223** Fig. 4:13
Vinheta de Joseph Cox
- 223** Fig. 4:14
Espelho inglês para exportação
- 223** Fig. 4:15
Relógio de caixa alta sobre plinto
- 223** Fig. 4:16
Caixa de relógio com pintura rococó
- 225** Fig.s 4:17 e 4:17A
Caixa e relógio ingleses executados para o mercado português e pormenor das cariátides
- 225** Fig. 4:18
Caixa de relógio com pintura fingida
- 225** Fig. 4:19
Caixa e relógio inglês executados para o mercado português
- 232** Fig. 4:20
Cadeira inglesa setecentista com estofo em crina de cavalo

5º Capítulo

- 234** Fig. 5:1
Comoda-papeleira inglesa de dois corpos executada para o rei D. João V
Vista de frente e ilharga

- 234** Fig. 5:2
A Infanta D. Maria Francisca Isabel Josefa retratada em 1738-1739
- 240** Fig.s 5:3, 5:4, 5:5, 5:6
Quatro gravuras de Christopher Huet
- 240** Fig.s 5:7, 5:8, 5:9 e 5:10
Quatro gravuras de Richard de La Londe
- 241** Fig.s 5:11, 5:12 e 5:13
Três gravuras de “*Salumbier*”
- 241** Fig.s 5:14, 5:15, 5:16 e 5:17
Quatro gravuras editadas por “*Jean Martin Will*”
- 242** Fig.s 5:18, 5:19, 5:20, 5:21, 5:22 e 5:23
Seis gravuras editadas por “*Jean Martin Will*”
- 255** Fig.s 5:24, 5:25, 5:26, 5:27, 5:28 e 5:29
Exterior e interior de armário-copeiro embutido
- 257** Fig.s 5:30, 5:31 e 5:32
Sala de um prédio da rua do Almada, no Porto com armário copeiro embutido
- 258** Fig. s 5:33, 5:34, 5:35, 5:36, 5:37 e 5:38
Pormenor do tecto do prédio da rua do Almada, no Porto
Vestígios de papel entretelado numa das paredes e ligação decorativa entre os elementos estu-
cados e o papel
- 260** Fig. 5:39
Colocação de “boiseries” num salão
- Fig. s 5:40 e 5:40A
- 261** Uma tipologia “courante” francesa e decoração da sua frente e rectaguarda
- 264** Fig. 5:41
Um salão de Temple Newsan House, Inglaterra
- 264** Fig. 5:42
Cena doméstica inglesa, c. 1795-1797

- 264** Fig. 5:43
Recriação de um ambiente “middling” inglês. Geffrye Museum, Londres
- 268** Fig. 5:44
Vinheta francesa de oficina de molduras e venda de quadros, desenhos e estampas
- 269** Fig.s 5:45 e 5:45A
Mesa de uma aba rococó portuguesa e pormenor do tampo
- 271** Fig.s 5:46, 5:46A e 5:46B
Cómoda rococó portuguesa, pormenor do tampo e ilharga
- 276** Fig.s 5:47, 5:47A, 5:47B e 5:47C
Móvel-xiloteca com estampilha de José Aniceto Raposo, ilharga e tampo
Desenhos técnicos da marqueteria e dos motivos da faixa de embutidos
- 278** Fig. 5:48
Armário-xiloteca de Charles Holtzappffel, c. 1840
- 278** Fig. 5:49
Mesa cujo tampo foi executado com amostras de madeira diversas, c. 1780
- 278** Fig. 5:50
“Cabinet on a Stand”, c. 1780
- 278** Fig. 5:51
Desenho de Thomas Chippendale, 1756
- 281** Fig.s 5:52 e 5:52A
Canapé de três lugares, com tabela recortada e uma cadeira de braços
de um conjunto de duas
- 283** Fig. 5:53
Pia de água benta, faiança portuguesa
- 283** Fig. 5:54
Cadeira de espaldar alteado e tabela recortada
- 283** Fig. 5:55
Luminária de madeira dourada de um braço

- 283** Fig. 5:56
Espelho com moldura de talha vazada coroado por penacho
- 283** Fig. 5:57
Orçamento da oficina de Gillow
- 284** Fig. 5:58
Moldura de espelho com capeado e talha dourada
- 284** Fig. 5:59
Espaldar de preguiceiro português
- 287** Fig.s 5:60, 5:60A, 5:60B.5:60C, 5:60D, 5:60E e 5:60F
Cómoda-papeleira portuguesa, com marqueteria assinada “Manuel António Ferreira”
Pormenores das assinaturas, fábrica, ilharga, tampa e interior de gaveta
- 293** Fig.s 5:61 e 5:61A
Mesa de duas gavetas e pormenor do entalhamento
- 294** Fig. 5:62
Mesa de encostar de duas gavetas com prumadas de galbamento pronunciado
- 296** Fig. s 5:63, 5:63A, 5:63B, 5:63C e 5:63D
Cadeira portuguesa com aro frontal de pouca altura e prumadas de galbamento pronunciado
Vista lateral, pormenor do cachaço, assento e desenho técnico das peças constituintes da cadeira e seu ensablamento.
- 297** Fig.s 5:64, 5:64A, 5:64B, 5:64C, 5:64D e 5:64E
Cadeira portuguesa rococó, pormenor do cachaço, aro frontal, prumada, pé
Desenho técnico da frente da cadeira e pé garra e vistos de modo frontal e lateral
- 298** Fig. 5:65
Duas cadeiras portuguesas com tabela vazada
- 298** Fig.s 5:66 e 5:66A
Uma cadeira com braços com motivos góticos na tabela vazada e pormenor da construção do aro da cadeira, com os cantos arredondados
- 298** Fig.s 5:67 e 5:67A
Cadeira portuguesa de influência inglesa e pormenor do pé com penugem na garra

- 300** Fig.s 5:68 e 5:68A
Salva de prata portuguesa e pormenor do pé com penugem na garra
- 300** Fig.s 5:69 e 5:69A
Cadeira estofada executada em tauari e pormenor do aro frontal
- 301** Fig. 5:70
Cadeira de braços rococó.
- 301** Fig.s 5:71, 5:71A e 5:71B
Cadeira rococó com romã entalhada no cachaço, vista da ilharga e prumada
- 304** Fig. 5:72
Ex-voto datado de 1776
- 305** Fig. 5:73
“Leito de dobrar”
- 306** Fig.s 5:74 e 5:74A
Leito rococó e pormenor do espaldar
- 306** Fig.s 5:74B, 5:74C e 5:74D
Leito rococó, de nogueira, pormenor de um dos prumos da cabeceira e entalhamento
- 308** Fig. 5:75
Mesa de jogo goense
- 308** Fig. 5:76
Uma cómoda, de um par, com bojo de ganso
- 310** Fig.s 5:77, 5:77A, 5:77B e 5:77C
Cómoda-papeleira, madeira maciça e embutidos
Pormenor da fábrica, de uma das almofadas da tampa e interior de gaveta
- 312** Fig.s 5:78, 5:78A e 5:78B
Mesa de encostar rococó, vista da ilharga e pormenor de interior de uma gaveta
- 314** Fig. 5:79, 5:79A, 5:79B e 5:79C
Mesa rococó de duas gavetas, vista da ilharga, tampo e desenho técnico

- 314** Fig. 5:80
Mesa de centro composta de duas mesas que se encostam
- 316** Fig.s 5:81, 5:81A, 5:81B e 5:81C
Mesa de encostar com uma gaveta fingindo duas, pormenor de um pé, tampo e asa de metal
- 318** Fig.s 5:82e 5:82A
Mesa de encostar de duas gavetas e pormenor de uma das prumadas galbadas sem entalhamento
- 319** Fig.s 5:83, 5:83A, 5:83B, 5:83C e 5:83D
Mesa de encostar rococó e pormenor da garra vincada
Desenhos técnicos da vista frontal, do tampo, da ilharga e de uma das prumadas frontais
- 320** Fig.5:84 e 5:84A
Mesa de encostar rococó com entalhamento espraído e pormenor do tampo
- 320** Fig. 5:85
Mesa de encostar com saial frontal alto
- 322** Fig. 5:86
Cena familiar inglesa em 1782
- 322** Fig. 5:87
Ambiente inglês, c. 1743-1744
- 322** Fig. 5:88
Elementos construtivos de uma mesa “à l’angloise”
- 322** Fig.s 5:89 e 5:89A
Mesa de pé de galo de tampo quase quadrado
Peça de ferro aplicada sob a junção dos três pés
- 324** Fig.s 5:90 e 5:90A
Mesa de pé de galo com tampo “farpado” e pormenor dos pés da mesa
- 324** Fig.s 5:91 e 5:91A
Mesa de pé de galo com talha ao modo guilhochado e pormenor da coluna
Com meias canas

- 324** Fig. 5:92
Mesa de pé de galo com tampo de gradinha com bilros torneados
- 325** Fig.s 5:93, 5:93A e 5:93B
Mesa para pousar pequenos adereços ou luminária, pormenor do pé entalhado e da “gaiola”
- 327** Fig.s 5:94 e 5:94A
Mesa de pé de galo com tampo para jogo e pormenor do pé entalhado
- 328** Fig.s 5:95, 5:95A, 5:95B e 5:95C
Mesa de jogo de quatro prumadas com uma gaveta frontal, pormenor do tampo, do pé ungulado e do modo de inserção da prumada traseira
- 329** Fig.s 5:96, 5:96A, 5:96B, 5:96C e 5:96D
Mesa de jogo de quatro prumadas e pequena gaveta central, pormenor da zona para colocar castiçais e fichas de jogo, das entranhas e do pé ungulado
Desenhos técnicos dos pormenores construtivos da mesa de jogo
- 332** Fig.s 5:97 e 5:97A
Moldura com espelho de filiação inglesa e desenho técnico dos pormenores da talha
- 333** Fig.s 5:98 e 5:98A
Moldura com espelho, trabalho de talha espesso e desenho técnico de pormenores
- 335** Fig.s 5:99, 5:99A, 5:99B e 5:99C
Cadeira portuguesa de matriz inglesa, pormenor do cachaço, galbamento das prumadas frontais e pormenor do seu entalhamento
- 337** Fig.s 5:100, 5:100A e 5:100B
Cómoda mesclando elementos do Rococó e do Neoclassicismo com pormenores do entalhamento do pé e canto chanfrado
- 339** Fig.s 5:101, 5:501A, 5:101B, 5:101C e 5:101D
Cómoda para mezanino, pormenor da ilharga, do tampo, de uma prumada e vista do interior da carcaça
- 340** Fig.s 5:102, 5:102A e 5:102B
Cómoda para mezanino com medalhão entalhado e fios embutidos, vista da ilharga e tampo

- 343** Fig.s 5:103, 5:103A, 5:103B, 5:103C, 5:103D e 5:103E
Cómoda portuguesa com embutidos e entalhamento, pormenor do tampo, do pé ungulado, Do interior da carcaça e inscrição oficinal. Desenho técnico da respectiva morfologia e pormenores decorativos
- 344** Fig.s 5:104, 5:104A, 5:104B e 5:104C
Cómoda de dois gavetões com fitas embutidas, pormenor do pé, do tampo e dos metais
- 346** Fig.s 5:105 e 5:105A
Mesa de encostar portuguesa, madeira de noqueira e vista da ilhargá
- 346** Fig.s 5:106, 5:106A, 5:106B, 5:106C e 5:106D
Mesa de encostar com medalhão ovalado no saial frontal e lateral, pormenor de prumada frontal, da parte interior da carcaça e da inserção dos metais na madeira
- 348** Fig.s 5:107, 5:107A e 5:107B
Moldura com entalhamento vazado, pormenor do coroamento entalhado e do medalhão ovalado
- 349** Fig.s 5:108, 5:108A, 5:108B, 5:108C e 5:108D
Mesa com pintura marmoreada de dois tampos sobrepostos, pormenor do tampo, vista frontal, entalhamento da prumada e pé
- 351** Fig.s 5:109, 5:109A, 5:109B e 5:109C
Espaldar do leito do Paço dos Duques de Guimarães, vista da tábuá única do espaldar, desenho técnico que o decompõem e pormenor de entalhamento
- 352** Fig.s 5:110, 5:110A, 5:110B e 5:110C
Oratório com morfologia “em alongamento”, pormenores dos remates frontal e lateral, e pintura interior
- 354** Fig. 5:111
Oratório, ou maquineta, para devoção doméstica, de pequenas dimensões
- 354** Fig. 5:112
Motivos rococó do centro-europeu
- 354** Fig. 5:113
Oratório com a Sagrada Família, igreja dos Clérigos, Porto

- 355** Fig. 5:114
Oratório de devoção doméstica, ou maquina
- 355** Fig.s 5:115, 5:115A, 5:115B, 5:115C, 5:115D, 5:115E
Cómoda de seis gavetões, pormenores de inscrição a tinta, das costas, do tampo, e dos pés com trabalho idêntico nas duas faces
- 357** Fig.s 5:116, 5:116A, 5:116B, 5:116C e 5:116D
Cómoda-papeleira ostentatória executada com madeiras maciças em tons dourado e negro, vista da ilharga, da fábrica, de um pé e da lingueta da entrada da chave
- 359** Fig. 5:117
Cómoda-papeleira com entalhamento nos cantos chanfrados
- 359** Fig. 5:118
Cómoda-papeleira com entalhamento no saial frontal
- 359** Fig. 5:119
Cómoda-papeleira com entalhamento e moldurado na tampa e gavetas
- 360** Fig.s 5:120 e 5:120A
Cadeira portuguesa, e mogno, de matriz inglesa e pormenor do entalhamento
- 360** Fig.s 5:121 e 5:121A
Cadeira com influência de desenhos de Hepplewhite, com embutidos e respectivo pormenor
- 361** Fig. 5:122
Cadeira portuguesa de braços, madeira de nogueira
- 361** Fig.s 5:123, 5:123A e 5:123B
Cadeira com influência dos desenhos de Thomas Sheraton, vista do assento e pormenor da decoração entalhada do aro frontal
- 363** Fig.s 5:124, 5:124A, 5:124B, 5:124C e 5:124D
Leito neoclássico reportável aos desenhos de José Francisco de Paiva, pormenor do entalhamento vazado, da pirâmide, do apoio da almofada e da complexidade estrutural da construção do respectivo espaldar
- 364** Fig.s 5:125, 5:125A e 5:125B
Leito neoclássico com tarja embutida, pormenor do embutido do prumo e do centro do espaldar

- 365** Fig. 5:126
Ex-voto, com espaldar de leito, datado de 1878
- 366** Fig.s 5:127, 5:127A, 5:127B, 5:127C e 5:127D
Cómoda-papeleira com decoração de folheado simulando múltiplos planos, interior da carcaça, do pé folheado, da ilharga e do espelho de metal da tampa
- 366** Fig. 5:128
Modelos ingleses que se reportam ao espelho de metal utilizado na tampa da cómoda-papeleira
- 368** Fig.s 5:129 e 5:129A
Mesa neoclássica em meia-lua e desenho técnico da aplicação do capeado
- 368** Fig.s 5:130, 5:130A e 5:130B
Mesa neoclássica rectangular com dois tampos sobrepostos e uma gaveta lateral, pormenor dos embutidos do tampo e do seu interior
- 370** Fig.s 5:131 e 5:131A
Mesa de jogo de forma elíptica e pormenor dos embutidos do tampo
- 370** Fig.s 5:132 e 5:132A
Mesa de jogo com marqueteria de jogos neoclássicos e pormenor das fitas de marqueteria
- 371** Fig.s 5:133 e 5:133A
Caixa de relógio portuguesa e pormenor da decoração neoclássica
- 372** Fig. 5:134
Talha vazada neoclássica envolvendo toda a moldura do espelho
- 372** Fig. 5:135
Moldura encimada por vaso neoclássico
- 372** Fig. 5:136
Desenhos de molduras da autoria de John Linnel
- 372** Fig. 5:137
Moldura neoclássica portuguesa, em vários planos, de matriz inglesa
- 372** Fig. 5:138
Moldura neoclássica com entalhamento na zona superior e inferior

- 375** Fig.s 5:139 e 5:139A
Fachada ocidental da casa dos condes de Anadia, em Mangualde
Escadaria e porta de acesso ao salão principal da casa dos condes de Anadia, em Mangualde
- 379** Fig. 5:140
Cómoda-papeleira com alçado com espelhos, de importação inglesa
- 380** Fig. 5:141
Mesa de encostar de três gavetas. Móvel de exportação inglesa
- 380** Fig. 5:142
Relógio de caixa alta. Móvel de exportação inglesa
- 381** Fig.s 5:143, 5:143A e 5:143B
Mesa barroca italiana, pormenor do tampo e vinheta de dourador de Lisboa
- 383** Fig.s 5:144, 5:144A, 5:144B, 5:144C e 5:144D
Conjunto de tipologias de assento do “salão de recepção”, canapé de três lugares, pormenor do espaldar de uma das cadeiras de braços e duas inscrições oficiais
- 385** Fig.s 5:145 e 5:145A
Duas cadeiras de braços do “salão de baile” e canapé do mesmo conjunto
- 385** Fig. 5:146
Cadeira de braços com pluma rococó
- 387** Fig. 5:147
Mesa de encostar, de um par, do “salão de baile”
- 387** Fig. 5:148
Um dos conjuntos de mesa de encostar encimada por espelho rococó
- 389** Fig.s 5:149, 5:149A e 5:149B
Cómoda da “sala dos artesãos”, pormenor do canto vertical sinuoso da cómoda e pormenor do tampo
- 391** Fig. 5:150
Cómoda-papeleira com alçado com portas de vidros
- 391** Fig. 5:151
Cómoda-papeleira com alçado sem portas

- 391** Fig.s 5:152 e 5:152A
Mesa de encostar rococó de duas gavetas e pormenor do tampo com madeira encabeçada
- 393** Fig. 5:153
Modelos ingleses de metais rococó
- 393** Fig. 5:154
Variantes inglesas de metais rococó
- 393** Fig. 5:155
Mesa de encostar de matriz inglesa
- 393** Fig.s 5:156 e 5:156A
Cadeira, de um grupo de oito, de influência britânica e vista da ilharga
- 394** Fig.s 5:157, 5:157A, 5:157B, 5:157C e 5:157D
Cadeira de braços estofada de matriz rococó, canapé do conjunto de onze cadeiras,
Pormenor do aro frontal e do braço do canapé. Conjunto “meublante”
- 394** Fig. 5:158
Banco de um conjunto de quatro com entalhamento enlaçado
- 396** Fig.s 5:159 e 5:159A
Um dos espaldares de leito neoclássico e pirâmide torneada com madeiras de duas cores

6º Capítulo

- 398** Fig. 6:1
Orçamento, datado de Maio de 1963, para o restauro dos desenhos da colecção denominada *José Francisco de Paiva*.
- 398** Fig. 6:2
Recibo, datado de Outubro de 1964, de José Bénard Guedes
- 398** Fig. 6:3
Recibo, datado de Fevereiro de 1964, de José Bénard Guedes
- 398** Fig. 6:4
Informação, datada de Julho de 1963, sobre o curso das negociações para compra da colecção denominada *José Francisco de Paiva*

- 402** Fig. 6:5
Fac-simile de documento de 1820 com a assinatura de José Francisco de Paiva
- 407** Fig. 6:6
Fac-simile de recibo de José Francisco de Paiva.
- 411** Fig. 6:7
Armário de dois corpos preparado para receber, no corpo superior, tabuleiros amovíveis
- 411** Figs. 6:8 e 6:8A
Móvel inglês de dois corpos e pormenor dos malhetes de uma das gavetas
- 411** Fig. 6:9
Folha 19 da colecção denominada *José Francisco de Paiva*
- 411** Fig.s 6:10 e 6:10A
Pormenor das cadeiras de coro da igreja de S. Martinho de Lordelo do Ouro e inscrição a lápis no interior das cadeiras
- 411** Fig. 6:11
Folha 66 da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 413** Fig.s 6:12, 6:12A e 6:12B
Arcaz da sacristia da igreja da Ordem do Carmo, pormenores do tampo e de uma das pilastras
- 415** Fig. 6:13
Sacristia da igreja do Ordem do Carmo
- 415** Fig. 6:14
Pormenor de frente de fogão da casa da Associação Britânica do Porto
- 417** Fig. 6:15
Dois modelos de cadeiras existentes na casa da Associação Britânica do Porto
- 417** Fig. 6:16
Uma cadeira de braços, de um conjunto de seis, da casa da Associação Britânica do Porto
- 419** Fig.s 6:17, 6:17A e 6:17B
Cadeira de braços, madeira de mogno, inscrição rasgada na madeira da cadeira e pormenor de uma união de aro frontal e lateral da cadeira

- 422** Fig.s 6:18, 6:18A e 6:18B
Planta assinada por José Francisco de Paiva, pormenor com a assinatura de José Francisco de Paiva e memória descritiva da planta da igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos
- 422** Fig. 6:19
Orçamento para concluir a Ponte de Santo Tirso
- 422** Fig. 6:20
Orçamento para concluir a nova igreja de Valongo
- 422** Fig. 6:21
Orçamento de um troço da estrada de Valongo
- 425** Fig. 6:22
Orçamento para reconstruir a ponte de Vila do Conde
- 425** Fig. 6:23
Registo de pagamento a Francisco Pereira de Campanhã e a seu filho Damião Pereira de Azevedo
- 428** Fig. 6:24
Tarifário da ponte de Santo Tirso
- 428** Fig. 6:25
Tarifário da ponte de Vila do Conde
- 437** Fig. 6:26
Cadeira, datável de c. 1950, ao estilo de Thomas Sheraton
- 437** Fig. 6:27
Cadeira, datável de c. 1950, ao estilo de Thomas Sheraton
- 437** Fig. 6:28
Cadeira, datável de c. 1950, ao estilo de Thomas Sheraton
- 437** Fig. 6:29
Cadeira, datável de c. 1950, ao estilo de Thomas Sheraton
- 439** Fig. 6:30
Esquiços de peças inglesas, de finais dos anos 60 de 1700, entre eles, uma “Table qui se léve”

- 439** Fig. 6:31
Secretária francesa com múltiplas funções
- 441** Fig. 6:32
Folha 104 da colecção denominada *José Francisco de Paiva*
- 441** Fig. 6:33
Folha 104v da colecção denominada *José Francisco de Paiva*
- 449** Fig. 6:34
Antifonário que pode corresponder à *Folha 52* da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 451** Fig. 6:35
Folha 102v da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 455** Fig. 6:36
Louceiro português de influência inglesa
- 455** Fig. 6:37
“Bookcase”, c. 1760
- 457** Fig. 6:38
Louceiro português de dois corpos de influência inglesa
- 457** Fig.s 6:39, 6:39A e 6:39B
Frente do armário da sala da Confraria da igreja paroquial de Lordelo do Ouro, cimalha e remate e interior do corpo superior
- 459** Fig.s 6:40 e 6:40A
Cómoda-papeleira portuguesa e promenor dos malhetes do tampo
- 459** Fig. 6:41
Cómoda-papeleira inglesa
- 459** Fig. 6:42
Cómoda portuguesa para mezanino
- 465** Fig.6:43
Exemplos de marcas incisadas utilizadas pela firma Gillow

- 469** Fig. 6:44
Moldura portuguesa com entalhamento vazado
- 469** Fig. 6:45
Reprodução de risco de Robert Adam, c. 1770
- 469** Fig. 6:46
Folha 142 da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 469** Fig. 6:47
Folha 116 da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 471** Fig. 6:48
Folha 2 da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 473** Fig.s 6:49 e 6:49A
Leito português atribuível a José Francisco de Paiva ou à sua escola e desenho técnico realçando a morfologia e o entalhamento do leito
- 474** Fig.s 6:50, 6:50A e 6:50B
Cadeira abacial do museu do Convento de Arouca, pormenor do apoio do braço e das costas
- 477** Fig. 6:51
Modelo de cómoda do norte da Alemanha
- 479** Fig. 6:52
Cadeira portuguesa com espaldar vazado, em forma de vaso
- 480** Fig. 6:53
Folha 91 da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 483** Fig. 6:54
Desenho de apresentação de Damião Pereira de Azevedo
- 487** Fig.s 6:55, 6:55A e 6:55B
Comoda-papeleira portuguesa, espelhos e asas de metal e pormenor do interior da fábrica
- 491** Fig. 6:56
Par de cadeiras com braços ditas “cabriolés”

- 491** Fig.s 6:57 e 6:57A
Um modelo de cadeira com braços dita “cabriolé” e desenho da oficina de Gillow datado de 1786
- 492** Fig. 6:58
Folha 47 da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 492** Fig. 6:59
Folha 8v da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 492** Fig. 6:60
Folha 21v da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 492** Fig. 6:61
Folha 112 da colecção de desenhos denominada *José Francisco de Paiva*
- 493** Fig.s 6:62 e 6:62A
Mesa “pembroke” com duas abas e inscrição, a tinta, por baixo da mesa

ÍNDICE DE TABELAS

- 91** Tabela 2:1
Número de ensambladores registados nas listas da Companhia de Ordenanças da cidade do Porto entre 1764 e 1799
- 152** Tabela 3:1
Madeiras para marcenaria chegadas a Lisboa com origem no Brasil (1797-1766)
- 194** Tabela 4:1
Exportação de Inglaterra para Portugal de bens ingleses manufacturados entre 1700 e 1800. Marcenaria, obra de torno, estofos e decorações.
- 200** Tabela 4:2
Cadeiras de nogueira exportadas a partir de Inglaterra para Portugal (1700-1752)
- 213** Tabela 4:3
Pauta para avaliação de mercadorias entradas e saídas
“em todas as alfândegas de mar, e terra, portos secos, e molhados”

432 Tabela 6:1
Entradas no Porto, por terra, de mobiliário e ferragem. Ano de 1799

490 Tabela 6:2
Encomenda do “*Snr. José Montrº de Almdª*”

ÍNDICE DE MAPAS

126 Mapa de Essências Florestais n.º 1 e n.º 2

128 Mapa de Essências Florestais n.º 3

131 Mapa de Essências Florestais n.º 4

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

196 Diagrama cronológico A
Exportações de manufacturas inglesas para Portugal. Mobiliário e estofos

429 Diagrama B
Entradas na cidade do Porto em 1799 e respectiva direcção geográfica

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes electrónicas

- ANTONIL, André João – *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. In <http://www.cchla.ufpb.br>.
- BLUTEAU, Raphael – Vocabulário Português e Latino. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, 8 volumes. In <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.
- CARVALHO, Ana Godinho Coelho Dotti de – *A papeleira miniatura chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves e o comércio do século XVIII*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras de Lisboa. Departamento de História da Arte, 2010. In <http://hdl.handle.net/10451/1998>.
- CHAMBERS, William - Desseins des edifices, meubles, habits, machines, et ustenciles (sic) des Chinois. Gravés sur les originaux dessinés à la Chine. London: J. Haberkorn, 1757. In <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/DLDecArts.ChambersDesseins>.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. In www.britannica.com.
- ENCYCLOPÉDIE OU DICTIONNAIRE RAISONNÉ des sciences, des arts et des metiers, par une société de gens de lettres redigé entre 1751 et 1772 sous la direction de diderot. In <http://www.lesarbres.fr/fiche-noyer-encyclopedie.php>.
- MALLET ANTIQUES, A George III Specimen Wood Work Table, c. 1780. O trabalho de marquetaria do tampo utilizou matéria de cerca de dezoito diferentes lenhos. In <http://www.malletantiques.com/Public/Stock/View.aspx?ref=F2E0190>.
- MASCALL, E.-J. – Consolidation of the customs, and other duties. London: P. Byrne, 1789. In <http://books.google.pt/books>.
- MESA COM TABULEIRO DE JOGO, nº. inv. 37025 DIG. In <http://www.matriznet.dgpc.pt>.
- MOTA, Álvaro Samuel Guimarães da – *Gravuras de “chinoiserie” de Jean-Baptiste Pillement*. Dissertação de mestrado de História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1997, 2 volumes. In http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/pdf.
- RETRATO DA INFANTA D. MARIA FRANCISCA ISABEL JOSEFA (futura D. Maria I), nº. inv. 37025 DIG. In <http://www.matriznet.dgpc.pt>.
- SANTOS, Cândido dos – A população do Porto de 1700 a 1820. *Revista História*. Porto, 1978, pp. 281-349. In http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/pdf.

- SILVA, António Delgado da – *Suplemento à Coleção de Legislação Portuguesa. 1750 a 1762*. Lisboa: Tipografia de Luís Correia da Cunha, 1842. In www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. “Pauta que há-de servir nas Alfândegas destes Reinos para o despacho dos Portos secos, molhados, e vedados, que hoje corre por conta da fazenda Real”.
- SILVA, António Delgado da – *Coleção da Legislação portuguesa. 1750 a 1762*. Lisboa: Tipografia Maignense, 1830. In www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt.
- SILVA, António Morais – *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813. In <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>.
- SISTEMA, OU COLECÇÕES DOS REGIMENTOS REAIS. Tomo I. *Decreto de 10 de Março de 1755*. “Para que nas Alfândegas se não dê despacho sem se aberta na presença dos Oficiais”. In www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt.
- SISTEMA, OU COLECÇÕES DOS REGIMENTOS REAIS. Tomo I. *Alvará de 20 de Novembro de 1756*. “Sobre os frete dos Navios”. In www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Dinâmicas do Rococó na prataria portuense*. In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7513.pdf>.
- THE NATIONAL TRUST, *The Waddesdon Manor Collections*. Trade Card. “Joullan à la ville de Rome vend tableaux, estampes et les enquadre proprement”. In http://www.waddesdon.org.uk/plan_your_visit/trade_cards_copyright.html.
- THE NATIONAL TRUST, *The Waddesdon Manor Collections*. Etiqueta Rocaille nº 73. In http://www.waddesdon.org.uk/plan_your_visit/trade_cards_copyright.html.
- The Oxford English Dictionary*. In www.oxforddictionaries.com.
- VASCONCELOS, Simão – *Crónica da Companhia de Jesus do estado do Brasil*. Versão de 1865. Original da Universidade de Oxford. In www.google.com.
- VARGAS, António Pinho – *Música e poder. Para uma sociologia da ausência da música portuguesa no contexto europeu*. Tese apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para a obtenção do Grau de Doutor em Sociologia da Cultura. Coimbra, 2010. In <https://estudogeral.sib.uc.pt/pdf>.
- WORDSWORTH, Dora Q. - *Journal of a Few Months' Residence in Portugal and Glimpses of the South of Spain, 1848*. *The Quartely Review*”, vol. LXXXI, 1847. In www.google.com.
- SYMONDS, R. W. – English Gesso Furniture. *The Antique Collector*, vol. XXVII, August 1956, p. 140. In <http://uutz.wordpress.com/2012/07/18/dom-joao-v-and-english-furniture>.

Fontes impressas

- ALMANACH PARA O ANO DE 1787. Lisboa: na Oficina da Academia Real das Ciências.
- AN ACCOUNT OF THE LATE DREADFUL EARTHQUAKE AND FIRE, which destroyed the City of Lisbon, the Metropolis of Portugal In a letter from a Merchant Resident there, to his Friend in “England”. London: Printed and Sold by J. Payne, in Patter-Noster-Row, 1755.

- ARTE E DICIONÁRIO DO COMÉRCIO, E ECONOMIA PORTUGUESA, *para que todos negoceiem, E governem os seus bens por cálculo, e não por conjectura; ou para que todos lucrem mais com menos risco.* Lisboa: Na oficina de Domingos Gonçalves, 1784.
- BEAUJOUR, Felix – *Tableau du Commerce de la Grèce formé d'après une année moyenne, depuis 1787 jusqu'en 1797.* Paris : Chez Ant.-Aug. Renouard, Libraire, 1800, vol. 1, pp. 317-321.
- BOOK OF STEEL, 9 volumes.
- CONTA DO COFRE DOS CONTRABANDOS E DESCAMINHOS *extraída pela Comissão Fiscal do Porto, dos Autos de Tomadia processados no Juízo da Superintendência da Alfândega da mesma cidade*". Porto: Imprensa do Gandra, 1822, 27 folios sem numeração. Coleção da autora.
- CRUNDEN, John – *The joiner and cabinet maker's darling, containing sixty useful designs for ornamental frets proper for frizes, imposts, architraves, tabernacle frames, book-cases, tea tables, tea stands, trays, stoves, and fenders, &c.* London: Printed for O. Taylor, 1786.
- GAZETA EM QUE SE RELATAM *as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mes de Novembro de 1641.* Em Lisboa. Na Oficina de Lourenço de Anveres.
- JORNAL ENCICLOPÉDICO DEDICADO À RAINHA N. SENHORA *e destinado para instrução geral com a noticia dos novos descobrimentos em todas as Ciências, e Artes.* Dezembro de 1788. Lisboa: Na Tipografia Morazziana.
- PALLADIO PORTUGUEZ *e Clarim de Pallas, que anuncia periodicamente os Novos Descobrimentos, e Melhoramentos n' Agricultura, Artes, Manufacturas, Comércio &c.,* vol. 1. Lisboa: Na Oficina Patriarchal, 1796.
- PRADO, Fr. João de S. José – *Monumento sacro da fabrica e soleníssima sagração da Santa Basílica do Real Convento, que junto à Vila da Mafra dedicou a N. Senhora e Santo António a Majestade Augusta do Máximo Rei D. João V.* Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues, 1751.
- PRIVILÉGIOS DA NAÇÃO BRITÂNICA EM PORTUGAL. Lisboa: Na Impressão Regia, Ano de 1814.
- SABÓIA, Manuel Ferreira da Costa e – *Fiel narraçam da passagem, que fez pelo Bispado, e Cidade do Porto, nos dias 30 de Setembro, primeiro, e segundo de Outubro de 1759. O sereníssimo Senhor Dom Gaspar, Primaz das Espanhas, Arcebispo, e Senhor de Braga.* Porto: Na Oficina de Francisco Mendes Lima, ano de 1760.
- SILVEIRA, António Henriques – *Racional Discurso sobre a Agricultura, e população da província do Alem-Tejo. In Memorias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas.* Lisboa: Na Oficina da Academia Real das Ciências, 1784.
- THE STATUTES OF THE REALM, Public General Acts, George II. Chapter 1-30, ff. 153-174.
- THE STATUTES OF THE REALM, Public General Acts, George III. Chapter XIII. 1787, pp. 412-524.
- THE STATUTES OF THE REALM, The Book of Rates, Chapter IV e Chapter X.
- RATTON, Jacome – *Recordações de sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810.*
- THE GENTLEMAN'S MAGAZINE *for December 1755. In The Gentleman's Magazine and the Historical Chronicle,* vol 25. London: D. Henry and R. Cave, at St. John's Gate, 1755.

THE PRIVILEGES of an Englishman in the Kingdoms and Dominions of Portugal. London: Done in Portuguese and English. Printed for the Translator, and sold at the Portugal Coffee-house in Swithin's-Alley, at the North-Eats Corner of the Royal-Exchange. 1736, pp. 74-76.

Periódicos

Weekly Packet. London. October 1, 1720.

Daily Post, London. April 11, 1721.

Penny London Post or the Morning Advertiser, May, 24, 1745

Penny London Post or the Morning Advertiser, June, 2, 1746.

General Advertiser, London, March 2, 1750.

Public Advertiser , London, January 5, 1757.

Gazetteer and London Daily Advertiser, London, November 17, 1760.

Morning Chronicle and London Advertiser. London. April, 28, 1773.

London Gazette. London. November 22, 1774.

London Evening Post, London. May 25, 1776.

Bibliografia

A ENCOMENDA PRODIGIOSA. *Da Patriarcal à capela real de São João Batista.* Roteiro da Exposição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

AGUIAR, António de – *Mobiliário português do século XVIII. Achega para o seu estudo.* Separata da *Revista Ocidente*, vol. XLVIII, [1955].

AGUIAR, Carlos; PINTO, Bruno – Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental – até à Idade Média. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, vol 7, pp. 15-54.

ALMADA, José de – Aspectos económicos da Aliança Luso-Britânica. *O Tripeiro.* Número especial comemorativo do VI centenário da Aliança Luso-Britânica, 1973, pp. 72-74.

ALVAREZ VIDORRETA, Fernando; CADENA PORTAL, Joaquin; et alt. – *Estilos del mueble.* Barcelona: Ediciones CEAC, 1973.

ALVES, A. A. Monteiro – *Técnicas de produção florestal. Fundamentos, tipificação e métodos.* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988. Texto policopiado.

ALVES, Alexandre – Artistas e artífices nas dioceses de Lamego e Viseu. Separata da revista *Beira Alta*, vol. 39, fasc. 3-4 (1980).

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas.* Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.l.], 1988, 2 volumes.

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – A ourivesaria portuense nos séculos XVII e XVIII. Análise de alguns contratos. In *Actas do I Congresso Internacional do Barroco.* Porto: Reitoria da Universidade do Porto. Governo Civil do Porto, 1991, pp. 335-354.

- ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – A casa nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo. Separata da *Revista Poligrafia*, nº. 4, 1995. Porto: Publicação do Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão, pp. 25-54.
- ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A arte da talha no Porto na época barroca (artistas e clientela. Materiais e técnicas)*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1989, 2 volumes.
- ALVES, Natália Marinho Ferreira – Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, 2003, I Série, vol. 2, pp. 735-755.
- AMORIM, Inês – *Aveiro e sua Provedoria no sec. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Coimbra: CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997, 2 volumes.
- ANDRADE, Maria do Carmo Rebello de – Paul Sormani e o estilo Luís XV. Os móveis preferidos da rainha Maria Pia. *Revista de Artes Decorativas*, nº 3 (2009), pp. 193-230.
- ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Mobiliário de assento civil da Casa Museu Guerra Junqueiro*. Dissertação de mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, 3 volumes. Texto policopiado.
- ANTUNES, Manuel Engrácia – Mobiliário setecentista português – algumas notas sobre forma e decoração. In *Portugal/Brasil, Brasil/Portugal. Duas faces de uma realidade artística*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 376-393.
- ANTUNES, Manuel Engrácia – "...a igreja nova que hora mandamos fazer...". In *500 anos da Igreja Matriz de Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002, pp. 149-150.
- ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Assentos, Encomendantes e utilizadores na Igreja Monástica Beneditina no norte de Portugal. Secs. XVII a XIX*. Dissertação de doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, 3 volumes. Texto policopiado e em CD.
- ARONSON, Joseph – *The Encyclopedia of furniture*. London: B. T. Batsford, 1965.
- ARONSON, Joseph – Introduction to the Dover edition. In HEPPLWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Guide. The third Edition of 1794*. New York: Dover Publications, 1969.
- AZEVEDO, Joana Feyo – *Mobiliário de assento romântico em Portugal*. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Escola das Artes, 2007, 2 volumes. Texto em CD.
- AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal económico*. Lisboa: Clássica Editora, 1988.
- AZEVEDO, Maria José Coelho – *A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, 3 volumes.
- BAARSEN, Reinier – *Nederlandse Meublen. 1600-1800*. Amsterdam: Rijksmuseum Amesterdam, 1993.

- BAARSEN, Reinier – Rococo in Holand. The Assimilation of a Foreign Style. *In Rococo: The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt, National Design Museum, 2008, pp. 150-167.
- BALBI, Adrien – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris : Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822, 2 volumes. Edição facsimilada. Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004.
- BASTO, A. de Magalhães – Nasoni e a Igreja dos Clérigos. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol.XIII, fasc.3-4, Setembro-Dezembro de 1950, pp. 240-320.
- BASTO, Artur de Magalhães – *Estudos Portuenses*. Porto: Biblioteca Municipal do Porto, 1990, 2 volumes.
- BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 1999.
- BASTOS, Celina – Mobiliário, *In Museu de Alberto Sampaio: roteiro*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2005, pp. 156-167.
- BASTOS, Celina – D. Joaquim Lourenço Ciais Ferrás de Acunha, um desconhecido arquiteto, “riscador” e organeiro do último quartel do século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 1 (2007), pp. 115-138.
- BASTOS, Celina – A Real Barraca no sítio de Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos para o seu estudo. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 1 (2007), pp. 193-228.
- BASTOS, Celina – O mobiliário da Misericórdia de Montemor-o-Novo na documentação da Irmandade. *In Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2007, pp. 30-41.
- BASTOS, Celina – A família Dejanete: a marcenaria e a indústria de mármore no Portugal de Oitocentos. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 3 (2009), pp. 157-191.
- BASTOS, Celina – 100 Anos ao serviço do Museu. *In Catálogo da Exposição DE AMICITIA. 100 Anos do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga*. [Lisboa]: Museu Nacional de Arte Antiga, D.L. 2012, pp. 40-63.
- BAUDET, Jean – *De l'outil à la machine*. Paris. Vuibert, 2004.
- BAYARD, Emile- *Le Style Empire*. Paris : Librairie Garnier Frères, [s.d.].
- BEARD, Geoffrey – *The work of Robert Adam*. London: Bloomsbury Books, 1978.
- BEARD, Geoffrey; GILBERT, Christopher - *Dictionary of English Furniture Makers. 1660-1840*. Leeds: Furniture History Society, 1986.
- BEAUMONT, Maria Alice – Stage Sets by the Bibienas in the Museu Nacional de Arte Antiga, Lisbon. *Apollo*, April 1973, pp. 408-415.
- BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2005.
- BERGÉ, Pierre – Préface. *In ASSOULY, Olivier, dir. - Le luxe. Essais sur la fabrique de l'ostentation*. Paris : Editions de l'Institut Français de la Mode, 2005, pp.9-11.
- BERNAL, R. A.; VALENTE, A.; PISSARRA, J. – Wood Identification of 18TH Century Furniture. Interpreting Wood Naming Inventories. *International Journal of Conservation Science*, vol. 2, nº 3, 2011, pp. 217-228.

- BERNAL, R. A.; VALENTE, A.; PISSARRA, J. - Eighteenth Century Technological Efficiency: The Reuse of Brazilian Sugar Chest Wood in Portuguese Cabinet Manufacture. *International Journal of Conservation Science*, vol. 2, nº 4, 2011, pp. 217-228.
- BERRY, Christopher J. – *The idea of luxury: a conceptual and historical investigation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BIENENSTOCK, N. I. – A biographical sketch of Thomas Chippendale and a selection of photographs of Chippendale-type furniture. In CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966.
- BOMBELLES, Marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Paris : Presses Universitaires de France, 1978.
- BONET CORREA, Antonio – El frontón invertido. *Bracara Augusta* (1973), vol. 27, nº. 63 (75), pp. 63-87.
- BORDEAUX. MUSÉE DES ARTS DECORATIFS. *Catalogue. Mobilier bordelais et parisien*. Paris: Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 1997
- BOWETT, Adam – *English Furniture 1660-1714. From Charles II to Queen Anne*. Woodbridge: Antique Collectors' Club, 2002.
- BOWETT, Adam – An English Perspective of the Anglo-Dutch Furniture Trade at the Beginning of the Eighteenth century. *Leids Kunsthistorisch Jaarboek*, 14 (2007), pp. 165-179. Texto policopiado cedido pelo autor.
- BOWETT, Adam – Furniture Woods in London and Provincial Furniture. 1700-1800. *Regional Furniture*, vol. XXII (2008), pp. 83-113.
- BOWETT, Adam – *Early Georgian Furniture. 1715-1740*. Suffolk: Antique Collectors' Club, 2009.
- BOWETT, Adam – Introduction. A Brief History of Timber and Timber Use in Britain to 1900. In BOWETT, Adam – *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012
- BOWETT, Adam - *Woods in British Furniture-Making, 1400-1900: An Illustrated Historical Dictionary*. UK: Oblong Creative/Royal Botanic Gardens, 2012.
- BOYNTON, O. J. – The bed-bug and the “Age of Elegance”. *Furniture History*, vol I, 1965, pp. 15-31.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – Bens de hereges. *Inquisição e cultura material. Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- BRANCO, Manuel Bernardes – *Portugal na época de D. João V*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1886.
- BRIGOLA, João Carlos Pires – *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.
- BROTERO, Felix de Avelar – *Compêndio de Botânica ou Noções Elementares desta Ciência*. Paris: Lisboa, em casa de Paulo Martin, Mercador de Livros, 1798, 2º volume, pp. 342-349, 469-471.
- BUCHANAN, George – *The Illustrated handbook of furniture restoration*. New York: Harper and Row Publishers, 1995.

- CAETANO, Marcelo – A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa. In LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, vol. 1, pp. IX a LXXIV.
- CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da – O azulejo e a encomenda no século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, nº. 5 (2011), pp. 279-283.
- CANDILIS, George – *Bug Holzmöbel*. Zurich: Karl Krämer Verlag, 1997.
- CANTI, Tilde – *O móvel no Brasil. Origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980.
- CARLOS, Rita – Prataria religiosa rococó em Lisboa. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 85-104.
- CARNEIRO, Paula Cristina Fortuna de Oliveira Dias – *Interiores neoclássicos civis do Porto: evolução setecentista de uma estética global*. Tese de Doutoramento apresentado ao Departamento de História de Arte da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Outubro de 2010. Tese em Pdf cedido pela autora.
- CARVALHO, A. Ayres de – Documentário artístico do primeiro quartel de setecentos, exarado nas notas dos tabeliães de Lisboa. *Bracara Augusta*, vol. XXVII, ano de 1973, nº. 63 (75), pp. 131-212.
- CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO. *Portugal e o Reino Unido. A aliança revisitada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- Catálogo da exposição. *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005.
- CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO. *Thomas Hope Regency Designer*. London: Victoria & Albert Museum, 2008.
- CATARINO, Fernando Mangas; MELO, I.; ESCUDEIRO, A.; et alt. – Objectos naturais – metamorfoses da raiz, caule e folhas. *Catálogo da exposição*. Museu e Jardim Botânico da Universidade de Lisboa, 28 de Janeiro a 31 de Julho de 1999. Lisboa: [s.l.], 1999.
- CECINSKY, Herbert – *The gentle art of faking furniture*. London: Eyre & Spottiswoode, 1931.
- CHANTAL, Suzanne – *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].
- CHAPMAN A. B. Wallis – The Lisbon Factory and the Anglo-Portuguese Treaty (1640-1654). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], p. 177-204.
- CHAPMAN A. B. Wallis – The Methuen Treaty (1654-1703). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], pp. 205-226.
- CHAPMAN A. B. Wallis – English Factories in Brazil and Portugal (1760-1756). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], pp. 227-257.
- CHAPMAN A. B. Wallis – The Company of the Wines of the Alto Douro (1756-1787). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], pp. 258-279.

- CHAPMAN A. B. Wallis – The Brazil Trade (1786-1807). In SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN A. B. Wallis - *The commercial relations of England and Portugal*. London: George Routledge and Sons, [s.d.], pp. 280-295.
- CHAUSSAT, Florence et Dominique – *Les meubles de port Rochelais*. La Rochelle : Être et Connaître, 2000.
- CHIPPENDALE, Thomas – *The Gentleman & Cabinet Maker's Director*. A Reprint of the Third Edition. New York: Dover Publications, 1966.
- CIMBUREK, F.; HALAK Jan; et alt. - *Dejiny Nabytkoveho Umeni II* [História de Arte. Mobiliário II]. Brno: Nakladatelstvi, 1949/1950.
- CLUNY, Isabel – *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- COELHO, Daniela – Materiais e técnicas de policromia de um leito neoclássico. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 133-155.
- COELHO, Daniela Filipa dos Santos – *O mobiliário pintado em Portugal do século XVIII: materiais, técnicas e estado de conservação*. Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Doutor em Artes – Especialidade em Artes Decorativas. Porto: Escola das Artes, Dezembro de 2012, 2 volumes.
- COFFIN, Sarah D. – Radiating Rococo: The Dissemination of Style through Migrating Designers, Craftsmen, and Objects in the Eighteenth Century. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt, National Design Museum, 2008, pp. 102-135.
- CONTI, Flavio – *Como reconocer el arte Rococó*. Barcelona: Editorial y Técnica, S.A., 1978.
- COSTA, Agostinho Rebelo da – *Discrissão Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1945.
- COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia de Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999. Texto policopiado.
- COSTA, Madalena Cardoso da – A colecção de obras de arte do Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, Águeda. *MUNDA, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, n.ºs. 45/46, Novembro 2003, pp. 159-180.
- COUTINHO, Lourenço Pereira –Entrevista a Miguel Maria de Sá Pais do Amaral, 2º conde de Alferrarede. *Inter pares*, nº 1, Série II, 2009, pp. 10-13.
- COUTINHO, Maria Isabel Pereira – *O mobiliário francês do século XVIII*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 1999.
- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As grandes casas. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 202-243.
- DAVIDSON, Gail S. – Ornament of Bizarre Imagination: Rococo Prints and Drawings from Cooper-Hewitt's Léon Decloux Collection. In *Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, pp. 40-71.

- DELAFORCE, Angela – O sonho de um jovem arquitecto. Robert Adam e um projecto para a reconstrução de Lisboa em 1755. *In Portugal e o Reino Unido. A Aliança revisitada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 57-58 e 197-199.
- DENNING, David – *The art and craft of cabinet-making. A practical hand book to the construction of cabinet furniture*. London: Whittaker & Co., 1891.
- DEVY-VARETA, Nicole; ALVES, A. A. Monteiro – Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo. *In SILVA, Joaquim Sande, coord. – Floresta e sociedade. Uma história em comum*, volume 7, pp. 55-75.
- DEWING, David – Cane Chairs, their manufacture and use in London, 1670-1730. *Regional Furniture*, vol XXII (2008), pp. 53-82.
- DOREY, Helen – A catalogue of the furniture in Sir John Soane’s Museum. *Furniture History*, vol. XLIV (2008).
- DIAS, José Amadeu Coelho; FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues – Os ingleses no Porto setecentista e proselitismo católico. *In Actas do Colóquio comemorativo do VI centenário do Tratado de Windsor*. Porto, 1986, pp. 251-273.
- DINIZ, Margarida – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor. *In Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, pp. 85-100.
- DOBIE, Madeleine – Orientalism, Colonialism, and Furniture in Eighteenth Century France. *In GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, editors. Furnishing the Eighteenth Century. What furniture can tell us about the European and American past*. Edited by. New York: Routledge, 2007, pp. 13-36.
- DOYAL, Sherry – Modern material problems - Oh sit on it! *In Modern Materials-Modern Problems*. Postprint of the Conference organized by UKIC Furniture Section held at the Conservation Centre NMGM Liverpool, 17 April 1999. London: The Furniture Section of the United Kingdom Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, 1999, pp. 26-31.
- DROGUET, Vincent – Existe um gosto “à grega” na pintura? *In O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 53-64.
- DUCAMP, Emmanuel – Le palais chinois de la Grande Catherine. *Connaissance des Arts*, n.º 645, Janeiro 2007, pp. 106-113.
- DUMOURIEZ, Charles – *O reino de Portugal em 1766*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2007.
- ERIKSEN, Sven – *Early Neo-Classicism in France*. Translated from the Danish and edited by Peter Thornton. London: Faber and Faber Limited, 1974.
- EUSÉBIO, Maria de Fátima dos Prazeres – *A talha barroca na diocese de Viseu*. Dissertação de doutoramento em História da Arte em Portugal, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, 3 volumes.
- FERREIRA, J. A. Pinto – A Praça da Ribeira. *In Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XV, Março-Junho 1952, pp. 422-453.
- FISHER, H.E.S. – Anglo-Portuguese Trade 1700-1770. *In The growth of English overseas trade in the 17th and 18th centuries*. London: Methuen & Co. Ltd, 1969, pp.144-164.

- FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1965, pp. 110-131.
- FRANÇA, José-Augusto – Pombaline Lisbon and art in the days of the Marquis of Pombal. *Apollo*, April 1973, pp. 340-349.
- FRANÇA, José Augusto – Estilo Pombalino. In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, pp. 369-372.
- FRANÇA, José Augusto – Burguesia pombalina, nobreza mariana, fidalguia liberal. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos – *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, 1º volume, pp. 19-33.
- FRANÇA, Marie Thérèse Mandroux - Information artistique et ‘mass-media’ au XVIII siècle : la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal. Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. 27, fasc. 64 (76), 1973.
- FRANCO, Carlos – As elites femininas de Lisboa e o uso dos objectos, na 2ª metade do século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 1 (2007), pp. 139-157.
- FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Dissertação de Mestrado em História das Artes Decorativas. Universidade Católica Portuguesa (Porto). Escola das Artes, 2007. Texto policopiado.
- FRANCO, Carlos José de Almeida – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- FRANCO, Carlos – O mobiliário das casas das elites lisboetas na segunda metade do século XVIII. In *Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2007, pp. 73-84.
- FRANCO, Carlos – Os salões das elites na Lisboa dos finais do Antigo Regime. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 117-132.
- FRANCO, Carlos – Espaços de culto e oração nas casas das elites de Lisboa nos finais do Antigo Regime. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-CITAR, 2013, pp. 113-134.
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *Memória histórica da ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo da Cidade do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1956.
- FREIRE, Fernanda Castro Freire – *Mobiliário. Móveis de conter, de pousar e de aparato*. Lisboa: FRESS – Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas, 2002, volume 2.
- FRIEDMAN, Terry F. – The Eighteenth-Century Catalogues of Ornamental Pattern Books. *Furniture History*, Vol. XI (1975), pp. 66-75.
- FUHRING, Peter – Conceber o décor. Desenhos franceses do século XVIII. In *Conceber as Artes Decorativas. Desenhos franceses do século XVIII*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 13-37.
- FUHRING, Peter – Juste-Aurèle Meissonnier and his Patrons. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt, National Design Museum, 2008, pp. 22-39.
- GILBERT, Christopher – The Early Furniture Designs of Matthias Darly. *Furniture History*, vol. XI (1975), pp. 33-39.

- GILBERT, Christopher – *Pictorial Dictionary of Marked London Furniture. 1700-1840*. London: Furniture History Society and W.S. Maney and Son, 1996.
- GIRÃO, Aristides de Amorim – *Atlas de Portugal*. Coimbra: [s.n.], 1941.
- GLANVILLE, Philippa – *Silver in England*. [S. l.] : Victoria and Albert Museum, 1996.
- GLOAG, John – *British Furniture Makers*. London: William Collins, 1945.
- GLOAG, John – *A short dictionary of furniture*. Great Britain: C.Tinling and Co., 1969.
- GOMES, Paulo Varela – Expressões do Neoclássico. In RODRIGUES, Dalila, coord. – *Arte Portuguesa. Da Pré-História ao Século XX*. [S.l.]: Fabu Editores, 2009.
- GONÇALVES, Flávio – A arte no Porto no tempo do marquês de Pombal. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos – *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, 2º volume, pp. 101-130.
- GORANI, José – *Portugal. A corte e o país e a nos anos 1765 a 1767*. Lisboa: Ática, 1945.
- GOODISON, Nicholas; HARDY, John – Gillows at Tatton Park. *Furniture History*, vol. VI, 1970, pp.1-39.
- GOODISON, Nicholas – The Victoria and Albert Museum's Collection of Metal-Work Pattern Books. *Furniture History*, vol. XI, 1975, pp. 1-30.
- GOTTSHALL, Franklin H. – *Making Antique Furniture Reproductions*. Mineola: Dover Publications, 1994.
- GREENE, Jeffrey P. - *American Furniture of the 18th Century. History, Technique, Structure*. Newtown: The Tauton Press, 1996.
- GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa, Livros Horizonte, 1971.
- GUERRA, Luis de Bivar – *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Lisboa: Edição do Tribunal de Contas, 1952.
- GUERRA, Luiz de Bivar – *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954.
- GUIMARÃES, Alfredo ; SARDOEIRA, Albano – *Mobiliário artístico português. Elementos para a sua história*. Lamego. Porto : Editora Marques de Abreu, 1924.
- GUIMARÃES, Alfredo – *Mobiliário artístico português. Elementos para a sua história*. Guimarães. Porto : Editora Pátria, 1935.
- GUIMARÃES, Alfredo – *Mobiliário do Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1944.
- HALL, Ivan – The engravings of Thomas Chippendale Jnr., 1779. *Furniture History*, vol. 11 (1975), pp. 56-58.
- HAMPEL KUNST AUKTIONEN. Flyer de catálogo. 4 de Abril de 2008.
- HARRIS, Eileen – *Osterley Park*. Great Britain: The National Trust, 2001.
- HAYWARD, H. – The drawings of John Linnel in the Victoria and Albert Museum. *Furniture History*, vol. 5 (1969).
- HAYWARD, Helena – Newly-discovered designs by Thomas Johnson. *Furniture History*, Vol. XI (1975), pp. 40-42.
- HEAL, Ambrose – *London Furniture Makers. 1660-1840*. London: Portman Books, 1953.

- HEPPLEWHITE, George – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Guide. The third Edition of 1794.*
New York: Dover Publications, 1969.
- HUNTER-STIEBEL, Penelope – *Menuiserie: the carved wood furniture of the 18th century France.*
New York: Rosenberg & Stiebel, 1986.
- HUNTER-STIEBEL, Penélope – The continuing curve. *In Rococo: The continuing curve, 1730-2008.*
New York: Cooper-Hewitt, National Design Museum, 2008, pp. 2-11.
- HUNTER-STIEBEL, Penélope – Louis XV Style. *In Rococo: The continuing curve, 1730-2008,* pp.
72-89.
- HYDE, Melissa Lee – Rococo Redux. *In Rococo: The continuing curve, 1730-2008.* New York:
Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, pp. 12-21.
- JACKSON, F. Hamilton – *Intarsia and Marquetry.* London: Sands and Company, 1903.
- JAFFEE, David – Sideboards Side Chairs, and globes: changing modes of furnishing provincial
culture in the Early Republic, 1790-1820. *In GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, Editors.*
Furnishing the Eighteenth Century. What furniture can tell us about the European and American
past. New York: Routledge, 2007, pp.79-95.
- JENKINS, Emyl – *Reproduction Furniture. Antiques for the next generation.* New York: Crown
Publishers, 1995.
- JOHN, A. H. – Aspects of English Economic Growth in the first half of the eighteenth century. *In*
The growth of English overseas trade in the 17th and 18th centuries. London: Methuen & Co.,
1969, pp. 165-183.
- JOY, E.T. – An English commode in the Rococo taste. *The Connoisseur,* July 1964, n.º. 629, vol. 156,
pp. 171-173.
- JOY, E. T. - The Overseas Trade in Furniture in the Eighteenth Century. *Furniture History,* vol., I
(1965), pp. 1-11.
- KIRKHAM, Pat – Furniture-Makers and Trade Unionism: the early London Trade Societies.
Furniture History, vol. XVIII, 1982.
- KIRKHAM, Patrick – *London Furniture Trade. 1700-1870.* Great Britain: London Furniture
History, 1988.
- KUBISH, Natasch; SEGER, Pia Ann – *Ornaments.* Koln: Konemann Verlagsgesellschaft, 2001.
- LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história.*
Lisboa : Imprensa Nacional, 1943, 2 volumes.
- LANGLEBERT, J. – *Histoire Naturelle.* Paris: Imprimerie et Librairie Classiques, 1889.
- LAVANHA, João Baptista – *Livro primeiro da Arquitectura Naval.* Edição facsimilada. Lisboa:
Academia da Marinha, 1996.
- LEÃO, Manuel – O Brasil e os artistas portuenses dos séculos XVII e XVIII. *Museu,* IV Série, n.º 4
(1995), pp. 45-80.
- LEÃO, Manuel – As relações culturais do Porto com a Galiza no século XVII. *Museu,* IV Série, n.º
6 (1997), pp. 97-107.
- LEÃO, Manuel – O Brasil e a arte portuense, entre os fins do século XVIII e o primeiro quartel do
século XIX. *Museu,* IV Série, n.º 9 (2000), pp.209-229.
- LEÃO, Manuel – O Brasil e a arte portuense. *Museu,* IV série, n.º 9 (2000), pp. 216-223.

- LEÃO, Manuel – *Artistas antigos do Porto*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002.
- LEBEN, Ulrich – German Rococo. From Cuvillies in Munich to Nahl in Potsdam. In *Rococo. The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt National Design Museum, Smithsonian Institution, 2008, pp. 136-149.
- LEILOEIRA P55, *Leilão VI*, 15 de Março de 2013, Porto. Lote n.º 82.
- LIMA, Sebastião – Cadeira Histórica. *O Tripeiro*, série 1, ano 1, nº. 16 (1908), p. 252.
- Lisboa, João Luís – Gazetas feitas à mão. In *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1729-1731)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, pp. 13-42.
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1729-1731)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago, C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1732-1734)*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.
- LIVERMORE, H.V. – *A History of Portugal*. Cambridge: The University Press, 1947.
- LOPES, Carlos da Silva – Cómicas, meias-cómicas e mesas de encostar. *Estudos de História de Mobiliário*. Porto: Gabinete de Estudos de Artes Decorativas da Universidade Católica Portuguesa, 2004, pp. 140-141.
- MACAULY, Rose – *They went to Portugal*. London: Jonathan Cape, 1947.
- MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Querco, 1982, pp. 17-124 e 187-231.
- MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1992, pp. 45-83 e 101-132.
- MACEDO, Jorge Borges de – Em revisita a uma Aliança. In *Portugal e o Reino Unido. A Aliança revisitada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 19-24.
- MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – Uma fortuna do antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Raposo do Amaral. Carnaxide: Patrimionia, D. L., 2006.
- McLAUGHLIN, Eve – *Reading old Handwriting*. Oxford: Parchment, 2007.
- MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa, luxo e distinção (1750-1830)*. Lisboa: editorial Fragmentos, 1990.
- MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.
- MARÇAL, Horácio – A Praça de Carlos Alberto. *O Tripeiro*. 5ª Série, Ano 8 (1952-1953), p. 111.
- MARQUES, Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula – *Mobiliário português de aparato do século XVIII. Credencias, consolas e tremós*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, 3 volumes. Texto policopiado.
- MARQUES, Maria da Luz Paula – Mobiliário, tradição e requinte. In *O mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca*. Lisboa: Medialivros, 2003, pp. 100-113.
- MEMORIAS DA ÚLTIMA CONDESSA DE ATOUGUIA. Manuscrito autográfico inédito com um estudo preliminar do P. Valério R. Cordeiro. Braga: Composto e impresso nas oficinas do P. Vilela & Irmão, 1917.
- MENDES, Mariana Ribeiro Lopes Soares – *Mesas de jogo rococó e neoclássicas em Portugal (1750-1820)*. Lisboa: Scribe, 2010.

- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho – O mobiliário religioso de António Vaz de Castro, “entalhador e ensamblador de Sua Magestade” (act. 1646/1667). In *Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2007, pp. 15-29.
- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho – A obra do Real Jardim Botânico da Ajuda. In *Jardins do Mundo. Discursos e Práticas*. Lisboa: Gradiva, 2008.
- METCLAFE, Jack – A Chippendale Tribute to the Lunar Society. *The Furniture History Society Newsletter*, nº 176 (November 2009), pp. 1-5.
- MINCHINTON, W.E. – Editors Introduction. In *The growth of English overseas trade in the 17th and 18th centuries*. London: Methuen & Co. Ltd, 1969, pp.1-57.
- MONIZ, Egas – *História das cartas de jogar*. Lisboa: Apenas, 1998.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – D. José. Na sombra de Pombal. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008, pp. 72-96, 119-134, 207-230, 231-248.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Idade Moderna (Séculos XV-XVIII). In RAMOS, Rui, coord.; Sousa, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros – Expresso, 2012, 4 e 5º volume.
- MOURA, Vasco Graça – *Figuras em Mateus*. Lisboa: Quetzal Editores, 2002.
- MULLINS, Anthea – Local furniture makers at Harewood House as representatives of provincial Craftsmanship. *Furniture History*, vol. I. (1965), pp. 32-47.
- MURPHY, James – *A General View of the state of Portugal*. London: Printed for T. Cadell Jun. and W. Davies, 1798.
- NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Leitos e camilhas portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1950.
- NOVINSKY, Anita Waingort – *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil (Brasil - Século XVIII)*. [S.l.]: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões [1976].
- OLIVAL, Fernanda – Os lugares e os espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In MATTOSO, José, dir; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 245-275.
- OLIVEIRA, Aurélio e Araújo – *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto: Edição do autor, 1979. Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 volumes.
- OLIVEIRA, Fernando – *Livro da Fabrica das Naus*. Edição facsimilada. Lisboa: Academia da Marinha, 1991.
- PACHECO, Frei João – *Divertimento Erudito para os curiosos de notícias históricas, escolásticas, políticas, e naturais, sagradas e profanas*. Lisboa: na Oficina Augustiniana, 1734-1738, 4 volumes.

- PAIS, Alexandre Nobre – Presépios barrocos portugueses. In VALE, Teresa Leonor M. (coord.) – *Lisboa Barroca e o Barroco de Lisboa. Colóquio de História de Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 77-83.
- PALASSE, Élodie – Le règne du siège. In METTERNICH, Alain, ed. - *Le Musée des Arts Décoratifs. Hors-série. Connaissance des Arts*, Paris (2006).
- PANNEKOUCKE, Stéphane – Un condensé du paraître aristocratique. Le mariage de Louis-Joseph de Bourbon-Condé et Charlotte de Rohan-Soubise (1753). In ASSOULY, Olivier, dir. - *Le luxe. Essais sur la fabrique de l'ostentation*. Paris : Editions de l'Institut Français de la Mode, 2005, pp. 45-67.
- PASQUIER, Jacqueline du - *Mobilier bordelais et parisien*. Paris: Editions de la Reunion des Musées Nationaux, 1997.
- PASTORE, Chaela – Mahogany as Status Symbol: Race and Luxury in Saint Domingue at the End of the Eighteenth Century. In In GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, Editors. *Furnishing the Eighteenth Century. What furniture can tell us about the European and American past*. New York: Routledge, 2007, pp. 37-47.
- PAYNE, Christopher – A Waring & Gillows Cabinetmaker. *Furniture History Society Newsletter*, n°. 191, August 2013, pp. 4-5.
- PEREGRINAÇÕES DE PORTUGAL AO JAPÃO: ARTES DECORATIVAS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX. Homenagem a Maria Helena Mendes Pinto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- PÉREZ DOLZ, Francisco – *Teoría y prácticas ornamentales*. Barcelona: Biblioteca de Iniciación Cultural, 1937.
- PERLIN, John – *História da Florestas. A importância da madeira no desenvolvimento da civilização*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.
- PHILLIPS, Carla Rahn – Trade in the Iberian empires, 1450-1750. In TRACY, James T. ed. - *The rise of Merchant Empires. Long Distance Trade in the Early Modern World. 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- PIERA MIQUEL, Mónica – El comercio de muebles en Cataluña durante el siglo XVIII. In AGUILÒ-ALONSO, María-Paz, coord. – *Separata da Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, vol. LXVI, n° 1, Enero-Junio 2011.
- PIMENTEL, António Filipe – *Arquitetura e poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- PINHO, João – As árvores na toponímia portuguesa. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, volume 7, pp. 149-244.
- PINTO, Augusto Cardoso; NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Cadeiras Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1950.
- PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.
- PINTO, Maria Helena Mendes – Signed and dated examples of eighteenth-century Portuguese Furniture. *Apollo*, April 1973, pp. 416-422.
- PINTO, Maria Helena Mendes – *Artes Decorativas Francesas. Século XVIII. Mobiliário e relógios*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1977.

- PINTO, Maria Helena Mendes – Móveis. *In Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV/XVIII*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. Museu Nacional de Arte Antiga, 1979, pp. 21-142.
- PINTO, Maria Helena Mendes – *Os móveis e o seu tempo. Mobiliário português do Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV-XIX*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural - Museu Nacional de Arte Antiga, 1987.
- PINTO, Maria Helena Mendes; SOUSA, Maria da Conceição Borges de – *Roteiro da exposição de mobiliário português do Museu Nacional de Arte Antiga*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 2000.
- PINTO, Paulo de Campos – Ensaio sobre leques comemorativos portugueses. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 123-156.
- PINTO, Pedro Costa – *O móvel de assento português do século XVIII*. Lisboa: Mediatexto, 2005.
- PINTO, Virgílio Noya – *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- PIRES, A. Thomaz – Materiais para a história da vida urbana portuguesa. A mobília, o vestuário e a sumptuosidade nos séculos XVI a XVIII. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 16ª Série, nº 12 (1987). Texto policopiado.
- POWEL, Lydia – The influence of English design on American furniture. *Apollo*, vol. 47 (June 1958), pp.191-195.
- PROENÇA, José António – *Mobiliário da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2002.
- PROVOST, Audrey – Les usages du luxe: enjeux d'un débat au XVIII siècle. *In ASSOULY, Olivier, dir. – Le luxe. Essais sur la fabrique de l'ostentation*. Paris : Editions de l'Institut Français de la Mode, 2005, pp. 69-83.
- RAU, Virgínia – Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. Separata do *Boletim da Biblioteca*, vol. XVIII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947.
- REED, Henry Hope – Introduction. *In ADAM, Robert and James – The works in Architecture*. Edição facsimilada. New York: Dover Publications, 1980.
- REID, Dick – Thomas Pether's 'Book of Ornaments', 1773. *Furniture History*, Vol. XI (1975), pp. 46-47.
- REPRINT OF THE CABINET-MAKERS' LONDON BOOK OF PRICES, 1793*. Leeds: The Furniture History Society, 1982.
- RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811). Subsídios para o seu estudo*. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, 2 volumes. Texto policopiado.
- RIBEIRO, Jorge Martins – Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII. Separata das *Actas do III Colóquio Internacional da Ilha da Madeira*. Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993.

- RIBEIRO, Rita de Cássia Leone Figueiredo; BARBEDO, Cláudio José; et al., org. - *Pau-Brasil, da semente à madeira. Conhecer para conservar*. São Paulo: Instituto de Botânica, 2008.
- RIZZINI, Carlos Toledo – *Árvores e madeiras úteis do Brasil. Manual de dendrologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Edgard Blücher, 1981.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Das construções e das reconstruções : a memória de um mosteiro (Santa Maria de Arouca – Séc. XVII/XX)*. Dissertação em História de Arte à Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Património, 2003, 3 volumes.
- ROCHEBRUNE, Marie-Laure de – Louis Delanois (1731-1792), mestre marceneiro. Guarda-fogo. *In O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 270-271.
- ROCHEBRUNE, Marie-Laure de – Os percursos. Duque de Choiseul (1719-1785). *In O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 93-124.
- ROCHEBRUNE, Marie-Laure de – O gosto « à grega » ou a primeira fase do Neoclassicismo francês. *In O gosto “à grega”. Nascimento do Neoclassicismo em França*. Catálogo da exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 13-24.
- RODGERS, John – *English Furniture*. Middlesex: Spring Books, 1967.
- RODRIGUES, Francisco de Assis – *Dicionário Técnico e Histórico de Pintura, Escultura, Arquitectura e Gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.
- RODRIGUEZ BERNIS, Sofia – Nuevas maneras, nuevos muebles. *In PIERA, Monica; SHELLY, Ana; MARSAL, Jordi, dir. - El mueble del siglo XVIII: nuevas aportaciones a su estilo*. Barcelona: Museu de les Arts Decoratives. Instituto de Cultura de Barcelona. Associació per a l'Estudi del Moble, 2009, pp. 33-42.
- ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en meubles. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004.
- ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier ébeniste. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004.
- ROUBO, A.-J. – *Description des Arts et Métiers. Le menuisier en bâtiment. 1772*. Edição facsimiliada. [S.l.] : Martin Media SAS, 2004.
- SALDANHA, Sandra Costa – Entalhadores e carpinteiros, concorrentes e parceiros – o mobiliário religioso da Basílica da Estrela. *In Mobiliário Português. Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008, pp. 42-55.
- SANDÃO, Arthur de – *O móvel pintado em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização, 1966.
- SANTOS, Diana Gonçalves dos – Azulejaria de fabrico Coimbrão em Misericórdias da região centro: os casos de Mangualde e Pereira. *In Ferreira-Alves, Natália Marinho coord., A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no mundo de expressão portuguesa*. Porto: CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2010, pp. 195-212.
- SANTOS, Noronha – Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional, n.º 6*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1942, pp. 295-317.

- SAPORI, Michelle – Les marchands des modes parisiennes: le luxe de la parure féminine dans la France des Lumières. In ASSOULY, Olivier, dir. - *Le Luxe. Essais sur la fabrique de l'ostentation*. [S.l.] : Editions de l'Institut Français de la Mode, 2005, pp. 23-43.
- SCHIFFER, Peter; SCHIFFER, Nancy; SCHIFFER, Herbert [Peter, Nancy and Herbert Schiffer] – Catalogue of Eighteenth Century Furniture Brass. In *The Brass Book. American, English and European Fifteenth Century through 1850*. Atglen, USA: Schiffer Publishing, 1978, pp. 413-443.
- SEQUEIRA, Miguel Menezes de; JARDIM, Roberto; CAPELO, Jorge – A chegada dos portugueses às ilhas – o antes e o depois. Madeira. In SILVA, Joaquim Sande, coord. – *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, volume 6, pp. 165-196.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – O Despotismo Iluminado (1750-1807). In *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, 6º volume.
- SERRÃO, Vítor – *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SERRÃO, Vítor – Prefácio. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Dicionário dos ourives do ouro, gravadores, cravadores e lapidários do Porto e Gondomar (1700-1850)*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 9-12.
- SETA, Cesare De – Objecto. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, vol. 3, pp. 91-113.
- SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Drawing Book, 1791-1794*. Edição facsimilada. Mineola, New York: Dover Publications, 1972.
- SILVA, António Morais – *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. [S.l.]: Editorial Confluência, 1987, 6 volumes.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – Tempos Modernos. In RAMOS, Luís A. De Oliveira, dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000, pp.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – Os ingleses e as circunstâncias políticas do negócio dos vinhos Porto e Douro. *Douro. Estudos & documentos*, volume 9, n.º 18, 2004.
- SIMON, Jacob – *Thomas Johnson's The Life of the Author*. Great Britain: Furniture History, 2003.
- SMITH, John – *Memoirs of the Marquis of Pombal*. Londres: Longman, Brown, Green, and Longmans, Paternoster-Row, 1843.
- SMITH, Robert C. – Uma mesa setecentista portuguesa de estilo “rústico”. *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, n.º 13 (1961), pp. 11-13.
- SMITH, Robert C. – Uma “cela de Santo Ambrósio” setecentista do Museu de Arouca. Separata da revista *Museu*, 2ª série, n.º 6, Dezembro de 1963. Texto policopiado.
- SMITH, Robert C. – *A arte de Frei Cipriano da Cruz, escultor de Tibães*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1968.
- SMITH, Robert C. – Caixilhos de talha barroca. *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, n.º 52, Fevereiro de 1969, pp. 3-8.
- SMITH, Robert C. – O “bras applique” na talha luso-brasileira. *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, n.º 52, Junho de 1970, pp. 34-38.
- SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, 2 volumes.

- SMITH, Robert C. – Three Artists of Braga. *Apollo*, April 1973, pp. 376-387.
- SMITH, Robert C. – Two Portuguese antiphonal lecterns dated 1668 and 1770. *Furniture History*, vol. X, 1974, pp. 20-23.
- SMITH, Robert C. – O “bronze dourado” em Braga e no Porto. Separata da revista *Bracara Augusta*, vol. 29, fasc. 67-68 (1975).
- SNODIN, Michael, STYLES, John – *Design & the Decorative Arts. Georgian Britain 1717-1837*. London: V&A Publications, 2004.
- SNODIN, Michael – *The V & A Book of Western Ornament*. London: V&A Publications, 2009.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A joalheria em Portugal. 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1999.
- SOUSA, Gonçalo e Vasconcelos e – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses. 1750-1810*. Porto: Edição do autor, 2004.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Dicionário dos ourives e lavrantes da prata*. Barcelos: Civilização Editora, 2005, p. 73.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Inventário dos bens do 1º marquês de Abrantes, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (1676-1733). *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 1 (2007), pp. 259-271.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Arte e sociabilidade no Porto Romântico*. Porto: CITAR, 2009.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ditames do gosto setecentista. O negociante de grosso trato, Nicolau Raposo do Amaral, de Ponta Delgada. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativa*. Porto: UCE-Porto, 2010, pp. 15-44.
- SOUSA, João José Abreu de – *O movimento do porto do Funchal e a conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns aspectos*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC, 1989.
- SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina – *Mobiliário. Normas de inventário*. [S.l.]: Instituto Português de Museus, 2004.
- SOUSA, Maria da Conceição Borges de – Trono Patriarcal. In *A Encomenda Prodigiosa. Da Patriarcal à Capela real de São João Batista*. Roteiro da Exposição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, n.º. 97, pp. 86-87.
- SOUTHEY, Robert – *Journals of a residence in Portugal 1800-1801 and a visit to France*. Oxford: The Clarendon Press, 1960, pp. 1-61.
- SPARKES, Tony – Composite wood products for furniture. In *Modern Materials-Modern Problems*. Postprint of the Conference organized by UKIC Furniture Section held at the Conservation Centre NMGM Liverpool, 17 April 1999. London: The Furniture Section of the United Kingdom Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, 1999, pp. 3-6.
- STEEGMAN, John – *The rule of taste*. Great Britain: The Chaucer Press, 1986.
- STELLA, Jacques – *Baroque Ornaments and designs*. New York: Dover Publications, 1987.
- STUART, Susan E. – *Gillows of Lancaster and London. 1780-1840*. Suffolk: The Antique Collectors’ Club, 2008, 2 volumes.
- SZABOLSCI, Hedvig – English Influence on Hungarian Furniture at the End of the 18th century. *Furniture History*, IX (1973), pp. 89-96 e figura 25B.
- TÁVORA, Bernardo Ferrão de Távora e – Portuguese Faience of the Eighteenth Century. *Apollo*, April 1973, pp. 388-395.

- TAYLOR, René – John Carr e o Hospital de Santo António do Porto. *Belas Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, 2ª Série, n.º15 (1960), pp.13-31.
- TEIL, Geneviève - Les procédures de qualification des produits de luxe. In ASSOULY, Olivier, dir. - *Le luxe. Essais sur la fabrique de l'ostentation*. Paris : Editions de l'Institut Français de la Mode, 2005, pp. 153-171.
- THE WORKS IN ARCHITECTURE of Robert and James Adam*. New York: Dover Publications, 1980.
- THOMPSON, Paul Warwick – Foreword. In *Rococo: The continuing curve, 1730-2008*. New York: Cooper-Hewitt, National Design Museum, 2008.
- TORGAL, Luís Filipe – 1808-1890. In RODRIGUES, António Simões, coord. – *História de Portugal em datas*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1994.
- TRACY, Berry B. – *Federal Furniture and Decorative Arts at Boscobel*. New York: Boscobel Restoration, 1981.
- TRONI, Joana de Almeida – *Catarina de Bragança (1683-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- VALENTE, Adelina – Madeiras, ofícios e tipologias das Artes Decorativas nos regimentos de Lisboa e Porto (séculos XVI a XIX). *Revista MUSEU*, IV série, n.º 16 (2007), pp. 209-222.
- VALENTE, Adelina – Apontamentos sobre o uso das madeiras em Portugal no século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 1 (2007), pp. 229-240.
- VALENTE, Adelina – Técnicas e materiais em recibo e memória descritiva de Darnault Frères: uma encomenda de mobiliário da corte portuguesa (1785). *Revista de Artes Decorativas*, n.º 2 (2008), pp. 205-216.
- VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil *David Purry, Joseph Mellish and Gerard De Visme* e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3 (2009), pp. 31-64.
- VALENTE, Adelina – Álbuns ingleses de ferragens para mobiliário do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 45-66.
- VALENTE, Adelina – Damião Pereira de Azevedo. Novos elementos sobre o entalhador e arquiteto portuense. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 4 (2010), pp. 197-209.
- VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação das Artes Decorativas IV*. Porto: UCE-PORTO; CITAR, 2010, pp. 85-112.
- VALENTE, Adelina – Estudo de mobiliário em alguns inventários setecentistas da casa do 4º Morgado de Mateus. In *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez, 2 a 4 de Dezembro de 2011, pp. 790-804.
- VALENTE, Adelina – Problemas de identificação de madeiras do mobiliário setecentista português: análise botânica e designações comuns. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II* (2011), pp. 107-130.

- VALENTE, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. - *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: UCE, 2012, vol. 1, pp. 141-154.
- VALENTE, Adelina – Mobiliário setecentista do palácio dos condes de Anadia, em Mangualde. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: UCE-Porto, 2012, pp. 105-116.
- VALENTE, Adelina – O mobiliário civil setecentista da “Cela de Santo Ambrósio” do Museu de Arouca. Comunicação apresentada ao IV Colóquio De Artes Decorativas “O Móvel e o seu Espaço”. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 25-27 de Outubro de 2012 (actas no prelo).
- VASCONCELOS, A. A. Teixeira de – *Elogio histórico dos senhores Joaquim de COSTA Lima Junior e Manuel José Carneiro. Professores da Academia das Belas Artes do Porto*. Lisboa: Tipographia da Gazeta de Portugal, 1866.
- VEIGA, Luís Alte da; MARTINS, Décio Ruivo – Aspectos da relação científica entre Portugal e Inglaterra no século XVIII. In *Portugal e o Reino Unido. A aliança revisitada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 63-64.
- VENDREUVRE, Elyane de – Mobilier miniature – Objets de maîtrise. Catalogue. *Le Louvre des Antiquaires. Exposition du 7 Novembre 1986 au 1^{er} Mars de 1987*.
- VENDREUVRE, Elyane de – *Le mobilier miniature*. Nanterre : Éditions Massin, 2010.
- VITORINO, Pedro – O Convento de Ave-Maria. In *Notas de Arqueologia Portuense*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de Historia da Cidade, 1937, pp.167-202.
- WARD-JACKSON, Peter – *English Furniture Designs of the Eighteenth Century*. London: Victoria & Albert Museum and Her Majesty’s Stationery Office, 1958.
- WILSON, Gillian – A clock, a coffer, and their covers. *Furniture History*, vol. XLIII, 2007, pp. 237-243.
- WOOD, Lucy – *Catalogue of Commodes*. London: HMSO, 1994, 2 volumes.
- WOOD, Lucy - *The Upholstered Furniture in the Lady Lever Arts Gallery*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, 2 volumes.
- ZELLER, Rolando van – *Apontamentos para a história da Confraria do Senhor Jesus da Boa Nova*. Texto dactilografado. Porto: 20/VIII/1976. Documento cedido por Maria Helena Mendes Pinto.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, dir. – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1984, 2 volumes.



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

MATRIZES INGLESAS NO MOBILIÁRIO PORTUGUÊS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

VOLUME II

**Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Doutor em Estudos do Património**

Por Maria Adelina Nogueira Valente

Sob orientação do Professor Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa

ESCOLA DAS ARTES

Março de 2014

INTRODUÇÃO

A transcrição, a partir dos livros aduaneiros britânicos existentes nos The National Archives (1700-1800), dos elementos respeitantes à exportação de mobiliário para Portugal colocou alguns problemas.

Tivemos de nos munir com instrumentos que nos permitissem entender a paleografia inglesa setecentista – de modo a proceder ao respectivo traslado –, pelo que recorremos a publicação especializada. Para alguma terminologia menos compreensível apelamos à experiência arquivística do Prof. Dr. Adam Bowett que nos elucidou, ainda, sobre as medidas de peso utilizadas à época – “*Ton: Century Weight: Quarter Weight: Pounds*” (Ton: Cwt: qwt: lbs) –, bem como sobre a grafia da moeda inglesa – “*Pound: shilling: penny*” (£: s: d).

Um problema acrescido residiu no facto dos documentos se encontrarem microfilmados, pelo que a leitura obriga a um empenho específico. Para um entendimento físico dessas fontes, solicitamos permissão para consultar um dos livros dos registos alfandegários, o que nos foi concedido. A partir desta visualização, em pautas, tivemos de decidir o modo de proceder à sua transcrição. Optámos, então, pelo método de replicar o registo na fonte. Utilizámos quadros individualizados por cada destino geográfico das exportações – no caso, “*Portugal*” e “*Madeira*” –, com colunas especificando as diversas mercadorias (“*English Manufactures*”), a quantidade (“*Quantity*”), o valor alfandegário quando determinado nas publicações oficiais (“*Estimate of the first Cost or Value*”) e, por fim, o valor cobrado pelos oficiais de serviço (“*Amount of the Value*”). Refira-se que, na maioria dos casos, a quantidade não é indicada, o mesmo se passando com o valor da mercadoria.

O processo sincopado dos registos transmite-se às transcrições, verificando-se uma coincidência, por vezes literal, ao longo da centúria, da numeração dos fólios. Seguimos os critérios de notação inglesa: um primeiro que vigorou entre 1700 e cerca de 1777; depois desta data, e até 1800, os registos das mercadorias sofreram uma simplificação, passando, estas, a ser descritas de forma mais abreviada, o que se repercute num modo diverso de registar as exportações. Para o entendimento desta mudança solicitámos, de igual modo, permissão para uma consulta presencial de um livro epocal.

No que diz respeito às transcrições da cobrança da Redízima, na cidade do Porto, verifica-se uma ocorrência semelhante no que toca ao sistema de pautas – pois são, de igual modo, documentos aduaneiros –, pelo que recorremos a um modo de apresentação idêntico.

Num segundo momento, organizámos os elementos recolhidos nas fontes inglesas e portuenses,

no sentido de entender as tipologias que circulavam, à época, bem como, no caso das tipologias de assento britânicas, identificar, de modo aproximado, a quantidade e o valor exportado para os dois destinos do território português.

Optámos, de seguida, por organizar quadro tipológico, o que permitiu, numa fase posterior, organizar, no caso inglês, o Diagrama Cronológico A – elemento essencial para um entendimento do movimento setecentista que conduziu o mobiliário inglês para o reino português.

No que respeita à cidade do Porto e às tipologias aí entradas em 1799, os quadros elaborados permitiram, de igual modo, sistematizar as peças em circulação, bem como identificar a proveniência geográfica das mercadorias.

Para efectuar as análises e as reflexões ao 6º capítulo partimos da sistematização dos elementos biográficos e profissionais de José Francisco de Paiva, organizando os componentes que detectamos na colecção de desenhos que ostenta o seu nome, compilando, de igual modo, os desenhos analisados presencialmente no Gabinete de Desenhos e Gravuras do Museu Nacional de Arte Antiga. As considerações sobre a vida dos ensambladores – entre eles, os portuenses nas quatro décadas finais de Setecentos –, foram sustentadas na organização de elementos recolhidos, em estudo devidamente referenciado, das Listas de Companhia de Ordenanças epocais.

ÍNDICE DOCUMENTAL

11	Apêndice I
23	Apêndice II
49	Apêndice III
55	Apêndice IV
73	Apêndice V
137	Apêndice VI
151	Apêndice VII
155	Índice de Quadros

APÊNDICE 1

Freguesias da Cidade do Porto entre os anos 1764 e 1799 e Ensambladores aí registados.

1. I. Localização das freguesias de Cedofeita, Massarelos, Miragaia, S. Nicolau, Sé, Santo Ildefonso e Vitória.



Adaptado de CORTEZ, João José Mendonça - *Planta da cidade do Porto*. [S.l., s.n.], 1903 (<http://purl.pt/1685>)

Quadro I. 1. 1. –Ensambladores registados na Freguesia de Cedofeita entre os anos 1764 e 1799

Idades	Anos	1764	1767	1780	1783	1785	1790	1791	1792	1794	1795	1799
15 anos		-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
16 anos		-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
17 anos		-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-
19 anos		-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
20 anos		-	-	2	-	1	-	-	-	-	1	-
22 anos		-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
23 anos		-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
24 anos		-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
25 anos		-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
26 anos		-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
27 anos		-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
28 anos		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
30 anos		-	-	-	1	1	-	-	2	1	-	-
32 anos		-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
34 anos		-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
36 anos		-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
37 anos		-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
38 anos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
40 anos		-	-	1	-	4	-	-	-	-	-	-
41 anos		-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
47 anos		-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
48 anos		-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-
49 anos		-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
53 anos		-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Total		-	-	16	6	13	2	2	4	4	4	-

Fonte: Elaborado a partir de COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxambador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1. Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, pp. 89-93.

Quadro I. 1. 2. Ensambladores registados na Freguesia de Massarelos entre os anos 1764 e 1799

Idades	Anos	1764	1795	1780	1783	1799
Sem idade		-	-	1	-	-
40 anos		-	1	-	-	-
44 anos		1	-	-	-	-
50 anos		-	-	1	-	-
63 anos		-	-	2	-	-
70 anos		-	-	-	1	-
Total		1	1	4	1	-

Fonte: Elaborado a partir de COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da - *O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, pp. 89-93.

Quadro I. 1. 3. Ensambladores registados na Freguesia de Miragaia entre os anos 1764 e 1799

Idades	Anos	1764	1780	1783	1785	1790	1791	1792	1794	1795	1799
Sem idade		-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
20 anos		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
27 anos		-	-	-	-	1	-	-	1	-	-
28 anos		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
29 anos		-	-	-	-	1	-	-	1	-	-
30 anos		-	4	-	-	-	1	-	-	1	-
32 anos		-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
34 anos		-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
37 anos		-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
38 anos		-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
40 anos		-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
41 anos		-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
42 anos		-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
43 anos		-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
44 anos		-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
45 anos		-	2	-	-	-	-	-	-	1	-
46 anos		-	-	-	-	1	-	-	1	-	-
48 anos		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
50 anos		-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
52 anos		-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
60 anos		-	-	-	1	-	-	1	-	-	-
Total		-	8	1	5	3	3	5	6	3	-

Fonte: Elaborado a partir de COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII*. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1. Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, pp. 89-93.

Quadro I. 1. 4. Ensambladores registados na Freguesia de S. Nicolau entre os anos 1764 e 1799

Idades	Anos	1764	1780	1786	1790	1792	1795	1799
25 anos		-	-	-	1	-	-	-
26 anos		-	-	-	-	1	-	-
27 anos		-	-	1	-	-	-	-
28 anos		-	2	-	1	-	-	-
31 anos		-	-	-	1	-	-	-
33 anos		-	-	1	-	1	-	-
34 anos		-	-	1	-	-	-	-
38 anos		-	2	-	-	-	-	-
40 anos		-	2	1	1	-	-	-
41 anos		-	-	-	-	1	-	-
42 anos		-	-	-	-	1	-	-
43 anos		-	-	-	1	-	-	-
45 anos		-	-	-	-	1	-	-
49 anos		-	-	1	-	-	-	-
50 anos		-	-	-	-	-	1	-
56 anos		-	-	-	-	-	1	-
Total		-	6	5	5	5	2	-

Fonte: Elaborado a partir de COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da - O Ofício de Enxambador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1. Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, pp. 89-93.

Quadro I. 1. 5. Ensambladores registados na Freguesia de Sé entre os anos 1764 e 1799

Idades	Anos	1764	1767	1780	1782	1785	1790	1791	1792	1799
Sem idade		1	-	-	-	-	-	-	-	-
16 anos		-	-	-	-	1	-	1	-	-
20 anos		-	-	-	-	-	-	1	-	-
21 anos		1	-	-	-	-	-	-	-	-
22 anos		-	-	-	1	1	-	-	-	-
23 anos		1	-	-	-	-	-	-	-	-
25 anos		-	-	1	-	-	-	-	-	-
26 anos		1	-	1	-	-	1	-	1	-
27 anos		-	-	-	-	-	-	1	-	-
28 anos		1	-	1	1	2	-	-	1	-
29 anos		-	-	-	-	-	1	-	-	-
30 anos		2	-	1	-	1	1	-	1	-
31 anos		-	-	1	-	-	-	1	2	-
32 anos		3	-	-	-	-	1	1	-	-
33 anos		1	-	-	-	1	1	-	-	-
34 anos		-	-	-	2	-	-	-	-	-
35 anos		1	-	-	1	-	-	2	-	-
36 anos		-	-	2	-	-	-	-	-	-
37 anos		-	-	-	-	-	1	-	-	-
40 anos		2	-	2	1	2	2	1	-	-
41 anos		-	-	-	-	-	-	-	1	-
42 anos		-	-	-	-	-	1	1	1	-
43 anos		1	-	1	1	-	-	-	1	-
44 anos		-	-	-	1	-	-	-	-	-
45 anos		3	-	1	-	-	-	-	-	-
48 anos		2	-	-	-	-	-	1	-	-
50 anos		4	-	-	-	-	1	-	-	-
54 anos		2	-	-	-	-	1	-	-	-
56 anos		1	1	-	-	-	-	-	-	-
60 anos		1	1	-	-	-	-	-	-	-
65 anos		1	-	-	-	-	-	-	-	-
69 anos		1	-	-	-	-	-	-	-	-
80 anos		-	-	-	-	1	-	1	-	-
81 anos		-	-	-	-	-	-	-	1	-
Total		30	2	11	8	9	11	11	9	-

Fonte: Elaborado a partir de COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1. Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, pp. 89-93.

Quadro I. 1. 6. Ensambladores registados na Freguesia de Santo Ildefonso entre os anos 1764 e 1799

Anos Idades	1764	1767	1780	1782	1783	1785	1786	1788	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1797	1798	1799
Sem idade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 viúvo	-	-	-	-	-	-	-
6 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
12 anos	-	-	-	1	-	-	1	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-
13 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-
14 anos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
15 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
16 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
17 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
19 anos	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
20 anos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	1	1
21 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
22 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
23 anos	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
24 anos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
25 anos	1	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-
26 anos	-	-	-	1	-	1	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-
27 anos	-	-	1	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	1	-
28 anos	-	-	1	3	-	-	1	-	2	1	1	-	1	1	-	1	1
29 anos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
30 anos	-	-	-	2	2	1	2	-	4	3	3	-	-	3	1	-	-
31 anos	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	2	-	2	-	-	-	-
32 anos	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
33 anos	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34 anos	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
35 anos	1	1	1	-	-	-	1	-	2	-	1	-	-	-	1	-	-
36 anos	-	-	1	-	-	2	-	-	-	2	1	-	2	-	1	1	-
37 anos	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
38 anos	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
39 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro I. 1. 6. (continuação) Ensambladores registados na Freguesia de Santo Ildefonso entre os anos 1764 e 1799

Idades	Anos	1764	1767	1780	1782	1783	1785	1786	1788	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1797	1798	1799
40 anos	-	-	4	-	1	2	-	-	2	7	2	-	1	2	1	1	2	
41 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	
42 anos	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-	1	-	
43 anos	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	
44 anos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	
45 anos	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	-	-	
46 anos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	3	-	
47 anos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	
48 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	
49 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
50 anos	-	-	2	2	-	-	1	2	2	1	2	3	-	1	4	1	-	
51 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
52 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	
53 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	
54 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	
55 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	1	-	-	
56 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	
57 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	
58 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
59 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	
60 anos	-	-	1	2	-	1	-	-	1	1	1	-	-	2	-	-	-	
61 anos	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	
62 anos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	
63 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
64 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
65 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	
70 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	
71 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
80 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	
Total		2	1	16	18	6	17	11	14	26	29	21	11	12	28	16	11	11

Fonte: Elaborado a partir de COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1. Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, pp. 89-93.

Quadro I. 1. 7. Ensambladores registados na Freguesia de
Vitória entre os anos 1764 e 1799

Idades	1764	1780	1782	1785	1786	1787	1788	1790	1791	1792	1794	1795	1799
Sem idade	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-
12 anos	-	-	1	-	-	-	-	1	2	1	-	-	-
13 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
14 anos	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
15 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
16 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
18 anos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
19 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
20 anos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
21 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
22 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
23 anos	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
25 anos	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-	-	1	-
26 anos	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
27 anos	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
28 anos	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
29 anos	-	2	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-
30 anos	-	1	3	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-
31 anos	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
32 anos	-	3	1	1	-	1	-	-	1	-	2	-	-
33 anos	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-
34 anos	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-
35 anos	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-
36 anos	-	2	-	-	-	-	-	1	1	-	1	1	-
37 anos	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
38 anos	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-
39 anos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
40 anos	-	4	2	2	-	-	1	3	2	2	2	-	-
41 anos	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	1	-
42 anos	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-
43 anos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-
44 anos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2	-

Quadro I. 1. 7. (continuação) Ensambladores registados na Freguesia de Vitória entre os anos 1764 e 1799

Idades	Anos	1764	1780	1782	1785	1786	1787	1788	1790	1791	1792	1794	1795	1799
45 anos		-	1	2	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
46 anos		-	-	-	1	1	1	-	-	2	1	-	1	-
47 anos		-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	1	-	-
48 anos		-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
50 anos		-	-	1	-	2	-	2	1	2	1	1	1	-
51 anos		-	-	-	1	-	-	-	2	-	2	-	-	-
53 anos		-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
55 anos		-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
56 anos		-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
57 anos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
58 anos		-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-
60 anos		-	4	1	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-
61 anos		-	1		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
63 anos		-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
64 anos		-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
65 anos		-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
66 anos		-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
67 anos		-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
68 anos		-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-
69 anos		-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
70 anos		-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
71 anos		-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
72 anos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
74 anos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
75 anos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Total		-	41	16	13	9	7	7	13	21	24	18	20	-

Fonte: Elaborado a partir de COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Enxamblador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, pp. 89-93.

APÊNDICE II

Exportações Inglesas para Portugal

Os quadros seguintes estão organizados em tabelas temáticas, por tipo de mercadoria, referindo a origem e destino, bem como datas. O grafismo é o da fonte inglesa do *Public Record Office*.

Uniformizamos as referências numéricas setecentistas de peso na fonte “*Ton: Century Weight: Quarter Weight: Pounds*” (Ton: Cwt: qwt: lbs), bem como a moeda em uso, que se dividia em “*Pound: shilling: penny*” (£: s: d).

QUADRO II. 1.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Mesas

Exportation of British Manufactured Goods																	
Tables [At value]																	
Year	Spelling	From London						From Out Ports						Fonte			
		To Portugal			To Maderas			To Portugal			To Maderas						
		Quanty	Value		Quanty	Value		Quanty	Value		Quanty	Value					
	£	s	d		£	s	d		£	d	d		£	s	d		
1704	Tables	5 N°	7	10	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, ff. 64v-66v	
1706	Tea Tables								2 N°	2	0	0				T. N. A., P. R. O., Customs 3/9, ff. 92v-93v;	
1707	Tables	8	6	7	0				1	2	14	0				T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 66v-68v e ff. 105v-107;	
1710	Tea Tables	6	0	10	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 44v-47;	
1713	Tables	13	6	15	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/15, ff. 49v-51v;	
1714	Tables												3 N°	1	19	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/16, ff. 176-177;
1717	Tea Tables	8 N°	5	2	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/19, ff. 50-52.	

QUADRO II. 2.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Tipologias com torneados

Exportation of British Manufactured Goods

Turnary ware [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	d	d	Quanty	Value	s	d	
1702	Turnary ware	-	7	15	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/6, ff. 47v-48v.
1718	Turnery ware	-				-	5	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/20, ff. 48v-50.

QUADRO II. 3.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Cadeiras

Exportation of British Manufactured Goods

Chairs [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		N°/Doz	£	s	d	N°/Doz	£	s	d	N°/Doz	£	d	d	N°/Doz	£	s	d	
1700	Chairs Pc.	-	787	12	6	-	59	9	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/4, ff. 80-81; ff. 81v-83v;
1701	Chairs	-	246	19	0	-	26	4	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/5, ff. 57-57v; ff. 58v-60;
1702	Chairs	-	464	6	0	-	85	7	6									T. N. A., P. R. O., Customs 3/6, ff. 46v-47; ff. 47v-48v.
1703	Chairs	-	125	3	6													T. N. A., P. R. O., Customs 3/7, ff. 44v-46.
1704	Chairs	32 1/6 Doz.	144	4	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, ff. 64v-66v.
	Cane Chairs					12	3	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, ff. 63v-64
1705	-																	T. N. A., P. R. O.,
1706	Chairs	98	63	2	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/9, ff. 60v-62;
1707	Chairs	245 N°	117	8	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 66v-68v;
	Chayrs									24	12	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 105v-107;

1708	Chayrs	6 7/2 Doz.	42	15	0	21 Doz.	75	6	0	18	18	2	0	21 Doz	75	6	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/11, ff. 66v-68; ff. 68v-71; ff. 105v-106; ff. 107v-109;
1709	Chayrs	230 N°	96	2	0	29 Doz.	83	2	0	18	12	18	0	21 Doz	75	6	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/12, ff. 45v-46v; ff. 46v-48v;
1710	Chayrs	6 8/12 Dozen	36	2	0	7 Doz.	21	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 43-44v;
	Elbow Chairs	(24) (sic)	33	6	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 44v-47;
1711	Chairs	-	66	3	0	-	15	10	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/14, ff. 46v-47v; ff. 47v-49v;
1712	-																	T. N. A., P. R. O.,
1713	Chairs	224 N°	70	0	0	8 Doz.	28	4	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/15, ff. 48-49, ff. 49v-51v;
1714	Chairs	568 N°	227	6	0	4 5/6 doz	18	0	0					1/6 Doz	3	19	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/16, ff. 52v-54, ff. 55-57v; ff. 176-177;
1715	Chairs	44 Doz.	210	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/17, ff. 44-46;
1716	Chairs	-	157	12	0	-	39	0	0					18 Doz.	31	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/18, ff. 44v-45; ff. 45v-47v; ff. 155v-156;
1717	Chairs	370 N°	142	15	0	-	5	18	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/19, ff. 48v-49v; ff. 50-52;
1718	Chairs	73 3/6 doz:	230	2	0	-	138	15	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/20, ff. 48v-50; ff. 50v-52v;
1719	Chairs	144 2/3 Doz:	448	1	0	22 Doz:	90	4	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/21, ff. 42v-43v, ff. 43v-45v;
1720	Chairs	-	508	4	6													T. N. A., P. R. O., Customs 3/22, ff. 43-44v;
1721	Chairs	103 N°	391	12	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/23, ff. 42v-44v;
1722	Chairs	-	171	19	0	40 Doz:	60	15	6									T. N. A., P. R. O., Customs 3/24, ff. 41v-42v, ff. 43-45;
1723	Chairs	-	363	14	0	12 Doz:	50	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/25, ff. 47-48v, ff. 48v-51v;
1724	Chairs	-	569	10	0					3 Doz	7	12	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/26, ff. 56v-58v, ff. 168v-169;
1725	Chairs	-	476	10	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/27, ff. 61v-63;
1726	Chairs	-	846	0	0	-	40	0	0	1	6	18	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/28, ff. 59v-60v, Part A (sic), ff. 61-63, ff. 172-173;
1727	Chairs	-	846	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/82 Part A, ff. 53v-55v;
1728	Chairs	-	362	13	0	12N°	8	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/6, part B (sic), ff. 104-104v; Customs 3/28, Part B, ff. 105-106v.
1729	Chairs	-	688	10	0	26N°	17	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/29, ff. 51v-52v., ff. 53-54v.
1730	Chairs	-	600	10	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/30, ff. 58-60
1731	Chairs	-	293	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/31, ff. 59v-61v.
1732	Chairs	-	126	0	0	36N°	7	10	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/32, f. 59, ff. 60-61v.

1733	Chairs	-	155	0	0	72N°	18	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/33, ff. 53v-54., 54v-56.
1734	Chairs	12 N°	3	12	0	12N°	10	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/34, ff. 53v-54, ff. 54v-56
1735	Chairs	-	180	0	0	144N°	30	0	0	12 N°	4	0	0							T. N. A., P. R. O., Customs 3/35, ff. 57v-58v, ff. 59-60v, ff. 175-176.
1736	Chairs	-	210	10	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/36, ff. 57v-60.
1737	Chairs	-	33	0	0	72N°	20	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/37, ff. 56v-57v.
1738	Chairs	-	23	0	0	120N°	40	0	0					120N°	40	0	0			T. N. A., P. R. O., Customs 3/38, ff. 54v-55v, ff. 56-57v, f. 174v.
1739	Chairs	-	335	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs Customs 3/39, ff. 57v-58v.
1741	Chairs	-	45	0	0	-	10	0	0	12N°	4	4	0							T. N. A., P. R. O., Customs 3/41, ff. 53-53v., ff. 54-55v., ff. 166-166v.
1742	Chairs	-	155	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/42, ff. 51v-53.
1743	Chairs	-	2	10	0	-	10	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/43, ff. 54-54v, 55-56v.
1744	Chairs					14 N°	5	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/44, ff. 48-48v.
1746	Chairs	12 N°	20	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/46, ff. 46-47v.
1748	Chairs	-	14	8	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/48, ff. 54v-56
1749	Chairs	-	64	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/49, ff. 55v-57
1750	Chairs	-	20	12	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/50, ff. 55-56v.
1752	Chairs					-	8	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/52, ff. 54-55.
	Chairs for cabinets									-	12	0	0							T. N. A., P. R. O., Customs 3/52, ff. 178-179v.

QUADRO II. 4.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Cómodas

Exportation of British Manufactured Goods

Chest of drawers [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	D	
N°	£				£				£				£					
1700	Chest of Drawers	-	38	8	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/4, ff. 81v-83v	
1704	Chest of Drawers	7	20	10	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, ff. 64v-66v	
1707	Chest of Drawers	2	10	10	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 66v-68v	
1708	Chest of drawers	3	8	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/11, ff. 68v-71	

QUADRO II. 5.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Cómodas-papeleiras

Exportation of British Manufactured Goods

Escrutores [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas/Madeira				To Portugal				To Maderas/Madeira				
		Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	D	
N°	£			N°	£			N°	£			N°	£					
1700	Escrutore	-	198	6	6					-	10	0	0				T. N. A., P. R. O., Customs 3/4, ff. 81v-83v, ff. 129-130.	
1701	Escrutores Pc.	-	244	16	6	-	26	0	0								T. N. A., P. R. O., Customs 3/5, ff. 58v-60, ff. 58v-60.	
1702	Escrutores Pc.	-	51	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/6, ff. 47v-48v.	
1703	Escrutores	4	18	1	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/7, ff. 42v-43v.	
1704	Escrutores	3	20	15	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, ff. 64v-66v.	
1706	Escrutores	2	10	0	0	1	8	0	0								T. N. A., P. R. O., Customs 3/9, ff. 59v-59v., ff. 60v-62	
1707	Escrutores	7	39	4	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 66v-68v.	
1708	Escrutores	7	44	0	0					1	12	18	0				T. N. A., P. R. O., Customs 3/11, ff. 68v-71, ff. 107v-109.	
1709	Escrutores	1	10	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/12, ff. 46v-48v.	

1710	Escrutor's	(3) (3) sic	28	20	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 44v-47.
1711	Escrutores	2	10	10	0	1	10	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/14, ff. 46v-47v., ff. 47v-49v.
1713	Escrutores	13	86	16	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/15, ff. 49v-51v.
	Escrutores									1	2	5	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/15, ff. 162-162v.
1714	Escrutores	27	124	4	0					1	2	5	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/16, ff. 55-57v., ff. 176-177
1715	Escrutores	23	78	10	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/17, ff. 44-46.
1716	Escrutores	-	222	1	0						-	12	18	0				T. N. A., P. R. O., Customs 3/18, ff. 45v-47v., ff. 155v-156.
1717	Escrutores	-	4.465	7	1													T. N. A., P. R. O., Customs 3/19, ff. 50-52.
1718	Escrutores	-	28	0	0	11	19	5	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/20, ff. 48v-50, ff. 50v-52v.
1719	Escrutores	5	15	4	6	2	16	10	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/21, ff. 42v-43v., ff. 43v-45v.
1720	Escrutores	17	71	10	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/22, ff. 43-44v.
1721	Escrutores	10	44	5	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/23, ff. 42v-44v.
1722	Escrutores	80	40	13	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/24, ff.43-45.
1723	Escrutores	43	155	5	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/25, ff. 48v-51v.
1724	Escrutores	-	360	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/26, ff. 56v-58v.
1725	Escrutores	5	14	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/27, ff. 61v-63
1726	Escrutores	9	44	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/28, Part A (sic), ff. 61-63.
1727	Escrutores	-	3	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/82 Part A, ff. 53v-55v.
1728	Escrutores	7	40	0	0					1	10	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/6, Part B (sic), ff. 104- 104v, 3/28, Part B, ff. 105-106v.
1729	Escrutores	-	151	5	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/29, ff. 53-54v.
1730	Escrutores	2	10	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/30, ff. 58-60.
1731	Escrutores	6	14	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/31, ff. 59v-61v.
1732	Escrutores	1	10	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/32, ff. 60-61v.
1733	Escrutores	6	24	10	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/33, ff. 54v-56.
1734	Escrutores	4	20	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/34, ff 54v-56.

QUADRO II. 8.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Relógios (de torre ?)

Exportation of British Manufactured Goods

Dials of wood [At rate]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quantity	Value			Quantity	Value			Quantity	Value			Quantity	Value			
1702	Dials of wood	2	14	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/6, ff. 47v-48v.

QUADRO II. 9.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Espelhos

Exportation of British Manufactured Goods

Looking Glasses [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quantity	Value			Quantity	Value			Quantity	Value			Quantity	Value			
1700	Glasses Looking	Pc	126	12	6	-	104	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/4, ff. 80-81, ff. 81v-83v.
1701	Glasses Looking	-	395	15	6	-	11	5	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/5, ff. 57-57v., ff. 58v-60.
1702	Glasses Looking	Pc	302	1	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/6, ff. 47v-48v.
1703	Glasses Looking	423	89	5	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/7, ff. 44v-46.
1704	Lookg Glasses	-	119	9	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, 64v-66v.
1706	Looking Glasses	21	43	5	0					3	7	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/9, 60v-62, ff. 92v-93v.
1707	Lookg Glasses Plates	47	59	9	6					1	7	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 66v-68v, ff. 105v-107
1708	Looking Glasses	100	158	4	0	1	5	0	0	-	377	14	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/11, ff. 66v-68, ff. 68v-71, ff. 107v-109.
1709	Looking Glasses	-	144	14	2	-	10	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/12, ff. 45v-46v, ff. 46v-48v.
1710	Looking Glasses	153	329	4	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 44v-47
1711	Looking Glasses	99	203	19	0	-	12	10	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/14, ff. 46v-47, 47v-49v.
1713	Looking Glasses	173	176	12	0	63 doz.	34	18	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/15, ff. 48-49, ff. 49v-51v.

1714	Looking Glasses	-	100	6	6	-	89	0	0						29 1/6 doz	8	19	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/16, ff. 52v-54, ff. 55-57v, ff. 176-177.
1715	Lookg Glasses	121	226	12	6	79 doz	25	14	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/17, ff. 42v-43v, ff. 44-46.
1716	Lookg Glasses	-	259	6	6	-	39	3	4										T. N. A., P. R. O., Customs 3/18, ff. 44v-45, ff. 45v-47v.
	Looking Glasses														28 doz.	29	12	7	T. N. A., P. R. O., Customs 3/18, ff. 155v-156.
1717	Lookg Glasses	-	221	5	6														T. N. A., P. R. O., Customs 3/19, ff. 50-52.
	Looking Glasses														6	1	19	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3719, ff. 166v-167v.
1718	Lookg Glasses	-	70	18	0	268	24	18	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/20, ff. 48v-50, ff. 50v-52v.
1719	Lookg Glasses	-	49	14	6	140	16	5	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/21, ff. 42v-43v, ff. 43v-45v.
1720	Looking Glasses	22	45	0	0	94	34	18	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/22, ff. 41v-42v, ff. 43-44v.
1721	Looking Glasses	58	154	10	0	37	17	19	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/22, ff. 41v-42v.
1722	Looking Glasses	-	206	17	0	-	20	0	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/24, ff. 41v-42v, ff. 43-45.
1723	Looking Glasses	-	153	5	0	-	38	10	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/25, ff. 47-48v, 48v-51v.
1724	Lookg Glasses	-	514	4	0	-	34	10	0	16	5	0	0						T. N. A., P. R. O., Customs 3/26, ff. 55-56, ff. 56v-58v, ff. 168v-169.
1725	Looking Glasses	-	440	10	0	29	20	0	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/27, ff. 60-61, ff. 61v-63.
1726	Looking Glasses	-	665	0	0	4 Doz	2	0	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/28, ff. 59v-60v, Part A (sic) ff. 61-63.
1727	Looking Glasses	448 £ 50 £ (sic)	498	0	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/82, Part A, ff. 53v-55v.
1728	Looking Glasses	-	383	10	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/28, Part B, ff. 105-106v.
1729	Looking Glasses	-	332	0	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/29, ff. 53-54v.
1730	Looking Glasses	-	817	5	0	-	30	0	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/30, ff. 56v-57v, ff. 58-60.
1731	Looking Glasses	-	76	0	0					2	1	10	0						T. N. A., P. R. O., Customs 3/31, ff. 59v-61v, ff. 180v-181.
1732	Lookg Glasses	-	169	0	0										24	10	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/32, ff. 60-61v, ff. 177-177v.
1733	Lookg Glasses	-	28	0	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/33, ff. 54v-56.
1734	Looking Glasses	-	102	0	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/34, ff. 54v-56.
1735	Looking Glasses	-	41	10	0	-	10	0	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/35, ff. 57v-58v, ff. 59-60v.
1736	Lookg Glasses	-	49	0	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/36, ff. 57v-60
1737	Lookg Glasses	-	30	0	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/37, ff. 56v-57v
1738	Lookg Glasses	3	3	0	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/38, ff. 56-57v.

1739	Lookg Glasses	-	30	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/39, ff. 57v-58v.
1740	Lookg Glasses	-	10	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/40, ff. 53-53v.
1741	Lookg Glasses	-	9	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/41, ff. 53-53v.
1742	Lookg Glasses	-	16	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/42, ff. 51v-53.
1746	Looking Glasses	-	40	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/46, ff. 46-47v.
1747	Lookg Glasses	-	110	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/47, ff. 45-46v.
1748	Lookg Glasses	-	49	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/48, ff. 54v-56.
1749	Lookg Glasses	3	10	0	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/49, ff. 54-54v.
1750	Lookg Glasses	-	200	0	0	3	10	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/50, ff. 54-54v, ff. 55-56v.
1751	Lookg Glasses	1	1	10	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/51, ff. 58v-60v.

QUADRO II. 10.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Estofos e decorações com tecidos vendidos por comerciantes

Exportation of British Manufactured Goods

Upholstery Ware [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte		
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas						
		Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	d	d	Quanty	Value	s	d			
			£				£				£				£					
1700	Upholstery ware	-	556	2	6															T. N. A., P. R. O., Customs 3/4, ff. 126v-127.
1701	Upholstery Ware	-	356	10	0	-	184	10	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/5, ff. 57-57v, ff. 58v-60.
1702	Upholstery Ware	8 Doz.	9	2	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/6, ff. 47v-48v.
1703	Upholstery ware	-	538	14	6	-	230	6	1											T. N. A., P. R. O., Customs 3/7, ff. 42v-43v, ff. 44v-46.
1704	Upholstery ware	-	326	19	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, ff. 64v-66v.
1706	Upholstery ware	-	92	17	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/9, ff. 60v-62.
1707	Upholstery ware	-	31	19	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 66v-68v.
1708	Upholstery ware	-	40	5	0					-	6797	4	10							T. N. A., P. R. O., Customs 3/11, ff. 68v-71, ff. 107v-109.
1709	Upholstry Ware	-	147	8	6															T. N. A., P. R. O., Customs 3/12, ff. 46v-48v.

1710	Upholstery ware	-	111	8	0	-	16	5	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 43-44v, ff. 44v-47.
1711	Upholstery wares	-	17	7	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/14, ff. 46v-47v.
	Upholstery ware					-	16	6	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/14, ff. 47v-49v.
1713	Upholstery ware	-	83	18	0	-	10	10	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/15, ff. 48-49, ff. 49v-51v.
1714	Upholstery ware					-	24	11	10											T. N. A., P. R. O., Customs 3/16, ff. 52v-54.
	Upholstery ware	-	197	2	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/16, ff. 55-57v.
1715	Upholstery ware	-	280	9	6	-	46	5	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/17, ff. 42v-43v, ff. 44-46.
1716	Upholstery ware	-	78	0	0									-	12	16	0			T. N. A., P. R. O., Customs 3/18, ff. 155v-156.
1717	Upholstery ware	-	64	8	0															T. N. A., P. R. O., Customs 3/19, ff. 50-52.

QUADRO II. 11.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Estofos e decorações de compartimentos

Exportation of British Manufactured Goods

Upholstery [At value]

Year	Spelling	From London									From Out Ports						Fonte
		To Portugal			To Maderas/Madeira			To Portugal			To Maderas/Madeira						
		Quanty	Value		Quanty	Value		Quanty	Value		Quanty	Value					
		£	s	d	£	s	d	£	d	d	£	s	d				
1716	Upholstery	-	78	0	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/18, ff. 44v-45.		
	Upholstry					-	65	16	0						T. N. A., P. R. O., Customs 3/18, ff. 45v-47v.		
1718	Upholstry	-	111	8	0	-	10	0	0						T. N. A., P. R. O., Customs 3/20, ff. 48v-50, ff. 50v-52v.		
1719	Upholstry	-	70	3	3										T. N. A., P. R. O., Customs 3/21, ff. 43v-45v.		
1720	Upholstry	-	132	4	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/22, f. 43-44v.		
1721	Upholstry	-	41£	3	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/23, ff. 42v-44v.		
1722	Upholstry	-	41	0	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/24, ff. 43-45.		
1723	Upholstry	-	116	10	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/25, ff. 43v-51v.		
1724	Upholstry	-	135	0	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/26, ff. 56v-58v.		
1725	Upholstery	-	159	10	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/27, ff. 61v-63.		

1755	Upholstry	-	1.161	0	0	-	32	10	0	-	94	3	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/55, ff. 48v-49, ff. 49v-50v, ff. 156v-158
1756	Upholstry	-	1.812	0	0	-	50	0	0	-	317	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/56, ff. 47-47v, ff. 48-49, ff. 153-154
1757	Upholstry	-	164	0	0	-	20	0	0	-	15	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/57, ff. 45-45v, ff. 46-47v, ff. 149-149v
1758	Upholstry	-	850	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/58, ff. 48v-49v
1759	Upholstry	-	410	0	0					-	57	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/59, ff. 50v-51v, ff. 163-163v
1760	Upholstry	-	730	0	0	-	270	0	0	-	7	10	0	-	4	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/60, ff. 47v-48v, ff. 48v-49v, ff. 167v-168, ff. 168-168v
1762	Upholstry	-	585	0	0	-	78	0	0	-	1	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/62, ff. 51v-52v, ff. 52v-54, f. 176
1763	Upholstry	-	1.260	0	0	-	90	0	0	-	115	4	6					T. N. A., P. R. O., Customs 3/63, ff. 58v-59, ff. 50-60v, ff. 193-193v
1764	Upholstry	-	850	0	0	-	282	0	0	-	15	3	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/64, ff. 64v-65v, ff. 65v-67, ff. 211-211v
1765	Upholstry	-	603	0	0	-	30	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/65, ff. 64-65, ff. 65-66v
1766	Upholstry	-	750	0	0	-	112	0	0	-	10	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/66, ff. 62-63, ff. 63v-64v, ff. 205-206
1767	Upholstry	-	680	0	0	-	110	0	0	-	14	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/67, ff. 62-62v, ff. 63-64, ff. 217-217v
1768	Upholstry	-	1.249	0	0	-	88											T. N. A., P. R. O., Customs 3/68, ff. 65-65v, ff. 66-67
1769	Upholstry	-	65	0	0	-	80	0	0	-	45	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/69, ff. 62-63, ff. 63-64v, ff. 211v-212
1770	Upholstry	-	480	0	0	-	70	0	0	-	25	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/70, ff. 59v-60v, ff. 60v-62, ff. 217v-218
1771	Upholstry	-	150	0	0	-	60	0	0	-	150	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/71, ff. 63v-64, ff. 64-65v, ff. 225v-226v
1772	Upholstry	-	370	0	0	-	65	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/72, ff. 62-62v, ff. 63-64
1773	Upholstry					-	375	0	0	-	20	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/73, ff. 64v-65, f. 222
1774	Upholstry	-	151	0	0	-	220	0	0	-	15	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/74, ff. 65-66, ff. 66-67v, ff. 222-223
1775	Upholstry	-	12	0	0	-	100	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/75, ff. 69v-70v, ff. 70v-72
1776	Upholstry	-	404	4	0	-	27	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/76, f. 66v, ff. 67-68
1777	Upholstry	-	310	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/77, ff. 65v-66v
1778	Upholstry	-	70	0	0	-	140	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/78, ff. 61v-62v

QUADRO II. 12.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

MOLDURAS PARA PINTURAS, PINTURAS COM MOLDURAS

Frames for pictures [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			
N°	£	s	d	N°	£	s	d		£	s	d		£	s	d			
1700	Pictures &c	-	36	12	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/4, ff. 81-83v.	
1701	Pictures & Frames	-	40	10	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/5, ff. 58v-60	
1704	Frames for Picts Lacqued	3	2	2	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, ff. 64v-66v.	
1710	Pictures in frames					-	20	0	0								T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 43-44v.	
1713	Pictures in Fram's	-	35	10	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/15, ff. 49v-51v.	
1714	Picture Frames War	-	41	6	6	-	22	7	6								T. N. A., P. R. O., Customs 3/16, ff. 55-57v.	
1715	Pictures in frames	-	19	9	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/17, ff. 44-46.	
1716	Pictures for frames	-	33	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/18, ff. 45v-47v.	
	Frames for Pictures	-	12	5	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/18, ff. 45v-47v.	
1718	Pictures in frames	-	3	12	10												T. N. A., P. R. O., Customs 3/20, ff. 50v-52v.	
1721	Picture frames	-	67	4	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/23, ff. 42v-44v.	
1739	Frames for Pictures	1	3	10	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/39, ff. 57v-58v.	

QUADRO II. 13.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Peças executadas por ensambladores e vendidas por comerciantes

Exportation of British Manufactured Goods

Joinery ware [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			
	£	s	d		£	s	d		£	d	d		£	s	d			
1708	Joynerly wares	-	3	10	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/11, ff. 68v-71.	
1710	Joinery Ware	-	3	13	0	-	137	10	0								T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 43-44v.	
1718	Joinery Ware	-	50	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/20, ff. 50v-52v.	
1719	Joynerly ware	-	24	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/21, ff. 43v-45v.	

QUADRO II. 14.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

CAIXAS DE RELÓGIO

Exportation of British Manufactured Goods

Clock Cases [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	d	d	Quanty	Value	s	D	
N°	£			N°	£			N°	£			N°	£					
1700	Clock cases	25	54	18	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/4, ff. 81v-83v	
1701	Clock Cases	2	2	10	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/5, ff. 58v-60	
1703	Cases p. Clocks	6	18	0	0	1	1	10	0								T. N. A., P. R. O., Customs 3/7, ff. 42v-43v, ff. 44v-46	
1704	Cases p. Clocks	9	34	5	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, ff. 64v-66v	
1706	Clock Cases	25	68	10	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/9, ff. 60v-62	
1707	Clock Cases	12	38	0	0					3	3	0	0				T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 66v-68v, ff. 105v-107	
1708	Clock Cases	5	17	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/11, ff. 68v-71	
1709	Clock Cases	8	23	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/12, ff. 46v-48v	
1710	Clock Cases	8	55	10	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 44v-47	
1711	Clock Cases	6	16	2	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/14, ff. 47v-49v	
1713	Clock Cases	9	23	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/15, ff. 49v-51v	
1714	Clock Cases	18	61	0	0	1	8	0	0				1	8	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/16, ff. 52v-54, ff. 55-57v, ff. 176-177	
1715	Clock Cases	14	50	3	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/17, ff. 44-46	
1716	Clock Cases	31	131	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/18, ff. 45v-47v	
1717	Clock Cases	12	33	15	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/19, ff. 50-52	
1718	Clock Cases	15	46	0	0	6	20	0	0								T. N. A., P. R. O., Customs 3/20, ff. 48v-50, ff. 50v-52v	
1719	Clock Cases	7	20	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/21, ff. 43v-45v	
1720	Clock Cases	9	20	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/22, ff. 43-44v	
1721	Clock Cases	13	43	12	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/23, ff. 42v-44v	
1722	Clock Cases	14	53	0	0	3 Ps.	8	0	0								T. N. A., P. R. O., Customs 3/24, ff. 41v-42v, ff. 43-45	
1723	Clock Cases	17	60	15	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/25, ff. 48v-51v	
1724	Clock Cases	12	28	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/26, ff. 56v-58v	
1725	Clock Cases	10	52	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/27, ff. 61v-63	
1726	Clock Cases	6	15	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/28, Part A (sic), ff. 61-63	
1727	Clock Cases	14	55	10	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/82, Part A, ff. 53v-55v	
1728	Clock Cases	6	12	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/28, Part B, ff. 105-106v	

QUADRO II. 16.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Contadores pintados imitando a laca japonesa

Exportation of British Manufactured Goods

Japanned Cabinets [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			
			£	s	d		£	s	d		£	d	d		£	s	D	
1700	Cabinetts Japand	-	67	7	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/4, ff. 81v-83v.

QUADRO II. 17.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Tipologia de conter com duas portas

Exportation of British Manufactured Goods

Cloth's Press [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			
		N°	£	s	d		£	s	d		£	d	d		£	s	D	
1700	Press to Clothiers	1	1	10	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/4, 81v-83v.

QUADRO II. 18.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Canapés estofados, com torneados

Exportation of British Manufactured Goods

Couches [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			
		N°	£	s	d		£	s	d		£	d	d	N°	£	s	D	
1704	Couches	18	33	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, 64v-66v.
1708	Couches	2	3	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/11, ff. 68v-71.
1710	Couches	(2) (sic)	3	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 44v-47.

QUADRO II. 19.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Cortinados e tecidos finos para leito e respectivos aposentos

Exportation of British Manufactured Goods

Bed Curtains and Valance [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	d	d	Quanty	Value	s	D	
1704	Tent Bed of Silk	1 N°	3	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/8, ff. 64v-66v.
1711	Curtains & Valance													1 Suite	1	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/14, ff. 146v-146v.
	Fringe for Beds	2 Boxes	2	15	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/14, ff. 148v-149v.
1714	Curtains & Valance									1 Suite	1	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/16, ff. 178-179.
1715	Curtains & Valance									2 Suite	2	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/17, ff. 152v-153v.

QUADRO II. 20.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Tipologias diversas com laca oriental

Exportation of British Manufactured Goods

Lacquered Ware [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	d	d	Quanty	Value	s	D	
1706	Lacquered wares	1 Sett	3	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs #/9, ff. 60v-62
1707	Lacquered ware	-	30	2	8													T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 66v-68v.

QUADRO II. 21.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Barretinas, faqueiros de pé ou estojos de faqueiro

Exportation of British Manufactured Goods

Cases for Knives [At value]

Year	Spelling	From London						From Out Ports						Fonte				
		To Portugal			To Maderas			To Portugal			To Maderas							
		Quanty	Value		Quanty	Value		Quanty	Value		Quanty	Value						
	N°/Doz.	£	s	d		£	s	d		£	d	d		£	s	d		
1706	Cases p. Knives	12 doz.	2	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/9, ff. 60v-62.
1707	Knives	60 cases	1	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 66v-68v.

QUADRO II. 22.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Tipologias com laca do Japão, peças provenientes do Japão

Exportation of British Manufactured Goods

Japanned Ware [At value]

Year	Spelling	From London						From Out Ports						Fonte				
		To Portugal			To Maderas			To Portugal			To Maderas							
		Quanty	Value		Quanty	Value		Quanty	Value		Quanty	Value						
		£	s	d	N°	£	s	d		£	d	d		£	s	D		
1707	Japann wares	-	17	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/10, ff. 66v-68v.

QUADRO II. 23.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Tipologias executada por marceneiros ou mobiliário vendido por comerciantes

Exportation of British Manufactured Goods

Cabinet makers ware [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			
N°	£	s	d	N°	£	s	d		£	d	d		£	s	D			
1708	Cabinet maka ware					--	117	0	0								T. N. A., P. R. O., Customs 3/11, ff. 66v-68.	

QUADRO II. 24.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Secretárias com apoio amovível

Exportation of British Manufactured Goods

Desks [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas				
		Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			Quanty	Value			
N°	£	s	d		£	s	d		£	d	d		£	s	D			
1710	Desks Walnut Free	(1) (sic)	3	0	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/13, ff. 44v-47.	
1711	Desks writing	1	2	15	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/14, ff. 148v-149v.	
1713	Desks Writing	6	16	2	0												T. N. A., P. R. O., Customs 3/15, ff. 49v-51v.	

QUADRO II. 25.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Mobiliário executado por ensambladores (maciço?)

Exportation of British Manufactured Goods

Joinery [At value]																
Year	Spell- ing	From London						From Out Ports						Fonte		
		To Portugal			To Maderas			To Portugal			To Maderas					
		Quany	Value		Quany	Value		Quany	Value		Quany	Value				
	£	s	d		£	s	d		£	d	d		£	s	d	
1720	Joyner	-	104	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/22, ff. 43-44v
1721	Joyner	-	155	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/23, ff. 42v-44v
1722	Joyner	-	810	14	4											T. N. A., P. R. O., Customs 3/24, ff. 43-45
1723	Joyner	-	502	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/25, ff. 48v-51v
1724	Joyner	-	600	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/26, ff. 56v-58v
1725	Joinery	-	227	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/27, ff. 61v-63
1726	Joyner	-	612	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/28, Part A (sic), ff. 61-63
1727	Joyner	-	1.954	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/82, Part A, ff. 53v-55v
1728	Joyner	-	3.598	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/28, Part B, ff. 105-106v
1729	Joyner	-	1.944	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/29, ff. 53-54v
1730	Joinery	-	1826	0	0	-	10	0	0							T. N. A., P. R. O., Customs 3/30, ff. 56v-57v, ff. 58v-59
1732	Joyner	-	583	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/32, ff. 177-177v
1733	Joyner	-	2.435	10	0	-	318	0	0							T. N. A., P. R. O., Customs 3/33, ff. 53v-54, ff. 54v-56
1734	Joyner	-	2.747	14	0		-	-	-							T. N. A., P. R. O., Customs 3/34, ff. 54v-56
1735	Joyner	-	2.659	10	0	-	15	0	0	-	3	5	0			T. N. A., P. R. O., Customs 3/35, ff. 57v-58v, ff. 59-60v
1736	Joyner	-	2.590	10	0	-	20	0	0							T. N. A., P. R. O., Customs 3/36, ff. 56-57, ff. 57v-60
1737	Joyner	-	4.112	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/37, ff. 54v-55v
1738	Joyner	-	5.695	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/38, ff. 56-57v
1739	Joyner	-	4.358	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/39, ff. 57v-58v
1740	Joyner	-	2.041	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/40, ff. 53-53v
1741	Joyner	-	4.674	15	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/41, ff. 54-55v
1742	Joyner	-	2.911	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/42, ff. 51v-53
1743	Joyner	-	3.065	10	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/43, ff. 55-56v
1744	Joyner	-	2.318	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/44, ff. 49-50v
1745	Joyner	-	2.597	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/45, ff. 47-49
1746	Joyner	-	3.614	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/46, ff. 46-47v
1747	Joyner	-	4.406	0	0											T. N. A., P. R. O., Customs 3/47, ff. 45-46v

1748	Joyneria	-	3.559	0	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/48, ff. 54v-56
1749	Joyneria	-	3.855	0	0	-	170	0	0										T. N. A., P. R. O., Customs 3/49, ff. 54-54v, 55v-57
1750	Joyneria	-	2.257	0	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/50, ff. 55-56v
1751	Joyneria	-	1.406	0	0														T. N. A., P. R. O., Customs 3/51, ff. 58v-60v

QUADRO II. 26.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

Tipologias executadas por marceneiros/mobiliário vendido por comerciantes

Exportation of British Manufactured Goods

Cabinet Ware [At value]

Year	Spelling	From London									From Out Ports						Fonte	
		To Portugal			To Maderas/Madeira			To Portugal			To Maderas/Madeira							
		Quanty	Value		Quanty	Value		Quanty	Value		Quanty	Value						
			£	s	d		£	s	d		£	d	d		£	s	D	
1756	Cabinet Ware	-	1.831	2	0	-	70	0	0	-	50	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/56, ff. 47-47v, ff. 48-49, ff. 153-154
1757	Cabinet Ware	-	364	0	0	-	35	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/57, ff. 45-45v, ff. 46-47v
1758	Cabinet Ware	-	1.389	0	0	-	90	-	0	0								T. N. A., P. R. O., Customs 3/58, ff. 47-48, ff. 48v-49v
1759	Cabinet Ware	-	955	0	0					-	6	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/59, ff. 50v-51v, ff. 163-163v
1760	Cabinet Ware	-	176	0	0	-	50	0	0					-	100	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 3/60, ff. 47v-48v, ff. 48v-49v, ff. 167v-168
1762	Cabinet Ware	-	122	0	0	-	208	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/62, ff. 51v-52v, ff. 52v-54
1763	Cabinet Ware	-	45	0	0	-	53	3	0	-	70	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/63, ff. 58v-59, ff. 59-60v, ff. 193-193v
1764	Cabinet Ware	-	270	0	0	-	87	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/64, ff. 64v-65v, ff. 65v-67
1765	Cabinet Ware	-	120	0	0	-	100	0	0	-	20	0	0					T. N. A., P. R. O., Customs 3/65, ff. 64-65, ff. 65-66v, ff. 213-213v
1766	Cabinet Ware	-	110	10	0	-	20	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/66, ff. 62-63, ff. 63v-64v
1767	Cabinet Ware	-	16	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/67, ff. 63-64
1768	Cabinet Ware	-	29	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/68, ff. 66-67
1769	Cabinet Ware					-	30	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/69, ff. 62-63
1770	Cabinet Ware	-	10	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/70, ff. 59v-60v
1771	Cabinet Ware	-				-	150	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/71, ff. 63v-64
1772	Cabinet Ware	-	4	0	0													T. N. A., P. R. O., Customs 3/72, ff. 63-64
1773	Cabinet Ware	-	102	0	0	-	6	0	0									T. N. A., P. R. O., Customs 3/73, ff. 64v-65, ff. 65-66
1774	Cabinet Ware	-	20	0	0	-	40											T. N. A., P. R. O., Customs 3/74, ff. 65-66, ff. 66-67

1790	Cabinet Ware	-	368	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/11, ff. 91-92
1791	Cabinet Ware	-	110	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/12, ff. [?]
1792	Cabinet Ware	-	564	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/13, ff. [?]
1794	Cabinet Ware	-	301	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/14, ff. 22v-31 [alguns fólhos ilegíveis]
1795	Cabinet Ware	-	130	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/16, ff.
1796	Cabinet Ware	-	924	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/17, ff. 26v-29
1797	Cabinet Ware	-	1.054	5	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/18, ff. 34v-37
1798	Cabinet Ware	-	486	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/19, ff. [ilegível]
1799	Cabinet Ware	-	306	17	6	T. N. A., P. R. O., Customs 17/20, ff. 35v-38
1800	Cabinet Ware	-	3.268	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/21, ff. 31v-34

QUADRO II. 29.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

MOBILIÁRIO

Exportation of British Manufactured Goods

Cabinet Ware [At value]

Year	Spelling	From Scotland				Fonte
		To Portugal and Madeira				
		Qanty	Value	S	d	
			£			
1790	Cabinet Ware	-	50	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/11, ff. 180-183

QUADRO II. 30.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

MADEIRA PARA TORNEIROS

Exportation of British Manufactured Goods

Wood for Turners [At value]

Year	Spelling	From London								From Out Ports								Fonte				
		To Portugal				To Maderas				To Portugal				To Maderas								
		Quanty	Value	s	d	N°	£	s	d	Quanty	Value	s	d	Quanty	Value	s	d		Quanty	Value	s	d
1738	Wood for Turners	-	10	0	0																	T. N. A., P. R. O., Customs 3/38, ff. 56-57v

QUADRO II. 31.

Exportação de mercadoria inglesa manufacturada

[EXPORTATION OF BRITISH MANUFACTURED GOODS]

MOBILIÁRIO E ESTOFOS

Exportation of British Manufactured Goods

Cabinet Ware and Upholstery [At value]

Year	Spelling	From England				Fonte
		To Portugal and Madeira				
		Qanty	Value	s	d	
1777	Cabinet Ware and Upholrs	-	431	4	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/5-9, ff. 10v-13
1778	Cabinet Ware and Upholstry	-	450	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/5, ff. 66v-69
1779	Cabinet Ware and Upholstry	-	445	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/5, ff. 66v-69
1781	Cabinet Ware and Upholss	-	60	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/7, ff. 10v-13
1782	Cabinet Ware &c.	-	215	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/7, ff. 10v-13
1785	Cabinet Ware and Upholstry	-	205	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/8, ff. 70v-73
1787	Cabinet Ware and Upholstery	-	4	0	0	T. N. A., P. R. O., Customs 17/8, ff. [?]

APÊNDICE III

Entradas de mercadoria no Porto no ano de 1799

Quadro III. 1.

Entradas no Porto na Guarda de Cedofeita no ano de 1799

Ano	Entrada/ Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade (aproximado)	Observações sobre as unidades de conjunto	Fonte
1799	Cedofeita	Leitos		50	7x1 leitos 15x2 leitos 3x3 leitos 1x4 leitos	A. D. P. - Cabido. Lº 336. Lista dos depósitos do ano de 1799. Quota K[26]1 6-4.36, ff. 1, 3, 5, 7 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 30, 32, 34, 37, 39, 43, 45, 46, 50.
		Mesas		8	2x1 mesas 2x2 mesas 1x3 mesas	
		Mesas de abas		9	1x1 mesas de abas 2x2 mesas de abas 2x4 mesas de abas	
		Mesas menor de abas		7	2x2 mesas menor de abas 1x4 mesas menor de abas	
		Sarrilhos		12	1x2 sarrilhos 2x3 sarrilhos 1x4 sarrilhos	

Quadro III. 2.

Entradas no Porto na Guarda de Reimão em 1799

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade (aproximado)	Observações sobre as unidades de conjunto	Fonte
1799	Reimão	-	-	-	-	A. D. P. - Cabido. Livros de Redízima. Lº 336. Lista dos depósitos do ano de 1799. Quota K[26]1 6-4.36, f. 53.
		-	-	-	-	
		-	-	-	-	
		-	-	-	-	

Quadro III. 3.

Entradas no Porto na Guarda dos Quartéis em 1799

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade (aproximado)	Observações sobre as unidades de conjunto	fonte
1799	Quartéis	-	-	-	-	A. D. P. - Cabido. Livros de Redízima. Lº 336. Lista dos depósitos do ano de 1799. Quota K 26 1 6-4.36, f. 17.
		-	-	-	-	
		-	-	-	-	
		-	-	-	-	

Quadro III. 4.

Entradas no Porto na Guarda do Poço das Patas em 1799

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade (aproximado)	Observações sobre as unidades de conjunto	FONTE
1799	Poço das Patas	Mesas	Carvalho	4	1x4 mesas	A. D. P. - Cabido. Lº 336. Lista dos depósitos do ano de 1799. Quota K 26 1 6-4.36, ff. 1, 4, 6, 8, 9, 9v, 12, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 40, 42, 43, 43v, 44, 45, 45v, 46, 47, 49, 50, 50v.
		Cadeiras		112	8x6 cadeiras 1x9 cadeiras 2x12 cadeiras 1x13 cadeiras 1x18 cadeiras	
		Ferragem		4 canastras		
		Barras de caixão		8	1x8 barras de caixão	
		Barras de Lº [leito]		100	1x100 barras de leito	
		Caixas		6	1x6 caixas	

Quadro III. 5.

Entradas no Porto na Guarda de Água Ardente em 1799

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade (aproximado)	Observações sobre as unidades de conjunto	fonte
1799	Água Ardente	Caixas		21	2x8 caixas 1x5 caixas	A. D. P. - Cabido. Lº 336. Lista dos depósitos do ano de 1799. Quota K 26 1 6-4.36, ff. 2, 2v, 3, 3v, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 17, 24, 28, 33, 38, 49, 52, 52v.
		Cadeiras		12	1x12 cadeiras	
		Cadeiras	Castanho	12	1x12 cadeiras	
		Leitos		4	1x4 leitos	
		Leitos	Pinho	4	2x2 leitos	

Quadro III. 6.

Entradas no Porto na Guarda da Lapa em 1799

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade (aproximado)	Observações sobre as unidades de conjunto	Fonte
1799	Lapa	Cadeiras		1005	1x2 cadeiras 3x3 cadeiras 14x4 cadeiras 10x5 cadeiras 51x6 cadeiras 4x7 cadeiras 6x8 cadeiras 1x9 cadeiras 4x10 cadeiras 3x11 cadeiras 32x12 cadeiras 1x18 cadeiras 1x22 cadeiras	A. D. P. - Cabido. Lº 336. Lista dos depósitos do ano de 1799. Quota K 26 1 6-4.36. ff. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52.
		Cadeiras	Castanho	194	1x4 cadeiras 2x5 cadeiras 5x6 cadeiras 3x8 cadeiras 9x12 cadeiras 1x18 cadeiras	
		Cadeiras	Nogueira	12	1x12 cadeiras de noqueira	
		Cadeiras grandes		6	1x6 cadeiras grandes	
		Cadeiras pequenas		14	1x6 cadeiras pequenas 1x8 cadeiras pequenas	
		Cadeiras	Pinho	18	3x6 cadeiras	
		Caixas		478	1x1 caixas 2x2 caixas 2x3 caixas 1x4 caixas 9x5 caixas 18x6 caixas 9x7 caixas 12x8 caixas 2x9 caixas 3x10 caixas 2x12 caixas 1x13 caixas 1x16 caixas 1x24 caixas 1x26 caixas	
		Maceiras		18	4x1 maceiras 4x2 maceiras 1x2 maceiros antigos 1x4 maceiras	
		Colheres		1450	1x250 colheres 4x300 colheres	
		Pés de sala		13	1x13 pés de sala	
		Rodeiros		32	1x4 rodeiros 1x5 rodeiros 1x6 rodeiros 1x8 rodeiros 1x9 rodeiros	
		Leito		1	1x1 leito	

Quadro III. 7.

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade	Observações sobre as unidades de conjunto	Fonte
1799	Cedofeita	Leitos	-	50	7x1 leitos 15x2 leitos 3x3 leitos 1x4 leitos	A. D. P. Cabido, Lº 336, ano de 1799. Quota K 26 1 6-4.36, f. 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 30, 32, 34, 37, 39, 43, 45, 46, 50.
		Mesas	-	8	2x1 mesas 2x2 mesas 1x3 mesas	
		Mesas de abas	-	9	1x1 mesas de abas 2x2 mesas de abas 2x4 mesas de abas	
		Mesas menor de abas	-	7	2x2 mesas menor de abas 1x4 mesas menor de abas	
		Sarrilhos	-	12	1x2 sarrilhos 2x3 sarrilhos 1x4 sarrilhos	

Quadro III. 8.

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade	Observações sobre as unidades de conjunto	Fonte
1799	Reimão	-	-	-	-	A. D. P. Cabido, Lº 336, ano de 1799. Quota K 26 1 6-4.36, f.53.
		-	-	-	-	
		-	-	-	-	
		-	-	-	-	

Quadro III. 9.

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade	Observações sobre as unidades de conjunto	Fonte
1799	Quartéis	-	-	-	-	A. D. P. Cabido, Lº 336, ano de 1799. Quota K 26 1 6-4.36, f. 17.
		-	-	-	-	
		-	-	-	-	
		-	-	-	-	

Quadro III. 10.

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade	Observações sobre as unidades de conjunto	Fonte
1799	Poço das Patas	Mesas	Carvalho	4	1x4 mesas	A. D. P. Cabido, Lº 336, ano de 1799. Quota K 26 1 6-4.36, f. 1, 4, 6, 8, 9, 9v, 12, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 40, 42, 43, 43v, 44, 45, 45v, 46, 47, 49, 50, 50v.
		Cadeiras	-	112	8x6 cadeiras 1x9 cadeiras 2x12 cadeiras 1x13 cadeiras 1x18 cadeiras	
		Ferragem	-	4	canastras	
		Barras de caixão	-	8	1x8 barras de caixão	
		Barras de Lº [leito]	-	100	1x100 barras de leito	
		Caixas	-	6	1x6 caixas	

Quadro III. 11.

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade	Observações sobre as unidades de conjunto	Fonte
1799	Água Ardente	Caixas	-	21	2x8 caixas 1x5 caixas	A. D. P. Cabido, L ^o 336, ano de 1799. Quota K 26 1 6-4.36, f. 2, 2v, 3, 3v, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 17, 24, 28, 33, 38, 49, 52, 52v.
		Cadeiras	-	12	1x12 cadeiras	
		Cadeiras	Castanho	12	1x12 cadeiras	
		Leitos	-	4	1x4 leitos	
		Leitos	Pinho	4	2x2 leitos	

Quadro III. 12.

Ano	Entrada/Guarda	Tipologia	Madeira	Quantidade	Observações sobre as unidades de conjunto	Fonte
1799	Lapa	Cadeiras	-	1005	1x2 cadeiras 3x3 cadeiras 14x4 cadeiras 10x5 cadeiras 51x6 cadeiras 4x7 cadeiras 6x8 cadeiras 1x9 cadeiras 4x10 cadeiras 3x11 cadeiras 32x12 cadeiras 1x18 cadeiras 1x22 cadeiras	A. D. P. Cabido, L ^o 336, ano de 1799. Quota K 26 1 6-4.36, f. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52.
		Cadeiras	Castanho	194	1x4 cadeiras 2x5 cadeiras 5x6 cadeiras 3x8 cadeiras 9x12 cadeiras 1x18 cadeiras	
		Cadeiras	Nogueira	12	1x12 cadeiras de noqueira	
		Cadeiras grandes	-	6	1x6 cadeiras grandes	
		Cadeiras pequenas	-	14	1x6 cadeiras pequenas 1x8 cadeiras pequenas	
		Cadeiras	Pinho	18	3x6 cadeiras	
		Caixas	-	478	1x1 caixas 2x2 caixas 2x3 caixas 1x4 caixas 9x5 caixas 18x6 caixas 9x7 caixas 12x8 caixas 2x9 caixas 3x10 caixas 2x12 caixas 1x13 caixas 1x16 caixas 1x24 caixas 1x26 caixas	
		Maceiras	-	18	4x1 maceiras 4x2 maceiras 1x2 maceiros antigos 1x4 maceiras	
		Colheres	-	1450	1x250 colheres 4x300 colheres	
		Pés de sala	-	13	1x13 pés de sala	
		Rodeiros	-	32	1x4 rodeiros 1x5 rodeiros 1x6 rodeiros 1x8 rodeiros 1x9 rodeiros	
		Leito	-	1	1x1 leito	

APÊNDICE IV

Colecção denominada *José Francisco de Paiva*

Quadro IV. 1.

Elementos biográficos de José Francisco de Paiva

Ano	Dia	Morada	Freguesia	Documento	Fonte
1744	9. Maio. 1744	Campanhã	Campanhã	Nascimento	A. D. P., Livro de Baptismos, Freguesia de Campanhã, 1712 a 1761. Livro B, nº1, f. 293.
1775	-	S. João Novo	Vitória	-	LEÃO, Manuel – Artistas antigos do Porto. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, pp. 70 e 98.
1775	18. Janeiro	-	Vitória	Nasce o primeiro filho Francisco José	A. D. P., Paróquia da Vitória. Registo de baptismos. Lº B, nº 3, f.202.
1776	9. Novembro	-	Vitória	Nasce o segundo filho José	A. D. P., Paróquia da Vitória. Registo de baptismos. Lº B, nº 3, f.225.
1780	-	-	Vitória	Escrivão da Companhia	LEÃO, Manuel – Artistas antigos do Porto. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 98.
1780	1. Julho	Rua da Ferraria de Baixo	Vitória	Declaração. Identificado como “mestre ensamblador”	ALVES, Natália Marinho Ferreira – A Arte da Talha No Porto na Época Barroca (Artistas e clientela. Materiais e Técnicas). Porto: Câmara Municipal do Porto, 1989, vol. 2, pp. 629 e 711.
1780	28. Setembro	Rua de S. João Novo	Vitória	Venda. É testemunha. Identificado como “mestre ensamblador”	ALVES, Natália Marinho Ferreira – A Arte da Talha No Porto na Época Barroca (Artistas e clientela. Materiais e Técnicas). Porto: Câmara Municipal do Porto, 1989, vol. 2, pp. 629 e 711.
1780	-	-	Vitória	Paiva tem 36 anos. Mestre Enxamlador. O filho Francisco tem 5 anos	COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 56.
1781	-	-	-	Juiz do ofício	LEÃO, Manuel – Artistas antigos do Porto. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 98.
1782	-	-	-	Assina escritura de cedência de terrenos à Confraria de S. José e S. Braz	ZELLER, Rolando van – Apontamentos para a história da Confraria do Senhor Jesus da Boa Nova. Texto dactilografado em duas páginas. Porto: 20/8/1976.
1783	-	-	-	Assina “compromisso de classe” na qualidade de “juiz do ofício”	COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 113.
1784	31. Janeiro	-	-	Assina carta de exame como “examinador do ofício de enxamlador”, “no presente ano”	ALVES, Natália Marinho Ferreira – A Arte da Talha No Porto na Época Barroca (Artistas e clientela. Materiais e Técnicas). Porto: Câmara Municipal do Porto, 1989, vol. 1, p. 77.
1784	-	-	-	“Examinador do ofício”	LEÃO, Manuel – Artistas antigos do Porto. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 98.
1784	-	-	-	Correição a oficina de “Pulheiro”	Vd. M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3225 Des.</i> , publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – Ob. cit., pp. 220-221.
1785	14. Dezembro	-	-	Assina como “Juiz do Ofício” em Adição ao Compromisso do Ofício de Enxamlador	COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 117.
1785	-	Rua dos Quartéis	Cedofeita	-	LEÃO, Manuel – Artistas antigos do Porto. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 98.
1788	-	-	-	Prestou fiança. Foi “louvado”	LEÃO, Manuel – Artistas antigos do Porto. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 98.
1790	-	-	Freguesia de Cedofeita	Paiva tem 48 anos. Filho Francisco tem 14 anos	COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p.68.

1794	-	-	Freguesia de Cedofeita	-	A. H. P., Ordenanças do Concelho do Porto. "Lista das Três Fregas de S. Pedro de Miragaia, Massarelos, e Cedofeita, de que é Cappm Manuel da S ^o Guim.es. Ano de 1794", f. 28v.
1794	-	-	Freguesia de Cedofeita	Paiva tem 49 anos. O filho Francisco é "avalista" e tem 19 anos.	COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1 ^o Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 80.
1795	-	-	Cedofeita	-	A. H. P., Ordenanças do Concelho do Porto. "Lista das Três Fregas de S. Pedro de Miragaia, Massarelos, e Cedofeita, de que é Cappm Manuel da S ^o Guim.es. Ano de 1795", f. 29v.
1795	-	-	Cedofeita	Paiva tem 53 anos. O filho Francisco é "enxamlador" e tem 20 anos	COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1 ^o Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 83.
1795	6. Março	-	-	Assina como "juiz" em Aprovação de Adição ao "Compromisso do Ofício de Enxamlador"	COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – O Ofício de Enxamlador na Cidade do Porto em finais do século XVIII. Trabalho apresentado na Cadeira de Metodologia e Investigação II do 1 ^o Ano do Curso de Licenciatura em Arte. Porto: UCP-Escola das Artes, 1999, p. 126.
1802	-	Rua dos Quartéis	Cedofeita	Concedeu empréstimo	LEÃO, Manuel – Artistas antigos do Porto. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 98.
1802	-	Rua dos Quartéis	Cedofeita	Emprazamento	LEÃO, Manuel – Artistas antigos do Porto. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 98.
1804	-	Rua dos Quartéis	Cedofeita	Tomou parte em partilha	LEÃO, Manuel – Artistas antigos do Porto. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2002, p. 98.
1808	-	Rua dos Quartéis	-	Dá quitação de dinheiro a juros a Francisca Antónia de Souto, viúva, "da Aldeia de Contumil, freguesia de Campanham". Apelidado de "mestre de arquitectura"	A. D. P., Po. 8 ^o , L ^o 420, f. 44.
1808	-	Rua dos Quartéis	Cedofeita	Tomou prazo com a mulher Ana Maria Pinta de "cazal chamado de Pombal cito ao pe da Torre de Pedro Cem da dita freguesia de Cedofeita desta cidade [do Porto]"	A. D. P., Po. 8 ^o , L ^o 422, ff. 79-83.
1810	-	Rua dos Quartéis	Cedofeita	Paiva assina como testemunha em "obrigação de dinheiro que faz Doutor Joze Lopes da Costa e sua mer a Franca Ferr ^a da S ^o viúva"	A. D. P., Po. 8 ^o , L ^o 428, ff. 94v-95v.
1820	-	Rua dos Quartéis	Cedofeita	-	A. D. P., Tribunal da Relação do Porto, Execução de sentenças, 14 de Julho de 1820 a 12 de Outubro de 1820, f. 17.
1821	-	Rua dos Quartéis	Cedofeita	Testamento	A. H. M. P., Livro Geral de Testamentos, Livro 46, ff. 221v a 223.
1824	22.Fevereiro.	Rua dos Quartéis	Cedofeita	Morte e abertura do Testamento	A. H. M. P., Livro Geral de Testamentos, Livro 46, f. 223v.

Quadro IV. 2.

Recibos ou documentos conhecidos

Data	Entidade	Serviço prestado	Descrição do serviço	Valor	Observações	Fonte
6. Março. 1780		Rua dos Quartéis	Vistorias da cidade do Porto			A.H.P. , Vistorias, L ^o 3 ^o , f.287.
6. Março. 1780			Vistorias da cidade do Porto			A.H.P., Vistorias, L ^o 3 ^o , f.288.
14. Novembro.1784	-	Execução de armário de dois corpos	"Guarda Roupa"	Total: 27\$360	O marceneiro forneceu madeira e trabalho; o cliente pagou, à parte, outros materiais	PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. Enxamlador e Arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, figuras 41 e 42.
1787/1788	Igreja de S. Martinho de Lordelo do Ouro	"Cadeiras do coro"	"Pelo que emportaram as cadeiras do coro como se vê do rol do Emtalhador Jozé Fran ^o de Paiba"	Total: 105\$700	O "entalhador" forneceu as cadeiras do coro. Transporte, douramento e pintura, bem como colocação foram executados por outrém.	A. C. S. J. B. A., Livro 65, ff. 12-12v.

1789/1790	Ordem Terceira do Carmo	Arcaz de sacristia				M. N. A. A. , Gabinete de Gravuras, Inv. 3235 Des.
1790	Senado da Câmara do Porto		"Por hua regoa graduada de 20 palmos"; "Por hua de dez palmos"		Obras no cais de Massarelos	A. H. P., Livro do Cofre 67, f. 280.
24.Abril.1790	Senado da Câmara do Porto		"Por hua regoa graduada de 16 palmos"; "Por hua dª de 8 palmos"		Obras na rua do Almada	A. H. P., Livro do Cofre 67, f. 285.
1792/1794 (?)	Igreja do Mosteiro de Arouca	Urna para exposição do corpo da rainha Santa Mafalda	-	-	Inscrição no verso de esboço da urna: "forão do risco da urna de Arouca"	M. N. A. A., Gabinete de Desenhos, Inv. 3126v Des.
9. Outubro. 1799	Nova Matriz de Valongo		"Arquitecto da obra da nova Matriz de Valongo"			AZEVEDO, Maria José Coelho – A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836). Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, pp. 174-175.
14. Julho. 1800	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto da obra do Novo Matadouro	"Nomeado para Arquitecto da obra do Novo Matadouro para administrar todas as dimençoens precisas... como também fez todas as plantas"	200\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1344, ff. 252 e 256-256v
12. Junho. 1800	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas				ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1990, vol 1, p. 283.
24. Julho. 1800	Nova Matriz de Valongo		"Arquitecto da obra da nova Matriz de Valongo"	Recebe 64\$000 réis por oito meses de trabalho		AZEVEDO, Maria José Coelho – A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836). Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, pp. 174-175 e vol. 2, doc. n.º 90.
30. Julho.1800	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Real Quartel de Santo Ovídeo	"Foi nomeado para arquitecto do Real Quartel de Sto. Ovidio [em 25 de Abril de 1797]; para lhe administrar todas as dimençoens precisas"	96\$000 reis débito de "trinta e oito meses que tiveram princípio em o dia 25 de Abril de 1797"	Valor correspondente a 38 meses de serviço	A. H. P. Livro do Cofre, A-PUB/3228, ff. 70-70v
Janeiro e Fevereiro. 1801	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do novo Matadouro		Solicita o pagamento de cinco meses de vencimento		PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 17
Mai e Junho. 1801	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do novo Matadouro e praça das Fontainhas				PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 17
16. Junho. 1804	Nova Matriz de Valongo		"Arquitecto da obra da nova igreja de Valongo"		Foi nomeado por Francisco de Almada e Mendonça para "distribuir todas as dimenções precisas"	AZEVEDO, Maria José Coelho – A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836). Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 175 e vol. 2, doc. n.º 107.
18. Outubro. 1805	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do novo Matadouro e Passeio Publico	4 meses de ordenado	32\$000 reis	Recebe advertência para "requerer o seu pagmto todos os mezes"	A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1364, f.272.
Março e Abril. 1808	Senado da Câmara do Porto					PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 18
12. Agosto. 1813	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1393, ff. 122v e 124

12. Setembro. 1813	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1393, ff. 132v e 135
12. Outubro. 1813	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1393, ff. 137v e 140
1814			Estalão para medir "reclutas"			A.H.P. Livro do Cofre 67, f. 348
7. Abril. 1814	Feitoria Inglesa do Porto	Fornecimento de 12 cadeiras	"Hua dúzia de cadeiras d'olio"	57\$600 reis	Tesoureiro: "Guilherme Senow"	A. H. F. I. P
12. Maio. 1814	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1395, f. 104
12. Junho. 1814	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1395, f. 118
12. Julho. 1814	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1395, f. 372
12. Agosto. 1814	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1395, f. 380
13. Agosto. 1814	Senado da Câmara do Porto	Um "estalão de reclutaz"	-	12\$800 reis	Foi pintado por Manuel Joaquim Pamplona por 6\$400 réis	A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1396, f. 348
12. Setembro. 1814	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1395, f. 388
12. Novembro. 1814	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1397, f. 78
12. Dezembro. 1814	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1397, f. 84
12. Janeiro. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1397, f. 89
12. Fevereiro. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1397, f. 246
12. Março. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1397, f. 255
12. Abril. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1398, f. 81
12. Junho. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1399, f. 100
12. Julho. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1399, f. 152
12. Agosto. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês e ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1399, f. 162
28. Agosto. 1815	Feitoria Inglesa do Porto	Fornecimento de 24 cadeiras	"Cadeiras p ^a a factoria" e "carreto"	Total: 115\$560 reis	Tesoureiro: "João Pimvre"	Valente, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. Actas do I Congresso O Porto Romântico. Porto: UCE, 2012, vol. 1, p. 149.

1815 (€)	Feitoria Inglesa do Porto	Fornecimento de 12 cadeiras	“Por huma dúzia de cadeiras d’olio a 4\$800”	Total: 57\$600	Tesoureiro: “Guilherme Senow”	Valente, Adelina – Uma contribuição para o estudo do mobiliário anglo-português na cidade do Porto nos séculos XIX e XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. Actas do I Congresso O Porto Romântico. Porto: UCE, 2012, vol. 1, p. 149.
12. Setembro. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto de Passeio Público no Sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1399, f. 173
12. Outubro. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1400, f. 186
12. Novembro. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1400, f. 193
12. Dezembro. 1815	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1400, f. 201
12. Janeiro. 1816	Senado da Câmara do Porto	Arquitecto do Passeio Publico no sítio das Fontainhas	Um mês de ordenado	8\$000 reis		A.H.P. Livro do Cofre, A-PUB/1400, f. 208
14. Junho. 1819	Nova Matriz de Valongo			Solicita pagamento de ordenado e “dois mil, sete centos e trinta reis, despesa que o Suplicante fez com cavalgadura para ir a Valongo examinar a Obra”		AZEVEDO, Maria José Coelho – A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836). Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 175 e vol. 2, doc. n.º 153.
27. Agosto. 1819		Arquitecto da Relação	“Plano e elevação do lado da igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem no sítio de Massarelos”		“Projecto para aumento da igreja de N.ª Senhora da Boa Viagem de Massarelos e respectivos documentos manuscritos”	B. P. M. P. Res. Doc.3 e 3A
16. Agosto. 1822	Estrada de Valongo		“Tábua de dimensões geométricas para orçar o valor que se faz preciso para construir a estrada de Valongo até Ponte Ferreira”			“Fac-símile de documentos da antiga colecção de José Bénard Guedes”. Cedidos por Maria Helena Mendes Pinto.
9. Setembro e 1822	Ponte de Santo Tirso	“Arquitecto do Relação e das Reais Obras”	“Tábua de dimensões geométricas para orçar o valor que se faz preciso para concluir a dita obra”		“Descrição da ponte de Santo Tirso para calcular a despesa de toda a obra que falta para a sua conclusão”	“Fac-símile de documentos da antiga colecção de José Bénard Guedes”. Cedidos por Maria Helena Mendes Pinto.
18. Setembro. 1822	Igreja de Valongo	“Arquitecto da nova igreja de Valongo”	“Tábua de dimensões geométricas”		“Descrição que pertence a obra da nova igreja de Valongo, para orçar e calcular, a despesa de toda a obra, que falta, para a sua conclusão”	“Fac-símile de documentos da antiga colecção de José Bénard Guedes”. Cedidos por Maria Helena Mendes Pinto.
8. Novembro. 1822			“Mapa de dimensões para calcular e orçar o valor que se faz preciso para de novo construir a Real ponte de Vila do Conde por esta se achar demolida”		“Descrição da Real ponte de Vila do Conde e Azurara a que se acha demolida”	“Fac-símile de documentos da antiga colecção de José Bénard Guedes”. Cedidos por Maria Helena Mendes Pinto.
Dezembro. 1822	Nova Matriz de Valongo	“Desenhista”	“Examinar ocularmente o estado das [...] obras”, da Igreja de Valongo e pontes de Santo Tirso e Vila do Conde, “actualizar as respectivas plantas, de forma, a se proceder a orçamentos e, posteriormente, disponibilizar as verbas necessárias ao “acabamento das obras”	Recebeu 57\$600 por	Determinado pelo Chanceler da Relação, Francisco Jacques Salinas de Benavides	AZEVEDO, Maria José Coelho – A Igreja matriz de Valongo. Arquitectura (1794-1836). Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, vol. 1, p. 175 e vol. 3, Doc. n.º 194.

Quadro IV. 3.

Marcas de água e datação manuscrita em desenhos da colecção denominada *José Francisco de Paiva*

Marca de água	Datas manuscritas	Título	Número de folha	Fonte
	(anterior a 1780)	Planta da Praça do Carregal (José Francisco de Paiva?)	-	Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 96-97.
	1780	Antifonário	131	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3241 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 186-187.
	(1780?)	Perna de tipologia de assento ou de pousar	100	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3256 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 150-151.
1783		Calandra com homem	105	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3159 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 90-91.
1784		Secretária e cadeira	55	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3182 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 104-105.
1784	1786	Secretária com tampo multi-funções	31	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3252 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 106-107.
1784		Mesa de bilhar (?)	74	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3220 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 156-157.
1784		2 Cómicas com toucador	30	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3173 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 168-169.
1784 (?)		Cimalha	77	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3179 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 180-181.
	(1784 no verso)	Cimalha e encosto de cadeira	76	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3225v Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 220-221.
	1784	Indicação de Correição	76	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3225 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 220-221.
1785		Pirâmide	113	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3231 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 206-207.
1786		Lavatório da sacristia da igreja da Ordem Terceira do Carmo do Carmo	Folha s/ número	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3146 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 38-39.
1787		Calandra, maquinaria	139	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3160 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 90-91.
1787		Cadeira e canapé, espaldar de cadeira e secção de perna e pé à escala 1/1	134	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3255 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 146-147.
1787		Cadeiral de Lordelo do Ouro	33 e 34	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3237 e 3238 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 190-191. A. C. S. J. B. A., Livro 65, ff. 12-12v.
	1787	Dois modelos de caixa de relógios	18	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3167 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 98-99.
1788		Muro e pavilhão	68	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3143 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 72-73.
1788		Secretária	60	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3183 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 108-109.
	1789	Arcaz da sacristia da Ordem Terceira do Carmo	38	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3235 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 34-35.
1791		Cadeira furada com encosto móvel	133	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3253 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 134-135.
	(1791?)	Cabeceira de cama	12	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3201 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 120-121.
	(1791?)	Cabeceira de cama, leito com dossel e mesa-toucador	8	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3199 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 122-123.
1791		Mesa-toucador e cabeceira de cama	-	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3197. Indicado por PINTO, Maria Helena Mendes – <i>José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 120.

1791	1794	Tremós e mesas de encostar	123	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3174 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 160-161.
1791		Caixa para chá e respectivas divisórias do interior	87 bis	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3153 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 214-215.
	8 Dezembro de 1791	Leito com dossel e toucador	-	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3197 Des.
1792		“Commode” (?)	(143?) (43?)	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3191 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 172-173.
1792		Cimalha ou lintel	129	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3249 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 78-79.
	1792	Dois modelos de cama e respectivo leito com dossel	11	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3169 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 124-125.
	1792	Urna de sala de jantar (?)	97	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 32185 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 210-211.
	(1792-1794)	Urna para exposição do corpo da rainha Santa Mafalda	102	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3126v Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 40-41.
1793 (?)		Entablamento	64	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3131 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 50-51.
	1793	Cópia de Planta dos Lóios	20v	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3246 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 94-95.
	1794	Pirâmide	95	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3229 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 208-209.
	1795	Dois Louceiros	14	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3171 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 182-183.
	1795	Prensa de tábuas ?	141	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3157 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 92-93.
	1797	Cimalha do Quartel de Santo Ovidio	Folha s/ número	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3130 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 46-47.
	Finais da década de 1790	Espaldares de cadeiras (desenho de divulgação internacional)	121	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos</i> , Inv. 3209 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 148-149.
	1819	Plano e elevação da igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem no sítio de Massarelos	-	B. P. M. P., Reservados, C 1

Quadro IV. 4. Informações de carácter técnico

Documento	Tipologia	Indicações Técnicas			Comentários	Fonte
Folha 7	Armário de duas portas e quatro gavetas	Frete folheada á excepção da estrutura do corpo de baixo e dos pés	As portas abrem a 90°, sendo aplicadas na espessura da ilharga	Colocação da entrada das chaves á inglesa. Petipé.	Indicação de asa com rosetas e escudetes	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3175 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 122-123.
Folha 8	Leito e mesa-toucador	Suportes do dossel	Planta baixa do dossel à largura e ao comprimento do leito	Planta baixa de mesa-toucador; inserção das prumadas respectivas	Indicações estilísticas e colocação de tecidos	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3199 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 122-123.
Folha 8v	Denticulado	Indicação de folheado nas molduras	Indicação de espinhado nas folhas	Indicação de inserção de folha na moldura		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3199v Des.
Folha 9	Leito, duas cadeiras e canapé	Curvatura das prumadas traseiras das cadeiras	Planta baixa do canapé e de assento de cadeira	Planta baixa do leito e dossel	Indicação de palhinha, estofa e colocação de tecidos	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3195 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensablador e arquitecto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 130-131.

Folha 11	Leitos	Elementos que compõem a cabeceira e modo de armação respectiva	Planta baixa do leito		Indicações estilísticas e colocação de tecidos	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3169 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 124-125.
Folha 14	Dois armários com portas de vidros	Petipé	Indicação de dois modelos de portas	Indicação de escudetes nas entradas das chaves		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3271 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 182-183
Folha 15	Papeleiras de dois corpos	Portas do corpo superior com molduras aplicadas	Indicação de folheado na tampa, gavetas, na espessura da madeira e avental	Colocação da entrada das chaves à inglesa	Indicação de asa com rosetas	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3211 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 114-115.
Folha 19	Armário de duas portas com três gavetas e tabuleiros no interior	Porta apainelada		Petipé, planta baixa, espessura da ilharga, inserção das portas nas ilhargas	Indicação de asa com rosetas	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3187 Des.
Folha 21v	“Pé de galo” para mesa	Indicação do cruzamento dos três elementos que suportam a coluna			Desenho de modelo de pé designado “put”, em inglês	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3243v Des
Folha 22	Armário de dois corpos	Folheado ou pintura fingida nos painéis das portas	Altura das gavetas aumenta de cima para baixo	Colocação da entrada das chaves à inglesa	Indicação de asa com rosetas	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3172 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 174-175.
Folha 24	Duas cómodas com espelhos	Indicação de curvaturas diversas		Uma planta baixa	Indicação de asa com rosetas	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3218 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 166-167.
Folha 25	Duas cómodas com espelhos	Indicação de curvaturas diversas			Indicação de asa com rosetas	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3217 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 166-167.
Folha 27	Canapé de três lugares	Indicação de que a ligação entre cachacos se faz por elementos independentes dos esoadares	Indicação de folheado no aro e prumadas	Indicação de vazado nas tabelas		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3206 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 138-139.
Folha 28	Mesa com toucador e cadeira	Planta baixa da mesa	Indicação da curvatura das prumadas e de palhinha no encosta da cadeira	Indicação do modo de inserção das gavetas no corpo da mesa	Indicação de asa com rosetas e escudete	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3170 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 164-165.
Folha 29	Duas papeleiras de dois corpos	Painéis inseridos nos pinásios das portas	As portas abrem a 90°, sendo aplicadas na espessura da ilharga	Encaixes para prateleiras no corpo de cima	Indicação de asa com rosetas e escudete	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3213 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 116-117.
Folha 30	Duas cómodas com espelhos	Uma planta baixa do tampo	Modo de ligação das costas ao tampo	Estrutura de suporte do tampo	Provável tampo de mármore	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3173 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 168-169.
Folha 31	Mesa mecânica com múltiplas funções	Planta baixa com local de inserção das prumadas e recore da frente		Indicação de prumadas	A ilharga poderia ser folheada	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3252 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 106-107.

Folha 32	Estudo de cadeira com e sem braços			Fixação de braço no aro ao modo inglês. Ligação do espaldar ao assento com nervuras.	Aguada escura no avental e prumadas frontais indicando modelação volumétrica da madeira	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3208 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 132-133.
Folha 33	Alçado lateral de cadeiral de Lordelo do Ouro	Descrição de elementos para execução da tipologia			Indicação que é o nº1 da folha 33. Existiram portanto mais desenhos	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3238 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 190-191.
Folha 34	Vista frontal de cadeiral de Lordelo do Ouro	Escala: (15 Palmos?)			Indicação que é o nº1 da folha 34. Existiram portanto mais desenhos	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3237 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 190-191.
Folha 38	Arcaz	Planta baixa com indicação de moldurado			Três propostas para a frente do arcaz	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3235 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 34-35.
Folha 43	“Commode”	(Planta baixa?)	Ressalto no corpo central	Propostas diversas para entalhamento, pintura e folheado		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3191 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 172-173.
Folha 47	Duas prumadas	Indicação de folheado em espinha	Indicação de embutido em linhas ou “gregas”			M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3221 Des.
Folha 49	Mesa de duas abas	Planta baixa do tampo	Planta da estrutura de suporte do tampo		Indicação de asa com rosetas e escudete	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3219 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 158-159.
Folha 52	Antifonário	Planta baixa				M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3242 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 188-189.
Folha verso da 53	Vários (gaiola?)	Parafuso com terminal em bola	Planta baixa da gaiola (?) hexagonal	Folheados a cores diferentes		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3228 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 216-217.
Folha 54	Papeleira de dois corpos	Portas do corpo superior envidraçadas; prateleiras da frente recortada	Tampa do corpo inferior construído a meia esquadria	Sugestão folheado na tampa de rebater. Desenho frontal e lateral do pé	Indicação de asa com rosetas e escudete	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3210 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 112-113.
Folha 54 bis	Dois perfis simétricos	“Pedestal” para ser torneado	Indicação, a lápis, de parafuso no desenho de baixo		Polimento “a óleo”	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3228v Des Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 216-217.
Folha 55	Secretária com estirador e cadeira	Indicação de apoio à aba lateral	A lápis, sugestão de pilastras na secretária	Algumas medidas para a cadeira	Indicação de asa com rosetas e escudete	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3182 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 104-105.
Folha 58	Cadeira-bidé e sofá	Indicação da altura do pé	Indicação da prancha a cortar para a prumada traseira e braço do sofá	Indicação do encaixe das prumadas na estrutura do bidé e no sofá. Perfil de moldura	Indicações de pregaria miúda	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3254 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 152-153.

Folha 60	Carteira	Planta baixa	Petipé em polegadas	Indicação de molduras	Indicação de asa com rosetas e escudete	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3183 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 108-109.
Folha 62	Dois tremós	Duas plantas baixas	Dois tampos diferentes, o da esquerda embutido	Indicação de molduras	Indicações estilísticas	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3216 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 162-163.
Folha 63	Cómoda com prensa		Altura das gavetas aumenta de cima para baixo	Colocação da entrada das chaves à inglesa	Indicação de asa com rosetas e escudetes	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3194 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 118-119.
Folha 66	Alternativa para o tampo do arcaz da Ordem do Carmo		Denticulado a duas cores			M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3234 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp.
Folha 72	Tampo do arcaz da Ordem do Carmo	Engradado da ilharga	Denticulado em duas cores			M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3233 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp.
Folha 74	Estrutura de mesa	Modo de engradar madeira				M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3220 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 156-157.
Folha 79	Cimalha	Indicações de perfis	Indicação da “grosseira de porta”	Indicação do modo de suporte da cimalha		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 176 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 176-177.
Folha 87 (bis)	Caixa de chá	Indicação das divisões do interior		Duas soluções de curvatura, de tampa e pés	Cópia de peça vista ao vivo (?)	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3153 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 215-215.
Folha 91	Cimalha de edifício				Recorte de moldura para molde	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3142 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 58-59.
Folha 93	Base para cruz ou tocheiro	Planta baixa				M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3245 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 200-201.
Folha 96	Dois pináculos	Folhagem picada; contas	Executadas com relevo perceptível			M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3230 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp.
Folha 97	Urna ou “vase”	Indicação de disposição de duas madeiras contrastantes e respectiva planta baixa	Indicação de molduras			M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3185 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 210-211.
Folha 100	Prumada dianteira à escala natural	Indicações de caneluras côncavas e convexas	Indicação de entalhado com perlado e ¼ de roseta	Indicação de medida	Sugestão de rodízio interior	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3256 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 150-151.
Folha 102	Urna de Arouca	Estrutura trapezoidal	2 planos sobrepostos	Indicação de prumada facetada		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3126 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 40-41.

Folha 104	Vista lateral de cadeira			Indicação de medidas		M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3189 Des.
Folha 110	Cómoda	Plantas baixas de dois (?) tampos	Altura das gavetas aumenta de cima para baixo	Perfis diversos	Indicação de asa com rosetas e escudetes	M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3192 Des.
Folha 112	Estrutura de mesa (?)			Indicação de perfis		M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3177 Des.
Folha 116	Louceiro	Estruturação dos vidros nas duas portas		Perfil das moldura do corpo inferior		M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3215 Des.
Folha 119	Cadeira com suporte de livro e vela	Indicação da planta baixa do assento	Indicação da curvatura das prumadas traseiras	Petipé		M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3205 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensambador e arquiteto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 154-155.
Folha 123	Tremo	Planta baixa da mesa para tampo de mármore		Petipé		M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3174 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensambador e arquiteto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 160-161.
Folha 125	Metade de "planta baixa"				"Cath [catálogo] F.B. (?)"	M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3223 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensambador e arquiteto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 144-145.
Folha 128	Cadeira de braços	Medidas de diversos elementos	Indicação de folheado	Espaldar oval e planta baixa com medidas	Pregaria	M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3202 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensambador e arquiteto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 142-143.
Folha 130	Moldura com folhas e denticulado	Indicação de inserção de folha na moldura	Perfis			M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3200 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensambador e arquiteto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 218-219.
Folha 130v	Indicações manuscritas para armário	Madeira em pranchões	As portas serão almofadadas		Paiva fornecia madeira a marceneiro subcontratado	M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3200v Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensambador e arquiteto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 218-219.
Folha 131	Antifonário com tampos amovíveis	Planta baixa da estrutura	Indicação de movimento dos tampos			M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3241 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensambador e arquiteto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 186-187.
Folha 133	Cadeira de encosto móvel	Maquinismo de mover o encosto	Indicação de folheado na prumada traseira		Pregaria miúda	M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3253 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensambador e arquiteto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 134-135.
Folha 134	Cadeira e sofá	Indicações da forma trapezoidal do assento da cadeira	Indicação que o liso da prumada é recortado com goiva		Pé à escala 1/1	M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3255 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensambador e arquiteto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp.
Folha 142	Estrutura de mesa de abas	Alçado lateral da estrutura e planta baixa do tampo		Indicação de medidas		M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3190 Des.
Folha sem número	Três plantas baixas de tipologias de dois corpos	Identificação da colocação de cada corpo	Plantas baixas de tampos		Inscrição "I. G. Konog inv. et del."	M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3255 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, ensambador e arquiteto do Porto [1744-1824]. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 170-171
Folha s/ número	Vista lateral de cadeira de braços		Sugestão de prumada (?)	Indicação de medidas		M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3189 Des.
Folha s/ número	Tampo oval e estrutura de mesa	Altura do aro	Indicação de suporte de abas do tampo	Indicação de medidas		M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Inv. 3190 Des.

Folha s/ número	Cómoda de duas + três gavetas	Indicação de curvaturas	Desenho de molduras	Indicação de medidas e planta baixa	Indicação de asas com rosetas. Formato dos pés	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3192 Des.
Folha s/ número	Cabeceira de leito			Plantas baixas do dossel e da cama		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3196 Des.
Folha s/ número	Louceiro	Desenho de molduras	Estruturação dos vidros nas portas do corpo superior. Portas com painéis do corpo de baixo		Simulação de preenchimento dos vidros com elementos decorativos	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3215 Des.
Folha s/ número	Pé de galo	Desenho de pé	Cruzamento dos pés na coluna		Medidas	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3243v Des.

Quadro IV. 5.
Designações de madeiras

Documento	Madeira	Tipologia	Indicação de cores	Observação	Fonte
Folha 7	Getovia Preto	Armário de dois corpos	Sombreado a lápis indicando folha ou madeira diferente nas almofadas das duas portas e na frente das quatro gavetas	A moldura do corpo de cima e a inferior do corpo de baixo, bem como os pés tem indicação de folha ou forra.	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3175 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 122-123.
Folha 15		Duas papeleiras com alçado	Representação na tampa de folheado ou madeira diversa do corpo superior e de placas de madeira transversal nas pilastras no saial do corpo inferior		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3211 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 114-115.
Folha 22		Armário de dois corpos	Almofadas do corpo de cima com aguada indicando folheado ou madeira diferente		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3172 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 174-175.
Folha 54		Papeleira com alçado	Representação de folheado ou madeira diversa da restante na tampa e prateleiras		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3210 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 112-113.
Folha 54 bis	“Maogne”	Estudo para perfis (?)	Indicação de polimento a óleo		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3228v Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 216-217.
Folha 55	Vinhático	Banca e Cadeira		Estofa de “bezerra ou cordovão”	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3182 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 104-105.
Folha 60v	Tábuas da Suécia				M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3183v Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 108.
Folha 75		Pormenor de Cimalha	Representação de folheado ou madeira diversa		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3178 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 178-179.

Folha 76	Preto Pequiá	Pormenor de cimalha	Indicação com chaveta de que o perfil até ao denticulado é em "preto".	Indicação de polimento a óleo.	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3225 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 220-221.
Folha 79	Preto Getovia Casquinha Amarelo-pequiá Pequiá	Cimalha de armário e indicação da "grossura da porta"	Sombras a lápis sobre desenho a tinta		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3176 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 176-177.
Folha 80		Cimalha	Aquarela cinza, amarela e castanha representando folheados utilizando folhas de diversos tamanhos		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3184 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 126-127.
Folha 97		Urna (?)	Traço preto, aquarela de cores amarelo e cinza		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3185 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 210-211.
Folha 100v	"Maogne"	"Cabriolés"	Aguada cinza	Modelo à escala natural	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3256 Des., publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 150-151.
Folha 123	Pau preto	Tremo	Aguada cinza, amarela e verde indicam pintura das peças do desenho	O desenho seria modelo	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3174 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 160-161.
Folha 130	"Frande" (pinho flandres)	(?)	Aguada cinza		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3200 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 218-219.
Folha 130v	Madeira Coubeceiras	Guarda vestidos	Recado manuscrito	Indicações técnicas de serragem, medidas e qualidade da matéria-prima	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3200v Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 218-219.
Folha s/ número	Getovia Pau preto Violeta Pequiá Se Bastião Preto			Leitura com lâmpada de ultra-violeta por Pinto,	M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3212 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 120-121.
Folha s/ número		Armário com duas portas de vidros ou espelhos	Almofadas do corpo inferior com indicação de marchetado com madeiras diferentes o corpo		M. N. A. A., <i>Gabinete de Desenhos e Gravuras</i> , Inv. 3214 Des. Publicado por PINTO, Maria Helena Mendes – José Francisco de Paiva, <i>ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 184-185.

Quadro IV. 6.
Números de folhas referidas no presente estudo

Nº da folha	Nº inventário	Título	Fonte
2	Inv. 3196 Des.	Cabeceira de leito	M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Colecção denominada José Francisco de Paiva
7	Inv. 3175 Des.	Armário de 2 portas e 4 gavetas	
8v	Inv. 3199v Des.	Denticulado	
9	Inv. 3195 Des.	Móveis de assento e leitos	
11	Inv. 3169 Des.	2 Espaldares de leito e uma vista lateral	
14	Inv. 3171 Des.	2 Louceiros	
15	Inv. 3211 Des.	2 Papeleiras com alçado	
18	Inv. 3167 Des.	2 modelos de relógios de caixa alta	
19	Inv. 3187 Des.	Armário de 2 portas com tabuleiros no interior	
20v	Inv. 3246v Des.	Planta do terreno dos Lóios "Em 4 de Febro de 1793 ... copiada por José Francisco de Paiva..."	
21	Inv. 3243 Des.	Esquisso de altar	
21v	Inv. 3243v Des.	Torneado e pés (de mesa pé de galo)	
22	Inv. 3172 Des.	Armário de 4 gavetas e 2 portas	
23	Inv. 3168 Des.	Secretária, frente e costas, com indicações	
24	Inv. 3218 Des.	2 Cómicas com dois espelhos	
25	Inv. 3217 Des.	2 Cómicas com dois espelhos	
26	Inv. 3152 Des.	Decoração de um fogão de sala	
27	Inv. 3206 Des.	Canapé de três lugares	
28	Inv. 3170 Des.	Mesa e toucador com dama em cadeira	
29	Inv. 3213 Des.	2 Papeleiras com alçado	
30	Inv. 3173 Des.	2 Cómicas com 2 espelhos	
31	Inv. 3252 Des.	Banca de escrita e leitura	
32	Inv. 3208 Des.	Cadeira de braços	
33	Inv. 3238 Des.	Vista lateral do Cadeiral de Lordelo do Ouro	
34	Inv. 3237 Des.	Cadeiral de Lordelo do Ouro	
37v	Inv. 3240v Des.	"Joaquim Coppeque"	
38	Inv. 3235 Des.	Arcaz [Ordem Terceira do Carmo]	
41	Inv. 3137 Des.	"Planta de elevação p ^o as casas de José Pedro Pinto de Meirelles..."	
43	Inv. 3191 Des.	"Commode" inglesa	
46	Inv. 3226 Des.	Pormenor de cimalha de caixa de relógio (?)	
47	Inv. 3221 Des.	2 Prumadas com grega	
49	Inv. 3219 Des.	"Mesa de chá com gaveta(?)"	
52	Inv. 3242 Des.	Antifonário neoclássico	
53	Inv. 3228 Des.	Cimalha de gaiola (?)	
54 (bis)	Inv. 3228v Des.	"Este toro ..."	
54	Inv. 3210 Des.	Papeleira com alçado	
55	Inv. 3182 Des.	Secretária com estirador e cadeira	
56	Inv. 3150 Des.	Estudo para a decoração de um fogão de sala	
57	Inv. 3207 Des.	3 Cadeiras	
58	Inv. 3254 Des.	Sofá e cadeira/bidé	
59	Inv. 3203 Des.	Cadeira de braços	
60	Inv. 3183 Des.	Secretária com planta baixa	
62	Inv. 3216 Des.	2 Tremós	
63	Inv. 3194 Des.	Cómoda com prensa	
63v	Inv. 3194v Des.	Cimalha "Em Miragaya pergunte ..."	
64	Inv. 3131 Des.	Entablamento	
65	Inv. 3133 Des.	Cimalha	
66	Inv. 3234 Des.	Cimalha "Carmo", alternativa à Folha 72	
67	Inv. 3134 Des.	"Cimalha do quartel de Sto Ovídio"	
69	Inv. 3132 Des.	"Cimalha arquivada para o Real quartel de Sto Ovídio"	
71	Inv. 3135 Des.	Entablamento segundo Palladio	
72	Inv. 3233 Des.	Perfil do tampo do arcaz e engradado das ilhargas	
74	Inv. 3220 Des.	Mesa bilhar (?) e tampo engradado	

75	Inv. 3178 Des.	"Sr. Dr. Desembargador Pina p ^o hum Guarda Roupa"	M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Coleção denominada José Francisco de Paiva
76	Inv. 3225 Des.	Cimalha e espaldar de cadeira	
79	Inv. 3176 Des.	"P ^o o Sr. José Loutescio"	
81	Inv. 3180 Des.	"Cama de Pedro de Mello"	
82	Inv. 3181 Des.	Pormenor de cimalha com denticulado e moldura redonda	
85	Inv. 3236 Des.	Puxador para o arcaz da Ordem Terceira do Carmo	
87 (sic) (bis)	Inv. 3153 Des.	Caixa de chá e divisões do seu interior	
90	Inv. 3148 Des.	Decoração para um tecto	
93	Inv. 3245 Des.	Base de castiçal ou de crucifixo (desenho para ourives?)	
97	Inv. 3185 Des.	Pirâmide (?)	
100	Inv. 3256 Des.	Prumada neoclássica	
100v	Inv. 3256v Des.	"P ^o o Snr. José Mont ^o de Almida ..."	
102	Inv. 3126 Des.	Esboço da urna de Arouca	
102v	Inv. 3126v Des.	"forão do risco da urna de Arouca"	
104	Inv. 3189 Des.	Vista lateral de cadeira	
104v	Inv. 3189v Des.	Canapé (?), espaldar de cabeceira "camel back chair"	
110	Inv. 3192 Des.	Cómoda torra e retorta	
112	Inv. 3177 Des.	"Sr. Capp. Pedro Mavinhé"	
112v	Inv. 3177v Des.	Esboços de perfis	
116	Inv. 3215 Des.	Louceiro	
119	Inv. 3205 Des.	Cadeira de leitura com braço móvel	
121	Inv. 3209 Des.	8 Modelos de encosto de cadeiras	
123	Inv. 3174 Des.	Tremo	
124 (sic)	Inv. 3204 Des.	Cadeira de braços	
125	Inv. 3223 Des.	"Planta baixa" "Cathalogue f.B (?)"	
125 (sic)	Inv. 3166 Des.	"Jaques & Son"	
128	Inv. 3202 Des.	Cadeira de braços	
130	Inv. 3200 Des.	Moldura e folha com denticulado	
130v	Inv. 3200v Des.	Carta oficial/encomenda	
131	Inv. 3241 Des.	Antifonário tardo-rococó	
133	Inv. 3253 Des.	"Sr. Fr. António Vzn ^o (?)"	
134	Inv. 3255 Des.	Canapé e cadeira	
142	Inv. 3190 Des.	Estrutura de mesa e tampo oval	
143 (sic)	Inv. 3149 Des.	Decoração de um fogão de sala	
Folha sem numeração	Inv. 3130 Des.	Cimalha do quartel de Santo Ovídeo	
Folha sem numeração	Inv. 3146 Des.	Lavatório para a antesacristia da Igreja da Ordem Terceira do Carmo	
Folha sem numeração	Inv. 3165 Des.	3 Plantas baixas de tempos	
Folha sem numeração	Inv. 3199 Des.	Cabeceira de leito, vista de ilhargá e mesa-tocador	
Folha sem numeração	Inv. 3199v Des.	Denticulado	
Folha sem numeração	Inv. 3224 Des.	Planta de assento de cadeira	
Folha sem numeração	Inv. 3243v Des.	Pé de galo	

Fonte: M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Coleção denominada José Francisco de Paiva.

Quadro IV. 7.
Tipologias de mobiliário civil

Tipologias				Fonte
De assento	De conter	De repouso	Decorativos	
Canapé				M. N. A. A., Gabinete de Desenhos e Gravuras, Colecção denominada José Francisco de Paiva
Cadeira para leitura				
Cadeira furada				
Cadeiras				
Espaldares de cadeiras				
Sugestão de Prumada dianteira				
		Leito		
	Papeleira com alçado			
	Cómoda com toucador/espelho			
	Mesa com toucador			
	Guarda-roupa			
	Louceiro			
	Cómoda			
	Secretária			
	Mesa de abas			
	Caixa de chá			
	Urna			
	"Commode"			
	Planta baixa de tampos de armários			
			Relógio de caixa alta	
			Fogões de sala	
			Tremó	

APÊNDICE V

TRANSCRIÇÕES

EXPORTAÇÕES INGLESAS DE MOBILIÁRIO MANUFACTURA INGLESÁ

1700

Quadro V. 1.

London. Exportations of Engls Manufacres from Xtmas1699, to Xtmas 1700, wth an Estimaste of their first Cost or Value.

Where Exd & fro Whence	English Manufacres	Quantity	Estimate of the First cost or Value	Amount of the Value		
				£	S	D
	<i>At Value</i>					
From London to Maderas	Chairs Pc.	-----	At-----	59	9	0
	Glasses Looking pc. (piece)	-----	At-----	104	0	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/4, ff. 80-81.

Quadro V. 2.

London. Exportations of Engl^h Manufact^{es} from X'mas1699, to X'mas 1700, wth an Estimaste of their first Cost or Value.

	English Manufac ^{es}	Quantity	Estimate of the First cost or Value	Amount of the Value		
				£	S	D
	<i>Bed</i>	1	At 6 ^s to 10 ^s p.P ^s	0	8	0
	<i>Tapestry</i>	60 £	At 12 ^d p. £	3	0	0
	<i>At Value</i>					
Where Exd & fro Whence	Chairs Pc.	-----	At-----	787	12	6
	Cabinetts Japand Pc.?	-----	At-----	67	7	0
	Carpetts	2	At-----	14	0	0
	<i>Chest of Drawers</i>	-----	At-----	38	8	0
From London To Portugall	Clock cases	25	At-----	54	18	0
	Escutores Pc?	-----	At-----	198	6	6
	Glasses Looking pc. (piece)	-----	At-----	126	12	6
	Household Goods	-----	At-----	6	10	0
	Pictures &c	-----	At-----	36	12	0
	Press to Clothiers	1	At-----	1	10	0
	Upholstery ware	-----	At-----	556	2	6

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/4, ff. 81v-83v.

Quadro V. 3.

Out Ports. Exportations of Engls Manufactes from Xtmás1699, to Xtmás 1700, with an Estimaste of their First cost or Value.

Where Exd & fro Whence	Engl Manufactes	Quantity	Estimate of the First cost or Value	Amount of the Value		
				£	S	D
<i>From Out Ports To Maderas</i>	Value					
	Chairs	-----	At-----	59	9	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/4, ff. 126v-127.

Quadro V. 4.

Out Ports. Exportations of Engls Manufactes from Xtmás1699, to Xtmás 1700, with an Estimaste of their First cost or Value.

Where Exd & fro Whence	Engl Manufactes	Quantity	Estimate of the First cost or Value	Amount of the Value		
				£	S	D
<i>From Out Ports to Portugall</i>	Value					
	Escrutore	-----	At-----	10	0	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/4, ff. 129-130.

1701

Quadro V. 5.

London. Exportations of Goods & Merchandz that are of the Product & Manufacte of Engld From Xtmás1700, to Xtmás 1701, with an Estimaste of the first Cost or Value. Vizt.

Where Exd & fro Whence	English Manufactes	Quantity	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the Value		
				£	S	D
<i>From London To Maderas</i>	At Value					
	Chairs Pc.	-----	At-----	26	4	0
	Cabinetts Pc.	-----	At-----	4	11	0
	Escrewtores Pc.	-----	At-----	26	0	0
	Glasses Looking	-----	At-----	11	5	0
	Upholstery Ware (?)	-----	At-----	184	10	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/5, ff. 57-57v.

Quadro V. 6

London. Exportations of Goods & Merchandz that are of the Product & Manufacte of Engld From Xtmas1700, to Xtmas 1701, wth an Estimaste of the first Cost or Value. Vizt.

Where Exd & fro Whence	English Manufaces	Quantity	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the Value		
				£	S	D
From London To Portugall	At Value					
	Chairs Pc.	-----	At-----	246	19	0
	Cabinetts Pc.	-----	At-----	742	10	0
	Clock Cases	2	At-----	2	10	0
	Escrowtores Pc. (sic)	-----	At-----	244	16	6
	Glasses Looking Pc.	-----	At-----	395	15	6
	Pictures & Frames	-----	At-----	40	10	0
	Upholstery Ware	-----	At-----	356	10	0
Wood Ware	-----	At-----	6	0	0	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/5, ff. 58v-60.

1702

Quadro V. 7.

London. Exportations of Goods & Merchdz that are of ye Product & Manufacte of Engld From Xtmas1701, to Xtmas 1702, With an Estimate of their first Cost or Value.

Where Exd & fro Whence	English Manufaces	Quantity	Estimate of ye first Cost or Value	Amot of ye Value		
				£	S	D
From London to Maderas	At Value					
	Chairs Pc.	-----	At-----	85	7	6

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/6, ff. 46v-47.

Quadro V. 8.

London. Exportacions of Goods & Merchdz that are of ye Product & Manufacte of Engld From Xtmas1701, to Xtmas 1702, With an Estimate of their first Cost or Value.

Where Exd & fro Whence	English Manufaces	Quantity	Estimate of ye first Cost or Value	Amot of ye Value		
				£	S	D
From London to Portugall	At Value					
	Cabinetts pc.	-----	At-----	67	7	0
	Cases & Clocks	8	At-----	28	10	0
	Chairs Pc.	-----	At-----	464	6	0
	Dials of wood	2	At-----	14	0	0
	Glasses Looking (pc?)	-----	-----	302	1	0
	Escrowtores Pc		At-----	51	0	0
	Pictures pc	-----	At-----	7	0	0
	Turnay ware	-----	At-----	7	15	0
Uphostery ware	8 Doz.	At-----	9	2	0	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/6, ff. 47v-48v.

1703

Quadro V. 9.

London. Exportacions of Goods & Merchdz that are of the Product & Manufacte of Engld From Xtmas1702, to Xtmas 1703, With an Estimate of their first Cost or Value.

Where Exd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Maderas	Valud						
	Cases p. Clocks	1	At.....	1	10	0
	Uphosltery ware	230£ 6S 1D	At.....	230	6	1

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/7, ff. 42v-43v.

Quadro V. 10.

London. Exportacions of Goods & Merchdz that are of the Product & Manufacte of Engld From Xtmas1702, to Xtmas 1703, With an Estimate of their first Cost or Value.

Where Exd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Portugall	Valued						
	Cases p. Clocks	6	1	At.....	18	0	0
	Chairs Pc [Piece]	101£ 4S 6D	23£ 19S 0D	At.....	125	3	6
	Escutores	4	At.....	18	1	0
	Glasses Looking	32 N°	391 N°	At.....	89	5	0
	Uphosltery ware	334£ 15S 6D	203£ 19S 0D	At.....	538	14	6

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/7, ff44v.-46.

1704

Quadro V. 11.

London. Exportacions fo Goods & Merch,z that are the Product and Manuftrre of England From Christmas 1703 To Christmas 1704 With an estimate of ye first cost or Value.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye first Cost or value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London To Maderas	Vald						
	Cane Chairs	12 N°	At.....	3	0	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/8, ff. 63v-64.

Quadro V. 12.

London. Exportations of Goods & Merch, z that are the Product and Manufre of England From Christmas 1703 To Christmas 1704 With an estimate of ye first cost or Value.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye first Cost or value	Amot of the Value			
					£	S	D	
From London To Portugal	Beds Sea	1 N°	-----	At 15S per C.	0	15	0	
	At Value							
	Chairs	31 1/6 Doz.	1 Doz	-----	At-----	144	4	0
	Cases p. Clocks	9 N°	-----	-----	At-----	34	5	0
	Couches	18 N°	-----	-----	At-----	33	0	0
	Chest of Drawers	7 N°	-----	-----	At-----	20	10	0
	Escrowtores	3 N°	-----	-----	At-----	20	15	0
	Fram's for Picts Laqued	3 N°	-----	-----	At-----	2	2	0
	Lookg Glasses	113£: 9S: 0D	6£: 0S: 0D	-----	At-----	119	9	0
	Tent Bed of Silk	1 N°	-----	-----	At-----	3	0	0
	Tables	5 N°	1 N°	-----	At-----	7	10	0
Upholstery ware	192: 5: 0	134: 14: 0	-----	At-----	326	19	0	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/8, ff. 64v-66v.

1706

Quadro V. 13.

London. Exportations fo Goods & Merchandizes that are the Product and Manufre of England From Xtmas 1705 To Xtmas 1706 With an estimate of the first Cost or Value. vizt.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye first Cost or value	Amot of the value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Escritores	1	-----	At-----	8	0	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/9, ff. 59-59v.

Quadro V. 14.

London. Exportations fo Goods & Merchandizes that are the Product and Manufre of England From Xtmas 1705 To Xtmas 1706 With an estimate of the first Cost or Value. vizt.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye first Cost or value	Amot of the value			
					£	S	D	
From London to Portugal	At Value							
	Cabinets	4 N°	-----	-----	30	0	0	
	Cases p. Knives	12 doz.	-----	-----	2	0	0	
	Chairs	98	-----	-----	At-----	63	2	0
	Clocks Cases	25 N°	-----	-----	At-----	68	10	0
	Escritores	2 N°	-----	-----	At-----	10	0	0
	Lacquered wares	1 Sett	-----	-----	At-----	3	0	0
	Looking Glasses	21	-----	-----	At-----	43	5	0
	Pictures	52 £	-----	-----	At-----	52	19	8
	Upholstery ware	92: 17: 0	134: 14: 0	-----	At-----	92	17	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/9, ff. 60v-62.

Quadro V. 15.

Out Ports. Exportations to Goods & Merchandizes that are the Product and Manufacture of England From Xmas 1705 To Xmas 1706 With an Estimate of the first cost or value. vizt.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye first Cost or value	Amot of the value		
					£	S	D
From Out Ports to Portugal	At Value						
	Glasses Looking	3 N°	-----	At-----	7	0	0
	Tea Tables	2 N°	-----	At-----	2	0	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/9, ff. 92v-93v.

1707

Quadro V.16.

London. Exportations to Goods & Merchandizes that are the Product and Manufes of England From Christmas 1706 To Christmas 1707 With an Estimate of ye first cost or Value.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye first Cost or value	Amot of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Chairs	245 N°	-----	At-----	117	8	0
	Chest of Drawers	2	-----	At-----	10	10	0
	Clock Cases	12	-----	At-----	38	0	0
	Escutores	7	-----	At-----	39	4	0
	Jappan wares	17£: 0S: 0D	-----	At-----	17	0	0
	Knives	60 cases	-----	At-----	1	0	0
	Lacquerd ware	30£:2: 6D	-----	At-----	30	2	6
	Lookg Glasses Plates	47	-----	At-----	59	9	6
	Pictures	20	-----	At-----	90	0	0
	Tables	8	-----	At-----	6	7	0
Upholstery ware	39£: 19S: 0D	-----	At-----	31	19	0	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/10, ff. 66v-68v.

Quadro V. 17.

Out Ports. Exportations of Goods & Merches that are the Product and Manufacture of England From Xmas 1706 To Xmas 1707 With an Estimate of ye First Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye first Cost or Value	Amot of ye value		
					£	S	D
From Out Ports to Portugal	Val:						
	Chayrs	24	-----	At-----	12	0	0
	Clock Cases	3	-----	At-----	3	0	0
	Looking Glasses	1	-----	At-----	7	0	0
	Tables	1	-----	At-----	2	14	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/10, ff. 105v-107.

1708

Quadro V. 18.

London. Exportations fo Goods & Merchandizes that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1707 To Xtmaz 1708 With an Estimate of their First Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & from Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or value	Amot of the Value		
					£	S	D
	At Value						
From London to Maderas	Cabinet maks ware	117 £			117	0	0
	Chayrs	21 Doz.	-----	At-----	75	6	0
	Looking Glasses	1 N°	-----	At-----	5	0	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/11, ff. 66v-68.

Quadro V. 19.

London. Exportations fo Goods & Merchandizes that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1707 To Xtmaz 1708 With an Estimate of their First Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & from Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or value	Amot of the Value		
					£	S	D
	At Value						
From London to Portugal	Cabinets	2 N°	-----	At-----	31	0	0
	Canes	7 dozn	-----	At-----	23	5	0
	Chayrs	6 7/2 Dozn	-----	At-----	42	15	0
	Chest of drawers	3 N°	-----	At-----	8	0	0
	Clock Cases	5 N°	-----	At-----	17	0	0
	Couches	2 N°	-----	At-----	3	0	0
	Escritores	7 N°	-----	At-----	44	0	0
	Joyners wares	3£: 10S: 0D	-----	At-----	3	10	0
	Looking Glasses	100 N°	-----	At-----	158	4	0
	Pictures	9 N°	-----	At-----	30	0	0
	Skreens	1 N°	-----	At-----	5	0	0
	Turnary war's	2 £	-----	At-----	2	0	0
	Upholterery wares	40£: 5S: 0D	-----	At-----	40	5	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/11, ff. 68v-71.

Quadro V. 20.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandizes that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1707 To Xtmaz 1708 With an Estimate of their First Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & from Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From Out Ports to Maderas	Value						
	Chayrs	21 Doz.	-----	At-----	75	6	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/11, ff. 105v-106.

Quadro V. 21.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandizes that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1707 To Xtmaz 1708 With an Estimate of their First Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & from Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or value	Amot of the Value		
					£	S	D
From Outports to Portugal	At Value						
	Chayrs	18 N°	At.....	18	2	0
	Escritores	1 N°		At.....	12	18	0
	Lookg Glasses	377£: 14S: 0D	At.....	377	14	0
	Upholstes ar's	6797£: 4S: 10D	At.....	6797	4	10

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/11, ff. 107v-109.

1709

Quadro V. 22.

London. Exportations of Goods & Merches that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1708 To Xtmaz 1709 With an Estimate of the First Cost or Value. (Vizt.)

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Cabinets	1			8	0	0
	Chayrs	29 Doz	At.....	83	2	0
	Looking Glasses	10£: 0S: 0D	At.....	10	0	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/12, ff. 45v-46v.

Quadro V. 23.

London. Exportations of Goods & Merches that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1708 To Xtmaz 1709 With an Estimate of the First Cost or Value. (Vizt.)

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Chayrs	230 N°	18 N°	At.....	96	2	0
	Clock Cases	8	At.....	23	0	0
	Escritores	1			10	0	0
	Lookg Glasses	144£: 14S: 2D	At.....	144	14	2
	Pictures or Prints	45£: 0S: 0D	At.....	45	0	0
	Upholstery ware	147»: 8»: 6»	At.....	147	8	6

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/12, ff. 46v-48v.

1710

Quadro V. 24.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1709 To Xtmaz 1710 with an Estimate of the first cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye first Cost or value	Amot of ye Value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Chayrs	7 Dozen	-----	At-----	21	0	0
	Joynerly Ware	137: 10: 0	-----	At-----	137	10	0
	Pictures in frames	20£: 0S: 0D	-----	At-----	20	0	0
	Upholstry Ware	16: 5: 0	-----	At-----	16	5	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/13, ff. 43-44v.

Quadro V. 25.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1709 To Xtmaz 1710 with an Estimate of the first cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye first Cost or value	Amot of ye Value			
					£	S	D	
From London to Portugal	Picture's & prints	5: 0: 0	-----	At 25S to 35S (?)	7	10	-	
	At Value							
	Book Cases	(2)	-----	At-----	15	0	0	
	Cabinets		(1)	-----	At-----	10	0	0
	Chayr's	6 8/12 Dozen	-----	At-----	36	2	0	
	Chest of Drawers	(1)	-----	At-----	8	0	0	
	Clock Cases	(7)	(1)	-----	At-----	55	10	0
	Couches	(2)	-----	At-----	3	0	0	
	Desks Walnut Free	-----	(1)	-----	At-----	3	0	0
	Elbow Chayr's	(24)	-----	At-----	33	6	0	
	Escrutor's	(3)	(3)	-----	At-----	28	50(?)	0
	Housings		10: 0: 0	-----	-----	10	0	0
	Joynerly Ware	-----	3: 13: 0	-----	At-----	3	13	0
	Looking Glasses	(139)	(14)	-----	At-----	329	4	0
	Pictur's	81£: 10S: 0D	-----	-----	At-----	81	10	0
	Tea Tables		6	-----	-----	0	10	0
	Upholstry Ware	111: 8: 0	-----	-----	At-----	111	8	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/13, ff. 44v-47.

1711

Quadro V. 26.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1710 To Xtmaz 1711 - with an Estimate of their First Cost or Value vizt.

Where Exptd & from Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Chairs	15£: 10S: 0D	-----	At-----	15	10	-
	Escritores	1 N°	-----	-----	10	0	-
	Looking Glasses	12£: 10S: 0D	-----	At-----	12	10	-
	Upholstery ware	16£: 6S: 0D	-----	At-----	16	6	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/14, ff. 46v-47v.

Quadro V. 27.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1710 To Xtmaz 1711 - with an Estimate of their First Cost or Value vizt.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London To Portugal	At Value						
	Cabinets	1 N°	At.....	12	0	-
	Chairs	66£ 3S 0D	At.....	66	3	-
	Clock Cases	6 N°	At.....	16	2	-
	Escritores	2 N°	At.....	10	10	-
	Looking Glasses	99 N°	At.....	203	19	-
	Pictures	157£ 6S 0D	At.....	157	6	-
Upholstery wares	17£: 7S: 0D	At.....	17	7	-	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/14, ff. 47v-49v.

Quadro V. 28.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufae of England From Xtmaz 1710 To Xtmaz 1711 with an Estimate of the First Cost or Value vizt.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From Out Ports to Maderas	At Value						
	Curtains & Valance	1 Suite	At.....	1	0	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/14, ff. 146v-146v.

Quadro V. 29.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufae of England From Xtmaz 1710 To Xtmaz 1711 with an Estimate of the First Cost or Value vizt.

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Desks writing	1 N°	At.....	2	15	-
	Fringe for Beds	2 Boxes	At.....	2	15	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/14, ff. 148v-149v.

1713

Quadro V. 30.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1712 To Xtmaz 1713 with an Estimate of the first cost or value (Vizt).

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Carpets woollen	350 N°	At.....	465	-	-
	Chairs	8 doz	At.....	28	4	-
	Looking Glasses	63 doz.	At.....	34	18	-
	Skreens	1	At.....	2	4	-
	Uphosltery ware	10: 10: 0	At.....	10	10	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/15, ff. 48-49.

Quadro V. 31.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1712 To Xtmaz 1713 with an Estimate of the first cost or value (Vizt).

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Cabinets	3 N°	-----	At-----	26	-	-
	Chairs	224 N°	-----	At-----	70	-	-
	Chest of Drawers	2			15	-	-
	Clock Cases	9			23	-	-
	Desks Writing	6 N°			16	2	-
	Escritores	13			86	16	-
	Looking Glasses	173 N°	-----	At-----	176	12	-
	Pictures in Fram's	35£ 10S 0D			35	10	-
	Tables	13			6	15	-
Uphosltery ware	83£ 18S 0D	-----	At-----	83	18	-	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/15, ff. 49v-51v.

Quadro V. 32.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Xtmaz 1712 to Xtmaz 1713 - with an Estimate of the first cost or value (vizt).

Where Exptd & fro Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first cost or value	Amot of the Value		
					£	S	D
From Out Ports to Maderas	Value						
	Escrutores	1 N°	-----	At-----	2	5	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/15, ff. 162-162v.

1714

Quadro V. 33.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christmas 1713 To Christmas 1714 with an Estimate of the First cost or value vizt.

Where Exptd & from Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Maderas	Pictures & Prints	14 P.	-----	At 25S to 35S Cwt	-	3	9
	At Value						
	Chairs	4 5/6 doz	-----	At-----	18	0	0
	Clock Cases	1 N°	-----	At-----	8	0	0
	Looking Glasses	89£: 0S: 0D	-----	At-----	89	0	0
	Picture Frames Wars	22£ 7S 6D	-----	At-----	22	7	6
	Uphoslter'y ware	24£: 11S: 0D	-----	At-----	24	11	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/16, ff. 52v-54.

Quadro V. 34.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christmas 1713 To Christmas 1714 with an Estimate of the First cost or value vizt.

Where Exptd & from Whence	Eng. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Portugal	Pictures & Prints	2C: 1Q: 4Lb	-----	At 25S to 35S Cwt	3	11	3
	At Value						
	Chairs	568 N°	-----	At-----	227	6	0
	Clock Cases	18 N°	-----	At-----	61	0	0
	Desks	31 N°	-----		54	19	0
	Escutores	27 N°	-----		124	4	0
	Looking Glasses	100£: 6S: 6D	-----	At-----	100	6	6
	Picture Frames Wars	41£ 6S 6D	-----	At-----	41	6	6
Uphol'try ware	197£: 2S: 0D	-----	At-----	197	2	0	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/16, ff. 55-57v.

Quadro V. 35.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christmas 1713 To Christmas 1714 with an Estimate of the first cost or value vizt.

Where Exptd & from Whence	Engsh. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From Outports to Maderas	At Value						
	Chairs	1/6 doz	-----	At-----	3	19	0
	Couches	1 N°	-----	At-----	1	4	0
	Escutores	1 N°	-----	At-----	2	5	0
	Clock Cases	1 N°	-----	At-----	8	0	0
	Looking Glasses	29 1/6 doz	-----	At-----	8	19	0
	Tables	3 N°	-----	At-----	1	19	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/16, ff. 176-177.

Quadro V. 36.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christmas 1713 To Christmas 1714 with an Estimate of the first cost or value vizt.

Where Exptd & from Whence	Engsh. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From Out Ports to Portugal	At Value						
	Curtains & Valence	1 Suite	-----	At-----	1	0	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/16, ff. 178-179.

1715

Quadro V. 37.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christmas 1714 To Christmas 1715 with an Estimate of the First cost or Value. vizt.

Where Exptd & from Whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Carpets wooln	150 N°	-----	At-----	92	10	0
	Loogg Glasses	79 doz	-----	At-----	25	14	0
	Upholt'ry ware	46£: 5S: 0D	-----	At-----	46	5	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/17, ff. 42v-43v.

Quadro V. 38.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christmas 1714 To Christmas 1715 with an Estimate of the First cost or Value. vizt.

Where Exptd & from Whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Portugal	Pictures or Prints	2C: 1Q: 0Lb	1C: 0Q: 0Lb	At 25S to 35S P.	4	17	6
	At Value						
	Chairs	44 doz	-----	At-----	210	10	0
	Clock Cases	14 N°	-----	At-----	50	3	0
	Escutores	23 N°	-----	At-----	78	10	0
	Loogg Glasses	121 N°	-----	At-----	226	12	6
	Pictures in Frames	19£: 5S: 0D	0£: 14S: 0D	At-----	19	19	0
Upholst'ry ware	280£: 9S: 6D	-----	At-----	280	9	6	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/17, ff. 44-46.

Quadro V. 39.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christmas 1714 To Christmas 1715 with an Estimate of the first cost or value vizt.

Where Exptd & from Whence	Engsh. Manufes	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From Out Ports to Portugal	At Value						
	Curtains & Valence	2 Suite	-----	At-----	2	0	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/17, ff. 152v-153v.

1716

Quadro V. 40.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England From Christmas 1715 To Christmas 1716 with an Estimate of the First cost or Value. vizt.

Where Exptd & fro: Whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Carpets wooln	200 N°	-----	At-----	200	0	0
	Chairs	39£: 0S: 0D	-----	At-----	39	0	0
	Loogg Glasses	39: 3: 4	-----	At-----	39	3	4
	Upholst'ry	65£: 16S: 0D	-----	At-----	65	16	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/18, ff. 44v-45.

Quadro V. 41.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England From Christmas 1715 To Christmas 1716 wth an Estimate of the First cost or Value. vizt.

Where Exptd & fro: Whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the Value			
					£	S	D	
From London to Portugal	<i>At Value</i>							
	Carpets wooln	200 N°	At.....	200	0	0	
	Chairs	157£: 12S: 0D	At.....	157	12	0	
	Clock Cases	31 N°	At.....	131	0	0	
	Escrutores	222£: 1S: 0D	At.....	222	1	0	
	Frames for Pictures	12£: 5S: 0D	At.....	12	5	0	
	Loogg Glasses	259£: 6S: 6D	At.....	259	6	6	
	Pictures in frames	33£: 0: 0	At.....	33	0	0	
Upholstery	78: 0: 0	At.....	78	0	0		

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/18, ff. 45v-47v.

Quadro V. 42.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christmas 1715 To Christmas 1716 wth an Estimate of the first cost or Value vizt.

Where Exptd & fro whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	Forer. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value			
					£	S	D	
From Outports to Maderas	<i>At Value</i>							
	Chairs	18 doz.	At.....	31	0	0	
	Escrutores	12£: 18S: 0D	At.....	12	18	0	
	Looking Glasses	28 doz.	At.....	29	12	7	
	Upholstery ware	12£: 16S: 0D	At.....	12	16	0	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/18, ff. 155v-156.

1717

Quadro V. 43.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England From Christmas 1716 To Christmas 1717 wth an Estimate of the First Cost or Value. vizt.

Where Exptd & from whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the value			
					£	S	D	
From London to Maderas	<i>At Value</i>							
	Carpets wooln	50£: 0S: 0D	At.....	50	0	0	
	Chairs	5£: 18S: 0D	At.....	5	18	0	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/19, ff. 48v-49v.

Quadro V. 44.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England From Christmas 1716 To Christmas 1717 with an Estimate of the First Cost or Value. vizt.

Where Exptd & from Whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Chairs	370 N°	-----	At-----	142	15	0
	Clock Cases	12 N°	-----	At-----	33	15	0
	Escrutores	4.459£: 159S: 5D	-----	At-----	4465	7	1
	Loogg Glasses	218£: 7S: 6D	2£: 18S: 0D	-----	221	5	6
	Tea Tables	8 N°	-----	At-----	5	2	-
Upholstery ware	64: 8: 0	-----	At-----	64	8	0	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/19, ff. 50-52.

Quadro V. 45.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1716 To Christmas 1717 with an Estimate of the First Cost or value. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the value		
					£	S	D
From Out Ports to Maderas	At Value						
	Looking Glasses	6 N°	-----	At-----	1	19	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/19, ff. 166v-167v.

1718

Quadro V. 46.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christs: 1717 To Christs: 1718, with an Estimate of the First Cost or Value vizt.

Where Exptd & from whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Chairs	138£: 15S: 0D	-----	At-----	138	15	0
	Clock Cases	6 N°	-----	At-----	20	-	-
	Escrutores	11 N°	-----	-----	19	5	-
	Lookg Glasses	268 N°	-----	At-----	24	18	-
	Turnery ware	5: 0: 0	-----	At-----	5	-	-
Upholstry (sic)	10: 0: 0	-----	At-----	10	-	-	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/20, ff. 48v-50.

Quadro V. 47.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christs: 1717 To Christs: 1718, with an Estimate of the First Cost or Value vizt.

Where Exptd & from whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value		
					£	S	D
From London To Portugal	At Value						
	Chairs	73 3/6 doz:	-----	At-----	230	2	-
	Clock Cases	15 N°	-----	At-----	46	-	-
	Escrutores	28£: 0S: 0D			28	-	-
	Joinery ware	50: 0: 0			50	-	-
	Looking Glasses	70: 18: 0			70	18	-
	Pictures in Frames	3£: 12S: 10D			3	12	10
Upholstry	111: 8: 0			111	8	-	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/20, ff. 50v-52v.

1719

Quadro V. 48.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christmas: 1718 To Christmas: 1719, with an Estimate of the First cost or value vizt.

Where Exptd & fro: whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ships	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Chairs	22 Doz:	-----	At-----	90	4	-
	Escrutores	2 N°			16	10	-
	Lookg Glasses	140 N°	-----	At-----	16	5	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/21, ff. 42v-43v.

Quadro V. 49.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England From Christmas: 1718 To Christmas: 1719, with an Estimate of the First cost or value vizt.

Where Exptd & fro: whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ships	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the Value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Chairs	144 2/3 Doz:	-----	At-----	448	01	00
	Clock Cases	7 N°			20	-	-
	Escrutores	5 N°			15	4	6
	Joynerly ware	24£: 0: 0			24	-	-
	Lookg Glasses	49£: 14S: 6D	-----	At-----	49	14	6
	Upholstry	70: 3: 3			70	3	3

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/21, ff. 43v-45v.

1720

Quadro V. 50.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the product & Manufacture of England from Christmas 1719 to Christmas 1720 with an Estimate of their first Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Looking Glasses	94 N°			34	18	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/22, ff. 41v-42v.

Quadro V. 51.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the product & Manufacture of England from Christmas 1719 to Christmas 1720 with an Estimate of their first Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the First Cost or Value	Amot of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Chairs	508£: 4: 6			508	4	6
	Clock Cases	9 N°			20	-	-
	Escrutores	17 N°			71	10	-
	Joyneriy	104: 0: 0			104	-	-
	Looking Glasses	22 N°			45	-	-
	Upholstry	132: 4: 0			132	4	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/22, ff. 43-44v.

1721

Quadro V. 52.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1720 to Christmas 1721 with an Estimate of the First Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Looking Glasses	37 N°			17	19	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/22, ff. 41v-42v.

Quadro V. 53.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1720 to Christmas 1721 with an Estimate of the First Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Chairs	103			391: 12: 00		
	Clock Cases	13 N°			43	12	0
	Escrutores	10 N°			44	5	0
	Joyneriy	155: 0: 0			155	0	0
	Looking Glasses	58 N°			154	10	0
	Picture frames	67£: 4: 0			67	4	0
	Upholstry	41£: 3: 0			41	3	0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/23, ff. 42v-44v.

1722

Quadro V. 54.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1721 to Christmas 1722 with an Estimate of the first Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	40 Doz:			60 15 6
	Clock Cases	3 Ps.			8 0 0
	Looking Glasses	20: 0: 0			20 0 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/24, ff. 41v-42v.

Quadro V. 55.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1721 to Christmas 1722 with an Estimate of the first Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro whence	Engsh. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	171£: 19: 0			171 19 0
	Clock Cases	14 N°			53 0 0
	Escrutores	80 N°			40 13 0
	Joyneriy	810: 14 4			810 14 4
	Looking Glasses	206: 17: 0			206 17 0
	Upholstry	41: 0: 0			41 0 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/24, ff. 43-45.

1723

Quadro V. 56.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1722 to Christmas 1723 with an Estimate of the first Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	12 Doz:			50 0 0
	Looking Glasses	38: 10: 0			38 10 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/25, ff. 47-48v.

Quadro V. 57.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1722 to Christmas 1723 with an Estimate of the first Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	363£: 14 0			363 14 0
	Clock Cases	17 N°			60 15 -
	Escrutores	43 N°			155 5 0
	Joyneriy	502: 0: 0			502 - -
	Looking Glasses	153: 5: 0			153 5 -
	Upholstry	116: 10: 0			116 10 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/25, ff. 48v-51v.

1724

Quadro V. 58.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1723 to Christmas 1724 with an Estimate of the first Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Lookg Glasses	34: 10: 0	-----	At-----	34 10 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/26, ff. 55-56.

Quadro V. 59.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1723 to Christmas 1724 with an Estimate of the first Cost or Value. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	569£: 10: 0			569 10 -
	Clock cases	12 N°			28 - -
	Escrutores	360£: 0: 0			360 - -
	Joyneriy	600: 0: 0			600 - -
	Lookg Glasses	514: 4: 0	-----	At-----	514 4 -
	Upholstry	135: 0: 0			135 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/26, ff. 56v-58v.

Quadro V. 60.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1723 to Christmas 1724 with an Estimate of the first Cost or value. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Chairs	3 Doz			7 12 -
	Looking Glasses	16 N°			5 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/26, ff. 168v-169.

1725

Quadro V. 61.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1724 to Christmas 1725 with an Estimate of the first Cost or value.(Vizt).

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Looking Glasses	29			20 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/27, ff. 60-61.

Quadro V. 62.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1724 to Christmas 1725 with an Estimate of the first Cost or value.(Vizt).

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the Value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	£ 476: 10: -			476 10 -
	Clock Cases	10 N°			52 - -
	Escrutores	5 N°			14 - -
	Joinery	227: -: -			227 - -
	Looking Glasses	440: 10: 0			440 10 -
	Upholstery	159 10 -			159 10 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/27, ff. 61v-63.

1726

Quadro V. 63.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1725 to Christmas 1726 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	40£: 0: 0			40 - -
	Looking Glasses	4 Doz			2 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/28, ff. 59v-60v.

Quadro V. 64.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1725 to Christmas 1726 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	846£: 0: 0			846 - -
	Clock Cases	6 N°			15 - -
	Escrutores	9 N°			44 - -
	Joynery	612£: 0: 0			612 - -
	Looking Glasses	665£: 0: 0			665 - -
	Upholstry	28: 0: 0			28 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/28, Part A (sic), ff. 61-63.

Quadro V. 65.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1725 to Christmas 1726 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Chairs	1	-----	At-----	6 18 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/28, ff. 172-173.

1727

Quadro V. 66.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England from Christmas 1726 to Christmas 1727 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Upholstry	10			10 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/82 Part A, ff. 52v-53.

Quadro V. 67.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product and Manufacture of England from Christmas 1726 to Christmas 1727 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	846£: 0: 0			846 - -
	Clock Cases	14 N°			55 10 -
	Escrutores	3 £ (s9c)			3 - -
	Joynerly	1954 £ (sic)	20 (sic)		1954 - -
	Looking Glasses	448 (sic)	50 id		498 - -
	Upholstry	35 id			35 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/82 Part A, ff. 53v-55v.

1728

Quadro V. 68.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1727 to Christmas 1728 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	12 N°			8 - -
	Escrutores	1			10 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/6, Part B (sic), ff. 104-104v.

Quadro V. 69.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1727 to Christmas 1728 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	362£: 13: 0			362 13 -
	Clock Cases	6 N°			12 - -
	Escutores	7 N°			40 - -
	Joynery	3598£: 0: 0			3598 - -
	Looking Glasses	383£:10: 0			383 10 -
	Upholstry	200: 0: 0			200 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/28, Part B, ff. 105-106v.

1729

Quadro V. 70.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1728 to Christmas 1729 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	26 N°			17 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/29, ff. 51v-52v.

Quadro V. 71.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1728 to Christmas 1729 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	£688: 10S			688 10 -
	Clock Cases	31 N°			96 10 -
	Escutores	£151: 5: 0			151 5 -
	Joynery	1944 £			1944 - -
	Looking Glasses	332 £			332 - -
	Upholstry	600£			600 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/29, ff. 53-54v.

1730

Quadro V. 72.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1729 to Christs 1730 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Joinery	10. £		At-----	10 - -
	Looking Glasses	30£			30 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/30, ff. 56v-57v.

Quadro V. 73.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1729 to Christs 1730 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value			
					£	S	D	
From London to Portugal	At Value							
	Chairs	600£ 10S				600	10	-
	Clock Cases	22 N°				91	-	-
	Escrutores	2 N°				10	-	-
	Joinery	1826 £			At-----	1826	-	-
	Looking Glasses	817£ 5S				817	5	-
	Upholstry	105£				105	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/30, ff. 58-60.

1731

Quadro V. 74.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1730 to Christmas 1731 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value			
					£	S	D	
From London to Maderas	At Value							
	Upholstry	15: 5: 0				15	5	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/31, ff. 58v-59.

Quadro V. 75.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1730 to Christmas 1731 with an Estimate of the first Cost or Value

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value			
					£	S	D	
From London to Portugal	At Value							
	Chairs	293£: 0: 0				293	-	-
	Clock Cases	124 10 0				124	10	-
	Escrutores	6 N°				14	-	-
	Looking Glasses	76£: 0: 0				76	-	-
	Upholstry	1454£: 0S: 0D	60£: 0S. 0D			1514	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/31, ff. 59v-61v.

Quadro V. 76.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are the of Product & Manufacture of England from Christmas 1730 to Christmas 1731 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value			
					£	S	D	
From Out Ports to Portugal	At Value							
	Lookg Glasses	2 N°				1	10	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/31, ff. 180v-181.

1732

Quadro V. 77.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the of Product & Manufacture of England from Christmas 1731 to Christmas 1732 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	36 N°	At.....	7 10 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/32, f. 59.

Quadro V. 78.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1731 to Christmas 1732 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	126£: 0: 0	At.....	126 - -
	Escutores	1 N°			10 - -
	Joynerly	583£ 0S 0D			583 - -
	Lookg Glasses	169: 0: 0			169 - -
	Clock Cases	19 N°			93 - -
	Upholstry	159: 10: 0			159 10 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/32, ff. 60-61v.

Quadro V. 79.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1731 to Christmas 1732 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From Out Ports to Maderas	At Value				
	Lookg Glasses	24 [N°]			10 - -
	Upholstry	18£: 4: 0			18 4 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/32, ff. 177-177v.

1733

Quadro V. 80.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1732 to Christmas 1733 with an Estimate of the first cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	72 N°	At.....	18 - -
	Joynerly	318£			318 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/33, ff. 53v-54.

Quadro V. 81.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1732 to Christmas 1733 with an Estimate of the first cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
	At Value				
From London to Portugal	Chairs	155£	-----	At-----	155 - -
	Clock Cases	194: 10: 0			194 10 -
	Escrutores	6 N°			24 10 -
	Joynerly	2435£ 10S 0D			2435 10 -
	Lookg Glasses	28£			28 - -
	Upholstry	93: 0: 0			93 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/33, ff. 54v-56.

1734

Quadro V. 82

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1733 to Christmas 1734 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	12 N°			10 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/34, ff. 53v-54.

Quadro V. 83.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christmas 1733 to Christmas 1734 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	12 N°			3 12 -
	Clock Cases	9 N°			23 14 -
	Escrutores	4N°			20 - -
	Joynerly	2747£ 14S od			2747 14 0
	Looking Glasses	102£: 0: 0			102 - -
Upholstry	56£: 0S: 0D			56 - -	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/34, ff. 54v-56.

1735

Quadro V. 84.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1734 to Christs 1735 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	144 N°			30 - -
	Joynerly	15£ 0S 0d			15 - -
	Looking Glasses	10£: 0: 0			10 - -
Upholstry	12£: 0S: 0D			12 - -	

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/35, ff. 57v-58v.

Quadro V. 85.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1734 to Christs 1735 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	<i>At Value</i>				
	Chairs	180£: 0S: 0D°			180 - -
	Clock Cases	20: 0: 0			20 - -
	Escrutores	1 N°			3 - -
	Joynery	2659£ 10S 0d			2659 10 -
	Looking Glasses	41£: 10: 0			41 10 -
	Upholstry	663£: 0S: 0D			663 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/35, ff. 59-60v.

Quadro V. 86.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1734 to Christs 1735 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	<i>At Value</i>				
	Chairs	12 N°			4 - -
	Joynery	3£ 5S 0d			3 5 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/35, ff. 175-176.

1736

Quadro V. 87.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1735 to Christmas 1736 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	<i>At Value</i>				
	Joynery	20: 0: 0			20 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/36, ff. 56-57.

Quadro V. 88.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1735 to Christmas 1736 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	<i>At Value</i>				
	Chairs	210£: 10S: 0D			210 10 -
	Clock Cases	1 N°			3 - -
	Escrutores	2 N°			18 - -
	Joynery	2590£ 10S 0D			2590 10 -
	Lookg Glasses	49£: 0: 0			49 - -
	Upholstry	110£: 0S: 0D			110 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/36, ff. 57v-60.

1737

Quadro V. 89.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1736 to Christmas 1737 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	72 N°			20 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/37, ff. 56v-57v.

Quadro V. 90.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1736 to Christmas 1737 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	33£: 0S: 0D			33 - -
	Clock Cases	5 N°			22 - -
	Escrutores	2 N°			9 - -
	Joynerie	4.112£ 0S 0D			4.112 - -
	Lookg Glasses	30£: 0: 0			30 - -
	Upholstry	15£: 0S: 0D			15 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/37, ff. 58-60.

1738

Quadro V. 91.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1737 to Christs 1738 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufactes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	120 N°			40 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/38, ff. 54v-55v.

Quadro V. 92.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1737 to Christs 1738 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	23£: 0S: 0D			23 - -
	Clock Cases	18: 0: 0			18 - -
	Joynerie	5.695£ 0S 0d			5695 - -
	Lookg Glasses	3 N°			3 - -
	Upholstry	20: 0: 0			20 - -
	Wood for Turners	10£: 0S: 0D			10 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/38, ff. 56-57v.

Quadro V. 93.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1737 to Christs 1738 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufaces	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Maderas	At Value				
	Chairs	120 N°			40 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/38, f. 174v.

1739

Quadro V. 94.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1738 to Christmas 1739 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	335£: 0S: 0D			335 - -
	Clock Cases	1 N°			4 10 -
	Escutores	1 N°			4 - -
	Frames for Pictures	1 N°			3 10 -
	Joyneriy	4358£ 0S 0D			4358 - -
	Lookg Glasses	30£: 0: 0			30 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/39, ff. 57v-58v.

1740

Quadro V. 95.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1739 to Christmas 1740 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Clock Cases	10 N°			28 - -
	Joyneriy	1,821£ 0S 0D	220£, 0S, 0D		2,041 - -
	Lookg Glasses	-----	10£: 0s: 0D		10 - -
	Upholstry	-----	60£: 0S: 0D		60 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/40, ff. 53-53v (folios muito danificados).

1741

Quadro V. 96.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1740 to Christmas 1741 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	10£: 0S: 0D			10 - -
	Upholstry	10: 0: 0			10 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/41, ff. 53-53v.

Quadro V. 97.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1740 to Christmas 1741 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
	At Value				
From London to Portugal	Chairs	15: 0: 0	30£: 0S: 0D		45 - -
	Clock Cases	24£. 0S. 0D			24 - -
	Escrutores	3 N°			23 - -
	Joynerly	453£ 15S 0D	521: 0: 0		4,674 15 -
	Lookg Glasses	4£: 0: 0	5£: 0s: 0		9 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/41, ff. 54-55v.

Quadro V. 98.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1740 to Christmas 1741 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From Out Ports to Portugal	Chairs	12 N°	-----	At-----	4 4 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/41, ff. 166-166v.

1742

Quadro V. 99.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1741 to Christs 1742 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amot of the value £ S D
	At Value				
From London to Portugal	Chairs	155£: 0: 0	-----		155 - -
	Clock Cases	17£. 0S. 0D			17 - -
	Escrutores	1 N°			5 - -
	Joynerly	2023£ 0S 0d	888: 0: 0		2911 - -
	Lookg Glasses	16£: 0: 0	-----		16 - -
	Upholstry	83: 0: 0			83 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/42, ff. 51v-53.

1743

Quadro V. 100.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1742 to Christmas 1743 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From London to Maderas	Chairs	10£: 0S: 0d			10 - -
	Upholstry	60: 0: 0			60 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/43, ff. 54-54v.

Quadro V. 101.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1742 to Christmas 1743 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Chairs	2£: 10s: 0d			2 10 -
	Clock Cases	10 N°			15 - -
	Joynery	3.065£.10s: 0d			3065 10 -
	Upholstry	10: 0: 0			10 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/43, ff. 55-56v.

1744

Quadro V. 102.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1743 to Christs 1744 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Chairs	14 N°			5 - -
	Upholstry	5: 0: 0			5 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/44, ff. 48-48v.

Quadro V. 103.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1743 to Christs 1744 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Clock Cases	1 N°			1 1 -
	Joynery	2,318£.0s: 0d			2,318 - -
	Upholstry	55: 0: 0			55 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/44, ff. 49-50v.

1745

Quadro V. 104.

London. Exportations of goods & merchandize that are of the product & manufacture of England from Christs 1744to Christs 1745 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Clock Cases	15£. 0s 0 d			15 - -
	Joynery	2,487£.0s: 0d	100. 0. 0		2,597 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/45, ff. 47-49.

1746

Quadro V. 105.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1745 to Christs 1746 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From London to Portugal	Chairs	12 N°			20 - -
	Clock Cases	3 [N°]			7 10 -
	Joynerly	3,614£.0s: 0d			3,614 - -
	Looking Glasses	40. 0. 0			40 - -
	Upholstry	5: 0: 0			5 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/46, ff. 46-47v.

Quadro V. 106.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Xmas 1745 to Xmas 1746 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From Out Ports To Maderas	Upholstry	16£. 0. 0			16 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/46, ff. 148-148v.

1747

Quadro V. 107.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1746 to Christs 1747 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From London to Portugal	Clock Cases	10£. 0s. 0d	At.....	10 - -
	Joynerly	4.136£.0s: 0d	270. 0. 0.		4.406 - -
	Lookg Glasss	110£ 0s. 0d			110 - -
	Upholstry	80: 0: 0	3£. 0. 0		83 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/47, ff. 45-46v.

1748

Quadro V. 108.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1747 to Christmass 1748 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	<i>At Value</i>				
From London to Portugal	Chairs	14. 8. 0		At-----	14 8 -
	Clock Cases	2 N°	1 N°	At-----	5 - -
	Joynerly	3.289£.0s: 0d	270. 0. 0.		3.559 - -
	Lookg Glasss	49£ 0s. 0d			49 - -
	Upholstry	342: 0: 0	110£. 0 . 0		60 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/48, ff. 54v-56.

1749

Quadro V. 109.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1748 to Christmas 1749 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	<i>At Value</i>				
From London to Maderas	Joynerly	170£ 0s. 0d		At-----	170 - -
	Upholstry	4. 0. 0			4 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/49, ff. 54-54v.

Quadro V. 110.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1748 to Christmas 1749 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	<i>At Value</i>				
From London to Portugal	Chairs	64£. 0s. 0d			64 - -
	Clock Cases	30. 15. 0			30 15 -
	Joynerly	3.855£ 0s. 0d		At-----	3.855 - -
	Lookg Galsses	3 N°			10 - -
	Upholstry	60. 0. 0			60 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/49, ff. 55v-57.

1750

Quadro V. 111.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1749 to Christmas 1750 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	<i>At Value</i>				
From London to Maderas	Lookg Galsses	3 N°			10 - -
	Upholstry	110. 0. 0			110 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/50, ff. 54-54v.

Quadro V. 112.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1749 to Christmas 1750 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Chairs	20£. 12s. 0d			20	12	-
	Clock Cases	43 .0 . 0			43	-	-
	Joynerly	2,257£ 0s. 0d			At.....	2.257	- -
	Lookg Glasses	200£ 0s 0d			200	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/50, ff. 55-56v.

1751

Quadro V. 113.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1750 to Christs 1751 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Clock Cases	22 [N°]			76	-	-
	Joynerly	1.406£. 0s: 0d			1.406	-	-
	Lookg Glasss	1 N°			1	10	-
	Upholstry	40: 0: 0			40	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/51, ff. 58v-60v.

1752

Quadro V. 114.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christs 1751 to Christs 1752 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Chairs	8£. 0s. 0d			8	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/52, ff. 54-55.

Quadro V. 115.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christs 1751 to Christs 1752 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Cabinet ware	2.742. 0. 0		At.....	2.742	-	-
	Clock Cases	20. 0. 0			20	-	-
	Upholstry	130: 0: 0			130	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/52, ff. 55v-57.

Quadro V. 116.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1751 to Christs 1752 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manufes	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From Out Ports to Portugal	<i>At Value</i>						
	Chairs for Cabinets	12£.0S. 0D			12	-	-
	Upholstry	34. 0. 0			34	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/52, ff. 178-179v.

1753

Quadro V. 117.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1752 to Christs 1753, with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exp.ed and fro whence	For. Manufact.	Eng Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount: of the value		
					£	S	D
From London to Maderas	<i>At Value</i>						
	Cabinet Ware	20£. 0s. 0d		At.....	20	-	-
	Upholstry	10. 0. 0			10	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/53, ff. 53-53v.

Quadro V. 118.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1752 to Christs 1753, with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exp.ed and fro whence	Eng. Manufact.	Eng. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount: of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	<i>At Value</i>						
	Cabinet Ware	1.658£. 0s. 0d		At.....	1.658	-	-
	Upholstry	103. 0. 0			103	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/53, ff. 54-55v.

1754

Quadro V. 119.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1753 to Christs 1754, with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exp.ed and fro whence	Eng. Manufact.	Eng. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount: of the value		
					£	S	D
From London to Maderas	<i>At Value</i>						
	Cabinet Ware	5£. 0s. 0d		At	5	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/54, ff. 50v-51v.

Quadro V. 120.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1753 to Christs 1754, with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exp.ed and fro whence	Eng. Manufact.	Eng. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount: of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	<i>At Value</i>						
	Cabinet Ware	661£. 0s. 0d		At	661	-	-
	Upholstry	400. 0. 0			400	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/54, ff. 52-53.

Quadro V. 121

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are the Product & Manufacture of England from Christs 1753 to Christs 1754, with an Estimate of the first Cost or Value

Where Exp.ed and from whence	Eng. Manuf.	Eng. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount: of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	15£. 0s. 0d		At	15 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/54, ff. 161v-163.

1755

Quadro V. 122.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1754 to Christmas 1755, with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exp.ed and from whence	Eng. Manufact.	Eng. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount: of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	180£. 0s. 0d		At	180 - -
	Upholstry	32. 10. 0			32 10 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/55, ff. 48v-49.

Quadro V. 123.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1754 to Christmas 1755, with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exp.ed and from whence	Eng. Manufact.	Eng. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount: of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	514£. 0s. 0d		At	514 - -
	Upholstry	1161£ 0. 0			1161 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/55, ff. 49v-50v.

Quadro V. 124.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Xmas 1754 to Xmas 1755, with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exp.ed and from whence	Eng. Manufact.	Eng. Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount: of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Upholstry	94£ 3s. 0d			94 3 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/55, ff. 156v-158.

1756

Quadro V. 125.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1755 to Christmas 1756 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	70£. 0s. 0d		At -----	70 - -
	Upholstry	50: 0: 0			50 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/56, ff. 47-47v.

Quadro V. 126.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1755 to Christmas 1756 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	1.556£. 2s. 0d	275£ 0: 0	At -----	1,831 2 -
	Upholstry	1,812£: 0s: 0d			1,812 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/56, ff. 48-49.

Quadro V. 127.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1755 to Christs 1756 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	50£. 0: 0		At -----	50 - -
	Upholstry	317£ 0s 0d			317 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/56, ff. 153-154.

1757

Quadro V. 128.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1756 to Christmas 1757 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	35£. 0s. 0d		At -----	35 - -
	Upholstry	20: 0: 0			20 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/57, ff. 45-45v.

Quadro V. 129.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1756 to Christmas 1757 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From London to Portugal	Cabinet Ware	247£. 0s. 0d	117£ 0s 0d	At	364 - -
	Upholstry	14: 0: 0	150. 0 0d		164 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/57, ff. 46-47v.

Quadro V. 130.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1756 to Christmas 1757 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From Out Ports to Portugal	Upholstry	15: 0: 0			15 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/57, ff. 149-149v.

1758

Quadro V. 131.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1757 to Christmas 1758 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From London to Maderas	Cabinet Ware	40£. 0s. 0d	50£ 0s 0d	At	90 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/58, ff. 47-48.

Quadro V. 132.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1757 to Christmas 1758 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From London to Portugal	Cabinet Ware	1.389£. 0s. 0d	-----	At	1.389 - -
	Upholstry	850£ 0s. 0d			850 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/58, ff. 48v-49v.

1759

Quadro V. 133.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christs 1758 to Christs 1759 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	200£. 0s. 0d	755£ 0s 0d	At -----	955 - -
	Upholstry	-----	410: 0: 0		410 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/59, ff. 50v-51v.

Quadro V. 134.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1758 to Christmas 1759 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	6£. 0s. 0d	-----	At -----	6 - -
	Upholstry	57£. 0s. 0d	-----		57 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/59, ff. 163-163v.

1760

Quadro V. 135.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christma 1759 to Christmas 1760 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	-----	50£ 0s 0d	At -----	50 - -
	Upholstry	270: 0: 0	-----		270 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/60, ff. 47v-48v.

Quadro V. 136.

London. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christma 1759 to Christmas 1760 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	48£: 0s: 0d	128: 0: 0	At -----	176 - -
	Upholstry	200£: 0: 0	530: 0: 0		730 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/60, ff. 48v-49v.

Quadro V. 137.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1759 to Christmas 1760 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	100£. 0s. 0d	-----	At -----	100 - -
	Upholstry	4£. 0s. 0d	-----		4 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/60, ff. 167v-168.

Quadro V. 138.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1759 to Christmas 1760 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Upholstry	7£. 10s. 0d	-----		7 10 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/60, ff. 168-168v.

1762

Quadro V. 139.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1761 to Christmas 1762 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	208£ 0s 0d		At -----	208 - -
	Upholstry	78£ 0s 0d			78 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/62, ff. 51v-52v.

Quadro V. 140.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1761 to Christmas 1762 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	122£ 0s 0d		At -----	122 - -
	Upholstry	485£ 0s 0d	100 0 0		585 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/62, ff. 52v-54.

Quadro V. 141.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1761 to Christs 1762 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports To Maderas	At value				
	Cabinet Ware	50£ 0s 0d		At 3 to 5£ C	50 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/62, f. 175v.

Quadro V. 142.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1761 to Christs 1762 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Upholstry	1£ 0d 0d			1 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/62, f. 176.

1763

Quadro V. 143.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1762 to Christmas 1763 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	53£ 3s 0d		At -----	53 3 -
	Upholstry	90£ 0s 0d			90 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/63, ff. 58v-59.

Quadro V. 144.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1762 to Christmas 1763 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	45£ 0s 0d		At -----	45 - -
	Upholstry	1.260£ 0s 0d			1.260 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/63, ff. 59-60v.

Quadro V. 145.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1762 to Christmas 1763 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	70£ 0s 0d			70 - -
	Upholstry	115£ 4d 6d			115 4 6

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/63, ff. 193-193v.

1764

Quadro V. 146.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1763 to Christmas 1764 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	87£ 0s 0d		At	87 - -
	Upholstry	282£ 0s 0d			282 0 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/64, ff. 64v-65v.

Quadro V. 147.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1763 to Christmas 1764 with an Estimate of the first Cost or Value

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	170£ 0s 0d	100£. 0s. 0d	At	270 - -
	Upholstry	830£ 0s 0d	20£. 0s .0d		850 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/64, ff. 65v-67.

Quadro V. 148.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product and Manufacture of England from Christmas 1763 to Christmas 1764 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Upholstry	13£ 13s 0d	1. 10. 0		15 3 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/64, ff. 211-211v.

1765

Quadro V. 149.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1764 to Christmas 1765 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	100£ 0s 0d		At -----	100 - -
	Upholstry	30£ 0s 0d			30 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/65, ff. 64-65.

Quadro V. 150.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1764 to Christmas 1765 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	70£ 0s 0d	50£. Os. 0d	At -----	120 - -
	Upholstry	603£ 0s 0d			603 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/65, ff. 65-66v.

Quadro V. 151.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product and Manufacture of England from Christmas 1764 to Christmas 1765 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	20£ 0s 0d		At -----	20 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/65, ff. 213-213v.

1766

Quadro V. 152.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product and Manufacture of England from Christmas 1765 to Christmas 1766 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	20£ 0s 0d		At -----	20 - -
	Upholstry	112£ 0d 0d			112 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/66, ff. 62-63.

Quadro V. 153.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product and Manufacture of England from Christmas 1765 to Christmas 1766 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From London to Portugal	Cabinet Ware	110£ 10s 0d		At	110 10 -
	Upholstry	550£ 0s 0d	200£ 0s. 0d		750 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/66, ff. 63v-64v.

Quadro V. 154.

Out Ports. Exportations of Goods & Merchandize that are of the Product and Manufacture of England from Christmas 1765 to Christmas 1766 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From Out Ports to Portugal	Upholstry	10. 0. 0		10 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/66, ff. 205-206.

1767

Quadro V. 155.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1766 to Christmas 1767 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From London to Maderas	Upholstry	110£ 0s 0d			110 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/67, ff. 62-62v.

Quadro V. 156.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1766 to Christmas 1767 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	At Value				
From London to Portugal	Cabinet Ware	16£ 0s 0d		At	16 - -
	Upholstry	680£ 0s 0d			680 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/67, ff. 63-64.

Quadro V. 157.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1766 to Christmas 1767 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Upholstry	14£ 0d 0d			14 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/67, ff. 217-217v.

1768

Quadro V. 158.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce and Manufacture of England from Christmas 1767 to Christmas 1768 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Upholstry	88£ 0d 0d			88 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/68, ff. 65-65v.

Quadro V. 159.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce and Manufacture of England from Christmas 1767 to Christmas 1768 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	At Value				
	Cabinet Ware	29£ 0s 0d		At -----	29 - -
	Upholstry	1.249£ 0s 0d			1.249 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/68, ff. 66-67.

1769

Quadro V. 160.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1768 to Christmas 1769 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	At Value				
	Cabinet Ware	30£ 0s 0d		At -----	30 - -
	Upholstry	80£ 0s 0d			80 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/69, ff. 62-63.

Quadro V. 161.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Product & Manufacture of England from Christmas 1768 to Christmas 1769 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Upholstry	65£ 0d 0d			65	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/69, ff. 63-64v.

Quadro V. 162.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce and Manufacture of England from Christmas 1768 to Christmas 1769 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From Out Ports to Portugal	At Value						
	Upholstry	-----	45£. 0s. 0d		45	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/69, ff. 211v-212.

1770

Quadro V. 163.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the product & Manufacture of England from Christmas 1769 to Christmas 1770 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From London to Maderas	At Value						
	Upholstry	70£ 0s 0d			70	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/70, ff. 59v-60v.

Quadro V. 164.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the product & Manufacture of England from Christmas 1769 to Christmas 1770 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	At Value						
	Cabinet Ware	10£:0s 0d			10	-	-
	Upholstry	250£ 0s 0d	230£: 0s 0d		480	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/70, ff. 60v-62.

Quadro V. 165.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the product and Manufacture of England from Christmas 1769 to Christmas 1770 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From Out Ports to Portugal	At Value						
	Upholstry	-----	25£: 0s: 0d		25	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/70, ff. 217v-218.

1771

Quadro V. 166.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the product & Manufacture of England from Christmas 1770 to Christmas 1771 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	<i>At Value</i>				
	Cabinet Ware	150£: 0s: 0d			150 - -
	Upholstry	60£ 0d 0d			60 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/71, ff. 63v-64.

Quadro V. 167.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the product & Manufacture of England from Christmas 1770 to Christmas 1771 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	<i>Unrated Goods</i>				
	Upholstry	100£ 0s 0d	50£ 0s. 0d		150 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/71, ff. 64-65v.

Quadro V. 168.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the product & Manufacture of England from Christmas 1770 to Christmas 1771 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	<i>Unrated Goods</i>				
	Upholstry	100£ 0d 0d	50£ 0s. 0d		150 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/71, ff. 225v-226v.

1772

Quadro V. 169.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the product and Manufacture of England from Christmas 1771 to Christmas 1772 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Maderas	<i>Unrated Goods</i>				
	Upholstry	65£ 0s 0d			65 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/72, ff. 62-62v.

Quadro V. 170.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the product and Manufacture of England from Christmas 1771 to Christmas 1772 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	<i>Unrated Goods</i>				
From London to Portugal	Cabinet Ware	4£. 0s. 0d			4 - -
	Upholstry	370£ 0s 0d			370 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/672, ff. 63-64.

1773

Quadro V. 171.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1772 to Christmas 1773 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	<i>Unrated Goods</i>				
From London to Maderas	Cabinet Ware	6£ 0s 0d		At -----	6 - -
	Upholstry	375£ 0s 0d			375 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/73, ff. 64v-65.

Quadro V. 172.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1772 to Christmas 1773 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	<i>Unrated Goods</i>				
From London to Portugal	Cabinet Ware	102£ 0s 0d		At -----	102 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/73, ff. 65-66.

Quadro V. 173.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1772 to Christmas 1773 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
	<i>Unrated Goods</i>				
From Out Ports to Portugal	Upholstry	20£ 0d 0d			20 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/73, f. 222.

Quadro V. 174.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce and Manufacture Exported from England to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1772 & the 5th January 1773 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article & the particular Kingdom to which Exported. Two Columns are added. One shewing the Total Imports into Scotland & the other the Total Imports to Great Britain.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-	439 - -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/1, ff. 10v-13.

1774

Quadro V. 175.

London. Exportation of Goods and Merchandize that are of the Produce and Manufacture of England from Christmas 1773 to Christmas 1774 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Madeira (sic)	Unrated Goods				
	Cabinet Ware	40£ 0s 0d		At -----	40 - -
	Upholstry	220£: 0s: 0d			220 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/74, ff. 65-66.

Quadro V. 176.

London. Exportation of Goods and Merchandize that are of the Produce and Manufacture of England from Christmas 1773 to Christmas 1774 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	Unrated Goods				
	Cabinet Ware	20£ 0s 0d		At -----	20 - -
	Upholstry	151£: 0s: 0d			151 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/74, ff. 66-67v.

Quadro V. 177.

Out Ports. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1773 to Christmas 1774 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	Unrated Goods				
	Upholstry	15£ 0d 0d			15 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/74, ff. 222-223.

1775

Quadro V. 178.

London. Exportation of Goods and Merchandize that are of the Produce and Manufacture of England from Christmas 1774 to Christmas 1775 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Madeira	Unrated Goods				
	Upholstry	100£: 0s: 0d			100 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/75, ff. 69v-70v.

Quadro V. 179.

London. Exportation of Goods and Merchandize that are of the Produce and Manufacture of England from Christmas 1774 to Christmas 1775 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	Unrated Goods				
	Upholstry	12£: 0s: 0d			12 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/75, ff. 70v-72.

1776

Quadro V. 180.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1775 to Christmas 1776 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Madeira	Unrated Goods				
	Upholstry	27£ 0s 0d			27 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/76, f. 66v.

Quadro V. 181.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1775 to Christmas 1776 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	Unrated Goods				
	Upholstry	404£ 4s 0d			404 4 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/76, ff. 67-68.

1777

Quadro V. 182.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1776 to Christmas 1777 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	Unrated Goods				
	Cabinet Ware	80£. 0s. 0d			80 - -
	Upholstry	300£ 0s. 0d	10. 0. 0		310 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/77, ff. 65v-66v.

Quadro V. 183.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1776 to Christmas 1777 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value £ S D
From London to Madeira	Unrated Goods				
	Cabinet Ware	40£ 0s. 0d			40 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/77, ff. 64v-65.

Quadro V. 184.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce and Manufacture exported from England to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1777 & the 5th January 1778 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom to which Exported. Two Columns are added one shewing the Total Imports into Scotland & the other the Total Imports to G. Britain.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	450 - -	Cabinet Ware & Upholstry

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/5-9, ff. 10v-13.

1778

Quadro V. 185.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1777 to Christmas 1778 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From London to Portugal	Unrated Goods						
	Cabinet Ware	-----	35£ 0s 0d	At -----	35	-	-
	Upholstry	70£ 0s 0d			70	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/78, ff. 61v-62v.

Quadro V. 186.

London. Exportations of Goods and Merchandize that are of the Produce & Manufacture of England from Christmas 1777 to Christmas 1778 with an Estimate of the first Cost or Value.

Where Exptd & fro: whence	Eng. Manuf.	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value	Amount of the value		
					£	S	D
From London to Madeira	Unrated Goods						
	Cabinet Ware	200£ 0s 0d		At -----	200	-	-
	Upholstry	140£ 0s 0d			140	-	-

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/78, ff. 60v-61v.

Quadro V. 187.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce and Manufacture exported from England to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1778 & the 5th January 1779 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom to which exported. Two Columns are added one shewing the Total export from Scotland & the other the Total Exports from Great Britain.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	445 - -	Cabinet Ware & Upholstry

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/5, ff. 66v-69.

1781

Quadro V. 188.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce and Manufacture exported from England to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th Jany 1780 & the 5th Jany 1781, distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom to which exported. Two Columns are added one shewing the Total export from Scotland & the other the Total Exports from Great Britain.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	60 - -	Cabint Ware & Uupholsr

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/6, ff. 68v-71.

1782

Quadro V. 189.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce and Manufacture exported from England to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th Jany 1781 and the 5th Jany 1782, distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which exported. Two Columns are added one shewing the Total export from Scotland & the other the Total Exports from Great Britain.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	215 -- -	Cabinet Ware & C.

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/7, ff. 10v-13.

1783

Quadro V. 190.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce and Manufacture exported from England to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1782 and the 5th January 1783, distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which exported. Two Columns are added one shewing the Total export from Scotland & the other the Total Exports from Great Britain.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	845 - -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/7, ff. 78v-82.

1784

Quadro V. 191.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce and Manufacture exported from England to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th Jany 1783 and the 5th Jany 1784, distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which exported. Two Columns are added one shewing the Total export from Scotland & the other the Total Exports from G: Britain.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	18 - -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/8, ff. 11v-13.

1785

Quadro V. 192.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce or Manufacture exported from England to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1784 and the 5th January 1785, distinguishing the Species Quantity & Value of each Article, and the particular Kingdom or State to which exported. Two Columns are added one shewing the Total export from Scotland & the other the Total Exports from Great Britain.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	205	Cabinet Ware & Upholstry

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/8, ff. 70v-73 [?].

1786

Quadro V. 193.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce or Manufacture exported from England to Foreign Kingdoms and States of Europe between the 5th Jany 1786 and the 5th Jany 1787, distinguishing the Species Quantity & Value of each Article, and the particular Kingdom or State to which exported. Two Columns are added one shewing the Total export from Scotland & the other the Total Exports from G. Britain.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	4 - -	Cabinet Ware & Upholstery

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/9, ff. 70v-73.

1787

Quadro V. 194.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce or Manufacture exported from England to Foreign Kingdoms and States of Europe between the 5th Jany 1786 and the 5th Jany 1787, distinguishing the Species Quantity & Value of each Article, and the particular Kingdom or State to which exported. Two Columns are added one shewing the Total export from Scotland & the other the Total Exports from G. Britain.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	4 - -	Cabinet Ware & Upholstery

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/8, ff. [?].

1790

Quadro V. 195.

An account of the Goods Wares and Merchandize being British Produce and Manufacture exported from Scotland to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1789 and the 5th January 1790 distinguishing the Species Quantity and Value of each Article and the particular Kingdom or State to which Exported.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	50 - -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/11, ff. 180-183.

1793

Quadro V. 196.

An account of the Goods Wares and Merchandize being British Produce and Manufacture Exported from Great Britain to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1793 & the 5th January 1794 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which Exported.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	301 - -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/14, ff. 22v-31 (folios muito danificados).

Quadro V. 197.

An account of the Goods Wares and Merchandize being British Produce and Manufacture Exported from Great Britain to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1793 & the 5th January 1794 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which Exported.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	160 - -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/15, ff. 10v-13 (folios muito danificados).

1794

Quadro V. 198.

An account of the Goods Wares and Merchandize being British Produce and Manufacture Exported from Great Britain to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1794 & the 5th January 1795 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which Exported.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	130 - -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/16, ff. 54v-59 (folios muito danificados).

1795

Quadro V. 199.

An account of the Goods Wares and Merchandize being British Produce or Manufacture exported from Great Britain to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1795 & the 5th January 1796 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which Exported.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	924 - -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/17, ff. 26v-29 (folios muito danificados, a maior parte não legíveis).

1796

Quadro V. 200.

An account of the Goods Wares and Merchandize being British Produce or Manufacture exported from Great Britain to the Several Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1796 & the 5th January 1797 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which Exported.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	1,054 5 -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/18, ff. 34v-37.

1797

Quadro V. 201.

An account of the Goods Wares and Merchandize being British Produce or Manufacture Exported from G: Britain to the Several Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1797 & the 5th January 1798 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which Exported.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	486 - -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/19 ff. ??? (numeração de fólhos ilegível).

1798

Quadro V. 202.

An account of the Goods Wares and Merchandize being British Produce or Manufacture Exported from G:t Britain to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1798 & the 5th January 1799 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which Exported.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	306 17 6	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/20, ff. 35v-38 (fólhos ilegíveis).

1799

Quadro V. 203.

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce and Manufacture exported from Great Britain to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1799 & the 5th January 1800 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which Exported.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
-----	3.268 - -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/21, ff. 31v-34.

1800

Quadro V. 204

An account of the Goods Wares & Merchandize being British Produce and Manufacture exported from G. Britain to Foreign Kingdoms & States of Europe between the 5th January 1800 & the 5th January 1801 distinguishing the Species Quantity & Value of each Article and the particular Kingdom or State to which Exported.

Portugal and Madeira		Species of Goods
Quantity	Value	
.....	1.769 1 -	Cabinet Ware

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 17/22, ff. 41v-44.

EXPORTAÇÕES INGLESAS

MANUFACTURAS OU ARTIGOS DE PROCEDÊNCIA NÃO ESPECIFICADA, REEXPORTADAS A PARTIR DE INGLATERRA

1702

Quadro V. 205.

London. Exportations of Forn Merchsz by Certificate Out Of Time Xtmaz1701, to Xtmaz 1702, with an Estimate of the Value in Engand. Vizt.

Where Exptd & fro Whence	Fore. Merchze Out of Time	Quantity	Estimate of the Value in Engld	Amot of the Value £ S D
From London to Portugll	Value			
	Cabinetts India	2	At-----	10 0 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/6, ff. 104-104v.

1704

Quadro V. 206.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize p. Certificate Out of Time From Xtmaz 1703 To Xtmaz 1704 With an Estimate of ye Value in England..Vizt.

Where Exptd & fro Whence	For. Merchdz Out of Time	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye Value in England	Amot of ye Value £ S D
From London To Portugal	Carpetts Persia	2	-----	At 50Sp.p.	5 0 0
	Valued Tables Dutch	4	-----	At-----	1 0 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/8, ff. 127-128.

1706

Quadro V. 207.

London. Exportations of Foreign Goods & Mercandize by Certificate (Out of Time) From Xtmaz 1705 To Xtmaz 1706 with an Estimate of ye value in England vizt.

Where Exptd & fro Whence	For. Merchdz (Out of Time)	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of ye Value in England	Amot of ye value £ S D
From London To Portugal	At Value				
	Tea Tables	1 N°	-----	At-----	0 0 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/9, ff. 143v-144v.

1709

Quadro V. 208.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (OUR OF TIME) From Xtmas 1708 to Xtmas 1709 with an Estimate of the Value in England. Vizt.

Where Exptd & fro Whence	For. Merchdz (Out of Time)	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the Value in England	Amot of ye Value £ S D
From London To Portugal	At Value				
	Drawers	116 Ps	-----	At-----	14 10 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/12, ff. 96-97.

1710

Quadro V. 209.

London. Exportations of Forn Goods & Merchandize by Certificate (out of time) From Xtmas 1709 to Xtmas 1710 with an Estimate of the Value in England. Vizt.

Where Exptd & fro Whence	For. Merchdz (out of time)	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the Value in England	Amot of the Value £ S D
From London to Portugal	Carpets Persia	(1)	-----	At 40 to 50S p. Ps	2 5 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/13, ff. 104v-105.

1711

Quadro V. 210.

Out Ports. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (In Time) from Xtmas 1710 to Xtmas 1711 with an Estimate of the Value in England after the Duties Drawn Back .(Vizt) .

Where Exptd & Fro Whence	For. Merchdz (In Time)	Eng. Ship	For. Ships	Estimate of the Value in England	Amot of the Value £ S D
From Out Ports to Portugal	At Value				
	Pictures lna in frames	100 N°	-----	At-----	10 0 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/14, ff. 178v-179.

1717

Quadro V. 211.

London. Exportations of Goods & Merchandize by Certificate (Out of Time) From Christmas 1716 To Christmas 1717 wth an Estimate of the value in England. vizt.

Where Exptd & fro whence	Engsh. Manufes Out of Time	Engsh. Ship	For. Ships	Estimate of the value in England	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	Carpets Turkey short	1 N°	-----	At 2:10 to 3£ Ps.	2 15 0
	At Value				
	Pictures	1 N°	-----	At-----	0 10 0

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/19, f. 118v.

1724

Quadro V. 212.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (In Time) from Christmas 1723 to Christmas 1724 with an Estimate of the Value thereof after the Dutys (sic) are drawn back. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz In Time	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in England after the Dutys are drawn back	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	At Value Chairs	14N°		At.....	2 16 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/26, ff. 99-99v.

Quadro V. 213.

Out Ports. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (In Time) from Christms 1723 to Christmas 1724 with an Estimate of the Value thereof after the Dutys (sic) are drawn back. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz In Time	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in England after the Dutys are drawn back	Amot of the value £ S D
From Out Ports to Portugal	Paper painted	20 Reams		At 11 yto 13£ Reams	12 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/26, ff. 192-192v.

1725

Quadro V. 214.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (In Time) from Christmas 1724 to Christmas 1725 with an Estimate of the Value thereof after the Duty's (sic) are drawn back. Vizt.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz In Time	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in England after the Dutys are drawn back	Amot of the value £ S D
From London to Portugal	Carpets Persia	100 3/8 Sq Yards	-----	At 49S to 50 S. Yd Sq	225 16 10
	----- Turkey	1 Long 1 Short		Long At 3£:10 to 4£ Short At 2£ to 2£:15	6 2 6

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/27, ff. 106v-107.

1726

Quadro V. 215.

TABLE ??

Out Ports. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (In Time) from Christmas 1725 to Christmas 1726 with an Estimate of the value in England after the duties are drawn back..

Source: TNA: PRO Custom 3 _28/30.

Cust3/28 Part A. Ff.195-195v.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz In Time	Engsh. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in England after the duties are drawn back	Amot of the value £ S D
From Out Ports to Maderas	Carpets China	32 N°		At 40 to 55S Ps	76 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/28 Part A, ff. 195-195v.

1728

Quadro V. 216.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (In Time) from Christmas 1727 to Christmas 1728 with an Estimate of the value in Engld after the Duties are drawn back..

<i>Where Exptd & fro: whence</i>	<i>For. Merchdz In Time</i>	<i>Engsh. Ship</i>	<i>Forn. Ships</i>	<i>Estimate of the Value in Engld after the Duties are drawn back</i>	<i>Amot of the value £ S D</i>
<i>From London to Portugal</i>	<i>Carpets Turkey short</i>	<i>77 N°</i>		<i>At 2 to 2£15S Ps</i>	<i>182 17 6</i>

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/28 Part B, ff. 190v-191.

1731

Quadro V. 217.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (Out of Time) from Christmas 1730 to Christmas 1731 with an Estimate of the Value in England.

<i>Where Exptd & fro: whence</i>	<i>For. Merchdz Out of Time</i>	<i>Eng. Ship</i>	<i>Forn. Ships</i>	<i>Estimate of the Value in England</i>	<i>Amot of the Value £ S D</i>
<i>From London to Portugal</i>	<i>Tables marble in frames</i>	<i>2 N°</i>		<i>At 30S P.</i>	<i>3 - -</i>

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/30, ff. 135-135v.

1734

Quadro V. 218.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (InTime) from Christmas 1733 to Christmas 1734 with an Estimate of the Value in England after the Duties are drawn back.

<i>Where Exptd & fro: whence</i>	<i>For. Merchdz In Time</i>	<i>Eng. Ship</i>	<i>Forn. Ships</i>	<i>Estimate of the Value in Engld after the Duties are drawn back</i>	<i>Amot of the Value £ S D</i>
<i>From London to Portugal</i>	<i>Carpets Turkey Long</i>	<i>1 N°</i>		<i>At 3:10 to 4£ P</i>	<i>3 15 -</i>

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/34, ff. 96-97.

Quadro V. 219.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (out of Time) from Christmas 1733 to Christmas 1734 with an Estimate of the Value in England.

<i>Where Exptd & fro: whence</i>	<i>For. Merchdz Out of Time</i>	<i>Eng. Ship</i>	<i>Forn. Ships</i>	<i>Estimate of the Value in England</i>	<i>Amount of the value £ S D</i>
<i>From London to Portugal</i>	<i>Carpets Short</i>	<i>10 N°</i>		<i>At 2:10 to 3£ P</i>	<i>27 10 -</i>

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/34, ff. 122-122v.

1735

Quadro V. 220.

Out Ports. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (In Time) from Christs 1734 to Christs 1735 with an Estimate of the Value in England after the Duties are drawn back.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz In Time	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in England after the Duties are drawn back	Amount of the value £ S D
From Out Ports to Maderas	At Value				
	Close Stools	18 N°			2 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/35, ff. 199v-200.

1736

Quadro V. 221.

Out Ports. Exportations of Foreign Goods and Merchandize by Certificate (In Time) from Christs 1735 to Christmas 1736 with an Estimate of the first Cost or Value after the duties are drawn back.

Where Imp.ed and fro whence	For. Merchandz In Time	Eng Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value after the duties are drawn back.	Amount: of the value £ S D
From Out Ports to Maderas	At Value				
	Close Stools	12 N°		At.....	1 10 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/36, f. 202.

1737

Quadro V. 222.

London. Exportations of Foreign Goods and Merchandize by Certificate (Out of Time) from Christmas 1736 to Christmas 1737 with an Estimate of the Value in England.

Where Exp.ed and fro whence	For. Merchandz Out of Time	Eng Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value in England	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	Carpets Short	6 N°		At 2:10 to 3£ Ps.	16 10 -
	At Value				
	Toys for Children	-----	24£ 0S: 0D		24 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/37, f. 130v.

1738

Quadro V. 223.

London. Exportations of Foreign Goods and Merchandize by Certificate (In Time) from Christmas 1737 to Christmas 1738 with an Estimate of the Value in England after the Duties are drawn back.

Where Exp.ed and fro whence	For. Merchandz In Time	Eng Ships	For. Ships	Estimate of the first Cost or Value in Engl after the Duties are drawn back	Amount of the value £ S D
From London to Portugal	Carpets Turkey Short	10 N°		At 2:10 to 2£:15S Ps.	23 15 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/38, ff. 99-100.

1746

Quadro V. 224.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (Out of Time) from Christmas 174 to Christmas 1746 with an Estimate of the Value in England.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz Out of Time:	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in England.	Amount of the Value £ S D
From London to Portugal	Picture	1 N°		At 20s P.	1 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/46, f.110v-111.

1751

Quadro V. 225.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (Out of Time) from Christmas 1750 to Christmas 1751 with an Estimate of the Value in England.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz Out of Time:	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in England	Amount of the Value £ S D
From London to Portugal	Pictures	20 N°		At 10s P.	10 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/51, f.136v.

1752

Quadro V. 226.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (In Time) from Christs 1751 to Christs 1752 with an Estimate of the Value in England after the Duties are drawn back.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz In Time:	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in Engl after the Duties are drawn back	Amount of the Value £ S D
From London to Portugal	Carpets Turkey Long	1 N°		At 3.10 to 4£ P.	3 15 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/52, ff.99-100.

1762

Quadro V. 227.

Out Ports. Exportations of Foreign Goods and Merchandize by Certificate (Out of Time) from Christmas 1761 to Christmas 1762 with an Estimate of the Value in England.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz Out of Time:	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in England	Amount of the Value £ S D
From Out Ports to Maderas	At value Toylets	3 N°	-----	At 6s 1b	1 10 -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/62, f. 209.

1764

Quadro V. 228.

London. Exportations of Foreign Goods and Merchandize by Certificate (Out of Time) from Christmas 1763 to Christmas 1764 with an Estimate of the Value in England.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz Out of Time:	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in England	Amount of the Value £ S D
From London To Portugal	Wood Mahogany	7 Planks		At 30 to 50s P.	14 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/64, ff. 157v-158.

1767

Quadro V. 229.

London. Exportations of Foreign Goods & Merchandize by Certificate (In Time) from Christmas 1766 to Christmas 1767 with an Estimate of the Value in England after the Duties are Drawn back.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz In Time:	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in Engl after the Duties are Drawn back	Amount of the Value £ S D
From London to Portugal	At value Lacquer'd Ware	32 Ps.		At -----	3 3 8

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/67, ff. 120-121.

1769

Quadro V. 230.

Out Ports. Exportations of Foreign Goods and Merchandize by Certificate (In Time) from Christmas 1768 to Christmas 1769 with an Estimate of the Value in England after the Duties are Drawn back.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz In Time:	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in Engl after the Duties are Drawn back	Amount of the Value £ S D
From Out Ports to Portugal	Mahogany Plank	20 Tons		At 10£ Ton	200 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/69, f. 242.

1775

Quadro V. 231.

London. Exportations of Foreign Goods and Merchandize by Certificate (In Time) from Christmas 1774 to Christmas 1775 with an Estimate of the Value in England after the Duties are Drawn back.

Where Exptd & fro: whence	For. Merchdz In Time:	Eng. Ship	Forn. Ships	Estimate of the Value in Engl after the Duties are Drawn back	Amount of the Value £ S D
From London to Portugal	Unrated Goods Mahogany Plank	31£. 0s. 0d			31 - -

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/75, ff. 130-130v.

1777

Quadro V. 232.

Out Ports. Exportations of Foreign Goods and Merchandize by Certificate (In Time) from Christmas 1777 to Christmas 1777 with an Estimate of the Value in England.

<i>Where Exptd & fro: whence</i>	<i>For. Merchdz In Time:</i>	<i>Eng. Ship</i>	<i>Forn. Ships</i>	<i>Estimate of the Value in England</i>	<i>Amount of the Value £ S D</i>
<i>From Out Ports to Portugal</i>	<i>Wood Mahogany</i>	<i>4Tons.. 0. 0</i>		<i>At 10£ Ton</i>	<i>40 - -</i>

Fonte: T. N. A., P. R. O., Custom 3/77, f. 229.

APÊNDICE VI

Entradas na cidade do Porto Lista dos depósitos do ano de 1799

Quadro VI. 1.

Guarda da Agua Ardente

Dia 15 ate 22 de 2br° [de 99].

Data	Nome	Mercadoria	Valor pago / data
[Dia]: 24	Manoel Frr°	5 Ros de Castan°	50
-	Manoel Joze	1 Carga de carv°	40
-	João	1 Alqe de Castan°	20
-	Joze Ant°	8 Caixas	120
-	Manoel André	6 Alqes de Castan°	60
-	Manoel Carneiro	2 Alqes de Castan°	20
18:	Ant° de Abro (sic)	5 Cargas de Carv°	500
-	Ant° frr°	3 Cargas de Carv°	300
dia 8 ate 15 de 2bro 99.			
-	Ant°	1 Carga de Carv°	40
-	Maria	1 Ros de azetona	10
-	Joze Moreira	2 Almes Azeite	120
-	Inpolito	2 Alme d	60
-	Bernardo	5 Alqes de Castan°	50
-	Roza	1 Cornibo (?)	30
-	Manoel Ant°	2 Almes de Mele	120
-	Manoel	5 Ros de castan°	50
--	Custodio	4 Ros d	40
-	Joze fr°	2 lombos	60
-	Manoel Barboza	12 Ros de Castan°	120
--	Anna	1 Ros e m° de Castan°	15
-	Joze Roz°	5 Alqes de Castan°	50
dia 1 ate 8 de 2br° 99.			
-	João da Cunha	2 Cargas de Carv°	80
dia 24 de 9br° ate 1 de 2br°.			
-	Manoel Alves	1 Leito	10
dia 17 ate 24 de 9br°.			
19:	João Jozé	1 Carga de Carv°	40
22:	Manoel Pinto	30 palhosas	pg 120 7br° 4
dia 10 ate 17 de 9br°.			
-	Frituozo (?) Joze	4 Ros de Castn°	40
de 3 ate 10 de 9br°. F.8.			
-	Manoel	6 Alqes de castan°	50
dia 27 de 8br° ate 3 de 9br°.			
2:	Custodio Montero	3 Cargas de pacotes	2 400 9br° 12
-	Ant°	5 Ateis (sic) de Castan°	50 pg 9br° 12
-	Ant°	1 Carga d°	9bt° 12 pg 50
dia 13 ate 20 de 8br°.			
15:	João de Olibera	8 Rs de Castan°	8br° 50 22 pg
18:	Ant° Coelho	1 Carga de Castan°	pg 50 7br° 4
dia 29 ate 6 de 8br°.			

-	Antº francº	4 Leitos	8brº 8 pg 050 (?)
-	Joze Monteiro	4 Rs de Castanº	8brº 50 11 pg
-	João Anriques	4 pesas de Toros (?)	8brº 7 pg 480
dia 1 ate 8 de 7brº.			
7:	Luís Antº Alves	3 Caixas de Seda (?)	Pg 9 600 7brº 14
dia 14 ate 21 de Julho.			
20:	Antº Ribero (sic)	2 Cargas de Carvº	Pg Ag8osto (sic) 6 pg
Não deu nada.			
dº 19 te 26 de Mº de 99.			
25	Costodio Da Sº	2 Carros de Cortissa	480
dº 14 te 21 799.			
16:	Manoel Alzº (?)	2 Leitos de pinho	jº 5 pg 20
dia 27 ate 3 de frº 99.			
29:	Manoel Alas (?)	2 Leitos de pnº	Fbrº 17 pg 60
dia 6 ate 13 de Janro.			
	Antº Marques	4 Cargas de feragem	Janro 19 20 18 pg
5:	Franco Joze	6 Rs de batatas	60
-	Joze Lopes	1 [menor ?] de Carvº	Janº 18 pg 50
-	Bernardo franco	5 Cargos dº	Janº 27 480 pg

Fonte: A.D.P. Cabido. Lº 336, ano de 1799. Quota K|26|1|6-4.36, ff. 2-2v, 3-3v, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 17, 24, 28, 33, 38, 49, 52-52v.

Quadro VI. 2.

Guarda de Cedofeita

Data/dia	Nome	Mercadoria	Valor pago ou data	Data ou valor pago
Dia 22 ate 29 de 2brº de 99.				
17	Matias	2 Leitos e 3 sarilhos	30	
-	Joaquim	2 Leitos	20	
24	Joaquim	1 Leito	10	
-	Matias	1 dº	10	
dia 8 ate 15 de 2bro de 99.				
3	Joaquim	1 Leito	10	
-	Joze de Szº	2 Mezas	20	
-	Joze francº	4 d	40	
-	Joze francº	1 d	10	
9	Joaquim	2 Leitos	20	
-	Matias	1 Leito 2 Sarilhos	15	
-	ManoelJoze	2 Mezas		
dia 24 de 9bro ate a dezbro de 99				
26	Joze de Souza	5 Mezas	pg 50	7brº [notas à margem]
dia 10 ate 17 de 9vrº de 99.				
10	Antº Dias	1 Carro de pº de treo/ perdeo o Bilhete		480
12	João Alves	4 Menor [?] de abas	9broº 80	19 pg
-	João Manoel	4 dº	9brº 19	pg 80
-	Joaquim	1 Leito	9brº 26	pg 10
-	Pedro	2 pais de Trº (paus de treo?)		40
dia 27 de 8brº ate 3 de 9brº 99.				
29	Joze de Souza	4 Mezas	9brº 5	pg 40
-	Embarquei 3 cargas de azeite a João Fernandes...deposito/800 [nota à margem:] não pagou nada			
2	Antº de Sº	6 palhosas	9brº 12...	pg 60
dia 13 ate 20 de 8brº 99.				

11	Embarquei 3 duzias de arcotes		9br° 19	pg 240 pagou e andou
15	Domos Gomes	3 Mezas de abas	8br°	60 22 pg
-	Joaqm franco	2 Leitos	8br° 22	pg 20
-	Joze franco	2 Mezas	8br° 22	pg 20
dia 29 ate 6 de 8br° de 99.				
1	Manoel Luis	2 Mezas		20
dia 15 ate 22 de 7br° de 98 (sic).				
10	Joze de Sousa	2 Mezas	8br° 19	pg 20
-	Manoel Luis	2 d ^a	7br° 24	pg 20
17	Matias	3 sarilhos		10
-	Joaqm	2 Leitos	8br° 1	pg 20
dia 1 ate 8 de 7br° de 99.				
21	Matias	2 Leitos		20
-	Joaqm	2 Leitos	7br° 10	pg 20
7br° 3	Joaqm	2 Leitos	7br° 10	pg 20
-	Matias	1 d°	7br° 10	pg 10
dia 18 ate 25 de Ag° de 99.				
29	Ant° ferndes	1 Meza de abas		20
-	Carlos	1 d°	Ag° 27	pg 20
-	Joaqm	2 Leitos		20
-	Joze franco	2 Mezas	8br° 22	pg 20
20	Maria Joanna	2 Menor abas	Agto 27	40 pg
-	Joze de Souza	3 Mezas	8br° 19 99	pg 30
Cedofeita não deu nada.				
dia 21 ate 28 de Julho de 99.				
16	Joaqm	2 Leitos	Agoto 16	pg 20
-	Joze de Souza	2 Mezas	7br° 30	pg 20
-	Joze franco	3 d ^a	Agto 6	pg 30
23	Joze franco	1 Meza	Julho 30	pg 10
-	Manoel Luis	2 d ^a	Agto 20	pg 20
-	Joaqm	3 Leitos	Agosto 6	pg 20
dia 7 ate 14 de Julho de 99.				
2	Balentim	2 Messas de abas (?)	7br° 23	40 pg
-	Carlos	1 d ^a	7br° 30	pg 10
-	Duas meias cargas de Lagostas/perdeu o Bilhete...pg 120...7br 16			
-	Joze de Souza	1 Meza	7br° 30	pg 10
dia 23 ate 30 de Jun° de 99.				
11	Joze franco	3 Mezas	7br° 6	pg 30
15	Ant° Fernandes	2 Mezas de abas	Pg 40	Julho 13 não pg espelho (?)
18	Basilia	103 Masos de pinhas		150
-	Joaqm	1 Leito	7br° 10	pg 10
-	Joze franco	2 Mezas	7br° 6	pg 20
Cedofeita não deu nada.				
dia 26 ate 2 de Jun° 99.				
21	Joze franco	4 Mezas	j. 6	pg 40
28	Joze franco	1 d ^a	J° 6	pg 10
-	Joaqm	3 Leitos	J° 5	pg 30
de 12 ente 19 de M°.				
	Sefrino	1 menor de abas (?)		20
7	Joaqm	2 Leitos	Jull° 21	pg 20
-	Joze de Souza	8 Mezas	Junho 25	pg 80
d°21 te 28 de Abr 799.				

23:	Joze de Sz ^a	7 Mezas	M ^o 7	pg 70
-	Joze Frco	3 das	Julho 7	pg 30
de 7 ate 14 de Abril de 99.				
Dia 9:	Matias	2 Leitos e 4 sarilhos	Jho 23	pg 30
de 10 em te 17 de Mço de 99.				
Dia 12:	Joze Frco	2 Mezas	Abril 12	pg \$020
-	Joze Frco	2 d ^a	Abril 12	pg \$020
-	Matias	4 Leitos	Mço 27	pg \$040
14:	Joze Frco	3 Molhos (?) de Aros	Mço 17	pg \$060
-	Mel Gomes	1 menor de alhos	[rasura] 20	\$020 pg
-	Maria Joanna	2 das	Abr 20	pg \$040
d ^a 24 de Abr ^o de 99 te 3 de Mço..				
26:	Joaqm	2 Leitos	Mco 19	pg 20
-	Joze Franco	1 Meza	Abr 2	pg 10
-	Joze de Souza	4 das	Mço 14	pg 40
dia 17 ate 24 de febro de 99.				
18:	Matias	3 Leitos	Mço 12	pg 30
19:	Maria	1 Liteiro		20
dia 20 ate 27 de Janro de 99.				
-	Joaqm	2 Leitos	Janro 29	pg 20
-	Joze de Souza	1 Meza	Febr ^o 27	pg 10
-	Matias	2 Leitos	Febr ^o 19	pg 20

Fonte: A.D.P. Cabido. L^o 336, ano de 1799. Quota K|26|1|6-4.36, ff. 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 32, 34, 37, 39, 43, 45, 46, 50.

Quadro VI. 3.

Guarda da Lapa

Data/dia	Nome	Mercadoria	Valor pago ou data	Data ou valor pago
dia 22 ate 29 de 2br ^o de 99				
24:	José	5 Cadeiras	20	
-	Custodia	12 d.	30	
-	Ant ^o	12 d.	30	
-	Maria	6 d ^a	pg 20	7bro.28
-	Lionarda	6 cadeiras	20	
dia 15 ate 22 de 2br ^o de 99				
-	Joaqm	6 cadeiras	20	
-	Jerónimo de Soz ^a	6 d	20	
-	Custodia	6 d	20	
-	Ant ^o de Sza ^a	12 caixas	120	
-	João de Sz ^a	5 d e 2 Maceiras	70	
-	Manoel	12 cadeiras	30	
-	Joze	18 d	40	
-	Mança	4 d	pg 20	7br ^o 20
dia 8 ate 15 de 2br ^o de 99				
9:	Jerónimo de Soz ^a	4 cadeiras	20	
-	Getano franc ^o	7 Caixas 1 Maceira	80	
-	Domingos	16 p ^a socos (?)	240	
-	Custodio Nogeira (sic)	5 Caixas	50	
-	Manoel Joze	25 Ros de Castanha	480	

dia 1 ate 8 de 8br° de 99				
-	Manoel de Sz°	12 cadeiras	pg 30	
-	Joze de Sz°	12 d 12 de castan°	pg 60	
-	Jerónimo	12 cadeiras de castan°	40	
-	Coixo (sic)	3 caixas	40	
-	Manca	4 cadeiras	20	
-	Jerónimo	12 cadeiras	30	
dia 24 de 9br° ate 1 de 9br° de 99				
26:	Joze de Souza	18 cadeiras de castan°	pg 50	
-	Lionarda	12 das	pg 30	
-	Franco de Sz°	3 caixas 2 Maceiros 2 caixas 2 Maceiros antigos	pg 70	
-	Maria	5 cadeiras	pg 20	
-	Manoel Ant°	2 Maceiras	pg 20	
-	Maria	11 cadeiras	pg 30	
-	Joaqm	7 d	pg 20	
dia 10 ate 17 de 9br° de 99				
12:	Manoel de Souza	12 Caixas	120	
-	Caetano franco	8 Caixas	9br° 26	pg 80
-	Maria	12 Cadeiras	30	
-	Maria	8 dª	30	
-	Mança	3 dª	9br° 19	10
-	Manoel Goncos	6 caixas	9br° 26	pg 60
dia 3 ate 10 de 9br° de 99				
12:	Manoel solteiro	5 caixas	9br° 12	50
-	Jerónimo de Souza	8 cadeiras de castan°	pg 30	9br° 12
-	Manoel Goncos	6 caixas 1 Maceira	9br° 19	pg 70
dia 27 de 8br° ate 3 de 9br°				
29:	Joze de Souza	18 cadeiras	9br° 12	pg 40
-	Lionarda	12 d	9br° 5	pg 30
-	Joze da Costa	12 d°	9br° 9	pg 20
-	Maria	6 d	9br° 5	pg 20
-	Mança	4 d	9br° 5	pg 20
-	Manoel de Souza	7 caixas	9br° 5	pg 10
-	Franco de Souza	4 Maceiras	9br° 2	pg 40
-	Manoel fra	1 caixa de chapeos	480	
dia 20 ate 27 de 8br° de 99				
31:	Maria	6 cadeiras	pg 20	8br° 29
-	Manoel Joze	2 caixas 2 Maceiras		40
-	Manoel Solteiro	6 caixas	8br° 29	pg 60
-	Joze de Souza	12 cadeiras de castan° e 6 de pin°	8br° 29	pg 60
-	Ant°	6 cadeiras	8br° 29	pg 20
do dia 13 ate 20 de 8br° de 99				
15:	Maria	6 cadeiras	8br° 22	pg 20
-	Manoel franco	8 dª piquenas	8br° 22	pg 20
-	Maria	12 cadeiras	8br° 29	pg 20
-	Carlos Moreira	6 dª	8br° 24 (sic)	pg 20
-	Mança	6 dª	8br° 22	pg 20
-	Manoel	12 das	8br° 23	pg 30

-	Joze de souza	16 d ^o de Castano (sic)	8br ^o 20	50 pg
-	Jerónimo de souza	12 d ^o	8br ^o 29	pg 40
-	Anna Sv ^o	12 Cadeiras	8br ^o 22	pg 30
-	Custodia	12 cadeiras	9br ^o 26	Pg 30
19:	Maria	6 cadeiras	8br ^o 22	Pg 20
-	Custodia	6 d ^o	8br ^o 22	Pg 20
dia 6 ate 13 de 8br ^o de 99				
-	Joaqm Joze	1 Leito		10
6:	Carlos Mor ^a	6 cadeiras	Jan (?) 14	pg 20
8:	Maria	5 cadeiras	8br ^o 15	pg 20
dia 29 ate 6 de 8br ^o de 99				
1:	Joze de Sousa Martn ^o	6 cadeiras	8br ^o 8	pg 20
-	Maria	5 das	8br ^o 12	pg 20
-	Joze franco	7 d ^o	8br ^o 12	pg 20
-	Joze de souza	6 d ^o de Castan ^o e 6 d ^o de pino (sic)	8br ^o 15 pg	40
-	Maria	12 d.	8br ^o 8	pg 30
-	Joze Joaqm	7 caixas	8br ^o 24	pg 70
-	Maria	6 cadeiras		pg 20
dia 22 ate 29 de 7br ^o de 99				
-	Grabiél de azevdo	9 Rodeiros (sic)		120
-	Manoel Inácio	8 dos		120
-	Manoel Coreia	6 dos		80
-	Domos da S ^o	11 exos	8br ^o 1	pg 70
24:	Ani ^o da S ^o	12 cadeiras	8bro 1	pg 30
-	Manoel franco	8 cadeiras		25
-	Maria	300 colheres	8br ^o 1	pg 10
-	Joaqm Gonços	5 Rodeiros		80
-	Manoel Domos	4 dos		80
23 : (sic)	Joze de Souza	6 cadeiras	8br ^o 1	pg 20
dia 15 ate 22 de 7br ^o de 99				
17:	Manoel doarte	8 Caixas	7br ^o 24	pg 80
-	Manoel Solteiro	14 d ^o	7br ^o 24	pg 140
-	Joze Joaqm	8 Caixas	8br ^o 9	pg 100
-	Manoel fr ^o	2 Alq de Castan ^o		30
-	Maria	6 Cadeiras	8br ^o 15.	pg 20
dia 8 ate 15 de 7br ^o de 99				
10:	Joze Joaqm	8 Caixas	7br ^o 11	pg 80
-	Ani ^o de Souza	14 p ^o d ^o Socos	7br ^o 24	pg 60
-	Costodia	12 cadeiras	8br ^o 1	pg 30
-	Jerónimo	12 d ^o	7br ^o 17	pg 30
14:	Joze Joaqm	8 caixas	7br ^o 17	pg 80
-	Maria	7 cadeiras	8br ^o 1	pg 20
-	Jacindra	300 colheres	8br ^o 17	pg 10
-	Manoel	300 d ^o	8br ^o 1	pg 10
do dia 1 ate 8 de 7br ^o de 99				
3:	Joze Joaqm	8 Caixas 1 Maceira		80

-	Costodio Nogueira	4 caixas	7br° 24	pg 40
-	Maria da Sª	12 cadeiras		30
-	Manoel franco	6 dª grandes 6 piqenas	7br° 10	pg 25
-	Maria	8 cadeiras	7br° 10	pg 30
7:	Ant° de Souza	6 caixas		60
dia 25 ate 1 de 7br° de 99				
-	Ant° da Sª	12 cadeiras	7br° 15	pg 30
-	Costodia	12 dª		30
-	Anna franca	6 dª	7br° 13	pg 20
-	Joze Joaqm	16 caixas	7br° 3	pg 160
-	Joze Joaqm	7 caixas	7br° 3	pg 70
dia 11 ate 18 de Ag° de 99				
-	Manoel Solteiro	10 caixas	7br° 7	pg 100
-	Ant° Gones	6 d	Agosto 20	pg 60
-	Ant° Joze	6 d	Agosto 20	pg 60
-	Sarafim franco	7 dª	Agosto 20	pg 70
17:	Mança	4 cadeiras	Agosto 20	20 pg
dia 4 ate 11 de Ag° de 99				
6:	Manoel Solteiro	13 Caixas	Ago 10	120 pg
-	Ant° Marques	2 cargas Manxadaria		360
dia 21 ate 28 de Julho de 99				
23:	Manoel Solteiro	7 Caixas	Agosto 10	pg 70
-	Jerónimo de Souza	12 cadeiras de Castn°	Julho 30	6 pg
-	Maria	6 cadeiras	7br° 31	pg 20
27:	Costodia	6 dª	Julho 30	pg 20
-	Anna	6 dª		20
dia 14 ate 21 de Julho de 99				
-	Manoel Gonçalves	10 caixas	Julh° 23	pg 100
-	Manoel solteiro	13 dª	Julh° 24	pg 120
-	Costodio Nogueira	6 dª	Agto 6	pg 60
16:	Maria Solteira	22 cadeiras	7br° 23	pg 60
dia 7 ate 14 de Julho de 99				
9:	Mança	4 cadeiras	7br° 20	pg 20
-	Maria Jozefa	6 dª	7br° 25 (?)	pg 30
-	Costodia	6 dª	7br° 16	pg 20
-	Manoel	11 dª	jlo 16	pg30
dia 30 ate de Jun° (sic) ate 7 de Julho de 99				
-	Costodio Joze Gonços	4 caixas	Julho 9	pg 40
-	Maria	300 colheres		10
dia 23 ate 30 de Jun° de 99				
-	Mança	4 cadeiras		20
-	Maria	20 p° de p° de socos		10
dia 16 ate 23 de Jun° de 99				
	Manoel solteiro	6 Caixas	Julho 2	pg 60
dia 9 ate 16 de Jun° de 99				
11:	Manoel Solteiro	6 caixas	Junho 18	pg 60
-	Manoel Gonçalves	1 Maceira	7br° (?) 10	pg 20
-	Mança	3 cadeiras	J° (?) 18	pg 20
-	Luís martins	2...pipas de Ag° ardete para acom- panhia...por perder a entrada		480
dia 2 ate 9 de Jun° de 99				
4:	Jerónimo de Souza	12 Cadeiras de Castan°	40 pg	J° 14
8:	Alixandre	6 caixas	Junho 15	pg 70

-	Manoel solteiro	6 d ^o	j ^o 14	pg 60
-	Anna fra ^a	4 cadeiras	Julho 2	pg 20
dia 26 ate 2 de Jun ^o de 99.				
22:	Gietano franc ^o	8 caixas	Julho 9	pg 80
-	Albano solteiro	6 d ^o	j ^o 8	pg 60
29:	Costodia	12 cadeiras	J 6	pg 30
-	Joze de Souza	5 d ^o		20
d ^o 19 te 26 de M ^o (?) 99				
-	Custodia	6 cadeiras		20
-	Manoel Franc ^o	12 das		30
23:	Manca	4 das	Jull 28	pg 20
21 (sic):	Luiz Frz ^o	12 das	M ^o 28	pg 30
25:	Maria	6 das	M ^o 28	pg 20
-	Manoel Gonsalves	6 caixas 2 Maseiras	70	jo 14 pg
21:	Ant ^o de Sz ^a	13 pes de sala	M ^o 28	pg 50
de 12 emte 19 de M ^o .				
18:	Cos20todia	6 cadeiras	M ^o 21	pg 20
-	Carelos (sic) Mor ^a	6 ditas	M ^o 21	pg 20
-	Manca	4 ditas	M ^o 21	pg 20
-	Joze Joaqm	8 caixas 2 madeiras	7br ^o	90 3 pg
de 5 de M ^o te 12 de 1799.				
-	Joze	6 cadeiras	M ^o 15	pg 20
-	Manoel Moutinho	12 dxas	M ^o 21	pg 30
-	Maria	5 dxas	M ^o 21	pg 20
-	Maria Joanna	20 varas de istopa	M ^o 18	pg 120
-	Manoel Moutinho	6 cadeiras		20
-	Zidoro de Sz ^a	6 cadeiras		20
de 28 Abril em te 5 de M ^o .				
-	Ant ^o fr ^a	6 caixas	M ^o 21 pg	\$60
30:	Manoel Solteiro	26 ditas	M ^o 28 pg	2\$60
-	Liunarda	11 cadeiras	M ^o 7 pg	\$30
d ^o 21 te 28 de Abr 799				
-	Caetano Frco	7 Caixas	7br ^o 30	pg 70
-	António	6 das		60
-	Luís Frz ^o	12 cadeiras	Julho 7 (rasuras)	pg 30
23:	Jerónimo de Sz ^a	4 das de castanho	Abr. 30	pg 20
-	jasinta	250 colheres	12 pes de paos (de maça ?)	20
-	Carrolos Mor ^a	6 cadeiras	M ^o 21	pg 30
-	Manca	4 cadeiras	M ^o 7	pg 20
d ^o 14 te 21 de Abr de 1799				
16:	Jerónimo de Sz ^a	8 cadeiras de castanho	Abr 30	pg 30
-	Joze de Sz ^a	6 dasde pinho	Abr. 23	pg 20
20:	Manoel Ferr ^a	10 cadeiras	Abr.23	pg 30
-	Maria	5 das	Abr. 27	pg 20
-	Manca	4 d ^o	Abril 23	pg 20
de 7 em te 14 de Abril de 999 (sic)				
9:	Ant ^o Fr ^a	10 caixas	Abril 27	pg 50
-	Joze Fer ^a	5 caixas	Abril 30	pg 30

-	Joze de Souza	des cadeiras	Abr.23	pg 30
-	Jerónimo de Souza	12 ditas	Abr 30	pg 40
-	ManelFranco	16 ditas	Abril 10	pg 40
10:	Maria	5 ditas	Abr 16	pg 20
12:	Mel de Souza	6 cadeiras		20
d° 31 de Mço te 7 de 99 de Abr. (sic)				
6:	Ant° de Sz°	8 caixas	i 6	pg 120
-	Joze Joaqm	8 caixas	Julh 21	pg 80
2:	Manoel gonsalves	6 das	Abril 16	pg 60
-	Joze de Sz°	6 cadeiras Castanho	M° 12	30 pg
-	Manoel Rodrigues	3 carregas de Castan°	pg 240	M° 4
de 24 emte 31 Marso (rasuras) de 99				
21:	Jironimo de Souza	8 cadeiras	Abr 2	pg 30
-	Joze Moutinho	4 ditas		10
-	Carlos Mor°	6 cadeiras 1 madeira	pg 30	Abr.9
30:	Joze Joaqm	24 caixas	Abrl 23	pg 240
d° 17 te 24 de Mço de 99				
19:	João de Sza.	7 Caixas 2 Madeiras	Abr. 2	Pg 80
-	Costodio Nogeira (sic)	6 das	Abr. 27	pg 60
-	Ana Fran°	1 Madeira 3 cadeiras	Abr.2	pg 30
-	Manoel Ant°	10 cadeiras	Abr. 2	pg 030
23:	Costodia	6 das	Abr. 16	pg 020
d° 10 te 17 de Mço de 99				
-	Caetano Frco	16 caixas... deve mais	\$160	Jul(?) 30 pg
16:	Lionarda	6 cadeiras	Mço 19	pg \$020
de 3 emte 10 de Mço.				
5:	Firmino de Souza	12 cadeiras de castanho	30 Abr.	12 pg
-	Manoel Fr°	1 maleira (sic)	Mço 19	pg 10
d° 24 de Abr. de 99 te 3 de Mço				
-	Manoel Sabtti°	9 caixas (rasuras)	Mco	100 5 pg
-	Ant° da S°	2 cadeiras		30
-	Joze Franco	6 das		30
-	Manoel Ant°	12 das		30
dia 17 ate 24 de fbr° de 99				
19:	Manoel Solteiro	5 caixas	Mço 5	pg 60
-	Jerónimo de Souza	12 cadeiras de Castanh°	Mço 5	40 pg
-	Maria	6 cadeiras	Abr. 26	pg 20
19:	Manoel Moutino (sic)	6 das	Mço 7	pg 20
-	Costodia	6 cadeiras	Febr° 2	pg 20
-	Maria	6 d°	Febr° 26	Pg 20
dia 10 ate 17de febro de 99				
-	Joze de Souza	10 cadeiras	Mço 7	pg 30
-	Manoel de souza	12 das (rasuras)	[rasuras]	30 foi engano [a rasura]
-	Bernarda de Souza	6 d°	Febr° 19	pg 20
-	João da S°	9 caixas	Febr° 19	pg 100
-	Manoel Solteiro	6 caixas	Febr° 19	pg 60
-	Manoel Joze	E Cargas de Recovagem + 3 Xapeleiras	480 pg	Febr° 18
dia 3 ate 10 de febr° de 99				

5:	Maria	5 cadeiras	Febr° 17	pg 20
9:	Ani° da S°	12 d°	Febr° 16	pg 30
-	Costodia	6 das	Febr° 17	pg 20
-	Manoel franco	8 das	Febr° 17	pg 30
-	Berandra de Souza	6 das	Febr° 19	pg 20
-	Joze fr°	1 cama	Febr° 23	pg 10
<i>dia 27 ate 3 de feb° de 99</i>				
-	Manoel Solteiro	5 caixas	Febr° 19	pg 60
-	Gietano franco	7 das	Febr 17	pg 70
-	Costodia	12 cadeiras	Febr° 11	30 pg
-	Manoel fraco	6 das	Febr° 17	pg 20
-	Luis Fernandes	6 das	Febr° 17	pg 20
-	Jerónimo de Souza	8 das de Castaño (sic)	Febr° 17	pg 30
-	Joze franco	6 dase 6 piquenas	Fbr.19	30 pg
-	Anna frca	5 das	Febr° 13	pg 25
-	Manoel Ani°	8 das	Febro 19	pg 20
<i>dia 20 ate 27 de Janro de 99.</i>				
22:	Manoel Solteiro	8 caixas	Janro 29	pg 80
-	Manoel	5 das	Jan° 29	pg 60
-	Jerónimo de Souza	8 cadeiras de Castan°	Febr° 17	30 pg
-	Manoel franco	6 cadeiras	Janro 29	pg 20
-	Antônia	6 cadeiras de castan°	Janro 30	19 pg
-	Maria	9 cadeiras	Febr° 17	pg 30
-	Anna	12 cadeiras de Nogueira		40
-	Manoel franco	4 cadeiras		20
26:	Manoel de Souza	12 das	Feb° 4	30
-	Costodia	4 das	Mço 9	pg 20
-	Manoel fraco	8 das		pg 30
<i>dia 13 ate 20 de Janro de 99</i>				
15:	Manoel Solteiro	5 caixas	Janro 30	pg 60
-	Luis Fernandes	6 cadeiras	Janro 22	pg 20
-	Jeronio de Souza	12 cadeiras de castaño	Janro	40 29 pg
-	Manoel franco	12 das	Janro29	pg 30
-	Maria	6 das	Febr° 7	pg 20
19:	Anna	6 das	Mço 9	pg 20
-	Maria	6 das	Janro 21	pg 20
<i>dia 6 ate 13 de Janro de 99</i>				
-	Gietano franco	8 caixas	Janro 23	pg 90
-	Maria	12 cadeiras		30
-	Maria	5 cadeiras	Jan° 15	pg 20
-	Manoel Solteiro	5 caixas	Jan° 15	pg 60
-	Luis Fernandes	6 cadeiras	Jan° 15	pg 20
-	Maria	6 das		20

-	Costodia	6 das	Jan° 14	pg 20
-	Manoel Martins	12 cargas de Recovagem	pg 240	Jan° 13

Fonte: A.D.P. Cabido. Lº 336, ano de 1799. Quota K|26|1|6-4.36, ff. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27 (sic), 28 (sic), 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52.

Quadro VI. 4.

Guarda do Poço da Patas

Data/dia	Nome	Mercadoria	Valor pago/data
dia 22 ate 29 de 2bro.			
21:	Manoel Alvarinho	3 Cargos m° de Carv°	300
22:	Joze Glz	2 Cargos d°	200
24:	Ant° Joze	5 Cargos de Carv°	500
dia 1 ate 8 de 2br°.			
9br° 25:	Ant° Joze	8 Caregas de carn°	3840
dia 1 ate 8 de 2br°.			
dez° 3:	Manoel Aldo	1 (Meza?) de Carv°	50
dia 17 ate 24 de 9br°.			
20:	Joze Luis	6 Alqes de Castan°	60
-	Custodio da Costa	4 Carga de Matos (?)	2400
21:	Maria da S°	14 Ros de Cast° 1 d° de Nozes	9br 200 24 pg
22:	Manoel Joze	1 carga de Carv°	9br° 100 26 pg
-	Ant° da Cuna (sic)	4 Ros de Castan°	100
-	Manoel Ant°	14 d° de amenduaz 4 d° de amargua	960 7br.24 pg
de 3 ate 10 de 9br°.			
-	Ant° dias	1 carg° de Carv°	9bro 28 100 pg
-	Manoel franco	2 caros de Castn°	Pg 200 9br° 20
-	Taresa de Jesus	2 Alqes de Castn°	9br° 10 30 pg
dia 27 de 8br° ate 3 de 9br°.			
-	João Luis	3 rt (?) de amindua	1200 7br° 25
23:	Manoel Cr°	6 cadeiras	60
-	Roza	1 Alq e m° de castan°	30
dia 27 de 8br° ate 3 de 9br°.			
31:	Ant° Cabral	1 Ros de Nozes	9br°3 pg 120
dia 13 ate 20.			
19:	Domos Alves	3 cargas de castan°	Pg 300 8bt° 20
-	Inácio Joze	1 carga de carv°	9bt° 3 100 pg
-	Balxior Pr°	4 carga d°	480
dia 29 9br° ate 13 de 8br°.			
4:	Inácio fer°	A carg° de Manxadas (?)	960
5:	Joze fr°	4 canastras de feragem	720
dia 8 ate 15 de 7br°.			
10:	Manoel da Costa	18 cadeiras	150
12:	Manoel Solteiro	12 cadeiras	7bt° 3 pg 120
dia 1 ate 8 de 7br°.			
4:	Maonel Neto	4 cargas de Carv°	7bt° 400 18 pg
dia 25 ate 1 de 7br°.			
30:	Manoel Goncas	1 carga de Carv°	7br° 80 7 pg
dia 18 ate 25 de Ag°.			
24:	Gietano de Souza°	1 Carga de Carv°	Ag° 27 100 pg
dia 4 ate 11 de Ag°.			
3:	Costodio Souza	13 cadeiras	Agoto 14 pg 120
dia 21 ate 28 de Jl°.			
22:	Manoel do Couto	1 carga e m° de Carv°	Pg 150 Agto 20 perdeo o escrito

-	Baltazar Manoel	3 Cargas e m ^a de Carv ^o	1600 pg Julho 29
-	Costodia fr ^a	6 cadeiras	Julho 28 pg 50
dia 14 ate 20.			
19:	Manoel Joze	1 carga de Carv ^o	7br ^o 23 100 pg
20:	Ant ^o Pinho	1 carga de Carv ^o	Agto 4 100 pg
dia 30 ate 7 de Julho.			
-	Costodio Joze	8 pesas de Carv ^o	200
1:	Joze fe ^a	4 cargas de Carv ^o	Pg 400 Agto 8
3:	Manoel Joze	2 Menos (?) de Carv ^o	100
-	João Pinto	2 carga de p ^o 5 peros (?)	1200 Julho 12 pg
-	Franco teixeira	1 carga de Carv ^o	7br ^o 3 pg 100
5:	Joze Orgragon ^o (?)	6 Carga de berdete 2 @ de galopa (?)	8800 pg 7br ^o 10 (rasurado)
dia 23 ate 30 de Jun ^o .			
23:	Joze Ant ^o	1 Menor (?) de Carv ^o	50
28:	Manoel da S ^a	6 cadeiras	Julho 30 60 pg
dia 16 ate 23.			
22:	Joze Per ^a	1 carga de azeite	240 Junho 23 pg
dia 9 ate 16 Jun ^o .			
12:	Manoel Joze	2 Menor (ou mesas?) de Carv ^o	7br ^o 20 pg 100 perdeo o escrito
13:	Joze Moreira	1 Menor de Carv ^o	Pg 50 Jun ^o (?) 25
14:	Balxior per ^a	2 cargas de carv ^o	7br ^o 5 (?) 200 pg
15:	João Alves	1 carga d ^a	7 ^o pg 100
dia 19 de Maio ate 9 de Jun ^o de 99.			
24:	Joze Dias	3 Mesas (?) de Carv ^o	150
-	Ant ^o Moreira	5 @ de sera	jul (?) 17 pg 960
-	Manoel de Abr ^o	3 cargas de Carv ^o	Jul ^o 15 pg 300
29:	Vicente Lopes	4 cargas de Carneiros	1920
30:	Domingos Mann ^o (?)	1 Menor de Carv ^o	50
3:	Costodio Joze	6 @ de sera	j ^o 17 pg 1400
8:	João Alves	1 carga de Carv ^o	j ^o 14 pg 100
não deu nada.			
Não deu nada.			
De 12 emte 19 de M ^o .			
15:	Costodio de Souza	3 @ de sebo	60
17:	Manoel Ferr ^a	12 cadeiras	M ^o 21 pg 120
de 5 te 12 de M ^o 799.			
7:	Manoel Rib ^a	1 carrega de Braga	100 j ^o 5 pg
-	Mel Ferr ^a	6 cadeiras	M ^o 10 (?) pg 60
de 28 Abril em te 5 de M ^o .			
	Ant ^o frr ^a	6 caixas	M ^o 21 pg \$60
de 7 emte 14 de abril de 99.			
13:	Manoel do rocha	6 cadeiras	Abril 14 pg 50
-	Joaqm Mor ^a	9 ditas	Abril 19 pg 90
-	Costodio gonsalves	6 cadeiras	Abril 14 pg 60
de 31 de Mço te 9 de Abr d 99 (sic)			
5:	Ant ^o Cor ^a	3 Ros de Castanhas	60
6:	Frca Rib ^o	1 @ m ^o de carne 20 @ de Nozes	20 Abr 28 pg 240
d ^a 11 te 24 de Mço 99			
23:	João dos Senttos	1 carrega de Ze (sic)	40
	Domingos Alz ^a	3 contros de ze (sic)	40
d ^a 10 te 17 de Mço de 99			
11:	Ant ^o Carv ^o	1 cesta de castanhas e 5 presuntos	\$100
12:	Mel Gonsalves	M ^o 7 (sic) 8 Barras de caixão	\$480 pg
	Mel de Sz ^a	100 Barras de L ^a	\$480
15:	Joze Alz ^a	3 Pras de castanho	\$060
de dia 3 em te 10 de M ^o .			
8:	Joze Gonsalves	2 cargas e m ^o de Carvão. 1 vaza de castanhas	Mço 18 240 pg
9:	Ant ^o de Carv ^o	4 Cargas de Castanhas e 1 dita de Carne	Abr 11 pg 960
d ^a 24 de Abr ^o de 99 té e de Mço.			
24:	Manoe Joze	4 Razas de Castanhas	80
Mço 1:	Ant ^o da S ^a	2 carrregas de castanhas	240 pg Mço 11

2:	Ande Joze	1 Raza de castanhas e 2 prezuntos	060
	Ignacio Pr ^o	2 Carregas de castanhas	240 pg
dia 17 te 24 febr ^o 99.			
19:	João Rabelo	5 Ros de Castan ^o	80
dia 10 ate 17 de febro.			
12:	Fritoza (sic) solteiro	6 cadeiras	Febr ^o 29 pg 50
-	Manoel de Abr ^o	3 cargas de Carv ^o	Mço20 300 pg
dia 27 ate 3 de fer ^o .			
29:	Ant ^o Joze	6 cadeiras	Febr ^o 17 pg 60
dia 20 ate 27 de Jan ^o .			
25:	Joze Maria	1 Carga de Castan ^o	120

Fonte: A.D.P. Cabido. L^o 336, ano de 1799. Quota K|26|1|6-4.36, ff. 1, 4, 4v, 6, 8, 9, 9v, 12, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 39, 40, 42, 43v, 44, 45-45v, 46, 47, 49, 50-50v.

Quadro VI. 5.

Guarda dos Quartéis

Data	Nome	Mercadoria	Valor pago	Data
	Roza do Simão		30 pg 30	7br ^o 14

Fonte: A.D.P. Cabido. L^o 336, ano de 1799. Quota K|26|1|6-4.36, f. 17.

Quadro VI. 6.

Guarda do Reimão

Data	Nome	Mercadoria	Valor pago	Data
do dia 30 dezbr ^o ate 6 de Jan ^o [de 99].				
2:	Angélica Maria	Depositou não sei de q.	120	

Fonte: A.D.P. Cabido. L^o 336, ano de 1799. Quota K|26|1|6-4.36, f. 53.

APÊNDICE VII

Testamento de José Francisco de Paiva

A.H.M.P. – Livro Geral de Testamentos. Livro 46, ff. 221v a 223.

Porto. Reg.to do Testam.^{to} com q. faleceu digo do Testam.to de mão comum de José Francisco de Paiva, e sua mulher Ana Maria Pinto, da rua dos Quartéis da Torre da Marca freguesia de Cedofeita desta cidade do Porto.

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, e Espírito Santo, três Pessoas distintas e um só Deus verdadeiro, em quem ele José Francisco de Paiva, e minha mulher Ana Maria Pinto, morador na rua dos Quartéis da Torre da Marca, freguesia de Cedofeita, firmemente cremos na Santa fé Católica Romana, e nela protestamos viver, e morrer, para salvar nossas almas. Declaramos que somos casados à face da Igreja de cujo matrimónio temos hum filho Francisco José [f.222] Francisco José de Paiva, ao qual instituimos por nosso universal herdeiro, depois do nosso falecimento; e por nos acharmos de perfeita saúde, e juízo que Deus Nosso Senhor nos fez mercê dar-nos, nos resolvemos a fazer este nosso Testamento de mão comum; e por termos a morte que he certa, e a ora não sabida, por isso determinamos fazer o nosso dito Testamento pela forma, e maneira seguinte. Primeiramente encomendamos nossas almas a Nosso Senhor Jesus Cristo que as remiu com seu precioso sangue, e Morte, e esperamos nos há-de salvar digo nos há-de perdoar nossos perd (sic) digo nossos pecados, pelos seus infinitos Merecimentos, pedimos e rogamos à Sempre Virgem Maria Senhora Nossa, queira ser Nossa Advogada perante seu Unigénito Filho; e igualmente pedimos, e rogamos a todos os Santos, Santos (sic) da Corte do céu para que intercedam por nós quando nossas almas forem julgadas no Tribunal Divino. Logo que nossas almas saírem de nossos Corpos serão estes embrulhados em Habito de Terceiros de São Francisco, por sermos Irmãos Terceiros de Venerável Ordem. Declaramos, e queremos que nossos corpos sejam sepultados na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, aonde será (sic) conduzidos occultamente. Deixamos ao nosso Reverendo Pároco por todos os direitos Paroquiais dois mil e quatrocentos reis por cada hum de nos por uma vês somente; e declaramos que não queremos se nos façam officios alguns na nossa freguesia. Declaro eu José Francisco de Paiva, que por conhecer a actividade, inteireço (?) a capacidade da dita minha mulher Ana Maria Pinto, a instituo por Tutora, e Administradora do nosso dito filho Francisco José de Paiva, por este ter alcançado uma moléstia de demência, que muitas vezes lhe repete, com he muito bem constante; e por assim ser, peço às Justiças de Sua Majestade assim hajam por bem e a confirmem em a dita Tutela, e Administração. Declaramos que somos senhores, e possuidores de três moradas de Casas na Rua dos Quartéis da Torre da Marca, freguesia de São Martinho de Cedofeita, e habitamos em uma [f.222v] em uma das ditas moradas, que confrontam à dita Rua da parte do Sul, de frente do Quartel, do Regimento Numero Sexto (sic). Item hum quintal a testa das ditas Casas, que afronta da parte do Norte com a Rua do

Príncipe. Deixamos a nossa terço d'alma hum no outro, e damos na forma Testamenteiros hum do outro; e em segundo lugar nomeio a meu Irmão António Francisco de Paiva, morador no lugar de Salgueiros, freguesia de Campanha, para que na nossa falta, o instituimos o nosso Testamenteiro. Deixamos também um no outro toda a disposição do funeral do nosso enterro, e bens d'alma, sem pompa; com declaração que serão ditas pela alma de cada hum de nós trezentas missas rezadas de duzentos reis cada uma. E por esta forma havemos porfindo (sic), e acabado este nosso Testamento de mão Comum, e é muito nossa vontade se cumpra, e guarde como nele se contem; e pedimos a todas as justiças de Sua Majestade tanto eclesiásticas, como seculares o cumpram, e guardem, e fação cumprir, e guardar como nelle se contem; feito pelo meu próprio punho, e assinado por mim José Francisco de Paiva, e por minha mulher Ana Maria Pinto, ambos Testadores. Escrito em nossa Casa na Rua dos Quartéis da Torre da Marca freguezia digo da f r e (sic) dita freguesia de São Martinho de Cedofeita. Porto (sic) de Junho de mil oitocentos e vinte e hum; leu que este fis, e escrevi, e assinei como Testador: José Francisco de Paiva = como Testadora: Ana Maria Pinto.

“Aprovação”

Saibam quantos este publico Instrumento de Auto de Aprovação de Testamento de mão Comum verem, que no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Juizes de mil oito centos e vinte e dois, aos vinte e quatro dias do mês de Março, nesta Cidade do Porto, Rua dos Quartéis de Torre da Marca, freguesia de Cedofeita, e morada de José Francisco de Paiva, onde eu Tabelião vim, aí estava ele jacente com sua mulher Ana Maria Pinto, ele lançado em uma cama com moléstia, ele de pé com [f.223] de pé com Saúde, e ambos em seu perfeito Juízo, e entendimentos conforme o meu parecer, e das testemunhas que presentes se achavam, a seu rogo chamadas, e abaixo assinadas, de que dou fé, e das quais, e de mim são reconhecidas pelos próprios, e em presença delas das suas mãos às minhas me foi dado este papel asseverando-me ser este o seu Testamento solene de mão comum, disposição de suas ultimas vontades; e fazendo-lhe eu Tabelião as perguntas da Lei; se com efeito este hera o seu Testamento de mão Comum, e se haviam por bem firme e a tudo me responderão, que sim, e que haviam por seu bom, e firme, de que também dou fé; o qual ele Testador escreveu de sua própria mão e punho, e depois de escrito o lera, e achando eles Testadores muito à Sua vontade, o assinarão com os seus sinais de que usavam, e tudo nele escrito ratificavam. e me requeriam lho aprovasse, para que se cumprisse; e visto por mim deu Requerimento e respostas, e o dito Testamento de mão Comum, que se acha escrito e assinado pelo Testador, e Testadora, em duas Laudas de papel e principio de outra, onde com essa este auto, sem vicio, borrão, entrelinho, ou coisa a que duvida faça lho aprovei e houve por aprovado tanto quanto de Direito se le quer devo e posso escrivão do meu officio, de que dou a fé e fis este auto, sendo testemunhas presentes Manuel Bento Rodrigues, morador na rua do Rosário, e João Pinto de Mello, morador nesta Rua dos Quartéis, e Manuel Pereira Dias de Sampaio, morador á Travessa da Fabrica do Tabaco, e José António Capitão, que foi de Navios, morador na rua direita de Santo Ildefonso, e Daniel Nesbeck, morador na rua do Bonjardim, que todos aqui assinarão com os Testadores, lido este auto por mim José Joaquim de Oliveira, Tabelião que o escrevi e assinei em publico, e razo (sic) = Lugar do Sinal publico = em testemunho da verdade = José Joaquim de Oliveira = José Francisco de Paiva = Ana Maria Rito (sic) = Manuel Bento Rodrigues = [f.223v] Rodrigues = José Antonio Capitão = Daniel Nersbeck = Manuel Pereira Dias de Sampaio = João Pinto de Mello.

“Abertura”

Abri este Testamento de mão comum com que faleceu José Francisco de Paiva, casado com Ana Maria Pinto, morador na rua dos Quartéis deste freguesia, escrito em duas Laudas e meia de papel onde principia a aprovação que rubriquei com o meu Apelido de = Pinheiro = de que fiz este termo. Cedofeita vinte e dois de Fevereiro de mil oito centos e vinte e quatro = o Pároco António José Francisco Pinheiro = E não se continha mais em o dito testamento, Aprovação, e Abertura, que tudo aqui fica registado, e ao próprio que entreguei me reporto. Porto, catorze de Janeiro de mil oito centos e vinte e cinco Anos. Eu Francisco Inocêncio Ferreira Nobre o subscrevi e assinei. [assinatura].

Índice dos Quadros

Apêndice I

- 11 I. 1. Freguesias do Porto entre 1764 e 1799: Cedofeita, Massarelos, Miragaia, S. Nicolau, Sé, Santo Ildefonso e Vitória
- 12 Quadro I. 1. 1. Ensambladores registados na Freguesia de Cedofeita entre os anos 1764 e 1799
- 13 Quadro I. 1. 2. Ensambladores registados na Freguesia de Massarelos entre os anos 1764 e 1799
- 14 Quadro I. 1. 3. Ensambladores registados na Freguesia de Miragaia entre os anos 1764 e 1799
- 15 Quadro I. 1. 4. Ensambladores registados na Freguesia de S. Nicolau entre os anos 1764 e 1799
- 16 Quadro I. 1. 5. Ensambladores registados na Freguesia da Sé entre os anos 1764 e 1799
- 17 Quadro I. 1. 6. Ensambladores registados na Freguesia de Santo Ildefonso entre os anos 1764 e 1799
- 19 Quadro I. 1. 7. Ensambladores registados na Freguesia da Vitória entre os anos 1764 e 1799
- Apêndice II

Exportações Inglesas para Portugal

- 23 Quadro II. 1. Exportação de mercadoria manufacturada. Mesas
- 24 Quadro II. 2. Exportação de mercadoria manufacturada. Tipologias com torneados
- 24 Quadro II. 3. Exportação de mercadoria manufacturada. Cadeiras
- 27 Quadro II. 4. Exportação de mercadoria manufacturada. Cómодas
- 27 Quadro II. 5. Exportação de mercadoria manufacturada. Cómодas-papeleiras
- 29 Quadro II. 6. Exportação de mercadoria manufacturada. Leitos de navios, ou para navios
- 29 Quadro II. 7. Exportação de mercadoria manufacturada. Leito
- 30 Quadro II. 8. Exportação de mercadoria manufacturada. Relógios (de torre?)
- 30 Quadro II. 9. Exportação de mercadoria manufacturada. Espelhos
- 32 Quadro II. 10. Exportação de mercadoria manufacturada. Estofos e decorações com tecidos vendidos por comerciantes.

- 33 Quadro II. 11. Exportação de mercadoria manufacturada. Estofos e decorações de compartimentos
- 36 Quadro II. 12. Exportação de mercadoria manufacturada. Molduras para pinturas, pinturas com molduras
- 36 Quadro II. 13. Exportação de mercadoria manufacturada. Peças executadas por ensambladores e vendidas por comerciantes
- 37 Quadro II. 14. Exportação de mercadoria manufacturada. Caixas de relógio
- 38 Quadro II. 15. Exportação de mercadoria manufacturada. Caixas e relógios
- 39 Quadro II. 16. Exportação de mercadoria manufacturada. Contadores pintados imitando a laca japonesa
- 39 Quadro II. 17. Exportação de mercadoria manufacturada. Tipologia de conter com duas portas
- 39 Quadro II. 18. Exportação de mercadoria manufacturada. Canapés estofados, com torneados
- 40 Quadro II. 19. Exportação de mercadoria manufacturada. Cortinados e tecidos finos para leito e respectivos aposentos
- 40 Quadro II. 20. Exportação de mercadoria manufacturada. Tipologias diversas com laca oriental
- 41 Quadro II. 21. Exportação de mercadoria manufacturada. Barretinas, faqueiros de pé ou estojos de faqueiro
- 41 Quadro II. 22. Exportação de mercadoria manufacturada. Tipologias com laca do Japão, peças provenientes do Japão
- 42 Quadro II. 23. Exportação de mercadoria manufacturada. Tipologias executadas por marceneiros ou mobiliário vendido por comerciantes
- 42 Quadro II. 24. Exportação de mercadoria manufacturada. Secretárias com apoio amovível
- 43 Quadro II. 25. Exportação de mercadoria manufacturada. Mobiliário executado por ensambladores (maciço?)
- 44 Quadro II. 26. Exportação de mercadoria manufacturada. Tipologias executadas por marceneiros/mobiliário vendido por comerciantes
- 45 Quadro II. 27. Exportação de mercadoria manufacturada. Tipologias executadas por marceneiros/mobiliário vendido por comerciantes
- 45 Quadro II. 28. Exportação de mercadoria manufacturada. Tipologias executadas por marceneiros/mobiliário vendido por comerciantes
- 46 Quadro II. 29. Exportação de mercadoria manufacturada. Mobiliário
- 47 Quadro II. 30. Exportação de mercadoria manufacturada. Madeira para torneiros
- 47 Quadro II. 31. Exportação de mercadoria manufacturada. Mobiliário e estofos

Apêndice III

Entradas de mercadoria no Porto no ano de 1799

- 49 Quadro III. 1. Guarda de Cedofeita
- 49 Quadro III. 2. Guarda do Reimão

50	Quadro III. 3. Guarda dos Quartéis
50	Quadro III. 4. Guarda do Poço das Patas
50	Quadro III. 5. Guarda de Água Ardente
51	Quadro III. 6. Guarda da Lapa
52	Quadro III. 7. Tipologias entradas na Guarda de Cedofeita
52	Quadro III. 8. Tipologias entradas na Guarda do Reimão
52	Quadro III. 9. Tipologias entradas na Guarda dos Quartéis
53	Quadro III. 10. Tipologias entradas na Guarda do Poço das Patas
53	Quadro III. 11. Tipologias entradas na Guarda da Água Ardente
53	Quadro III. 12. Tipologias entradas na Guarda da Lapa

Apêndice IV

Colecção denominada *José Francisco de Paiva*

55	Quadro IV. 1. Elementos biográficos
56	Quadro IV. 2. Recibos ou documentos conhecidos
60	Quadro IV. 3. Marcas de água e datação manuscrita
61	Quadro IV. 4. Informações de carácter técnico
66	Quadro IV. 5. Designações de madeiras
68	Quadro IV. 6. Números de folhas e respectivos números de inventário
70	Quadro IV. 7. Tipologias de mobiliário civil

Apêndice V

Exportações inglesas de mobiliário. Manufactura inglesa

73	Quadro V. 1.	London. Exportations of engl ^s manufact ^{es} . Ano de 1700
73	Quadro V. 2.	London. Exportations of engl ^s manufact ^{es} . Ano de 1700
74	Quadro V. 3.	Outports. Exportations of engl ^s manufact ^{es} . Ano de 1700
74	Quadro V. 4.	Outports. Exportations of engl ^s manufact ^{es} . Ano de 1700
74	Quadro V. 5.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1701
75	Quadro V. 6.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1701
75	Quadro V. 7.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1702
75	Quadro V. 8.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1702
76	Quadro V. 9.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1703
76	Quadro V. 10.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1703
76	Quadro V. 11.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1704
77	Quadro V. 12.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1704
77	Quadro V. 13.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1706
77	Quadro V. 14.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1706
78	Quadro V. 15.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1706

78	Quadro V. 16.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1707
78	Quadro V. 17.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1707
79	Quadro V. 18.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1708
79	Quadro V. 19.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1708
79	Quadro V. 20.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1708
80	Quadro V. 21.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1708
80	Quadro V. 22.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1709
80	Quadro V. 23.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1709
81	Quadro V. 24.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1710
81	Quadro V. 25.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1710
81	Quadro V. 26.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1711
82	Quadro V. 27.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1711
82	Quadro V. 28.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1711
82	Quadro V. 29.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1711
83	Quadro V. 30.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1713
83	Quadro V. 31.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1713
83	Quadro V. 32.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1713
83	Quadro V. 33.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1714
84	Quadro V. 34.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1714
84	Quadro V. 35.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1714
84	Quadro V. 36.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1714
84	Quadro V. 37.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1715
85	Quadro V. 38.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1715
85	Quadro V. 39.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1715
85	Quadro V. 40.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1716
86	Quadro V. 41.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1716
86	Quadro V. 42.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1716
86	Quadro V. 43.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1717
87	Quadro V. 44.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1717
87	Quadro V. 45.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1717
87	Quadro V. 46.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1718
88	Quadro V. 47.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1718
88	Quadro V. 48.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1719
88	Quadro V. 49.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1719
89	Quadro V. 50.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1720
89	Quadro V. 51.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1720
89	Quadro V. 52.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1721
89	Quadro V. 53.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1721
90	Quadro V. 54.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1722
90	Quadro V. 55.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1722
90	Quadro V. 56.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1723

111	Quadro V. 139.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1762
111	Quadro V. 140.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1762
112	Quadro V. 141.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1762
112	Quadro V. 142.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1762
112	Quadro V. 143.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1763
112	Quadro V. 144.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1763
113	Quadro V. 145.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1763
113	Quadro V. 145.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1764
113	Quadro V. 147.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1764
113	Quadro V. 148.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1764
114	Quadro V. 149.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1765
114	Quadro V. 150.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1765
114	Quadro V. 151.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1765
114	Quadro V. 152.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1766
115	Quadro V. 153.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1766
115	Quadro V. 154.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1766
115	Quadro V. 155.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1767
115	Quadro V. 155.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1767
116	Quadro V. 157.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1767
116	Quadro V. 158.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1768
116	Quadro V. 159.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1768
116	Quadro V. 160.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1769
117	Quadro V. 161.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1769
117	Quadro V. 162.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1769
117	Quadro V. 163.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1770
117	Quadro V. 164.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1770
117	Quadro V. 165.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1770
117	Quadro V. 165.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1771
118	Quadro V. 166.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1771
118	Quadro V. 167.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1771
118	Quadro V. 168.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1772
118	Quadro V. 169.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1772
119	Quadro V. 170.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1773
119	Quadro V. 171.	London. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1773
119	Quadro V. 172.	Outports. Exportations of goods & merchand ^z . Ano de 1773
119	Quadro V. 173.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1772
120	Quadro V. 174.	London. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1774
120	Quadro V. 175.	London. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1774
120	Quadro V. 175.	Outports. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1774
120	Quadro V. 177.	London. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1775
120	Quadro V. 178.	

121	Quadro V. 179.	London. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1775
121	Quadro V. 180.	London. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1776
121	Quadro V. 181.	London. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1776
121	Quadro V. 182.	London. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1777
121	Quadro V. 183.	London. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1777
122	Quadro V. 184.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1777
122	Quadro V. 185.	London. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1778
122	Quadro V. 185.	London. Exportations of goods & merchandize, produce of england. Ano de 1778
122	Quadro V. 187.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1778
123	Quadro V. 188.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1780
123	Quadro V. 189.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1781
123	Quadro V. 190.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1782
123	Quadro V. 191.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1783
124	Quadro V. 192.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1784
124	Quadro V. 193.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1786
124	Quadro V. 194.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1786
124	Quadro V. 195.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1789
125	Quadro V. 196.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1793
125	Quadro V. 197.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1793
125	Quadro V. 198.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1794
125	Quadro V. 199.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1795
126	Quadro V. 200.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1796
126	Quadro V. 201.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1797
126	Quadro V. 202.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1798
128	Quadro V. 203.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1799
128	Quadro V. 204.	England. An account of the goods wares & merchandize being british produce. Ano de 1800
128	Quadro V. 205.	London. Exportations of for ⁿ merch ^z . Ano de 1702
129	Quadro V. 206.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1704
129	Quadro V. 207.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1706
129	Quadro V. 208.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1709
129	Quadro V. 209.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1710
130	Quadro V. 210.	Outports. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1711
130	Quadro V. 211.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1717
130	Quadro V. 212.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1724
130	Quadro V. 213.	Outports. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1724
131	Quadro V. 214.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1725
131	Quadro V. 215.	Outports exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1726
131	Quadro V. 216.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1728
131	Quadro V. 217.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1731
132	Quadro V. 218.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1734
132	Quadro V. 219.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1734

132	Quadro V. 220.	Outports. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1735
132	Quadro V. 221.	Outports. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1736
133	Quadro V. 222.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1737
133	Quadro V. 223.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1738
133	Quadro V. 224.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1746
133	Quadro V. 225.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1751
134	Quadro V. 226.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1752
134	Quadro V. 227.	Outports. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1762
134	Quadro V. 228.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1764
134	Quadro V. 229.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1767
135	Quadro V. 230.	Outports. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1769
	Quadro V. 231.	London. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1775
	Quadro V. 232.	Outports. Exportations of foreign goods and merchandize. Ano de 1777

Apêndice VI

Entradas na cidade do Porto. Lista dos depósitos do ano de 1799

137	Quadro VI. 1. Guarda da Agua Ardente
138	Quadro VI. 2. Guarda de Cedofeita
140	Quadro VI. 3. Guarda da Lapa
147	Quadro VI. 4. Guarda do Poço das Patas
149	Quadro VI. 5. Guarda dos Quartéis
149	Quadro VI. 6. Guarda do Reimão

Apêndice VII

Testamento de José Francisco de Paiva

